



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2668

Quarta-feira - 31 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Cunha Porã	311	Lages	566
Agronômica	4	Cunhataí	312	Laguna	567
Água Doce	6	Curitibanos	313	Lauro Muller	582
Águas de Chapecó	19	Descanso	316	Lebon Regis	588
Águas Mornas	21	Dionísio Cerqueira	317	Lontras	589
Alfredo Wagner	51	Dona Emma	323	Luiz Alves	591
Alto Bela Vista	52	Doutor Pedrinho	331	Luzerna	592
Anchieta	57	Eraldo Velho	336	Macieira	594
Angelina	59	Faxinal dos Guedes	337	Mafra	597
Anitápolis	61	Formosa do Sul	338	Maracajá	600
Antônio Carlos	63	Forquilha	339	Maravilha	605
Apiuna	64	Fraiburgo	414	Massaranduba	607
Arabutã	84	Frei Rogério	429	Modelo	610
Arroio Trinta	86	Galvão	430	Mondaí	615
Arvoredo	87	Garopaba	432	Monte Carlo	616
Ascurra	89	Garuva	433	Monte Castelo	619
Atalanta	90	Gaspar	434	Morro Grande	620
Balneário Piçarras	99	Governador Celso Ramos	437	Navegantes	622
Balneário Rincão	101	Grão Pará	455	Nova Erechim	627
Bandeirante	105	Guaraciaba	456	Nova Itaberaba	628
Barra Bonita	106	Guaramirim	457	Nova Trento	629
Barra Velha	107	Guatambú	458	Nova Veneza	632
Bela Vista do Toldo	108	Ibiam	460	Novo Horizonte	633
Belmonte	109	Ibicaré	466	Ouro	637
Benedito Novo	110	Ibirama	467	Ouro Verde	638
Biguaçu	123	Ilhota	468	Paial	643
Blumenau	125	Imarui	473	Palhoça	644
Bom Jesus do Oeste	135	Imbituba	474	Palma Sola	651
Bom Retiro	140	Indaial	478	Paraíso	654
Botuvera	143	Iomerê	481	Passo de Torres	664
Braço do Trombudo	145	Ipira	483	Passos Maia	665
Brunópolis	146	Iporã do Oeste	484	Paulo Lopes	667
Brusque	147	Ipuacú	486	Penha	673
Caçador	163	Ipumirim	489	Peritiba	693
Caibi	192	Iraceminha	493	Pinhalzinho	694
Camboriú	199	Irani	496	Pinheiro Preto	695
Campo Alegre	202	Irineópolis	498	Piratuba	697
Campos Novos	212	Itá	499	Planalto Alegre	699
Canoinhas	253	Itaiópolis	500	Pomerode	701
Capinzal	257	Itapema	501	Ponte Alta do Norte	802
Chapadão do Lageado	285	Itapiranga	503	Ponte Serrada	803
Chapecó	288	Itapoá	504	Porto Belo	808
Cocal do Sul	289	Ituporanga	518	Porto União	809
Concórdia	290	Jaborá	520	Presidente Castello Branco	812
Cordilheira Alta	300	Jacinto Machado	521	Quilombo	817
Coronel Freitas	307	Jaraguá do Sul	522	Rio das Antas	818
Coronel Martins	308	Jardinópolis	539	Rio dos Cedros	828
Correia Pinto	309	Joaçaba	542	Rio do Sul	819
Corupá	310	Lacerdópolis	565	Rio Rufino	829

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2668

Quarta-feira - 31 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Romelândia.....	830	São José.....	910	Três Barras	1020
Salto Veloso	831	São José do Cedro.....	918	Treze Tílias	1021
Santa Rosa do Sul	832	São Lourenço do Oeste.....	957	Trombudo Central.....	1022
Santa Terezinha do Progresso	847	São Miguel da Boa Vista	959	Tunápolis	1037
Santiago do Sul.....	852	São Miguel do Oeste.....	963	União do Oeste	1039
São Bento do Sul.....	860	São Pedro de Alcântara.....	965	Urubici	1050
São Bernardino	876	Schroeder	967	Urussanga	1051
São Bonifácio	894	Seara	983	Vidal Ramos.....	1052
São Domingos.....	897	Sombrio.....	987	Videira.....	1053
São Francisco do Sul.....	898	Sul Brasil	990	Vitor Meireles.....	1084
São João Batista.....	900	Tangará	994	Witmarsum	1086
São João do Oeste	903	Tijucas	996	Xanxerê	1087
São João do Sul	904	Timbé do Sul	1002	Xavantina	1094
São Joaquim	906	Timbó	1009	Xaxim	1111

Associações

AMUREL	1112
--------------	------

Consórcios

CIDEMA.....	1113
CIGA	1113
CIMCATARINA.....	1114
CIMVI	1156
CIS/AMARP	1159
CIS/AMMVI	1166
CIS/AMURC	1189
CIS/AMURES.....	1192
Consórcio CISAMA.....	1193



Abdon Batista

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 05/2018

Publicação Nº 1788511

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 117/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 05/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 1ª (PRIMEIRA) ETAPA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE SANTO ANTONIO NO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 869770/2018 FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL..

TIPO :Menor preço Global

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 19 de novembro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 26 de outubro de 2018

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 06/2018

Publicação Nº 1788515

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 118/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 06/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) ETAPA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE SANTO ANTONIO NO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 869919/2018, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

TIPO :Menor preço Global

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 19 de novembro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 26 de outubro de 2018

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Agrônômica

PREFEITURA

Nº294/2018

Publicação Nº 1788786

PORTARIA Nº294/2018 DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. ALESSANDRA OSTERNA, matrícula Nº 692 ocupante do cargo de provimento efetivo Professora e lotação no Departamento de Educação. Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1- -) Concede licença médica pelo período de 15 (QUINZE) dias remunerada, iniciando-se em 29/10/2018 até 12/11/2018, a servidora municipal Sra. ALESSANDRA OSTERNA, matrícula n.º692 ocupante do cargo de provimento efetivo Professora e lotação no Departamento de Educação

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete Do Prefeito, 31 de Outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº295/2018

Publicação Nº 1788793

PORTARIA Nº 295/2018 DE 31 DE OUTUBRO 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. LUCILENE SCOZ matrícula n.º 385 ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em enfermagem, lotado no Departamento de Saúde, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 12/11/2012 A 12/11/2017, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em GOZO, que referem-se ao quinquênio 12/11/2012 A 12/11/2017, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 60 (sessenta) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. LUCILENE SCOZ matrícula n.º 385 ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em enfermagem, lotado no Departamento de Saúde
GOZO EM: 30/10/2018 a 28/11/2018

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 31 de OUTUBRO 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

365/2018

Publicação Nº 1788122

PORTARIA Nº 365/2018 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

“DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, de MARIA EDUARDA DA ROSA ULANOSKI CARVALHO, referente ao cargo em caráter temporário de Médico Clínico Geral – 40 horas, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

366/2018

Publicação Nº 1788500

PORTARIA Nº 366/2018 – DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

“DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, de LUISSA HIKARI HAYASHI ARAUJO, referente ao cargo em caráter temporário de Médico Clínico Geral – 40 horas, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO BEATRIZ SARTORI

Publicação Nº 1788503

CONVOCAÇÃO

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) BEATRIZ SARTORI aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Médico Clínico Geral 40 horas, para apresentar-se em 24 (vinte e quatro) horas contados a partir desta convocação para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de tomar posse no cargo em caráter temporário, para substituição do servidor efetivo Denis Conci Braga.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 30 de outubro de 2018

Antonio José Bissani
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO LUISSA HIKARI HAYASHI ARAUJO

Publicação Nº 1788124

CONVOCAÇÃO

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Convoca o(a) LUISSA HIKARI HAYASHI ARAUJO aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Médico Clínico Geral 40 horas, para apresentar-se em 24 (vinte e quatro) horas contados a partir desta convocação para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de tomar posse no cargo em caráter temporário, para substituição do servidor efetivo Denis Conci Braga. O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 30 de outubro de 2018
Antonio José Bissani
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 137/2018

Publicação Nº 1788186

DECRETO Nº 137/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.608, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 376.000,00 (trezentos e setenta e seis mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/218, 3.1.90.00.00.0679/219 e 3.1.90.00.00.0679/220 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0679/218 Aplicações Diretas R\$ 266.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0679/219 Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0679/220 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 376.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação identificado nas rubricas de Impostos Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 138/2018

Publicação Nº 1788187

DECRETO Nº 138/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.609, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0679/218 Aplicações Diretas R\$ 266.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0679/219 Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0679/220 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTALR\$ 376.000,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0086/73 Aplicações Diretas R\$ 266.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0086/79 Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0086/101 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 376.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 139/2018

Publicação Nº 1788191

DECRETO Nº 139/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.610, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo será para manutenção do Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0086/83 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.0086/83 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - recursos Próprios. Impostos - Educação

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 140/2018

Publicação Nº 1788195

DECRETO Nº 140/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.611, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Departamento de Promoção Social, Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/11, 3.3.90.00.00.0679/14, 3.1.90.00.00.0679/24, 3.3.90.00.00.0679/92, 3.3.90.00.00.0679/137 e 3.1.90.00.00.0679/174 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.1.90.00.00.0679/11 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

3.3.90.00.00.0679/14 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.00.0679/24 Aplicações Diretas R\$ 87.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.364.0012.2.017 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3.GRAU E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.00.00.0679/92 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 DEPTO. DE INFRAESTRUTURA RURAL

26.782.0019.2.072 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.0679/137 Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

01 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

08.244.0024.2.049 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.1.90.00.00.0679/174 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 387.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 141/2018

Publicação Nº 1788198

DECRETO Nº 141/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.612, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.115,00 (doze mil e cento e quinze reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Convênio Rádio Patrulha.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 4.4.90.00.00.0110/221 e 4.4.90.00.00.0679/222 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

04 DEPTO. DE URBANISMO

06.181.0017.2.038 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA

4.4.90.00.00.0110/221 Aplicações Diretas R\$ 11.315,56

4.4.90.00.00.0679/222 Aplicações Diretas R\$ 799,44

TOTAL R\$ 12.115,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação identificado nas rubricas de impostos Recursos Próprios e recursos do superávit do exercício anterior

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 142/2018

Publicação Nº 1788199

DECRETO Nº 142/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA PARCIAL E TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.613, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor R\$12.548,04 (doze mil e quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesa Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE

10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.9.1.00.0.1.0002/8 Aplicações Diretas R\$ 1.074,08

10.302.0027.2.062 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO

3.3.9.0.00.0.1.0002/28 Aplicações Diretas R\$ 11.473,96

TOTAL R\$ 12.548,04

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto ficam anulados parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.9.0.00.0.1.0002/10 Aplicações Diretas	R\$ 79,19
10.303.0027.2.061 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC	
3.3.9.0.00.0.1.0002/32 Aplicações Diretas	R\$ 223,52
10.302.0027.2.074 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.7.1.00.0.1.0002/88 Aplicações Diretas	R\$ 500,00
3.3.9.3.00.0.1.0002/89 Aplicações Diretas	R\$ 9.245,33
4.4.71.00.0.1.0002/90 Aplicações Diretas	R\$ 500,00
10.304.0027.2.073 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
4.4.9.0.00.0.1.0002/75 Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 12.548,04

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 143/2018

Publicação Nº 1788200

DECRETO Nº 143/2018 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.614, de 23 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial por provável excesso de arrecadação no valor de R\$440.301,00 (quatrocentos e quarenta mil e trezentos e um reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Aquisição de Veículo, Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Manutenção dos Programas Estaduais e Federais e Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente, os elementos de despesa Aplicações Diretas, com a seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.0.1.0002/5 Aplicações Diretas	R\$ 182.450,00
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.91.00.0.1.0002/8 Aplicações Diretas	R\$ 4.781,00
3.3.90.00.0.1.0002/9 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
10.301.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
3.1.90.00.0.1.0625/12 Aplicações Diretas	R\$ 43.760,00
10.302.0027.2.074 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.00.0.1.0735/83 Aplicações Diretas	R\$ 9.310,00
TOTAL	R\$ 440.301,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0002 – Receitas Impostos e Transf. Impostos – Saúde, 0.1.0625 - Transf. Recursos SUS União –PACS e 0.1.0735 - Transf. Média e Alta Complexidade – MAC.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 144/2018

Publicação Nº 1788202

DECRETO Nº 144/2018 - DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.826,58 (oito mil e oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Serviços Gerais e manutenção do Depto. de Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.20.00.00.0736/30 Transferências a União e 3.3.90.00.00.0736/138 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.00.0736/30 Transferências a União R\$ 101,61

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 DEPTO. DE TRANSPORTES

26.782.0019.2.072 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.0099/136 Aplicações Diretas R\$ 1,46

3.3.90.00.00.0736/138 Aplicações Diretas R\$ 8.723,51

TOTAL R\$ 8.826,58

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Imposto Recursos Próprios e Transferência do FEP – Fundo Especial do Petróleo e transferência compensação financeira.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de outubro de 2018.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.608/2018

Publicação Nº 1788173

LEI Nº 2.608/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 376.000,00 (trezentos e setenta e seis mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/218, 3.1.90.00.00.0679/219 e 3.1.90.00.00.0679/220 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0679/218 Aplicações Diretas R\$ 266.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0679/219 Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0679/220 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 376.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação identificado nas rubricas de Impostos Recursos Próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.609/2018

Publicação Nº 1788174

LEI Nº 2.609/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0679/218 Aplicações Diretas R\$ 266.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0679/219 Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0679/220 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 376.000,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0086/73 Aplicações Diretas R\$ 266.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0086/79 Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL
12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.0086/101 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 376.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.610/2018

Publicação Nº 1788175

LEI Nº 2.610/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo será para manutenção do Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0086/83 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
01 DEPTO. DE ENSINO
12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.0086/83 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - recursos Próprios. Impostos - Educação

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.611/2018

Publicação Nº 1788177

LEI Nº 2.611/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Departamento de Promoção Social, Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/11, 3.3.90.00.00.0679/14, 3.1.90.00.00.0679/24, 3.3.90.00.00.0679/92, 3.3.90.00.00.0679/137 e 3.1.90.00.00.0679/174 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.1.90.00.00.0679/11 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

3.3.90.00.00.0679/14 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.00.0679/24 Aplicações Diretas R\$ 87.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.364.0012.2.017 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3.GRAU E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.00.00.0679/92 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 DEPTO. DE INFRAESTRUTURA RURAL

26.782.0019.2.072 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.0679/137 Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

01 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

08.244.0024.2.049 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.1.90.00.00.0679/174 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 387.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - Recursos Próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.612/2018

Publicação Nº 1788178

LEI Nº 2.612/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.115,00 (doze mil e cento e quinze reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Convênio Rádio Patrulha.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 4.4.90.00.00.0110/221 e 4.4.90.00.00.0679/222 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

04 DEPTO. DE URBANISMO

06.181.0017.2.038 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA

4.4.90.00.00.0110/221 Aplicações Diretas R\$ 11.315,56

4.4.90.00.00.0679/222 Aplicações Diretas R\$ 799,44

TOTAL R\$ 12.115,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação identificado nas rubricas de Impostos Recursos Próprios e recursos do superávit do exercício anterior

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.613/2018

Publicação Nº 1788181

LEI Nº 2.613/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA PARCIAL E TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$12.548,04 (doze mil e quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesa Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.9.1.00.0.1.0002/8 Aplicações Diretas R\$ 1.074,08

10.302.0027.2.062 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO
3.3.9.0.00.0.1.0002/28 Aplicações Diretas R\$ 11.473,96
TOTAL R\$ 12.548,04

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei ficam anulados parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
4.4.9.0.00.0.1.0002/10 Aplicações Diretas R\$ 79,19

10.303.0027.2.061 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC
3.3.9.0.00.0.1.0002/32 Aplicações Diretas R\$ 223,52

10.302.0027.2.074 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.7.1.00.0.1.0002/88 Aplicações Diretas R\$ 500,00
3.3.9.3.00.0.1.0002/89 Aplicações Diretas R\$ 9.245,33
4.4.71.00.0.1.0002/90 Aplicações Diretas R\$ 500,00

10.304.0027.2.073 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
4.4.9.0.00.0.1.0002/75 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 12.548,04

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.614/2018

Publicação Nº 1788183

LEI Nº 2.614/2018 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por provável excesso de arrecadação no valor de R\$440.301,00 (quatrocentos e quarenta mil e trezentos e um reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Aquisição de Veículo, Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Manutenção dos Programas Estaduais e Federais e Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente, os elementos de despesa Aplicações Diretas, com a seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.0.1.0002/5 Aplicações Diretas	R\$ 182.450,00
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.91.00.0.1.0002/8 Aplicações Diretas	R\$ 4.781,00
3.3.90.00.0.1.0002/9 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
10.301.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
3.1.90.00.0.1.0625/12 Aplicações Diretas	R\$ 43.760,00
10.302.0027.2.074 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.00.0.1.0735/83 Aplicações Diretas	R\$ 9.310,00
TOTAL	R\$ 440.301,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0002 – Receitas Impostos e Transf. Impostos – Saúde, 0.1.0625 - Transf. Recursos SUS União –PACS e 0.1.0735 - Transf. Média e Alta Complexidade – MAC.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 002-2018 DE 29-10-2018**

Publicação Nº 1787703

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2018 DE 29-10-2018

O PODER LEGISLATIVO LUIZ BEDIN, CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE À DOUTORA MARIA HELENA CERINO, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SANTA CATARINA (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jorge Rone Haslinger, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Artigo 13, inciso XX da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º Concede-se o Título de Cidadã Honorária, à DOUTORA MARIA HELENA CERINO, pelos relevantes serviços prestados para o Município de Água Doce – SC, conforme Moção nº 019/2018 de 28-09-2018, aprovada por unanimidade pelos integrantes do Poder Legislativo do Município de Água Doce – Santa Catarina.

Artigo 2.º A Mesa Diretora em conjunto com os demais integrantes do Poder Legislativo Municipal, designarão a data da Sessão Solene, para outorga do presente Título.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2018

Jorge Rone Haslinger

Presidente do Poder Legislativo

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 102 - 2018- SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO

Publicação Nº 1788800

DECRETO Nº102/2018 De 30 de Outubro de 2018	DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 1932/2017, Artigo 5º, § 1º Inciso I e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Unidade Gestora - Município de Águas de Chapecó no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO: O FUTURO SE FAZ NO PRESENTE	4
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(147)	Aplicação Direta – 3.3.90.00.00	01.032 – Aplicação Direta – Recursos Vinculados FNDE
Valor Total R\$:		36.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do excesso de arrecadação da fonte DR 1.032 – Outras Transferências do FNDE – MP 815/2017, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 30 de Outubro de 2018.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO DE CONTRATO Nº63/2018-CONSTRUTORA PORTAL DA TERMAS EIRELI-ME

Publicação Nº 1788085

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	63/2018
Contratante:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI-EPP
Objeto:	REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/ EXECUÇÃO DE PROJETO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA-CAT, CONFORME ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO NUM TOTAL DE 125,45m² (cento e vinte e cinco vírgula vinte e cinco metros quadrados).
Valor:	R\$ 23.158,82(vinte e três mil cento e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).
P. Atividade:	Orçamento Anual Vigente
Vigência	Início: 30/10/2018 Término: 31/12/2018
Processo de Licitação nº57/2018	
Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº05/2018	



ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 30 de outubro de 2018

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº64/2018-JEAN PYER VIVIAN EIRELI -EPP

Publicação Nº 1788423

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 64/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Contratada: JEAN PYER VIVIAN EIRELI-EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - CONTRATO DE REPASSE Nº871292/2018 -MAPA /CAIXA;

Valor: R\$ 54.600,00(cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

P. Atividade: Orçamento Anual Vigente

Vigência Início: 30/10/2018 Término: 31/12/2018

Processo de Licitação nº62/2018 Pregão Presencial nº46/2018

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 30 de outubro de 2018

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE LICITAÇÃO Nº65/2018-DIMAQUINAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP

Publicação Nº 1788423

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 65/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Contratada: dimaquinas maquinas e equipamentos ltda-epp

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - CONTRATO DE REPASSE Nº871292/2018 -MAPA /CAIXA;

Valor: R\$25.880,00(vinte e cinco mil oitocentos e oitenta reais)

P. Atividade: Orçamento Anual Vigente

Vigência Início: 30/10/2018 Término: 31/12/2018

Processo de Licitação nº62/2018 Pregão Presencial nº46/2018

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 30 de outubro de 2018

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

PREFEITO MUNICIPAL

Águas Mornas

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 72/2018

Publicação Nº 1788792

Aviso de Dispensa de Licitação nº 72/2018. Objeto: Contrato de Rateio do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA. Valor: R\$ 4.758,00. Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA. Prazo: até 31/12/2018. Águas Mornas, 30 de outubro de 2018. Omero Prim – Prefeito Municipal.

EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO A PROVIMENTO DE VAGAS EFETIVAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, SANTA CATARINA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788037

EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

Abre inscrições e define normas para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas efetivas do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Águas Mornas, Santa Catarina e das outras providências.

O Senhor Omero Prim, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Concurso Público, para provimento de vagas efetivas do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Águas Mornas, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Rua Coronel Feddersen, 1587 – 2º piso, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: www.iobv.org.br e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Concurso Público está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 071/2018.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	01/11 a 30/11/18
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	Até 14/11/18
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	26/11/18
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	Até 30/11/18
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/12/18
Homologação das inscrições e divulgação das inscrições indeferidas	05/12/18
Recursos contra indeferimento das inscrições	06 e 07/12/18
Local de prova	12/12/18
PROVA ESCRITA E PROVA PRÁTICA	16/12/18
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	17/12/18
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita:	18 e 19/12/18
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	08/01/19
Classificação Preliminar	09/01/19
Recursos contra a classificação preliminar	10 e 11/01/19
Classificação Final	14/01/19
Homologação do Resultado Final	Após 14/01/19

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão de Concurso Público para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Concurso Público também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Águas Mornas na Internet: <http://www.aguas-mornas.sc.gov.br/>, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente

edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. Durante o prazo de validade do Concurso, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.

1.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.11. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.12.

1.12. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – CONCURSO PÚBLICO DE ÁGUAS MORNAS

Rua Coronel Feddersen, número 1587 – 2º piso – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.13. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Concurso:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Concurso Público e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Concurso Público não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Águas Mornas e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Concurso Público, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

3.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso Público.

3.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

3.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Complexo Educacional, situado à Rua Prefeito José Higino Martins, 42, bairro Centro, Águas Mornas/SC, no horário de atendimento das 8h00min às 17h00min.

3.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

3.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "Concursos e Concursos", "inscrições abertas", selecionar o município de Águas Mornas Edital 001/2018 Concurso Público;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Agências da Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.7. O IOBV e a Prefeitura de Águas Mornas eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.8. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.9. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser atualizado no cadastro on line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Águas Mornas.

3.10. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Cargos de Alfabetizado: R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- b) Cargos de Ensino Médio: R\$ 80,00 (oitenta reais);
- c) Cargos de Ensino Superior: R\$ 90,00 (noventa reais);

3.11. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

3.12. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras o boleto é Caixa Econômica Federal, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

3.13. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.14. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

3.15. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.16. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.17. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.18. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

3.19. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

3.20. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

3.21. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

3.22. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

3.23. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.24. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.25. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

3.26. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.aguasmornas.sc.gov.br.

3.27. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

4.2. Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)

4.3. Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.4. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: deverão no momento da inscrição on-line, solicitar a isenção (CADÚnico) e preencher o nº do NIS.

4.5. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

4.6. Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

4.7. Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

4.8. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

4.9. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

- 4.10. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.
- 4.11. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.
- 4.12. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição
- 4.13. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.
- 4.14. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Concurso Público, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas. São reservadas para as Pessoas com Deficiência (PcD) 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas.
- 5.2. Caso a aplicação do percentual de 5% não resulte a oferta imediata de vagas para o cargo, o primeiro candidato com deficiência classificado no Concurso Público será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.
- 5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.
- 5.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.
- 5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.12 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:
- a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo V);
 - b) Cópia do comprovante de inscrição;
 - c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo V do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.
- 5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.
- 5.7. O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.
- 5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.
- 5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo V) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.
- 5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.
- 5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Águas Mornas, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 5.13. Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado por uma das vagas aos portadores de deficiência que:
- a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.
 - b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.
 - c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.
- 6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do Concurso na internet www.iobv.org.br.
- 6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.
- 6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.
- 6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. OUTROS REQUERIMENTOS

7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

8. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

8.1. O Concurso Público será composto de uma ou mais provas, dependendo do cargo e ou escolaridade, conforme segue:

8.2. Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação:

- a) PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter classificatório e eliminatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Prova Prática para todos os candidatos presentes no dia da prova escrita e prova prática.

8.3. Para todos os demais cargos, o Concurso terá uma única etapa que consiste de PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Águas Mornas-SC, em local que será divulgado quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Concurso Público: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Águas Mornas locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Águas Mornas.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Cargos com Escolaridade: Alfabetizado (3 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,30	3,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,70	7,00
	Total	20		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio e Ensino Superior (3 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Gerais e atualidades	5		
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	25	0,28	7,00
	Total	40		10,00

Os programas das provas encontram-se publicados no anexo II do presente Edital.

10.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.9. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente

assinado e o caderno de questões.

10.10. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.11. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.12. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Concurso.

10.13. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto o cargo com exigência de prova prática, que passa para a segunda etapa independente da nota da prova escrita.

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Águas Mornas, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários MATUTINO	
	Nível Alfabetizado	Nível Médio e Superior
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	08h15min	08h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	08h50min	08h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	08h52min	08h52min
Início da resolução da prova.	09h00	09h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	09h30min	09h30min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	11h00	12h00

11.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Concurso Público.

11.6. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Concurso na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas caneta no local)
- b) Documento de Identificação com foto;
- c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;
- d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.

11.16. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos pra o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso,

desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou só de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.20. O IOBV e Prefeitura Municipal de Águas Mornas não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Concurso Público.

11.24. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Concurso Público.

11.28. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.30. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA PRÁTICA

12.1. A etapa 2 para o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, consiste na prova prática que se destina a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

12.1.1. Serão convocados para a realização da prova prática, todos os candidatos que comparecerem na prova escrita objetiva.

12.1.2. Os candidatos deverão comparecer conforme data constante do cronograma, confirmada através de edital de convocação, caso não comparecerem para a realização da prova prática serão eliminados do certame.

12.1.3. Os locais de realização das provas práticas serão definidos e divulgados no ato de convocação, cabe ao candidato manter-se informado.

12.1.4. Os candidatos deverão se apresentar ao coordenador da prova prática, conforme definido no ato convocatório, sob pena de serem declarados eliminados do certame.

12.2. Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final, estando eliminado do certame o candidato que não atingir esta nota na prova prática.

12.3. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:
$$NF = NPE \times 2 + NPP \times 8 / 10$$

12.4. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

12.4.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma, em local a ser anunciado no edital de convocação.

12.4.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de

identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

12.4.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

12.4.4. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

12.4.5. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

12.4.6. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Águas Mornas, no estado em que se encontrarem.

12.4.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

12.4.8. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

12.4.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

12.4.10. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

12.4.11. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do Seletivo antes de realizar seu teste.

12.4.12. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

12.4.13. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

12.4.14. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

12.4.15. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

12.4.16. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do Concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

12.5. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

12.5.1. A prova prática para este cargo visa avaliar o candidato quanto ao domínio prático dos conhecimentos profissionais específicos constantes das atribuições do cargo e conteúdo programático específico, conforme Anexos I e II deste Edital e de acordo com o quadro abaixo:

Cargo	Tipo de Avaliação
Auxiliar de Manutenção e Conservação	<p>A prova prática consiste em executar atividades inerentes ao cargo. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>I – Apresentação (asseio e higiene pessoal), uso de EPIs</p> <p>II – Organização do trabalho</p> <p>III – Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho</p> <p>IV – Execução da tarefa proposta.</p> <p>O candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 1,00 por cada falta cometida.</p>

13. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

a) para os cargos com prova prática:

$$NF = NPE \times 2 + NPP \times 8 / 10$$

B) Para os demais cargos:

$$NF = NPE$$

Sendo:

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPP= Nota Prova Prática.

13.3. Serão considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco)

13.2 Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

13.3 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.4 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota nas questões de Conhecimentos básicos;

- c) Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- d) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

12.5 As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

13 DOS RECURSOS

13.1. contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Concurso Público na Internet, do ato em desfavor do qual o candidato recorrer.

13.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

13.4. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Concurso Público Edital 001/2018 de Águas Mornas;
- c) Na coluna "Meus Recursos" clique.
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"
- d) Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

14.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

14.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

14.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

14.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

14.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

14.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

14.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

14.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

14.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

14.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

14.15. Não haverá revisão de recursos já julgados. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo.

14.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

15. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1 A homologação do resultado final deste Concurso, se dará através de Decreto do executivo municipal devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

15.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

16. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

16.1 A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de ÁGUAS MORNAS, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

16.2 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de ÁGUAS MORNAS.

16.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de ÁGUAS MORNAS.

16.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

16.5 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

16.6 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até

30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7 O candidato aprovado no Concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ÁGUAS MORNAS, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Concurso Público.

16.9 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ÁGUAS MORNAS.

16.10 A inobservância do subitem 16.6, implicará na desclassificação da vaga do Concurso Público.

16.11 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

16.12 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

17. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

17.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o Concurso dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.

i) Responder, em conjunto com o município de ÁGUAS MORNAS eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

17.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada por ato oficial.

17.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de ÁGUAS MORNAS.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

18.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos.

18.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ÁGUAS MORNAS, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

18.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

18.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

18.6 O Município de ÁGUAS MORNAS e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

18.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

18.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

18.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

18.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de ÁGUAS MORNAS como do IOBV.

18.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

18.12 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de ÁGUAS MORNAS e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

18.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de ÁGUAS MORNAS e do IOBV.

18.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz-SC.

18.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

18.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição; Anexo V- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova.

ÁGUAS MORNAS, 31 de outubro de 2018.

Omero Prim

Prefeito Municipal

Toni Vidal Jochem

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGO DE NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
1. Auxiliar de Manutenção e Conservação	01	40h/s	R\$ 1.201,61	Alfabetizado.	Escrita e Prática	R\$ 50,00

CARGO DE NÍVEL MÉDIO E/OU TÉCNICO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
2. Fiscal de Obras e Vigilância Sanitária	01	40h/s	R\$ 2.425,28	Técnico em Edificações ou Topografia.	Escrita	R\$ 80,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
3. Fiscal de Tributos	01	40h/s	R\$ 2.425,28	Graduação em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Direito.	Escrita	R\$ 90,00
4. Fisioterapeuta	01	40h/s	R\$ 2.976,48	Graduação em Fisioterapia com Registro no Conselho de Fisioterapia.	Escrita	R\$ 90,00

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Auxiliar de Manutenção e Conservação

1. Auxiliar nos serviços funerários;
2. Construir, preparar, limpar, abrir e fechar sepulturas;
3. Realizar sepultamento e exumar cadáveres;
4. Trasladar corpos e despojos;
5. Conservar cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho;
6. Zelar pela segurança do cemitério
7. Zelar pela manutenção e pela limpeza de vasos e jardins do Município;
8. Introduzir sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;
9. Efetuar o preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais;
10. Realizar tratos culturais, além de preparar o solo para plantio;
11. Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos;
12. Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
13. Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços;
14. Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos;
15. Trabalhar na conservação das plantas;
16. Auxiliar na aplicação de inseticidas e fungicidas;
17. Executar trabalhos de preparar a terra, arando-a, adubando-a, irrigando-a e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas;
18. Introduzir sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;
19. Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
20. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrindo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos;
21. Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
22. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrindo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
23. Auxiliar nos serviços de calceteiro, coleta de lixo, pedreiro, carpinteiro, lajoteiro e outros;
24. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
25. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
26. Executar outras atividades correlatas.

Fiscal de Obras e Vigilância Sanitária

1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários;
2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos municípios, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, o Código de Posturas Municipais e as normas técnicas vigentes;
3. Fiscalizar obra para fins de concessão de habite-se, visitando-as para verificar se foram construídas de acordo com o projeto aprovado pelo Município;
4. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;
5. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência;
6. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação;
7. Informar processos referentes a construção, renovação de alvará, substituição de projeto, cancelamento de auto de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, amembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas, etc.;
8. Atender os municípios, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas referentes à saúde pública;
9. Conhecer, observar e manter-se atualizado quanto à legislação pertinente à sua área de atuação, emanadas nas diversas esferas (União, Estado e Município), entre as quais: Legislação Ambiental, Legislação Sanitária, Saúde Pública etc.;
10. Vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação;
11. Contribuir nos levantamentos de dados essenciais ao serviço, estabelecendo prioridades à implantação de saneamento básico;
12. Elaborar, sob orientação, programas de trabalho, recomendações técnicas e normas sanitárias bem como realizar o acompanhamento dos projetos;
13. Executar visitas com vistas à inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de estabelecimentos de interesse da saúde entre os quais: indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares, restaurantes, bares, farmácias, consultórios, clínicas, escolas, creches, asilos, orfanatos;
14. Inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública;
15. Executar a vigilância sanitária de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e perfumes, saneantes e domissanitários, produtos químicos, sangue e hemoderivados e fontes de radiações ionizantes;
16. Notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do Município;
17. Participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população;
18. Manter contato com os denunciante para servirem de testemunhas nos autos dos processos;
19. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;
20. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência;
21. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação;
22. Informar processos referentes a construção, renovação de alvará, substituição de projeto, cancelamento de auto de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, amembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas, etc.;
23. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
24. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
25. Executar outras atividades correlatas.

Fiscal de Tributos

1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto:
 - a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;
 - b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais;
 - c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido;
 - d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
 - e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
 - f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária;
 - g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária;
 - h) solicitar a apresentação, em Juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, s em prejuízo da comunicação ao Ministério Público, pela conduta tipificada no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.137/90;
 - i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;
 - j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais;

- k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
- l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais;
2. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;
3. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;
4. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação;
5. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;
6. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal;
7. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela Chefia;
8. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;
9. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90);
10. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
11. Elaborar relatórios mensais de suas atividades;
12. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas.

Fisioterapeuta

1. Definir, planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar as atividades da assistência fisioterapêutica aos pacientes/municípios;
2. Executar métodos e técnicas fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente/município;
3. Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia;
4. Habilitar pacientes;
5. Registrar no prontuário do paciente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e a alta em Fisioterapia;
6. Realizar diagnósticos específicos;
7. Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;
8. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
9. Recorrer a outros profissionais de saúde e/ou solicitar pareceres técnicos especializados, quando necessário;
10. Reformular o programa terapêutico sempre que necessário;
11. Integrar a equipe multidisciplinar de saúde, com participação plenas na atenção prestada ao paciente;
12. Colaborar na formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientado estágios;
13. Efetuar controle periódico da qualidade e resolutividade do seu trabalho;
14. Elaborar pareceres técnicos especializados;
15. Realizar atividades de fisioterapia e correção de postura com crianças da rede municipal de ensino;
16. Realizar atividades de ginástica laboral e correção de postura com os servidores públicos municipais;
17. Promover campanhas educativas;
18. Produzir manuais e folhetos explicativos;
19. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;
20. Utilizar recursos de informática;
21. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
22. Atender a normas de medicina, higiene e segurança do trabalho.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL ALFABETIZADO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero). Gêneros textuais: conto e fábula.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Lavagem e antissepsia das mãos. Hábitos de Higiene. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Conhecimento na área: Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Pesos e Medidas.

ENSINO MÉDIO COMPLETO**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ENSINO MÉDIO**FISCAL DE OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Legislação e administração pública: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Municipal; Lei da Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/ 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. . Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Outros Específicos: Endemias e epidemias; Epidemiologia. Noções básicas das seguintes endemias: a) Dengue, b) Esquistossomose, c) Leishmaniose, d) Leptospirose, e) Doença de chagas; Prevenção primária das endemias acima citadas; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias acima citadas; Combate aos agentes transmissores das endemias acima citadas. Noções sobre Saneamento; Combate à poluição; Saneamento do meio; Saúde Pública: Conceito. Objetivos. Epidemiologia geral: processo de saúde/doença. Frequência e distribuição das principais doenças na população brasileira. Medidas gerais de profilaxia, controle, eliminação e erradicação das doenças. Vigilância Sanitária: Conceitos. Áreas de Abrangência. Instrumentos de ação de Vigilância Sanitária. Fiscalização de locais públicos e particulares quanto aos aspectos de higiene nos alimentos, bebidas e instalações físicas. Manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final. Abastecimento de água potável, destino dos resíduos e controle de pragas. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos. Lixo: separação, reciclagem, destino; RDC 216/04 da ANVISA; Portaria 326/97 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Processo Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica e sua ação no controle de doenças. Doenças transmissíveis e modos de transmissão Saúde materno-infantil. Programas de imunização. Eficácia de vacinas. Saneamento do meio ambiente. Saúde e Nutrição. Biossegurança. Vigilância sanitária Sistema único de saúde. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Alimento: manipulação, armazenamento e transporte; saúde do trabalhador; normas federais constituição brasileira de 1988; Normas estaduais e municipais. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações

Administrativas.

Poder de polícia. Legislação inerente ao Plano Diretor e zoneamento urbano, Infrações: multa, embargo, interdição, demolições e similares. Licenças: Alvará de construção, de reforma e de demolição; habite-se e alvará de funcionamento. Uso e ocupação do solo, Parcelamento do solo e Lei Federal nº 6.766/79. Legislação sobre patrimônio histórico federal, estadual e municipal. Fiscalização: acompanhamento da execução física das obras e dos serviços, análise e interpretação de documentação técnica e de projetos, especificações técnicas, critérios de medição, projeto básico e executivo, diário de obras, memorial descritivo. Construção civil: serviços preliminares, canteiros de obras, terraplenagem, fundações, estruturas, instalações prediais, revestimentos, esquadrias, pisos, pinturas, coberturas, acessibilidade e prevenção de incêndio em edificações. Resíduos sólidos da construção civil. Normas regulamentadoras sobre segurança no trabalho. Legislação e normas acerca da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**FISCAL DE TRIBUTOS**

Legislação e administração pública: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Municipal; Lei da Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/ 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. . Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Outros Específicos: Legislação Municipal Específica; Hierarquia; Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte. Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos comuns - taxas diversas e contribuição de melhoria. Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções. Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Extinção do crédito tributário; Contribuição de melhoria; Lei 8.666; Código Tributário Nacional; Tributos na Constituição Federal; Legislação Tributária Municipal. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório.

FISIOTERAPEUTA

Inerentes ao Cargo: Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Biossegurança; Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Anatomia do corpo humano: planos e eixos anatômicos; esqueleto axial; ossos, juntas, músculos, vasos e nervos; sistema circulatório; sistema respiratório; sistema esquelético; sistema articular; sistema muscular. Anatomia funcional do sistema nervoso, organização e classificação, estrutura macroscópica e microscópica do sistema nervoso central e periférico. Aspectos gerais do sistema nervoso autônomo. Vias aferentes e eferentes do sistema nervoso central. Vascularização do sistema nervoso central. Fisiologia celular. Fisiologia

muscular. Contração do músculo. Placa motora. Potenciais de membrana e transmissão nervosa. Sinapse e os circuitos neuronais básicos. Fisiologia dos receptores. Fisiologia do sistema nervoso, muscular, cardiovascular e respiratório. Aplicação das leis e grandezas físicas na compreensão do movimento humano, no diagnóstico e na terapêutica relativa à fisioterapia. Princípios e estudo biomecânico do movimento humano (cinética e cinemática do movimento humano normal e adaptado na execução das atividades de vida diária). Equilíbrio do corpo humano. Efeitos da força de gravidade, centro de gravidade do corpo. Mecânica da coluna vertebral. Goniometria. Avaliação muscular: provas de força e flexibilidade. Aplicação do movimento sob forma terapêutica. Ganho de força muscular e amplitude de movimento: métodos, técnicas e recursos fisioterápicos. Noções de tratamento clínico e cirúrgico das doenças ortopédicas e traumáticas, assim como no tratamento em diferentes fases de doenças infecciosas e degenerativas de músculos, ossos e articulações. Disfunções da coluna vertebral. Fraturas e luxações. Desenvolvimento e avaliação do sistema neuropsicomotor. Paralisia cerebral. Paralisia braquial obstétrica. Mielomeningocele. Doenças neuromusculares e síndromes de regressão neurológica. Repercussão das doenças cerebrovasculares e traumatismo cranioencefálico na infância. Lesão de plexo braquial, plexo lombossacro e nervos periféricos. Lesão medular. Síndrome de GuillainBarré. Poliomielite. Acidente vascular cerebral. Traumatismo cranioencefálico. Doenças degenerativas de indivíduos adultos com doenças e disfunções neurológicas. Semiologia do aparelho respiratório. Patologias pulmonares mais frequentes, incluindo avaliação, classificação, quadro clínico, complicações, evolução e tratamento. Avaliação da função pulmonar: mecânica respiratória, ventilometria, espirometria e pressões respiratórias. Técnicas específicas em fisioterapia respiratória ambulatorial e de UTI. Ventilação mecânica invasiva e não invasiva. Métodos e técnicas de fisioterapia, empregados na reabilitação pulmonar (desobstrução, reexpansão e treinamento muscular). Indicação e características das órteses de membros inferiores, superiores e de tronco; próteses de membros inferiores. Indicação e tipos de auxílio locomoção. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Avaliação física, definição de objetivos e condutas, indicação de tratamento fisioterápico e abordagem em equipe interdisciplinar. Legislação creffito. Anatomia e fisiologia humana geral. Histologia, neurofisiologia. Biomecânica geral e cinesioterapia. Fisioterapia aplicada à: pediatria, neurologia, adulto e pediátrica; átraumato-ortopedia; reumatologia; aparelho cardiorrespiratório ambulatorial e cti (adulto e neonatal); ginecologia e obstetrícia, dermato-funcional. Eletroterapia, termoterapia. Fototerapia, hidroterapia, cinesioterapia, osteopatia, recursos terapêuticos manuais, métodos de reeducação postural, disfunções crânio-cervico-mandibulares, fisioterapia do trabalho e ergonomia. Código de Ética. Papel do fisioterapeuta na estratégia de saúde da família e na atenção básica. O papel da fisioterapia na prevenção e reabilitação. Fisioterapia em: Traumatologia, Ortopedia e Reumatologia; Respiratória e Cardiovascular; na Saúde do Trabalhador; Fisioterapia Geral (recursos eletrotermofototerápicos e manuais). Análise e Tratamento do Sistema Locomotor (Cinesioterapia e Cinesioterapia). Dispositivos auxiliares (órteses e próteses) e amputações. Exercícios fisioterápicos e suas inferências no sistema imunológico e saúde geral do indivíduo. Programa de Saúde na Escola (PSE). Código de ética e postura do Profissional do Fisioterapeuta. Higiene e segurança no trabalho. Reabilitações no domicílio/home care.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Concurso Público 001/2018 do Município de Águas Mornas - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2018.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO V
REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2018 da Prefeitura Municipal de Águas Mornas, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Intérprete de Libras

d) () Leitura de Prova

e) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Nome da Criança: _____

Data de Nascimento da Criança: _____

f) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Requerente

EDITAL Nº 002/2018 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788038

EDITAL Nº 002/2018 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas temporárias do quadro de Pessoal do magistério do Município de Águas Mornas, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Omero Prim, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar 11/2011 e suas alterações, torna público a realização de Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias do Quadro de Pessoal do magistério do Município de Águas Mornas, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Rua Coronel Feddersen, 1587 – 2º piso, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: www.iobv.org.br e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pelo decreto nº 072/2018.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	01/11 a 30/11/18
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	Até 14/11/18
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	26/11/18
Títulos para os Professores: Enviar documentação via Sedex/Ar até:	30/11/18
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	Até 30/11/18
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/12/18
Homologação das inscrições e divulgação das inscrições indeferidas	05/12/18
Recursos contra indeferimento das inscrições	06 e 07/12/18
Local de prova	12/12/18
PROVAS ESCRITAS	16/12/18
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	17/12/18
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita:	18 e 19/12/18
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	08/01/19
Classificação Preliminar	09/01/19
Recursos contra a classificação preliminar	10 e 11/01/19
Classificação Final	14/01/19
Homologação do Resultado Final	Após 14/01/19

- 1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão de Processo Seletivo Simplificado Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.
- 1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.
- 1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Águas Mornas na Internet: <http://www.aguas-mornas.sc.gov.br/>, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; na Secretaria Municipal de Educação; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.
- 1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.
- 1.8. O prazo de validade do Seletivo é de 1 (um) ano, contado da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.
- 1.9. Durante o prazo de validade do Seletivo, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.
- 1.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.11. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.12.
- 1.12. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.
- Endereço para remessa via postal de documentos:
IOBV – PROCESSO SELETIVO DE ÁGUAS MORNAS
Rua Coronel Feddersen, número 1587 – 2º piso – Centro
89.190-000 – Taió - SC
- 1.13. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Águas Mornas e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A participação no Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

3.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

3.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Complexo Educacional, situado à Rua Prefeito José Higino Martins, 42, bairro Centro, Águas Mornas/SC, no horário de atendimento das 8h00min às 17h00min.

3.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

3.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "Concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Águas Mornas Edital 002/2018 Processo Seletivo;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.7. O IOBV e a Prefeitura de Águas Mornas eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.8. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.9. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro on line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Secretaria Municipal de Educação de Águas Mornas.

3.10. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Professor curso superior: R\$ 90,00 (noventa reais);

3.11. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

3.12. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras o boleto é CEF – Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

3.13. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.14. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

3.15. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.16. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.17. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.18. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

3.19. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

3.20. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

3.21. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

3.22. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

3.23. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.24. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.25. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

3.26. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.aguasmornas.sc.gov.br.

3.27. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

4.2. Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)

4.3. Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.4. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: deverão no momento da inscrição on-line, solicitar

a isenção (CADÚnico) e preencher o nº do NIS.

4.5. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

4.6. Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

4.7. Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

4.8. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

4.9. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

4.10. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

4.11. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

4.12. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição

4.13. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

4.14. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas. São reservadas para as Pessoas com Deficiência (PcD) 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas.

5.2. Caso a aplicação do percentual de 5% não resulte na oferta imediata de vagas para o cargo, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo ao qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.

5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

5.4. Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.12 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo V);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo V do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

5.7. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo V) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Águas Mornas, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.13. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.
- 6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do Seletivo na internet www.iobv.org.br.
- 6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.
- 6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.
- 6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. OUTROS REQUERIMENTOS

7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em duas etapas, conforme segue:

8.1.1. Cargos de Professores, constará de 2 etapas:

- Primeira Etapa: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- Segunda Etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório para os aprovados na prova escrita.

10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Águas Mornas-SC, em local que será divulgado quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Águas Mornas locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Águas Mornas.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Escolaridade: Superior (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Gerais e atualidades	5		
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,70	7,00
	Total	25		10,00

Os programas das provas encontram-se publicados no anexo II do presente Edital.

10.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Seletivo envia todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.9. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente

assinado e o caderno de questões.

10.10. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.11. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.12. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Seletivo.

10.13. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Águas Mornas, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários
	VESPERTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	13h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	13h52min
Início da resolução da prova.	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	14h30min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	16h00

11.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.6. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas caneta no local)
- b) Documento de Identificação com foto;
- c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;
- d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.16. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos pra o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou só de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova,

corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18. É vedado ao candidato, durante a realização da provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica o vídeo.

11.20. O IOBV e Prefeitura Municipal de Águas Mornas não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.24. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.28. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.30. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS

11.1. Para o cargo de Professor: a segunda etapa do Concurso Público consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

11.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação, devidamente autenticados em cartório e relacionados a educação.

11.3. Os diplomas de cursos de pós-graduação emitidos no exterior deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

11.4. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de julho de 2018 cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

11.5. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão obrigatoriamente protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX/AR, no prazo estabelecido no cronograma deste edital, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) O certificado do título que deseja ser avaliado, acompanhado de histórico escolar. (cópia autenticada)

b) Cópia do comprovante de inscrição. (cópia simples)

12.5.1 Enviar documentos para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

PROVA DE TÍTULOS – PROCESSO SELETIVO ÁGUAS MORNAS – SC

Rua Coronel Feddersen, 1587, 2º piso – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

11.6. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma deste Edital, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos

Correios.

11.7. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

11.8. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	1,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,50

11.9. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,50 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

11.10. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

11.11. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, ou seja, cuja nota for igual ou superior a 5,00 (cinco).

13. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

12.1 Para os cargos de professores: A nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

13.2 Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

13.3 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.4 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- Maior nota nas questões de Conhecimentos básicos;
- Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- Maior idade, contada com base na idade em dias, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

12.5 As pessoas com deficiência integram lista especial de classificação.

13 DOS RECURSOS

13.1. contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Concurso Público na Internet, do ato em desfavor do qual o candidato recorrer.

13.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

13.4. Recursos Via Internet:

- Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 002/2018 de Águas Mornas;
- Na coluna "Meus Recursos" clique.
- Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- Clicar em "enviar"
- Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

14.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

14.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

14.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

14.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

14.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

14.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

14.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

14.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas

respostas individuais aos candidatos.

14.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

14.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

14.15. Não haverá revisão de recursos já julgados. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo.

14.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

15. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1 A homologação do resultado final deste Seletivo, se dará através de Decreto do executivo municipal devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

15.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

16. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

16.1 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de ÁGUAS MORNAS, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

16.2 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de ÁGUAS MORNAS.

16.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de ÁGUAS MORNAS.

16.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

16.5 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

16.6 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga.

16.7 O candidato aprovado no Seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ÁGUAS MORNAS, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

16.9 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de ÁGUAS MORNAS.

16.10 A inobservância do subitem 16.6, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

16.11 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

16.12 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

17. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

17.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o Seletivo dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de ÁGUAS MORNAS eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

17.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.

17.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de ÁGUAS MORNAS.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

18.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

18.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de ÁGUAS MORNAS, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

18.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados

ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

18.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

18.6 O Município de ÁGUAS MORNAS e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

18.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

18.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

18.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

18.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de ÁGUAS MORNAS como do IOBV.

18.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

18.12 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de ÁGUAS MORNAS e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

18.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de ÁGUAS MORNAS e do IOBV.

18.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz-SC.

18.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

18.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição; Anexo V- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova.

ÁGUAS MORNAS, 31 de outubro de 2018.

Omero Prim

Prefeito Municipal

Toni Vidal Jochem

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS DE PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
1. Professor Artes (habilitado)	CR	10h, 20h, 30h ou 40h/s	10h R\$ 670,31 20h R\$ 1.340,63 30h R\$ 2.010,94 40h R\$ 2.681,26	Formação Superior Plena em Artes	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
2. Professor Artes (não-habilitado)	CR	10h, 20h, 30h ou 40h/s	10h R\$ 536,25 20h R\$ 1.072,04 30h R\$ 1.608,75 40h R\$ 2.145,01	Cursando Ensino Superior em Artes com o 4º Semestre concluído	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
3. Professor Educação Física (habilitado)	CR	10h, 20h, 30h ou 40h/s	10h R\$ 670,31 20h R\$ 1.340,63 30h R\$ 2.010,94 40h R\$ 2.681,26	Formação Superior Plena em Educação Física	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
4. Professor Educação Física (não-habilitado)	CR	10h, 20h, 30h ou 40h/s	10h R\$ 536,25 20h R\$ 1.072,04 30h R\$ 1.608,75 40h R\$ 2.145,01	Cursando Ensino Superior em Educação Física com o 4º Semestre concluído	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
5. Professor Educação Infantil (habilitado)	CR	20h ou 40h/s	20h R\$ 1.340,63 40h R\$ 2.681,26	Formação Superior Plena em Pedagogia Educação Infantil	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
6. Professor Educação Infantil (não-habilitado)	CR	20h ou 40h/s	20h R\$ 1.072,04 40h R\$ 2.145,01	Cursando Ensino Superior em Pedagogia Educação Infantil com o 4º Semestre concluído	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
7. Professor Séries Iniciais (habilitado)	CR	20h ou 40h/s	20h R\$ 1.340,63 40h R\$ 2.681,26	Formação Superior Plena em Pedagogia Séries Iniciais	Escrita e Títulos	R\$ 90,00
8. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	CR	20h ou 40h/s	20h R\$ 1.072,04 40h R\$ 2.145,01	Cursando Ensino Superior em Pedagogia Séries Iniciais com o 4º Semestre concluído	Escrita e Títulos	R\$ 90,00

*CR = Cadastro Reserva.

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Professor Artes

Professor Educação Física

Professor Educação Infantil

Professor Séries Iniciais

Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;

Cumprir e fazer cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município, o Regime Único para os Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto político Pedagógico da instituição, a Legislação Educacional vigente e demais legislações em vigor.

Participar no processo de planejamento, execução e avaliação das atividades da escola;

Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do curriculares vigentes;

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, plano anual e sistema de avaliação, nos prazos estabelecidos;

Estabelecer e criar alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento, utilizando estratégias diversificadas para promover a aprendizagem;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;

Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Constatar necessidade e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento com o respectivo relatório;

Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;

Zelar pela disciplina e pelo material docente;

Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo;

Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos;

Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno, articulando a comunicação entre a escola x família x comunidade;

Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis;

Representar, quando designado, a Direção da Escola;

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Cumprir a hora atividade na instituição com atividades pertinentes ao ensino aprendizagem;

Utilizar estratégias diversificadas para promover a aprendizagem;

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS DE PROFESSOR

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS INERENTES AOS CARGOS DE PROFESSOR

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigos, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS (área da educação):

Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; psicologia da educação; Interdisciplinaridade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE PROFESSOR:

PROFESSOR ARTES

Didática e prática de ensino de Artes: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Artes; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Artes; Proposta curricular de Arte do município e do Estado; As ações do professor e dos alunos; Arte e os Temas Transversais; A história da Arte: características dos movimentos e períodos. Movimentos da Arte e suas produções artísticas. A percepção de qualidades estéticas. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Trabalho por projetos. Folclore: catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. Arte no ensino fundamental: Objetivos gerais do ensino de Arte; O ensino de Arte no currículo escolar: legislação e prática; Conteúdos de Arte no ensino fundamental; Critérios de avaliação de aprendizagem em Arte. As linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Artes Visuais: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dança: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos. Fundamentos da Dança. Música: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos musicais. Educação musical, instrumentos musicais. Estilos musicais nacionais e internacionais. Teatro: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos do Teatro. História do Teatro. Estilos e gêneros teatrais. Modalidades do espaço cênico. Elementos estruturais da linguagem teatral.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Funcionamento da Educação Básica; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Didática Geral e da Educação Física; Metodologia para o ensino da Educação Física; Fundamentos da Educação; Filosofia e Sociologia da Educação Física; Educação Física Escolar e Cidadania; Atividades Rítmicas na Escola; Organização e Administração de Eventos Escolares; Educação para Saúde; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Biomecânica; Qualidades Físicas na Educação Física; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Desenvolvimento e do Esporte; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Educação Física Adaptada; Recreação, Jogos e Lazer; Educação Física Escolar e Qualidade de Vida; Planejamento Curricular; Administração Escolar; Políticas Públicas em Educação Física; Ética e Deontologia da Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Educação Física.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação);

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização

do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino- Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Alfabetização e letramento. e conhecimentos específicos comuns a todos os cargos.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 002/2018 do Município de Águas Mornas - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requiero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2018.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 002/2018 da Prefeitura Municipal de Águas Mornas, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID n.º: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte n.º _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Intérprete de Libras

d) () Leitura de Prova

e) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Nome da Criança: _____

Data de Nascimento da Criança: _____

f) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Requerente

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2018

Publicação Nº 1788581

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Lote

Data de Abertura: 12 de Novembro de 2018.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Contratação de empresa especializada em prestação de seguro com assistência de 24 (vinte e quatro) horas de veículos que compõem a frota municipal. Conforme Anexo I Termo de Referência. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 30 de Outubro de 2018.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.682, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788072

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 746, de 27 de novembro de 2017;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na seguinte ação orçamentária:

9000	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
9001	Coordenadoria de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.50	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura
13.392.50.2.90	Atividades Gerais da Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.100	Aplicações Diretas
	R\$ 45.000.00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2017, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.0000"

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 17 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.683, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788073

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "b", da Lei Municipal nº 746, de 27 de novembro de 2017;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na seguinte ação orçamentária:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica

10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.1.26	Aquisição de Veículos, Mobiliário e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.0804	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

excesso de arrecadação de Convênios, no vínculo abaixo:

a) "804" - Rec. Vinculados - Convênios Saúde/União

R\$ 25.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 25 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 177, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788091

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, LAURINDO LAVREZ, matrículas 46, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no período de 01½ (um e meio) dia no dia 23 de outubro de 2018, a partir das 13:30 horas e dia 24 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 178, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788083

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, CLAUDETE LANGNER, matrículas 490, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, dia 23 de outubro de 2018, totalizando 01 (um) dia, conforme atestado médico expedido pela Dra. Raquel Queiroz dos Santos CRM-SC 14922.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 24 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 179, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788082

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, EDUARDA JÚLIA NICOLLI MIOTTO, matrículas 749, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL- 20 HORAS, no dia 18 de outubro de 2018, totalizando 01 (um) dia conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 24 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 180, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788081

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, NEDIO LEONIR GASTMANN, matrículas 472, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, no dia 25 de outubro de 2018, de 13:30 as 18:00 horas, totalizando ½ (meio) dia, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Daniel Borges Fialho CRM-SC 19003.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 181, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788080

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, LILIAN KRUG JUNG GASTMANN, matrículas 498, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, no dia 25 de outubro de 2018, de 13:30 as 17:30 horas, totalizando ½ (meio) dia, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Daniel Borges Fialho CRM-SC 19003.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 182, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788079

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, MARCOS DAHMER, matrículas 133, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, no dia 26 de outubro de 2018, de 13:30 as 17:00 horas, totalizando ½ (meio) dia, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Herley Adriano da Silva CRO-SC 8135.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 29 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 183, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788077

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ANA LÚCIA ROJAS ALÉM, matrículas 791, ocupante

do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no dia 29 de outubro de 2018, de 13:30 as 18:00 horas, e dia 30 de outubro de 2018, totalizando 1½ (um e meio) dia, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 29 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 184, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788076

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ANGELA RÜCKERT, matrículas 331, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, no período de 29 de outubro a 01 de novembro de 2018, totalizando 04 (quatro) dias, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gilmar Luis Zortéa CRM-SC 4719.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 29 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS - TP 003/2018 - PM

Publicação Nº 1788266

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇO 003/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que dará prosseguimento na abertura das Propostas de Preços do Processo Licitatório 077/2018, no dia 09/11/2018 às 08h00min na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC, referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra necessária, para Ampliação e Reforma do Prédio do Grupo de Idosos Sempre Unidos do município de Anchieta/SC, com área total de 128,89 m² de acordo com projetos, memorial descritivo, planilha orçamentaria e cronograma físico-financeiro. Conforme Convênio nº 2018TR000814 firmado entre a ADR – Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste e o Município de Anchieta/SC - Recursos Fundo Social – Programa de Transferência nº 2018007519. Anchieta, 30 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 180/2018

Publicação Nº 1788677

DECRETO Nº. 180/2018, de 29 de outubro de 2018

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.968,63 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos) e contém outras providências. O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.347, de 29 de novembro de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :
TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.347, de 29 de novembro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.968,63 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e Três centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.968,63 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0024.2.104 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Média e Alta Complexidade
(103) 3.3.90.00.00.00.00.0759 -Aplicações Diretas R\$ 956,72

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0023.2.101 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Atenção Básica
(64) 3.3.90.00.00.00.00.0765 -Aplicações Diretas R\$ 1.011,91
Total R\$ 1.968,63

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 759 (00.01.0759) Transferência de Receita do FNS/SUS- MAC-Incremento Custeio, e na fonte de recursos sob nº. 765 (00.01.0765) Transferência Receita FNS/SUS - Emenda - PAB Incremento Dario B.- Proc.25000.493891/2017-13, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada o produto do Provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2018, no valor de até R\$ 1.968,63 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e tres centavos), atinente a

execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a fonte de Recurso sob nº. 759 (00.01.0759) Transferência de Receita do FNS/SUS- MAC-Incremento Custeio, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 13.543-7 – código reduzido 61367, referente fonte receitaria sob código 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.37 – Remuneração de Receita Depósito Bancário Receita EMENDA MAC INCREMENTO, no valor de até R\$ 956,72 (novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) e , e na fonte de recursos sob nº. 765 (00.01.0765) Transferência Receita FNS/SUS - Emenda - PAB Incremento Dario B.- Proc.25000.493891/2017-13, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 13.606-9 – código reduzido 62248, referente fonte receitaria sob código 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.24 – Remuneração de Receita Depósito Bancário Receita -PAB Incremento Dario B., no valor de até R\$ 1.011,91 (um mil e onze reais e noventa e um centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.338 de 16 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do O Prefeito Municipal de Anchieta (SC), 29 de outubro de 2018.

IVAN JOSE CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 113/2018

Publicação Nº 1787915

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 113/18
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001243 de 13 de Dezembro de 2017
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:	
09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
(8) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.030-0.1.67- Aplicação Direta		2.660,00
	Total Suplementação	2.660,00
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 29 de outubro de 2018.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2018 - CME

Publicação Nº 1787693

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2018

Orienta sobre os procedimentos relativos à escolha de turmas, dos professores efetivos do quadro de Magistério da Rede Municipal de Ensino, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Angelina.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Angelina, no uso de suas atribuições e considerando:
A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 que dispõem sobre a garantia dos direitos a todos os brasileiros;
A Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
A Lei Complementar nº. 22/2013, que dispõe sobre o novo estatuto dos profissionais do magistério municipal de Angelina, e da outras providências;
Considerando a necessidade de estabelecer normas, critérios e procedimentos que assegurem legalidade, legitimidade e transparência ao processo anual de escolha de turmas, para os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, estabelece:

Art. 1º Nos Centros Municipais de Educação Infantil e Núcleos Escolares Municipais, o processo de Escolha de Turma, pelos professores efetivos, será desenvolvido na conformidade das normas estabelecidas na presente Instrução Normativa.

Art. 2º Considera-se turma, para os efeitos desta Instrução Normativa, o agrupamento de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, cuja composição tenha sido informada pela unidade de ensino, ratificada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º – Para escolha de turmas os diretores e/ou correlatos deverão observar os seguintes critérios:

I. Lotação na Unidade Escolar.

II. Especialização e/ou Pós-Graduação na área de Educação;

III. Professor com maior tempo de serviço com base na data de nomeação do cargo no Magistério Público Municipal, (descontados os períodos de interrupção), em razão do que, o ocupante de duas matrículas deverá escolher as turmas considerando o tempo de serviço em cada nomeação;

IV. Havendo empate entre dois ou mais Professores, o critério de desempate será pela maior idade dos interessados.

Art. 4º. O processo de distribuição de turmas será lavrado em Ata própria, com assinaturas de todos os presentes, onde uma vez escolhida

a turma não haverá trocas, a fim de garantir o bom andamento da distribuição.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições contrárias a esta Instrução Normativa.

Art. 6º. Casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina, 29 de outubro de 2018.

Rosi Meri da Silva
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Anitápolis

PREFEITURA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2015

Publicação Nº 1787860

TERMO ADITIVO Nº 05

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º 047/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Anitápolis, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.332/0001-92, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Laudir Pedro Coelho, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada por sua Procuradora Sr.ª Helena Beatriz Pacheco Daros, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que "É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, 'b' da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionais, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites preestabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário" (Decisão TCU nº 215/1999 – Processo nº 930.039/1998-0), considerando que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público derivadas de novas imposições legais, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando também, o premente interesse público em disponibilizar aos contribuintes, contadores, fiscais, uma ferramenta web para controle das Informações Fiscais do ISS mais robusta, e uma ferramenta web de Atendimento ao Cidadão com banco de dados único hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, e considerando ainda o premente interesse público em disponibilizar aos servidores públicos ferramenta web para controle e gestão de seus dados cadastrais e contratuais, evitando-se assim deslocamentos desnecessários para atualização, manutenção de cada servidor à unidade central, tendo em vista ser possível o acesso à ferramenta de qualquer local e também normatizando-se as rotinas, conferindo-se segurança e maior agilidade a todas as transações realizadas, para dele constar as seguintes alterações: RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 047/2015, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Pelas razões de interesse público acima elencadas e também demais circunstâncias afetas à conveniência e oportunidade administrativa, a CONTRATANTE resolve migrar o sistema de Cidadão via internet, atualmente em uso, para as novas respectivas versões disponibilizadas pela CONTRATADA, devendo atender aos requisitos técnicos constantes na Cláusula Segunda, em substituição ao disposto no Pregão Presencial n.º 027/2015.

Para tanto, altera-se os valores dos itens do objeto originário do contrato na ordem mensal de:

Atendimento ao Cidadão via internet de R\$ 359,92 para R\$ 450,00

Cláusula Segunda – DA ALTERAÇÃO DO ESCOPO

O sistema Atendimento ao cidadão via internet deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1. Permitir ao contribuinte o acompanhamento de sua situação junto à entidade, por meio de consulta e emissão, apresentando débitos e dívidas com valores atualizados em tempo real.
2. Permitir ao contribuinte o acompanhamento da situação financeira de seus imóveis e econômicos junto à entidade, por meio de consulta, apresentando débitos e dívidas com valores atualizados em tempo real.
3. Possibilitar a autenticação do documento de Certidão Negativa de Débitos Municipais impresso via Internet.
4. Permitir que o contribuinte possa efetuar a alteração de suas senhas de acesso.
5. Permitir que o contribuinte efetue seu cadastro por meio da internet, utilizando assinatura digital e anexo de documentos.
6. Permitir de forma configurável que os contadores, imobiliárias ou cartórios acessem as informações dos clientes que representam.
7. Possibilitar a emissão de documentos, como certidões e Alvarás pela internet de forma personalizada, utilizando como base para verificação a situação financeira do contribuinte no sistema tributário em tempo real.
8. Permitir a emissão de Certidão de ITBI, com a guia de pagamento do respectivo tributo em anexo.
9. Permitir ao contribuinte a geração de ITBI para imóveis urbanos pela Web.
10. Permitir ao contribuinte a geração de ITBI para imóveis rurais pela Web, sem necessidade de ter o imóvel rural cadastrado.
11. Permitir configurar se a geração do ITBI será automática ou apenas mediante ao deferimento da solicitação de ITBI, mediante análise do responsável.
12. Possibilitar a emissão de guias de pagamento de qualquer Tributo Municipal, via Internet, podendo ser emitidas por parcela com descontos ou acréscimos e ter suas informações atualizadas em tempo real.
13. Possibilitar a geração de um código de controle para averiguar a veracidade das informações contidas no documento emitido pelo sistema.

14. Permitir a emissão de guias de pagamento, possibilitando a unificação de parcelas e receitas distintas em uma só guia.
15. Permitir configurar quais informações serão demonstradas na consulta de Informações Cadastrais.
16. Permitir qualquer rotina de emissão de documentos ou guias, por exemplo: Alvará de Licença/Localização ou Funcionamento, Certidão Negativa de Contribuinte, Guias Diversas.
17. Disponibilizar ao administrador do site, no módulo administrativo, a lista de links para acesso a funcionalidades direto do site da Prefeitura Municipal.
18. Permitir efetuar configuração das solicitações de serviço pela web, definindo quais taxas estarão disponíveis e se será gerado protocolo a partir da solicitação do serviço.
19. Permitir configurar a forma de cadastro do contribuinte, definindo se o cadastro será automático ou por deferimento, se o cadastro será restrito por assinatura digital ou se obrigará anexos de documentos.
20. Permitir configurar se haverá verificação quanto as declarações de serviços prestados e tomados na emissão das certidões negativa de contribuinte e de econômico.
21. Permitir personalizar o layout das certidões negativas e dos alvarás que são editáveis, definindo modelo específico para entidade.
22. Permitir configurar se a lista dos imóveis englobados será exibida na certidão negativa de contribuinte e de imóvel.
23. Permite cadastrar convênios e emitir boletos bancários com a modalidade de Carteira com Registro.
24. Permitir configurar quais informações do endereço do sacado serão exibidas nas guias de pagamento.
25. Possibilitar o envio da senha via email nos casos de esquecimento, após solicitação do contribuinte.
26. Possibilitar emissão e configuração de Alvará de Bombeiro, de Vigilância Sanitária, de Meio Ambiente e de licença e localização, bem como definir se haverá verificação dos débitos para geração do documento.
27. Possibilitar configurar a solicitação de coleta seletiva informando quais características o imóvel deve possuir para que seja indicado na solicitação de coleta seletiva.
28. Possibilitar que o contribuinte solicite coleta seletiva para seus imóveis pela web, de forma que sejam beneficiados com redução da taxa de coleta de lixo.
29. Possibilitar que o contribuinte solicite a emissão de carnês via web para seus imóveis, de forma que sejam beneficiados com isenção de taxa relativa a emissão dos carnês.
30. Possibilitar configurar a solicitação de emissão de carnês via web informando quais características o imóvel deve possuir para que seja indicado na solicitação.
31. Possibilitar que o contribuinte consulte os créditos tributários disponíveis e utilizados em exercícios anteriores e que o mesmo possa indicar quais os imóveis serão beneficiados com o crédito recebido por ele por ser tomador de serviços de nota eletrônica.
32. Possibilitar configurar o período que o contribuinte poderá indicar seus imóveis para abatimento do crédito disponível no IPTU, bem como se o contribuinte poderá indicar imóveis que não é proprietário.
33. Possibilitar consulta de solicitações de ITBI anteriores, com filtros de código e ano da solicitação, código do imóvel, situação da solicitação, CPF/CNPJ do comprador vendedor ou responsável, e data de solicitação.
34. Possibilitar a configuração de fórmulas para geração de acréscimos moratórios.
35. Possibilitar a configuração de fórmulas para controle de acréscimos quando antecipado pagamentos.
36. Possibilitar a configuração de fórmulas para correção monetária.
37. Possibilitar a configuração de fórmulas para controle da emissão de documentos.
38. Possibilitar o cadastro de mensagem personalizada para obtenção de senha com a finalidade de orientação ao contribuinte.
39. Permitir apresentar informações cadastrais de imóveis ou econômicos nas guias de pagamento.
40. Permitir que o contribuinte visualize os dados da solicitação de ITBI de forma prévia, bem como imprima tais informações.
41. Permitir que a ferramenta tenha um acesso para a entidade e outra para o contribuinte.
42. Permitir a emissão de certidão de econômico já baixado.
43. Permitir que o contribuinte consulte quais documentos serão necessários para fazer solicitações junto a Prefeitura.
44. Disponibilizar novidades e melhorias liberadas no sistema fornecido.
45. Permitir a criação e edição de logotipos de banco.
46. Possibilitar alterar a data de vencimento de guias, possibilitando simular os acréscimos conforme data de vencimento.
47. Permitir a consulta de informações cadastrais.

Cláusula Terceira – DA MIGRAÇÃO DO SISTEMA

A migração ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, durante os quais, poderá haver o uso paralelo de ambas as versões, eventuais falhas da nova versão não serão consideradas ou tratadas como infrações contratuais, nem tampouco, configurarão justificativas para sanções à CONTRATADA durante esse interim, exceto quando comprovado prejuízo a que deu causa à CONTRATADA, salvaguardando os direitos de ressarcimento ao erário público inerente à CONTRANTE e de contraditório e ampla defesa inerentes à CONTRATADA.

Cláusula Quarta – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Anitápolis, 15 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE ANITAPOLIS

Laudir Pedro Coelho

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Helena Beatriz Pacheco Daros

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 495/2018

Publicação Nº 1788770

PORTARIA Nº 495/2018
Concede férias a servidor.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, nos períodos de 19/11/2019 a 28/11/2018, 10/12/2018 a 19/12/2018 e 14/01/2019 a 23/01/2019, referente ao período aquisitivo de 15/04/2016 a 14/04/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito em exercício

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2018.

PORTARIA N 497/2018

Publicação Nº 1788771

PORTARIA nº 497, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público, da servidora MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA, a partir de 01/11/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA,, detentora da matrícula funcional nº 185, portadora do CPF nº 692.752.549-15, inscrita no PASEP nº 1703312020-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (Pós-Graduação / Especialização) - 40h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 6.905,99 (seis mil novecentos e cinco reais e noventa e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei nº 558/92 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e tem seus efeitos a partir de 01/11/2018, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2018.

Onélio Richartz
Prefeito Municipal em Exercício

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2018

Publicação Nº 1788129



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS/MATERIAL DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 107/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS/MATERIAL DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL**, conforme quantitativos e condições a seguir:

4642 - TRATOR PEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	CALÇO GRANDE PARA LAMINA, MATERIAL: BRONZE, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K) - CODIGO: 1781665 REFERENTE AO MANUAL DO EQUIPAMENTO	HALLOS	10	R\$105,0000	R\$ 1.050,00
3	CALÇO GIRO LAMINA MATERIAL: BRONZE, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, TIPO MEIA LUA, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA KOMATSU GD555) - CODIGO: 23B7051560 REFERENTE AO MANUAL DO EQUIPAMENTO	HALLOS	8	R\$142,0000	R\$ 1.136,00
4	CALÇO DA CORREDIÇA DA LAMINA MATERIAL: BRONZE, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA KOMATSU GD555) - CODIGO: 23B7031331 REFERENTE AO MANUAL DO EQUIPAMENTO	HALLOS	40	R\$43,0000	R\$ 1.720,00
5	CALÇO GRANDE PARA LAMINA, MATERIAL: BRONZE, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA KOMATSU GD555) - CODIGO: 23B7353320 REFERENTE AO MANUAL DO EQUIPAMENTO	HALLOS	5	R\$60,0000	R\$ 300,00
6	CABO PARA CAPINADEIRA, MODELO: CAPINADEIRA/HIDRAULICA, MATERIAL:AÇO, 1 POLEGADA DE GROSSURA, DE BOA QUALIDADE, COMPRIMENTO DE 45CM, COM 02 ABRAÇADEIRAS POR CABO	CABEMA	500	R\$22,0000	R\$ 11.000,00
7	CERDAS DE AÇO, TAMANHO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE(BOB CAT CAPINADEIRA HIDRÁULICA)	CLARINOX	250	R\$21,5000	R\$ 5.375,00
8	CERDAS DE NYLON, TAMANHO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE((BOB CAT CAPINADEIRA HIDRÁULICA)	CLARINOX	250	R\$19,0000	R\$ 4.750,00
11	CALÇO CHATO COM 2 PERNAS DO GIRO, MATERIAL:BRONZE, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K)	HALLOS	40	R\$27,0000	R\$ 1.080,00
13	LAMINA MEDINDO 1,70X17CM DE LARGURA, COM 7 FUROS,DUREZA MINIMA280 A 320HB (USO BOBCAT)	TBM	6	R\$399,0000	R\$ 2.394,00
14	DENTE WA200	SICOL	20	R\$38,9000	R\$ 778,00
19	LAMINA MEDINDO 2,22MT COMP, 10 FUROS(29,5 CM ENTRE OS FUROS),USO RETRO CATERPILLAR.	TBM	3	R\$850,0000	R\$ 2.550,00
Total Fornecedor:			R\$ 32.133,00		
99872 - JULIO SILVESTRI FILHO ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	CALÇO PEQUENO PARA LAMINA, MATERIAL: BRONZE, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K) - CODIGO: 5T8366 REFERENTE AO MANUAL DO EQUIPAMENTO	SUPRI	80	R\$37,0000	R\$ 2.960,00
9	SUPORTE DE DENTE, MATERIAL: FERRO, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (ESCAVADEIRA KOMATSU PC160)	DNX	20	R\$118,0000	R\$ 2.360,00
10	CALÇO DE GIRO LAMINA, MATERIAL:BRONZE, TIPO MEIO LUA, LARGURA E COMPRIMENTO PADRÃO, DE BOA QUALIDADE (MOTONIVELADORA CATERPILLAR120K)	JEK	24	R\$72,0000	R\$ 1.728,00
16	FACA LATERAL PC 160	COLINA	10	R\$205,0000	R\$ 2.050,00
17	UNHA CASE 580L	MDX	200	R\$18,5000	R\$ 3.700,00
18	LAMINA MEDINDO 2,24MT COMP, 10 FUROS(24 CM ENTRE OS FUROS),USO RETRO RANDON.	METISA	9	R\$885,0000	R\$ 7.965,00
Total Fornecedor:			R\$ 20.763,00		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

158194 - RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A.					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
12	LAMINA CURVA 13 FUROS, COM FUROS 3/4, DUREZA MINIMA 400 A 500HB (USO EM PATROLA CATERPILER 120K E KOMATSU GD555)	RTB	40	R\$339,0000	R\$ 13.560,00
15	DENTE PC 160	TURBO FPS	150	R\$48,9000	R\$ 7.335,00
Total Fornecedor:					R\$ 20.895,00
Total Geral:					R\$ 73.791,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 107/2018 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 30/10/2019.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos produtos é EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS após a emissão da ordem de compra emitida pela Secretaria responsável. A entrega do objeto licitado deverá ser efetivada PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE de suprimento, através de requisição emitida pela Secretaria Responsável. O local da entrega será na GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 e as respectivas para o exercício de 2019.

Dotação
165.6.1.2060.333903039000000.1000000
177.7.1.2070.333903039000000.1000000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

189.6.1.2060.333903039000000.1390300

80.6.1.2060.333903039000000.1420001

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 30 de outubro de 2018.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

TRATOR PEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
VILMAR FORRYTA
Contratada

JULIO SILVESTRI FILHO ME
VANIO NUNES
Contratada



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A.
DOUGLAS CAVALHEIRO DA LUZ
Contratada

DECRETO Nº 3063

Publicação Nº 1788159

DECRETO Nº 3063/2018

De 23/10/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 16.802,02 (Dezesseis mil oitocentos e dois Reais e dois centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

05	Fundo Municipal de Saude	
001	Fundo Municipal de Saude	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	16.802,02
	TOTAL	16.802,02

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 23 de Outubro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3064

Publicação Nº 1788226

DECRETO Nº3064/2018

De 23/10/2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 29.500,00(Vinte e nove mil e quinhentos Reais), da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura
----	----------------------------------

001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	12.200,00
	Subtotal	12.200,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	17.300,00
	Subtotal	17.300,00
	TOTAL	29.500,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a e suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 29.500,00 (Vinte e nove mil e quinhentos Reais), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	12.200,00
	Subtotal	12.200,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	17.300,00
	Subtotal	17.300,00
	TOTAL	29.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 23 de Outubro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0433/2018

Publicação N° 1787843

PORTARIA N° 0433/2018

De 30 de outubro de 2018

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

TITO RAFAEL FONTANIVE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 01/2018, com homologação do resultado final em 18/06/2018, RESOLVE

Art. 1º - Nomear em de 30 de outubro de 2018, TITO RAFAEL FONTANIVE, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de RECEPCIONISTA – 40 horas semanais, inscrição nº 504 do Concurso Público nº. 01/2018.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 30 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 13/2018

Publicação Nº 1788208

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 13/2018
De 29 de Outubro de 2018

RESOLUÇÃO Nº 13/2018

CONSIDERANDO A LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 744 DE 5 DE AGOSTO DE 2014;
CONSIDERANDO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.942 DE 07 DE MAIO DE 2018;
CONSIDERANDO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.014 DE 27 DE AGOSTO DE 2018;
CONSIDERANDO RESOLUÇÃO CMDCA 09/2018;
CONSIDERANDO EDITAL CMDCA 01/2018;

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR INTERMÉDIO DE SUA PRESIDENTE, ANDRÉIA BLOEMER ELIAS E POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA,
RESOLVE:

Art. 1º - Publicar Resultados da Prova de Conhecimentos Específicos

Nome completo do (a) candidato (a)	Nº Inscrição	Situação	Nota
Francieli Soares Venera	04	NÃO COMPARECEU	-
Cristiane Rachadel	05	NÃO COMPARECEU	-
Samira Strey	06	APROVADA	10.0

Parágrafo Único: Informe-se para os devidos fins que as Candidatas Francieli Soares Venera e Cristiane Rachadel não compareceram ao Curso de Formação Inicial realizado na data de 24/10/2018 e não realizaram a prova de conhecimentos específicos na data de 25/10/2018, configurando desistência de participação ao pleito eleitoral.

Apiúna SC, 29 de outubro de 2018.

Andréia Bloemer Elias

Presidente do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL 01/2018**

Publicação Nº 1787817

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

Eu, RENÊ ANGELO SCHULZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Apiúna, ordeno ao setor de Licitações que proceda a abertura de Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, e designo a Comissão de Licitações nomeada na Portaria nº 001/2018 de 02/01/2018 para realizar os procedimentos referentes ao certame.

Apiúna, 30 de outubro de 2018.

RENÊ ANGELO SCHULZ

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

REGISTRO DE PREÇOS, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA.

Tipo de Licitação: Por Item. Forma de Julgamento: Menor Preço.

Forma de Fornecimento: Parcelada, conforme a necessidade.

Data e horário para autenticação de documentos, CREDENCIAMENTO e entrega/protocolo de envelopes: 14/11/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos.

Data e horário da abertura dos envelopes: 14/11/2018 – Às 09 horas e 40 minutos.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Câmara Municipal de vereadores de Apiúna, Rua Ponta Grossa, 93, 2º Andar, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.

A CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, com sede à Ponta Grossa, 93, centro, Apiúna, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 07.883.607/0001-06, representada neste ato pelo Presidente Senhor RENÊ ANGELO SCHULZ, atendendo ao que dispõe as Leis Federais 8.666, de 21 de julho de 1993, 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação nos termos deste edital.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, conforme especificações no anexo 01 deste Edital.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1 Somente poderão participar deste Pregão às empresas que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição e que desenvolvam as atividades objeto desta licitação.

2.2 Não serão admitidas nesta Licitação à participação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem as disposições do art. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93:

2.3 Caso o Proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a proposta apresentada, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.

2.3.1 Na ocorrência da situação descrita no item anterior, o licitante deverá enviar declaração de habilitação (anexo 03), junto a Proposta de Preços, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento será feito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, antes da abertura dos envelopes de Proposta e Habilitação. Assim que solicitado, os representantes das empresas licitantes deverão apresentar os documentos referentes ao Credenciamento, conforme Item 3.3 do Edital, acompanhado de sua Cédula de Identidade.

3.2 Toda a documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes proposta e documentação, sendo estas originais ou autenticadas em cartório ou tabelionato, ou ainda por servidor municipal designado para tal atividade. Caso a empresa decida autenticar a documentação com o servidor municipal, deverá fazê-lo antes da abertura do pregão. Esta documentação será juntada ao processo licitatório, por tanto não será devolvida.

3.3 O credenciamento far-se-á por meio de:

3.3.1 Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, o proponente deverá apresentar:

3.3.1.1 Cópia de Documento de Identidade;

3.3.1.2 Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou registro comercial no caso de empresa individual;

3.3.1.3 Declaração de Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na Cláusula Sexta deste Edital (Anexo III).

3.3.1.4 Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), sob pena de ser desconsiderada tal condição (Anexo VII).

3.3.1.5 Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

3.3.2 Sendo representante da empresa o proponente deverá apresentar:

3.3.2.1 Cópia de Instrumento de Procuração Pública ou Particular com reconhecimento de firma ou Declaração de Credenciamento com reconhecimento de firma, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.3.2.2 Cópia de Documento de Identidade do representante;

3.3.2.3 Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou registro comercial no caso de empresa individual;

3.3.2.4 Declaração de Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na Cláusula Sexta deste Edital (Anexo III).

3.3.2.5 Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), sob pena de ser desconsiderada tal condição (Anexo VII).

3.3.2.6 Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

3.4 Apenas a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este efeito, apenas 01 (um) representante por licitante interessada.

3.5 Não serão admitidas a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

3.6 A não comprovação de que o interessado possui poderes para representar a licitante no certame bem como a não apresentação ou apresentação incorreta de algum documento de credenciamento, e ainda, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva dos lances verbais, participando do certame somente com sua proposta escrita.

4 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 A proposta e os documentos exigidos deverão ser apresentados no dia e horário designados para abertura da sessão, sendo que os envelopes apresentados pessoalmente por representante credenciado ou via remessa postal, deverão ser protocolados junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio até o horário estabelecido neste edital, em envelopes separados, fechados e lacrados, contendo a identificação clara e visível da razão social do proponente, número do Pregão e com os seguintes dizeres externos:

PROONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

CNPJ:

CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA - SC

ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA - PREGÃO Nº 01/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

CNPJ:

MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC

ENVELOPE Nº 02 HABILITAÇÃO - PREGÃO Nº 01/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA**5 DA PROPOSTA**

5.1 A proposta deverá ser formulada em 01 (uma) via, datilografada ou digitada e impressa mecanicamente, contendo a identificação da empresa licitante (nome e CNPJ), datada, assinada por seu representante legal e carimbada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações;

5.1.1 Número do item, quantidade, discriminação do objeto ofertado conforme especificações constantes no anexo I, marca (nome comercial), preço unitário, preço total ofertado, e preço total da proposta por extenso, devendo ser cotado em Real e com duas casas decimais (R\$ X,XX), incluindo-se todos os custos, como os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, frete, carga e descarga, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para a Câmara de Vereadores do Município.

Obs.

1 - Caso os proponentes apresentem valores com 03(três) ou mais casas decimais após a vírgula, o Pregoeiro considerará apenas as 02 (duas) primeiras.

5.1.2 Prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma;

5.2 Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total do item cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

5.3 A simples apresentação da proposta por si só implicará na plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições deste edital e seus anexos, independentemente.

6 DA HABILITAÇÃO

6.1 A documentação deverá ser apresentada no ENVELOPE nº 02, em 01(uma) via, devendo constar os seguintes documentos:

6.2 Regularidade Fiscal:

6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – do Ministério da Fazenda;

6.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa, ou positiva com efeito de negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

6.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

6.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

6.2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão FGTS);

6.2.6 Prova de regularidade trabalhista atestada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (Emitida no site do TST).

a) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar TODA a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo previsto na legislação vigente, para a regularização da documentação.

c) a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES previstas na Legislação vigente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

d) O Pregoeiro, durante a análise do envelope de Habilitação, procederá a validação nos sites dos órgãos oficiais (Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal) emissores das certidões negativas apresentadas, das certidões obtidas via Internet.

e) Os documentos relacionados no item 6.2, somente serão considerados válidos se estiverem apresentados em forma original e dentro da validade expressa no próprio documento ou caso o órgão emissor não declare a validade do documento, este será de 60 (sessenta) dias contados da data de emissão.

6.3 Regularidade Econômico-Financeira:

6.3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da Sede do proponente, emitida, no máximo até 60 (sessenta) dias da data prevista para o julgamento desta licitação, caso o prazo de validade não esteja expresso na mesma.

6.4 Regularidade Jurídica:

6.4.1 Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou registro comercial no caso de empresa individual, obrigatória somente quando a empresa não efetuou o credenciamento;

6.4.2 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.4.3 Cópia de Documento de Identidade do representante legal da empresa signatária da proposta, obrigatória somente quando a empresa não efetuou o credenciamento;

6.4.4 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo para licitar (anexo IV);

6.4.5 Declaração de inexistência no quadro funcional da empresa de menor de 18 anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, salvo regularmente contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (art. 7º. XXXIII CF) (anexo V).

Observação:

- a) Quando se tratar de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.
- b) As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

7 DOS PROCEDIMENTOS, DA SESSÃO E DO JULGAMENTO**7.1 DO RECEBIMENTO**

7.1.1. Recebimento dos CREDENCIAMENTOS, PROPOSTAS DE PREÇOS e HABILITAÇÕES será feito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no dia, hora e local estabelecidos, conforme disposto no presente Edital, observando-se o seguinte procedimento:

7.1.1.1. Análise das credenciais dos representantes de cada licitante, registrando-se seu comparecimento na Ata de Julgamento lavrado no final do certame, mediante assinatura de cada um dos credenciados, Pregoeiro e Equipe de Apoio.

7.2 DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

7.2.1 Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão permitidos novos proponentes.

7.2.2 O Pregoeiro procederá à abertura dos Envelopes nº 001 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, POR ITEM, e pelo MENOR PREÇO considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

7.2.3 Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições, que se oponham a quaisquer dispositivos legais vigentes ou apresente ofertas inexequíveis.

7.2.4 Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao Inciso VIII, do Art. 4º, da Lei 10.520/02, apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preço até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

7.2.6 Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

7.2.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.2.8 O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.

7.2.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.2.10 Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO - POR ITEM.

7.2.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer o lance de menor preço, desde que esta seja MICROEMPRESA – ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP.

7.2.12 Ocorrendo o empate na forma do item anterior, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.2.13 Em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quando ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.3 DO JULGAMENTO

7.3.1 Sendo vencedora a proposta será aberto o Envelope nº 02 – HABILITAÇÃO e verificado o atendimento as exigências de habilitação previstas neste edital.

7.3.2 Constatando o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) o(s) licitante(s) será(ão) declarado(s) vencedor(es), sendo-lhe(s) adjudicado(s), o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

7.3.3 O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, e por ventura o Pregoeiro tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

7.3.4 O Pregoeiro ou a autoridade superior competente poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente em qualquer dos envelopes.

7.3.5 Ao final da Sessão Pública o Pregoeiro franqueará a palavra aos licitantes que desejarem manifestar a intenção de recorrer do ato até ali praticados.

8 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na legislação vigente, sendo a autoridade superior competente para decidir sobre o recurso.

8.2 A manifestação em impor recurso deverá observar o seguinte critério:

8.2.1 Ser dirigida ao Pregoeiro ao final da Sessão Pública, devidamente fundamentado e, se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;

8.2.2 As razões do recurso serão apresentadas por escrito no prazo de 03 (três) dias (art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02). O documento deve ser assinado por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);

8.2.3 As razões do recurso deverão ser protocoladas junto a Assessoria Jurídica Municipal ou Setor de Compras desta Câmara, situada na Rua Ponta Grossa, 93, centro, Apiúna/ SC, em dia útil das 8 horas às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, não serão aceitos recursos encaminhados por meios eletrônicos, fax e-mail, etc;

8.2.4 Os demais licitantes ficam cientes de que deverão apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias (art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02), a contar do término concedido ao licitante que manifestou a intenção de recorrer.

8.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e o objeto será adjudicado ao licitante vencedor.

9 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 A impugnação ao presente edital deverá ser feita por escrito, ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, contendo todas as divergências, dúvidas ou erros por ventura encontrados, para a devida análise, e se for o caso, a correção ou esclarecimentos necessários (art. 41 da Lei Federal 8.666/93 e alterações).

9.2 As razões de impugnação deverão ser protocoladas junto a SECRETARIA desta Câmara a Diretoria Geral, situada na Rua Ponta Grossa, 93, centro, Apiúna/ SC, em dia útil das 8 horas às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, não serão aceitos pedidos de impugnação encaminhados por meios eletrônicos, apenas por correio mediante AR.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Inexistindo manifestação recursal, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

10.2 Caso haja recurso, a adjudicação e a homologação do processo serão efetuadas pela Autoridade Superior Competente.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A licitante vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta constante no Anexo VIII, no prazo de até 05 (cinco) dias após a homologação, sob pena de o Pregoeiro declarar a empresa desclassificada, aplicando as penalidades cabíveis e examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

11.1.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela proponente e aceito pela Administração.

11.1.2 A convocação será feita eletronicamente, via e-mail, fax ou telefone.

11.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a Câmara a firmar contratação total das quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento.

11.3 A licitante registrada na ata fica obrigada a aceitar os acréscimos que se fizerem nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do edital.

12 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 Os serviços deverão ser prestados conforme solicitação da Presidência da Câmara. As publicações deverão ser obrigatoriamente divulgadas um dia após a solicitação ou na edição seguinte, e encaminhamento da nota de empenho.

12.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

12.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

12.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para CÂMARA DE VEREADORES.

12.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

12.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

13 DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho.

13.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

13.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2018	
01	CÂMARA DE VEREADORES
001	CÂMARA DE VEREADORES
0001.0031.0101.2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES
30000000000000	DESPESAS CORRENTES
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
33903988000000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
10.000	RECURSOS ORDINÁRIOS

15 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

15.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

15.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

15.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

15.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

15.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

15.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

15.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

15.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

15.2.3 Suspensão de Participação em licitações com A CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 15.2.2.2 à 15.2.2.5 e 15.2.4.1 à 15.2.4.2.

15.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

15.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

15.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

15.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

16 DA RESCISÃO

16.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 78 da Lei n.8666/93.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O(s) envelope(s) de habilitação deste Pregão que não for(em) aberto(s) ficará(ão) em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, após este período ocorrerá a inutilização do mesmo.

17.2 A documentação completa para exame, informações e consultas de ordem geral quanto a Licitação, serão fornecidas no Departamento de Compras da Câmara Municipal de Apiúna, Rua Ponta Grossa, 93, centro, Apiúna/SC, 89135-000, no horário das 8 horas às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, em todos os dias úteis (que não compreenderem férias coletivas

17.3 Em caso de dúvidas, informações poderão ser obtidas através do e-mail: camara@apiuna.sc.gov.br ou fone 47 3353 0281, ou pessoalmente no Departamento de Compras.

17.3.1 As consultas deverão ser encaminhadas por escrito endereçadas ao Pregoeiro ou ao Setor de Compras da Câmara Municipal de Apiúna.

17.3.2 As consultas serão respondidas pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, via e-mail, fax ou carta, a todos os interessados.

17.4 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

17.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.6 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro com base no ordenamento jurídico vigente.

17.7 É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do edital pelo site: <http://www.camaraapiuna.sc.gov.br>, até a data da realização da sessão pública.

17.8 Fazem parte do presente Edital:

Anexo I - Especificação Objeto;

Anexo II - Modelo Credenciamento;

Anexo III - Modelo Declaração de Habilitação;

Anexo IV - Modelo Declaração de Inexistência de fato Impeditivo para Licitar;

Anexo V – Modelo Declaração Inexistência de Menor de 18 Anos no Quadro Funcional da Empresa;

Anexo VI – Minuta Contrato;

Anexo VII – Modelo Declaração Microempresa/Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VIII – Minuta Ata de Registro de Preço.

18 DO FORO

18.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

Apiúna, 30 de outubro de 2018

RENÊ ANGELO SCHULZ

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018
ESPECIFICAÇÃO

OBJETO

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	5.000	CM/COL.	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO COM PERIODICIDADE NO MÍNIMO SEMANAL E COM TIRAGEM MÍNIMA DE 1.200 EXEMPLARES	R\$18,96	R\$ 94.800,00

Valor total da licitação: R\$ 94.800,00 (NOVENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS reais).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias. ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MODELO CREDENCIAMENTO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº ____/____/____, informa que o Sr(a) _____, registrado no CPF nº ____/____/____ e RG nº _____ emitido em ____/____/____, é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a Pessoa Jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, em fim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Local, data.

Assinatura Identificável

(Nome do representante legal e carimbo da empresa) ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº ____/____/____, DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Local, data.

Assinatura Identificável

(Nome do representante legal e carimbo da empresa) ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

_____ (nome da empresa), CNPJ ____/____/____, _____ (endereço completo), declara sob as penas da lei que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na licitante em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, data.

Assinatura Identificável

(Nome do representante legal e carimbo da empresa) ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA MENOR DE 18 ANOS NO QUADRO FUNCIONAL DA EMPRESA

_____ (nome da empresa), CNPJ ____/____/____, _____ (endereço completo), declara sob as penas da lei, a inexistência no quadro funcional da empresa de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou mesmo menor de dezesseis anos, salvo regularmente contratado na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos (art. 7º, XXXII CF).

Local, data.

Assinatura Identificável

(Nome do representante legal e carimbo da empresa) ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MINUTA CONTRATO

Contrato nº - _____ /2018

CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA E A EMPRESA _____.

A CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204 - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Presidente senhor RENE ANGÊLO SCHULZ, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na cidade de xxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxxx, na xxxxxxxxxxxx, nº xxxx - Bairro xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx.xx, neste ato representada pelo senhor xxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxx.xxx.xxx.xx, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado pelo presente instrumento, o que segue:

1 OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA com as e quantidades e características assim especificadas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

Parágrafo Único: O presente Contrato decorre do Pregão Presencial nº 01/2018.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº 01/2018 e seus ANEXOS;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.
- c) Ata de Registro de Preço nº xx/2018.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1 Os serviços deverão ser prestados conforme solicitação da presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna. As publicações deverão ser obrigatoriamente divulgadas um dia após a solicitação e encaminhamento da nota de empenho.

3.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

3.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

3.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Câmara de Vereadores.

3.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

3.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4 DO PREÇO

4.1 Pelo objeto aqui ajustado, o contratante pagará a contratada, o valor de R\$ _____ (_____).

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho da Câmara de Vereadores de Apiúna.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2018	
01	CÂMARA DE VEREADORES
001	CÂMARA DE VEREADORES
0001.0031.0101.2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES
30000000000000	DESPESAS CORRENTES
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
33903988000000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
10.000	RECURSOS ORDINÁRIOS

6 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Compete a CONTRATADA:

- Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para a Câmara de Vereadores do Município;
- providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
- manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

6.2 Compete a CONTRATANTE:

- pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- designar servidor responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

7 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

7.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

7.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

7.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

7.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

7.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

7.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

7.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

7.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

7.2.3 Suspensão de Participação em licitações com a CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 7.2.2.2 à 7.2.2.5 e 7.2.4.1 à 7.2.4.2.

7.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

7.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

7.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

7.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

8 DA RESCISÃO

8.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 78 da Lei n.8666/93.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

9.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

9.3 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto ao fornecimento dos bens/prestação dos serviços objeto do edital.

9.4 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando a Câmara de Vereadores de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

10 FORO

10.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, ____ de _____ de 2018.

CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA (Presidente) CONTRATANTE	(NOME DA EMPRESA) (nome do representante legal) CONTRATADA
Testemunhas: Assinatura: _____ Nome Legível: _____ CPF.: _____ Assinatura: _____ Nome Legível: _____ CPF.: _____	

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MODELO DECLARAÇÃO MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____._____/_____._____, _____ (endereço completo), se enquadra no disposto do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º, da mesma Lei, que segue:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo e as de crédito;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica, exceto cooperativa de crédito;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Local, data.

Assinatura Identificável

(Nome do representante legal e carimbo da empresa) ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento A CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Ponta Grossa, 93, centro, Apiúna/SC, 89135-000, inscrito no CNPJ sob nº 07.883.607/0001-06, neste ato representado pelo Presidente Senhor RENÉ ANGELO SCHULZ, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 01/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, conforme quantitativos e condições a seguir:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

1.2 Este instrumento não obriga o A CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 01 (um) ano a conta da data de assinatura.

4 PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme solicitação da Presidência da câmara municipal de vereadores de Apiúna. As publicações deverão ser obrigatoriamente divulgadas um dia após a solicitação e encaminhamento da nota de empenho.

4.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Câmara.

4.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Câmara de Vereadores de Apiúna.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
2018	
01	CÂMARA DE VEREADORES
001	CÂMARA DE VEREADORES
0001.0031.0101.2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3390000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
3390398800000000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
10.000	RECURSOS ORDINÁRIOS

6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo

o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para a Câmara de Vereadores do Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com a CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em xx (xxxxxxxxxx) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, __ de ____ de 2018.

	CÂMARA DE VEREADORES DE APIÚNA (Presidente) CONTRATANTE	(NOME DA EMPRESA) (nome do representante legal) CONTRATADA
	(NOME DA EMPRESA) (nome do representante legal) CONTRATADA	(NOME DA EMPRESA) (nome do representante legal) CONTRATADA

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2315

Publicação Nº 1787683

DECRETO Nº 2315, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com a ASSOCIAÇÃO GREMIO ESPORTIVO LAJEADENSE e dá outras providências.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF federal 13.019/2014 e alterações posteriores e Lei municipal nº 764/2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO GREMIO ESPORTIVO LAJEADENSE, estabelecida na comunidade de Lajeado Quirino, neste Município de Arabutã SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.633.852/0001-55, no valor de R\$ 6.000,00, a ser transferido conforme Plano de Trabalho aprovado e seguinte dotação orçamentária: Órgão 13: SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO E CULTURA, Unidade 02 – Diretoria de Cultura, Projeto/Atividade 2.069- Concessão de Subvenções à entidades Culturais, (74) 3.3.50.00.00.00.00.000000, Tansf. para Inst. Priv. Sem FinsR\$ 18.000,00.

Art. 2º A celebração do Termo de Cooperação previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 764/2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina e EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 02/2018.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/10/2018.

Arabutã/SC, 26 de setembro de 2018

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado em data supra.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 218/2018

Publicação Nº 1788339

LEI COMPLEMENTAR Nº 218 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, de um terreno urbano com uma casa de madeira antiga, que especifica, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Presidente, nos termos da Lei Orgânica do Município, promulgo o seguinte:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a declarar de utilidade pública, nos termos do Art. 5º, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Arabutã, para fins de desapropriação amigável ou judicial, de acordo com a planta que integra esta Lei, o imóvel assim identificado:

I - Lote Urbano nº 23(vinte e três), com área de 1.296,00m² (hum mil duzentos e noventa e seis metros quadrados), com uma casa de madeira em regular estado de conservação, medindo 8x10 metros, sito na Rua Lauro Muller, cidade de Arabutã/SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o lote número 22; ao Sul, com o lote número 24; a Leste com a Praça Genal Osório, e ao Oeste, com o Lajeado Canoas, matriculado sob o número 23.268, 1º ofício de registro de Imóveis de Concórdia.

Art. 2º O imóvel descrito no artigo anterior se destina à construção de edifício público destinado a ser a Sede própria da Câmara Municipal de Vereadores de Arabutã, nos termos do Art. 5º, Alínea “m” do Decreto Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, na importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), conforme avaliação imobiliária que integra a presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária específica do Orçamento vigente da Câmara

Municipal de Vereadores, para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Municipal n. 911, de 19 de dezembro de 2018, abaixo descrita:

Órgão 01: Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária 10.01: Câmara Municipal de Vereadores

Função 01: Legislativa

Subfunção 31: Ação Legislativa

Projeto 1.064: Construção da sede do Legislativo

Projeto/Atividade: 2.01.031.050

Elemento de Despesa: 4.5.90 - Investimentos (aplicação direta)

Recursos: Ordinários Livres.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à efetivação da desapropriação do imóvel descrito no Art. 1º desta Lei, atendido o disposto no Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arabutã -SC, 30 de Outubro de 2018.

Helio Losch

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado em data supra.

Em, 30 de Outubro de 2018.

Márcio Fernando Kolling

Responsável pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA 342 - PRORROGA CONTRATO ANDREY

Publicação N° 1788635

PORTARIA N° 342, de 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1.713 de 03/11/2014, do Senhor ANDREY LUCAS SCHWARTZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 062.028.339-47 e Identidade nº 5.304.382-0, residente e domiciliado no Município de Caçador – SC, para exercer a função de PSICOLOGO, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 07:45hs as 11:45hs de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 31/10/2018 à 28/12/2018.

Parágrafo único - A contratação se faz necessário conforme solicitação e justificativa encaminhada pelo CRAS.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de outubro de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Arvoredo

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA 2019

Publicação Nº 1788243

MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC
GERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARVOREDO - SC

EDITAL DE MATRÍCULA 001/2019

Fixa data e orienta sobre os critérios de matrículas para ano letivo de 2019.

A GERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público as normas e procedimentos destinados as matrículas nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede de Ensino de Arvoredo SC.

Para o ano de 2019, o município de Arvoredo, obedecerá o seguinte quadro de atendimento, correspondente as turmas e locais:

1. DAS MODALIDADES

1.1 Da Educação Infantil

1.1.1 Educação Infantil - Entende-se por Educação Infantil a parte da Educação Básica que vai de 04 meses até 05 anos, 11 meses e 29 dias, dividida por etapas e modalidades de acordo com as faixas etárias a seguir:

1.1.2Turmas

Em obediência a Resolução 005/2009, a data corte para efetivação da matrícula de crianças é o dia 31 de março de 2019.

Infantil I - crianças de 4 meses a 1 ano e 5 meses de idade -Período integral e parcial - CMEI Pingo de Gente

Infantil II - crianças de 1 ano e 6 meses a 2 anos e 11 meses de idade Período integral e parcial - CMEI Pingo de Gente

Infantil III- crianças de 3anos a 3 anos e 11 meses de idade Período integral e parcial - CMEI Pingo de Gente

Pré I - crianças de 4 anos a 4 anos e 11 meses de idade Período integral e parcial - CMEI Pingo de Gente

Pré II - crianças de 5 anos a 5 anos e 11 meses de idade Período integral e parcial- CMEI Pingo de Gente

Pré I e II- crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses de idade Período parcial matutino- CMEI Pingo de Gente

Pré I e II - crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses de idade Período parcial vespertino - Escola Municipal Chapada Alta

1.2 Do Ensino Fundamental

1.2.1.Em obediência a Resolução 007/2010do CNE/CEB."É obrigatório a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 06 anos completos até dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes."

Ensino Fundamental - 1º e 2º ano - Período parcial - vespertino -Escola Municipal Chapada Alta

Ensino Fundamental Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano -Período parcial matutino e vespertino- Escola

Núcleo Núcleo muMunicipal muMunicipal Benta Cardoso

Núcleo Municipal Benta Cardoso.

2. DOS HORÁRIOS E LOCAIS

2.1 As matrículas para o Educação Infantil e Ensino Fundamental serão realizadas na Gerência Municipal de Educação nos seguintes horários:

2.2 De 15 a 30 de novembro, no período matutino, das 8:00 as 11:30 e no período vespertino das 13:30 as 17:00.

3. DOS CRITÉRIOS PARA MATRICULAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 Para matrícula de vaga integral, será exigido o comprovante de trabalho de ambos os pais da criança, sendo carteira de trabalho/declaração da empresa ou folha de pagamento atualizada, comprovante de residência no município em nome dos pais da criança ou declaração de que a criança está em situação de vulnerabilidade social.

3.2 Para efetivação das demais modalidades de matrícula, serão exigidos os seguintes documentos:

* copia da certidão de nascimento da criança,

* copia do CPF da criança,

* copia do RG da criança (opcional),

- * copia do RG dos pais/responsáveis
- * copia do comprovante de residência atualizada em nome do pai/mãe/responsável,
- * copia da carteira de vacinação em dia,
- * laudo médico do aluno atualizado e emitido por profissional especializado ,caso necessite de atendimento especializado(deficiência,medicação contínua, alimentação diferenciada ou outras especificidades que necessitam maior atenção).

OBS - A quem não apresentar as cópias dos documentos exigidos,não será efetuada a matrícula.

4. DOS CRITÉRIOS PARA MATRÍCULAS PARA ENSINO FUNDAMENTAL

4.1 As matrículas para o 1º ano do Ensino Fundamental, devem ser realizadas para crianças que completam 6 anos até 31 de março de 2019.

4.2 Os alunos que estão matriculados e com a documentação atualizada, não precisarão comparecer na escola, pois a rematricula será automática.

4.3 Alunos que mudaram de endereço ou renovaram alguma documentação pessoal, deverão apresentar as novas informações para a escola.

4.4 Será garantida e priorizada, a matrícula aos alunos que moram próximos á escola, de acordo com a LDB (IEI 9394/96 art.4º,inciso X).

4.5 A escola garante aos pais a vaga e não o turno para seus filhos.

4.5 Terão preferência de estudar no turno vespertino os alunos oriundos da zona rural, que assim quiserem.

4.6 Para efetivação das matrículas novas , serão exigidos os seguintes documentos:

- *copia da certidão de nascimento do aluno,
- *copia do CPF do aluno,
- *copia do RG do aluno(opcional),
- *copia do comprovante de residência atualizada em nome do pai/mãe/responsável,
- *copia do RG dos pais/responsáveis
- *atestado de frequência ou histórico escolar, no caso do aluno ser transferido
- * laudo médico do aluno atualizado e emitido por profissional especializado ,caso necessite de atendimento especializado(deficiência,medicação contínua, alimentação diferenciada ou outras especificidades que necessitam maior atenção).

OBS - A quem não apresentar as cópias dos documentos exigidos,não será efetuada a matrícula.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O parâmetro para formação de turmas é estabelecido pelo Sistema Municipal de Ensino.

5.2 A divulgação do edital de matrícula será realizada pela Gerencia Municipal de Educação através de mural, site, radio, jornais e bilhetes enviados para as famílias.

5.3 Os casos omissos a este edital, serão resolvidos pela Gerência Municipal de Educação.

Arvoredo, 30 de outubro de 2018.

Edivane da Silva
Gerente de Educação

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2018

Publicação Nº 1788000

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 64/2018
MUNICÍPIO DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 19/11/2018 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo maior oferta, para AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA DE RODAS E UM TRATOR AGRÍCOLA, AMBOS NOVOS, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO SETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DESTE MUNICÍPIO, conforme informações adicionais previstas no edital e anexos.

Ascurra, 31 de outubro de 2018.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1563/2018

Publicação Nº 1788030

LEI Nº 1563/2018

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JUAREZ MIGUEL RODERMEL, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 141, da Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, compreendendo:

I – as Metas Fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 2º. - As Metas Fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019 de que trata o artigo 4º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, estão identificadas no ANEXO I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas na Planilha de Identificação de Projetos, Atividades e Operações Especiais, que integra esta Lei. (Artigo 4º, § 1º da LRF).

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas ou valores estabelecidos nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º, do artigo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 4º, § 1º da LRF).

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagarem já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas

Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007, e seus anexos e demais alterações.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº. 688/05).

§ 4º - A modalidade de aplicação identificada pelos códigos 71 e 93 - Transferência à Consórcios Públicos, será programada a fim de atender as despesas realizadas através dos Consórcios Públicos.

§ 5º - As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º - A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 5º. - O Orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em

conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999, 388/2018, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 212/01, 325/01, 519/01, 688/01, 869/05, 340/06 e seus anexos, 338/06, 406/06, 504/06, 245/07 e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V - Programa de Trabalho;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Vínculo com os Recursos;

IX - Demonstrativo da Despesa (QDD) por Órgãos e Funções;

X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e identificação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, conforme disposto no artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa de seu Impacto Orçamentário e Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2019;

XVII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVIII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2019;

XIX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2019.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º - Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 3º - A Planilha da Despesa de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 7º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária de que trata o Artigo 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá: I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, previsão para 2018 e 2019, com justificativa da estimativa para 2019, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Princípio da transparência - Artigo 12 da LRF)

II - Quadro demonstrativo da evolução da Despesa em nível de função e Grupo de Natureza de Despesa, dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 fixadas para 2018 e 2019; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF)

III - Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31 de agosto de 2018, e programação de amortização no exercício de 2019; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF)

IV - Quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos na posição em 31 de agosto de 2018; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF)

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro na sua posição em 31 de agosto de 2018; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

VI - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VII - Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2017, 2018 e 2019, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período

e percentual de comprometimento; (Art. 20 e 48 da LRF)

VIII – Quadro demonstrativo da despesa por Unidade Orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019;

IX – Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

X – Quadro demonstrativo dos recursos destinados a saúde e a programação de aplicação; (Art. 77 dos ADCT)

XI – Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. - O orçamento para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 9º. - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2019 deverão observar as alterações da legislação tributária e a evolução da receita nos últimos três anos.

§ 1º. - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º. - Em atendimento ao disposto no Parágrafo 3º., do Artigo 2º. da Lei de Responsabilidade Fiscal, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art. 10 - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo Único – A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º., inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 11 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observados a destinação dos recursos, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º. da LRF):

I – redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

II – eliminação ou redução de despesas com horas extras;

III – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

IV – zeramento de serviços realizados a terceiros;

V – exoneração de ocupantes de cargos comissionados;

VI – outras até o restabelecimento da situação planejada.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 12 – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2019, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2018. (ART. 4º, § 2º da LRF).

Art. 13 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 14 – Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5,00% (cinco por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº.

42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais, conforme ANEXO desta lei. (ART. 5º, III "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2019, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes, mediante autorização legislativa.

Art. 15 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 16 – O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação. (ART. 8º da LRF).

Art. 17 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes de destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais com a utilização do excesso de arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recursos poderão ser realizadas mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 18 – As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, são as constantes do Demonstrativo VII desta Lei e serão

consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 19 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, “f” da LRF).

§ 1º. – Não se aplicam o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º. – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 20 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 21 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 22 – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo Único – A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Fórum da Comarca, quando os custos são do próprio ente.

Art. 23 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 24 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações.

§ 1º. – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada órgão/unidade orçamentária, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

§ 2º. – Os recursos do Fundo de Reserva de Contingência também poderão ser utilizados pelo Executivo Municipal, através de Decreto, para suplementação de Modalidades de Aplicação que apresentarem insuficiência de saldo durante o exercício.

Art. 25 – Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, do Excesso de Arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recurso, devidamente comprovado, de convênios ou de operações de crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos fundos.

§ 1º. – As suplementações com os recursos de que trata o “caput” deste artigo, poderão ser realizadas através de Decreto do Poder Executivo.

§ 2º. – Para a abertura de crédito suplementar com recursos do superávit financeiro utilizar-se-á obrigatoriamente o Grupo de Destinação de Recursos 3 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores.

§ 3º. – A abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2019 ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor da Receita Total do Município.

Art. 26 – Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta Lei (Artigo 167, I, da Constituição Federal)

Art. 27 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das ações básicas de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Art. 28 – Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF)

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 29 – Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento (Artigos 30,31 e 32, da LRF)

Art. 31 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica. (Artigo 32, I, da LRF)

Art. 32 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos em Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 – O Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, bem como nomear servidores para

cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 34 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação ou redução das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “319034.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização”, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Atalanta, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas no final de cada quadrimestre.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 39 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de

receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 40 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 – O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de Dezembro de 2018.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º – Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até o sancionamento da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º – Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 44 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Parágrafo Único – Os convênios com valor acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) serão realizados mediante autorização em lei específica.

Art. 46 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 47 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 29 de outubro de 2018.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

PORTARIA 133/2018

Publicação Nº 1787639

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 133/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 122 e 123 em seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, alterados pela Lei Complementar nº 034/2017,

RESOLVE:

Conceder Licença Premio ao Servidor ANTONIO CLOVIS CAMARGO, pelo período de 60 (sessenta) dias, nos meses de outubro e novembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 134/2018

Publicação Nº 1787640

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 134/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 122 e 123 em seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, alterados pela Lei Complementar nº 034/2017,

RESOLVE:

Conceder Licença Premio em Pecúnia ao Servidor ALBERTO DOS SANTOS, pelo período de 30 (trinta) dias, no mês de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2018

Publicação Nº 1787641

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 135/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 232 da Lei Complementar nº 005/2011 e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Licença Gestação a Professora ACT, PATRICIA BERGER JOCHEM, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir da data de 15 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 136/2018

Publicação Nº 1787642

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 136/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora, CÁTIA REGINA DA LUZ ZANELATO, a partir da data de 01 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 137/2018

Publicação Nº 1787643

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 137/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 229/2017 e pela mesma designa ZENI SOLANGE DORPMULLER STAROSKI, a ocupar FEC-2, conforme Art. 49, parágrafo único da Lei Complementar nº 014/2013, que institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Reestruturação do Quadro dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 138/2018

Publicação Nº 1787645

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 138/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 134/2017 e pela mesma designa ADEMIR GEMBRO, a ocupar FEC-2, conforme Art. 49, parágrafo único da Lei Complementar nº 014/2013, que institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Reestruturação do Quadro dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 139/2018

Publicação Nº 1787646

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 139/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 144/2017 e pela mesma designa JOARES JOCHEM, a ocupar FEC-5, conforme Art. 49, parágrafo único da Lei Complementar nº 014/2013, que institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Reestruturação do Quadro dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal, respondendo pelo Controle Interno, a partir de 01 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
24 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 140/2018

Publicação Nº 1787647

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 140/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar MARAIZA MARA NUNES, contratada por prazo determinado para a função de Professora, a partir de 26 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
26 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 141/2018

Publicação Nº 1787649

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 141/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso I e art. 35 da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar ADRIANA DOS SANTOS, do cargo de ASSESSOR, a partir de 26 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
26 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA 142/2018

Publicação Nº 1787650

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 142/2018

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Professor ACT, JULIO CESAR GEMBRO, a exercer a função de Técnico/Treinador da CME(Comissão Municipal de Esporte) do Município, 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Atalanta
26 de outubro de 2018
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA 076/2018 PMBP

Publicação Nº 1788042

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 076/2018 PMBP
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018/PMBP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP 030/2018 PMBP
HOMOLOGADO EM 01/08/2018

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO, PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, VISANDO COPIAR INTRODUÇÃO, CONFORME EDITAL, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

E.L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS ME – R\$35.32,50

Balneário Piçarras(SC), 09 de outubro de 2018

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2018 PMBP

Publicação Nº 1788040

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 063/2018 PMBP
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018/PMBP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP 030/2018 PMBP
HOMOLOGADO EM 01/08/2018

Termo de Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 063/2018/PMBP de 01/08/2018, oriunda do Processo Licitatório 045/2018/PMBP – Pregão Presencial 030/2018/PMBP, que visa o fornecimento de material de sinalização viária para o município de Balneário Piçarras, para a manutenção das atividades, em um prazo de 12 meses. Conforme o PARECER ADMINISTRATIVO da Secretária Municipal de Fazenda em CONCORDÂNCIA TOTAL a respeito do Parecer Conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos, no qual se transcreve abaixo, o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, RESOLVE, nos termos da Lei Federal 8.666/1993, CANCELAR, a partir do dia 09/10/2018, a Ata de Registro de Preços nº 063/2018 PMBP celebrada entre a PPREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS e a empresa SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP, em 01/08/2018.

SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP

Balneário Piçarras(SC), 09 de outubro de 2018

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2018 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1787838

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2018 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA I

ONDE SE LÊ:

22	CABO SEMI-ESTÁTICO 12MM 45KN LARANJA, COM CE E UIAA	CABO SEMI-ESTÁTICO 12MM 45KN LARANJA, COM CE E UIAA- Corda poliamida de 12mm de diâmetro, na cor laranja, com capa externa em poliéster de alta tenacidade, alma central torcida em multifilamentos em poliamida, com marcação de identificação do fabricante inserido no interior do trançado em fita e com garga de ruptura.	50	MT	R\$ 12,12	R\$ 606,00
23	MOCHILA ESTANQUE 40 LITROS LARANJA	MOCHILA ESTANQUE 40 LITROS LARANJA- Mochila 100% a prova de água, com capacidade para 40 litros de carga, fabricada em PVC com tratamento U.V.	3	UN	R\$ 269,32	R\$ 807,96

LEIA-SE :

22	CABO SEMI-ESTÁTICO 12MM 42KN LARANJA, COM CE E UIAA	CABO SEMI-ESTÁTICO 12MM 42KN LARANJA, COM CE E UIAA- Corda poliamida de 12mm de diâmetro, na cor laranja, com capa externa em poliéster de alta tenacidade, alma central torcida em multifilamentos em poliamida, com marcação de identificação do fabricante inserido no interior do trançado em fita e com garga de ruptura.	50	MT	R\$ 12,12	R\$ 606,00
23	MOCHILA ESTANQUE 40 LITROS LARANJA, AZUL OU VERMELHA	MOCHILA ESTANQUE 40 LITROS LARANJA, AZUL OU VERMELHA Mochila 100% a prova de água, com capacidade para 40 litros de carga, fabricada em PVC com tratamento U.V.	3	UN	R\$ 269,32	R\$ 807,96

Balneário Piçarras, 30 de outubro de 2018.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2018 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1788268

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2018 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para Registro de preços visando a contratação de empresa para futura aquisição de equipamentos e matérias para o controle de pontos das secretarias municipais e demais entidades do município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 13/11/2018 às 09h. Data da Sessão Pública: 13/11/2018 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 30 de outubro de 2018. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1788436

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para Registro de preços visando a aquisição de macadame e derivados, para eventuais manutenções em vias não pavimentadas, consertos em rede pluvial e esgotos, conforme descrição detalhada no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/11/2018 às 09h. Data da Sessão Pública: 14/11/2018 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 30 de outubro de 2018. Aires Damião Testoni – Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/PMBR/2018

Publicação Nº 1788310

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 13/11/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de material de pavimentação, do tipo "Paver Intertravado", para execução de passeios e calçadas, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e do Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e do Município de Balneário Rincão, durante 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do (Anexo I – Termo de Referencia do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 30 de Outubro de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/PMBR/2018

Publicação Nº 1788676

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 14/11/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais Esportivos (Redes de Futebol de Campo, Suíço e Rede de Proteção), pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Balneário Rincão/SC, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do (Anexo I – Termo de Referencia do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 30 de Outubro de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/PMBR/2018

Publicação Nº 1788372

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/PMBR/2018.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 074/PMBR/2018, que tem como objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviços de serralheria, para confecção de traves de futebol de campo e suíço, para uso nos diversos campos do Município de Balneário Rincão/SC, durante 12 (doze) meses, ficam retificados os itens: 01 e 02:

Item 01:

Onde se lê:

Item 01- CONJUNTO DE TRAVES METÁLICAS PARA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL- MEDIDAS INTERNAS 7.32 X 2.44 METROS MAIS 56 CM PARA FIXAÇÃO DE SOLO, FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 1020, SCH. 10-S DE Ø 4" (114.3MM) ESPESSURA DA PAREDE

3.05MM COMPRIMENTO TOTAL POR TRAVE 13.548.6 MM. PARA APOIO DA REDE NA PARTE TRASEIRA SERÁ COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 102, o 2" (50.8MM) PAREDE 2 MM, COMPRIMENTO 8.000MM E OLHAIS (GANCHOS) COM FERRO MACIÇO SAE 1020, o ¼" (6.35 MM) DISTRIBUIDOS PARA FIXAÇÃO DA REDE , o 4MM 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV (FORNECIMENTO CLIENTE).

Leia-se:

Item 01 - CONJUNTO DE TRAVES METÁLICAS PARA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL- MEDIDAS INTERNAS 7.32 X 2.44 METROS MAIS 56 CM PARA FIXAÇÃO DE SOLO, FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 1020, SCH. 10-S DE o 4" (114.3MM) ESPESSURA DA PAREDE 3.05MM COMPRIMENTO TOTAL POR TRAVE 13.548.6 MM. PARA APOIO DA REDE NA PARTE TRASEIRA SERÁ COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 102, o 2" (50.8MM) PAREDE 2 MM, COMPRIMENTO 8.000MM E OLHAIS (GANCHOS) COM FERRO MACIÇO SAE 1020, o ¼" (6.35 MM) DISTRIBUIDOS PARA FIXAÇÃO DA REDE , o 4MM 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV (FORNECIMENTO CLIENTE). NAS TRAVES DEVERÁ SER APLICADO FUNDO GALVITE E PINTURA DE ACABAMENTO COM TINTA EM (PU) NA COR BRANCA.

Onde se lê:

Item 02 - CONJUNTO DE TRAVES METÁLICAS PARA FUTEBOL SUIÇO OFICIAL- MEDIDAS INTERNAS 5.00 X 2.20 METROS MAIS 50 CM PARA FIXAÇÃO DE SOLO, FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 1020, SCH. 10-S DE o 4" (114.3MM) ESPESSURA DA PAREDE 3.05MM COMPRIMENTO TOTAL POR TRAVE 13.548.6 MM. PARA APOIO DA REDE NA PARTE TRASEIRA SERÁ COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 102, o 2" (50.8MM) PAREDE 2 MM, COMPRIMENTO 8.000MM E OLHAIS (GANCHOS) COM FERRO MACIÇO SAE 1020, o ¼" (6.35 MM) DISTRIBUIDOS PARA FIXAÇÃO DA REDE , o 4MM 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV (FORNECIMENTO CLIENTE).

Leia-se:

Item 02 - CONJUNTO DE TRAVES METÁLICAS PARA FUTEBOL SUIÇO OFICIAL- MEDIDAS INTERNAS 5.00 X 2.20 METROS MAIS 50 CM PARA FIXAÇÃO DE SOLO, FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 1020, SCH. 10-S DE o 4" (114.3MM) ESPESSURA DA PAREDE 3.05MM COMPRIMENTO TOTAL POR TRAVE 13.548.6 MM. PARA APOIO DA REDE NA PARTE TRASEIRA SERÁ COM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 102, o 2" (50.8MM) PAREDE 2 MM, COMPRIMENTO 8.000MM E OLHAIS (GANCHOS) COM FERRO MACIÇO SAE 1020, o ¼" (6.35 MM) DISTRIBUIDOS PARA FIXAÇÃO DA REDE , o 4MM 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV (FORNECIMENTO CLIENTE). NAS TRAVES DEVERÁ SER APLICADO FUNDO GALVITE E PINTURA DE ACABAMENTO COM TINTA EM (PU) NA COR BRANCA.

Quantidades e valores permanecem os mesmos. Feita as retificações do Edital, fica prorrogado para o dia: 13/11/2018 às 17h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 16h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 30 de Outubro de 2018.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018

Publicação Nº 1788724

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE torna público aos interessados, a CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018, para a contratação temporária dos cargos conforme ANEXO I para a Operação Veraneio 2018/2019, em atendimento ao art. 5º da Lei Municipal Complementar nº. 013/2017. A documentação necessária para possível preenchimento das vagas de acordo com a necessidade desta autarquia está descrita no ANEXO III. O recebimento da documentação ocorrerá entre os dias 01 de novembro de 2018 a 07 de novembro de 2018, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, no setor de atendimento do SAMAE, localizado na Rua Paraná, n.º 809 – Centro – Balneário Rincão/SC.

Balneário Rincão (SC), 30 de outubro de 2018.

ADEMAR DAROLT

DIRETOR PRESIDENTE

Anexo I

QUADRO DE VAGAS

CARGO	ATRIBUIÇÃO E REQUISITOS
<p>CÓD. 01</p> <p>Cargo: Agente de Serviços Gerais – Operação Veraneio.</p> <p>Vagas: 12</p> <p>Lotação: SAMAE</p> <p>Carga horária: 40h semanais</p> <p>Remuneração mensal: Nível de referência 07 a 14 do Plano de cargos e remuneração do Servidor Público Municipal.</p> <p>Natureza da relação de trabalho: Contrato de Trabalho por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.</p> <p>Obs.: A contratação e a quantidade de ocupação para a vaga ocorrerá de acordo com a necessidade laboral do SAMAE.</p>	<p>Atividades de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos braçais leves em geral, serviços de zeladoria, copa, limpezas e protocolo; efetuar serviços de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos de vias públicas e próprios municipais; zelar pela conservação e limpeza dos sanitários;</p> <p>Especial: O exercício do emprego poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Idade Mínima: 18 anos. • Alfabetizado. • Especialização, qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Agente de Serviços Gerais.

<p>CÓD. 02</p> <p>Cargo: Gari/Coletor de Lixo – Operação Veraneio.</p> <p>Vagas: 12</p> <p>Lotação: SAMAE</p> <p>Carga horária: 40h semanais</p> <p>Remuneração mensal: Nível de referência 07 a 14 do Plano de cargos e remuneração do Servidor Público Municipal.</p> <p>Natureza da relação de trabalho: Contrato de Trabalho por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.</p> <p>Obs.: A contratação e a quantidade de ocupação para a vaga ocorrerá de acordo com a necessidade laboral do SAMAE.</p>	<p>Descrição Sintética: Conservar a limpeza de logradouros públicos por meio de coleta de lixo em caminhões coletores com compactador, varrições, lavagem, pintura de guias, aparo de gramas e outros serviços afins.</p> <p>Descrição Analítica: percorrer logradouros, seguindo roteiros pré-estabelecidos para recolher o lixo, despejar o lixo, amontoando ou acondicionando em latões ou sacos plásticos, em caminhões especiais, valendo-se de esforço físico e ferramentas manuais, para possibilitar seu transporte; separar o lixo, por tipo de classificação de material, para reciclagem; realizar a varrição de logradouros públicos; capinar vegetação das guias, calçadas e margens de rios; pintar guias, sarjetas e alamedas; retirar detritos das margens dos rios; utilizar equipamento de proteção individual e coletiva; zelar pela conservação e guarda dos bens que lhe forem confiados; executar outras atribuições afins.</p> <p>Especial: O exercício do emprego poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.</p> <p>Sujeito ao uso de uniforme e EPI's, fornecido pelo SAMAE, plantões, viagens e atendimento ao público.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Idade Mínima: 18 anos. • Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental
<p>CÓD. 03</p> <p>Cargo: Motorista de Caminhão – Operação Veraneio.</p> <p>Vagas: 02</p> <p>Lotação: SAMAE</p> <p>Carga horária: 40h semanais</p> <p>Remuneração mensal: Nível de referência 15 a 22 do Plano de cargos e remuneração do Servidor Público Municipal.</p> <p>Natureza da relação de trabalho: Contrato de Trabalho por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.</p> <p>Obs.: A contratação e a quantidade de ocupação para a vaga ocorrerá de acordo com a necessidade laboral do SAMAE.</p>	<p>Descrição Sintética: Conduzir e zelar pela conservação do veículo.</p> <p>Descrição Analítica: Dirigir automóveis, principalmente caminhões, inclusive compactadores de lixo, todos de propriedade ou a disposição do SAMAE de Balneário Rincão; recolher o veículo à garagem quando concluído o serviço do dia; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo; transportar carga de natureza diversa e registrar, quando for o caso, o tipo e a quantidade do material transportado, bem como o número de viagens; promover o abastecimento do veículo; comunicar, no recolher o veículo, qualquer defeito por ventura existente; verificar sempre o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação do veículo; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibragem dos pneus; manter controle do histórico do veículo, inclusive em relação aos eventos de consumo, mecânica, IPA, etc.; executar outras tarefas correlatas.</p> <p>Especial: O exercício do emprego poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.</p> <p>Sujeito ao uso de uniforme e EPI's, fornecido pelo SAMAE, plantões, viagens e atendimento ao público.</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Idade Mínima: 18 anos. • Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental • Habilitado para conduzir veículos necessários, ou seja, possuir habilitação nacional nas categorias A, B e C.

Anexo II
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018

*Ficha de inscrição nº. _____ .

Nome: _____

Data de nasc. ____/____/____.

RG nº. _____ CPF nº. _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone (s): _____

Cargo pretendido: _____

*preenchimento no SAMAE

Declaro que as informações acima são verídicas e que estou ciente das normas que regem o presente edital e que preencho todos os requisitos nele previstos.

Balneário Rincão (SC), de novembro de 2018.

Assinatura do candidato (a)

Anexo III

Documentos necessários para possível preenchimento das vagas, conforme Anexo I:

- Cópia da CTPS contendo o número de PIS, carteira de trabalho, série e dados cadastrais;
- Cópia CPF;
- Cópia RG;
- Cópia Título de Eleitor;
- Cópia CNH (Para cargos no qual exija o documento);
- Cópia Reservista (Sexo Masculino);
- Comprovante de Escolaridade (Histórico Escolar, certificados, diplomas em geral);
- Comprovante de Residência atual;
- Certidão de Casamento ou nascimento caso não seja casado;
- Certidão de Nascimento de filhos (as) e cônjuge dependentes;
- Cópia CPF de dependentes caso tenham 08 (oito) anos ou mais;
- 01 foto 3x4 recente;

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - EVOLUTEC

Publicação Nº 1788169

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 044/SAMAE/2017. EVOLUTEC TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO LTDA. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, do Contrato Nº. 044/SAMAE/2017, que tem como objeto cessão de licenciamento de uso de sistema de telemetria de medição de nível, em três pontos (elevados Barra Velha e Zona Sul e Apoiado Dunas), (Lote 01) e sistema de telemetria de pressão e vazão, a ser utilizado na estrutura de captação de água de Lombas Pedreiras pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Balneário Rincão – SC., (Lote 02), objeto do Processo de Licitação Pregão Presencial Nº. 029/SAMAE/2017, que prevê o termino em 06/11/2018, por mais 12 (doze) Meses, ou seja, de 06/11/2018 a 06/11/2019, em face do interesse publico, e Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 25/10/2018. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Ademar Darolt – presidente e pela Sr. Fernando Kesting Longo

Bandeirante

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2018 FMS

Publicação Nº 1782602

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2018
Processo Licitatório de origem: 36/2018
Pregão presencial nº 22/2018

Órgão registrador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
Objeto: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES, PARA AQUISIÇÃO CONFORME A NECESSIDADE DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA USO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC.
Assinatura da ata de registro de preços: 24/10/2018.
Validade da ata de registro de preços: 24/10/2019.

Detentoras da ata:
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA – EPP
DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARE
DENTAL OESTE EIRELI
MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME

O inteiro teor da ata, com a relação de todos os itens, preços registrados, empresas detentoras e demais cláusulas, está disponível no site www.bandeirante.sc.gov.br e pode também ser solicitado pelo telefone (49) 3626 0012 ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.

Bandeirante, SC, em 24/10/2018.
Neuri Biazzi – Gestor do FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 35/2018 PMB

Publicação Nº 1786345

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 35/2018
Processo Licitatório de origem: 70/2018
Pregão presencial nº 47/2018

Órgão registrador: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
Objeto: REGISTRO DE PREÇO, COM VALIDADE DE 12 MESES, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME NECESSIDADE, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE ANIMAIS MORTOS EM PROPRIEDADES URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL 1285/2018.

Detentoras da Ata:
TRANSPORTES E COLETA PREVIATTI LTDA

Assinatura da ata de registro de preços: 26/10/2018.
Validade da ata de registro de preços: 26/10/2019.

O inteiro teor da ata, com a relação de todos os itens, preços registrados, empresas detentoras e demais cláusulas, está disponível no site www.bandeirante.sc.gov.br e pode também ser solicitado pelo telefone (49) 3626 0012 ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.

Bandeirante, SC, em 26 de outubro de 2018.
Celso Biegelmeier – Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º311, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação N° 1788278

PORTARIA N.º311, de 30 de outubro de 2018.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Designar a servidora Tamara Cristina Melz, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula nº427001, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para atuar no Programa NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) 20 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Saúde, sob regime estatutário e com vencimentos previstos em Lei,

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 026/2018 FMS

Publicação Nº 1788668

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 026/2018/FMS
Pregão Presencial nº 026/2018/FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Contratação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), assim definidas pelo art. 3º da Lei Complementar 123/06 sediadas no âmbito municipal, para aquisição de lanches e materiais de copa e cozinha, destinados aos pacientes que participam das oficinas oferecidas pelo CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL). Recebimento dos Envelopes até: 13/11/2018 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 13/11/2018 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração/Diretoria de Compras, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 30 de outubro de 2018.

VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito Municipal.

Bela Vista do Toldo

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 23/2018

Publicação Nº 1787878

PORTARIA Nº 23 DE 19 DE OUTUBRO DE 2018.

DAUVÃ MIZWA, Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

DECLARA

Art. 1º - Que reassumiu suas funções o Vereador Antonio Alberti, em face do termino da licença, conforme a Resolução n. 04 de 18 de setembro de 2018, em função deste ato houve o afastamento do Vereador Suplente João Maria Ferreira.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 19 de Outubro de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

DAUVÃ MIZWA
Presidente em exercício

JOAQUIM DO PRADO
2º secretario

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Legislativa desta Casa, na data supra.

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018

Publicação Nº 1788768

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018
Registro de Preços

Objeto: Aquisição de nitrogênio líquido para manutenção do Programa de Melhoramento Genético Animal da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 13/11/2018, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 30 de outubro de 2018.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

2º NOTIFICAÇÃO - INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO - PP 20/2018

Publicação Nº 1787910

A
ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.
CNPJ: 01.104.492/0001-28
Rua Dias de Carvalho, 408, Sala 02, Bairro Tristeza
Porto Alegre/RS
CEP 91910-270

2ª NOTIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, vem por intermédio do presente expediente, consubstanciado nos fatos infra mencionados, ao final, NOTIFICAR Vossa Senhoria acerca do que segue:

A empresa ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA, participou do Pregão Presencial nº 20/2018, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEICULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, sendo classificada para fornecer os itens 9, 12, 24, 26, 30 e 49 constantes do Edital de Pregão Presencial nº 20/2018.

Na data de 06/04/2018 foi expedida e enviada por e-mail a Ordem de Compra nº 1038/2018 solicitando o fornecimento de 08 (oito) unidades do item 26 – Pneu 215/75 R 17.5, borrachudo. O prazo de entrega do produto no edital e na ata de registro de preços é de 20 (vinte) dias.

Ocorre que, decorrido o prazo de entrega, o produto não foi entregue e após várias tentativas por e-mail e telefone para que o produto fosse entregue, não se obteve êxito e nenhuma resposta da empresa fornecedora.

Com isto, na data de 25/07/2018 foi emitida e enviada a 1ª Notificação à Notificada para que esta entregasse o produto solicitado, concedendo-lhe o prazo de mais 10 (dez) dias para o feito.

A referida notificação foi recebida pela notificada em 17/08/2018, porém novamente não se obteve qualquer resposta, e nem a entrega do produto.

O Artigo 7º da Lei 10.520/2002 prevê que “Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”

Ademais, o próprio Edital de Pregão Presencial nº 20/2018, no item 15 estabelece que irregularidades por parte da empresa contratada, ensejarão na aplicação das penalidades previstas no artigo 87 e demais da lei 8.666/93:

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

15.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

15.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

15.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

15.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

15.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

15.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

15.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.8 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

Vale ressaltar que a empresa estava ciente de suas responsabilidades posto que estas estavam explícitas no Edital de Pregão Presencial nº 20/2018, sendo que com o seu descumprimento o município restou prejudicado.

Diante do exposto NOTIFICAMOS a empresa ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA, para que no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, apresente defesa, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis previstas no instrumento convocatório e seus anexos e na legislação atual, pelo descumprimento, sem prejuízo de encaminhamento ao Ministério Público para tomada de providências.

Sem mais para o momento.

Benedito Novo, 03 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53 A 63/2018

Publicação Nº 1788417

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018 a 63/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E NO CORPO DE BOMBEIROS

53/2018 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	ABAIXADOR DE LINGUA DESCARTAVEL C/100 UND	ESTILO	2,45
33	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% FRC C/1000 ML	RICIE	24,22
41	COLETOR COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE DE 80 ML, SEM PÁ, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTÉRIL PCT C/100 UND	CRAL	33,80
42	COLETOR DE URINA INTERNA FECHADO C/2000 ML	LABOR IMPORT	2,44
48	DETERGENTE ENZIMÁTICO DE AÇÃO SINÉRGICA, CONCENTRADO, LÍQUIDO, SEM CHEIRO, NÃO ESPUMOSO, PH NEUTRO, ATÓXICO, NÃO IRRITANTE PARA A PELE E MUCOSAS, NÃO CORROSIVO, 100% BIODEGRADÁVEL, COM TENSOATIVO NÃO-IÔNICO. NO MÍNIMO COM ENZIMAS DO GRUPO DAS PROTEASES, AMILASES, LÍPASES E CARBOIDRASES. LIMPADOR DE ALTA EFICÁCIA É INDICADO PARA A DISSOLUÇÃO DE MATERIAL ORGÂNICO (PRÉ-LAVAGEM) A EXEMPLO DE RESÍDUOS DE TECIDOS CORPÓREOS, MUCO, PUS, SANGUE, ENTRE TANTAS OUTRAS SUJIDADES QUE POSSAM ADERIR AO INSTRUMENTAL MÉDICO E ODONTOLÓGICO POSSIBILITANDO A REMOÇÃO COM MAIOR EFICÁCIA. DEVE POSSIBILITAR O USO MANUAL E EM LAVADORAS AUTOMÁTICAS E ULTRASSÔNICAS. PRODUTO DILUÍDO A PROPORÇÃO MÁXIMA DE 4ML POR LITRO/ÁGUA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM RESISTENTE COM 1000ML, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O FABRICANTE DEVE DECLARAR AS CONCENTRAÇÕES ENZIMÁTICAS, MODO DE PREPARO DA SOLUÇÃO DE USO, PRAZO DE VALIDADE DESTA SOLUÇÃO E TEMPO DE IMERSÃO DOS OBJETOS. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DO DETERGENTE ANTES DA DILUIÇÃO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KELDRIN	19,00

49	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLOGICOS. BASTERIOSTATICOS, DIMINUI A CARGA MICROBIANA DE ACOO INSTANTANEA, CONTEM NA SUA FORMULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOLISOPROPILICO E TENSOATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 1000 ML	Kelldrin	20,09
51	ENVELOPE AUTO SELANTE 150 X 300 MM C/100 UND	HOSPFLEX	25,40
55	ENVELOPE AUTO SELANTE 70 X 130MM C/100 UND	HOSPFLEX	11,37
59	EQUIPO DE 2 VIAS (MULTIVIAS, POLIFIX) COM CLAMP, QUE SE ADAPTE A QUALQUER EQUIPO/SE-RINGA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	DESCAR PACK	0,65
64	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO P. 29 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 24 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 110 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, NAO ESTERIL E EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	ADLIN	0,63
75	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100ML. POSSUIR PROPRIEDADES DE FIXACAO E SUSTENTACAO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGACOS DE MATERIAL BIOLOGICO ESTENDIDOS EM LAMINA DE VIDRO	ADLIN	5,19
81	INDICADOR QUIMICO MULTIPARAMETROS. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR, PARA COMPROVACAO DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS. CAIXA COM 250 TIRAS.	CLEAN UP	54,05
103	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL BRANCA COM ELÁSTICO, CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES.	DESCAR PACK	4,40
106	MICRONEBULIZADOR PARA OXIGENIO ADULTO, CONJUNTO COMPLETO COM MICRONEBULIZADOR, EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGÊNIO PARA INALAÇÃO INDIVIDUAL DESMONTÁVEL ATÓXICO FÁCIL DESINFECÇÃO PODE SER USADO VÁRIAS VEZES INDICADO PARA INALAÇÃO DE COMPOSTOS MEDICAMENTOS, JUNTAMENTE COM OS INALADORES NS, MÁSCARA ADULTO DE FÁCIL LIMPEZA E PRÁTICO MANUSEIO, CONTENDO 01 MÁSCARA PLÁSTICA ADULTO NS, 01 UNIDADE NEBULIZADORA, 01 EXTENSÃO E 01 ELÁSTICO	DARU	5,11
107	MICRONEBULIZADOR PARA OXIGENIO INFANTIL, CONJUNTO COMPLETO COM MICRONEBULIZADOR, EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGÊNIO PARA INALAÇÃO INDIVIDUAL DESMONTÁVEL ATÓXICO FÁCIL DESINFECÇÃO PODE SER USADO VÁRIAS VEZES INDICADO PARA INALAÇÃO DE COMPOSTOS MEDICAMENTOS, JUNTAMENTE COM OS INALADORES NS, MÁSCARA ADULTO DE FÁCIL LIMPEZA E PRÁTICO MANUSEIO, CONTENDO 01 MÁSCARA PLÁSTICA ADULTO NS, 01 UNIDADE NEBULIZADORA, 01 EXTENSÃO E 01 ELÁSTICO	DARU	5,11
113	PAPEL CREPADO 30X30. BRANCO, PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAS. CAIXA C/500 UND	HOSPFLEX	46,82
116	PINÇA ANATOMICA 12 CM, SEM DENTE DE RATO, RETA, DE AÇO	PROFESSIONAL	8,35
127	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.21	SOLIDOR	0,16
128	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.23	SOLIDOR	0,18
129	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.27	SOLIDOR	0,18
131	SERINGA DESCARTAVEL 10ML S/AGULHA	SR	0,25
132	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/AGULHA	SR	0,33
133	SERINGA DESCARTAVEL 03ML S/AGULHA	SR	0,10
134	SERINGA DESCARTAVEL 05ML S/AGULHA	SR S	0,16
135	SOLUCAO DE LUGOL 5% C/1000 ML	CINETICA	100,00
136	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	MEDSONDA	0,48
137	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	MEDSONDA	0,56
139	SONDA CATETER TIPO OCULOS ADULTO PCT C/10UND	MEDSONDA	8,00
141	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 12 C/BALÃO	SOLIDOR	2,65
142	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 14 C/BALÃO	SOLIDOR	2,80
143	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 16 C/BALÃO	SOLIDOR	2,80
144	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 18 C/BALÃO	SOLIDOR	2,80
145	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 20 C/BALÃO	SOLIDOR	2,80
146	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 22 C/BALÃO	SOLIDOR	2,80
150	SONDA URETRAL Nº 12 PCT C/10 UND	MEDSONDA	4,80
151	SONDA URETRAL Nº 14 PCT C/10 UND	MEDSONDA	5,40

153	SONDA URETRAL Nº 8 PCT C/10 UND	MEDSONDA	4,90
173	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM	PROFESSIONAL	13,25
187	VASELINA LIQUIDA C/1000ML	CINORD	20,50
54/2018 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
9	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 30 X 8 21G 1 C/100 UND	SOLIDOR	4,50
16	ANDADOR DE ALUMÍNIO (DOBRÁVEL) ARTICULADO COM REGULAGEM ALTURA	INDAIA	120,00
20	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL, COM MEDIDOR DE PRESSÃO DIGITAL E PULSAÇÃO, MEDIÇÃO NO PULSO. APROVADO PELO INMETRO. DIMENSÕES DO APARELHO: 82 C X 69 L X 66 A MM. CIRCUNFERÊNCIA DE PULSO: 13,5 - 22 CM, DIMENSÕES DA BRAÇADEIRA: 35,3 ± 1 CM (C) X 8 ± 1 CM (L) (TAMANHO PADRÃO QUE ACOMPANHA O MONITOR), MÉTODO DE MEDIÇÃO OSILOMÉTRICO, SENSOR DE PRESSÃO SEMI-CONDUÇÃO, FAIXA DE MEDIÇÃO PRESSÃO: 40-250 MMHG, PULSAÇÃO: 40-250 BATIMENTOS POR MINUTO, ERRO MÁXIMO PRESSÃO +- 3 MMHG/PULSAÇÃO +- 5% DO VALOR MEDIDO, INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO AUTOMÁTICA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 1 MINUTO SEM USO, ALIMENTAÇÃO 3V 2 PILHAS DO TIPO AAA	BIOLAND 3005	88,90
21	AVENTAL DESCARTAVEL GINECOLOGICO, SEM MANGA, EM TNT, BRANCO, COM TIRAS PARA AMARRAR NO DORSO, MINIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TAMANHO UNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	CLEAN	7,65
44	COMPRESSA DE GAZE NÃO ADERENTE 100% ALGODÃO OU MALHA DE ACETADO DE CELULOSE (RAYON). IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATUM. MATERIAL ESTÉRIL. PERMITA A DRENAGEM DE EXSUDATOS. RECORTÁVEL. NÃO ADERENTE NO LEITO DA FERIDA. EM ROLO OU PRODUTO EM UNIDADES PRONTAS PARA USO. TAMANHOS SUGERIDOS: 7,6CM X 7,6CM	CURATEC	5,40
53	ENVELOPE AUTO SELANTE 230 X 350MM C/100 UND	VEDA MAX	58,00
91	LENCOL DESCARTAVEL COM ELASTICO 0,90 X 2,10 PACOTE C/10 UND	CLEAN	8,00
105	MEDIDOR DE PICO DE FLUXO EXPIRATÓRIO, POSSUI ESCALA ATS DE 60 A 900 L/M, FABRICADO EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE POSSIBILITANDO ACURÁCIA NOS EXAMES, POSSUI MARCADORES COLORIDOS PARA DEMARCAÇÃO DAS ZONAS DE RISCO E CONFORTO, MAIOR PODER DE PRECISÃO NO RESULTADO, USO PROFISSIONAL OU INDIVIDUAL, USO ADULTO E INFANTIL, POSSUI VÁLVULA UNI-DIRECIONAL EM SILICONE, CORPO PLÁSTICO E BARRA INTERNA DE AÇO INOXIDÁVEL	MEDICATE	145,00
115	PAPEL LENCOL EM ROLO 70X50. DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, COR BRANCA	CLEAN	6,99
169	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO BRANCO	ELAN	8,50
170	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO. BIP DIFERENCIADO PARA TEMPERATURAS QUE CARACTERIZAM FEBRE. RECUPERACAO AUTOMATICA DA UTIL MA LEITURA EFETUADA; DISPLAY LCD COM RETRO ILUMINACAO.DESLIGA AUTOMATICAMENTE. METODO DE MEDICAO.SEM CONTATO DISTANCIA EFETIVA: 5CM ~ 8CM	BIOLAND	110,00
185	UMIDIFICADOR PARA CILINDRO DE OXIGENIO C/250 ML	UNITEC	16,00
55/2018 - CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA ME			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
17	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM BR-20D ADULTO	47,79
22	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO, ELETRONICA, ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO, CAPACIDADE PARA 200 KG, DIVISÕES DE 100 G, PESAGEM MÍNIMA DE 2 KG, PLATAFORMA DE 380 X 290 MM, ALTURA DE 1,35 M, RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA DE 2,00 M EM ALUMÍNIO, TAPETE EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, PÉS REGULÁVEIS, MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL.	WELMY W200/100	990,00
47	DETECTOR FETAL PORTÁTIL, UTILIZADO PARA DETECTAR BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS A PARTIR DA 10ª À 12ª SEMANA DE GESTAÇÃO, POSSIBILITANDO A AVALIAÇÃO DO RITMO CARDÍACO FETAL DURANTE A GRAVIDEZ E PARTO. TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE, ALTO-FALANTE DE ALTA PERFORMANCE, DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR, ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, GRAVADOR OU COMPUTADOR, BOTÃO LIGA-DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, TELA DE LCD ILUMINADO, 02 MODOS DE VISUALIZAÇÃO DA FCF - FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL NUMÉRICA E GRÁFICA (CURVA FCF). ALARMES VISUAIS/SONOROS AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS. INDICADOR DE BATERIA, FUNCIONAMENTO COM BATERIA RECARREGÁVEL, FREQUÊNCIA ULTRA-SOM 2 MHZ, INTENSIDADE DE ULTRA-SOM <10MW/CM2, EXIBIÇÃO VISOR LCD MONOCROMÁTICO COM LUZ DE FUNDO AZUL, FCF FAIXA DE MEDIÇÃO 50 ~ 240BPM, RESOLUÇÃO DA FCF 1BPM E PRECISÃO FCF ± 1 BPM	MEDPEJ DF 7001D	574,00

67	ESTETOSCÓPIO CLINICO ADULTO, COM OLIVAS EM SILICONE, COM ACABAMENTO SEM REBARBAS. CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO "Y". AUSCULTADOR ADULTO, COM DIAFRAGMA RESISTENTE E DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIOPULMONAR, QUE PERMITA UM MÍNIMO DE AUSCULTA DE SONS AMBIENTAIS E O MÁXIMO DE SONS PRÓPRIOS DO PACIENTE. O PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	PREMIUM ADULTO	12,00
101	MACA DE IMOBILIZAÇÃO RÍGIDA CONFECCIONADA EM POLIETILENO COM ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS, COM CINTO ARANHA E IMOBILIZADOR LATERAL CABEÇA PROJETADA PARA TRANSPORTE MANUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTES POSSIBILITA O RESGATE NA ÁGUA E EM ALTURAS DIMENSIONADA PARA SUPORTAR ATÉ 180 KG, QUANDO UTILIZADA DA MANEIRA CORRETA (USANDO AS PEGAS LATERAIS E IÇADA PELAS MESMAS POR 4 QUATRO SOCORRISTAS), COR AMARELA, RÍGIDA, LEVE E CONFORTÁVEL, POSSUI ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA FACILITAR A IMOBILIZAÇÃO DA VÍTIMA, 100 % TRANSLÚCIDA PODENDO SER USADA EM RX E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ISENTA TOTALMENTE DE REFORÇOS INTERNOS, CONTENDO CINTO ARANHA E KIT IMOBILIZADOR DE CABEÇA.	VNO POLIETILENO	392,00
122	REANIMADOR PULMONAR MANUAL INFANTIL (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE.	FARMATEX INFANTIL	123,99
123	REANIMADOR PULMONAR MANUAL NEONATAL (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE.	FARMATEX NEO NATAL	123,99

56/2018 - SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
18	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM INFANTIL	58,00
19	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL OBESO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM OBESO	72,00
25	CÂNULA DE GUEDEL EM KIT COM 6 UNIDADES, COM DIFERENTES TAMANHOS (0 a 5)	ADVANTIVE KIT	17,40
32	CINTO TIRANTE ARANHA ADULTO PARA COLOCAÇÃO EM PRANCHA RÍGIDA ONDE FIXARÁ A VÍTIMA A SER SOCORRIDA OU TRANSPORTADA DA MELHOR FORMA POSSÍVEL, MODELO ADULTO, CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIAMIDA 100% PRETA E COLORIDA EM 50MM DE LARGURA, FECHO DE REGULAGEM EM VELCRO E REGULADOR PLÁSTICO PRETO	TECNIMED ADULTO	44,50
40	COLCHAO PIRAMIDAL D-28 (TIPO CAIXA DE OVO) SOLTEIRO MEDINDO NO MINIMO 1,88X0,85X0,4CM	LUCKSPUMA D-28	53,00
62	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 10CM X 4,5M, COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE E APLICAÇÃO DE MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. FÁCIL DE RASGAR E DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE, É INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, ATADURAS, ENTRE OUTROS. POSSUIR AMPLA GAMA DE UTILIZAÇÃO DENTRO DO AMBIENTE HOSPITALAR, COMO FIXAÇÃO DE CURATIVOS, SONDAS, DRENOS, CATETERES, DISPOSITIVOS DE INFUSÃO INTRAVENOSA, BANDAGENS, JANELAS EM APARELHOS GESSADOS, APARELHOS EXTENSORES ORTOPÉDICOS (TRAÇÃO CUTÂNEA) ETC. FÁCIL DE RASGAR É DE EXCELENTE FIXAÇÃO, FLEXIBILIDADE, RESISTÊNCIA E IMPERMEABILIDADE. ENROLADO EM CARRETÉIS PLÁSTICOS, COM ABAS, PROTEGIDOS TAMBÉM POR CAPAS, QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	MISSNER 10X4,5	5,30
72	FITA MICROPOROSA BEGE HIPOALÉRGICA, 5 CM X 4,5 M COMPOSIÇÃO: TECIDO NON-WOVEN À BASE DE FIBRA DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E ADESIVO ACRÍLICO. EM ROLO	MISSNER BEGE	3,00
78	GEL PARA ECG E ULTRASSOM. MEIO DE CONTATO PARA ELETRODOS. PH NEUTRO. NAO GORDUROSO E INODORO. ATOXICO. PARA USO EXTERNO. C/100G.	MULTIGEL 100GR	1,20
79	HASTES FLEXÍVEIS DE POLIPROPILENO COM ALGODAO HIDROFILO NAS PONTAS. CAIXA COM 150 UNIDADES	HIGIETOPP 150UND	2,40
90	LANTERNA CLINICA PROFISSIONAL PARA AVALIAÇÃO DO REFLEXO DA PUPILA E EXAMES CLÍNICOS. CONSTRUÍDA EM MATERIAL BRONZE OU AÇO INOXIDÁVEL. LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED 3V, CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE, ACABAMENTO ANODIZADO, MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA, LED DE ALTA POTÊNCIA COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS, CONVENIENTE CLIP DE BOLSO, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (INCLUSAS), LUZ DE LED DE 3000K ("BRANCA QUENTE")	PENLIGHT CLINICA	18,90

92	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MAXITEX 6,5	1,05
108	MULETA AUXILIAR DE ALUMÍNIO CONTENDO UM PAR	ALO AUXILIAR	93,80
167	TALA DE PAPELÃO PEQUENA, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 30X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	TECNIMED PEQUENA	13,90
168	TALA DE PAPELÃO XG, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 90X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	TECNIMED XG	23,00
186	URIPEN Nº 6 - DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA DE LATEX NATURAL CENTRIFUGADO A 60%. CAIXA COM 2 UNIDADES	TAYLOR NÂº 06	1,20

57/2018 - MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
3	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 FRC C/1000 ML	FARMAX	4,70
6	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 6 C/100 UND	LAMEDID	5,85
8	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 8 C/100 UND	LAMEDID	5,85
10	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 40 X 12 18G 1/2 C/100 UND	LAMEDID	6,14
13	ALGODÃO HIDROFILO, CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADAS E ISENTAS DE IMPUREZA, SUBSTANCIAIS GORDUROSAS CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS, MACIO E ABSORVENTE ROLO COM 500 GRAMAS.	NATY	8,95
58	EQUIPO PARA SORO MACRO GOTAS COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO; INJETOR LATERAL EM "Y" COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE OU VALVULADO COM ÁREA PARA RÁPIDA ASSEPSIA; DISPOSITIVO DE ENTRADA DE AR LATERAL COM FILTRO HIDRÓFOTO DE 15 MICRAS; CÂMARA DE GOTEJAMENTO COM FILTRO DE FLUÍDO NO SEU INTERIOR (MALHA DE 15 MICRAS), TRANSPARENTE CRISTAL COM GOTEJADOR PARA 20 GOTAS POR ML E FLEXÍVEL COM PERFURADOR DO SORO TIPO LANCETA; TUBO EXTENSOR EM PVC OU POLIETILENO FLEXÍVEL, UNIFORME, FILTRO PARA RETIRADA DE AR SEM DESCONECTAR A TAMP, TRANSPARENTE CRISTAL EM TODA SUA EXTENSÃO, IGUAL OU SUPERIOR A 1,50M DE COMPRIMENTO. CONECTOR LUER SLIP E LU ER LOOK JUNTOS, COM FILTRO DISTAL, PROTETORES QUE GARANTAM A SUA ESTERILIDADE. ESTÉRIL APIROGÊNICO, ATÓXICO E EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	TKL	1,40
60	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS, DISPOSITIVO PARA INFUSAO, CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUCOES PARENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUCOES (FRASCO OU BOLSA) AO DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRA VENOSO OU AGULHA). VIABILIZA O CONTROLE DE FLUXO DE SOLUCOES. CONTEM LANCETA PERFURANTE PARA CONEXAO AO RECIPIENTE DE SOLUCAO; CAMARA PARA VISUALIZACAO DE GOTEJAMENTO; CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINCA ROLETE; ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 25 UND, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	LABOR IMPORT	2,3514
61	ESCOVA ENDOCERVICAL COM PONTA PROTEGIDA, DESCARTAVEL, ATOXICA, PRODUZIDA COM MICRO CERDAS EM NYLON, PONTA PROTEGIDA POR ESFERA DE RESINA. APRESENTACAO EM PACOTES COM 100 UND	CRAL	13,80
66	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO M. 33 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 30 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, NAO ESTERIL E EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	CRAL	0,69
71	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19MM. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR. BOA FIXACAO, TAMANHO MINIMO DE 30M, EM ROLO.	CIEX	2,76
74	FITA MICROPOROSA BRANCO HIPOALÉRGICA, 5 CM X 4,5 M COMPOSIÇÃO: TECIDO NON-WOVEN À BASE DE FIBRA DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E ADESIVO ACRÍLICO. EM ROLO	CRAL	1,95
85	LAMINA DE BISTURI Nº 11 EM AÇO CARBONO ESTERIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	20,00
86	LAMINA DE BISTURI Nº 12 EM AÇO CARBONO ESTERIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	20,00
87	LAMINA DE BISTURI Nº 15 EM AÇO CARBONO ESTERIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	20,00
88	LAMINA DE BISTURI Nº 21 EM AÇO CARBONO ESTERIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	20,00
93	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MEDIX	0,95
94	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MEDIX	0,95
95	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUP-TURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	LEMGRUBER	15,20

96	LUVA DE PROCEDIMENTO G. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSÃO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRÃO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A ÁGUA	LEMGRUBER	15,20
97	LUVA DE PROCEDIMENTO M. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSÃO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRÃO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A ÁGUA	LEMGRUBER	15,20
98	LUVA DE PROCEDIMENTO P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSÃO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRÃO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A ÁGUA	LEMGRUBER	15,20
99	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS, NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA COMO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	MEDIX	15,65
130	SERINGA DESCARTAVEL 01ML S/AGULHA	RYMCO	0,16
149	SONDA URETRAL Nº 10 PCT C/10 UND	MED SONTA	4,50
162	SORO GLICOSADO 5% FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX	4,1633
163	SORO GLICOSADO 5% FRC C/500 ML SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX	2,70

58/2018 - PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	AGUA DEIONIZADA EMBALAGEM C/5000ML PARA AUTOCLAVE	SS PLUS	8,99
5	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 13 X 4,5 26G 1/2 C/100UND	DESCAR PACK	5,85
7	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 7 22 G1 C/100 UND	DESCAR PACK	5,85
11	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRC C/1000ML	TUPI	4,20
12	ALCOOL GEL 70% FRC COM NO MINIMO C/430G	CICLO FARMA	4,16
14	ALMOTOLIA ESCURA 250ML BICO RETO	J-PROLAB	2,18
15	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML BICO RETO	J-PROLAB	2,18
23	CADEIRA DE RODAS ADULTO, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO, ESTRUTURA DOBRÁVEL EM X, PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, ESTOFAMENTO EM NYLON, RODAS TRASEIRAS DE 24" INJETADAS EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS, RODAS DIANTEIRAS DE 6" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, APOIOS DE BRAÇO FIXOS, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 90 KG, LARGURAS DO ASSENTO: 40 CM	CDS	374,99
24	CAIXA PORTA LAMINAS COM CAPACIDADE PARA 100 UND	LABOR	8,22
26	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 14	DESCAR PACK	0,62
27	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 16	DESCAR PACK	0,62
28	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 18	DESCAR PACK	0,62
29	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 20	DESCAR PACK	0,63
30	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 22	DESCAR PACK	0,62

31	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFBO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 24	DESCAR PACK	0,69
35	COLAR CERVICAL RESGATE GG, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	ORTOCENTER	13,29
36	COLAR CERVICAL RESGATE GG, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	ORTOCENTER	19,59
37	COLAR CERVICAL RESGATE M, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	ORTOCENTER	13,29
38	COLAR CERVICAL RESGATE P, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	ORTOCENTER	13,29
39	COLAR CERVICAL RESGATE PP, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	ORTOCENTER	15,29
46	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NAO CRITICOS, SOLUCAO A BASE QUATERNARIO DE AMONIO, COM 1000 ML	CICLO FARMA	8,89
63	ESPATULA DE AYRE PACOTE COM 100 PECAS, ESPATULA DE MADEIRA DE COR NATURAL, LISAS, SUPERFÍCIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, COM 18CM DE COMPRIMENTO E 1 EXTREMIDADE ARREDONDADA E A OUTRA AFILADA, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSAO, TIPODE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO, ADOTADOS SEGUNDOAS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, FABRICACAO/VALIDADE.	THEOTO	5,49

68	ESTETOSCÓPIO CLÍNICO PEDIÁTRICO COM OLIVAS EM SILICONE, COM ACABAMENTO SEM REBARBAS. CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO "Y". AUSCULTADOR PEDIÁTRICO, COM DIAFRAGMA RESISTENTE E DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIOPULMONAR, QUE PERMITA UM MÍNIMO DE AUSCULTA DE SONS AMBIENTAIS E O MÁXIMO DE SONS PRÓPRIOS DO PACIENTE. O PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	PREMIUM	11,86
70	FITA ADESIVA HOSPITALAR 16MM X 50MT	CIEX	2,19
73	FITA MICROPOROSA BRANCO HIPOALÉRGICA, 2,5 CM X 4,5 M COMPOSIÇÃO: TECIDO NON-WOVEN À BASE DE FIBRA DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E ADESIVO ACRÍLICO. EM ROLO	COPERTINA	1,33
77	FRONHA DESCARTAVEL, 50X70. COR BRANCA, EM TNT, PACOTE COM 10 UNIDADES	ANADONA	9,11
80	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS, À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE CLORO ATIVO ESTABILIZADO (10.000 PPM). PRODUTO INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS, BEM COMO INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE ARTIGOS PARA INALOTERAPIA E OXIGENOTERAPIA EM FRC C/1L	CICLO FARMA	5,99
82	KIT DE TALA PARA IMOBILIZAÇÃO COM VELCRO 86X10CM FP.3353 -DETALHES DE CONFECÇÃO: CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEÁVEL, GALVANIZADA, COBERTA COM E.V.A. (4MM) - COLORIDO PARA IDENTIFICAR O SEU TAMANHO. PODE SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE PARA A IMOBILIZAÇÃO COMPLETA. INDICAÇÃO UNIVERSAL: É USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. É REVESTIDA DE E.V.A., PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. KIT COM 4 TAMANHOS.	RESGATEX	79,06
89	LAMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA CAIXA C/50 UND	PRECISION	2,87
100	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO P, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS, NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA COMO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	NUGARD	15,44
102	MANTA TÉRMICA, COBERTOR TÉRMICO DE EMERGÊNCIA (ALUMINIZADO), CONFECCIONADA EM POLIETILENO ALUMINIZADO DESTINADA A MANTER A VÍTIMA AQUECIDA, NÃO DEFORMÁVEL, ISOLANTE TÉRMICO DE BAIXO PESO, RESISTENTE AO ATRITO COM O SOLO, MANTÉM O CALOR INTERNO E REFLETE O CALOR EXTERNO, TAMANHO APROXIMADO DE 2,10 X 1,40M.	TECNIMED	4,99
104	MÁSCARA RESPIRATÓRIA TIPO N95 (BICO DE PATO) SEMI -FACIAL DESCARTÁVEL DE MODELO DOBRÁVEL TIPO PFF2 COM SOLDADA POR ULTRASSOM EM TODO SEU PERÍMETRO MÁSCARA SEM VÁLVULA QUE RETÉM COM EFICIÊNCIA GOTÍCULAS E MICROORGANISMOS MÁSCARA QUE FILTRA TANTO PARTÍCULAS NÃO BIOLÓGICAS (POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS) COMO DE MICRO -ORGANISMOS (ESFÉRICOS, CILÍNDRICOS, FILAMENTOSOS) NA FORMA DE AEROSSÓIS. ISTO INCLUI PARTÍCULAS QUE PODEM CONTER MATERIAL BIOLÓGICO, COMO FUNGOS, BACILLUS OU VÍRUS NAS LATERAIS EXTERNAS DO RESPIRADOR, FIXADAS DUAS PRESILHAS DE MATERIAL PLÁSTICO, UMA DE CADA LADO, ATRAVÉS DAS QUAIS PASSA UMA FITA ELÁSTICA BRANCA, ENTRELAÇADA NAS PRESILHAS, PERFAZENDO UMA ALÇA NA PARTE SUPERIOR E OUTRA NA PARTE INFERIOR DA CABEÇA DO USUÁRIO PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA COM TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, UTILIZADA PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) VÁLIDO.	DESCAR PACK	2,08
114	PAPEL CREPADO 60X60. BRANCO, PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS CX C/500 UN	HOSPFLEX	299,99
126	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.19	VACUPLAST	0,18
138	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	MARK MED	1,53
140	SONDA CATETER TIPO OCULOS INFANTIL PCT C/10 UND	MARK MED	12,30
147	SONDA NASOGASTRICA Nº 16, CURTA, TUBO PVC, ATÓXICA, SILICONE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL.	MARK MED	1,06
148	SONDA NASOGASTRICA Nº 18, CURTA, TUBO PVC, ATÓXICA, SILICONE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL.	MARK MED	1,16
164	TALA DE METAL PCT C/12 UND PARA IMOBILIZAÇÃO DE DEDOS COM ESPUMA INDICADA NA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE DEDOS, UTILIZAÇÃO EM GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS, ESPUMA ANTIALÉRGICA ESPESSURA 9 MM +- 1 MM, ALUMÍNIO 100% LIGA 1100 A H 14 COM ESPESSURA DE 1,0 MM, DIMENSÕES: LARGURA X COMPRIMENTO 12 MM X 180 MM	POLAR FIX	17,4433
165	TALA DE PAPELÃO GRANDE, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 70X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	TECNIMED	25,99

166	TALA DE PAPELÃO MÉDIA, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 50X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	TECNIMED	17,92
172	TESOURA IRIS CIRURGICA RETA C/PONTA FINA 12CM	CASSIFLEX	13,29
174	TESOURA PONTA ROMBA TAMANHO 18CM PARA CORTAR AS VESTES DA VÍTIMA A FIM DE IDENTIFICAR LESÕES OCULTAS QUE NECESSITEM DE UM PRONTO ATENDIMENTO, TESOURA ESPECIAL PARA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR COM LÂMINAS PONTA ROMBA (PRÓPRIA PARA NÃO FERIR A VÍTIMA)	TECNIMED	23,39
177	TOUCA DESCARTAVEL C/ELASTICO PCT C/100 UND	DESCARPACK	5,59
179	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.3,5	VITAL GOLD	3,78
180	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.5,0	VITAL GOLD	3,49
181	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.7.0	VITAL GOLD	3,49
182	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.7.5	VITAL GOLD	3,49
183	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.8.0	VITAL GOLD	3,49
184	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.8.5	VITAL GOLD	3,78

59/2018 - CIRURGICA ONIX EIRELI ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
52	ENVELOPE AUTO SELANTE 200 X 370 MM C/100 UND	ZERMATT	45,00
56	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 160MM C/ 100 UND	ZERMATT	12,25
57	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 260 MM C/100 UND	ZERMATT	14,96
124	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 100 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	DESCARBOX	25,60
154	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/100/125ML C/CONTA GOTAS	FARMAX	1,60
155	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/100/125ML SISTEMA FECHADO	J.P	1,87
157	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/240/250ML C/CONTA GOTAS	FARMAX	1,94
158	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/250ML SISTEMA FECHADO	J.P	2,15
159	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/500 ML C/CONTA GOTAS	ARBORETO	2,50
160	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/500ML SISTEMA FECHADO	J.P	2,43
161	SORO GLICOFISIOLOGICO FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	J.P	2,36

60/2018 - SMC FARMACEUTICA LTDA EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
43	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO FRC DE 2L	CRAL	3,32
45	CURATIVO ADESIVO REDONDO POS COLETA/PUNCAO P/SANGUE C/200 UND	CRAL	7,48
65	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO G. 43 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 36 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS, ARTICULADOS CONTORNOS LISOS E REGULARES, NAO ESTERIL E EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	CRAL	0,78
125	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 50 OU 60 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NÃO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	18,45
176	TIRAS TESTE DE URINA COM PROTEINURIA CX C/100 UND	CRAL	30,96

61/2018 - JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
110	NEBULIZADOR PORTÁTIL, COM 01 SAÍDA SIMULTÂNEA, MODELO CLÍNICO COM ALÇA PARA TRANSPORTE, MOTOR MONOFÁSICO DE APROXIMADAMENTE 1/10 HP, VOLTAGEM 220V, 60 HZ, COM MÁSCARA E FILTRO DE AR, GARANTIA 5 ANOS, COMPOSTO POR 1 COPINHO, 1 MANGUEIRA, 1 MÁSCARA ADULTO E 1 MÁSCARA INFANTIL	INCOTERM	128,00
111	OTOSCÓPIO, TRANSMISSÃO DA LUZ POR FIBRA ÓPTICA/LED, LÂMPADA DE XENON, TENSÃO 2.5V DE XENON, MATERIAL DA CABEÇA EM ABS E AÇO INOX, CABO EM METAL, ACABAMENTO DO CABO TERMOPLÁSTICO, ALIMENTAÇÃO COM 2 PILHAS AA, BOTÃO LIGA/DESLIGA, GARANTIA DE 1 ANO, ACOMPANHADO DE 07 ESPÉCULOS AURICULARES 2.5MM, 07 ESPÉCULOS AURICULARES 4.0MM E 01 ESTOJO MACIO E ACOLCHOADO	MIKATOS	284,00
117	PINÇA PUNCH KEYES 4MM P/ BIOPSIA DE PELE	ABC	57,30
118	PINÇA PUNCH KEYES 6MM P/ BIOPSIA DE PELE	ABC	57,30
119	PINÇA PUNCH KEYES 8MM P/ BIOPSIA DE PELE	ABC	57,29

62/2018 - PREMIUM HOSPITALAR EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
69	FIO DE SUTURA SIMPLES (TIPO CATGUT) 3-0 AG 2,0CM 1/ CAIXA C/ 24 DE ORIGEM ANIMAL ABSORVIVEL TAMANHO DO FIO 75 CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE POR ENVELOPE ESTERIL.	SHALON	54,76
120	POVIDINE DEGERMANTE C/1000 ML	RIOQUIMICA	34,30
121	POVIDINE TOPICO C/1000 ML	RIOQUIMICA	34,74

63/2018 - PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
34	COLAR CERVICAL PARA RESGATE REGULÁVEL 4 EM 1, POSSUI REGULAGEM DE ALTURA COM 4 NÍVEIS DE AJUSTE (PP/P/M E G), IDEAL PARA IMOBILIZAÇÃO CERVICAL, EMERGÊNCIAS MÉDICAS, RESGATE ETC, CONFECCIONADO EM MATERIAL INJETADO (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) E EVA COM APOIO MENTONIANO, POSSUI ABERTURA DE ACESSO À TRAQUÉIA E PULSOS CAROÍDEOS, ORIFÍCIO POSTERIOR (NUCA) POSSUI DUAS ABERTURAS PARA A PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA	VNO	51,50
83	KIT IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA TAMANHO ADULTO, CONFECCIONADO EM ESPUMA INJETADA, IMPERMEÁVEL, PROPICIA IMOBILIZAÇÃO PARA CABEÇA E REGIÃO CERVICAL, CONTÉM TIRANTES DE FIXAÇÃO PARA TESTA E QUEIXO, COM PONTOS PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO	SP	99,71
84	KIT PARTO EMERGENCIAL DESCARTÁVEL, CONJUNTO DE FERRAMENTOS PARA SER REALIZADO EM UM EM PARTO EMERGENCIAL. SUPRE OS REQUISITOS PARA UMA EXCELENTE AUXÍLIO NO MOMENTO DO PARTO. TODOS OS ITENS DESCARTÁVEIS NECESSÁRIOS NA OPERAÇÃO. CONTER NO MÍNIMO 01 MALETA, 01 BISTURI DESCARTÁVEL Nº 21, 01 CAMPO CIRÚRGICO, 02 PACOTE DE COMPRESSAS DE GASE ESTÉRIL 7,5x7,5 COM 10 UNIDADES, LUVA CIRÚRGICA NO 7,5, 01 LUVA CIRÚRGICA NO 8,5, 02 PRENDEDOR UMBILICAL, 01 PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO, 01 SACO DE EXPURGO HOSPITALAR, 01 AVENTAL DESCARTÁVEL E 01 MÁSCARA CIRÚRGICA.	SP	59,50
109	MULETA TIPO BENGALA CANADENSE ARTICULADA COM ALTURA REGULÁVEL PARA USUÁRIOS DE 1,50 A 2,00, CONTENDO UM PAR, CAPACIDADE ATÉ 130 KG	SEQUENCIAL	79,50
112	OXÍMETRO DIGITAL DE DEDO ADULTO, MEDE E EXIBE VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA. BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO, VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO. COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS AAA. DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS ATIVIDADE.	CHOICE	90,72
152	SONDA URETRAL Nº 6 PCT C/10 UND	BIOBASE	4,66
171	TERMOMETRO DIGITAL PARA GELEIRA INTERNO E EXTERNO	INCOTERM	61,70
175	TIRA REAGENTE PARA TESTE DE GRAVIDEZ BETA HCG, TESTE DE GRAVIDEZ EM TIRAS IMUNOCROMATOGRAFICA, ESPECIFICA PARA DETERMINAÇÃO DA GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG) EM AMOSTRA DE SORO OU URINA COM UMA SENSIBILIDADE DE 25 MUI/L, SOMENTE PARA DIAGNOSTICO "IN VITRO". EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM CAIXA COM NO MÁXIMO 100 TIRAS CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, CONTROLE INTERNO DO TESTE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA.	EBRAM	55,47

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 16 de julho de 2018 a 16 de julho de 2019

Benedito Novo (SC), 16 de julho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 87/2018

Publicação Nº 1787814

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 30/10/2018 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2018

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 87/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAR, COM EXCLUSIVIDADE, SERVIÇOS E OPERAÇÕES BANCÁRIAS DE DEPÓSITO DOS VALORES DA FOLHA DE SALÁRIO/PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS, ESTATUTÁRIOS, CELETISTAS E CONTRATADOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CONFORMIDADE COM OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2018. Aberta a sessão, verificou-se que não houve licitantes interessados que protocolassem seus envelopes para participar do certame. O Pregoeiro declara o certame DESERTO e, portanto, PREJUDICADO. Desta forma, sugere-se a autoridade superior a repetição do certame com a reavaliação do valor de referência para que possa ser mais atrativo aos possíveis interessados. Em seguida lavrou-se a presente Ata. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Remete-se os autos à Autoridade Superior para as providências de estilo.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

PORTARIA Nº 290/2018 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1788016

PORTARIA Nº 290/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em setembro de 2018, da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 211/2018, de 24 de julho de 2018, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Everaldo Schreiber	01/03/2016	09/18=82	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Maurício Jose Campestrini	01/03/2016	09/18=74	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Charles Naor Neumann	01/03/2016	09/18=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Valcir Cardoso	02/03/2016	09/18=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Diego Maradona de Altino	02/03/2016	09/18=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Mauro Uber	02/03/2016	09/18=76	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Arno Norbert Rutz	07/03/2016	09/18=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Iraci Krohn	10/03/2016	09/18=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Herlon Wetzel	21/03/2016	09/18=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Juvenal Ricardo Junior	04/09/2017	09/18=60	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Alcemir Voitechen	01/03/2018	09/18=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 29 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 291/2018 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1788017

PORTARIA Nº 291/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em setembro de 2018, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 014/2018, de 25 de janeiro de 2018, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Jair Strey	18/03/2016	09/18=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 29 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 292/2018 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1788018

PORTARIA Nº 292/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em setembro de 2018, da Secretaria de Administração e Finanças, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 014/2018, de 25 de janeiro de 2018, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Maria Teresa de Souza Wagner	01/03/2016	09/18=81	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Joice Aparecida Costa	01/03/2016	09/18=98	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Leonel Cardoso Bacaioa	14/03/2016	09/18=59	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 29 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 293/2018 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1788019

PORTARIA Nº 293/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em setembro de 2018, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 014/2018, de 25 de janeiro de 2018, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Eliana Nones	01/03/2016	09/18=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Fernanda Valcanaia	01/03/2016	09/18=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Cristiane Naffien Huhn	01/03/2016	09/18=98	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Suely Ittner Herweg	01/03/2016	09/18=72	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Fernando Antonio Portela Jaepelt	02/03/2016	09/18=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Eunice da Silva Freitas	07/03/2016	09/18=84	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Gislaine Cristine R. Machado	20/03/2017	09/18=76	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Yuri Dutra Stachera	04/09/2017	09/18=88	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Luciano Krieser	04/03/2016	09/18=74	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 29 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 17 EDITAL 003/2016

Publicação Nº 1788798

CONVOCAÇÃO Nº 17 – EDITAL 003/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 003/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 30 de outubro de 2018.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

CARGO: PROFESSOR III – GEOGRAFIA

02 – CAROLINA GARTNER

DECRETO Nº 224/2018

Publicação Nº 1788574

DECRETO Nº 224/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

ACRESCENTA O ART. 12-A AO DECRETO MUNICIPAL Nº 131/2009, REFERENTE A BASE DE CÁLCULO DO ISS INCIDENTE SOBRE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o art. 12-A ao Decreto Municipal nº 131, de 28 de setembro de 2009, o qual vigorará com a seguinte redação:

Art. 12-A. Na apuração da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), incidente sobre os serviços abaixo, será considerado:

I- Terraplanagem sem movimentação de carga: R\$ 2,48 por m³ (metro cúbico);

II- Terraplanagem com movimentação de carga: R\$ 4,97 por m² (metro cúbico);

III- Escavação: R\$ 2,48 por m³ (metro cúbico);

IV- Estaqueamento: R\$ 19,59 por metro linear.

Parágrafo único – O contribuinte fica obrigado a apresentar projeto de escavação e de terraplanagem, firmado por engenheiro e com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

DECRETO Nº 225/2018

Publicação Nº 1788766

DECRETO Nº 225/2018 DE 31 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora LUCILENE CRUZ BARBOSA, a partir de 31/10/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República à servidora LUCILENE CRUZ BARBOSA, detentora da matrícula funcional nº 9666-02, portadora do CPF nº 455.413.349-04, inscrita no PASEP nº 1117746705-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem - 30h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 2.057,45 (dois mil e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 31/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2018

Publicação Nº 1788577

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2018 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA O CAPUT E ACRESCE OS PARÁGRAFOS 5º, 6º E 7º AO ART. 149 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 04 DE JULHO DE 2012, ABRANGENDO A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES EFETIVOS NÃO ESTÁVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O caput do artigo 149 da Lei Complementar nº 53, de 04 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149 Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos filhos, dos enteados, dos pais, ou de pessoa sob a guarda do servidor, mediante a comprovação da doença pela Junta Médica Funcional.

Art. 2º Ficam criados os §5º, §6º e §7º no artigo 149 da Lei Complementar nº 53, de 04 de julho de 2012, os quais vigorarão com a seguinte redação:

Art. 149 (...)

§5º Após o encerramento do período da licença de que trata esta Seção, incluindo-se a sua possível prorrogação, o servidor efetivo somente poderá realizar novo pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família após transcorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§6º O início do interstício de 12 (doze) meses mencionado no §5º do presente artigo será contado a partir da data de encerramento da licença por motivo de doença em pessoa da família anteriormente concedida.

§7º O servidor efetivo, estável ou não estável, temporário ou comissionado, poderá afastar-se do trabalho sem descontos durante o período de internação de filho, ou de pessoa sob sua guarda, de até 15 (quinze) anos de idade, durante o período de internação deste, após avaliação pela Junta Médica Funcional.

Art. 3º – Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, SC, 25 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 159/2018, de 25/10/2018.

Sancionada em 25/10/2018

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Secretária Executiva de
Legislação e Expediente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.964/2018

Publicação Nº 1788549

DECRETO Nº 11.964, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL DESTINADO AO MELHORAMENTO DA RUA REPÚBLICA ARGENTINA E OS RESPECTIVOS DIREITOS DE OCUPAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, com autorização da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina concedida pela Portaria nº1.861, de 22 de fevereiro de 2018, em regime de urgência, o terreno situado à Rua República Argentina, contendo R\$1.484,98m², número RIP 8047 0000412-62, bem como suas benfeitorias e os respectivos direitos de ocupação no que tange a terreno de marinha, que constam estes pertencerem a João Gonçalves.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º fica destinado ao melhoramento da Rua República Argentina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.968/2018

Publicação Nº 1788552

DECRETO Nº 11.968, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE - PRÓ-FAMÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense - PRÓ-FAMÍLIA, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
2701 – Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.122.0044.2142 – Manut. Ativ. Fund. Pró-Família
Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
2701 – Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.122.0044.2142 – Manut. Ativ. Fund. Pró-Família
Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.969/2018

Publicação Nº 1788558

DECRETO Nº 11.969, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento, no valor de R\$ 239.303,12 (duzentos e trinta e nove mil, trezentos e três reais e doze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

14 – SEC. MUN. DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA**1401 – Diretoria Administrativo - Financeira**

Atividade 14.01.15.122.0031.2279 – Manut. Adm. Fin. SEURB

Modalidade 3.3.90 (540) Aplicações Diretas R\$ 6.403,75

Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0094.2075 – Manut. Ativ. Serv. Urbanos

Modalidade 3.3.90 (548) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0094.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.3.90 (560) Aplicações Diretas R\$ 55.899,37

Fonte de Recursos 0100.00000

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 – Manut. Ativ. Ilum. Pub. Sinal. Viária

Modalidade 3.3.90 (569) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

14 – SEC. MUN. DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA**1401 – Diretoria Administrativo - Financeira**

Atividade 14.01.15.122.0031.2279 – Manut. Adm. Fin. Seurb

Modalidade 3.3.91 (541) Aplicações Diretas R\$ 2.587,95

Modalidade 4.4.90 (542) Aplicações Diretas R\$ 3.815,80

Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0094.2075 – Manut. Ativ. Serv. Urbanos

Modalidade 3.3.91 (549) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Modalidade 4.4.90 (550) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0094.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.3.91 (561) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (564) Aplicações Diretas R\$ 15.899,37

Fonte de Recursos 0100.00000

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 – Manut. Ativ. Ilum. Públ. Sinal. Viária

Modalidade 3.3.91 (572) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.304/2018

Publicação Nº 1788559

PORTARIA Nº 22.304, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DISPENSAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, do exercício das funções gratificadas de confiança:

MARIGIÔ KARINA WILLEMANN MORITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Seleção e Cadastro de Pessoal - FGC-100%, concedida pela Portaria nº 21.341/2017, a contar de 29 de outubro de 2018;

CARLOS EDUARDO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Pessoal do Ensino Fundamental - EJA - FGC-100%, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, concedida pela Portaria nº 20.729/2017, a contar de 29 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.305/2018

Publicação Nº 1788561

PORTARIA Nº 22.305, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DESIGNA SEUS MEMBROS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e conforme solicitação efetuada através do Memorando nº 1657/2018, de 24/10/2018, subscrito pelo Diretor de Compras e Licitações, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitações, com as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme o Edital Regime Diferenciado de Contratação – RDC nº 002/2018, com a finalidade de contratação integrada de empresa especializada para elaboração dos projetos e execução de obras, referente às construções de locais atingidos pelas chuvas de janeiro de 2018 no Município de Blumenau, previstos nas especificações constantes do edital e seus Anexos - Recursos Ministério da Integração Nacional - SEURB;

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta por 05 (cinco) membros abaixo designados, tendo o primeiro como seu presidente:

MARCELO SCHRUBBE, matrícula nº 920492, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB;

MICHAEL JACKSON SCHOENFELDER MAIOCHI, matrícula nº 211605, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente exercendo o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA;

ADRIANO DA CUNHA, matrícula nº 920928, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI;

LUCIMARA HELENA ROSENBRICK ANACLETO, matrícula nº 179804, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente exercendo o cargo de provimento em comissão de Gerente das Comissões de Licitação, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

FÁBIO WEIDGENANT, matrícula nº 167258, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente exercendo o cargo de provimento em comissão de Gerente de Compras, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.306/2018

Publicação Nº 1788563

PORTARIA Nº 22.306, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 942, de 03 de novembro de 2014, e de conformidade com o Memorando SEMUDES GAB nº 141/2018, de 25/10/2018, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 942, de 03 de novembro de 2014, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, juntamente com os demais membros:

ALINE SUZANA FREITAS e MARIA ISABEL PORTO PAES, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, em substituição a MARIA IDEVALDE SILVA MELO e ELIANE PIOLA DA SILVA, nomeadas pela Portaria nº 20.482, de 02 de março de 2017 e pela Portaria nº 21.984, de 09 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.307/2018

Publicação Nº 1788567

PORTARIA Nº 22.307, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA GIOVANI CANDIDO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e conforme Memorando GAB nº 136/2018, de 17/10/2018, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com os demais membros:

GIOVANI CANDIDO, representante suplente da Associação de Educação Complementar Puro Amor, em substituição a CARLA MAGALI DA SILVA RAMALHO, nomeada pela Portaria nº 21.423, de 04 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.308/2018

Publicação Nº 1788569

PORTARIA Nº 22.308, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS
DE CONFIANÇA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, ‘a’, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, para o exercício de funções gratificadas de confiança:

CARLOS EDUARDO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Seleção e Cadastro de Pessoal - FGC 100%, a contar de 30 de outubro de 2018;

MARILIA BORCHARTT DO PRADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social e Relações Institucionais - SECOM, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Procedimentos da Gestão do Trabalho - FGC 60%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 22 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.309/2018

Publicação Nº 1788570

PORTARIA Nº 22.309, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA SUPERVISÃO REGIONAL DE UNIDADE DE SAÚDE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VIVIANI PENHA MARQUES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 36 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 680/2018, de 23 de outubro de 2018, resolve:

CONCEDER gratificação especial pela Supervisão Regional de Unidade de Saúde, conforme artigo 36 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, a servidora pública municipal VIVIANI PENHA MARQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, a contar de 15 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2018

Publicação Nº 1788571

MUNICIPIO DE BLUMENAU – SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2018

Utilizamo-nos do presente para informar a SUSPENSÃO da abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial supracitado com data de abertura publicado para a Entrega e protocolo dos envelopes: dia 13 de novembro de 2018, até às 09:00 horas. Registro de Preços para materiais de expediente (escolar), pelo período de 01 ano - Diversas Secretarias - FAEMA, FMAS, FMDCA, FCB, PRÓ-FAMÍLIA, SETERB. Oportunamente será publicada nova data de abertura. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 31/10/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

RESOLUÇÃO COMSEA-BL Nº 04/2018

Publicação Nº 1788578

RESOLUÇÃO COMSEA-BL Nº. 04/2018

APROVA A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DA GESTÃO 2016/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA-BL.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº. 858, de 25 de maio de 2012.

CONSIDERANDO:

- o art. 5º da Lei Complementar nº 858/2012, que determina que "os conselheiros não governamentais e seus suplentes serão escolhidos dentre as entidades com interface nas questões de segurança alimentar e nutricional, em fórum próprio, através de Edital, publicado em jornal de grande circulação e na página eletrônica do Município, mediante ampla divulgação";

- o Decreto nº. 11.115, de 31 de outubro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL;

- a Resolução nº. 03/2018 do COMSEA-BL que aprovou a prorrogação do mandato da gestão 2016/2018 até 31 de outubro de 2018;

- o número insuficiente de inscrições das Organizações da Sociedade Civil de acordo com o Edital nº. 01/2018;

- o Relatório nº. 06/2018 da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros (as) das Organizações da Sociedade Civil – COMSEA-BL, Gestão 2018/2020 que indica a necessidade de encerramento do Edital COMSEA-BL nº. 01/2018;

- o Relatório nº. 10/2018 da Mesa Coordenadora do COMSEA-BL que sugere a prorrogação do atual mandato (2016/2018);

- a deliberação da Sessão Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau no dia 29 de outubro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prorrogação do mandato da Gestão 2016/2018 do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL até 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de outubro de 2018.

Mariza Farias Hoeppers

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA-BL

INTIMAÇÃO - 3ª CSPAD

Publicação Nº 1788587

INTIMAÇÃO 3º CSPAD

PAD nº. 018/2018

INDICIADA: A.S.

ADV.: RICARDO A. HULTZELMANN - OAB/SC 25098

DESPACHO: Intima-se a defesa tomar conhecimento do julgamento proferido pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal nos autos acima mencionado.

PORTARIA Nº 784/2018 - FAEMA

Publicação Nº 1788591

PORTARIA Nº 784

CRIA NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA A COMISSÃO INTERNA PARA ELABORAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS AO MOVIMENTO “NÓS PODEMOS BLUMENAU”, COM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

EDER ANTÔNIO BORON, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 507,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada, no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, a Comissão interna para elaboração de ações voltadas ao movimento “Nós Podemos Blumenau”, tendo por objetivo desenvolver ações com foco no desenvolvimento sustentável do Município de Blumenau.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes servidores, os quais representarão os seguintes setores desta Fundação:

a) Diretoria de Educação Ambiental:

Titular: José Constantino Sommer.

Suplente: Letícia Maria Klein.

b) Diretoria de Apoio Administrativo:

Titular: João Guilherme Girardi.

Suplente: Tuanni Cristina da Silva.

c) Diretoria Jurídica:

Titular: Karine Cristina Pereira Branco.

Suplente: Luciano dos Santos.

d) Gerência de Controle da Poluição:

Titular: Pâmela Eduarda Maas.

Suplente: Fabiana Schmitt Silva Sommer.

e) Gerência de Recursos Naturais:

Titular: Natália Livi.

Suplente: Ana Flávia Boeni.

f) Gerência de Fiscalização:

Titular: Dênis Roberto de Souza.

Suplente: Douglas Dickmann.

Art. 3º - A Comissão será coordenada pelos membros representantes da Diretoria de Educação Ambiental.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Blumenau(SC), 30 de outubro de 2018.

EDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 403/2018 - FURB

Publicação Nº 1788593

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 403/2018

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos, com instalação, para uso nos serviços de Cirurgia Ortopédica e Odontologia Veterinária no Hospital Escola Veterinário, do Curso de Medicina Veterinária da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 20 de novembro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 31 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 479/2018 - FURB

Publicação Nº 1788596

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 479/2018

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro, segundo e terceiro níveis, com fornecimento de peças, para os extintores de incêndio da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 19 de novembro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 31 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 44/2018

Publicação Nº 1788611

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 44/2018

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PARA PARTICIPAÇÃO DE TRÊS CONSELHEIROS TUTELARES NO XVI SEMINÁRIO ESTADUAL PARA CONSELHEIROS, EX CONSELHEIROS TUTELARES, CONSELHEIROS DE DIREITOS E AGENTES OPERADORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ASSEMBLÉIA, EM XANXERÊ-SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, Deliberação da Plenária ordinária de 27 de setembro de 2018, conforme consta na Ata CMDCA Nº.11/2018 e;

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e organizações da sociedade civil envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a Política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- que a referida despesa consta no Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente – FIA do Município de Blumenau - 2018, Eixo IV – Capacitação e Formação Continuada dos Operadores do Sistema de Garantia de Direitos;
- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório CFC nº. 16/2018, em reunião realizada em 24 de setembro de 2018, que analisou o ofício nº. 10/2018 do Conselho tutelar Unidade II, que solicita participação de três conselheiros tutelares, sendo um de cada unidade, no referido evento, incluindo as despesas com hospedagem e traslado.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias, com recursos do FIA, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para viabilizar a participação três conselheiros tutelares no XVI Seminário Estadual para Conselheiros, Ex conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e Agentes Operadores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e Assembléia, que será em Xanxerê - SC, nos dias 02, 03 e 04 de Outubro de 2018.

Art. 2º Aprovar o custeio de diária para motorista efetuar o deslocamento dos participantes, se necessário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de setembro de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 50/2018

Publicação Nº 1788614

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 50/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMDCA nº40/2018 DA COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO E FLUXO PARA O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, Deliberação da Plenária Ordinária de 25 de outubro de 2018, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 14/2018; e

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento a crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);
- que uma das ações do Plano de Ação Anual/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é editar normas complementares para organização e funcionamento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;
- o equívoco da Resolução CMDCA nº40/2018 no que refere o nome da OSC ABAM, sendo o correto: Associação Blumenauense de Acolhimento à Criança e ao Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar nomenclatura da OSC ABAM, conforme disposto na Resolução CMDCA nº40/2018, para a Associação Blumenauense de Acolhimento à Criança e ao Adolescente, tendo esta representantes na Comissão Especial responsável pela Elaboração do Protocolo e Fluxo para o Acolhimento Institucional no Município de Blumenau.

Blumenau, 25 de outubro de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 52/2018

Publicação Nº 1788617

RESOLUÇÃO CMDCA Nº52/2018

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PARA PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DO COMITÊ MUNICIPAL DE APURAÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA NO SEMINÁRIO: UM CAMINHO PARA PROTEÇÃO INTEGRAL EM CURITIBA - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, Deliberação da Plenária ordinária de 25 de outubro de 2018, conforme consta na Ata CMDCA Nº.14/2018 e;

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e organizações da sociedade civil envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;
- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- a Portaria nº 21.342/2017 que nomeia os membros do Comitê Municipal de Apuração do Orçamento Criança;
- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, em reunião extraordinária realizada em 23 de outubro de 2018, conforme consta no relatório CFC nº. 18/2018, que analisou correspondência eletrônica da Sra. Cristiane Barcelos, que solicita o custeio de diárias para viabilizar a participação de dois representantes do Comitê Municipal de Apuração do Orçamento Criança, no Seminário: Um Caminho para Proteção Integral que será em Curitiba-PR, nos dias 07 e 08 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias, com recursos do FIA, no valor de até R\$ 800,00 (oitocentos reais), para viabilizar a participação de representantes do Comitê Municipal de Apuração do Orçamento Criança, no Seminário: Um Caminho para Proteção Integral que será em Curitiba-PR, nos dias 07 e 08 de novembro de 2018.

Art. 2º Aprovar o custeio de diária para motorista efetuar o deslocamento dos participantes, se necessário.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Resolução CMDCA nº. 37/2018 que aprovou o custeio de diárias e passagens aéreas, com recursos do FIA, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para viabilizar a participação de representantes do Comitê Municipal de Apuração do Orçamento Criança, no Seminário: Um Caminho para Proteção Integral que ocorreu em Belo Horizonte – MG, nos dias 18 e 19 de setembro de 2018.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de outubro de 2018.

Givanildo Trindade

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 53/2018

Publicação Nº 1788618

RESOLUÇÃO CMDCA Nº53/2018

APROVA OS PROJETOS VOLTADOS À POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A SEREM EXECUTADOS POR ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003 e na Plenária Ordinária realizada em 25 de outubro de 2018 e,

CONSIDERANDO:

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, em reunião extraordinária realizada em 23 de outubro de 2018, conforme consta no relatório CFC nº. 18/2018, que analisou os projetos apresentados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES e pela Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – Pró-Família.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os seguintes Projetos:

- a) Projeto “Divulgação e Captação de Famílias para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora” da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- b) Projeto “Capacitação Técnica para Profissionais Educadores Sociais que Atendem Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional” da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- c) Projeto “Divulgação acerca da Importância e do Papel dos Conselhos Tutelares” da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, valor de R\$ R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- d) Projeto “Jovem Digital” Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- e) Projeto “Mostra Cultural 2018 – Dança Criativa Infante Juvenil” da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – Pró-Família, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);

Art. 2º Aprovar o valor total de R\$325.000(trezentos e vinte e cinco mil reais), para execução dos projetos dispostos no art. 1º dessa Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de outubro de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 54/2018

Publicação Nº 1788619

RESOLUÇÃO CMDCA Nº54/2018

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CAPTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO PERÍODO DE 1º DE SETEMBRO DE 2017 À 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003 e na Plenária Ordinária realizada em 25 de outubro de 2018 e,

CONSIDERANDO:

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- o parecer da Comissão de Finanças e Captação – CFC, em reunião extraordinária realizada em 23 de outubro de 2018, conforme consta no relatório CFC nº. 18/2018, que discutiu sobre a utilização de recursos do FIA, já captados pelas Organizações da Sociedade Civil e definiu que os recursos já captados, no período de 01/09/2017 à 20/12/2018, possam ser utilizados nos projetos aprovados nos termos do Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, com a finalidade da formação de banco de projetos, composto por propostas de trabalho apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil que tenham por objeto a execução de projetos que versam quanto à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de Blumenau.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a utilização dos recursos já captados, no período de 01/09/2017 à 20/12/2018, para que possam ser utilizados nos projetos aprovados, nos termos do Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, com a finalidade da formação de banco de projetos, composto por propostas de trabalho apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil que tenham por objeto a execução de projetos que versam quanto à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de Blumenau.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de outubro de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018.

Publicação Nº 1788440

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2018**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES****ATENÇÃO**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **11 de novembro de 2018 das 09h00min às 12h00min** na Escola Municipal Professor Albano Borre, sito à Avenida Cristo Rei, n.º 180, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com **antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).**

O Boleto Bancário NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Ronaldo Luiz Senger, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Homologação das Inscrições**, referente ao Processo Seletivo n.º 001/2018, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS
VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Farmacêutico/Bioquímico

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1262499	Giuvana Stulp Dall Agnol Barbieri	058.801.039-19
Total de Insritos - 01		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

Fonoaudióloga

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1272688	Vanessa Martineli	077.989.269-09
Total de Inscritos - 01		

Odontólogo(a) - PSF/ESF

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1262188	Aline Cappoani	097.969.349-73
1259343	Andra Eduarda Sassett Donati	070.667.259-30
1271204	Andressa Caroline Schmidt	098.621.579-17
1268259	Andressa Antonia Trizotto Monteiro	083.125.389-41
1265429	Anna Cristina Da Silva Nascimento	051.813.769-40
1269890	Caroline Gialdi	069.046.739-74
1269403	Eloisa Claudia Nicolli	089.682.659-76
1257618	Felipe Miranda	078.053.059-43
1256509	Francine Simon	083.273.819-03
1258273	Gustavo Henrique Kreuz	088.499.329-95
1270373	Julia Secchi Naibo	091.063.769-59
1272465	Kauani Carraro	096.006.349-80
1266114	Maria Caroline Stuke Garbin	071.503.609-20
1265954	Matheus Carbonari	044.237.059-82
1269476	Peterson Pasini Provensi	099.475.459-03
1263654	Thais Azzolini	073.703.599-48
Total de Inscritos - 16		

Professor I - Educação Infantil

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1267952	Adriana Carla Wandscheer Birnfeld	061.555.089-41
1268869	Andressa Lucateli	078.845.829-96
1269016	Catiani Storck	072.482.819-21
1257050	Claise Teresinha Kraemer Cerezolli	088.309.809-19
1262139	Claudete Wrzesinski Saito	028.968.109-00
1256637	Diana Centa Bernardy	045.398.549-17
1258522	Dirlei Marins Allebrandt	005.442.469-00
1257286	Duliana Francieli Da Silva	099.130.379-21
1267243	Edina Serpa	071.764.839-73
1270629	Elisana Mahl	087.540.729-30
1261378	Elisane Julci Vargas Ollmann	029.300.509-50
1258364	Elisangela Maria Beckert Rossatto	061.998.029-00
1256840	Elisangela Trevisan	057.525.629-02
1268783	Gislaine Martens Kobs	088.199.539-86
1256579	Janaina Ripke	094.495.029-94



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

1268403	Liliane Mara Amann Da Cunha	103.456.219-30
1259340	Marines Belusso	018.094.019-84
1258615	Mirian Schünemann Dos Santos	034.469.899-86
1269985	Naiara Correia Vieira	011.388.782-51
1262657	Rosane Silva	101.236.029-63
1265932	Susana Romano	087.475.199-32
1258623	Vanieli Schwartz Dallagnol	099.251.579-35
1269148	Veronice Strapazzon Baldin	036.270.779-03
Total de Inscritos - 23		

Professor II - Séries Iniciais

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1264922	Agustinho Branco De Lima	018.405.759-05
1267603	Camila Vivan	023.174.111-11
1271468	Cristiana Marli Pfeifer	066.980.719-27
1267249	Denise Aparecida Pramio	085.405.659-94
1269028	Derlice Turmina	036.324.529-46
1270299	Gicieli Lauxen	062.517.949-84
1268446	Jaqueline Pelentir Vieira	070.871.419-61
1266599	Sirlei Marins	030.952.899-28
1272681	Sirlene Guzatti Oldiges	051.916.049-54
Total de Inscritos - 09		

Professor III - Artes

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1267228	Fernando Augusto Jung	088.329.589-02
1268187	Rodrigo Weber	058.413.009-03
Total de Inscritos - 02		

Professor III - Educação Física

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1272407	Dioneide Matos Lisboa	088.014.219-74
1266017	Fabiana Parizotto	074.812.679-10
1270331	Gessica Viana	096.206.069-06
1262176	Giovane Ricardo Steffler	087.507.929-62
1268405	Jarlom Junior Pelentir	099.787.409-02
1271456	Ketlin Mossmann	081.644.749-75
1267500	Maraisa De Vargas	043.175.589-20
1270289	Mariane Dalla Corti	050.620.259-31
1260826	Patricia Ferreira Geller	103.470.439-76
1267547	Vanderleia Carlotto	091.672.199-00
1268530	Vanessa Artigas Do Amaral	084.526.119-35
1262795	Vanusa Dal Cero Nascimento	081.187.549-01



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

Total de Inscritos – 12

Professor III - Inglês

Não há candidatos neste cargo

2. **Não foram homologadas** as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do **pagamento da taxa de inscrição** (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Farmacêutico/Bioquímico

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1260247	Marizete Koch	066.424.299-58
1267750	Suelen Fanton	064.787.909-32
Total de Inscritos - 02		

Odontólogo(a) - PSF/ESF

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1270876	Juciane Hoff	072.806.839-75
1263797	Lorena Scudeller	375.451.418-06
1258139	Paula Elandia Dos Santos	089.240.649-67
Total de Inscritos - 03		

Professor I - Educação Infantil

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1269227	Andreia Pinheiro	035.063.279-09
1269714	Marília Aparecida Bruch	100.335.279-03
1272202	Tania Haerter	107.273.129-01
Total de Inscritos - 03		

Professor II - Séries Iniciais

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1271379	Marilei Lubenow Senhor	039.964.169-62
1261015	Susane Pinheiro Heineck	055.095.119-90
Total de Inscritos - 02		

3. Do total de **74** inscrições no Processo Seletivo n.º 001/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, **64** inscrições foram homologadas e **10** inscrições não foram homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **31 de outubro e 01 de novembro de 2018**, conforme Formulário de Recurso constante em

Página 4 de 5



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do Edital.

5. A publicação da **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS APRECIÇÃO DOS RECURSOS INTERPOSTOS** e do **ENSALAMENTO** será realizada no dia **08 de novembro de 2018**.

6. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.

7. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

8. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Bom Jesus do Oeste (SC), 30 de outubro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

ROSENI MACHADO DE SOUZA BRUXEL
Comissão de Acompanhamento

Bom Retiro

PREFEITURA

82.18 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO FEP.PMBR

Publicação Nº 1788321

Decreto N.º 82/18 de 25 de outubro de 2018.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2018, por provável excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2363 de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

03.01- SECR. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

2.008 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.39.44 - Recursos Fundo Especial Petróleo - FEP R\$ 8.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 8.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso:

Excesso de arrecadação do repasse dos recursos das Transferências da Cota-parte do fundo especial do petróleo - PEF, fonte de recurso 01.39.44 - FEP, receita 417180261000000 no valor de R\$ 8.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 25 de outubro de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

83.18 - DECRETO INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação Nº 1788323

Decreto Nº 83/18 de 30.10.18

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal. Considerando que o Município de Bom Retiro, aderiu ao Plano Estadual de Regularização Fundiária com o Estado de Santa Catarina e ao Projeto Lar Legal, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Considerando a necessidade de formar uma comissão municipal de regularização fundiária, para ser o elo de ligação, entre o Município, o Estado de Santa Catarina e demais órgãos de governo ou privados e empresa credenciada e contratada, para a efetiva regularização fundiária no território municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, composta pelos seguintes membros:

I – Renan Andriago Bernieri

II – Jorge Murilo Faustino da Mota

III – Maria Madalena Silveira

IV – Márcia Denize Schiestl Grudtner

V – Rose Meri Aparecida Possenti Hornung

Parágrafo único - A presidência da Comissão será exercida pela Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – Maria Madalena Silveira e a secretaria pela Sra. Márcia Denize Schiestl Grudtner.

Art. 2º Compete a Comissão de Regularização Fundiária:

- I – localizar as áreas públicas ou privadas que necessitam de regularização fundiária, no âmbito do Município de Bom Retiro;
- II – manter ligação com a empresa contratada nos termos do Edital de Credenciamento 0046/2012 SST/SC, para a efetivação da regularização fundiária;
- III – fornecer os dados solicitados pela empresa contratada pelo Estado de Santa Catarina, para a efetivação da regularização fundiária;
- IV – cumprir e fazer cumprir as obrigações objeto do Edital de Credenciamento 0046/2012 SST/SC e seus termos;
- V – praticar todos os atos necessários para a efetivação das áreas, objetos de regularização fundiária;
- VI – contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato ocorrerão pelo orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Em especial o Decreto nº 67/2014 de 20.08.14.

Registre-se, publique-se, e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 30 de outubro de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

974.10.18 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE HELIO T. SILVEIRA

Publicação Nº 1788316

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 974/18 de 30.10.18

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 29 de dezembro de 2018, ao funcionário Hélio Tadeu Silveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3, padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de outubro de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

975.10.18 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA N. B. SCHLEMPER

Publicação Nº 1788318

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 975/18 de 30.10.18

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 28 de fevereiro de 2019, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

976.10.18 - P. EXON. ELIANE R. PITTNER

Publicação Nº 1788320

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 976/18 de 30.10.18

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Exonerar a servidora Eliane Rosa Pittner, do Cargo de Coordenadora de Abrigo, nível 36, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 822/18 de 27.08.18, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – Abrigo Municipal a contar do dia 30 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de outubro de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.241-2018 - SUPERAVIT DOC**

Publicação Nº 1788360

=====

D E C R E T O Nº 2.241/2018

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
6001	Divisão De Obras E Serviços Urbanos
15	Urbanismo
452	Serviços Urbanos
14	Ações De Urbanismo
2.40	Manutenção E Funcionamento Da Iluminação Pública Do Município
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.08(318)	Superávit COSIP R\$ 1.000,00
26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
13	Melhorias E Manutenção Da Malha Viária Municipal
1.4	Construção De Pontes, Galerias E Obras De Contenção De Cheias
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(317)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 17.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 30 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 30 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.242-2018 - EXCESSO SAUDE E EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1788142

=====

D E C R E T O Nº 2.242/2018

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Excesso de Arrecadação No Exercício De 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I, da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 2.440,49 (Dois mil quatrocentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos), conforme abaixo especificado:

4000	Secretaria De Educação
4001	Divisão De Educação
12-361-004-2.16	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Fundamental
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.37 (347)	Outras Transferências Do FNDE R\$ 2.440,49

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 30 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 30 de outubro de 2018.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04 2018 LOA

Publicação Nº 1788556

EDITAL 04/2018 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições e de acordo com o estabelecido em Lei, torna público que fará realizar Audiência Pública para apresentação e avaliação da LOA, (Lei Orçamentária Anual) para o Exercício de 2019.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Botuverá.

Rua João Morelli, 66. Centro.

Data: 14/11/2018.

Horário: 18:00 horas.

Botuverá, 30 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA 131 2018 NOMEANDO MEMBROS COMISSÃO AVALIAÇÃO_TERRENO_CRECHE

Publicação Nº 1787644

PORTARIA 131/2018

"Nomeia Composição da Comissão Municipal Permanente para avaliação e deliberação sobre possibilidade de compra de imóveis pelo Município de Botuverá."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Fica designada a Composição da Comissão Municipal Permanente para identificação, avaliação e deliberação acerca dos imóveis a serem adquiridos pelo Município de Botuverá.

Art. 2º Os membros nomeados são os que seguem:

Assistente Administrativo: Rogério Comandolli

Diretor de Controle Interno e Transparência Pública: Adriano Bósio

Engenheira Civil: Ana Cláudia Victorino

Secretário de Administração e Finanças: Cleber José Costa

Assessor Jurídico: Rodrigo I. Lazzarotti

Art. 3º A Comissão de que trata a presente Portaria terá autonomia para fazer vistorias in loco e buscar informações que acharem relevantes para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 29 de Outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito do Município

Braço do Trombudo

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 5/2018

Publicação Nº 1788189

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2018

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 5/2018

O Município de Braço do Trombudo – SC, torna público para conhecimento dos interessados que , fica declarada CANCELADA a licitação, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços 5/2018, Objeto: Reforma e Ampliação do espaço utilizado pela antiga Escola Isolada Águas Sulfurosas, no município de Braço do Trombudo SC, conforme edital e anexos. Por motivo de erro material contrário ao interesse público, Art. 49 da Lei 8.666/96.

Informações pelo fone 47 3547-0179 e pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 30 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 57/2018

Publicação Nº 1788140

DECRETO Nº 057, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

CONSIDERANDO o "horário de verão" estabelecido em algumas regiões do território nacional, da qual fazemos parte integrante; e
CONSIDERANDO que uma nova adequação do horário de funcionamento das repartições públicas municipais proporcionará significativa redução nos gastos operacionais, inclusive dos gastos com energia elétrica, telefones e outros que advêm, e.
CONSIDERANDO que a economia de recursos financeiros é princípio constitucional aplicada à administração pública, e
CONSIDERANDO que a redução da jornada de trabalho em nada prejudicará os servidores públicos e os serviços prestados à comunidade;

DECRETA

Art. 1º. Em caráter temporário a partir do dia 05 de novembro de 2018, até o fim do horário de verão estabelecido pelo Governo Federal na Região Sul do Brasil, inclusive, o horário de expediente nas repartições públicas municipais da Prefeitura Municipal de Brunópolis, será das 07:00 (sete) horas às 13:00 (treze) horas.

Art. 2º. O disposto no artigo 1º não altera os horários de funcionamento das escolas, postos de saúde, da Secretaria de Obras Transporte e Urbanismo e Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente que continuam a atender normalmente.

Parágrafo Único: Os setores internos da Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente farão o mesmo horário descrito no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Eventuais tarefas essenciais serão mantidas, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Parágrafo único. O horário normal de expediente retornará automaticamente com o fim do horário especial de verão.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 30 de outubro de 2018.

AdemilAntonio da Rosa

Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento Kern

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda.

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8257-2018

Publicação Nº 1788625

DECRETO Nº. 8257, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.107 de 19.12.2017, a Lei nº 4.079 de 20.09.17, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 542.983,59 (quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta três reais e cinquenta e nove centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.38.10 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 40.000,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.38.08 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 208.000,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.13 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NASF

VALOR R\$ 42.001,38

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.13 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NASF

VALOR R\$ 5.530,33

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.16 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 9.478,40

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde

VALOR R\$ 108.000,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.15 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Saúde Bucal

VALOR R\$ 85.895,70

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância sanitária

VALOR R\$ 4.096,89

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 35.741,80

3.1.91.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre órgãos

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 4.239,09

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.91.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre órgãos

0.1.38.10 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 40.000,00

4.4.90.00 Investimentos – Aplicações Diretas

0.1.38.13 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NASF

VALOR R\$ 5.530,33

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.16 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 9.478,40

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde

VALOR R\$ 108.000,00

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância sanitária

VALOR R\$ 4.096,89

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.20	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental
Valor Orçado	342.669,39
Valor arrecadado até a data de 26/10/2018.	424.970,48
Excesso de arrecadação até 26/10/2018.	82.301,09
Valor a utilizar	82.301,09

0.1.38.15	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Saúde Bucal
Valor Orçado	481.680,00
Valor arrecadado até a data de 26/10/2018.	778.875,83
Excesso de arrecadação até 26/10/2018.	297.195,83
Utilizado no decreto 8197	16.655,59
Utilizado no decreto 8209	60.000,00
Utilizado no decreto 8227	43.112,49
Utilizado no decreto 8242	17.000,00
Valor a utilizar	160.427,75

III - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2017
624002-9	Fms Fns/blatb	0.1.38.13	R\$ 51.143,19
		0.3.38.13	R\$ 65.213,00
Total			R\$ 116.356,19

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.13	R\$ 503,10
	0.3.38.13	R\$ 916,09
DDO a pagar	0.1.38.13	R\$ 0,00
	0.3.67.13	R\$ 8.772,47
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.13	R\$ 106.164,53
Utilizado no decreto 8209	0.3.38.13	R\$ 25.000,00
Saldo a Utilizar	0.3.38.13	R\$ 81.164,53

IV – Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.08	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB Fixo
Valor Orçado	2.638.800,00
Valor arrecadado até a data de 26/10/2018.	3.594.874,26
Provável Arrecadação até 31/12/2018.	4.098.114,26
Provável Excesso de arrecadação até 31/12/2018	R\$ 1.459.314,26
Utilizado no decreto 8144	70.000,00
Utilizado no decreto 8197	60.000,00
Utilizado no decreto 8209	292.000,00
Utilizado no decreto 8226	60.000,00
Utilizado no decreto 8227	209.902,19
Utilizado no decreto 8237	80.000,00
Utilizado no decreto 8242	30.000,00
Valor a utilizar	657.412,07

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 26 de outubro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 060-2018-SEFAZ

Publicação Nº 1788627

Publicação SEFAZ n. 068/2018

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO nº 060/2018/SEFAZ

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte PAULO SERGIO CARPES, CPF nº. 711.616.359-04 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 641/2018, Emissão 16/10/2018.

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 449067 – PAULO SERGIO CARPES, CPF nº. 711.616.359-04 Endereço: Rua Rodrigues Alves, 45, Bairro: Centro I, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.350-160

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita – Cadastro - Data do fato Gerador- Tributo- Correção- Multa- Juros-Desconto–Total:
128968/2013 – 856-IPTU(recálculo) - 72800623 – 0 10/03/2013 – 42,32 – 16,18 – 2,35 – 1,17 – 0,00 – R\$ 62,02
190692/2014 – 856-IPTU(recálculo) – 72800623 – 0 10/03/2014 – 42,09 – 13,63 – 2,22 – 1,12 – 0,00 – R\$ 59,06
820364/2015 – 856-IPTU(recálculo) – 72800623– 0 01/01/2015 – 46,81 – 11,32– 2,31 – 1,16 – 0,00 – R\$ 61,60
533658/2016 – 856-IPTU(recálculo) – 72800623 – 0 01/01/2016 – 48,87 – 5,33 – 2,16 – 1,09 – 0,00 – R\$ 57,45
381215/2017 – 856-IPTU(recálculo) – 72800623– 0 01/01/2017 – 53,12 – 0,86 – 2,15 – 1,08 – 0,00 – R\$ 57,21
523399/2018 – 81-IPTU(recálculo) – 72800623– 0 31/08/2018 – 54,01 – 0,00 – 2,16 – 1,08 – 0,00 – R\$ 57,25

Total: 287,22 – 47,32 – 13,35– 6,70 – 0,00– R\$ 354,59

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 16 de outubro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

IPTU: art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 034/1994-CTM, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34 de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

Cfme PG 13658/18.

Brusque, 29 de outubro de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretaria de Fazenda
Designada Responsável

Neiva Regina Gonçalves
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula 434736

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 061-2018-SEFAZ

Publicação Nº 1788628

Publicação SEFAZ n.069/2018

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO nº 061/2018/SEFAZ

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte MOACIR DE JESUS PONTES DE LIMA, CPF nº. 048.924.639-73 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 638/2018, Emissão 11/10/2018.

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 1074857 – MOACIR DE JESUS PONTES DE LIMA, CPF nº. 048.924.639-73 Endereço: Rua Joaquim Reis, 1, Bairro: Santa Terezinha, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.352-320.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Cadastro - Data do fato Gerador- Tributo- Correção- Multa- Juros-Desconto-Total:
294272/2017 – 81-IPTU(recálculo) - 928453 – 0 15/07/2018 – 204,72 – 0,52 – 12,32 – 6,16 – 0,00 – R\$ 223,72
471295/2018 – 81-IPTU(recálculo) - 928453 – 0 22/03/2018 – 220,46 – 5,28 – 31,60 – 15,80 – 0,00 – R\$ 273,14

..... Total: 425,18 – 5,80 – 43,92 – 21,96 – 0,00– R\$ 496,86

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 11 de outubro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

IPTU: art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 034/1994-CTM, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34 de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

Lançamento retroativo cfme Habite-se nº 007/2016, PG 9951/2018;

Brusque, 29 de outubro de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretaria de Fazenda
Designada Responsável

Neiva Regina Gonçalves
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula 434736

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 062-2018-SEFAZ

Publicação Nº 1788630

Publicação SEFAZ n. 070/2018

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO
nº 062/2018/SEFAZ**

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte GILMAR SERAFIM MACHADO, CPF nº. 480.708.319-87 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 341/2018, Emissão 04/09/2018.

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 39330 – GILMAR SERAFIM MACHADO, CPF nº. 480.708.319-87 Endereço: Rua Avenida Germano Furbringer, 903, Bairro: Souza Cruz, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.354.600.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita – Cadastro - Data do fato Gerador- Tributo- Correção- Multa- Juros-Desconto–Total:
820320/2015 – 856-IPTU(recálculo) – 622834 – 0 01/01/2015 – 2.821,97 – 682,83– 0,00 – 0,00 – 0,00 – R\$ 3.504,80
533602/2016 – 856-IPTU(recálculo) – 622834 – 0 01/01/2016 – 2.880,39 – 314,77– 0,00 – 0,00 – 0,00 – R\$ 3.195,16
381117/2017 – 856-IPTU(recálculo) – 622834– 0 01/01/2017 – 3.230,87 – 52,28– 0,00 – 0,00 – 0,00 – R\$ 3.283,15
454203/2018 – 81-IPTU(recálculo) – 622834– 0 24/09/2018 – 3.280,68 – 0,00 – 0,00 – 0,00 – 492,10– R\$ 2.788,58

.....
Total: 12.213,91– 1.049,88 – 0,00 – 0,00– 492,10– R\$ 12.771,69

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 04 de setembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

IPTU: art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 034/1994-CTM, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34 de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

Lançamento cfme PG13453/2018;

Brusque, 29 de outubro de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretaria de Fazenda
Designada Responsável

Neiva Regina Gonçalves
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula 434736

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 063-2018-SEFAZ

Publicação Nº 1788633

Publicação SEFAZ n. 071/2018

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO
nº 063/2018/SEFAZ**

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei

Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte HELMUTH SCHULEMBURG - ESPÓLIO, CPF nº. 104.130.069-72 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 343/2018, Emissão 05/09/2018.

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 155195 – HELMUTH SCHULEMBURG - ESPÓLIO, CPF nº. 104.130.069-72 Endereço: Rua Carlos Ristow, 164, Bairro: Primeiro de maio, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.353-540.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita – Cadastro - Data do fato Gerador- Tributo- Correção- Multa- Juros-Desconto–Total:
128998/2013 – 856-IPTU(recálculo) – 357545 – 0 01/01/2013 – 466,05 – 178,07– 0,00 – 0,00 – 0,00 – R\$ 644,12
190725/2014 – 856-IPTU(recálculo) – 357545 – 0 01/01/2014 – 450,47 –145,87– 0,00 – 0,00 – 0,00 – R\$ 596,34
820321/2015 - 856-IPTU(recálculo) – 357545– 0 01/01/2015 – 503,61 –121,85– 0,00 – 0,00 – 0,00 - R\$ 625,46
533606/2016 - 856-IPTU(recálculo) – 357545– 0 01/01/2016 – 527,01 – 57,59 – 0,00 – 0,00 – 0,00 - R\$ 584,60
381121/2017 - 856-IPTU(recálculo) – 357545– 0 01/01/2017 – 574,99 – 9,30– 0,00 – 0,00 – 0,00 - R\$ 584,29
448740/2018 - 81-IPTU(recálculo) – 357545– 0 24/09/2018 – 610,85 – 0,00 – 0,00 – 0,00 – 91,62 - R\$ 519,23

Total: 3.132,98– 512,68 – 0,00 – 0,00– 91,62– R\$ 3.554,04

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 05 de setembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

IPTU: art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 034/1994-CTM, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34 de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

PG 18060/2017; certidão de transcrição nº 12.375;
Brusque, 29 de outubro de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretaria de Fazenda
Designada Responsável

Neiva Regina Gonçalves
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula 434736

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 106-2017

Publicação Nº 1788622

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 106-2017

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 106/2017 entre o Município de Brusque e PODIUM AUTO PEÇAS LTDA ME Objeto: prorrogação de prazo e valor Origem Pregão nº 087/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Giancarlo Amorim

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2018

Publicação Nº 1788610

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2018-ASSISTÊNCIA

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 001-2018 em 29/10/2018 - OBJETO aquisição de material descartável - VALOR: R\$ 6.290,60- ORIGEM: Pregão nº 004/2018 SIGNATÁRIO: Deivis da Silva

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011-2018

Publicação Nº 1788612

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011-2018-SAÚDE

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 011-2018 em 29/10/2018 - OBJETO aquisição de refrigerador (Câmara fria) para armazenamento e conservação de vacinas - VALOR: R\$ 29.415,00- ORIGEM: Pregão nº 013/2018 SIGNATÁRIO: Humberto Martins Fornari.)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088-2018

Publicação Nº 1788615

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088-2018-TRÂNSITO

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 088-2018 em 29/10/2018 - OBJETO tintas, solventes e materiais de pintura, para manutenção das pinturas de Sinalização Viária - VALOR: R\$ 765.899,80- ORIGEM: Pregão nº 114/2018 SIGNATÁRIO: Renato Bianchi

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 081-2018-SAMAE

Publicação Nº 1788623

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 081/2018

ESPÉCIE: acréscimo de objeto. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 022/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.3339309900000000.02000000; VIGÊNCIA: 31/12/2018. FISCAL CONTRATO: Armando Alberto Walendowsky. DATA DA ASSINATURA: 25/10/2018; VALOR: R\$ 6.971,13. CONTRATADA: VJ Comércio de Materiais de Construção e Serviços de Terraplanagem Eireli EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 25 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 A ATA REGISTRO DE PREÇOS 02-2018-SAMAE

Publicação Nº 1788620

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 AO ATA REGISTRO DE PREÇOS 002/2018

ESPÉCIE: acréscimo objeto (ortopolifosfato). MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 040/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0004.0122.0300.3399.3011000.02000000; VIGÊNCIA: 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/09/2018; VALOR: R\$ 7.020,00. CONTRATADA: Avanex Industria e Comercio Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 16 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004-2018-FMAS

Publicação Nº 1788637

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2018/FMAS

Termo de Colaboração de cooperação técnica e financeira celebrado entre o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ENTIDADE LAR SAGRADA FAMÍLIA.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, bairro Centro, CEP 88.350-051, na cidade de Brusque/SC, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, Sr. DEIVIS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 712.565.719-20, e RG nº 1.922.942, residente e domiciliado na Rua Melchior Heil, Apto 802, nº 12, bairro Centro, CEP 88.350-130, em Brusque/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado, LAR SAGRADA FAMÍLIA, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 03.132.520/0001-46, localizada na cidade de Brusque/SC, à Rua Valmor Pavesi, nº 69, Bairro São Pedro, CEP 88.351-662 neste ato representada por seu Presidente, Sr. LUIS CARMINATTI, brasileiro, divorciado, empresário,

inscrito no CPF nº 469.110.499-20, e RG nº 272740-9, residente e domiciliado na Rua Germano Fischer, nº 50, bairro Alsácia, em Brusque/SC doravante denominada ENTIDADE, acordam ente si o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, do Decreto Municipal nº 7.954, de 27 de abril de 2017 e demais legislações pertinentes, conforme Cláusulas e condições se seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a cooperação financeira para a aquisição de um veículo visando assegurar o bom funcionamento da entidade no atendimento às crianças diariamente.

Parágrafo Primeiro: A ENTIDADE ofertará o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, sendo Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional para crianças de 0 (zero) a 12 (doze) anos, incompletos, limitando-se ao acolhimento de 10 crianças para o MUNICÍPIO, devendo enviar mensalmente relação nominal dos atendimentos, ao Serviço de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SASH.

Parágrafo Segundo: O acolhimento será realizado por determinação judicial e, em casos excepcionais, através do Conselho Tutelar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar em parcela única à ENTIDADE o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor de R\$ 56.136,00 (cinquenta e seis mil, cento e trinta e seis reais), através de depósito bancário no Banco do Brasil, agência 5233-7, conta corrente nº 5.358-9, utilizada pela ENTIDADE para execução do presente Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

II – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ENTIDADE na execução das atividades objeto desta Colaboração;

III – Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da ENTIDADE, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I – Executar o Serviço Socioassistencial a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Projeto apresentado;

II – Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;

III – Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – Manter recursos humanos e materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços socioassistenciais que os obriga a prestar, com vistas Projeto ao dos objetivos desta Colaboração;

V – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;

VI – Apresentar, mensalmente, ao MUNICÍPIO, até o 10º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Projeto, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;

VII – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme Cláusula Décima da presente Colaboração;

VIII – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

IX – Assegurar ao MUNICÍPIO através do Setor de Monitoramento e Avaliação e ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados do Projeto objeto desta Colaboração;

X – Apresentar mensalmente, na ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão negativa municipal, estadual e federal, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

XI – Apresentar mensalmente relatório circunstanciado junto a prestação de contas da respectiva parcela;

XII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Assistência e Habitação, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIII – Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

XIV – No ato da assinatura da Colaboração, de lista com nome e número da Carteira de Identidade e Previdência Social de cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que nenhum outro empregado seu, além daqueles discriminados na referida relação, trabalharão na execução da Colaboração, exceto se a substituição ou a inclusão de um deles for previamente comunicada à Administração, observando-se a mesma exigência de identificação, com nome e número da Carteira de Identidade e da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado substituto ou incluso;

XV – Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condições para pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou houver a inclusão de novo empregada, hipóteses nas quais o contrato deverá identificá-lo na forma prevista no inciso anterior;

XVI – A ENTIDADE deverá instalar e manter na lateral do veículo em forma de plotagem no tamanho de 50cm x 60cm, a informação de que o objeto deste termo de colaboração foi adquirido com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, contendo ainda o brasão do município de Brusque e a sigla P.M.B.

XVII – Em caso de dissolução da ENTIDADE o objeto do presente Termo de Colaboração deverá ser devolvido à Prefeitura Municipal de Brusque, o qual passará a fazer parte do patrimônio do município.

CLÁUSULA QUARTA – DO PROJETO

O Projeto proposto pela ENTIDADE deverá atender o artigo 22 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, contendo:

I – Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II – Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III – Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV – Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V – Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VI – Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII – Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII – Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

IX – Modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X – Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo Primeiro: Excepcionalmente, admitir-se-á a ENTIDADE propor a reformulação do Projeto, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo Segundo: Constarão como anexo do instrumento de parceria:

I – O Projeto, que dele é parte integrante e indissociável;

II – O regulamento de compras e contratações adotados pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designado ao servidor Deivis da Silva, Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 12.086/2017, de 11 de Julho de 2017, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à Secretaria de Assistência Social e Habitação que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá a vigência a partir da data de assinatura, com término previsto para 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) dias, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Assistência Social e Habitação, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo Único: Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR

O valor total estimado da presente Colaboração é de R\$ 56.136,00 (cinquenta e seis mil, cento e trinta e seis reais), onerando a seguinte rubrica orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS: 30.001.2328-344505252.10000.

Parágrafo Primeiro: O repasse da parcela única será efetuado até 15 dias após a publicação do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO, em conformidade com IN 14 TCE/SC/2012, sobre a destinação ou emprego dos recursos recebidos, da seguinte forma:

I) Prestação de contas mensal: No prazo de até 60 (sessenta) dias do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Projeto, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; Certidão negativa municipal, estadual e federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial; Certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal das crianças e adolescentes atendidas.

II) Apresentada a prestação de contas, será emitido parecer:

- a) Técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração.
- b) Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

Parágrafo Primeiro: Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração.

Parágrafo Segundo: Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo Terceiro: A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Parágrafo Quarto: Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da ENTIDADE pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

III) A responsabilidade exclusiva da organização da ENTIDADE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da entidade e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria de Assistência Social e Habitação, órgão municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO

A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) A inexecução do objeto desta Colaboração;
- b) Não apresentação do relatório de execução físico-financeira; e prestação de contas no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo Primeiro: Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo Segundo: É prerrogativa MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo Terceiro: Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Esta Colaboração poderá ser aditada, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do MUNICÍPIO, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Brusque para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brusque, 26 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal de Brusque

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
DEIVIS DA SILVA
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

LAR SAGRADA FAMÍLIA
LUIS CARMINATTI
Presidente

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005-2018-FMAS

Publicação Nº 1788639

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2018/FMAS

Termo de Colaboração de cooperação técnica e financeira celebrado entre o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ENTIDADE LAR MENINO DEUS.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, bairro Centro, CEP 88.350-051, na cidade de Brusque/SC, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, Sr. DEIVIS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 712.565.719-20, e RG nº 1.922.942, residente e domiciliado na Rua Melchior Heil, Apto 802, nº 12, bairro Centro, CEP 88.350-130, em Brusque/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado, LAR MENINO DEUS, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 01.370.268/0001-88, localizada na cidade de Brusque/SC, à Rua João XXIII, nº 380, Bairro Primeiro de Maio, CEP 88.353-530 neste ato representada por seu Presidente, Sr. GRAZIANO DE ANDRADE GRIGÓRIO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 007.180.919-81, e RG nº 4538182, residente e domiciliado na Rua Carlos Graf, nº 68, bairro Steffen, em Brusque/SC doravante denominada ENTIDADE, acordam ente si o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, do Decreto Municipal nº 7.954, de 27 de abril de 2017 e demais legislações pertinentes, conforme Cláusulas e condições se seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESTRATÉGIA DE AÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a cooperação financeira para a aquisição de um veículo e uma motocicleta visando assegurar o transporte dos moradores nas consultas médicas e odontológicas, bem como auxiliar na busca de doações e toda logística de serviços externos, além de otimizar a captação de recursos do telemarketing.

Parágrafo Primeiro: A ENTIDADE ofertará o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, sendo Residência Inclusiva na modalidade Abrigo para pessoas com deficiência intelectual e múltipla para o MUNICÍPIO, devendo enviar mensalmente relação nominal dos atendimentos, ao Serviço de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SASH.

Parágrafo Segundo: As estratégias de ação da ENTIDADE serão:

I – Oferecer moradia digna;

II – Assegurar cuidados básicos de saúde, higiene, segurança e conforto;

III - Assegurar o transporte dos moradores nas consultas médicas e odontológicas, bem como auxiliar na busca de doações e toda logística de serviços externos

IV - Otimizar a captação de recursos do telemarketing.

Parágrafo Terceiro: O plano de aplicação da ENTIDADE é:

I – Aquisição de um veículo;

II – Aquisição de uma motocicleta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar em parcela única à ENTIDADE o repasse para custeio do objeto desta Colaboração no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), através de depósito bancário no Banco do Brasil, agência 52337, conta corrente nº 332414-1, utilizada pela ENTIDADE para execução do presente Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

II – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ENTIDADE na execução das atividades objeto desta Colaboração;

III – Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da ENTIDADE, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I – Executar o Serviço Socioassistencial a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Projeto apresentado;

II – Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;

III – Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – Manter recursos humanos e materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços socioassistenciais que os obriga a prestar, com vistas Projeto ao dos objetivos desta Colaboração;

V – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;

VI – Apresentar, mensalmente, ao MUNICÍPIO, até o 10º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Projeto, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;

VII – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme Cláusula Décima da presente Colaboração;

VIII – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

IX – Assegurar ao MUNICÍPIO através do Setor de Monitoramento e Avaliação e ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados do Projeto objeto desta Colaboração;

X – Apresentar mensalmente, na ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão negativa municipal, estadual e federal, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

XI – Apresentar mensalmente relatório circunstanciado junto a prestação de contas da respectiva parcela;

XII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Assistência e Habitação, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIII – Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

XIV – No ato da assinatura da Colaboração, de lista com nome e número da Carteira de Identidade e Previdência Social de cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que nenhum outro empregado seu, além daqueles discriminados na referida relação, trabalharão na execução da Colaboração, exceto se a substituição ou a inclusão de um deles for previamente comunicada à Administração, observando-se a mesma exigência de identificação, com nome e número da Carteira de Identidade e da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado substituto ou incluso;

XV – Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condições para pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou houver a inclusão de novo empregada, hipóteses nas quais o contrato deverá identificá-lo na forma prevista no inciso anterior;

XVI - Cumprir a contrapartida financeira no valor de R\$ 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) conforme previsto no Plano de Trabalho Investimento 2018 apresentado pela ENTIDADE;

XVII – A ENTIDADE deverá instalar e manter na lateral do veículo em forma de plotagem no tamanho de 50cm x 60cm, a informação de que o objeto deste termo de colaboração foi adquirido com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, contendo ainda o brasão do município de Brusque e a sigla P.M.B.

XVIII – Em caso de dissolução da ENTIDADE o objeto do presente Termo de Colaboração deverá ser devolvido à Prefeitura Municipal de Brusque, o qual passará a fazer parte do patrimônio do município.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela ENTIDADE deverá atender o artigo 22 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, contendo:

I – Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II – Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III – Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV – Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V – Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações

profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VI – Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII – Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII – Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

IX – Modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X – Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo Primeiro: Excepcionalmente, admitir-se-á a ENTIDADE propor a reformulação do Projeto, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo Segundo: Constarão como anexo do instrumento de parceria:

I – O Plano de Trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;

II – O regulamento de compras e contratações adotados pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designado ao servidor Deivis da Silva, Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 12.086/2017, de 11 de Julho de 2017, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à Secretaria de Assistência Social e Habitação que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá a vigência a partir da data de assinatura, com término previsto para 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) dias, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Assistência Social e Habitação, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo Único: Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR

O valor total estimado da presente Colaboração é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), onerando a seguinte rubrica orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS: 30.001.2328-344505252.10000.

Parágrafo Primeiro: O repasse da parcela única será efetuado até 15 dias após a publicação do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO, em conformidade com IN 14 TCE/SC/2012, sobre a destinação ou emprego dos recursos recebidos, da seguinte forma:

I) Prestação de contas mensal: No prazo de até 60 (sessenta) dias do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovaria (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Projeto, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; Certidão negativa municipal, estadual e federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial; Certidão negativa de regularidade de situação junto à

Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal das crianças e adolescentes atendidas.

II) Apresentada a prestação de contas, será emitido parecer:

- a) Técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração.
- b) Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

Parágrafo Primeiro: Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração.

Parágrafo Segundo: Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo Terceiro: A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Parágrafo Quarto: Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da ENTIDADE pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

III) A responsabilidade exclusiva da organização da ENTIDADE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da entidade e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria de Assistência Social e Habitação, órgão municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO

A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) A inexecução do objeto desta Colaboração;
- b) Não apresentação do relatório de execução físico-financeira; e prestação de contas no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo Primeiro: Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo Segundo: É prerrogativa MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo Terceiro: Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Esta Colaboração poderá ser aditada, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do MUNICÍPIO, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Brusque para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brusque, 26 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal de Brusque

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
DEIVIS DA SILVA
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

LAR MENINO DEUS
GRAZIANO DE ANDRADE GRIGÓRIO
Presidente

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2018

Publicação Nº 1788528

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2018
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E/OU EPP – LEI 123/2006

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO DESTINADO AO ESPETÁCULO DE DANÇA DAS OFICINAS DE BALLET CLÁSSICO E DANÇA CONTEMPORÂNEA DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, QUE SERÁ REALIZADO DE FORMA GRATUITA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2018, NO AUDITÓRIO DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/11/2018 às 14h.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/11/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio na Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor. O edital completo encontra-se disponível no site caçador.sc.gov.br, no ícone transparência – licitações.

Caçador, 30 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO

DECRETO Nº 7.832

Publicação Nº 1788429

DECRETO Nº 7.832, de 25 de outubro de 2018.

Nomeia Comissão Organizadora do Fórum - 2018 do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Caçador - COMAD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.114, de 19 de agosto de 2004 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Organizadora do Fórum - 2018 do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Caçador - COMAD:

- I - André Beber de Souza;
- II - Fabiane Boneti;
- III - Juliana Kades;
- IV - Itamara de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.839

Publicação Nº 1788705

DECRETO Nº 7.839, de 30 de outubro de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.475, de 22 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.8.2.24 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (171)	R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (175)	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 110.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 – PODER EXECUTIVO	
2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.123.2.2.5 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas(19).....	R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.840

Publicação Nº 1788732

DECRETO Nº 7.840, de 30 de outubro de 2018.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Taylor Jonatha Voelz para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 02/2018, vinculado ao Processo Licitatório nº 07/2018-FIA – Inexigibilidade nº 03/2018, que tem por objeto a contratação do profissional Luciano Betiate, para ministrar capacitação de conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, profissionais da rede de proteção (assistência social saúde e educação) e demais interessados, com carga horária de 16 horas/aula, a realizar-se nos dias 30 e 31 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 7.841

Publicação Nº 1788736

DECRETO Nº 7.841, de 30 de outubro de 2018.

Designa servidora para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Taíse Teodósio para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 148/2018, vinculado ao Processo Licitatório nº 181/2018 – Pregão nº 117/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aferição de equipamento topográfico com aquisição de peças de reposição para o mesmo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 7.842

Publicação Nº 1788742

DECRETO Nº 7.842, de 30 de outubro de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 62.075,76 (sessenta e dois mil, setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.30. 2.103 – Bloco da Gestão Municipal

3.3.50.00.00–0.1.00–Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (222) R\$ 62.075,76

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.30. 2.103 – BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL

3.1.90.00.00–0.1.00–Aplicações Diretas (220) R\$ 62.075,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 7.843

Publicação Nº 1788749

DECRETO Nº 7.843, de 30 de outubro de 2018.

Designa servidor para exercer fiscalização de atas de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Luiz Carlos da Luz Antunes, portador do CPF 006.257.079-07 para exercer a fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 106 e 107/2018, vinculadas ao Processo Licitatório nº 183/2018, Pregão Presencial nº 118/2018, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de pedras destinadas à Secretaria de Infraestrutura do Município de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 7.844

Publicação Nº 1788761

DECRETO Nº 7.844, de 30 de outubro de 2018.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Helton Calisto para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 149/2018, vinculado ao Processo Licitatório nº 202/2018 – Dispensa nº 25/2018, que tem por objeto a contratação de empresa para organização e execução de processo seletivo para contratação de cadastro reserva, correspondendo à elaboração do edital e realização das inscrições, elaboração, impressão, publicação e correção das provas, bem como a resposta aos recursos referentes ao processo seletivo para provimento dos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018 - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1788700

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Convoca aprovada em Processo Seletivo para o preenchimento de vaga temporária na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme o Edital 01/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 028, de 31 de agosto de 2018,

CONSIDERANDO o não comparecimento do candidato convocado,

CONVOCA:

Art. 1º. A candidata aprovada no Processo Seletivo Público nº 01/2017, conforme listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017, para que compareça no Departamento de Pessoal a fim de dar andamento ao processo de contratação em seu respectivo cargo:

CARGO: ODONTÓLOGO ESF

Classificação	Nome
9	Larissa Branco dos Santos

Art. 2º. A candidata deverá se apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito à vaga.

Art. 3º. A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

Art. 4º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 086, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018 - CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1788701

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 086, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação do Concurso Público nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Caçador homologada pelo Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.175, de 06 de julho de 2017, que prorroga a validade do concurso por mais 02 (dois) anos, a contar de 11 de setembro de 2017,

CONVOCA:

Art. 1º. Os candidatos aprovados no Concurso Público nº 002/2015 para que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital, manifestem-se acerca do interesse em serem aproveitados nas suas vagas:

CARGO: MOTORISTA

Classificação	Nome
27	Rafael Leandro Ferenc

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classificação	Nome
5	Edina Ferreira Lopes

Art. 2º. Os candidatos convocados deverão manifestar interesse mediante o preenchimento e entrega de Declaração (conforme modelo – Anexo I) no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo estipulado, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não tenho/tenho interesse em ser nomeado(a) no cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, para o qual fui convocado(a) mediante o Edital nº ____/2018, publicado no DOM de ____ / ____ / _____, edição nº ____.

Caçador, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso: _____

Assinatura igual RG: _____

RG:

CPF:

OBS: anexar cópia do RG e CPF.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 087, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018 - CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1788702

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 087, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação do Concurso Público nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Caçador homologada pelo Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.175, de 06 de julho de 2017, que prorroga a validade do concurso por mais 02 (dois) anos, a contar de 11 de setembro de 2017,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 085, de 04 de outubro de 2018,

CONSIDERANDO o protocolo de desistência da vaga da candidata convocada,

CONVOCA:

Art. 1º. A candidata aprovada no Concurso Público nº 002/2015 para que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital, manifeste-se acerca do interesse em ser nomeada em sua respectiva vaga:

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome
25	Dalana Strapazon de Souza

Art. 2º. A candidata convocada deverá manifestar interesse mediante o preenchimento e entrega de Declaração (conforme modelo – Anexo I) no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo estipulado, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não tenho/tenho interesse em ser nomeado(a) no cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, para o qual fui convocado(a) mediante o Edital nº ____/2018, publicado no DOM de ____ / ____ / _____, edição nº ____.

Caçador, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso: _____

Assinatura igual RG: _____

RG:

CPF:

OBS: anexar cópia do RG e CPF.

EXTRATO 1º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018 - PROCESSO 16/2018 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 06/2018 - ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS

Publicação Nº 1788704

1º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ACEIAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

PROCESSO 16/2018 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 06/2018

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.074.302/0001-31, estabelecida nesta cidade, na Av. Santa Catarina, nº. 175, Bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor SAULO SPEROTTO, portador da cédula de identidade RG nº1.333.026e do CPF nº 561.293.009-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, nº 296, Bairro Gioppo, na cidade de Caçador – Estado do Santa Catarina, e-mail aceias@conection.com.br, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada por seu Presidente, NEOBERTO GERALDO BALESTRIN, portador do RG nº 10R/1.513.096, e inscrito no CPF sob o nº 533.550.249-53.

O presente Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor para atender mais 135 crianças, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria de Educação e mediante parecer jurídico favorável nº 386/2018, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 57, §1º, I da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes,

O valor do aditamento é de R\$ 1.267.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e sete mil), estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

EXTRATO CONTRATO Nº 149-2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 202-2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25-2018 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Publicação Nº 1788767

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 202/2018 – PREFEITURA – CONTRATO ADMINISTRATIVO 149/2018 – Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, CORRESPONDENDO À ELABORAÇÃO DO EDITAL E REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES; ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, PLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO A RESPOSTA AOS RECURSOS REFERENTES AO PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS.

CONTRADADO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, doravante denominado simplesmente IBAM, pessoa jurídica de direito privado, associação civil de caráter educativo, científico e cultural, sem fins lucrativos, conforme estabelece seu Estatuto, reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto no 34.661, de 19 de novembro de 1953, ratificado pelos Decretos s/no de 27 de maio de 1992 e de 26 de agosto de 1992) e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei no 2.149, de 04 de agosto de 1993), de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social (Certificado de 8 de maio de 1974), com inscrição também no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, registro no CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) sob no 33645482/0001-96, sediado na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Rosário, no. 72 com entrada pela Rua Buenos Aires, no. 19, Centro, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado pelo seu Superintendente Geral, Sr. Paulo Timm, portador da carteira de identidade no 2028439-0 CRA/RJ e inscrito no CPF sob o no 457.512.429-04. Para a totalidade da contratação será destinado a importância de R\$ 98.600,00 (noventa e oito mil e seiscentos reais), se houver candidato adicional à estimativa de 1.200 (mil e duzentos) inscritos, o valor dessas inscrições excedentes será repassado pela prefeitura ao IBAM até 05 (cinco) dias após o término das inscrições no valor de 60,00 (sessenta reais) por inscrição excedente, o pagamento será realizado em três parcelas, 1º parcela de 20.000,00 (vinte mil reais) até cinco dias após a publicação do edital, 2º parcela de 70.000,00 (setenta mil reais) após o término das inscrições, e a 3º parcela de 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) após a entrega das listagens finais de classificação. O preço a ser ajustado para a contratação, foram estabelecidos de acordo com as propostas do IBAM e outros municípios, comprovações anexas ao processo licitatório. Os serviços técnicos relativos a este Contrato terão a duração de 90 (noventa) dias, iniciando no dia 01/11/2018 e findando no dia 29/01/2019. Fica estabelecido como Fiscal do Contrato o Sr. Helton Calisto inscrito no CPF sob nº 036.721.139-48.

Caçador, 30 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 29.668

Publicação Nº 1788703

PORTARIA Nº 29.668, de 28 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de agosto a 15 de setembro de 2018 nos demais órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso ao Servidor abaixo relacionado e lotado no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
14097	Gilmar Martins	Motorista	568,00 h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.679

Publicação Nº 1788753

PORTARIA Nº 29.679, de 1º de outubro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 30 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
357	Ana Maria Constantini	Merendeira Escolar	15 dias	27/09/2018 a 11/10/2018
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	52 dias	13/09/2018 a 03/11/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 1º de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.692

Publicação Nº 1788706

PORTARIA Nº 29.692, de 02 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Protocolo nº 1.627/2018,

CONSIDERANDO o Parecer nº 352/2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora SEBASTIANA MACENO DOMINGUES, matrícula 1079, ocupante do cargo efetivo de Servente, lotada na Secretaria da Educação, o adicional sexta parte calculado sobre sua remuneração por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, somados os tempos de vínculo celetista e estatutário de forma descontínua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.697

Publicação Nº 1788707

PORTARIA Nº 29.697, de 03 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR as profissionais a seguir relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 003/2017, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Amanda Caroline Porfirio	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Castelhana	Vaga vinculada Claudia Capeletti, em licença para tratamento de saúde	19/09/2018 a 02/10/2018
Ana Lucia Maceno	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga vinculada Terezinha Ferreira Baldicera, em licença prêmio	24/09/2018 a 05/10/2018
Franciele Suelene Rosa	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga vinculada Marinez Pereira, em licença para tratamento de saúde	24/09/20218 a 24/10/2018
Juliana Padilha Mazzotti	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga vinculada Terezinha Ferreira Baldicera, em licença prêmio	24/09/2018 a 05/10/2018
Maria Helena Stefan	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga vinculada Marinez Pereira, em licença para tratamento de saúde	24/09/20218 a 24/10/2018

Art. 2º. CONTRATAR o profissional a seguir relacionado para o preenchimento de cargo em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Bruno Carneiro Ruppel	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	30	EMEB Hilda Granemann de Sousa EMEB Alcides Tombini	20h – Vaga vinculada Sonia Mara Farias, em licença para tratamento de saúde. 10h – Vaga vinculada Evelyn Bueno, em licença maternidade.	03/09/2018 a 17/12/2018

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 03 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.699

Publicação Nº 1788708

PORTARIA Nº 29.699, de 03 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Protocolo nº 16.749/2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS, matrículas 2408 e 4270, ocupante dos cargos efetivos de Professora do Ensino Fundamental I e lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta parte calculado sobre sua remuneração por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, somados os tempos de vínculo celetista e estatutário de forma descontínua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.717

Publicação Nº 1788710

PORTARIA Nº 29.717, de 15 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora MARTA APARECIDA GOES, matrícula 14186, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação e nomeada através da Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.718

Publicação Nº 1788714

PORTARIA Nº 29.718, de 16 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora abaixo relacionada, à disposição do Programa de Defesa do Consumidor, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1966	Iracilda Maria Nora Costa	Secretária Escolar	01/04/2006 a 01/04/2011	01/10/2018 a 30/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Cristiano Zanchi – DIRETOR DO PROGRAMA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR.

PORTARIA Nº 29.729

Publicação Nº 1788716

PORTARIA Nº 29.729, de 22 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.591, de 21 de setembro de 2018, que nomeia a cidadã Giceli Santa Clara para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR o art. 1º da Portaria nº 29.591, de 21 de setembro de 2018, no que se refere ao nome, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

"NOMEAR GICELI SANTA CLARA".

Leia-se:

"NOMEAR GICELI PONTES SANTA CLARA SALLES DOS SANTOS".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.730

Publicação Nº 1788718

PORTARIA Nº 29.730, de 22 de outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.592, de 21 de setembro de 2018, que nomeia a cidadã Claudete Marafon Leidens para ocupar o cargo de Contadora Geral,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR o art. 1º da Portaria nº 29.592, de 21 de setembro de 2018, no que se refere ao nome, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

"NOMEAR CLAUDETE MARAFON LEIDENS".

Leia-se:

"NOMEAR CLAUDETE TEREZINHA MARAFFON LEIDENS".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194 / 2018 - PREGÃO PRESENCIAL 128/2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA

Publicação Nº 1788427

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 194/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 128/2018-PREFEITURA – COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MEI-EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2018

TIPO: MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PINTOR, PEDREIRO, ENCANADOR, ELETRICISTA E CARPINTEIRO DESTINADOS À PREFEITURA, SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/11/2018 às 16hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/11/2018 às 16h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de Outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 05**

Publicação Nº 1788210

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 05/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida todos os membros da sociedade caçadorenses a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 22 de novembro de 2018, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade discutir o Projeto de Lei nº 063/2018, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2019 – LOA.

Caçador, em 30 de outubro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz,
Presidente da CMC.

Cleony Figur,
Presidente da CFOCM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

Publicação Nº 1788345

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - SC**

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	META DE RENTABILIDADE	2
3.	MODELO DE GESTÃO	2
4.	ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	2
5.	SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)	3
6.	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)	4
7.	VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	5
8.	LIMITES DE ALOCAÇÃO	5
9.	SELEÇÃO DE ATIVOS	7
10.	GESTÃO DE RISCOS	8
11.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	8
12.	CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS	9
13.	ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS	9
14.	DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS	9
15.	DISPOSIÇÕES GERAIS	9
16.	ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO	11
17.	ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO	14

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR** apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2019, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de outubro de 2018, Ata nº 10.
- 1.2. A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.
- 1.3. A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2019, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.
- 1.4. Ao aprovar a Política de Investimento 2019, será possível identificar principalmente que:
 - 1.4.1. O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
 - 1.4.2. Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;
 - 1.4.3. O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações;

1.4.4. O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e na Portaria MPS nº 519/2011 vigente, bem como no processo de credenciamento das instituições.

2. META DE RENTABILIDADE

- 2.1. Em linha com sua necessidade atuarial, o **IPASC** busca como meta, que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a **6% (seis por cento)** acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) divulgado pelo IBGE. Em outubro de 2018, a expectativa da meta atuarial para o final de 2019 é de 10,45%. Em relação a taxa básica de juros da economia (Selic Média) a previsão para o ano de 2019 é de 7,31%.
- 2.2. Para o cálculo da expectativa da meta atuarial, foram utilizadas as projeções de inflação para 2019, fundamentadas através das expectativas do Banco Central do Brasil, Instituição Fiscal Independente (IFI) e outras instituições financeiras.

EXPECTATIVA 2019

INPC	4,20%
------	-------

3. MODELO DE GESTÃO

- 3.1. Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **IPASC** adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

4. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

- 4.1. Embora o RPPS busque investimentos que atendam suas necessidades atuariais no longo prazo, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.
- 4.2. No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos, observadas as seguintes regras:

- 4.2.1. No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- 4.2.2. O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;
- 4.2.3. Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que 12 (doze) meses poderão receber recursos de preferência quando a rentabilidade do fundo estiver enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 (quinze) primeiros dias de andamento de cota do fundo, dado que podem ocorrer distorções em suas cotas iniciais;
- 4.2.4. As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
- A. Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
 - B. Quando se tratar de fundo sem histórico de cotas;
 - C. Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
 - D. Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;

5. SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)

5.1. TÍTULOS PÚBLICOS

- 5.1.1. As operações realizadas diretamente numa carteira própria de títulos públicos federais, deverão ser realizadas por meio de plataforma eletrônica, administrada por instituições autorizadas, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.
- 5.1.2. Os títulos públicos federais adquiridos deverão ser classificados e contabilizados separadamente, conforme a Portaria SPREV/MF nº 04 de 05 de fevereiro de 2018, por:
- A. Marcação na curva – (Títulos mantidos até o vencimento);
 - B. Marcação a mercado – (Títulos para negociação).

5.2. FUNDOS DE RENDA FIXA

- 5.2.1. No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas

operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

5.2.2. **Incisos I, b; I, c e III – Investimento:** Para novas alocações a performance em 12 (doze) meses do fundo poderá ser de no máximo **0,70 p.p.** abaixo da performance do índice de referência. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses do fundo for **0,80 p.p.** menor do que a rentabilidade do benchmark, durante **06 (seis) meses consecutivos**;

5.2.3. **Incisos IV e VII, b – Investimento:** Para novas alocações a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou **superior a 100%** deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for **inferior a 99%** do CDI, durante **06 (seis) meses consecutivos**.

6. SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)

6.1. FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL

6.1.1. **Incisos I e II –** Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, **não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável**, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento;

6.2. FUNDOS MULTIMERCADOS

6.2.1. **Inciso III – Investimento:** Para novas alocações em fundos multimercados a performance mínima em 12 (doze) meses de preferência será igual ou **superior a 100%** do benchmark. **Desinvestimento:** Os fundos multimercados cuja rentabilidade em 12 (doze) meses for abaixo do benchmark por **06 (seis) meses consecutivos** poderão ter sua posição reduzida em 100%.

6.3. FUNDOS IMOBILIÁRIOS E FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES

6.3.1. **Inciso IV, a; IV, b –** Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do

produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence*.

- A. Em relação aos FIP (Fundos de Investimentos em Participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no § 5º, do inciso IV no artigo 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.
- B. Para os FII (Fundos de Investimentos Imobiliários), será verificado o histórico em 12 (doze) meses, antes da aplicação, para apurar a participação em 60% dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

7. VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1. O **IPASC** além de seguir a todas as diretrizes, normas, definições e classificações dos produtos de investimentos impostas pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, e a Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, as aplicações a serem realizadas pelo RPPS, deverão obedecer às seguintes vedações impostas por esta Política de Investimento para:

7.2. FUNDOS RENDA FIXA E MULTIMERCADO

7.2.1. Serão efetuadas apenas aplicações em fundos que tenham na composição das suas carteiras, ativos considerados de baixo risco de crédito, preferencialmente com **classificação mínima (BBB)** por agência classificadora de risco estrangeira.

7.3. MULTIMERCADO

7.3.1. É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de **5% do patrimônio** em FIP e FII.

7.4. FIDC

7.4.1. Serão realizadas apenas aplicações em FIDC, preferencialmente, com **classificação mínima (A)** por agência classificadora de risco estrangeira.

8. LIMITES DE ALOCAÇÃO

8.1. A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7º - RENDA FIXA	100%	0%		100%
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	0%	20,0%	50%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	0%	35,0%	100%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	0%	0,0%	50%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0%	0,0%	0%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	60%	0%	5,0%	60%
ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	60%	0%	0,0%	40%
FI RENDA FIXA – GERAL - ART. 7º, IV, A	40%	0%	19,0%	40%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	40%	0%	0,0%	30%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0%	0,0%	10%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0%	0,0%	10%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	0%	0,0%	0%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	5%	0%	0,2%	5%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	5%	0%	0,5%	5%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	5%	0%	0,0%	5%
LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	30%	0%		30%
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	30%	0%	1,3%	13%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	30%	0%	2,0%	10%
FI DE AÇÕES – GERAL - ART. 8º, II, A	20%	0%	7,0%	10%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	20%	0%	0,0%	10%
FI MULTIMERCADO – ABERTO - ART. 8º, III	10%	0%	9,0%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0%	0,2%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	5%	0%	0,8%	5%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

8.2. O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A ART. 7º, III, B	60%
ART. 7º, IV A ART. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 8º	30%

9. SELEÇÃO DE ATIVOS

9.1. A seleção dos produtos para avaliação no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **IPASC**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências principais do credenciamento de fundos, divulgado pela Secretaria da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

9.1.1. O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:

- A. Análise das medidas de risco;
- B. Análise dos índices de performance;
- C. Análise de índices de eficiência;
- D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do benchmark. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.

10. GESTÃO DE RISCOS

10.1.O **IPASC** atendendo ao previsto no inciso V, artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece em sua Política de Investimentos regras que permitam identificar, mensurar e controlar os riscos aos quais os investimentos estão expostos.

10.2.Abaixo apresentamos os critérios que serão utilizados para a gestão de riscos da carteira do RPPS:

10.2.1. Volatilidade: é o Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio.

10.2.2. Value at Risk - VaR (95%): sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

10.3.O controle de risco da carteira deverá ser feito de acordo com os seguintes parâmetros:

MÁXIMO	
VOL	7%
VAR	11%

11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

11.1.O **IPASC** busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos métodos para o processo de credenciamento das instituições financeiras e os produtos por ela ofertados, criadas rotinas periódicas de envio das informações destas instituições e dos produtos que receberam recursos deste RPPS e normas para divulgação dos resultados.

11.2.A diretoria realizará reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, poderão ser chamados os gestores e representantes das instituições onde os recursos estão alocados e/ou a consultoria de investimentos.

12. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

12.1. Serão adotados como credenciamento, seguindo o art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011, por meio da Nota Técnica SPPS nº 17/2017, os Questionários *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima) – Seção 1.

13. ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS

13.1. As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, **no mínimo mensalmente**, onde deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, mensalmente, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS **arquivo no formato XML** para que o risco da carteira possa ser apurado.

14. DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

14.1. Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar os investimentos.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2019, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de 12 (doze) meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterados.

15.2.As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimentos, que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do **IPASC** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de outubro de 2018, Ata nº 10.

16. ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO

16.1.INTERNACIONAL

16.1.1. Estados Unidos – Durante o ano de 2018, a economia dos Estados Unidos apresentou acelerado crescimento econômico, resultado de políticas fiscais expansionistas impostas pelo presidente Donald Trump. O mercado de trabalho fortalecido fez com que os gastos dos consumidores aumentassem, ao mesmo tempo em que os cortes em impostos corporativos impulsionaram o investimento empresarial. Como consequência, o crescimento do produto americano para o ano é estimado em 3,0%. Com relação a política monetária, em 2018 os EUA iniciaram o movimento de elevação gradual dos juros. Com a inflação permanecendo ao redor da meta, como é o estimado, os juros devem terminar o ano no intervalo entre 2,25% e 2,50%. Para 2019, o crescimento deve continuar, apesar de diminuir conforme se esgotem os efeitos dos estímulos fiscais. É estimado um crescimento de 3,1%, consequência do aquecido mercado de trabalho que deve apresentar bom desempenho conforme continuem os gastos dos consumidores e a demanda das empresas, que faz com que as mesmas aumentem o investimento. O aumento em produtividade que aconteceu neste ano também estimulará o crescimento da economia. Os principais fatores de risco para a economia americana são os advindos da guerra comercial travada pelo país, cujas consequências, principalmente nas exportações, ainda não puderam ser mensuradas. A maior demanda por trabalhadores que acarreta crescimento dos salários também pode forçar a um aumento de salários que refletiria diretamente sobre a inflação. Nesse sentido, são esperados, no mínimo, mais 3 aumentos nas taxas de juros do país em 2019, sendo 2 deles apenas no 1º trimestre quando a taxa ficaria entre 2,75% e 3,00%. Com esses aumentos, a instabilidade nos países emergentes pode aumentar ainda mais.

16.1.2. Zona do Euro – Já na Zona do Euro, o movimento, assim como nos Estados Unidos, será de normalização das taxas de juros em 2019. O Banco Central Europeu manteve, durante 2018, um programa de estímulos à economia europeia. Com isso, é estimado um crescimento da economia de cerca de 2,2% em 2018 enquanto que a inflação deve permanecer ao redor da meta de 2%. Em dezembro, o programa de estímulos deve ser encerrado e, a partir de então, é esperado para o verão de 2019 o início da elevação das taxas de juros que hoje se encontram em 0%. Bem como nos EUA, esse processo diminui a liquidez mundial disponível para investimentos, impactando principalmente as economias emergentes.

16.1.3. China – Na economia chinesa, 2018 foi um ano com sinais de enfraquecimento. O governo divulgou diversos indicadores que demonstraram uma forte

desaceleração principalmente nas vendas do varejo e em investimento em ativos fixos. Os dados chamam a atenção, pois o crescimento de investimentos e a demanda do consumidor são os principais fatores de impulso da economia chinesa. Para 2019, esse enfraquecimento deve continuar. O impacto negativo dos altos preços do petróleo sobre a demanda global, o aperto do governo chinês nas condições de crédito (reduzindo a demanda e elevando o custo de capital), os desafios relativos à produtividade e à dívida externa, além das incertezas em relação a guerra comercial são apontadas como as principais causas da desaceleração do crescimento do país.

16.2. BRASIL

16.2.1. No cenário econômico brasileiro, o ano foi de grande instabilidade e, consequentemente, vasta volatilidade nos mercados. Após iniciar 2018 com projeções de crescimento de até 2,7% e com elevada confiança em uma retomada da economia, os mercados foram reduzindo as suas expectativas. Espera-se, hoje, um crescimento de apenas 1,46%, estimativa que vem constantemente sendo reduzida para baixo, segundo o relatório Focus de mercado. A paralisação dos caminhoneiros que aconteceu em maio, e a incerteza do cenário eleitoral são os principais fatores para a queda na confiança e nas expectativas econômicas. Pôde-se observar, claramente, a deterioração dos indicadores econômicos a partir do referido mês. Com a paralisação dos transportes de cargas, a fragilidade do governo foi exposta e acabou por afetar a retomada dos setores produtivos. Como consequência, o mercado de trabalho continuou enfraquecido, bem como o consumo das famílias e os investimentos. Ademais, anos eleitorais, como é o ano de 2018, já são caracterizados por altos níveis de incertezas que costumam travar, principalmente, investidores. Esse ano, em especial, a eleição apresenta extrema importância dado os desafios que o país tem pela frente, potencializando ainda mais a influência da política sobre a economia.

16.2.2. No cenário externo, por sua vez, crises nos países emergentes acabaram influenciando a economia interna. É o chamado “contágio”. Investidores consideram o grupo de países emergentes como semelhantes. Assim, quando uma crise afeta um dos países pertencentes ao grupo, eles tendem a retirar seu dinheiro de todos os outros. Foi o que aconteceu com as crises ocasionadas na Turquia e na Argentina, que acabaram por impactar negativamente as condições financeiras no Brasil, com a fuga de capital. Somado a isso, o aumento gradativo das taxas de juros nos países desenvolvidos também fez com que os investidores retirassem dinheiro do país, transferindo seus recursos para os países mais atrativos por possuírem menores níveis de risco.

Para 2019, com o término das eleições, a economia vai andar de acordo com quem estiver no poder. Os fundamentos econômicos brasileiros, principalmente relativos ao setor externo, estão bem fundamentados, mas muito ainda deve ser feito. O principal risco para a economia diz respeito ao setor fiscal. Diante disso, reformas fiscais como a reforma da previdência devem ser realizadas. Ademais, a reforma tributária, uma maior abertura comercial, medidas que visem o aumento da produtividade e que visem a concessão e privatização de estatais também devem estar na pauta.

Assim, se o próximo presidente eleito conseguir implementar parte ou totalidade das medidas necessárias a economia deve retomar o crescimento e a sua intensidade irá variar de acordo com as medidas que foram implementadas. Nesse cenário a economia deve crescer entre 2,5 e 3%, com a inflação permanecendo ao redor de 4,1%. Como consequência, a Selic deve aumentar apenas no segundo semestre de 2019, terminando o ano em 8%. Por outro lado, caso seja eleito um presidente que não esteja comprometido com as reformas necessárias, ou que não consiga fazer as reformas serem aprovadas, há risco de baixo crescimento econômico e até de recessão. A inflação deve ficar acima da meta de 4,25% enquanto a Selic pode aumentar ainda em 2018.

17. ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
Aaa.br	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
Aa	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
Baa	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
Ba	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
Caa	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
Ca	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD DD D	INADIMPLENTE DEFAULT.

Caibi**PREFEITURA****DECRETO 205/2018**

Publicação Nº 1787979

DECRETO Nº. 205/2018 DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103040008.2.063 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE SANITÁRIA

3.3.90 – Outras Despesas Corrente – Aplicações Diretas

(327) Fonte: 1838 Vigilância Sanitária R\$ 4.000,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recursos 1838 Vigilância Sanitária no valor de R\$ 4.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 26 de outubro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO 206/2018

Publicação Nº 1788573

DECRETO Nº. 206/2018 DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DOS IDOSOS

082410006.2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE

3.3.90 – Outras Despesas Corrente – Aplicações Diretas

(182) Fonte: 1000 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recursos 1000 Recursos Ordinários no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 26 de outubro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 208/2018

Publicação Nº 1788807

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI****DECRETO Nº 208/2018, de 30 de outubro de 2018.**

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 086/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 059/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 086/2018, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 059/2018 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO CAIBIENSE

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

DIRCEU ANTONIO PERONDI ME				
LOTE 01				
ITEM	Quant. Estimada para 12(doze) meses	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	80	PRÓTESE DENTÁRIA <u>TOTAL</u> <u>MAXILAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	310,00	24.800,00
		PRÓTESE DENTÁRIA <u>TOTAL</u> <u>MANDIBULAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO		

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao.caibi@sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

2	50	DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	310,00	15.500,00
3	120	PRÓTESE DENTÁRIA <u>PARCIAL MAXILAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	390,00	46.800,00
4	120	PRÓTESE DENTÁRIA <u>PARCIAL MANDIBULAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	390,00	46.800,00
5	10	PRÓTESE DENTÁRIA <u>PARCIAL MAXILAR</u> REMOVÍVEL PROVISÓRIA, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO,	310,00	3.100,00

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao.caibi@sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		FEITAS DE GRAMPOS DE FIOS DE ORTODONTIA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.		
6	10	PRÓTESE DENTÁRIA <u>PARCIAL MANDIBULAR</u> REMOVÍVEL PROVISÓRIA, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE GRAMPOS DE FIOS DE ORTODONTIA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	310,00	3.100,00
7	10	PRÓTESE DENTÁRIA <u>TOTAL MAXILAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE. COM REFORÇO METÁLICO	380,00	3.800,00
8	10	PRÓTESE DENTÁRIA <u>TOTAL MANDIBULAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE. COM	380,00	3.800,00

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
 administracao.caibi@sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		<u>REFORÇO METÁLICO.</u>		
9	10	<u>REEMBASAMENTO</u> DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS OU PARCIAIS, REALIZADAS A PARTIR DE SUBSTITUIÇÃO DA PASTA ZINCO ENÓLICA QUE ESTÁ SOBRE A PARTE INTERNA DA PRÓTESE COLOCADA PELO CIRURGIÃO-DENTISTA POR RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA.	90,00	900,00
10	15	<u>CONSERTO</u> DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS OU PARCIAIS (QUEBRADAS). FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	80,00	1.200,00
Valor Total lote 01			149.800,00	

Total do proponente vencedor

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
DIRCEU ANTONIO PERONDI ME	149.800,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 30 de outubro de 2018.

Elói José Libano
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida
 Secretário de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao.caibi@sc.gov.br

DECRETO Nº 209/2018

Publicação Nº 1788808

DECRETO Nº 209/2018, de 30 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 087/2018 na Modalidade Pregão Presencial Nº 060/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 087/2018, na Modalidade Pregão Presencial Nº 060/2018 que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM IMÓVEIS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA EPP	1	12	Meses	Locação de sistema de vídeo monitoramento através de câmeras de vigilância em imóveis e vias públicas do Município de Caibi–SC,com Fornecimento de materiais e equipamentos.	4.500,00	54.000,00

Total do proponente vencedor:

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA EPP	54.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 30 de outubro de 2018.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018 - PMC

Publicação Nº 1788213

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 070/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 101/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E CHUVEIROS, DESTINADOS A EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 30/10/2018
1ª Publicação.

IL 001/2018 - FMAS

Publicação Nº 1788411

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 001/2018 – FMAS
Data: 30/10/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR DUAS APRESENTAÇÕES TEATRAL COM O TEMA "DIGA NÃO AO TRABALHO INFANTIL" VOLTADO AO PÚBLICO DE 8 ANOS DE IDADE, TENDO 60 MINUTOS CADA ENCENAÇÃO CÊNICA.

Valor total: R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Secretaria: SECRETARIA DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Contratado: BRUNA SANTOS DE ALMEIDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "III", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 30 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 078/18- PMC

Publicação Nº 1788219

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2018-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRA TIPO PAPELEIRA DE 50 LITROS EM POLIETILENO, DESTINADOS A COLOCAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Novembro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 30 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 35/18 - FMS

Publicação Nº 1788412

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2018- FMS – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CRACHÁS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 20 (Vinte) de Novembro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 30 de outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 034/2018 - FMS

Publicação Nº 1788171

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2018 – FMS - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO HOSPITAL CIRÚRGICO CAMBORIÚ - EDWIGES BERNARDES PERTENCENTE A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 19 (Dezenove) de Novembro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DO REGULAMENTO DO ENCONTRO DOS AMIGOS

Publicação Nº 1788613

**REGULAMENTO GERAL – ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ****PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Art. 1º - Considerando que ainda permanecem espaços disponíveis para a realização da festa **“ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ”**, ficam alterados o artigo 6º e o §1º do artigo 7º do Regulamento Geral da edição do ano de 2018, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Deverá ser adotada a ficha de inscrição anexa a este regulamento, sendo de responsabilidade dos grupos realizar o seu preenchimento com a assinatura do responsável e efetuar o seu protocolo, **a partir do dia 11 de outubro até o dia 06 de novembro de 2018** no Portal Turístico de Camboriú situado na Avenida Santa Catarina, n.º 1845 – Taboleiro, Camboriú/SC.”

“Art. 7º - (...)

§1º - Para cumprimento deste artigo, a Equipe de Organização do evento **“ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ”** distribuirá os brinquedos doados para a 1ª Companhia do 12º Batalhão da Polícia Militar em ato a ser realizado em até 30 dias do término do período das inscrições.”

Art. 2º – E assim, para que não se alegue desconhecimento, faço publicar o presente termo aditivo, permanecendo inalterados os demais dispositivos do Regulamento Geral do **“ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ”** do ano de 2018.

Camboriú, 26 de outubro de 2018.

MÁRIO BIANCHET

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2018

Publicação Nº 1788695

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2018 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos trinta dias de outubro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de carrinhos multiuso para uso nos CMEIs e Escolas do Ensino Fundamental, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 82/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	14	UNIDADE	Carrinho Abastecimento Multiuso 350 litros Chapa Aço pneu 6", Medidas: C: 1,20 L: 0,60 A: 1,00, acabamento pintura eletrostática a pó, Chassi confeccionado com tubo oblongo 1 polegada, com parede 1,90 mm, Base: chapa de aço 2,00mm, Reforço inferior com tubos transversais, Composto por 04 rodas de pneu sem câmara de ar, Rodas com tamanho de 6 polegadas (15,00 cm) modelo 6x2, Rodas de pneu com rolamento eixo 7/8". Na dianteira 2 rodízios giratórios e traseira sapata fixa, Capacidade de carga: 300 kg. Peso Bruto: 26kg, Cabo de movimentação soldado na estrutura, pode ser desenvolvido sob medida. com meia porta lateral para facilitar a carga e descarga. 1 ano de garantia contra defeitos de fábrica que venham prejudicar seu funcionamento.	990,00	13.860,00
02	30	UNIDADE	Carrinho abastecimento multiuso 250 litros madeira r. pneu 6", Medidas: C: 0,90 L: 0,60 A: 1,00, Acabamento pintura eletrostática a pó, Cor padrão cinza, Chassi confeccionado com tubo oblongo 1 polegada, com parede 1,90mm, Base: chapa de madeira aglomerado. Reforço inferior com tubos transversais. Composto por 04 rodas de pneu sem câmara de ar. Rodas com tamanho de 6 polegadas (15,00cm). Rodas de pneu com rolamento eixo 7/8". Na dianteira 2 rodízios giratórios e traseira sapata fixa. Capacidade de Carga: 200 Kg. Peso Bruto: 18 kg. Cabo de movimentação soldado na estrutura. 1 ano de garantia contra defeitos de fábrica que venham a prejudicar seu funcionamento.	869,00	26.070,00
VALOR TOTAL				R\$ 39.930,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA
Charles Gilson Ritzmann
Representante legal

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2018

Publicação Nº 1788319

RESUMO DA ATA
(Pregão Eletrônico nº 84/2018)

Às 10h do dia 30/10/2018, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material de limpeza, copa e cozinha para os órgãos e unidades da Administração Municipal. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVOCAÇÃO Nº 231/2018

Publicação Nº 1788276

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018
CONVOCAÇÃO Nº 231/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOSIANE MACHADO, inscrita no CPF/MF sob nº 069.862.959-01 aprovada em 30º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 01 de novembro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 30 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 232/2018

Publicação Nº 1788286

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018
CONVOCAÇÃO Nº 232/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO, inscrita no CPF/MF sob nº 050.038.989-67 aprovada em 31º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 01 de novembro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 30 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 11.561 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787975

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.561 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso II do

art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
300000.00.0119 -	Despesas Correntes	
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas	
339014.00.0119 -	Diárias – Civil	R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o art.1º deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
300000.00.0119 -	Despesas Correntes	
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0119 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.562 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788576

DECRETO Nº 11.562 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos Elementos de Despesa das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviços de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	

300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
	Total	R\$ 6.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.0896 -	Diárias – Civil	R\$ 1.000,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviços de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0766 -	Aplicações Diretas	
339035.00.0766 -	Serviços de Consultoria	R\$ 2.000,00
400000.00.0766 -	Despesas de Capital	
440000.00.0766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0766 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
	Total	R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.900

Publicação Nº 1787888

GABINETE DO PREFEITO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.900, PUBLICADO NA PÁGINA 072 DA EDIÇÃO Nº 2042, DE 20 DE JULHO DE 2016 NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS – DOM/SC, ONDE SE LÊ: “DECRETO MUNICIPAL Nº 9.900, DE 19 DE JULHO DE 2016”, LEIA-SE: “DECRETO MUNICIPAL Nº 9.900, DE 19 DE JULHO DE 2016”, O QUAL PASSARÁ A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.900 DE 19 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 73 e seus Incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreta:

Art.1º) Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados por Processos Licitatórios e compras em geral realizados neste Município pelo Poder Executivo.

Art.2º) A Comissão será composta pelos seguintes membros:

* CAROLINA DA COSTA TELMA – Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, quando se tratar de serviços; consultas e compras de materiais e objetos para respectiva área de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
* Suplente: DEISI ESTELA AMORIM – Diretora de Saúde.

* ELENA GORNIACK – Agente Administrativo II, quando se tratar de materiais, ambulatoriais, medicamentos odontológicos e laboratoriais, materiais de limpeza e manutenção e equipamentos e material permanente para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
* Suplente: DAISI ISABEL BUCHAMNN SCHROEDER – Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde.

* ELIZETE FLORÊNCIO – Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, quando se tratar de serviços, compras de materiais e objetos para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
* Suplente: CRISTIANE DO ROCIO ODIA – Agente Administrativo II.

* ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS – Chefe do Serviço de Transporte e Frota, da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Pública Municipal e inclusive os Fundos Municipais e quando se tratar de materiais e serviços em geral da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras;
GABINETE DO PREFEITO

* Suplente: ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO – Diretor de Planejamento, Transportes e Obras.

* BRUNO SEEFELD – Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação, da Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e
compras de materiais e objetos na área de obras em geral e de engenharia na respectiva área;
* Suplente: MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA – Arquiteta.

* MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ – Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração; quando se tratar de serviços e compras dos materiais e objetos para as Secretarias Municipais de Administração e Finanças;
* Suplente: IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR – Agente Administrativo III.

* ELAINE MARTINS – Diretora Administrativa de Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria;
* Suplente: MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA – Diretora Pedagógica do Ensino Fundamental.

* MARÍLIA SCHEFFER – Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados para respectiva Secretaria Municipal;
* Suplente: GABRIEL ENGLER – Coordenador de Cultura.

* GILSON OMAR BRUNNQUELL – Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria Municipal;
* Suplente: LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ – Secretária Municipal Interina do Desenvolvimento Econômico.

* LILIAN TEREZINHA BARTSCH – Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, quando se tratar de aquisição de Bens Patrimoniais de toda a Administração Pública Municipal direta e inclusive indireta, dos Fundos Municipais.
* Suplente: PATRICK ONGHERO – Agente Administrativo II.

* JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA – Chefe de Gabinete, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados à respectiva área, ou seja, Gabinete do Prefeito.
* Suplente: JOSÉ LUIS SILVA – Assessor de Gabinete.

* MAGALI ENGEL – Administradora do Fórum Municipal – Casa da Cidadania, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Casa da Cidadania do Município de Campo Alegre/SC.;
* Suplente: GUSTAVO MACHADO DO AMARAL – Agente Administrativo III.

* DENISE APARECIDA ROCHA – Coordenadora da Defesa Civil, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Coordenadoria da Defesa Civil do Município de Campo Alegre/SC.

GABINETE DO PREFEITO

* PETERSON ALUISIO KOHLER – Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração de Águas de Campo Alegre/SC.;

* Suplente: CLAUDIO DE SOUZA – Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental.

* IVANIR BARLOCH – Presidente do Conselho Tutelar, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC.;

* Suplente: PRICILA GREFFIN – Conselheira Tutelar.

* ANTONIO ZAURI CORRÊA VILMIZ – Sargento Responsável pelo Corpo de Bombeiros 3º Pelotão de Bombeiros Militares – 1º GBM/2ºCB-M/9ºBBM em Campo Alegre/SC., quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração do FUMREBOM – Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre/SC.

* EDSON FERREIRA DA CRUZ – Sargento Responsável pelo Comando da Polícia Militar da 5ª Região de Polícia Militar, 23º Batalhão de Polícia Militar 1ª Companhia de Polícia Militar; 1º Grupamento em Campo Alegre/SC., quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Militar no Município de Campo Alegre/SC.

* SANDRO MARCELO POHL – Responsável pela Delegacia da Polícia Civil em Campo Alegre/SC., quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Civil no Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 9.223 de 13 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 19 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 16.026 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787840

GABINETE DO PREFEITO**PORTARIA Nº 16.026 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018**

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 15.125 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Art. 1º da Portaria nº 15.125 de 14 de dezembro de 2017, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 12 de março de 2015 a 11 de março de 2016 = 10 (dez dias; 12 de março de 2017 a 11 de março de 2018 = 10 (dez) dias”.

Art. 2º A alteração de que trata o artigo 1º da referida Portaria, se dá em razão de engano da data do período aquisitivo das Férias do referido Servidor Público Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 15.125 de 14 de dezembro de 2017, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

30 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 16.027 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787844

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 16.027 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA A REDAÇÃO PARÁGRAFO 2º DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 16.025 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do parágrafo 2º do Art. 1º da Portaria nº 16.025 de 24 de outubro de 2018, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho passando do Nível 3 Sub-Nível 31, Referência “B” para Nível 3 Sub-Nível 31 Referência “C” no valor de R\$ 1.230,59 (um mil, duzentos e trinta reais, cinquenta e nove centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 07 de setembro de 2016”.

Art. 2º A alteração de que trata o artigo 1º da referida Portaria, se dá em razão de engano da do Nível e Sub Nível, da progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho, do referido Servidor Público Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 16.025 de 24 de outubro de 2018, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 16.028 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787927

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 16.028 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal CRISTIANE DO RÓCIO ODIA, matrícula funcional nº 000740, registro no sistema sob nº 955266, ocupante Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 05 de novembro de 2018 á 14 de novembro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006846.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 90/2018

Publicação Nº 1788461

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL –

REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (carne) destinados a alimentação escolar, conforme descrição e valor de referência abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	2.250	KG	CARNE BOVINA MOÍDA e CONGELADA, produto obtido a partir da moagem de massas musculares (carne pura) corte acém com teor máximo de 10% de gordura, com embalo e congelamento imediato à temperatura de aproximadamente -18°C, em embalagem primária de Polietileno resistente. Embalagem primária de 1 kg. Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias. Elaborado em frigorífico inspecionado no mínimo pela esfera estadual, de boa procedência, garantido rigoroso padrão de higiene. Produto registrado no Ministério da Agricultura. Embalagem original da indústria, com selos de inspeção, rótulo e marcas do fabricante. Entrega mensal, conforme cronograma, e em cada unidade escolar do município. "O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter os alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."	R\$ 15,00	R\$ 33.750,00
02	3.000	KG	CARNE DE FRANGO, coxa e sobrecoxa, produto IN NATURA, congelado, em embalagem oriunda da indústria, com inspeção federal, com no máximo 5% de injeção de água na carcaça; Embalagem variando entre 2,0 a 2,5 Kg, Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias; Embalagem com selo de inspeção, rótulo da indústria, registro do produto no Ministério da Agricultura. Entrega mensal, conforme cronograma, e em cada unidade escolar do município. "O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter os alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."	R\$ 10,00	R\$ 30.000,00

03	2.250	KG	<p>CARNE DE MÚSCULO BOVINO, em pedaços e congelado. O produto deve ser obtido com teor de gordura máximo de 20% do peso, embalado em saco de polietileno resistente e congelado imediatamente após o corte, na temperatura de -18°C. Cada pacote deve conter 1 Kg de carne já cortada em pedaços e o processo de industrialização deve acontecer com, no máximo, 20 dias antes da entrega e a validade mínima estabelecida é de 90 dias. O produto deve ser elaborado em frigorífico inspecionado, no mínimo, pela esfera Estadual, de boa procedência e garantia de rigoroso padrão de higiene; registrado no Ministério da Agricultura, com selos de inspeção, rotulagem e marca do fabricante. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma, e em cada unidade escolar do município.</p> <p>"O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter os alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."</p>	R\$ 26,00	R\$ 58.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 122.250,00	

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
04	750	KG	<p>CARNE BOVINA MOÍDA e CONGELADA, produto obtido a partir da moagem de massas musculares (carne pura) corte acém com teor máximo de 10% de gordura, com embalo e congelamento imediato a temperatura de aproximadamente -18°C, em embalagem primária de Polietileno resistente. Embalagem primária de 1 kg. Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias. Elaborado em frigorífico inspecionado no mínimo pela esfera estadual, de boa procedência, garantido rigoroso padrão de higiene. Produto registrado no Ministério da Agricultura. Embalagem original da indústria, com selos de inspeção, rótulo e marcas do fabricante. Entrega mensal, conforme cronograma, e em cada unidade escolar do município.</p> <p>"O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter os alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."</p>	R\$ 15,00	R\$ 11.250,00
05	1.000	KG	<p>CARNE DE FRANGO, coxa e sobrecoxa, produto IN NATURA, congelado, em embalagem oriunda da indústria, com inspeção federal, com no máximo 5% de injeção de água na carcaça; Embalagem variando entre 2,0 a 2,5 Kg, Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias; Embalagem com selo de inspeção, rótulo da indústria, registro do produto no Ministério da Agricultura. Entrega mensal, conforme cronograma, e em cada unidade escolar do município.</p> <p>"O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter os alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."</p>	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00

06	750	KG	<p>CARNE DE MÚSCULO BOVINO, em pedaços e congelado. O produto deve ser obtido com teor de gordura máximo de 20% do peso, embalado em saco de polietileno resistente e congelado imediatamente após o corte na temperatura de -18°C. Cada pacote deve conter 1 Kg de carne já cortada em pedaços e o processo de industrialização deve acontecer com, no máximo, 20 dias antes da entrega e a validade mínima estabelecida é de 90 dias. O produto deve ser elaborado em frigorífico inspecionado, no mínimo, pela esfera Estadual, de boa procedência e garantia de rigoroso padrão de higiene; registrado no Ministério da Agricultura, com selos de inspeção, rotulagem e marca do fabricante. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma, e em cada unidade escolar do município.</p> <p>"O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter os alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."</p>	R\$ 26,00	R\$ 19.500,00
----	-----	----	---	-----------	---------------

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 14/11/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 14/11/2018

HORA: 14 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.05	Serviço de Controle da Merenda Escolar
Função	12	Educação
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição
Programa	12	Merenda Escolar
Projeto	2.015	Merenda Escolar
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 90/2018".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 30 de outubro de 2018.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2018 - MROSC

Publicação Nº 1787674

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2018 - MROSC

O Município de Campos Novos torna público que se encontra aberto o prazo do CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2018, tendo como objeto do presente Chamamento Público a seleção de planos de trabalhos e credenciamentos de Organizações de Sociedade Civil de natureza privada sem fins lucrativos para firmar parceria com o Município através de Termo de Fomento, visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de programa de inclusão de jovens no mercado de trabalho destinado a adolescentes e jovens de 16 a 24 anos visando oportunizar a qualificação e a integração dos jovens na atividade profissional por meio de estágio remunerado.

Período de Cadastramento: de 01 de novembro de 2018 até o dia 03 dezembro 2018 em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

O Edital que está amparado na Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 8.089/2018, o qual se encontra à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua: Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 19h00min diariamente.

Campos Novos, 30 de outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.142/18 DE 30/10/2018 ESTABELECE HORARIO DE FUNCIONAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Publicação Nº 1787864

DECRETO Nº 8.142/18 DE 30/10/2018

ESTABELECE HORARIO DE FUNCIONAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que, a partir de 05 de novembro de 2018, o horário de funcionamento da sede da Prefeitura Municipal, Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Assistência Social será:

Expediente interno:

Das 13 às 19 horas

Expediente externo:

Das 13 às 19 horas

Art. 2º. O horário das demais Secretarias permanece inalterado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.141/18 DE 29/10/2018. SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1787859

DECRETO Nº 8.141/18 de 29/10/2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346 de 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do município o valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais) nos projetos/ atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**UNIDADE: 08– DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração****Elementos de despesa: 140- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00****ÓRGÃO: 04– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****UNIDADE: 12– DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL****PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental****Elementos de despesa: 179- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001.000000– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00****ÓRGÃO: 08– SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO****UNIDADE: 25– DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL****PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem****Elementos de despesa: 178- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000– Aplicações Diretas R\$ 35.000,00****TOTAL: R\$ 95.000,00**

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do Superávit financeiro do exercício anterior, recursos próprios, no montante de R\$ 95.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de outubro de 2018.

SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

EDITAL 10/2018-SMEC

Publicação Nº 1788236

EDITAL Nº 10/2018– SMEC

EDITAL Nº 10/2018 – SMEC

ABRE PRAZO PARA INSCRIÇÃO DE NOVOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ANO DE 2019.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Art. 100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC, e considerando o disposto na Seção II, Art. 23 da Lei Complementar nº 07/11 de 23/09/11.

RESOLVE:

Abrir inscrições para crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos para o de 2019.

Tornar público para conhecimento dos pais e/ou responsáveis das crianças que no período de 06 de novembro a 12 de novembro de 2018 estarão abertas as inscrições para crianças que irão ingressar na Educação Infantil para o ano de 2019.

1. DAS INSCRIÇÕES**1.1 – Período e Horário:**

As inscrições estarão abertas aos Pais e/ou Responsáveis das crianças da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos - SC, no período de 06 de novembro a 12 de novembro de 2018, no horário das 7h30min às 11h e das 13h30min às 16h30min.

1.2 – Local de Inscrição:

Os interessados deverão se inscrever na Unidade de Educação Infantil de sua preferência.

1.3 – Local e Vagas no quadro abaixo.

C.E.I.M	Berçário I	Berçário II	Maternal I	Maternal II
Eliete Teixeira Lopes	14	09	01	01
Padre Armando de Costa	13	04	02	-
Pequeno Anjo	17	08	20	-
Marilene Rupp Bagatini	16	06	04	03
A Caminho do Futuro	-	-	-	-
Mundo Encantado	-	18	-	-
Caio Pisani	17	18	12	9
Creche Jubileu de Prata	16	05	05	25
Sonho Infantil	16	02	-	16 – parcial turno vespertino

O preenchimento das vagas respeitará:

01 - Comprovação de trabalho dos pais e ou responsáveis;

02 – Pela menor renda per capita;

03 - Beneficiários de programas de transferência de renda;

04 – Criança em condições de vulnerabilidade;

05 – Serão aceitas inscrições de crianças com idade a partir de 04 meses a 03 anos, 11 meses e 29 dias.

2. DO REQUERIMENTO E DOCUMENTOS

No ato da realização, o interessado deverá entregar os seguintes documentos:

2.1 Requerimento (conforme anexo I) devidamente preenchido e assinado pelo Pai e/ou Responsável;

2.2 Apresentar a Carteira de Trabalho e Fotocópia da mesma do Pai, da Mãe e/ou responsável comprovando o exercício de atividade laborativa. OBS: Para mãe diarista deverá ser apresentada uma declaração autenticada especificando os dias, períodos e horários de trabalho semanal, firmada pelo empregador.

2.3 Original e Fotocópia da Certidão de Nascimento da criança;

2.4 Original e Fotocópia do RG e CPF dos Pais e/ou Responsáveis;

2.5 Declaração de Vacina;

2.6 Declaração da renda familiar.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DAS VAGAS

3.1 A classificação dos alunos para as vagas pretendidas será de acordo com as inscrições que atendam aos itens 2.1, 2.2 e 2.6 contidas neste Edital e conforme as vagas oferecidas nos Centros de Educação Infantil.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Até 19/11/2018 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará Edital de homologação ou indeferimento do requerimento das inscrições apresentadas no site da Prefeitura Municipal.

4.2 Confirmação da matrícula será do dia 20 ao dia 26/11/2018.

4.3 A contar da data prevista no item 4.1, os Pais e/ou Responsáveis pela criança terão 2 (dois) dias úteis para encaminhar eventual pedido de reconsideração.

4.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

4.5 É obrigação dos Pais e/ou Responsáveis fornecer os seguintes materiais de higiene pessoal da criança: pomada de assadura,

4.6 fraldas, lenço umedecido, creme dental e escova, assim como roupas para troca diária da criança.

4.7 Os pais e/ou Responsáveis ficam cientificados de que não será disponibilizado Transporte Público às crianças de 4 meses a 3 anos, 11 meses e 29 dias.

4.8 Maiores informações pelo telefone (49) 3541 – 2737, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com a Superintendente da Educação Infantil Professora Solange Andrade ou no centro de Educação Infantil da vaga pretendida.

4.9 O edital encontra-se no site: www.camposnovos.sc.gov.br

Campos Novos, 23 de Outubro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal de Campos Novos/SC

ANEXO I

Ilma. Sra.
Evanilda Corrêa
DD. Secretária Municipal de Educação e Cultura

REQUERIMENTO

Eu, _____, () Pai () Mãe () Responsável, vem através deste requerer junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a inscrição para o preenchimento de vaga para criança no ano de 2019, com vistas a obter, prestando as seguintes informações:

1 – INFORMAÇÕES DA CRIANÇA:

- 1.1 Nome da criança _____
1.2 Data de Nascimento: ____/____/_____
1.3 Idade: _____ Anos _____ Meses e _____ Dias
1.4 Sexo: () Masculino () Femenino
1.5 Possui alguma doença: () Sim () Não Qual? _____
1.6 Possui alergia: () Sim () Não Qual? _____
1.7 Se possuir alergia alimentar citar o alimento: _____
1.8 Possui intolerância à lactose: () Sim () Não
1.9 Possui intolerância ao glúten: () Sim () Não
1.10 Apresentou Declaração de Vacina: () Sim () Não
1.11 Autorizado buscar na escola:
() Pai () Mãe () Avós () Transportador Particular
1.12 () Estou ciente de que não haverá transporte público para as crianças.
1.13 Se necessário avisar: 1º _____ 2º _____
Telefones:
1.14 Centro de Educação Infantil que está matriculado: _____ () Berçário I () Berçário II () Maternal I () Maternal II

2 – INFORMAÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS:

- 2.1 Nome do pai _____
2.2 Nome da Mãe _____
2.3 Nome Responsável _____
2.4 Endereço dos Pais: Rua: _____
Nº _____ Bairro _____
Telefone Residencial _____ Celular _____
A cargo da Secretária da Unidade Escolar:
2.5 Apresentou Carteira de Trabalho do Pai () Sim () Não
2.6 Apresentou Carteira de Trabalho da Mãe () Sim () Não
2.7 Apresentou Declaração para Mãe Diarista () Sim () Não
2.8 Apresentou Comprovante de Férias do Pai () Sim () Não
2.9 Apresentou Comprovante de Férias da Mãe () Sim () Não

Assumo a responsabilidade pelas informações prestadas neste requerimento e declaro conhece as disposições contidas no Edital.

Nestes Termos Pede Deferimento

Campos Novos, _____ Novembro de 2018.

Pai ou Responsável Responsável pela inscrição

ANEXO II**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins legais e a quem de direito possa interessar de que o (a) empregado/Funcionário (a) _____
Portador(a) do RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____ trabalha na empresa

E por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

Campos Novos/SC, _____ de novembro de 2018.

Nome da Empresa/Empregador(a):
CNPJ/CPF nº _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018 FHJA

Publicação Nº 1787701

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/29

FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**Processo Nº.: 13/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2018**

No dia 29 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) ADMINISTRADOR GERAL, o Sr(a). STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER, inscrito no CPF sob o nº. 025.483.919-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2018, Processo Licitatório nº. 13/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, LABORATORIAL E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ITENS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6623	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	11, 105, 124, 125, 219, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298
7631	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA	23, 56, 62, 64, 65, 78, 147, 149, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 256, 265, 266, 272
7751	BRASIL MEDICA TECHNOLOGIES COMERCIO E IMPORTACAO E	
7749	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	2, 24, 115, 140, 151, 171, 177, 178, 179, 182, 183, 202, 207, 223, 224, 225, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 261, 263, 264, 267, 268, 269, 274, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 288, 289
7164	DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	5, 6, 63, 120
7690	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E	13, 14, 19, 20, 22, 73, 74, 118, 119, 150, 158, 159, 160, 161, 162, 180, 181, 228, 236, 262, 278
7676	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	3, 4, 12, 33, 35, 36, 38, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 75, 77, 79, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 122, 123, 136, 137, 154, 155, 156, 157, 175, 176, 194, 196, 203, 208, 209, 210, 212, 220, 221, 222, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 255, 257, 258, 259, 260, 271, 275, 284, 285, 287, 302
7687	HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO	80
6849	IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	126, 172, 173
7754	Ilhatec Com. de Equipamentos Médico Hosp LTDA EPP	
6622	ILHATEC COM. E MAN. DE EQUIP. MÉDICO HOSP. LTDA EP	
7752	LABORATORIOS B BRAUN SA	7, 47, 114, 301
6029	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	39, 40, 41, 42, 43, 163, 164, 165, 251, 294
7135	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME	37, 174, 185, 195, 273
7753	MONTEIRO ANTUNES - INSUMOS HOSPITALARES LTDA	
7750	MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA	84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 144, 148, 152, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 206
7258	PARCOMED PARANA COM REPRE DE PROD FARMACEUT	129, 130, 132
7190	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD	10, 15, 17, 18, 21, 25, 67, 71, 72, 81, 82, 117, 142, 197
7632	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA	138, 166, 167, 186, 198, 234, 235
6810	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	8, 9, 16, 66, 76, 270

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	00.802.002/0001-02	RENATO FRONZA	575.985.339-20
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA	01.470.743/0001-98	MARCOS ANTONIO LOBO	043.585.139-05
BRASIL MEDICA TECHNOLOGIES COMERCIO E IMPORTACAO	15.711.101/0001-48		- - -
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	DALCI DAMBROS	546.515.499-34
DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	05.922.826/0001-21		- - -
DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGIC	11.776.334/0001-78	HELIO GUIMARAES	461.296.770-49

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/29
 Processo Nº.: 13/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	11.101.480/0001-01	ADALBERTO LUIZ REESE	539.573.699-91
HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO	26.583.983/0001-20	SILMAR JOSE DOS SANTOS	547.942.009-78
IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	33.255.787/0007-87		. . .
Ilhatec Com. de Equipamentos Médico Hosp LTDA EPP	58.295.213/0021-11		. . .
ILHATEC COM. E MAN. DE EQUIP. MÉDICO HOSP. LTDA EP	00.612.686/0001-71	MAURIEL LUIZ ZANONI	018.197.109-71
LABORATORIOS B BRAUN SA	31.673.254/0010-95		. . .
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	ARISTORIDES MENDES FILHO	498.207.619-72
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME	05.021.932/0001-34	MARCIO FREITAS DE ALMEIDA	829.021.609-25
MONTEIRO ANTUNES - INSUMOS HOSPITALARES LTDA	04.078.043/0002-21		. . .
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA	23.996.430/0001-00		. . .
PARCOMED PARANA COM REPRE DE PROD FARMACEUT	85.079.200/0001-34		. . .
PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E	05.077.346/0001-01	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	027.505.689-94
SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT/	24.537.945/0001-05	ROBSON EMANOEL ALBANO HAASCI	063.372.779-29
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	LUIZ FELIPE FERNANDES PACHECO	074.307.349-52

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, LABORATORIAL E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ITENS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6029 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
39	CANULA DE GUEDEL - TAM. Nº 02	UN	MD	10,000	2,7000	27,00
40	CANULA DE GUEDEL N 04	UN	MD	10,000	2,7000	27,00
41	CANULA DE GUEDELL nº 01	UN	MD	10,000	2,7000	27,00
42	CANULA DE GUEDELL nº 03	UN	MD	10,000	2,7000	27,00
43	CANULA DE GUEDELL nº 05	UN	MD	10,000	2,7000	27,00
163	LÂMINA RETA (MILLER) INFANTIL, TAMANHO 0 FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM, COM FIBRAS DE ALTA QUALIDADE GARANTEM EXCELENTE TRANSMISSÃO DE LUZ, COM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO E REFLEXÃO, ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL, COM CODIFICAÇÃO VERDE (PADRÃO UNIVERSAL) ISO 73;	UN	MD	2,000	76,9900	153,98
164	LÂMINA RETA (MILLER) INFANTIL, TAMANHO 00 FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM, COM FIBRAS DE ALTA QUALIDADE GARANTEM EXCELENTE TRANSMISSÃO DE LUZ, COM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO E REFLEXÃO, ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL, COM CODIFICAÇÃO VERDE (PADRÃO UNIVERSAL) ISO 73;	UN	MD	2,000	76,9900	153,98

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 6029 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
165	LÂMINA RETA (MILLER) INFANTIL, TAMANHO 1 FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM, COM FIBRAS DE ALTA QUALIDADE GARANTEM EXCELENTE TRANSMISSÃO DE LUZ, COM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO E REFLEXÃO, ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL, COM CODIFICAÇÃO VERDE (PADRÃO UNIVERSAL) ISO 73;	UN	MD	2,000	76,9900	153,98
251	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	Biosani	200,000	0,6100	122,00
294	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 4.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	Solidor	20,000	2,8100	56,20

Fornecedor: 6623 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	AMNIOSCÓPIO, RESISTENTE, PORTÁTIL, PARA VISUALIZAR A COR E TRANSPARÊNCIA DO LÍQUIDO AMNIÓTICO. O AMNIOSCÓPIO É COMPOSTO DE UM CORPO CILÍNDRICO, SÓLIDO E CÔNICO, ONDE SE LOCALIZAM OS COMPONENTES DA FONTE DE ILUMINAÇÃO. TAMANHOS DAS PONTEIRAS: PONTA GRANDE: 210X40X17MM; PONTA PEQUENA: 170X40X09MM; PONTA MÉDIA: 190X40X13MM. FEITAS EM MATERIAL ACRÍLICO SÓLIDO. QUE SERVEM COMO ESPELHO E LENTES DE AUMENTO, QUE POSSUA ESCALA DE CORES (BRANCA, AMARELA, VERDE, VERMELHA E MARROM) QUE AJUDAM A COMPARAR O LÍQUIDO AMNIÓTICO. PRODUTO COMPOSTO DE UM CORPO CILÍNDRICO, SÓLIDO E CÔNICO, ONDE SE LOCALIZAM OS COMPONENTES DA FONTE DE ILUMINAÇÃO.	UN	Ortoflex	2,000	1.217,2600	2.434,52
105	DRENO DE TORAX RADIOPACO Nº 30	UN	Cirurgica Bras	20,000	6,9300	138,60
124	FAIXA DE ESMARCH - 20 CM	UN	Cirurgica Bras	15,000	29,7300	445,95
125	FAIXA DE ESMARCH - 6 CM	UN	Cirurgica Bras	15,000	7,2400	108,60
219	SERRA DE GIGLI 30 CM, FIO FLEXÍVEL UTILIZADO PARA O CORTE DE OSSO. PRODUTO DE AÇO INOXIDÁVEL.	UN	Cirurgica Bras	20,000	7,5100	150,20
290	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 2.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	2,9800	59,60
291	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 2.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	2,9800	59,60
292	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 3.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	3,0200	60,40
293	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 3.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	3,0700	61,40
295	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 4.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	3,0600	61,20
296	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 5.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	2,9800	59,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 6623 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
297	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 5,5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	3,1200	62,40
298	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 6,0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	LaborImport-L	20,000	2,7800	55,60

Fornecedor: 6810 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	AGULHA SPINAL 25G X 3 1/2" DE PONTA QUINCKE COM DESIGN QUE PROPORCIONA VELOCIDADE NO RETORNO DO LÍQUOR E MELHOR FLUXO DO AGENTE ANESTÉSICO. ENCAIXE CANHÃO/ ESTILETE ORIENTAPOSICIONAMENTO ADEQUADO DO BISEL E FIXA O ESTILETE EVITANDO DESLOCAMENTO DURANTE A PUNÇÃO. CANHÃO TRANSLÚCIDO QUE PROPORCIONA RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO LÍQUOR. ESTILETE AJUSTADO À AGULHA REDUZ POSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DE TECIDOS DURANTE A PUNÇÃO. LATEX FREE. AZUL - ESTÉRIL. CAIXA COM 25 UND.	UN	BD	2.500,000	7,5000	18.750,00
9	AGULHA SPINAL 27G X 3 1/2" DE PONTA QUINCKE COM DESIGN QUE PROPORCIONA VELOCIDADE NO RETORNO DO LÍQUOR E MELHOR FLUXO DO AGENTE ANESTÉSICO. ENCAIXE CANHÃO/ ESTILETE ORIENTAPOSICIONAMENTO ADEQUADO DO BISEL E FIXA O ESTILETE EVITANDO DESLOCAMENTO DURANTE A PUNÇÃO. CANHÃO TRANSLÚCIDO QUE PROPORCIONA RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO LÍQUOR. ESTILETE AJUSTADO À AGULHA REDUZ POSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DE TECIDOS DURANTE A PUNÇÃO. LATEX FREE. APIRÓGENICO, BRANCA ESTÉRIL, CAIXA COM 25UND	UN	BD	5.000,000	10,9900	54.950,00
16	ATADURA GESSADA - MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODÃO, LARGURA 12 CM, COMPRIMENTO 300 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RÁPIDA (CX COM 20 UND)	RL	POLARFIX	1.500,000	1,2500	1.875,00
66	COMPRESSA CIRURGICA COM CADAÇO - CAMPO OPERATÓRIO 45 X 50 CM - 4 CAMADAS - COM FIO RADIOPACO - PCT COM 50 UND.	PCT	AMERICA	1.000,000	49,6400	49.640,00
76	CREME BARREIRA DURAVEL CONTENTO COMO INGREDIENTE ATIVO DIMETICONA 1,3% FORMULADO COM POLIMERO (TERPOLIMERO), CONTENDO AGENTES EMOLIENTES COMO PROPILENO GLICOL E URÉIA E UMECTANTES COMO ÓLEO MINERAL E PALMITATO ISOPROPÍLICO 28G.	UN	3M	100,000	27,0000	2.700,00
270	SPRAY PROTETOR APLICADO A PELE, FORMA UMA PELICULA PROTETORA INDOLOR, TRANSPARENTE E DURÁVEL, RESISTENTE A ÁGUA E PERMEÁVEL AO AR, PERMITINDO TRANSPIRAÇÃO DA PELE, SEM ALCOOL 28ML.	UN	3M	100,000	45,5000	4.550,00

Fornecedor: 6849 - IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
126	FILME PARA RX DIGITAL 20 X 25 CM, CX COM 100 FOLHAS - COMPATIVEL COM IMPRESSORA DRYSTAR 5302	CX		150,000	192,9500	28.942,50
172	LIMPA PLATE PARA MAMO COM 75 LENÇOS (POLYNIT WIPERS) COMPATÍVEL COM PLATES AGFA	CX		15,000	1.198,0000	17.970,00
173	LIMPADOR CR PHOSPHOR PLATE CLEANER + POLYNIT 2 FRASCOS DE 500ML	CX		5,000	296,5000	1.482,50

Fornecedor: 7135 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	CANETA PORTA ELETRODO COMANDO POR PEDAL AUTOCLAVAVEL PARA BISTURI ELETRONICO COMPATIVEL COM MODELO BP -150 - EMAI	UN	TRANSMAI	5,000	205,0000	1.025,00
174	LINHA DE AMOSTRA COM ADAPTADOR DE VIAS AÉREAS CO2 RESPIRONISC ORIGINAL PARA MONITOR MULTIPARAMETRO MARCA ALFAMED MODELO VITA. (LINHA PARA CAPNOGRAFIA)	UN	ALFAMED	100,000	250,0000	25.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7135 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
185	MANTA TERMICA, POLIÉSTER, ALUMINIZADA 2,1X1,40CM,	UN	RESGATESP	150,000	4,9000	735,00
195	OFTALMOSCÓPIO C/ESTOJO MACIO, COM LÂMPADA DE XENON HALÓGENA 2.5V, COM SELEÇÃO DE 5 ABERTURAS, COM FILTRO LIVRE DE VERMELHO, COM LENTES DE -20 A +20 DIOPtrias, COM MARCADOR DE DIOPtrias ILUMINADO, COM CLIPE DE BOLSO E INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA, COM CABO EM METAL PARA 2 PILHAS ALCALINAS AA, COM BORRACHA DE PROTEÇÃO LIVRE DE LÁTEX, COM A CABEÇA EM ABS RESISTENTE À IMPACTOS, COM ÓPTICA SELADA LIVRE DE POEIRAS	UN	MD	2,000	684,0000	1.368,00
273	TERMÔMETRO DIGITAL - TERMOMETRO CLÍNICO COM VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, USO RETAL, AXILAR E ORAL, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA DE 32 A 42 GRAUS CÉLSIUS, COM BATERIA INCLUSA E LIVRE DE MERCÚRIO, ALERTA SONORO AO FINAL DA MEDIÇÃO, INDICADOR DE BATERIA BAIXA, SENSOR RESISTENTE À ÁGUA. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. REGISTRO NA ANVISA E INMETRO.	UN	BIOLAND	200,000	8,9000	1.780,00

Fornecedor: 7164 - DELF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	AGULHA PARA ANESTESIA DE PLEXO 21GX4 0.80X100MM COM A TÉCNICA "SINGLE-SHOT" REVESTIDAS DE TEFLON, COM BISEL NÃO REVESTIDO: O ESTÍMULO SE DIFUNDE ATRAVÉS DO BISEL - PRECISÃO NA CONDUÇÃO DO ESTÍMULO (A 30°), USADAS EM COMBINAÇÃO COM ESTIMULADOR DE NERVO PERIFÉRICO.	UN	B.Braun	200,000	95,0000	19.000,00
6	AGULHA PARA ANESTESIA DE PLEXO 22GX2 0.70X50MM COM A TÉCNICA "SINGLE-SHOT" REVESTIDAS DE TEFLON, COM BISEL NÃO REVESTIDO : O ESTÍMULO SE DIFUNDE ATRAVÉS DO BISEL - PRECISÃO NA CONDUÇÃO DO ESTÍMULO (A 30°) USADAS EM COMBINAÇÃO COM ESTIMULADOR DE NERVO PERIFÉRICO.	UN	B.Braun	200,000	95,0000	19.000,00
63	CLIP HEMOSTÁTICO DE TITÂNIO, TAMANHO: MÉDIO LARGO, COR VERDE, CARTUCHO COM 6 CLIPS CADA. ALTURA CLIP FECHADO: 9,0MM, ALTURA CLIP ABERTO: 7,8MM, LARGURA: 8,8MM. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMODATO DA CLIPADORA	UN	B.Braun/Aesci	200,000	58,9900	11.798,00
120	ESTIMULADOR DE NERVO PERIFÉRICO, INDICADO PARA BLOQUEIO DE PLEXO DOS MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES, COM VISOR AMPLO LCD (CRISTAL LÍQUIDO), COM ALIMENTAÇÃO POR BATERIA 9V E ELÉTRICA, CORRENTE DE ESTIMULAÇÃO 1=5 MA (MAX.)(0-12 KW), FREQUÊNCIA DE ESTIMULAÇÃO 1 HZ/ 2 HZ ± 1%, DURAÇÃO DO ESTÍMULO: 0,005 MS - 0,1 MS - 0,3 MS - 0,5 MS - 1,0 MS ± 1%, IMPEDÂNCIAS DA CARGA PERMISSÍVEL: 0 KW - 12 KW, PRECISÃO DE MEDIÇÃO DE CORRENTE: ± 0,002 MA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE IMPEDÂNCIA: 1 KW - 90 KW PARA CORRENTE DE ESTIMULAÇÃO META > 0,5 MA ± 10% PARA CORRENTE DE ESTIMULAÇÃO > 1 MA ± 20% PARA CORRENTE DE ESTIMULAÇÃO <= 1 MA, ACOMPANHA CANETA DE PRECISÃO PARA USO EM APARELHO DE NEUROESTIMULAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO PERCUTÂNEA DE FIBRAS NEURAIS, QUE OPERE COM UMA DURAÇÃO DO ESTÍMULO DE 1,0 MS +/- 1% E AMPLITUDE DO PULSO DE 0,00 - 5,00 MA DE CORRENTE CONSTANTE COM FREQUÊNCIA DA ESTIMULAÇÃO SELECIONÁVEL DE 1 OU 2 HERTZ +/- 1%.	UN	B.Braun	2,000	8.700,0000	17.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7190 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO DE 500G - DESCRIÇÃO TÉCNICA: ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR EM ROLO EM MANTA, UNIFORME, LIVRES DE IMPUREZAS, MANCHAS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO; LIVRE DE ALVEJANTE ÓPTICO, APRESENTAR PH ENTRE 5.0 E 8.0 SER ATÓXICO E APIROGÊNICO. APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR QUE 30 SEGUNDOS, GRAU DE ALVURA SUPERIOR A 70%. APRESENTAR MASSA/UNIDADE CONFORME INDICADO NA EMBALAGEM, SER EMBALADO DE MANEIRA A ASSEGURAR A INTEGRIDADE DO PRODUTO EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NOME E MARCA DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, DIMENSÕES, COMPOSIÇÃO, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E CERTIFICADO DE ISENÇÃO DO REGISTRO.	RL	MEDIHOUSE	500,000	9,6000	4.800,00
15	ATADURA GESSADA - MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODÃO, LARGURA 10 CM, COMPRIMENTO 300 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RAPIDA (CX COM 20 UND)	RL	POLAR FIX	1.500,000	1,4800	2.220,00
17	ATADURA GESSADA - MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODÃO, LARGURA 15 CM, COMPRIMENTO 300 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RAPIDA (CX COM 20 UND)	RL	POLAR FIX	1.500,000	2,0500	3.075,00
18	ATADURA GESSADA - MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODÃO, LARGURA 20 CM, COMPRIMENTO 300 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RAPIDA (CX COM 20 UND)	RL	POLAR FIX	1.000,000	3,0000	3.000,00
21	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO 100%, NÃO ESTÉRIL 10CM - PACOTE COM 12 UNIDADES	PCT	POLAR FIX	500,000	4,2600	2.130,00
25	BOLSA DE COLOSTOMIA RECORTÁVEL E DRENAVEL COM BARREIRA PROTETORA DE PELE COM CLAMP PARA FECHAMENTO DA PARTE INFERIOR	UN	CONVATEC	600,000	15,5000	9.300,00
67	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILO - DESCRIÇÃO TÉCNICA: COMPRESSAS DE GAZE 13 FIOS HIDRÓFILASÃO CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, COM DIMENSÃO DE 10 X 10 CM, QUANDO FECHADAS. SÃO ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTES ÓPTICOS. SÃO DOBRADAS PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. PACOTE C/ 500UN. COM REG. ANVISA CERT. BOAS PRÁTICAS.	PCT	MEDIHOUSE	2.000,000	35,0000	70.000,00
71	CONJUNTO COMP. COM MICRO NEBULIZADOR, EXTENSÃO COM CONECTOR PARA OXIGÊNIO - MÁSCARA ADULTO - CONECTOR VERDE PARA OXIGENIO, ROSCA 9/16" 18 UNF - USO HOSPITALAR - ADULTO - CONTENDO MÁSCARA, COPO E EXTENSÃO	CJ	DARU	50,000	4,6000	230,00
72	CONJUNTO COMPL. COM MICRO NEBULIZADOR, EXTENSÃO COM CONECTOR PARA OXIGÊNIO - MÁSCARA INFANTIL - CONECTOR VERDE PARA OXIGENIO, ROSCA 9/16" 18 UNF - USO HOSPITALAR - INFANTIL - CONTENDO MÁSCARA, COPO E EXTENSÃO	UN	DARU	50,000	5,5000	275,00
81	CURATIVO HIDROGEL COMPOSTO POR UM POLÍMERO MODIFICADO DE CARBOXIMETILCELULOSE (2,3%), PROPILENOGLICOL (20%) E ÁGUA (77,7%) AMORFO, TRANSPARENTE, NÃO ESTÉRIL, COM ADIÇÃO DE HIDRATANTE (ALANTOÍNA), UMECTANTE (GLICERINA) E PRESERVATIVOS (METILPARABENO E PROPILPARABENO), QUE HIDRATA A FERIDA E AGILIZA O DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO DO TECIDO NECRÓTICO.	UN	CURATEC	100,000	44,5000	4.450,00
82	CURATIVO TRANSPARENTE - FLEXÍVEL - BOA ADERÊNCIA E PROTEÇÃO, RESPIRÁVEL, RESISTENTE À ÁGUA, HIPOALÉRGICO - ESTÉRIL - 1,9 CM X 7,6 CM.	UN	HIGGIE	1.000,000	2,8000	2.800,00
117	ESPAÇADOR INFANTIL PARA AEROSSOL - TUBO TOTALMENTE TRANSPARENTE PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO AEROSSOL MÁSCARA INFANTIL PARA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TAMANHO DE ROSTO. MÁSCARAS EXTRAMACIAS COM VEDAÇÃO TOTAL DO AMBIENTE EXTERNO.VÁLVULA DUPLA, NO TUBO E MÁSCARA, COM RETENÇÃO MÁXIMA DO MEDICAMENTO. COMPATÍVEL COM TODOS OS DISPENSADORES DE MEDICAMENTO AEROSSOL BPA FREE	UN	LUFT HAMBE	6,000	28,5000	171,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7190 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
142	FLEBO EXTRATOR CHAMADO PROFESSOR MARIO DEGNI, FABRICADO EM EM AÇO INOX AISI 304, COM 6 OLIVAS DE TAMANHOS DIFERENTES E 2 CABOS EM INOX, 3 VARETA (FIO) EM AÇO INOX SENDO 2 COM 120 CM E 1 COM 80 CM COM DUAS PONTAS EM ROSCA, 3 PONTAS INTERMEDIÁRIA PARA INTRODUÇÃO DA VARETA (FIO), ESTOJO INOX PARA ESTERILIZAÇÃO, 1 CABO PARA AUXILIAR A EXTRAÇÃO DE VEIA, ITEM UTILIZADO NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE VARIZES.	UN	ABC	1,000	720,0000	720,00
197	PACOTE DE TESTE PARA VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DE BOLHAS DE AR NAS AUTOCLAVES A VAPOR, QUE IMPEDEM A PENETRAÇÃO DE VAPOR DE MANEIRA EFICIENTE NAS CAIXAS E EMBALAGENS A SEREM ESTERILIZADAS. "BOWIE DICK".	UN	CLEAN UP	600,000	21,0000	12.600,00

Fornecedor: 7258 - PARCOMED PARANA COM REPRE DE PROD FARMACEUT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
129	FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO DE POLIGLACTINA 910 OU ÁCIDO POLIGLICÓLICO, COM COBERTURA EM ESTEARATO DE CÁLCIO, VIOLETA, ESPESSURA 2-0, MEDINDO 70CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CIRCULAR, PONTA REDONDA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 36,4MM, AGULHA COM CALIBRE PROPORCIONAL AO FIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FORMA DE SACHET COM ABERTURA ASSÉPTICA, QUE NÃO PERMITA A PERFUSÃO GARANTINDO A ESTERILIZAÇÃO E PREVENINDO CONTRA ACIDENTES, A EMBALAGEM DEVE PERMITIR A RETIRADA FÁCIL DO FIO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, APRESENTAR REGISTRO MS. ACONDICIONADOS EM RECIPIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ABSORVÍVEL. PRODUTO ESTÉRIL.	UN		480,000	5,5400	2.659,20
130	FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO DE POLIÉSTER TRANÇADO, IMPREGNADO COM POLIBUTILATO OU SILICONE, ESPESSURA 5-0, VERDE, MEDINDO 75CM DE COMPRIMENTO, 4 FIOS POR PACOTE, COM AGULHA ½ CIRCULAR, PONTA TRIANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 47MM, COM ALMOFADA DE TEFLON, AGULHA COM CALIBRE PROPORCIONAL AO FIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FORMA DE SACHET COM ABERTURA ASSÉPTICA, QUE NÃO PERMITA A PERFUSÃO GARANTINDO A ESTERILIZAÇÃO E PREVENINDO CONTRA ACIDENTES, A EMBALAGEM DEVE PERMITIR A RETIRADA FÁCIL DO FIO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, APRESENTAR REGISTRO MS. ACONDICIONADOS EM RECIPIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ABSORVÍVEL. PRODUTO ESTÉRIL.	UN		480,000	70,1400	33.667,20
132	FIO NYLON MONOFILAMENTO, ESPESSURA 0, MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO, AGULHA 3/8 CIRCULAR, PONTA TRIANGULAR, MEDINDO 19 MM, AGULHA COM CALIBRE PROPORCIONAL AO FIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FORMA DE SACHET COM ABERTURA ASSÉPTICA, QUE NÃO PERMITA A PERFURAÇÃO GARANTINDO A ESTERILIZAÇÃO E PREVENINDO CONTRA ACIDENTES, A EMBALAGEM DEVE PERMITIR A RETIRADA FÁCIL DO FIO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, APRESENTAR REGISTRO MS, ACONDICIONADOS EM RECIPIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. NÃO ABSORVÍVEL.	UN		480,000	2,0400	979,20

Fornecedor: 7631 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	BENZINA (HEXANO) 1LT	FRS	quimi	10,000	20,0000	200,00
56	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS, TAMANHO ÚNICO, ESTERILIZADO A RAIO GAMMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO. REGISTRO ANVISA	UN	medsonda	5.000,000	0,7100	3.550,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 8/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7631 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
62	CLAMP UMBILICAL - PRODUTO DESCARTÁVEL E ESTÉRIL EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. É INDICADO PARA PRENDER O CORDÃO UMBILICAL DO RECÉM-NASCIDO, LOGO APÓS O PARTO.	UN	adlin	3.000,000	0,2800	840,00
64	COLETOR DE URINA E SECREÇÕES SISTEMA ABERTO, TIPO GARRAFA, CAPACIDADE DE 1.200ML, RESERVATÓRIO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, TUBO DE DRENAGEM COM CONECTOR CÔNICO, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO, CORDÃO DE FIXAÇÃO NA CAMA, NÃO ESTÉRIL.	UN	medsonda	500,000	2,5700	1.285,00
65	COLETOR DE URINA PARA INCONTINÊNCIA MASCULINA Nº 6 COM EXTENSOR	UN	medsonda	100,000	1,0000	100,00
78	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO 10 CM X 10 CM	UN	casex	50,000	19,6300	981,50
147	GEL NEUTRO PARA ECG - GEL CONDUTOR PARA ELETROCARDIOGRAMA 300 ML, POLÍMERO CARFOXIMINILICO, ÁGUA DEIONIZADA, CONSERVANTE, UMECTANTE, ALCALIZANTE, SEQUESTRANTE, ISENTO DE SAIS HIPOALERGÊNICOS COM REGISTRO NO MS. REG. ANVISA	FRS	adlin	250,000	2,8700	717,50
149	INDICADORES BIOLÓGICOS PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR A 132°C EM AUCLAVES DE PRÉ-VÁCUO E A 121°C EM AUTOCLAVES GRAVITACIONAIS DE LEITURA RÁPIDA (3HORAS) - FRASCO PLÁSTICO CONTENDO AMPOLA ED VIDRO COM CALDO NUTRIENTE E TIRA DE PAPEL IMPREGNADA COM SUSPENSÃO DE ESPOROS SECOS DE BACILLUS STEAROTHERMOPHILUS ATCC 7953. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER EM FORMA DE COMODATO A INCUBADORA PARA APLICAÇÃO DOS TESTES.	UN	clean	1.200,000	36,2300	43.476,00
211	SERINGA 10ML SEM AGULHA - COM ESCALA PRECISA DE ML A ML - BICO SLIP - INDICADA PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES, MEDICAÇÕES, EXTRAÇÃO DE SANGUE E FLUÍDOS CORPORAIS. CILINDRO TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO; CONEXÃO LUER SLIP; PISTÃO DE BORRACHA ATÓXICA EMBOLO EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO COM DESLIZAMENTO SUAVE E DISPOSITIVO AUTO DESTRUTIVO ATÓXICO. APIROGÊNICO E DESCARTÁVEL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM BLISTER DE FILME PLÁSTICO TERMOFORMÁVEL COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES. VALIDADE 5 ANOS APÓS A ESTERILIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	sr	75.000,000	0,2400	18.000,00
213	SERINGA 20ML SEM AGULHA - COM ESCALA PRECISA DE ML A ML - BICO SLIP - INDICADA PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES, MEDICAÇÕES, EXTRAÇÃO DE SANGUE E FLUÍDOS CORPORAIS. CILINDRO TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO; CONEXÃO LUER SLIP; PISTÃO DE BORRACHA ATÓXICA EMBOLO EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO COM DESLIZAMENTO SUAVE E DISPOSITIVO AUTODESTRUTIVO ATÓXICO. APIROGÊNICO E DESCARTÁVEL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM BLISTER DE FILME PLÁSTICO TERMOFORMÁVEL COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES. VALIDADE 5 ANOS APÓS A ESTERILIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	sr	75.000,000	0,3800	28.500,00
214	SERINGA 3ML SEM AGULHA - COM ESCALA PRECISA DE ML A ML - BICO LUER LUCK - INDICADA PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES, MEDICAÇÕES, EXTRAÇÃO DE SANGUE E FLUÍDOS CORPORAIS. CILINDRO TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO; CONEXÃO LUER SLIP; PISTÃO DE BORRACHA ATÓXICA EMBOLO EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO COM DESLIZAMENTO SUAVE E DISPOSITIVO AUTO DESTRUTIVO ATÓXICO. APIROGÊNICO E DESCARTÁVEL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM BLISTER DE FILME PLÁSTICO TERMOFORMÁVEL COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES. VALIDADE 5 ANOS APÓS A ESTERILIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	sr	25.000,000	0,1200	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 9/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7631 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
215	SERINGA 5ML SEM AGULHA - COM ESCALA PRECISA DE ML A ML - BICO LUER LUCK - INDICADA PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES, MEDICAÇÕES, EXTRAÇÃO DE SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS. CILINDRO TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO; CONEXÃO LUER SLIP; PISTÃO DE BORRACHA ATÓXICA EMBOLO EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO COM DESLIZAMENTO SUAVE E DISPOSITIVO AUTO DESTRUTIVO ATÓXICO, APIROGÊNICO E DESCARTÁVEL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM BLISTER DE FILME PLÁSTICO TERMOFORMÁVEL COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES. VALIDADE 5 ANOS APÓS A ESTERILIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	sr	50.000,000	0,1400	7.000,00
216	SERINGA 60 ML SEM AGULHA COM BICO PARA SONDA OU CATETER	UN	sr	500,000	2,1700	1.085,00
217	SERINGA 60 ML SEM AGULHA COM BICO SLIP	UN	sr	1.000,000	2,0900	2.090,00
218	SERINGA PARA INSULINA DE 100 UNIDADES - COM AGULHA 12,7MM X 0,33MM - COM ESCALA PRECISA DE UI A UI	UN	solidor	5.000,000	0,2600	1.300,00
256	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 10 - CONFECCIONADA EM POLIURETANO; BIOCOMPATÍVEL, FLEXÍVEL, RADIOPAÇO, CALIBRE 10 COM NO MÍNIMO 100 CM DE COMPRIMENTO, COM GRADUAÇÃO EM TODA A SUA EXTENSÃO; COM FIO GUIA LUBRIFICADA COM BASE SILICONE; EXTREMIDADE DISTAL COM CONECTOR UNIVERSAL EM Y; EXTREMIDADE PROXIMAL COM PONTA METÁLICA; ESTÉRIL; EMBALAGEM INDIVIDUAL VALIDADE 36 MESES; REGISTRO ANVISA.	UN	embramed	100,000	9,4000	940,00
265	SONDA URETRAL Nº 12 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	medsonda	500,000	0,4900	245,00
266	SONDA URETRAL Nº 14 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	medsonda	500,000	0,5400	270,00
272	TECIDO NÃO TECIDO AZUL (CAMP.CIR.DE90X90CMC/25UND) - EMBALAGEM TAM. 90 X 90 - PACOTE COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES - PARA ESTERILIZAÇÃO DE ARTIGOS MÉDICO-HOSPITALARES COM GRAMATURA PESADA DE NO MÍNIMO 60GR/M2. PRODUZIDA EM NÃO-TECIDO, COMPOSTO POR NO MÍNIMO DUAS CAMADAS EXTERNAS DE SPUNBOND E NO MÍNIMO UMA INTERNA DE MELTBLOWN - PROCESSO SMS 100% POLIPROPILENO, BARREIRA BACTERIANA E VIRAL, POROSIDADE CONTROLADA, ISENÇÃO DE PARTÍCULAS, DRAPEABILIDADE SEM EFEITO MEMÓRIA, RESISTÊNCIA MECÂNICA A RASGO E TRAÇÃO, ATÓXICA E HIPOALERGÊNICA. A EMBALAGEM COTADA DEVERÁ POSSUIR LAUDOS DE EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA, EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL, LAUDO DE NÃO EMISSÃO DE PARTÍCULAS, EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO DE ESPOROS E LAUDO DE PRESERVAÇÃO DA ESTERILIDADE, LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIOS HABILITADOS PELA ANVISA, ANEXO A PROPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PCT	hospflex	800,000	95,0000	76.000,00

Fornecedor: 7632 - SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
138	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA PARA CURATIVO COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, PERMITE A PELE RESPIRAR LIVREMENTE 25MM X 10M	RL	MISSNER	1.000,000	1,7400	1.740,00
166	LÂMPADA DICRÓICA HALÓGENA PARA FOCO CIRÚRGICO MODELO: 64634 HLX, POTÊNCIA: 150W, TENSÃO: 15V	UN	WESTARB	20,000	34,0200	680,40
167	LÂMPADA DICRÓICA HALÓGENA PARA FOCO CIRÚRGICO MODELO: GU10, POTÊNCIA: 50W, TENSÃO: 220V	UN	WESTARB	20,000	34,0000	680,00
186	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, COM TIRAS E COM CLIPE NASAL - CX COM 100 UND.	CX	OLIMED	100,000	10,0500	1.005,00
198	PERFURADOR DE MEMBRANA AMNIÓTICA - EM PLÁSTICO FLEXÍVEL COM APROXIMADAMENTE 27 CM. ACABAMENTO SEM REBARBAS, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EM EMBALAGEM DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO	UN	VITALGOLD	300,000	0,9100	273,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 10/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7632 - SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
234	SONDA FOLEY 3 VIAS Nº18 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	CIRUFoley	50,000	3,9100	195,50
235	SONDA FOLEY 3 VIAS Nº20 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	CIRUFoley	50,000	3,9100	195,50

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AGULHA 40X12 MM, HIPODÉRMICA, INFUSÃO DE MEDICAMENTOS E EXTRACAO DE SANGUE E FLUIDOS. AGULHA EM ACO INOXIDAVEL, SILICONADA, COM TAMPA PROTETORA EM PVC. CÂNULA COM PAREDES FINAS E BISEL TRIFACETADO, COM ADPTAR TIPO LUER. CANHÃO EM POLIPROPILENO COLORIDO. ATÓXICA, APIROGÊNICA, DESCARTAVEL E ATRAUMÁTICA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM COBERTURA EM PÉTALA. ESTERELIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. VALIDADE DE 05 ANOS APÓS A ESTERELIZAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	DESCARPACI	10.000,000	5,5600	55.600,00
4	AGULHA 50X7 MM - HIPODÉRMICA INFUSAO DE MEDICAMENTOS E EXTRACAO DE SANGUE E FLUIDOS. AGULHA EM ACO INOXIDAVEL, SILICONADA, COM TAMPA PROTETORA EM PVC. CÂNULACOM PAREDES FINAS E BISEL TRIFACETADO, COM ADPTAR TIPO LUER. CANHÃO EM POLIPROPILENO COLORIDO. ATÓXICA, APIROGÊNICA, DESCARTAVEL E ATRAUMÁTICA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM COBERTURA EM PÉTALA. ESTERELIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. VALIDADE DE 05 ANOS APÓS A ESTERELIZAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	LABOR IMPO	5,000	6,0000	30,00
12	ATADURA DE RAYON - ESTÉRIL - PRONTO USO, CONFECCIONADA COM FIBRAS SINTETICAS 100% RAYON - 7,5CM X 5M LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTOS E MANCHAS. ESTERILIZADO A GAS OXIDO DE ETILENO	UN	MEDIHOUSE	100,000	5,7500	575,00
33	CAL SODADA DE GALÃO DE 4,5 KG - POSSUI MAIOR CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE CO2 E INSIGNIFICANTE DESPRENDIMENTO DE PÓ, SUA FORMA SEMI-ESFERICA PERMITE UMA MELHOR COMPACTAÇÃO NO CANISTER COM DIMINUIÇÃO DA RESISTENCIA AO FLUXO RESPIRATORIO - COMPOSIÇÃO: HIDROXIDO DE SODIO, HIDROXIDO DE CALCIO, ÁGUA E ETIL VIOLETA COM NITIDA VIRAGEM DE COR GARANTIA E VALIDADE 02 ANOS	GL	ATRASORB	24,000	92,9000	2.229,60
35	CANETA COMANDO MANUAL REUTILIZAVEL PARA BISTURI ELETRONICO E-MAI BP-400 PLUS	UN	SIMILAR	5,000	189,0000	945,00
36	CANETA MONOPOLAR PARA CAUTÉRIO, COMANDO MANUAL (REFÊNCIA CMD110). FORMATO ANATÓMICO, CORPO, PLUGUE E PONTA EM POLIACETAL; MANDRIL DUPLO EM LATÃO CROMADO PARA ENCAIXE DOS ELETRODOS E CABO FIXO DE SILICONE DE 4,0 MM X 3,0M DE COMPRIMENTO. AUTOCLAVÁVEL. REGISTRADO PELA ANVISA	UN	SIMILAR	100,000	189,0000	18.900,00
38	CANETA PORTA ELETRODOS AUTOCLAVAVEL COMANDO POR PEDAL (PADRÃO) ALTA CIRURGIA PARA BISTURI ELETRONICO COMPATIVEL COM MODELO BP400 - EMAI	UN	SIMILAR	5,000	289,6000	1.448,00
45	CATETER DUPLO J 4.7FR X 26 CM COM FIO GUIA HIDROFÍLICO. ALTAMENTE RADIOPAÇO; AFUNILADO EM AMBAS AS EXTREMIDADES E SUPERFÍCIE LISA PARA FACILITAR A INSERÇÃO; FORMATO DE RABO DE PORCO.	UN	INDOVASIVE	2,000	194,5000	389,00
46	CATETER DUPLO J 6FR X 26 CM COM FIO GUIA HIDROFÍLICO. ALTAMENTE RADIOPAÇO; AFUNILADO EM AMBAS AS EXTREMIDADES E SUPERFÍCIE LISA PARA FACILITAR A INSERÇÃO; FORMATO DE RABO DE PORCO.	UN	INDOVASIVE	2,000	194,5000	389,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 11/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
50	CATETER INTRAVENOSO Nº 18 - DESCRIÇÃO TÉCNICA: CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS.	UN	TALGE	1.000,000	0,5600	560,00
51	CATETER INTRAVENOSO Nº 20 - DESCRIÇÃO TÉCNICA: CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS	UN	TALGE	7.500,000	0,5600	4.200,00
52	CATETER INTRAVENOSO Nº 22 - CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS.	UN	TALGE	15.000,000	0,5600	8.400,00
53	CATETER INTRAVENOSO Nº 24 - CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS.	UN	TALGE	15.000,000	0,6400	9.600,00
54	CATETER INTRAVENOSO Nº 14 - CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS.	UN	TALGE	400,000	0,5600	224,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 12/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
55	CATETER INTRAVENOSO Nº 16 - CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPÃO/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS.	UN	TALGE	600,000	0,5600	336,00
57	CATETER PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA (SCALP) 19G COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO CAIXA COM 100 UNIDADES. REGISTRO ANVISA CERT. BOAS PRÁTICAS	UN	FARMATEX	500,000	0,4000	200,00
58	CATETER PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA (SCALP) 21G COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO CAIXA COM 100 UNIDADES. REGISTRO ANVISA CERT. BOAS PRÁTICAS	UN	FARMATEX	5.000,000	0,4200	2.100,00
59	CATETER PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA (SCALP) 23G COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO CAIXA COM 100 UNIDADES. REGISTRO ANVISA CERT. BOAS PRÁTICAS	UN	FARMATEX	7.000,000	0,4100	2.870,00
60	CATETER PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA (SCALP) 25G COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO CAIXA COM 100 UNIDADES. REGISTRO ANVISA CERT. BOAS PRÁTICAS	UN	FARMATEX	7.000,000	0,3900	2.730,00
61	CATETER PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA (SCALP) 27G COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO CAIXA COM 100 UNIDADES. REGISTRO ANVISA CERT. BOAS PRÁTICAS	UN	FARMATEX	100,000	0,4500	45,00
75	CONJUNTO DE ESCOVA/ESPONJA PLÁSTICA COM DUPLA FACE EMBEBIDA EM SOLUÇÃO DEGERMANTE COM 22 ML DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% E TENSOATIVO - PARA ASSEPSIA DAS MÃOS E BRAÇOS PRÉ OPERATÓRIOS	UN	VICPHARMA	10.000,000	2,5900	25.900,00
77	CURATIVO ADESIVO HIDROCOLOIDE DE CONTATO ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE 15 CM X 15 CM	UN	VITAL DERM	500,000	17,0000	8.500,00
79	CURATIVO DE FILME TRANSPARENTE ESTÉRIL 10 CM X 12 CM	UN	COPERTINA	250,000	2,3000	575,00
97	DRENO DE KERR ESTERILIZADO Nº 16	UN	TAYLOR	50,000	13,8900	694,50
98	DRENO DE KERR ESTERILIZADO Nº 18	UN	TAYLOR	50,000	13,3000	665,00
99	DRENO DE KERR ESTERILIZADO Nº 20	UN	TAYLOR	50,000	12,8900	644,50
100	DRENO DE SUÇÃO - SISTEMA FECHADO DE DRENAGEM PÓS-OPERATÓRIA COM CENTRAL DE ASPIRAÇÃO COM 600 ML, EXTENSÃO INTERMEDIÁRIA, TUBO DE DRENAGEM COM AGULHA E CONECTOR - 4,8 MM - 3/16" - 14FR - 2 VIAS. ESTÉRIL.	UN	MEDSHARP	200,000	17,4000	3.480,00
101	DRENO DE SUÇÃO CONTÍNUA COM RESERVATÓRIO SANFONADO COM UM CORDÃO PARA FIXAÇÃO - SISTEMA FECHADO DE DRENAGEM PÓS-OPERATÓRIA COM CENTRAL DE ASPIRAÇÃO COM 500 ML, EXTENSÃO FLEXÍVEL, PINÇA CORTA-FLUXO, CONECTOR 2 VIAS, DRENO MULTIPERFURADO COM FILAMENTO RADIOPAÇO, COM CATETER DE DRENAGEM COM AGULHA DE AÇO CIRÚRGICO - 3,2MM - 1/8" - ESTÉRIL	UN	MEDSHARP	200,000	16,9900	3.398,00
102	DRENO DE TORAX RADIOPAÇO Nº 20	UN	MEDSHARP	20,000	4,5000	90,00
103	DRENO DE TORAX RADIOPAÇO Nº 22	UN	MEDSHARP	20,000	4,5000	90,00
104	DRENO DE TORAX RADIOPAÇO Nº 24	UN	MEDSHARP	20,000	4,5000	90,00
106	DRENO PENROSE ESTÉRIL N 1	UN	MADEITEX	500,000	1,2200	610,00
107	DRENO PENROSE ESTÉRIL N 2	UN	MADEITEX	500,000	1,3500	675,00
108	DRENO PENROSE ESTÉRIL N 3	UN	MADEITEX	500,000	1,5000	750,00
109	DRENO PENROSE ESTÉRIL N 4	UN	MADEITEX	500,000	1,6000	800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 13/29
 Processo Nº.: 13/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
110	ELETRODO CARDIOLOGICO - DESCARTÁVEL. DESCRIÇÃO TÉCNICA: DORSO DE ESPUMA, GEL SÓLIDO, ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO, PINO DE AÇO INOXIDÁVEL E CONTRA-PINO DE CLORETO DE PRATA (AGCL). PACOTE COM 50 UNIDADES. REGISTRO ANVISA	UN	VITAL COR	5.000,000	0,2100	1.050,00
111	EQUIPO DE NUTRIÇÃO ENTERAL - EQUIPO MICROGOTAS DESCRIÇÃO TÉCNICA: EQUIPO MICRO GOTAS DE INFUSÃO, SEM FILTRO DE GOTEJAMENTO, CÂMARA DE GOTEJAMENTO, TUBULAÇÃO DE PVC, REGULADOR DE FLUXO TIPO V, SÍTIO DE INJEÇÃO EM TUBO E ENCAIXE MACHO LUER. COM REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS. PACOTE COM 10 UNIDADES CADA.	UN	DESCARPACI	1.000,000	0,8300	830,00
112	EQUIPO MACROGOTAS COM RESPIRO (VALVULA DE AR) PARA SORO - ESTÉRIL - PONTA PERFURANTE - TAMPA PROTETORA - PINÇA ROLETE PARA DOSAGEM DE VOLUME, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 140 CM	UN	DESCARPACI	15.000,000	0,8300	12.450,00
113	EQUIPO MICROGOTAS COM RESPIRO (VALVULA DE AR) PARA SORO - ESTÉRIL - PONTA PERFURANTE - TAMPA PROTETORA - PINÇA ROLETE PARA DOSAGEM DE VOLUME , COMPRIMENTO MÍNIMO 140 CM	UN	FARMATEX	5.000,000	0,9600	4.800,00
122	FAIXA DE ESMARCH - 10 CM	UN	TAYLOR	15,000	14,2100	213,15
123	FAIXA DE ESMARCH - 15 CM	UN	TAYLOR	15,000	22,6000	339,00
136	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MM X 30M, DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS, MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	RL	POLITAPE	1.000,000	2,4000	2.400,00
137	FITA ADESIVA HOSPITALAR - BRANCA - MEDIDAS MÍNIMAS 19 MM X 50	RL	POLITAPE	1.000,000	2,3000	2.300,00
154	KIT LARINGOSCÓPIO FIBRA ÓPTICA CONTENDO: 01 CABO FIBRA ÓPTICA TIPO AA EM METAL À PROVA DE FERRUGEM, COM SUPERFÍCIE RECARTILHADA, COM ABERTURA NA BASE DO CABO, PERMITINDO UTILIZAR BATERIA RECARREGÁVEL, COM CODIFICAÇÃO VERDE (PADRÃO UNIVERSAL) ISO 7376, COM ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS OU BATERIA RECARREGÁVEL, ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL, COM ILUMINAÇÃO EM LÂMPADA XENON HALÓGENA DE 2.5V., COM 03 LÂMINAS RETAS (MILLER) INFANTIL, TAMANHOS 0, 00, 1, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM, COM FIBRAS DE ALTA QUALIDADE GARANTEM EXCELENTE TRANSMISSÃO DE LUZ, COM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO E REFLEXÃO, ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL, COM CODIFICAÇÃO VERDE (PADRÃO UNIVERSAL) ISO 73;	UN	OXIGEL	2,000	666,0000	1.332,00
155	KIT PARA DRENAGEM TORÁCICA ESTERELIZADO COM CAPACIDADE PARA 2000 ML CONTENDO: TAMPA DE VEDAÇÃO COM 2 OU 3 SAÍDAS, FRASCO COM TUBO INTERNO, SUPORTE PARA POSICIONAMENTO VERTICAL, TUBO EXTENSOR, PINÇA OU CLAMP CORTA FLUXO, SISTEMA DE FICAÇÃO AO LEITO, DRENO RADIOPACO MULTIPERFURADO Nº18 E CONECTOR DRENO-TUBO.	UN	MEDSHARP	10,000	22,5000	225,00
156	KIT PARA DRENAGEM TORÁCICA ESTERELIZADO COM CAPACIDADE PARA 2000 ML CONTENDO: TAMPA DE VEDAÇÃO COM 2 OU 3 SAÍDAS, FRASCO COM TUBO INTERNO, SUPORTE PARA POSICIONAMENTO VERTICAL, TUBO EXTENSOR, PINÇA OU CLAMP CORTA FLUXO, SISTEMA DE FICAÇÃO AO LEITO, DRENO RADIOPACO MULTIPERFURADO Nº22 E CONECTOR DRENO-TUBO.	UN	MEDSHARP	10,000	22,5000	225,00
157	KIT PARA DRENAGEM TORÁCICA ESTERELIZADO COM CAPACIDADE PARA 2000 ML CONTENDO: TAMPA DE VEDAÇÃO COM 2 OU 3 SAÍDAS, FRASCO COM TUBO INTERNO, SUPORTE PARA POSICIONAMENTO VERTICAL, TUBO EXTENSOR, PINÇA OU CLAMP CORTA FLUXO, SISTEMA DE FICAÇÃO AO LEITO, DRENO RADIOPACO MULTIPERFURADO Nº26 E CONECTOR DRENO-TUBO.	UN	MEDSHARP	10,000	22,5000	225,00
175	LUVA NITRÍLICA, TAM G, LIVRE DE LATEX, SEM PÓ, ANATOMICA COR AZUL CAIXA C/ 100 UND.	CX	TALGE	800,000	16,0000	12.800,00
176	LUVA NITRÍLICA, TAM M, LIVRE DE LATEX, SEM PÓ, ANATOMICA COR AZUL CAIXA C/ 100 UND.	CX	TALGE	800,000	16,0000	12.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 14/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
194	MESA DE MAYO EM AÇO CARBONO DE 7/8" E PÉS COM RODÍZIOS DE 2". ALTURA REGULÁVEL ATRAVÉS DE MANDRIL PLÁSTICO E BANDEJA EM AÇO INOX. ALTURA MÍNIMA: 0,77M. ALTURA MÁXIMA: 1,25M. DIMENSÕES DA BANDEJA: 48,5 X 32,5CM.	UN	CONKAST	4,000	208,0000	832,00
196	OXÍMETRO DE PULSO/MÃO PORTÁTIL COM SENSOR NEONATAL, COM MONITORAÇÃO DE BATIMENTOS CARDÍACOS, PORTÁTIL (QUANDO FORA DA BASE), DE MESA (QUANDO ALOJADO NA BASE), CARREGA AS BATERIAS DURANTE O USO (QUANDO ALOJADO NA BASE), COM ALARMES DE PARÂMETROS PROGRAMÁVEIS, COM MEDIÇÕES PRECISAS EM PERFUSÕES BAIXAS, ANTI-MOVEMENT SYSTEM: PERMITE MEDIÇÕES MESMO EM PACIENTES AGITADOS OU EM MOVIMENTO, SEM PERDA DE PULSO, COM SENSOR DIGITAL QUE PERMITE MEDIÇÕES EM PACIENTES DE PELE ESCURA OU COM ESMALTE, COM BATERIAS DE ALTA CAPACIDADE EM MODO DE ECONOMIA, MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DE ATÉ 24 HORAS DE MONITORAMENTO, COM COMUNICAÇÃO COM O COMPUTADOR PARA RECUPERAÇÃO DA MONITORAÇÃO ARMAZENADA NA MEMÓRIA INTERNA DAS ÚLTIMAS 24 HORAS, COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES CAPAZ DE APRESENTAR CURVA DE TENDÊNCIA DAS INFORMAÇÕES ARMAZENADAS NA MEMÓRIA, COM DISPLAY DE LCD COLORIDO COM CURVA PLESTIMOGRAFICA, INDICAÇÃO NUMÉRICA E BARRA GRÁFICA OU COM NÚMEROS GRANDES E BARRA GRÁFICA RETRO ILUMINADO QUE FACILITA A VISUALIZAÇÃO MESMO EM AMBIENTES COM POUCA OU NENHUMA LUZ, COM AJUSTE DA RETRO ILUMINAÇÃO CONFORME A NECESSIDADE DO AMBIENTE, COM MONITORAÇÃO ASSISTIDA POR INTERFACE SONORA COM NÍVEL AJUSTÁVEL.	UN	GENERAL ME	5,000	1,470,0000	7.350,00
203	PROPÉ CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO, DESCARTÁVEIS, INDIVIDUAIS E DE USO ÚNICO COM ELÁSTICO EM TODO PERÍMETRO.	UN	ANADONA	10.000,000	0,0700	700,00
208	SERINGA - DOSADOR ORAL 10 ML - PARA MEDICAMENTOS LÍQUIDOS - COM TAMPÃO E ADAPTADOR PARA FRASCO. CILINDRO - INCOLOR OU NA COR AZUL QUE PERMITAM A VISUALIZAÇÃO NÍTIDA DO FLUÍDO ASPIRADO; APRESENTANDO ANEL DE RETENÇÃO QUE IMPEDE O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO; ESCALA DE GRADUAÇÃO - EM ML E TRAÇOS E NÚMEROS DE INSCRIÇÃO CLAROS E LEGÍVEIS; BICO: EM DIÂMETRO MAIOR QUE IMPEDE O ACOPLAMENTO INADVERTIDO DE AGULHAS; ADAPTADOR UNIVERSAL HOSPITALAR - CONFECCIONADO EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA, ATÓXICA, INERTE E FLEXÍVEL, ADAPTANDO-SE A FRASCOS COM BOCAIS DE DIVERSOS DIÂMETROS;	UN	ADVANTIVE	20.000,000	0,4500	9.000,00
209	SERINGA - DOSADOR ORAL 3 ML - PARA MEDICAMENTOS LÍQUIDOS - COM TAMPÃO E ADAPTADOR PARA FRASCO. CILINDRO - INCOLOR OU NA COR AZUL QUE PERMITAM A VISUALIZAÇÃO NÍTIDA DO FLUÍDO ASPIRADO; APRESENTANDO ANEL DE RETENÇÃO QUE IMPEDE O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO; ESCALA DE GRADUAÇÃO - EM ML E TRAÇOS E NÚMEROS DE INSCRIÇÃO CLAROS E LEGÍVEIS; BICO: EM DIÂMETRO MAIOR QUE IMPEDE O ACOPLAMENTO INADVERTIDO DE AGULHAS; ADAPTADOR UNIVERSAL HOSPITALAR - CONFECCIONADO EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA, ATÓXICA, INERTE E FLEXÍVEL, ADAPTANDO-SE A FRASCOS COM BOCAIS DE DIVERSOS DIÂMETROS;	UN	ADVANTIVE	10.000,000	0,2900	2.900,00
210	SERINGA - DOSADOR ORAL 5ML - PARA MEDICAMENTOS LÍQUIDOS - COM TAMPÃO E ADAPTADOR PARA FRASCO. CILINDRO - INCOLOR OU NA COR AZUL QUE PERMITAM A VISUALIZAÇÃO NÍTIDA DO FLUÍDO ASPIRADO; APRESENTANDO ANEL DE RETENÇÃO QUE IMPEDE O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO; ESCALA DE GRADUAÇÃO - EM ML E TRAÇOS E NÚMEROS DE INSCRIÇÃO CLAROS E LEGÍVEIS; BICO: EM DIÂMETRO MAIOR QUE IMPEDE O ACOPLAMENTO INADVERTIDO DE AGULHAS; ADAPTADOR UNIVERSAL HOSPITALAR - CONFECCIONADO EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA, ATÓXICA, INERTE E FLEXÍVEL, ADAPTANDO-SE A FRASCOS COM BOCAIS DE DIVERSOS DIÂMETROS	UN	ADVANTIVE	20.000,000	0,3100	6.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 15/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
212	SERINGA 1ML SEM AGULHA - COM ESCALA PRECISA DE ML A ML - BICO SLIP - INDICADA PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES, MEDICAÇÕES, EXTRAÇÃO DE SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS. CILINDRO TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO; CONEXÃO LUER SLIP; PISTÃO DE BORRACHA ATÓXICA EMBOLADO EM POLIPROPILENO GRAU MÉDICO COM DESLIZAMENTO SUAVE E DISPOSITIVO AUTODESTRUTIVO ATÓXICO. APIROGÊNICO E DESCARTÁVEL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM BLISTER DE FILME PLÁSTICO TERMOFORMÁVEL COM ABERTURA EMPÉTALA. ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES. VALIDADE 5 ANOS APÓS A ESTERILIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UN	SR	1.000,000	0,1500	150,00
220	SISTEMA DE ANESTESIA PEDIÁTRICO DUPLO T BARAKA COM BALÃO DE 1 LITRO. COMPONENTES: 01 TRAQUEIA DE SILICONE 15X300MM. 1 BALÃO DE SILICONE 1 LITRO. 1 MÁSCARA AUTOCLAVÁVEL TIPO RANDEL BACKER Nº02. 1 COTOVELO 90º "DUPACO". 1 CONECTOR P/ SISTEMA BARAKA. 2 UNIDADES - INTERMEDIÁRIO T DE AYRES.	UN	ROMED	3,000	149,0000	447,00
221	SISTEMA DE ANESTESIA PEDIÁTRICO DUPLO T BARAKA COM BALÃO DE 2 LITROS. COMPONENTES: 01 TRAQUEIA DE SILICONE 15X300MM. 01 BALÃO DE SILICONE 2 LITROS. 1 MÁSCARA AUTOCLAVÁVEL TIPO RANDEL BACKER Nº02. 1 COTOVELO 90º "DUPACO". 1 CONECTOR P/ SISTEMA BARAKA. 2 UNIDADES - INTERMEDIÁRIO T DE AYRES.	UN	ROMED	3,000	159,0000	477,00
222	SISTEMA DE ANESTESIA PEDIÁTRICO DUPLO T BARAKA COM BALÃO DE 1/2 LITRO. COMPONENTES: 01 UNIDADE - TRAQUEIA DE SILICONE 15X300MM. 01 BALÃO DE SILICONE 1/2 LITRO. 01 MÁSCARA AUTOCLAVÁVEL TIPO RANDEL BACKER Nº 02. 01 COTOVELO 90º "DUPACO". 02 UNIDADES - INTERMEDIÁRIO T DE AYRES.	UN	ROMED	3,000	155,0000	465,00
227	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº10 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	TOPMED	100,000	2,3600	236,00
229	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº14 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	TOPMED	600,000	2,4000	1.440,00
230	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº16 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	TOPMED	600,000	2,4000	1.440,00
231	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº18- BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	TOPMED	200,000	2,4000	480,00
232	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº20 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	TOPMED	200,000	2,4000	480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 16/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7676 - EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
233	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº22 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	TOPMED	100,000	2,4000	240,00
255	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 06 - CONFECCIONADA EM POLIURETANO; BIOCOMPATÍVEL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, CALIBRE 6 COM NO MÍNIMO 100 CM DE COMPRIMENTO, COM GRADUAÇÃO EM TODA A SUA EXTENSÃO; COM FIO GUIA LUBRIFICADA COM BASE SILICONE; EXTREMIDADE DISTAL COM CONECTOR UNIVERSAL EM Y; EXTREMIDADE PROXIMAL COM PONTA METÁLICA; ESTÉRIL; EMBALAGEM INDIVIDUAL VALIDADE 36 MESES; REGISTRO ANVISA	UN	SOLUMED	50,000	9,1000	455,00
257	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 12 - CONFECCIONADA EM POLIURETANO; BIOCOMPATÍVEL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, CALIBRE 12 COM NO MÍNIMO 100 CM DE COMPRIMENTO, COM GRADUAÇÃO EM TODA A SUA EXTENSÃO; COM FIO GUIA LUBRIFICADA COM BASE SILICONE; EXTREMIDADE DISTAL COM CONECTOR UNIVERSAL EM Y; EXTREMIDADE PROXIMAL COM PONTA METÁLICA; ESTÉRIL; EMBALAGEM INDIVIDUAL VALIDADE 36 MESES; REGISTRO ANVISA.	UN	SOLUMED	200,000	9,1000	1.820,00
258	SONDA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA C/ BALÃO Nº 22 - USO ADULTO	UN	FORTUNE	10,000	129,0000	1.290,00
259	SONDA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA COM BALÃO Nº 18 - USO ADULTO	UN	FORTUNE	10,000	129,0000	1.290,00
260	SONDA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA COM BALÃO Nº 20 - USO ADULTO	UN	FORTUNE	10,000	129,0000	1.290,00
271	TAMPA (PROTECTOR) PARA CONECTOR LUER LOCK FÊMEA - COMPONENTE ESTERILIZADO ADAPTADO AOS CONECTORES FÊMEAS COM A FINALIDADE DE VEDA-LO - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE CFME NBR	UN	VITAL GOLD	15.000,000	0,1600	2.400,00
275	TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	UN	TALGE	20.000,000	0,0500	1.000,00
284	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	VITAL GOLD	200,000	3,7600	752,00
285	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	VITAL GOLD	400,000	3,6000	1.440,00
287	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	VITAL GOLD	200,000	3,8000	760,00
302	VÁLVULA PARA PAREDE, REGULADORA DE PRESSÃO DE GASES MEDICINAIS DE ALUMÍNIO, ESPECÍFICA PARA ACOPLAGEM NA PAREDE. REGISTRADO PELA ANVISA.	UN	HAOXI	20,000	129,0000	2.580,00

Fornecedor: 7687 - HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
80	CURATIVO HIDROFIBRA COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IÔNICA EM UMA CONCENTRAÇÃO DE 0,1 A 2% MEDINDO 15 X 15 CM	UN	AQUACEL AG	25,000	94,0000	2.350,00

Fornecedor: 7690 - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	ATADURA GESSADA - MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLÊS 100% ALGODÃO, LARGURA 06 CM, COMPRIMENTO 300 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADAS COM GESSO COLoidal, SECAGEM ULTRA RÁPIDA (CX COM 20 UND)	RL	CREMER	1.000,000	1,4600	1.460,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 17/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7690 - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	ATADURA GESSADA - MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLÊS 100% ALGODÃO, LARGURA 08 CM, COMPRIMENTO 300 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RÁPIDA (CX COM 20 UND)	RL	CREMER	1.000,000	1,4500	1.450,00
19	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO 100%, NÃO ESTÉRIL 20CM.- PACOTE COM 12 UNIDADES	PCT	ORTOFEN	500,000	8,5700	4.285,00
20	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO 100%, NÃO ESTÉRIL 08CM.- PACOTE COM 12 UNIDADES	PCT	ORTOFEN	250,000	3,6800	920,00
22	ATADURA ORTOPÉDICA DE ALGODÃO 100%, NÃO ESTÉRIL 15CM.- PACOTE COM 12 UNIDADES	PCT	ORTOFEN	250,000	6,4100	1.602,50
73	CONJUNTO COMPLETO COM MICRO NEBULIZADOR, EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO - MÁSCARA INFANTIL - CONECTOR AMARELO PARA AR COMPRIMIDO, ROSCA 3/4" 16 UNF - USO HOSPITALAR - INFANTIL	CJ	DARU	50,000	5,5900	279,50
74	CONJUNTO COMPLETO COM MICRO NEBULIZADOR, EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO - MÁSCARA ADULTO - CONECTOR AMARELO PARA AR COMPRIMIDO, ROSCA 3/4" 16 UNF - USO HOSPITALAR - ADULTO	CJ	DARU	50,000	5,5900	279,50
118	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL - TAMANHO G - DESCRIÇÃO TÉCNICA: PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL. PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINOSA. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTOURNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÔRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. O ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TEM COMO FINALIDADE MANTER AS PAREDES VAGINAIS AFASTADAS FACILITANDO A VISUALIZAÇÃO DO COLO DO ÚTERO PARA O EXAME GINECOLÓGICO, COLPOSCÓPICO E COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES CITOLÓGICOS. SEU FORMATO ANATÔMICO DESENVOLVIDO FAVORECE UM EXAME INDOLOR, TERMICAMENTE CONFORTÁVEL E O FATO DE SER DESCARTÁVEL, ELIMINA O RISCO DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA ENTRE PACIENTES. REGISTRO NA ANVISA.	UN	CRAL	100,000	0,8300	83,00
119	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL - TAMANHO M - DESCRIÇÃO TÉCNICA: PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL. PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINOSA. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTOURNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÔRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. O ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TEM COMO FINALIDADE MANTER AS PAREDES VAGINAIS AFASTADAS FACILITANDO A VISUALIZAÇÃO DO COLO DO ÚTERO PARA O EXAME GINECOLÓGICO, COLPOSCÓPICO E COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES CITOLÓGICOS. SEU FORMATO ANATÔMICO DESENVOLVIDO FAVORECE UM EXAME INDOLOR, TERMICAMENTE CONFORTÁVEL E O FATO DE SER DESCARTÁVEL, ELIMINA O RISCO DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA ENTRE PACIENTES. REGISTRO NA ANVISA	UN	CRAL	100,000	0,7500	75,00
150	INFUSOR LUER DE DUAS VIAS - DISPOSITIVO UTILIZADO PARA DUPLICAR O ACESSO VENOSO (CONECTA 2 VIAS DE INFUSÃO). COMPOSTO DE 2 EXTREMIDADES PROXIMAIS COM CONECTORES LUER-LOK FÊMEA, 2 EXTENSÕES EM PVC DOTADAS DE CLAMP E CONEXÃO LUER-DISTAL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS.	UN	VITAL GOLD	20.000,000	0,5700	11.400,00
158	LÂMINA DE BISTURI, EM AÇO CARBONO N.º 11, ESTÉRIL, COM PERFEITO ACABAMENTO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO E SEM REBARBAS.	UN	SOLIDOR	500,000	0,2400	120,00
159	LÂMINA DE BISTURI, EM AÇO CARBONO N.º 12, ESTÉRIL, COM PERFEITO ACABAMENTO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO E SEM REBARBAS.	UN	SOLIDOR	500,000	0,2400	120,00
160	LÂMINA DE BISTURI, EM AÇO CARBONO N.º 15, ESTÉRIL, COM PERFEITO ACABAMENTO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO E SEM REBARBAS.	UN	SOLIDOR	1.000,000	0,2400	240,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 18/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7690 - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
161	LÂMINA DE BISTURI, EM AÇO CARBONO Nº 20, ESTÉRIL, COM PERFEITO ACABAMENTO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO E SEM REBARBAS.	UN	SOLIDOR	500,000	0,2400	120,00
162	LÂMINA DE BISTURI, EM AÇO CARBONO Nº 22, ESTÉRIL, COM PERFEITO ACABAMENTO, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO E SEM REBARBAS.	UN	SOLIDOR	2.000,000	0,2400	480,00
180	LUVAS 7,0 COM MAIOR SENSIBILIDADE TÁTIL E PROTEÇÃO - FABRICADAS A BASE DE LÁTEX NATURAL E LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL E INERTE - ESTÉRIL	PAR	MAXITEX	7.500,000	0,9900	7.425,00
181	LUVAS 7,5 COM MAIOR SENSIBILIDADE TÁTIL E PROTEÇÃO - FABRICADAS A BASE DE LÁTEX NATURAL E LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL E INERTE - ESTÉRIL	PAR	MAXITEX	10.000,000	0,9300	9.300,00
228	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº12 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORES.	UN	SOLIDOR	200,000	1,8400	368,00
236	SONDA FOLEY 3 VIAS Nº22 - BALÃO RESISTENTE A ALTA PRESSÃO E DE FÁCIL INSUFLAÇÃO; SONDA COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RÁPIDA E EFICIENTE; VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORES.	UN	SOLIDOR	50,000	3,9200	196,00
262	SONDA URETRAL Nº 06 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	1.000,000	0,4600	460,00
278	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3,0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	4,0500	202,50

Fornecedor: 7749 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADAPTADOR PARA FRASCO DE SORO - SISTEMA FECHADO - COM PROTETORES QUE GARANTAM A ESTERILIDADE DO PRODUTO APÓS ABERTURA DA EMBALAGEM - EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO	UN	LAVITA	3.000,000	0,6700	2.010,00
24	BOLSA COLETORES DE URINA - SISTEMA FECHADO - ESTÉRIL - 2.000ML - PONTO P/ COLETA COM MEMBRANA LÁTEX, AUTO VEDANTE; CONECTOR UNIVERSAL COM AJUSTE P/ SONDAS VESICAIS, COM TAMPA PROTETORA.	UN	LABOR IMPO	5.000,000	2,3700	11.850,00
115	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE COM CAMARA DUPLA FLEXÍVEL - COM FILTRO INTERNO	UN	EMBRAMED	500,000	3,4200	1.710,00
140	FITA ESPARADRAPO: DESCRIÇÃO TÉCNICA: ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL COM CAPA TAMANHO 10 X 4,5CM É COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. NELE É APLICADA MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. FÁCIL DE RASGAR E DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE, É INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, ATADURAS, SONDAS, DRENOS, CATETERES, ENTRE OUTROS.COM CAPA DE PROTEÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA/CERT. BOAS PRÁTICAS	RL	MISSNER	2.500,000	5,1900	12.975,00
151	INTEGRADOR QUÍMICO CLASSE 5 PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR - PARA AUTOCLAVE - POSSUIR UMA TINTA INDICADORA QUE MUDA DE COR E APRESENTA UMA RESPOSTA INTEGRADA COM OS PARÂMETROS CRÍTICOS DA ESTERILIZAÇÃO: VAPOR, TEMPO E TEMPERATURA/PRESSÃO. PROPORCIONANDO UMA LEITURA FÁCIL E IMEDIATA, POSSUINDO UMA CAMADA PLÁSTICA QUE IMPEDE QUE A TINTA DO INDICADOR ENTRE EM CONTATO COM OS INSTRUMENTOS ESTERILIZADOS.	UN	2I	5.000,000	0,3700	1.850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 19/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7749 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
171	LANCETA DESCARTAVEL ESTERILIZADA, PARA PUNÇÃO DIGITAL E COLETA DE SANGUE CAPILAR, ACOPLADA A DISPOSITIVO COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA LANCETA APÓS O USO - O DISPOSITIVO DEVE GARANTIR A SEGURANÇA DA NÃO REUTILIZAÇÃO, DE ACORDO COM A NR 32 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE DADOS DE FABRICAÇÃO, REGISTRO NO MS/ANVISA, ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	UN	TKL	10.000,000	0,2400	2.400,00
177	LUVA NITRÍLICA, TAM P, LIVRE DE LATEX, SEM PÓ, ANATOMICA COR AZUL CAIXA C/ 100 UND.	CX	NUGARD	800,000	18,4800	14.784,00
178	LUVA NITRÍLICA, TAM PP, LIVRE DE LATEX, SEM PÓ, ANATOMICA, AMBIDESTRA, NA COR AZUL CAIXA C/ 100 UND.	CX	NUGARD	200,000	18,4800	3.696,00
179	LUVAS 6,5 COM MAIOR SENSIBILIDADE TÁTIL E PROTEÇÃO - FABRICADAS A BASE DE LÁTEX NATURAL E LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL E INERTE - ESTÉRIL	PAR	MAXITEX	5.000,000	0,9400	4.700,00
182	LUVAS 8,0 COM MAIOR SENSIBILIDADE TÁTIL E PROTEÇÃO - FABRICADAS A BASE DE LÁTEX NATURAL E LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL E INERTE - ESTÉRIL	UN	MAXITEX	5.000,000	0,9300	4.650,00
183	LUVAS 8,5 COM MAIOR SENSIBILIDADE TÁTIL E PROTEÇÃO - FABRICADAS A BASE DE LÁTEX NATURAL E LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL E INERTE - ESTÉRIL	UN	MAXITEX	2.500,000	0,9300	2.325,00
202	PRESERVATIVO MASCULINO, NÃO LUBRIFICADO, USO CLÍNICO. LISO, OPACO, LADOS PARALELOS E EXTREMIDADE COM RESERVATÓRIO. LARGURA NOMINAL 52 MM. CAIXA COM 144 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES	CX	BLOWTEX	50,000	37,5500	1.877,50
207	SENSOR PEDIÁTRICO PARA OXÍMETRO DE PULSO REUTILIZÁVEL, UTILIZADO PARA MEDIÇÃO NÃO INVASIVA DE SATURAÇÃO PERIFÉRICA DE OXIGÊNIO (SPO2), FREQUÊNCIA CARDÍACA E ONDA PLETISMOGRÁFICA DE PULSO. MATERIAL DE SILICONE HOSPITALAR DE FÁCIL LIMPEZA E DURABILIDADE. CABO FLEXÍVEL QUE SUPORTA TENSÕES E MOVIMENTOS COM BLINDAGEM INTERNA ESPECIAL, QUE ELIMINA INTERFERÊNCIAS EXTERNAS DE OUTROS EQUIPAMENTOS E GARANTE QUALIDADE DE LEITURA DA SATURAÇÃO E FREQUÊNCIA CARDÍACA DO PACIENTE. OS CONECTORES DEVEM OBEDECER PADRÕES INTERNACIONAIS E QUE SEJAM COMPATÍVEIS COM MODELO E-MAI 09 PINOS.	UN	GTECH	2,000	145,2000	290,40
223	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UN	MARKMED	200,000	0,5400	108,00
224	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UN	MARKMED	200,000	0,5800	116,00
225	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	UN	MARKMED	200,000	0,6300	126,00
237	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 04 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,4500	90,00
238	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 04 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,5700	114,00
239	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	400,000	0,4600	184,00
240	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	400,000	0,5700	228,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 20/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7749 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
241	SONDA NASOGASTRICA Nº 08 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	400,000	0,4600	184,00
242	SONDA NASOGASTRICA Nº 08 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	400,000	0,6500	260,00
243	SONDA NASOGASTRICA Nº 10 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,4800	96,00
244	SONDA NASOGASTRICA Nº 10 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,6500	130,00
245	SONDA NASOGASTRICA Nº 12 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,4900	98,00
246	SONDA NASOGASTRICA Nº 12 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,7100	142,00
247	SONDA NASOGASTRICA Nº 14 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,5100	102,00
248	SONDA NASOGASTRICA Nº 14 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,7600	152,00
249	SONDA NASOGASTRICA Nº 16 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	400,000	0,5500	220,00
250	SONDA NASOGASTRICA Nº 16 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	400,000	0,8800	352,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 21/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7749 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
252	SONDA NASOGASTRICA Nº 18 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	0,9600	192,00
253	SONDA NASOGASTRICA Nº 20 - CURTA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARMED	200,000	0,7100	142,00
254	SONDA NASOGASTRICA Nº 20 - LONGA - CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, SILICONIZADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIETILENO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE, CALIBRE, REEMBALADA EM PACOTES COM 10 PECAS, PRODUTO NACIONAL. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	MARKMED	200,000	1,0800	216,00
261	SONDA URETRAL Nº 04 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	500,000	0,4500	225,00
263	SONDA URETRAL Nº 08 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	1.000,000	0,4400	440,00
264	SONDA URETRAL Nº 10 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	500,000	0,4900	245,00
267	SONDA URETRAL Nº 16 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	250,000	0,5800	145,00
268	SONDA URETRAL Nº 18 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	250,000	0,6000	150,00
269	SONDA URETRAL Nº 20 - SILICONIZADA COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA; ESTÉRIL; ATÓXICA; APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL.	UN	MARKMED	250,000	0,7000	175,00
274	TORNEIRA DE TRES VIAS DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, DUAS EXTREMIDADES, UMA TIPO LUER SLIP E OUTRA TIPO LUER LOCK, AMBAS COM TAMPA PROTETORA. MOVIMENTO GIRATORIO DA MANOPLA, SETAS INDICATIVAS DIRECIONAIS DO FLUXO. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLÁSTICO COM ABERTURA ASSÉPTICA.	UN	SOLIDOR	50,000	0,5800	29,00
279	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 4.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	3,8100	190,50
280	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 4.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	3,8100	190,50
281	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 5.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	3,8100	190,50
282	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 5.5 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	3,8100	190,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 22/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7749 - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
283	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 6.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	3,8100	190,50
286	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 8.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	200,000	3,7500	750,00
288	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO Nº 9.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	50,000	3,8100	190,50
289	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 1.0 DE PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), SEM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL.	UN	SOLIDOR	20,000	3,8100	76,20

Fornecedor: 7750 - MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
84	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA AMICACINA - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
85	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
86	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA AMPICILINA + SULBACTAN - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
87	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA CEFALEXINA - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
88	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA CIPROFLOXACINO - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
89	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA ERTAPENEM - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
90	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA GENTAMICINA - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
91	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA LEVOFLOXACINO - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
92	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA MEROPENEM - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
93	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA NORFLOXACINO - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
94	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA OXACILINA - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
95	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPIN - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
96	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA TICARCILINA + ÁCIDO CLAVULÂNICO - FRASCOS COM 50 DISCOS	FRS	DME	2,000	9,0000	18,00
144	FRASCO PARA HEMOCULTURA PRONTO PARA USO	FRS	NEWPROV	10,000	7,0000	70,00
148	GERADOR DE ANAEROBIOSE - REAGENTE PARA GERAR UM MEIO ANAERÓBICO EM JARRAS DE ANAEROBIOSE - EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	CX	PROBAC	2,000	180,0000	360,00
152	JARRA ANAERÓBICA DE 2,5 LITROS TRANSPARENTE COM SUPORTE OU RACK PARA 12 PLACAS DE PETRI E TAMPA. USADA EM CONJUNTO COM O RACK PARA PLACAS.	UN	PROBAC	2,000	575,0000	1.150,00
189	MEIO DE CULTURA BHI - CAIXA COM 10 TUBOS	CX	NEWPROV	5,000	29,0000	145,00
190	MEIO DE CULTURA CITRATO - CAIXA COM 10 TUBOS	CX	NEWPROV	3,000	29,0000	87,00
191	MEIO DE CULTURA RHAMNOSE - CAIXA COM 10 TUBOS	CX	NEWPROV	3,000	29,0000	87,00
192	MEIO DE CULTURA RUGAI MODIFICADO - CAIXA COM TUBOS	CX	NEWPROV	2,000	29,0000	58,00
199	PLACA DE PETRI - DESCARTANEP - ESTÉREIS - COM DUAS DIVISÕES - PACOTE COM 10 PLACAS	PCT	CRAL	10,000	5,0000	50,00
200	PLACA DE PETRI - DESCARTANEP - ESTÉREIS - SEM DIVISÃO - PACOTE COM 10 PLACAS.	PCT	CRAL	10,000	5,0000	50,00
206	SANGUE DESFIBRINADO DE CORDEIRO OU COELHO - FRASCO COM 50 ML	FRS	NEWPROV	10,000	65,0000	650,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 23/29
 Processo Nº.: 13/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

Fornecedor: 7752 - LABORATORIOS B BRAUN SA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	AGULHA PERIDURAL 17G X 3 1/2" COM PONTA TIPO "TUOHY" GEOMETRIA DA PONTA DAS AGULHAS PERIDURAS ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA OFERECER MAIOR SENSIBILIDADE DURANTE O PROCEDIMENTO. BISEL MAIS CURTO QUE O PADRÃO, DESENVOLVIDO PARA MINIMIZAR A POSSIBILIDADE DE PUNÇÃO ACIDENTAL DA DURA-MÁTER. CANHÃO LUER-LOK INTERNAMENTE CÔNICO GARANTE CONEXÃO SEGURA E FACILITA INSERÇÃO DO CATETER. CÂNULA DEMARCADA EM CM, PROPORCIONANDO PERFEITO CONHECIMENTO DA PROFUNDIDADE INSERIDA.	UN	B.Braun	250,000	23,7600	5.940,00
47	CATETER EPIDURAL COM FLEXIBILIDADE PARA REDUZIR A POSSIBILIDADE DE RUPTURA ACIDENTAL DA DURA-MÁTER. CATETER COM MARCAS INDICATIVAS EM CM, PERMITINDO CONTROLE DA PROFUNDIDADE INSERIDA. PONTA EM FORMATO DE OGIVA COM ORIFÍCIOS LATERAIS, EVITANDO SECÇÃO DOS VASOS SANGÜÍNEOS E PROPORCIONANDO MELHOR DISPERSÃO DO AGENTE ANESTÉSICO. FÁCIL INSERÇÃO E MANUTENÇÃO.	UN	B.Braun	50,000	26,9000	1.345,00
114	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO LINEAR COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL COM FILTRO E ENTRADA DE AR, PINÇA ROLETE, TRECHO DE SILICONE, INJETOR LATERAL, LUER LOCK ROTATIVO E TAMPAS OCLUSORAS COM FILTRO DE MEMBRANA HIDROFÓBICA. MODELO DISPONÍVEL TAMBÉM NO COMPRIMENTO DE 2,80METROS. COM COMODATO DOS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS EQUIPOS, DE 10 (DEZ) BOMBAS PARA ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS E ENTERAIS, SEM ONUS ADICIONAL PARA A FUNDAÇÃO. A BOMBA A SER CEDIDA EM SISTEMA DE COMODATO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA EMBOLIA GASOSA BASEADO EM SENSOR DE AR. POSSIBILIDADE DE AJUSTE DA SENSIBILIDADE DO SENSOR DE AR ENTRE NO MÍNIMO 0,05 ATÉ 0,5 ML. PROGRAMAÇÃO ATRAVÉS DE TECLADO NUMÉRICO E TECLAS DE FUNÇÕES ESPECIAIS. VOLUME DE INFUSÃO DE NO MÍNIMO 0,1 A 9999 ML, COM TAXA DE INFUSÃO DE 0,1 A 999,9 ML/H. PROGRAMAÇÃO POR ML/HORA, GOTAS/MINUTO E VOLUME/TEMPO. COM PRÉ-ALARME DE FIM DE INFUSÃO, COM PROGRAMAÇÃO DE TEMPO DE INFUSÃO DE 999H E 59 MIN. COM SENSOR DE GOTAS BLINDADO CONTRA PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS. 220 V OU BIVOLT. COM TREINAMENTO AOS USUÁRIOS SEM ONUS PARA A FUNDAÇÃO.	UN	B.Braun	1.500,000	15,6000	23.400,00
301	VALVULA PARA INJEÇÃO E ASPIRAÇÃO DE MEDICAMENTOS SEM AGULHA - CONECTOR SEM TAMPAS PARA CATÉTERES EV- ESTÉRIL - PRESSÃO POSITIVA (0,05ML) EVITA O REFLUXO DE SANGUE, CONEXÃO LUER LOCK E LUER SLIP - EMBALADO INDIVIDUALMENTE - COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	B.Braun	200,000	6,3700	1.274,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 24/29
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 25/29
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 26/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 27/29

Processo Nº.: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 28/29
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIOPágina: 29/29
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 29 de Outubro de 2018.

STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER
ADMINISTRADOR GERAL

Empresas Participantes:

ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA	CNPJ: 01.470.743/0001-98	_____
BRASIL MEDICA TECHNOLOGIES COMERCIO E IMPORTACAO	CNPJ: 15.711.101/0001-48	_____
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 95.368.320/0001-05	_____
DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	CNPJ: 05.922.826/0001-21	_____
DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICC	CNPJ: 11.776.334/0001-78	_____
EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 11.101.480/0001-01	_____
HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO	CNPJ: 26.583.983/0001-20	_____
IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	CNPJ: 33.255.787/0007-87	_____
Ilhatec Com. de Equipamentos Médico Hosp LTDA EPP	CNPJ: 58.295.213/0021-11	_____
ILHATEC COM. E MAN. DE EQUIP. MÉDICO HOSP. LTDA EP	CNPJ: 00.612.686/0001-71	_____
LABORATORIOS B BRAUN SA	CNPJ: 31.673.254/0010-95	_____
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME	CNPJ: 05.021.932/0001-34	_____
MONTEIRO ANTUNES - INSUMOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 04.078.043/0002-21	_____
MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA	CNPJ: 23.996.430/0001-00	_____
PARCOMED PARANA COM REPRE DE PROD FARMACEUT	CNPJ: 85.079.200/0001-34	_____
PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OI	CNPJ: 05.077.346/0001-01	_____
SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	CNPJ: 24.537.945/0001-05	_____
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 05.531.725/0001-20	_____

ATA RG 62/2018 - MATERIAL LIMPEZA SEC ESPORTES

Publicação Nº 1788333

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8
Processo Nº.: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2018

No dia 30 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 103/2018, Processo Licitatório nº. 152/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9106	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	13, 21, 22
10455	ENIO DELAZERI EIRELI	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24
11008	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
10002	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	9, 23

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	05.758.684/0001-09	FABIO ANDRE LORASCHI	749.263.819-15
ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZARI	453.533.100-63
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	220.716.109-97
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	11.499.653/0001-83	RENATO EDMUNDO PINTO	039.420.469-70

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9106 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	COPO DESCARTAVEL, CAPACIDADE 180ML, EMBALAGEM COM 3.000	CX	COPOSUL	30,000	51,5000	1.545,00
21	AGUA SANITARIA DE USO GERAL , SEM CLORO ATIVO EMBALAGEM 01 LITRO	UN	IDEAL	300,000	1,3900	417,00
22	PEDRA NAFLALINA 30G	PCT	SANY	200,000	0,7000	140,00

Fornecedor: 10002 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	SACO DE LIXO, 30 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	BRUKLIN	150,000	1,1400	171,00
23	SABÃO EM BARRA, GLICERINADO, NA COR AZUL, EMBALAGEM COM 05 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA.	PCT	UNIC	50,000	4,1500	207,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 152/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

Fornecedor: 10455 - ENIO DELAZERI EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	DESINFETANTE CONCENTRADO, BACTERICIDA; LÍQUIDO; PRINCÍPIO ATIVO CONTRA BACTÉRIAS; DESINFECÇÃO DOMÉSTICA GERAL; LIMPA, PERFUMA E DESINFETA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 05 LITROS. RÓTULO CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	top mil	200,000	6,1700	1.234,00
2	LIMPADOR MULTIUSO PARA LIMPEZA DE PISOS, AZULEJOS E OUTRAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS, EMBALAGEM 500 ML. LIMPA E PERFUMA. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE E LOTE.	UN	ideal	200,000	1,4000	280,00
3	ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO, COM CLORO ATIVO, ELIMINA BACTÉRIAS, ALVEJA, DESINFETA E LIMPA.	UN	ideal	100,000	1,3300	133,00
4	AMACIANTE DE ROUPA 2 LITROS. CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO; COADJUVANTE; ACIDULANTE; PRESERVANTE; CORANTE; PERFUME E ÁGUA. ACONDICIONADOS EM CAIXA COM 06 UNIDADES.	CX	naturatte 2L	100,000	2,9900	299,00
5	DESINFETANTE EM PEDRA, COM SUPORTE PARA FIXAR NO VASO SANITÁRIO, PESO: 25 GRAMAS. AROMA: NEUTRO/LAVANDA/PINHO OU EUCALIPTO	UN	sany	1.000,000	0,6800	680,00
6	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇA. ANTIBACTERIANO. FRASCO DE 500 ML, COM TAMPA PUSH POOL; ROTULO CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. AROMA NEUTRO.	UN	ideal	1.000,000	0,7900	790,00
7	PAPEL HIGIENICO FOLHA SIMPLES, NEUTRO, PACOTE COM 12 ROLOS DE 60 METROS	PCT	bela vista	300,000	6,6000	1.980,00
8	SABÃO ALVEJANTE EM PÓ, CONCENTRADO, PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM ROUPAS DE ALGODÃO/ POLIÉSTER, COMPOSTO DE CLORO, NA COR AZUL, ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA E INTEGRIDADE DO PRODUTO, PERFUMADO, EMBALAGEM COM 1 KG. RÓTULO CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	class	200,000	2,7500	550,00
10	SACO PARA LIXO EM ROLO, 50 LITROS, NA COR AZUL, NO MINIMO 5 MICRAS, DEVERÁ ESTAR EMBALADO E CONSTAR NA EMBALAGEM A MARCA E DADOS COMO TAMANHO, 63 CM X 80 CM, FABRICANTE OU DISTRIBUIDOR DEVERÁ ESTAR ESPECIFICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NA NBR 9190, 9191 DA ABNT. DEVERÁ CONTER SELO DE MATERIAL RECICLÁVEL. ROLO COM 50 UNIDADES	RL	star	150,000	5,1000	765,00
11	SAPONACEO LIQUIDO, 300 ML	UNI	class	300,000	1,8000	540,00
12	ÁLCOOL EM GEL TRADICIONAL 500G: ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO PARA USO DOMÉSTICO. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, DATA DE VALIDADE E LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	tupi	200,000	3,2000	640,00
14	AÇÚCAR REFINADO: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR, COM MOAGEM REFINADA. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE 5KG, EM POLIETILENO LEITOSO. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	docesucar	10,000	9,8400	98,40
15	LUVA DE BORRACHA TAMANHO M	PAR	superpro	50,000	1,6400	82,00
16	BALDE DE PLÁSTICO RESISTENTE, CAPACIDADE 16,5 LITROS	UN	arqplast	20,000	4,9900	99,80
17	RODO 40 CM BORRACHA DUPLA E CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO	UN	companheira	10,000	4,6900	46,90
18	ESPONJA DE INOX	PCT	reluz	50,000	1,4900	74,50
19	ESPONJA DE CHÃO EM PLASTICO E ESPUMA COM CABO	UN	guirado	100,000	4,4500	445,00
20	FLANELA DE PANO NA COR LARANJA PARA LIMPEZA GERAL 100% ALGODÃO, TAMANHO APROXIMADO 28 X 48 CM. ACABAMENTO NAS BORDAS, DULPAS FACE FLANELA	UN	belmond	40,000	0,9900	39,60
24	VASSOURA MULTIUSO PARA INTERNOS E ESTERNOS COM CERDAS DE NYLON E CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO COM MINIMO 84 TUFOS COM 84 CERDAS CADA	UN	dalcin	20,000	5,0900	101,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
Processo Nº.: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo N°: 152/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2018

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 30 de Outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 05.758.684/0001-09	_____
ENIO DELAZERI EIRELI	CNPJ: 07.383.088/0001-17	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CMS

Publicação Nº 1787897

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DOS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE

O Prefeito do município de Canoinhas e o Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas CONVOCAM as Entidades e Movimentos Representativos de Usuários, Entidades Representativas dos Trabalhadores da Área da Saúde, Prestadores de Serviços Privados conveniados ou sem fins lucrativos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS e os munícipes de Canoinhas a participarem do V Fórum para Eleição do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Locais de Saúde de Canoinhas, que elegerá as entidades para composição do Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde para o Biênio 2018/2020, nos termos da Lei Municipal nº 5740 de 10/12/2015 e disposições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, na Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e de acordo com a Resolução 453 de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Interessados/as em comporem o Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde, devem proceder a sua inscrição junto a Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, Canoinhas, no período compreendido entre 15 de outubro de 2018 a 25 de outubro de 2018, no horário de expediente da Prefeitura. O Fórum para eleição das entidades para comporem o Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde será realizado no dia 14 de novembro de 2018, das 08h às 12h, no Auditório da Câmara de Vereadores, situado à Rua 03 de maio, nº 150, Centro de Canoinhas. A íntegra do Edital nº. 01/2018 de Convocação para eleição dos membros para composição do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Locais de Saúde encontra-se disponibilizado junto ao mural de publicações da Prefeitura Municipal de Canoinhas e no site da Prefeitura.

Canoinhas, 10 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL Nº 01/2018 - CMS

Publicação Nº 1787893

EDITAL Nº. 01/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal e MARINA AUXILIADORA CASSATTI CORREA, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais CONVOCAM as Entidades e Movimentos Representativos de Usuários, Entidades Representativas dos Trabalhadores da Área da Saúde, Prestadores de Serviços Privados conveniados ou sem fins lucrativos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, e os munícipes de Canoinhas a participarem do V Fórum para Eleição do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Locais de Saúde de Canoinhas, que elegerá as entidades para comporem o Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde para o Biênio 2018/2020, nos termos da Lei Municipal nº 5740 de 10/12/2015 e disposições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, na Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e de acordo com a Resolução 453 de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º – Este Edital tem por objetivo normalizar a Eleição para a escolha dos representantes das Entidades e Movimentos Representativos de Usuários, Entidades Representativas dos Trabalhadores da Área da Saúde e Prestadores de Serviços Privados conveniados ou sem fins lucrativos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS para comporem o Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas e Conselhos Locais de Saúde para o Biênio 2018/2020.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 2º – A Eleição será coordenada pela Comissão Eleitoral, designada conforme deliberação em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, composta por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) representante do Poder Executivo, 01 (um) representante do segmento dos Prestadores de Serviços, 01 (um) representante do segmento dos Trabalhadores da Área da Saúde e 01 (um) representante do segmento dos Usuários ou conforme deliberação em plenária.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Comissão Eleitoral dará conhecimento dos termos deste Edital ao Ministério Público.

CAPÍTULO III DOS ELEITORES

Art. 3º – Poderão participar do Processo Eleitoral todas as Entidades e Movimentos Representativos de Usuários, Entidades Representativas dos Trabalhadores da Área da Saúde e Prestadores de Serviços Privados conveniados ou sem fins lucrativos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, do município de Canoinhas – SC, nos termos da Lei Municipal nº 5740 de 10/12/2015 e disposições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, na Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e de acordo com a Resolução 453 de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

CAPÍTULO IV DOS CANDIDATOS

Art. 4º – A inscrição das Entidades ou Organizações para o Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde será feita através do preenchimento de Ficha de Inscrição junto à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, junto a Prefeitura Municipal, demonstrando interesse de participar como eleitor e/ou candidato no Fórum mediante a apresentação da seguinte documentação:

- I - Termo de indicação de delegado e suplente expedido pela Entidade ou Organização assinado pelo seu representante legal;
- II - Cópia da Cédula de Identidade do delegado e suplente que representará a entidade.

CAPÍTULO V DAS VAGAS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º – As vagas para constituição do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Locais de Saúde serão distribuídas conforme segue:

I - Para o Conselho Municipal de Saúde os Candidatos concorrerão a uma das 12 (doze) vagas disponibilizadas, sendo:

- 06 (seis) para Entidades e Movimentos Representativos de Usuários;
- 03 (três) vagas para Entidades Representativas dos Trabalhadores da Área da Saúde e;
- 03 (três) vagas entre Prestadores de Serviços e Poder Executivo.

De acordo com o preenchimento de formulário específico no ato da inscrição, sendo que para o Poder Executivo não haverá eleição e sim indicação pelo Poder Executivo, destacando que para o Conselho Municipal de Saúde o/a Secretário/a Municipal de Saúde será membro nato e para os Conselhos Locais de Saúde um/uma enfermeiro/a da Equipe de Estratégia de Saúde da Família será membro nato.

II - Para os Conselhos Locais de Saúde os candidatos concorrerão a uma das 08 (oito) vagas, sendo:

- 04 (quatro) para Entidades e Movimentos Representativos de Usuários;
- 02 (duas) vagas para Entidades Representativas dos Trabalhadores da Área da Saúde e;
- 02 (duas) vagas entre Prestadores de Serviços e Poder Executivo.

CAPÍTULO VI DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º – As inscrições serão realizadas conforme segue:

I – para o Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde na recepção da Secretaria Municipal de Saúde, localizada à Rua Felipe Schmidt, n. 10, Centro, Canoinhas – SC, no período compreendido entre 15 de outubro de 2018 a 25 de outubro de 2018, no horário de expediente da Prefeitura.

Art. 7º - No ato da inscrição as Entidades deverão apresentar a seguinte documentação:

I - Se Entidades de Profissionais de Saúde e/ou Trabalhadores da Saúde ou Entidades não Governamentais do Município de Canoinhas:

- a) cópia da ata de fundação ou de ato legal, registrado em Cartório;
- b) cópia do estatuto e/ou regimento;
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Em casos de núcleos e/ou grupos organizados: comprovantes dos encontros e/ou reuniões mediante registros próprios e/ou listas de presenças;
- d) documento de indicação do/a delegado/a e respectivo suplente que representará a entidade, assinado pelo seu representante legal;
- e) cópia da cédula de identidade do eleitor e/ou candidato, titular e seu suplente no processo eleitoral;

II - Se Entidades Prestadoras de Serviços de Saúde, vinculados ao SUS, do Município de Canoinhas:

- a) cópia do atual contrato de Prestação de Serviço, para o município e/ou Estado, devidamente registrado ou documento equivalente que comprove o vínculo com o Sistema Único de Saúde;
- b) documento de indicação do delegado e respectivo suplente que representará a Entidade assinado pelo seu representante legal;
- c) cópia da cédula de identidade do eleitor e/ou candidato, titular e seu suplente no processo eleitoral.

CAPÍTULO VII DAS IMPUGNAÇÕES E HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º – Encerrado o prazo para as inscrições, a Comissão Eleitoral poderá contar se necessário, com o apoio da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Canoinhas – SC para homologações das inscrições, sendo que o prazo para impugnações será de 24 horas após a publicação do Edital.

CAPÍTULO VIII DA ELEIÇÃO

Art. 9º - Participarão da eleição como candidatas ou eleitoras, as Entidades nos termos da Lei Municipal nº 5740 de 10/12/2015 e Resolução nº 453 de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde, onde poderão ser contempladas, dentre outras, as seguintes representações:

- a- de associações de portadores de patologias;
- b - de associações de portadores de deficiências;
- c - de movimentos sociais e populares organizados;
- d - movimentos organizados de mulheres, em saúde;
- e - de entidades de aposentados e pensionistas;

f - de entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
g - de entidades de defesa do consumidor;
h - de organizações de moradores;
i - de entidades ambientalistas;
j - de organizações religiosas;
k - de trabalhadores da área da saúde: associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe;
l - da comunidade científica;
m - de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais de campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
n - entidades patronais;
o - de entidades dos prestadores de serviço de saúde;
p - de governo;
q - Conselhos Locais de Saúde.

Art. 10º - O Fórum para a eleição das Entidades ou Organizações Titulares e os seus respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Saúde – CMS e Conselhos Locais de Saúde, se dará em Plenária Única dos segmentos, a realizar-se no dia 14 de novembro de 2018, das 08h às 12h, no Auditório da Câmara de Vereadores.

PARÁGRAFO ÚNICO: A primeira convocação para a Plenária acontecerá às 08h15min, não havendo quórum será realizada segunda convocação às 08h30min, iniciando-se neste horário com as Entidades presentes, devendo encerrar-se às 12 horas.

Art. 11º - Um representante de cada Entidade ou Organização terá o tempo de 02 minutos para uma breve apresentação por ordem de inscrição e conforme segmento.

Art. 12º - Terão direito a voz e voto todas as entidades devidamente inscritas e deferidas pela Comissão Eleitoral.

Art. 13º - As cédulas de votação serão confeccionadas pelo Poder Público Municipal e homologadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 14º - Os/as delegados/as, no momento da votação, deverão estar munidos de documento de identificação e assinarão a nominata.

Art. 15º - A Eleição se dará através de voto em cédulas separadas por segmento, cabendo à Comissão Eleitoral, designar antecipadamente 03 (três) membros sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e 01 (um) Mesário, para a recepção e apuração dos votos com registro na Ata do Processo Eleitoral, com a assinatura de todos os presentes, participantes do processo.

Art. 16º - Cada delegado/a poderá votar da seguinte maneira:

- a) Para o Conselho Municipal de Saúde em 03 Entidades dos/as Trabalhadores/as da Área da Saúde, 02 Entidades dos Prestadores de Saúde e em 06 Entidades não Governamentais;
- b) Para cada Conselho Local de Saúde em 02 Entidades dos/as Trabalhadores/as da Área da Saúde, 01 Entidades dos Prestadores de Saúde e em 04 Entidades não Governamentais;

CAPÍTULO IX

DA APURAÇÃO E DOS RESULTADOS E IMPUGNAÇÕES

Art. 17º - A apuração dos votos será no local da votação, após o voto do último eleitor.

Art. 18º - Serão consideradas eleitas para compor o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Locais de Saúde, as Entidades ou Organizações devidamente inscritas para cada conselho, as mais votadas de acordo com o número de vagas existentes para cada segmento, permanecendo como suplentes as Entidades ou Organizações que obtiverem votação inferior a das mais votadas, devendo a classificação obedecer à ordem decrescente de votos.

Art. 19º - Em caso de empate será concedida à Entidade ou Organização, um tempo de 2 minutos para uma defesa em plenária, concluído o tempo proceder-se-á a votação em plenária para desempate, persistindo o empate haverá sorteio em plenária.

Art. 20º - A mesa comunicará o resultado à Comissão Organizadora, que se fará presente no Local de votação durante todo o processo, sendo que as impugnações poderão ser apresentadas para a Comissão Eleitoral antes do encerramento do evento.

Art. 21º - O resultado final da votação apurado durante a realização do FORUM, deverá ser amplamente divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde, através da publicação em edital.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º - As Entidades ou Organizações eleitas Titulares e Suplentes encaminharão ofício dirigido à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, até o dia 13 de fevereiro de 2019, indicando titular e suplente para composição do Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde.

Art. 23º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e Comissão Eleitoral, que contará com suporte da Assessoria Jurídica do Poder Executivo Municipal.

Canoinhas – SC, 10 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito Municipal

MARINA AUXILIADORA CASSATTI CORREA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ZENICI DREHER HERBST

Secretária Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC 15/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1787873

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 26/2018

PREGÃO N.º PMC 15/2018 (ELETRÔNICO)

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO Nº 15/2018 (ELETRÔNICO), que tem por AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL. Motivo: Licitação Fracasada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO CANCELAMENTO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 39/2018

Publicação Nº 1788205

EXTRATO DO CANCELAMENTO DO CONTRATO N.º FMS 39/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 36/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 28/2018

Fica cancelado o presente contrato em razão do pedido de desistência feito pela empresa.

Gilberto dos Passos

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0182/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0098/2018

Publicação Nº 1787943

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0182/2018
Pregão Presencial Nº 0098/2018

OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas do interior do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 13:25 horas, para abertura da Seção às 13:30 horas do dia 13/11/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 31 de Outubro de 2018.

SANDRO LUIZ TOALDO
Secretário de Infraestrutura

FMS CONTRATO 0068/2018

Publicação Nº 1787938

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0068/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada.: ADMINISTRADORA TOALDO S/S LTDA

Valor : 96.000,00 (noventa e seis mil reais)

Vigência : Início: 01/11/2018 Término: 31/11/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2018 Processo_Licitatório.....: 00035 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação de Imóvel Lote nº 09 e parte dos Lotes nº 10 e 11 da quadra "A" do mapa cadastral desta cidade de Capinzal/SC, com área superficial de 1.272,295 m² (hum mil e duzentos e setenta e dois vírgula duzentos e noventa e cinco metros quadrados), destinados às instalações da Secretaria da Saúde. Com Recursos Próprios.

Capinzal, 29 de Outubro de 2018

PMC CONTRATO 0305/2018

Publicação Nº 1787939

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0305/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: MARIA HELENA BAZZO

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 29/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0016/2018 Processo_Licitatório.....: 0178 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de livros de literatura para trabalhos pedagógicos em sala de aula e contação de histórias nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Pré-escolas. Com Recursos Salário Educação

Capinzal, 29 de Outubro de 2018

PMC CONTRATO 0306/2018

Publicação Nº 1787940

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0306/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: ESATTO ENGENHARIA LTDA - ME

Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0049/2018 Processo_Licitatório.....: 0177 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em engenharia visando a Elaboração de Projeto de Engenharia, para adequações do espaço externo da Escola Novo Horizonte, situada no Loteamento Poente do Sol, no município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 30 de Outubro de 2018

PMC CONTRATO 0307/2018

Publicação Nº 1787942

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0307/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: SAHMAF TECNOILUMINACAO LTDA

Valor : 11.550,00 (onze mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0048/2018 Processo_Licitatório.....: 0176 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de postes e luminárias para serem instalados no Calçadão da área Central do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 30 de Outubro de 2018

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0181/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0097/2018

Publicação Nº 1787881

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0181/2018
Pregão Presencial Nº 0097/2018

OBJETO: Registro de Preços para possível contratação de empresa especializada para o eventual fornecimento e instalação de calhas, rufos, contra rufos e aluzinco, bem como reparos, consertos e manutenção dos já existentes nas Unidades Escolares (creches, escolas e ginásios esportivos), Centro Educacional e demais prédios da Administração Municipal. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção às 08:30 horas do dia 13/11/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 31 de Outubro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0183/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0099/2018

Publicação Nº 1788156

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0183/2018
Pregão Presencial Nº 0099/2018

OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição de Mesas Desmontáveis e Cadeiras Coloniais para o Centro Educacional Prefeito Celso Farina, através da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:55 horas, para abertura da Seção às 15:00 horas do dia 13/11/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 31 de Outubro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário Interino de Educação, Cultura e Esportes

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0184/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0100/2018

Publicação Nº 1788270

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0184/2018
Pregão Presencial Nº 0100/2018

OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição e manutenção de extintores de incêndio, para o desenvolvimento das atividades relacionadas às Secretarias e Fundos do Município de Capinzal. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 13:25 horas, para abertura da Seção às 13:30 horas do dia 14/11/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 31 de Outubro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0185/2018 PREGÃO ELETRÔNICO 0101/2018

Publicação Nº 1788300

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0185/2018
Pregão Eletrônico Nº 0101/2018

OBJETO: Aquisição de um Caminhão 0 (zero) Km, ano/modelo 2018/2019 e tanque isotérmico acoplado para transporte de Líquido a granel. Com Recursos Próprios e Convênio Federal.

PROPOSTAS: até dia 14/11/2018 às 15h00min.

ABERTURA DA SESSÃO: dia 14/11/2018 às 15h30min.

TIPO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Telefone: (049) 3555-8739 / (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br

Capinzal-SC, 31 de Outubro de 2018.

SANDRO LUIZ TOALDO

Secretário de Infraestrutura

PORTARIA 1182/2018

Publicação Nº 1788267

PORTARIA Nº 1182, DE 20 DE AGOSTO DE 2018
Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1165574/2018, à servidora Sara Cristiane dos Santos, matrícula nº 333220/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da

Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de fevereiro de 2012 a 06 de abril de 2017, pelo período de 01 de julho a 30 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de agosto de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

PORTARIA 1213/2018

Publicação Nº 1788285

PORTARIA Nº 1213, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Altera o disposto na portaria 0/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Altera o período de férias da servidora Zilda Terezinha Rodrigues de Lima, matrícula nº 321141/01, citado na portaria 1138/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

321141/01	Zilda Terezinha Rodrigues de Lima	31/12/2016 a 30/12/2017	01 a 10/08/2018 29/08 a 08/09/2018	-
-----------	-----------------------------------	-------------------------	---------------------------------------	---

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA

Secretário da Assistência Social

PORTARIA 1214/2018

Publicação Nº 1788291

PORTARIA Nº 1214, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 116308/2018, à servidora Christiane Oliveira de Jesus, matrícula nº 327220/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2017, pelo período de 03 de setembro a 02 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1215/2018

Publicação Nº 1788304

PORTARIA Nº 1215, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 16 de agosto de 2018, Sandra De Rossi Martins, matrícula nº 410260/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de agosto de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1216/2018

Publicação Nº 1788307

PORTARIA Nº 1216, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Adelir Aparecida Hardt Machado de Vargas, matrícula nº 410348/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a Leni Meine que está em Licença Prêmio.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 03 de setembro a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1217/2018

Publicação Nº 1788331

PORTARIA Nº 1217, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1166699/2018, à servidora Leni Meine, matrícula nº 313203/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de fevereiro de 2000 a 31 de agosto de 2005, pelo período de 26 de agosto a 25 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de agosto de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1218/2018

Publicação Nº 1788337

PORTARIA Nº 1218, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018
Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1166734/2018, à servidora Ivanir Muraro Daros, matrícula nº 311200/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de fevereiro de 2000 a 05 de fevereiro de 2005, pelo período de 22 de agosto a 21 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de agosto de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1219/2018

Publicação Nº 1788340

PORTARIA Nº 1219, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018
Concede férias a servidores

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 68 Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder férias aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO FRUIÇÃO	ABONO
326496/02	Ana Paula Pereira da Silva	01/06/2017 a 31/05/2018	10 a 24/09/2018 28/01 a 11/02/2019	-
309958/01	Flavio Dalavequia	18/11/2016 a 17/11/2017	01 a 30/09/2018	-
329878/01	João Paulo da Silva	02/01/2017 a 01/01/2018	01 a 30/09/2018	-
410224/01	Junia Ruaro	08/05/2017 a 07/05/2018	24/09/2018 a 08/10/2018 23/01/2019 a 06/02/2019	-
410254/01	Tainara de Mattos	21/08/2017 a 20/08/2018	23/07 a 01/08/2018 03 a 12/09/2018 03 a 12/12/2018	-

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1220/2018

Publicação Nº 1788344

PORTARIA Nº 1220, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 01 de setembro de 2018, Jurema Martins Gilioli, matrícula nº 330230/04, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Parágrafo único: Fica indenizada na rescisão da servidora a Licenças Prêmio adquirida durante o exercício da função, referente ao seguinte quinquênio:

I – 07 de março de 2013 a 06 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

portaria 1222/2018

Publicação Nº 1788357

PORTARIA Nº 1222, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 03 de setembro a 31 de dezembro de 2018, conforme atestado médico, à servidora Ana Aparecida Schmidt, matrícula nº 399167/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência F, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1223/2018

Publicação Nº 1788382

PORTARIA Nº 1223, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 01 de agosto de 2018, Ana Maria Isganzella Surdi, matrícula nº 326437/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1224/2018

Publicação Nº 1788389

PORTARIA Nº 1224, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 01 de setembro de 2018, Morgana Alves, matrícula nº 410277/01 ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1225/2018

Publicação Nº 1788430

PORTARIA Nº 1225, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 01 de setembro de 2018, Denise Faccio Maschio, matrícula nº 410214/01 ocupante do cargo de Odontólogo, nível 376, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

PORTARIA 1226/2018

Publicação Nº 1788439

PORTARIA Nº 1226, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Marilce Gotardo, matrícula nº 331659/01, pelo período de 01 a 15 de setembro de 2018.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, em substituição a Fatima Spielmann da Silva que está afastada por motivo de doença.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1227/2018

Publicação Nº 1788467

PORTARIA Nº 1227, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Rosineide Salete Fritsch, matrícula nº 407443/02, pelo período de 01 a 15 de setembro de 2018.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, em substituição a Fatima Spielmann da Silva que está afastada por motivo de doença.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1228/2018

Publicação Nº 1788470

PORTARIA Nº 1228, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor Rafael Eduardo de Simas, matrícula nº 410331/01, pelo período de 29 de agosto a 02 de outubro de 2018.

Art. 2º O servidor exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, em substituição a Patricia de Siqueira, que está afastada por motivo de doença.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 28 de agosto de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1229/2018

Publicação Nº 1788475

PORTARIA Nº 1229, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Rosane de Fatima Rietter, matrícula nº 410349/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a Ivanir Margarida da Luz Laux, que foi

removida para a Secretaria da Infraestrutura.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 04 de setembro a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1232/2018

Publicação Nº 1788480

PORTARIA Nº 1232, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Taionara Mantovani Surdi, matrícula nº 333727/04, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de setembro a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1233/2018

Publicação Nº 1788487

PORTARIA Nº 1233, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 04 de setembro de 2018, Daniela Baldissera, matrícula nº 410307/01 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1235/2018

Publicação Nº 1788504

PORTARIA Nº 1235, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018
Concede Progressão Funcional a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1166860/2018, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional à servidora Andressa Mangolt da Rosa, matrícula nº 326712/04.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

portaria 1236/2018

Publicação Nº 1788525

PORTARIA Nº 1236, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 03 de setembro a 31 de dezembro de 2018, conforme atestado médico, à servidora Sabrina Bazzo, matrícula nº 407478/03, ocupante do cargo de Professor nível especial 1, classe 1, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1325/2018

Publicação Nº 1787661

PORTARIA Nº 1325, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 13 de outubro a 11 de dezembro de 2018, conforme requerimento protocolado sob o nº 1166997/2018, da servidora Ana Paula da Silva, matrícula nº 410227/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de outubro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 22/2018**

Publicação Nº 1788184

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 22/2018 - Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.008.150,00 (três milhões, oito mil, cento e cinquenta reais).

1. Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 8/10/2018, sob o nº 5220, publicado em 11/10/2018 no Diário Oficial do Município-DOM, sob o nº 2652, e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 16/10/2018, e entregue cópia aos demais Vereadores, na forma do artigo 75 e seguintes, e encaminhado a CCJ, na forma dos artigos 71 e 123, ambos do Regimento Interno.

2. Análise: O PL em tela busca autorização legislativa para realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.008.150,00 (três milhões, oito mil, cento e cinquenta reais), para reforço das dotações orçamentárias. Nada havendo que obste a sua tramitação, na forma do art. 71, I, "a" do RI, tendo recebido parecer da assessoria jurídica desta Casa.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 23/2018. Sala das Comissões, em 29 de outubro de 2018.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator e exaram Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 23/2018. Sala das Comissões, em 29/10/2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2018

Publicação Nº 1788192

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Resolução nº 2/2018 – SUBSTITUTIVO - Ementa: Dispõe sobre o Programa Câmara Jovem, institui o seu Regimento Interno e revoga a Resolução nº 16/2011.

1. Relatório: O Substitutivo ao Projeto de Resolução foi protocolado nesta Casa em 8/10/2018, sob o nº 5228, e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 16/10/2018, e entregue cópia aos demais Vereadores, na forma do artigo 75 e seguintes, e encaminhado a CCJ, na forma dos artigos 71 e 123, ambos do Regimento Interno.

2. Análise: O Substitutivo apresentado altera algumas situações no texto original, em especial aos alunos que estejam matriculados a partir da 6ª série do Ensino Fundamental ao 1º ano do Ensino Médio das escolas públicas e privadas do Município de Capinzal e o período da campanha e eleição, que ocorrerá de 1º a 25 de março de cada ano, devendo as escolas informar à Câmara de Vereadores o nome dos candidatos eleitos e seus suplentes até o dia 31 de março. Nada havendo que obste a sua tramitação, tendo parecer favorável da assessoria jurídica desta Casa.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Substitutivo do Projeto de Resolução nº 2/2018. Sala das Comissões, em 29 de outubro de 2018.

Vereador Alcidir Afonso Coronetti
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os membros desta CCJ acolhem o voto do Relator e exaram Parecer favorável ao Projeto de Resolução/Substitutivo nº 2/2018. Sala das Comissões, 29/10/2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB/Relator Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 22/2018

Publicação Nº 1788180

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 22/2018 - Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.008.150,00 (três milhões, oito mil, cento e cinquenta reais).

1. Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 8/10/2018, sob o nº 5220, publicado em 11/10/2018 no Diário Oficial do Município-DOM, sob o nº 2652, e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 16/10/2018.

2. Análise: O PL em tela busca autorização legislativa para realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.008.150,00 (três milhões, oito mil, cento e cinquenta reais), para reforço das dotações orçamentárias da Secretaria de Saúde, nada havendo que obste a sua tramitação.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 23/2018. Sala das Comissões, em 23 de outubro de 2018.

Vereador Bruno Michel Fávero
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator e exaram Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 23/2018. Sala das Comissões, em 23/10/2018.

Comissão de Orçamento Finanças e Tributação
Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-MDB
Presidente

Vereador Bruno Michel Fávero-SD/Relator Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB

PROJETO LEI NO 025, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788188

PROJETO LEI No 025, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2019.

**CAPITULO I
DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Capinzal para o exercício de 2019 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 104.471.400,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos reais).

§ 1º Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I – Demonstrativo da receita e da despesa do Município para o exercício a que se refere a proposta e os dois seguintes, a receita realizada nos três últimos exercícios encerrados e a prevista para o ano corrente;

II - Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000 (LRF);

III – anexos orçamentários nos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - demonstrativo da receita por fonte e respectiva legislação (inciso III do § 1º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

V - demonstrativo da receita corrente líquida projetada para 2019 (§ 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, LRF);

VI - demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

VII - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

VIII - demonstrativo da estimativa da compensação e renúncia da receita (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, II);

IX - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, II);

X - demonstrativo da receita de impostos e das despesas com saúde;

XI - demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XII - demonstrativo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais da LDO, (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 5º, I), contendo:

a) compatibilidade com o resultado primário;

b) compatibilidade com o resultado nominal;

XIII - demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município; e

XIV - demonstrativo dos limites do Poder Legislativo:

a) gastos totais (art. 29-A da Constituição Federal);

b) folha de pagamento (§ 1º do art. 29-A da Constituição Federal);

c) limite individual dos subsídios conforme subsídios dos deputados estaduais (inciso VI do art. 29-A da Constituição Federal);

d) limite de 5% (cinco por cento) da receita com remuneração dos vereadores (inciso VII do art. 20 da Constituição Federal);
 XV - descrição sucinta das unidades administrativas e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (Parágrafo Único do art. 22 da Lei 4.320, de 1964); e
 XVI - relação de convênios e contratos firmados em execução e com abrangência para 2019, com os respectivos créditos orçamentários;
 § 2o A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos à presente Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS – CONSOLIDADO:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECON	R\$	0,00
1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	102.540.315,00
1.1	Receitas Tributárias	R\$	9.787.965,09
1.2	Receita de Contribuições	R\$	1.432.620,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	944.232,15
1.4	Receita Agropecuária	R\$	126.000,00
1.5	Receita Industrial	R\$	525,00
1.6	Receita de Serviços	R\$	8.415.503,98
1.7	Transferências Correntes	R\$	80.435.459,60
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	1.398.009,18
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.931.085,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.920.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	11.085,00
	TOTAL	R\$	104.471.400,00

§ 3o A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, na forma dos quadros a seguir:

I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO:

I	CLASSIF. POR CATEGORIA ECON E NATUR	R\$	0,00
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	83.226.642,17
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	44.507.667,46
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	327.217,35
319000	Aplicações diretas	R\$	44.180.450,11
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	315.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	315.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	38.403.974,71
333000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	73.500,00
334100	Contribuições a Fundos	R\$	36.750,00
335000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	737.467,50
337100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	290.561,00
339000	Aplicações diretas	R\$	37.212.486,72
339300	Aplicação Decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	53.209,49
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	21.194.757,83
440000	INVESTIMENTOS	R\$	20.517.507,83
447100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	104.875,50
449000	Aplicações diretas	R\$	20.412.632,33
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	677.250,00
469000	Aplicações diretas	R\$	677.250,00
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	50.000,00

	TOTAL	R\$	104.471.400,00
--	-------	-----	----------------

II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		0,00
01	Legislativa	R\$	3.259.000,00
04	Administração	R\$	13.330.336,31
06	Segurança Pública	R\$	1.304.257,50
08	Assistência Social	R\$	3.961.081,98
10	Saúde	R\$	16.933.482,50
12	Educação	R\$	28.247.171,88
13	Cultura	R\$	1.360.147,50
15	Urbanismo	R\$	14.900.861,09
16	Habitação	R\$	1.404.750,00
17	Saneamento	R\$	6.463.816,18
18	Gestão Ambiental	R\$	153.000,00
20	Agricultura	R\$	2.014.075,00
22	Indústria	R\$	220.500,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.254.965,00
24	Comunicações	R\$	140.017,50
26	Transporte	R\$	4.176.200,00
27	Desporto e Lazer	R\$	1.726.875,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.570.862,56
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	104.471.400,00
	Transferências financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	104.471.400,00

III - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

III.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		0,00
01	Câmara de Vereadores	R\$	3.259.000,00
00	Soma – I	R\$	3.259.000,00
02	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.713.038,05
03	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	10.567.588,91
04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	2.951.200,00
05	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	R\$	33.769.894,38
06	Secretaria da Infraestrutura	R\$	19.396.786,09
07	Secretaria da Saúde	R\$	404.290,00
08	Secretaria de Planejamento	R\$	175.375,00
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.673.915,00
10	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.934.887,50
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
00	Soma – II	R\$	72.636.974,93
00	Transferências Financeiras	R\$	0,00
00	Sub-Total (I + II)	R\$	75.895.974,93
11	Fundo Municipal de Saúde	R\$	16.204.282,50

12	Fundo Municipal de Habitação	R\$	1.404.750,00
13	Fundo Municipal do Meio Ambiente	R\$	153.000,00
14	Fundo Munic. Dos Dir. da Criança e do Adolescente	R\$	123.477,00
15	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	1.700.850,43
16	Fundação Municipal de Esportes	R\$	746.700,00
17	Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	R\$	8.242.365,14
00	Soma (III)	R\$	28.575.425,07
	Total Geral (I+II+III)	R\$	104.471.400,00

IV - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0000	Encargos Gerais, Div. Pub. Previdência a Inat e Penc	R\$	3.488.438,91
0001	Processo Legislativo	R\$	3.259.000,00
0005	Coordenação Superior	R\$	1.338.221,00
0010	Planejamento e Controle	R\$	175.375,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	4.647.125,00
0020	Controle Interno	R\$	55.125,00
0025	Edificações Públicas	R\$	236.250,00
0030	Administração Informatizada	R\$	398.700,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	297.675,00
0040	Comunicação Social	R\$	140.017,50
0045	Ação Rural – PAR	R\$	2.951.200,00
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	153.000,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.673.915,00
0060	Educação Infantil	R\$	6.546.546,88
0065	Educação Fundamental	R\$	23.724.600,00
0070	Ensino Médio	R\$	66.150,00
0075	Ensino Superior	R\$	241.500,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	22.050,00
0085	Educação Especial	R\$	131.025,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	729.200,00
0095	Raízes Culturais	R\$	1.360.147,50
0100	Esporte em Ação	R\$	1.726.875,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	697.200,00
0115	Parques de Lazer	R\$	308.700,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	8.978.886,09
0125	Trânsito Seguro	R\$	261.975,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	3.209.825,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.764.000,00
0140	Habitação Popular	R\$	1.404.750,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	4.176.200,00
0150	Vida e Saúde	R\$	14.859.232,50
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.411.200,00
0160	Infância Saudável	R\$	22.050,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	8.558.455,14

0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	110.250,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	1.587.926,23
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	27.562,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão Política Soc	R\$	1.866.862,50
0190	Segurança do Cidadão	R\$	1.304.257,50
0195	Atenção Integral à Família – PROTEÇÃO	R\$	509.931,25
9999	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	104.471.400,00
	Transferências Financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	104.471.400,00

Seção I
Do Orçamento do Legislativo

Subseção Única
Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 2o O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 3.259.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais) e fixa a Despesa no valor de R\$ 3.259.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais).
§ 1o A Receita da Câmara Municipal de Vereadores será realizada mediante a transferência de recursos financeiros do Tesouro Municipal, conforme discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	0,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	0,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	0,00
3.	Transferências Financeiras	R\$	3.259.000,00
4.	Total	R\$	3.259.000,00

§ 2o A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.879.000,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.800.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	1.800.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.079.000,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	15.000,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	12.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	1.040.000,00
339300	Aplicação Direta decorrente de operações entre órgãos	R\$	12.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	380.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	380.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	380.000,00
	TOTAL	R\$	3.259.000,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	Legislativa	R\$	3.259.000,00
	Total	R\$	3.259.000,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0001	Processo Legislativo	R\$	3.259.000,00
	Total	R\$	3.259.000,00

Seção II

Do Orçamento da Administração Direta

Subseção Única

Do Orçamento da Prefeitura

Art. 3o O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2019 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 92.364.706,24 (noventa e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e seis reais e vinte e quatro centavos).

§ 1o A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	90.438.196,24
1.1	Receitas Tributárias	R\$	9.658.425,00
1.2	Receita de Contribuições	R\$	1.432.620,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	584.115,00
1.4	Receita Agropecuária	R\$	126.000,00
1.5	Receita Industrial	R\$	525,00
1.6	Receita de Serviços	R\$	935.340,00
1.7	Transferências Correntes	R\$	76.732.200,98
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	968.970,26
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.926.510,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.926.510,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	6.510,00
	TOTAL	R\$	92.364.706,24

§ 2o A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	55.686.987,18
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	33.330.584,50
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	31.500,00
319000	Aplicações diretas	R\$	33.299.084,50
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	315.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	315.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	22.041.402,68
333000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	73.500,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	590.962,50
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	84.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	21.282.440,18
339300	Aplicação Direta decorrente de Operação Entre Órgãos	R\$	10.500,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	16.899.987,75
440000	INVESTIMENTOS	R\$	16.222.737,75

447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	21.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	16.201.737,75
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	677.250,00
469000	Aplicações diretas	R\$	677.250,00
900000	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	SOMA	R\$	72.636.974,93
	Transferências Financeiras	R\$	19.727.731,31
	TOTAL	R\$	92.364.706,24

II.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – ÓRGÃO		
01	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.713.038,05
02	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	10.567.588,91
03	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	2.951.200,00
04	Secretaria da Educação Cultura e Esportes	R\$	33.769.894,38
05	Secretaria de Infraestrutura	R\$	19.396.786,09
06	Secretaria da Saúde	R\$	404.290,00
07	Secretaria de Planejamento	R\$	175.375,00
08	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.673.915,00
09	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.934.887,50
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	72.636.974,93
	Transferências Financeiras	R\$	19.727.731,31
	Total	R\$	92.364.706,24

III.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	11.318.121,00
06	Segurança Pública	R\$	1.304.257,50
08	Assistência Social	R\$	2.136.754,55
10	Saúde	R\$	729.200,00
12	Educação	R\$	28.247.171,88
13	Cultura	R\$	1.360.147,50
15	Urbanismo	R\$	14.900.861,09
17	Saneamento	R\$	316.090,00
20	Agricultura	R\$	2.014.075,00
22	Indústria	R\$	220.500,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.254.965,00
24	Comunicações	R\$	140.017,50
26	Transporte	R\$	4.176.200,00
27	Desporto e Lazer	R\$	980.175,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.488.438,91
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	72.636.974,93
	Transferências financeiras	R\$	19.727.731,31
	Total	R\$	92.364.706,24

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
-----	-----------------------------	--	--

0000	Encargos Gerais do Município	R\$	3.488.438,91
0005	Coordenação Superior	R\$	1.338.221,00
0010	Planejamento e Controle	R\$	175.375,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	4.647.125,00
0020	Controle Interno	R\$	55.125,00
0025	Edificações Públicas	R\$	236.250,00
0030	Administração Informatizada	R\$	398.700,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	297.675,00
0040	Comunicação Social	R\$	140.017,50
0045	Ação Rural – PAR	R\$	2.951.200,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.673.915,00
0060	Educação Infantil	R\$	6.546.546,88
0065	Ensino Fundamental	R\$	23.724.600,00
0070	Ensino Médio	R\$	66.150,00
0075	Ensino Superior	R\$	241.500,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	22.050,00
0085	Educação Especial	R\$	131.025,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	729.200,00
0095	Raízes Culturais	R\$	1.360.147,50
0100	Esporte em Ação	R\$	980.175,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	697.200,00
0115	Parques de Lazer	R\$	308.700,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	8.978.886,09
0125	Trânsito Seguro	R\$	261.975,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	3.209.825,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.764.000,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	4.176.200,00
0150	Vida e Saúde	R\$	88.200,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	316.090,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	576.717,05
0185	Assistência Comunitária – Gestão Polít Munic Assist Social	R\$	1.701.487,50
0190	Segurança do Cidadão	R\$	1.304.257,50
9999	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	72.636.974,93
	Transferências Financeiras	R\$	19.727.731,31
	Total	R\$	92.364.706,24

Seção III

Do Orçamento dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais

Subseção I

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Art. 4o O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 16.204.282,50 (dezesseis milhões, duzentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), sendo que deste valor, R\$ 3.104.852,10 (três milhões, cento e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos) referem-se à receita própria e R\$ 13.099.430,40 (treze milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 16.204.282,50 (dezesseis milhões, duzentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

§ 1o A Receita do FMS será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes

e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	3.103.277,10
1.1	Receita Tributária	R\$	525,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	46.095,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	3.055.082,10
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	1.575,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.575,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	1.575,00
3	Transferências Financeiras	R\$	13.099.430,40
	Total	R\$	16.204.282,50

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
3000000	DESPESAS CORRENTES	R\$	15.615.434,10
3100000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	5.744.475,00
3171000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	22.500,00
3190000	Aplicações Diretas	R\$	5.721.975,00
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	9.870.959,10
3341000	Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	R\$	36.750,00
3350000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	47.250,00
3371000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	7.500,00
3390000	Aplicações Diretas	R\$	9.779.459,10
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	588.848,40
4400000	Investimentos	R\$	588.848,40
	TOTAL	R\$	16.204.282,50

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
10	Saúde	R\$	16.204.282,50
	Total	R\$	16.204.282,50

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0150	Vida e saúde	R\$	14.771.032,50
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.411.200,00
0160	Infância Saudável	R\$	22.050,00
	Total	R\$	16.204.282,50

Subseção II

Do Orçamento do Fundo Municipal de Habitação – FMH

Art. 5o O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 1.404.750,00 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), sendo que deste valor R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) são de receitas próprias e R\$ 1.396.350,00 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil, trezentos e cinquenta reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.404.750,00 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

§ 1o A Receita do FMH será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	8.400,00
----	--------------------	-----	----------

1.1	Receita Patrimonial	R\$	3.150,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	5.250,00
	Soma	R\$	8.400,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	1.396.350,00
	Total	R\$	1.396.750,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	412.500,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	412.500,00
339000	Aplicações diretas	R\$	412.500,00
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	992.250,00
4400000	Investimentos	R\$	992.250,00
	TOTAL	R\$	1.404.750,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
16	Habitação	R\$	1.404.750,00
	Total	R\$	1.404.750,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0140	Habitação Popular	R\$	1.404.750,00
	Total	R\$	1.404.750,00

Subseção III

Do Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA

Art. 6o O Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) sendo que deste valor, R\$ 24.150,00 (vinte e quatro mil, cento e cinquenta reais) são de receitas próprias e R\$ 128.850,00 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município, e fixa a Despesa no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

§ 1o A Receita do FMMA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	24.150,00
1.1	Receita Tributária	R\$	21.000,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	1.050,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	2.100,00
	Soma	R\$	24.150,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	128.850,00
	Total	R\$	153.000,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	130.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	130.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	130.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	23.000,00

440000	INVESTIMENTOS	R\$	23.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	23.000,00
	TOTAL	R\$	153.000,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
18	Gestão Ambiental	R\$	153.000,00
	Total	R\$	153.000,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	153.000,00
	Total	R\$	153.000,00

Subseção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 123.477,00 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais), sendo que deste valor, R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) são de receitas próprias e R\$ 60.477,00 (sessenta mil, quatrocentos e setenta e sete reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 123.477,00 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais).

§ 1º A Receita do FIA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	63.000,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	31.500,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	26.250,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	5.250,00
	Soma	R\$	63.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	60.477,00
	Total	R\$	123.477,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	110.877,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	110.877,00
339000	Aplicações diretas	R\$	110.877,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	12.600,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	12.600,00
449000	Aplicações diretas	R\$	12.600,00
	TOTAL	R\$	123.477,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	123.477,00
	Total	R\$	123.477,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente, S.C.F.V	R\$	95.915,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	27.562,00
	Total	R\$	123.477,00

Subseção V

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 1.700.850,43 (um milhão, setecentos mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos), sendo que deste valor, R\$ 645.026,52 (seiscentos e quarenta e cinco mil, vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos) referem-se a receitas próprias e R\$ 1.055.823,91 (um milhão, cinqüenta e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e um centavos), referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.700.850,43 (um milhão, setecentos mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos).

§ 1º A Receita do FMAS será realizada mediante a Transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	645.026,52
1.1	Receita Patrimonial	R\$	23.100,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	621.926,52
	Soma	R\$	645.026,52
2.	Transferências Financeiras	R\$	1.055.823,91
	Total	R\$	1.700.850,43

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		0,00
	DESPESAS CORRENTES	R\$	1.445.996,25
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	366.800,00
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	250.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	116.800,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.079.196,25
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	24.255,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	160.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	894.941,25
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	254.854,18
440000	INVESTIMENTOS	R\$	254.854,18
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	80.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	174.854,18
	TOTAL	R\$	1.700.850,43

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	1.700.850,43
	Total	R\$	1.700.850,43

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	110.250,00
0175	Rede de Proteção da Criança e do Adolescente	R\$	915.294,18
0185	Assistência Comunitária, Gestão da Polít Munic Assist Social	R\$	165.375,00
0195	Atenção Integral à Família – PAIF	R\$	509.931,25
	Total	R\$	1.700.850,43

Subseção VI

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes – FME

Art. 9º O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 746.700,00 (setecentos e quarenta e seis mil e setecentos reais), sendo que deste valor, R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) referem-se a receitas próprias e R\$ 727.800,00 (setecentos e vinte e sete mil e oitocentos reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 746.700,00 (setecentos e quarenta e seis mil e setecentos reais).

§ 1º A Receita da FME será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes

e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	18.900,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	15.750,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	3.150,00
	Soma	R\$	18.900,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	727.800,00
	Total	R\$	746.700,00

§ 2o A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	572.358,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	259.308,00
319000	Aplicações diretas	R\$	259.308,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	313.050,00
335000	Transferências a Instit. Privadas sem Fins lucrativos	R\$	60.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	253.050,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	174.342,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	174.342,00
449000	Aplicações diretas	R\$	174.342,00
	TOTAL	R\$	746.700,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
27	Esporte e Lazer	R\$	746.700,00
	Total	R\$	746.700,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0100	Esporte Amador	R\$	746.700,00
	Total	R\$	746.700,00

Subseção VII

Do Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE

Art. 10. O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE para o exercício de 2019 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.242.365,14 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos).

§ 1o A Receita do SIMAE será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	8.239.365,14
1.1	Receita Tributária	R\$	108.015,09
1.2	Receita Patrimonial	R\$	239.472,15
1.3	Receita de Serviços	R\$	7.480.163,98
1.4	Outras Receitas Correntes	R\$	411.713,92
2.	RECEITA DE CAPITAL	R\$	3.000,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	3.000,00
	Total	R\$	8.242.365,14

§ 2o A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza,

distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	0,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	3.006.499,96
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	23.217,35
319000	Aplicações diretas	R\$	2.983.282,61
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	3.366.989,68
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	27.061,00
339000	Aplicações diretas	R\$	3.309.219,19
339300	Aplicações Diretas Dec. de Operações entre Órgãos	R\$	30.709,49
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.868.875,50
440000	INVESTIMENTOS	R\$	1.868.875,50
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	3.875,50
449000	Aplicações diretas	R\$	1.865.000,00
	TOTAL	R\$	8.242.365,14

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	2.012.215,31
17	Saneamento	R\$	6.147.726,18
28	Encargos Especiais	R\$	82.423,65
	Total	R\$	8.242.365,14

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	8.242.365,14
	Total	R\$	8.242.365,14

CAPITULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única Da Reserva de Contingência

Art. 11. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por decreto, dotações de um grupo de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal no 4.320, de 1964, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares:

I - até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- o superávit financeiro do exercício anterior;
- o produto de operações de crédito autorizadas pelo Legislativo.

II - até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;

Parágrafo único. Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no

exercício.

Art. 15. Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, e em conformidade com a Portaria no 163, de 2001, art. 6o, da Secretaria do Tesouro Nacional, o crédito orçamentário criado em nível de modalidade de aplicação.

§ 1o. Faz parte integrante do orçamento o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), até o nível de elementos e desdobramentos (§ 3o, art. 10, da Lei no 3.297, de 30 de agosto de 2018).

§ 2o. Cada Poder, no âmbito de sua ação administrativa, poderá, por ato próprio, em relação à sua execução orçamentária, criar, excluir e alterar valores e as destinações e as fontes de recursos em relação aos elementos e desdobramentos do QDD, desde que preservados os valores aprovados em nível de modalidade de aplicação (§§ 1o e 2o, art. 10, da Lei no 3.297, de 30 de agosto de 2018).

Art. 16. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo, como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 18. Durante o exercício de 2019, o Poder Executivo poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 19. Comprovado o interesse público municipal e, mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor em 1o de janeiro de 2019.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

323.2018

Publicação Nº 1788358

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 323/2018

Constitui Comissão Julgadora dos Processos Administrativos Sanitários (PAS), e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO JULGADORA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANITÁRIOS (PAS), composta pelos seguintes membros:

I – FLAVIO DA SILVEIRA – Fiscal de Tributos;

II – DIEGO FERNANDO CHIQUIO – Fiscal de Obras;

III – ADILSON HELENO DE SOUZA – Secretário Municipal da Saúde.

Art. 2º A comissão de que trata o Artigo 1º, composta por servidores públicos municipais efetivos, procederão em conjunto julgamento dos Processos Administrativos Sanitários (PAS).

Art. 3º O trabalho da equipe, constitui serviço público relevante, não implicando remuneração para qualquer de seus membros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

324.2018

Publicação Nº 1788356

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 324/2018

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05,
(Cinco) dias, datado em 29.10.2018;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público, MAICON DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de Professor de Educação Física – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 29.10.2018 a 02.11.2018, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 29.10.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

325.2018

Publicação Nº 1788355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 325/2018

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico pela Empregada Pública Gestante abaixo qualificada;
- CONSIDERANDO, o Requerimento apresentado pela Empregada Pública Gestante abaixo qualificada, de conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº. 052, de 31/05/2011;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com que preceitua o art. 1º, da Lei Complementar nº. 052, de 31/05/2011;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública DAIANA DE SOUZA PASSIG, ocupante do Emprego de Agente Comunitário de Saúde do PSF - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 02/10/2018 a 30/11/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02/10/2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2018

Publicação Nº 1788794

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2018

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 13 de novembro de 2018, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa à aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para conserto de um FIAT/UNO MILLE WAY ECON, ANO/MODELO 2013/2013, MLH 0753, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 31 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2018

Publicação Nº 1788795

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 99/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2018

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CASA DO COLONO – NECKEL & CIA LTDA;

Vigência: 31/10/2018 a 31/12/2018;

Fundamento Legal: art. 24, inciso V, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais);

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM FOGÃO INDUSTRIAL DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) BOCAS E UMA MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS COM CAPACIDADE

MÍNIMA DE 16 KG (DEZESSEIS QUILOS).

Chapadão do Lageado/SC, 31 de Outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITALCHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 – RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1788424

Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Chapecó

EDITALCHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 – RESULTADO FINAL

A Comissão Municipal de Seleção e Julgamento do Edital de Chamamento Público nº 001/2018, constituída e nomeada pelo Decreto nº 35.883 de 22 de agosto de 2018, divulga Resultado Finaldo processo de seleção, com o seguinte resultado:

CLASSIFICADOS:

Ordem	Título do Projeto	Organização	Pontuação
1º	Tecnologias assistivas como ferramenta de inclusão social para crianças e adolescentes com deficiência e com altas habilidades/ superdotação	Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick- CAPP	47,5
2º	Circulando informação: ações articuladas de educação sexual e prevenção de grávidas e das DSTs e do vírus HIV na adolescência.	Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS e Defesa dos Direitos Humanos e Sociais - GAPA	46,5
3º	Abuse do Diálogo	JCI Chapecó	46,5
4º	Aprendizado complementar, eu fortalecido	Verde Vida – Programa Oficina Educativa	46,5
5º	Cinoterapia para crianças e adolescentes com deficiência visual	Associação dos deficientes visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC	45,0
6º	Qualificação para iniciantes na Confeitaria e Panificação	Programa Viver – Ações Sociais	44,5
7º	Projeto Golfinho 2019	Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Chapecó	40,0
8º	Sorriso para a Vida – resignificando a infância e adolescência	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE	35,5

Chapecó, 31 de outubro de 2018.

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 22/FMS/2018

Publicação Nº 1787711

ADITIVO Nº: 22/2018.

CONTRATO Nº: 37/2017.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS COCAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 16/FMS/2017.

INEXIGIBILIDADE: 01/FMS/2017.

Objeto do contrato: Prestação de serviços de análises clínicas, no conjunto de procedimentos dos grupos da tabela unificada do SUS, para atendimento a Rede Municipal de Saúde de Cocal do Sul/SC.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 23/10/2017.

Assinatura: 18/10/2018.

Vigência: Início: 23/10/2018 Término: 23/10/2019.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2018 – PMC

Publicação Nº 1787765

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2018 – PMC
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de caixas para lixo em estrutura metálica e chapa galvanizada, para serem instaladas em diversos pontos do Município conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/11/2018.

Abertura: dia 20/11/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2018 – PMC

Publicação Nº 1787764

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2018 – PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) de empresa especializada em geotecnica para a execução de serviços de sondagens geotécnicas do tipo mista, para subsidiar estudos e projetos de contenção da Rua Senador Attilio Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 14/11/2018.

Abertura: dia 14/11/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2018 – PMC

Publicação Nº 1787896

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços diversos (organização de evento, apresentação de esquetes teatrais, ensaio e apresentação de cantata) e aquisição de materiais diversos, visando a realização do evento Sonho de Natal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 12/11/2018.

Abertura: dia 13/11/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 29 de outubro de 2018.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 9/2018 – FMC

Publicação N° 1787767

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 9/2018

Objeto: Edital de Credenciamento para Grupos de Corais que desejam se apresentar na "II Mostra de Canto Coral de Concórdia 2018" a ser promovido pelo Município de Concórdia através da Fundação Municipal de Cultura.

Credenciamento: De 31 de outubro até 23 de novembro de 2018.

Informações complementares: Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, localizada na Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através dos telefones nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2018.

JÚLIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 43/2018

Publicação N° 1787946

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 43/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 4.642,21 (quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e um centavos), Ensino Infantil, no valor de R\$ 1.512,12 (um mil quinhentos e doze reais e doze centavos), e Ensino Fundamental, no valor de R\$ 14.561,71 (quatorze mil quinhentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos).

Concórdia SC, 30 de Outubro de 2018.

ENORI ANTONIO BOLSI.

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 211/2017 - PMC

Publicação N° 1787684

Contrato N° : 211/2017

Aditivo N° : 1TA Ctr 211/2017/2018

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME

Licitação : Inexigibilidade 29/2017

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de almoços para os servidores da Secretaria Municipal de Educação, que transportam os alunos no horário do meio dia, nas seguintes rotas: Linha São Paulo e Presidente Kennedy, em razão de terem ficado deserta no processo licitatório.

Vigência : Início: 19/10/2018 Término: 18/02/2019

Assinatura : 15/10/2018
Valor R\$: 834,12 (Oitocentos e Trinta e Quatro Reais e Doze Centavos)

Dotação : 42 - 06.001.2012.333903941000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 22/2018 - PMC

Publicação Nº 1787692

Contrato Nº : 22/2018
Aditivo Nº : 1TA CT 22/2018/2018
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME
Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017
Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital
Vigência : Início: 10/10/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 10/10/2018
Valor R\$: 26.166,80 (Vinte e Seis Mil, Cento e Sessenta e Seis Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 24/2018 - PMC

Publicação Nº 1787689

Contrato Nº : 24/2018
Aditivo Nº : 1TA CT 24/2018/2018
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FLAVIO ALBERTO ZAGO ME
Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017
Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital
Vigência : Início: 10/10/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 10/10/2018
Valor R\$: 4.586,86 (Quatro Mil, Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 247/2018 - PMC

Publicação N° 1787660

Contrato N° : 247/2018

Aditivo N° : 1 TA Ctr247/2018/2018

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROENGE PROJETOS E CONSULTORIA S/S LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2018

Objeto : Contratação de empresa para elaboração de estudo técnico para viabilizar a implantação de controladores automáticos não metro-lógicos de fiscalização, fixos, estáticos e/ou móveis, em vias da cidade que possa promover a melhoria da educação, circulação e segurança no trânsito deste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 11/12/2018

Assinatura : 24/10/2018

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 29/2018 - PMC

Publicação N° 1787688

Contrato N° : 29/2018

Aditivo N° : 1TA CT 29/2018/2018

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PATY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 10/10/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 10/10/2018

Valor R\$: 12.557,82 (Doze Mil, Quinhentos e Cinquenta e Sete Reais e Oitenta e Dois Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 30/2018 - PMC

Publicação N° 1787690

Contrato N° : 30/2018

Aditivo N° : 1TA CTR 30/2018/2018

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 22/10/2018

Valor R\$: 28.886,49 (Vinte e Oito Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais e Quarenta e Nove Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 34/2018 - PMC

Publicação N° 1787687

Contrato N° : 34/2018

Aditivo N° : 1TA CT 34/2018/2018

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES ATIGRETUR EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 22/10/2018

Valor R\$: 26.268,26 (Vinte e Seis Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 35/2018 - PMC

Publicação N° 1787694

Contrato N° : 35/2018

Aditivo N° : 1TA CT 35/2018/2018

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES E COMÉRCIO 29 LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 22/10/2018

Valor R\$: 14.892,00 (Quatorze Mil e Oitocentos e Noventa e Dois Reais)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 1º TA TPU N° 2/2017 - PMC

Publicação N° 1787681

Contrato N° : TPU 02/2017
Aditivo N° : 1Ta TPU 02/2017/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : RENI DIAS - ME
Licitação : Concorrência para Concessões 2/2017
Objeto : Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso de 02 (duas) salas localizadas no Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Massolini.
Vigência : Início: 14/10/2018 Término: 13/10/2019
Assinatura : 11/10/2018
Valor R\$: 4.621,68 (Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos)

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 242/2018 - PMC

Publicação N° 1787659

Contrato N° : 242/2018
Aditivo N° : 2TA Ctr 242/2018/2018
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FGS ENGENHARIA GEOTECNICA E AMBIENTAL - EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 6/2018
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em engenharia geotécnica e elaboração de anteprojeto de contenção de taludes, a serem realizados no Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "A" deste Edital.
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 04/01/2019
Assinatura : 24/10/2018

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 40/2018 - PMC

Publicação N° 1787691

Contrato N° : 40/2018
Aditivo N° : 2TA CT 40/2018/2018
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME
Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017
Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital
Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 22/10/2018
Valor R\$: 4.772,52 (Quatro Mil, Setecentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903926000000.01010000

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.333903926000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.333903926000000.01010000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 91 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 367 - 06.002.2013.333903926000000.03360000

Dotação : 420 - 06.002.2017.333903926000000.03010000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 181/2018 - PMC

Publicação Nº 1787662

Contrato Nº : 181/2018
Aditivo Nº : 3TA CTR 181/2018/2018
Tipo Aditivo : Prazo/Valor
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COPAG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2018
Objeto : Contratação de empresa do ramo de construção e/ou engenharia civil, para execução de obra de reforma, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), do piso do Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Tancredão) do Parque de Exposições, neste Município, com recursos oriundos do contrato de apoio financeiro 2017TR001309 da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 27/12/2018
Assinatura : 22/10/2018
Valor R\$: 17.422,55 (Dezessete Mil, Quatrocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)

Dotação : 118 - 08.001.1009.344905107000000.01390002

Dotação : 342 - 08.001.1009.344905107000000.03640001

Dotação : 352 - 08.001.1009.344905107000000.03000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 234/2018 - PMC

Publicação Nº 1787663

Contrato Nº : 234/2018
Aditivo Nº : 3TA CTR 234/2018/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP
Licitação : Dispensa de Licitação 32/2018
Objeto : Contratação emergencial de empresa especializada para limpeza, higienização e organização do Terminal Rodoviário Municipal.
Vigência : Início: 28/10/2018 Término: 27/11/2018
Assinatura : 26/10/2018
Valor R\$: 8.900,00 (Oito Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 427 - 04.001.2007.333903401000000.03000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 266/2015 - PMC

Publicação Nº 1787677

Contrato Nº : 266/2015
Aditivo Nº : 3TA Ctr 266/2015/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GEOVANE TERESINHA SAMPAIO DE OLIVEIRA EIRELI - ME
Licitação : Pregão Presencial 94/2015
Objeto : Contratação serviços técnicos profissionais especializados para a prestação de serviços de consultoria, cadastro e acompanhamento de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento a operacionalização dos sistemas de transferências de recursos (SIGEF, SICONV, SISMOB, SIMEC, SIGOB, SISPAC, OBTV) com o objetivo de captar recursos para a realização de obras e serviços para a população do Município de Concórdia, SC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 13/10/2018 Término: 12/10/2019
Assinatura : 10/10/2018
Valor R\$: 57.512,16 (Cinquenta e Sete Mil, Quinhentos e Doze Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 12 - 02.001.2003.333903905000000.01000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 279/2015 - PMC

Publicação Nº 1787678

Contrato Nº : 279/2015
Aditivo Nº : 4TA Ctr 279/2015/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : EDIFÍCIO COMERCIAL GOLDEN OFFICE
Licitação : Inexigibilidade 33/2015
Objeto : Aditivamento, referente a contratação de empresa, para administrar o condomínio Golden Office, onde funciona a Secretaria

Municipal de Educação, salas 301 e 302, onde abriga o Núcleo Tecnológico Municipal, Clínica de Aprendizado e os setores administrativos e pedagógicos das SEMED.

Vigência : Início: 21/10/2018 Término: 20/10/2019

Assinatura : 19/10/2018

Valor R\$: 16.042,80 (Dezesseis Mil, Quarenta e Dois Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 42 - 06.001.2012.333903902000000.01010000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 95/2018 - PMC

Publicação Nº 1787658

Contrato Nº : 95/2018

Aditivo Nº : 4TA Ctr 95/2018/2018

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2017

Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de obra de terraplanagem e drenagem pluvial, a ser executada na Rua Padres Franciscanos, bairro Nossa Senhora da Salete, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 27/10/2018 Término: 26/11/2018

Assinatura : 08/10/2018

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 323/2013 - PMC

Publicação Nº 1787682

Contrato Nº : 323/2013

Aditivo Nº : 5TA Ctr 323/2013/2018

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 112/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências do Centro Administrativo conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 01/11/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 25/10/2018

Valor R\$: 17.247,56 (Dezessete Mil, Duzentos e Quarenta e Sete Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação : 26 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

Dotação : 427 - 04.001.2007.333903401000000.03000001

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 119/2017 - PMC

Publicação Nº 1787685

Contrato Nº : 119/2017

Aditivo Nº : 6TA Ctr 119/2017/2018

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2017

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção de edificação destinada a abrigar a Casa da Memória, localizada na Comunidade de Lajeado dos Pintos, neste Município, com recursos oriundos do contrato de repasse nº 823984/2015 - Ministério da Cultura/Caixa Processo nº 2623.1027019-78/2015, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 26/05/2019 Término: 25/06/2019

Assinatura : 08/10/2018

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 379/2014 - PMC

Publicação Nº 1787675

Contrato Nº : 379/2014
Aditivo Nº : 6TA Ctr 379/2014/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME
Licitação : Inexigibilidade 56/2014
Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.
Vigência : Início: 25/10/2018 Término: 24/10/2019
Assinatura : 24/10/2018
Valor R\$: 16.947,84 (Dezesseis Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 146 - 09.001.2035.333903999000000.01000001

Dotação : 412 - 09.001.2035.333903999000000.03000001

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 119/2017 - PMC

Publicação Nº 1787686

Contrato Nº : 119/2017
Aditivo Nº : 7TA CTR 119/2017/2018
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2017
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção de edificação destinada a abrigar a Casa da Memória, localizada na Comunidade de Lajeado dos Pintos, neste Município, com recursos oriundos do contrato de repasse nº 823984/2015 - Ministério da Cultura/Caixa Processo nº 2623.1027019-78/2015, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 15/10/2018 Término: 25/06/2019
Assinatura : 15/10/2018
Valor R\$: 71.414,15 (Setenta e Um Mil, Quatrocentos e Quatorze Reais e Quinze Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01340000

Dotação : 450 - 10.001.2039.344905198000000.01340000

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 378/2014 - PMC

Publicação Nº 1787676

Contrato Nº : 378/2014
Aditivo Nº : 7TA Ctr 378/2014/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME
Licitação : Inexigibilidade 56/2014
Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.
Vigência : Início: 25/10/2018 Término: 24/10/2019
Assinatura : 24/10/2018
Valor R\$: 21.673,24 (Vinte e Um Mil, Seiscentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 146 - 09.001.2035.333903999000000.01000001

Dotação : 412 - 09.001.2035.333903999000000.03000001

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018 – FMS

Publicação Nº 1787954

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018 – FMS

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, PEDRO ANGELO SPERANDIO e a ASSOCIAÇÃO PORTADORES DE FISSURA LÁBIO -PALATAIS - PROFIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.973/0001-43, representada pelo seu Presidente, senhor DOMINGO VALÊNCIO VARGAS.

OBJETO: Propiciar atendimento e apoio aos pacientes portadores de fissura lábio-palatais e suas famílias, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 85.723,12 (oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais e doze centavos) em 14 (quatorze) parcelas.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2019, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: 29 de outubro de 2018.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 809/2018

Publicação Nº 1787821

DECRETO Nº 809/2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.236/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2018 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria Da Agricultura

Modalidade de Aplicação: 339000 – 72

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 810/2018

Publicação Nº 1787823

DECRETO Nº 810/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 2 (dois) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro de família a Servidora Municipal Sra. SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem Matrícula nº 204101, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 25/10/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 811/2018

Publicação Nº 1787824

DECRETO Nº 811/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. EMANUELLE CELLA TOZZO ocupante do cargo de CONTADOR (a), matrícula nº 626103, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2017 á 28/02/2018 que serão gozadas a partir do dia 05/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EMANUELLE CELLA TOZZO

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 812/2018

Publicação Nº 1787825

DECRETO Nº 812/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. TEREZINHA BEE ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº 587301, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 24/10/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 813/2018

Publicação Nº 1787826

DECRETO Nº 813/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, matrícula nº 1336102, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/04/2017 a 11/04/2018 que serão gozadas a partir do dia 05/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

HIGOR TRESSOLDI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 814/2018

Publicação Nº 1787827

DECRETO Nº 814/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. LUCIMAR DE LOURDES BOFF PEDERSSETTI ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, matrícula nº 27903, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017 á 31/05/2018 que serão gozadas a partir do dia 19/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

LUCIMAR DE LOURDES BOFF PEDERSSETTI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 815/2018

Publicação Nº 1787828

DECRETO Nº 815/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. EDIMAR DOS PASSOS, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 110901, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2017 á 31/07/2018 que serão gozadas a partir do dia 20/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EDIMAR DOS PASSOS

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 816/2018

Publicação Nº 1787829

DECRETO Nº 816/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. JAIR BORSOI, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 71801, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 17/01/2017 á 16/01/2018 que serão gozadas a partir do dia 20/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JAIR BORSOI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 817/2018

Publicação Nº 1787830

DECRETO Nº 817/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. ADRIEZE JAMILE DA ROSA ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 634302, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018 que serão gozadas a partir do dia 05/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ADRIEZE JAMILE DA ROSA

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 818/2018

Publicação Nº 1787833

DECRETO Nº 818/2018

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DECRETO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n. 783/2018, de 19 de Outubro de 2018, que atribui responsabilidades a Servidora Municipal MÁRCIA DA-LAGASPERINA BOFF, matrícula n. 538601, ocupante do cargo de Assistente Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 29 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 819/2018

Publicação Nº 1788341

DECRETO Nº 819/2018

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N. 01/2018 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público - Edital nº 01/2018 - conforme “Classificação Final” divulgada no site oficial do município: www.pmcordi.sc.gov.br.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 30 de outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 820/2018

Publicação Nº 1788342

DECRETO Nº 820/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, Matrícula nº477501, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 821/2018

Publicação Nº 1788343

DECRETO Nº 821/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. MARIELLE LANG ocupante do cargo de Médico (a) Clínico Geral, matrícula nº 1360501, 10 (dez) dias de

férias, relativas ao período aquisitivo de 09/04/2018 á 08/04/2019 que serão gozadas a partir do dia 22/11/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Outubro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Outubro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

MARIELLE LANG

Ciente em:____/____/2018

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 81/2018

Publicação Nº 1787990

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº81/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

8º TERMO ADITIVO Nº 81/2018 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2018

Contratado: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 05/2018 passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN.	CLAS.
1	140.000	Diesel S10	Cooperativa Regional Itaipu	3,67	1º
2	160.000	Diesel S500	Cooperativa Regional Itaipu	3,57	1º

Vigência: 31/12/2018.

TERMO ADITIVO Nº 82/2018

Publicação Nº 1787991

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº82/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 82/2018 AO CONTRATO Nº 63/2018

Contratado: SAMI CONTRUÇÕES LTDA

Objeto: Considerando que houve a necessidade de alteração do projeto inicial;

Considerando a necessidade ou adequação de alguns elementos estruturais que implicaram no realinhamento dos quantitativos inicialmente apresentados pela contratante.

Considerando que a obra encontra-se ainda em fase de execução.

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO do Contrato nº 63/2018, sendo aditivado o valor de R\$ 39.174,10 (trinta e nove mil cento e setenta e quatro reais e dez centavos).

A despesa correrá a conta da dotação do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS para o ano de 2018.

Vigência: 31/10/2018

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 169/2018

Publicação Nº 1788005

DECRETO Nº. 169, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

RESCINDE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO QUE:

☐ de fato o contrato expirou na data de 14 de agosto de 2018, e que por descuido do setor responsável, e também por haver a necessidade, a servidora continuou trabalhando até a presente data;

☐ e, os serviços foram prestados de forma assídua pela servidora e, os pagamentos mensais realizados de forma legal sem qualquer prejuízo ao erário público;

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido contrato temporário da Servidora Sra. Geni Aparecida Belle Santetti ocupante de cargo de provimento Temporário de Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 4), enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 01 de Novembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de Outubro de 2018.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 150/2018

Publicação Nº 1788003

PORTARIA Nº 150 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA CASAMENTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;
CONCEDER:

Art. 1º Licença em razão de seu casamento a Servidora Pública Municipal Sra. Lais Cristina Bandeira, ocupante do Cargo de Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por um período de 08 (oito) dias consecutivos, a partir do dia 19 de Outubro à 26 de Outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de Outubro de 2018.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

Correia Pinto

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 55/2018 PMCP

Publicação Nº 1788281

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 55/2018 PMCP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Pregão Presencial - Processo nº 55/2018 PMCP, altera-se os seguintes descritivos.

13. DA PROPOSTA: 13.1. e 13.1.1. Inclui-se o caminho para baixar o arquivo, BETHA COMPRAS AUTOCOTAÇÃO – ARQUIVO SEPARADO.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, muda-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, para o dia 13/11/2018 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 30 de outubro de 2018.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 57/2018 PMCP

Publicação Nº 1788284

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 57/2018 PMCP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Pregão Presencial - Processo nº 57/2018 PMCP, altera-se os seguintes descritivos.

13. DA PROPOSTA: 13.1. e 13.1.1. Inclui-se o caminho para baixar o arquivo, BETHA COMPRAS AUTOCOTAÇÃO – ARQUIVO SEPARADO.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, muda-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, para o dia 15/11/2018 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 30 de outubro de 2018.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/18

Publicação Nº 1788035

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 115/18

PREGÃO PRESENCIAL nº 061/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.257.784/0001-45 e inscrição Estadual nº 257.353.550, estabelecida na Rua das Neves nº 59, Bairro Centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-232.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS / MATERIAIS PARA USO DA DEFESA CIVIL – AUXÍLIO EM CATÁSTROFES.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
03	LUVA DE SEGURANÇA - TIPO VAQUETA - RAPEL ELÁSTICO DORSO – TAMANHO G - COM CERTIFICAÇÃO	UN	MEGA	30	R\$ 84,00	R\$ 2.520,00
05	TRIANGULO DE RESGATE - EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA – COM CERTIFICAÇÃO	UN	ULTRASAFI	02	R\$ 945,00	R\$ 1.890,00
					TOTAL	R\$ 4.410,00

Data da Assinatura: 20/09/2018

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/18

Publicação Nº 1787794

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 123/18

PREGÃO PRESENCIAL nº 065/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – FARMÁCIA 511, inscrita no CNPJ sob o nº 03.777.341/0094-65 e inscrição Estadual nº 250.368.579, estabelecida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 615, Bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-701.

OBJETO: REGISTRO PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	PORCENTAGEM DESCONTO	PREÇO TOTAL
01	TODOS OS MEDICAMENTOS CONSTANTES DA TABELA DE PREÇOS QUE COMPÕE O SUPLEMENTO LISTA DE PREÇOS DA REVISTA GUIA DA FARMÁCIA IMPRESSO PELA EDITORA CONTEÚTO, ONDE CONTEMPLA LEGISLAÇÃO, LISTA DE PREÇOS GENÉRICOS, GERAL E DE ALÍQUOTAS.	PORCENTAGEM	21%	R\$ 100.000,00

Data da Assinatura: 02/10/2018

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 137/2018

Publicação N° 1788279

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2017.

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA ACORDAR TREINAMENTOS LTDA – EPP.

Objeto: O presente Contrato Administrativo tem por objeto aditamento de valor e prorrogação de prazo do Contrato Administrativo nº 135/2017, celebrado no dia 27 de outubro de 2017, para a prestação de serviços de treinamento, visando o desenvolvimento de serviços especializados relativos à implantação do programa ACES-SUAS Trabalho.

Processo Licitatório: nº 1732/2017.

Modalidade: Pregão nº 89/2017.

Valor Total Aditado: R\$ 7.958,00.

Vigência: 26/10/2018 a 26/04/2019.

Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2018

Publicação N° 1788650

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 138/2018.

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA JAIRO ALCIR DE VALLE ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto e CHAPEAÇÃO DO VEÍCULO COROLLA, PLACA MJG 7672, UTILIZADA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: nº 1596/2018.

Modalidade: Dispensa por Limite nº 1512/2018.

Valor: R\$ 6.374,00.

Vigência: 29/10/2018 a 31/12/2018.

Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

ERRATA 1 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

Publicação Nº 1788802

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018.

NO TERMO DE REFERENCIA O ITEM 2 ONDE SE LÊ:

ITEM 2 - Roçadeira lateral hidráulica articulada, nova, utilizada em terrenos com acíves e declives para poda de arvores e arbustos. Produzida em chapa de alta resistência com estrutura tubular para garantir a rigidez do conjunto. Máquina com no mínimo 2,4 metros de largura, altura mínima de 2,6 metros e comprimento mínimo de 3,7 metros. Acoplada aos três pontos do trator agrícola, com acionamento pela tomada de força (540RPM). Constituída por comando hidráulico independente. Duas navalhas de corte (1050RPM). Largura de corte de no mínimo 1,5m e altura de corte de no mínimo 20mm. Velocidade de trabalho recomendada no mínimo de 3 a 7 km/h. Peso mínimo de 1020kg. Defletor de obstáculos (disco defletor de pedras para proteção de caixa). Alcance de corte horizontal de no mínimo 5,50 metros. Alcance de corte vertical de no mínimo 6,30 metros. Alcance de corte sob declive de no mínimo 4,45 metros na horizontal e profundidade de no mínimo 2,05 metros. Tanque de óleo hidráulico de no mínimo 183 litros instalado estrategicamente para atuar como contrapeso. Equipamento todo pintado em esmalte sintético.

LEIA-SE:

ITEM 2 - Roçadeira lateral hidráulica articulada, nova, utilizada em terrenos com acíves e declives para poda de arvores e arbustos. Produzida em chapa de alta resistência com estrutura tubular para garantir a rigidez do conjunto. Máquina com no mínimo 1,94 metros de largura, altura mínima de 2,6 metros e comprimento mínimo de 3,18 metros. Acoplada aos três pontos do trator agrícola, com acionamento pela tomada de força (540RPM). Constituída por comando hidráulico independente. Duas navalhas de corte (1050RPM). Largura de corte de no mínimo 1,5m e altura de corte de no mínimo 20mm. Velocidade de trabalho recomendada no mínimo de 3 a 7 km/h. Peso mínimo de 1020kg. Defletor de obstáculos (disco defletor de pedras para proteção de caixa). Alcance de corte horizontal de no mínimo 4,30 metros. Alcance de corte vertical de no mínimo 6,04 metros. Alcance de corte sob declive de no mínimo 4,13 metros na horizontal e profundidade de no mínimo 2,05 metros. Tanque de óleo hidráulico de no mínimo 150 litros instalado estrategicamente para atuar como contrapeso. Equipamento todo pintado em esmalte sintético.

Cunhataí/SC, 30 de outubro de 2018.

Luciano Franz

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 223/2018

Publicação Nº 1788154

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 223/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA - TRATOR DE PNEU 4X4, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 871369/2018/MAPA/CAIXA E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 13/11/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 13/11/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 29 de Outubro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2018

Publicação Nº 1788752

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 13/11/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 13/11/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Outubro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 206/2018

Publicação Nº 1788489

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 206/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 19/11/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 13:30 horas do dia 20/11/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 11 de Outubro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192 - ATA DA SESSÃO PÚBLICA Nº85/2018

Publicação Nº 1788153

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Data: 30/10/2018

Processo: 192/2018

Edital de Pregão Presencial Nº 192
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 85 - 2018

Reuniram-se no dia 30/10/2018, as 14:00:00, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 1177 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 192 destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO, HABITAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA E ESPORTE. CONFORME ANEXO I E TERMOS DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12147 BIGBRAIN CONSULTORIA LTDA.	CNPJ: 22.254.857/0001-70
12146 CRISTIANO DE CARVALHO MORAES & CIA LTDA	CNPJ: 08.104.732/0001-33
12149 EDUFY SISTEMAS LTDA	CNPJ: 27.800.557/0001-63
12148 EEM LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS S.A.	CNPJ: 19.864.730/0001-69
6396 POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	CNPJ: 81.243.735/0001-48

Sobre a documentação dos licitantes: FOI REALIZADA A ANÁLISE REFERENTE A DILIGÊNCIA PERANTE A DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE PELA EMPRESA EEM LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS S.A., SENDO QUE, FOI VERIFICADA QUE A EMPRESA NÃO CUMPRIU A EXIGÊNCIA DO EDITAL, CITO O ITEM 6.7 SUBITEM 3.1.2, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA. DESTE MODO, FICA CONSIDERADA VENCEDORA DO LOTE Nº 03 A EMPRESA EDUFY SISTEMAS LTDA. FICA CONVOCADO TODOS OS LICITANTES, SE ASSIM DESEJAREM, PARA PARTICIPAR DA SESSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DA REFERIDA LICITANTE, NO DIA 01/11/2018 ÀS 16:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860, CENTRO, CURITIBANOS, SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. MANTÉM-SE A DECISÃO DE TODOS OS DEMAIS LOTES.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELL

-Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41 - ATA DA SESSÃO PÚBLICA Nº 21/2018

Publicação Nº 1788433

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 30/10/2018

Processo: 41/2018

Edital de Pregão Presencial Nº 41
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 21 - 2018

Reuniram-se no dia 30/10/2018, as 16:00:00, na FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 267/2017 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 41 destinado a AQUISIÇÃO DE CAIXAS ORGANIZADORAS, UTENSILIOS DOMESTICOS E AFINS, PARA USO NOS NUCLEOS E CEIS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

7852 CELIA REGINA W. SANI - ME	CNPJ: 04.195.853/0001-87
9534 HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CNPJ: 02.168.956/0001-22
7810 LIVRARIAS MOHR LTDA ME	CNPJ: 07.261.562/0001-38
9198 SEMPRE PRESENTE COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - ME	CNPJ: 20.071.315/0001-37
11540 VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	CNPJ: 27.286.283/0001-36
8714 VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	CNPJ: 10.573.408/0001-06

Sobre a documentação dos licitantes: CONFORME OFÍCIO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, A EMPRESA CELIA REGINA W. SANI - ME NÃO APRESENTOU AMOSTRA ATÉ O APRAZADO EM ATA, O QUAL CONSTA PRAZO ATÉ 29/10/2018, DESTA FORMA, FOI REALIZADA A ABERTURA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA TERCEIRA COLOCADA, O QUAL VERIFICOU-SE QUE APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, PORTANTO, FICA CONVOCADA A SEGUNDA COLOCADA "VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME" PARA O PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DE TODOS OS ITENS VENCEDORES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO E PENALIZAÇÃO CONFORME LEI 8.666/93 E 10.520/02. E AINDA, SEGUE OFÍCIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CÓPIA DA ATA AO DEPARTAMENTO JURÍDICO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA POSSÍVEL PENALIZAÇÃO À LICITANTE.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELL

-Pregoeiro

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 1989/2018, ESTABELECE TARIFAS DO SERVIÇO DE TAXI NO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788143

DECRETO 1989/2018, de 30 de outubro de 2018.

ESTABELECE TARIFAS DO SERVIÇO DE TAXI NO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica e legislação municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das tarifas dos serviços de taxi no Município, atendendo ao disposto no art. 30 da Lei Municipal 1597/2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as tarifas do serviço de taxi no Município de Descanso a seguir:

I. Bandeira 1:

- a) Bandeirada: R\$ 4,00
- b) Cidade (perímetro urbano): R\$ 3,00 ao quilometro rodado.
- c) Interior: R\$ 3,50 ao quilometro rodado.
- d) Intermunicipal: R\$ 1,30 ao quilometro rodado.
- e) Hora parado: R\$ 15,00

II. Bandeira 2:

- a) Bandeirada: R\$ 6,00
- b) Cidade (perímetro urbano): R\$ 3,50 ao quilometro rodado.
- c) Interior: R\$ 4,00 ao quilometro rodado.
- d) Intermunicipal: R\$ 1,80 ao quilometro rodado.
- e) Hora parado: R\$ 20,00

Art. 2º. Para fins deste Decreto considera-se:

I – Bandeirada - tarifa ou valor inicial fixo, que o taxímetro inclui no preço final a ser pago pelo passageiro.

II – Bandeira 1 - Corresponde ao valor cobrado pelo quilômetro rodado em dias úteis das 6h às 21h.

III – Bandeira 2 - Corresponde ao valor cobrado pelo quilômetro rodado nos horários não compreendidos pela bandeira 1, finais de semana e feriados, bem como em viagens intermunicipais.

Art. 3º. As despesas decorrentes dos atos determinados correrão pelo orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Descanso/SC, 24 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeitura de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 51 - PREGAO PRESENCIAL 11-2018 - FMAS

Publicação Nº 1788011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 051/2018 - FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada....: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)
Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018
Recursos : Dotação: 2.058.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.058.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.058.3.3.90.00.00.00.00.00 (46)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SITUADA NA AV. PREFEITO ADELINO MANGINI, Nº 480, CENTRO, MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA E ANEXOS DO EDITAL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA E ENTREGA DE MATERIAIS UTILIZADOS NA MESMA.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 30 de Outubro de 2018

DECRETO Nº 5847/2018

Publicação Nº 1788138

DECRETO Nº 5847/2018
DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 03 DA QUADRA Nº 83, COM ÁREA DE 416,09 M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 03 da Quadra nº 83, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 17.529, de propriedade de Bruna Dallo, Eduardo Dallo e Aline Cristiane Padilha Dallo.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 03 da Quadra nº 83, nesta cidade, com área de 416,09 m2 (quatrocentos e dezesseis metros com nove centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº 83, com área de 406,84 m2 (quatrocentos e seis metros com oitenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 03-B, medindo 18,17 metros;
SUL: Com o Lote Urbano nº 04-A e 04-B, medindo 21,28 metros;
LESTE: Com a Rua Almirante Barroso, medindo 21,50 metros;
OESTE: Com Lote Urbano nº 03-A, medindo 20,23 metros.

b) Lote Urbano nº. 03-B (três - B) da Quadra nº 83, com área de 9,25 m2 (nove metros com vinte e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 02-A, medindo 18,10 metros;
SUL: Com o Lote Urbano nº 03, medindo 18,17 metros;
LESTE: Com a Rua Almirante Barroso, medindo 0,50 metros;
OESTE: Com Lote Urbano nº 03-A, medindo 0,53 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 03-B (três - B) com área de 9,25 m2 (nove metros com vinte e cinco centímetros quadrados) e Lote Urbano nº 02-A (dois-A) ambos da Quadra nº 83, com área de 390,75 m2 (trezentos e noventa metros com setenta e cinco centímetros quadrados) que perfaz um total de 400,00m2 (quatrocentos metros quadrados), passando a denominar-se Lote nº 02-A, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 02, medindo 31,00 metros;
SUL: Com o Lote Urbano nº 03-A, medindo 17,00 metros e com o Lote Urbano nº 03, medindo 18,17 metros;
LESTE: Com a Rua Borges de Medeiros, medindo 12,00 metros;
OESTE: Com a Rua Almirante Barroso, medindo 12,00 e com o Lote Urbano nº 03-A, medindo 0,53 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2018.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA

Secretário Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 11-2018 - FMAS

Publicação Nº 1787894

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/18

HOMOLOGAÇÃO: 30/10/18

CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SITUADA NA AV. PREFEITO ADELINO MANGINI, Nº 480, CENTRO, MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA E ANEXOS DO EDITAL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA E ENTREGA DE MATERIAIS UTILIZADOS NA MESMA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DATA: 30/10/18 – THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4670/2018

Publicação Nº 1788130

LEI Nº 4670/2018.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, FIXA O VALOR MÍNIMO PARA A EXECUÇÃO FISCAL VIA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS**

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização dos créditos de receitas orçamentárias em favor deste Ente Federado, de pessoas físicas e/ou jurídicas, cujo vencimento seja até 31 de junho de 2018, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não ou ainda em fase de cobrança administrativa ou judicial, bem como, os que venham a ser efetivados por ato constitutivo de lançamento em confissão espontânea e/ou por levantamento efetuado pelo Fisco Municipal.

Art. 2º - O interessado a ingressar no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS deverá formalizar seu requerimento até 180 dias após a homologação da referida lei junto ao Departamento de Tributação Municipal, sob as condições e normas preconizadas na presente matéria.

Art. 3º - O requerente poderá optar pelo pagamento do total de seus débitos consolidados em cota única, com recolhimento à vista, hipótese em que terá remissão de até 100% (cem por cento) dos juros e multas definidos pela legislação.

Art. 4º - O sujeito passivo poderá igualmente ingressar no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, através do parcelamento de seus débitos, nas seguintes hipóteses:

I - Com recolhimento em até 6 (seis) parcelas, com remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

II - Com recolhimento em até 12 (doze) parcelas, com remissão de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

III - Com recolhimento em até 24 (vinte e quatro) parcelas, com remissão de 30% (trinta por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

IV- A parcela da opção constante do caput deste artigo não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 5º - O sujeito passivo que já tenha parcelamento em andamento junto a Fazenda Pública Municipal, não poderá requerer novo parcelamento de seus débitos com base nesta Lei.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suspender todas as execuções e procedimentos que estiverem em tramitação junto as repartições administrativa e judicial até atingir os prazos previstos nesta Lei e diante de requerimento da parte interessada.

§ 1º- No caso de solicitação de parcelamento de executivos fiscais ajuizados, as custas processuais serão à conta do inadimplente, sendo compulsório o recolhimento antecipado em favor do Erário Público Municipal, como ato indispensável ao deferimento em primeira fase do pleito.

Art. 7º - Os optantes pelo pagamento à vista ficam dispensados, na forma desta Lei, dos honorários advocatícios constantes da sucumbência.

Art. 8º - O sujeito passivo que ingressar no presente Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, ficará sujeito a:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no

pedido por opção do contribuinte; e,

II – Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente a esses débitos.

Art. 9º - O sujeito passivo optante pelos benefícios desta Lei será excluído das seguintes hipóteses:

I – Inobservância de quaisquer exigências prevista nesta Lei;

II – Inadimplência por três meses ou parcelas consecutivas, ou seis meses ou parcelas inalteradas, de quaisquer concessões abrangidas por esta Lei; e,

III – Declaração de insolvência ou decretação de falência ou, ainda, extinção por liquidação da pessoa jurídica.

Parágrafo 1º. Ocorrendo à exclusão, implicará na imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, podendo a Fazenda Pública Municipal promover o ajuizamento e/ou prosseguimento dos executivos ajuizados, constantes dos débitos remanescentes do parcelamento advindos desta Lei, restabelecendo os acréscimos legais sobre os saldos devedores, na forma da legislação aplicável desde a época da ocorrência do lançamento original das respectivas receitas.

Paragrafo 2º - Na ocorrência do Paragrafo 1º, fica o contribuinte impedido de fazer novo parcelamento desta dívida junto à fazenda Publica Municipal, por um período de cinco anos.

Art. 10º. A pessoa física ou jurídica que suceder ao beneficiado por esta Lei deverá solicitar a convalidação da opção feita pela sucedida junto à Fazenda Municipal, aderindo por completo ao REFIS.

CAPITULO II**DO VALOR MÍNIMO PARA EXECUÇÃO FISCAL**

Art. 11º. Fica fixado o valor de 01 (um) salário mínimo vigente como limite mínimo para a execução fiscal via judicial na cobrança da Dívida Ativa de pessoas físicas e/ou jurídicas inadimplentes para com a Fazenda Pública Municipal, compreendendo o valor consolidado constante do principal atualizado, acrescidos dos juros e multas previstos em Lei.

Parágrafo Único. Na atualização dos valores serão observados os prescritos nesta Lei.

Art. 12º. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador do Município, os autos das execuções de débitos inscritos em Dívida Ativa, no valor consolidado, inferior ao valor previsto no artigo anterior desta Lei.

Parágrafo Único. Os autos de execução fiscal arquivados a que se refere o presente artigo serão automaticamente reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites fixados no caput do artigo 11º deste ato.

Art. 13º. No caso de reunião de processos contra o mesmo sujeito passivo, aplicar-se-á os prescritos constantes do art. 28, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 14º. Na atualização dos valores de que trata a presente Lei, levar-se-á em consideração os índices e fórmulas estabelecidos pelo Código Tributário Municipal.

Art. 15º. Os prazos fixando nesta Lei serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de

expediente normal neste Ente Federado.

Art. 16º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima
Secretario Municipal da Administração

LEI Nº 4671/2018

Publicação Nº 1788132

LEI Nº 4671/2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EXTINGUIR CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a extinguir os cargos de Assistente Social e de Psicólogo criados pela Lei Municipal nº 4.025/2010.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima
Secretario Municipal da Administração

LEI Nº 4672/2018

Publicação Nº 1788133

LEI Nº 4672/2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 88.062,62 (OITENTA E OITO MIL, SESSENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, conforme dispõe o Contrato de Repasse nº. 871438/2018/MAPA/CAIXA e plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, conforme dispõe o Contrato de Repasse nº. 871438/2018/MAPA/CAIXA e plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, conforme dispõe o Contrato de Repasse nº. 871438/2018/MAPA/CAIXA e plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLV. RURAL E MEIO AMBIENTE

02 – DESENVOLVIMENTO RURAL

20.606.0019.1.085 - Aquisição de equipamentos e veículo para os serviços de extensão rural na agricultura familiar

4.4.90.00.00.00.0.0.0086 – Aplicações Diretas
..... R\$ 88.062,62

Total R\$ 88.062,62

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, na importância de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), conforme dispõe o Contrato de Repasse nº. 871438/2018/MAPA/CAIXA, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a reabertura do Crédito Adicional Especial constante desta Lei, nos limites de seus saldos, no exercício subsequente, em caso de prosseguimento do processo de aplicação dos recursos públicos conveniados no próximo ano financeiro, em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 167, da Carta Constitucional Brasileira.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima
Secretario Municipal da Administração

LEI Nº 4673/2018

Publicação Nº 1788134

LEI Nº 4673/2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 445.714,28 (QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E QUATORZE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 445.714,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DAS CIDADES, conforme dispõe os Contratos de Repasse nº. 869499/2018/MCIDADES/CAIXA e 869500/2018/MCIDADES/CAIXA bem com os planos de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 445.714,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DAS CIDADES, conforme dispõe os Contratos

de Repasse nº. 869499/2018/MCIDADES/CAIXA e 869500/2018/MCIDADES/CAIXA bem com os planos de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 445.714,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos) objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DAS CIDADES, conforme dispõe os Contratos de Repasse nº. 869499/2018/MCIDADES/CAIXA e 869500/2018/MCIDADES/CAIXA bem com os planos de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 445.714,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENVOLV. URBANO

02 - SERVIÇOS PARA O DESENVOLV. URBANO

15.451.0537.1.076 - Implantação e Recomposição de Obras com Pavimentação Asfáltica e Polidétrica, Drenagem e Sinalização

4.4.90.00.00.00.0.0.0335 - Aplicações Diretas

..... R\$ 445.714,28

Total R\$ 445.714,28

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes do MINISTÉRIO DAS CIDADES na importância de R\$ 445.714,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos), conforme dispõe os Contratos de Repasse nº. 869499/2018/MCIDADES/CAIXA e 869500/2018/MCIDADES/CAIXA, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a reabertura do Crédito Adicional Especial constante desta Lei, nos limites de seus saldos, no exercício subsequente, em caso de prosseguimento do processo de aplicação dos recursos públicos conveniados no próximo ano financeiro, em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 167 da Carta Constitucional Brasileira.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima
Secretario Municipal da Administração

LEI Nº 4674/2018

Publicação Nº 1788135

LEI Nº 4674/2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 - SICONV nº 096667/2017, bem com os planos de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 - SICONV nº 096667/2017, bem com os planos de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC,

através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, mais especificadamente com recursos oriundos do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 - SICONV nº 096667/2017, bem com os planos de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.1.024 - Aquisi. de Equip. e Material Permanent P/ Melhor Desenv. as Ativ, dos Programas Sociais

4.4.90.00.00.00.0.0.1178 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 - SICONV nº 096667/2017, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a reabertura do Crédito Adicional Especial constante desta Lei, nos limites de seus saldos, no exercício subsequente, em caso de prosseguimento do processo de aplicação dos recursos públicos conveniados no próximo ano financeiro, em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 167, da Carta Constitucional Brasileira.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - D.O.M. www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima
Secretario Municipal da Administração

LEI Nº 4675/2018

Publicação Nº 1788137

LEI Nº 4675/2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 2.346,61 (DOIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E SESENTA E UM CENTAVOS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.346,61 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente para finalizar e prestar contas do convênio 830623/2016 firmado junto ao Ministério das Cidades.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.600, de 20 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 2.346,61 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente para finalizar e prestar contas do convênio 830623/2016 firmado junto ao Ministério das Cidades.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.601, de 08 de janeiro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 2.346,61 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente para finalizar e prestar contas do convênio 830623/2016 firmado junto ao Ministério das Cidades.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 2.346,61 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENVOLV. URBANO
02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLV. URBANO

15.451.0537.1.076 - Implantação e Recomposição de Obras com Pavimentação Asfáltica e Poliédrlica, Drenagem e Sinalização
4.4.90.00.00.00.0.3.3265 – Aplicações Diretas R\$ 2.346,61

Art. 5º Para o atendimento do crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, no valor de R\$ 2.346,61 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado, oriundos dos recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 830623/2016MDC e plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
647.083-9	CEF	335	TRANSF. MINISTÉRIO DAS CIDADES	2.346,61
TOTAL				2.346,61

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima
Secretario Municipal da Administração

Dona Emma

PREFEITURA

LEI Nº 1561/2018 DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

Publicação Nº 1787950

LEI Nº 1561/2018 DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 894/93, de 8 de setembro de 1993, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Dona Emma (CMS).

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo 3º do art. 3º da Lei Municipal nº. 894/93, de 8 de setembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo 3º (Revogado).”

Art. 2º O inciso II do artigo 6º da Lei Municipal nº. 894/93, de 8 de setembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

II – As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos membros.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dona Emma (SC), 21 de agosto de 2018.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE

Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1562/2018, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

Publicação Nº 1787953

LEI Nº 1562/2018, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

Altera dispositivos da Lei nº 1028/98, de 5 de novembro de 1998, que autoriza a concessão de cestas básicas a servidores municipais.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 1028/98, de 5 de novembro de 1998, que autoriza a concessão de cestas básicas a servidores municipais, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer mensalmente cestas básicas de gêneros alimentícios aos servidores públicos do Município, nomeados ou contratados para os cargos:

I - Agente de Serviços Braçais;

II - Agente de Serviços Gerais – 40 horas;

III - Agente Comunitários de Saúde; e

IV - Agente de Combate a Endemias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 21 de agosto de 2018.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE

Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1563/2018, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787956

LEI Nº 1563/2018, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a AMAVI e a UCAVI a construir em condomínio com a Câmara Municipal de Rio Do Sul, tendo área privativa e áreas de uso comum, e dá outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, autorizados a construir em condomínio entre si e com a Câmara Municipal de Rio do Sul, contendo a construção áreas privativas e áreas de uso comum, na seguinte fração ideal:

I - ao Poder Legislativo de Rio do Sul, da porção ideal de 49,57% (quarenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

II - à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.762.469/0001-22, da porção ideal de 25,67% (vinte e cinco vírgula sessenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

III - à União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita

no CNPJ sob o nº 83.632.778/001-40, da porção ideal de 24,76% (vinte e quatro vírgulas setenta e seis por cento) da totalidade do imóvel.

§ 1º As frações ideais previstas nos incisos anteriores poderão sofrer alteração em virtude de exigências apresentadas pelos órgãos competentes para a aprovação do projeto da edificação ou em face das adequações necessárias à formalização da Convenção de Condomínio.

Art. 2º O pagamento pela construção do edifício em condomínio deverá respeitar a mesma proporcionalidade da porção ideal definitiva cabível a cada entidade.

Art. 3º Em caso de extinção das entidades AMAVI e UCAVI, a área ideal de cada entidade reverter-se-á automaticamente ao município de Rio do Sul, cabendo aos municípios associados às entidades, direito à indenização da construção e benfeitorias executadas.

§ 1º A área correspondente a cada entidade terá finalidade específica de sede, não podendo ter qualquer destinação comercial, podendo ainda ser a sede utilizada por demais órgãos, desde que vinculados às entidades sedes.

§ 2º Na área comum denominada "sob pilotis", mediante condições estabelecidas na Convenção de Condomínio, poderá ser destinado espaço para exposição cultural e, visando servir as entidades sede, poderá ser permitido o uso, a título precário, para instalação de comércio de alimentação e serviços bancários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 02 de outubro de 2018.
NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1564/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787961

LEI Nº 1564/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2019 e dá outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 140 da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV – as disposições sobre a dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alteração da legislação tributária;

VII – as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os Anexos de Metas Fiscais e o de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2019 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Parágrafo único. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo,

das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII – Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX – Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X – Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI – Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma de que trata os Manuais da Receita e Despesa editada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação – MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou

II – Indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Governo federal (MA 20);

II – Governo estadual (MA 30);

III – Administração municipal (MA 40);

IV – Entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

V – Consórcios públicos (MA 71);

VI – Aplicação direta (MA 90);

VII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (MA 91); e

VIII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com o Consórcio Público do qual o Ente participe (MA 93).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intraorçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I – 7000.00.00 – Receitas correntes intraorçamentárias;

II – 8000.00.00 – Receitas de capital intraorçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Texto da lei;

II – Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320; e

b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de proposta orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, I, da Lei nº 4.320/64, conterá:

I – Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V – Quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores em 2013, 2014 e 2016;

VI – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a servidor público.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da proposta orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências, desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação no exercício e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Reserva de Contingência, observado o inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2019 a, no máximo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação “0.1.0000 – Recursos ordinários”.

Parágrafo único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64, será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, I, da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe

o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário – financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o art. 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite da modalidade de convite, fixado na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Seção II

Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2019 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019.

Art. 27. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

§ 2º O ato que promova o crédito suplementar usando como fonte de recursos o excesso de arrecadação deverá ser motivado através de exposição de motivos contendo informações relativas a:

I – Previsão inicial de receitas, por fonte de recursos;

II – Metas bimestrais de arrecadação da fonte a ser utilizada;

III – Receitas efetivamente arrecadadas até o mês considerado; e

IV – Valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta do superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – Superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2019; e

III – valores já utilizados em créditos adicionais, aberto ou em tramitação.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operação especial no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta Lei.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único. Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o caput do presente artigo.

Art. 30. Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 32. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320/64, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação e preencham uma das seguintes condições:

I – Tenha inscrição como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do Município

de Dona Emma; ou

II – Sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I – Estejam autorizadas em lei específica;

II – Estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2019; ou

III – Sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Art. 34. A transferência de recursos a título de auxílios, prevista no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica, estabelecidas no Município de Dona Emma;

II – Voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III – Qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o Município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

IV – Voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;

V – Voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VI – Voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VII – De atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do Município de Dona Emma.

Art. 35. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas na legislação municipal específica, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º, do art. 12, da Lei nº 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II – Execução na modalidade de aplicação 50 – entidade privada sem fins lucrativos;

III – Compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV – Apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V – Comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2019 por autoridade local sob as penas da lei;

VI – Cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII – Manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII – Manutenção de escrituração contábil regular; e

IX – Apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 37. O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta corrente, em banco oficial.

§ 2º Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 38. A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização de operações de crédito para atendimento a despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 39. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 40. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 38 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 41. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 42. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores das áreas de educação, saúde, obras e serviços urbanos; quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF:

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras;

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 44. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 45. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos

de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 46. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 47. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF.

Art. 48. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 50. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 51. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 52. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 16 de outubro de 2018.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE

Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2018

Publicação Nº 1788443

CONTRATO ADMINISTRATIVO No. 66/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO E INTEGRAL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA ME

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 02, bairro Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho – Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, Prefeita Municipal, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 682.523.159-68 e RG sob nº 1.848.690-SSP/SC, e INTEGRAL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA ME, com sede à Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 2678, Bloco 3, Sala 3D, Bela Vista – Ibirama/SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jonathan David de Abreu, brasileiro, solteiro, engenheiro, inscrita no CPF sob o nº 079.932.979-74, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA ☐ FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato fundamenta-se de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, especialmente no que dispõe o art. 24, inciso II;

CLÁUSULA SEGUNDA ☐ DO OBJETO E DO PRAZO

2.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a realização de um Plano de Contingência para Desastres Naturais (Enchentes e Alagamentos) para o Município de Doutor Pedrinho.

2.2. A metodologia de trabalho para a elaboração do plano deverá obrigatoriamente conter as seguintes etapas:

- a) Reunião primária com o chefe do Poder Executivo e Secretários municipais a fim de identificar todos os problemas do município e ainda apresentar a importância do Plano de Contingência com um minicurso;
- b) Coleta de informações através de um canal direto entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE para que o Plano de Contingência seja elaborado dentro da realidade do município;
- c) Elaboração do Plano de Contingência com acompanhamento do CONTRATANTE;
- d) Reunião de apresentação prévia, na qual a CONTRATADA apresentará uma prévia do Plano de Contingência, contendo as responsabilidades de cada envolvido e para que a CONTRATANTE efetue sugestões de alterações no Plano;
- e) Reunião para apresentação da versão final do Plano;
- f) Audiência Pública para apresentação do Plano de Contingência;
- g) Treinamento de ativação do Plano de Contingência e treinamento com simulação de desastres.

2.3. Todas as etapas deverão estarem concluídas em até quatro meses após a assinatura do contrato.

2.4. O presente contrato terá vigência e validade de doze meses, a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), pagos da seguinte forma:

3.1.1. R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais) após a conclusão da etapa prevista na letra ☐a☐ do item 2.2 deste Contrato.

3.1.2. R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais) após

a conclusão de todas as etapas previstas no item 2.2.

3.1.2. O pagamento será feito em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação de toda documentação necessária para tanto.

3.3. Deverão ser apresentadas as Notas Fiscais discriminadas, de acordo com a Nota de empenho, para que após conferência, seja creditado em favor a empresa, por meio de ordem bancária no banco indicado pela CONTRATADA, a qual deverá repassar o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que será ser efetuado o crédito.

3.4. O pagamento também poderá ser realizado por intermédio de títulos de cobranças bancária.

3.5. Quaisquer erros ou omissões havidas na documentação fiscal ou fatura, serão motivos de correção pela CONTRATADA, e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

3.6. No momento do pagamento poderá ser realizada consulta virtual para verificação quanto ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas correspondentes, ou seja, deverão estar com a validade em dia, as Certidões Negativas de Débito da União Estado, Municípios, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão Negativa do FGTS.

3.7. Em caso de irregularidades, o CONTRATANTE notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais, sem prejuízo das penalidades já previstas em lei.

3.8. Serão retiradas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança (exceto empresa optante pelo Simples Nacional).

3.9. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, dever ser consignado no corpo do documento fiscal a condição de excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos de que inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciados, e que preenche todos os requisitos para beneficiar ☐se dá condições, nos termos da lei.

3.10. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventual existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente se necessário.

3.11. Fica desde já reservado ao CONTRATANTE o direito de suspender o pagamento até a regularização da situação se no ato da entrega e/ou na aceitação do serviço prestado forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação ao efetivamente contratado.

3.12. A CONTRATADA regularmente optante pela Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUARTA ☐ DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

Código Dotação	Descrição
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1008	PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS E INTEMPÉRIES
33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
01000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
03000000	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA – DEVERES DA CONTRATADA

- 5.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente contrato.
- 5.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.
- 5.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.
- 5.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.
- 5.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.
- 5.6. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer anormalidade verificada no curso da execução contratual.
- 5.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 5.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibí-los sempre que exigidos pelo CONTRATANTE.
- 5.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 5.10. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.
- 5.11. Prestar informações sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, referentes à regulamentação profissional, piso salarial e demais informações de seus profissionais alocados.

CLÁUSULA SEXTA – DEVERES DO CONTRATANTE

- 6.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 6.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.
- 6.3. Fiscalizar a realização dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.
- 6.4. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Segunda do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

- 7.1 Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Fiscal de Posturas do CONTRATANTE.
- 7.2. O exercício de fiscalização pelo CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.
- 7.3. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
 - 7.3.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

- 7.3.3. Rejeitar todo e qualquer serviço entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua reparação imediata;
- 7.4. O CONTRATANTE, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 8.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.
- 8.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:
 - a) de 1,0% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do serviço;
 - b) de 2,0% (dois por cento) do valor total do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Sexta, desde que não previstos em outras cláusulas;
 - c) de 3,0 % (três por cento) do valor total do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - d) de 5,0% (cinco por cento) do valor total do contrato no caso de realização dos serviços em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
 - e) de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato no caso de recusa da execução dos serviços, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;
 - f) de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

8.1.3. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.1.4. Além das sanções previstas nos itens 9.1.1 à 9.1.3, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.
- 8.1.5. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 8.1.6. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo ao disposto no item 9.1.3.
- 8.1.7. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o direito a defesa.

CLÁUSULA NONA □ RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:
 - 9.1.2. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - 9.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no nesse contrato;
 - 9.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 9.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 9.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 9.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - 9.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - 9.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - 9.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo

em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.1.14. Acumulação de multas conforme previsto no item 9.1.6 do presente contrato.

9.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

9.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.9, 9.1.11 e 9.1.12.

9.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

9.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 10.1.8 à 10.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual período.

9.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

10.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) Quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

b) Para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

10.1.2. Por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de realização de serviços;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais

entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

11.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

11.4. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

11.5. A CONTRATADA está expressamente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações da realização dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de TIMBÓ/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES

13.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Doutor Pedrinho/SC, em 30 de outubro de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES JONATHAN DAVID DE ABREU
Prefeita Municipal Representante Legal

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico - OAB/SC 52.912

Testemunhas:

ARNALDO VICENTE JANAÍNA LENZI DE CASTILHO

DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO-004-2018

Publicação Nº 1787889

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 004/2018.

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 060/2017, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 004/2018;

Considerando-se o requerimento formulado pela empresa Auto Posto Doutor Pedrinho Ltda, pleiteando, com base no item 10.3 do Edital de Pregão nº 060/2017, as revisões nos preços propostos no pregão;

Considerando-se a comprovação do aumento de custos dos combustíveis depois da contratação com a municipalidade, com o consequente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.775.636/0001-70, com endereço à Rua Brasília, 403, Centro – Doutor Pedrinho - CEP: 89.126-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 004/2018, mediante

as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

O valor do item 001 (ÓLEO DIESEL S500 COMUM) de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 004/2018, firmado em 23/01/2018, fica alterado por este Termo, passando de R\$ 3,506 (três reais cinquenta centavos e seis décimos de centavos) para R\$ 3,602 (três reais sessenta centavos e dois décimos de centavos), a contar desta data.

Parágrafo Único – O valor global estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 004/2018, fica corrigido com a aplicação dos novos valores estabelecidos neste Termo Aditivo para a quantidade remanescente do combustível.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 004/2018, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 19 de outubro de 2018.

SIMONI M. M. NONES	KATIA C. P. NONES
PREFEITA MUNICIPAL MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	SÓCIA ADMINISTRADORA AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

Testemunhas:

TARCÍSIO LENZI ARNALDO VICENTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO N. 085/2017

Publicação Nº 1787911

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 85/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.373.775/0001-62, com sede Rua Brasília, 02, CEP 89126-000, na cidade de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o n.º 682.523.159-68, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 85/2017, celebrado em 20/12/2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO

CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 85/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme Resolução CIGA n.º 146, de 13 de agosto de 2018, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2019, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00

2. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

3. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 651,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais), em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 653,10 (seiscentos e cinquenta e três reais e dez centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5441-0, Conta Corrente n.º 15-9, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2019.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 85/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Doutor Pedrinho – SC, 08 de outubro de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de DOUTOR PEDRINHO CONTRATANTE
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ARNALDO VICENTE Secretário de Administração e Finanças
FERNANDA ROSA SOCAL Gestora de Contrato do CIGA

SEGUNDO TERMO ADITIVO N. 053/2016

Publicação Nº 1787912

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2016 – INEXIGIBILIDADE 29/2016.

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado por sua Prefeita Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 222, nº 246, salas 01, 02, 03 Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 053/2016, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quarta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por 24 (vinte e quatro) meses, de 22/10/2018 à 21/10/2020, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - Com base no exposto na Cláusula Quinta do presente instrumento, considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia de R\$ 20.290,48 (vinte mil, duzentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), que corresponde a 08 (oito) parcelas trimestrais de R\$ 2.536,31 (dois mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos). Tais valores serão reajustados anualmente de acordo com o IGPM-FGV ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Acrescenta-se ao Termo inicial, no que tange ao objeto, a inclusão do sistema de pesquisa aos atos do Estado, com a legislação apresentada na mesma usabilidade do banco de dados da legislação do Município. A CONTRATANTE poderá, inclusive, solicitar URL à CONTRATADA para criação de Link com a Legislação Estadual na própria página institucional do Município.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho (SC), 04 de outubro de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES	CARLITO MELLO DE LIZ
PREFEITA MUNICIPAL	LIZ Serviços Online Ltda.

Testemunhas:

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 041/2018

Publicação Nº 1788241

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 086/2018
Edital de Pregão nº 041/2018

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de uma Retroescavadeira, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 13h30min do dia 14/11/2018.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO 00124/2018

Publicação Nº 1788396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 0124/2018
Contratante: Município de Erval Velho
Contratada: NAPALHA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Objeto: Aquisição de Máquina Agrícola;
Valor total do Contrato: R\$ 122.000,00 (Cento e vinte e dois mil reais).
Vigência: 31/12/2019

Erval Velho/SC, 15 de outubro de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2018-FMS

Publicação Nº 1787978

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0007/2018 - FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0007/2018- FMS – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE OXIGÊNIO PARA OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 14 de Novembro de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m e das 13h00 às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Outubro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2018-FMS

Publicação Nº 1787980

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2018 - FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0008/2018- FMS – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE Contratação de LABORATÓRIO PROTÉTICO para prestação de serviços em confecção de próteses dentárias totais e/ou parciais, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 19 de Novembro de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m e das 13h00 às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Outubro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4584/2018

Publicação Nº 1787957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4584, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e, considerando a Proclamação da República (quinta-feira) um feriado nacional,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 16 de novembro de 2018, com retorno as atividades dia 19 de novembro de 2018.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, manterá seu serviço em regime de plantão.

Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição para atendimento de eventuais necessidades do serviço público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul, em 30 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

36 PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Publicação Nº 1788789

PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício fiscal 2018.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
38077	29/10/2018	189,30	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 1 - 01.01.002.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
38078	29/10/2018	187,65	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 4 - 01.01.002.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
38079	29/10/2018	392,10	ZOLEGA MARIO DA ROSA	IMÓVEL: 20 - 01.01.002.0141.001	IMPOSTO PREDIAL
38080	29/10/2018	142,79	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 32 - 01.01.002.0279.001	IMPOSTO PREDIAL
38081	29/10/2018	143,67	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 34 - 01.01.002.0294.001	IMPOSTO PREDIAL
38082	29/10/2018	935,10	GIOVANE PEREIRA	IMÓVEL: 43 - 01.01.003.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
38083	29/10/2018	404,41	EDEMIR MARCA	IMÓVEL: 49 - 01.01.004.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
38084	29/10/2018	694,89	MARINO PREIS	IMÓVEL: 59 - 01.01.004.0160.001	IMPOSTO PREDIAL
38085	29/10/2018	235,94	MARCIA LUCIANI VITORINO	IMÓVEL: 81 - 01.01.005.0152.001	IMPOSTO PREDIAL
38086	29/10/2018	219,04	DOMINGOS DAL TOE	IMÓVEL: 103 - 01.01.005.0376.001	IMPOSTO PREDIAL
38087	29/10/2018	507,74	MARIA DE LOURDES HERR RAUPP	IMÓVEL: 115 - 01.01.007.0063.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38088	29/10/2018	457,57	FABIANO STOLS TEIXEIRA	IMÓVEL: 228 - 01.01.006.0394.002	IMPOSTO PREDIAL
38089	29/10/2018	450,44	FABIANO STOLS TEIXEIRA	IMÓVEL: 230 - 01.01.006.0394.004	IMPOSTO PREDIAL
38090	29/10/2018	984,25	ERIK RAYMOND SEGUINOT	IMÓVEL: 232 - 01.01.006.0409.001	IMPOSTO PREDIAL
38091	29/10/2018	428,59	ERIK RAYMOND SEGUINOT	IMÓVEL: 233 - 01.01.006.0409.002	IMPOSTO PREDIAL
38092	29/10/2018	734,35	ERIK RAYMOND SEGUINOT	IMÓVEL: 234 - 01.01.006.0409.003	IMPOSTO PREDIAL
38093	29/10/2018	857,90	ANTONIO MINATTO	IMÓVEL: 246 - 01.01.008.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
38094	29/10/2018	1.580,18	ZATTA ADMINISTRADORA LTDA	IMÓVEL: 271 - 01.01.010.0265.001	IMPOSTO PREDIAL
38095	29/10/2018	1.793,91	RAFAEL MENDES	IMÓVEL: 309 - 01.01.011.0289.001	IMPOSTO PREDIAL
38096	29/10/2018	1.455,23	RAFAEL MENDES	IMÓVEL: 311 - 01.01.011.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
38097	29/10/2018	639,53	AGENOR CASAGRANDE	IMÓVEL: 336 - 01.01.016.0182.002	IMPOSTO PREDIAL
38098	29/10/2018	442,04	DIDI MOTOS LTDA.	IMÓVEL: 373 - 01.01.015.0096.002	IMPOSTO PREDIAL
38099	29/10/2018	378,50	JUCELI FORMIGONI	IMÓVEL: 433 - 01.02.001.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
38100	29/10/2018	636,38	PUPO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDI- MENTOS IMOB. LTDA	IMÓVEL: 434 - 01.01.019.0321.013	IMPOSTO PREDIAL
38101	29/10/2018	575,33	IVONE WARMLING	IMÓVEL: 457 - 01.02.001.0494.001	IMPOSTO PREDIAL
38102	29/10/2018	1.130,78	FERNANDA WARMLING	IMÓVEL: 465 - 01.02.001.0596.001	IMPOSTO PREDIAL
38103	29/10/2018	484,54	ROSA MARIA TOMAZI DA SOLER	IMÓVEL: 512 - 01.01.021.0059.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38104	29/10/2018	164,05	MOVEIS CORREA BACK LTDA	IMÓVEL: 515 - 01.02.001.1428.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38105	29/10/2018	117,22	ANTONIO SAVI	IMÓVEL: 521 - 01.02.003.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
38106	29/10/2018	1.102,42	ANITA NUERNBERG	IMÓVEL: 532 - 01.01.022.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38107	29/10/2018	1.393,25	OBF CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 542 - 01.01.023.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
38108	29/10/2018	412,55	SERGIO TISCOSKI	IMÓVEL: 547 - 01.01.024.0092.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38109	29/10/2018	900,76	ARMINO WESTRUP	IMÓVEL: 576 - 01.01.027.0045.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38110	29/10/2018	1.118,78	OI S.A.	IMÓVEL: 601 - 01.01.027.0397.001	IMPOSTO PREDIAL
38111	29/10/2018	776,14	ROSELEI RAFAEL DA ROSA FERNANDES	IMÓVEL: 619 - 01.01.028.0143.009	IMPOSTO PREDIAL

38112	29/10/2018	481,24	DULCE NUERNBERG JUNKES	IMÓVEL: 650 - 01.01.030.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
38113	29/10/2018	628,41	JOAO DE DEUS SOUZA (ESPOLIO)	IMÓVEL: 690 - 01.01.031.0170.001	IMPOSTO PREDIAL
38114	29/10/2018	1.035,85	NELSON DA SOLER	IMÓVEL: 691 - 01.01.031.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
38115	29/10/2018	1.127,63	ELIZANDRA MICHELS	IMÓVEL: 709 - 01.01.032.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
38116	29/10/2018	1.484,77	HILARIA NIEHEUS INACIO	IMÓVEL: 733 - 01.01.033.0182.001	IMPOSTO PREDIAL
38117	29/10/2018	320,59	ADAIR JOSE PUGEN	IMÓVEL: 762 - 01.01.035.0158.001	IMPOSTO PREDIAL
38118	29/10/2018	530,92	ESPOLIO DE VALDEMAR LOCH	IMÓVEL: 790 - 01.01.017.0592.001	IMPOSTO PREDIAL
38119	29/10/2018	420,43	MILTON BECKER	IMÓVEL: 801 - 01.02.003.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
38120	29/10/2018	308,39	IVONE FERNANDES FAVARO	IMÓVEL: 813 - 01.02.003.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
38121	29/10/2018	600,72	GORETE MARIA DA SILVA MINATTO	IMÓVEL: 849 - 01.02.003.0453.001	IMPOSTO PREDIAL
38122	29/10/2018	96,57	CLESIO RENE DOS ANJOS	IMÓVEL: 858 - 01.01.038.0040.001	IMPOSTO PREDIAL
38123	29/10/2018	1.324,64	CLODOALDO STEINER	IMÓVEL: 867 - 01.02.002.0837.001	IMPOSTO PREDIAL
38124	29/10/2018	398,01	PATRICIA PREIS	IMÓVEL: 883 - 01.02.002.0949.001	IMPOSTO PREDIAL
38125	29/10/2018	880,51	ELISABET INACIO MACHADO	IMÓVEL: 894 - 01.01.038.0588.001	IMPOSTO PREDIAL
38126	29/10/2018	828,39	ELISABET INACIO MACHADO	IMÓVEL: 904 - 01.01.038.0693.001	IMPOSTO PREDIAL
38127	29/10/2018	699,37	OSMAR DE SOUZA FLORENCIO	IMÓVEL: 913 - 01.02.002.1216.001	IMPOSTO PREDIAL
38128	29/10/2018	469,13	RAFAEL DE SOUZA RODRIGUES	IMÓVEL: 917 - 01.02.002.1244.001	IMPOSTO PREDIAL
38129	29/10/2018	259,71	ABRAMO LIDUINO PASINI	IMÓVEL: 1050 - 01.01.012.1421.001	IMPOSTO PREDIAL
38130	29/10/2018	598,14	ROGERIO CARDOSO	IMÓVEL: 1055 - 01.02.060.0013.001	IMPOSTO PREDIAL
38131	29/10/2018	128,18	MANOEL CANDIDO VIANA	IMÓVEL: 1058 - 01.02.060.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
38132	29/10/2018	504,03	JOSE ANAÉLCIO ROCHA LONGARETTI	IMÓVEL: 1070 - 01.02.059.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38133	29/10/2018	256,81	SIDNEI MARTINELO E OUTROS	IMÓVEL: 1071 - 01.02.059.0100.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38134	29/10/2018	639,41	SIDNEI MARTINELLO	IMÓVEL: 1072 - 01.02.059.0115.001	IMPOSTO PREDIAL
38135	29/10/2018	263,87	JOBI JOSE MACHADO	IMÓVEL: 1090 - 01.02.058.0280.001	IMPOSTO PREDIAL
38136	29/10/2018	330,81	DIRCE BALDUINA BORGES	IMÓVEL: 1117 - 01.02.056.0195.001	IMPOSTO PREDIAL
38137	29/10/2018	898,03	JOEL STOLS	IMÓVEL: 1118 - 01.02.056.0263.001	IMPOSTO PREDIAL
38138	29/10/2018	401,32	ODAIR ROCHA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 1122 - 01.02.056.0429.001	IMPOSTO PREDIAL
38139	29/10/2018	743,05	IZOLETE WESTRUP DAMINELLI	IMÓVEL: 1133 - 01.02.056.0643.001	IMPOSTO PREDIAL
38140	29/10/2018	444,31	IZOLETE WESTRUP DAMINELLI	IMÓVEL: 1134 - 01.02.056.0655.001	IMPOSTO PREDIAL
38141	29/10/2018	407,14	CELSO MINATTO	IMÓVEL: 1140 - 01.02.056.0769.001	IMPOSTO PREDIAL
38142	29/10/2018	349,70	JOAO DA SILVA CORREA	IMÓVEL: 1144 - 01.02.056.0817.001	IMPOSTO PREDIAL
38143	29/10/2018	647,17	ANDREIA FORMIGONI CORREA	IMÓVEL: 1145 - 01.02.056.0832.001	IMPOSTO PREDIAL
38144	29/10/2018	376,74	JARES DA ROCHA	IMÓVEL: 1158 - 01.02.055.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
38145	29/10/2018	423,60	ANTONIO MARQUES GONÇALVES	IMÓVEL: 1167 - 01.02.055.0471.001	IMPOSTO PREDIAL
38146	29/10/2018	377,82	JOAO MARIA ANTUNES DOS SANTOS	IMÓVEL: 1168 - 01.02.055.0486.001	IMPOSTO PREDIAL
38147	29/10/2018	589,82	GERALDO ROCHA	IMÓVEL: 1170 - 01.02.055.0510.001	IMPOSTO PREDIAL
38148	29/10/2018	536,02	VALMIR CIPRIANO	IMÓVEL: 1174 - 01.02.054.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
38149	29/10/2018	633,38	AVANIR MOTTA	IMÓVEL: 1179 - 01.02.054.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
38150	29/10/2018	409,77	NARCISO MOREIRA PEREIRA	IMÓVEL: 1207 - 01.02.053.0300.001	IMPOSTO PREDIAL

38151	29/10/2018	528,47	NILTON ALVES DOS SANTOS	IMÓVEL: 1216 - 01.02.053.0382.001	IMPOSTO PREDIAL
38152	29/10/2018	141,74	ENEDIR MINATTO	IMÓVEL: 1219 - 01.02.052.0450.001	IMPOSTO PREDIAL
38153	29/10/2018	292,25	ENEDIR MINATTO	IMÓVEL: 1221 - 01.02.052.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
38154	29/10/2018	946,35	DOUGLAS EYNG FRITZEN E OUTROS	IMÓVEL: 1222 - 01.02.052.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
38155	29/10/2018	456,77	DOUGLAS EYNG FRITZEN E OUTROS	IMÓVEL: 1223 - 01.02.052.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
38156	29/10/2018	404,30	DERNI BERNADINO DA ROSA	IMÓVEL: 1224 - 01.02.052.0069.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38157	29/10/2018	966,12	DERNI BERNADINO DA ROSA	IMÓVEL: 1225 - 01.02.052.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38158	29/10/2018	326,81	MAICON GEFFERSON KOGA	IMÓVEL: 1266 - 01.02.051.0692.001	IMPOSTO PREDIAL
38159	29/10/2018	624,08	IZOLETE MARIA COLOMBO	IMÓVEL: 1274 - 01.02.051.0917.002	IMPOSTO PREDIAL
38160	29/10/2018	96,94	VANDERLEI ALEXANDRE	IMÓVEL: 1322 - 01.03.051.0271.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38161	29/10/2018	376,61	EDILSON DOS SANTOS	IMÓVEL: 1327 - 01.03.053.0191.001	IMPOSTO PREDIAL
38162	29/10/2018	890,20	OLINDA HEERDT DE SOUZA	IMÓVEL: 1329 - 01.03.035.0462.001	IMPOSTO PREDIAL
38163	29/10/2018	553,88	WANDERLEI DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 1356 - 01.03.034.0299.001	IMPOSTO PREDIAL
38164	29/10/2018	170,82	JULIO DA SILVA	IMÓVEL: 1358 - 01.03.034.0314.001	IMPOSTO PREDIAL
38165	29/10/2018	548,33	JOEL DA SILVA	IMÓVEL: 1365 - 01.03.033.0072.001	IMPOSTO PREDIAL
38166	29/10/2018	334,05	ROSILANE DA ROSA	IMÓVEL: 1367 - 01.03.033.0101.001	IMPOSTO PREDIAL
38167	29/10/2018	406,76	RONALDO CANDIDO	IMÓVEL: 1374 - 01.03.033.0225.001	IMPOSTO PREDIAL
38168	29/10/2018	392,50	ANA CARDOSO	IMÓVEL: 1376 - 01.03.033.0254.001	IMPOSTO PREDIAL
38169	29/10/2018	506,51	DORVAL ROSA	IMÓVEL: 1386 - 01.03.032.0102.002	IMPOSTO PREDIAL
38170	29/10/2018	457,80	DIRCEU ANTUNES DE LIMA	IMÓVEL: 1393 - 01.03.030.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
38171	29/10/2018	393,80	ALTAIR DONIZETE SOARES	IMÓVEL: 1397 - 01.03.030.0202.001	IMPOSTO PREDIAL
38172	29/10/2018	285,48	JUCENEI DA SILVA	IMÓVEL: 1404 - 01.03.029.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38173	29/10/2018	701,03	JUCENEI DA SILVA	IMÓVEL: 1405 - 01.03.029.0098.001	IMPOSTO PREDIAL
38174	29/10/2018	371,86	JUCENEI DA SILVA	IMÓVEL: 1407 - 01.03.029.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
38175	29/10/2018	852,56	JOVELINO BERETTA	IMÓVEL: 1448 - 01.03.026.0212.001	IMPOSTO PREDIAL
38176	29/10/2018	170,82	MARILANE DE CARVALHO E ROBERTO GOMES DE CARVALHO	IMÓVEL: 1459 - 01.03.031.0026.001	IMPOSTO PREDIAL
38177	29/10/2018	738,58	FELIZ DA SILVA ANSELMO	IMÓVEL: 1472 - 01.03.031.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
38178	29/10/2018	553,54	JORGE FERNANDES DE SOUZA	IMÓVEL: 1479 - 01.03.024.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
38179	29/10/2018	304,16	AMARILDO FERNANDES	IMÓVEL: 1498 - 01.03.023.0058.001	IMPOSTO PREDIAL
38180	29/10/2018	314,92	MARLENE DA SILVA VALNIER	IMÓVEL: 1512 - 01.03.020.0045.001	IMPOSTO PREDIAL
38181	29/10/2018	93,96	PEDRO GONCALVES	IMÓVEL: 1514 - 01.03.020.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
38182	29/10/2018	362,55	JANETE MEDEIROS	IMÓVEL: 1515 - 01.03.020.0074.001	IMPOSTO PREDIAL
38183	29/10/2018	518,71	OTAVIO FRASSON	IMÓVEL: 1517 - 01.03.020.0103.001	IMPOSTO PREDIAL

38184	29/10/2018	170,82	ARCEU ROCHA (PSH)	IMÓVEL: 1526 - 01.03.019.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
38185	29/10/2018	478,93	FELIX KAMMER	IMÓVEL: 1545 - 01.03.021.0053.001	IMPOSTO PREDIAL
38186	29/10/2018	535,09	ARCELINO MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 1555 - 01.03.015.0078.001	IMPOSTO PREDIAL
38187	29/10/2018	680,47	ALEXANDRE BUZZANELLO GUOLLO	IMÓVEL: 1557 - 01.03.015.0102.001	IMPOSTO PREDIAL
38188	29/10/2018	318,44	JOAO GOMES DA ROCHA	IMÓVEL: 1558 - 01.03.015.0114.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38189	29/10/2018	443,32	JOAO GOMES DA ROCHA	IMÓVEL: 1559 - 01.03.015.0159.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38190	29/10/2018	541,46	JAIR DE CAMPOS	IMÓVEL: 1563 - 01.03.015.0218.001	IMPOSTO PREDIAL
38191	29/10/2018	382,80	CRISTIANO CUBAS	IMÓVEL: 1566 - 01.03.013.0033.001	IMPOSTO PREDIAL
38192	29/10/2018	312,50	AMARILDO DONATO	IMÓVEL: 1567 - 01.03.013.0045.001	IMPOSTO PREDIAL
38193	29/10/2018	157,59	LUZIA ROCHA	IMÓVEL: 1569 - 01.03.013.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38194	29/10/2018	601,95	ROSA MARIA RIBEIRO AMÉRICO	IMÓVEL: 1572 - 01.03.013.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
38195	29/10/2018	968,27	ZENI DA SILVA DA ROSA E OUTROS	IMÓVEL: 1576 - 01.03.013.0220.001	IMPOSTO PREDIAL
38196	29/10/2018	455,53	MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 1581 - 01.03.013.0379.001	IMPOSTO PREDIAL
38197	29/10/2018	680,70	JULIANO DA LUZ ZANONI	IMÓVEL: 1588 - 01.03.013.0544.001	IMPOSTO PREDIAL
38198	29/10/2018	505,03	MARIA DARCI DA SILVA CORREA	IMÓVEL: 1618 - 01.03.013.1009.001	IMPOSTO PREDIAL
38199	29/10/2018	2.482,63	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 1664 - 01.02.025.0512.001	IMPOSTO PREDIAL
38200	29/10/2018	442,58	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 1673 - 01.02.025.0802.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38201	29/10/2018	341,98	LUCIDORIO MATIAS	IMÓVEL: 1674 - 01.03.011.0013.001	IMPOSTO PREDIAL
38202	29/10/2018	395,66	JUÇARA DE SOUZA	IMÓVEL: 1678 - 01.03.011.0093.001	IMPOSTO PREDIAL
38203	29/10/2018	311,70	TEREZINHA DOS SANTOS DE ALMEIDA	IMÓVEL: 1682 - 01.03.011.0185.001	IMPOSTO PREDIAL
38204	29/10/2018	257,97	ROBERTO CARLOS URBANO	IMÓVEL: 1688 - 01.03.011.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
38205	29/10/2018	386,58	SONIA REGINA LEANDRO	IMÓVEL: 1691 - 01.03.010.0038.001	IMPOSTO PREDIAL
38206	29/10/2018	540,19	VALCIONIR GONCALVES	IMÓVEL: 1703 - 01.03.010.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
38207	29/10/2018	436,64	ADENISIO DE SOUZA	IMÓVEL: 1711 - 01.03.009.0018.001	IMPOSTO PREDIAL
38208	29/10/2018	454,70	JULIANO PEREIRA ARNS	IMÓVEL: 1712 - 01.03.009.0034.001	IMPOSTO PREDIAL
38209	29/10/2018	97,69	ALINE PEREIRA ARNS	IMÓVEL: 1715 - 01.03.009.0088.001	IMPOSTO PREDIAL
38210	29/10/2018	555,35	JORGE TEIXEIRA	IMÓVEL: 1719 - 01.03.009.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
38211	29/10/2018	575,10	JUCINEI NASCIMENTO DE ALMEIDA	IMÓVEL: 1722 - 01.03.009.0193.001	IMPOSTO PREDIAL
38212	29/10/2018	458,44	SERGIO LUIZ MONTEIRO	IMÓVEL: 1723 - 01.03.009.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
38213	29/10/2018	521,84	MARLENE SEHNEN MARLEI	IMÓVEL: 1729 - 01.03.009.0337.001	IMPOSTO PREDIAL
38214	29/10/2018	471,30	ADENOR DA SILVA	IMÓVEL: 1730 - 01.03.009.0353.001	IMPOSTO PREDIAL
38215	29/10/2018	302,75	SANDRO ELI DE CONTO	IMÓVEL: 1734 - 01.03.009.0413.001	IMPOSTO PREDIAL
38216	29/10/2018	678,97	JUVENIRCE MINATTO	IMÓVEL: 1735 - 01.02.014.0026.001	IMPOSTO PREDIAL

38217	29/10/2018	307,58	SANDRO ELI DE CONTO	IMÓVEL: 1737 - 01.03.009.0413.002	IMPOSTO PREDIAL
38218	29/10/2018	573,37	JOAO CARLOS CARDOSO	IMÓVEL: 1739 - 01.03.009.0437.001	IMPOSTO PREDIAL
38219	29/10/2018	527,71	JOVENTIL DE SOUZA	IMÓVEL: 1753 - 01.03.008.0114.002	IMPOSTO PREDIAL
38220	29/10/2018	595,93	EDSON JOSE NATALINO	IMÓVEL: 1759 - 01.03.008.0231.001	IMPOSTO PREDIAL
38221	29/10/2018	1.128,72	SP IMOVEIS LTDA - ME	IMÓVEL: 1795 - 01.03.008.0852.002	IMPOSTO PREDIAL
38222	29/10/2018	546,90	LINDOSMAR CARDOSO	IMÓVEL: 1826 - 01.02.017.0234.001	IMPOSTO PREDIAL
38223	29/10/2018	264,72	MARIA ELIZABETE CIPRIANO	IMÓVEL: 1833 - 01.03.018.1235.001	IMPOSTO PREDIAL
38224	29/10/2018	351,68	MINISTERIO PENTECOSTAL DA PAZ	IMÓVEL: 1860 - 01.02.019.0072.001	IMPOSTO PREDIAL
38225	29/10/2018	280,90	SADI GONCALVES	IMÓVEL: 1862 - 01.02.019.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38226	29/10/2018	106,15	ANTONIO DA SILVA OURIQUES	IMÓVEL: 1871 - 01.03.007.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
38227	29/10/2018	418,62	EDELTRAUD BARDEN ALBINO	IMÓVEL: 1883 - 01.03.007.0333.001	IMPOSTO PREDIAL
38228	29/10/2018	372,91	CAMILA GONCALVES LEANDRO	IMÓVEL: 1912 - 01.03.006.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
38229	29/10/2018	666,69	ADINO DE CESARO CAVALER	IMÓVEL: 1913 - 01.03.006.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
38230	29/10/2018	1.105,20	JERSON DA SILVA MOTA	IMÓVEL: 1914 - 01.02.021.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38231	29/10/2018	358,35	LUIZ ALVES PEREIRA	IMÓVEL: 1953 - 01.03.005.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
38232	29/10/2018	460,96	JADIR HENRIQUE	IMÓVEL: 1963 - 01.03.005.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
38233	29/10/2018	444,73	SALESIO PEDRO LEANDRO	IMÓVEL: 1987 - 01.03.004.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
38234	29/10/2018	449,44	IZABEL STUNFF	IMÓVEL: 1989 - 01.03.004.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
38235	29/10/2018	442,89	FRANCISCO VICENTE CIPRIANO	IMÓVEL: 1995 - 01.02.015.0179.001	IMPOSTO PREDIAL
38236	29/10/2018	265,72	ROGERIO MORO DA SILVA	IMÓVEL: 2001 - 01.03.002.0021.001	IMPOSTO PREDIAL
38237	29/10/2018	591,65	SIRLEI IRACI MARTINS RABELO	IMÓVEL: 2006 - 01.02.024.0026.001	IMPOSTO PREDIAL
38238	29/10/2018	495,71	VALDACIR MARIA MARIANO DE SOUZA	IMÓVEL: 2008 - 01.02.024.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38239	29/10/2018	322,24	ESPOLIO DE AZENIR DA SILVA	IMÓVEL: 2011 - 01.03.002.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38240	29/10/2018	412,11	ANTONIO DE GODOI (ESPOLIO)	IMÓVEL: 2013 - 01.03.002.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
38241	29/10/2018	489,97	SAMUEL BORGES HOEPERS	IMÓVEL: 2025 - 01.03.002.0272.001	IMPOSTO PREDIAL
38242	29/10/2018	464,02	SERGIO JOAQUIM	IMÓVEL: 2039 - 01.03.002.0442.001	IMPOSTO PREDIAL
38243	29/10/2018	300,95	TOMAZIA JERONIMO	IMÓVEL: 2047 - 01.03.014.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
38244	29/10/2018	572,67	SIDNEI CAPELA	IMÓVEL: 2057 - 01.03.014.0653.001	IMPOSTO PREDIAL
38245	29/10/2018	448,69	EDUARDO VITALI CAMPANHOLI	IMÓVEL: 2079 - 01.03.014.0976.001	IMPOSTO PREDIAL
38246	29/10/2018	518,51	EDGAR CAMPANHOLI	IMÓVEL: 2083 - 01.03.014.1002.001	IMPOSTO PREDIAL
38247	29/10/2018	300,99	CLEIDE PIVA PEREIRA	IMÓVEL: 2167 - 01.03.012.2078.002	IMPOSTO PREDIAL
38248	29/10/2018	511,11	SIRLEI BORDINI ELIAS	IMÓVEL: 2192 - 01.02.043.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
38249	29/10/2018	462,25	CESARIO SADY DE SÁ	IMÓVEL: 2193 - 01.03.012.2290.001	IMPOSTO PREDIAL

38250	29/10/2018	371,35	JONAS ANSELMO VALNIER	IMÓVEL: 2199 - 01.03.012.2378.001	IMPOSTO PREDIAL
38251	29/10/2018	161,99	LUIZ CARLOS DE SOUZA ALBANO	IMÓVEL: 2204 - 01.02.043.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
38252	29/10/2018	548,34	MARIA DE FATIMA BORGES HOEPERS	IMÓVEL: 2211 - 01.03.012.2468.001	IMPOSTO PREDIAL
38253	29/10/2018	473,73	FRANCIANE ZANETTE DAL PONT	IMÓVEL: 2218 - 01.02.043.0337.001	IMPOSTO PREDIAL
38254	29/10/2018	317,90	CLAUDIA IZE	IMÓVEL: 2222 - 01.02.043.0362.001	IMPOSTO PREDIAL
38255	29/10/2018	301,58	ZENIR DE ANDRADE	IMÓVEL: 2227 - 01.03.001.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
38256	29/10/2018	300,35	JANETE SILVA WITH	IMÓVEL: 2229 - 01.03.001.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
38257	29/10/2018	502,54	ANDRE DANIELSKI	IMÓVEL: 2230 - 01.02.043.0590.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38258	29/10/2018	443,52	ROGERIO PIVA PEREIRA	IMÓVEL: 2231 - 01.03.001.0308.001	IMPOSTO PREDIAL
38259	29/10/2018	1.177,72	JOAO MACHADO FERREIRA	IMÓVEL: 2243 - 01.03.001.0398.001	IMPOSTO PREDIAL
38260	29/10/2018	621,61	DIONISIO MORETO	IMÓVEL: 2258 - 01.02.043.0770.001	IMPOSTO PREDIAL
38261	29/10/2018	409,81	RAQUEL GONÇALVES LEANDRO	IMÓVEL: 2259 - 01.03.001.0582.001	IMPOSTO PREDIAL
38262	29/10/2018	1.922,41	ESPOLIO DE ALOISIO HOEPERS	IMÓVEL: 2266 - 01.01.026.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
38263	29/10/2018	375,24	ESPOLIO DE VILMAR SAVI	IMÓVEL: 2267 - 01.03.001.0642.001	IMPOSTO PREDIAL
38264	29/10/2018	278,18	JELCIR ANTUNES GONCALVES	IMÓVEL: 2277 - 01.03.001.0915.001	IMPOSTO PREDIAL
38265	29/10/2018	404,24	WILSON JOAO VIOLA	IMÓVEL: 2279 - 01.03.001.0922.001	IMPOSTO PREDIAL
38266	29/10/2018	270,27	VILSON PAULO UGIONI DAL MOLIN	IMÓVEL: 2325 - 01.03.001.1647.001	IMPOSTO PREDIAL
38267	29/10/2018	212,36	LAERCIO MACHADO	IMÓVEL: 2345 - 01.03.001.1798.001	IMPOSTO PREDIAL
38268	29/10/2018	435,53	LAENIO MACHADO	IMÓVEL: 2347 - 01.03.001.1818.001	IMPOSTO PREDIAL
38269	29/10/2018	723,13	IVONETE IGNACIO TISCOSKI	IMÓVEL: 2363 - 01.03.001.1985.001	IMPOSTO PREDIAL
38270	29/10/2018	170,82	DEONIR MINATTO	IMÓVEL: 2367 - 01.03.001.2404.001	IMPOSTO PREDIAL
38271	29/10/2018	821,78	GENESIO PLASKIEVICZ	IMÓVEL: 2371 - 01.03.001.2145.001	IMPOSTO PREDIAL
38272	29/10/2018	843,74	GENESIO PLASKIEVICZ	IMÓVEL: 2373 - 01.03.001.2145.002	IMPOSTO PREDIAL
38273	29/10/2018	518,71	ALBERTINA WILLEMANN TAVARES	IMÓVEL: 2381 - 01.02.002.1363.001	IMPOSTO PREDIAL
38274	29/10/2018	443,83	ANTONIO ZANONI	IMÓVEL: 2404 - 01.02.002.1613.001	IMPOSTO PREDIAL
38275	29/10/2018	585,10	JOACIR MONTEIRO	IMÓVEL: 2419 - 01.02.004.0266.001	IMPOSTO PREDIAL
38276	29/10/2018	543,38	ANDREIA PEREIRA NICOSKI	IMÓVEL: 2424 - 01.02.004.0367.001	IMPOSTO PREDIAL
38277	29/10/2018	301,02	ALESSANDRO DE SOUZA FLORENCIO	IMÓVEL: 2428 - 01.02.005.0044.001	IMPOSTO PREDIAL
38278	29/10/2018	669,65	DINO MINATTO	IMÓVEL: 2430 - 01.02.005.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38279	29/10/2018	420,80	MARIA HELENA DE SOUZA LUNARDI	IMÓVEL: 2443 - 01.02.005.0310.001	IMPOSTO PREDIAL
38280	29/10/2018	401,84	VALDECI VARGAS DA SILVA	IMÓVEL: 2466 - 01.02.006.0575.001	IMPOSTO PREDIAL
38281	29/10/2018	928,74	ROSANGELA COLOMBO RITTER	IMÓVEL: 2478 - 01.02.007.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
38282	29/10/2018	1.010,99	ROSANGELA COLOMBO RITTER	IMÓVEL: 2479 - 01.02.007.0029.001	IMPOSTO PREDIAL

38283	29/10/2018	360,17	ASSOCIACAO MORADORES BAIRRO SANTA ISABEL	IMÓVEL: 2488 - 01.02.007.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
38284	29/10/2018	481,71	JURACI CARDOSO	IMÓVEL: 2493 - 01.02.008.0045.001	IMPOSTO PREDIAL
38285	29/10/2018	306,98	GUILHERME CORAL	IMÓVEL: 2494 - 01.02.008.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
38286	29/10/2018	745,02	CLAUDENOR MARIOT	IMÓVEL: 2505 - 01.02.008.0272.001	IMPOSTO PREDIAL
38287	29/10/2018	344,96	JOELCIO COLOMBO	IMÓVEL: 2521 - 01.02.009.0278.001	IMPOSTO PREDIAL
38288	29/10/2018	806,44	MARCELO PERUCHI	IMÓVEL: 2532 - 01.02.011.0172.001	IMPOSTO PREDIAL
38289	29/10/2018	207,30	RAQUEL DE OLIVEIRA PADILHA	IMÓVEL: 2544 - 01.02.012.0096.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38290	29/10/2018	434,24	GRAZIELA LAURINDO RABELO	IMÓVEL: 2557 - 01.02.029.0072.001	IMPOSTO PREDIAL
38291	29/10/2018	383,09	CLEBER LAURINDO RABELO	IMÓVEL: 2558 - 01.02.029.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38292	29/10/2018	547,78	CLEBER LAURINDO RABELO	IMÓVEL: 2560 - 01.02.029.0110.001	IMPOSTO PREDIAL
38293	29/10/2018	487,86	JONAS MATEUS	IMÓVEL: 2583 - 01.02.029.0424.001	IMPOSTO PREDIAL
38294	29/10/2018	1.130,78	BRUNO BECKHAUSER	IMÓVEL: 2600 - 01.02.030.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
38295	29/10/2018	392,65	MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 2604 - 01.02.030.0340.001	IMPOSTO PREDIAL
38296	29/10/2018	493,54	FLORIANAEAL ROSA MICHELS	IMÓVEL: 2607 - 01.02.033.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
38297	29/10/2018	454,53	PAULO HOEPERS	IMÓVEL: 2616 - 01.02.033.0448.001	IMPOSTO PREDIAL
38298	29/10/2018	577,55	ADEMIR TROMBIM	IMÓVEL: 2670 - 01.02.039.0235.002	IMPOSTO PREDIAL

38299	29/10/2018	471,46	ADEMIR TROMBIM	IMÓVEL: 2672 - 01.02.039.0235.004	IMPOSTO PREDIAL
38300	29/10/2018	1.510,66	CELIA KULKAMP	IMÓVEL: 2698 - 01.02.049.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
38301	29/10/2018	610,09	ALVARO FORMIGONI	IMÓVEL: 2701 - 01.02.095.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
38302	29/10/2018	1.626,16	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 2730 - 01.02.096.1109.001	IMPOSTO PREDIAL
38303	29/10/2018	303,67	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 2732 - 01.02.096.1137.001	IMPOSTO PREDIAL
38304	29/10/2018	2.155,50	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 2747 - 01.02.026.0995.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38305	29/10/2018	636,34	JULIO ALBERTO ALBONICO	IMÓVEL: 2765 - 01.02.026.1304.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38306	29/10/2018	726,93	JULIO ALBERTO ALBONICO	IMÓVEL: 2766 - 01.02.026.1340.001	IMPOSTO PREDIAL
38307	29/10/2018	819,34	MARILI WARMLING	IMÓVEL: 2792 - 01.02.049.1713.001	IMPOSTO PREDIAL
38308	29/10/2018	439,46	JUCELI ACORDE MOREIRA	IMÓVEL: 2797 - 01.02.049.1844.001	IMPOSTO PREDIAL
38309	29/10/2018	273,32	JUCELI ACORDE MOREIRA	IMÓVEL: 2798 - 01.02.049.1844.002	IMPOSTO PREDIAL
38310	29/10/2018	1.561,47	ESPOLIO DE MANOEL NASCIMENTO DA SILVA	IMÓVEL: 2800 - 01.02.049.1874.001	IMPOSTO PREDIAL
38311	29/10/2018	289,02	CELIO ACORDI	IMÓVEL: 2807 - 01.02.049.1946.001	IMPOSTO PREDIAL
38312	29/10/2018	467,51	AGENOR ELIAS GUERREIRO	IMÓVEL: 2821 - 01.02.049.2186.001	IMPOSTO PREDIAL
38313	29/10/2018	393,21	PEDRO WITT	IMÓVEL: 2825 - 01.02.049.2244.001	IMPOSTO PREDIAL
38314	29/10/2018	429,46	NILBERTO LAURINDO SILVA	IMÓVEL: 2834 - 01.02.049.2465.001	IMPOSTO PREDIAL
38315	29/10/2018	293,00	ALTAIR FENALI	IMÓVEL: 2836 - 01.02.049.2482.001	IMPOSTO PREDIAL
38316	29/10/2018	208,55	ELTON JOAO MARTINELLO	IMÓVEL: 2880 - 01.02.046.0257.011	IMPOSTO PREDIAL
38317	29/10/2018	232,28	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2893 - 01.02.045.0038.001	IMPOSTO PREDIAL
38318	29/10/2018	300,32	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2895 - 01.02.045.0038.003	IMPOSTO PREDIAL
38319	29/10/2018	581,07	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2897 - 01.02.045.0038.005	IMPOSTO PREDIAL
38320	29/10/2018	581,07	ALVACIR MEZZARI	IMÓVEL: 2898 - 01.02.045.0038.006	IMPOSTO PREDIAL
38321	29/10/2018	385,41	MARILUCI DA CAMPO MARCA	IMÓVEL: 2899 - 01.02.045.0053.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38322	29/10/2018	558,38	ELI EYNG	IMÓVEL: 2915 - 01.02.045.0297.001	IMPOSTO PREDIAL
38323	29/10/2018	444,92	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 2917 - 01.02.045.0357.001	IMPOSTO PREDIAL
38324	29/10/2018	896,47	HOEPERS & LAPA CONSTRUÇOES S.A.	IMÓVEL: 2920 - 01.02.045.0428.001	IMPOSTO PREDIAL
38325	29/10/2018	390,04	DENISE VITALI	IMÓVEL: 2922 - 01.02.045.0485.001	IMPOSTO PREDIAL

38326	29/10/2018	371,97	CRISTIANO SCHNEIDER	IMÓVEL: 2929 - 01.02.045.0597.001	IMPOSTO PREDIAL
38327	29/10/2018	613,17	VARCILEI DONATO CARRADORE	IMÓVEL: 2934 - 01.02.045.0903.001	IMPOSTO PREDIAL
38328	29/10/2018	367,23	ROSIMERI DE FATIMA DANIEL	IMÓVEL: 2943 - 01.02.045.1092.001	IMPOSTO PREDIAL
38329	29/10/2018	252,65	ESPOLIO DE FAVORIM DOMINGOS ROCHA	IMÓVEL: 3008 - 01.02.048.0178.001	IMPOSTO PREDIAL
38330	29/10/2018	225,40	VANDERLEI MATEUS DOS SANTOS	IMÓVEL: 3040 - 01.02.010.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38331	29/10/2018	434,78	JUCENEI DA SILVA	IMÓVEL: 3041 - 01.02.010.0097.001	IMPOSTO PREDIAL
38332	29/10/2018	950,89	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 3053 - 01.06.022.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
38333	29/10/2018	303,95	NELSON MEZARI	IMÓVEL: 3054 - 01.06.022.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
38334	29/10/2018	173,53	NELSON MEZARI	IMÓVEL: 3055 - 01.06.022.0055.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38335	29/10/2018	137,00	IGREJA EVANG. PETENCOSTAL CHAMA DIVINA	IMÓVEL: 3065 - 01.06.022.0207.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38336	29/10/2018	870,58	GREICE KELLY DA SILVA SCHEFFER	IMÓVEL: 3071 - 01.06.022.0317.001	IMPOSTO PREDIAL
38337	29/10/2018	519,91	JUREMA FERMINO RODRIGUES	IMÓVEL: 3080 - 01.06.033.0062.001	IMPOSTO PREDIAL
38338	29/10/2018	266,44	MARLI JESUINO MARIANO	IMÓVEL: 3083 - 01.06.033.0110.001	IMPOSTO PREDIAL
38339	29/10/2018	366,26	ORLANDO LUCIO DE MORAES	IMÓVEL: 3093 - 01.06.033.0332.001	IMPOSTO PREDIAL
38340	29/10/2018	206,85	VALDEMAR SILVEIRA	IMÓVEL: 3103 - 01.06.032.0163.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38341	29/10/2018	331,95	DALVA CANTELLI NATAL	IMÓVEL: 3104 - 01.06.032.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
38342	29/10/2018	352,21	ADEMIR DA SILVA ANDRADE	IMÓVEL: 3108 - 01.06.032.0274.001	IMPOSTO PREDIAL
38343	29/10/2018	414,72	TATIANE FARIAS DE SOUZA	IMÓVEL: 3113 - 01.06.031.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
38344	29/10/2018	483,69	PAULO RENATO NUNES	IMÓVEL: 3116 - 01.06.031.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
38345	29/10/2018	128,91	ADROALDO VIEIRA DA CRUZ	IMÓVEL: 3117 - 01.06.031.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38346	29/10/2018	93,52	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 3120 - 01.06.031.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
38347	29/10/2018	350,59	RAFAEL MEDEIROS ABREU	IMÓVEL: 3123 - 01.06.031.0241.001	IMPOSTO PREDIAL
38348	29/10/2018	116,04	REGIS DA SILVA GUIMARAES	IMÓVEL: 3127 - 01.06.031.0329.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38349	29/10/2018	3.137,30	ASCAN - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES CASAN	IMÓVEL: 3129 - 01.06.030.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
38350	29/10/2018	416,55	JOSE RODRIGUES	IMÓVEL: 3144 - 01.06.027.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
38351	29/10/2018	903,95	OLIVIO MENEGARO	IMÓVEL: 3145 - 01.06.027.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
38352	29/10/2018	464,41	ADELAR DAS GRAÇAS BITENCOURT	IMÓVEL: 3147 - 01.06.027.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
38353	29/10/2018	415,26	FABIANA AMERICO	IMÓVEL: 3148 - 01.06.027.0224.001	IMPOSTO PREDIAL
38354	29/10/2018	378,52	DOMINGOS ROSA DE CHAVES	IMÓVEL: 3153 - 01.06.027.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
38355	29/10/2018	120,77	JOSE RODRIGUES	IMÓVEL: 3154 - 01.06.027.0345.001	IMPOSTO PREDIAL
38356	29/10/2018	432,05	LUIS JOAO MADALENA	IMÓVEL: 3158 - 01.06.026.0063.001	IMPOSTO PREDIAL
38357	29/10/2018	87,89	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3160 - 01.06.026.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38358	29/10/2018	70,35	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3161 - 01.06.026.0111.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38359	29/10/2018	348,07	LUAN DE SOUZA SCARSI	IMÓVEL: 3162 - 01.06.026.0152.001	IMPOSTO PREDIAL
38360	29/10/2018	78,17	JOAO BATISTA EUZEBIO	IMÓVEL: 3163 - 01.06.026.0194.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38361	29/10/2018	70,36	JOAO BATISTA EUZEBIO	IMÓVEL: 3164 - 01.06.026.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38362	29/10/2018	137,28	ESPOLIO DE JOSE CARLOS DE MATOS CLAUMAN	IMÓVEL: 3170 - 01.06.026.0330.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38363	29/10/2018	450,90	NASCIMENTO XAVIER	IMÓVEL: 3171 - 01.06.023.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
38364	29/10/2018	301,71	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3172 - 01.06.023.0191.001	IMPOSTO PREDIAL
38365	29/10/2018	570,31	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3173 - 01.06.023.0206.001	IMPOSTO PREDIAL
38366	29/10/2018	260,63	JEFFERSON MACHADO VIEIRA	IMÓVEL: 3174 - 01.06.023.0222.001	IMPOSTO PREDIAL
38367	29/10/2018	125,03	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3175 - 01.06.023.0238.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38368	29/10/2018	686,90	JULIANA VICENTE CABRAL	IMÓVEL: 3176 - 01.06.023.0254.001	IMPOSTO PREDIAL
38369	29/10/2018	403,34	MAYK MARCELO ELIAS	IMÓVEL: 3177 - 01.06.023.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
38370	29/10/2018	305,51	RAMON ROCHA NAZÁRIO	IMÓVEL: 3178 - 01.06.023.0286.001	IMPOSTO PREDIAL
38371	29/10/2018	403,25	LINCOLN DOS SANTOS SABINO	IMÓVEL: 3180 - 01.06.023.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
38372	29/10/2018	125,03	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3182 - 01.06.023.0415.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38373	29/10/2018	125,03	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3183 - 01.06.023.0431.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38374	29/10/2018	124,71	VICTORIO LUIS BORTOLATTO	IMÓVEL: 3184 - 01.06.023.0447.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38375	29/10/2018	299,63	SAULO SEBASTIÃO DE MEDEIROS	IMÓVEL: 3187 - 01.06.023.0520.001	IMPOSTO PREDIAL
38376	29/10/2018	443,90	MARCELINO PIROLA	IMÓVEL: 3192 - 01.06.023.0646.001	IMPOSTO PREDIAL
38377	29/10/2018	125,03	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 3211 - 01.06.025.0063.001	IMPOSTO TERRITORIAL

38378	29/10/2018	347,77	MARCELO MORAIS DE ANDRADE	IMÓVEL: 3213 - 01.06.025.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
38379	29/10/2018	363,63	MISAEI FONSECA NUNES	IMÓVEL: 3219 - 01.06.025.0242.001	IMPOSTO PREDIAL
38380	29/10/2018	463,37	KASSIANO BARBOZA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 3221 - 01.06.025.0273.001	IMPOSTO PREDIAL
38381	29/10/2018	291,44	CELIO DUARTE	IMÓVEL: 3227 - 01.06.021.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
38382	29/10/2018	394,73	JONATAS FERNANDES LODOVINO	IMÓVEL: 3229 - 01.06.021.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
38383	29/10/2018	1.399,34	ALZIRA BERNARDO DA ROSA	IMÓVEL: 3231 - 01.06.021.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38384	29/10/2018	492,24	MARIA APARECIDA STAIRK	IMÓVEL: 3232 - 01.06.021.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38385	29/10/2018	359,75	CENELI DOS SANTOS	IMÓVEL: 3236 - 01.06.021.0215.001	IMPOSTO PREDIAL
38386	29/10/2018	499,68	CAMILA NEVES DA SILVA	IMÓVEL: 3244 - 01.06.064.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38387	29/10/2018	200,55	RAFAEL JOSE BENTO	IMÓVEL: 3246 - 01.06.064.0053.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38388	29/10/2018	994,87	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 3248 - 01.06.064.0112.001	IMPOSTO PREDIAL
38389	29/10/2018	710,90	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 3249 - 01.06.064.0112.002	IMPOSTO PREDIAL
38390	29/10/2018	565,91	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 3250 - 01.06.064.0126.001	IMPOSTO PREDIAL
38391	29/10/2018	322,74	ANDERSON BEZ BATTI	IMÓVEL: 3255 - 01.06.064.0224.001	IMPOSTO PREDIAL
38392	29/10/2018	1.037,56	DILNEI DA ROCHA	IMÓVEL: 3260 - 01.06.064.0323.001	IMPOSTO PREDIAL
38393	29/10/2018	738,05	OLIVIO MANOEL DOS SANTOS	IMÓVEL: 3262 - 01.06.058.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38394	29/10/2018	90,97	VILSON BARBOSA	IMÓVEL: 3264 - 01.06.058.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38395	29/10/2018	403,23	JESSICA ROCHA KOGUTA	IMÓVEL: 3267 - 01.06.058.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
38396	29/10/2018	232,81	JOACIR CARDOSO	IMÓVEL: 3269 - 01.06.058.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38397	29/10/2018	357,31	IDINEI VITORIO ORESTES	IMÓVEL: 3272 - 01.06.056.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38398	29/10/2018	421,93	VIVIANE CARDOSO	IMÓVEL: 3283 - 01.06.055.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38399	29/10/2018	1.037,01	SADY POLICARPO DE SA	IMÓVEL: 3288 - 01.06.055.0203.001	IMPOSTO PREDIAL
38400	29/10/2018	332,83	ROBSON DA SILVA	IMÓVEL: 3291 - 01.06.055.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
38401	29/10/2018	250,15	VALDIR DOS REIS	IMÓVEL: 3294 - 01.06.054.0071.001	IMPOSTO PREDIAL
38402	29/10/2018	258,15	WILIAN DA SILVA POKOMAIER	IMÓVEL: 3295 - 01.06.054.0086.001	IMPOSTO PREDIAL
38403	29/10/2018	406,14	ROBERVAL MAXIMO DELFINO	IMÓVEL: 3296 - 01.06.054.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
38404	29/10/2018	342,84	LUIZ EDUARDO ZANDONADI	IMÓVEL: 3297 - 01.06.054.0115.001	IMPOSTO PREDIAL
38405	29/10/2018	382,45	GEANDERSON BORBA BOTEÃO	IMÓVEL: 3298 - 01.06.054.0159.001	IMPOSTO PREDIAL
38406	29/10/2018	480,25	EDI JOSE GONCALVES	IMÓVEL: 3305 - 01.06.053.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38407	29/10/2018	315,50	ROSELI POKOMAIER	IMÓVEL: 3307 - 01.06.053.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
38408	29/10/2018	170,82	RITA DE CASSIA W. MAXIMO (PSH)	IMÓVEL: 3317 - 01.06.052.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
38409	29/10/2018	289,39	MARCOS ADRIANO GONÇALVES	IMÓVEL: 3321 - 01.06.052.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38410	29/10/2018	259,73	SILVIO BENTO DE BONA	IMÓVEL: 3323 - 01.06.051.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38411	29/10/2018	570,50	MARINEIS DO LIVRAMENTO	IMÓVEL: 3340 - 01.06.050.0146.001	IMPOSTO PREDIAL
38412	29/10/2018	623,67	DANIEL DE SOUZA MATTIAS	IMÓVEL: 3344 - 01.06.050.0234.001	IMPOSTO PREDIAL
38413	29/10/2018	108,14	FILIFE TORQUATO DE SÁ	IMÓVEL: 3354 - 01.06.048.0059.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38414	29/10/2018	106,06	JAIR ENOQUE SERAFIM	IMÓVEL: 3358 - 01.06.048.0104.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38415	29/10/2018	969,74	JAIR ENOQUE SERAFIM	IMÓVEL: 3359 - 01.06.048.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
38416	29/10/2018	193,63	GIOVANE DE BONA SPECK	IMÓVEL: 3360 - 01.06.048.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
38417	29/10/2018	310,41	CARLOS HENRIQUE LAURENTINA DE SOUZA	IMÓVEL: 3363 - 01.06.046.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
38418	29/10/2018	297,30	MARCIO BARCELOS NOGAROTTO	IMÓVEL: 3364 - 01.06.046.0074.001	IMPOSTO PREDIAL
38419	29/10/2018	273,30	EDMILSON NUNES XAVIER	IMÓVEL: 3369 - 01.06.046.0177.001	IMPOSTO PREDIAL
38420	29/10/2018	90,90	FABRICIO CARDOSO FRANÇA	IMÓVEL: 3370 - 01.06.047.0044.001	IMPOSTO PREDIAL
38421	29/10/2018	501,43	RODRIGO DO LIVRAMENTO PIRES	IMÓVEL: 3372 - 01.06.047.0075.001	IMPOSTO PREDIAL
38422	29/10/2018	293,96	JOSE BORGES	IMÓVEL: 3377 - 01.06.047.0178.001	IMPOSTO PREDIAL
38423	29/10/2018	1.890,60	HUMBERTO RICKEN MICHELS E MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 3378 - 01.06.020.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
38424	29/10/2018	176,71	MARCOS MONTEIRO DA SILVA	IMÓVEL: 3382 - 01.06.020.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38425	29/10/2018	398,69	SERAFIM MENDES DOS SANTOS	IMÓVEL: 3383 - 01.06.020.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38426	29/10/2018	976,97	LODEMAR BORGES	IMÓVEL: 3384 - 01.06.020.0098.001	IMPOSTO PREDIAL
38427	29/10/2018	476,17	JOSE CLESIO CAMPOS NORBERTO	IMÓVEL: 3390 - 01.06.020.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38428	29/10/2018	427,27	IZABEL CRISTINA DE ASSUNÇÃO	IMÓVEL: 3403 - 01.06.019.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
38429	29/10/2018	541,39	ADAO SIMAO	IMÓVEL: 3405 - 01.06.019.0154.001	IMPOSTO PREDIAL
38430	29/10/2018	912,30	ADAO SIMAO	IMÓVEL: 3406 - 01.06.019.0171.001	IMPOSTO PREDIAL

38431	29/10/2018	168,41	RODRIGO DA SILVA BONFIM	IMÓVEL: 3409 - 01.06.019.0231.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38432	29/10/2018	544,31	JOSUE MACHADO	IMÓVEL: 3410 - 01.06.019.0245.001	IMPOSTO PREDIAL
38433	29/10/2018	336,32	ADRIANA FERREIRA DA SILVA	IMÓVEL: 3414 - 01.06.019.0333.001	IMPOSTO PREDIAL
38434	29/10/2018	348,18	MARIO GERONIMO MOREIRA	IMÓVEL: 3416 - 01.06.018.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
38435	29/10/2018	620,38	LEOMAR FANTIN	IMÓVEL: 3418 - 01.06.018.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
38436	29/10/2018	458,58	VANDERLEI WATERKEMPER ZOOCHÉ	IMÓVEL: 3423 - 01.06.018.0116.001	IMPOSTO PREDIAL
38437	29/10/2018	101,83	DEBORA DE SOUZA VIERA	IMÓVEL: 3425 - 01.06.018.0173.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38438	29/10/2018	131,91	DEBORA DE SOUZA VIERA	IMÓVEL: 3426 - 01.06.018.0220.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38439	29/10/2018	168,38	DENIZE DE S. VIEIRA E DEBORA DE S. VIEIRA	IMÓVEL: 3427 - 01.06.018.0234.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38440	29/10/2018	168,43	DENIZE DE S. VIEIRA E DEBORA DE S. VIEIRA	IMÓVEL: 3428 - 01.06.018.0248.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38441	29/10/2018	320,67	ALEXSANDRO BAIROS SIMÃO	IMÓVEL: 3432 - 01.06.018.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
38442	29/10/2018	259,28	JORGE LUIS DA SILVA	IMÓVEL: 3438 - 01.06.017.0050.001	IMPOSTO PREDIAL
38443	29/10/2018	239,48	LORENI ROSA GUIMARAES	IMÓVEL: 3440 - 01.06.017.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38444	29/10/2018	253,38	VANDERLEI RAMOS	IMÓVEL: 3441 - 01.06.017.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
38445	29/10/2018	260,22	JORGE VIEIRA VIANA	IMÓVEL: 3442 - 01.06.017.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
38446	29/10/2018	530,09	JOAO JOARES FERNANDES	IMÓVEL: 3444 - 01.06.017.0110.001	IMPOSTO PREDIAL
38447	29/10/2018	170,82	OLIVIA BARCELOS GUIMARAES	IMÓVEL: 3445 - 01.06.017.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
38448	29/10/2018	170,82	MARIA DE LOURDES CANEVER	IMÓVEL: 3446 - 01.06.017.0130.001	IMPOSTO PREDIAL
38449	29/10/2018	170,82	JANAINA GONCALVES FURTADO (PSH)	IMÓVEL: 3448 - 01.06.017.0220.001	IMPOSTO PREDIAL
38450	29/10/2018	84,52	RENATO BEZ	IMÓVEL: 3450 - 01.06.017.0248.001	IMPOSTO PREDIAL
38451	29/10/2018	372,68	GABRIELA JUNKES DA SILVA	IMÓVEL: 3451 - 01.06.017.0262.001	IMPOSTO PREDIAL
38452	29/10/2018	372,24	ANA PAULA HONOFRE GREGORIO	IMÓVEL: 3452 - 01.06.017.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
38453	29/10/2018	112,08	CELIO MARCOS DIAS	IMÓVEL: 3453 - 01.06.017.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
38454	29/10/2018	673,34	JULIANO MACHADO	IMÓVEL: 3454 - 01.06.017.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
38455	29/10/2018	354,99	ADRIANA VARGAS	IMÓVEL: 3456 - 01.06.074.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38456	29/10/2018	170,82	LEONIR SATURNO BERNARDO	IMÓVEL: 3457 - 01.06.074.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38457	29/10/2018	170,82	EVA DE FATIMA GOMES NETO	IMÓVEL: 3458 - 01.06.074.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38458	29/10/2018	170,82	ADRIANA DA SILVA	IMÓVEL: 3459 - 01.06.074.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38459	29/10/2018	452,33	JULIANE DA CRUZ MANOEL	IMÓVEL: 3462 - 01.06.074.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
38460	29/10/2018	171,93	NEUSA MEDEIROS FIGUEREDO	IMÓVEL: 3463 - 01.06.074.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
38461	29/10/2018	335,25	EMERSON DE SOUZA	IMÓVEL: 3465 - 01.06.074.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38462	29/10/2018	364,85	PAULA FERNANDA MELLO DOS SANTOS	IMÓVEL: 3467 - 01.06.072.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38463	29/10/2018	346,94	JEFFERSON FOGAÇA	IMÓVEL: 3469 - 01.06.072.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38464	29/10/2018	324,45	EMERSON MONDARDO BORGES	IMÓVEL: 3470 - 01.06.072.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
38465	29/10/2018	170,82	ROSA MARIA DE MEDEIROS DE SOUZA	IMÓVEL: 3477 - 01.06.071.0034.001	IMPOSTO PREDIAL
38466	29/10/2018	170,82	VALDIR DOS SANTOS (PSH)	IMÓVEL: 3478 - 01.06.071.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
38467	29/10/2018	363,78	ROSANA CORREIA	IMÓVEL: 3482 - 01.06.071.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
38468	29/10/2018	170,82	MOACIR SILVEIRA	IMÓVEL: 3485 - 01.06.071.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38469	29/10/2018	170,82	DIOBELA LUIZ MENDES	IMÓVEL: 3486 - 01.06.073.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
38470	29/10/2018	170,82	ROSIMERI DA SILVEIRA DUTRA (FRH)	IMÓVEL: 3487 - 01.06.073.0156.001	IMPOSTO PREDIAL
38471	29/10/2018	170,82	ALEY DOS SANTOS	IMÓVEL: 3490 - 01.06.073.0221.001	IMPOSTO PREDIAL
38472	29/10/2018	170,82	FERNANDO MENDES DOS PASSOS (SFH)	IMÓVEL: 3492 - 01.06.073.0013.001	IMPOSTO PREDIAL
38473	29/10/2018	170,82	RUTE MENDES RIBEIRO (SFH)	IMÓVEL: 3493 - 01.06.073.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38474	29/10/2018	170,82	VILMAR RODRIGUES GOMES	IMÓVEL: 3495 - 01.06.073.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
38475	29/10/2018	170,82	RAFAEL SPINDOLA PAES	IMÓVEL: 3497 - 01.06.073.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
38476	29/10/2018	394,86	DEOCLESIO NEVES	IMÓVEL: 3498 - 01.06.070.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38477	29/10/2018	139,33	SANTOS ADRIANO ROCHA	IMÓVEL: 3504 - 01.06.070.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
38478	29/10/2018	203,77	MARIA GORETE LEONEL	IMÓVEL: 3506 - 01.06.070.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38479	29/10/2018	169,36	MANOEL JULIO JOAO	IMÓVEL: 3507 - 01.06.070.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38480	29/10/2018	391,36	DEOCLESIO NEVES JUNIOR	IMÓVEL: 3509 - 01.06.069.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
38481	29/10/2018	502,07	ESPOLIO DE TEOTONIO DE JESUS FAUSTINO	IMÓVEL: 3510 - 01.06.069.0087.001	IMPOSTO PREDIAL
38482	29/10/2018	521,43	LUIZ CARLOS DE AZEVEDO	IMÓVEL: 3514 - 01.06.069.0202.001	IMPOSTO PREDIAL

38483	29/10/2018	307,86	ALCIDES FIGUEREDO	IMÓVEL: 3515 - 01.06.069.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
38484	29/10/2018	453,58	RODRIGO DO LIVRAMENTO PIRES	IMÓVEL: 3525 - 01.06.068.0215.001	IMPOSTO PREDIAL
38485	29/10/2018	321,82	RICELI CARDOSO MATIAS	IMÓVEL: 3526 - 01.06.068.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
38486	29/10/2018	369,29	MARCELO TEZA	IMÓVEL: 3531 - 01.06.067.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38487	29/10/2018	342,77	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 3533 - 01.06.067.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
38488	29/10/2018	363,94	FABRICIO DA SILVA	IMÓVEL: 3546 - 01.06.066.0221.001	IMPOSTO PREDIAL
38489	29/10/2018	169,28	FRANCIEL DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 3547 - 01.06.066.0235.001	IMPOSTO PREDIAL
38490	29/10/2018	442,77	ANTONIO MARCOS VIEIRA	IMÓVEL: 3550 - 01.06.065.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38491	29/10/2018	22,25	ANTONIO MARCOS VIEIRA	IMÓVEL: 3551 - 01.06.065.0070.002	IMPOSTO PREDIAL
38492	29/10/2018	485,07	ANTONIO MARCOS VIEIRA	IMÓVEL: 3552 - 01.06.065.0070.003	IMPOSTO PREDIAL
38493	29/10/2018	379,37	ROGERIO BATISTA CUNHA QUEIROZ	IMÓVEL: 3559 - 01.06.065.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38494	29/10/2018	395,61	CLEDISON NAZARIO CARDOSO	IMÓVEL: 3560 - 01.06.065.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38495	29/10/2018	397,60	BRUNO DE OLIVEIRA BRITT	IMÓVEL: 3565 - 01.06.063.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
38496	29/10/2018	396,53	JOSE NILSON VIEIRA	IMÓVEL: 3566 - 01.06.063.0126.001	IMPOSTO PREDIAL
38497	29/10/2018	376,62	JAIRO DA SILVA PELIZZARI	IMÓVEL: 3581 - 01.06.062.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38498	29/10/2018	250,54	JOSE DELFINO	IMÓVEL: 3582 - 01.06.062.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38499	29/10/2018	369,65	GREGORI DE SOUZA	IMÓVEL: 3584 - 01.06.062.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
38500	29/10/2018	213,29	JONAS DO NASCIMENTO DE JESUS	IMÓVEL: 3587 - 01.06.062.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
38501	29/10/2018	382,52	DIEGO ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 3590 - 01.06.061.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
38502	29/10/2018	170,82	MARIETA POCAMAIER DA SILVA (SFH)	IMÓVEL: 3591 - 01.06.061.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
38503	29/10/2018	176,81	CHARLES ZANETTE ALBANO	IMÓVEL: 3593 - 01.06.061.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
38504	29/10/2018	270,65	VANDERLEI VIEIRA	IMÓVEL: 3594 - 01.06.061.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
38505	29/10/2018	676,54	ROSALIA ALANO CARDOSO	IMÓVEL: 3595 - 01.06.061.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
38506	29/10/2018	80,50	ROSALIA DORINO ALANO	IMÓVEL: 3596 - 01.06.061.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38507	29/10/2018	270,40	ANA BORGES ALANO	IMÓVEL: 3597 - 01.06.061.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
38508	29/10/2018	426,27	ANA CLAUDIA ALANO MARQUES	IMÓVEL: 3598 - 01.06.061.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38509	29/10/2018	464,85	REGINALDO DA SILVA FERNANDES	IMÓVEL: 3599 - 01.06.060.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38510	29/10/2018	250,22	ANGELA MARIA ALEXANDRE FERREIRA	IMÓVEL: 3603 - 01.06.060.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
38511	29/10/2018	421,50	JESSE GONÇALVES	IMÓVEL: 3606 - 01.06.060.0213.001	IMPOSTO PREDIAL
38512	29/10/2018	461,80	TERESINHA DA SILVA	IMÓVEL: 3607 - 01.06.060.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38513	29/10/2018	419,91	REGINALDO DA SILVA FERNANDES	IMÓVEL: 3608 - 01.06.060.0242.001	IMPOSTO PREDIAL
38514	29/10/2018	565,97	GILSON PADILHA BARBOSA	IMÓVEL: 3613 - 01.06.059.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
38515	29/10/2018	340,48	GILSON PADILHA BARBOSA	IMÓVEL: 3614 - 01.06.059.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
38516	29/10/2018	126,27	WALDEMIRO MACHADO	IMÓVEL: 3624 - 01.06.084.0043.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38517	29/10/2018	111,15	MARCELO SANTOS DA SILVA	IMÓVEL: 3625 - 01.06.084.0059.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38518	29/10/2018	170,82	JUCEMAR MANOEL DE SOUZA	IMÓVEL: 3627 - 01.06.084.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
38519	29/10/2018	287,86	LUCIANO CARDOSO	IMÓVEL: 3633 - 01.06.083.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
38520	29/10/2018	277,23	BRUNO MARCIO DE OLIVEIRA SODRÉ	IMÓVEL: 3637 - 01.06.083.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
38521	29/10/2018	368,32	ABENESER MARCOS	IMÓVEL: 3640 - 01.06.082.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
38522	29/10/2018	110,45	FERNANDO DA SILVA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 3641 - 01.06.082.0058.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38523	29/10/2018	321,29	SALETE LIMA GOMES	IMÓVEL: 3644 - 01.06.082.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
38524	29/10/2018	608,58	ANAMARIA MORAIS DO NASCIMENTO	IMÓVEL: 3649 - 01.06.081.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
38525	29/10/2018	270,53	JUSSARA DA CRUZ MANOEL	IMÓVEL: 3651 - 01.06.081.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
38526	29/10/2018	239,81	EVERALDO PORFIRIO	IMÓVEL: 3654 - 01.06.081.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
38527	29/10/2018	718,34	LUIS GRIGIO MUNARETO	IMÓVEL: 3655 - 01.06.081.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
38528	29/10/2018	498,32	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 3656 - 01.06.081.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
38529	29/10/2018	409,87	CESAR ULIANO PICKLER	IMÓVEL: 3669 - 01.06.079.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
38530	29/10/2018	282,29	JAIR DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 3670 - 01.06.079.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
38531	29/10/2018	415,68	MARCO AURELIO FRESE	IMÓVEL: 3672 - 01.06.079.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
38532	29/10/2018	761,69	RODRIGO JOSE BENTO	IMÓVEL: 3674 - 01.06.078.0044.001	IMPOSTO PREDIAL
38533	29/10/2018	180,55	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 3675 - 01.06.078.0059.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38534	29/10/2018	80,52	ADAIR PAIANO	IMÓVEL: 3694 - 01.06.076.0085.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38535	29/10/2018	102,37	ADILSON VALDOMIRO PAIANO	IMÓVEL: 3695 - 01.06.076.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
38536	29/10/2018	96,96	MANOEL IRINEU DA ROSA	IMÓVEL: 3708 - 01.06.075.0199.001	IMPOSTO TERRITORIAL

38537	29/10/2018	161,63	RICHARD HENRIQUE DIAS	IMÓVEL: 3709 - 01.06.075.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
38538	29/10/2018	119,37	MARIA DOLORES MOISES NAZARIO	IMÓVEL: 3716 - 01.06.095.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
38539	29/10/2018	257,07	ESTELA DA LUZ DA SILVA	IMÓVEL: 3717 - 01.06.095.0047.001	IMPOSTO PREDIAL
38540	29/10/2018	414,64	ANTENOR BORGES MACIEL	IMÓVEL: 3720 - 01.06.095.0092.001	IMPOSTO PREDIAL
38541	29/10/2018	381,95	ANDERSON BALDUINO PEREIRA	IMÓVEL: 3721 - 01.06.095.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
38542	29/10/2018	276,05	VILSON GODINHO PEREIRA	IMÓVEL: 3722 - 01.06.095.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
38543	29/10/2018	544,12	EDIO PINTO DOS SANTOS	IMÓVEL: 3723 - 01.06.094.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
38544	29/10/2018	372,97	RUDI ARMIN PETRY	IMÓVEL: 3724 - 01.06.094.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
38545	29/10/2018	901,00	JOSE VANIO FERREIRA	IMÓVEL: 3729 - 01.06.094.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
38546	29/10/2018	386,07	KARLA REJANE MACHADO	IMÓVEL: 3730 - 01.06.094.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
38547	29/10/2018	481,01	JOSE KITIVIANE DE LIMA CANDIDO	IMÓVEL: 3736 - 01.06.093.0092.001	IMPOSTO PREDIAL
38548	29/10/2018	187,93	PAULO S. STOLK E JULIETE R. CABREIRA	IMÓVEL: 3737 - 01.06.093.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
38549	29/10/2018	492,20	ESPOLIO DE GENERCIO JOSE PETRY	IMÓVEL: 3738 - 01.06.093.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
38550	29/10/2018	396,16	DONIZETE MARTINS NAZARIO	IMÓVEL: 3745 - 01.06.089.0046.001	IMPOSTO PREDIAL
38551	29/10/2018	346,67	ALEXANDRE EUZEBIO FREITAS	IMÓVEL: 3750 - 01.06.089.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
38552	29/10/2018	624,60	TARCISIA RAMOS BORGES	IMÓVEL: 3757 - 01.06.087.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
38553	29/10/2018	446,29	SUZINEI DE CESARO CAVALER	IMÓVEL: 3767 - 01.06.087.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
38554	29/10/2018	380,72	DEOCLECIO RAMOS	IMÓVEL: 3771 - 01.06.088.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
38555	29/10/2018	626,05	DEOCLESIO PEDRO MICHELS	IMÓVEL: 3772 - 01.06.088.0076.001	IMPOSTO PREDIAL
38556	29/10/2018	150,23	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 3774 - 01.06.088.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
38557	29/10/2018	454,29	MOISES ANTONIO PERUCHI FAGUNDES	IMÓVEL: 3781 - 01.06.088.0265.001	IMPOSTO PREDIAL
38558	29/10/2018	427,39	JOCIONY DA SILVA	IMÓVEL: 3786 - 01.06.090.0047.001	IMPOSTO PREDIAL
38559	29/10/2018	562,75	JUREMA FERNANDES SIMON	IMÓVEL: 3791 - 01.06.090.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
38560	29/10/2018	170,82	JUCENIR FRANCO	IMÓVEL: 3794 - 01.06.090.0218.001	IMPOSTO PREDIAL
38561	29/10/2018	411,28	IDAZILMA CORREIA CORDEIRO CRISTO	IMÓVEL: 3796 - 01.06.090.0248.001	IMPOSTO PREDIAL
38562	29/10/2018	357,60	ALINE PINHEIRO DUARTE	IMÓVEL: 3797 - 01.06.090.0263.001	IMPOSTO PREDIAL
38563	29/10/2018	60,93	SIDNEI LUIZ DA SILVA	IMÓVEL: 3798 - 01.06.090.0278.001	IMPOSTO PREDIAL
38564	29/10/2018	420,82	ADAIR JOSE DA SILVA	IMÓVEL: 3800 - 01.06.092.0025.001	IMPOSTO PREDIAL
38565	29/10/2018	148,19	ESPOLIO DE ALFREDO APOLINARIO	IMÓVEL: 3808 - 01.06.092.0204.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38566	29/10/2018	148,17	ESPOLIO DE ALFREDO APOLINARIO	IMÓVEL: 3809 - 01.06.092.0219.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38567	29/10/2018	508,87	JOSE ADRIANO ANDRE	IMÓVEL: 3816 - 01.06.092.0312.001	IMPOSTO PREDIAL
38568	29/10/2018	323,89	CERLI DE FATIMA LAURETH	IMÓVEL: 3827 - 01.06.003.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
38569	29/10/2018	461,38	JOSE ARLINDO CELESTINO	IMÓVEL: 3829 - 01.06.003.0016.001	IMPOSTO PREDIAL
38570	29/10/2018	286,76	JOSE JOAO LUCRECIO	IMÓVEL: 3831 - 01.06.003.0065.001	IMPOSTO PREDIAL
38571	29/10/2018	371,11	MARIA DE FATIMA ROCHA	IMÓVEL: 3836 - 01.06.003.0125.001	IMPOSTO PREDIAL
38572	29/10/2018	378,85	ORLEI BILESKI	IMÓVEL: 3837 - 01.06.003.0170.001	IMPOSTO PREDIAL
38573	29/10/2018	593,04	ANTONIO HERNANDES COSTA SANTANA	IMÓVEL: 3840 - 01.06.003.0233.001	IMPOSTO PREDIAL
38574	29/10/2018	340,97	FERNANDA VICENTE JOAQUIM E OUTROS	IMÓVEL: 3844 - 01.06.004.0651.001	IMPOSTO PREDIAL
38575	29/10/2018	368,80	RICARDO GRACIANO	IMÓVEL: 3856 - 01.06.002.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
38576	29/10/2018	92,50	JAIR FIGUEREDO	IMÓVEL: 3866 - 01.06.034.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38577	29/10/2018	221,83	DANIEL DE SOUZA	IMÓVEL: 3869 - 01.06.034.0071.001	IMPOSTO PREDIAL
38578	29/10/2018	295,73	FAGNER MATIAS	IMÓVEL: 3873 - 01.06.034.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
38579	29/10/2018	118,84	JOAO ANTONIO GUIMARAES	IMÓVEL: 3883 - 01.06.034.0350.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38580	29/10/2018	277,76	JOAO ANTONIO GUIMARAES	IMÓVEL: 3884 - 01.06.034.0365.001	IMPOSTO PREDIAL
38581	29/10/2018	384,63	MARLENE DA ROSA DA SILVA	IMÓVEL: 3885 - 01.06.034.0380.001	IMPOSTO PREDIAL
38582	29/10/2018	296,58	PAULO SEBASTIAO DE SOUZA	IMÓVEL: 3886 - 01.06.034.0396.001	IMPOSTO PREDIAL
38583	29/10/2018	328,58	ANTONIO ALVES PEREIRA	IMÓVEL: 3888 - 01.06.034.0461.001	IMPOSTO PREDIAL
38584	29/10/2018	513,06	ZORAIDE MEDEIROS VIEIRA	IMÓVEL: 3894 - 01.06.034.0583.001	IMPOSTO PREDIAL
38585	29/10/2018	440,93	ANTONIO AGENOR BUSATTO	IMÓVEL: 3895 - 01.06.034.0598.001	IMPOSTO PREDIAL
38586	29/10/2018	398,75	GESIANE DE SOUZA FERNANDES	IMÓVEL: 3900 - 01.06.034.0920.001	IMPOSTO PREDIAL
38587	29/10/2018	783,40	JOSE DOS PASSOS RAFAEL	IMÓVEL: 3903 - 01.06.034.0966.001	IMPOSTO PREDIAL
38588	29/10/2018	163,15	JANAINA CRISTIANE W. SAUSEN	IMÓVEL: 3905 - 01.06.034.1099.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38589	29/10/2018	565,13	JOSE ROBERTO MARIOTTI	IMÓVEL: 3908 - 01.06.034.1144.001	IMPOSTO PREDIAL
38590	29/10/2018	611,07	JOSE ROBERTO MARIOTTI	IMÓVEL: 3909 - 01.06.034.1159.001	IMPOSTO PREDIAL

38591	29/10/2018	1.316,56	CIBELI CARDOSO REYNAUD	IMÓVEL: 3911 - 01.06.034.1234.001	IMPOSTO PREDIAL
38592	29/10/2018	495,32	VILSON GODINHO PEREIRA	IMÓVEL: 3916 - 01.06.086.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
38593	29/10/2018	383,08	ROBSON FERNANDES DE ALMEIDA	IMÓVEL: 3921 - 01.06.086.0249.001	IMPOSTO PREDIAL
38594	29/10/2018	367,47	ELOIR MOISES NAZARIO	IMÓVEL: 3923 - 01.06.086.0305.001	IMPOSTO PREDIAL
38595	29/10/2018	258,01	MARLENE NAZARIO PEDROSO	IMÓVEL: 3924 - 01.06.086.0422.001	IMPOSTO PREDIAL
38596	29/10/2018	455,41	JOSE DUARTE	IMÓVEL: 3925 - 01.06.086.0437.001	IMPOSTO PREDIAL
38597	29/10/2018	454,43	JEAN MAX FURLAN	IMÓVEL: 3936 - 01.06.086.0653.001	IMPOSTO PREDIAL
38598	29/10/2018	436,61	ROSEMARI ROCHA MOTA	IMÓVEL: 3943 - 01.06.086.0823.001	IMPOSTO PREDIAL
38599	29/10/2018	128,72	JOAO CARLOS DOMINGOS HORACIO	IMÓVEL: 3944 - 01.06.086.0838.001	IMPOSTO PREDIAL
38600	29/10/2018	423,14	MANOEL BRIGIDO	IMÓVEL: 3966 - 01.05.053.0206.001	IMPOSTO PREDIAL
38601	29/10/2018	645,78	ALESSANDRA SEMLER MATEUS	IMÓVEL: 3968 - 01.05.051.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
38602	29/10/2018	1.233,51	ESPOLIO DE CONSTANCE COLOMBO	IMÓVEL: 3975 - 01.05.051.0196.001	IMPOSTO PREDIAL
38603	29/10/2018	317,94	LUIZ HENRIQUE COLOMBO LOPES	IMÓVEL: 3976 - 01.05.051.0259.001	IMPOSTO PREDIAL
38604	29/10/2018	373,66	ESPOLIO DE SENI FERREIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 3989 - 01.05.050.0046.001	IMPOSTO PREDIAL
38605	29/10/2018	463,11	RAIMUNDO JOAO NAZARIO	IMÓVEL: 3993 - 01.05.050.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
38606	29/10/2018	332,70	ESPOLIO DE EDSON MACIEL	IMÓVEL: 3994 - 01.05.050.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
38607	29/10/2018	302,67	JOSE ADEMIR DA SILVA	IMÓVEL: 3996 - 01.05.050.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
38608	29/10/2018	179,68	ESPOLIO DE ERNESTO MARCELO DOS REIS	IMÓVEL: 4002 - 01.05.049.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
38609	29/10/2018	721,52	MARIA SALETE MAIA DA SILVA	IMÓVEL: 4005 - 01.05.049.0161.001	IMPOSTO PREDIAL
38610	29/10/2018	551,45	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 4006 - 01.05.049.0202.001	IMPOSTO PREDIAL
38611	29/10/2018	469,04	ANDRE BORTOLUZZI MARTIM	IMÓVEL: 4007 - 01.05.049.0218.001	IMPOSTO PREDIAL
38612	29/10/2018	519,16	ROSELANIA LEANDRO MARQUES	IMÓVEL: 4008 - 01.05.049.0233.001	IMPOSTO PREDIAL
38613	29/10/2018	328,75	JOSE LUIZ CUSTODIO DA SILVA	IMÓVEL: 4009 - 01.05.049.0247.001	IMPOSTO PREDIAL
38614	29/10/2018	499,60	JOSE LUIS GENUINO	IMÓVEL: 4022 - 01.05.048.0105.001	IMPOSTO PREDIAL
38615	29/10/2018	302,53	OLZIMAR ALVES RODRIGUES	IMÓVEL: 4031 - 01.05.048.0280.001	IMPOSTO PREDIAL
38616	29/10/2018	1.008,23	MARIA JULIA ROCHA	IMÓVEL: 4039 - 01.05.047.0075.001	IMPOSTO PREDIAL
38617	29/10/2018	497,24	MAQUIS ROGER DA SILVA	IMÓVEL: 4041 - 01.05.047.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
38618	29/10/2018	499,61	DIDIMO DE FARIAS	IMÓVEL: 4047 - 01.05.046.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
38619	29/10/2018	336,47	MARIA QUITERIA CUSTODIO	IMÓVEL: 4056 - 01.05.046.0233.001	IMPOSTO PREDIAL
38620	29/10/2018	334,07	LUIZ GONZAGA DE MATTIA (ESPOLIO)	IMÓVEL: 4058 - 01.05.046.0263.001	IMPOSTO PREDIAL
38621	29/10/2018	603,49	LUIZ GONZAGA DE MATTIA (ESPOLIO)	IMÓVEL: 4059 - 01.05.046.0278.001	IMPOSTO PREDIAL
38622	29/10/2018	646,66	LEDIO SUKENSKI	IMÓVEL: 4061 - 01.05.046.0308.001	IMPOSTO PREDIAL
38623	29/10/2018	463,99	ADRIANA ELIAS	IMÓVEL: 4072 - 01.05.045.0205.001	IMPOSTO PREDIAL
38624	29/10/2018	894,73	ENEDIR PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 4078 - 01.05.045.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
38625	29/10/2018	739,86	JERRI ADRIANI ELIAS	IMÓVEL: 4095 - 01.05.043.0211.001	IMPOSTO PREDIAL
38626	29/10/2018	170,82	ESPOLIO DE MANOEL PRIMORIO MOTA	IMÓVEL: 4097 - 01.05.043.0299.001	IMPOSTO PREDIAL
38627	29/10/2018	350,93	DANIEL CARDOSO DE AGUIAR	IMÓVEL: 4110 - 01.05.043.0439.001	IMPOSTO PREDIAL
38628	29/10/2018	109,74	JAIR SCHAUOKOSKI ELIAS	IMÓVEL: 4111 - 01.05.042.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
38629	29/10/2018	365,96	LEONI DAMASIO	IMÓVEL: 4119 - 01.05.042.0152.001	IMPOSTO PREDIAL
38630	29/10/2018	455,84	EVANDRO JOAQUIM DA ROSA	IMÓVEL: 4122 - 01.05.042.0223.001	IMPOSTO PREDIAL
38631	29/10/2018	347,97	JUCENIR ESTEVAM	IMÓVEL: 4131 - 01.05.042.0372.001	IMPOSTO PREDIAL
38632	29/10/2018	452,89	SAMUEL ELIAS PESCADOR	IMÓVEL: 4145 - 01.05.041.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
38633	29/10/2018	467,85	ANGELA MARIA ELIAS	IMÓVEL: 4152 - 01.05.040.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
38634	29/10/2018	378,09	JOSE MARTIN MATEUS	IMÓVEL: 4154 - 01.05.040.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
38635	29/10/2018	530,38	VALCEDIR ALEXANDRE	IMÓVEL: 4159 - 01.05.040.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
38636	29/10/2018	541,22	NERCI LEANDRO DE DEUS	IMÓVEL: 4160 - 01.05.040.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
38637	29/10/2018	399,83	JOAO ALCEU ROCHA	IMÓVEL: 4162 - 01.05.039.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
38638	29/10/2018	268,92	JOELSON GENEROSO FARIAS	IMÓVEL: 4170 - 01.05.039.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
38639	29/10/2018	369,43	VANIO MELLO	IMÓVEL: 4171 - 01.05.039.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
38640	29/10/2018	648,03	ESPOLIO DE MOACIR FERREIRA BUENO	IMÓVEL: 4173 - 01.05.039.0259.001	IMPOSTO PREDIAL
38641	29/10/2018	469,36	MAICON DA CUNHA	IMÓVEL: 4177 - 01.05.039.0345.001	IMPOSTO PREDIAL
38642	29/10/2018	428,03	PEDRO DE MEDEIROS	IMÓVEL: 4179 - 01.05.038.0033.001	IMPOSTO PREDIAL
38643	29/10/2018	494,09	IVALDO BATISTA DA SILVA	IMÓVEL: 4182 - 01.05.038.0078.001	IMPOSTO PREDIAL

38644	29/10/2018	553,28	LORECI GONCALVES	IMÓVEL: 4183 - 01.05.038.0093.001	IMPOSTO PREDIAL
38645	29/10/2018	729,54	CLEBIA GEOCANY DA SILVA	IMÓVEL: 4184 - 01.05.038.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
38646	29/10/2018	414,61	JEAN CARLOS DANIEL	IMÓVEL: 4199 - 01.05.038.0354.001	IMPOSTO PREDIAL
38647	29/10/2018	486,67	SANTINO REZENDE	IMÓVEL: 4207 - 01.05.037.0086.001	IMPOSTO PREDIAL
38648	29/10/2018	436,72	LUIZA AGUIAR PIAZZOLO GONÇALVES	IMÓVEL: 4209 - 01.05.037.0112.001	IMPOSTO PREDIAL
38649	29/10/2018	2.143,12	IVANIR PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 4211 - 01.05.037.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
38650	29/10/2018	459,87	IVANIR PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 4212 - 01.05.037.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
38651	29/10/2018	469,35	JOSÉ RONALDO GUERREIRA	IMÓVEL: 4227 - 01.05.036.0171.001	IMPOSTO PREDIAL
38652	29/10/2018	397,47	VANDENIR ESTEVAN	IMÓVEL: 4229 - 01.05.036.0185.001	IMPOSTO PREDIAL
38653	29/10/2018	555,97	MARIA APARECIDA CARDOSO	IMÓVEL: 4251 - 01.05.035.0364.001	IMPOSTO PREDIAL
38654	29/10/2018	1.568,56	BENTO OSNI PEDRO	IMÓVEL: 4267 - 01.05.033.0112.001	IMPOSTO PREDIAL
38655	29/10/2018	503,47	VALMIRIA DE FATIMA DA CUNHA JORGE	IMÓVEL: 4285 - 01.05.032.0034.001	IMPOSTO PREDIAL
38656	29/10/2018	402,50	GILMAR BARDEN	IMÓVEL: 4288 - 01.05.032.0102.001	IMPOSTO PREDIAL
38657	29/10/2018	300,56	GEFFERSON ADRIANO GIAZZONI GOU-LART	IMÓVEL: 4290 - 01.05.032.0126.001	IMPOSTO PREDIAL
38658	29/10/2018	551,25	TATIANE COSTA JESUINO	IMÓVEL: 4291 - 01.05.032.0138.001	IMPOSTO PREDIAL
38659	29/10/2018	553,77	SAMUEL DE AGUIAR COSTA	IMÓVEL: 4297 - 01.05.032.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
38660	29/10/2018	702,77	SALEZIA MOTA ESTEVAM	IMÓVEL: 4304 - 01.05.032.0375.001	IMPOSTO PREDIAL
38661	29/10/2018	135,07	DALMIR ANTONIO JESUINO	IMÓVEL: 4320 - 01.05.032.0531.002	IMPOSTO PREDIAL
38662	29/10/2018	427,42	PEDRO PATRICIO	IMÓVEL: 4321 - 01.05.032.0543.001	IMPOSTO PREDIAL
38663	29/10/2018	903,42	ROMOALDO FORGIARINI	IMÓVEL: 4322 - 01.05.032.0555.001	IMPOSTO PREDIAL
38664	29/10/2018	395,18	ESPOLIO DE JOSE DO CARMO RABELO	IMÓVEL: 4331 - 01.05.052.0132.001	IMPOSTO PREDIAL
38665	29/10/2018	737,44	SERAFIM PEDRO ELIAS	IMÓVEL: 4336 - 01.05.052.0187.001	IMPOSTO PREDIAL
38666	29/10/2018	518,42	ISRAEL AGOSTINHO DE ASSIS	IMÓVEL: 4370 - 01.05.025.0346.001	IMPOSTO PREDIAL
38667	29/10/2018	481,46	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 4377 - 01.05.025.0430.001	IMPOSTO PREDIAL
38668	29/10/2018	930,99	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 4378 - 01.05.025.0442.001	IMPOSTO PREDIAL
38669	29/10/2018	523,61	JANAINA LUIZ	IMÓVEL: 4388 - 01.05.026.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
38670	29/10/2018	495,74	DIOMAR MATEUS DA SILVA	IMÓVEL: 4396 - 01.05.026.0202.001	IMPOSTO PREDIAL
38671	29/10/2018	657,56	CHARLES BROLESNI NICOSKI	IMÓVEL: 4408 - 01.05.026.0406.001	IMPOSTO PREDIAL
38672	29/10/2018	563,71	EDUARDO CORREA	IMÓVEL: 4409 - 01.05.026.0418.001	IMPOSTO PREDIAL
38673	29/10/2018	1.074,50	GILBERTO BARDEN	IMÓVEL: 4410 - 01.05.026.0430.001	IMPOSTO PREDIAL
38674	29/10/2018	217,93	VALDIR COELHO	IMÓVEL: 4411 - 01.05.026.0442.001	IMPOSTO PREDIAL
38675	29/10/2018	715,09	ANDERSON ANTONIO LEAL MANENTI	IMÓVEL: 4413 - 01.05.026.0466.001	IMPOSTO PREDIAL
38676	29/10/2018	454,70	VALDIR RIBEIRO	IMÓVEL: 4421 - 01.05.030.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
38677	29/10/2018	575,07	TATIANE MOREIRA	IMÓVEL: 4425 - 01.05.030.0062.001	IMPOSTO PREDIAL
38678	29/10/2018	409,34	DULCE FRANCISCO DE SOUZA	IMÓVEL: 4434 - 01.05.029.0075.001	IMPOSTO PREDIAL
38679	29/10/2018	115,26	GIANI DONATO	IMÓVEL: 4435 - 01.05.029.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
38680	29/10/2018	277,82	ANTONIO JOAO SIMOES	IMÓVEL: 4437 - 01.05.029.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
38681	29/10/2018	100,65	JOAO FRANCISCO ALEXANDRE DANIEL	IMÓVEL: 4442 - 01.05.029.0250.001	IMPOSTO PREDIAL
38682	29/10/2018	890,10	FERNANDO VARGAS EUGENIO	IMÓVEL: 4444 - 01.05.029.0280.001	IMPOSTO PREDIAL
38683	29/10/2018	520,50	LARA ROCHA ELIAS	IMÓVEL: 4448 - 01.05.027.0034.001	IMPOSTO PREDIAL
38684	29/10/2018	418,89	MARINEIA DANIEL LORET	IMÓVEL: 4451 - 01.05.027.0076.001	IMPOSTO PREDIAL
38685	29/10/2018	381,16	ITAMAR DA SILVA BRIGIDO	IMÓVEL: 4452 - 01.05.027.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
38686	29/10/2018	312,06	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 4456 - 01.05.027.0207.001	IMPOSTO PREDIAL
38687	29/10/2018	815,84	ARILTON JORGE	IMÓVEL: 4457 - 01.05.027.0221.001	IMPOSTO PREDIAL
38688	29/10/2018	418,14	EDSON GABRIEL	IMÓVEL: 4459 - 01.05.027.0250.001	IMPOSTO PREDIAL
38689	29/10/2018	633,87	ESPOLIO DE SOFIA LEANDRO GENERO-SO	IMÓVEL: 4460 - 01.05.027.0264.001	IMPOSTO PREDIAL
38690	29/10/2018	366,39	ANTONIO DE BORBA	IMÓVEL: 4468 - 01.05.028.0028.002	IMPOSTO PREDIAL
38691	29/10/2018	333,49	ANTONIO DE BORBA	IMÓVEL: 4469 - 01.05.028.0028.003	IMPOSTO PREDIAL
38692	29/10/2018	506,24	PEDRO MACHADO VARGAS	IMÓVEL: 4473 - 01.05.028.0088.001	IMPOSTO PREDIAL
38693	29/10/2018	1.142,10	OSMAR BONIFACIO DA SILVA	IMÓVEL: 4476 - 01.05.028.0161.001	IMPOSTO PREDIAL
38694	29/10/2018	480,65	ROGERIO CARDOSO MARCELO	IMÓVEL: 4480 - 01.05.028.0248.001	IMPOSTO PREDIAL
38695	29/10/2018	773,01	BENONI MANOEL MARQUES	IMÓVEL: 4484 - 01.05.028.0339.001	IMPOSTO PREDIAL
38696	29/10/2018	499,16	PEDRO JULIO JOAO	IMÓVEL: 4489 - 01.05.023.0049.001	IMPOSTO PREDIAL

38697	29/10/2018	326,55	DIVONIR CUNHA DA SILVA	IMÓVEL: 4490 - 01.05.023.0064.001	IMPOSTO PREDIAL
38698	29/10/2018	466,23	JOSE NARDI PEREIRA	IMÓVEL: 4495 - 01.05.023.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
38699	29/10/2018	297,74	PEDRO CUSTODIO	IMÓVEL: 4500 - 01.05.023.0268.001	IMPOSTO PREDIAL
38700	29/10/2018	261,46	JOEL SALVADOR DE BORBA	IMÓVEL: 4502 - 01.05.023.0298.001	IMPOSTO PREDIAL
38701	29/10/2018	668,03	PUPO PARTICIPAÇÕES E EMPREEN- DIMENTOS IMOB. LTDA	IMÓVEL: 4505 - 01.05.018.0247.001	IMPOSTO PREDIAL
38702	29/10/2018	2.016,00	PUPO PARTICIPAÇÕES E EMPREEN- DIMENTOS IMOB. LTDA	IMÓVEL: 4506 - 01.05.018.0247.002	IMPOSTO PREDIAL
38703	29/10/2018	94,24	DIORGES PATRIQUE SANTOS MACHA- DO	IMÓVEL: 4513 - 01.05.018.0500.001	IMPOSTO PREDIAL
38704	29/10/2018	357,13	ROBERTO JOÃO	IMÓVEL: 4514 - 01.05.018.0515.001	IMPOSTO PREDIAL
38705	29/10/2018	623,98	VANDERLEI WALNIER	IMÓVEL: 4518 - 01.05.019.0016.001	IMPOSTO PREDIAL
38706	29/10/2018	396,33	JOSUE NASCENTE NOGUEIRA	IMÓVEL: 4519 - 01.05.019.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
38707	29/10/2018	369,69	SIDNEI PACHECO	IMÓVEL: 4521 - 01.05.019.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
38708	29/10/2018	378,43	JORGE DA CRUZ PRESTES	IMÓVEL: 4525 - 01.05.019.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
38709	29/10/2018	408,97	ENGETERRA EXEC. PROJ.ENG. TOPOG. LTDA	IMÓVEL: 4527 - 01.05.019.0201.001	IMPOSTO PREDIAL
38710	29/10/2018	438,68	VALDELI SANTANA	IMÓVEL: 4531 - 01.05.019.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
38711	29/10/2018	410,30	IREMAR DA SILVA	IMÓVEL: 4533 - 01.05.019.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
38712	29/10/2018	796,23	DILNEI JOSE COLONETTI	IMÓVEL: 4555 - 01.05.031.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
38713	29/10/2018	549,06	LUCAS DASSOLER VASSOLER	IMÓVEL: 4558 - 01.05.031.0289.001	IMPOSTO PREDIAL
38714	29/10/2018	434,34	ANDRE V. RONCHI E OUTROS	IMÓVEL: 4571 - 01.05.031.0478.001	IMPOSTO PREDIAL
38715	29/10/2018	506,06	EDER RONCHI - OURO NEGRO	IMÓVEL: 4578 - 01.05.031.0562.001	IMPOSTO PREDIAL
38716	29/10/2018	375,12	BENTO OSNI PEDRO	IMÓVEL: 4579 - 01.05.031.0574.001	IMPOSTO PREDIAL
38717	29/10/2018	518,24	SIDNOEL PEREIRA	IMÓVEL: 4587 - 01.05.024.0093.001	IMPOSTO PREDIAL
38718	29/10/2018	192,90	DIEGO DE SOUZA BITENCOURT	IMÓVEL: 4591 - 01.05.022.0016.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38719	29/10/2018	355,17	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 4592 - 01.05.022.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
38720	29/10/2018	317,85	SONIA GABRIELA RICKEN DA SILVA	IMÓVEL: 4593 - 01.05.022.0046.001	IMPOSTO PREDIAL
38721	29/10/2018	491,23	MARIA CRISTINA DEMETRIO MARTINS	IMÓVEL: 4594 - 01.05.022.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
38722	29/10/2018	268,49	EDSON PACHECO	IMÓVEL: 4598 - 01.05.022.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
38723	29/10/2018	447,51	ANTONIO MACHADO	IMÓVEL: 4606 - 01.05.022.0316.001	IMPOSTO PREDIAL
38724	29/10/2018	409,54	ANGELA FERNANDES BRISTOT	IMÓVEL: 4607 - 01.05.022.0358.001	IMPOSTO PREDIAL
38725	29/10/2018	502,77	JACIRA PEREIRA MARTINS	IMÓVEL: 4611 - 01.05.021.0046.001	IMPOSTO PREDIAL
38726	29/10/2018	493,76	MOISES CARDOSO LIMA	IMÓVEL: 4614 - 01.05.021.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
38727	29/10/2018	252,72	JADSON CARLOS BORGES	IMÓVEL: 4617 - 01.05.021.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
38728	29/10/2018	296,70	JOAO ANTONIO GENEROSO	IMÓVEL: 4621 - 01.05.021.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
38729	29/10/2018	427,98	RENATO LIBRELATO	IMÓVEL: 4627 - 01.05.020.0016.001	IMPOSTO PREDIAL
38730	29/10/2018	387,78	CHRISTIAN REINHEIMER	IMÓVEL: 4628 - 01.05.020.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
38731	29/10/2018	1.441,27	VALMIR PEDROSO	IMÓVEL: 4632 - 01.05.020.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
38732	29/10/2018	170,82	FATIMA DA SILVA BOAROLI	IMÓVEL: 4633 - 01.05.020.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
38733	29/10/2018	427,38	ARLETE SILVEIRA GENEROSO	IMÓVEL: 4638 - 01.05.020.0231.001	IMPOSTO PREDIAL
38734	29/10/2018	392,86	ROSANIA APARECIDA MARQUES MARAN- GONI	IMÓVEL: 4642 - 01.05.020.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
38735	29/10/2018	526,62	RENI DA ROSA	IMÓVEL: 4647 - 01.05.044.0458.001	IMPOSTO PREDIAL
38736	29/10/2018	582,72	OILSON PREMOLI	IMÓVEL: 4659 - 01.05.044.0563.001	IMPOSTO PREDIAL
38737	29/10/2018	414,55	MARLENE DA SILVA VALNIER	IMÓVEL: 4660 - 01.05.044.0576.001	IMPOSTO PREDIAL
38738	29/10/2018	903,38	JAIR ALMERINDO MARTINS	IMÓVEL: 4665 - 01.05.044.0735.001	IMPOSTO PREDIAL
38739	29/10/2018	326,31	DANIEL CARDOSO DE AGUIAR	IMÓVEL: 4677 - 01.05.044.0860.001	IMPOSTO PREDIAL
38740	29/10/2018	86,92	CEVERINO FAGUNDES	IMÓVEL: 4678 - 01.05.044.0874.001	IMPOSTO PREDIAL
38741	29/10/2018	603,03	NATANAEL DOS SANTOS	IMÓVEL: 4680 - 01.05.044.0888.001	IMPOSTO PREDIAL
38742	29/10/2018	621,58	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 4684 - 01.05.044.0930.001	IMPOSTO PREDIAL
38743	29/10/2018	1.324,49	KERTI MATIAS	IMÓVEL: 4686 - 01.05.044.0974.001	IMPOSTO PREDIAL
38744	29/10/2018	603,05	IVANIR PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 4689 - 01.05.044.1086.001	IMPOSTO PREDIAL
38745	29/10/2018	579,79	EDEMIR MACHADO	IMÓVEL: 4690 - 01.05.044.1102.001	IMPOSTO PREDIAL
38746	29/10/2018	793,75	GONCALVES RABELO	IMÓVEL: 4691 - 01.05.044.1117.001	IMPOSTO PREDIAL
38747	29/10/2018	522,00	JUCIMAR ALEXANDRE	IMÓVEL: 4692 - 01.05.044.1132.001	IMPOSTO PREDIAL

38748	29/10/2018	816,66	GOES COB.TIT.ADM.IMOV.REP. E COM. LTDA	IMÓVEL: 4700 - 01.05.044.1309.001	IMPOSTO PREDIAL
38749	29/10/2018	528,83	ELISABETE ALEXANDRE DA ROSA JOSE-FINO	IMÓVEL: 4726 - 01.05.044.1786.001	IMPOSTO PREDIAL
38750	29/10/2018	470,17	LEONEL MOTTA VIEIRA	IMÓVEL: 4730 - 01.05.044.1879.001	IMPOSTO PREDIAL
38751	29/10/2018	546,47	EDGARD AUGUSTO PEREIRA	IMÓVEL: 4743 - 01.05.044.2228.001	IMPOSTO PREDIAL
38752	29/10/2018	563,76	JOSE JERONIMO	IMÓVEL: 4745 - 01.05.044.2258.001	IMPOSTO PREDIAL
38753	29/10/2018	532,71	JAKSON RONALDO DA CONCEIÇÃO	IMÓVEL: 4759 - 01.05.017.0168.001	IMPOSTO PREDIAL
38754	29/10/2018	340,52	EDUARDO BROGNI	IMÓVEL: 4760 - 01.05.017.0183.001	IMPOSTO PREDIAL
38755	29/10/2018	327,48	AMILCAR POLICARPI	IMÓVEL: 4764 - 01.05.017.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
38756	29/10/2018	211,20	SERGIO RAFAEL PEDROSO	IMÓVEL: 4769 - 01.05.017.0307.001	IMPOSTO PREDIAL
38757	29/10/2018	616,41	LARISSA DE SOUZA HENRIQUER	IMÓVEL: 4770 - 01.05.017.0322.001	IMPOSTO PREDIAL
38758	29/10/2018	216,32	MARIA GOMES GONCALVES	IMÓVEL: 4774 - 01.05.017.0405.001	IMPOSTO PREDIAL
38759	29/10/2018	496,13	MANOEL IGNACIA	IMÓVEL: 4779 - 01.05.017.0483.001	IMPOSTO PREDIAL
38760	29/10/2018	642,10	JANETTI BURIGO ROSSO	IMÓVEL: 4781 - 01.05.017.0513.001	IMPOSTO PREDIAL
38761	29/10/2018	170,82	NOE SALES DE ALCANTARA	IMÓVEL: 4789 - 01.05.017.0633.001	IMPOSTO PREDIAL
38762	29/10/2018	276,61	ALCEU RAMOS	IMÓVEL: 4791 - 01.05.004.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
38763	29/10/2018	254,79	NELSI DOS SANTOS	IMÓVEL: 4793 - 01.05.004.0075.001	IMPOSTO PREDIAL
38764	29/10/2018	301,50	AMARILDO JOSE AMANDO	IMÓVEL: 4794 - 01.05.004.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
38765	29/10/2018	375,64	HILDO ALBANO MOTA	IMÓVEL: 4821 - 01.05.065.0045.001	IMPOSTO PREDIAL
38766	29/10/2018	377,31	ELENIR RONCONI RODRIGUES	IMÓVEL: 4822 - 01.05.065.0060.001	IMPOSTO PREDIAL
38767	29/10/2018	722,20	JOSE FABRIS DA SILVA	IMÓVEL: 4843 - 01.05.003.0417.001	IMPOSTO PREDIAL
38768	29/10/2018	568,63	DULCE FRANCISCO DE SOUZA	IMÓVEL: 4852 - 01.05.002.0328.001	IMPOSTO PREDIAL
38769	29/10/2018	276,68	ENGETERRA EXEC. PROJ.ENG. TOPOG. LTDA	IMÓVEL: 4866 - 01.05.005.0282.001	IMPOSTO PREDIAL
38770	29/10/2018	427,56	ANDREIA FERNANDES ALVES MOTA	IMÓVEL: 4867 - 01.05.006.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
38771	29/10/2018	430,46	ENGETERRA EXEC. PROJ.ENG. TOPOG. LTDA	IMÓVEL: 4874 - 01.05.006.0168.001	IMPOSTO PREDIAL
38772	29/10/2018	331,62	ENGETERRA EXEC. PROJ.ENG. TOPOG. LTDA	IMÓVEL: 4875 - 01.05.006.0183.001	IMPOSTO PREDIAL
38773	29/10/2018	497,17	JOSE DA SILVA MOTA	IMÓVEL: 4878 - 01.05.006.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38774	29/10/2018	1.433,95	ENGETERRA EXEC. PROJ.ENG. TOPOG. LTDA	IMÓVEL: 4879 - 01.05.006.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
38775	29/10/2018	433,57	PEDRO CARLOS DE ANDRADE	IMÓVEL: 4881 - 01.05.007.0016.001	IMPOSTO PREDIAL
38776	29/10/2018	322,38	CONSTRUFASE CONST.CIVIL LTDA	IMÓVEL: 4888 - 01.05.007.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
38777	29/10/2018	292,27	LUIZ CARLOS LUIZ	IMÓVEL: 4891 - 01.05.007.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
38778	29/10/2018	306,11	ESPOLIO DE MOACIR VIEIRA SOUZA	IMÓVEL: 4892 - 01.05.007.0244.001	IMPOSTO PREDIAL
38779	29/10/2018	465,71	ALESSANDRO SORATO ESPINDOLA	IMÓVEL: 4893 - 01.05.007.0259.001	IMPOSTO PREDIAL
38780	29/10/2018	520,78	ANTONIO CAMARGO TIMOTEO	IMÓVEL: 4896 - 01.05.007.0289.001	IMPOSTO PREDIAL
38781	29/10/2018	179,65	INES ZULMA PACHECO FELICIDADE	IMÓVEL: 4901 - 01.05.007.0377.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38782	29/10/2018	327,35	HUMBERTO RICKEN MICHELS E MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 4907 - 01.05.063.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
38783	29/10/2018	746,68	VENICIO CARDOSO ALBANO	IMÓVEL: 4908 - 01.05.063.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
38784	29/10/2018	311,73	MARLEIA APARECIDA MENDES ALBANO	IMÓVEL: 4910 - 01.05.063.0201.001	IMPOSTO PREDIAL
38785	29/10/2018	1.007,72	KARINI MATIAS	IMÓVEL: 4913 - 01.05.063.0246.001	IMPOSTO PREDIAL
38786	29/10/2018	677,26	GERALDO VALDEMAR DA SILVA	IMÓVEL: 4915 - 01.05.063.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
38787	29/10/2018	397,63	GERALDO VALDEMAR DA SILVA	IMÓVEL: 4916 - 01.05.063.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
38788	29/10/2018	387,86	ADEMIR MARTINS	IMÓVEL: 4924 - 01.05.062.0060.001	IMPOSTO PREDIAL
38789	29/10/2018	398,94	SIDINEI ALVES MARTINS	IMÓVEL: 4926 - 01.05.062.0087.001	IMPOSTO PREDIAL
38790	29/10/2018	505,27	JOAO CUSTODIO FERNANDES	IMÓVEL: 4929 - 01.05.062.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
38791	29/10/2018	268,19	MARLEI APARECIDA PEDROSO	IMÓVEL: 4930 - 01.05.062.0146.001	IMPOSTO PREDIAL
38792	29/10/2018	446,80	MARIA NAIR FERRARI	IMÓVEL: 4936 - 01.05.062.0247.001	IMPOSTO PREDIAL
38793	29/10/2018	54,20	MARIA NAIR FERRARI	IMÓVEL: 4937 - 01.05.062.0247.002	IMPOSTO PREDIAL
38794	29/10/2018	473,92	MARIA CELESTE ELIAS AMERICO	IMÓVEL: 4939 - 01.05.062.0275.001	IMPOSTO PREDIAL
38795	29/10/2018	276,04	MAIARA MACHADO ARESI	IMÓVEL: 4940 - 01.05.062.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
38796	29/10/2018	272,74	MARIA DE LOURDES MARIANO PINHEIRO	IMÓVEL: 4956 - 01.05.061.0060.001	IMPOSTO PREDIAL

38797	29/10/2018	878,03	INES FRASSON	IMÓVEL: 4960 - 01.05.061.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
38798	29/10/2018	115,94	MARILEIA GOULART	IMÓVEL: 4965 - 01.05.061.0150.001	IMPOSTO PREDIAL
38799	29/10/2018	970,63	EDNA ANTONIO PEREIRA	IMÓVEL: 4966 - 01.05.061.0191.001	IMPOSTO PREDIAL
38800	29/10/2018	877,94	MARICIL CARDOSO	IMÓVEL: 4971 - 01.05.061.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
38801	29/10/2018	315,93	LUCELIA SILVEIRA	IMÓVEL: 4973 - 01.05.061.0311.001	IMPOSTO PREDIAL
38802	29/10/2018	281,72	MARINA RODRIGUES RAMOS	IMÓVEL: 4974 - 01.05.061.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
38803	29/10/2018	334,60	VILSON MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 4975 - 01.05.061.0331.001	IMPOSTO PREDIAL
38804	29/10/2018	372,72	JOCEMAR CARDOSO	IMÓVEL: 4976 - 01.05.061.0342.001	IMPOSTO PREDIAL
38805	29/10/2018	346,32	AVELINO MAZZOCHI	IMÓVEL: 4977 - 01.05.061.0352.001	IMPOSTO PREDIAL
38806	29/10/2018	400,26	TARCISIO CARDOSO ALBANO	IMÓVEL: 4981 - 01.05.064.0045.001	IMPOSTO PREDIAL
38807	29/10/2018	326,20	VALENTIN FERRARI	IMÓVEL: 4992 - 01.05.064.0245.001	IMPOSTO PREDIAL
38808	29/10/2018	482,20	ESPOLIO DE JOSE GONCALVES	IMÓVEL: 10000 - 01.04.001.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
38809	29/10/2018	170,82	SIDINEI FÁTIMA ORESTES	IMÓVEL: 10001 - 01.04.001.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
38810	29/10/2018	330,81	ANSELMO FERNANDES	IMÓVEL: 10003 - 01.04.001.0160.001	IMPOSTO PREDIAL
38811	29/10/2018	557,59	MARIO ESTEVAM	IMÓVEL: 10004 - 01.04.001.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
38812	29/10/2018	365,06	LAURA INACIO ANTUNES	IMÓVEL: 10005 - 01.04.001.0189.001	IMPOSTO PREDIAL
38813	29/10/2018	395,54	ALEXANDRE SIMAO	IMÓVEL: 10008 - 01.04.002.0040.001	IMPOSTO PREDIAL
38814	29/10/2018	225,69	VALDIR DA ROCHA	IMÓVEL: 10011 - 01.04.002.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
38815	29/10/2018	250,78	JANEIDE BINATTI	IMÓVEL: 10012 - 01.04.002.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
38816	29/10/2018	442,12	ROGERIO COLONETTI	IMÓVEL: 10015 - 01.04.002.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
38817	29/10/2018	549,66	LETICIA TRAMONTIN MARTINS	IMÓVEL: 10019 - 01.04.002.0285.001	IMPOSTO PREDIAL
38818	29/10/2018	442,08	GIOVANI ROCHA	IMÓVEL: 10020 - 01.04.002.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
38819	29/10/2018	486,76	GILMAR ANTONIO TEIXEIRA	IMÓVEL: 10021 - 01.04.002.0315.001	IMPOSTO PREDIAL
38820	29/10/2018	574,40	SALVADOR BORBA	IMÓVEL: 10022 - 01.04.002.0331.001	IMPOSTO PREDIAL
38821	29/10/2018	456,89	DILMA MARIA IZE	IMÓVEL: 10023 - 01.04.002.0348.001	IMPOSTO PREDIAL
38822	29/10/2018	463,57	MARCIA MANIRA MARTINS DOS SANTOS	IMÓVEL: 10024 - 01.04.002.0363.001	IMPOSTO PREDIAL
38823	29/10/2018	235,53	VALENTIN MANOEL BORGES	IMÓVEL: 10027 - 01.04.003.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
38824	29/10/2018	527,06	IRMA JULIO JOAO DUARTE	IMÓVEL: 10028 - 01.04.003.0035.001	IMPOSTO PREDIAL
38825	29/10/2018	264,90	JOSE AILTON DOS SANTOS CRUZ	IMÓVEL: 10029 - 01.04.003.0057.001	IMPOSTO PREDIAL
38826	29/10/2018	407,02	MARCIO MAXIMIANO MIRANDA	IMÓVEL: 10032 - 01.04.003.0116.001	IMPOSTO PREDIAL
38827	29/10/2018	635,52	CLAUDIONIR TROMBIM	IMÓVEL: 10033 - 01.04.003.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
38828	29/10/2018	445,87	LUIZ AUGUSTO BINATTI	IMÓVEL: 10051 - 01.04.006.0430.001	IMPOSTO PREDIAL
38829	29/10/2018	867,43	RONEIDE DE CESAR O. BARROSO	IMÓVEL: 10057 - 01.04.006.0535.001	IMPOSTO PREDIAL
38830	29/10/2018	504,66	ROSA MOTTA DELFINO	IMÓVEL: 10066 - 01.04.017.0444.001	IMPOSTO PREDIAL
38831	29/10/2018	492,49	STHEFANY ZOMER	IMÓVEL: 10071 - 01.04.017.0509.001	IMPOSTO PREDIAL
38832	29/10/2018	278,81	SANTO SALVADOR BORBA	IMÓVEL: 10086 - 01.04.007.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
38833	29/10/2018	517,53	MOACYR BARBIERI	IMÓVEL: 10087 - 01.04.007.0057.001	IMPOSTO PREDIAL
38834	29/10/2018	146,39	SANTO SALVADOR BORBA	IMÓVEL: 10088 - 01.04.007.0072.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38835	29/10/2018	378,65	MOACYR BARBIERI	IMÓVEL: 10089 - 01.04.007.0115.001	IMPOSTO PREDIAL
38836	29/10/2018	301,35	MARIA SALETE JOAO DE GODOI	IMÓVEL: 10090 - 01.04.008.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38837	29/10/2018	504,06	GETRO CORRENTE	IMÓVEL: 10094 - 01.04.008.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
38838	29/10/2018	170,82	LEONOR BERTI	IMÓVEL: 10107 - 01.04.008.0331.001	IMPOSTO PREDIAL
38839	29/10/2018	892,99	CLAUDEMIR ALVES	IMÓVEL: 10114 - 01.04.008.0454.001	IMPOSTO PREDIAL
38840	29/10/2018	248,99	MARIA ELIETE GENEROSO FELISBERTO	IMÓVEL: 10118 - 01.04.009.0050.001	IMPOSTO PREDIAL
38841	29/10/2018	271,15	NEVERSON DA SILVA FERREIRA	IMÓVEL: 10123 - 01.04.009.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
38842	29/10/2018	249,90	VERIDIANA CARVALHO DIONIZIO	IMÓVEL: 10125 - 01.04.009.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
38843	29/10/2018	237,84	ALAIR REBELO	IMÓVEL: 10126 - 01.04.009.0173.001	IMPOSTO PREDIAL
38844	29/10/2018	299,08	ALAIR REBELO	IMÓVEL: 10127 - 01.04.009.0188.001	IMPOSTO PREDIAL
38845	29/10/2018	899,51	ALEXANDRE SIMAO	IMÓVEL: 10137 - 01.04.009.0395.001	IMPOSTO PREDIAL
38846	29/10/2018	331,72	VOLNEI MENEGALI	IMÓVEL: 10139 - 01.04.010.0041.001	IMPOSTO PREDIAL
38847	29/10/2018	491,64	FRANCH DOS SANTOS MACIEL	IMÓVEL: 10140 - 01.04.010.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
38848	29/10/2018	328,62	CRENI PAULO BORBA	IMÓVEL: 10141 - 01.04.010.0068.001	IMPOSTO PREDIAL
38849	29/10/2018	473,73	MARLENE CORREA	IMÓVEL: 10142 - 01.04.010.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38850	29/10/2018	265,76	TOMAZIA DE SOUZA	IMÓVEL: 10144 - 01.04.010.0107.001	IMPOSTO PREDIAL

38851	29/10/2018	579,67	VALERIA TEIXEIRA	IMÓVEL: 10151 - 01.04.010.0297.001	IMPOSTO PREDIAL
38852	29/10/2018	144,61	NORIVALDINO ORLANDIM	IMÓVEL: 10160 - 01.04.010.0450.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38853	29/10/2018	289,25	ROSANE DA ROCHA TORQUATO	IMÓVEL: 10162 - 01.04.011.0040.001	IMPOSTO PREDIAL
38854	29/10/2018	124,14	NATANAEL ACORDI BORDINI	IMÓVEL: 10165 - 01.04.011.0081.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38855	29/10/2018	370,53	JORGE GOMES	IMÓVEL: 10166 - 01.04.011.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
38856	29/10/2018	510,85	MARIO BORBA DOS SANTOS	IMÓVEL: 10168 - 01.04.011.0153.001	IMPOSTO PREDIAL
38857	29/10/2018	513,01	DARLAN IDALENCIO	IMÓVEL: 10171 - 01.04.011.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
38858	29/10/2018	302,82	ALZIRINA SIMAO DA SILVA	IMÓVEL: 10175 - 01.04.011.0281.001	IMPOSTO PREDIAL
38859	29/10/2018	898,35	VALMOR IZE DELFINO	IMÓVEL: 10180 - 01.04.011.0380.001	IMPOSTO PREDIAL
38860	29/10/2018	434,37	SUELI DE SOUZA CARDOSO	IMÓVEL: 10185 - 01.04.012.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38861	29/10/2018	739,52	KEILA GONÇALVES COSTA	IMÓVEL: 10186 - 01.04.012.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
38862	29/10/2018	386,90	JOSIEL GOULART	IMÓVEL: 10189 - 01.04.012.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
38863	29/10/2018	172,91	INFEBRAS - INDUSTRIA DE FELDSPATO BRASILEIRA LTDA.	IMÓVEL: 10192 - 01.04.012.0242.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38864	29/10/2018	414,58	ANDERSON PEREIRA	IMÓVEL: 10201 - 01.04.013.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
38865	29/10/2018	170,82	SILVANE DO ROCIO ALVES MACHADO	IMÓVEL: 10203 - 01.04.013.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
38866	29/10/2018	170,82	RAQUEL DUTRA	IMÓVEL: 10205 - 01.04.013.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38867	29/10/2018	363,94	RAMAO ORTIZ	IMÓVEL: 10208 - 01.04.013.0150.001	IMPOSTO PREDIAL
38868	29/10/2018	170,82	MARIA CLARA MARIANO	IMÓVEL: 10215 - 01.04.013.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
38869	29/10/2018	170,82	MARLEY ZAPELINI FARIAS	IMÓVEL: 10216 - 01.04.013.0289.001	IMPOSTO PREDIAL
38870	29/10/2018	170,82	ESPOLIO DE LUIZ CARLOS CUSTODIO	IMÓVEL: 10217 - 01.04.013.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
38871	29/10/2018	1.667,80	VALDENICE MIGUEL	IMÓVEL: 10218 - 01.04.013.0344.001	IMPOSTO PREDIAL
38872	29/10/2018	282,19	ANTONIO BENJAMIN FERRARI	IMÓVEL: 10235 - 01.04.014.0275.001	IMPOSTO PREDIAL
38873	29/10/2018	410,88	EDSON VILMAR DA SILVA JR.	IMÓVEL: 10245 - 01.04.015.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38874	29/10/2018	400,31	JULIANA SANTOS MARTINS	IMÓVEL: 10261 - 01.04.016.0347.001	IMPOSTO PREDIAL
38875	29/10/2018	93,48	JACKSON DE SOUZA DA ROSA	IMÓVEL: 10265 - 01.04.018.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38876	29/10/2018	501,77	WILIAN GENUINO ELER	IMÓVEL: 10268 - 01.04.019.0041.001	IMPOSTO PREDIAL
38877	29/10/2018	415,69	VILSON BROCA	IMÓVEL: 10274 - 01.04.019.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
38878	29/10/2018	169,44	ANTONIO DA ROSA	IMÓVEL: 10277 - 01.04.019.0163.001	IMPOSTO PREDIAL
38879	29/10/2018	362,07	DAIARA GOMES PADILHA	IMÓVEL: 10284 - 01.04.019.0328.001	IMPOSTO PREDIAL
38880	29/10/2018	321,37	JANAINA LIMA PATRICIO	IMÓVEL: 10285 - 01.04.019.0341.001	IMPOSTO PREDIAL
38881	29/10/2018	170,26	IRE HERCULES GUIMARAES	IMÓVEL: 10289 - 01.04.019.0395.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38882	29/10/2018	411,15	VALCIR DA SILVA LOPES	IMÓVEL: 10295 - 01.04.019.0504.001	IMPOSTO PREDIAL
38883	29/10/2018	200,85	JUCEMAR JOSE VENANCIO	IMÓVEL: 10299 - 01.04.020.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38884	29/10/2018	299,11	ELSA CATARINA PEREIRA VIEIRA	IMÓVEL: 10303 - 01.04.020.0160.001	IMPOSTO PREDIAL
38885	29/10/2018	300,64	FELICIDADE DE SOUZA	IMÓVEL: 10306 - 01.04.020.0215.001	IMPOSTO PREDIAL
38886	29/10/2018	532,28	ADILSON GOULART	IMÓVEL: 10313 - 01.04.021.0040.001	IMPOSTO PREDIAL
38887	29/10/2018	176,33	NADIR FRANCISCO DA SILVA	IMÓVEL: 10327 - 01.04.021.0325.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38888	29/10/2018	305,48	NADIR FRANCISCO DA SILVA	IMÓVEL: 10328 - 01.04.021.0338.001	IMPOSTO PREDIAL
38889	29/10/2018	294,34	NADIR FRANCISCO DA SILVA	IMÓVEL: 10329 - 01.04.021.0352.001	IMPOSTO PREDIAL
38890	29/10/2018	476,19	VALDEMAR FIGUEIREDO	IMÓVEL: 10334 - 01.04.021.0419.001	IMPOSTO PREDIAL
38891	29/10/2018	379,89	ELIANE ROCHA	IMÓVEL: 10336 - 01.04.021.0446.001	IMPOSTO PREDIAL
38892	29/10/2018	479,85	JESSIEL ROCHA	IMÓVEL: 10343 - 01.04.022.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
38893	29/10/2018	327,12	INESIO BONFANTE	IMÓVEL: 10344 - 01.04.022.0067.001	IMPOSTO PREDIAL
38894	29/10/2018	480,20	ALICE FERNANDES	IMÓVEL: 10351 - 01.04.022.0227.001	IMPOSTO PREDIAL
38895	29/10/2018	496,20	JOSE JERVISON FERREIRA	IMÓVEL: 10358 - 01.04.022.0351.001	IMPOSTO PREDIAL
38896	29/10/2018	204,91	MARIA LUIZA DE SOUZA RABELO	IMÓVEL: 10359 - 01.04.022.0367.001	IMPOSTO PREDIAL
38897	29/10/2018	361,16	CLEMILSON DA ROSA LEANDRO	IMÓVEL: 10366 - 01.04.023.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
38898	29/10/2018	428,62	LUCAS DA SILVA E OUTRA	IMÓVEL: 10369 - 01.04.023.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
38899	29/10/2018	444,77	MARCOS VALNIER GOMES	IMÓVEL: 10370 - 01.04.023.0182.001	IMPOSTO PREDIAL
38900	29/10/2018	221,07	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	IMÓVEL: 10373 - 01.04.023.0252.001	IMPOSTO PREDIAL
38901	29/10/2018	345,68	SIRLEI APOLINARIO DA SILVA	IMÓVEL: 10376 - 01.04.023.0293.001	IMPOSTO PREDIAL
38902	29/10/2018	359,07	ADILSON BLASIUS	IMÓVEL: 10377 - 01.04.023.0306.001	IMPOSTO PREDIAL
38903	29/10/2018	397,13	JOSE CARLOS JOSEFINO DE SOUZA	IMÓVEL: 10378 - 01.04.023.0349.001	IMPOSTO PREDIAL
38904	29/10/2018	242,25	ESPOLIO DE ALAIRTON JOSEFINO	IMÓVEL: 10379 - 01.04.023.0364.001	IMPOSTO PREDIAL

38905	29/10/2018	327,15	IVO ROCHA	IMÓVEL: 10380 - 01.04.023.0379.001	IMPOSTO PREDIAL
38906	29/10/2018	423,95	ESPOLIO DE MANOEL ROBERTO CORREA	IMÓVEL: 10382 - 01.04.024.0041.001	IMPOSTO PREDIAL
38907	29/10/2018	176,25	CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA	IMÓVEL: 10383 - 01.04.024.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
38908	29/10/2018	402,37	ESPOLIO DE ELI VALTER RIBEIRO	IMÓVEL: 10388 - 01.04.024.0151.001	IMPOSTO PREDIAL
38909	29/10/2018	551,73	JOSE CARLOS FRAIDE	IMÓVEL: 10389 - 01.04.024.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
38910	29/10/2018	659,81	EMILIA DERFIS CARDOSO	IMÓVEL: 10391 - 01.04.024.0225.001	IMPOSTO PREDIAL
38911	29/10/2018	219,52	DEJENIRA CARDOSO	IMÓVEL: 10392 - 01.04.024.0239.001	IMPOSTO PREDIAL
38912	29/10/2018	514,85	JOSE CARLOS BEZERRA DIAS	IMÓVEL: 10400 - 01.04.024.0378.001	IMPOSTO PREDIAL
38913	29/10/2018	986,84	ELANIR FERNANDES	IMÓVEL: 10411 - 01.04.025.0222.001	IMPOSTO PREDIAL
38914	29/10/2018	321,48	SANDRA TEIXEIRA LUIZ	IMÓVEL: 10418 - 01.04.025.0345.001	IMPOSTO PREDIAL
38915	29/10/2018	407,60	ELISABETE DA SILVA	IMÓVEL: 10419 - 01.04.025.0359.001	IMPOSTO PREDIAL
38916	29/10/2018	424,97	ALDAIR JOSE SILVA DOS SANTOS	IMÓVEL: 10460 - 01.04.027.0390.001	IMPOSTO PREDIAL
38917	29/10/2018	142,31	JUSCILENE DE MATOS ALVES DE LARA	IMÓVEL: 10466 - 01.04.028.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
38918	29/10/2018	102,66	JANETE TIESEN RODRIGUES	IMÓVEL: 10472 - 01.04.028.0423.001	IMPOSTO PREDIAL
38919	29/10/2018	1.397,50	GISELE DA SILVA E OUTRO	IMÓVEL: 10482 - 01.04.029.0648.001	IMPOSTO PREDIAL
38920	29/10/2018	454,24	VALDENICE SILVA DE ALMEIDA	IMÓVEL: 10487 - 01.04.029.0787.001	IMPOSTO PREDIAL
38921	29/10/2018	311,33	LOURIVAL DUARTE	IMÓVEL: 10493 - 01.04.029.0860.001	IMPOSTO PREDIAL
38922	29/10/2018	293,88	IRMA JULIO JOAO DUARTE	IMÓVEL: 10494 - 01.04.029.0872.001	IMPOSTO PREDIAL
38923	29/10/2018	674,36	VANDERLEI DE JESUS SERAFIM	IMÓVEL: 10497 - 01.04.029.0909.001	IMPOSTO PREDIAL
38924	29/10/2018	163,77	PRISCILA CHELINSCKI VELHO	IMÓVEL: 10500 - 01.04.029.0947.001	IMPOSTO PREDIAL
38925	29/10/2018	579,72	VALDOIR DOS SANTOS	IMÓVEL: 10501 - 01.04.029.0959.001	IMPOSTO PREDIAL
38926	29/10/2018	483,58	JOSE LINDOMAR PEREIRA	IMÓVEL: 10518 - 01.04.030.0952.003	IMPOSTO PREDIAL
38927	29/10/2018	1.416,96	JOSE LINDOMAR PEREIRA	IMÓVEL: 10519 - 01.04.030.0952.001	IMPOSTO PREDIAL
38928	29/10/2018	614,24	JOSE LINDOMAR PEREIRA	IMÓVEL: 10520 - 01.04.030.0952.002	IMPOSTO PREDIAL
38929	29/10/2018	281,98	EDSON ROBERTO CASAGRANDE	IMÓVEL: 10525 - 01.04.030.1015.001	IMPOSTO PREDIAL
38930	29/10/2018	662,08	MARIA GORETI MACHADO DA SILVA	IMÓVEL: 10527 - 01.04.030.1040.001	IMPOSTO PREDIAL
38931	29/10/2018	452,10	NELSI BOHN RAMOS	IMÓVEL: 10529 - 01.04.030.1099.001	IMPOSTO PREDIAL
38932	29/10/2018	520,20	NELSI BOHN RAMOS	IMÓVEL: 10530 - 01.04.030.1099.002	IMPOSTO PREDIAL
38933	29/10/2018	93,89	VOLNEI MACHADO	IMÓVEL: 10532 - 01.04.030.1160.002	IMPOSTO PREDIAL
38934	29/10/2018	153,94	GERVASIO PAVEI	IMÓVEL: 10533 - 01.04.030.1173.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38935	29/10/2018	156,76	GERVASIO PAVEI	IMÓVEL: 10534 - 01.04.030.1186.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38936	29/10/2018	316,35	SONIA GABRIELA RICKEN DA SILVA	IMÓVEL: 10536 - 01.04.030.1211.001	IMPOSTO PREDIAL
38937	29/10/2018	504,02	SONIA GABRIELA RICKEN DA SILVA	IMÓVEL: 10538 - 01.04.030.1236.001	IMPOSTO PREDIAL
38938	29/10/2018	245,79	GERVASIO PAVEI	IMÓVEL: 10541 - 01.04.030.1309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38939	29/10/2018	240,17	GERVASIO PAVEI	IMÓVEL: 10542 - 01.04.030.1372.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38940	29/10/2018	156,09	SONIA GABRIELA RICKEN DA SILVA	IMÓVEL: 10543 - 01.04.030.1384.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38941	29/10/2018	462,90	NAIR VIEIRA MACHADO	IMÓVEL: 10544 - 01.04.030.1397.001	IMPOSTO PREDIAL
38942	29/10/2018	78,13	ANTONIO BELISARIO DA ROSA	IMÓVEL: 10546 - 01.04.030.1422.001	IMPOSTO PREDIAL
38943	29/10/2018	429,67	TEREZINHA DE FATIMA DA ROSA PI-NHEIRO	IMÓVEL: 10548 - 01.04.030.1447.001	IMPOSTO PREDIAL
38944	29/10/2018	294,56	PAULO CESAR RIBEIRO	IMÓVEL: 10552 - 01.04.030.1580.001	IMPOSTO PREDIAL
38945	29/10/2018	90,76	DILAMAR PEREIRA LUZ	IMÓVEL: 10553 - 01.04.030.1592.001	IMPOSTO PREDIAL
38946	29/10/2018	647,13	JOSE CARLOS RIBEIRO	IMÓVEL: 10555 - 01.04.030.1618.001	IMPOSTO PREDIAL
38947	29/10/2018	335,55	MILTON ANTONIO WARMLING	IMÓVEL: 10560 - 01.04.030.1680.001	IMPOSTO PREDIAL
38948	29/10/2018	527,06	NELSON BITENCOURT	IMÓVEL: 10561 - 01.04.030.1727.001	IMPOSTO PREDIAL
38949	29/10/2018	437,83	FERNANDO PEREIRA SATURNINO	IMÓVEL: 10565 - 01.04.030.1826.001	IMPOSTO PREDIAL
38950	29/10/2018	307,23	EDGAR FONSECA PANATTA	IMÓVEL: 10568 - 01.04.030.1864.001	IMPOSTO PREDIAL
38951	29/10/2018	309,48	OSNI BORDIGNON	IMÓVEL: 10569 - 01.04.030.1877.001	IMPOSTO PREDIAL
38952	29/10/2018	264,41	ESPOLIO DE VALMOR FRITZEN	IMÓVEL: 10570 - 01.04.030.1889.001	IMPOSTO PREDIAL
38953	29/10/2018	1.381,27	MARLI DA SILVA VALNIER GOMES	IMÓVEL: 10573 - 01.04.032.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
38954	29/10/2018	170,82	JOELSON FIGUEIREDO	IMÓVEL: 10576 - 01.04.032.0068.001	IMPOSTO PREDIAL
38955	29/10/2018	449,46	LUIZ HENRIQUE COLOMBO LOPES	IMÓVEL: 10579 - 01.04.032.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
38956	29/10/2018	748,07	GILZANIA DE AGUIAR	IMÓVEL: 10580 - 01.04.032.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
38957	29/10/2018	485,59	TEREZINHA KAMMER NANDI	IMÓVEL: 10588 - 01.04.032.0287.001	IMPOSTO PREDIAL

38958	29/10/2018	461,94	PRIMO MILANEZ	IMÓVEL: 10595 - 01.04.033.0059.001	IMPOSTO PREDIAL
38959	29/10/2018	430,34	TARCISIO FRANCISCO RAFAEL	IMÓVEL: 10601 - 01.04.033.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
38960	29/10/2018	675,19	NELCI BITENCOURT DOS SANTOS	IMÓVEL: 10607 - 01.04.033.0240.001	IMPOSTO PREDIAL
38961	29/10/2018	378,26	DEJAIR VICENTE	IMÓVEL: 10621 - 01.04.034.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
38962	29/10/2018	1.010,56	HILDO ALBANO MOTA	IMÓVEL: 10626 - 01.04.034.0207.001	IMPOSTO PREDIAL
38963	29/10/2018	356,10	HILDO ALBANO MOTA	IMÓVEL: 10627 - 01.04.034.0207.002	IMPOSTO PREDIAL
38964	29/10/2018	99,18	LUIZ CARLOS FREDERICO DE SOUZA	IMÓVEL: 10649 - 01.04.036.0172.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38965	29/10/2018	218,44	CARBONIFERA CRICIUMA S/A	IMÓVEL: 10650 - 01.04.037.0036.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38966	29/10/2018	80,70	JURANDIR GONÇALVES LEAL	IMÓVEL: 10652 - 01.04.037.0062.001	IMPOSTO PREDIAL
38967	29/10/2018	515,11	NERI DA ROSA	IMÓVEL: 10654 - 01.04.037.0086.001	IMPOSTO PREDIAL
38968	29/10/2018	339,89	RICHARDSON BELLOLI TOMAZZI	IMÓVEL: 10661 - 01.04.038.0013.001	IMPOSTO PREDIAL
38969	29/10/2018	354,22	ESPOLIO DE ANTONIA RODRIGUES	IMÓVEL: 10663 - 01.04.038.0039.001	IMPOSTO PREDIAL
38970	29/10/2018	594,19	HERCILIO JOAO DA SILVA	IMÓVEL: 10667 - 01.04.038.0152.001	IMPOSTO PREDIAL
38971	29/10/2018	326,82	RODRIGO GONCALVES DA SILVA	IMÓVEL: 10671 - 01.04.038.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
38972	29/10/2018	103,04	RODRIGO GONCALVES DA SILVA	IMÓVEL: 10672 - 01.04.038.0200.002	IMPOSTO PREDIAL
38973	29/10/2018	571,10	VILMAR PAULO MICHELS	IMÓVEL: 10687 - 01.04.040.0025.001	IMPOSTO PREDIAL
38974	29/10/2018	320,05	ADILSON FABER	IMÓVEL: 10697 - 01.04.041.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
38975	29/10/2018	177,36	DAVID MACHADO MENDER E OUTRO	IMÓVEL: 10701 - 01.04.041.0094.001	IMPOSTO TERRITORIAL
38976	29/10/2018	305,27	JOAO BORGES	IMÓVEL: 10708 - 01.04.041.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
38977	29/10/2018	621,23	MARIA TEREZA GRESELE	IMÓVEL: 10710 - 01.04.041.0275.001	IMPOSTO PREDIAL
38978	29/10/2018	189,73	DILMA GONCALVES DA CRUZ HENRIQUE	IMÓVEL: 10712 - 01.04.041.0301.001	IMPOSTO PREDIAL
38979	29/10/2018	1.081,13	JOSE DELFINO TACQUES MARTINS	IMÓVEL: 10714 - 01.04.041.0360.001	IMPOSTO PREDIAL
38980	29/10/2018	122,84	JOSE DELFINO TACQUES MARTINS	IMÓVEL: 10715 - 01.04.041.0360.002	IMPOSTO PREDIAL
38981	29/10/2018	418,00	BENTO MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 10728 - 01.04.042.0226.001	IMPOSTO PREDIAL
38982	29/10/2018	411,71	MARIA APARECIDA DA SILVA	IMÓVEL: 10735 - 01.04.042.0313.001	IMPOSTO PREDIAL
38983	29/10/2018	483,29	NILSON JOSÉ RODRIGUES DE LIMA	IMÓVEL: 10742 - 01.04.043.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
38984	29/10/2018	340,50	JOELÇO DANIELSKI	IMÓVEL: 10746 - 01.04.043.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
38985	29/10/2018	627,16	ALINE JOAQUIM ROCHA BARBOSA	IMÓVEL: 10767 - 01.04.045.0105.001	IMPOSTO PREDIAL
38986	29/10/2018	1.013,57	ANTONIO FLORES DIAS	IMÓVEL: 10769 - 01.04.045.0164.001	IMPOSTO PREDIAL
38987	29/10/2018	509,30	ADENIR LOPES	IMÓVEL: 10771 - 01.04.045.0225.001	IMPOSTO PREDIAL
38988	29/10/2018	487,75	VANDOLIR ARISTIDES MOTTA	IMÓVEL: 10773 - 01.04.045.0249.001	IMPOSTO PREDIAL
38989	29/10/2018	416,63	SERAFIM CAETANO MIGUEL	IMÓVEL: 10788 - 01.04.047.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
38990	29/10/2018	391,68	ALEIR CLEMENTE	IMÓVEL: 10790 - 01.04.047.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
38991	29/10/2018	394,92	EDSON SCAINI	IMÓVEL: 10813 - 01.04.048.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
38992	29/10/2018	1.287,55	CLAUDIOMIR ANIZIO GOMES	IMÓVEL: 10815 - 01.04.048.0234.001	IMPOSTO PREDIAL
38993	29/10/2018	447,31	JAIRO DA SILVA	IMÓVEL: 10830 - 01.04.050.0164.001	IMPOSTO PREDIAL
38994	29/10/2018	440,36	ANDRESON NOGUEIRA MARQUES	IMÓVEL: 10833 - 01.04.051.0012.001	IMPOSTO PREDIAL
38995	29/10/2018	302,84	PEDRO ELISEU DOS REIS	IMÓVEL: 10836 - 01.04.051.0050.001	IMPOSTO PREDIAL
38996	29/10/2018	170,82	DIOCESE DE CRICIUMA-PAROQUIA S CORAÇÃO DE JESUS	IMÓVEL: 10837 - 01.04.051.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
38997	29/10/2018	818,67	NATANAEL ACORDI BORDINI	IMÓVEL: 10863 - 01.04.054.0225.001	IMPOSTO PREDIAL
38998	29/10/2018	483,91	GILSON OTAVIO NANDI	IMÓVEL: 10865 - 01.04.054.0250.001	IMPOSTO PREDIAL
38999	29/10/2018	642,34	ZONETE DA SILVA	IMÓVEL: 10869 - 01.04.054.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
39000	29/10/2018	429,27	ROSIVANE VIANA	IMÓVEL: 10882 - 01.04.055.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
39001	29/10/2018	277,40	JONES NUNES MACIEL	IMÓVEL: 10883 - 01.04.055.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
39002	29/10/2018	524,19	JUAREZ VIANA	IMÓVEL: 10887 - 01.04.055.0251.001	IMPOSTO PREDIAL
39003	29/10/2018	105,51	RAQUEL LUIZ	IMÓVEL: 10904 - 01.04.056.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
39004	29/10/2018	345,91	JOSE AROLDO LUIZ	IMÓVEL: 10905 - 01.04.056.0162.001	IMPOSTO PREDIAL
39005	29/10/2018	457,58	JOSE AROLDO LUIZ	IMÓVEL: 10906 - 01.04.056.0162.002	IMPOSTO PREDIAL
39006	29/10/2018	409,21	ISMAEL LUIZ	IMÓVEL: 10907 - 01.04.056.0209.001	IMPOSTO PREDIAL
39007	29/10/2018	559,02	WANDERLEI MOTA	IMÓVEL: 10908 - 01.04.056.0221.001	IMPOSTO PREDIAL
39008	29/10/2018	142,46	LAUDIA FORGIARINI MEZARI	IMÓVEL: 10909 - 01.04.056.0234.001	IMPOSTO PREDIAL
39009	29/10/2018	204,65	SOUZA & REUS ADVOGADOS ASSOCIA- DOS SS	IMÓVEL: 10916 - 01.04.044.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39010	29/10/2018	134,98	JULIA ECHEVERRIA	IMÓVEL: 10919 - 01.04.044.0055.001	IMPOSTO PREDIAL

39011	29/10/2018	421,75	ANTONIO KRAIESKI FILHO	IMÓVEL: 10926 - 01.04.044.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
39012	29/10/2018	457,23	FARMACIA E DROGARIA GABRIELLY LTDA-ME	IMÓVEL: 10932 - 01.04.044.0236.001	IMPOSTO PREDIAL
39013	29/10/2018	433,36	DELICIO GONCALVES NUNES	IMÓVEL: 10941 - 01.04.057.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
39014	29/10/2018	342,83	ANTONIO DAMINELLI	IMÓVEL: 10942 - 01.04.057.0055.001	IMPOSTO PREDIAL
39015	29/10/2018	370,66	CLAIR DA SILVA RABELO	IMÓVEL: 10952 - 01.04.057.0250.001	IMPOSTO PREDIAL
39016	29/10/2018	448,00	VILSON BOAROLI	IMÓVEL: 10965 - 01.04.058.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39017	29/10/2018	735,82	WILLIAM RABELO PEREIRA	IMÓVEL: 11040 - 01.04.061.0212.001	IMPOSTO PREDIAL
39018	29/10/2018	264,52	WILLIAM RABELO PEREIRA	IMÓVEL: 11041 - 01.04.061.0212.002	IMPOSTO PREDIAL
39019	29/10/2018	533,60	IVO BOCIANOSKI	IMÓVEL: 11063 - 01.04.062.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
39020	29/10/2018	463,69	ELI CARLA COLOMBO MEZZARI	IMÓVEL: 11067 - 01.04.062.0068.001	IMPOSTO PREDIAL
39021	29/10/2018	938,40	ADENIR VITALI MICHELS E OUTRO	IMÓVEL: 11077 - 01.04.062.0219.001	IMPOSTO PREDIAL
39022	29/10/2018	494,92	CUSTODIA MARIA VIANA VASSOLER	IMÓVEL: 11082 - 01.04.062.0257.001	IMPOSTO PREDIAL
39023	29/10/2018	564,81	HELIA SCHUVINSKI DA SILVA	IMÓVEL: 11085 - 01.04.062.0282.001	IMPOSTO PREDIAL
39024	29/10/2018	823,25	ROGER DA SILVA	IMÓVEL: 11086 - 01.04.062.0295.001	IMPOSTO PREDIAL
39025	29/10/2018	1.517,72	ROGER DA SILVA	IMÓVEL: 11087 - 01.04.062.0306.001	IMPOSTO PREDIAL
39026	29/10/2018	514,91	LUCAS FENILLI FELISBERTO	IMÓVEL: 11103 - 01.04.063.0163.001	IMPOSTO PREDIAL
39027	29/10/2018	825,48	ADAO CARLOS FELISBERTO	IMÓVEL: 11104 - 01.04.063.0211.001	IMPOSTO PREDIAL
39028	29/10/2018	432,29	ADAO CARLOS FELISBERTO	IMÓVEL: 11106 - 01.04.063.0224.001	IMPOSTO PREDIAL
39029	29/10/2018	374,83	ADAO CARLOS FELISBERTO	IMÓVEL: 11107 - 01.04.063.0224.002	IMPOSTO PREDIAL
39030	29/10/2018	425,05	VALENTIN MORO	IMÓVEL: 11119 - 01.04.064.0082.001	IMPOSTO PREDIAL
39031	29/10/2018	232,96	CLAUDIONIR DA SILVA DANIELSKI	IMÓVEL: 11124 - 01.04.064.0139.001	IMPOSTO PREDIAL
39032	29/10/2018	1.108,07	CARLOS ALBERTO COLONETTI	IMÓVEL: 11130 - 01.04.066.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
39033	29/10/2018	529,81	JESSICA MARIANO DA SILVA	IMÓVEL: 11131 - 01.04.066.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
39034	29/10/2018	348,28	NATALINA VASSOLER BELOLI	IMÓVEL: 11145 - 01.04.066.0391.001	IMPOSTO PREDIAL
39035	29/10/2018	2.004,90	CRAVO MOVEIS LTDA-ME	IMÓVEL: 11151 - 01.04.066.0540.001	IMPOSTO PREDIAL
39036	29/10/2018	266,67	CARBONIFERA CRICIUMA S/A	IMÓVEL: 11168 - 01.04.066.0921.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39037	29/10/2018	6.404,58	INDUSTRIA E CERAMICA SOLAR LTDA	IMÓVEL: 11207 - 01.04.068.0950.002	IMPOSTO PREDIAL
39038	29/10/2018	374,81	NELSON ZANONI SOMARIVA	IMÓVEL: 14194 - 01.04.027.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
39039	29/10/2018	306,01	JOSE MONTEIRO	IMÓVEL: 15006 - 01.05.014.0173.001	IMPOSTO PREDIAL
39040	29/10/2018	39,30	JOSE MONTEIRO	IMÓVEL: 15007 - 01.05.014.0173.002	IMPOSTO PREDIAL
39041	29/10/2018	674,43	NILDO CLER ALEXANDRE	IMÓVEL: 15008 - 01.05.014.0187.001	IMPOSTO PREDIAL
39042	29/10/2018	303,28	HAGAR MONTEIRO DO SANTOS	IMÓVEL: 15009 - 01.05.014.0202.001	IMPOSTO PREDIAL
39043	29/10/2018	286,47	IVANIR PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 15012 - 01.05.014.0247.001	IMPOSTO PREDIAL
39044	29/10/2018	248,93	ADILSON PERUCHI COSTA	IMÓVEL: 15015 - 01.05.014.0293.001	IMPOSTO PREDIAL
39045	29/10/2018	299,88	JANETE VIOLA MORO	IMÓVEL: 15029 - 01.05.012.0065.001	IMPOSTO PREDIAL
39046	29/10/2018	444,77	LEDIONEI MACHADO	IMÓVEL: 15043 - 01.05.012.0339.001	IMPOSTO PREDIAL
39047	29/10/2018	134,12	JOSE MARCOS GUELERE	IMÓVEL: 15046 - 01.05.060.0045.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39048	29/10/2018	347,35	ANTONIO CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 15058 - 01.05.060.0202.001	IMPOSTO PREDIAL
39049	29/10/2018	555,39	IZALLI DE FATIMA	IMÓVEL: 15061 - 01.05.060.0246.001	IMPOSTO PREDIAL
39050	29/10/2018	364,77	ELIO ANTONIO DOS SANTOS E OUTRO	IMÓVEL: 15063 - 01.05.060.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
39051	29/10/2018	310,68	AMILTON JORGE	IMÓVEL: 15066 - 01.05.060.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
39052	29/10/2018	305,25	ESPOLIO DE MANOEL SERAFIM ASSUN-CAO	IMÓVEL: 15068 - 01.05.060.0306.001	IMPOSTO PREDIAL
39053	29/10/2018	364,09	ANA MARIA DA SILVA	IMÓVEL: 15072 - 01.05.060.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
39054	29/10/2018	197,76	DM CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.	IMÓVEL: 15093 - 01.05.016.0780.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39055	29/10/2018	399,29	PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 15095 - 01.05.016.0810.001	IMPOSTO PREDIAL
39056	29/10/2018	439,63	MAURO MARCIO DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 15100 - 01.05.016.0886.001	IMPOSTO PREDIAL
39057	29/10/2018	392,99	EROS DOS SANTOS COSTA	IMÓVEL: 15121 - 01.05.016.1205.001	IMPOSTO PREDIAL
39058	29/10/2018	233,38	IZAULINA DA SILVA JOAO	IMÓVEL: 15124 - 01.05.108.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
39059	29/10/2018	314,99	BENJAMIN BECKER	IMÓVEL: 15126 - 01.05.108.0130.001	IMPOSTO PREDIAL
39060	29/10/2018	376,70	BENJAMIN BECKER	IMÓVEL: 15127 - 01.05.108.0130.002	IMPOSTO PREDIAL
39061	29/10/2018	301,97	KELI CRISTINA TORETI	IMÓVEL: 15129 - 01.05.108.0185.001	IMPOSTO PREDIAL
39062	29/10/2018	462,34	ADAO CUSTODIO	IMÓVEL: 15130 - 01.05.108.0019.001	IMPOSTO PREDIAL
39063	29/10/2018	295,26	GENUARIO PEREIRA BUENO	IMÓVEL: 15131 - 01.05.097.0065.001	IMPOSTO PREDIAL

39064	29/10/2018	470,69	ANTONIO GOMES DE ALMEIDA	IMÓVEL: 15132 - 01.05.097.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39065	29/10/2018	359,11	OLICIO JACINTO PEREIRA	IMÓVEL: 15135 - 01.05.097.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
39066	29/10/2018	482,32	ORLI SILVEIRA RAMOS	IMÓVEL: 15136 - 01.05.097.0138.001	IMPOSTO PREDIAL
39067	29/10/2018	1.083,19	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15141 - 01.05.016.1579.001	IMPOSTO PREDIAL
39068	29/10/2018	410,09	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15143 - 01.05.016.1579.003	IMPOSTO PREDIAL
39069	29/10/2018	1.797,02	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15145 - 01.05.016.1579.005	IMPOSTO PREDIAL
39070	29/10/2018	746,19	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15146 - 01.05.016.1579.006	IMPOSTO PREDIAL
39071	29/10/2018	262,52	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15147 - 01.05.016.1579.007	IMPOSTO PREDIAL
39072	29/10/2018	646,17	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15149 - 01.05.016.1579.009	IMPOSTO PREDIAL
39073	29/10/2018	545,32	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 15150 - 01.05.016.1579.010	IMPOSTO PREDIAL
39074	29/10/2018	267,40	JOSE DELFINO TACQUES MARTINS	IMÓVEL: 15151 - 01.05.107.0227.001	IMPOSTO PREDIAL
39075	29/10/2018	391,10	ROBSON FRANCELINO BARROS	IMÓVEL: 15153 - 01.05.107.0258.001	IMPOSTO PREDIAL
39076	29/10/2018	505,39	CARLOS ROBERTO NARCISO PEREIRA	IMÓVEL: 15154 - 01.05.107.0288.001	IMPOSTO PREDIAL
39077	29/10/2018	418,99	ELISANDRO ALVES DO NASCIMENTO	IMÓVEL: 15155 - 01.05.107.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
39078	29/10/2018	223,46	IVONETE MONTEIRO	IMÓVEL: 15160 - 01.05.107.0098.001	IMPOSTO PREDIAL
39079	29/10/2018	1.371,45	JOSE CUPINSK	IMÓVEL: 15174 - 01.05.016.2292.001	IMPOSTO PREDIAL
39080	29/10/2018	712,70	SILVINO ANTONIO PRAVATO	IMÓVEL: 15180 - 01.05.016.2340.001	IMPOSTO PREDIAL
39081	29/10/2018	754,12	LUIS LEANDRO	IMÓVEL: 15213 - 01.05.056.0198.001	IMPOSTO PREDIAL
39082	29/10/2018	713,22	MANOEL ZEFERINO	IMÓVEL: 15216 - 01.05.056.0280.001	IMPOSTO PREDIAL
39083	29/10/2018	615,44	EDERALDO GOULART	IMÓVEL: 15217 - 01.05.056.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
39084	29/10/2018	300,52	ANAI R MOTA FREITAS	IMÓVEL: 15230 - 01.05.055.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
39085	29/10/2018	254,17	MANOEL PEDRO DE SOUZA	IMÓVEL: 15235 - 01.05.055.0207.002	IMPOSTO PREDIAL
39086	29/10/2018	295,62	LINDOMAR DA SILVA	IMÓVEL: 15243 - 01.05.057.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
39087	29/10/2018	203,81	EMERSON DOS SANTOS MACHADO	IMÓVEL: 15245 - 01.05.057.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
39088	29/10/2018	489,44	EZEQUIEL MOTA	IMÓVEL: 15249 - 01.05.057.0192.001	IMPOSTO PREDIAL
39089	29/10/2018	1.014,77	JUCEMAR BRIGIDO	IMÓVEL: 15250 - 01.05.057.0238.001	IMPOSTO PREDIAL
39090	29/10/2018	136,39	LEONICE DA SILVA VIANA	IMÓVEL: 15251 - 01.05.057.0253.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39091	29/10/2018	541,52	JUCINEIA SERAFIM	IMÓVEL: 15253 - 01.05.057.0282.001	IMPOSTO PREDIAL
39092	29/10/2018	509,69	LEOMAR FANTIN	IMÓVEL: 15258 - 01.05.057.0356.001	IMPOSTO PREDIAL
39093	29/10/2018	362,91	JEFFERSON MONTEIRO CORREIA	IMÓVEL: 15261 - 01.05.058.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
39094	29/10/2018	358,57	ANDERSON NANDI	IMÓVEL: 15262 - 01.05.058.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
39095	29/10/2018	344,84	EDNA NIVALDO BORGES	IMÓVEL: 15265 - 01.05.058.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
39096	29/10/2018	251,85	LEONICE DA SILVA VIANA	IMÓVEL: 15270 - 01.05.058.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
39097	29/10/2018	418,88	CATARINA DA SILVA DA ROCHA	IMÓVEL: 15271 - 01.05.058.0189.001	IMPOSTO PREDIAL
39098	29/10/2018	287,30	ELIETE ROCHA MINATTO	IMÓVEL: 15276 - 01.05.058.0278.001	IMPOSTO PREDIAL
39099	29/10/2018	794,26	ROBERTO GOULART	IMÓVEL: 15281 - 01.05.058.0350.001	IMPOSTO PREDIAL
39100	29/10/2018	403,22	SEBASTIAO NATALINO DE MORAIS	IMÓVEL: 15282 - 01.05.058.0364.001	IMPOSTO PREDIAL
39101	29/10/2018	373,35	DAYVID SELISTERFANNIO DE LIMA SILVA	IMÓVEL: 15283 - 01.05.058.0409.001	IMPOSTO PREDIAL
39102	29/10/2018	300,47	LINDOMAR MARCELO DOS REIS	IMÓVEL: 15286 - 01.05.059.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
39103	29/10/2018	296,70	SIRLEI SILVA DE BEM	IMÓVEL: 15288 - 01.05.059.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
39104	29/10/2018	410,90	SIDIMAR DE BRITTOS	IMÓVEL: 15289 - 01.05.059.0087.001	IMPOSTO PREDIAL
39105	29/10/2018	525,47	MANOEL SANTINO DA SILVA	IMÓVEL: 15292 - 01.05.059.0116.001	IMPOSTO PREDIAL
39106	29/10/2018	500,18	ISABEL ROCHA ALEXANDRE RODRIGUES	IMÓVEL: 15298 - 01.05.059.0249.001	IMPOSTO PREDIAL
39107	29/10/2018	134,82	INACIO ARLI DA ROSA	IMÓVEL: 15300 - 01.05.059.0278.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39108	29/10/2018	258,42	PATRICIA DALLO	IMÓVEL: 15304 - 01.05.059.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
39109	29/10/2018	70,12	LUCIANO BRAGHIROLI FERRARI	IMÓVEL: 15310 - 01.07.015.0056.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39110	29/10/2018	59,13	MARCELO BERNARDO DE SOUZA	IMÓVEL: 15318 - 01.07.015.0192.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39111	29/10/2018	70,15	EMOCOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IMÓVEL: 15321 - 01.07.015.0263.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39112	29/10/2018	70,17	MARCOS ANDREI OLIVEIRA DE PAULA	IMÓVEL: 15322 - 01.07.015.0276.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39113	29/10/2018	70,16	LUCIANO BRAGHIROLI FERRARI	IMÓVEL: 15326 - 01.07.015.0328.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39114	29/10/2018	77,55	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15340 - 01.07.016.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39115	29/10/2018	77,53	VOLMIR DA SILVA EUGENIO	IMÓVEL: 15344 - 01.07.016.0250.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39116	29/10/2018	61,23	JURANDIR MACHADO SILVEIRA	IMÓVEL: 15348 - 01.07.016.0302.001	IMPOSTO PREDIAL

39117	29/10/2018	59,06	SAMUEL DE MATTOS FIGUEIREDO	IMÓVEL: 15353 - 01.07.016.0399.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39118	29/10/2018	59,09	FERNANDO NOVACK DA SOLER	IMÓVEL: 15354 - 01.07.016.0412.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39119	29/10/2018	194,79	LUIZ HENRIQUE ROCHA CARDOSO	IMÓVEL: 15356 - 01.07.017.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
39120	29/10/2018	77,55	FLAMARION GUIMARÇES MACHADO	IMÓVEL: 15364 - 01.07.017.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39121	29/10/2018	59,13	FLAMARION GUIMARÇES MACHADO	IMÓVEL: 15365 - 01.07.017.0179.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39122	29/10/2018	185,53	EMOCOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IMÓVEL: 15377 - 01.07.017.0399.001	IMPOSTO PREDIAL
39123	29/10/2018	216,80	VAMILSON DE OLIVEIRA MEDEIROS	IMÓVEL: 15378 - 01.07.017.0412.001	IMPOSTO PREDIAL
39124	29/10/2018	260,94	FLAVIO DE SOUZA	IMÓVEL: 15384 - 01.07.018.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39125	29/10/2018	410,37	DANIEL LEMOS	IMÓVEL: 15386 - 01.07.018.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39126	29/10/2018	59,06	VALTER MARIANO	IMÓVEL: 15389 - 01.07.018.0178.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39127	29/10/2018	222,07	ADEMAR VIEIRA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 15391 - 01.07.018.0204.001	IMPOSTO PREDIAL
39128	29/10/2018	333,40	CONSTRUTORA FONTANA LTDA	IMÓVEL: 15394 - 01.07.018.0275.001	IMPOSTO PREDIAL
39129	29/10/2018	457,51	JUCENIR DO AMARAL	IMÓVEL: 15403 - 01.07.018.0423.001	IMPOSTO PREDIAL
39130	29/10/2018	570,45	AGENOR DOS SANTOS	IMÓVEL: 15405 - 01.07.020.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
39131	29/10/2018	269,31	VALDETE ALBANO FENALI	IMÓVEL: 15408 - 01.07.020.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
39132	29/10/2018	330,62	RODINEI CASTELLER	IMÓVEL: 15410 - 01.07.020.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39133	29/10/2018	341,64	PEDRO MODOLON BRESSAN	IMÓVEL: 15416 - 01.07.020.0236.002	IMPOSTO PREDIAL
39134	29/10/2018	351,00	SANTOS FABRIS DA SILVA	IMÓVEL: 15417 - 01.07.020.0249.001	IMPOSTO PREDIAL
39135	29/10/2018	326,83	DAISY JUCEMARA ANDRADE GONZAGA	IMÓVEL: 15421 - 01.07.020.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
39136	29/10/2018	59,11	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15434 - 01.07.013.0138.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39137	29/10/2018	72,81	EMIR LUIZ CAETANO	IMÓVEL: 15437 - 01.07.013.0210.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39138	29/10/2018	59,10	ESPOLIO DE SILECIO DE AGUIAR MENDES	IMÓVEL: 15451 - 01.07.022.0205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39139	29/10/2018	70,10	LUCIANO BRAGHIROLI FERRARI	IMÓVEL: 15470 - 01.07.012.0108.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39140	29/10/2018	77,55	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15472 - 01.07.012.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39141	29/10/2018	77,53	NIVALDO MARIANO	IMÓVEL: 15476 - 01.07.012.0250.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39142	29/10/2018	117,30	RENATO MARTINS	IMÓVEL: 15477 - 01.07.012.0263.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39143	29/10/2018	72,02	PAULINO RODRIGUES CARVALHO	IMÓVEL: 15478 - 01.07.012.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
39144	29/10/2018	58,38	PAULINO RODRIGUES CARVALHO	IMÓVEL: 15479 - 01.07.012.0289.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39145	29/10/2018	77,55	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 15496 - 01.07.011.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39146	29/10/2018	59,13	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 15497 - 01.07.011.0179.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39147	29/10/2018	59,13	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 15498 - 01.07.011.0192.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39148	29/10/2018	59,10	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 15499 - 01.07.011.0205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39149	29/10/2018	77,53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 15500 - 01.07.011.0250.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39150	29/10/2018	59,06	CLOVIS DE SOUZA VICENTE	IMÓVEL: 15509 - 01.07.011.0399.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39151	29/10/2018	59,09	LAIR DE FAVERI	IMÓVEL: 15510 - 01.07.011.0412.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39152	29/10/2018	70,09	RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT	IMÓVEL: 15513 - 01.07.010.0043.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39153	29/10/2018	70,18	MARTINHO RAMOS	IMÓVEL: 15516 - 01.07.010.0082.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39154	29/10/2018	70,09	LUCAS RABELLO LIMAS	IMÓVEL: 15517 - 01.07.010.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39155	29/10/2018	70,10	LUCAS RABELLO LIMAS	IMÓVEL: 15519 - 01.07.010.0121.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39156	29/10/2018	59,13	GILMAR MEDEIROS CAMPOS	IMÓVEL: 15522 - 01.07.010.0192.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39157	29/10/2018	59,06	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15533 - 01.07.010.0399.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39158	29/10/2018	59,09	GIULIANO DOS SANTOS BARDINI	IMÓVEL: 15534 - 01.07.010.0412.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39159	29/10/2018	59,12	RONALDO ADRIANO	IMÓVEL: 15535 - 01.07.010.0425.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39160	29/10/2018	72,91	ROGERIO ALEXANDRE	IMÓVEL: 15548 - 01.07.009.0237.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39161	29/10/2018	76,35	ADILSON REGINALDO DE SOUZA	IMÓVEL: 15556 - 01.07.008.0136.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39162	29/10/2018	59,07	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15560 - 01.07.008.0220.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39163	29/10/2018	321,99	LUIZ CARLOS DA SILVA EUGENIO	IMÓVEL: 15571 - 01.07.006.0555.001	IMPOSTO PREDIAL
39164	29/10/2018	521,17	MIGUEL GODINHO FIGUEREDO	IMÓVEL: 15574 - 01.07.006.0844.002	IMPOSTO PREDIAL
39165	29/10/2018	493,29	ALCIONEI DOMINGOS MENDES	IMÓVEL: 15586 - 01.07.006.1538.001	IMPOSTO PREDIAL
39166	29/10/2018	378,97	ESPOLIO DE ADAIR ALVES	IMÓVEL: 15588 - 01.07.006.1598.001	IMPOSTO PREDIAL
39167	29/10/2018	140,56	JOSE MARIO QUIRINO SENA	IMÓVEL: 15603 - 01.07.028.0057.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39168	29/10/2018	373,84	REGINALDO TEIXEIRA	IMÓVEL: 15606 - 01.07.028.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
39169	29/10/2018	363,89	PATRICK BRANDAO PASSMOSER	IMÓVEL: 15607 - 01.07.028.0109.001	IMPOSTO PREDIAL

39170	29/10/2018	241,79	PAULINO RODRIGUES CARVALHO	IMÓVEL: 15608 - 01.07.028.0158.001	IMPOSTO PREDIAL
39171	29/10/2018	223,79	PAULINO RODRIGUES CARVALHO	IMÓVEL: 15609 - 01.07.028.0158.002	IMPOSTO PREDIAL
39172	29/10/2018	406,99	MANOEL JUSTINO	IMÓVEL: 15611 - 01.07.028.0190.001	IMPOSTO PREDIAL
39173	29/10/2018	614,22	LUIS PEDRO MENEZES	IMÓVEL: 15615 - 01.07.028.0278.001	IMPOSTO PREDIAL
39174	29/10/2018	530,26	ADRIANA BORGES MARCELINO	IMÓVEL: 15619 - 01.07.028.0320.001	IMPOSTO PREDIAL
39175	29/10/2018	124,27	VALDIR MOLINER	IMÓVEL: 15624 - 01.07.021.0014.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39176	29/10/2018	124,25	VALDIR MOLINER	IMÓVEL: 15625 - 01.07.021.0027.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39177	29/10/2018	124,23	VALDIR MOLINER	IMÓVEL: 15626 - 01.07.021.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39178	29/10/2018	124,21	EMOCOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IMÓVEL: 15627 - 01.07.021.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39179	29/10/2018	59,07	SANDRA REGINA ALANO BESSA	IMÓVEL: 15630 - 01.07.021.0125.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39180	29/10/2018	59,11	LUCAS RABELLO LIMAS	IMÓVEL: 15631 - 01.07.021.0138.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39181	29/10/2018	77,55	SANDRA REGINA ALANO BESSA	IMÓVEL: 15632 - 01.07.021.0183.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39182	29/10/2018	72,87	ROSILDA MACHADO	IMÓVEL: 15633 - 01.07.021.0197.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39183	29/10/2018	72,83	ROBERTO FABIO PAZETTO	IMÓVEL: 15635 - 01.07.021.0224.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39184	29/10/2018	305,41	LOIR FAGUNDES	IMÓVEL: 15668 - 01.07.019.0126.001	IMPOSTO PREDIAL
39185	29/10/2018	146,98	ODIR PAGANINI	IMÓVEL: 15674 - 01.07.019.0271.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39186	29/10/2018	140,66	JUAREZ SILVEIRA DE SOUZA	IMÓVEL: 15677 - 01.07.019.0310.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39187	29/10/2018	320,94	JUAREZ SILVEIRA DE SOUZA	IMÓVEL: 15678 - 01.07.019.0324.001	IMPOSTO PREDIAL
39188	29/10/2018	370,24	SARA GROSSMANN GONÇALVES	IMÓVEL: 15683 - 01.07.019.0420.001	IMPOSTO PREDIAL
39189	29/10/2018	483,38	ALEXANDRE GOMES DA LUZ	IMÓVEL: 15684 - 01.07.019.0433.001	IMPOSTO PREDIAL
39190	29/10/2018	170,82	SEBASTIAO ELIBIO DA SILVA	IMÓVEL: 15685 - 01.07.026.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
39191	29/10/2018	117,13	DIONEL DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 15688 - 01.07.026.0068.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39192	29/10/2018	601,66	JOSE FEGHERA	IMÓVEL: 15690 - 01.07.026.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
39193	29/10/2018	302,09	SANDRA CRISTINA DE MATTIA CÚNICO	IMÓVEL: 15698 - 01.07.026.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
39194	29/10/2018	337,81	FABIO DAGOSTIM UGGIONI	IMÓVEL: 15702 - 01.07.026.0313.001	IMPOSTO PREDIAL
39195	29/10/2018	170,82	JUCELI DA SILVEIRA	IMÓVEL: 15703 - 01.07.026.0326.001	IMPOSTO PREDIAL
39196	29/10/2018	383,91	MIGUEL ANGELO MACEDO	IMÓVEL: 15704 - 01.07.026.0343.001	IMPOSTO PREDIAL
39197	29/10/2018	342,19	BRUNA FERRARI FERNANDES	IMÓVEL: 15711 - 01.07.003.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
39198	29/10/2018	342,70	JHONATAS PEREIRA DE LAERTE	IMÓVEL: 15745 - 01.07.030.0125.001	IMPOSTO PREDIAL
39199	29/10/2018	55,85	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15747 - 01.07.030.0180.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39200	29/10/2018	221,32	LUIZ CARLOS BERNARDO	IMÓVEL: 15750 - 01.07.030.0247.001	IMPOSTO PREDIAL
39201	29/10/2018	57,79	EVANDO FORTUNATO RISSI	IMÓVEL: 15751 - 01.07.030.0260.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39202	29/10/2018	309,83	MANOEL ROMI PEREIRA DA LUZ	IMÓVEL: 15761 - 01.07.032.0025.001	IMPOSTO PREDIAL
39203	29/10/2018	274,61	CLAUDETE TEREZINHA MACEDO	IMÓVEL: 15763 - 01.07.032.0050.001	IMPOSTO PREDIAL
39204	29/10/2018	274,08	ALBERTINA ESPINDOLA	IMÓVEL: 15764 - 01.07.032.0063.001	IMPOSTO PREDIAL
39205	29/10/2018	287,05	DENISE BARBOSA DE SOUSA MERENCIO	IMÓVEL: 15767 - 01.07.032.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
39206	29/10/2018	117,11	DENISE BARBOSA DE SOUSA MERENCIO	IMÓVEL: 15768 - 01.07.032.0113.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39207	29/10/2018	244,84	CARLOS ALBERTO SILVEIRA	IMÓVEL: 15775 - 01.07.032.0260.001	IMPOSTO PREDIAL
39208	29/10/2018	432,30	MOISES ROSA FELICIANO	IMÓVEL: 15777 - 01.07.032.0285.001	IMPOSTO PREDIAL
39209	29/10/2018	170,82	MARIA ZENIR DO AMARAL	IMÓVEL: 15779 - 01.07.032.0310.001	IMPOSTO PREDIAL
39210	29/10/2018	352,64	CELSE AGENOR DE BRITO	IMÓVEL: 15784 - 01.07.032.0409.001	IMPOSTO PREDIAL
39211	29/10/2018	273,00	DIOGO DA SILVA MARCELINO	IMÓVEL: 15794 - 01.07.031.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
39212	29/10/2018	55,95	ADILSON CACHOEIRA BUDNY	IMÓVEL: 15796 - 01.07.031.0195.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39213	29/10/2018	97,01	EVANDRO MENDES	IMÓVEL: 15804 - 01.07.031.0323.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39214	29/10/2018	96,98	ADIOMAR ANACLETO PENE	IMÓVEL: 15805 - 01.07.031.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39215	29/10/2018	151,87	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15810 - 01.07.035.0064.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39216	29/10/2018	273,53	AGNALDO GOMES DA LUZ	IMÓVEL: 15811 - 01.07.035.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
39217	29/10/2018	361,88	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15812 - 01.07.035.0127.001	IMPOSTO PREDIAL
39218	29/10/2018	439,18	JULIANE LOPES	IMÓVEL: 15813 - 01.07.035.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
39219	29/10/2018	274,20	ELISANGELA DE SOUZA INACIO FERREIRA BICA	IMÓVEL: 15828 - 01.07.034.0259.001	IMPOSTO PREDIAL
39220	29/10/2018	322,42	OLIDIA WESTRUP JOSEFINO	IMÓVEL: 15837 - 01.07.033.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
39221	29/10/2018	164,97	JORGE JOAO MICHELS	IMÓVEL: 15838 - 01.07.033.0055.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39222	29/10/2018	218,74	ESPOLIO DE ANTONIO FERRARI	IMÓVEL: 15843 - 01.07.033.0121.001	IMPOSTO PREDIAL

39223	29/10/2018	678,06	SIDNEI BIANCHINI FERRARI	IMÓVEL: 15844 - 01.07.033.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
39224	29/10/2018	519,39	ARISTEU LAURINDO	IMÓVEL: 15846 - 01.07.033.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
39225	29/10/2018	327,27	JOAO SAUL BROCCA	IMÓVEL: 15848 - 01.07.033.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
39226	29/10/2018	419,93	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15854 - 01.07.033.0335.001	IMPOSTO PREDIAL
39227	29/10/2018	109,85	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15855 - 01.07.033.0376.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39228	29/10/2018	291,28	ADEMAR CARDOSO	IMÓVEL: 15860 - 01.07.036.0058.001	IMPOSTO PREDIAL
39229	29/10/2018	304,55	JOSE ADEMIR BITENCOURT MARTINS	IMÓVEL: 15861 - 01.07.036.0071.001	IMPOSTO PREDIAL
39230	29/10/2018	348,86	ANTONIO MARTINELLI DE SOUZA	IMÓVEL: 15863 - 01.07.036.0101.001	IMPOSTO PREDIAL
39231	29/10/2018	320,68	ANGELO BROVEDAN NETO	IMÓVEL: 15872 - 01.07.036.0302.001	IMPOSTO PREDIAL
39232	29/10/2018	546,00	JAIME WENHOLD	IMÓVEL: 15874 - 01.07.036.0366.001	IMPOSTO PREDIAL
39233	29/10/2018	525,79	JAIME WENHOLD	IMÓVEL: 15875 - 01.07.036.0383.001	IMPOSTO PREDIAL
39234	29/10/2018	261,24	ALEXSANDRO SOUZA DOS SANTOS	IMÓVEL: 15882 - 01.07.037.0151.001	IMPOSTO PREDIAL
39235	29/10/2018	54,14	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15884 - 01.07.037.0152.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39236	29/10/2018	233,86	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15890 - 01.07.037.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
39237	29/10/2018	263,08	CRISTIANE TROMBIM	IMÓVEL: 15893 - 01.07.037.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
39238	29/10/2018	42,28	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15894 - 01.07.037.0195.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39239	29/10/2018	262,13	JAIME ROGERIO FERNANDES	IMÓVEL: 15896 - 01.07.037.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
39240	29/10/2018	42,31	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15897 - 01.07.037.0209.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39241	29/10/2018	436,76	PABLO BICHO DA SILVA	IMÓVEL: 15898 - 01.08.002.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
39242	29/10/2018	439,98	ESPOLIO DE JOSE MARCIRIO PEREIRA	IMÓVEL: 15904 - 01.07.037.0269.001	IMPOSTO PREDIAL
39243	29/10/2018	267,48	EDINEIA MACHADO DA ROCHA	IMÓVEL: 15910 - 01.07.037.0340.001	IMPOSTO PREDIAL
39244	29/10/2018	109,65	ANDRIEL LEANDRO SOARES	IMÓVEL: 15912 - 01.07.037.0357.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39245	29/10/2018	309,63	ANDRE LEANDRO SOARES	IMÓVEL: 15914 - 01.07.037.0446.001	IMPOSTO PREDIAL
39246	29/10/2018	3.470,70	LETICIA MARCON ZANATTA E OUTRO	IMÓVEL: 15920 - 01.07.038.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
39247	29/10/2018	1.979,36	NELSON MACHADO	IMÓVEL: 15922 - 01.07.038.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
39248	29/10/2018	442,66	SIDNEY LUIZ BATISTA	IMÓVEL: 15923 - 01.08.002.0188.001	IMPOSTO PREDIAL
39249	29/10/2018	243,66	TOMAZ EVERALDO BARP	IMÓVEL: 15924 - 01.07.038.0136.001	IMPOSTO PREDIAL
39250	29/10/2018	361,00	VALDEMIR LOPES DA COSTA	IMÓVEL: 15933 - 01.08.002.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
39251	29/10/2018	7.398,75	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 15936 - 01.07.038.1023.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39252	29/10/2018	321,76	DELICIA ANGELINA UGGIONI	IMÓVEL: 15941 - 01.07.038.1158.001	IMPOSTO PREDIAL
39253	29/10/2018	409,46	CHARLES RICARDO DA SILVEIRA AME- RICO	IMÓVEL: 15949 - 01.08.002.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
39254	29/10/2018	332,47	CELSON MARTINHO	IMÓVEL: 15969 - 01.08.002.0279.001	IMPOSTO PREDIAL
39255	29/10/2018	399,59	MARLENE ALANO	IMÓVEL: 15975 - 01.08.002.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
39256	29/10/2018	456,33	JANINE DA SILVA ROSA	IMÓVEL: 15978 - 01.08.001.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
39257	29/10/2018	301,25	ADRIANO MACHADO DOS SANTOS	IMÓVEL: 15983 - 01.08.003.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
39258	29/10/2018	106,42	PEDRO ANGELICA BORGES	IMÓVEL: 15984 - 01.08.001.0055.001	IMPOSTO PREDIAL
39259	29/10/2018	624,51	RONALDO RODRIGUES DE SOUZA	IMÓVEL: 15988 - 01.08.001.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
39260	29/10/2018	421,65	MARCIA SILVA DO AMARAL	IMÓVEL: 15990 - 01.08.001.0101.001	IMPOSTO PREDIAL
39261	29/10/2018	243,40	SEVERINO OSMAR ALEXANDRE	IMÓVEL: 16005 - 01.08.003.0053.001	IMPOSTO PREDIAL
39262	29/10/2018	572,87	LENILSO GOMES VALERIO	IMÓVEL: 16038 - 01.08.006.0310.001	IMPOSTO PREDIAL
39263	29/10/2018	131,86	WILSON DONIZETE PEREIRA PADILHA	IMÓVEL: 16040 - 01.08.005.0019.001	IMPOSTO PREDIAL
39264	29/10/2018	406,61	FELIPE BITENCOURT CORREA	IMÓVEL: 16045 - 01.08.003.0211.001	IMPOSTO PREDIAL
39265	29/10/2018	553,31	LAERCIO DUARTE GONCALVES	IMÓVEL: 16052 - 01.08.005.0128.001	IMPOSTO PREDIAL
39266	29/10/2018	374,28	MAXSUEL ANTONIO DO AMARAL	IMÓVEL: 16063 - 01.08.003.0264.001	IMPOSTO PREDIAL
39267	29/10/2018	505,37	ESPOLIO DE JOAO LUIS DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 16074 - 01.08.005.0344.001	IMPOSTO PREDIAL
39268	29/10/2018	517,84	AGUINALDO FIGUEIREDO	IMÓVEL: 16078 - 01.08.004.0022.001	IMPOSTO PREDIAL
39269	29/10/2018	361,14	ALEXANDRE GONCALVES TOME	IMÓVEL: 16082 - 01.08.004.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
39270	29/10/2018	465,35	MAXIMIANO SILVA DO AMARAL	IMÓVEL: 16092 - 01.08.004.0192.001	IMPOSTO PREDIAL
39271	29/10/2018	529,92	ROGERIO BORGES MACHADO	IMÓVEL: 16094 - 01.08.004.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
39272	29/10/2018	72,68	JORGE ALIPIO PIRES DE ARAUJO	IMÓVEL: 16096 - 01.08.004.0224.001	IMPOSTO PREDIAL
39273	29/10/2018	404,10	GERION GOMES ARAUJO	IMÓVEL: 16100 - 01.08.004.0285.001	IMPOSTO PREDIAL
39274	29/10/2018	491,60	MARCUS VINICIUS DA SILVA	IMÓVEL: 16105 - 01.08.009.0087.001	IMPOSTO PREDIAL
39275	29/10/2018	95,71	MARCUS VINICIUS DA SILVA	IMÓVEL: 16106 - 01.08.009.0099.001	IMPOSTO PREDIAL

39276	29/10/2018	192,81	MARCUS VINICIUS ANTUNES DA SILVA	IMÓVEL: 16107 - 01.08.009.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
39277	29/10/2018	946,21	MARCUS VINICIUS ANTUNES DA SILVA	IMÓVEL: 16108 - 01.08.009.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
39278	29/10/2018	105,39	ANTONIO ALCINDOR ALVES DE BRITO	IMÓVEL: 16112 - 01.08.009.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
39279	29/10/2018	384,01	RAFAEL ALANO MARTINHO	IMÓVEL: 16116 - 01.08.009.0268.001	IMPOSTO PREDIAL
39280	29/10/2018	407,23	EDGAR MELLO MEDEIROS	IMÓVEL: 16120 - 01.08.009.0316.001	IMPOSTO PREDIAL
39281	29/10/2018	486,22	GILMAR JOAO DA SILVA	IMÓVEL: 16124 - 01.08.010.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39282	29/10/2018	444,45	MICHEL MARCELO DA ROSA E OUTROS	IMÓVEL: 16131 - 01.08.008.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
39283	29/10/2018	291,99	DIEGO DOMINGOS DE MELO	IMÓVEL: 16133 - 01.08.008.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
39284	29/10/2018	335,16	JADNA MACHADO DOS SANTOS	IMÓVEL: 16137 - 01.08.008.0144.001	IMPOSTO PREDIAL
39285	29/10/2018	71,85	TIAGO APOLINARIO DA SILVA	IMÓVEL: 16147 - 01.08.008.0269.001	IMPOSTO PREDIAL
39286	29/10/2018	319,70	JULIO CESAR GOULART	IMÓVEL: 16149 - 01.08.008.0282.001	IMPOSTO PREDIAL
39287	29/10/2018	480,14	SANTILINA LUIZ	IMÓVEL: 16155 - 01.08.008.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
39288	29/10/2018	295,89	MARIA DE LOURDES ARAUJO GONÇALVES	IMÓVEL: 16164 - 01.08.010.0291.002	IMPOSTO PREDIAL
39289	29/10/2018	604,37	LUIZ CARLOS JOAQUIM	IMÓVEL: 16165 - 01.08.007.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
39290	29/10/2018	388,01	ELOIR VIEIRA DEMETRIO	IMÓVEL: 16179 - 01.08.007.0198.001	IMPOSTO PREDIAL
39291	29/10/2018	346,06	FRANCISCO DE ASSIS SILVA DO AMARAL	IMÓVEL: 16183 - 01.08.007.0237.001	IMPOSTO PREDIAL
39292	29/10/2018	728,09	IMOVEST INVESTIMENTOS EM IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 16187 - 01.08.007.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
39293	29/10/2018	369,67	ANTONIO CORREA NETO	IMÓVEL: 16191 - 01.08.007.0318.001	IMPOSTO PREDIAL
39294	29/10/2018	409,08	SUZANA MARIA GIRARD FELICIO	IMÓVEL: 16193 - 01.08.007.0394.001	IMPOSTO PREDIAL
39295	29/10/2018	542,53	ALEIR FIGUEIREDO	IMÓVEL: 16194 - 01.08.010.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
39296	29/10/2018	290,33	NICOLAU PATRICIO DA SILVA	IMÓVEL: 16195 - 01.08.007.0406.001	IMPOSTO PREDIAL
39297	29/10/2018	211,33	ELIZABETE MIGUEL PACHECO CECHINEL	IMÓVEL: 16212 - 01.08.013.0038.001	IMPOSTO PREDIAL
39298	29/10/2018	248,09	JONECI MAXIMILIANO	IMÓVEL: 16217 - 01.08.013.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
39299	29/10/2018	421,10	MARIA MONTINE DE SOUZA	IMÓVEL: 16219 - 01.08.012.0020.001	IMPOSTO PREDIAL
39300	29/10/2018	328,62	MANOEL BORGES	IMÓVEL: 16222 - 01.08.012.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
39301	29/10/2018	50,49	MANOEL BORGES	IMÓVEL: 16223 - 01.08.012.0054.002	IMPOSTO PREDIAL
39302	29/10/2018	263,71	ANA BEATRIZ BORGES	IMÓVEL: 16224 - 01.08.012.0093.001	IMPOSTO PREDIAL
39303	29/10/2018	350,67	LUIS CARLOS MELO	IMÓVEL: 16225 - 01.08.012.0105.001	IMPOSTO PREDIAL
39304	29/10/2018	310,68	CLAUDET MELO MIGUEL	IMÓVEL: 16226 - 01.08.012.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
39305	29/10/2018	318,19	MARLI MELO	IMÓVEL: 16227 - 01.08.012.0132.001	IMPOSTO PREDIAL
39306	29/10/2018	338,35	GUSTAVO MELLO NETO	IMÓVEL: 16228 - 01.08.012.0144.001	IMPOSTO PREDIAL
39307	29/10/2018	423,32	MARLENE MELO MEDEIROS	IMÓVEL: 16229 - 01.08.012.0154.001	IMPOSTO PREDIAL
39308	29/10/2018	236,94	ATENIR RAMPINELLI	IMÓVEL: 16230 - 01.08.012.0175.001	IMPOSTO PREDIAL
39309	29/10/2018	509,16	JERRI ADRIANI ARGENIO	IMÓVEL: 16231 - 01.08.012.0195.001	IMPOSTO PREDIAL
39310	29/10/2018	226,34	CARLOS ALBERTO FIDENCIO	IMÓVEL: 16232 - 01.08.012.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
39311	29/10/2018	272,36	VALDIVINO PAREIRA	IMÓVEL: 16233 - 01.08.012.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
39312	29/10/2018	460,14	ESPOLIO DE CLAUDIMAR DOS SANTOS MENDONCA	IMÓVEL: 16234 - 01.08.012.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
39313	29/10/2018	170,82	CRISTINA PEREIRA FELISBIN	IMÓVEL: 16236 - 01.08.012.0310.001	IMPOSTO PREDIAL
39314	29/10/2018	234,04	JADNA FLORENCIO BONFANTE	IMÓVEL: 16238 - 01.08.012.0380.001	IMPOSTO PREDIAL
39315	29/10/2018	356,06	ENIVALDO SADI CARDOSO	IMÓVEL: 16242 - 01.08.012.0460.001	IMPOSTO PREDIAL
39316	29/10/2018	466,67	ADELICIO DE SOUZA	IMÓVEL: 16246 - 01.08.012.0532.001	IMPOSTO PREDIAL
39317	29/10/2018	434,63	JOSE ARAUJO	IMÓVEL: 16254 - 01.08.011.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
39318	29/10/2018	92,18	MARIA DA CONCEICAO IDALENCIO MIGUEL	IMÓVEL: 16255 - 01.08.011.0257.001	IMPOSTO PREDIAL
39319	29/10/2018	377,66	JOSE FERNANDES	IMÓVEL: 16257 - 01.08.011.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
39320	29/10/2018	420,08	VERGILIO FERNANDES (ESPOLIO)	IMÓVEL: 16258 - 01.08.011.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
39321	29/10/2018	288,32	VERGILIO FERNANDES (ESPOLIO)	IMÓVEL: 16259 - 01.08.011.0321.002	IMPOSTO PREDIAL
39322	29/10/2018	465,44	JAIR DINARTE MENDES	IMÓVEL: 16260 - 01.08.011.0331.001	IMPOSTO PREDIAL
39323	29/10/2018	370,52	ALADIR FERREIRA	IMÓVEL: 16262 - 01.08.011.0361.001	IMPOSTO PREDIAL
39324	29/10/2018	443,53	IDENES SALETE FERRARI	IMÓVEL: 16264 - 01.08.016.0021.001	IMPOSTO PREDIAL
39325	29/10/2018	431,97	CLAUDIO BUSICHIA	IMÓVEL: 16265 - 01.08.016.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
39326	29/10/2018	441,34	ELIZABETE MIGUEL PACHECO CECHINEL	IMÓVEL: 16266 - 01.08.016.0066.001	IMPOSTO PREDIAL
39327	29/10/2018	372,05	MARCELO INACIO JUSTO	IMÓVEL: 16269 - 01.08.016.0105.001	IMPOSTO PREDIAL

39328	29/10/2018	232,01	MANOEL DA SILVA - ALINE DA SILVA	IMÓVEL: 16274 - 01.08.016.0171.001	IMPOSTO PREDIAL
39329	29/10/2018	200,74	MARCELO GABRIEL	IMÓVEL: 16275 - 01.08.016.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
39330	29/10/2018	207,37	JOSE FINZA	IMÓVEL: 16276 - 01.08.016.0262.001	IMPOSTO PREDIAL
39331	29/10/2018	40,01	ISABEL FELICIANO DA ROSA	IMÓVEL: 16277 - 01.08.016.0271.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39332	29/10/2018	300,87	VLADIMIR SIMAO DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 16280 - 01.08.016.0308.001	IMPOSTO PREDIAL
39333	29/10/2018	386,64	DEOCLECIO VIEIRA	IMÓVEL: 16283 - 01.08.016.0344.001	IMPOSTO PREDIAL
39334	29/10/2018	390,31	ESPOLIO DE MANOEL MARCOS JACINTO	IMÓVEL: 16286 - 01.08.015.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
39335	29/10/2018	223,24	JULIO CESAR LEANDRO FERNANDES	IMÓVEL: 16288 - 01.08.015.0164.001	IMPOSTO PREDIAL
39336	29/10/2018	237,42	VANIO DAMIANI FERNANDES	IMÓVEL: 16289 - 01.08.015.0197.001	IMPOSTO PREDIAL
39337	29/10/2018	375,12	OSEIAS INACIO	IMÓVEL: 16290 - 01.08.015.0256.001	IMPOSTO PREDIAL
39338	29/10/2018	523,73	ALFREDO FIGUEREDO	IMÓVEL: 16291 - 01.08.015.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
39339	29/10/2018	372,31	PEDRO VALDO JOSE	IMÓVEL: 16292 - 01.08.015.0281.001	IMPOSTO PREDIAL
39340	29/10/2018	278,13	GILMAR DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 16293 - 01.08.015.0293.001	IMPOSTO PREDIAL
39341	29/10/2018	124,81	MARIA JOSE FELIPE	IMÓVEL: 16300 - 01.08.014.0178.001	IMPOSTO PREDIAL
39342	29/10/2018	241,49	IZOMAR MADALENA	IMÓVEL: 16305 - 01.08.018.0906.001	IMPOSTO PREDIAL
39343	29/10/2018	11,90	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16316 - 01.08.020.0102.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39344	29/10/2018	11,74	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16317 - 01.08.020.0191.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39345	29/10/2018	9,69	TUBOZAN INDUSTRIA PLASTICA LTDA	IMÓVEL: 16319 - 01.08.023.0008.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39346	29/10/2018	9,16	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16323 - 01.08.023.0195.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39347	29/10/2018	269,84	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16324 - 01.08.020.0259.001	IMPOSTO PREDIAL
39348	29/10/2018	11,46	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16325 - 01.08.023.0024.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39349	29/10/2018	408,84	MARCIO VICENTE	IMÓVEL: 16326 - 01.08.020.0270.001	IMPOSTO PREDIAL
39350	29/10/2018	63,41	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16330 - 01.08.020.0323.001	IMPOSTO PREDIAL
39351	29/10/2018	449,93	VALDIR FREDERICO DE SOUZA	IMÓVEL: 16334 - 01.08.020.0389.001	IMPOSTO PREDIAL
39352	29/10/2018	63,87	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16335 - 01.08.021.0013.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39353	29/10/2018	11,62	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16336 - 01.08.021.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39354	29/10/2018	11,63	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16337 - 01.08.021.0039.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39355	29/10/2018	58,13	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16339 - 01.08.021.0065.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39356	29/10/2018	11,63	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16342 - 01.08.021.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39357	29/10/2018	11,62	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16346 - 01.08.021.0198.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39358	29/10/2018	11,63	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16348 - 01.08.021.0211.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39359	29/10/2018	74,17	TUBOZAN INDUSTRIA PLASTICA LTDA	IMÓVEL: 16443 - 01.08.023.0082.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39360	29/10/2018	74,21	MALVINA GOMES ANTONELLI	IMÓVEL: 16445 - 01.08.023.0097.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39361	29/10/2018	11,63	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16446 - 01.08.021.0224.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39362	29/10/2018	39,14	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16447 - 01.08.023.0140.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39363	29/10/2018	11,62	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16448 - 01.08.021.0237.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39364	29/10/2018	58,12	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16450 - 01.08.021.0250.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39365	29/10/2018	9,16	LUIZ CARLOS SANTOS DE SOUZA	IMÓVEL: 16451 - 01.08.023.0156.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39366	29/10/2018	12,77	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16452 - 01.08.021.0292.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39367	29/10/2018	11,46	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16453 - 01.08.023.0172.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39368	29/10/2018	18,87	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16454 - 01.08.024.0018.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39369	29/10/2018	14,95	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16455 - 01.08.024.0031.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39370	29/10/2018	14,37	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16457 - 01.08.024.0044.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39371	29/10/2018	13,19	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16458 - 01.08.024.0057.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39372	29/10/2018	12,46	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16461 - 01.08.024.0070.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39373	29/10/2018	13,36	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16467 - 01.08.024.0083.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39374	29/10/2018	58,97	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16468 - 01.08.017.0288.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39375	29/10/2018	14,17	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16471 - 01.08.024.0096.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39376	29/10/2018	373,24	JOAO BATISTA SILVESTRE	IMÓVEL: 16472 - 01.08.017.0318.001	IMPOSTO PREDIAL
39377	29/10/2018	14,61	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16475 - 01.08.024.0109.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39378	29/10/2018	15,06	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16479 - 01.08.024.0122.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39379	29/10/2018	53,17	MARLENE MARQUES	IMÓVEL: 16482 - 01.08.017.1389.001	IMPOSTO PREDIAL
39380	29/10/2018	77,36	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16483 - 01.08.024.0135.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39381	29/10/2018	505,95	CARINA BORGES	IMÓVEL: 16488 - 01.08.017.1451.001	IMPOSTO PREDIAL

39382	29/10/2018	73,09	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16491 - 01.08.024.0156.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39383	29/10/2018	79,00	ENEDIR SILVA	IMÓVEL: 16493 - 01.08.017.1533.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39384	29/10/2018	343,92	JAIRO ZEFERINO MACHADO	IMÓVEL: 16497 - 01.08.017.1584.001	IMPOSTO PREDIAL
39385	29/10/2018	83,23	JAIRO ZEFERINO MACHADO	IMÓVEL: 16498 - 01.08.017.1597.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39386	29/10/2018	260,89	MANOEL FERNANDES	IMÓVEL: 16499 - 01.08.017.1610.001	IMPOSTO PREDIAL
39387	29/10/2018	81,57	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16500 - 01.08.022.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39388	29/10/2018	58,05	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16501 - 01.08.022.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39389	29/10/2018	154,32	MANOEL FERNANDES	IMÓVEL: 16502 - 01.08.017.1623.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39390	29/10/2018	68,85	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16503 - 01.08.022.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39391	29/10/2018	279,68	EVERALDO SILVEIRA	IMÓVEL: 16506 - 01.08.017.1650.001	IMPOSTO PREDIAL
39392	29/10/2018	291,22	GETULIO PIRES DE ARAUJO	IMÓVEL: 16507 - 01.08.017.1663.001	IMPOSTO PREDIAL
39393	29/10/2018	314,29	DIOMAR JOAQUIM DA ROSA	IMÓVEL: 16509 - 01.08.017.1717.001	IMPOSTO PREDIAL
39394	29/10/2018	235,02	IVANIR SEVERINO	IMÓVEL: 16512 - 01.08.017.1814.001	IMPOSTO PREDIAL
39395	29/10/2018	113,30	RAULINO BERTI	IMÓVEL: 16513 - 01.08.017.1831.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39396	29/10/2018	222,12	SIDNEI DA SILVA	IMÓVEL: 16514 - 01.08.017.1842.001	IMPOSTO PREDIAL
39397	29/10/2018	230,01	JOAO DA SILVA	IMÓVEL: 16515 - 01.08.017.1854.001	IMPOSTO PREDIAL
39398	29/10/2018	241,95	JOSE DO PATROCINIO	IMÓVEL: 16516 - 01.08.017.1867.001	IMPOSTO PREDIAL
39399	29/10/2018	322,11	JOSE DO PATROCINIO	IMÓVEL: 16517 - 01.08.017.1898.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39400	29/10/2018	127,63	JOSE DO PATROCINIO	IMÓVEL: 16518 - 01.08.017.1939.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39401	29/10/2018	58,15	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16519 - 01.08.022.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39402	29/10/2018	58,13	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16520 - 01.08.022.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39403	29/10/2018	12,79	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16521 - 01.08.022.0122.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39404	29/10/2018	40,90	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16522 - 01.08.022.0164.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39405	29/10/2018	37,21	FRANCISCO BORGES	IMÓVEL: 16523 - 01.08.022.0177.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39406	29/10/2018	37,23	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16524 - 01.08.022.0190.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39407	29/10/2018	37,21	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16525 - 01.08.022.0203.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39408	29/10/2018	58,07	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16526 - 01.08.022.0216.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39409	29/10/2018	81,59	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16527 - 01.08.022.0259.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39410	29/10/2018	73,95	EUCLESIO MANDELLI	IMÓVEL: 16528 - 01.08.022.0273.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39411	29/10/2018	349,78	LOURDES DA CONSOLAÇÃO DIAS HENRIQUE	IMÓVEL: 16543 - 01.03.013.0704.001	IMPOSTO PREDIAL
39412	29/10/2018	456,84	CLAITON LAURINDO RABELO E OUTRA	IMÓVEL: 16546 - 01.03.013.0707.001	IMPOSTO PREDIAL
39413	29/10/2018	606,24	ALBERTINO VICENTE	IMÓVEL: 16558 - 01.06.097.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
39414	29/10/2018	490,01	ALBERTINO VICENTE	IMÓVEL: 16559 - 01.06.097.0030.003	IMPOSTO PREDIAL
39415	29/10/2018	352,37	HILARIA NIEHEUS INACIO	IMÓVEL: 16567 - 01.03.001.1969.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39416	29/10/2018	330,44	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16613 - 01.05.066.1091.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39417	29/10/2018	539,35	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16614 - 01.05.066.4807.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39418	29/10/2018	274,39	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16615 - 01.05.066.4247.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39419	29/10/2018	325,89	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16616 - 01.05.066.4282.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39420	29/10/2018	329,00	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16617 - 01.05.066.4554.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39421	29/10/2018	329,00	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16618 - 01.05.066.4589.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39422	29/10/2018	278,92	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 16619 - 01.05.066.4618.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39423	29/10/2018	325,22	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 16621 - 01.02.096.1137.003	IMPOSTO PREDIAL
39424	29/10/2018	275,28	MIGUEL VALDECIR VIEIRA BRIZOLA	IMÓVEL: 16644 - 01.02.056.0060.001	IMPOSTO PREDIAL
39425	29/10/2018	311,96	PAULO ROGERIO CARPES	IMÓVEL: 16649 - 01.02.056.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
39426	29/10/2018	511,92	FRANCELICIO CELIO BORGES	IMÓVEL: 16668 - 01.08.012.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39427	29/10/2018	342,23	ADREANA WARMLING	IMÓVEL: 16670 - 01.03.014.0755.001	IMPOSTO PREDIAL
39428	29/10/2018	705,91	IVONETI FERNANDES CAPELA	IMÓVEL: 16672 - 01.03.014.0753.001	IMPOSTO PREDIAL
39429	29/10/2018	322,90	VILSON DA SILVA	IMÓVEL: 16675 - 01.02.061.0072.001	IMPOSTO PREDIAL
39430	29/10/2018	527,00	ELTON FERMINO SCARSI	IMÓVEL: 16685 - 01.03.013.0768.001	IMPOSTO PREDIAL
39431	29/10/2018	1.287,91	EDGAR FRANCISCO MARIANO	IMÓVEL: 16712 - 01.01.005.0426.002	IMPOSTO PREDIAL
39432	29/10/2018	4.041,62	GERMANO PAVEI CIRIMBELLI	IMÓVEL: 16735 - 01.05.004.1243.003	IMPOSTO PREDIAL
39433	29/10/2018	1.213,77	CATARINA DA SILVA DA ROCHA	IMÓVEL: 16737 - 01.05.058.0189.002	IMPOSTO PREDIAL
39434	29/10/2018	511,00	OBF CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 16755 - 01.01.023.0216.002	IMPOSTO PREDIAL
39435	29/10/2018	247,17	EDEMIR MARCA	IMÓVEL: 16761 - 01.03.001.1743.001	IMPOSTO TERRITORIAL

39436	29/10/2018	471,08	REGINALDO GEREMIAS	IMÓVEL: 16766 - 01.02.049.2529.001	IMPOSTO PREDIAL
39437	29/10/2018	442,73	RICARDO SATOSHI ARIMA AKAISHI	IMÓVEL: 16776 - 01.01.010.0193.003	IMPOSTO PREDIAL
39438	29/10/2018	461,27	ALBERTINA WILLEMANN TAVARES	IMÓVEL: 16820 - 01.02.002.1363.002	IMPOSTO PREDIAL
39439	29/10/2018	170,82	IGREJA PENTECOSTAL ASS APOSTOLOS CRISTO	IMÓVEL: 16861 - 01.02.018.0044.002	IMPOSTO PREDIAL
39440	29/10/2018	324,69	JUVENCIO PREIS	IMÓVEL: 16908 - 01.02.046.0459.001	IMPOSTO PREDIAL
39441	29/10/2018	468,95	MARCIA LUCIANI VITORINO	IMÓVEL: 16950 - 01.03.041.0529.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39442	29/10/2018	119,46	ALDACIR LUIS MINATTO	IMÓVEL: 16986 - 01.02.050.0154.005	IMPOSTO PREDIAL
39443	29/10/2018	731,38	ALDACIR LUIS MINATTO	IMÓVEL: 16987 - 01.02.050.0154.006	IMPOSTO PREDIAL
39444	29/10/2018	383,35	ANDRESA LEANDRO VASSOLER	IMÓVEL: 17022 - 01.03.001.1605.001	IMPOSTO PREDIAL
39445	29/10/2018	384,49	ANTONIO DE GODOI (ESPOLIO)	IMÓVEL: 17024 - 01.03.002.0095.002	IMPOSTO PREDIAL
39446	29/10/2018	373,63	MARILDA GONÇALVES	IMÓVEL: 17040 - 01.03.010.0280.001	IMPOSTO PREDIAL
39447	29/10/2018	262,37	EDEVALDO LAURINDO CELESTINO	IMÓVEL: 17113 - 01.07.006.1665.001	IMPOSTO PREDIAL
39448	29/10/2018	553,11	EDEVALDO LAURINDO CELESTINO	IMÓVEL: 17114 - 01.07.006.1665.002	IMPOSTO PREDIAL
39449	29/10/2018	100,57	GENESIO PLASKIEVICZ	IMÓVEL: 17124 - 01.03.013.0711.002	IMPOSTO PREDIAL
39450	29/10/2018	286,00	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 17140 - 01.02.096.1137.004	IMPOSTO PREDIAL
39451	29/10/2018	561,65	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 17150 - 01.02.096.1123.003	IMPOSTO PREDIAL
39452	29/10/2018	170,82	ELIZABETH HENRIQUE (PSH)	IMÓVEL: 17158 - 01.03.019.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
39453	29/10/2018	170,82	MARILEIA ROSA CHAVES (PSH)	IMÓVEL: 17160 - 01.03.019.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
39454	29/10/2018	170,82	ANDERSON POKAMAJA COSTA	IMÓVEL: 17162 - 01.03.019.0160.001	IMPOSTO PREDIAL
39455	29/10/2018	170,82	DINEI MOTA (PSH)	IMÓVEL: 17163 - 01.03.019.0170.001	IMPOSTO PREDIAL
39456	29/10/2018	170,82	VIVIANE DAROS (PSH)	IMÓVEL: 17164 - 01.03.019.0206.001	IMPOSTO PREDIAL
39457	29/10/2018	170,82	ESPOLIO DE ROSANE MAIESKI BELO	IMÓVEL: 17167 - 01.04.073.0010.001	IMPOSTO PREDIAL
39458	29/10/2018	170,82	ROSIMERI BECKER	IMÓVEL: 17169 - 01.04.073.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
39459	29/10/2018	170,82	VALDETE VIANA (PSH)	IMÓVEL: 17174 - 01.04.073.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
39460	29/10/2018	170,82	ALBA LIGIA DA SILVA (PSH)	IMÓVEL: 17176 - 01.04.073.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
39461	29/10/2018	170,82	KARINA ROCHA (PSH)	IMÓVEL: 17177 - 01.04.073.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
39462	29/10/2018	170,82	MARLI OLIVEIRA ALVES	IMÓVEL: 17201 - 01.06.074.0037.001	IMPOSTO PREDIAL
39463	29/10/2018	170,82	MARCIA MOREIRA MARTINS	IMÓVEL: 17202 - 01.06.074.0058.001	IMPOSTO PREDIAL
39464	29/10/2018	356,54	VOLNEI SERAFIM	IMÓVEL: 17217 - 01.04.029.2211.001	IMPOSTO PREDIAL
39465	29/10/2018	386,96	VINICIUS EDUARDO VARGAS	IMÓVEL: 17222 - 01.04.029.1885.001	IMPOSTO PREDIAL
39466	29/10/2018	378,76	FERNANDO FERNANDES	IMÓVEL: 17224 - 01.04.029.1909.001	IMPOSTO PREDIAL
39467	29/10/2018	575,71	SILVANA GOULART PADOIN	IMÓVEL: 17234 - 01.04.029.2147.001	IMPOSTO PREDIAL
39468	29/10/2018	366,08	SANDRA HELENA NUNES DOS REIS	IMÓVEL: 17235 - 01.04.029.2159.001	IMPOSTO PREDIAL
39469	29/10/2018	273,01	CLODOALDO MOTA	IMÓVEL: 17237 - 01.04.029.2198.001	IMPOSTO PREDIAL
39470	29/10/2018	516,36	LUCIANA FIGUEIREDO DE CHAVES	IMÓVEL: 17255 - 01.04.077.0608.001	IMPOSTO PREDIAL
39471	29/10/2018	450,50	DEIVID MARTINS SERAFIM	IMÓVEL: 17258 - 01.04.077.0644.001	IMPOSTO PREDIAL
39472	29/10/2018	335,59	DANIEL MARTINS	IMÓVEL: 17259 - 01.04.077.0656.001	IMPOSTO PREDIAL
39473	29/10/2018	141,60	MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	IMÓVEL: 17265 - 01.06.071.0024.001	IMPOSTO PREDIAL
39474	29/10/2018	170,82	HELENA JULIANA SYMONE BORGES	IMÓVEL: 17270 - 01.02.056.0212.001	IMPOSTO PREDIAL
39475	29/10/2018	576,31	JOAO DENSKI (ESP.)SANTINA COSTA DENSKI	IMÓVEL: 17273 - 01.05.044.0361.001	IMPOSTO PREDIAL
39476	29/10/2018	461,21	CARLOS FERREIRA BRAGA	IMÓVEL: 17289 - 01.03.001.1642.001	IMPOSTO PREDIAL
39477	29/10/2018	451,00	GIZELIA DE FIGUEREDO DA SILVA	IMÓVEL: 17304 - 01.04.006.0760.001	IMPOSTO PREDIAL
39478	29/10/2018	333,87	EDISON DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 17308 - 01.04.006.0810.001	IMPOSTO PREDIAL
39479	29/10/2018	538,57	VALMIR CANDEO	IMÓVEL: 17310 - 01.04.006.0835.001	IMPOSTO PREDIAL
39480	29/10/2018	383,49	FILIFE ROSA DOS SANTOS	IMÓVEL: 17312 - 01.04.006.0860.001	IMPOSTO PREDIAL
39481	29/10/2018	425,39	EDILSON GOMES DA SILVA SANTOS	IMÓVEL: 17315 - 01.04.006.0897.001	IMPOSTO PREDIAL
39482	29/10/2018	413,42	RICHELSON SABINO	IMÓVEL: 17323 - 01.04.006.1033.001	IMPOSTO PREDIAL
39483	29/10/2018	118,61	EDERSON DA LUZ	IMÓVEL: 17324 - 01.04.006.1045.001	IMPOSTO PREDIAL
39484	29/10/2018	286,26	SAMUEL MOTA DE FIGUEIREDO	IMÓVEL: 17326 - 01.04.006.1069.001	IMPOSTO PREDIAL
39485	29/10/2018	579,42	AGNALDO FIGUEREDO DA SILVA	IMÓVEL: 17328 - 01.04.006.1094.001	IMPOSTO PREDIAL
39486	29/10/2018	428,55	ENDERSON RIBEIRO	IMÓVEL: 17339 - 01.04.006.1226.001	IMPOSTO PREDIAL
39487	29/10/2018	575,79	RAFAEL HERMES	IMÓVEL: 17342 - 01.04.006.1262.001	IMPOSTO PREDIAL
39488	29/10/2018	499,85	ROSELEI DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 17343 - 01.04.006.1274.001	IMPOSTO PREDIAL

39489	29/10/2018	267,99	ISABEL DE CESARO CAVALER	IMÓVEL: 17374 - 01.03.016.0503.002	IMPOSTO PREDIAL
39490	29/10/2018	170,82	RUBENS VALERIO MATIAS	IMÓVEL: 17387 - 01.04.029.1932.001	IMPOSTO PREDIAL
39491	29/10/2018	170,82	ELIZETE FREITAS MATEUS	IMÓVEL: 17390 - 01.04.029.1943.001	IMPOSTO PREDIAL
39492	29/10/2018	170,82	JOAO DIRLEI FELICIANO TEIXEIRA	IMÓVEL: 17391 - 01.04.029.1992.001	IMPOSTO PREDIAL
39493	29/10/2018	476,31	MARIA DE BONA CARDOSO	IMÓVEL: 17406 - 01.06.044.1420.001	IMPOSTO PREDIAL
39494	29/10/2018	495,68	SANTO MARTINS	IMÓVEL: 17409 - 01.04.063.0287.003	IMPOSTO PREDIAL
39495	29/10/2018	432,37	SANTO MARTINS	IMÓVEL: 17410 - 01.04.063.0287.004	IMPOSTO PREDIAL
39496	29/10/2018	97,49	TEREZINHA DE FATIMA PAIANO	IMÓVEL: 17431 - 01.03.001.0137.001	IMPOSTO PREDIAL
39497	29/10/2018	170,82	PATRICIA GRIGIO AMERICO	IMÓVEL: 17432 - 01.03.001.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
39498	29/10/2018	170,82	MARIA LUIZA CARDOSO	IMÓVEL: 17433 - 01.03.001.0158.001	IMPOSTO PREDIAL
39499	29/10/2018	170,82	MARLENE PEREIRA DELFINO	IMÓVEL: 17434 - 01.03.001.0169.001	IMPOSTO PREDIAL
39500	29/10/2018	170,82	MARLI SEHNEN	IMÓVEL: 17435 - 01.03.001.0179.001	IMPOSTO PREDIAL
39501	29/10/2018	170,82	JANICE ROCHA	IMÓVEL: 17437 - 01.03.001.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
39502	29/10/2018	542,43	ANTONIO FLORES DIAS	IMÓVEL: 17446 - 01.04.045.0164.003	IMPOSTO PREDIAL
39503	29/10/2018	428,41	NELSON BITENCOURT	IMÓVEL: 17465 - 01.04.030.1727.002	IMPOSTO PREDIAL
39504	29/10/2018	213,95	M BECKAUSER ALUGUEIS DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA	IMÓVEL: 17475 - 01.02.026.0904.003	IMPOSTO PREDIAL
39505	29/10/2018	230,96	SERRALHERIA IRMAOS MARTINS LTDA-ME	IMÓVEL: 17498 - 01.04.065.0308.002	IMPOSTO PREDIAL
39506	29/10/2018	301,14	JOSE FELIPE JOSEFINO	IMÓVEL: 17500 - 01.04.065.0335.005	IMPOSTO PREDIAL
39507	29/10/2018	448,62	JOSE FELIPE JOSEFINO	IMÓVEL: 17501 - 01.04.065.0335.006	IMPOSTO PREDIAL
39508	29/10/2018	479,98	JOSE FELIPE JOSEFINO	IMÓVEL: 17502 - 01.04.065.0335.007	IMPOSTO PREDIAL
39509	29/10/2018	278,61	JONES NUNES MACIEL	IMÓVEL: 17519 - 01.04.055.0166.002	IMPOSTO PREDIAL
39510	29/10/2018	157,96	VALMIR SILVEIRA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	IMÓVEL: 17525 - 01.03.051.0343.001	IMPOSTO PREDIAL
39511	29/10/2018	205,80	ADILSON FABER	IMÓVEL: 17547 - 01.04.041.0056.002	IMPOSTO PREDIAL
39512	29/10/2018	783,88	ELIANE DA SILVA MARAVAI	IMÓVEL: 17561 - 01.04.092.0097.001	IMPOSTO PREDIAL
39513	29/10/2018	331,85	BEATRIZ LOCATELLI COLONETTI	IMÓVEL: 17562 - 01.04.005.0313.003	IMPOSTO PREDIAL
39514	29/10/2018	436,33	DENIEDSON DE FREITAS	IMÓVEL: 17572 - 01.04.004.0218.001	IMPOSTO PREDIAL
39515	29/10/2018	540,05	ROSANI APARECIDA DE OLIVEIRA MADRUGA	IMÓVEL: 17575 - 01.04.004.0258.001	IMPOSTO PREDIAL
39516	29/10/2018	250,82	MARCIA DA LUZ	IMÓVEL: 17634 - 01.04.006.1057.001	IMPOSTO PREDIAL
39517	29/10/2018	516,22	GISELE DA SILVA E OUTRO	IMÓVEL: 17671 - 01.04.029.0648.002	IMPOSTO PREDIAL
39518	29/10/2018	415,12	GISELE DA SILVA E OUTRO	IMÓVEL: 17672 - 01.04.029.0648.003	IMPOSTO PREDIAL
39519	29/10/2018	230,82	MOACIR ACORDI	IMÓVEL: 17690 - 01.04.048.0222.002	IMPOSTO PREDIAL
39520	29/10/2018	600,95	VALDENIR WESTRUP	IMÓVEL: 17694 - 01.02.047.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
39521	29/10/2018	267,57	RODRIGO FRASSON LANGER	IMÓVEL: 17753 - 01.04.072.0216.002	IMPOSTO PREDIAL
39522	29/10/2018	284,59	TEREZA BATISTA BORGES	IMÓVEL: 17795 - 01.08.014.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
39523	29/10/2018	251,66	MARIA TERESINHA LEANDRO	IMÓVEL: 17797 - 01.06.004.0584.001	IMPOSTO PREDIAL
39524	29/10/2018	323,08	ZULEIDE MARCILIO VELHO	IMÓVEL: 17799 - 01.06.002.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
39525	29/10/2018	232,72	MARIA DO CARMO DOS PASSOS	IMÓVEL: 17800 - 01.06.002.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
39526	29/10/2018	328,38	CLAUDINO DOS SANTOS	IMÓVEL: 17801 - 01.06.002.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
39527	29/10/2018	235,53	SIMONE DA SILVA DERFIS	IMÓVEL: 17802 - 01.06.002.0106.001	IMPOSTO PREDIAL
39528	29/10/2018	62,89	JOSE BATISTA ULIANO	IMÓVEL: 17804 - 01.06.002.0128.001	IMPOSTO PREDIAL
39529	29/10/2018	230,06	ROSILEIA SOUZA CAVANHOLI	IMÓVEL: 17805 - 01.06.002.0140.001	IMPOSTO PREDIAL
39530	29/10/2018	247,94	JOSE BROERING SOBRINHO	IMÓVEL: 17806 - 01.06.002.0152.001	IMPOSTO PREDIAL
39531	29/10/2018	217,04	SHIRLEY BRIGIDO	IMÓVEL: 17807 - 01.06.002.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
39532	29/10/2018	268,89	EDSON LUIZ MORAIS	IMÓVEL: 17808 - 01.06.017.0170.001	IMPOSTO PREDIAL
39533	29/10/2018	398,93	MARINES TORRES	IMÓVEL: 17810 - 01.06.002.0233.001	IMPOSTO PREDIAL
39534	29/10/2018	403,90	JANETE DE FATIMA SCHIMTT	IMÓVEL: 17811 - 01.06.002.0244.001	IMPOSTO PREDIAL
39535	29/10/2018	230,15	CLAUDETE PEREIRA	IMÓVEL: 17812 - 01.06.002.0256.001	IMPOSTO PREDIAL
39536	29/10/2018	334,08	MARIA GORETE ROCHA	IMÓVEL: 17815 - 01.06.002.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
39537	29/10/2018	229,96	LINDOLFO VIEIRA LEITE	IMÓVEL: 17817 - 01.06.002.0312.001	IMPOSTO PREDIAL
39538	29/10/2018	284,26	MARTINHO ROCHA FILHO	IMÓVEL: 17819 - 01.06.016.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
39539	29/10/2018	415,19	ADILSON PERUCHI COSTA	IMÓVEL: 17828 - 01.05.014.0293.002	IMPOSTO PREDIAL
39540	29/10/2018	1.097,42	SERGIO DE BONA	IMÓVEL: 17848 - 01.06.044.0630.001	IMPOSTO PREDIAL

39541	29/10/2018	69,13	GENESIO ELIBIO DA SILVA	IMÓVEL: 17851 - 01.05.007.0274.002	IMPOSTO PREDIAL
39542	29/10/2018	70,37	ALEXANDRE MAFFIOLETTI	IMÓVEL: 17854 - 01.02.096.0953.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39543	29/10/2018	357,73	ADAO CUSTODIO	IMÓVEL: 17866 - 01.05.108.0019.002	IMPOSTO PREDIAL
39544	29/10/2018	134,93	JUCELIA ACORDI BORDINI	IMÓVEL: 17869 - 01.05.097.0153.002	IMPOSTO PREDIAL
39545	29/10/2018	253,83	ANTONIO ELIAS	IMÓVEL: 17874 - 01.05.107.0128.002	IMPOSTO PREDIAL
39546	29/10/2018	106,44	JOAO ALCEU ROCHA	IMÓVEL: 17903 - 01.05.039.0030.002	IMPOSTO PREDIAL
39547	29/10/2018	214,28	SERGIO RAFAEL PEDROSO	IMÓVEL: 17989 - 01.05.017.0307.002	IMPOSTO PREDIAL
39548	29/10/2018	296,25	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 18034 - 01.05.049.0202.002	IMPOSTO PREDIAL
39549	29/10/2018	180,03	PLINIO JESUS PEDROSO	IMÓVEL: 18074 - 01.05.015.0137.003	IMPOSTO PREDIAL
39550	29/10/2018	432,85	MARCELO MOREIRA COUTO	IMÓVEL: 18109 - 01.04.026.0355.001	IMPOSTO PREDIAL
39551	29/10/2018	374,89	NICOLLY MACHADO	IMÓVEL: 18115 - 01.06.086.1082.003	IMPOSTO PREDIAL
39552	29/10/2018	219,66	NICOLLY MACHADO	IMÓVEL: 18117 - 01.06.086.1082.005	IMPOSTO PREDIAL
39553	29/10/2018	601,19	MARCOS AURÉLIO MOTTA	IMÓVEL: 18121 - 01.03.018.1209.001	IMPOSTO PREDIAL
39554	29/10/2018	145,06	ANTONIO MANENTI	IMÓVEL: 18142 - 01.03.013.0722.001	IMPOSTO PREDIAL
39555	29/10/2018	73,91	VOLNEI MACHADO	IMÓVEL: 18147 - 01.04.026.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
39556	29/10/2018	393,34	JUCEMAR ROBERTO PEREIRA DA LUZ	IMÓVEL: 18167 - 01.04.026.0178.001	IMPOSTO PREDIAL
39557	29/10/2018	406,05	PATRICK BATISTA MACHADO	IMÓVEL: 18174 - 01.04.026.0246.001	IMPOSTO PREDIAL
39558	29/10/2018	373,59	ZILO GIORDANO	IMÓVEL: 18178 - 01.04.026.0328.001	IMPOSTO PREDIAL
39559	29/10/2018	468,14	CRISTIANO TEIXEIRA PINTO DOS SANTOS	IMÓVEL: 18185 - 01.04.027.0053.001	IMPOSTO PREDIAL
39560	29/10/2018	403,03	CRISTIANO SANTANA SANTOS	IMÓVEL: 18187 - 01.04.027.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39561	29/10/2018	533,93	FILIPPE DA SILVA PINHEIRO	IMÓVEL: 18188 - 01.04.027.0093.001	IMPOSTO PREDIAL
39562	29/10/2018	791,54	FABIANA SAVI COSTA	IMÓVEL: 18193 - 01.04.027.0188.001	IMPOSTO PREDIAL
39563	29/10/2018	615,64	ROSELANIA LEANDRO MARQUES	IMÓVEL: 18210 - 01.05.049.0233.002	IMPOSTO PREDIAL
39564	29/10/2018	343,82	JOSE ADEMIR DA SILVA	IMÓVEL: 18218 - 01.05.050.0166.002	IMPOSTO PREDIAL
39565	29/10/2018	357,03	EDERALDO GOULART	IMÓVEL: 18243 - 01.05.056.0296.002	IMPOSTO PREDIAL
39566	29/10/2018	384,56	EDERALDO GOULART	IMÓVEL: 18244 - 01.05.056.0296.003	IMPOSTO PREDIAL
39567	29/10/2018	224,06	MAIARA MACHADO ARESI	IMÓVEL: 18256 - 01.05.062.0291.002	IMPOSTO PREDIAL
39568	29/10/2018	237,73	ATAIDE ADAO DA SILVA	IMÓVEL: 18267 - 01.06.023.0630.002	IMPOSTO PREDIAL
39569	29/10/2018	565,93	PATRICIA AMANDIO FLORIANO	IMÓVEL: 18272 - 01.06.007.0186.002	IMPOSTO PREDIAL
39570	29/10/2018	376,64	MARIA TERESINHA LEANDRO	IMÓVEL: 18288 - 01.06.004.0584.002	IMPOSTO PREDIAL
39571	29/10/2018	455,82	VALDIR PACHECO	IMÓVEL: 18307 - 01.05.061.0120.002	IMPOSTO PREDIAL
39572	29/10/2018	462,12	ELOIR VIEIRA DEMETRIO	IMÓVEL: 18326 - 01.08.007.0198.002	IMPOSTO PREDIAL
39573	29/10/2018	721,73	DILMAR PADOIN	IMÓVEL: 18328 - 01.02.027.0473.002	IMPOSTO PREDIAL
39574	29/10/2018	601,89	ERIK RAYMOND SEGUINOT	IMÓVEL: 18359 - 01.01.006.0409.005	IMPOSTO PREDIAL
39575	29/10/2018	441,66	ANTONIO MARCOS CORREA	IMÓVEL: 18404 - 01.04.076.0411.001	IMPOSTO PREDIAL
39576	29/10/2018	382,94	SAMUEL MOTA FRASSON	IMÓVEL: 18405 - 01.03.065.0220.001	IMPOSTO PREDIAL
39577	29/10/2018	379,27	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 18457 - 01.06.064.0126.002	IMPOSTO PREDIAL
39578	29/10/2018	231,81	JUSSARA DA CRUZ MANOEL	IMÓVEL: 18466 - 01.06.081.0073.002	IMPOSTO PREDIAL
39579	29/10/2018	374,07	NASCIMENTO XAVIER	IMÓVEL: 18480 - 01.06.023.0134.002	IMPOSTO PREDIAL
39580	29/10/2018	360,77	PATRICIA VEDANA MARQUES	IMÓVEL: 18502 - 01.08.008.0132.001	IMPOSTO PREDIAL
39581	29/10/2018	647,28	DELICIA DE CESARO CAVALER DA SILVA	IMÓVEL: 18507 - 01.09.003.0335.001	IMPOSTO PREDIAL
39582	29/10/2018	358,04	DENISON LUCIETTI	IMÓVEL: 18508 - 01.04.010.0436.001	IMPOSTO PREDIAL
39583	29/10/2018	383,32	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 18523 - 01.03.040.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
39584	29/10/2018	734,71	SABRINA TRAMONTIN COLOMBO	IMÓVEL: 18530 - 01.03.041.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
39585	29/10/2018	708,91	JAIR VIARA	IMÓVEL: 18567 - 01.05.073.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
39586	29/10/2018	483,25	ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 18568 - 01.05.073.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
39587	29/10/2018	421,94	PAULO ROGERIO DA SILVA	IMÓVEL: 18577 - 01.05.071.0116.001	IMPOSTO PREDIAL
39588	29/10/2018	206,81	MARCIA MACHADO	IMÓVEL: 18579 - 01.05.071.0173.001	IMPOSTO PREDIAL
39589	29/10/2018	339,32	CLAUDINEI JOSE LEANDRO	IMÓVEL: 18581 - 01.05.071.0230.001	IMPOSTO PREDIAL
39590	29/10/2018	111,11	JEFFERSON MOTA ESTEVAM	IMÓVEL: 18587 - 01.05.068.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
39591	29/10/2018	90,64	SUSILENE MARTINS DE ARAUJO	IMÓVEL: 18588 - 01.05.068.0045.001	IMPOSTO PREDIAL
39592	29/10/2018	183,18	PAULO ROBERTO PEREIRA	IMÓVEL: 18591 - 01.05.069.0075.001	IMPOSTO PREDIAL
39593	29/10/2018	149,09	MARIO PRAVATTO	IMÓVEL: 18602 - 01.05.069.0245.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39594	29/10/2018	385,84	SIDNEI DE LIMA RAULINO	IMÓVEL: 18606 - 01.05.067.0030.001	IMPOSTO PREDIAL

39595	29/10/2018	350,89	SERGIO RAFAEL PEDROSO	IMÓVEL: 18609 - 01.05.067.0058.001	IMPOSTO PREDIAL
39596	29/10/2018	493,16	SIDINEI BORGES	IMÓVEL: 18613 - 01.05.067.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
39597	29/10/2018	498,46	OZIEL DAL PONT DE AGUIAR	IMÓVEL: 18614 - 01.05.067.0124.001	IMPOSTO PREDIAL
39598	29/10/2018	733,57	ALCIDES MINATTO	IMÓVEL: 18644 - 01.02.050.0238.002	IMPOSTO PREDIAL
39599	29/10/2018	233,87	TARCISIA RAMOS BORGES	IMÓVEL: 18649 - 01.06.087.0032.002	IMPOSTO PREDIAL
39600	29/10/2018	339,95	MARIA TEREZINHA FELTRIN DAGOSTIN	IMÓVEL: 18662 - 01.07.001.0637.007	IMPOSTO PREDIAL
39601	29/10/2018	170,82	SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA	IMÓVEL: 18715 - 01.02.048.0313.001	IMPOSTO PREDIAL
39602	29/10/2018	423,65	JOAO DOS SANTOS	IMÓVEL: 18723 - 01.07.037.0050.003	IMPOSTO PREDIAL
39603	29/10/2018	224,94	MARIA LUCIA ANGELICA	IMÓVEL: 18750 - 01.08.011.0060.001	IMPOSTO PREDIAL
39604	29/10/2018	19,67	MARIA LUCIA ANGELICA	IMÓVEL: 18752 - 01.08.011.0099.003	IMPOSTO PREDIAL
39605	29/10/2018	292,54	RIQUETA CAMILO ALBANO	IMÓVEL: 18758 - 01.08.008.0027.002	IMPOSTO PREDIAL
39606	29/10/2018	446,81	DIEGO DOMINGOS DE MELO	IMÓVEL: 18762 - 01.08.008.0120.002	IMPOSTO PREDIAL
39607	29/10/2018	271,56	SANTILINA LUIZ	IMÓVEL: 18764 - 01.08.008.0321.002	IMPOSTO PREDIAL
39608	29/10/2018	244,37	ELUIR DA SILVA	IMÓVEL: 18773 - 01.09.003.0402.001	IMPOSTO PREDIAL
39609	29/10/2018	333,44	GUSTAVO MELLO NETO	IMÓVEL: 18782 - 01.08.012.0144.002	IMPOSTO PREDIAL
39610	29/10/2018	864,97	MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 18798 - 01.05.090.0067.001	IMPOSTO PREDIAL
39611	29/10/2018	373,29	ORIVALDO DOS SANTOS	IMÓVEL: 18799 - 01.05.090.0053.001	IMPOSTO PREDIAL
39612	29/10/2018	1.900,38	JOSE FABRIS DA SILVA	IMÓVEL: 18805 - 01.05.090.0268.001	IMPOSTO PREDIAL
39613	29/10/2018	232,01	WAGNER DE SOUZA ALVES	IMÓVEL: 18806 - 01.05.090.0212.001	IMPOSTO PREDIAL
39614	29/10/2018	146,83	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18813 - 01.05.095.0219.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39615	29/10/2018	658,10	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18826 - 01.05.095.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
39616	29/10/2018	541,82	TATIANE ARENTS	IMÓVEL: 18828 - 01.05.095.0169.001	IMPOSTO PREDIAL
39617	29/10/2018	367,04	RAFAELA ALBANO VIEIRA	IMÓVEL: 18829 - 01.05.095.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
39618	29/10/2018	402,73	HENRIQUE JOÃO RAMPINELLI	IMÓVEL: 18841 - 01.05.096.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
39619	29/10/2018	290,45	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18844 - 01.05.096.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
39620	29/10/2018	152,70	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18845 - 01.05.096.0136.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39621	29/10/2018	152,70	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18846 - 01.05.096.0149.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39622	29/10/2018	390,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18847 - 01.05.096.0162.001	IMPOSTO PREDIAL
39623	29/10/2018	516,42	CRISTIANO ALBANO RABELO	IMÓVEL: 18848 - 01.05.096.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
39624	29/10/2018	575,25	JORDEIRE RODRIGUES DA SILVA	IMÓVEL: 18850 - 01.05.096.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
39625	29/10/2018	170,98	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18852 - 01.05.096.0394.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39626	29/10/2018	170,98	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18853 - 01.05.096.0381.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39627	29/10/2018	170,98	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18855 - 01.05.096.0355.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39628	29/10/2018	170,98	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18856 - 01.05.096.0342.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39629	29/10/2018	164,39	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18859 - 01.05.096.0303.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39630	29/10/2018	564,65	LAUDINO CARDOSO MARTINS	IMÓVEL: 18860 - 01.05.096.0071.001	IMPOSTO PREDIAL
39631	29/10/2018	210,43	WILSON DONATO FONSECA	IMÓVEL: 18863 - 01.05.079.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
39632	29/10/2018	437,99	WILLIAN SCARPARI DAMIESKI	IMÓVEL: 18865 - 01.05.079.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
39633	29/10/2018	332,89	VANESSA MAFIOLETTI MOTA MACHADO	IMÓVEL: 18880 - 01.05.079.0373.001	IMPOSTO PREDIAL
39634	29/10/2018	429,38	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18881 - 01.05.079.0361.001	IMPOSTO PREDIAL
39635	29/10/2018	371,42	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18882 - 01.05.079.0349.001	IMPOSTO PREDIAL
39636	29/10/2018	582,46	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18883 - 01.05.079.0337.001	IMPOSTO PREDIAL
39637	29/10/2018	321,68	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18884 - 01.05.079.0325.001	IMPOSTO PREDIAL
39638	29/10/2018	749,70	MAICON CESAR MONTEIRO	IMÓVEL: 18886 - 01.05.079.0301.001	IMPOSTO PREDIAL
39639	29/10/2018	152,70	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18887 - 01.05.076.0136.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39640	29/10/2018	159,05	ENEIAS LOPES BRIGIDO	IMÓVEL: 18891 - 01.05.076.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
39641	29/10/2018	385,75	JESSE DE BONFIM VELHO	IMÓVEL: 18901 - 01.05.074.0363.001	IMPOSTO PREDIAL
39642	29/10/2018	163,76	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18903 - 01.05.074.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39643	29/10/2018	152,70	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18904 - 01.05.074.0321.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39644	29/10/2018	743,60	EDENILSO TORRES ZANONI	IMÓVEL: 18910 - 01.05.074.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
39645	29/10/2018	170,98	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18912 - 01.05.074.0139.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39646	29/10/2018	170,98	ANDRÉ LUIZ SOMMARIVA	IMÓVEL: 18913 - 01.05.074.0126.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39647	29/10/2018	413,16	ERIC DOS SANTOS COSTA	IMÓVEL: 18922 - 01.05.075.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
39648	29/10/2018	478,27	EDSON RONCHI	IMÓVEL: 18923 - 01.05.075.0144.001	IMPOSTO PREDIAL

39649	29/10/2018	157,92	RODRIGO BILESIMO SERAFIM	IMÓVEL: 18936 - 01.05.094.0488.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39650	29/10/2018	288,76	HELISSON MARCELINO FERMIANO	IMÓVEL: 18939 - 01.05.094.0446.001	IMPOSTO PREDIAL
39651	29/10/2018	317,34	CLAUDIA ROCHA DE ALMEIDA	IMÓVEL: 18940 - 01.05.094.0432.001	IMPOSTO PREDIAL
39652	29/10/2018	416,65	CARLOS IVAN DUTRA HUNTER	IMÓVEL: 18941 - 01.05.094.0418.001	IMPOSTO PREDIAL
39653	29/10/2018	187,95	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18956 - 01.05.094.0027.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39654	29/10/2018	376,04	JOSUE VITORINO COSTA	IMÓVEL: 18966 - 01.05.078.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
39655	29/10/2018	355,35	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 18967 - 01.05.078.0155.001	IMPOSTO PREDIAL
39656	29/10/2018	391,58	VANESSA DA SILVA BORGES	IMÓVEL: 18971 - 01.05.078.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39657	29/10/2018	305,51	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18972 - 01.05.078.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
39658	29/10/2018	360,26	MAICON MACHADO HOPPE	IMÓVEL: 18978 - 01.05.078.0397.001	IMPOSTO PREDIAL
39659	29/10/2018	370,33	ERICA ROCHA	IMÓVEL: 18979 - 01.05.078.0385.001	IMPOSTO PREDIAL
39660	29/10/2018	518,62	ELIANE KEMPA	IMÓVEL: 18982 - 01.05.078.0349.001	IMPOSTO PREDIAL
39661	29/10/2018	569,18	ROSIVALDO ALVES JOAQUIM	IMÓVEL: 18985 - 01.05.078.0313.001	IMPOSTO PREDIAL
39662	29/10/2018	230,86	RAQUEL DE OLIVEIRA PADILHA	IMÓVEL: 18991 - 01.05.093.0016.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39663	29/10/2018	428,29	JUCEMAR MACHADO	IMÓVEL: 18997 - 01.05.077.0162.001	IMPOSTO PREDIAL
39664	29/10/2018	116,28	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 18999 - 01.05.077.0138.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39665	29/10/2018	348,06	JOEL DA SILVA	IMÓVEL: 19002 - 01.05.077.0102.001	IMPOSTO PREDIAL
39666	29/10/2018	320,70	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19003 - 01.05.077.0090.001	IMPOSTO PREDIAL
39667	29/10/2018	402,63	GISLENE LEMOS ANDRADE	IMÓVEL: 19005 - 01.05.077.0066.001	IMPOSTO PREDIAL
39668	29/10/2018	355,50	ANTONIO DOS SANTOS	IMÓVEL: 19009 - 01.05.080.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39669	29/10/2018	475,59	GIOVANI BORGES DE MORAES	IMÓVEL: 19011 - 01.05.080.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
39670	29/10/2018	262,34	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 19014 - 01.05.080.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
39671	29/10/2018	496,46	GIOVANI DAROS PAIM	IMÓVEL: 19018 - 01.05.091.0361.001	IMPOSTO PREDIAL
39672	29/10/2018	414,45	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19024 - 01.05.091.0249.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39673	29/10/2018	191,25	MARIELI PEREIRA FORTES	IMÓVEL: 19034 - 01.05.091.0045.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39674	29/10/2018	191,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19035 - 01.05.091.0030.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39675	29/10/2018	409,38	PATRICK MANDELLI CASAGRANDE	IMÓVEL: 19053 - 01.05.082.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
39676	29/10/2018	394,43	WILIAM BALDESSAR VERGILINO	IMÓVEL: 19054 - 01.05.082.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39677	29/10/2018	268,01	NELSON SERAFIM	IMÓVEL: 19055 - 01.05.082.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
39678	29/10/2018	404,27	JOSUÉ PEREIRA DE SOUZA	IMÓVEL: 19056 - 01.05.082.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
39679	29/10/2018	434,08	ROSIMERI DE FATIMA PAIANO	IMÓVEL: 19067 - 01.05.082.0409.001	IMPOSTO PREDIAL
39680	29/10/2018	543,25	FABIOLA DA SILVEIRA MUNDI	IMÓVEL: 19072 - 01.05.082.0349.001	IMPOSTO PREDIAL
39681	29/10/2018	112,07	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 19075 - 01.05.082.0313.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39682	29/10/2018	377,96	TIAGO DA SILVA EUZEBIO	IMÓVEL: 19083 - 01.05.083.0155.001	IMPOSTO PREDIAL
39683	29/10/2018	123,45	TEILOR DAS NEVES DE ARAUJO	IMÓVEL: 19084 - 01.05.083.0143.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39684	29/10/2018	457,19	PATRICIA VIEIRA GONÇALVES	IMÓVEL: 19087 - 01.05.083.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39685	29/10/2018	479,75	DANIEL RODRIGUES MENDES	IMÓVEL: 19092 - 01.05.083.0421.001	IMPOSTO PREDIAL
39686	29/10/2018	586,64	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19096 - 01.05.083.0373.001	IMPOSTO PREDIAL
39687	29/10/2018	283,52	DANIEL JOSE MEDEIROS	IMÓVEL: 19103 - 01.05.083.0289.001	IMPOSTO PREDIAL
39688	29/10/2018	210,19	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 19104 - 01.05.084.0077.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39689	29/10/2018	100,04	JOSIMAR GONCALVES DA ROSA	IMÓVEL: 19112 - 01.05.084.0344.001	IMPOSTO PREDIAL
39690	29/10/2018	138,88	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 19113 - 01.05.084.0317.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39691	29/10/2018	187,95	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19115 - 01.05.084.0303.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39692	29/10/2018	355,33	RAFAEL RIBEIRO REZENDE	IMÓVEL: 19130 - 01.05.085.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
39693	29/10/2018	475,04	RAFAEL SCHULTER FERNANDES	IMÓVEL: 19133 - 01.05.085.0162.001	IMPOSTO PREDIAL
39694	29/10/2018	271,26	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19134 - 01.05.085.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
39695	29/10/2018	103,96	MARIA ZENOI JOSEFINO	IMÓVEL: 19136 - 01.05.085.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
39696	29/10/2018	170,68	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19139 - 01.05.085.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39697	29/10/2018	123,45	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 19142 - 01.05.086.0228.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39698	29/10/2018	170,68	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19148 - 01.05.086.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39699	29/10/2018	439,95	JEAN MARCIEL REZENDE ACORDI	IMÓVEL: 19149 - 01.05.086.0071.001	IMPOSTO PREDIAL
39700	29/10/2018	375,42	GIL LUIZ CORREA BARRIONUEVO	IMÓVEL: 19155 - 01.05.087.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
39701	29/10/2018	282,84	EMERSON DAMIANI ASSUNÇÃO	IMÓVEL: 19157 - 01.05.087.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
39702	29/10/2018	263,10	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 19158 - 01.05.087.0217.001	IMPOSTO PREDIAL

39703	29/10/2018	417,03	EDERVAL RAMPINELLI	IMÓVEL: 19159 - 01.05.087.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
39704	29/10/2018	284,53	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 19161 - 01.05.087.0083.001	IMPOSTO PREDIAL
39705	29/10/2018	474,05	JONATAS PEREIRA	IMÓVEL: 19163 - 01.05.087.0205.001	IMPOSTO PREDIAL
39706	29/10/2018	298,53	ERALDO DE SOUZA CLARINDA	IMÓVEL: 19164 - 01.05.088.0162.001	IMPOSTO PREDIAL
39707	29/10/2018	265,31	JULIANA PAIM	IMÓVEL: 19168 - 01.05.088.0101.001	IMPOSTO PREDIAL
39708	29/10/2018	362,70	RAMON AGUSTINHO JUSTINO	IMÓVEL: 19169 - 01.05.088.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
39709	29/10/2018	369,96	GABRIELA DE MEDEIROS	IMÓVEL: 19170 - 01.05.088.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
39710	29/10/2018	403,34	ESPOLIO DE LEONIR MENDES	IMÓVEL: 19171 - 01.05.088.0241.001	IMPOSTO PREDIAL
39711	29/10/2018	449,73	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 19173 - 01.05.088.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
39712	29/10/2018	417,01	FABIANA GOULART CUNHA	IMÓVEL: 19179 - 01.05.089.0037.001	IMPOSTO PREDIAL
39713	29/10/2018	105,86	JONATAN DA SILVA	IMÓVEL: 19182 - 01.02.001.1404.001	IMPOSTO PREDIAL
39714	29/10/2018	492,20	ALEXANDRO DAGOSTIN VIANA	IMÓVEL: 19189 - 01.04.028.0916.001	IMPOSTO PREDIAL
39715	29/10/2018	455,51	GEREMIAS BORGES PEREIRA	IMÓVEL: 19191 - 01.04.028.0942.001	IMPOSTO PREDIAL
39716	29/10/2018	93,21	IMOVEST INVESTIMENTOS EM IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 19194 - 01.07.039.0039.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39717	29/10/2018	847,75	MAICON MARIOT IGNACIA	IMÓVEL: 19206 - 01.02.039.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
39718	29/10/2018	420,38	BERNADETE MARIA BORGES TROMBIM	IMÓVEL: 19214 - 01.04.080.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
39719	29/10/2018	451,05	JOSIAS MOTA ESTEVAM	IMÓVEL: 19217 - 01.04.079.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
39720	29/10/2018	450,57	ARAGONES FELES	IMÓVEL: 19219 - 01.04.079.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
39721	29/10/2018	517,34	JONATAS BONFIM VELHO	IMÓVEL: 19221 - 01.04.078.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
39722	29/10/2018	176,01	ELIEZER RIBEIRO	IMÓVEL: 19233 - 01.04.003.0677.001	IMPOSTO PREDIAL
39723	29/10/2018	538,23	TANIA LEANDRO PREMOLI	IMÓVEL: 19234 - 01.03.017.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
39724	29/10/2018	6.400,51	INDUSTRIA E CERAMICA SOLAR LTDA	IMÓVEL: 19241 - 01.04.067.0328.003	IMPOSTO PREDIAL
39725	29/10/2018	460,16	SILVANA CARDOSO GONÇALVES	IMÓVEL: 19271 - 01.01.043.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
39726	29/10/2018	602,48	ELISANGELA COLOMBO MEZZARI	IMÓVEL: 19276 - 01.01.043.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
39727	29/10/2018	711,45	TARCISIO LANHI BALTHAZAR	IMÓVEL: 19312 - 01.08.005.0236.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39728	29/10/2018	129,16	EDJANE HEERDT	IMÓVEL: 19313 - 01.02.056.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
39729	29/10/2018	455,83	SONIA REGINA ALAMINI	IMÓVEL: 19314 - 01.02.056.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
39730	29/10/2018	327,59	ADRIANA AMERICO	IMÓVEL: 19323 - 01.03.008.0977.001	IMPOSTO PREDIAL
39731	29/10/2018	662,61	ELIANE GONÇALVES MARTINS	IMÓVEL: 19329 - 01.03.008.1076.001	IMPOSTO PREDIAL
39732	29/10/2018	322,24	CLEDIS DE CASTRO JARDIM	IMÓVEL: 19340 - 01.08.008.0212.002	IMPOSTO PREDIAL
39733	29/10/2018	245,75	HILARIA NIEHUES IGNACIO	IMÓVEL: 19351 - 01.03.018.0314.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39734	29/10/2018	178,89	LEONEL OTÁVIO CORAL	IMÓVEL: 19354 - 01.04.004.0177.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39735	29/10/2018	300,49	FABRICIO AMERICO	IMÓVEL: 19361 - 01.03.058.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
39736	29/10/2018	157,01	LUISA LOVANI CORRENTE	IMÓVEL: 19363 - 01.06.044.1242.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39737	29/10/2018	451,25	PAULO ROBERTO MEDEIROS JUNIOR E OUTRA	IMÓVEL: 19365 - 01.02.001.1025.001	IMPOSTO PREDIAL
39738	29/10/2018	439,85	RAFAEL TESSELE SOARES	IMÓVEL: 19372 - 01.02.001.1397.001	IMPOSTO PREDIAL
39739	29/10/2018	475,20	PEDRO SERAFIM BORGES	IMÓVEL: 19374 - 01.02.001.1399.001	IMPOSTO PREDIAL
39740	29/10/2018	383,71	ALESSANDRO FORMIGONI CORREA	IMÓVEL: 19382 - 01.03.035.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
39741	29/10/2018	403,97	GIRLENO MENDES ANSELMO	IMÓVEL: 19385 - 01.03.035.0161.001	IMPOSTO PREDIAL
39742	29/10/2018	504,22	VALMIR EUGENIO MOTA	IMÓVEL: 19386 - 01.03.035.0222.001	IMPOSTO PREDIAL
39743	29/10/2018	350,18	VICENTE RODRIGUES VIEIRA	IMÓVEL: 19389 - 01.03.053.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
39744	29/10/2018	364,23	ALESSANDRA SIMONI	IMÓVEL: 19390 - 01.03.053.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
39745	29/10/2018	151,09	MAICON GEFFERSON KOGA	IMÓVEL: 19396 - 01.02.051.0692.002	IMPOSTO PREDIAL
39746	29/10/2018	517,39	IZOLETE MARIA COLOMBO	IMÓVEL: 19397 - 01.02.051.0917.004	IMPOSTO PREDIAL
39747	29/10/2018	339,86	RAUF FELISBERTO	IMÓVEL: 19401 - 01.01.001.0295.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39748	29/10/2018	429,27	CASSIANA BORGES FONSECA	IMÓVEL: 19472 - 01.04.028.0968.001	IMPOSTO PREDIAL
39749	29/10/2018	416,44	RONI CARDOSO FERNANDES	IMÓVEL: 19474 - 01.04.028.0994.001	IMPOSTO PREDIAL
39750	29/10/2018	405,37	DANIELLA RIOS	IMÓVEL: 19475 - 01.04.028.1007.001	IMPOSTO PREDIAL
39751	29/10/2018	698,61	ANTELMO TISCOSKI	IMÓVEL: 19488 - 01.02.065.0025.001	IMPOSTO PREDIAL
39752	29/10/2018	210,77	CHARLESTON WARMLING MONGUILHOT	IMÓVEL: 19496 - 01.01.046.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
39753	29/10/2018	394,59	ODETE DE MATOS ROSA DA SILVA	IMÓVEL: 19537 - 01.05.097.0294.001	IMPOSTO PREDIAL
39754	29/10/2018	348,13	CLEDIOCIR SCHNEIDER	IMÓVEL: 19538 - 01.05.097.0307.001	IMPOSTO PREDIAL
39755	29/10/2018	417,09	LEANDRO HENRIQUE MEDEIROS	IMÓVEL: 19539 - 01.05.097.0320.001	IMPOSTO PREDIAL

39756	29/10/2018	379,76	TIAGO RICKEN	IMÓVEL: 19542 - 01.06.044.1229.001	IMPOSTO PREDIAL
39757	29/10/2018	367,05	FABIO JUNIOR DE MATOS	IMÓVEL: 19548 - 01.06.044.1235.001	IMPOSTO PREDIAL
39758	29/10/2018	301,23	WAGNER COSTA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 19550 - 01.06.044.1237.001	IMPOSTO PREDIAL
39759	29/10/2018	316,06	LEANDRO LIMA DA SILVA	IMÓVEL: 19552 - 01.06.044.1238.001	IMPOSTO PREDIAL
39760	29/10/2018	306,74	OSMAR VIOLA	IMÓVEL: 19581 - 01.06.007.0014.002	IMPOSTO PREDIAL
39761	29/10/2018	413,89	SIMONE AGUIAR MONTEIRO	IMÓVEL: 19585 - 01.05.097.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
39762	29/10/2018	482,17	MARCIEL COLOMBO MARTINS	IMÓVEL: 19595 - 01.02.001.1385.001	IMPOSTO PREDIAL
39763	29/10/2018	159,69	FABRICIO GAVA	IMÓVEL: 19600 - 01.02.001.1390.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39764	29/10/2018	601,61	ELISANDRA COLOMBO DONATO	IMÓVEL: 19604 - 01.01.037.0380.001	IMPOSTO PREDIAL
39765	29/10/2018	872,25	JOSE FABRIS DA SILVA	IMÓVEL: 19609 - 01.01.037.0450.001	IMPOSTO PREDIAL
39766	29/10/2018	506,27	CLAUDIOMIR JOSEFINO	IMÓVEL: 19623 - 01.04.080.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
39767	29/10/2018	363,76	ANTONIO JOSE MATEUS	IMÓVEL: 19625 - 01.04.080.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
39768	29/10/2018	422,41	DAIANE DE SOUZA BECKER	IMÓVEL: 19627 - 01.04.080.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
39769	29/10/2018	505,14	DAIANE LEANDRO ALVES	IMÓVEL: 19630 - 01.04.080.0161.001	IMPOSTO PREDIAL
39770	29/10/2018	476,44	CLEVER FERNANDES DUARTE	IMÓVEL: 19631 - 01.04.080.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
39771	29/10/2018	396,39	ALEX FERREIRA	IMÓVEL: 19634 - 01.04.080.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
39772	29/10/2018	465,89	PEDRO DE MEDEIROS	IMÓVEL: 19636 - 01.04.078.0027.001	IMPOSTO PREDIAL
39773	29/10/2018	398,70	GILBERTO DA SILVA	IMÓVEL: 19643 - 01.04.078.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
39774	29/10/2018	463,44	LINDOMAR FIGUEREDO	IMÓVEL: 19646 - 01.04.078.0158.001	IMPOSTO PREDIAL
39775	29/10/2018	425,02	DIOGO BERNARDES MORAES	IMÓVEL: 19651 - 01.04.079.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
39776	29/10/2018	530,76	GILMAR OZORIO	IMÓVEL: 19653 - 01.04.081.0013.001	IMPOSTO PREDIAL
39777	29/10/2018	386,86	MAICON CAMARA RAMPINELLI	IMÓVEL: 19654 - 01.04.081.0026.001	IMPOSTO PREDIAL
39778	29/10/2018	404,27	JOHNATHAN MOTTA DE LIMA	IMÓVEL: 19655 - 01.04.081.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
39779	29/10/2018	385,57	GISIANE SILVA DA SILVA	IMÓVEL: 19657 - 01.04.081.0080.001	IMPOSTO PREDIAL
39780	29/10/2018	385,61	JERPSON CARDOSO LEAL	IMÓVEL: 19658 - 01.04.081.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
39781	29/10/2018	369,79	JOAO MARCOS COSTA MIGUEL	IMÓVEL: 19661 - 01.04.081.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
39782	29/10/2018	393,08	VALDECI NUERNBERG FRANCISCO	IMÓVEL: 19663 - 01.04.081.0189.001	IMPOSTO PREDIAL
39783	29/10/2018	506,30	MOISES FERREIRA DE QUADRAS	IMÓVEL: 19667 - 01.04.082.0039.001	IMPOSTO PREDIAL
39784	29/10/2018	386,75	LUIZ RICARDO FERREIRA DA SILVA	IMÓVEL: 19669 - 01.04.082.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
39785	29/10/2018	440,57	ADRIANO DE FARIAS MACHADO	IMÓVEL: 19671 - 01.04.082.0150.001	IMPOSTO PREDIAL
39786	29/10/2018	364,78	JANETE GASPODINI	IMÓVEL: 19673 - 01.04.082.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
39787	29/10/2018	423,06	EDER DA SILVA FERNANDES	IMÓVEL: 19674 - 01.04.082.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
39788	29/10/2018	398,16	ALESSANDRO MACHADO	IMÓVEL: 19679 - 01.04.083.0065.001	IMPOSTO PREDIAL
39789	29/10/2018	261,75	VOLNEI VIEIRA	IMÓVEL: 19682 - 01.04.083.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
39790	29/10/2018	311,78	ESPOLIO DE JOSE PREZALINO ANTONIO	IMÓVEL: 19683 - 01.04.084.0057.001	IMPOSTO PREDIAL
39791	29/10/2018	369,29	SANDRO ROGERIO FELISBERTO	IMÓVEL: 19686 - 01.04.084.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
39792	29/10/2018	442,07	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 19688 - 01.04.084.0151.001	IMPOSTO PREDIAL
39793	29/10/2018	451,17	ROSIANE DA ROSA	IMÓVEL: 19689 - 01.04.084.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
39794	29/10/2018	382,45	VALDINEI PACHECO	IMÓVEL: 19693 - 01.04.084.0246.001	IMPOSTO PREDIAL
39795	29/10/2018	577,16	DANIEL ROCHA CLAUDINO	IMÓVEL: 19698 - 01.04.085.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
39796	29/10/2018	381,17	MARCELO COLODEL DA SILVA	IMÓVEL: 19701 - 01.04.085.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
39797	29/10/2018	394,12	REGINALDO ASSUNÇÃO	IMÓVEL: 19702 - 01.04.085.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
39798	29/10/2018	3.762,45	POLITEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	IMÓVEL: 19704 - 01.07.041.0315.001	IMPOSTO PREDIAL
39799	29/10/2018	15.563,81	BPM PRE-MOLDADOS LTDA	IMÓVEL: 19707 - 01.07.041.1508.001	IMPOSTO PREDIAL
39800	29/10/2018	312,45	ALESSANDRO NEGROMONTE DE LIMA	IMÓVEL: 19739 - 01.06.107.0144.001	IMPOSTO PREDIAL
39801	29/10/2018	190,05	MARCOS TRAMONTIN	IMÓVEL: 19770 - 01.01.046.0340.001	IMPOSTO PREDIAL
39802	29/10/2018	177,75	LUAN LUIZ MARCELINO	IMÓVEL: 19779 - 01.03.044.0259.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39803	29/10/2018	1.121,27	ITÁLIA COMÉRCIO DE PEÇAS INDUSTRIAIS LTDA	IMÓVEL: 19792 - 01.07.040.0190.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39804	29/10/2018	296,43	TEREZINHA FERREIRA BRANDÃO ELAUTERIO	IMÓVEL: 19795 - 01.04.027.0161.002	IMPOSTO PREDIAL
39805	29/10/2018	492,87	HOEPERS LOCACOES E VENDAS LTDA	IMÓVEL: 19818 - 01.01.017.1371.011	IMPOSTO PREDIAL
39806	29/10/2018	403,14	ODO DAL TOE	IMÓVEL: 19823 - 01.01.017.1371.016	IMPOSTO PREDIAL
39807	29/10/2018	523,92	LUIZ TARCISIO STEINER	IMÓVEL: 19846 - 01.01.017.1371.039	IMPOSTO PREDIAL
39808	29/10/2018	527,61	RANGEL LOCH	IMÓVEL: 19851 - 01.01.017.1371.044	IMPOSTO PREDIAL

39809	29/10/2018	539,89	CARLOS GUILHERME ESTEVES KRUGER	IMÓVEL: 19855 - 01.01.017.1371.048	IMPOSTO PREDIAL
39810	29/10/2018	554,94	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	IMÓVEL: 19858 - 01.01.017.1371.051	IMPOSTO PREDIAL
39811	29/10/2018	62,96	RAMON HOEPERS	IMÓVEL: 19881 - 01.01.017.1371.074	IMPOSTO PREDIAL
39812	29/10/2018	62,96	CARLOS GUILHERME ESTEVES KRUGER	IMÓVEL: 19889 - 01.01.017.1371.082	IMPOSTO PREDIAL
39813	29/10/2018	107,51	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	IMÓVEL: 19905 - 01.01.017.1371.098	IMPOSTO PREDIAL
39814	29/10/2018	85,00	FABRICIO HOEPERS	IMÓVEL: 19924 - 01.01.017.1371.117	IMPOSTO PREDIAL
39815	29/10/2018	85,00	VANDERLEI PEDROSO	IMÓVEL: 19935 - 01.01.017.1371.128	IMPOSTO PREDIAL
39816	29/10/2018	273,24	DENISE BORTOLUZZI DELLA BRUNA	IMÓVEL: 19965 - 01.08.026.0184.001	IMPOSTO PREDIAL
39817	29/10/2018	277,59	PAMELA DE LIMA CANDIDO	IMÓVEL: 19967 - 01.08.026.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
39818	29/10/2018	270,26	IRENE FATIMA DOS SANTOS	IMÓVEL: 19969 - 01.08.026.0127.001	IMPOSTO PREDIAL
39819	29/10/2018	270,26	LIZETE KREMER DOS SANTOS	IMÓVEL: 19975 - 01.08.026.0067.001	IMPOSTO PREDIAL
39820	29/10/2018	270,26	JOSE SEBASTIAO DA SILVA	IMÓVEL: 19976 - 01.08.026.0057.001	IMPOSTO PREDIAL
39821	29/10/2018	270,26	JOSE ARLENE FERREIRA	IMÓVEL: 19977 - 01.08.026.0047.001	IMPOSTO PREDIAL
39822	29/10/2018	201,79	VALTER GASPAR ALEGRENCIO	IMÓVEL: 19978 - 01.08.026.0037.001	IMPOSTO PREDIAL
39823	29/10/2018	270,26	MARILENE DOLVINA GABRIEL	IMÓVEL: 19981 - 01.08.026.0252.001	IMPOSTO PREDIAL
39824	29/10/2018	270,26	DIRLEI MONTEIRO AMORIN DOS REIS	IMÓVEL: 19983 - 01.08.026.0272.001	IMPOSTO PREDIAL
39825	29/10/2018	270,26	ELAINE CRISTINA CAMILLO	IMÓVEL: 19985 - 01.08.026.0292.001	IMPOSTO PREDIAL
39826	29/10/2018	270,26	JOELSO ROCHA ANSELMO	IMÓVEL: 19986 - 01.08.026.0302.001	IMPOSTO PREDIAL
39827	29/10/2018	270,26	REGIANE GRIGIO	IMÓVEL: 19987 - 01.08.026.0312.001	IMPOSTO PREDIAL
39828	29/10/2018	277,59	CLEIA LILIANE DE VARGAS PORFIRIO	IMÓVEL: 19990 - 01.08.027.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
39829	29/10/2018	273,24	PATRICIA BENTO RICARDO	IMÓVEL: 19991 - 01.08.027.0129.001	IMPOSTO PREDIAL
39830	29/10/2018	277,59	MARLENE DOS SANTOS	IMÓVEL: 19993 - 01.08.027.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
39831	29/10/2018	66,68	ELISABETE MACHADO JORGE	IMÓVEL: 19994 - 01.08.027.0082.001	IMPOSTO PREDIAL
39832	29/10/2018	270,26	IROZARTE DEOLINDO	IMÓVEL: 19997 - 01.08.027.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
39833	29/10/2018	270,26	ANDREIA DE SOUZA	IMÓVEL: 19998 - 01.08.027.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
39834	29/10/2018	270,26	ANGELA BITENCOURT TEIXEIRA PACHECO	IMÓVEL: 20001 - 01.08.027.0186.001	IMPOSTO PREDIAL
39835	29/10/2018	297,62	ISABEL ANTUNES CONCEIÇÃO	IMÓVEL: 20006 - 01.08.028.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
39836	29/10/2018	275,86	MARCELA GOMES DOS ANJOS	IMÓVEL: 20008 - 01.08.028.0023.001	IMPOSTO PREDIAL
39837	29/10/2018	270,41	CARLOS ROBERTO FERREIRA	IMÓVEL: 20012 - 01.08.029.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
39838	29/10/2018	279,08	LUCINEIA CRISTINA PACHECO	IMÓVEL: 20013 - 01.08.029.0183.001	IMPOSTO PREDIAL
39839	29/10/2018	270,26	ADRIANA MORAIS MARQUES	IMÓVEL: 20015 - 01.08.029.0137.001	IMPOSTO PREDIAL
39840	29/10/2018	133,94	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	IMÓVEL: 20016 - 01.08.029.0127.001	IMPOSTO PREDIAL
39841	29/10/2018	327,48	MARIA DAS DORES MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 20018 - 01.08.029.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
39842	29/10/2018	268,28	VALMOR FRELLO OLIVEIRA	IMÓVEL: 20019 - 01.08.029.0024.001	IMPOSTO PREDIAL
39843	29/10/2018	277,59	RENATA DE SOUZA DA SILVA	IMÓVEL: 20020 - 01.08.030.0021.001	IMPOSTO PREDIAL
39844	29/10/2018	273,24	ADRIANA DE SOUZA DA SILVA	IMÓVEL: 20021 - 01.08.030.0320.001	IMPOSTO PREDIAL
39845	29/10/2018	277,59	ROSIMERI PEREIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 20023 - 01.08.030.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
39846	29/10/2018	270,26	DEISE CRISTINA MENDES MAGNUS DA SILVA	IMÓVEL: 20024 - 01.08.030.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
39847	29/10/2018	314,18	SERGIO GENUINO	IMÓVEL: 20025 - 01.08.030.0251.001	IMPOSTO PREDIAL
39848	29/10/2018	270,26	MARLI DOS SANTOS	IMÓVEL: 20026 - 01.08.030.0241.001	IMPOSTO PREDIAL
39849	29/10/2018	270,02	JULIANA NAZARIO	IMÓVEL: 20027 - 01.08.030.0231.001	IMPOSTO PREDIAL
39850	29/10/2018	66,62	MARILENE PEREIRA DA CRUZ	IMÓVEL: 20028 - 01.08.030.0221.001	IMPOSTO PREDIAL
39851	29/10/2018	314,48	PAULO SERGIO HINORATO	IMÓVEL: 20032 - 01.08.030.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
39852	29/10/2018	272,20	FERNANDA FRANCISCO MEDEIROS	IMÓVEL: 20033 - 01.08.030.0127.001	IMPOSTO PREDIAL
39853	29/10/2018	269,82	MARIA CARDOSO RODRIGUES	IMÓVEL: 20034 - 01.08.030.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
39854	29/10/2018	270,26	SONARA DOS SANTOS FERNANDES	IMÓVEL: 20035 - 01.08.030.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
39855	29/10/2018	270,26	ALESSANDRA JACINTO LEANDRO	IMÓVEL: 20036 - 01.08.030.0071.001	IMPOSTO PREDIAL
39856	29/10/2018	270,26	ALMERINDA DOS SANTOS GERALDO	IMÓVEL: 20037 - 01.08.030.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
39857	29/10/2018	269,19	ROSILDA DA SILVA CUSTODIO	IMÓVEL: 20039 - 01.08.030.0041.001	IMPOSTO PREDIAL
39858	29/10/2018	270,26	SAMUEL DA LUZ TOMAZ	IMÓVEL: 20040 - 01.08.030.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
39859	29/10/2018	78,28	JAILSON CANDIDO DOS SANTOS	IMÓVEL: 20041 - 01.08.031.0010.001	IMPOSTO PREDIAL
39860	29/10/2018	273,24	MARIA APARECIDA BORGES CARDOSO	IMÓVEL: 20042 - 01.08.031.0022.001	IMPOSTO PREDIAL

39861	29/10/2018	273,24	JOSIANE DE LIMA CANDIDO	IMÓVEL: 20043 - 01.08.031.0034.001	IMPOSTO PREDIAL
39862	29/10/2018	277,59	REJANE DE SOUZA DA SILVA FERREIRA	IMÓVEL: 20044 - 01.08.031.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
39863	29/10/2018	270,26	ROZANGELA BROCA	IMÓVEL: 20046 - 01.08.031.0239.001	IMPOSTO PREDIAL
39864	29/10/2018	201,79	ANDREIA CAROLINE GRESELE	IMÓVEL: 20047 - 01.08.031.0229.001	IMPOSTO PREDIAL
39865	29/10/2018	269,56	JAQUELINE DE SOUZA COELHO	IMÓVEL: 20049 - 01.08.031.0209.001	IMPOSTO PREDIAL
39866	29/10/2018	269,91	MARINES NOVAK FERREIRA	IMÓVEL: 20050 - 01.08.031.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
39867	29/10/2018	270,26	MICHELE DA LUZ ARAUJO	IMÓVEL: 20052 - 01.08.031.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
39868	29/10/2018	270,26	SELMA MARIA FELIPE DA SILVA	IMÓVEL: 20054 - 01.08.031.0109.001	IMPOSTO PREDIAL
39869	29/10/2018	273,24	SHEILA DAIANA DA SILVA	IMÓVEL: 20059 - 01.08.032.0308.001	IMPOSTO PREDIAL
39870	29/10/2018	270,26	PEDRO DOS SANTOS LOPES	IMÓVEL: 20062 - 01.08.032.0248.001	IMPOSTO PREDIAL
39871	29/10/2018	270,26	IVONETE DE OLIVEIRA ARSENIO	IMÓVEL: 20063 - 01.08.032.0238.001	IMPOSTO PREDIAL
39872	29/10/2018	270,26	MARLENE SOLEDADE DA SILVA PEREIRA	IMÓVEL: 20064 - 01.08.032.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
39873	29/10/2018	270,26	JAQUELINE FERRAZ DA CONCEIÇÃO	IMÓVEL: 20066 - 01.08.032.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
39874	29/10/2018	269,96	SILVIA FERNANDES COLONETTI	IMÓVEL: 20068 - 01.08.032.0188.001	IMPOSTO PREDIAL
39875	29/10/2018	269,96	JAQUELINE DA SILVA BITENCOURT	IMÓVEL: 20069 - 01.08.032.0178.001	IMPOSTO PREDIAL
39876	29/10/2018	310,55	ANA DANIELA WRAGUE DOS SANTOS	IMÓVEL: 20070 - 01.08.032.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
39877	29/10/2018	270,02	ANTONIO MONTEIRO	IMÓVEL: 20071 - 01.08.032.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
39878	29/10/2018	270,02	ADRIANA REGINA LORENZONI	IMÓVEL: 20074 - 01.08.032.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
39879	29/10/2018	269,77	ANDREIA DE FATIMA DA SILVA TERLAN	IMÓVEL: 20076 - 01.08.032.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
39880	29/10/2018	2.239,44	CERVEJARIA SANTA CATARINA LTDA EPP	IMÓVEL: 20082 - 01.03.048.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
39881	29/10/2018	1.200,22	FLORENCIO MÓVEIS SOB MEDIDA EIRELI-ME	IMÓVEL: 20083 - 01.03.048.0163.001	IMPOSTO PREDIAL
39882	29/10/2018	496,80	ELISABETE DA SILVA NUNES	IMÓVEL: 20147 - 01.01.027.0207.038	IMPOSTO PREDIAL
39883	29/10/2018	452,28	ALEXANDRE CASAGRANDE PAVEI	IMÓVEL: 20148 - 01.01.027.0207.039	IMPOSTO PREDIAL
39884	29/10/2018	494,19	FQA PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA	IMÓVEL: 20154 - 01.01.027.0207.045	IMPOSTO PREDIAL
39885	29/10/2018	449,80	MICROMIL MICROMIZAÇÃO E MOAGEM LTDA	IMÓVEL: 20155 - 01.01.027.0207.046	IMPOSTO PREDIAL
39886	29/10/2018	2.321,23	MILENIUM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	IMÓVEL: 20166 - 01.07.040.3050.001	IMPOSTO PREDIAL
39887	29/10/2018	263,43	JOSE FELISBERTO	IMÓVEL: 20168 - 01.02.045.1280.001	IMPOSTO PREDIAL
39888	29/10/2018	335,12	SILVANA AUGUSTO DAVIS	IMÓVEL: 20172 - 01.04.086.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
39889	29/10/2018	373,40	IVONEY CORNEO	IMÓVEL: 20174 - 01.04.086.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
39890	29/10/2018	304,59	LUCIANA FIGUEIREDO DE CHAVES	IMÓVEL: 20181 - 01.04.077.0608.002	IMPOSTO PREDIAL
39891	29/10/2018	398,45	HENRIQUE FERREIRA DA ROSA	IMÓVEL: 20183 - 01.04.087.0037.001	IMPOSTO PREDIAL
39892	29/10/2018	370,25	DENILSON DE SOUZA PEDROSO	IMÓVEL: 20189 - 01.04.087.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
39893	29/10/2018	560,45	DENIZE DOMINGOS	IMÓVEL: 20190 - 01.04.087.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
39894	29/10/2018	411,28	TIAGO DA SILVA POKOMAIER	IMÓVEL: 20192 - 01.04.087.0193.001	IMPOSTO PREDIAL
39895	29/10/2018	362,68	VANESSA GENUINO ROCHA	IMÓVEL: 20196 - 01.04.087.0272.001	IMPOSTO PREDIAL
39896	29/10/2018	315,57	CRISTINA DOS SANTOS	IMÓVEL: 20203 - 01.04.088.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
39897	29/10/2018	333,36	JHONATHAN XAVIER CAMPANA	IMÓVEL: 20214 - 01.04.088.0376.001	IMPOSTO PREDIAL
39898	29/10/2018	549,50	ROSELI ALVES DA SILVA	IMÓVEL: 20215 - 01.04.088.0405.001	IMPOSTO PREDIAL
39899	29/10/2018	378,39	ANDREIA PEREIRA NICOSKI	IMÓVEL: 20224 - 01.02.004.0367.002	IMPOSTO PREDIAL
39900	29/10/2018	413,94	CLAUS DAL TOE	IMÓVEL: 20228 - 01.03.049.0343.001	IMPOSTO PREDIAL
39901	29/10/2018	318,36	JOSIEL FLORENCIO LANGER	IMÓVEL: 20230 - 01.03.049.0400.001	IMPOSTO PREDIAL
39902	29/10/2018	465,41	SANTA CASAGRANDE HEERDT	IMÓVEL: 20233 - 01.03.050.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
39903	29/10/2018	499,12	ELISABETE MARTINELLO	IMÓVEL: 20234 - 01.03.050.0189.001	IMPOSTO PREDIAL
39904	29/10/2018	420,15	RUBENS ELIX FELISBERTO	IMÓVEL: 20235 - 01.03.050.0232.001	IMPOSTO PREDIAL
39905	29/10/2018	495,47	ALAN MAX BIAZOTO	IMÓVEL: 20236 - 01.03.051.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
39906	29/10/2018	324,71	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 20250 - 01.05.088.0217.002	IMPOSTO PREDIAL
39907	29/10/2018	318,80	DANIEL DE LEMOS PEREIRA	IMÓVEL: 20274 - 01.03.053.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
39908	29/10/2018	398,16	DJEISON ZANETTE	IMÓVEL: 20278 - 01.03.053.0054.001	IMPOSTO PREDIAL
39909	29/10/2018	305,53	JOACIR JOAO FARIAS	IMÓVEL: 20279 - 01.03.053.0040.001	IMPOSTO PREDIAL
39910	29/10/2018	391,78	LEANDRO DA SILVA	IMÓVEL: 20283 - 01.05.100.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
39911	29/10/2018	391,87	VALDECIR EYNG	IMÓVEL: 20286 - 01.05.100.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
39912	29/10/2018	395,66	MARCIO ALEX EUZEBIO	IMÓVEL: 20287 - 01.05.100.0098.001	IMPOSTO PREDIAL

39913	29/10/2018	322,73	SILVANA LIRA DE MELLO	IMÓVEL: 20288 - 01.05.100.0110.001	IMPOSTO PREDIAL
39914	29/10/2018	415,52	JOSUE FABRIS	IMÓVEL: 20290 - 01.05.100.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
39915	29/10/2018	487,30	MARIA SELMA SANTANA	IMÓVEL: 20291 - 01.05.100.0180.001	IMPOSTO PREDIAL
39916	29/10/2018	353,90	JOSE ADENILSON SANTOS SILVA	IMÓVEL: 20292 - 01.05.100.0221.001	IMPOSTO PREDIAL
39917	29/10/2018	300,21	DEJAIR DE SOUZA BORBA	IMÓVEL: 20295 - 01.05.118.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
39918	29/10/2018	366,44	JOSE CLAUDIO CANDIDO DOS SANTOS	IMÓVEL: 20296 - 01.05.118.0137.001	IMPOSTO PREDIAL
39919	29/10/2018	506,03	ELIZEU PEREIRA DE ALMEIDA	IMÓVEL: 20299 - 01.05.118.0055.001	IMPOSTO PREDIAL
39920	29/10/2018	397,16	JOSIEL MIGUEL DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 20301 - 01.05.102.0057.001	IMPOSTO PREDIAL
39921	29/10/2018	362,19	DIEGO ALEXANDRE RODRIGUES	IMÓVEL: 20305 - 01.05.102.0096.001	IMPOSTO PREDIAL
39922	29/10/2018	354,63	CLAUDIONOR MATEUS	IMÓVEL: 20306 - 01.05.102.0109.001	IMPOSTO PREDIAL
39923	29/10/2018	458,35	JOAO BATISTA MARTINS	IMÓVEL: 20307 - 01.05.102.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
39924	29/10/2018	114,71	NUCILDO DUTRA MACHADO	IMÓVEL: 20309 - 01.05.102.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
39925	29/10/2018	361,73	GEOVANE LEANDRO	IMÓVEL: 20311 - 01.05.102.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
39926	29/10/2018	337,13	JESSICA BELMIRO GOULART	IMÓVEL: 20312 - 01.05.102.0187.001	IMPOSTO PREDIAL
39927	29/10/2018	392,95	ANDRE DUARTE COMIM	IMÓVEL: 20315 - 01.05.103.0265.001	IMPOSTO PREDIAL
39928	29/10/2018	465,71	JAISSON TEIXEIRA FERNANDES	IMÓVEL: 20316 - 01.05.103.0280.001	IMPOSTO PREDIAL
39929	29/10/2018	345,07	TIAGO MARIOT IGNACIA	IMÓVEL: 20317 - 01.05.103.0295.001	IMPOSTO PREDIAL
39930	29/10/2018	353,85	LUCAS MOURA HUNTER	IMÓVEL: 20318 - 01.05.103.0310.001	IMPOSTO PREDIAL
39931	29/10/2018	313,24	ELITON MATEUS DA CRUZ	IMÓVEL: 20321 - 01.05.103.0351.001	IMPOSTO PREDIAL
39932	29/10/2018	358,65	PEDRO PAULO MATEUS	IMÓVEL: 20323 - 01.05.103.0166.001	IMPOSTO PREDIAL
39933	29/10/2018	83,33	JOSE VALDIR DA SILVA	IMÓVEL: 20333 - 01.06.105.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
39934	29/10/2018	175,32	MARCIO BERTOLDO	IMÓVEL: 20336 - 01.06.105.0172.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39935	29/10/2018	423,19	ERLI LEMES ROSA	IMÓVEL: 20337 - 01.06.105.0196.001	IMPOSTO PREDIAL
39936	29/10/2018	427,37	ROSANA CORREIA	IMÓVEL: 20349 - 01.06.071.0199.002	IMPOSTO PREDIAL
39937	29/10/2018	1.055,46	EZIO AMERICO	IMÓVEL: 23843 - 01.03.018.1043.001	IMPOSTO PREDIAL
39938	29/10/2018	353,74	RENATO MORELLI PLASKIEVICZ	IMÓVEL: 23846 - 01.03.018.1084.001	IMPOSTO PREDIAL
39939	29/10/2018	331,15	MARIA SALETE DA SILVA DOS SANTOS	IMÓVEL: 25002 - 01.06.016.0020.001	IMPOSTO PREDIAL
39940	29/10/2018	329,75	VERONICA SILVA DE SOUZA	IMÓVEL: 25003 - 01.06.016.0039.001	IMPOSTO PREDIAL
39941	29/10/2018	320,69	LIAMARA PORCEMA PADILHA	IMÓVEL: 25004 - 01.06.016.0048.001	IMPOSTO PREDIAL
39942	29/10/2018	170,82	SALETE FERNANDES	IMÓVEL: 25006 - 01.06.016.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
39943	29/10/2018	255,06	ANTONIO CAMPOS	IMÓVEL: 25007 - 01.06.016.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
39944	29/10/2018	253,64	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 25029 - 01.06.015.0258.001	IMPOSTO PREDIAL
39945	29/10/2018	85,28	PAULO JOAO BARBOSA	IMÓVEL: 25030 - 01.06.015.0258.002	IMPOSTO PREDIAL
39946	29/10/2018	362,10	LUCIANA TRAMONTIN GONÇALVES	IMÓVEL: 25038 - 01.06.014.0086.001	IMPOSTO PREDIAL
39947	29/10/2018	369,89	ANADETE SCARIOT	IMÓVEL: 25046 - 01.06.014.0258.001	IMPOSTO PREDIAL
39948	29/10/2018	341,12	JESSICA SILVA BASQUEROTO	IMÓVEL: 25070 - 01.06.012.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
39949	29/10/2018	1.045,18	NILZETE RODRIGUES DA SILVA	IMÓVEL: 25072 - 01.06.012.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
39950	29/10/2018	125,42	ELOS CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 25075 - 01.06.012.0129.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39951	29/10/2018	417,28	RAFAEL ACORDI RONCONI	IMÓVEL: 25085 - 01.06.011.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
39952	29/10/2018	393,34	MARCIELE ANDRETTA PIUCCO E OUTRO	IMÓVEL: 25089 - 01.06.011.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
39953	29/10/2018	472,00	ROBERTO DA SILVA LIMA	IMÓVEL: 25090 - 01.06.011.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
39954	29/10/2018	384,10	ROSA LUCIA BURATTI SIMIANO	IMÓVEL: 25091 - 01.06.011.0128.001	IMPOSTO PREDIAL
39955	29/10/2018	510,74	ROBERTO SIMIANO	IMÓVEL: 25092 - 01.06.011.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
39956	29/10/2018	282,64	SIRLEI MARGARIDA MOREIRA	IMÓVEL: 25099 - 01.06.011.0286.001	IMPOSTO PREDIAL
39957	29/10/2018	352,04	IVAIR PAZINI	IMÓVEL: 25100 - 01.06.011.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
39958	29/10/2018	465,25	CLAUDIO DA SILVA	IMÓVEL: 25108 - 01.06.001.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
39959	29/10/2018	523,90	MARLETE DOMINGOS CELESTINO KILIPPER	IMÓVEL: 25113 - 01.06.001.0170.001	IMPOSTO PREDIAL
39960	29/10/2018	495,40	JULIO CESAR RIBEIRO TELES	IMÓVEL: 25115 - 01.06.001.0222.001	IMPOSTO PREDIAL
39961	29/10/2018	385,33	TAMIRIS DOS SANTOS	IMÓVEL: 25116 - 01.06.001.0237.001	IMPOSTO PREDIAL
39962	29/10/2018	429,58	LUIZ FERNANDO RODRIGUES TEIXEIRA	IMÓVEL: 25120 - 01.06.001.0295.001	IMPOSTO PREDIAL
39963	29/10/2018	471,55	KENNEDY ALVES COSTA	IMÓVEL: 25121 - 01.06.001.0309.001	IMPOSTO PREDIAL
39964	29/10/2018	1.027,05	MATILDE BERTI DE PIERI	IMÓVEL: 25128 - 01.06.001.0479.001	IMPOSTO PREDIAL
39965	29/10/2018	64,95	ROGERIO JOAO VALERIO	IMÓVEL: 25129 - 01.06.001.0494.001	IMPOSTO PREDIAL
39966	29/10/2018	295,30	MARIA APARECIDA SERAFIM BORGES	IMÓVEL: 25132 - 01.06.001.0564.001	IMPOSTO PREDIAL

39967	29/10/2018	239,70	JORGE ADAO DA SILVA	IMÓVEL: 25137 - 01.06.001.0676.001	IMPOSTO PREDIAL
39968	29/10/2018	284,02	MARIA TEREZINHA SOARES ARCENO	IMÓVEL: 25140 - 01.06.001.0718.001	IMPOSTO PREDIAL
39969	29/10/2018	527,91	VALDIR DE REZENDE	IMÓVEL: 25143 - 01.06.001.0830.001	IMPOSTO PREDIAL
39970	29/10/2018	380,63	JADER DA ROSA MACIEL	IMÓVEL: 25146 - 01.06.001.0872.001	IMPOSTO PREDIAL
39971	29/10/2018	250,02	FABIANA DA SILVEIRA TEIXERIA	IMÓVEL: 25150 - 01.06.001.0955.001	IMPOSTO PREDIAL
39972	29/10/2018	486,99	ARLENE SOARES DA SILVA	IMÓVEL: 25152 - 01.06.001.1012.001	IMPOSTO PREDIAL
39973	29/10/2018	189,15	ILMA GOMES DA SILVA	IMÓVEL: 25156 - 01.06.001.1054.001	IMPOSTO PREDIAL
39974	29/10/2018	292,74	VANUSA JANUARIO	IMÓVEL: 25158 - 01.06.001.1083.001	IMPOSTO PREDIAL
39975	29/10/2018	462,57	MARCELO ZEFERINO GONÇALVES	IMÓVEL: 25164 - 01.06.001.1249.001	IMPOSTO PREDIAL
39976	29/10/2018	382,45	MARCIO MARTIGNAGO	IMÓVEL: 25166 - 01.06.001.1276.001	IMPOSTO PREDIAL
39977	29/10/2018	240,52	MANOEL MARQUES MATEUS	IMÓVEL: 25180 - 01.06.010.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
39978	29/10/2018	218,71	ANA CRISTINA TADEU MARTINS	IMÓVEL: 25181 - 01.06.010.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
39979	29/10/2018	288,23	AMARILDO BRANDIELLI	IMÓVEL: 25183 - 01.06.010.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
39980	29/10/2018	189,39	ANA CRISTINA TADEU MARTINS	IMÓVEL: 25184 - 01.06.010.0186.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39981	29/10/2018	388,68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 25191 - 01.06.010.0315.001	IMPOSTO PREDIAL
39982	29/10/2018	812,61	ESPOLIO DE PEDRO GERONIMO	IMÓVEL: 25198 - 01.06.009.0128.001	IMPOSTO PREDIAL
39983	29/10/2018	609,31	JONAS DOS SANTOS LUZ	IMÓVEL: 25201 - 01.06.009.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
39984	29/10/2018	103,47	RODNEI MENDES	IMÓVEL: 25202 - 01.06.009.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
39985	29/10/2018	368,01	LUIZ FERNANDO ILADI MATIAS	IMÓVEL: 25205 - 01.06.009.0286.001	IMPOSTO PREDIAL
39986	29/10/2018	571,59	MOACIR TEZZA	IMÓVEL: 25207 - 01.06.009.0315.001	IMPOSTO PREDIAL
39987	29/10/2018	351,65	JALOIR DAMO	IMÓVEL: 25214 - 01.06.008.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
39988	29/10/2018	668,38	JACIR ANTUNES DE LIMA	IMÓVEL: 25216 - 01.06.008.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
39989	29/10/2018	418,57	JOSE SCHMIDT JUNIOR	IMÓVEL: 25218 - 01.06.008.0200.001	IMPOSTO PREDIAL
39990	29/10/2018	329,47	EDGAR MANOEL PACHECO	IMÓVEL: 25219 - 01.06.008.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
39991	29/10/2018	416,06	HUMBERTO RICKEN MICHELS E MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 25226 - 01.06.007.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
39992	29/10/2018	304,86	LEOCI LEONESIO PIUCCO	IMÓVEL: 25227 - 01.06.007.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
39993	29/10/2018	424,35	ROGERIO DA SILVA PEREIRA	IMÓVEL: 25231 - 01.06.007.0129.001	IMPOSTO PREDIAL
39994	29/10/2018	455,17	IOGAME DA COSTA ESPINDOLA	IMÓVEL: 25232 - 01.06.007.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
39995	29/10/2018	406,55	GEISIMARA DE CARVALHO ALBINO	IMÓVEL: 25235 - 01.06.007.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
39996	29/10/2018	360,61	ANDREZA FERNANDES RABELLO	IMÓVEL: 25239 - 01.06.007.0301.001	IMPOSTO PREDIAL
39997	29/10/2018	81,05	VICENTE MARANGONI	IMÓVEL: 25246 - 01.06.006.0116.001	IMPOSTO TERRITORIAL
39998	29/10/2018	255,88	IZAIAS FERREIRA	IMÓVEL: 25247 - 01.06.006.0131.001	IMPOSTO PREDIAL
39999	29/10/2018	86,91	JONAS DOS SANTOS LUZ	IMÓVEL: 25248 - 01.06.006.0146.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40000	29/10/2018	295,22	JOAO SERAFIM	IMÓVEL: 25253 - 01.06.006.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
40001	29/10/2018	728,00	CLEBER MENDES MACHADO	IMÓVEL: 25254 - 01.06.006.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
40002	29/10/2018	562,15	VICENTE MARANGONI	IMÓVEL: 25255 - 01.06.006.0304.001	IMPOSTO PREDIAL
40003	29/10/2018	137,20	NEUSA MAXIMIANO	IMÓVEL: 25257 - 01.06.005.0014.001	IMPOSTO PREDIAL
40004	29/10/2018	354,46	JOAO DOMINGOS BENTO	IMÓVEL: 25262 - 01.06.005.0116.001	IMPOSTO PREDIAL
40005	29/10/2018	566,07	VALDECIR CLARO	IMÓVEL: 25263 - 01.06.005.0130.001	IMPOSTO PREDIAL
40006	29/10/2018	1.053,67	HUMBERTO RICKEN MICHELS E MARCIO MEZARI	IMÓVEL: 25269 - 01.06.005.0261.001	IMPOSTO PREDIAL
40007	29/10/2018	347,98	IVANOR MARCINEIRO	IMÓVEL: 25270 - 01.06.005.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
40008	29/10/2018	402,31	KARINE RODRIGUES DA SILVA	IMÓVEL: 25278 - 01.06.045.0044.001	IMPOSTO PREDIAL
40009	29/10/2018	195,61	IODOLINO MARIO PADILHA	IMÓVEL: 25280 - 01.06.045.0074.001	IMPOSTO PREDIAL
40010	29/10/2018	428,27	NILSEIA POKOMAIER	IMÓVEL: 25284 - 01.06.045.0135.001	IMPOSTO PREDIAL
40011	29/10/2018	428,24	JONATHAN WILIAM DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 25289 - 01.06.044.0064.001	IMPOSTO PREDIAL
40012	29/10/2018	170,82	JOSE GRACIANO CAMILO	IMÓVEL: 25317 - 01.06.044.2362.001	IMPOSTO PREDIAL
40013	29/10/2018	401,60	MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 25325 - 01.06.043.1044.001	IMPOSTO PREDIAL
40014	29/10/2018	1.182,10	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 25328 - 01.06.043.1320.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40015	29/10/2018	354,55	VALERIO NIEHUES	IMÓVEL: 25345 - 01.06.042.0087.001	IMPOSTO PREDIAL
40016	29/10/2018	307,65	MARIA ELENA DE SOUZA BARBOSA	IMÓVEL: 25348 - 01.06.042.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
40017	29/10/2018	440,88	SILVESTRE CUSTODIO VIEIRA	IMÓVEL: 25352 - 01.06.042.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
40018	29/10/2018	483,29	PIERE GAVA	IMÓVEL: 25359 - 01.06.041.0044.001	IMPOSTO PREDIAL
40019	29/10/2018	363,54	IDESIO BRUNELLI	IMÓVEL: 25361 - 01.06.041.0107.001	IMPOSTO PREDIAL

40020	29/10/2018	420,92	CLESIO BRUNELLI	IMÓVEL: 25362 - 01.06.041.0124.001	IMPOSTO PREDIAL
40021	29/10/2018	127,10	JOSE JOAO DA SILVA	IMÓVEL: 25370 - 01.06.041.0320.001	IMPOSTO PREDIAL
40022	29/10/2018	329,40	LORENI AMANDIO	IMÓVEL: 25381 - 01.06.040.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
40023	29/10/2018	303,33	ALEXANDRE WURDIG MAXIMO	IMÓVEL: 25386 - 01.06.040.0306.001	IMPOSTO PREDIAL
40024	29/10/2018	372,85	VANESSA SCHEFFER DO NASCIMENTO	IMÓVEL: 25388 - 01.06.035.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
40025	29/10/2018	558,79	DEREAL MARTINS DA ROSA	IMÓVEL: 25392 - 01.06.035.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
40026	29/10/2018	390,92	ADRIANA PEREIRA BORGES	IMÓVEL: 25393 - 01.06.035.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
40027	29/10/2018	443,64	MARCIO MEDEIROS SALLES	IMÓVEL: 25395 - 01.06.035.0165.001	IMPOSTO PREDIAL
40028	29/10/2018	464,38	MIRIAM LAUDELINO DEMETRIO	IMÓVEL: 25396 - 01.06.035.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
40029	29/10/2018	430,46	ADILSON DA SILVA	IMÓVEL: 25398 - 01.06.035.0240.001	IMPOSTO PREDIAL
40030	29/10/2018	388,53	MAICON PINHEIRO SIMIÃO	IMÓVEL: 25406 - 01.06.036.0420.001	IMPOSTO PREDIAL
40031	29/10/2018	379,67	MANOEL DE SOUZA CAMPOS	IMÓVEL: 25409 - 01.06.037.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
40032	29/10/2018	429,62	LUCIO RONCONI	IMÓVEL: 25410 - 01.06.037.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
40033	29/10/2018	457,33	GUILHERME MARQUES DOS SANTOS	IMÓVEL: 25413 - 01.06.037.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
40034	29/10/2018	381,59	LEANDRO DE ALMEIDA PEDRO	IMÓVEL: 25414 - 01.06.037.0119.001	IMPOSTO PREDIAL
40035	29/10/2018	163,09	ANA PAULA GOMES DE AQUINO	IMÓVEL: 25416 - 01.06.037.0182.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40036	29/10/2018	508,86	MATHEUS MORAIS SONEGO	IMÓVEL: 25417 - 01.06.037.0197.001	IMPOSTO PREDIAL
40037	29/10/2018	455,03	JANE MEDEIROS SALLES	IMÓVEL: 25423 - 01.06.039.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
40038	29/10/2018	140,41	SEVERINO DE ALMEIDA	IMÓVEL: 25434 - 01.06.039.0260.001	IMPOSTO PREDIAL
40039	29/10/2018	288,80	GENESIO DA SILVA	IMÓVEL: 25445 - 01.06.038.0124.001	IMPOSTO PREDIAL
40040	29/10/2018	357,59	SIMONE RIBEIRO DA SILVA DAMASIO	IMÓVEL: 25452 - 01.06.038.0293.001	IMPOSTO PREDIAL
40041	29/10/2018	480,95	MARCIA ROSANE MACHADO CRESCEN- CIO	IMÓVEL: 25455 - 01.05.013.0019.001	IMPOSTO PREDIAL
40042	29/10/2018	346,51	ROSILEIA DOS SANTOS ROCHA	IMÓVEL: 25458 - 01.05.013.0064.001	IMPOSTO PREDIAL
40043	29/10/2018	392,15	CARLA CATARINA GOMES MACHADO	IMÓVEL: 25463 - 01.05.013.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
40044	29/10/2018	417,06	ROSINEIA BARROS	IMÓVEL: 25464 - 01.05.013.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
40045	29/10/2018	328,61	JOSE MONTEIRO	IMÓVEL: 25474 - 01.05.015.0021.001	IMPOSTO PREDIAL
40046	29/10/2018	225,10	DERCILIO BETIOL BARBOSA	IMÓVEL: 25475 - 01.05.015.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
40047	29/10/2018	511,97	ROBSON ANTUNES	IMÓVEL: 25476 - 01.05.015.0041.001	IMPOSTO PREDIAL
40048	29/10/2018	240,67	JOAO BATISTA MARTINS	IMÓVEL: 25478 - 01.05.015.0061.001	IMPOSTO PREDIAL
40049	29/10/2018	241,47	VALDIR LUIS DOS SANTOS	IMÓVEL: 25479 - 01.05.015.0074.001	IMPOSTO PREDIAL
40050	29/10/2018	408,51	ESPOLIO DE LIDIO DA SILVA MENDER	IMÓVEL: 25480 - 01.05.015.0086.001	IMPOSTO PREDIAL
40051	29/10/2018	409,73	PLINIO JESUS PEDROSO	IMÓVEL: 25482 - 01.05.015.0137.001	IMPOSTO PREDIAL
40052	29/10/2018	117,24	EDEGAR SOARES DA SILVA	IMÓVEL: 25509 - 01.07.025.0121.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40053	29/10/2018	372,23	DENIS DA SILVA RAMOS	IMÓVEL: 25515 - 01.07.025.0263.001	IMPOSTO PREDIAL
40054	29/10/2018	700,46	JOAO BARTOLOMEU	IMÓVEL: 25527 - 01.07.027.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
40055	29/10/2018	457,11	EDER LUIZ BROL	IMÓVEL: 25530 - 01.07.027.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
40056	29/10/2018	148,91	ODIR PAGANINI	IMÓVEL: 25534 - 01.07.027.0165.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40057	29/10/2018	118,11	ODIR PAGANINI	IMÓVEL: 25535 - 01.07.027.0178.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40058	29/10/2018	184,24	ROGERIO DELLALIBERA	IMÓVEL: 25540 - 01.07.027.0274.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40059	29/10/2018	160,62	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 25542 - 01.07.027.0301.001	IMPOSTO PREDIAL
40060	29/10/2018	170,82	ESPOLIO DE SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 25548 - 01.07.027.0422.001	IMPOSTO PREDIAL
40061	29/10/2018	248,75	CARLOS CORDEIRO GOES	IMÓVEL: 25570 - 01.07.023.0399.001	IMPOSTO PREDIAL
40062	29/10/2018	59,12	JAIRTON DOS SANTOS DE SOUZA	IMÓVEL: 25572 - 01.07.023.0425.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40063	29/10/2018	77,55	JEFERSON LUZ	IMÓVEL: 25573 - 01.07.024.0030.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40064	29/10/2018	117,21	JEFERSON LUZ	IMÓVEL: 25574 - 01.07.024.0043.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40065	29/10/2018	117,21	CRICIUMA CONSTRUcoes LTDA	IMÓVEL: 25578 - 01.07.024.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40066	29/10/2018	163,28	APARICIO DE ALMEIDA	IMÓVEL: 25580 - 01.07.024.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
40067	29/10/2018	59,13	MATTHEW LUCIANO MATIOLA	IMÓVEL: 25583 - 01.07.024.0192.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40068	29/10/2018	79,08	ESIO JOSE ADRIANO	IMÓVEL: 25585 - 01.07.024.0250.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40069	29/10/2018	119,63	MARCELO VIEIRA DOS SANTOS	IMÓVEL: 25586 - 01.07.024.0263.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40070	29/10/2018	298,25	EMOCOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIA- RIOS LTDA	IMÓVEL: 25589 - 01.07.024.0302.001	IMPOSTO PREDIAL
40071	29/10/2018	345,90	SUELEN BURIN JOSEFINO	IMÓVEL: 25592 - 01.07.024.0341.001	IMPOSTO PREDIAL

40072	29/10/2018	233,02	MORGANA DOS SANTOS	IMÓVEL: 25596 - 01.07.024.0425.001	IMPOSTO PREDIAL
40073	29/10/2018	840,88	WALKIRIA DA SILVA MARTINS	IMÓVEL: 25602 - 01.09.001.0046.001	IMPOSTO PREDIAL
40074	29/10/2018	456,56	WALKIRIA DA SILVA MARTINS	IMÓVEL: 25603 - 01.09.001.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
40075	29/10/2018	433,17	MICHEL MOTTA BORGES	IMÓVEL: 25607 - 01.09.002.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
40076	29/10/2018	306,66	CLAUDIR JOAO POLA	IMÓVEL: 25621 - 01.09.003.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
40077	29/10/2018	339,16	FRANCISCO CARLOS ALMANSA QUINTEIROS	IMÓVEL: 25628 - 01.09.005.0167.001	IMPOSTO PREDIAL
40078	29/10/2018	749,97	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25655 - 01.02.026.1032.001	IMPOSTO PREDIAL
40079	29/10/2018	2.082,28	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25656 - 01.02.026.1032.002	IMPOSTO PREDIAL
40080	29/10/2018	1.002,99	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25657 - 01.02.026.1051.001	IMPOSTO PREDIAL
40081	29/10/2018	507,05	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 25658 - 01.02.026.1051.002	IMPOSTO PREDIAL
40082	29/10/2018	648,70	JOSE FELIPE JOSEFINO	IMÓVEL: 25679 - 01.04.065.0335.001	IMPOSTO PREDIAL
40083	29/10/2018	148,48	JOSE FELIPE JOSEFINO	IMÓVEL: 25680 - 01.04.065.0335.002	IMPOSTO PREDIAL
40084	29/10/2018	415,43	JOSE FELIPE JOSEFINO	IMÓVEL: 25681 - 01.04.065.0335.003	IMPOSTO PREDIAL
40085	29/10/2018	833,95	FARMACIA E DROGARIA GABRIELLY LTDA-ME	IMÓVEL: 25684 - 01.04.065.0371.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40086	29/10/2018	826,63	FARMACIA E DROGARIA GABRIELLY LTDA-ME	IMÓVEL: 25685 - 01.04.065.0389.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40087	29/10/2018	831,22	FARMACIA E DROGARIA GABRIELLY LTDA-ME	IMÓVEL: 25686 - 01.04.065.0407.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40088	29/10/2018	837,94	FARMACIA E DROGARIA GABRIELLY LTDA-ME	IMÓVEL: 25687 - 01.04.065.0425.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40089	29/10/2018	361,95	DIEGO SA BORGES	IMÓVEL: 25697 - 01.04.065.0092.001	IMPOSTO PREDIAL
40090	29/10/2018	437,24	CLAUDIOMIR DA LUZ	IMÓVEL: 25699 - 01.04.065.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
40091	29/10/2018	643,75	SERRALHERIA IRMAOS MARTINS LTDA-ME	IMÓVEL: 25711 - 01.04.065.0308.001	IMPOSTO PREDIAL
40092	29/10/2018	857,18	COLOMBO IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 25713 - 01.03.024.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
40093	29/10/2018	443,61	JOAO BATISTA PADILHA	IMÓVEL: 25722 - 01.03.024.0298.001	IMPOSTO PREDIAL
40094	29/10/2018	283,63	ANGELINO JOAO DE SOUZA	IMÓVEL: 25753 - 01.03.016.0698.001	IMPOSTO PREDIAL
40095	29/10/2018	337,39	ANDERSON DE FREITAS	IMÓVEL: 25754 - 01.03.016.0740.001	IMPOSTO PREDIAL
40096	29/10/2018	758,38	MARILEIA DE CEZARO CAVALER	IMÓVEL: 25755 - 01.03.016.0753.001	IMPOSTO PREDIAL
40097	29/10/2018	1.948,21	ADEMIR RAMPINELLI	IMÓVEL: 25765 - 01.02.050.0123.003	IMPOSTO PREDIAL
40098	29/10/2018	673,00	ALDACIR LUIS MINATTO	IMÓVEL: 25768 - 01.02.050.0154.001	IMPOSTO PREDIAL
40099	29/10/2018	552,98	ALDACIR LUIS MINATTO	IMÓVEL: 25769 - 01.02.050.0154.002	IMPOSTO PREDIAL
40100	29/10/2018	327,32	ALDACIR LUIS MINATTO	IMÓVEL: 25770 - 01.02.050.0154.003	IMPOSTO PREDIAL
40101	29/10/2018	506,19	ALDACIR LUIS MINATTO	IMÓVEL: 25771 - 01.02.050.0154.004	IMPOSTO PREDIAL
40102	29/10/2018	531,35	JUCEMAR JOSE VENANCIO	IMÓVEL: 25803 - 01.02.028.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
40103	29/10/2018	219,42	ORAIDE ALMEIDA BOITA	IMÓVEL: 25818 - 01.08.017.1760.001	IMPOSTO PREDIAL
40104	29/10/2018	1.439,61	METALURGICA COLOMBO LTDA	IMÓVEL: 25829 - 01.04.053.0237.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40105	29/10/2018	3.617,55	METALURGICA COLOMBO LTDA	IMÓVEL: 25830 - 01.04.053.0386.001	IMPOSTO PREDIAL
40106	29/10/2018	77,55	MAURICIO DOS SANTOS ORTOLAN	IMÓVEL: 25834 - 01.07.014.0030.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40107	29/10/2018	70,12	JAIRTON DOS SANTOS DE SOUZA	IMÓVEL: 25836 - 01.07.014.0056.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40108	29/10/2018	70,09	CRICIUMA CONSTRUCOES LTDA	IMÓVEL: 25839 - 01.07.014.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40109	29/10/2018	59,13	DJALMA DA SILVA AMADEU	IMÓVEL: 25844 - 01.07.014.0192.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40110	29/10/2018	70,12	CATIANE DA AGOSTIN	IMÓVEL: 25851 - 01.07.014.0315.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40111	29/10/2018	70,16	JAIRTON DOS SANTOS DE SOUZA	IMÓVEL: 25852 - 01.07.014.0328.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40112	29/10/2018	340,52	EDUARDO BROGNI	IMÓVEL: 25878 - 01.05.017.0183.002	IMPOSTO PREDIAL
40113	29/10/2018	764,17	MARIA TEREZINHA FELTRIN DAGOSTIN	IMÓVEL: 25887 - 01.07.001.0637.006	IMPOSTO PREDIAL
40114	29/10/2018	617,96	VALMIR ZEFINO FLORENCIO	IMÓVEL: 25920 - 01.03.018.0825.001	IMPOSTO PREDIAL
40115	29/10/2018	671,73	ALAIDE PEREIRA FERREIRA	IMÓVEL: 25923 - 01.03.036.1606.001	IMPOSTO PREDIAL
40116	29/10/2018	263,77	LAURENTINA MICHELS	IMÓVEL: 25924 - 01.03.036.1607.001	IMPOSTO PREDIAL
40117	29/10/2018	581,19	ADISON PREMOLI MINATTO	IMÓVEL: 25929 - 01.02.051.0064.001	IMPOSTO PREDIAL
40118	29/10/2018	550,13	ESPOLIO DE FAVORIM DOMINGOS ROCHA	IMÓVEL: 25938 - 01.02.048.0178.002	IMPOSTO PREDIAL
40119	29/10/2018	250,40	GERVASIO PAVEI	IMÓVEL: 25955 - 01.04.030.0864.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40120	29/10/2018	644,52	MARGARETE DOMINGOS	IMÓVEL: 25966 - 01.04.028.0254.001	IMPOSTO PREDIAL
40121	29/10/2018	288,88	DALCIRA KIESEL	IMÓVEL: 25981 - 01.04.076.0052.001	IMPOSTO PREDIAL

40122	29/10/2018	383,95	CLEBER ROCHA FERREIRA	IMÓVEL: 25986 - 01.04.076.0115.001	IMPOSTO PREDIAL
40123	29/10/2018	354,92	JULIANO GONÇALVES	IMÓVEL: 25988 - 01.04.076.0140.001	IMPOSTO PREDIAL
40124	29/10/2018	170,82	IGREJA PENTECOSTAL ASS APOSTOLOS CRISTO	IMÓVEL: 26032 - 01.02.018.0044.001	IMPOSTO PREDIAL
40125	29/10/2018	182,09	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 26039 - 01.02.049.1750.001	IMPOSTO PREDIAL
40126	29/10/2018	627,49	JOAO BATISTA VALNIER LOPES	IMÓVEL: 26040 - 01.04.066.0303.001	IMPOSTO PREDIAL
40127	29/10/2018	118,86	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26048 - 01.03.012.0221.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40128	29/10/2018	118,11	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26049 - 01.03.012.0233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40129	29/10/2018	115,11	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26053 - 01.03.012.0281.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40130	29/10/2018	114,40	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26054 - 01.03.012.0293.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40131	29/10/2018	97,93	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26055 - 01.03.012.0305.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40132	29/10/2018	68,79	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26056 - 01.03.012.0317.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40133	29/10/2018	96,67	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26057 - 01.03.012.0329.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40134	29/10/2018	134,00	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26058 - 01.03.012.0369.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40135	29/10/2018	136,10	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26059 - 01.03.012.0397.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40136	29/10/2018	100,95	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26060 - 01.03.012.0410.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40137	29/10/2018	83,28	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26061 - 01.03.012.0423.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40138	29/10/2018	81,42	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26062 - 01.03.012.0449.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40139	29/10/2018	82,34	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26064 - 01.03.012.0436.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40140	29/10/2018	79,56	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26065 - 01.03.012.0475.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40141	29/10/2018	78,66	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26066 - 01.03.012.0511.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40142	29/10/2018	93,74	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26068 - 01.03.012.0614.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40143	29/10/2018	124,87	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26069 - 01.03.012.0629.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40144	29/10/2018	257,05	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26070 - 01.03.012.0644.001	IMPOSTO PREDIAL
40145	29/10/2018	320,22	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26071 - 01.03.012.0657.001	IMPOSTO PREDIAL
40146	29/10/2018	93,74	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26072 - 01.03.012.0670.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40147	29/10/2018	289,30	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26073 - 01.03.012.0683.001	IMPOSTO PREDIAL
40148	29/10/2018	108,80	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26075 - 01.03.012.0709.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40149	29/10/2018	108,80	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26076 - 01.03.012.0722.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40150	29/10/2018	108,80	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26077 - 01.03.012.0735.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40151	29/10/2018	704,51	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26078 - 01.03.012.0799.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40152	29/10/2018	547,53	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26079 - 01.03.012.0814.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40153	29/10/2018	599,61	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26080 - 01.03.012.0862.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40154	29/10/2018	129,51	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26081 - 01.03.012.0875.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40155	29/10/2018	129,51	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26082 - 01.03.012.0888.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40156	29/10/2018	129,51	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26083 - 01.03.012.0901.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40157	29/10/2018	302,20	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26084 - 01.03.012.0914.001	IMPOSTO PREDIAL
40158	29/10/2018	129,51	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26085 - 01.03.012.0927.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40159	29/10/2018	113,74	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26086 - 01.03.012.0940.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40160	29/10/2018	288,02	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26087 - 01.03.012.0953.001	IMPOSTO PREDIAL
40161	29/10/2018	149,48	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26088 - 01.03.012.0968.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40162	29/10/2018	149,48	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26089 - 01.03.012.0996.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40163	29/10/2018	303,54	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26090 - 01.03.012.1009.001	IMPOSTO PREDIAL
40164	29/10/2018	79,77	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26091 - 01.03.012.1112.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40165	29/10/2018	79,77	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26093 - 01.03.012.1138.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40166	29/10/2018	79,77	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26094 - 01.03.012.1151.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40167	29/10/2018	79,77	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26095 - 01.03.012.1164.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40168	29/10/2018	363,85	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26096 - 01.03.012.1177.001	IMPOSTO PREDIAL
40169	29/10/2018	95,61	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26097 - 01.03.012.1190.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40170	29/10/2018	124,87	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26098 - 01.03.012.1205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40171	29/10/2018	276,19	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26099 - 01.03.012.1233.001	IMPOSTO PREDIAL
40172	29/10/2018	95,61	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26100 - 01.03.012.1246.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40173	29/10/2018	95,61	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26101 - 01.03.012.1254.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40174	29/10/2018	110,97	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26102 - 01.03.012.1272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40175	29/10/2018	240,72	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26103 - 01.03.012.1285.001	IMPOSTO PREDIAL

40176	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26104 - 01.03.012.1298.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40177	29/10/2018	110,97	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26105 - 01.03.012.1311.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40178	29/10/2018	470,05	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26106 - 01.03.012.1382.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40179	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26107 - 01.03.012.1438.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40180	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26108 - 01.03.012.1451.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40181	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26109 - 01.03.012.1464.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40182	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26110 - 01.03.012.1477.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40183	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26111 - 01.03.012.1490.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40184	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26112 - 01.03.012.1503.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40185	29/10/2018	169,98	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26113 - 01.03.012.1518.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40186	29/10/2018	343,53	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26114 - 01.03.012.1546.001	IMPOSTO PREDIAL
40187	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26115 - 01.03.012.1559.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40188	29/10/2018	323,43	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26116 - 01.03.012.1572.001	IMPOSTO PREDIAL
40189	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26119 - 01.03.012.1611.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40190	29/10/2018	130,18	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26120 - 01.03.012.1624.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40191	29/10/2018	213,39	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 26130 - 01.02.096.1108.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40192	29/10/2018	684,30	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26139 - 01.05.066.4128.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40193	29/10/2018	1.094,18	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26140 - 01.05.066.4167.001	IMPOSTO PREDIAL
40194	29/10/2018	202,40	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26141 - 01.05.066.4254.001	IMPOSTO PREDIAL
40195	29/10/2018	413,47	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26142 - 01.05.066.4397.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40196	29/10/2018	569,11	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26143 - 01.05.066.4419.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40197	29/10/2018	660,04	METALFOR METALURGIA E SERVIÇOS EIRELI - EPP	IMÓVEL: 26144 - 01.05.066.4472.001	IMPOSTO PREDIAL
40198	29/10/2018	166,99	METALFOR METALURGIA E SERVIÇOS EIRELI - EPP	IMÓVEL: 26145 - 01.05.066.4472.002	IMPOSTO PREDIAL
40199	29/10/2018	146,77	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26146 - 01.05.066.4513.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40200	29/10/2018	413,60	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26147 - 01.05.066.4519.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40201	29/10/2018	188,56	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26148 - 01.05.066.4585.001	IMPOSTO PREDIAL
40202	29/10/2018	2.799,45	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26149 - 01.05.066.4623.001	IMPOSTO PREDIAL
40203	29/10/2018	364,19	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26150 - 01.05.066.4626.001	IMPOSTO PREDIAL
40204	29/10/2018	534,44	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26151 - 01.05.066.4648.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40205	29/10/2018	339,77	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26152 - 01.05.066.4690.001	IMPOSTO PREDIAL
40206	29/10/2018	456,75	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26153 - 01.05.066.4716.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40207	29/10/2018	248,88	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26154 - 01.05.066.4753.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40208	29/10/2018	2.349,67	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26155 - 01.05.066.4804.001	IMPOSTO PREDIAL
40209	29/10/2018	454,68	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26156 - 01.05.066.4806.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40210	29/10/2018	1.113,30	METAMIL COMÉRCIO DE METAIS EIRELI - ME	IMÓVEL: 26157 - 01.05.066.5016.001	IMPOSTO PREDIAL
40211	29/10/2018	741,96	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26158 - 01.05.066.5080.001	IMPOSTO PREDIAL
40212	29/10/2018	260,78	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 26159 - 01.05.066.5149.001	IMPOSTO PREDIAL
40213	29/10/2018	1.617,57	JOSE CARLOS CORNEO E OUTRO	IMÓVEL: 26183 - 01.02.051.0382.001	IMPOSTO PREDIAL
40214	29/10/2018	922,15	ZULEIDE BARDINI DA SILVA	IMÓVEL: 26198 - 01.07.005.0150.001	IMPOSTO PREDIAL
40215	29/10/2018	607,21	EDEVALDO DOS SANTOS	IMÓVEL: 26210 - 01.04.016.0283.001	IMPOSTO PREDIAL
40216	29/10/2018	526,93	DORYS FELISBERTO	IMÓVEL: 26211 - 01.04.016.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
40217	29/10/2018	850,59	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 26213 - 01.02.096.1123.002	IMPOSTO PREDIAL
40218	29/10/2018	286,47	JOELCI RAFAEL DA ROSA	IMÓVEL: 26214 - 01.02.096.1137.002	IMPOSTO PREDIAL
40219	29/10/2018	274,42	ADEMIR SEHNEM	IMÓVEL: 26229 - 01.01.024.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
40220	29/10/2018	296,21	ADEMIR SEHNEM	IMÓVEL: 26230 - 01.01.024.0017.002	IMPOSTO PREDIAL
40221	29/10/2018	1.810,79	AGNES REGINA RABELO E AMANDA REGINA RABELO	IMÓVEL: 26243 - 01.02.054.0168.001	IMPOSTO PREDIAL
40222	29/10/2018	170,82	VANDERLEI CANDIDO	IMÓVEL: 26266 - 01.04.013.0314.001	IMPOSTO PREDIAL
40223	29/10/2018	392,22	GLEIDSON FELISBINO ARAUJO	IMÓVEL: 26277 - 01.06.102.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
40224	29/10/2018	365,27	JARBAS DE SOUZA	IMÓVEL: 26280 - 01.06.102.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
40225	29/10/2018	527,49	FRANCIELE MARANGONI	IMÓVEL: 26300 - 01.06.097.0334.001	IMPOSTO PREDIAL
40226	29/10/2018	427,90	ALBERTINO VICENTE	IMÓVEL: 26302 - 01.06.097.0394.001	IMPOSTO PREDIAL
40227	29/10/2018	390,15	ADAILTON PIRES DA SILVA	IMÓVEL: 26307 - 01.06.101.0075.001	IMPOSTO PREDIAL

40228	29/10/2018	413,58	TIAGO DA SILVEIRA IZIDORIO	IMÓVEL: 26318 - 01.06.101.0289.001	IMPOSTO PREDIAL
40229	29/10/2018	499,63	JORGE POTRIKUS DA SILVEIRA	IMÓVEL: 26327 - 01.06.098.0030.001	IMPOSTO PREDIAL
40230	29/10/2018	547,57	ODAIR CATARINA	IMÓVEL: 26332 - 01.06.098.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
40231	29/10/2018	222,79	VALDIR MENDES	IMÓVEL: 26333 - 01.06.098.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
40232	29/10/2018	275,26	RAFAEL BORGES DA ROCHA	IMÓVEL: 26334 - 01.06.098.0189.001	IMPOSTO PREDIAL
40233	29/10/2018	99,79	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 26337 - 01.06.098.0237.001	IMPOSTO PREDIAL
40234	29/10/2018	403,70	ANDERSON DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	IMÓVEL: 26339 - 01.06.098.0282.001	IMPOSTO PREDIAL
40235	29/10/2018	311,70	BARBARA REGINA DE ANDRADE	IMÓVEL: 26344 - 01.06.023.1196.001	IMPOSTO PREDIAL
40236	29/10/2018	455,58	JOSIEL COELHO FRAGA	IMÓVEL: 26347 - 01.06.023.1246.001	IMPOSTO PREDIAL
40237	29/10/2018	486,48	JAIRO SANTOS DA SILVA	IMÓVEL: 26351 - 01.06.099.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
40238	29/10/2018	187,44	ALEXSANDRA ADRIANO	IMÓVEL: 26352 - 01.06.099.0047.001	IMPOSTO PREDIAL
40239	29/10/2018	400,23	RUDI ARMIN PETRY	IMÓVEL: 26355 - 01.06.099.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40240	29/10/2018	374,90	IZAIAS DOS SANTOS	IMÓVEL: 26358 - 01.06.099.0192.001	IMPOSTO PREDIAL
40241	29/10/2018	471,75	CARLOS ALBERTO DE SOUZA MANOEL	IMÓVEL: 26363 - 01.06.099.0271.001	IMPOSTO PREDIAL
40242	29/10/2018	1.040,64	GERALDO MACHADO PATRICIO	IMÓVEL: 26365 - 01.06.099.0327.001	IMPOSTO PREDIAL
40243	29/10/2018	326,66	ROSALIA SEVERINO DA SILVA	IMÓVEL: 26367 - 01.06.103.0031.001	IMPOSTO PREDIAL
40244	29/10/2018	385,33	GIVANILDO LOPES ROSA	IMÓVEL: 26371 - 01.06.103.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40245	29/10/2018	338,13	EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 26376 - 01.06.103.0223.001	IMPOSTO PREDIAL
40246	29/10/2018	261,12	CLIVALMIR LUIZ CRIPPA JUNIOR	IMÓVEL: 26379 - 01.06.103.0271.001	IMPOSTO PREDIAL
40247	29/10/2018	303,48	GISLAINE LAUDELINO	IMÓVEL: 26381 - 01.06.103.0327.001	IMPOSTO PREDIAL
40248	29/10/2018	359,35	MARLI ROSA GUIMARAES	IMÓVEL: 26383 - 01.06.023.1317.001	IMPOSTO PREDIAL
40249	29/10/2018	507,32	LUIZ CARLOS GONÇALVES MARCELO	IMÓVEL: 26394 - 01.06.100.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
40250	29/10/2018	279,43	GICELIO GOMES DE SOUZA	IMÓVEL: 26395 - 01.06.100.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40251	29/10/2018	384,01	MARIO CARDOSO	IMÓVEL: 26396 - 01.06.100.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
40252	29/10/2018	273,68	EDICARLOS MEDEIROS	IMÓVEL: 26400 - 01.06.100.0223.001	IMPOSTO PREDIAL
40253	29/10/2018	512,31	ALEXANDRE DA SILVA	IMÓVEL: 26401 - 01.06.100.0239.001	IMPOSTO PREDIAL
40254	29/10/2018	279,22	MAYCON VIEIRA DA SILVA	IMÓVEL: 26405 - 01.06.100.0327.001	IMPOSTO PREDIAL
40255	29/10/2018	365,41	MARCIO FERNANDES	IMÓVEL: 26409 - 01.06.104.0063.001	IMPOSTO PREDIAL
40256	29/10/2018	413,74	FLAVIO LINDOMAR VELHO	IMÓVEL: 26413 - 01.06.104.0151.001	IMPOSTO PREDIAL
40257	29/10/2018	237,57	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 26415 - 01.06.104.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
40258	29/10/2018	268,12	MESIEL CORAL FERNANDES	IMÓVEL: 26418 - 01.06.104.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
40259	29/10/2018	310,02	JOSE PAULO ANTONIO FERNANDES DA SILVA	IMÓVEL: 26419 - 01.06.104.0271.001	IMPOSTO PREDIAL
40260	29/10/2018	343,57	JOSIANE PEREIRA MELO	IMÓVEL: 26420 - 01.06.104.0287.001	IMPOSTO PREDIAL
40261	29/10/2018	287,84	ELIANE DA SILVA DIAS	IMÓVEL: 26421 - 01.06.104.0327.001	IMPOSTO PREDIAL
40262	29/10/2018	340,84	FABIANE DA SILVA DIAS	IMÓVEL: 26422 - 01.06.023.1444.001	IMPOSTO PREDIAL
40263	29/10/2018	423,38	ANTONIO VITALI	IMÓVEL: 26426 - 01.06.023.1506.001	IMPOSTO PREDIAL
40264	29/10/2018	270,86	HAMILTON VICENTE DA LUZ	IMÓVEL: 26427 - 01.06.023.1522.001	IMPOSTO PREDIAL
40265	29/10/2018	994,23	ALCIDES MINATTO	IMÓVEL: 26450 - 01.02.050.0238.001	IMPOSTO PREDIAL
40266	29/10/2018	494,80	ALCIDES MINATTO	IMÓVEL: 26451 - 01.02.050.0284.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40267	29/10/2018	368,55	JOICE FRITZEN D. MINATTO	IMÓVEL: 26452 - 01.02.050.0300.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40268	29/10/2018	305,40	FABIO MACHADO DE ANDRADE	IMÓVEL: 26478 - 01.04.069.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
40269	29/10/2018	159,56	VALTER ROSSI SALVADOR	IMÓVEL: 26499 - 01.04.071.0231.001	IMPOSTO PREDIAL
40270	29/10/2018	478,20	CRISTIANO FERNANDES SILVEIRA	IMÓVEL: 26508 - 01.04.072.0026.001	IMPOSTO PREDIAL
40271	29/10/2018	395,69	SIUVANIA CANONICA	IMÓVEL: 26510 - 01.04.072.0055.001	IMPOSTO PREDIAL
40272	29/10/2018	340,15	ELIETE DE SOUZA MARTINS MACHADO	IMÓVEL: 26512 - 01.04.072.0085.001	IMPOSTO PREDIAL
40273	29/10/2018	357,63	RODRIGO FRASSON LANGER	IMÓVEL: 26517 - 01.04.072.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
40274	29/10/2018	523,48	MARIA MONICA DA SILVA VALNIER	IMÓVEL: 26519 - 01.04.072.0246.001	IMPOSTO PREDIAL
40275	29/10/2018	238,91	LUCIO DE CEZARO CAVALER	IMÓVEL: 26521 - 01.04.072.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
40276	29/10/2018	911,03	ELIANE APARECIDA SANTOS RIBEIRO	IMÓVEL: 26524 - 01.04.072.0318.001	IMPOSTO PREDIAL
40277	29/10/2018	419,07	MARCIEL FLORENCIO DE COSTA	IMÓVEL: 26527 - 01.04.073.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
40278	29/10/2018	441,59	FABIO JUNIOR ELIAS	IMÓVEL: 26529 - 01.04.073.0246.001	IMPOSTO PREDIAL
40279	29/10/2018	686,92	VALENTIN FERRARI	IMÓVEL: 26532 - 01.04.073.0290.001	IMPOSTO PREDIAL
40280	29/10/2018	383,68	ALEX DANIEL BRINA	IMÓVEL: 26539 - 01.04.074.0254.001	IMPOSTO PREDIAL
40281	29/10/2018	728,67	VALDECI JOSE JOAQUIN	IMÓVEL: 26541 - 01.04.074.0284.001	IMPOSTO PREDIAL

40282	29/10/2018	467,06	JANAINA MARCELINO GENEROSO DE FREITAS	IMÓVEL: 26542 - 01.04.074.0299.001	IMPOSTO PREDIAL
40283	29/10/2018	177,51	SIMONI LAZZARI DANIELSKI	IMÓVEL: 26543 - 01.04.074.0344.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40284	29/10/2018	542,10	SIMONI LAZZARI DANIELSKI	IMÓVEL: 26544 - 01.04.074.0357.001	IMPOSTO PREDIAL
40285	29/10/2018	609,89	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 26546 - 01.03.012.1367.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40286	29/10/2018	273,56	ESPOLIO DE JOAO LUIS DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 26938 - 01.08.005.0344.002	IMPOSTO PREDIAL
40287	29/10/2018	257,37	DEBORA EULALIA TANQUELLA GOMES	IMÓVEL: 26940 - 01.03.065.0113.001	IMPOSTO PREDIAL
40288	29/10/2018	518,57	JOSE APARICIO DA SILVA ASSUNCAO	IMÓVEL: 26980 - 01.07.033.0025.002	IMPOSTO PREDIAL
40289	29/10/2018	529,99	JOSE JERVISON FERREIRA	IMÓVEL: 26985 - 01.02.049.2410.001	IMPOSTO PREDIAL
40290	29/10/2018	467,61	ADAIR MARQUES	IMÓVEL: 26987 - 01.06.014.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
40291	29/10/2018	524,18	CLECIONIR CARDOSO	IMÓVEL: 27010 - 01.03.022.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
40292	29/10/2018	1.265,51	ROBSON DA ROSA	IMÓVEL: 27027 - 01.10.003.1466.001	IMPOSTO PREDIAL
40293	29/10/2018	360,77	RODRIGO DA SILVA LEANDRO	IMÓVEL: 27032 - 01.03.065.0234.001	IMPOSTO PREDIAL
40294	29/10/2018	412,17	MARIA ISOLETE DANIEL DA SILVA	IMÓVEL: 27038 - 01.03.038.0319.001	IMPOSTO PREDIAL
40295	29/10/2018	193,34	AMANDA DA SILVEIRA NUNES	IMÓVEL: 27039 - 01.03.038.0332.001	IMPOSTO PREDIAL
40296	29/10/2018	348,75	BRUNA BOEING MENDES	IMÓVEL: 27044 - 01.03.054.0395.001	IMPOSTO PREDIAL
40297	29/10/2018	476,78	CAROLINE COLOMBO	IMÓVEL: 27047 - 01.03.054.0048.001	IMPOSTO PREDIAL
40298	29/10/2018	325,43	ADAISSON CARDOSO	IMÓVEL: 27049 - 01.03.054.0063.001	IMPOSTO PREDIAL
40299	29/10/2018	382,93	JOSE CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 27052 - 01.03.054.0314.001	IMPOSTO PREDIAL
40300	29/10/2018	339,22	TIAGO BROLEZI	IMÓVEL: 27053 - 01.03.054.0093.001	IMPOSTO PREDIAL
40301	29/10/2018	386,29	NAZARE MAFIOLETTI	IMÓVEL: 27054 - 01.03.054.0299.001	IMPOSTO PREDIAL
40302	29/10/2018	348,95	CRISTIANO MEZARI ISE	IMÓVEL: 27057 - 01.03.054.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
40303	29/10/2018	347,11	SAMUEL GAVA	IMÓVEL: 27062 - 01.03.056.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
40304	29/10/2018	325,40	WAGNER GONÇALVES	IMÓVEL: 27066 - 01.03.056.0078.001	IMPOSTO PREDIAL
40305	29/10/2018	350,07	RAFAEL ARANTES WESTRUPP	IMÓVEL: 27067 - 01.03.056.0094.001	IMPOSTO PREDIAL
40306	29/10/2018	3.537,06	CLODOALDO STEINER	IMÓVEL: 27102 - 01.02.001.1888.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40307	29/10/2018	297,27	HENRIQUE ALCIDES PEZZI	IMÓVEL: 27106 - 01.04.089.0064.001	IMPOSTO PREDIAL
40308	29/10/2018	411,65	JEAN CARLOS FIORI	IMÓVEL: 27110 - 01.04.089.0120.001	IMPOSTO PREDIAL
40309	29/10/2018	280,45	VALDECIR PINHEIRO DE MORAIS	IMÓVEL: 27112 - 01.04.089.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
40310	29/10/2018	478,63	RICARDO RICKEN DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 27113 - 01.04.089.0161.001	IMPOSTO PREDIAL
40311	29/10/2018	389,73	DEIVID ROCHA DA SILVA	IMÓVEL: 27115 - 01.04.089.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
40312	29/10/2018	509,47	IOMAR MARTINS MORO	IMÓVEL: 27116 - 01.04.089.0230.001	IMPOSTO PREDIAL
40313	29/10/2018	398,10	FABIANO DA CRUZ MANOEL	IMÓVEL: 27119 - 01.04.089.0298.001	IMPOSTO PREDIAL
40314	29/10/2018	503,31	EVERTON FONTOURA RODRIGUES	IMÓVEL: 27122 - 01.04.089.0339.001	IMPOSTO PREDIAL
40315	29/10/2018	398,10	MAICON SILVA MOISES	IMÓVEL: 27123 - 01.04.089.0353.001	IMPOSTO PREDIAL
40316	29/10/2018	399,04	CLAUDIONOR NEVES ANTUNES	IMÓVEL: 27124 - 01.04.089.0366.001	IMPOSTO PREDIAL
40317	29/10/2018	421,37	JUCINEI MACHADO	IMÓVEL: 27126 - 01.04.089.0396.001	IMPOSTO PREDIAL
40318	29/10/2018	504,78	ADO KAMER	IMÓVEL: 27127 - 01.04.090.0179.001	IMPOSTO PREDIAL
40319	29/10/2018	376,87	JOESEL RODRIGUES DE SOUZA	IMÓVEL: 27131 - 01.04.090.0235.001	IMPOSTO PREDIAL
40320	29/10/2018	377,71	ALCIDES BORTOLOTTI	IMÓVEL: 27140 - 01.01.037.0326.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40321	29/10/2018	2.005,61	MARTINHO ROCHA FILHO	IMÓVEL: 27168 - 01.06.106.0567.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40322	29/10/2018	325,77	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 27191 - 01.05.066.4317.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40323	29/10/2018	200,60	SANDRA REJANE DA ROSA SILVA	IMÓVEL: 27192 - 01.06.090.0188.003	IMPOSTO PREDIAL
40324	29/10/2018	415,12	DICIONIR PASINI	IMÓVEL: 27199 - 01.01.031.0402.003	IMPOSTO PREDIAL
40325	29/10/2018	382,26	ALEXANDRE MARTINS BRUGNOLI	IMÓVEL: 27210 - 01.01.031.0402.014	IMPOSTO PREDIAL
40326	29/10/2018	487,29	GISELI SCANDOLARA BOSA	IMÓVEL: 27214 - 01.01.031.0402.018	IMPOSTO PREDIAL
40327	29/10/2018	255,95	OSMAR MONGUILHOTT FILHO	IMÓVEL: 27221 - 01.01.031.0402.025	IMPOSTO PREDIAL
40328	29/10/2018	102,42	VANDERLEI ALEXANDRE	IMÓVEL: 27229 - 01.01.031.0402.033	IMPOSTO PREDIAL
40329	29/10/2018	506,88	PEDRO RECH	IMÓVEL: 27231 - 01.01.031.0402.035	IMPOSTO PREDIAL
40330	29/10/2018	511,92	CARLOS GUILHERME ESTEVES KRUGER	IMÓVEL: 27234 - 01.01.031.0402.038	IMPOSTO PREDIAL
40331	29/10/2018	49,26	PEDRO RECH	IMÓVEL: 27259 - 01.01.031.0402.063	IMPOSTO PREDIAL
40332	29/10/2018	49,26	CARLOS GUILHERME ESTEVES KRUGER	IMÓVEL: 27262 - 01.01.031.0402.066	IMPOSTO PREDIAL
40333	29/10/2018	64,63	GISELI SCANDOLARA BOSA	IMÓVEL: 27274 - 01.01.031.0402.078	IMPOSTO PREDIAL
40334	29/10/2018	64,63	GUILHERME NUERNBERG TREVISOL	IMÓVEL: 27278 - 01.01.031.0402.082	IMPOSTO PREDIAL
40335	29/10/2018	515,44	BENTA HOMEM	IMÓVEL: 27291 - 01.03.058.0130.001	IMPOSTO PREDIAL

40336	29/10/2018	296,35	ROBERTO DA SILVA	IMÓVEL: 27300 - 01.03.059.0204.001	IMPOSTO PREDIAL
40337	29/10/2018	338,48	AGUINALDO DA SILVA	IMÓVEL: 27301 - 01.03.059.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
40338	29/10/2018	361,14	ADELMO GOMES DANIEL	IMÓVEL: 27305 - 01.03.059.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
40339	29/10/2018	248,02	THAYSE VALNIER DA SILVA	IMÓVEL: 27310 - 01.03.060.0174.001	IMPOSTO PREDIAL
40340	29/10/2018	274,35	FERNANDA FELIX DE SOUZA	IMÓVEL: 27338 - 01.05.104.0149.001	IMPOSTO PREDIAL
40341	29/10/2018	491,60	EDSON MOTA DE FREITAS	IMÓVEL: 27342 - 01.05.104.0201.001	IMPOSTO PREDIAL
40342	29/10/2018	406,28	LEANDRO LEONI VARGAS	IMÓVEL: 27343 - 01.05.104.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
40343	29/10/2018	504,82	REGINALDO DA LUZ DA SILVA	IMÓVEL: 27353 - 01.05.103.0077.001	IMPOSTO PREDIAL
40344	29/10/2018	497,10	EDER CESAR SERAFIM	IMÓVEL: 27366 - 01.06.107.0268.001	IMPOSTO PREDIAL
40345	29/10/2018	369,49	EDUARDO RODRIGUES MAZUCO	IMÓVEL: 27367 - 01.06.107.0282.001	IMPOSTO PREDIAL
40346	29/10/2018	425,01	JOSE FELISBERTO	IMÓVEL: 27370 - 01.02.045.1280.002	IMPOSTO PREDIAL
40347	29/10/2018	303,61	ADRIANO MACHADO	IMÓVEL: 27372 - 01.04.094.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
40348	29/10/2018	370,37	JOAO PAULO BUCALA	IMÓVEL: 27379 - 01.04.093.0079.001	IMPOSTO PREDIAL
40349	29/10/2018	275,79	SUZANA BONFANTI	IMÓVEL: 27387 - 01.04.091.0075.001	IMPOSTO PREDIAL
40350	29/10/2018	328,56	JOSE PEDRO MARTINELLO MACHADO	IMÓVEL: 27392 - 01.04.091.0266.001	IMPOSTO PREDIAL
40351	29/10/2018	350,61	PAULO ADRIANO LOPES DOS SANTOS	IMÓVEL: 27399 - 01.04.092.0111.001	IMPOSTO PREDIAL
40352	29/10/2018	512,86	ROMOALDO FORGIARINI	IMÓVEL: 27404 - 01.05.032.0555.002	IMPOSTO PREDIAL
40353	29/10/2018	383,11	JOSE JOAO BENTO	IMÓVEL: 27413 - 01.06.064.0126.003	IMPOSTO PREDIAL
40354	29/10/2018	383,78	SADI ANGELO CORNEO	IMÓVEL: 27423 - 01.06.001.0704.002	IMPOSTO PREDIAL
40355	29/10/2018	417,67	EDGAR FRANCISCO MARIANO	IMÓVEL: 27425 - 01.01.005.0426.003	IMPOSTO PREDIAL
40356	29/10/2018	93,62	DEISE RAMOS CHECHETTO BENDO	IMÓVEL: 27432 - 01.07.042.0104.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40357	29/10/2018	355,60	FELIPE MEDEIROS WARMLING	IMÓVEL: 27433 - 01.07.042.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
40358	29/10/2018	105,71	EDER VALENTIM	IMÓVEL: 27440 - 01.07.043.0013.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40359	29/10/2018	332,80	JOSIELI DA CRUZ	IMÓVEL: 27443 - 01.07.043.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
40360	29/10/2018	188,90	DIEGO TEIXEIRA JUSTINO	IMÓVEL: 27448 - 01.07.043.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
40361	29/10/2018	378,39	ROGER ASSUNÇÃO	IMÓVEL: 27454 - 01.07.044.0182.001	IMPOSTO PREDIAL
40362	29/10/2018	342,85	ALCIONE ZUCHINALE DE FAVERI	IMÓVEL: 27456 - 01.07.044.0156.001	IMPOSTO PREDIAL
40363	29/10/2018	233,01	HIAGO HERDT FELISBERTO	IMÓVEL: 27459 - 01.07.044.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
40364	29/10/2018	350,39	JHONATAN BONGIOLO DE SOUZA	IMÓVEL: 27460 - 01.07.044.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
40365	29/10/2018	325,28	MATHEUS BALBINO	IMÓVEL: 27472 - 01.07.045.0065.001	IMPOSTO PREDIAL
40366	29/10/2018	176,35	RAMON FRASSETTO RODRIGUES	IMÓVEL: 27473 - 01.07.045.0078.001	IMPOSTO PREDIAL
40367	29/10/2018	332,61	JEAN DAMINELLI	IMÓVEL: 27475 - 01.07.045.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
40368	29/10/2018	348,90	MARIELE DA CRUZ	IMÓVEL: 27483 - 01.07.046.0242.001	IMPOSTO PREDIAL
40369	29/10/2018	378,80	JANDERSON RODRIGUES DE MEDEIROS	IMÓVEL: 27485 - 01.07.046.0217.001	IMPOSTO PREDIAL
40370	29/10/2018	93,62	DURVALINO DE ALKIMIM SANTA ROSA	IMÓVEL: 27490 - 01.07.046.0152.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40371	29/10/2018	240,53	PEDRO MARCELINO	IMÓVEL: 27515 - 01.05.016.0810.003	IMPOSTO PREDIAL
40372	29/10/2018	97,09	MARIEZI OLIVIO DE BRIDA	IMÓVEL: 27516 - 01.07.047.0320.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40373	29/10/2018	345,59	CRISTIANO DA SILVA RIOS	IMÓVEL: 27527 - 01.07.048.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
40374	29/10/2018	163,00	RAFAEL MEDEIROS	IMÓVEL: 27529 - 01.07.048.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40375	29/10/2018	391,91	VINICIUS JOAO DOS SANTOS	IMÓVEL: 27530 - 01.07.048.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
40376	29/10/2018	364,74	NOEME MARIA KLEIN	IMÓVEL: 27537 - 01.07.048.0199.001	IMPOSTO PREDIAL
40377	29/10/2018	332,73	MACALISTER GUAREZI BROCA	IMÓVEL: 27541 - 01.07.048.0307.001	IMPOSTO PREDIAL
40378	29/10/2018	326,14	MARLON DOUGLAS DO NASCIMENTO	IMÓVEL: 27542 - 01.07.048.0320.001	IMPOSTO PREDIAL
40379	29/10/2018	97,09	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 27550 - 01.07.048.0423.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40380	29/10/2018	69,87	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 27554 - 01.07.049.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
40381	29/10/2018	401,91	DANIEL DA SILVA ZEFERINO	IMÓVEL: 27555 - 01.07.049.0082.001	IMPOSTO PREDIAL
40382	29/10/2018	97,09	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 27556 - 01.07.049.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40383	29/10/2018	97,09	CLAUDIA ANTUNES BORGES	IMÓVEL: 27557 - 01.07.049.0108.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40384	29/10/2018	363,64	JHONATAN AMANDIO BONFANTE	IMÓVEL: 27560 - 01.07.049.0147.001	IMPOSTO PREDIAL
40385	29/10/2018	365,27	MARIELE DA CONCEIÇÃO	IMÓVEL: 27561 - 01.07.049.0160.001	IMPOSTO PREDIAL
40386	29/10/2018	352,11	DAIANE ANTUNES FLORIANO	IMÓVEL: 27562 - 01.07.049.0173.001	IMPOSTO PREDIAL
40387	29/10/2018	373,34	JOAO VITOR CAMARGO GUERREIRA	IMÓVEL: 27566 - 01.07.049.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
40388	29/10/2018	392,03	EDINALDO MELLO	IMÓVEL: 27574 - 01.07.049.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
40389	29/10/2018	489,90	SIMONI DE LIMA	IMÓVEL: 27583 - 01.07.050.0108.001	IMPOSTO PREDIAL

40390	29/10/2018	397,85	ANDRE MACHADO NEVES	IMÓVEL: 27592 - 01.07.050.0253.001	IMPOSTO PREDIAL
40391	29/10/2018	106,35	ERENITA LANIUS	IMÓVEL: 27593 - 01.07.050.0294.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40392	29/10/2018	344,96	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 27598 - 01.07.050.0358.001	IMPOSTO PREDIAL
40393	29/10/2018	502,50	TATIANE INACIO DOS SANTOS	IMÓVEL: 27600 - 01.07.050.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
40394	29/10/2018	356,06	ANGELICA TISCOSKI COELHO	IMÓVEL: 27603 - 01.07.050.0423.001	IMPOSTO PREDIAL
40395	29/10/2018	387,12	ROBERTO RIVELINO PIRES DA CRUZ	IMÓVEL: 27606 - 01.07.051.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
40396	29/10/2018	382,21	ANDERSON FLORENCIO MARTINS	IMÓVEL: 27611 - 01.07.051.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
40397	29/10/2018	388,42	EDSON DOS SANTOS TEIXEIRA	IMÓVEL: 27622 - 01.07.051.0332.001	IMPOSTO PREDIAL
40398	29/10/2018	425,76	FERNANDO DOS SANTOS DIAS	IMÓVEL: 27626 - 01.07.051.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
40399	29/10/2018	362,21	VERA LUCIA AMBONI FRASSETTO	IMÓVEL: 27627 - 01.07.051.0397.001	IMPOSTO PREDIAL
40400	29/10/2018	324,48	JOANES DA SILVA SANTOS	IMÓVEL: 27629 - 01.07.051.0423.001	IMPOSTO PREDIAL
40401	29/10/2018	502,97	ISRAEL SERAFIM MARIN	IMÓVEL: 27631 - 01.07.052.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
40402	29/10/2018	442,65	WAGNER DOS SANTOS ANA	IMÓVEL: 27635 - 01.07.052.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
40403	29/10/2018	280,99	ELIZABETE DE MORAES	IMÓVEL: 27649 - 01.07.052.0345.001	IMPOSTO PREDIAL
40404	29/10/2018	369,65	MAURICIO JOSE DA SILVA	IMÓVEL: 27650 - 01.07.052.0358.001	IMPOSTO PREDIAL
40405	29/10/2018	367,16	TUANE SATURNINO DA SILVA	IMÓVEL: 27651 - 01.07.052.0371.001	IMPOSTO PREDIAL
40406	29/10/2018	357,18	MAURICIO CARDOSO DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 27652 - 01.07.052.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
40407	29/10/2018	349,60	RONALDO GOMES DE SOUZA	IMÓVEL: 27655 - 01.07.052.0423.001	IMPOSTO PREDIAL
40408	29/10/2018	348,48	FERNANDO SANTOS DA SILVA	IMÓVEL: 27657 - 01.07.053.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
40409	29/10/2018	165,69	FABRICIO MARIANO VICENTI	IMÓVEL: 27658 - 01.07.053.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
40410	29/10/2018	97,09	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 27663 - 01.07.053.0134.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40411	29/10/2018	97,09	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 27664 - 01.07.053.0147.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40412	29/10/2018	362,77	RICHARD ROSA ALVES	IMÓVEL: 27665 - 01.07.053.0160.001	IMPOSTO PREDIAL
40413	29/10/2018	377,37	ALINE GOULART POLICARPO	IMÓVEL: 27666 - 01.07.053.0173.001	IMPOSTO PREDIAL
40414	29/10/2018	380,37	SIMONI MENDES ALBANO	IMÓVEL: 27667 - 01.07.053.0186.001	IMPOSTO PREDIAL
40415	29/10/2018	97,09	TALITA FERREIRA ANTONIO	IMÓVEL: 27669 - 01.07.053.0212.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40416	29/10/2018	397,48	JOSIAS NAZARIO	IMÓVEL: 27675 - 01.07.053.0345.001	IMPOSTO PREDIAL
40417	29/10/2018	369,84	ALEXANDRE ALBANO	IMÓVEL: 27679 - 01.07.053.0397.001	IMPOSTO PREDIAL
40418	29/10/2018	461,80	JOSE ARI MARTINS	IMÓVEL: 27686 - 01.07.054.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40419	29/10/2018	375,14	MICHEL DA ROCHA BERNARDINO	IMÓVEL: 27687 - 01.07.054.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
40420	29/10/2018	97,09	TIAGO LAUDELINO DA SILVA	IMÓVEL: 27694 - 01.07.054.0199.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40421	29/10/2018	400,90	MAXSUEL JOAQUIM	IMÓVEL: 27695 - 01.07.054.0212.001	IMPOSTO PREDIAL
40422	29/10/2018	320,91	ETLEN HENRIQUE DOS SANTOS	IMÓVEL: 27700 - 01.07.054.0332.001	IMPOSTO PREDIAL
40423	29/10/2018	97,09	RAFAEL TAUFEMBACH	IMÓVEL: 27701 - 01.07.054.0345.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40424	29/10/2018	97,09	JARDEL DOS SANTOS MAGAGNIN	IMÓVEL: 27714 - 01.07.055.0121.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40425	29/10/2018	320,95	ANA PAULA CLEMENTE MONTEIRO	IMÓVEL: 27718 - 01.07.055.0172.001	IMPOSTO PREDIAL
40426	29/10/2018	405,69	DIELISON PEREIRA DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 27720 - 01.07.055.0234.001	IMPOSTO PREDIAL
40427	29/10/2018	79,01	MARCOS FIGUEREDO	IMÓVEL: 27723 - 01.07.055.0306.001	IMPOSTO PREDIAL
40428	29/10/2018	301,38	UANDERSON DE OLIVEIRA FARIAS	IMÓVEL: 27724 - 01.07.055.0319.001	IMPOSTO PREDIAL
40429	29/10/2018	342,04	FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA	IMÓVEL: 27729 - 01.07.055.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
40430	29/10/2018	349,28	MARIA DA SILVA	IMÓVEL: 27733 - 01.07.056.0069.001	IMPOSTO PREDIAL
40431	29/10/2018	266,34	GILBERTO VIEIRA	IMÓVEL: 27743 - 01.07.056.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
40432	29/10/2018	85,40	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	IMÓVEL: 27747 - 01.07.056.0307.001	IMPOSTO PREDIAL
40433	29/10/2018	337,13	EDEMIR MOSCHEM SCHVANS	IMÓVEL: 27748 - 01.07.056.0320.001	IMPOSTO PREDIAL
40434	29/10/2018	456,37	BRUNA DAMINELLI	IMÓVEL: 27751 - 01.07.056.0359.001	IMPOSTO PREDIAL
40435	29/10/2018	346,97	HERCULES MANIQUE BARRETO MES- QUITA	IMÓVEL: 27752 - 01.07.057.0028.001	IMPOSTO PREDIAL
40436	29/10/2018	97,09	WYLLIAN KIM ALDROVALDO LIMA	IMÓVEL: 27763 - 01.07.057.0269.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40437	29/10/2018	188,88	THIAGO CLARO ALVES	IMÓVEL: 27767 - 01.07.057.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
40438	29/10/2018	342,06	AMARILDO DONATO	IMÓVEL: 27773 - 01.07.058.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
40439	29/10/2018	367,65	JULIANO DOS SANTOS ALVES	IMÓVEL: 27774 - 01.07.058.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
40440	29/10/2018	384,11	TEREZA MACHADO DOS SANTOS	IMÓVEL: 27776 - 01.07.058.0216.001	IMPOSTO PREDIAL
40441	29/10/2018	362,07	JOAO PEREIRA DA SILVA	IMÓVEL: 27779 - 01.07.058.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
40442	29/10/2018	306,24	HELTON MARCELINO FERMIANO	IMÓVEL: 27785 - 01.07.059.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40443	29/10/2018	385,06	NIVALDA JUNKES	IMÓVEL: 27790 - 01.07.059.0216.001	IMPOSTO PREDIAL

40444	29/10/2018	347,87	WILIAN BORGES DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 27798 - 01.07.060.0082.001	IMPOSTO PREDIAL
40445	29/10/2018	97,09	BRUNO DOS SANTOS BERGMANN	IMÓVEL: 27803 - 01.07.060.0281.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40446	29/10/2018	369,63	LUISA ELISIEUDA DOS SANTOS OLIVEIRA	IMÓVEL: 27804 - 01.07.060.0294.001	IMPOSTO PREDIAL
40447	29/10/2018	356,26	JOSÉ DE PAULA TRINDADE JUNIOR	IMÓVEL: 27810 - 01.07.061.0095.001	IMPOSTO PREDIAL
40448	29/10/2018	336,19	ALESSIO EYNG	IMÓVEL: 27811 - 01.07.061.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
40449	29/10/2018	460,02	ELOÍ INÊS NEILAND	IMÓVEL: 27813 - 01.07.061.0134.001	IMPOSTO PREDIAL
40450	29/10/2018	104,89	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 27814 - 01.07.061.0174.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40451	29/10/2018	364,52	FABRICIO LUIZ DE LIMA	IMÓVEL: 27821 - 01.07.062.0013.001	IMPOSTO PREDIAL
40452	29/10/2018	93,62	BRUNO DA SILVA LUIZ	IMÓVEL: 27823 - 01.07.062.0039.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40453	29/10/2018	365,54	LUCAS DOS SANTOS MAIER	IMÓVEL: 27827 - 01.07.062.0091.001	IMPOSTO PREDIAL
40454	29/10/2018	339,49	JOSE ALTAIR FAGUNDES	IMÓVEL: 27828 - 01.07.062.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
40455	29/10/2018	312,43	CRISLAINE APARECIDA RAMOS	IMÓVEL: 27829 - 01.07.062.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
40456	29/10/2018	506,96	EDINALDO NEVES LOPES	IMÓVEL: 27840 - 01.07.063.0078.001	IMPOSTO PREDIAL
40457	29/10/2018	90,15	EDSON GHISI MUNARETTO	IMÓVEL: 27843 - 01.07.063.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
40458	29/10/2018	365,44	CRISTIANO BELINA LIMA	IMÓVEL: 27845 - 01.07.063.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
40459	29/10/2018	394,35	ISMAEL DOS SANTOS HILARIO	IMÓVEL: 27847 - 01.07.063.0168.001	IMPOSTO PREDIAL
40460	29/10/2018	372,40	ALTAIR SCARPARI DOS SANTOS	IMÓVEL: 27851 - 01.07.064.0039.001	IMPOSTO PREDIAL
40461	29/10/2018	486,82	DIEGO ARAUJO PEREIRA	IMÓVEL: 27852 - 01.07.064.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
40462	29/10/2018	93,89	SILVANA FLORENTINO DUARTE	IMÓVEL: 27853 - 01.07.064.0065.001	IMPOSTO PREDIAL
40463	29/10/2018	373,08	LILIAN LUVISA DE SOUZA	IMÓVEL: 27857 - 01.07.064.0117.001	IMPOSTO PREDIAL
40464	29/10/2018	350,24	CRISTIANO DA SILVA	IMÓVEL: 27858 - 01.07.064.0130.001	IMPOSTO PREDIAL
40465	29/10/2018	518,56	SINARA CARDOSO ROCHA	IMÓVEL: 27859 - 01.07.064.0143.001	IMPOSTO PREDIAL
40466	29/10/2018	474,43	CARLOS FERREIRA BRAGA	IMÓVEL: 27883 - 01.03.001.1642.002	IMPOSTO PREDIAL
40467	29/10/2018	402,78	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 27894 - 01.05.044.2013.004	IMPOSTO PREDIAL
40468	29/10/2018	549,76	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 27895 - 01.05.044.2013.005	IMPOSTO PREDIAL
40469	29/10/2018	278,26	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 27900 - 01.05.044.2013.011	IMPOSTO PREDIAL
40470	29/10/2018	227,39	TEREZINHA DE FATIMA DA ROSA PINHEIRO	IMÓVEL: 27902 - 01.04.030.1447.002	IMPOSTO PREDIAL
40471	29/10/2018	204,54	GILMAR DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 27938 - 01.08.015.0293.002	IMPOSTO PREDIAL
40472	29/10/2018	296,61	ROSALIA SEVERINO DA SILVA	IMÓVEL: 27947 - 01.06.103.0031.002	IMPOSTO PREDIAL
40473	29/10/2018	195,75	ALEXANDRE GOMES DA LUZ	IMÓVEL: 27948 - 01.07.019.0433.002	IMPOSTO PREDIAL
40474	29/10/2018	747,45	MARIO MEZZARI	IMÓVEL: 27950 - 01.01.033.0100.005	IMPOSTO PREDIAL
40475	29/10/2018	747,45	MARIO MEZZARI	IMÓVEL: 27953 - 01.01.033.0100.008	IMPOSTO PREDIAL
40476	29/10/2018	740,40	MARIO MEZZARI	IMÓVEL: 27955 - 01.01.033.0100.010	IMPOSTO PREDIAL
40477	29/10/2018	215,03	ALEXANDRE GONCALVES TOME	IMÓVEL: 27974 - 01.08.004.0056.002	IMPOSTO PREDIAL
40478	29/10/2018	449,10	ANTONIO DE BORBA	IMÓVEL: 27979 - 01.05.028.0058.002	IMPOSTO PREDIAL
40479	29/10/2018	268,69	VALTER LOPES	IMÓVEL: 28023 - 01.05.032.0234.002	IMPOSTO PREDIAL
40480	29/10/2018	214,99	JULIANO GONÇALVES	IMÓVEL: 28030 - 01.04.076.0140.002	IMPOSTO PREDIAL
40481	29/10/2018	292,14	FELIPE FREITAS ZUCHINALI	IMÓVEL: 28052 - 01.03.058.0302.001	IMPOSTO PREDIAL
40482	29/10/2018	373,70	JULIANA ESPANHOL GONÇALVES	IMÓVEL: 28054 - 01.03.058.0358.001	IMPOSTO PREDIAL
40483	29/10/2018	84,21	SAMUEL SANTOS DE JESUS	IMÓVEL: 28055 - 01.03.058.0400.001	IMPOSTO PREDIAL
40484	29/10/2018	370,90	WAGNER FENALI DONDOSSOLA	IMÓVEL: 28058 - 01.03.059.0384.001	IMPOSTO PREDIAL
40485	29/10/2018	366,67	MARCIA MATEUS	IMÓVEL: 28059 - 01.03.059.0397.001	IMPOSTO PREDIAL
40486	29/10/2018	555,32	MARIA CLAUDETE P. CORNEO	IMÓVEL: 28060 - 01.02.051.0072.001	IMPOSTO PREDIAL
40487	29/10/2018	361,01	JANAINA DE BITENCOURT	IMÓVEL: 28061 - 01.03.063.0017.001	IMPOSTO PREDIAL
40488	29/10/2018	257,53	JORGE DA ROSA	IMÓVEL: 28062 - 01.03.063.0032.001	IMPOSTO PREDIAL
40489	29/10/2018	117,91	DW IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 28064 - 01.03.063.0060.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40490	29/10/2018	892,89	TANISE DAMINELI GHISLERI	IMÓVEL: 28065 - 01.03.063.0100.001	IMPOSTO PREDIAL
40491	29/10/2018	96,68	DW IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 28066 - 01.03.063.0113.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40492	29/10/2018	482,77	RODRIGO WITT MARCELINO	IMÓVEL: 28067 - 01.03.063.0125.001	IMPOSTO PREDIAL
40493	29/10/2018	341,86	EVERSON FARIAS DA SILVA	IMÓVEL: 28068 - 01.03.063.0138.001	IMPOSTO PREDIAL
40494	29/10/2018	354,49	JOCEMAR DA SILVA DIAS	IMÓVEL: 28073 - 01.03.062.0098.001	IMPOSTO PREDIAL
40495	29/10/2018	304,31	SABRINA ELEOTERIO DA ROSA	IMÓVEL: 28077 - 01.03.062.0148.001	IMPOSTO PREDIAL
40496	29/10/2018	341,88	DANIEL DA SILVA	IMÓVEL: 28079 - 01.03.062.0173.001	IMPOSTO PREDIAL

40497	29/10/2018	96,68	DAIANA DA SILVA LUIZ	IMÓVEL: 28080 - 01.03.062.0185.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40498	29/10/2018	96,68	DW IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 28081 - 01.03.062.0198.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40499	29/10/2018	86,20	ANDRE CAMPOS DOS SANTOS	IMÓVEL: 28094 - 01.03.062.0421.001	IMPOSTO PREDIAL
40500	29/10/2018	332,62	VAGNER DE JESUS SANTOS	IMÓVEL: 28101 - 01.03.063.0281.001	IMPOSTO PREDIAL
40501	29/10/2018	357,15	WELINTON FELIPE DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 28104 - 01.03.063.0325.001	IMPOSTO PREDIAL
40502	29/10/2018	419,83	CLAUDINEI JAQUES DA SILVA	IMÓVEL: 28105 - 01.03.061.0015.001	IMPOSTO PREDIAL
40503	29/10/2018	332,00	ANA PAULA RAFAEL DA SILVA	IMÓVEL: 28106 - 01.03.061.0029.001	IMPOSTO PREDIAL
40504	29/10/2018	413,23	MARCIO PEDRO CORREIA	IMÓVEL: 28107 - 01.03.061.0041.001	IMPOSTO PREDIAL
40505	29/10/2018	341,83	FRANCIELI SCHUWARTZ MAFFIOLETTI	IMÓVEL: 28113 - 01.03.061.0169.001	IMPOSTO PREDIAL
40506	29/10/2018	340,51	EDSON DA ROSA SALVATICO	IMÓVEL: 28115 - 01.03.061.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
40507	29/10/2018	350,40	ACELIO DE MELO ROCHA	IMÓVEL: 28116 - 01.03.061.0206.001	IMPOSTO PREDIAL
40508	29/10/2018	388,44	JOSE PAULO PANCHERA ZUCHINALI	IMÓVEL: 28119 - 01.03.061.0244.001	IMPOSTO PREDIAL
40509	29/10/2018	308,87	MILTON DOS SANTOS	IMÓVEL: 28121 - 01.03.061.0269.001	IMPOSTO PREDIAL
40510	29/10/2018	125,16	DW IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 28123 - 01.03.061.0324.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40511	29/10/2018	347,51	MOIZEIS ANSELMO VALNIER	IMÓVEL: 28124 - 01.03.061.0337.001	IMPOSTO PREDIAL
40512	29/10/2018	391,80	ISABELA NIEHUES DOS SANTOS	IMÓVEL: 28127 - 01.03.061.0406.001	IMPOSTO PREDIAL
40513	29/10/2018	433,74	EDEVIR RABELO	IMÓVEL: 28132 - 01.03.061.0468.001	IMPOSTO PREDIAL
40514	29/10/2018	374,50	CARLOS ROBERTO DA SILVA SANTOS	IMÓVEL: 28135 - 01.03.061.0506.001	IMPOSTO PREDIAL
40515	29/10/2018	354,45	UILMA CELIA SALES SANTOS	IMÓVEL: 28136 - 01.03.061.0519.001	IMPOSTO PREDIAL
40516	29/10/2018	372,23	LUCAS FLORENCIO	IMÓVEL: 28142 - 01.03.064.0331.001	IMPOSTO PREDIAL
40517	29/10/2018	378,41	WILMAR PAZZINI	IMÓVEL: 28145 - 01.03.064.0370.001	IMPOSTO PREDIAL
40518	29/10/2018	115,41	JOSE JAIR BORGES	IMÓVEL: 28148 - 01.03.064.0410.001	IMPOSTO PREDIAL
40519	29/10/2018	355,57	JAIRO WITH	IMÓVEL: 28153 - 01.03.064.0052.001	IMPOSTO PREDIAL
40520	29/10/2018	382,53	EDIO FELISBERTO DA SILVA	IMÓVEL: 28155 - 01.03.064.0078.001	IMPOSTO PREDIAL
40521	29/10/2018	347,47	CARLA SILVEIRA	IMÓVEL: 28157 - 01.03.064.0104.001	IMPOSTO PREDIAL
40522	29/10/2018	373,99	ROBSON MARTINS DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 28164 - 01.03.064.0291.001	IMPOSTO PREDIAL
40523	29/10/2018	257,01	MARLENE CORREA	IMÓVEL: 28209 - 01.04.010.0081.003	IMPOSTO PREDIAL
40524	29/10/2018	222,39	CRISLAINE APARECIDA RAMOS	IMÓVEL: 28214 - 01.07.062.0117.002	IMPOSTO PREDIAL
40525	29/10/2018	444,48	ALZIRA MARIA REIS PICOLO	IMÓVEL: 28239 - 01.02.067.0417.001	IMPOSTO PREDIAL
40526	29/10/2018	68,89	KARINA BIF PAULINO	IMÓVEL: 28248 - 01.02.068.0189.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40527	29/10/2018	459,25	AHMAD RIBEIRO MUHA	IMÓVEL: 28256 - 01.02.068.0313.001	IMPOSTO PREDIAL
40528	29/10/2018	138,38	JUCEMAR VICENTE CIPRIANO	IMÓVEL: 28258 - 01.02.068.0341.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40529	29/10/2018	442,51	KARYN YANY VELHO DOS SANTOS	IMÓVEL: 28293 - 01.02.072.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
40530	29/10/2018	298,21	CAMILA PERUCHI ALEXANDRE	IMÓVEL: 28298 - 01.02.068.0587.001	IMPOSTO PREDIAL
40531	29/10/2018	414,82	JOCIMAR ALVES BUENO	IMÓVEL: 28333 - 01.02.073.0379.001	IMPOSTO PREDIAL
40532	29/10/2018	421,25	WILLIAN NUNES BITTENCOURT	IMÓVEL: 28367 - 01.02.075.0042.001	IMPOSTO PREDIAL
40533	29/10/2018	423,75	DANIEL HENRIQUE DE PAULA TEIXEIRA	IMÓVEL: 28370 - 01.02.075.0098.001	IMPOSTO PREDIAL
40534	29/10/2018	443,04	GEAN KUKERT	IMÓVEL: 28385 - 01.02.075.0386.001	IMPOSTO PREDIAL
40535	29/10/2018	194,97	MARISA DOS SANTOS	IMÓVEL: 28424 - 01.02.077.0276.001	IMPOSTO PREDIAL
40536	29/10/2018	363,93	DOUGLAS MENDER DA ROSA	IMÓVEL: 28427 - 01.02.077.0315.001	IMPOSTO PREDIAL
40537	29/10/2018	437,75	RODIVAN CARLOS MICHELS	IMÓVEL: 28466 - 01.02.079.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
40538	29/10/2018	512,66	WAGNER BORDIGNON PIOVEZAN	IMÓVEL: 28502 - 01.02.071.0352.001	IMPOSTO PREDIAL
40539	29/10/2018	406,11	DIOGO PASINI	IMÓVEL: 28539 - 01.02.081.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
40540	29/10/2018	414,51	SUELEN CAROLINE DOS SANTOS	IMÓVEL: 28542 - 01.02.081.0215.001	IMPOSTO PREDIAL
40541	29/10/2018	378,05	JANDER COELHO	IMÓVEL: 28543 - 01.02.081.0228.001	IMPOSTO PREDIAL
40542	29/10/2018	321,63	CATARINA ECHEVERRIA	IMÓVEL: 28556 - 01.02.081.0454.001	IMPOSTO PREDIAL
40543	29/10/2018	111,98	ANTONIO GERALDO MEDINA JUNIOR	IMÓVEL: 28557 - 01.02.081.0467.001	IMPOSTO PREDIAL
40544	29/10/2018	607,04	DANIEL LOCH CARDOSO	IMÓVEL: 28575 - 01.02.082.0215.001	IMPOSTO PREDIAL
40545	29/10/2018	273,19	AVANIR MOTTA	IMÓVEL: 28708 - 01.02.054.0261.002	IMPOSTO PREDIAL
40546	29/10/2018	212,63	ANDERSON ALBERTO MARANGONI	IMÓVEL: 28709 - 01.06.101.0349.002	IMPOSTO PREDIAL
40547	29/10/2018	333,03	CARLOS ALBERTO FIDENCIO	IMÓVEL: 28717 - 01.08.012.0216.002	IMPOSTO PREDIAL
40548	29/10/2018	122,24	TARCISIO LANHI BALTHAZAR	IMÓVEL: 28724 - 01.08.005.0215.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40549	29/10/2018	488,18	OLINDA HEERDT DE SOUZA	IMÓVEL: 28727 - 01.03.035.0462.003	IMPOSTO PREDIAL
40550	29/10/2018	398,63	ELISEU DE SOUZA RABELO	IMÓVEL: 28746 - 01.03.038.0350.001	IMPOSTO PREDIAL

40551	29/10/2018	258,05	ITAMAR DA SILVA BRIGIDO	IMÓVEL: 28755 - 01.05.027.0090.002	IMPOSTO PREDIAL
40552	29/10/2018	241,85	ANA IGNACIA	IMÓVEL: 28762 - 01.01.016.0260.004	IMPOSTO PREDIAL
40553	29/10/2018	601,47	VALMIR JOSÉ ROCHA	IMÓVEL: 28793 - 01.02.094.0238.001	IMPOSTO PREDIAL
40554	29/10/2018	263,08	DEBORA EULALIA TANQUELLA GOMES	IMÓVEL: 28818 - 01.03.065.0126.001	IMPOSTO PREDIAL
40555	29/10/2018	378,12	MICHELE ZEFERINO DA SILVA	IMÓVEL: 28891 - 01.06.107.0310.001	IMPOSTO PREDIAL
40556	29/10/2018	358,03	ELITON VIEIRA BATISTA	IMÓVEL: 28892 - 01.06.107.0323.001	IMPOSTO PREDIAL
40557	29/10/2018	350,32	ROSILDA FIGUEREDO COMICIOLI	IMÓVEL: 28893 - 01.06.107.0336.001	IMPOSTO PREDIAL
40558	29/10/2018	312,24	MIRIA MARCELINO FERMIANO	IMÓVEL: 28897 - 01.06.108.0012.001	IMPOSTO PREDIAL
40559	29/10/2018	358,51	ALESSANDRO JOSE DOS SANTOS	IMÓVEL: 28898 - 01.06.108.0026.001	IMPOSTO PREDIAL
40560	29/10/2018	356,00	LINO DA SILVA JUNIOR	IMÓVEL: 28902 - 01.06.108.0121.001	IMPOSTO PREDIAL
40561	29/10/2018	331,94	KACIANO FERNANDES	IMÓVEL: 28904 - 01.06.108.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
40562	29/10/2018	337,01	ANDERSON DE ALMEIDA	IMÓVEL: 28905 - 01.06.108.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
40563	29/10/2018	523,19	FERNANDO FRASSON	IMÓVEL: 28908 - 01.06.108.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
40564	29/10/2018	336,98	JOSE ADEMIR MACHADO	IMÓVEL: 28909 - 01.06.108.0267.001	IMPOSTO PREDIAL
40565	29/10/2018	354,89	JURACI CARDOSO	IMÓVEL: 28930 - 01.02.008.0045.003	IMPOSTO PREDIAL
40566	29/10/2018	341,04	CLEBER ESTEVES	IMÓVEL: 28955 - 01.10.003.0607.001	IMPOSTO PREDIAL
40567	29/10/2018	526,27	JUAREZ CARDOSO	IMÓVEL: 28956 - 01.10.003.0626.001	IMPOSTO PREDIAL
40568	29/10/2018	238,87	VALMIR CARDOSO	IMÓVEL: 28957 - 01.10.003.0640.001	IMPOSTO PREDIAL
40569	29/10/2018	44,23	SANTOS JOSE TROMBIM	IMÓVEL: 28964 - 01.10.003.0854.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40570	29/10/2018	378,64	MARIA ANGELINA DA ROCHA	IMÓVEL: 28966 - 01.10.003.0982.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40571	29/10/2018	280,93	CLODOALDO FELISBERTO ELIAS	IMÓVEL: 28968 - 01.10.003.1366.001	IMPOSTO PREDIAL
40572	29/10/2018	838,25	JUCEMAR BORGES	IMÓVEL: 28976 - 01.10.001.0256.001	IMPOSTO PREDIAL
40573	29/10/2018	241,53	EVONECIR SILVA DOS SANTOS	IMÓVEL: 28978 - 01.10.001.0294.001	IMPOSTO PREDIAL
40574	29/10/2018	226,22	SILVANA DOMINGOS	IMÓVEL: 28980 - 01.10.001.0330.001	IMPOSTO PREDIAL
40575	29/10/2018	878,61	JOSE CARLOS LOCH	IMÓVEL: 28983 - 01.10.002.0159.001	IMPOSTO PREDIAL
40576	29/10/2018	267,20	YUMI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	IMÓVEL: 28987 - 01.03.051.0029.002	IMPOSTO PREDIAL
40577	29/10/2018	280,42	ELOIR JOSE LEONARDO	IMÓVEL: 28994 - 01.10.005.0019.001	IMPOSTO PREDIAL
40578	29/10/2018	237,85	EDINEI LOCH DOS SANTOS	IMÓVEL: 29000 - 01.10.004.0489.001	IMPOSTO PREDIAL
40579	29/10/2018	297,51	VALDIR LOCH	IMÓVEL: 29001 - 01.10.004.0508.001	IMPOSTO PREDIAL
40580	29/10/2018	224,80	VALMIR CARDOSO	IMÓVEL: 29002 - 01.10.004.0526.001	IMPOSTO PREDIAL
40581	29/10/2018	170,82	VALDIR ANTONIO FABRIS	IMÓVEL: 29013 - 01.10.005.0243.001	IMPOSTO PREDIAL
40582	29/10/2018	170,82	PEDRO JOAO DA ROSA	IMÓVEL: 29020 - 01.10.005.0514.001	IMPOSTO PREDIAL
40583	29/10/2018	469,74	ADEMIR FRANCISCO CARDOSO	IMÓVEL: 29029 - 01.10.005.0937.001	IMPOSTO PREDIAL
40584	29/10/2018	590,65	MARIA SIRLENE ZANONI TORRES	IMÓVEL: 29031 - 01.10.005.0963.001	IMPOSTO PREDIAL
40585	29/10/2018	494,65	VALDECIR DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29036 - 01.10.005.1167.001	IMPOSTO PREDIAL
40586	29/10/2018	170,82	EDILSON DA ROSA, EVERTON DA ROSA E OUTROS	IMÓVEL: 29054 - 01.10.003.1246.002	IMPOSTO PREDIAL
40587	29/10/2018	664,61	JOSE CARLOS LOCH	IMÓVEL: 29061 - 01.10.002.0159.002	IMPOSTO PREDIAL
40588	29/10/2018	214,31	FABIANE DA SILVA DIAS	IMÓVEL: 29069 - 01.06.023.1444.002	IMPOSTO PREDIAL
40589	29/10/2018	224,05	ANTONIA FELISBERTO DE JESUS	IMÓVEL: 29075 - 01.06.041.0090.002	IMPOSTO PREDIAL
40590	29/10/2018	91,14	PEDRO ALESSIO SCARSI	IMÓVEL: 29093 - 01.11.002.0230.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40591	29/10/2018	170,82	VOLNEI FRANCISCO CARRADORE	IMÓVEL: 29119 - 01.11.003.0561.001	IMPOSTO PREDIAL
40592	29/10/2018	1.570,28	ZELI SAVI JULIANI	IMÓVEL: 29138 - 01.09.006.1440.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40593	29/10/2018	1.231,07	LIDIA DONIDA SAVI	IMÓVEL: 29171 - 01.09.008.0191.001	IMPOSTO PREDIAL
40594	29/10/2018	170,82	NATALIA GABRIEL VITALI	IMÓVEL: 29175 - 01.09.008.0305.001	IMPOSTO PREDIAL
40595	29/10/2018	170,82	JORGE POLA	IMÓVEL: 29185 - 01.09.008.0837.001	IMPOSTO PREDIAL
40596	29/10/2018	170,82	VALDEMIR OTAVIO DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29207 - 01.09.009.1372.001	IMPOSTO PREDIAL
40597	29/10/2018	278,94	GILMAR DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29214 - 01.09.009.1779.004	IMPOSTO PREDIAL
40598	29/10/2018	922,21	00	IMÓVEL: 29220 - 01.09.009.2072.001	IMPOSTO PREDIAL
40599	29/10/2018	581,08	VALDEMIR OTAVIO DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29240 - 01.09.010.0603.001	IMPOSTO PREDIAL
40600	29/10/2018	170,82	ANTONIO BERETTA	IMÓVEL: 29245 - 01.09.011.0154.001	IMPOSTO PREDIAL
40601	29/10/2018	422,59	EDIMAR DE SOUZA JUNIOR	IMÓVEL: 29247 - 01.09.011.0175.001	IMPOSTO PREDIAL
40602	29/10/2018	455,47	ALCIDES FLORENCIO	IMÓVEL: 29249 - 01.09.011.0176.001	IMPOSTO PREDIAL
40603	29/10/2018	599,92	ANTONIO FLORENCIO	IMÓVEL: 29251 - 01.09.011.0241.001	IMPOSTO PREDIAL

40604	29/10/2018	170,82	NILDETE DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29252 - 01.09.011.0292.001	IMPOSTO PREDIAL
40605	29/10/2018	452,61	FERNANDO FLORENCIO	IMÓVEL: 29256 - 01.09.011.0521.001	IMPOSTO PREDIAL
40606	29/10/2018	45,20	MIGUEL DONDOSSOLA	IMÓVEL: 29279 - 01.09.013.0064.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40607	29/10/2018	978,61	ZELI SAVI JULIANI	IMÓVEL: 29296 - 01.09.001.0287.001	IMPOSTO PREDIAL
40608	29/10/2018	562,03	DELICIA DE CESARO CAVALER DA SILVA	IMÓVEL: 29306 - 01.09.003.0670.002	IMPOSTO PREDIAL
40609	29/10/2018	170,82	DELICIA DE CESARO CAVALER DA SILVA	IMÓVEL: 29308 - 01.09.003.0670.004	IMPOSTO PREDIAL
40610	29/10/2018	170,82	PEDRO MARTINHO LEANDRO	IMÓVEL: 29318 - 01.03.066.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
40611	29/10/2018	1.482,79	IESUL - INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO SUL S.A.	IMÓVEL: 29348 - 01.12.003.0100.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40612	29/10/2018	186,27	VOLNEI VIEIRA	IMÓVEL: 29367 - 01.04.083.0133.002	IMPOSTO PREDIAL
40613	29/10/2018	249,86	PAULO ROGERIO CARPES	IMÓVEL: 29398 - 01.02.056.0111.002	IMPOSTO PREDIAL
40614	29/10/2018	429,56	GRACILENE DA ROSA	IMÓVEL: 29410 - 01.01.043.0027.006	IMPOSTO PREDIAL
40615	29/10/2018	430,65	ROSANE CAMPOS	IMÓVEL: 29419 - 01.01.043.0027.014	IMPOSTO PREDIAL
40616	29/10/2018	454,31	MATEUS TEODORO LONGARETTI	IMÓVEL: 29467 - 01.01.032.0378.014	IMPOSTO PREDIAL
40617	29/10/2018	30,21	MATEUS TEODORO LONGARETTI	IMÓVEL: 29482 - 01.01.032.0378.029	IMPOSTO PREDIAL
40618	29/10/2018	62,35	VOLNEI MACHADO	IMÓVEL: 29510 - 01.04.026.0054.002	IMPOSTO PREDIAL
40619	29/10/2018	512,46	NCMA PARTICIPAÇÕES EIRELI	IMÓVEL: 29542 - 01.06.192.0350.001	IMPOSTO PREDIAL
40620	29/10/2018	234,37	TIAGO MOTA MARCELINO	IMÓVEL: 29558 - 01.04.006.1226.003	IMPOSTO PREDIAL
40621	29/10/2018	199,58	DIRCE BALDUINA BORGES	IMÓVEL: 29561 - 01.02.056.0195.002	IMPOSTO PREDIAL
40622	29/10/2018	782,30	DIONISIO MORETO	IMÓVEL: 29569 - 01.02.043.0770.002	IMPOSTO PREDIAL
40623	29/10/2018	112,67	VALDIR MENDES	IMÓVEL: 29599 - 01.06.098.0148.002	IMPOSTO PREDIAL
40624	29/10/2018	190,20	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29640 - 01.01.050.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40625	29/10/2018	190,20	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29641 - 01.01.050.0014.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40626	29/10/2018	209,22	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29653 - 01.01.052.0070.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40627	29/10/2018	190,20	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29662 - 01.01.052.0182.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40628	29/10/2018	190,20	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29667 - 01.01.052.0308.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40629	29/10/2018	209,22	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29675 - 01.01.053.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40630	29/10/2018	209,22	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29676 - 01.01.053.0070.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40631	29/10/2018	190,20	LUANA DA ROSA	IMÓVEL: 29678 - 01.01.053.0098.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40632	29/10/2018	165,38	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29699 - 01.01.054.0084.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40633	29/10/2018	165,38	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29703 - 01.01.054.0140.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40634	29/10/2018	190,20	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29718 - 01.01.054.0406.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40635	29/10/2018	190,20	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29737 - 01.01.055.0364.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40636	29/10/2018	236,52	EDSON LUIZ DE SOUZA	IMÓVEL: 29743 - 01.01.056.0084.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40637	29/10/2018	236,52	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29754 - 01.01.056.0294.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40638	29/10/2018	236,52	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29755 - 01.01.056.0308.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40639	29/10/2018	236,52	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29756 - 01.01.056.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40640	29/10/2018	311,97	JUCEMAR JOSE VENANCIO	IMÓVEL: 29785 - 01.01.058.0070.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40641	29/10/2018	311,97	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29792 - 01.01.058.0196.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40642	29/10/2018	236,52	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29797 - 01.01.058.0294.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40643	29/10/2018	236,52	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29798 - 01.01.058.0308.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40644	29/10/2018	334,29	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29800 - 01.01.059.0030.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40645	29/10/2018	230,66	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29816 - 01.01.059.0075.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40646	29/10/2018	283,63	JUCEMAR JOSE VENANCIO	IMÓVEL: 29825 - 01.01.060.0042.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40647	29/10/2018	283,63	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29826 - 01.01.060.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40648	29/10/2018	311,97	URBANIZADORA FORQUILHINHA LTDA	IMÓVEL: 29827 - 01.01.060.0014.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40649	29/10/2018	260,16	JUCEMAR JOSE VENANCIO	IMÓVEL: 29829 - 01.01.061.0182.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40650	29/10/2018	262,74	ADRIANA PEREIRA BORGES	IMÓVEL: 29856 - 01.06.035.0134.002	IMPOSTO PREDIAL
40651	29/10/2018	235,05	EUCLIDES AFONSO MACHADO	IMÓVEL: 29880 - 01.03.016.0113.003	IMPOSTO PREDIAL
40652	29/10/2018	371,51	SUELLEN CRISTINA DOS SANTOS GAIOSKI	IMÓVEL: 29891 - 01.03.049.0133.001	IMPOSTO PREDIAL
40653	29/10/2018	376,47	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29903 - 01.05.066.1086.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40654	29/10/2018	565,49	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29904 - 01.05.066.1087.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40655	29/10/2018	280,31	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29905 - 01.05.066.1092.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40656	29/10/2018	370,92	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29906 - 01.05.066.1093.001	IMPOSTO TERRITORIAL

40657	29/10/2018	309,00	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29907 - 01.05.066.1090.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40658	29/10/2018	308,33	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29908 - 01.05.066.1089.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40659	29/10/2018	453,61	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29909 - 01.05.066.1088.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40660	29/10/2018	267,72	ADEMIR DA SILVA ANDRADE	IMÓVEL: 29910 - 01.06.024.0268.004	IMPOSTO PREDIAL
40661	29/10/2018	539,35	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29913 - 01.05.066.4808.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40662	29/10/2018	522,58	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29914 - 01.05.066.4809.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40663	29/10/2018	539,35	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29915 - 01.05.066.4810.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40664	29/10/2018	539,35	TERRITORIAL COMERCIAL LTDA	IMÓVEL: 29916 - 01.05.066.4811.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40665	29/10/2018	246,51	ADEMIR DA SILVA ANDRADE	IMÓVEL: 29920 - 01.06.024.0268.006	IMPOSTO PREDIAL
40666	29/10/2018	542,10	EVERALDO FERNANDES	IMÓVEL: 29925 - 01.05.056.0251.003	IMPOSTO PREDIAL
40667	29/10/2018	313,48	MARIA CLAUDETE P. CORNEO	IMÓVEL: 29955 - 01.02.051.0073.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40668	29/10/2018	299,84	ADISON PREMOLI MINATTO	IMÓVEL: 29958 - 01.02.051.0063.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40669	29/10/2018	320,24	WESLEY DA SILVA ALIXANDRE	IMÓVEL: 29970 - 01.03.060.0412.001	IMPOSTO PREDIAL
40670	29/10/2018	350,58	PAMELA ALVES BERNALDO	IMÓVEL: 29971 - 01.03.060.0428.001	IMPOSTO PREDIAL
40671	29/10/2018	110,83	LUCAS DE SA MACHADO	IMÓVEL: 29973 - 01.03.060.0452.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40672	29/10/2018	359,14	DOUGLAS SATURNO PACHECO	IMÓVEL: 29981 - 01.05.114.0012.001	IMPOSTO PREDIAL
40673	29/10/2018	348,98	WILLIAM CARDOSO ROSSO	IMÓVEL: 29982 - 01.05.114.0024.001	IMPOSTO PREDIAL
40674	29/10/2018	480,83	EDINEIA APARECIDA BILARDE	IMÓVEL: 29983 - 01.05.114.0036.001	IMPOSTO PREDIAL
40675	29/10/2018	380,66	DENILSON LUZ MENEZES	IMÓVEL: 29987 - 01.05.114.0190.001	IMPOSTO PREDIAL
40676	29/10/2018	348,99	ANGELITA DE OLIVEIRA ALVES	IMÓVEL: 29989 - 01.05.114.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
40677	29/10/2018	367,80	FABRICIA DE SOUZA NASCIMENTO	IMÓVEL: 29993 - 01.05.112.0036.001	IMPOSTO PREDIAL
40678	29/10/2018	400,97	ANDRÉ LUIZ SACOMAN MORO	IMÓVEL: 29994 - 01.05.112.0073.001	IMPOSTO PREDIAL
40679	29/10/2018	341,09	JULIANO PADILHA DA SILVA	IMÓVEL: 30007 - 01.05.116.0036.001	IMPOSTO PREDIAL
40680	29/10/2018	363,69	LEONARDO SCHUVARTZ DA SILVA	IMÓVEL: 30008 - 01.05.116.0048.001	IMPOSTO PREDIAL
40681	29/10/2018	380,16	JEFERSON LOPES PEREIRA	IMÓVEL: 30010 - 01.05.115.0040.001	IMPOSTO PREDIAL
40682	29/10/2018	397,98	DAVID DE SOUZA SILVERIO	IMÓVEL: 30018 - 01.05.113.0050.001	IMPOSTO PREDIAL
40683	29/10/2018	340,02	WAGNER ROBERTO DOS SANTOS	IMÓVEL: 30021 - 01.05.113.0089.001	IMPOSTO PREDIAL
40684	29/10/2018	174,64	SUELLEN BRIGIDO MARTINHO	IMÓVEL: 30022 - 01.05.113.0103.001	IMPOSTO PREDIAL
40685	29/10/2018	368,71	EVERALDO BERETA SILVEIRA	IMÓVEL: 30025 - 01.05.113.0144.001	IMPOSTO PREDIAL
40686	29/10/2018	362,62	DARLAN DA SILVA SA DUARTE	IMÓVEL: 30026 - 01.05.113.0157.001	IMPOSTO PREDIAL
40687	29/10/2018	369,12	JUAREZ DOS SANTOS PEREIRA	IMÓVEL: 30027 - 01.05.113.0196.001	IMPOSTO PREDIAL
40688	29/10/2018	399,99	CLAUDINEI PEDRO DE AGUIAR	IMÓVEL: 30028 - 01.05.104.0436.001	IMPOSTO PREDIAL
40689	29/10/2018	410,57	ALBERTO JONAS ZAGONEL	IMÓVEL: 30031 - 01.05.104.0496.001	IMPOSTO PREDIAL
40690	29/10/2018	374,75	AVELINO BOCIANOSKI RIBEIRO	IMÓVEL: 30037 - 01.03.067.0204.001	IMPOSTO PREDIAL
40691	29/10/2018	350,36	FERNANDO DA ROCHA BERNARDINO	IMÓVEL: 30041 - 01.03.067.0255.001	IMPOSTO PREDIAL
40692	29/10/2018	110,39	SALESIO PEDRO LEANDRO	IMÓVEL: 30043 - 01.03.068.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40693	29/10/2018	171,09	JOLYSON JOSE ALVES	IMÓVEL: 30044 - 01.03.068.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
40694	29/10/2018	341,65	FELIPE DA ASSUNÇÃO SILVA	IMÓVEL: 30047 - 01.03.068.0107.001	IMPOSTO PREDIAL
40695	29/10/2018	323,53	JOELSON OLIVERA GONÇALVES	IMÓVEL: 30053 - 01.03.068.0210.001	IMPOSTO PREDIAL
40696	29/10/2018	333,14	CARINA FERNANDES CUSTODIO	IMÓVEL: 30055 - 01.03.068.0262.001	IMPOSTO PREDIAL
40697	29/10/2018	326,12	CLERIVALDO LIMA FERREIRA	IMÓVEL: 30056 - 01.03.068.0275.001	IMPOSTO PREDIAL
40698	29/10/2018	351,15	BRENO GIMENES ROJAS	IMÓVEL: 30058 - 01.03.068.0300.001	IMPOSTO PREDIAL
40699	29/10/2018	328,56	ROBERTO DA CRUZ BRAGA	IMÓVEL: 30059 - 01.03.068.0312.001	IMPOSTO PREDIAL
40700	29/10/2018	341,10	RAFAEL DA CRUZ BRAGA	IMÓVEL: 30060 - 01.03.068.0325.001	IMPOSTO PREDIAL
40701	29/10/2018	79,83	ANDRÉ LUIZ DUTRA TOME	IMÓVEL: 30061 - 01.03.068.0338.001	IMPOSTO PREDIAL
40702	29/10/2018	95,55	CRISTINA MANOEL JOÃO	IMÓVEL: 30065 - 01.03.069.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
40703	29/10/2018	283,02	SIDINEI GOMES	IMÓVEL: 30068 - 01.03.069.0365.001	IMPOSTO PREDIAL
40704	29/10/2018	308,37	CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 30072 - 01.05.085.0205.002	IMPOSTO PREDIAL
40705	29/10/2018	242,06	RAFAEL MEDEIROS ABREU	IMÓVEL: 30076 - 01.06.031.0241.002	IMPOSTO PREDIAL
40706	29/10/2018	174,10	DEBORA EULALIA TANQUELLA GOMES	IMÓVEL: 30085 - 01.03.065.0113.002	IMPOSTO PREDIAL
40707	29/10/2018	514,11	ALEX JOÃO SCARIOT	IMÓVEL: 30086 - 01.06.083.0134.002	IMPOSTO PREDIAL
40708	29/10/2018	505,28	LAERCIO DUARTE GONCALVES	IMÓVEL: 30089 - 01.08.005.0128.002	IMPOSTO PREDIAL
40709	29/10/2018	1.592,98	PEDRO PAULO DE SOUZA	IMÓVEL: 30090 - 01.06.034.1254.001	IMPOSTO PREDIAL
40710	29/10/2018	184,48	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 30141 - 01.01.002.0015.002	IMPOSTO PREDIAL

40711	29/10/2018	139,25	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 30142 - 01.01.002.0294.002	IMPOSTO PREDIAL
40712	29/10/2018	138,34	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 30143 - 01.01.002.0279.002	IMPOSTO PREDIAL
40713	29/10/2018	182,82	ANDREIA DE MATTIA DE MENECH	IMÓVEL: 30144 - 01.01.002.0029.002	IMPOSTO PREDIAL
40714	29/10/2018	348,70	ALEXANDRE CARDOSO CELESTINO	IMÓVEL: 30276 - 01.06.134.0067.001	IMPOSTO PREDIAL
40715	29/10/2018	339,09	CARLA JHEYLIANNE LIMA CAVALCANTE	IMÓVEL: 30287 - 01.06.132.0108.001	IMPOSTO PREDIAL
40716	29/10/2018	351,13	REGINALDO DUARTE FERREIRA	IMÓVEL: 30288 - 01.06.132.0122.001	IMPOSTO PREDIAL
40717	29/10/2018	367,14	FELIPE DONATO NASCIMENTO	IMÓVEL: 30307 - 01.06.130.0081.001	IMPOSTO PREDIAL
40718	29/10/2018	293,72	THALIA DANIELSKI CLAUDINO	IMÓVEL: 30318 - 01.06.131.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
40719	29/10/2018	412,26	LEONILDO DIAS	IMÓVEL: 30321 - 01.06.133.0016.001	IMPOSTO PREDIAL
40720	29/10/2018	356,69	ALLAN JOHNY VIEIRA	IMÓVEL: 30323 - 01.06.133.0043.001	IMPOSTO PREDIAL
40721	29/10/2018	355,91	ANDREI DA SILVA SERAFIM	IMÓVEL: 30324 - 01.06.133.0056.001	IMPOSTO PREDIAL
40722	29/10/2018	393,42	JANAINA DA SILVA	IMÓVEL: 30326 - 01.06.135.0214.001	IMPOSTO PREDIAL
40723	29/10/2018	336,50	CLEITON ALVES	IMÓVEL: 30328 - 01.06.135.0158.001	IMPOSTO PREDIAL
40724	29/10/2018	386,85	MARCIO MEZZARI E OUTROS	IMÓVEL: 30340 - 01.06.028.0192.001	IMPOSTO PREDIAL
40725	29/10/2018	451,14	MARCIO MEZZARI E OUTROS	IMÓVEL: 30341 - 01.06.028.0192.002	IMPOSTO PREDIAL
40726	29/10/2018	264,04	HUMBERTO RICKEN MICHELS	IMÓVEL: 30345 - 01.04.096.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40727	29/10/2018	143,49	MATEUS HOFFMAM BORGES	IMÓVEL: 30353 - 01.04.096.0171.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40728	29/10/2018	362,94	ANA CAROLINA DE SOUZA GUIMARAES	IMÓVEL: 30357 - 01.04.096.0222.001	IMPOSTO PREDIAL
40729	29/10/2018	286,41	MARCIO JOSE DOS SANTOS	IMÓVEL: 30370 - 01.04.097.0067.001	IMPOSTO PREDIAL
40730	29/10/2018	379,61	VILMAR DE BARBARA	IMÓVEL: 30373 - 01.04.098.0260.001	IMPOSTO PREDIAL
40731	29/10/2018	279,53	TEREZINHA IVONE DIAS FIGUEREDO	IMÓVEL: 30375 - 01.04.098.0208.001	IMPOSTO PREDIAL
40732	29/10/2018	111,22	ANDRE MOTA	IMÓVEL: 30384 - 01.04.098.0079.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40733	29/10/2018	120,62	FABIO DOS SANTOS GACHO	IMÓVEL: 30386 - 01.04.098.0050.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40734	29/10/2018	692,55	VANIO GALVANE BAGGIO	IMÓVEL: 30389 - 01.02.066.0133.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40735	29/10/2018	268,03	IDINEI VITORIO ORESTES	IMÓVEL: 30425 - 01.06.056.0027.002	IMPOSTO PREDIAL
40736	29/10/2018	281,52	DULCE FRANCISCO DE SOUZA	IMÓVEL: 30445 - 01.05.002.0328.002	IMPOSTO PREDIAL
40737	29/10/2018	446,82	DULCE FRANCISCO DE SOUZA	IMÓVEL: 30446 - 01.05.002.0328.003	IMPOSTO PREDIAL
40738	29/10/2018	103,09	RENATA REGINA FERNANDES RONSONI	IMÓVEL: 30463 - 01.07.003.0243.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40739	29/10/2018	275,79	REGINA ROSINEI FELICANO	IMÓVEL: 30538 - 01.04.091.0075.002	IMPOSTO PREDIAL
40740	29/10/2018	275,79	ANA MARIA FIGUEREDO	IMÓVEL: 30539 - 01.04.091.0075.003	IMPOSTO PREDIAL
40741	29/10/2018	275,79	ANDREZA GAUDINO JUSTINO	IMÓVEL: 30540 - 01.04.091.0075.004	IMPOSTO PREDIAL
40742	29/10/2018	275,79	MARILEI DOS SANTOS KLAUS	IMÓVEL: 30545 - 01.04.091.0075.009	IMPOSTO PREDIAL
40743	29/10/2018	275,79	SONELI SALVÁTICO	IMÓVEL: 30546 - 01.04.091.0075.010	IMPOSTO PREDIAL
40744	29/10/2018	275,79	MARIA DE LOURDES DA CUNHA	IMÓVEL: 30547 - 01.04.091.0075.011	IMPOSTO PREDIAL
40745	29/10/2018	275,79	VALDECIR MARTINS DA ROCHA	IMÓVEL: 30550 - 01.04.091.0075.014	IMPOSTO PREDIAL
40746	29/10/2018	275,79	NOELIA MAGALY NELSA AYOSO	IMÓVEL: 30551 - 01.04.091.0075.015	IMPOSTO PREDIAL
40747	29/10/2018	275,79	CLAUDETE MARIO DA ROSA	IMÓVEL: 30552 - 01.04.091.0075.016	IMPOSTO PREDIAL
40748	29/10/2018	275,79	MARCELO SESSI RITTER	IMÓVEL: 30553 - 01.04.091.0075.017	IMPOSTO PREDIAL
40749	29/10/2018	205,93	PAULO ROMILDO RITTER	IMÓVEL: 30554 - 01.04.091.0075.018	IMPOSTO PREDIAL
40750	29/10/2018	170,82	CARLA DA COSTA BESSA	IMÓVEL: 30555 - 01.04.091.0075.019	IMPOSTO PREDIAL
40751	29/10/2018	275,79	VANDENIR DE MELLO	IMÓVEL: 30556 - 01.04.091.0075.020	IMPOSTO PREDIAL
40752	29/10/2018	136,69	MARILEIA DA SILVA FLORIANO	IMÓVEL: 30557 - 01.04.091.0075.021	IMPOSTO PREDIAL
40753	29/10/2018	275,79	NELY DOS SANTOS ANTONIO DA SILVA	IMÓVEL: 30558 - 01.04.091.0075.022	IMPOSTO PREDIAL
40754	29/10/2018	275,79	ALFREDO FRASSON	IMÓVEL: 30559 - 01.04.091.0075.023	IMPOSTO PREDIAL
40755	29/10/2018	275,79	NATANAEL PINHEIRO VIEIRA	IMÓVEL: 30560 - 01.04.091.0075.024	IMPOSTO PREDIAL
40756	29/10/2018	275,79	ESTER ANTONIO DA SILVA	IMÓVEL: 30564 - 01.04.091.0075.028	IMPOSTO PREDIAL
40757	29/10/2018	275,79	GUSTAVO COSTA FABRIS	IMÓVEL: 30565 - 01.04.091.0075.029	IMPOSTO PREDIAL
40758	29/10/2018	170,82	TECLA BACKES	IMÓVEL: 30567 - 01.04.091.0075.031	IMPOSTO PREDIAL
40759	29/10/2018	275,79	FRANCIELLY MOTTA	IMÓVEL: 30568 - 01.04.091.0075.032	IMPOSTO PREDIAL
40760	29/10/2018	275,79	FABIANA BORGES KULHAVY DA SILVA	IMÓVEL: 30569 - 01.04.091.0075.033	IMPOSTO PREDIAL
40761	29/10/2018	170,82	MARILENE MARTINS DE SOUZA	IMÓVEL: 30570 - 01.04.091.0075.034	IMPOSTO PREDIAL
40762	29/10/2018	205,93	CÁTIA COSTA	IMÓVEL: 30572 - 01.04.091.0075.036	IMPOSTO PREDIAL
40763	29/10/2018	275,79	ROSANE FERRARI	IMÓVEL: 30575 - 01.04.091.0075.039	IMPOSTO PREDIAL
40764	29/10/2018	275,79	JOCELAINE DE SOUZA	IMÓVEL: 30576 - 01.04.091.0075.040	IMPOSTO PREDIAL

40765	29/10/2018	275,79	DANA SOUZA LOPES	IMÓVEL: 30577 - 01.04.091.0075.041	IMPOSTO PREDIAL
40766	29/10/2018	275,79	MARIA BORGES DARÓS	IMÓVEL: 30579 - 01.04.091.0075.043	IMPOSTO PREDIAL
40767	29/10/2018	275,79	BARBARA CORREA MARQUES VIEIRA	IMÓVEL: 30580 - 01.04.091.0075.044	IMPOSTO PREDIAL
40768	29/10/2018	205,93	ELIZÂNGELA SOUZA	IMÓVEL: 30581 - 01.04.091.0075.045	IMPOSTO PREDIAL
40769	29/10/2018	275,79	ANA PAULA COSTA DE LACERDA	IMÓVEL: 30583 - 01.04.091.0075.047	IMPOSTO PREDIAL
40770	29/10/2018	275,79	SILVANA GONÇALVES DA CRUZ	IMÓVEL: 30584 - 01.04.091.0075.048	IMPOSTO PREDIAL
40771	29/10/2018	275,79	IONARA SILVIA DANIELSKI	IMÓVEL: 30585 - 01.04.091.0075.049	IMPOSTO PREDIAL
40772	29/10/2018	275,79	MARIA CLARA PERES LEAL	IMÓVEL: 30587 - 01.04.091.0075.051	IMPOSTO PREDIAL
40773	29/10/2018	275,79	FABIANA HILARIO DE BORBA	IMÓVEL: 30589 - 01.04.091.0075.053	IMPOSTO PREDIAL
40774	29/10/2018	275,79	JANAINA ROCHA VIEIRA	IMÓVEL: 30590 - 01.04.091.0075.054	IMPOSTO PREDIAL
40775	29/10/2018	275,79	ROSELI DA ROSA BORGES	IMÓVEL: 30593 - 01.04.091.0075.057	IMPOSTO PREDIAL
40776	29/10/2018	205,93	MARELI MOTA MATEUS	IMÓVEL: 30594 - 01.04.091.0075.058	IMPOSTO PREDIAL
40777	29/10/2018	275,79	GILSON CANDIDO DOS SANTOS	IMÓVEL: 30595 - 01.04.091.0075.059	IMPOSTO PREDIAL
40778	29/10/2018	275,79	VALDIRENE SIMÃO DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 30596 - 01.04.091.0075.060	IMPOSTO PREDIAL
40779	29/10/2018	275,79	ANGELA MARIA DA ROSA	IMÓVEL: 30597 - 01.04.091.0075.061	IMPOSTO PREDIAL
40780	29/10/2018	275,79	ANA CLAUDIA MARTINS	IMÓVEL: 30598 - 01.04.091.0075.062	IMPOSTO PREDIAL
40781	29/10/2018	205,93	EDNA JOMES	IMÓVEL: 30599 - 01.04.091.0075.063	IMPOSTO PREDIAL
40782	29/10/2018	275,79	ROSELI BUENO CORDEIRO	IMÓVEL: 30600 - 01.04.091.0075.064	IMPOSTO PREDIAL
40783	29/10/2018	275,79	LORECI ALCIONÉIA COELHO FELISBERTO	IMÓVEL: 30601 - 01.04.091.0075.065	IMPOSTO PREDIAL
40784	29/10/2018	275,79	CELSE SOUZA DOS SANTOS	IMÓVEL: 30603 - 01.04.091.0075.067	IMPOSTO PREDIAL
40785	29/10/2018	275,79	BARBARA MEDEIROS SILVA	IMÓVEL: 30604 - 01.04.091.0075.068	IMPOSTO PREDIAL
40786	29/10/2018	275,79	SUZAMARA MARCELINO RAUBER	IMÓVEL: 30605 - 01.04.091.0075.069	IMPOSTO PREDIAL
40787	29/10/2018	275,79	JAQUELINE TEIXEIRA	IMÓVEL: 30606 - 01.04.091.0075.070	IMPOSTO PREDIAL
40788	29/10/2018	275,79	ALINE ANTONIO DA SILVA	IMÓVEL: 30608 - 01.04.091.0075.072	IMPOSTO PREDIAL
40789	29/10/2018	275,79	ANA CRISTINA SANTANA SANTOS	IMÓVEL: 30610 - 01.04.091.0075.074	IMPOSTO PREDIAL
40790	29/10/2018	275,79	DIANA BELUCO DA SILVA	IMÓVEL: 30611 - 01.04.091.0075.075	IMPOSTO PREDIAL
40791	29/10/2018	275,79	NEUSA PERON MACHADO DA SILVA	IMÓVEL: 30612 - 01.04.091.0075.076	IMPOSTO PREDIAL
40792	29/10/2018	275,79	TAISE COSTA MACHADO	IMÓVEL: 30614 - 01.04.091.0075.078	IMPOSTO PREDIAL
40793	29/10/2018	275,79	MARCINHA DE OLIVEIRA SCARPARI	IMÓVEL: 30616 - 01.04.091.0075.080	IMPOSTO PREDIAL
40794	29/10/2018	275,79	CLAUDETI BAZI	IMÓVEL: 30617 - 01.04.091.0075.081	IMPOSTO PREDIAL
40795	29/10/2018	275,79	ENIO PATRICIO	IMÓVEL: 30618 - 01.04.091.0075.082	IMPOSTO PREDIAL
40796	29/10/2018	136,69	GISELE MARTINS	IMÓVEL: 30619 - 01.04.091.0075.083	IMPOSTO PREDIAL
40797	29/10/2018	275,79	NEIVA DE SOUZA	IMÓVEL: 30624 - 01.04.091.0075.088	IMPOSTO PREDIAL
40798	29/10/2018	275,79	WELLINGTON FERREIRA DINIZ	IMÓVEL: 30625 - 01.04.091.0075.089	IMPOSTO PREDIAL
40799	29/10/2018	68,64	MICHELE ELISANGELA LUIZ DA SILVA	IMÓVEL: 30626 - 01.04.091.0075.090	IMPOSTO PREDIAL
40800	29/10/2018	275,79	PRISCILA FELICIANO PEREIRA	IMÓVEL: 30628 - 01.04.091.0075.092	IMPOSTO PREDIAL
40801	29/10/2018	275,79	DAIANE SCANTAMBURLO KAMMER	IMÓVEL: 30629 - 01.04.091.0075.093	IMPOSTO PREDIAL
40802	29/10/2018	275,79	RAQUEL DE MELLO PEDRO	IMÓVEL: 30630 - 01.04.091.0075.094	IMPOSTO PREDIAL
40803	29/10/2018	275,79	VALDONI ALBINO	IMÓVEL: 30631 - 01.04.091.0075.095	IMPOSTO PREDIAL
40804	29/10/2018	275,79	LUCINEIA GRESELE	IMÓVEL: 30633 - 01.04.091.0075.097	IMPOSTO PREDIAL
40805	29/10/2018	275,79	CLAUDINEIA DOS SANTOS GODOY	IMÓVEL: 30635 - 01.04.091.0075.099	IMPOSTO PREDIAL
40806	29/10/2018	275,79	ROSA DE SOUZA	IMÓVEL: 30636 - 01.04.091.0075.100	IMPOSTO PREDIAL
40807	29/10/2018	275,79	KEILA BARBON HENRIQUE	IMÓVEL: 30637 - 01.04.091.0075.101	IMPOSTO PREDIAL
40808	29/10/2018	275,80	GISLAINE RAMOS DE BITENCOURT	IMÓVEL: 30639 - 01.04.091.0075.103	IMPOSTO PREDIAL
40809	29/10/2018	68,05	VANDERLEIA DA SILVA	IMÓVEL: 30640 - 01.04.091.0075.104	IMPOSTO PREDIAL
40810	29/10/2018	275,80	SIMONE CANDEO LEANDRO	IMÓVEL: 30641 - 01.04.091.0075.105	IMPOSTO PREDIAL
40811	29/10/2018	275,80	SIVONETE PADILHA PACHECO	IMÓVEL: 30642 - 01.04.091.0075.106	IMPOSTO PREDIAL
40812	29/10/2018	275,80	KEROLEN DUTRA DE OLIVEIRA COSTA	IMÓVEL: 30644 - 01.04.091.0075.108	IMPOSTO PREDIAL
40813	29/10/2018	275,80	VALDIR CANDEO	IMÓVEL: 30645 - 01.04.091.0075.109	IMPOSTO PREDIAL
40814	29/10/2018	275,80	KELEN COSTA	IMÓVEL: 30647 - 01.04.091.0075.111	IMPOSTO PREDIAL
40815	29/10/2018	170,82	JOANA MIGUELINA DE MORAES	IMÓVEL: 30648 - 01.04.091.0075.112	IMPOSTO PREDIAL
40816	29/10/2018	205,93	JAQUELINE DE MELLO CUSTODIO	IMÓVEL: 30649 - 01.04.091.0075.113	IMPOSTO PREDIAL
40817	29/10/2018	275,80	ROSANGELA VIEIRA FERNANDES	IMÓVEL: 30650 - 01.04.091.0075.114	IMPOSTO PREDIAL
40818	29/10/2018	275,80	DAIANI GONÇALVES MACIEL	IMÓVEL: 30651 - 01.04.091.0075.115	IMPOSTO PREDIAL

40819	29/10/2018	170,82	ALINE FABIANE CABRAL DA ROSA	IMÓVEL: 30653 - 01.04.091.0075.117	IMPOSTO PREDIAL
40820	29/10/2018	275,80	SIMONI DA SILVA GENUINO	IMÓVEL: 30654 - 01.04.091.0075.118	IMPOSTO PREDIAL
40821	29/10/2018	275,80	IRECE DE CASSIA CAVALCANTI PIRES	IMÓVEL: 30656 - 01.04.091.0075.120	IMPOSTO PREDIAL
40822	29/10/2018	275,80	ROSI PEREIRA DA SILVA	IMÓVEL: 30657 - 01.04.091.0075.121	IMPOSTO PREDIAL
40823	29/10/2018	275,80	ROSELI MARCELINO	IMÓVEL: 30658 - 01.04.091.0075.122	IMPOSTO PREDIAL
40824	29/10/2018	275,80	MARIA CLEUDINETE RODRIGUES SANTOS	IMÓVEL: 30659 - 01.04.091.0075.123	IMPOSTO PREDIAL
40825	29/10/2018	275,80	CARINA ANDRADE DA SILVA	IMÓVEL: 30661 - 01.04.091.0075.125	IMPOSTO PREDIAL
40826	29/10/2018	275,80	ALEXANDRO BENTO	IMÓVEL: 30662 - 01.04.091.0075.126	IMPOSTO PREDIAL
40827	29/10/2018	275,80	ROSILANI PADILHA DORVALINO CORREA	IMÓVEL: 30663 - 01.04.091.0075.127	IMPOSTO PREDIAL
40828	29/10/2018	275,80	ERMELIN GRACE VERA NAZARIO	IMÓVEL: 30665 - 01.04.091.0075.129	IMPOSTO PREDIAL
40829	29/10/2018	275,80	ZULMA SANT ANA	IMÓVEL: 30666 - 01.04.091.0075.130	IMPOSTO PREDIAL
40830	29/10/2018	275,80	JANETE APARECIDA MAIA	IMÓVEL: 30667 - 01.04.091.0075.131	IMPOSTO PREDIAL
40831	29/10/2018	275,80	ANGELA ISABEL PETRY	IMÓVEL: 30668 - 01.04.091.0075.132	IMPOSTO PREDIAL
40832	29/10/2018	275,80	RENILDA MARCELINO	IMÓVEL: 30669 - 01.04.091.0075.133	IMPOSTO PREDIAL
40833	29/10/2018	275,79	BRUNO DA SILVA CORREA	IMÓVEL: 30670 - 01.04.091.0075.134	IMPOSTO PREDIAL
40834	29/10/2018	106,99	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30675 - 01.06.137.0055.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40835	29/10/2018	372,91	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30677 - 01.06.137.0084.001	IMPOSTO PREDIAL
40836	29/10/2018	335,77	ANDRÉ DA SILVA TOMAS	IMÓVEL: 30678 - 01.06.137.0099.001	IMPOSTO PREDIAL
40837	29/10/2018	373,54	LEANDRO CARDOSO PEREIRA	IMÓVEL: 30679 - 01.06.137.0114.001	IMPOSTO PREDIAL
40838	29/10/2018	109,95	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30681 - 01.06.137.0142.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40839	29/10/2018	153,62	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 30698 - 01.05.118.0215.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40840	29/10/2018	105,17	RICARDO GIASI FERREIRA	IMÓVEL: 30700 - 01.06.138.0204.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40841	29/10/2018	114,45	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30701 - 01.06.138.0241.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40842	29/10/2018	110,46	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30705 - 01.06.139.0027.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40843	29/10/2018	159,32	ROSEVALDO DOS SANTOS SILVA	IMÓVEL: 30708 - 01.05.117.0118.001	IMPOSTO PREDIAL
40844	29/10/2018	82,50	JANICE OLIVEIRA SCHMITZ	IMÓVEL: 30709 - 01.05.117.0132.001	IMPOSTO PREDIAL
40845	29/10/2018	147,14	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 30712 - 01.05.117.0168.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40846	29/10/2018	105,40	VANERSOM CAMARGO PEREIRA	IMÓVEL: 30737 - 01.06.140.0178.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40847	29/10/2018	114,57	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30744 - 01.06.140.0252.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40848	29/10/2018	108,87	SANTA CRUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-ME	IMÓVEL: 30751 - 01.06.141.0090.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40849	29/10/2018	252,48	ROBSON FERRARI DUARTE	IMÓVEL: 30760 - 01.05.101.0145.001	IMPOSTO PREDIAL
40850	29/10/2018	345,99	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 30761 - 01.05.101.0408.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40851	29/10/2018	357,48	ADEMIR PERUCCHI COSTA	IMÓVEL: 30763 - 01.05.101.0435.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40852	29/10/2018	59,35	SALUTE BORGES	IMÓVEL: 30797 - 01.05.016.0825.002	IMPOSTO PREDIAL
40853	29/10/2018	244,22	LUIZ CARLOS FRELLO	IMÓVEL: 30798 - 01.04.006.0354.001	IMPOSTO PREDIAL
40854	29/10/2018	258,59	DEIVID IDALENCIO	IMÓVEL: 30799 - 01.04.006.0372.001	IMPOSTO PREDIAL
40855	29/10/2018	2.871,52	NELSON MACHADO	IMÓVEL: 30823 - 01.07.038.0108.004	IMPOSTO PREDIAL
40856	29/10/2018	150,52	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30839 - 01.06.113.0035.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40857	29/10/2018	150,52	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30850 - 01.06.113.0252.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40858	29/10/2018	211,39	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30851 - 01.06.113.0293.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40859	29/10/2018	126,61	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30870 - 01.06.122.0338.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40860	29/10/2018	126,61	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30871 - 01.06.122.0353.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40861	29/10/2018	180,71	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30876 - 01.06.122.0454.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40862	29/10/2018	168,20	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30906 - 01.06.079.0248.001	IMPOSTO TERRITORIAL

40863	29/10/2018	157,32	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30907 - 01.06.079.0233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40864	29/10/2018	199,80	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30908 - 01.06.079.0219.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40865	29/10/2018	153,79	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30910 - 01.06.080.0307.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40866	29/10/2018	166,49	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30913 - 01.06.080.0264.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40867	29/10/2018	163,02	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30950 - 01.06.116.0057.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40868	29/10/2018	357,66	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30951 - 01.06.116.0070.001	IMPOSTO PREDIAL
40869	29/10/2018	153,62	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 30981 - 01.06.110.0360.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40870	29/10/2018	150,52	J RIBEIRO ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI	IMÓVEL: 31020 - 01.06.119.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40871	29/10/2018	150,55	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31061 - 01.06.118.0140.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40872	29/10/2018	150,58	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31073 - 01.06.118.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40873	29/10/2018	198,41	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31091 - 01.06.118.0020.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40874	29/10/2018	132,18	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31096 - 01.06.120.0090.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40875	29/10/2018	126,61	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31164 - 01.06.128.0288.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40876	29/10/2018	150,55	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31203 - 01.06.112.0237.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40877	29/10/2018	150,56	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31204 - 01.06.112.0222.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40878	29/10/2018	150,58	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31205 - 01.06.112.0207.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40879	29/10/2018	156,30	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31213 - 01.06.121.0820.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40880	29/10/2018	154,02	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31215 - 01.06.121.0807.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40881	29/10/2018	188,91	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31235 - 01.06.121.0587.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40882	29/10/2018	177,24	ELISEU VILSON NUNES	IMÓVEL: 31245 - 01.06.123.0016.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40883	29/10/2018	122,62	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31283 - 01.06.123.0446.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40884	29/10/2018	150,56	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31288 - 01.06.117.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40885	29/10/2018	150,56	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31289 - 01.06.117.0095.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40886	29/10/2018	150,55	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31291 - 01.06.117.0125.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40887	29/10/2018	150,52	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31292 - 01.06.117.0140.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40888	29/10/2018	150,52	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31296 - 01.06.117.0253.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40889	29/10/2018	150,52	JS ADM DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA	IMÓVEL: 31302 - 01.06.117.0343.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40890	29/10/2018	236,23	FERNANDA WARMLING	IMÓVEL: 31308 - 01.02.001.0596.002	IMPOSTO PREDIAL
40891	29/10/2018	1.525,20	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 31314 - 01.02.026.1045.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40892	29/10/2018	58,74	CESA AUGUSTO DESTRO	IMÓVEL: 31334 - 01.02.104.0120.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40893	29/10/2018	167,65	RS IMOBILIARIA LTDA	IMÓVEL: 31343 - 01.02.102.0018.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40894	29/10/2018	137,24	RS IMOBILIARIA LTDA	IMÓVEL: 31364 - 01.02.101.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40895	29/10/2018	355,62	MARIA APARECIDA DA ROCHA	IMÓVEL: 31392 - 01.02.100.0138.001	IMPOSTO PREDIAL
40896	29/10/2018	175,00	FELIPE SILVA DE SOUZA	IMÓVEL: 31396 - 01.02.100.0194.001	IMPOSTO PREDIAL
40897	29/10/2018	137,24	LUCAS RODRIGUES DA SILVA	IMÓVEL: 31405 - 01.02.104.0051.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40898	29/10/2018	137,24	KEVIN BRENDON CARDOSO ROSSO	IMÓVEL: 31412 - 01.02.104.0254.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40899	29/10/2018	95,53	WAGNER DOS SANTOS COSTA	IMÓVEL: 31413 - 01.02.104.0269.001	IMPOSTO PREDIAL

40900	29/10/2018	353,80	DALILA FIDELIS MEDEIROS	IMÓVEL: 31414 - 01.02.104.0284.001	IMPOSTO PREDIAL
40901	29/10/2018	347,97	CRISTINA PEREIRA FLORENTINO	IMÓVEL: 31417 - 01.02.104.0329.001	IMPOSTO PREDIAL
40902	29/10/2018	172,39	RS IMOBILIARIA LTDA	IMÓVEL: 31425 - 01.02.103.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40903	29/10/2018	139,18	RS IMOBILIARIA LTDA	IMÓVEL: 31426 - 01.02.103.0055.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40904	29/10/2018	362,88	EVERALDO FERNANDES	IMÓVEL: 31439 - 01.05.056.0251.002	IMPOSTO PREDIAL
40905	29/10/2018	239,83	WAGNER DE SOUZA ALVES	IMÓVEL: 31440 - 01.05.090.0212.002	IMPOSTO PREDIAL
40906	29/10/2018	239,83	WAGNER DE SOUZA ALVES	IMÓVEL: 31441 - 01.05.090.0212.003	IMPOSTO PREDIAL
40907	29/10/2018	243,76	WAGNER DE SOUZA ALVES	IMÓVEL: 31442 - 01.05.090.0212.004	IMPOSTO PREDIAL
40908	29/10/2018	653,62	ACS MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA	IMÓVEL: 31455 - 01.04.053.0088.002	IMPOSTO PREDIAL
40909	29/10/2018	341,64	NOVELINA MANENTI CARRADORE	IMÓVEL: 31459 - 01.06.044.2018.003	IMPOSTO PREDIAL
40910	29/10/2018	296,58	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 31461 - 01.05.082.0246.002	IMPOSTO PREDIAL
40911	29/10/2018	807,37	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 31472 - 01.02.026.1032.003	IMPOSTO PREDIAL
40912	29/10/2018	237,43	ALAIR REBELO	IMÓVEL: 31476 - 01.04.009.0173.002	IMPOSTO PREDIAL
40913	29/10/2018	129,49	ROSENILDA VELHO DA SILVA	IMÓVEL: 31490 - 01.07.067.0023.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40914	29/10/2018	115,95	LUAN DA SILVA MOTTA	IMÓVEL: 31502 - 01.07.070.0075.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40915	29/10/2018	322,18	MARIA TEREZINHA SOARES ARCENO	IMÓVEL: 31510 - 01.06.001.0718.002	IMPOSTO PREDIAL
40916	29/10/2018	290,86	ESPOLIO DE JOSE PREZALINO ANTONIO	IMÓVEL: 31597 - 01.04.084.0057.002	IMPOSTO PREDIAL
40917	29/10/2018	111,16	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31614 - 01.06.144.0013.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40918	29/10/2018	114,58	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31615 - 01.06.144.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40919	29/10/2018	113,51	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31616 - 01.06.144.0039.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40920	29/10/2018	112,46	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31617 - 01.06.144.0052.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40921	29/10/2018	111,38	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31618 - 01.06.144.0065.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40922	29/10/2018	110,29	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31619 - 01.06.144.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40923	29/10/2018	109,24	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31620 - 01.06.144.0091.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40924	29/10/2018	108,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31621 - 01.06.144.0104.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40925	29/10/2018	107,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31622 - 01.06.144.0117.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40926	29/10/2018	131,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31624 - 01.06.140.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40927	29/10/2018	97,84	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31626 - 01.06.140.0360.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40928	29/10/2018	96,85	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31627 - 01.06.140.0372.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40929	29/10/2018	95,87	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31628 - 01.06.140.0385.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40930	29/10/2018	94,88	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31629 - 01.06.140.0397.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40931	29/10/2018	93,88	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31630 - 01.06.140.0410.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40932	29/10/2018	92,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31631 - 01.06.140.0422.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40933	29/10/2018	91,91	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31632 - 01.06.140.0435.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40934	29/10/2018	90,91	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31633 - 01.06.140.0447.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40935	29/10/2018	89,91	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31634 - 01.06.140.0460.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40936	29/10/2018	88,92	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31635 - 01.06.140.0472.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40937	29/10/2018	87,94	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31636 - 01.06.140.0485.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40938	29/10/2018	118,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31638 - 01.06.142.0205.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40939	29/10/2018	93,48	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31639 - 01.06.142.0219.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40940	29/10/2018	91,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31640 - 01.06.142.0233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40941	29/10/2018	89,85	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31641 - 01.06.142.0247.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40942	29/10/2018	88,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31642 - 01.06.142.0261.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40943	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31647 - 01.06.155.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40944	29/10/2018	121,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31648 - 01.06.155.0034.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40945	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31649 - 01.06.155.0079.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40946	29/10/2018	95,00	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31650 - 01.06.155.0092.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40947	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31651 - 01.06.155.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40948	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31652 - 01.06.155.0120.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40949	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31653 - 01.06.155.0134.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40950	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31656 - 01.06.155.0175.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40951	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31657 - 01.06.155.0188.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40952	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31658 - 01.06.155.0202.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40953	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31660 - 01.06.155.0229.001	IMPOSTO TERRITORIAL

40954	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31661 - 01.06.155.0273.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40955	29/10/2018	121,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31662 - 01.06.155.0290.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40956	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31663 - 01.06.155.0334.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40957	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31664 - 01.06.155.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40958	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31665 - 01.06.155.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40959	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31667 - 01.06.155.0388.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40960	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31668 - 01.06.155.0402.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40961	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31669 - 01.06.155.0415.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40962	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31670 - 01.06.155.0429.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40963	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31671 - 01.06.155.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40964	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31672 - 01.06.155.0457.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40965	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31673 - 01.06.155.0471.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40966	29/10/2018	95,00	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31674 - 01.06.155.0484.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40967	29/10/2018	102,63	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31675 - 01.06.145.0015.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40968	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31676 - 01.06.145.0030.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40969	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31677 - 01.06.145.0046.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40970	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31678 - 01.06.145.0061.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40971	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31679 - 01.06.145.0077.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40972	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31680 - 01.06.145.0092.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40973	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31681 - 01.06.145.0108.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40974	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31682 - 01.06.145.0123.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40975	29/10/2018	103,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31683 - 01.06.145.0138.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40976	29/10/2018	117,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31684 - 01.06.145.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40977	29/10/2018	237,85	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31685 - 01.06.191.0045.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40978	29/10/2018	164,31	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31686 - 01.06.191.0406.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40979	29/10/2018	197,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31687 - 01.06.191.0393.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40980	29/10/2018	238,82	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31688 - 01.06.191.0380.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40981	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31689 - 01.06.191.0058.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40982	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31690 - 01.06.191.0071.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40983	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31691 - 01.06.191.0084.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40984	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31692 - 01.06.191.0097.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40985	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31693 - 01.06.191.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40986	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31694 - 01.06.191.0123.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40987	29/10/2018	111,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31695 - 01.06.191.0136.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40988	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31696 - 01.06.191.0179.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40989	29/10/2018	106,95	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31697 - 01.06.191.0191.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40990	29/10/2018	106,95	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31698 - 01.06.191.0203.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40991	29/10/2018	168,23	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31699 - 01.06.191.0246.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40992	29/10/2018	129,33	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31700 - 01.06.191.0259.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40993	29/10/2018	129,92	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31701 - 01.06.191.0272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40994	29/10/2018	130,49	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31702 - 01.06.191.0285.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40995	29/10/2018	131,08	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31703 - 01.06.191.0298.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40996	29/10/2018	131,65	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31704 - 01.06.191.0311.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40997	29/10/2018	132,22	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31705 - 01.06.191.0324.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40998	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31713 - 01.06.190.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
40999	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31714 - 01.06.190.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41000	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31715 - 01.06.190.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41001	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31716 - 01.06.190.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41002	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31717 - 01.06.190.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41003	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31718 - 01.06.190.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41004	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31719 - 01.06.190.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41005	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31720 - 01.06.190.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41006	29/10/2018	107,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31721 - 01.06.190.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41007	29/10/2018	125,29	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31725 - 01.06.190.0279.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41008	29/10/2018	125,85	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31726 - 01.06.190.0292.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41009	29/10/2018	126,45	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31727 - 01.06.190.0305.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41010	29/10/2018	127,02	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31728 - 01.06.190.0318.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41011	29/10/2018	127,60	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31729 - 01.06.190.0331.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41012	29/10/2018	128,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31730 - 01.06.190.0344.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41013	29/10/2018	128,76	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31731 - 01.06.190.0357.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41014	29/10/2018	130,49	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31734 - 01.06.190.0396.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41015	29/10/2018	143,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31735 - 01.06.189.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41016	29/10/2018	86,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31736 - 01.06.189.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41017	29/10/2018	86,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31743 - 01.06.189.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41018	29/10/2018	86,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31744 - 01.06.189.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41019	29/10/2018	86,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31745 - 01.06.189.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41020	29/10/2018	130,88	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31746 - 01.06.189.0202.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41021	29/10/2018	118,98	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31747 - 01.06.189.0218.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41022	29/10/2018	170,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31748 - 01.06.189.0264.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41023	29/10/2018	121,10	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31749 - 01.06.189.0277.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41024	29/10/2018	121,67	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31750 - 01.06.189.0290.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41025	29/10/2018	122,26	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31751 - 01.06.189.0303.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41026	29/10/2018	122,83	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31752 - 01.06.189.0316.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41027	29/10/2018	123,99	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31754 - 01.06.189.0342.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41028	29/10/2018	125,14	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31755 - 01.06.189.0368.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41029	29/10/2018	125,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31756 - 01.06.189.0381.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41030	29/10/2018	126,31	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31757 - 01.06.189.0394.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41031	29/10/2018	161,41	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31758 - 01.06.189.0439.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41032	29/10/2018	126,41	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31759 - 01.06.189.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41033	29/10/2018	124,58	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31760 - 01.06.189.0355.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41034	29/10/2018	123,88	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31761 - 01.06.188.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41035	29/10/2018	168,28	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31763 - 01.06.188.0230.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41036	29/10/2018	165,08	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31764 - 01.06.188.0217.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41037	29/10/2018	161,84	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31765 - 01.06.188.0204.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41038	29/10/2018	158,50	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31766 - 01.06.188.0191.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41039	29/10/2018	135,48	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31767 - 01.06.188.0135.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41040	29/10/2018	157,24	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31768 - 01.06.188.0178.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41041	29/10/2018	109,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31769 - 01.06.188.0302.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41042	29/10/2018	130,35	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31770 - 01.06.188.0287.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41043	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31771 - 01.06.187.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41044	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31772 - 01.06.187.0071.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41045	29/10/2018	119,73	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31773 - 01.06.187.0085.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41046	29/10/2018	119,73	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31774 - 01.06.187.0099.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41047	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31775 - 01.06.187.0112.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41048	29/10/2018	148,21	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31776 - 01.06.187.0161.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41049	29/10/2018	120,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31777 - 01.06.187.0204.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41050	29/10/2018	107,84	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31778 - 01.06.187.0219.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41051	29/10/2018	107,84	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31779 - 01.06.187.0233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41052	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31780 - 01.06.187.0246.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41053	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31781 - 01.06.187.0259.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41054	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31782 - 01.06.187.0272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41055	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31787 - 01.06.183.0055.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41056	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31788 - 01.06.183.0068.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41057	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31789 - 01.06.183.0081.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41058	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31790 - 01.06.183.0094.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41059	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31791 - 01.06.183.0107.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41060	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31792 - 01.06.183.0120.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41061	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31796 - 01.06.183.0202.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41062	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31797 - 01.06.183.0215.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41063	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31798 - 01.06.183.0228.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41064	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31799 - 01.06.183.0271.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41065	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31803 - 01.06.183.0323.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41066	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31806 - 01.06.183.0362.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41067	29/10/2018	226,63	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31808 - 01.06.183.0427.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41068	29/10/2018	189,88	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31809 - 01.06.183.0441.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41069	29/10/2018	165,06	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31810 - 01.06.183.0454.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41070	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31811 - 01.06.184.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41071	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31812 - 01.06.184.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41072	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31813 - 01.06.184.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41073	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31815 - 01.06.184.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41074	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31816 - 01.06.184.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41075	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31817 - 01.06.184.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41076	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31818 - 01.06.184.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41077	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31819 - 01.06.184.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41078	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31821 - 01.06.184.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41079	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31822 - 01.06.184.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41080	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31823 - 01.06.184.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41081	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31826 - 01.06.184.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41082	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31828 - 01.06.184.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41083	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31830 - 01.06.184.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41084	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31831 - 01.06.184.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41085	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31833 - 01.06.184.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41086	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31836 - 01.06.184.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41087	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31838 - 01.06.184.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41088	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31839 - 01.06.185.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41089	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31840 - 01.06.185.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41090	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31841 - 01.06.185.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41091	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31843 - 01.06.185.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41092	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31844 - 01.06.185.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41093	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31845 - 01.06.185.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41094	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31846 - 01.06.185.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41095	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31847 - 01.06.185.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41096	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31848 - 01.06.185.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41097	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31849 - 01.06.185.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41098	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31850 - 01.06.185.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41099	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31851 - 01.06.185.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41100	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31852 - 01.06.185.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41101	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31853 - 01.06.185.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41102	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31854 - 01.06.185.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41103	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31856 - 01.06.185.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41104	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31858 - 01.06.185.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41105	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31859 - 01.06.185.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41106	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31860 - 01.06.185.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41107	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31861 - 01.06.185.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41108	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31862 - 01.06.185.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41109	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31863 - 01.06.185.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41110	29/10/2018	95,65	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31865 - 01.06.185.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41111	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31866 - 01.06.185.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41112	29/10/2018	116,12	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31868 - 01.06.186.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41113	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31869 - 01.06.186.0039.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41114	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31872 - 01.06.186.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41115	29/10/2018	91,89	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31875 - 01.06.186.0146.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41116	29/10/2018	91,89	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31876 - 01.06.186.0159.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41117	29/10/2018	116,12	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31877 - 01.06.186.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41118	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31878 - 01.06.186.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41119	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31880 - 01.06.186.0240.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41120	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31881 - 01.06.186.0253.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41121	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31882 - 01.06.186.0266.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41122	29/10/2018	91,89	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31884 - 01.06.186.0320.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41123	29/10/2018	91,89	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31885 - 01.06.186.0333.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41124	29/10/2018	254,74	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31886 - 01.06.182.0051.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41125	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31887 - 01.06.182.0064.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41126	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31888 - 01.06.182.0077.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41127	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31889 - 01.06.182.0090.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41128	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31890 - 01.06.182.0103.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41129	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31891 - 01.06.182.0116.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41130	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31892 - 01.06.182.0129.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41131	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31893 - 01.06.182.0142.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41132	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31894 - 01.06.182.0155.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41133	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31895 - 01.06.182.0168.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41134	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31896 - 01.06.182.0180.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41135	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31901 - 01.06.182.0306.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41136	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31902 - 01.06.182.0319.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41137	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31903 - 01.06.182.0332.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41138	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31904 - 01.06.182.0345.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41139	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31905 - 01.06.182.0358.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41140	29/10/2018	253,31	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31910 - 01.06.182.0472.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41141	29/10/2018	208,91	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31911 - 01.06.182.0486.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41142	29/10/2018	191,83	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31912 - 01.06.182.0500.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41143	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31913 - 01.06.181.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41144	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31916 - 01.06.181.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41145	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31917 - 01.06.181.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41146	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31918 - 01.06.181.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41147	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31919 - 01.06.181.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41148	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31921 - 01.06.181.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41149	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31924 - 01.06.181.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41150	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31925 - 01.06.181.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41151	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31926 - 01.06.181.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41152	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31929 - 01.06.181.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41153	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31931 - 01.06.181.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41154	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31932 - 01.06.181.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41155	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31933 - 01.06.181.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41156	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31934 - 01.06.181.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41157	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31935 - 01.06.181.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41158	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31936 - 01.06.181.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41159	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31937 - 01.06.181.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41160	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31938 - 01.06.181.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41161	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31939 - 01.06.181.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41162	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31941 - 01.06.180.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41163	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31942 - 01.06.180.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41164	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31943 - 01.06.180.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41165	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31945 - 01.06.180.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41166	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31946 - 01.06.180.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41167	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31947 - 01.06.180.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41168	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31948 - 01.06.180.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41169	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31949 - 01.06.180.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41170	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31950 - 01.06.180.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41171	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31951 - 01.06.180.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41172	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31952 - 01.06.180.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41173	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31953 - 01.06.180.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41174	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31954 - 01.06.180.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41175	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31955 - 01.06.180.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41176	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31956 - 01.06.180.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41177	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31957 - 01.06.180.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41178	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31958 - 01.06.180.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41179	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31959 - 01.06.180.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41180	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31960 - 01.06.180.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41181	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31961 - 01.06.180.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41182	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31962 - 01.06.180.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41183	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31963 - 01.06.180.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41184	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31964 - 01.06.180.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41185	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31965 - 01.06.180.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41186	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31966 - 01.06.180.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41187	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31967 - 01.06.180.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41188	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31968 - 01.06.180.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41189	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31969 - 01.06.179.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41190	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31970 - 01.06.179.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41191	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31971 - 01.06.179.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41192	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31972 - 01.06.179.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41193	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31973 - 01.06.179.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41194	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31974 - 01.06.179.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41195	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31975 - 01.06.179.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41196	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31976 - 01.06.179.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41197	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31977 - 01.06.179.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41198	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31980 - 01.06.179.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41199	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31981 - 01.06.179.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41200	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31982 - 01.06.179.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41201	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31983 - 01.06.179.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41202	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31984 - 01.06.179.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41203	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31985 - 01.06.179.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41204	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31986 - 01.06.179.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41205	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31988 - 01.06.179.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41206	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31989 - 01.06.179.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41207	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31992 - 01.06.179.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41208	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31993 - 01.06.179.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41209	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31994 - 01.06.179.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41210	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31995 - 01.06.179.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41211	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31996 - 01.06.179.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41212	29/10/2018	217,67	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31997 - 01.06.174.0038.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41213	29/10/2018	227,45	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31998 - 01.06.174.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41214	29/10/2018	188,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 31999 - 01.06.174.0310.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41215	29/10/2018	160,37	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32000 - 01.06.174.0323.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41216	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32003 - 01.06.174.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41217	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32004 - 01.06.174.0091.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41218	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32006 - 01.06.174.0147.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41219	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32007 - 01.06.174.0160.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41220	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32008 - 01.06.174.0203.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41221	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32009 - 01.06.174.0216.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41222	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32010 - 01.06.174.0230.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41223	29/10/2018	119,45	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32011 - 01.06.174.0243.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41224	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32012 - 01.06.175.0038.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41225	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32013 - 01.06.175.0263.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41226	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32017 - 01.06.175.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41227	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32018 - 01.06.175.0068.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41228	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32020 - 01.06.175.0124.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41229	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32024 - 01.06.175.0206.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41230	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32027 - 01.06.176.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41231	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32028 - 01.06.176.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41232	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32029 - 01.06.176.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41233	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32031 - 01.06.176.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41234	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32033 - 01.06.176.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41235	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32036 - 01.06.176.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41236	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32037 - 01.06.176.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41237	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32038 - 01.06.176.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41238	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32039 - 01.06.176.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41239	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32040 - 01.06.176.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41240	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32041 - 01.06.176.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41241	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32042 - 01.06.176.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41242	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32044 - 01.06.176.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41243	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32046 - 01.06.176.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41244	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32047 - 01.06.176.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41245	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32048 - 01.06.176.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41246	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32049 - 01.06.176.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41247	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32050 - 01.06.176.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41248	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32053 - 01.06.176.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41249	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32054 - 01.06.177.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41250	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32055 - 01.06.177.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41251	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32057 - 01.06.177.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41252	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32060 - 01.06.177.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41253	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32061 - 01.06.177.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41254	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32062 - 01.06.177.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41255	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32063 - 01.06.177.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41256	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32064 - 01.06.177.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41257	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32065 - 01.06.177.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41258	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32066 - 01.06.177.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41259	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32067 - 01.06.177.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41260	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32068 - 01.06.177.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41261	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32070 - 01.06.177.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41262	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32071 - 01.06.177.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41263	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32072 - 01.06.177.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41264	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32073 - 01.06.177.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41265	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32074 - 01.06.177.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41266	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32075 - 01.06.177.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41267	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32077 - 01.06.177.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41268	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32078 - 01.06.177.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41269	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32080 - 01.06.177.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41270	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32082 - 01.06.178.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41271	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32083 - 01.06.178.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41272	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32084 - 01.06.178.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41273	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32085 - 01.06.178.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41274	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32086 - 01.06.178.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41275	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32087 - 01.06.178.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41276	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32088 - 01.06.178.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41277	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32089 - 01.06.178.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41278	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32090 - 01.06.178.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41279	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32091 - 01.06.178.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41280	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32092 - 01.06.178.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41281	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32093 - 01.06.178.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41282	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32094 - 01.06.178.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41283	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32095 - 01.06.178.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41284	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32096 - 01.06.178.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41285	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32097 - 01.06.178.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41286	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32098 - 01.06.178.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41287	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32102 - 01.06.178.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41288	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32105 - 01.06.178.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41289	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32106 - 01.06.178.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41290	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32107 - 01.06.178.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41291	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32109 - 01.06.178.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41292	29/10/2018	201,42	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32111 - 01.06.173.0344.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41293	29/10/2018	174,68	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32112 - 01.06.173.0021.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41294	29/10/2018	153,78	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32113 - 01.06.173.0061.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41295	29/10/2018	125,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32114 - 01.06.173.0074.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41296	29/10/2018	123,01	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32115 - 01.06.173.0086.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41297	29/10/2018	128,13	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32116 - 01.06.173.0098.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41298	29/10/2018	128,13	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32117 - 01.06.173.0111.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41299	29/10/2018	128,13	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32118 - 01.06.173.0123.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41300	29/10/2018	168,40	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32119 - 01.06.173.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41301	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32120 - 01.06.173.0179.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41302	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32121 - 01.06.173.0192.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41303	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32122 - 01.06.173.0235.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41304	29/10/2018	111,41	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32123 - 01.06.173.0248.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41305	29/10/2018	111,41	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32124 - 01.06.173.0260.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41306	29/10/2018	111,41	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32125 - 01.06.173.0273.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41307	29/10/2018	106,95	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32126 - 01.06.173.0285.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41308	29/10/2018	108,82	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32127 - 01.06.173.0297.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41309	29/10/2018	168,40	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32128 - 01.06.172.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41310	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32129 - 01.06.172.0263.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41311	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32130 - 01.06.172.0276.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41312	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32131 - 01.06.172.0289.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41313	29/10/2018	137,35	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32132 - 01.06.172.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41314	29/10/2018	136,33	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32133 - 01.06.172.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41315	29/10/2018	136,33	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32134 - 01.06.172.0068.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41316	29/10/2018	168,40	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32135 - 01.06.172.0111.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41317	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32136 - 01.06.172.0124.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41318	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32137 - 01.06.172.0137.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41319	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32138 - 01.06.172.0180.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41320	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32139 - 01.06.172.0193.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41321	29/10/2018	118,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32140 - 01.06.172.0206.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41322	29/10/2018	119,45	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32141 - 01.06.172.0220.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41323	29/10/2018	168,40	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32142 - 01.06.171.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41324	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32143 - 01.06.171.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41325	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32144 - 01.06.171.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41326	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32146 - 01.06.171.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41327	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32147 - 01.06.171.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41328	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32150 - 01.06.171.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41329	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32151 - 01.06.171.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41330	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32152 - 01.06.171.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41331	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32153 - 01.06.171.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41332	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32154 - 01.06.171.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41333	29/10/2018	133,25	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32155 - 01.06.171.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41334	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32158 - 01.06.171.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41335	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32160 - 01.06.171.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41336	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32162 - 01.06.171.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41337	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32163 - 01.06.171.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41338	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32166 - 01.06.171.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41339	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32167 - 01.06.171.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41340	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32174 - 01.06.170.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41341	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32175 - 01.06.170.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41342	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32176 - 01.06.170.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41343	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32177 - 01.06.170.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41344	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32178 - 01.06.170.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41345	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32179 - 01.06.170.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41346	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32184 - 01.06.170.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41347	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32186 - 01.06.170.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41348	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32187 - 01.06.170.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41349	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32188 - 01.06.170.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41350	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32189 - 01.06.170.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41351	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32191 - 01.06.170.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41352	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32194 - 01.06.170.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41353	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32195 - 01.06.170.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41354	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32196 - 01.06.170.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41355	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32197 - 01.06.170.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41356	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32207 - 01.06.169.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41357	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32208 - 01.06.169.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41358	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32211 - 01.06.169.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41359	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32212 - 01.06.169.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41360	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32214 - 01.06.169.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41361	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32215 - 01.06.169.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41362	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32216 - 01.06.169.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41363	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32217 - 01.06.169.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41364	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32220 - 01.06.169.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41365	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32221 - 01.06.169.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41366	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32223 - 01.06.169.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41367	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32226 - 01.06.166.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41368	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32228 - 01.06.166.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41369	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32229 - 01.06.166.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41370	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32232 - 01.06.166.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41371	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32236 - 01.06.166.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41372	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32237 - 01.06.166.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41373	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32238 - 01.06.166.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41374	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32239 - 01.06.166.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41375	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32240 - 01.06.166.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41376	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32242 - 01.06.166.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41377	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32243 - 01.06.166.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41378	29/10/2018	134,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32244 - 01.06.166.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41379	29/10/2018	134,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32245 - 01.06.166.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41380	29/10/2018	134,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32248 - 01.06.166.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41381	29/10/2018	134,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32249 - 01.06.166.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41382	29/10/2018	134,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32252 - 01.06.166.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41383	29/10/2018	134,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32253 - 01.06.166.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41384	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32255 - 01.06.167.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41385	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32256 - 01.06.167.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41386	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32261 - 01.06.167.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41387	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32262 - 01.06.167.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41388	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32263 - 01.06.167.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41389	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32264 - 01.06.167.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41390	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32265 - 01.06.167.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41391	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32267 - 01.06.167.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41392	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32268 - 01.06.167.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41393	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32269 - 01.06.167.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41394	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32270 - 01.06.167.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41395	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32271 - 01.06.167.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41396	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32272 - 01.06.167.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41397	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32275 - 01.06.167.0335.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41398	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32276 - 01.06.167.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41399	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32277 - 01.06.167.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41400	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32278 - 01.06.167.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41401	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32279 - 01.06.167.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41402	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32281 - 01.06.167.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41403	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32282 - 01.06.168.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41404	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32284 - 01.06.168.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41405	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32285 - 01.06.168.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41406	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32291 - 01.06.168.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41407	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32292 - 01.06.168.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41408	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32293 - 01.06.168.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41409	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32294 - 01.06.168.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41410	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32295 - 01.06.168.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41411	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32298 - 01.06.168.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41412	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32300 - 01.06.168.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41413	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32301 - 01.06.168.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41414	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32302 - 01.06.168.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41415	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32303 - 01.06.168.0322.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41416	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32305 - 01.06.168.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41417	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32306 - 01.06.168.0361.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41418	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32307 - 01.06.168.0374.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41419	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32308 - 01.06.168.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41420	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32309 - 01.06.168.0400.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41421	29/10/2018	142,54	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32310 - 01.06.164.0025.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41422	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32311 - 01.06.164.0440.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41423	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32312 - 01.06.164.0453.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41424	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32313 - 01.06.164.0466.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41425	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32314 - 01.06.164.0038.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41426	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32315 - 01.06.164.0051.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41427	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32316 - 01.06.164.0064.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41428	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32318 - 01.06.164.0090.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41429	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32321 - 01.06.164.0129.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41430	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32322 - 01.06.164.0142.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41431	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32323 - 01.06.164.0155.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41432	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32324 - 01.06.164.0198.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41433	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32325 - 01.06.164.0267.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41434	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32326 - 01.06.164.0211.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41435	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32327 - 01.06.164.0224.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41436	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32328 - 01.06.164.0280.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41437	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32329 - 01.06.164.0293.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41438	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32330 - 01.06.164.0306.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41439	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32331 - 01.06.164.0319.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41440	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32332 - 01.06.164.0332.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41441	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32333 - 01.06.164.0345.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41442	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32334 - 01.06.164.0358.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41443	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32335 - 01.06.164.0371.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41444	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32337 - 01.06.164.0397.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41445	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32338 - 01.06.163.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41446	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32339 - 01.06.163.0460.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41447	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32341 - 01.06.163.0486.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41448	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32342 - 01.06.163.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41449	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32343 - 01.06.163.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41450	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32344 - 01.06.163.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41451	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32345 - 01.06.163.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41452	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32347 - 01.06.163.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41453	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32348 - 01.06.163.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41454	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32349 - 01.06.163.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41455	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32350 - 01.06.163.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41456	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32351 - 01.06.163.0171.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41457	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32352 - 01.06.163.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41458	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32353 - 01.06.163.0287.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41459	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32354 - 01.06.163.0229.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41460	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32355 - 01.06.163.0244.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41461	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32356 - 01.06.163.0300.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41462	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32357 - 01.06.163.0313.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41463	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32358 - 01.06.163.0326.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41464	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32359 - 01.06.163.0339.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41465	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32360 - 01.06.163.0352.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41466	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32361 - 01.06.163.0365.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41467	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32362 - 01.06.163.0378.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41468	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32363 - 01.06.163.0391.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41469	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32364 - 01.06.163.0404.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41470	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32365 - 01.06.163.0417.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41471	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32366 - 01.06.162.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41472	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32367 - 01.06.162.0443.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41473	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32368 - 01.06.162.0456.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41474	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32369 - 01.06.162.0469.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41475	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32377 - 01.06.162.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41476	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32378 - 01.06.162.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41477	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32379 - 01.06.162.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41478	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32380 - 01.06.162.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41479	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32381 - 01.06.162.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41480	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32382 - 01.06.162.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41481	29/10/2018	111,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32383 - 01.06.162.0227.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41482	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32384 - 01.06.162.0283.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41483	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32385 - 01.06.162.0296.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41484	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32386 - 01.06.162.0309.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41485	29/10/2018	150,43	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32394 - 01.06.159.0032.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41486	29/10/2018	144,77	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32395 - 01.06.159.0417.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41487	29/10/2018	108,16	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32396 - 01.06.159.0431.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41488	29/10/2018	138,56	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32397 - 01.06.159.0445.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41489	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32401 - 01.06.159.0084.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41490	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32402 - 01.06.159.0097.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41491	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32403 - 01.06.159.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41492	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32406 - 01.06.159.0179.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41493	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32407 - 01.06.159.0249.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41494	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32409 - 01.06.159.0207.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41495	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32410 - 01.06.159.0262.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41496	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32411 - 01.06.159.0275.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41497	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32412 - 01.06.159.0288.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41498	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32413 - 01.06.159.0301.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41499	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32414 - 01.06.159.0314.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41500	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32417 - 01.06.159.0353.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41501	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32418 - 01.06.159.0366.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41502	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32419 - 01.06.160.0445.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41503	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32420 - 01.06.160.0460.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41504	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32421 - 01.06.160.0474.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41505	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32422 - 01.06.160.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41506	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32423 - 01.06.160.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41507	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32424 - 01.06.160.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41508	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32425 - 01.06.160.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41509	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32427 - 01.06.160.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41510	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32428 - 01.06.160.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41511	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32430 - 01.06.160.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41512	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32431 - 01.06.160.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41513	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32432 - 01.06.160.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41514	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32433 - 01.06.160.0272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41515	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32434 - 01.06.160.0215.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41516	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32435 - 01.06.160.0229.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41517	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32439 - 01.06.160.0324.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41518	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32440 - 01.06.160.0337.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41519	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32441 - 01.06.160.0350.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41520	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32442 - 01.06.160.0363.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41521	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32443 - 01.06.160.0376.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41522	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32445 - 01.06.160.0402.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41523	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32446 - 01.06.160.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41524	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32447 - 01.06.161.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41525	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32449 - 01.06.161.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41526	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32450 - 01.06.161.0459.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41527	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32451 - 01.06.161.0473.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41528	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32452 - 01.06.161.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41529	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32453 - 01.06.161.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41530	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32454 - 01.06.161.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41531	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32455 - 01.06.161.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41532	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32456 - 01.06.161.0106.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41533	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32457 - 01.06.161.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41534	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32458 - 01.06.161.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41535	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32459 - 01.06.161.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41536	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32460 - 01.06.161.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41537	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32461 - 01.06.161.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41538	29/10/2018	141,11	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32462 - 01.06.161.0272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41539	29/10/2018	119,73	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32463 - 01.06.161.0215.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41540	29/10/2018	119,73	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32464 - 01.06.161.0229.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41541	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32465 - 01.06.161.0285.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41542	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32466 - 01.06.161.0298.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41543	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32470 - 01.06.161.0350.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41544	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32471 - 01.06.161.0363.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41545	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32472 - 01.06.161.0376.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41546	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32473 - 01.06.161.0389.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41547	29/10/2018	121,98	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32477 - 01.06.158.0026.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41548	29/10/2018	118,20	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32478 - 01.06.158.0382.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41549	29/10/2018	102,17	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32482 - 01.06.158.0052.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41550	29/10/2018	105,12	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32485 - 01.06.158.0091.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41551	29/10/2018	105,65	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32486 - 01.06.158.0104.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41552	29/10/2018	133,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32488 - 01.06.158.0162.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41553	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32489 - 01.06.158.0234.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41554	29/10/2018	104,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32491 - 01.06.158.0191.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41555	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32492 - 01.06.158.0247.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41556	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32495 - 01.06.158.0286.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41557	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32496 - 01.06.158.0299.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41558	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32497 - 01.06.158.0312.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41559	29/10/2018	133,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32500 - 01.06.157.0028.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41560	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32501 - 01.06.157.0437.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41561	29/10/2018	111,55	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32502 - 01.06.157.0452.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41562	29/10/2018	111,55	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32503 - 01.06.157.0467.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41563	29/10/2018	112,95	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32504 - 01.06.157.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41564	29/10/2018	113,92	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32505 - 01.06.157.0054.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41565	29/10/2018	114,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32506 - 01.06.157.0067.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41566	29/10/2018	115,87	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32507 - 01.06.157.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41567	29/10/2018	116,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32508 - 01.06.157.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41568	29/10/2018	118,82	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32510 - 01.06.157.0119.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41569	29/10/2018	120,77	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32512 - 01.06.157.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41570	29/10/2018	121,29	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32513 - 01.06.157.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41571	29/10/2018	139,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32515 - 01.06.157.0279.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41572	29/10/2018	118,98	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32516 - 01.06.157.0218.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41573	29/10/2018	118,98	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32517 - 01.06.157.0234.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41574	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32520 - 01.06.157.0318.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41575	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32521 - 01.06.157.0331.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41576	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32522 - 01.06.157.0344.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41577	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32523 - 01.06.157.0357.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41578	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32524 - 01.06.157.0370.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41579	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32525 - 01.06.157.0383.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41580	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32526 - 01.06.157.0396.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41581	29/10/2018	100,57	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32527 - 01.06.157.0409.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41582	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32531 - 01.06.156.0245.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41583	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32533 - 01.06.156.0271.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41584	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32534 - 01.06.156.0284.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41585	29/10/2018	98,22	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32539 - 01.06.146.0029.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41586	29/10/2018	100,59	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32540 - 01.06.146.0043.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41587	29/10/2018	124,99	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32541 - 01.06.146.0086.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41588	29/10/2018	86,42	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32542 - 01.06.146.0098.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41589	29/10/2018	86,42	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32543 - 01.06.146.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41590	29/10/2018	86,42	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32544 - 01.06.146.0122.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41591	29/10/2018	92,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32554 - 01.06.146.0313.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41592	29/10/2018	94,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32555 - 01.06.146.0325.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41593	29/10/2018	96,34	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32556 - 01.06.146.0337.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41594	29/10/2018	108,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32558 - 01.06.147.0015.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41595	29/10/2018	116,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32559 - 01.06.147.0083.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41596	29/10/2018	90,31	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32561 - 01.06.147.0041.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41597	29/10/2018	93,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32566 - 01.06.147.0145.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41598	29/10/2018	93,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32567 - 01.06.147.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41599	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32568 - 01.06.147.0201.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41600	29/10/2018	122,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32569 - 01.06.147.0270.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41601	29/10/2018	97,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32570 - 01.06.147.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41602	29/10/2018	93,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32572 - 01.06.147.0282.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41603	29/10/2018	93,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32573 - 01.06.147.0295.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41604	29/10/2018	93,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32574 - 01.06.147.0307.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41605	29/10/2018	93,36	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32577 - 01.06.147.0345.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41606	29/10/2018	113,35	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32578 - 01.06.148.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41607	29/10/2018	124,99	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32579 - 01.06.148.0077.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41608	29/10/2018	105,18	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32580 - 01.06.148.0034.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41609	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32581 - 01.06.148.0090.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41610	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32582 - 01.06.148.0104.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41611	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32583 - 01.06.148.0117.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41612	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32584 - 01.06.148.0144.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41613	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32585 - 01.06.148.0158.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41614	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32587 - 01.06.148.0216.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41615	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32588 - 01.06.148.0277.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41616	29/10/2018	121,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32589 - 01.06.148.0233.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41617	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32591 - 01.06.148.0304.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41618	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32592 - 01.06.148.0318.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41619	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32593 - 01.06.148.0331.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41620	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32594 - 01.06.148.0345.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41621	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32595 - 01.06.148.0358.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41622	29/10/2018	132,77	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32596 - 01.06.149.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41623	29/10/2018	140,71	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32597 - 01.06.149.0080.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41624	29/10/2018	120,75	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32598 - 01.06.149.0034.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41625	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32599 - 01.06.149.0093.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41626	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32600 - 01.06.149.0107.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41627	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32601 - 01.06.149.0120.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41628	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32602 - 01.06.149.0134.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41629	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32603 - 01.06.149.0147.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41630	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32604 - 01.06.149.0161.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41631	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32606 - 01.06.149.0267.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41632	29/10/2018	121,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32607 - 01.06.149.0222.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41633	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32609 - 01.06.149.0294.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41634	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32610 - 01.06.149.0307.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41635	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32611 - 01.06.149.0321.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41636	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32612 - 01.06.149.0334.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41637	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32613 - 01.06.149.0348.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41638	29/10/2018	147,50	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32614 - 01.06.150.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41639	29/10/2018	133,77	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32616 - 01.06.150.0034.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41640	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32617 - 01.06.150.0096.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41641	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32618 - 01.06.150.0110.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41642	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32619 - 01.06.150.0123.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41643	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32620 - 01.06.150.0136.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41644	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32621 - 01.06.150.0150.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41645	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32623 - 01.06.150.0204.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41646	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32624 - 01.06.150.0265.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41647	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32626 - 01.06.150.0279.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41648	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32627 - 01.06.150.0292.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41649	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32629 - 01.06.150.0319.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41650	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32630 - 01.06.150.0333.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41651	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32631 - 01.06.150.0346.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41652	29/10/2018	104,00	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32632 - 01.06.151.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41653	29/10/2018	114,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32633 - 01.06.151.0075.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41654	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32635 - 01.06.151.0088.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41655	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32636 - 01.06.151.0101.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41656	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32637 - 01.06.151.0114.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41657	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32638 - 01.06.151.0127.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41658	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32639 - 01.06.151.0140.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41659	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32640 - 01.06.151.0153.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41660	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32641 - 01.06.151.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41661	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32643 - 01.06.151.0272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41662	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32646 - 01.06.151.0298.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41663	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32647 - 01.06.151.0311.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41664	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32648 - 01.06.151.0324.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41665	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32649 - 01.06.151.0337.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41666	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32650 - 01.06.151.0350.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41667	29/10/2018	90,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32651 - 01.06.151.0363.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41668	29/10/2018	110,35	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32653 - 01.06.152.0075.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41669	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32656 - 01.06.152.0101.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41670	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32657 - 01.06.152.0114.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41671	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32660 - 01.06.152.0153.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41672	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32661 - 01.06.152.0166.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41673	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32662 - 01.06.152.0211.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41674	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32663 - 01.06.152.0272.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41675	29/10/2018	121,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32664 - 01.06.152.0228.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41676	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32666 - 01.06.152.0298.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41677	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32667 - 01.06.152.0311.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41678	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32668 - 01.06.152.0324.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41679	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32669 - 01.06.152.0337.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41680	29/10/2018	120,18	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32672 - 01.06.153.0017.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41681	29/10/2018	130,67	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32673 - 01.06.153.0078.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41682	29/10/2018	111,34	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32674 - 01.06.153.0034.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41683	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32675 - 01.06.153.0091.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41684	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32676 - 01.06.153.0105.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41685	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32677 - 01.06.153.0118.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41686	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32678 - 01.06.153.0132.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41687	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32682 - 01.06.153.0217.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41688	29/10/2018	138,03	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32683 - 01.06.153.0278.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41689	29/10/2018	121,90	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32684 - 01.06.153.0234.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41690	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32685 - 01.06.153.0292.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41691	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32686 - 01.06.153.0305.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41692	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32687 - 01.06.153.0319.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41693	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32688 - 01.06.153.0332.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41694	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32689 - 01.06.153.0346.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41695	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32690 - 01.06.153.0359.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41696	29/10/2018	93,62	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32691 - 01.06.153.0373.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41697	29/10/2018	113,69	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32693 - 01.06.154.0029.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41698	29/10/2018	114,60	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32694 - 01.06.154.0043.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41699	29/10/2018	115,53	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32695 - 01.06.154.0057.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41700	29/10/2018	116,46	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32696 - 01.06.154.0071.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41701	29/10/2018	117,38	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32697 - 01.06.154.0085.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41702	29/10/2018	118,30	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32698 - 01.06.154.0099.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41703	29/10/2018	119,23	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32699 - 01.06.154.0113.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41704	29/10/2018	120,15	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32700 - 01.06.154.0127.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41705	29/10/2018	121,09	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32701 - 01.06.154.0141.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41706	29/10/2018	226,88	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32703 - 01.07.071.1211.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41707	29/10/2018	210,22	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32704 - 01.07.071.1274.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41708	29/10/2018	97,96	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32711 - 01.06.165.0214.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41709	29/10/2018	138,16	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32712 - 01.06.165.0262.001	IMPOSTO TERRITORIAL

41710	29/10/2018	150,22	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32713 - 01.06.165.0289.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41711	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32714 - 01.06.165.0302.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41712	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32715 - 01.06.165.0315.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41713	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32716 - 01.06.165.0330.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41714	29/10/2018	147,07	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32717 - 01.06.165.0357.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41715	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32718 - 01.06.165.0370.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41716	29/10/2018	115,86	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32719 - 01.06.165.0383.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41717	29/10/2018	168,40	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32720 - 01.06.165.0426.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41718	29/10/2018	2.099,14	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32725 - 01.06.165.0198.001	IMPOSTO PREDIAL
41719	29/10/2018	405,09	ALVARO FORMIGONI	IMÓVEL: 32749 - 01.02.095.0029.002	IMPOSTO PREDIAL
41720	29/10/2018	463,51	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 32753 - 01.05.016.1579.012	IMPOSTO PREDIAL
41721	29/10/2018	412,46	RODRIGO JOSE BENTO	IMÓVEL: 32776 - 01.06.078.0044.003	IMPOSTO PREDIAL
41722	29/10/2018	453,22	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 32868 - 01.05.083.0401.002	IMPOSTO PREDIAL
41723	29/10/2018	229,86	JULIANO MACHADO	IMÓVEL: 32871 - 01.06.017.0336.002	IMPOSTO PREDIAL
41724	29/10/2018	628,53	AUGUSTO ARNOLDO ARNS E OUTROS	IMÓVEL: 32876 - 01.02.026.1032.004	IMPOSTO PREDIAL
41725	29/10/2018	53,59	VALMOR RIBEIRO	IMÓVEL: 32956 - 01.03.002.0074.003	IMPOSTO PREDIAL
41726	29/10/2018	241,72	ADINO DE CESARO CAVALER	IMÓVEL: 32960 - 01.03.006.0121.002	IMPOSTO PREDIAL
41727	29/10/2018	257,05	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32970 - 01.03.012.0644.002	IMPOSTO PREDIAL
41728	29/10/2018	183,08	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32971 - 01.03.012.0683.002	IMPOSTO PREDIAL
41729	29/10/2018	214,41	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32972 - 01.03.012.0696.002	IMPOSTO PREDIAL
41730	29/10/2018	280,98	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32973 - 01.03.012.0953.002	IMPOSTO PREDIAL
41731	29/10/2018	278,31	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32974 - 01.03.012.1009.002	IMPOSTO PREDIAL
41732	29/10/2018	256,56	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32975 - 01.03.012.1177.002	IMPOSTO PREDIAL
41733	29/10/2018	245,05	RAINILDA HERR BACK	IMÓVEL: 32976 - 01.03.012.1233.002	IMPOSTO PREDIAL
41734	29/10/2018	295,90	EDUARDO VITALI CAMPANHOLI	IMÓVEL: 32982 - 01.03.014.0976.002	IMPOSTO PREDIAL
41735	29/10/2018	218,24	ADELICIO PEDRO JOAO	IMÓVEL: 33004 - 01.03.028.0070.002	IMPOSTO PREDIAL
41736	29/10/2018	209,21	JUCENEI DA SILVA	IMÓVEL: 33007 - 01.03.029.0084.002	IMPOSTO PREDIAL
41737	29/10/2018	193,83	FLARIS TADEU DA LUZ	IMÓVEL: 33009 - 01.03.029.0144.002	IMPOSTO PREDIAL
41738	29/10/2018	383,32	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33018 - 01.03.040.0103.002	IMPOSTO PREDIAL
41739	29/10/2018	383,32	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33019 - 01.03.040.0103.003	IMPOSTO PREDIAL
41740	29/10/2018	383,32	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33020 - 01.03.040.0103.004	IMPOSTO PREDIAL
41741	29/10/2018	383,32	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33021 - 01.03.040.0103.005	IMPOSTO PREDIAL
41742	29/10/2018	383,32	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33022 - 01.03.040.0103.006	IMPOSTO PREDIAL
41743	29/10/2018	344,02	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33023 - 01.03.040.0103.007	IMPOSTO PREDIAL
41744	29/10/2018	344,02	ADRIANI VITALI	IMÓVEL: 33024 - 01.03.040.0103.008	IMPOSTO PREDIAL
41745	29/10/2018	584,68	JOSIEL FLORENCIO LANGER	IMÓVEL: 33031 - 01.03.049.0400.002	IMPOSTO PREDIAL
41746	29/10/2018	241,89	BRUNA BOEING MENDES	IMÓVEL: 33037 - 01.03.054.0395.002	IMPOSTO PREDIAL
41747	29/10/2018	245,04	ARVELINO DE ESTEFANI	IMÓVEL: 33045 - 01.03.058.0289.002	IMPOSTO PREDIAL
41748	29/10/2018	347,21	FELIPE FREITAS ZUCHINALI	IMÓVEL: 33046 - 01.03.058.0302.002	IMPOSTO PREDIAL
41749	29/10/2018	258,17	ROSANGELA VIEIRA CANDIDO	IMÓVEL: 33058 - 01.03.064.0384.002	IMPOSTO PREDIAL
41750	29/10/2018	260,01	VALENTIN MANOEL BORGES	IMÓVEL: 33144 - 01.04.003.0015.002	IMPOSTO PREDIAL
41751	29/10/2018	170,82	RAQUEL DUTRA	IMÓVEL: 33167 - 01.04.013.0081.002	IMPOSTO PREDIAL
41752	29/10/2018	521,46	RAMAO ORTIZ	IMÓVEL: 33168 - 01.04.013.0150.002	IMPOSTO PREDIAL
41753	29/10/2018	1.015,18	VALDENICE MIGUEL	IMÓVEL: 33170 - 01.04.013.0344.002	IMPOSTO PREDIAL
41754	29/10/2018	544,43	FABIANA SAVI COSTA	IMÓVEL: 33182 - 01.04.027.0188.002	IMPOSTO PREDIAL
41755	29/10/2018	197,65	CELIA KULKAMP	IMÓVEL: 33188 - 01.02.049.0235.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41756	29/10/2018	666,85	JOZIANI ACORDI ROCHA	IMÓVEL: 33219 - 01.04.063.0359.002	IMPOSTO PREDIAL
41757	29/10/2018	260,16	VALENTIN MORO	IMÓVEL: 33221 - 01.04.064.0082.002	IMPOSTO PREDIAL
41758	29/10/2018	331,92	OTILIA TROCATTI LAURINDO	IMÓVEL: 33223 - 01.04.065.0197.002	IMPOSTO PREDIAL
41759	29/10/2018	224,62	JOELSON GENEROSO FARIAS	IMÓVEL: 33237 - 01.05.039.0214.002	IMPOSTO PREDIAL
41760	29/10/2018	542,84	CLEBIA GEOCANY DA SILVA	IMÓVEL: 33242 - 01.05.038.0108.002	IMPOSTO PREDIAL
41761	29/10/2018	542,84	CLEBIA GEOCANY DA SILVA	IMÓVEL: 33243 - 01.05.038.0108.003	IMPOSTO PREDIAL
41762	29/10/2018	436,46	RODRIGO DOS SANTOS MOREIRA	IMÓVEL: 33256 - 01.05.021.0016.002	IMPOSTO PREDIAL
41763	29/10/2018	274,30	ROSANI DOS SANTOS	IMÓVEL: 33257 - 01.05.021.0076.002	IMPOSTO PREDIAL

41764	29/10/2018	268,99	VANECI ASSUNCAO	IMÓVEL: 33261 - 01.05.023.0357.002	IMPOSTO PREDIAL
41765	29/10/2018	55,02	JAIR SCHAUKOSKI ELIAS	IMÓVEL: 33262 - 01.05.042.0030.002	IMPOSTO PREDIAL
41766	29/10/2018	262,71	MARIA SALETE JOAO DE GODOI	IMÓVEL: 33285 - 01.04.008.0027.002	IMPOSTO PREDIAL
41767	29/10/2018	427,55	KEILA GONÇALVES COSTA	IMÓVEL: 33289 - 01.04.012.0095.002	IMPOSTO PREDIAL
41768	29/10/2018	71,04	FABIANO BORGES	IMÓVEL: 33292 - 01.04.014.0165.002	IMPOSTO PREDIAL
41769	29/10/2018	265,01	ZILO GIORDANO	IMÓVEL: 33322 - 01.04.026.0328.002	IMPOSTO PREDIAL
41770	29/10/2018	210,13	EDGAR FONSECA PANATTA	IMÓVEL: 33327 - 01.04.030.1864.002	IMPOSTO PREDIAL
41771	29/10/2018	304,88	MARIA TEREZA GRESELE	IMÓVEL: 33330 - 01.04.041.0275.002	IMPOSTO PREDIAL
41772	29/10/2018	243,06	JOELÇO DANIELSKI	IMÓVEL: 33336 - 01.04.043.0166.003	IMPOSTO PREDIAL
41773	29/10/2018	170,82	SEVERINO VICENTIN	IMÓVEL: 33353 - 01.04.055.0361.003	IMPOSTO PREDIAL
41774	29/10/2018	489,24	ADRIANO MACHADO	IMÓVEL: 33396 - 01.04.094.0079.002	IMPOSTO PREDIAL
41775	29/10/2018	176,58	MIGUEL DA SILVA VICENTE	IMÓVEL: 33415 - 01.04.074.0239.002	IMPOSTO PREDIAL
41776	29/10/2018	346,47	ALEX DANIEL BRINA	IMÓVEL: 33416 - 01.04.074.0254.002	IMPOSTO PREDIAL
41777	29/10/2018	233,66	ESPOLIO DE MOACIR VIEIRA SOUZA	IMÓVEL: 33426 - 01.05.007.0244.002	IMPOSTO PREDIAL
41778	29/10/2018	258,79	LUIZ GONZAGA DE MATTIA (ESPOLIO)	IMÓVEL: 33427 - 01.05.046.0278.003	IMPOSTO PREDIAL
41779	29/10/2018	612,80	CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA	IMÓVEL: 33435 - 01.05.084.0155.002	IMPOSTO PREDIAL
41780	29/10/2018	505,73	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 33440 - 01.05.082.0421.002	IMPOSTO PREDIAL
41781	29/10/2018	249,55	RAFAEL SCHULTER FERNANDES	IMÓVEL: 33444 - 01.05.085.0162.003	IMPOSTO PREDIAL
41782	29/10/2018	401,15	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 33448 - 01.05.079.0337.002	IMPOSTO PREDIAL
41783	29/10/2018	283,12	CRICIUMA CONSTRUÇOES LTDA	IMÓVEL: 33454 - 01.05.086.0253.002	IMPOSTO PREDIAL
41784	29/10/2018	273,44	ROBSON CARLOS DA SILVA	IMÓVEL: 33470 - 01.05.027.0207.002	IMPOSTO PREDIAL
41785	29/10/2018	271,36	LUIZ CARLOS LUIZ	IMÓVEL: 33474 - 01.05.007.0229.002	IMPOSTO PREDIAL
41786	29/10/2018	117,18	DINEIA DA ROSA E OUTROS	IMÓVEL: 33494 - 01.03.013.1317.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41787	29/10/2018	320,24	DINEIA DA ROSA E OUTROS	IMÓVEL: 33495 - 01.03.013.1318.001	IMPOSTO PREDIAL
41788	29/10/2018	239,51	ANAI R MOTA FREITAS	IMÓVEL: 33509 - 01.05.055.0117.002	IMPOSTO PREDIAL
41789	29/10/2018	170,82	VILMA DA CRUZ JOSE	IMÓVEL: 33516 - 01.04.029.1983.002	IMPOSTO PREDIAL
41790	29/10/2018	406,02	JOSUE FABRIS	IMÓVEL: 33524 - 01.05.100.0166.002	IMPOSTO PREDIAL
41791	29/10/2018	330,99	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33531 - 01.05.119.0015.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41792	29/10/2018	118,05	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33532 - 01.05.119.0032.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41793	29/10/2018	139,32	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33533 - 01.05.119.0047.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41794	29/10/2018	96,02	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33537 - 01.05.119.0387.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41795	29/10/2018	227,94	IVONETE MONTEIRO	IMÓVEL: 33538 - 01.05.107.0098.002	IMPOSTO PREDIAL
41796	29/10/2018	96,02	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33553 - 01.05.119.0306.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41797	29/10/2018	60,35	MARCIA RODRIGUES XIMENES	IMÓVEL: 33554 - 01.05.108.0170.002	IMPOSTO PREDIAL
41798	29/10/2018	96,02	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33556 - 01.05.119.0292.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41799	29/10/2018	239,51	DAYVID SELISTERFANNIO DE LIMA SILVA	IMÓVEL: 33558 - 01.05.058.0409.002	IMPOSTO PREDIAL
41800	29/10/2018	129,95	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33561 - 01.05.119.0259.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41801	29/10/2018	126,47	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33563 - 01.05.119.0211.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41802	29/10/2018	130,73	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33565 - 01.05.120.0014.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41803	29/10/2018	213,29	LEONICE DA SILVA VIANA	IMÓVEL: 33567 - 01.05.058.0145.002	IMPOSTO PREDIAL
41804	29/10/2018	91,22	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33568 - 01.05.120.0045.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41805	29/10/2018	126,38	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33569 - 01.05.120.0062.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41806	29/10/2018	111,88	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33579 - 01.05.120.0326.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41807	29/10/2018	111,88	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33580 - 01.05.120.0194.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41808	29/10/2018	111,56	LUCIA FORGIARINI CASAGRANDE	IMÓVEL: 33583 - 01.05.120.0208.001	IMPOSTO TERRITORIAL
41809	29/10/2018	249,98	FABIANO ESTEVES DOMINGOS	IMÓVEL: 33595 - 01.06.007.0100.002	IMPOSTO PREDIAL
41810	29/10/2018	296,67	ANADETE SCARIOT	IMÓVEL: 33621 - 01.06.014.0258.002	IMPOSTO PREDIAL
41811	29/10/2018	197,02	FERNANDO EZIQUEL FERREIRA	IMÓVEL: 33640 - 01.05.069.0231.003	IMPOSTO PREDIAL
41812	29/10/2018	210,13	JORGE LUIS DA SILVA	IMÓVEL: 33655 - 01.06.017.0050.002	IMPOSTO PREDIAL
41813	29/10/2018	826,93	TARCISIO CARDOSO ALBANO	IMÓVEL: 33661 - 01.05.064.0045.002	IMPOSTO PREDIAL
41814	29/10/2018	370,99	ALEXSANDRA ADRIANO	IMÓVEL: 33671 - 01.06.099.0047.002	IMPOSTO PREDIAL
41815	29/10/2018	245,49	FABIANA DA SILVEIRA TEIXERIA	IMÓVEL: 33673 - 01.06.001.0955.002	IMPOSTO PREDIAL
41816	29/10/2018	239,05	MARTINHO ROCHA FILHO	IMÓVEL: 33678 - 01.06.016.0165.002	IMPOSTO PREDIAL
41817	29/10/2018	222,15	MARTINHO ROCHA FILHO	IMÓVEL: 33679 - 01.06.016.0165.003	IMPOSTO PREDIAL

41818	29/10/2018	170,82	SALETE FERNANDES	IMÓVEL: 33680 - 01.06.016.0069.002	IMPOSTO PREDIAL
41819	29/10/2018	316,08	FRANCIELE MARANGONI	IMÓVEL: 33682 - 01.06.097.0334.002	IMPOSTO PREDIAL
41820	29/10/2018	389,46	GICELIO GOMES DE SOUZA	IMÓVEL: 33704 - 01.06.100.0095.002	IMPOSTO PREDIAL

Forquilha/SC, 30 de Outubro de 2018.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 132/PMF/2018

Publicação Nº 1787857

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 132/PMF/2018

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 132/PMF/2018, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DAS CALÇADAS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGÍDIO DE BONA COM ÁREA APROXIMADA DE 1.380,00M², COMPREENDIDO PELA RODOVIA JOSEPHINA LODETTI VASSOLER, RUA ANTÔNIO MARCOS VIEIRA E RUA INÁCIO MARTINS ROCHA, BAIRRO SANTA CRUZ DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia trinta do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 132/PMF/2018. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas CONSTRUTORA NELGUI LTDA. EPP; LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP; CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. ME; RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. Os preços globais apresentados foram: CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, R\$ 55.734,63 (cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos); LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, R\$ 106.051,27 (cento e seis mil cinquenta e um reais e vinte e sete centavos); CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. ME, R\$ 102.000,00 (cento e dois mil); RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA, R\$ 100.106,76 (cem mil cento e seis reais e setenta e seis centavos). Isto posto, a comissão de licitação identificou que a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP é detentora da menor proposta para este processo licitatório. Porém, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global e certificou-se que a planilha apresentada pela empresa está de maneira equivocada, não contemplando os itens do atual processo licitatório. Assim, a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP ME teve sua proposta desclassificada. Desta forma foi considerada como proposta válida de menor preço global apresentado a empresa RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. A comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta e certificou-se que a mesma está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 30 de outubro de 2018.

VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

RENATA PEREIRA FRITZEN
Membro da Comissão

FABIANA ROSA
Membro da Comissão

DECRETO Nº. 225 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787837

DECRETO Nº. 225 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.278 de 27 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção e Assistência Financeira de Convênios e Entidades

036 – 4490.00.01.55 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.026 – Manutenção PBV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/Proteção Integral a Família - PAIF

226 – 3190.00.01.52 – Aplicações DiretasR\$ 42.000,00

TOTALR\$ 52.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos a anulação das dotações abaixo:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção e Assistência Financeira de Convênios e Entidades

031 – 3390.00.01.55 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.026 – Manutenção PBV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/Proteção Integral a Família - PAIF

227 – 3390.00.01.52 – Aplicações DiretasR\$ 42.000,00

TOTALR\$ 52.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de outubro de 2018.

DIMAS KAMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO - EDITAL 2018

Publicação Nº 1787818

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1875/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) ADELAR WEBER, inscrito sob CPF nº 552.074.809-87, com endereço na Rua Honduras, 0575, Bairro Jardim América, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0010-000, Quadra n.º 233, Imóvel n.º 4476, inscrição imobiliária n.º 000006.6.32.233.0010.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0006/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1882/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) ALFREDO ANTUNES GONÇALVES, inscrito sob CPF nº 533.122.289-72, com endereço na Rua Guilherme Fantinel, 0166, Bairro das Nações, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0004-000, Quadra n.º 509, Imóvel n.º 7510, inscrição imobiliária n.º 000006.9.12.509.0004.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0010/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0150/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) ARMINDO PUHL, inscrito sob CPF nº 162.718.749-91, com endereço na Rua dos Andradas, 0144, Bairro Santa Mônica, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0006-000, Quadra n.º 104, Imóvel n.º 2202, inscrição imobiliária n.º 000006.8.24.104.0006.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0012/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2449/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CARROCERIAS CLAUDIO LTDA - ME, inscrito sob CPF nº 06.267.253/0001-02, com endereço na Av. João Batista Ribeiro de Andrade, 0696, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0002-000, Quadra n.º 318, Imóvel n.º 4980, inscrição imobiliária n.º 000006.3.31.318.0002.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0015/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5024/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CELSO BRANDT, inscrito sob CPF nº 135.167.529-04, com endereço na Av. Rene Frey, 0545, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0034-000, Quadra n.º 043, Imóvel n.º 1372, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.043.0034.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0016/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2217/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CIDNEI VIEIRO, inscrito sob CPF nº 387.147.879-20, com endereço na Rua Goiás, 0017, Bairro Bela Vista, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0002-000, Quadra n.º 068, Imóvel n.º 1769, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.068.0002.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0017/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2216/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CIDNEI VIEIRO, inscrito sob CPF nº 387.147.879-20, com endereço na Rua Goiás, 0017, Bairro Bela Vista, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0001-000, Quadra n.º 068, Imóvel n.º 1768, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.068.0001.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0018/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2668/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CLAUDINEI DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 005.012.429-37, com endereço na Av. Archangelo Marafon, 0477, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0001-000, Quadra n.º 448, Imóvel n.º 6833, inscrição imobiliária n.º 000006.5.23.448.0001.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0019/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

centro, nesta.
Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1810/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CRISTINA ISABEL, inscrito sob CPF nº 661.483.759-15, com endereço na Av. Rio das Antas, 0671, Bairro São José, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0010-000, Quadra n.º 392, Imóvel n.º 5910, inscrição imobiliária n.º 000006.5.23.392.0010.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0021/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1969/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) DALBERTO DE MATIA, inscrito sob CPF nº 296.627.619-34, com endereço na Av. Rio das Antas, 480, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0117-000, Quadra n.º 032, Imóvel n.º 760, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.032.0117.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0022/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4344/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) EDILBERTO LAZAROTTO, inscrito sob CPF nº 776.579.349-72, com endereço na Rua Nereu Ramos, 0317, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0322-000, Quadra n.º 021, Imóvel n.º 10868, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.021.0322.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0024/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4358/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) EDOMAR JUNG, inscrito sob CPF nº 103.623.989-68, com endereço na Rua das Missões, 0179, Bairro Santo Antônio, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0004-000, Quadra n.º 250, Imóvel n.º 4574, inscrição imobiliária n.º 000006.6.31.250.0004.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0025/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5020/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) VIVIANE MATOS SAO, inscrito sob CPF nº 065.766.269-08, com endereço na Av. Videira, 0751, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0056-000, Quadra n.º 003, Imóvel n.º 58, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.003.0056.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0028/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5019/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) LORENI MARCELINO ALVES SAO, inscrito sob CPF nº 021.812.809-67, com endereço na Av. Videira, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0055-000, Quadra n.º 003, Imóvel n.º 57, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.003.0055.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0029/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0056/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) ANGELITA BORGES DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 078.571.839-70, com endereço na Rua Arcindo Hass, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0012-000, Quadra n.º 470, Imóvel n.º 7168, inscrição imobiliária n.º 000006.5.12.470.0012.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0031/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4628/2015

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) IVO VICTOR ANTÔNIO PASSARIN, inscrito sob CPF nº 105.490.489-87, com endereço na Av. João Marques Vieira, 0232, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0080-000, Quadra n.º 034, Imóvel n.º 914, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.034.0080.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0032/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.
FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4434/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) IRACILDA PERAZZOLI, inscrito sob CPF nº 486.292.949-49, com endereço na Av. Lebon Régis, 1263, Bairro São José, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0004-000, Quadra n.º 163, Imóvel n.º 3133, inscrição imobiliária n.º

000006.6.31.163.0004.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0033/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0164/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JOÃO OSVALDO ALVES, inscrito sob CPF nº 220.284.479-15, com endereço na Av. Michele Simonetti, 0830, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0004-000, Quadra n.º 406, Imóvel n.º 6109, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.406.0004.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0034/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4542/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JOSE VICENTE, inscrito sob CPF nº 422.372.629-34, com endereço na Rua D. Daniel Hostin, 0050, Bairro São José, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0119-000, Quadra n.º 040, Imóvel n.º 1214, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.040.0119.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0036/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0110/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) LEONIDE DE MELO CEZAR, inscrito sob CPF nº 469.917.789-15, com endereço na Rua Costa Rica, SN, Bairro Jardim América, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0020-000, Quadra n.º 316, Imóvel n.º 4967, inscrição imobiliária n.º 000006.9.21.316.0020.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0037/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1881/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) LEONINA DE LOURDES MATHIAS DELORENZE, inscrito sob CPF nº 196.334.249-68, com endereço na Av. Anita Garibaldi, 0206, Bairro Santo Antônio, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0001-000, Quadra n.º 113, Imóvel n.º 2297, inscrição imobiliária n.º 000006.6.31.113.0001.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0038/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2072/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA, inscrito sob CPF nº 032.041.069-26, com endereço na Av. Pedro A. Gianello, 0929, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0013-000, Quadra n.º 454, Imóvel n.º 6901, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.454.0013.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0040/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5035/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) MARIA ODETE PEREIRA NUNES, inscrito sob CPF nº 868.341.939-87, com endereço na Rua Arpalice Gheller, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0015-000, Quadra n.º 442, Imóvel n.º 6762, inscrição imobiliária n.º 000006.5.23.442.0015.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0042/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4369/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, inscrito sob CPF nº 83.059.758/0012-85, com endereço na Rua Padre Biagio Simonetti, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0010-000, Quadra n.º 254, Imóvel n.º 4600, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.254.0010.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0043/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4356/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) NILVETE APARECIDA DE ASSUNCAO SARTORI, inscrito sob CPF nº 461.051.079-00, com endereço na Rua João Goetten, 0141, Bairro São José, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0009-000, Quadra n.º 352, Imóvel n.º 5393, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.352.0009.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0044/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5081/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) PATRYCK SONDA, inscrito sob CPF nº 056.844.909-64, com endereço na Av. Idamir Bogoni, 0021, Bairro das Nações, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0016-002, Quadra n.º 617, Imóvel n.º 11615, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.617.0016.002.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0045/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0818/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) PAULA REGINA DA COSTA GAMBA, inscrito sob CPF nº 044.852.699-90, com endereço na Rua José Paulino, 1800, Apto 0051, Bairro Vila Itapura, Campinas, SP, Lote n.º 0012-000, Quadra n.º 233, Imóvel n.º 4478, inscrição imobiliária n.º 000006.6.32.233.0012.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0046/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2069/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) POMAGRI FRUTAS LTDA, inscrito sob CPF nº 77.891.505/0001-18, com endereço na Av. João Batista Ribeiro de Andrade, 0035, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0002-000, Quadra n.º 340, Imóvel n.º 5189, inscrição imobiliária n.º 000006.3.22.340.0002.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0047/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0620/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) SOGELENE APARECIDA BORBA, inscrito sob CPF nº 760.959.919-00, com endereço na Rua Batista Rui, 0231, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0005-000, Quadra n.º 408, Imóvel n.º 6142, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.408.0005.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0048/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2837/2017

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) SOLANGE TEREZINHA PEREIRA FONSECA, inscrito sob CPF nº 811.781.239-87, com endereço na Rua José Slongo, 0028, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0010-000, Quadra n.º 384, Imóvel n.º 5782, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.384.0010.000.001, referente a emissão

do Auto de Infração nº 0049/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4370/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) VILMAR PEREIRA DA CRUZ, inscrito sob CPF nº 612.861.179-68, com endereço na Rua Rudi A. Dresch, 0490, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0020-000, Quadra n.º 462, Imóvel n.º 7051, inscrição imobiliária n.º 000006.5.12.462.0020.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0051/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1870/2018

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) VITORIO LUZZI, inscrito sob CPF nº 249.996.529-00, com endereço na Linha Monte Bérico, Interior, Videira, SC., Lote n.º 0003-000, Quadra n.º 292, Imóvel n.º 4698, inscrição imobiliária n.º 000006.6.22.292.0003.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0053/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5023/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) WANDERLEY CARLOS FRANCA, inscrito sob CPF nº 501.095.889-91, com endereço na Rua D. Daniel Hostin, 0086, Bairro São José, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0116-000, Quadra n.º 040, Imóvel n.º 1211, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.040.0116.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0054/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2070/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) R.M.O BAR E LANCHONETE LTDA, inscrito sob CPF nº 03.209.700/0001-89, com endereço na Av. Michele Simonetti, 0445, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0010-000, Quadra n.º 436, Imóvel n.º 6640, inscrição imobiliária n.º 000006.5.23.436.0010.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0004/2018, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3372/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) ELIADI AGRO-PECUÁRIA LTDA, inscrito sob CPF nº 76.380.567/0001-00, com endereço na SC 302, Bairro Interior, Lebon Régis, SC., Lote n.º 0266-000, Quadra n.º 016, Imóvel n.º 394, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.016.0266.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0007/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3371/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) ELIADI AGRO-PECUÁRIA LTDA, inscrito sob CPF nº 76.380.567/0001-00, com endereço na SC 302, Bairro Interior, Lebon Régis, SC., Lote n.º 0265-000, Quadra n.º 016, Imóvel n.º 393, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.016.0265.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0008/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4083/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) VERA LUCIA SANTAGO, inscrito sob CPF nº 613.502.149-49, com endereço na Rua João Carlos José de Oliveira, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0012-000, Quadra n.º 390, Imóvel n.º 5880, inscrição imobiliária n.º 000006.5.23.390.0012.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0032/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4253/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) LIDIA DE MORAES, inscrito sob CPF nº 512.540.779-87, com endereço na Rua Ludovico Solagna, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC. e o(a) Senhor(a) MARCIA APARECIDA SCHIKORSKI, inscrito sob CPF nº 899.070.789-72, com endereço na Av. Alberto Wengrath, 1463, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0005-000, Quadra n.º 418, Imóvel n.º 6306, inscrição imobiliária n.º 000006.5.11.418.0005.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0033/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3710/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) CLAUDEMIR FRANCISCO REINEHR, inscrito sob CPF nº 716.127.269-68, com endereço na Av. Videira, 1096, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0015-003, Quadra n.º 060, Imóvel n.º 8686, inscrição imobiliária n.º 000006.8.23.060.0015.003.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0038/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3813/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) MARIO JOSE SANTOS SCHWINDEN, inscrito sob CPF nº 486.454.009-87, com endereço na Rua Sergipe, 0193, Bairro Bela Vista, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0009-000, Quadra n.º 074, Imóvel n.º 1852, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.074.0009.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0039/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2764/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) WILLY SCHISEL, inscrito sob CPF nº 386.100.359-72, com endereço na Rua Amazonas, 0100, Bairro Bela Vista, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0013-000, Quadra n.º 084, Imóvel n.º 1997, inscrição imobiliária n.º 000006.8.13.084.0013.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0040/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2686/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) VALDORI VARELA DA SILVA, inscrito sob CPF nº 594.040.519-34, com endereço na Av. Guilherme Pinz, 0170, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0011-000, Quadra n.º 407, Imóvel n.º 6132, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.407.0011.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0047/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1626/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) POLIANA LARISA TILP, inscrito sob CPF nº 918.659.569-53, com endereço na Rua Dr. Hélio Ortiz, 0066, Bairro São José, Fraiburgo, SC., Lote n.º

0001-000, Quadra n.º 169, Imóvel n.º 3223, inscrição imobiliária n.º 000006.9.12.169.0001.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0058/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3940/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JONAS ISABEL DOS SANTOS FERREIRA, inscrito sob CPF nº 058.877.059-06, com endereço na Av. Elizário Ribeiro, 0009, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC. e o(a) Senhor(a) JOVENAL DE JESUS ANTUNES TELLES, inscrito sob CPF nº 015.504.909-74, com endereço na Rua Dorvalina dos Santos Andrade, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0009-000, Quadra n.º 322, Imóvel n.º 5011, inscrição imobiliária n.º 000006.3.31.322.0009.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0063/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3520/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) TEREZINHA ZONTA DE COSTA, inscrito sob CPF nº 728.372.259-91, com endereço na Rua dos Andrade, 0177, Bairro Santa Mônica, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0002-000, Quadra n.º 099, Imóvel n.º 2156, inscrição imobiliária n.º 000006.8.24.099.0002.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0071/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3530/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) FABRICA DE MOVEIS REGALIN LTDA - ME, inscrito sob CPF nº 80.449.408/0001-84, com endereço na Rua Dorvalina dos Santos Andrade, 309, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0004-000, Quadra n.º 174, Imóvel n.º 3272, inscrição imobiliária n.º 000006.3.31.174.0004.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0072/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3529/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) FABRICA DE MOVEIS REGALIN LTDA - ME, inscrito sob CPF nº 80.449.408/0001-84, com endereço na Rua Dorvalina dos Santos Andrade, 309, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0002-000, Quadra n.º 174, Imóvel n.º 3270, inscrição imobiliária n.º 000006.3.31.174.0002.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0073/2017, sendo que

o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3528/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JOSÉ ENORCI PEREIRA, inscrito sob CPF nº 509.469.789-72, com endereço na Av. Michele Simonetti, 0680, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0004-000, Quadra n.º 404, Imóvel n.º 6077, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.404.0004.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0074/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4795/2015

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JOACIR FERREIRA, inscrito sob CPF nº 987.837.349-53, com endereço na Rua Albino Secchi, 0360, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0019-000, Quadra n.º 428, Imóvel n.º 6507, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.428.0019.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0082/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2923/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JOSE ALVES DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 081.117.669-04, com endereço na Rua 25 de Dezembro, 0188, Bairro Vila Salete, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0008-000, Quadra n.º 161, Imóvel n.º 3123, inscrição imobiliária n.º 000006.5.34.161.0008.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0101/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3812/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) MARILDA CORREA DA SILVA FERREIRA, inscrito sob CPF nº 533.766.179-53, com endereço na Travessa João Golin, 0032, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0001-000, Quadra n.º 415, Imóvel n.º 6250, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.415.0001.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0105/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2558/2016

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) IVONE SALETE TORCATTO, inscrito sob CPF nº 435.827.709-82, com endereço na Rua Nereu Ramos, 0722, Apto 01, Centro, Fraiburgo, SC., o(a) Senhor(a) MARCELO LUIZ TORCATTO E OUTROS, inscrito sob CPF nº 847.989.479-20, com endereço na Rua Nereu Ramos, 0722, Centro, Fraiburgo, SC., o(a) Senhor(a) IVETE MARIA TORCATTO BEHER, inscrito sob CPF nº 501.828.629-68, com endereço na Rua Nereu Ramos, 0722, Apto 0002, Centro, Fraiburgo, SC. e o(a) Senhor(a) ILIETE APARECIDA TORCATTO, inscrito sob CPF nº 799.791.659-87, com endereço na Rua São Paulo, 0050, Bairro Bela Vista, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0394-000, Quadra n.º 016, Imóvel n.º 407, inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.016.0394.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0048/2017, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2951/2015

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) JOAO LUIZ CHECHETO, inscrito sob CPF nº 304.894.159-20, com endereço na Rua José Fagundes, 0073, Bairro Jardim América, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0014-000, Quadra n.º 142, Imóvel n.º 2776, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.142.0014.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0018/2015, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2765/2015

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) FLAVIO PEROVANO, inscrito sob CPF nº 452.334.549-04, com endereço na Rua I Lot. São Miguel, Fase II, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0015-000, Quadra n.º 389, Imóvel n.º 5867, inscrição imobiliária n.º 000006.5.22.389.0015.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0019/2015, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3034/2015

O Município de Fraiburgo intima o(a) Senhor(a) MANOEL EDELBERTO MACHADO, inscrito sob CPF nº 168.173.469-91, com endereço na Av. Campos Novos, 0056, Centro, Fraiburgo, SC., Lote n.º 0147-000, Quadra n.º 045, Imóvel n.º 1491, inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.045.0147.000.001, referente a emissão do Auto de Infração nº 0024/2015, sendo que o(a) mesmo(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa junto ao Município de Fraiburgo, anexo à Avenida Rio das Antas, nº 185, centro, nesta.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2018.

FABIANO LEONHARDT

Fiscal de Obras/Posturas

Decreto nº 243 - 2018

Publicação Nº 1788514

DECRETO Nº 243, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2018, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – Gabinete do Poder Executivo		
01.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos		
04.122.0001.2.002 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos FMDD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (238)	R\$	10.000,00
TOTAL		
	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – Gabinete do Poder Executivo		
01.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos		
04.122.0001.2.002 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos FMDD		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (240)	R\$	10.000,00
TOTAL		
	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 244 - 2018

Publicação Nº 1788523

DECRETO Nº 244, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo SANEFRAI		
17.512.0035.2.077 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0900 (14)	R\$	70.000,00
TOTAL		
	R\$	70.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no

artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41610011106 – Serviços de Fornecimento de Água	70.000,00
TOTAL	70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 30 DE OUTUBRO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento e Inovação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 106-2018 (AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO SEGUNDA CHAMADA E PROFESSORARTES SEGUNDA CHAMADA)

Publicação Nº 1788197

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 105/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0021/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
2	Auxiliar de Alimentação e Nutrição	36º – segunda chamada 38º – segunda chamada	30-10-2018 às 08:00
26	Professor Educação Infantil	47º – segunda chamada 49º – segunda chamada 50º – segunda - chamada	30 -10-2018 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0021/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;

- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 021/2017.

2.4 – De acordo com o item 1.7 do Edital de Contratação nº 021/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – De acordo com o item 12.4 do Edital 021/2017: “O candidato cuja classificação for chamada e não estiver presente no local, data e horário estabelecidos ou que não tiver interesse em ocupar a vaga que lhe foi oferecida, irá para o final da classificação, independentemente de sua classificação original.”

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2018.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Portaria nº 23092018

Publicação Nº 1788438

PORTARIA Nº 2309, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 01747/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 010.057.889-60, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 6, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23102018

Publicação Nº 1788441

PORTARIA Nº 2310, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 063/2018 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PAULO ROBERTO RAMPON CENTRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 010.057.889-60, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23112018

Publicação Nº 1788442

PORTARIA Nº 2311, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MÁRCIA FERREIRA LOSS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 998.362.979-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23122018

Publicação Nº 1788444

PORTARIA Nº 2312, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 599/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Maria Ribeiro dos Santos Moraes, que se encontra em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art 1º. Contratar, em caráter temporário LUCIANE TEREZINHA NORDT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 016.877.529-82, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 16 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23132018

Publicação Nº 1788445

PORTARIA Nº 2313, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 614/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Edital para Contratação em Regime Especial e que as vagas não foram preenchidas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GERDA SOARES DA SILVA DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 558.052.569-91, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 21 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23142018

Publicação Nº 1788449

PORTARIA Nº 2314, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 612/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Cleonice Francione, que pediu rescisão contratual;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELE MARTINS TIGRE DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.691.669-98, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 21 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23152018

Publicação Nº 1788451

PORTARIA Nº 2315, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora FATIMA APARECIDA CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 071.657.989-86, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23162018

Publicação Nº 1788457

PORTARIA Nº 2316, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 611/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Ana Paula Meireles, que pediu rescisão contratual;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISELE APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.451.379-86, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 21 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23172018

Publicação Nº 1788458

PORTARIA Nº 2317, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01743/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público e que não foram preenchidas todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÁRCIA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 000.181.379-03, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23182018

Publicação Nº 1788460

PORTARIA Nº 2318, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01757/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público e que não foram preenchidas todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA GEMO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.873.759-06, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23192018

Publicação Nº 1788466

PORTARIA Nº 2319, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01758/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público e que não foram preenchidas todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANE DIAS DE OLIVEIRA MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.727.149-45, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23202018

Publicação Nº 1788468

PORTARIA Nº 2320, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01760/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva Simone de Fatima Jombra Correa, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA MARIA FRITSCH DIDOMENICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 527.906.659-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23212018

Publicação Nº 1788471

PORTARIA Nº 2321, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01750/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 9 horas semanais a professora efetiva Simone de Fatima Jombra Correa, que está em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 28 (vinte e oito) para 38 (trinta e oito) horas semanais, da servidora JÉSSICA CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.225.259-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA, de 06 de outubro de 2018 até 09 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de outubro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23222018

Publicação Nº 1788472

PORTARIA Nº 2322, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ARIANE MYRAIA DE SOUZA BOGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.220.969-10, no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23232018

Publicação Nº 1788474

PORTARIA Nº 2323, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO – SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 23242018

Publicação Nº 1788477

PORTARIA Nº 2324, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora SABRINA VARELLA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 084.015.069-56, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO E HABILITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº0002B_2018-PMF DOM

Publicação Nº 1788493

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0002B/2018

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por meio de Termo Colaboração, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividades de vacina, medicamento e castração de cães e gatos de rua e de cães e gatos de pessoas de baixa renda, cadastradas na Secretaria de Ação Social do município de Fraiburgo. O Chamamento nº 0002B/2018 foi devidamente publicado no DOM/SC edição 2608 e site oficial do Município. O período inicialmente aberto para apresentação dos envelopes contendo a Envelopes de Plano de Trabalho e Documentação foi de 21/08/2018 a 23/10/2018. Protocolou seu envelope de "CRENCIAMENTO" a seguinte entidade: – ASSOCIAÇÃO FOCINHOS DO AMOR. Iniciada a reunião, a Comissão, realizou a abertura do envelope de CRENCIAMENTO, Após tal procedimento, os envelopes de Plano de Trabalho e Documentação foram analisados e passados para visto dos presentes. Seguido da abertura e análise dos documentos contantes nos envelopes. Após analisado o Plano de Trabalho verificou-se que o mesmo atende ao exigido no Edital. Analisada a Documentação apresentada, constatou-se atendidas as exigências do Edital, restando assim, habilitada a entidade participante. Passando para rubrica dos membros da Comissão de Seleção e participantes presentes. De acordo com os critérios de avaliação elencados no Capítulo 8 do edital, a comissão passou a avaliação individualizada e pontuação a cerca da Feira de Negócios proposta, conforme segue tabela sucinta de avaliação da comissão sobre o plano apresentado e experiência prévia da ASSOCIAÇÃO FOCINHOS DO AMOR. Totalizando a pontuação da entidade ASSOCIAÇÃO FOCINHOS DO AMOR, 43 pontos, sendo esta a organização da sociedade civil sem fins lucrativos selecionada para firmar parceria.

Fraiburgo (SC), 23 de outubro de 2018.

Claudete Gheler Mathias – Prefeita Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO MAIARA RIBEIRO

Publicação Nº 1788397

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) MAIARA RIBEIRO

Cargo: Fisioterapeuta

Classificação: 7º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 de 13 de março de 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136/2017, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Fisioterapeuta na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Fisioterapeuta ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 30/10/2018

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

MAIARA RIBEIRO

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1012/2018 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 01 DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1787850

DECRETO Nº. 1012/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 01 DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º- Em virtude do feriado de 28 de outubro de 2018 (Dia do Servidor Público), fica estabelecido ponto facultativo nas repartições Públicas do município de Frei Rogério, no dia 01 de novembro de 2018 (quinta-feira).

Art. 2º - As repartições públicas municipais, cujos serviços são considerados essenciais e não podem por sua natureza serem interrompidos, como posto de saúde, funcionarão na forma de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 30 de outubro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2018 - 209 A 215

Publicação Nº 1788626

DECRETO Nº 209/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 884/2017 de 20/11/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2018 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), na seguinte programação:

05.01 – Secretaria Mun. Desenv. Social, Cultura e Esportes
08.244.0801 – 1.054 – 4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 31.000,00
Fonte de Recursos 03.0000

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro, evidenciado no exercício anterior, no valor de R\$ 31.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 210/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 884/2017 de 20/11/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2018 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte programação:

11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0801 – 2.032 – 4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 01.0000

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias na seguinte programação:

11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0801 – 2.032 – 3390000000- Aplicações Diretas R\$

30.000,00

Fonte de Recursos 01.0000

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 211/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 884/2017 de 20/11/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2018 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2.031 – 3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Fonte de Recursos 01.1067

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 8.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 212/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 884/2017 de 20/11/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2018 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 321.700,00 (trezentos e vinte e um mil setecentos reais), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2.024 – 3190000000- Aplicações Diretas R\$ 273.000,00
Fonte de Recursos 01.0002
10.301.1001 – 2.024 – 3390000000- Aplicações Diretas R\$ 48.700,00
Fonte de Recursos 03.0002

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2.024 – 3390000000- Aplicações Diretas R\$ 273.000,00
Fonte de Recursos 01.0002
10.301.1001 – 2.024 – 3393000000- Aplicações Diretas R\$ 48.700,00
Fonte de Recursos 03.0002

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 213/2018
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Suzani Cordeiro Duarte Mendes, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 214/2018
NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Jose Luis Gonçalves, nomeado para ocupar o Cargo em Comissão de Assistente, junto a Assistência em Atividades Operacionais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 215/2018

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA “CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa “Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social”, a família da senhora Sonia Aparecida Alves, portadora do CPF nº 077.599.239-96, RG nº 4.081.622, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Francisco Rosa de Lima, nº 1274, Bairro Centro, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2018.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2019

Publicação Nº 1788229

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2019

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Trinta de Dezembro, nº. 240, Centro, Garopaba, Estado de Santa Catarina, como adequação do Município de Garopaba aos princípios legais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo n.º 165 da Constituição Federal, devidamente convocada, através do Decreto n.º 200, de 01 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição n.º 2.644, de 02 de outubro de 2018, sendo convidados representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais e Representantes da Comunidade, conforme regulamentação estabelecida na Lei Municipal n.º 717/2001, com o objetivo de apresentar, discutir e definir o Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do Município de Garopaba para o Exercício de 2019, que visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual (PPA), segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Coordenando os trabalhos, Equipe formada por: Senhor Edinei José Vieira, Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, Senhor Fábio de Souza, Contador do Fundo Municipal de Saúde, Senhor Paulo Sérgio Odail Garcia, Contador da Prefeitura Municipal de Garopaba e a Senhora Elisangela Pacheco Ferreira, Servidora Municipal. Estando presentes à Audiência: Senhor Honorato Timóteo Pacheco (Secretário Municipal de Administração), Senhor Jorge Augusto da Silva Chaves (Vereador), Senhor Júnior de Abreu Bento (Vereador), Senhor Marcelo Suppi (Procurador Geral do Município), Senhora Tula Souza Amaral (Chefe do Gabinete do Prefeito), Senhora Maria Nadir de Araújo Souza (Secretária Municipal de Educação e Cultura), 1º Sargento PM Anderson F. Voss (2ª Cia Polícia Militar de Santa Catarina), Senhor Ronaldo Gonçalves Júnior (Munícipe), Senhor Luiz Antônio Campos (Vereador), Senhora Kátia Regina de Amorim (Coordenadora de Habitação da Secretaria de Assistência Social), Senhor Itamar José Duarte Junior (Representante da NATA/CMDCA), Senhora Emanuele Cândido (Coordenadora do Cadastro de Contribuinte), Senhora Aparecida Amorim (Munícipe), Senhor Ronye Paes (Servidor Municipal), Senhor Roberto Fagundes Martins (Servidor Municipal), Senhor Adelar Rodrigues (Servidor Municipal), Senhora Iara Paes (Conselho Municipal do Idoso). Iniciando os trabalhos, o Senhor Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, saudou os presentes e passou a palavra ao Senhor Fábio de Souza que apresentou a base legal e expôs o conceito da Lei Orçamentária Anual, passando em seguida à apresentação das planilhas técnicas de receita e despesa, de forma detalhada explicando a finalidade das principais dotações, ressaltando que os recursos podem ser remanejados conforme a execução dos objetivos. A seguir foram apresentados os gráficos que demonstraram a evolução do FPM e da Receita Geral, demonstrando o crescimento dos índices. A representante do Conselho Municipal do Idoso questionou quanto à dotação de recursos para os conselhos municipais, ao que o Senhor Fábio de Souza esclareceu que é necessária a criação de um Fundo Municipal, para que esteja explícito no orçamento, sendo que a criação do fundo é determinada pelo órgão que envia o recurso para uma destinação específica. A Senhora Léia Cristina de Abreu Vieira, Diretora de Controle Interno, pediu a palavra para esclarecer que a Política do Idoso no município de Garopaba é multidisciplinar e distribuída por várias secretarias. Ainda fazendo uso da palavra a Senhora Léia ressaltou que as prestações

de contas de entidades beneficiadas pela Lei Federal 13.019/2014, ainda não haviam sido completamente apresentadas ao Controle Interno, no exercício de 2018, inviabilizando no momento atual, a destinação de novos recursos. O Vereador Senhor Júnior de Abreu Bento, tomando a palavra questionou quanto à prestação de auxílio às entidades na prestação de contas, respondendo ao questionamento a Chefe de Gabinete do Prefeito, Senhora Tula Souza Amaral, informou que a Prefeitura se dispõe a orientar as entidades na prestação de contas. O Secretário Municipal de Administração, Senhor Honorato Timóteo Pacheco, pediu a palavra para informar que a Secretaria de Administração dispõe do Setor de Convênios para orientar as entidades. Retomando a palavra o Senhor Fábio perguntou se os presentes tinham questionamentos e não havendo manifestação, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência, lavrando-se a presente ata que vai através de lista de presença anexa, assinada pelos presentes. Garopaba, 15 de outubro de 2018. (Lista de presença e originais disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Administração)

DECRETO Nº 228/2018

Publicação Nº 1788690

DECRETO N.º 228, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.300,00 (trinta mil e trezentos reais), no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.300,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.300,00
12.364.00282.029 - Apoio ao Universitário	30.300,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.300,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 30.300,00 (trinta mil e trezentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 209/2018

Publicação Nº 1788034

DECRETO Nº. 209 de 29 de outubro de 2018

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Eliselly Ana Romão, para a função de Coordenadora de Programa."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeada, a servidora ELISELLY ANA ROMÃO, para a função gratificada de Coordenadora do Programa da Estratégia Saúde da Família - ESF, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – Conceda-se a servidora gratificação de 10% (dez por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 24 da LC 045/09.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de novembro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 211/2018

Publicação Nº 1788036

DECRETO Nº. 211 de 30 de outubro de 2018

"DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF DO PROCESSO Nº 3212/2018 DO MUNICÍPIO DE GARUVA ATRAVÉS DA LEI 13.465/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Garuva;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária – CRF, Processo nº 3212/2018, do Município de Garuva através da Lei 13.465/2017, através da Matrícula Imobiliária nº 3.182, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Garuva/SC, conforme Mapa em anexo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO -CONTRATO 004-2016 IPM

Publicação Nº 1786253

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2016, ORIUNDO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016, CELEBRADO ENTRE O CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 81.144.610/0001-60, com sede na Rua Castro Alves, nº 44, Bairro Centro, CEP 89248-000 na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente Sr. OZIEL FERNANDES MATTOS, portador do CPF 902.353.399-20, RG 3.229.741-6 SSP-SC residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a IPM SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0001-41, com sede administrativa na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, conj. 701, centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Cep: 88.015-300, neste ato representada por seu administrador, Sr. ALDO LUIZ MEES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 292.867.519-15, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na alínea no inciso IV, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula 5.1.1 do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 01 de novembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica acrescido o reajuste previsto pelo índice indicado na cláusula sexta do contrato, importando no valor reajustado de R\$ 2.305,96 (dois mil e vinte oito reais e trinta e seis centavos) mensais, correspondendo a variação do IGPD-I período 10/2017 a 09/2018 cuja variação foi de 10,3328500%.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 27.671,52 (vinte e sete mil seiscientos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos). Pelo período de 12 meses compreendido entre novembro/2018 a outubro/2019.

CLAÚSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso II e IV da Lei de Licitações.

CLAÚSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, produzindo efeitos a partir da publicação no diário oficial dos municípios conforme resolução 0010/2014.

Garuva (SC), 31 de outubro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA IPM SISTEMAS LTDA.
OZIEL FERNANDES MATTOS ALDO LUIZ MEES
Contratante Contratada

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.425, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788385

DECRETO Nº 8.425, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOAL COM DEFICIÊNCIA – COMDEG.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em substituição, os membros abaixo identificados, para integrarem o Conselho Municipal dos Direitos da PESSOAL com Deficiência – COMDEG:

CONSELHEIROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL		
ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	Fernanda Matsukura Lindemeyer (Suplente)	Juliana Muller Silveira (Suplente)

CONSELHEIROS DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL		
ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
APAE	Rosemere de Souza (Titular)	Kátia Uller (Titular)
	Rosa Elsa Nunes Masson (Suplente)	Michelle Tatiane Caetano (Suplente)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 7.529, de 16 de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.426, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788388

DECRETO Nº 8.426, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em substituição, o membro abaixo identificado, para integrar o Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA:

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS		
ÓRGÃO DE REPRESENTATIVIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO

APAE de Gaspar	Rosa Elsa Nunes Masson Suplente	Maria Aparecida Lopes Cerqueira Butsch Suplente
----------------	---------------------------------	---

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 7.400, de 20 de março de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.455, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788450

DECRETO Nº 8.455, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.820, de 29 de novembro de 2017, artigo 6º, inciso VI,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Unidade: 03 Diretoria de Comunicação	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 131 Comunicação Social	
Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação	
Atividade: 2020 Manutenção da Comunicação	
Dotação: 315 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DA ATA Nº 15/2018

Publicação Nº 1788144

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DA ATA Nº 15/2018

Pregão Presencial nº.: 27/2018. OBJETO: Acréscimo do quantitativo dos itens da ATA – SÊMEN BOVINO DE DIVERSAS RAÇAS. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SEMEX DO BRASIL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (00.593.476/0001-83). VALOR ADITIVADO R\$ 2.886,00 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais).

Gaspar/SC, 30 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 76/2017

Publicação Nº 1787796

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 76/2017
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/09/2018. VENCTO.: 20/04/2019. Inexigibilidade nº 69/2017. OBJETO: A alteração do nome empresarial de VIAGEO TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA, para WMSGEO ANÁLISES AVANÇADAS EM GEOPROCESSAMENTO LTDA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: WMSGEO ANÁLISES AVANÇADAS EM GEOPROCESSAMENTO LTDA (05.753.198/0001-06).
Gaspar/SC, 30 de outubro de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

EXTRATO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-112/2016

Publicação Nº 1787672

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-112/2016
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/12/2018 VENCIMENTO: 01/12/2019. INEXIGIBILIDADE nº.: 241/2016. OBJETO: Contratação de prestação de serviços e venda de produtos. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. CNPJ:(34.028.316/0028-23) VALOR TOTAL: R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).
Gaspar/SC, 30 de outubro de 2018.
KLEBER EDSON WA-DALL | Prefeito

PORTARIA Nº 5.670, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788390

PORTARIA Nº 5.670, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
DESIGNA ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº SAF 97/2018.

FELIPE JULIANO BRAZ, Secretário Municipal da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir do dia 07 de junho de 2018, a servidora ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, inscrita no CPF sob o nº 043.524.119-07, ocupante do cargo comissionado de Secretaria Adjunta, para atuar como Fiscal do Contrato nº SAF 97/2018, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Emissora e Gerenciadora de Cartões Brasil Ltda ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de junho de 2018.

Gaspar, 30 de outubro de 2018.

FELIPE JULIANO BRAZ

Secretário Municipal da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.º 84/ 2018**

Publicação Nº 1788416

RESOLUÇÃO N.º 84/2018.
CONCEDE FÉRIAS E AFINS A SERVIDORES, ALÉM DE DEMAIS DIREITOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas nos artigos 39, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e 45, inciso IV, do Regimento Interno,

Considerando o teor dos ofícios anexos, subscritos pelas servidoras Andréia Cristina Cividini Amorim Morello e Susana da Veiga [ambos com despacho favorável da Presidência], através dos quais solicitam concessão de férias e afins;

Considerando a possibilidade legal de conversão de um terço das férias em pecúnia, na forma do artigo 119, § 5º, da Lei Municipal n.º 1.305/1991;

Considerando obrigação de pagamento do adicional de um terço nos termos do artigo 124 da Lei Municipal nº 1.305/1991;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias às servidoras Andréia Crisitna Cividini Amorim Morello e Susana da Veiga, no período compreendido entre 22/11/2018 (inclusive) e 21/12/2018 (inclusive), com conversão do período compreendido entre 22/11/2018 (inclusive) e 01/12/2018 (inclusive) em pecúnia.

§ 1º Fica estendido às servidoras o adicional de um terço constitucional sobre as férias, na forma do artigo 124 da Lei Municipal nº 1.305/1991.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa;

Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 29 de outubro de 2018.

MESA DIRETORA

Silvio Cleffi	Roberto Procópio de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Mariluci Deschamps Rosa	Evandro Carlos Andrietti
1ª Secretária	2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 85/2018

Publicação Nº 1788419

RESOLUÇÃO N.º 85/2018.

AUTORIZA USO DE DIAS EXISTENTES EM SALDO DE LICENÇA -PRÊMIO.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas nos artigos 39, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e 45, inciso IV, do Regimento Interno, Considerando o teor do Ofício Interno nº 224/2018, subscrito pelo servidor Maurélio Soares [documento anexo à presente Resolução], com despacho favorável da Presidência; Considerando a importância dos princípios da "continuidade dos serviços públicos", da "supremacia do interesse público ao particular" e da "eficiência da Administração Pública"; Considerando que o pedido do servidor respeita os termos da Resolução nº 77/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o servidor Maurélio Soares a usufruir 10 [dez] dias de licença-prêmio que possui por direito.

Art. 2º Fica deferido o afastamento do servidor requerente no período compreendido entre os dias 05/11/2018 [inclusive] e 14/11/2018 [inclusive], com retorno aos trabalhos em 19/11/2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 29 de outubro de 2018.
MESA DIRETORA

Silvio Cleffi	Roberto Procópio de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Mariluci Deschamps Rosa	Evandro Carlos Andrietti
1ª Secretária	2º Secretário

SAMAE - GASPAR**PORTARIA Nº 100 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1788255

PORTARIA N. 100 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO DIRCEU PEREIRA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação do candidato conforme quadro abaixo, em virtude da desistência da vaga, de acordo com o documento que fica fazendo parte integrante deste ato.

CANDIDATO	NIVEL	REF	C/H	CARGO/ LOTAÇÃO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
DIRCEU PEREIRA	AOME 1B	27	40	Encanador/ SAMAE	Portaria N. 90 de 02 de Outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 29 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2017 A**

Publicação Nº 1788299

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58-A/2017

AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL DESTINADA A LACTANTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA; FÓRMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS LÁCTEAS DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES A PARTIR DE 10 MESES E SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 10 dias do mês de Julho do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI, estabelecida à Rua Valdemiro Cunha, nº 389, Bairro Forquilha, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 23.616.917/0001-10, neste ato representada pela Sra. Letícia Longhi Rocha, brasileira, nutricionista, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 065.590.629-02, portadora do RG nº 4.249.353/SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL DESTINADA A LACTANTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA; FÓRMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS LÁCTEAS DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES A PARTIR DE 10 MESES E SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 58/2017 objeto do Processo 58/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
1	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS, RICO EM ENERGIA, VITAMINAS E MINERAIS, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PODE SER CONSUMIDO POR VIA ORAL OU POR Sonda.	LATA	168	R\$ 52,00	R\$ 8.736,00

Governador Celso Ramos/SC, 10 de Julho de 2017.

NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI Contratada	JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2017 B

Publicação Nº 1788301

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58-B/2017

AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL DESTINADA A LACTANTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA; FÓRMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS LÁCTEAS DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES A PARTIR DE 10 MESES E SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 10 dias do mês de Julho do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, estabelecida à Rua Judite Melo dos Santos, nº 131, Distrito Industrial, São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.612.312/0004-97, neste ato representada pela Sra. Hariella Dutra Pinheiro, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 017.995.360-50, portadora do RG nº 7.261.601/SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL DESTINADA A LACTANTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA; FÓRMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS LÁCTEAS DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES A PARTIR DE 10 MESES E SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 58/2017 objeto do Processo 58/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
2	FÓRMULA INFANTIL COM PROTEÍNAS LACTEAS DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES A PARTIR DE 10 MESES.	LATA	90	R\$ 38,00	R\$ 3.420,00
3	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, ADICIONAIS DE PREBIÓTICOS, CONTENDO ADEQUADA RELAÇÃO DE ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA) ALÉM DA PRESENÇA DE NUCLEOTÍDEOS ALIMENTAÇÃO DE LACTANTES A PARTIR DE 06 MESES DE VIDA. 800 GR	LATA	200	R\$ 43,00	R\$ 8.600,00
4	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, ADICIONAIS DE PREBIÓTICOS, CONTENDO ADEQUADA RELAÇÃO DE ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA) ALÉM DA PRESENÇA DE NUCLEOTÍDEOS ALIMENTAÇÃO DE LACTANTES A PARTIR DE 06 MESES DE VIDA	LATA	200	R\$ 43,00	R\$ 8.600,00
5	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, ADICIONAIS DE PREBIÓTICOS, CONTENDO ADEQUADA RELAÇÃO DE ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA) ALÉM DA PRESENÇA DE NUCLEOTÍDEOS ALIMENTAÇÃO DE LACTANTES A PARTIR DE 06 MESES DE VIDA	LATA	200	R\$ 38,00	R\$7.600,00
6	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO EM PÓ, PARA LACTANTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, ENRIQUECIDA COM FERRO. 800 GR	LATA	200	R\$ 29,50	R\$ 5.900,00
7	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEO VEGETAIS E FIBRAS, INDICADO PARA CRIANÇAS. ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN 800 GR.	LATA	200	R\$ 34,50	R\$ 6.900,00
8	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA COM SOJA. RICO EM VITAMINAS C E D FONTE DE VITAMINA A, B2, B12, B5, E, K, CÁLCIO, FERRO E ZINCO CONTENDO SORO DE LEITE. SEM GLÚTEN 800 GR.	LATA	200	R\$ 37,50	R\$ 7.500,00
10	ALIMENTO PARA CRIANÇAS, PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ANTERAL, EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETO E RICO EM VITAMINAS E MINERAIS. PERMITE PREPARO NAS DILUIÇÕES 1,0 KCAL/ML, 1,25 KCAL/ML E 1,5 KCAL/ML. ISENTO DE LACTOSE. SEM GLÚTEN INDICADO PARA CRIANÇAS EM RISCO NUTRICIONAL, DESNUTRIDA OU COM DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, COM DOENÇAS CRÔNICAS 400 GR	LATA	200	R\$ 64,50	R\$ 12.900,00

Governador Celso Ramos/SC, 10 de Julho de 2017.

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA Contratada	JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal
--	---

DECRETO 104 / 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018

Publicação Nº 1788729

DECRETO Nº 104 / 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso II, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 36.769,23. (Trinta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2017, nas respectivas fontes de Recurso 0.3.05.000028 e 0.3.05.000020 e 0.1.00.000000 conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habit.	34.769,23
08.243.0006.2.042	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	4.769,23
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.769,23
(242) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	4.769,23
0.3.05.000020	Superávit Financeiro Recursos do FNAS: Transferências de Recursos do FNAS	4.769,23
08.243.0006.2.041	Manutenção do CRAS	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(248) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.3.05.000028	Superávit Financeiro Recursos do FNAS: Ação manutenção do FNAS	30.000,00

0301	Procuradoria Geral	2.000,00
04.122.0001.2.003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	2.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(227) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
1.1.00.000000	Recursos Ordinarios	2.000,00
TOTAL:		36.769,23

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 18 de Outubro de 2018.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 106 / 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018

Publicação Nº 1788731

DECRETO Nº106 / 2018

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 55.450,00 (Cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 01.01.000000 Recursos de Impostos p/MDEB 25% e 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	Secretaria Municipal De Educação	
12.361.0003.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	2.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(45) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB 25%	2.000,00
0801	Secretaria Municipal De Assistência Social e Habitação	
08.241.0006.2.039	Atendimento aos Grupos de Mães e de Idosos	250,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	250,00
(80) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	250,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	250,00
0401	Secretaria Municipal De Administração	
08.243.0006.2.049	Manutenção do Conselho Tutelar	3.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.200,00
(249) 3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	3.200,00
0601	Secretaria Municipal De Educação	50.000,00
12.361.0003.2.012	Manutenção do Transporte Escolar	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(239) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério 40%	50.000,00
Total		55.450,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 22 de outubro de 2018.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 107 / 2018 - DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1788734

DECRETO Nº 107/2018

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUATE CAMPOS, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V.

CONSIDERANDO a necessidade de permitir às empresas e aos munícipes programarem suas atividades em razão do feriado Municipal do dia 06 de novembro de 2018 (terça-feira), feriado Municipal em razão do aniversário do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta, indireta e autarquias do Município de Governador Celso Ramos, o expediente do dia 05 de novembro de 2018, segunda-feira.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades da Secretaria Municipal de Educação e as atividades consideradas essenciais, emergenciais e indispensáveis ao serviço Público Municipal, tais como: Setores da Secretaria Municipal de Saúde, Coleta de Lixo e obras e reparos na rede de abastecimento de água e coleta de efluentes por parte do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE). E os serviços, os quais, por ato discricionário, o Chefe do Poder Público Municipal julgar necessário convocar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, em 25 de outubro de 2018

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

DECRETO 108 / 2018 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018 NO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1788737

DECRETO Nº 108 / 2018.

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2018, no SAMAE de Governador Celso Ramos.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1.228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no Samae de Governador Celso Ramos, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2018, Lei Municipal nº 1.229/2017:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801	SANEAMENTO	
17.122.004.2.035	Administração do Samae	25.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
(8) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.2.36	Melhoria, Ampliação e Manutenção do Serviço de Água e Esgoto	25.000,00
	Total	25.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801	SANEAMENTO	
17.122.004.2.035	Administração do Samae	25.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
(7) 3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.2.36	Melhoria, Ampliação e Manutenção do Serviço de Água e Esgoto	25.000,00
	Total	25.000,00

Art. 2 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 25 de Outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

DECRETO 110 / 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2018

Publicação Nº 1788739

DECRETO Nº 110 / 2018

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2018.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere a lei Municipal nº 1.286/2018

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar de até R\$ 938.544,00 (Novecentos e trinta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	Secretaria de Educação	39.600,00
12.361.0003.1.002	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	39.600,0
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	39.600,0
(35)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	39.600,0
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	39.600,0
1001	Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	425.000,00
15.451.0008.2.059	Funcionamento e Manutenção do DMER	425.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	425.000,00
(127) 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	425.000,00
01.00.000000	Recursos Ordinários	425.000,00
18	Serviço Municipal de Água e Esgoto (SAMAE)	300.000,00
1801	Saneamento	300.000,00
17.512.0004.2035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	300.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	300.000,00
(7) 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	300.000,00
02.36.000000	Distribuição de Água e Esgoto	300.000,00
0701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18.944,00
10.303.0004.2031	Ações de Assistência Farmacêutica	18.944,00
(9)3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	18.944,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	18.944,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	18.944,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	155.000,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	155.000,00
3.1.90.00.00.00 (1)	Aplicações Diretas	75.000,00
3.3.90.00.00.00 (2)	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.00 (3069)	Recursos Ordinários	155.000,00
Total		938.544,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	Secretaria de Educação	100.000,00
12.365.0003.1.003	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	50.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	50.000,00
(55)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	50.000,00
12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	30.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(25)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
12.306.0003.2011	Oferta de Merenda Escolar – Creche	20.000,00
3.3.00.0.000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
(32)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00

0802	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HAB	309.600,00
08.243.0006.2.042	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
(90)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	4.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	1.000,00
(91)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
08.243.0006.2.043	Proteção Especial de Média Complexidade	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
(93)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	4.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	1.000,00
(94)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
08.244.0006.2.045	Manutenção da Secretaria Mun. da Assistência Social	265.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	220.000,00
(98)3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	220.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
(99)3.3.50.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(100)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	265.000,00
08.244.0006.2.046	Manutenção de Bolsa Família	4.600,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.600,00
(104)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	3.600,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	1.000,00
(105)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	4.600,00
08.244.0006.2.047	Benefícios Eventuais	25.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
(107)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.000,00
16.482.0006.1015	Construção de Casas Populares	5.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	5.000,00
(109)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1101	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.181.0008.2.056	Implantação e Manutenção da Guarda Municipal	15.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	10.000,00
(157)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	5.000,00
(159)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1601	SECRETARIA MUNICIPAL DA PESAC E MARICULTURA	40.000,00
20.602.0007.1.016	Construção de Estaleiros para os pescadores	40.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	40.000,00
(197)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
18	Serviço Municipal de Água e Esgoto (SAMAE)	300.000,00
1801	Saneamento	300.000,00
17.512.0004.1009	Captção, Tratamento e Distribuição de Água	300.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	300.000,00
(9) 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	300.000,00
02.36.000000	Distribuição de Água e Esgoto	300.000,00
0701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18.944,00
10.302.0004.2029	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	1.000,00

(39)3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	1.000,00
10.302.0004.2029	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	5.944,00
(40)3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.944,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.944,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	5.944,00
10.305.0004.2033	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	12.000,00
(55)3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	12.000,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	155.000,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	155.000,00
4.4.90.00.00.00 (4)	Investimento/Aplicação Direta	155.000,00
0.1.00 (3069)	Recursos Ordinários	155.000,00
		938.544,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de outubro de 2018

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 183/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1788359

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2018, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) JOSIEL JOÃO DOS SANTOS, estabelecida à Rua FRANCISCO PEDRO PEREIRA, Nº 215, CALHEIROS, GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 15.652.041/0001-30, neste ato representado pelo(a) JOSIEL JOÃO DOS SANTOS, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 713.126.849-68, portador(a) do RG n.º 222466, SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 77/2018, objeto do Processo 77/2018. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Instalação de ar condicionado 9000btus	UNIDADE	50	170,00	8.500,00
2	Desinstalação de ar condicionado de 9000btus	UNIDADE	50	50,00	2.500,00
3	Instalação de ar condicionado 12000btus	UNIDADE	50	160,00	8.000,00
5	Instalação de ar condicionado 18000btus	UNIDADE	50	160,00	8.000,00
7	Instalação de ar condicionado 24000btus	UNIDADE	50	180,00	9.000,00
8	Desinstalação de ar condicionado 24000btus	UNIDADE	50	50,00	2.500,00
9	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 9000btus	HORA	300	40,00	12.000,00
10	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 12000btus	HORA	300	50,00	15.000,00

11	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 18000btus	HORA	300	55,00	16.500,00
12	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 24000btus	HORA	250	60,00	15.000,00
13	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 30000btus	HORA	220	25,00	5.500,00
14	Contactador IC 09 10 1 NA 9 A Bobina em 220V ca – Redes de 50/60 Hz, tensão nominal de isolamento até 1 kV, corrente nominal de 9 A até 95 A.	UNIDADE	60	180,00	10.800,00
15	Carga de gás para ar condicionado de 9000btus	UNIDADE	60	79,00	4.740,00
16	Carga de gás para ar condicionado de 12000btus	UNIDADE	60	79,00	4.740,00
17	Carga de gás para ar condicionado de 18000btus	UNIDADE	60	79,00	4.740,00
18	Carga de gás para ar condicionado de 24000btus	UNIDADE	50	79,00	3.950,00
19	Carga de gás para ar condicionado de 3000btus	UNIDADE	50	81,00	4.050,00
20	FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO	PCA	30.000	1,00	30.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de outubro de 2018

JOSIEL JOÃO DOS SANTOS

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 184/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1788362

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2018, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MARCIELE DE LIMA DA SILVA ME, estabelecida à Rua PAULO JOSÉ DE SOUZA, Nº 340, SALA 02, SÃO SEBASTIÃO, PALHOÇA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 29.911.780/0001-03, neste ato representado pelo(a) MARCIELE DE LIMA DA SILVA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 077.057.139-50, portador(a) do RG n.º 6.173.470 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 77/2018, objeto do Processo 77/2018. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	Desinstalação de ar condicionado 12000btus	UNIDADE	50	62,00	3.100,00
6	Desinstalação de ar condicionado 18000btus	UNIDADE	50	62,00	3.100,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de outubro de 2018

MARCIELE DE LIMA DA SILVA ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 185/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1788366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2018, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal da Saúde de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) JOSIEL JOÃO DOS SANTOS, estabelecida à Rua FRANCISCO PEDRO PEREIRA, Nº 215, CALHEIROS, GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 15.652.041/0001-30, neste ato representado pelo(a) JOSIEL JOÃO DOS SANTOS, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 713.126.849-68, portador(a) do RG n.º 222466, SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 77/2018, objeto do Processo 77/2018. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Instalação de ar condicionado 9000btus	UNIDADE	30	170,00	5.100,00
2	Desinstalação de ar condicionado de 9000btus	UNIDADE	30	50,00	1.500,00
3	Instalação de ar condicionado 12000btus	UNIDADE	30	160,00	4.800,00
5	Instalação de ar condicionado 18000btus	UNIDADE	30	160,00	4.800,00
7	Instalação de ar condicionado 24000btus	UNIDADE	30	180,00	5.400,00
8	Desinstalação de ar condicionado 24btus	UNIDADE	30	50,00	1.500,00
9	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 9000btus	HORA	150	40,00	6.000,00
10	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 12000btus	HORA	150	50,00	7.500,00
11	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 18000btus	HORA	150	55,00	8.250,00
12	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 24000btus	HORA	150	60,00	9.000,00
13	Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado de 30000btus	HORA	150	25,00	3.750,00
14	Contactador IC 09 10 1 NA 9 A Bobina em 220V ca – Redes de 50/60 Hz, tensão nominal de isolamento até 1 kV, corrente nominal de 9 A até 95 A.	UNIDADE	20	180,00	3.600,00
15	Carga de gás para ar condicionado de 9000btus	UNIDADE	30	79,00	2.370,00
16	Carga de gás para ar condicionado de 12000btus	UNIDADE	30	79,00	2.370,00
17	Carga de gás para ar condicionado de 18000btus	UNIDADE	30	79,00	2.370,00
18	Carga de gás para ar condicionado de 24000btus	UNIDADE	30	79,00	2.370,00
19	Carga de gás para ar condicionado de 3000btus	UNIDADE	30	81,00	2.430,00
20	FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO	PCA	20.000	1,00	20.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de outubro de 2018

JOSIEL JOÃO DOS SANTOS

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 186/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1788367

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2018, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MARCIELE DE LIMA DA SILVA ME, estabelecida à Rua PAULO JOSÉ DE SOUZA, Nº 340, SALA 02, SÃO SEBASTIÃO, PALHOÇA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 29.911.780/0001-03, neste ato representado pelo(a) MARCIELE DE LIMA DA SILVA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 077.057.139-50, portador(a) do RG n.º 6.173.470 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS SECRETARIAS, INCLUINDO O A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 77/2018, objeto do Processo 77/2018. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	Desinstalação de ar condicionado 12000btus	UNIDADE	30	62,00	1.860,00
6	Desinstalação de ar condicionado 18000btus	UNIDADE	30	62,00	1.860,00

Governador Celso Ramos/SC, 25 de outubro de 2018

MARCIELE DE LIMA DA SILVA ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

LEI 1.285 / 2018 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018

Publicação Nº 1788741

LEI Nº 1.285 / 2018

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2018.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 886.690,00 (oitocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e noventa reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DA FAZENDA	
04.1230002.2007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	200.000,00
3.300.00	Outras Receitas Correntes	200.000,00
(22)3.3.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	60.000,00
0802	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
08.241.0006.1.013	Construção do Centro de atendimento à terceira idade	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
(78)4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.243.0006.1.014	Construção do CREAS	10.000,00

4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
(81)4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.244.0006.2047	Benefícios Eventuais	40.000,00
4.4.00.00	Investimentos	40.000,00
(107)4.4.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	420.000,00
04.122.0002.1.001	Construção do Centro Administrativo	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
(115)4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
15.451.0008.1.024	Pavimentação de Ruas	200.000,00
4.4.00.00	Investimentos	200.000,00
(121)4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
15.452.0008.1.028	Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
(134)4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
15.452.0008.1.029	Construção de Pontes	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
(136)4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
15.452.0008.1.030	Construção e Remodelagem de Praças e Jardins	80.000,00
3.3.00.00.00	Outras Receitas Correntes	60.000,00
(137)3.3 90.00.00	Aplicações Diretas	60.000,00
4.4.00.00	Investimentos	60.000,00
(138)4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
15.452.0008.2.059	Ampliação e Manutenção do Cemitério Público	60.000,00
4.4.00.00	Investimentos	60.000,00
(143)4.4.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	60.000,00
15.452.0008.2.061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras Receitas Correntes	10.000,00
(149)3.3 90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
1101	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	13.000,00
06.181.0008.2.056	Secretaria Municipal de Segurança Pública	13.000,00
3.3.00.00.00	Outras Receitas Correntes	13.000,00
(158)3.3 90.00.00	Aplicações Diretas	13.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	13.000,00
1401	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, IND E COMÉRCIO	80.000,00
11.334.0007.1017	Sinalização Turística	40.000,00
3.3.00.00.00	Outras Receitas Correntes	40.000,00
(174)3.3 90.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
11.334.0007.1020	Cidade Digital	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
(175)4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00

23.695.0007.1019	Construção de Porto Poliesportivo	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
(178)4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
1601	SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E MARICULTURA	50.000,00
20.602.0007.1016	Construção de Estaleiros para os Pescadores	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
(197)4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL PREFEITURA		823.000,00
0701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	63.690,00
10.301.0004.1008	Aquisição de Veículos	7.000,00
4.4.00.00	Investimentos	7.000,00
(4)4.4.90.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	7.000,00
10.301.0004.2023	Ações de atenção básica	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
(16)4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	1.000,00
10.301.0004.1007	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
(2)4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	30.000,00
10.301.0004.2024	Ações de Saúde da Família	418,00
4.4.00.00	Investimentos	418,00
(19)4.4.90.00	Aplicações Diretas	418,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	418,00
10.301.0004.2026	Ações voltadas para saúde da família/saúde bucal	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
(25)4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	1.000,00
10.301.0004.2027	Núcleo de Apoio à saúde da Família – NASF	2.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
(30)4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	2.000,00
10.301.0004.2028	Ações de atenção básica - PMAQ	3.328,00
4.4.00.00	Investimentos	3.328,00
(33)4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.328,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	3.328,00
10.301.0004.2029	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
(43)4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	1.000,00
10.301.0004.2032	Ações de Vigilância Sanitária	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
(53)4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	1.000,00
10.305.0004.2033	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
(60)4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	1.000,00
10.301.0004.1007	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

(1)3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	10.000,00
10.301.0004.2029	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	5.944,00
4.4.00.00	Investimentos	5.944,00
(43)4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.944,00
0.1.02.000000	Recursos de impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	5.944,00
Total		886.690,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	500.000,00
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serv. Público	500.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas Pessoal	500.000,00
(127)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	500.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	500.000,00
0901	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URB E MEIO AMBIENTE	200.000,00
04.121.0008.2054	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente	200.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas Pessoal	200.000,00
(112)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
0301	PROCURADORIA GERAL	123.000,00
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	123.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas Pessoal	123.000,00
(127)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	123.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	123.000,00
0701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	63.690,00
10.301.0004.2024	Ações de Saúde da Família	63.690,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas Pessoal	63.690,00
(17)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	63.690,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	63.690,00
TOTAL		886.690,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, de 30 de outubro de 2018.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1.286 - 2018 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2018

Publicação N° 1788743

LEI N° 1.286 / 2018

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2018.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 938.544,00 (Novecentos e trinta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	Secretaria de Educação	39.600,00
12.361.0003.1.002	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	39.600,0
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	39.600,0
(35)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	39.600,0
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	39.600,0

1001	Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	425.000,00
15.451.0008.2.059	Funcionamento e Manutenção do DMER	425.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	425.000,00
(127) 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	425.000,00
01.00.000000	Recursos Ordinários	425.000,00
18	Serviço Municipal de Água e Esgoto (SAMAE)	300.000,00
1801	Saneamento	300.000,00
17.512.0004.2035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	300.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	300.000,00
(7) 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	300.000,00
02.36.000000	Distribuição de Água e Esgoto	300.000,00
0701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18.944,00
10.303.0004.2031	Ações de Assistência Farmacêutica	18.944,00
(9)3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	18.944,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	18.944,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	18.944,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	155.000,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	155.000,00
3.1.90.00.00.00 (1)	Aplicações Diretas	75.000,00
3.3.90.00.00.00 (2)	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.00 (3069)	Recursos Ordinários	155.000,00
Total		938.544,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	Secretaria de Educação	100.000,00
12.365.0003.1.003	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	50.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	50.000,00
(55)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	50.000,00
12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	30.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(25)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
12.306.0003.2011	Oferta de Merenda Escolar – Creche	20.000,00
3.3.00.0.000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
(32)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0802	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HAB	309.600,00
08.243.0006.2.042	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
(90)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	4.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	1.000,00
(91)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
08.243.0006.2.043	Proteção Especial de Média Complexidade	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
(93)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	4.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	1.000,00
(94)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
08.244.0006.2045	Manutenção da Secretaria Mun. da Assistência Social	265.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	220.000,00
(98)3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	220.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
(99)3.3.50.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00

(100)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	265.000,00
08.244.0006.2.046	Manutenção de Bolsa Família	4.600,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.600,00
(104)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	3.600,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	1.000,00
(105)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	4.600,00
08.244.0006.2.047	Benefícios Eventuais	25.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
(107)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.000,00
16.482.0006.1015	Construção de Casas Populares	5.000,00
4.4.00.00.00	Outras Investimentos	5.000,00
(109)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1101	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.181.0008.2.056	Implantação e Manutenção da Guarda Municipal	15.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	10.000,00
(157)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	5.000,00
(159)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1601	SECRETARIA MUNICIPAL DA PESCA E MARICULTURA	40.000,00
20.602.0007.1.016	Construção de Estaleiros para os pescadores	40.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	40.000,00
(197)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
18	Serviço Municipal de Água e Esgoto (SAMA E)	300.000,00
1801	Saneamento	300.000,00
17.512.0004.1009	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	300.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	300.000,00
(9) 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	300.000,00
02.36.000000	Distribuição de Água e Esgoto	300.000,00
0701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18.944,00
10.302.0004.2029	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	1.000,00
(39)3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	1.000,00
10.302.0004.2029	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	5.944,00
(40)3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.944,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.944,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	5.944,00
10.305.0004.2033	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	12.000,00
(55)3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.02.0000	Recursos p/ ASPS mínimo 15%	12.000,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	155.000,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	155.000,00
4.4.90.00.00.00 (4)	Investimento/Aplicação Direta	155.000,00
0.1.00 (3069)	Recursos Ordinários	155.000,00
		938.544,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de outubro de 2018
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1.287 / 2018 - AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Publicação Nº 1788747

LEI Nº 1.287 / 2018

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual 2018/2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, no Programa de Governo "0007 – Geração de Emprego e Renda", a Ação de Governo "1033 – Construção de Portal Turístico", no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), utilizando fonte, os recursos oriundos de Operação de Crédito autorizada a realizar junto a Caixa Econômica Federal, programa FINISA.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) na Lei Orçamentária Anual de 2018, utilizando como fonte, os recursos oriundos de Operação de Crédito autorizada a realizar junto a Caixa Econômica Federal, programa FINISA, conforme especificação abaixo e planilha em anexo:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	250.000,00
1401.23.695.0007.1033	Construção de Portal Turístico	250.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	250.000,00
0.1.82.000120	Programa Finisa - CEF	250.000,00

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de outubro de 2018.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1.288 / 2018 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO DENOMINADA FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – FINISA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF E ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS PARA OS PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS

Publicação Nº 1788748

LEI Nº 1.288 / 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO DENOMINADA FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO ☐ FINISA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF E ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS PARA OS PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), por meio da linha de crédito do Financiamento para Infraestrutura e Saneamento ☐ Finisa, objetivando financiar programas de investimentos, com abrangência em drenagem e pavimentação de vias públicas, construção de equipamentos de apoio ao turismo e à atividade pesqueira, projetos estruturantes (obras civis em equipamentos públicos), dentre outros previstos na linha de financiamento.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão, obrigatoriamente, aplicados na viabilização de despesas de capital constantes no Plano Plurianual ☐ PPA e dos orçamentos anuais do município ☐ vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá ceder ou vincular em contra garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, as cotas de repartição constitucional, dos Impostos de Circulação de Mercadorias e Serviços ☐ ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios - FPM até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta Lei ou em substituição, aceitar a contra garantia do Governo Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal é autorizado a incluir no Plano Plurianual ☐ PPA, nos Orçamentos Anuais vigentes e nos Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais subsequentes, dotações indispensáveis ao cumprimento das obrigações com os pagamentos do principal e do acessório constante do contrato firmado em decorrência desta Lei.

Art. 5º O Executivo Municipal é autorizado a abrir créditos adicionais suplementares utilizando como fonte, os recursos da operação de crédito autorizado por esta lei e destinados a atender as despesas de investimentos indicadas no artigo 1º desta lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

LEI 1.289 / 2018 - INSTITUI O PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO, DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC, DESTINADO A REGULAMENTAR, ARTICULAR, INTEGRAR E COORDENAR RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL,

Publicação Nº 1788750

LEI Nº 1.289 / 2018

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO, DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC, DESTINADO A REGULAMENTAR, ARTICULAR, INTEGRAR E COORDENAR RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAS URBANAS E CONTROLE DE VETORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei, parte integrante da Política Municipal de Saneamento Básico, institui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Governador Celso Ramos, destinado a regulamentar, articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água potável, esgoto sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e controle de vetores no Município de Governador Celso Ramos, em conformidade com os princípios e as diretrizes expressas na Lei Federal nº 11.445/2007, no Decreto Federal nº 7.217/2010 e na Lei Estadual nº 13.517/2005.

§ 1º - O Poder Executivo municipal de Governador Celso Ramos e demais prestadores dos serviços de saneamento básico ficam obrigados ao cumprimento do Plano de Saneamento Básico, nos termos do art. 19, da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 2º - O Poder Executivo municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas do Plano instituído por esta Lei, através de gestores do Plano.

Art. 2º - O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto no prazo máximo de 4 (quatro) anos, ou quando se fizer necessário, sempre antecedendo à elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo único - O Poder Executivo municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º - A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com a prestadora dos serviços públicos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Federal e Estadual de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Federal e Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º - A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá contemplar as diretrizes dos planos das microbacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º - O Poder Executivo municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - As revisões do Plano Municipal de Saneamento não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

Parágrafo único - No caso do descumprimento do estabelecido no caput, a prestadora dos serviços fica obrigada a cumprir o Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação, nos termos do art. 19, § 6º da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 5º - Fica instituído o Sistema Municipal de Informação e Saneamento Básico – SIMISA, com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º - As informações do SIMISA são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º - O Município poderá solicitar cooperação técnica à União para organizar o sistema local de informação em saneamento básico.

Art. 6º - São instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - Sistema Municipal Integrado de Saneamento Básico;

II - Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico;

III - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

IV - Fundo Municipal de Saneamento Básico – FUNSAB;

V - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

VI - normas e padrões para a adequada prestação de serviços;

VII - atuação reguladora e fiscalizadora dos serviços, inclusive com a aplicação das sanções previstas em lei;

VIII - incentivos e financiamentos aos mecanismos destinados a atingir os princípios, diretrizes e objetivos para o saneamento básico;

IX - avaliação sistemática dos serviços prestados, com emissão do relatório sobre a Situação de Salubridade Ambiental no Município;

X - ação integrada de políticas setoriais articuladas com o saneamento básico.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário

Governador Celso Ramos, 30 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

PORTARIA N 292-2018 REMUME

Publicação Nº 1788352

PORTARIA Nº 292/2018
DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

RICARDO SCHILICKMANN ASCARI, Secretário Municipal da Saúde de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

No uso das atribuições que lhe são conferidos por lei e considerando o disposto no item 8 da Portaria nº 292/2018.

RESOLVE:

I – Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Farmacoterapêutica:

Ney Laine Oenning Dacoregio Squizatto – CPF: 845.949.189-72 – Farmacêutica

Marisa Oening-CPF:038.583.319-96 - Farmacêutica

Luiz Renato Wisbeck Júnior – CPF: 021.137.019-36 - Médico

Karla Cristine da Conceição – CPF: 961.664.529-34 – Médica

Isadora Bussolo Heinzen- CPF: 087.221.209-20 - Médica

Rut Honorato Kirchner – CPF: 005.252.179-67 – Enfermeira

Joelma da Luz – CPF: 057.193.069-78 – Enfermeira

Isabel Lemkuhl – CPF: 086.413.069-43 – Cirurgiã Dentista

Patrícia Ceolin Sebold – CPF: 089.095.909-98 – Vigilância Sanitária

Mariza da Silva Bonetti – CPF: 063.499.289-97 – Auxiliar de Expediente

Elizete Orben Macieski Blasius – CPF: 023.957.289-00 – Técnica em Enfermagem

Ricardo Schlickmann Ascari – CPF: 072.796.929-31- Secretário de Saúde

Douglas Wagner- CPF: 073.241.129-78-Advogado

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se.

.....
RICARDO SCHILICKMANN ASCARI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

Registrado e publicado nesta Secretaria em 17 de outubro de 2018.

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 22.2018.DOCX

Publicação Nº 1787900

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018

PROCESSO Nº 22/2018 HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE
GUARACIABA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, COM APRESENTAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTAR CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO EDITAL..

CREDENCIADO: INGESP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 0,00 (ZERO)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 117.18 MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA ILUMINAÇÃO NATALINA .DOC

Publicação Nº 1788432

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº117/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 147/18, Edital de Pregão Presencial Nº 117/18, Objeto: Aquisição de Materiais elétricos e mão-de-obra para instalação da iluminação natalina; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 13/11/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 13/11/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 30 de outubro de 2018.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ANULAÇÃO PARCIAL PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2018 FMS

Publicação Nº 1788128

PROCESSO LICITATORIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2018 FMS

ANULAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO

Trata-se de pregão presencial, do tipo menor preço por item para o registro de preços para a futura aquisição de material médico ambulatorial para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Considerando o pedido de desistência feito pela empresa DISQUE-MED DISTR DE PROD HOSP LTDA quanto ao item 19, apontando que houve um equívoco na digitação do preço proposto, que não foi levado em consideração.

Considerando que o preço vencido está muito inferior ao praticado no mercado.

Diante do parecer da procuradoria do município (fl. 2351 verso), ANULO PARCIALMENTE o processo licitatório, quanto ao item 19, mantendo-se íntegro o processo licitatório quanto aos demais itens.

Guaramirim (SC), 30 de outubro de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
OSVALDO DEVIGILI

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 212/2018 PMG

Publicação Nº 1787913

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 212/2018 PMG

Processo Licitatório: 212/2018 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA EM MATERIAL RODANTE.

Entrega dos Envelopes: 14/11/2018 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 14/11/2018 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 30 de outubro de 2018.
OSVALDO DEVIGILI
Prefeito em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2018 – PMG

Publicação Nº 1787988

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2018 – PMG

Dispensa de Licitação nº: 216/2018 – PMG

Contrato nº: 56/2018 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Fundamento Legal: Artigo 24, I, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA ESTUDOS TÉCNICOS, ELABORAÇÕES DE PARECERES E ASSESSORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONTENDO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONTROLE E PLANEJAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MONUMENTOS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E EVENTOS, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO NO PROCESSO LICITATÓRIO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratada: POWER INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.610.088/0001-14, estabelecida na Rodovia BR 280, nº 3225, Sala 02, bairro Porto Grande, município de Araquari, estado de Santa Catarina, CEP 89.245-000.

Data da Assinatura: 26/10/2018 . Vigência: 31/12/2018.

GUARAMIRIM (SC), 30 de outubro de 2018.
OSVALDO DEVIGILI
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 192 / 2018

Publicação Nº 1788817

DECRETO N. 192 DO MÊS OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e da outras providências.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017, art. 5º, parágrafo 1º, inciso II.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 02.00 – Gabinete do prefeito

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do prefeito

Função: 04 – Administração

Sub Função: 122 – Administração geral

Programa: 0002 – Gestão administrativa superior

Projeto/Atividade: 2.324 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicações diretas – Exercício anterior – receitas e transferências de impostos DR 3000, com o valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria de educação, cultura e esporte

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 365 – Ensino Infantil

Programa: 0004 – Educação de qualidade para todos

Projeto/Atividade: 2.314 – Manutenção da educação infantil

Modalidade de Aplicação: 3.1.9.0.00.00 – Aplicação direta – DR 3001 Recursos ordinários, com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro, com saldo em contas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 23 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 193 / 2018

Publicação Nº 1787636

DECRETO N. 193 DE OUTUBRO DE 2018.

Designa servidor para proceder, à secretaria administração e fazenda, bem como, proceder a movimentação referente as "contas Municipal" junto ao Banco do Brasil e dá outras providências.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fulcro no inciso IV artigo 72 e artigo 73 pela Lei Orgânica do Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado para receber e proceder à movimentação referente "as contas Municipais" do Banco Do Brasil, Agência 3542-4, em nome do MUNICÍPIO DE GUATAMBU Inscrito CNPJ 95.990.206/0001-12 e 95.990.206/0002-01 ao Servidor SILVESTRE FAVARO, inscrito CPF 932.994.789-15, MATRICULA 1329-3/1 cargo VICE-PREFEITO, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, o mesmo fará uso desta assinatura quanto for Prefeito em exercício conforme lei Orgânica Municipal.

Art. 2º As atribuições bancárias para o servidor designado no artigo 1º do presente

Decreto são:

- Emitir cheques
- Abrir contas de depósito
- Autorizar cobrança
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições
- Receber, passar recibo e dar quitação
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes
- Requisitar talonários de cheques
- Autorizar debito em conta relativo a operações
- Retirar cheques devolvidos
- Endossar cheque
- Requisitar cartão eletrônico
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico
- Sustar/contrordenar cheques
- Cancelar cheques
- Baixar cheques
- Efetuar resgates/aplicações financeiras
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- Efetuar saques - conta corrente
- Efetuar saques – poupança
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico
- Efetuar transferências por meio eletrônico
- Consultar contas/aplic.programas repasse recursos federais
- Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/AASP
- Solicitar saldos/extratos de investimentos
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito
- Emitir comprovantes
- Encerrar contas de depósito
- Consultar obrigações do débito direto autorizado
- Cartão transporte - autorizar deb/transf meio
- Atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro/AASP
- Assinar instr.convênio e contrato prest.serviços
- Assinar instr.convenio e contrato prest.serviços

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 29 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 194 / 2018

Publicação Nº 1788819

DECRETO N. 194 DO MÊS OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e da outras providências.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017, art. 5º, parágrafo 1º, inciso II.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 65.636,00 (Sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais), nas contas abaixo relacionadas:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade Orçamentária: 04.01 - Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0004 – Educação de qualidade para todos

Projeto/Atividade: 1.121 ☐ Aquisição de veículos para educação

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 –Aplicação Direta DR 1337 – Transferências do FNDE, com o valor de R\$ 65.636,00 (Sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais).

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 1337, transferências do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através de Transferência Direta em conta corrente, também salientamos que essa suplementação se dá pelo Termo de Cooperação do FNDE.

Art. 3.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 29 de Outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3191/2018 - RETIFICADO

Publicação Nº 1788070

DECRETO Nº 3.191, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018.

“DECLARA NULO O DECRETO MUNICIPAL NÚMERO 2.473 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Mandado de Segurança impetrado por Eliane Maria Piovesan e Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira;

Considerando a decisão judicial nos autos 0001097-22.2013.8.24.0071.

Considerando a obrigatoriedade em cumprir referida decisão judicial;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado nulo o Decreto número 2.473, de 08 de Fevereiro de 2013, que “ANULA PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, INTEGRANTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 2º Ficam sem efeitos as Portaria Municipais número 154/2013 e 155/2013.

Art. 3º Ficam restabelecidos os efeitos das Portarias 148/2012 e 149/2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 19 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3192/2018

Publicação Nº 1788104

DECRETO Nº 3192, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0607/2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), no orçamento de 2018 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica
Programa:	1001	Saúde Com Qualidade
Projeto/Atividade:	2031	Manutenção das Atividades de Saúde
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superavit Financeiro Recursos SUS União
Detalhamento: 16		Vigilância Epidemiológica

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3193/2018

Publicação Nº 1787766

DECRETO Nº 3193, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CONVENIO PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 871147/2018/MAPA/CAIXA – OPERAÇÃO 1056633-59, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0607/2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 175.125,24 (Cento e setenta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos) no orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo		
Unidade Orçamentária:	03	Sec. De Agricultura e Meio Ambiente		
Função:	20	Agricultura		
Sub-Função:	608	Promoção da Produção Agropecuária		
Programa:	2001	Assistência ao Produtor Rural		
Projeto/Atividade:	1061	Ampliação da Patrulha Agrícola		
Modalidade de Aplicação:	4490	Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos:	1134	Transf.Conv. União/Outros		
Valor:		175.125,24		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação referente CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 871147/2018/MAPA/CAIXA – OPERAÇÃO 1056633-59.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3194/2018

Publicação Nº 1788348

DECRETO Nº 3194, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

REGULAMENTA A LEI Nº 617 , DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Nº 617 de 24 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CÂMARA MUNICIPAL
Função: 01 LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade: 2001 MANUT.DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, será anulado da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO
Unidade: 0101 CÂMARA MUNICIPAL
Função: 01 LEGISLATIVA
Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade: 2002 SUBSÍDIO DOS VEREADORES
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Centro Administrativo de Ibiã, SC, em 29 de Outubro de 2018.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 293/2018

Publicação Nº 1787981

PORTARIA Nº 293, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

“CONSTITUI O COMITÊ DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE – COES, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 e inciso II, do artigo 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art. 1º. Constituir junto a Secretaria Municipal da Saúde do Município de Ibiã, o Comitê de Operações de Emergência em Saúde – COES – Grupo Multidisciplinar e Intersetorial destinado a integrar as ações e serviços de saúde, para atuação em situações de emergência e estado de calamidade pública, com o objetivo precípuo de coordenar as ações emergenciais da área de saúde, em consonância com as diretrizes do SUS.

Art. 2º. Designar, os membros a seguir relacionados, para comporem o Comitê de Operações de Emergência em Saúde – COES:

I – Maria Ivete Gomes de Oliveira – Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
II – Kelly Caroline Andrade – Representante da Atenção Básica;
III – Cleber Tonetta – Representante do Corpo de Bombeiros;
IV – José Roberto Gonzatto – Representante da Vigilância Sanitária;
V – Deise Santetti Scortegagna – Representante da Vigilância Epidemiológica;
VI – Luis Fernando Tragancin Rinaldi – Representante da Assistência Farmacêutica.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 006/2018**

Publicação Nº 1788522

CONTRATO N. 06/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.824.191/0001-18, com sede na Rua Izaltino Gomes de Oliveira nº. 257 centro, Ibiã - SC, neste ato representado pelo seu Presidente Sr José Henrique Ramos Moreira, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa REINALDO & REINALDO MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Caetano Belincanta Neto, n. 1130, Bairro Centro, na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no CNPJ sob o n. 04.898.739/0001-13, neste ato devidamente representada pelo seu sócio administrador JOÃO BATISTA REINALDO, brasileiro, casado, comerciante, inscrito sob o RG nº 2148658, e sob o CPF nº 674.989.309-00, podendo ser encontrado na Avenida Caetano Belincanta Neto, n. 1130, Bairro Centro, na cidade de Campos Novos - SC, doravante denominados simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Remoção da forração atual do piso no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, e colocação de piso vinílico em área total de 108m² (cento e oito metros quadrados) incluídos os acabamentos (degraus), e instalação de 100m (100 metros) de perfil em alumínio, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Preço máximo R\$
01	Serviço de remoção da forração atual do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, colocação de piso vinílico em área total de 108m ² (cento e oito metros quadrados), e instalação de 100m (100 metros) de perfil em alumínio.	R\$ 9.180,00

1.2 – Readequação do piso do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiã, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e todos os equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços.

1.3 - A remoção total da forração existente no piso do Plenário da Câmara Municipal.

1.4 – Instalação de piso vinílico em toda a extensão do Plenário da Câmara Municipal, bem como, instalação em seu corredor/rampa, de perfil em alumínio para obstar acidentes.

1.5 - Durante a execução dos serviços será vedado o tráfego de pessoas, materiais e equipamentos estranhos aos serviços contratados.

1.6 - Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 25 de outubro de 2018, com término previsto para 25 de novembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, sendo reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor TOTAL de R\$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidos e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente ou emissão de cheque em favor da CONTRATADA.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da CONTRATADA.

§ 2º - O pagamento não será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Câmara de Vereadores
1	Câmara de Vereadores
1	Legislativo
031	Processo Legislativo
0001	Manutenção das Atividades
4490	Reforma

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Prestar os serviços de acordo com as especificações exigidas;

8.2 – Fornecer o objeto deste contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 – Disponibilizar todos os equipamentos de segurança (EPI), para todos os funcionários utilizarem durante a execução das atividades.

8.4 - É de inteira responsabilidade da empresa licitante vencedora o material, mão-de-obra necessários para a execução dos serviços.

8.5 - Prestar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as propostas e especificações exigidas.

8.6 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata.

8.7 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

8.8 – A CONTRATADA está ciente das atuais condições do plenário (goteiras e infiltrações que ainda estão pendentes de solução pela empresa que reformou o telhado), todavia, garante a execução do serviço na forma solicitada, bem como, a durabilidade do piso por pelo menos 1 (um ano).

CLÁUSULA NONA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial a Câmara poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1,0 (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à CONTRATADA o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de TANGARÁ-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam (SC), 25 de outubro de 2018
José Henrique Ramos Moreira
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATANTE

João Batista Reinaldo
REINALDO & REINALDO MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Daniel Venicius Ramos
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Elisa Maria Gheno Trevisol
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Rafaela de Souza Ribeiro
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC n. 45.338

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL TP 7 - 2018 FAIXA ELEVADA E LOMBADAS FÍSICAS

Publicação Nº 1788453

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2018

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 7/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), por intermédio do Prefeito Municipal Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 19 de novembro de 2018, às 09:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de faixas elevadas e lombadas físicas, nas ruas do Município de Ibicaré.(conforme descrições anexo I).

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01), e a Proposta de Preços (02), deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até as 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2018.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

OBJETO: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, para a construção de faixas elevadas e lombadas físicas, nas Ruas do Município de Ibicaré (SC).

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE: 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 30 de novembro de 2018

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.279, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 1787949

DECRETO nº 4.279, de 26 de outubro de 2018.

“SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e fundamentados no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.313 de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2018 na fonte de recurso 01380900 – TETO MUNICIPAL - MAC, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), fica suplementado a seguinte dotação orçamentária a seguir especificada:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01380900 – TETO MUNICIPAL - MAC

333900 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 26 de outubro de 2018.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2018

Publicação Nº 1788711

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2018.

Objeto: Aquisição de mobiliário, móveis sob medida, destinados para as novas instalações da Unidade Básica de Saúde, no centro deste município, na forma da Lei 10.520/02. Entrega de envelopes: Até o dia 13 de novembro de 2018, as 09h00min. Abertura: 13 de novembro de 2018, as 09h15min - Sala de licitações da Prefeitura Municipal. Informações: (47) 3357 8523 - www.ibirama.sc.gov.br, email compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 29 de outubro de 2018. Izabel Petersen – Secretária Municipal de Saúde de Ibirama.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO 005 - 2018 - EXAMES LABORATORIAIS

Publicação Nº 1788068

CREDENCIAMENTO Nº. 05/2018 – FMS FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
OBJE-TO	O OBJETO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO É O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TEM COMO FINALIDADE DETALHAR A RELAÇÃO DOS EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, UTILIZANDO PARA ISSO, OS CÓDIGOS E A ORGANIZAÇÃO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS A SEREM CONTRATADOS, conforme anexo I do edital.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: O prazo para o cadastro dos interessados ficará aberto a partir da publicação do presente edital até 19/11/2018, no horário das 07h00hs às 13h00s, na sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação. A abertura dos envelopes se dará no dia 20/11/2018 às 09:30 horas.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 30 de Outubro de 2018.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 084 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - LARVICIDA

Publicação Nº 1788039

PROCESSO Nº. 428/2018-MULI PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/2018 REGISTRO DE PREÇO	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJE-TO	SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO PARA COMBATE AO BORRACHUDO (SIMULIUM) (PERTINAX) EM TODA EXTENSÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 14/11/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/11/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 30 de Outubro de 2018.

ERRATA DO EDITAL PRG 074- 2018 FME - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1787853

Errata 1 do Edital Pregão 074 - FME

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 074/2018 - FME, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

8- PROCESSO PARA AS INSCRIÇÕES

8.1 - A inscrição e a emissão do boleto será de responsabilidade do licitante vencedor.

8.2- As inscrições poderão ser realizadas via internet ,ou a Prefeitura Municipal de Ilhota/SC disponibilizará o local para a empresa vencedora realizar as inscrições .

Leia-se:

8- PROCESSO PARA AS INSCRIÇÕES

8.1 - A inscrição e a emissão do boleto será de responsabilidade do licitante vencedor.

8.2- As inscrições poderão ser realizadas via internet ,ou a Prefeitura Municipal de Ilhota/SC disponibilizará o local para a empresa vencedora realizar as inscrições .

8.3 - Os valores das taxas de inscrição serão cobrados diretamente dos candidatos em conta corrente da Contratada, repassados posteriormente à Prefeitura Municipal de Ilhota, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação das inscrições.

Em nota de esclarecimento da empresa ACESSE CONCURSO, sobre as taxas, corrija-se.

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 13 de Novembro de 2018 às 09:00 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09h30min horas.

Ilhota, 30 de outubro de 2018.

Francineide Pereira
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DO CONTRATO CONTRATO 051 PR 055 - 2018 FMS - VEÍCULOS SAÚDE - CARBORI

Publicação Nº 1788046

CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 – FMS

CONTRATO Nº 51/2018

CONTRATO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO VAN, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ILHOTA E A EMPRESA CARBORI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ILHOTA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Doutor Leoberto Leal nº 160, Centro, Ilhota, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.301/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito, senhor ERICO DE OLIVEIRA, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CARBORI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, com sede na cidade de Videira Estado do Santa Catarina, na Rodovia SC 453, nº 55, inscrita no CNPJ sob o nº 02.952.689/0001-80, neste ato representada pelo senhor José Nazareno Alves, portador do CPF nº 291.486.009-97, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 322/2018, têm entre si justo e contratado o que segue:

1 OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato o AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO VAN, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital, com as características e quantidades assim especificados:

Item	Descrição	Quant	Cotação	Fornecedor
1	<p>Veículo furgão original de fábrica, 0 km, adap. p/ AMB SIMPLES REMOÇÃO, com cap. Vol. não inferior a 7 metros cúbicos no total. Compr. total mín. 4.740 mm; Comp. mín. do salão de atend.o 2.500 mm; Al. Int. mín. do salão de atend. 1.540 mm; Diesel; Equipado com todos os equip. de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN; A estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço. O painel elétrico interno, deverá possuir 2 tomadas p/ 12V (DC). As tomadas elétricas deverão manter uma dist. mín. de 31 cm de qualquer tomada de Oxigênio. A ilum. do comp. de atend. deve ser de 2 tipos: Natural e Artificial - deverá ser feita por no mín. 4 luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mín. de 150 mm, em base estampada em alumino ou injetada em plástico em modelo LED. A iluminação ext. deverá contar com holofote tipo farol articulado reg. manualmente na parte traseira da carroceria, c/ acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical. Deverá possuir 1 sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da AMB na cor vermelha, com freq. Mín. de 90 flashes por minuto, quando acionado com lente injetada de policarbonato. Podendo utilizar um dos conceitos de Led. Sinalizador acústico c/ amplificador de pot. mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mín. de 3 tons distintos, sist.. de megafone c/ ajuste de ganho e pressão sonora a 1 m. de no mín. 100 dB @13,8 Vcc; Sist. fixo de Oxigênio (rede integrada): contendo 1 cilindro de oxigênio de no mín. 16l. . Em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pré-regulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm2 e manômetro; Na região da bancada, deverá existir uma régua e possuir: fluxômetro, umidificador p/ O2 e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT. A climatização do salão deverá permitir o resfr/aquec.. O compart. do motorista deverá ser fornecido c/ o sist. original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. P/ o compart. paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist. de Ar Condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561. Sua capacidade térmica deverá ser com mín. de 26.000 BTUs e unidade condensadora de teto. Maca retrátil, com no mín. 1.900 mm de compr., com a cabeceira voltada para frente; c/ pés dobráveis, sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanham: colchonete. Balaústre: Deverá ter 2 pega-mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp. através de parafusos e c/ 2 sist. de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro. Piso: Deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo quando molhado. Armário: Armário em um só lado da viatura (lado esquerdo). As portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. Deverá possuir um armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50 mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,70 m; Fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô, vidros laterais e vidros traseiros; Bem como, as marcas do Governo Federal. (PLOTADO) RECURSO FEDERAL</p>	1	165.800,00	CARBORI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
CARBORI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	165.800,00	cento e sessenta e cinco mil e oitocentos reais

1.2 A Forma de Fornecimento do objeto deste Contrato é total.

Parágrafo Único: O presente Contrato, assim como a licitação da qual decorreu, não obriga o Município a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018 e seus Anexos;

b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 DOS PRAZOS DO CONTRATO

3.1 A CONTRATADA deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, em 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da autorização de compras – AC – ou ordem de serviço – OS – encaminhada pelo requisitante.

3.2 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93.

4 PREÇO

4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

4.2 O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IGP-DI, ou por outro que venha a substituí-lo.

4.4. A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.5 Recursos para pagamento - dotações orçamentárias:

Cód.	Orgão	Unidade	Funcional	Proj./Ativ.	Categoria	Recurso	Descrição do Proj./Ativ.
638	12	1201	30110	000261	449052520000	33	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULANCIAS

5 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1 Os itens deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, através de autorizações de compras – AC – ou ordem de serviço – OS, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

5.2 Os objetos relacionados na autorização de empenho deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a sua solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

5.2.1 A critério da Administração poderão ser solicitadas entregas nos locais discriminados no ANEXO XI - LOCAIS DE ENTREGA.

5.2.2 Poderão ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados no edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os itens no local indicado, desde que seja dentro do Município de Ilhota.

5.3 No ato da entrega dos itens a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

5.4 Fica aqui estabelecido que os materiais objeto deste Pregão serão recebidos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do item com a especificação contida neste edital e seus anexos;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do item e a consequente aceitação.

5.4.1 A Nota Fiscal/Fatura somente será encaminhada ao órgão responsável pelo pagamento após o recebimento definitivo do material, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

5.5 Os materiais que forem recusados (tanto no recebimento provisório quanto no recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

5.6 Se a substituição dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5.7 Caso seja comprovado que os itens entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

6 CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Na entrega dos itens, a CONTRATADA deverá acompanhar-se de Nota Fiscal correspondente, encaminhando-a ao respectivo requisitante.

6.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do material e da Nota Fiscal, referente as quantias solicitadas, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais, conforme edital.

6.3 Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

7 RESPONSABILIDADES

7.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pelo fornecimento do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, no fornecimento dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o CONTRATANTE ou à terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE.

7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos itens fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;

- b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no respectivo Edital;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- d) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

8.2.1 A não substituição dos materiais/produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

- a) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais/produtos, atestar nas notas fiscais a efetiva entrega e o seu aceite;
- b) Efetuar os pagamentos à Contratada nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos;
- c) Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte materiais entregues ou serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da Contratada;
- f) Emitir Autorização de Compras ou Ordem de Serviço para marcar o início do prazo para cumprimento das obrigações por parte da Contratada;
- g) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- h) Franquear o acesso à contratada aos locais necessários a execução dos serviços;
- i) Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços;
- j) Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93.

10 PENALIDADES

10.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, não cumprirem com as obrigações assumidas na licitação e na ATA de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo a Administração.

10.4 Caberá aplicação de multa de até 20% do valor calculado sobre o valor total da Proposta de Preços da Licitante, nos seguintes casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; multa de 10%;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; multa de 5%;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; multa de 20%;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; multa de 10%;
- e) não manter a proposta de preços; multa de 10%;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; multa de 10%;
- g) não entregar os produtos ou entregar os produtos com mais de 10 dias de atraso; multa de 10%;
- h) comportar-se de modo inidôneo; multa de 20%;
- i) cometer fraude fiscal; multa de 20%;

10.4.1 Caberá aplicação da multa de 0,5% por dia de atraso até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor do pedido, pelo não cumprimento do prazo de entrega.

10.4.2 Caso não seja realizada entrega ou a entrega seja realizada com mais de 10 dias de atraso, caberá aplicação da multa prevista no item 9.4 "g", podendo ser rescindido o contrato.

10.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; 2 anos mais multa;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 ano mais multa;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 ano mais multa;
- e) não manter a proposta de preços; 1 ano mais multa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 anos mais multa;
- g) não entregar os produtos ou entregar os produtos com mais de 10 dias de atraso; 1 ano mais multa;
- h) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- i) cometer fraude fiscal. 5 (cinco) anos mais multa;

10.6 Em todo caso a licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

10.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

10.7 É facultado a licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

10.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente dos valores devidos a Contratada, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

10.9 Caso não seja recolhida o valor da multa no prazo estabelecido, a licitante será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor

executado judicialmente.

10.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por Secretário Municipal.

10.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida a Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

11 RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

11.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

12.2 Aplicam-se à este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

13 VALOR DO CONTRATO

13.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de R\$485.300,00(Quatrocentos e oitenta e cinco mil e trezentos reais), para todos os legais e jurídicos efeitos.

14 FORO

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Gaspar/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Ilhota (SC), 25 de Outubro de 2018.

PREFEITO CARBORI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 003/2018 - CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO SOLENE

Publicação Nº 1788170

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

EDITAL 003/2018

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO SOLENE

A Câmara Municipal de Ilhota por meio do seu Presidente, o vereador Jonas de Oliveira Jacó, no uso de suas atribuições, torna público e convoca a comunidade em geral para participarem da SESSÃO SOLENE em HOMENAGEM e RECONHECIMENTO pela passagem dos 10(dez) anos aos atuantes na TRAGÉDIA de 2008, a realizar-se no dia 21 de novembro de 2018, com início às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Ilhota, localizado na Rua Bertoldo Simon, nº 98, Centro, Ilhota/SC.

Ilhota, 29 de outubro de 2018.

Jonas de Oliveira Jacó

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO SAMAE N° 001/2018

Publicação N° 1787985

AVISO DE TOMADA DE PREÇO SAMAE N° 001/2018

O Município de Imaruí/SC, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, torna público aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preço, para contratação de empresa, para prestação de serviços técnicos especializados em operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema comercial, do município de Imaruí/SC, com fornecimento de mão de obra e equipamentos. Entrega dos envelopes: até às 08h do dia 19/11/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 08h15min do dia 19/11/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 30 de outubro de 2018.
Gilberto Santos
Presidente do Samae de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2016/93 -A/05 PROC 85/2016 PMI SEAPI

Publicação N° 1788535

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/93 - A/05

Contratada: CEAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA E ASSESSORIA
CNPJ: 07.364.494/0001-32

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2018.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAPI 2016/93 A/00, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS PARA A OBRA DE REABILITAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ATRAVÉS DO PROCESSO WHITETOPPING, PAVIMENTO RÍGIDO SOBRE PAVIMENTO FLEXÍVEL, ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA VAP – VIA ARTERIAL PRINCIPAL (AV. MARIETA KONDER BORNHAUSEN E RUA MANOEL FLORENTINO MACHADO)".

Fundamento: Processo nº 85/2016 Tomada de Preço nº 05/2016

Imbituba, 30 de outubro de 2018
Edilson Misael Antunes da Silva
Secretário de Infraestrutura e Saneamento
Secretário Interino
Contratante

CEAL Consultoria em Engenharia e Assessoria
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2018/07 -A/00 PROC 11/2018 DEMUTRAN

Publicação N° 1788634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato DEMUTRAN - 2018/07– A/00

Contratado: JOSE CANDEMIL NETO
CPF: 129.740.649-49

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 206,00M², SITUADA A RUA: RUTH DA CRUZ SECCO, Nº 119, BAIRRO CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

Prazo: 12 (doze) meses Valor Total R\$ 46.800,00

Fundamento: - Processo nº 11/2018, Dispensa nº 03/2018

Imbituba, 30 de outubro de 2018.

Edilson Misael Antunes da Silva
Secretário de Infraestrutura e Saneamento
Secretário Interino
LOCATÁRIA

JOSE CANDEMIL NETO
Representante legal
LOCADOR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 05/2018 CREDENCIAMENTO 01/2018 SEASTH - (FAMÍLIA ACOLHEDORA)

Publicação Nº 1788745

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASTH

PROCESSO Nº 05/2018

OUTRAS MODALIDADES Nº 01/2018

CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

Objeto: Credenciamento de Família Acolhedora para Município de Imbituba/SC conforme Lei nº 8.069/90.

Famílias Cadastradas:

1 – Janaina Francisco dos Santos.

CPF: 576.315.490-87

2 - Carla Siqueira Porto da Vila

CPF: 651.448.999-00

3 – Nathalia Eduarda Ferreira de Jesus da Silva

CPF: 063.437.259-97

4 - Maria de Fátima Costa Galindro

CPF: 507.239.449-20

Imbituba, 31 de outubro de 2018.

Fernando Melo da Silva

Presidente da CPL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 11/2018 DISPENSA Nº 03/2018 (PMI-DEMUTRAN)

Publicação Nº 1788203

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN

PROCESSO Nº 11/2018

DISPENSA Nº 03/2018

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 206,00M², SITUADA A RUA: RUTH DA CRUZ SECCO, Nº 119, BAIRRO CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

Locatário: Jose Candemil Neto. Prazo: 12 (doze) meses

Valor Mensal: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Fundamentação Legal: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 31 de outubro de 2018.

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Interino Municipal de Infraestrutura e Saneamento

PORTARIA PMI/SEAD Nº 661/2018

Publicação Nº 1788671

PORTARIA PMI/SEAD Nº 661, de 30 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a Admissão de Fiscal Ambiental, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2018, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Laura Waquil Ferraro	Fiscal Ambiental	002.848.980-23	01/11/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 662/2018

Publicação Nº 1788675

PORTARIA PMI/SEAD Nº 662, de 30 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a Admissão de Fiscal de Obras e Posturas, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 22/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Marcos Scremin Felipe	Fiscal de Obras e Posturas	007.715.399-59	01/11/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 663/2018

Publicação Nº 1788688

PORTARIA PMI/SEAD Nº 663, de 30 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a admissão de Médico Ortopedista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2017, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Mario Manuel Portela Martins	Médico Ortopedista	919.327.508-00	01/11/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 09, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788744

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 09, de 31 de OUTUBRO de 2018.

Dispõe sobre a destituição de membro da Comissão Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base na LEI Nº 4.926, DE 10 DE JULHO DE 2018, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir, em 31 de Outubro de 2018, da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba, o servidor, Sr. Eduardo Canarin, Engenheiro, matrícula n.º 7304, inscrito no CPF sob o nº 024.620.179-76, e o servidor, Sr. Hector Pacheco Siduro, Engenheiro Civil, matrícula n.º 7881, inscrito no CPF sob o n.º 038.812.579-93 nomeados através da PORTARIA PMI/GAB 004, DE 24 DE AGOSTO DE 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2018.

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Anderson Cristiano Maximiano
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 10, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788746

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 10, de 31 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a designação de membro da Comissão Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base na LEI Nº 4.926, DE 10 DE JULHO DE 2018, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, em 31 de outubro de 2018, o servidor, Sr. Luiz Luan da Costa, Engenheiro Civil, matrícula n.º 7944, inscrito no CPF sob o nº 059.992.319-90 e o servidor, Sr. Wagner de Amorim, Biólogo, matrícula n.º 5748, inscrito no CPF 003.609.849-32 como membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro
de 2018.

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Anderson Cristiano Maximiano
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Indaial

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2018

Publicação Nº 1788479

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.51/2018

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.483.630/0001-03, estabelecida à RUA WALTER MARQUARDT, nº 535 – Bairro BARRA DO RIO MOLHA, no município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina.

- KF SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.301.741/0001-29, estabelecida à RODOVIA RS 130, nº 4335 – Bairro Dom Pedro II, no município de Arroio do Meio – Rio Grande do Sul.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de Materiais e produtos químicos para manutenção da piscina municipal.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$36.135,30.

PRAZO: 12 (doze) meses da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2018.

ATO DE POSSE Nº 316/18

Publicação Nº 1787775

ATO DE POSSE Nº 316/18

De 19 de outubro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Roberta Mathiussi, nomeada através da Portaria nº 1544/18 para o cargo de Auxiliar Administrativo, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 19 de outubro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Roberta Mathiussi

Empossada

ATO DE POSSE Nº 317/18

Publicação Nº 1787750

ATO DE POSSE Nº 317/18

De 24 de outubro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Shirley de Andrade Teixeira Lueders, nomeada através da Portaria nº 1556/18 para o cargo de Fonoaudiólogo, 20 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 24 de outubro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Shirley de Andrade Teixeira Lueders

Empossada

PORTARIA Nº 1741/18

Publicação Nº 1787728

PORTARIA Nº 1741/18
De 23 de outubro de 2018
Torna sem Efeito a Portaria nº 1704/18

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que o candidato não tem interesse em assumir a vaga que foi classificado no Concurso Público 001/2017, declinando de modo irrevogável ao direito da nomeação, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1704/18, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II 40 h/s, Romulo Vieira Mello de Oliveira.

Prefeitura de Indaial, em 23 de outubro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1742/18

Publicação Nº 1787733

PORTARIA Nº 1742/18
De 23 de outubro de 2018
Nomeia em nova chamada para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5525 de 03 de abril de 2018 que criou o cargo de Médico Clínico Geral II e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, como também a declaração expressa do candidato formalizada pela portaria nº 795/18 de 17 de maio de 2018, onde manifestou não ter interesse em assumir o cargo no momento, passando a ocupar o último lugar entre os aprovados, RESOLVE:

Nomear em nova chamada, conforme artigo 14, § 1º, III, para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Fábio Oliveira Gomes, aprovado em 11º lugar no Concurso Público 001/2017, sendo que após manifestação acima expressa, o mesmo passou a ocupar o 32º lugar, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 23 de outubro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2018-ALTER

Publicação Nº 1788149

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL
Alteração de edital

Processo Licitatório nº 188/2018
Edital de Pregão Presencial nº 071/2018-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de recarga e reteste de extintores.

Entrega dos envelopes: 21/11/2018 - 07h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 21/11/2018 - 08h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 007 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2018

Publicação Nº 1788478

TERMO ADITIVO 007 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000200 Pregão Nº 70/2017 TERMO ADITIVO 007 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2018 Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000200 - Pregão Nº 70/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida à RUA MARCIOLINO DOS SANTOS, nº 1.450 – Bairro CORTICEIRA, no município de Guaramirim – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 COMBUSTÍVEL COM COMODATO DE TANQUE DE ARMAZENAMENTO.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

367524 - RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Combustível Óleo Diesel S-10.	LITRO			R\$ 3,366	
				Total Lote:		
				Total Fornecedor:		
				Total Homologação:		

3.1.2.	Tendo em vista o pedido de reequilíbrio apresentado através de ofício emitido pelo fornecedor, o presente termo aditivo tem por objetivo o realinhamento de preços do item 1 do Lote único da presente Ata de Registro de preços.
4.	AS PARTES:
4.1.	Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 30 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

André Luiz Moser

Prefeito Municipal

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

RODINEI DE SOUZA Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Iomerê

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788799

LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a extinção e a criação de cargos efetivos no quadro geral dos servidores públicos do Município de Iomerê.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam extintos da estrutura organizacional da prefeitura municipal, os seguintes cargos de provimento efetivo.

Secretaria Municipal de Administração	
Quantidade	Nomenclatura
1	Técnico de Informática
Secretaria Municipal de Agricultura	
Quantidade	Nomenclatura
1	Engenheiro Ambiental

Art. 2º. Fica em extinção da estrutura organizacional da prefeitura municipal, os seguintes cargos de provimento efetivo.

Secretaria Municipal de Educação	
Quantidade	Nomenclatura
1	Orientador de Ensino
Secretaria Municipal de Agricultura	
Quantidade	Nomenclatura
1	Técnico Agrícola

Art. 3º. Fica criado na estrutura administrativa da prefeitura municipal o cargo de provimento efetivo, com lotação na secretaria de administração o cargo abaixo descrito.

Vaga	Denominação do Cargo	Carga Horária	Vencimento base
01	Engenheiro Civil	20h semanais	R\$ 2.450,11

Art. 4º. As atribuições do respectivo cargo estão previstas no anexo único desta Lei.

Art. 5º. O presente projeto altera o anexo I, II, III, IV da Lei Municipal 43/2015.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotação própria do Município, consignada no orçamento do corrente exercício, especificamente na respectiva rubrica de "Pessoal", podendo o Chefe do Executivo, suplementá-la, se necessário.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 29 de outubro de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 892, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788797

LEI Nº. 892, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Inclui no calendário oficial de eventos do Município de Iomerê a "ExpoIomerê" e dá outras providências;

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica incluído no calendário oficial de eventos do Município a ExpoIomerê.

Parágrafo único: O evento será realizada anualmente e preferencialmente durante o mês de novembro, na cidade de Iomerê.

Art. 2º. A Comissão Central Organizadora – CCO terá a sua mesa diretora composta dos seguintes membros: Presidente será o secretário de agricultura em exercício; Vice-Presidente a ser indicado pela COOVICAP – Cooperativa de Ovinos e Caprinos do Meio Oeste Catarinense; Secretário será indicado pelo CTG – Tropeiro Crioulo, quanto aos demais membros serão indicados em conjunto com o Município e as entidades participantes.

Art. 3º Inexistindo interesse ou condições para a realização da exposição com a participação do Município, as entidades participantes poderão realiza-la de forma autônoma e independente, sendo que, nesse caso, o Presidente da Comissão Central Organizadora será indicado pela COOVICAP.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 29 de outubro de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nos lugares de costume em data supra.

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 089/2018-FMS

Publicação Nº 1788683

30/10/2018 30/10/2019 30/10/2018 2018 8 764 89/2018 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde, tudo conforme Propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde. 11190,00 102697 H M LINCK J 1 0 0 0 33 C 0 0 14 PE 5 2018 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

CONTRATO 099/2018-PMI

Publicação Nº 1788250

30/10/2018 07/01/2019 30/10/2018 2313 99/2018 0 1 "REF: SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, LIGAÇÃO E RETIRADA DOS ENFEITES NATALINOS PARA O EVENTO DA NOITE DAS LANTERNAS NESTE DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2.018.

CONFORME CONTRATO Nº 099/2018-PMI

" 3500,00 7570 OuroLuz Prod. e Soluções Elétricas Ltda - EPP J 1 117 2018 1235 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2018

Publicação Nº 1788150

Extrato Ata de Registro de Preços nº 040/2018

Processo Administrativo nº 155/2018

Pregão Presencial nº 066/2018

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lucio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 066/2018, homologadas aos 30 dias do mês de outubro de 2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA ALMOÇO, LANCHE E DE LEMBRANÇAS PARA A CONFRATERNIZAÇÃO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – ANO 2018.

Os quantitativos são estimativos de consumo, baseado no cadastro dos Grupos da Terceira Idade de Iporã do Oeste.

A fornecedora detentora da melhor proposta deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima, para fornecimento do produto ou serviço, conforme especificações abaixo:

As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Código:	47619	Fornecedor: DANIELA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
4	REFRIGERANTE	DIVERSOS	Unidade	1.200	R\$2,40	R\$2.880,00	
Total:					R\$2.880,00		
Código:	54208	Fornecedor: MERCADO KAISER LTDA - EPP					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
6	PRATO DE VIDRO RASO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA EM ANEXO.	NADIR	Unidade	1.200	R\$4,20	R\$5.040,00	
8	FACA DE INOX	martinazzo	Unidade	1.200	R\$2,56	R\$3.072,00	
Total:					R\$8.112,00		
Código:	92185	Fornecedor: ZOZ SOETHE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -ME					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
5	PORTA PRATO CONFECCIONADO EM POLIESTER 600, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA EM ANEXO.	ZOZ SOETHE	Unidade	1.200	R\$16,89	R\$20.268,00	
Total:					R\$20.268,00		
Código:	131784	Fornecedor: MARLISE LUNKES REICHERT-907525629-91					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ALMOCO PARA CONFRATERNIZACAO DOS IDOSOS, CONFORME ANEXO I.	CLAMAR COMIDAS	Unidade	1.250	R\$18,50	R\$23.125,00	
2	PASTEL FRITO	CLAMAR COMIDAS	Unidade	1.200	R\$2,50	R\$3.000,00	
3	SALADA DE FRUTAS, POTE DESCARTÁVEL DE 200 ML, FRUTAS: MAMÃO, BANANA, MELÃO E ABACAXI.	CLAMAR COMIDAS	Unidade	1.200	R\$2,49	R\$2.988,00	
Total:					R\$29.113,00		
Código:	163570	Fornecedor: CLAUDIO STAUB					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
7	GARFO DE INOX		Unidade	1.200	R\$2,45	R\$2.940,00	
Total:					R\$2.940,00		

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua Assinatura.

As demais cláusulas estão descritas na presente Ata.

Município de Iporã do Oeste - SC, em 30 de outubro de 2018.

Lucio Mallmann
Prefeito Municipal

Daniela Com. de Bebidas Ltda
Fornecedor

Mercado Kaiser Ltda
Fornecedor

Zoz Soethe Ind. Com. Ltda
Fornecedor

Marlise L. Reichert 907525629-91
Fornecedor

Claudio Staub 94194130987
Fornecedor

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT PREF 67.2018

Publicação Nº 1788401

DATA: 30 DE outubro DE 2018

ADITA CONTRATO PREF N. 67 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 67/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “BAGGIO ADVOGADOS”, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: BAGGIO ADVOGADOS, CNPJ sob o n.º 02.319.908/0001-98

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original finda na data de 01 de novembro de 2018.

Considerando parecer jurídico emitido nesta data afirmando da possibilidade legal deste termo aditivo;

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º49/2017, Chamada Publica Pref n.º 03/2017 edital e seus anexos.

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta da vigência do Contrato PREF n. 67 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

A cláusula sexta do contrato ora aditado em sua parte alterada passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

6.1 - O presente contrato terá vigência da data da sua assinatura é de 01 de novembro de 2017 à 30 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado se o interesse público assim o exigir, nos termos do art. 57 incisos II da Lei 8.666-93, observados os preceitos e condicionantes legais.

5 ADTO CT PREF 26.2017

Publicação Nº 1788405

DATA DE ADITAMENTO: 25/10/2018

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. º 26 DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Licitatório Pref. n. º40/2016, Pregão Presencial Pref n. º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

ADITIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC E A EMPRESA “ADILSON EDSON BELINO ME” – SUPRESSÃO/ TRANSFERENCIA DE LINHA 12.

CONTRATADA: ADILSON EDSON BELINO ME, inscrita no CNPJ sob o n. 26.531.355/0001-09

legalidade, do interesse público, da eficiência administrativa e da economicidade;

Considerando solicitação de rescisão contratual acerca da linha 12, por parte do contratado ADILSON EDSON BELINO ME, onde que outrora contratado afirmou não ter capacidade de execução dos serviços, a qual transferência de linha para os próximos classificados foi possível de acordo com parecer jurídico favorável a transferência/supressão emitido na data de 25 de outubro de 2018.

Considerando que a contratada transfere seus direitos de execução da linha 12 para a empresa VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.758.042/0001-80, a qual afirmou documentalmente na presente data, ter possibilidade de execução dos serviços desta, devido a seu direito de preferência sob a transferência desta solicitado na data de 15/05/2017.

Considerando os princípios administrativo, onde o Município de Ipuacú-CS, não atarrará valores, somente fará transferência de obrigações entre participantes do processo de licitação.

Considerando a plena concordância da empresa, dada mediante a assinatura no presente termo aditivo;

Firmam o presente.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente termo aditivo ao Contrato PREF 26/2017 às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na TRANSFERÊNCIA/SUPRESSÃO DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA LINHA 12 no itinerário abaixo descrito.

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	Tipo/capac. do veículo	VALOR por Km rodado R\$
12	km	Serviço de transporte escolar linha 12 – ônibus. Para o período matutino, vespertino e noturno: saída da linha baixo samburá, passando pela Linha Néris, retornando até a Aldeia Sede. Totalizando 85 km/d (oitenta e cinco quilômetros diários)	Veículo com capacidade min. de 45 lugares (veículo tipo ônibus)	3,30 (três reais com trinta centavos).

5 ADTO CT PREF 33.2017

Publicação Nº 1788403

DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2018.

ADITA CONTRATO PREF N.º 33 DE 18 DE MAIO DE 2017.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 33/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – transferência/acréscimo /execução de linha 12.

CONTRATADA: VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.758.042/0001-80,

Considerando a necessidade a relevância do objeto a ser contratado para questões de controle e eficiência administrativa; e,

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 30 de dezembro de 2018, conforme prescrito no segundo termo aditivo ao contrato original.

Considerando solicitação de rescisão contratual acerca da linha 12, por parte do primeiro colocado ADILSON EDSON BELINO ME, onde que outrora contratado afirmou não ter capacidade de execução dos serviços, a qual transferência de linha para os próximos classificados foi possível de acordo com parecer jurídico favorável a transferência/supressão emitido na presente data.

Considerando que o representante da empresa VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.758.042/0001-80 afirmou ter possibilidade de execução e interesse pelo valor inicialmente vencido

OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na transferência/acréscimo DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA LINHA 12 no itinerário abaixo descrito.

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	Tipo/capac. do veículo	VALOR por Km rodado R\$
12	km	Serviço de transporte escolar linha 12 – ônibus. Para o período matutino, vespertino e noturno: saída da linha baixo samburá, passando pela Linha Néris, retornando até a Aldeia Sede. Totalizando 85 km/d (oitenta e cinco quilômetros diários)	Veículo com capacidade min. de 45 lugares (veículo tipo ônibus)	3,30 (três reais com trinta centavos).

DECRETO Nº 178 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1787792

DECRETO Nº 178

DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do art. 91, da Lei Orgânica, art. 9º da Lei 869 de 14 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária para o exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programações de despesa:

04.00 – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 13.392.1301.2.041– Manutenção das Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.0100 – Ordinários

Despesa: 14 – R\$ 3.000,00

Para a Programações de despesa:

04.00 – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 13.392.1301.2.041– Manutenção das Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.0100 – Ordinários

Despesa: 13 – R\$ 3.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 29 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

DECRETO Nº 179 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788509

DECRETO Nº 179

DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do art. 91 da Lei Orgânica, art. 9º, da Lei 869 de 14 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária para o exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na seguinte programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.120.1.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1.1162 – Transferência de Convênios Estado/Educação – Transporte Escolar

Despesa: 32 – R\$ 85.000,00

Projeto/Atividade n. 12.361.120.1.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1.1137 – Transferência de Convênios União - PNATE

Despesa: 31 – R\$ 45.000,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) da fonte de recursos 1162 – Transferência de Convênios Estado/Educação – Transporte Escolar e 1.1137 – Transferência de Convênios União - PNATE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 29 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.385 DE 29 DE OUTUBRO DE 2.018

Publicação Nº 1788548

DECRETO Nº 2.385 de 29 de outubro de 2.018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 155.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.810 de 16 de outubro de 2.017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.018 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.813 de 11 de dezembro de 2.017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.018 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 9, Projeto/Atividade 04.122.0003.1.005 - Estruturação e modernização das atividades administrativas, elemento 4490000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 6.000,00.

II. Código reduzido 74, Projeto/Atividade 27.812.0025.2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 11.000,00.

III. Código reduzido 77, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 20.000,00.

IV. Código reduzido 87, Projeto/Atividade 08.243.0032.2.069 - Gestão das Ações do Conselho Tutelar e CMDCA, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 28.000,00.

V. Código reduzido 112, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 10.000,00.

VI. Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 80.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 155.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou

sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 75.000,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 80.000,00.

TOTAL GERALR\$ 155.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 26 de outubro de 2.018.

Ipumirim-SC, 29 de outubro de 2.018

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

DECRETO Nº 2.383, DE 24 DE OUTUBRO DE 2.018

Publicação Nº 1788553

DECRETO Nº 2.383, de 24 de outubro de 2.018

Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública municipal.

CAPÍTULO II

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 3º A competência para a instauração e para o julgamento do PAR no âmbito do poder executivo municipal é do prefeito.

Seção II

Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Subseção I

Da instauração, tramitação e julgamento

Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a comissão;

III - os fatos a serem apurados; e

IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art. 10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art. 11. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo Federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art. 12. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 13. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora,

com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 14. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.

Art. 15. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS

Seção I

Disposições gerais

Art. 16. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013:

I – multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Seção II

Da Multa

Art. 17. A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 18. Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

§2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 19. O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º. Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 20. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 15.

Seção III

Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora

Art. 21. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

CAPÍTULO IV DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

CAPÍTULO V DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 23. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 24. Compete à autoridade máxima do órgão municipal celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 25. O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

§3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art. 26. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis e um membro do corpo jurídico do município para a negociação do acordo.

Art. 27. Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 31 deste Decreto.

Art. 28. Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art. 29. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 30. A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e

II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 31. A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do

art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 32. No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 33. Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

CAPÍTULO VI

DOS CADASTROS

Art. 34. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 2011.

Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013; e

II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 32 deste Decreto.

Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência

celebrados com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Ipumirim-SC, 24 de outubro de 2018

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO TP 09/2018

Publicação Nº 1787962

ATA DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA METÁLICA, com área total a ser construído de 613,00 m², na Área Industrial, situada na BR 282, Km 617, no Município de Iraceminha, de acordo com o Programa de Transferência nº 2018007620 e Proposta de Transferência nº 0000021206 bem como de acordo com as especificações dos Anexos, que fazem parte integrante deste edital.

APRESENTARAM ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS AS SEGUINTE EMPRESAS: VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, JK IMÓVEIS LTDA EPP, BENEFATTO PRÉ FABRICADOS LTDA, GILVANE ANDRÉ DREYER EIRELI E GILVANO ANTONIO GONÇALVES. APENAS OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS GILVANE ANDRÉ DREYER EIRELI E GILVANO ANTONIO GONÇALVES ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES. APÓS A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS, A COMISSÃO DE LICITAÇÕES CONSTATOU QUE TODAS AS EMPRESAS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EM DIA, CONFORME EXIGIDO NO EDITAL, RESTANDO TODAS HABILITADAS PARA O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. TODAS AS EMPRESAS MANIFESTARAM TERMO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO, PASSANDO-SE PARA A ANÁLISE DAS PROPOSTAS.

Iraceminha, SC 30 de Outubro de 2018

Evandro João Rauber Débora Spenazzatto
Presidente da Comissão Secretária da Comissão

Daniela Assoni Bolfe Gustavo Luiz Drescher
Membro Membro

Fabricao Farias
Membro

PARECER PP 49/2018

Publicação Nº 1787958

Iraceminha-SC, 30 de Outubro de 2018.

PARECER
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2018

Parecer da Comissão de Licitações em relação a análise da interposição de RECURSO, manifestada pela EMPRESA TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA. A empresa recorrente alega que o produto ofertado pela empresa vencedora do referido processo licitatório NÃO ATENDE AS CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS NO DESCRITIVO DO EDITAL. Do parecer: Embora que a mera apresentação dos envelopes implica na aceitação das exigências editalícias, e que o edital não previa a apresentação de amostras dos produtos, as empresas participantes deverão entregar o produto ofertado EXATAMENTE NAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PELO EDITAL, sendo assim, caso a empresa proponente vencedora não entregue o produto nas

condições exigidas, a mesma estará sujeita a aplicação das penalidade descritas no item 12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, bem como na sua desclassificação.

Ressalto por fim que, que será mantida a adjudicação em favor da empresa PREMIER COMÉRCIO LTDA. A disponibilização da presente informação dar-se-á no site da municipalidade, no link "Licitações", no campo referente ao Processo e no Diário Oficial dos Municípios e ao recorrente, para que todos os interessados tomem conhecimento a respeito.

Nada mais havendo a relatar, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

DÉBORA SPENAZZATTO
Pregoeira

PORTARIA Nº 223/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788554

PORTARIA Nº 223/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990, o que determina a Lei Complementar nº 085/2018 de 19 de Junho de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - EXONERAR a Sra, ODETE SANTIAGO DE OLIVEIRA contratada em Caráter Temporário (ACT), para atuar como AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais e com vencimentos constantes no Plano de Cargos e Salários anexo à Lei Complementar Municipal 085/2018 de 19 de Junho de 2018 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais, A PARTIR DESTA DATA, em virtude do retorno ao serviço da Sra MARIA ROSA BAIERLE FERRI, funcionária efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40hs, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 29 de Outubro de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ATA PROPOSTA TP 09/2018

Publicação Nº 1787966

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</p> <p>CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2018 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 71/2018 Processo de Licitação: 71/2018 Data do Processo: 11/10/2018</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA METÁLICA, com área total a ser construído de 613,00 m², na Área Industrial, situada na BR 282, Km 617, no Município de Iraceminha, de acordo com o Programa de Transferência nº 2018007620 e Proposta de Transferência nº 0000021206 bem como de acordo com as especificações dos Anexos, que fazem parte integrante deste edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 30 de Outubro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 019/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 71/2018, Licitação nº 9/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: APÓS A ANÁLISE DAS PROPOSTAS SAGROU-SE VENCEDOR DO PRESENTE CERTAME A EMPRESA GILVANO ANTONIO GONÇALVES, OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PRESENTES NÃO MANIFESTARAM INTENÇÃO DE RECURSO, PARA AS DEMAIS EMPRESAS A COMISSÃO ENCAMINHOU A ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, FICANDO NO AGUARDO DO PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, OU A POSSÍVEL DESISTÊNCIA, PARA DAR PROSSEGUIMENTO AO PROCESSO.

Participante: 4881 - GILVANO ANTONIO GONCALVES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa para CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA METÁLICA, com área total a ser construído de 613,00 m², na Área Industrial, situada na BR 282, Km 617, no Município de Iraceminha, de acordo com o Programa de Transferência nº 2017006966 e Proposta de Transferência nº 0000019760 bem como de acordo com as especificações dos Anexos, que fazem parte integrante deste edital.	UN	1,00		0,0000	209.952,03	209.952,03

Total do Participante —————> 209.952,03

Total Geral —————> 209.952,03

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Iraceminha, 30 de Outubro de 2018

COMISSÃO:

EVANDRO JOÃO RAUBER - - Presidente da Comissão de Licitação
DÉBORA SPENAZZATTO - - SECRETÁRIA
GUSTAVO LUIZ DRESCHER - - MEMBRO
FABRÍCIO FARIAS - - MEMBRO
DANIELA ASSONI BOLFE - - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

GILVANE ANDRE DREYER - - Representante
GILVANO ANTONIO GONÇALVES - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

CNPJ: 80.623.606/0001-12
RUA DONA PAULINA, 780
C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 9/2018 - TP**

Processo Administrativo: 71/2018
Processo de Licitação: 71/2018
Data do Processo: 11/10/2018

Folha: 2/2

Irani

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2018

Publicação Nº 1788689

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 098/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2018

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados na regularização fundiária de Interesse Social no Bairro Santo Antônio do Município de Irani, conforme Lei Federal 13.465/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: NEOFLORE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 09.604.047/0001-39.

VALOR TOTAL: R\$ 7.980,00 (Sete mil novecentos e oitenta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: 30 de maio de 2019.

Irani, SC, 30 de outubro de 2018.

SÍLVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail compras@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 30 de outubro de 2018.

SÍLVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 05/2018

Publicação Nº 1788176

EDITAL PARA INSCRIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº. 05/2018

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO NO MUNICÍPIO DE IRANI/SC PARA O ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Irani/SC, no uso de suas atribuições e considerando a Lei Federal nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008 e a Lei Municipal nº 4.125 de 22 de Dezembro de 2014, torna pública a inscrição para compor cadastro de reservas de vagas de estágio nas Secretarias do Município de Irani/SC.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1. O presente Edital tem por finalidade a seleção e composição de cadastro de reservas de estágio, dentro das necessidades e limites legais, para atuar nas seguintes Secretarias, do Município de Irani/SC, integrantes da Administração Direta e Indireta:

- a) Gabinete do prefeito;
- b) Secretaria de Administração;
- c) Assessoria Jurídica;
- d) Secretaria de Municipal de Educação, Cultura e Esportes, (escolas, creches entre outros);
- e) Secretaria de Obras;
- f) Secretaria de Saúde;
- g) Secretaria de Assistência Social;
- h) Secretaria de Agricultura.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes no período de 05/11/18 a 30/11/18.

2.2. O candidato no ato da inscrição deverá apresentar os seguintes documentos que ficarão arquivados juntamente com a ficha de inscrição:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Uma foto Atualizada;
- d) Comprovante de residência;
- e) Histórico Escolar;
- f) Comprovante de matrícula atualizado;
- g) Se deficiente físico, comprovante da deficiência com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças – CID.

2.3. O estagiário contratado deverá apresentar a cada 6 (seis) meses atestado de frequência atualizado do Estabelecimento de

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2018

Publicação Nº 1788148

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2018

O MUNICIPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços para aquisição eventual e futura de material genético e materiais de inseminação artificial, conforme a necessidade, destinados ao programa de melhoramento genético do Fundo Agropecuário, conforme especificações constantes no Anexo "I" deste Edital.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 13/11/2018.

Abertura: às 09h00min do dia 13/11/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou por e-mail: licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 30 de outubro de 2018.

SÍLVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018

Publicação Nº 1788674

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018

O MUNICIPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para Contratação, por EMPREITADA GLOBAL, de pessoa jurídica, para execução de projeto de revitalização do prédio do antigo CNEC, aonde será instalado o Centro Cultural de Irani, conforme projeto de engenharia.

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 13/11/2018.

Abertura: às 14h00min do dia 13/11/2018.

Ensino que frequenta ao Setor de Recursos Humanos do Município.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É assegurado ao educando com deficiência o direito de Inscrição, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência.

3.2. Serão reservadas 5 % das vagas às pessoas com deficiência de acordo com a Lei Complementar nº 30/ 2007, artigo 5º § 2º e integrarão lista de chamada especial.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que a lei assim dispor.

3.4. No ato da Inscrição, a pessoa com deficiência deverá indicar, no espaço apropriado constante da Ficha de Inscrição, sua deficiência.

3.5. Os candidatos com deficiência, inscritos no presente processo seletivo submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação da Equipe Médica do Município.

3.6. Na falta de candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4. DA DIVULGAÇÃO

4.1. A lista dos candidatos inscritos será divulgada de acordo com o curso/escolaridade, em 3 (duas) Categorias por ordem alfabética.

- a) Ensino Médio;
- b) Curso técnico;
- c) Lista dos educandos de Ensino Superior por Curso;

4.2. A chamada respeitará as necessidades de cada entidade, quanto ao nível de escolaridade exigido para o desenvolvimento das atividades do estagiário.

5. ESCOLHA DE VAGAS

5.1. O candidato chamado para ocupar a vaga passará por uma entrevista que será realizada pelo responsável do setor.

5.2. O candidato que for chamado para ocupar a vaga, passará por 03 meses de experiência, sendo que, se não cumprir as exigências será substituído.

5.3. O candidato que ocupar a vaga será avaliado nos seguintes quesitos:

- a) Assiduidade;
- b) Comprometimento;
- c) Pontualidade;
- d) Presteza;
- e) Eficiência.

5.4. A listagem dos inscritos será publicada no mural e no site da prefeitura por ordem alfabética até o dia 15/12/2018.

5.5. Conforme haja necessidade de abertura de vagas nos setores, as chamadas serão realizadas através do endereço eletrônico e/ou ligação telefônica, (manter número de telefone atualizado) constante nos dados informados no ato da inscrição pelo candidato.

5.6. Em caso de alteração do endereço eletrônico ou telefones informados no ato de inscrição, o candidato deverá atualizá-los no setor de Recursos Humanos do Município de Irani, sob pena de perder a vaga.

5.7. O candidato a ser contratado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis da comunicação, ou da escolha da vaga, para se apresentar no local indicado munido de toda a documentação exigida para admissão.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1. Todas as informações prestadas pelos candidatos são de inteira responsabilidade destes.

6.2. A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas presentes;

6.3. Poderão inscrever-se educandos que estejam devidamente matriculado e frequentando o ensino regular médio profissionalizante e superior em instituições de ensino oficial;

6.4. Será assinado um termo de compromisso entre o Município de Irani, o candidato e a instituição de ensino oficial do estagiário contratado;

6.5. A jornada de atividades será de 4 (quatro) horas diárias e 6 (seis) horas diárias, ou 20 e 30 horas semanais;

6.6. Poderá o Município reduzir a jornada de atividade de 30 (trinta) horas para 20 (vinte) horas em razão de incompatibilidade com as atividades escolares ou diante do interesse público.

6.7. Os valores pagos para os estagiários obedecerão a curso/escolaridade seguindo a tabela abaixo:

- a) Ensino médio carga horária de 20 horas semanais: R\$474,28
- b) Ensino médio carga horária de 30 horas semanais: R\$711,40
- c) Ensino superior carga horária de 20 horas semanais: R\$ 526,98
- d) Ensino superior carga horária de 30 horas semanais: R\$790,48

6.8. Somente será permitida a inscrição de educandos com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos ou completar até 31/03 de 2019, Brasileiro, em dia com as obrigações militares (masculino maior), sem antecedentes criminais.

6.9. O educando que exerce cargo ou emprego, que receber bolsa de estágio na não poderá inscrever-se, (apresentar declaração que não possui cargo, emprego ou bolsa de estágio).

6.10. A duração do estágio não poderá exceder a 1 (um) ano, prorrogável para mais 1(um).

6.11. O estágio não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza.

6.12. O presente Edital é de responsabilidade do Município de Irani/SC.

6.13. Os casos omissos serão resolvidos baseados na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei Municipal nº 1.487/2009.

Em, 30 de outubro de 2018.

Sívio Antonio Lemos das Neves
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 359/2018

Publicação Nº 1787712

PORTARIA Nº 359/2018.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Alterar em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora efetiva ANDREIA CRISTINA DA SILVA PONTES, passando de 30 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei equivalente ao nível 1-A da Tabela I - Vencimentos dos Profissionais em Educação do Município de Irineópolis.

Art 2nd - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade para o período de 29/10/2018 a 19/12/2018 atuar com a disciplina de Inglês, em substituição a servidora Maria Celina Keitto, em gozo de Licença Maternidade.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO MANUAL PARA CONTROLE DO PATRIMÔNIO FÍSICO E CONTÁBIL – PODER LEGISLATIVO DE ITÁ-SC

Publicação Nº 1788375

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MANUAL PARA CONTROLE DO PATRIMÔNIO FÍSICO E CONTÁBIL – PODER LEGISLATIVO DE ITÁ-SC

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, baseada na IPSAS 17 das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, torna público a seguinte publicação:

Objeto: Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais-MPCASP, de acordo com critérios de interpretação adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional. (Atualizado de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TSP, elaborada de acordo com a IPSAS 17.

Período de Vigência: Válido a partir de Novembro de 2018.

Itá, SC, 30 de Outubro de 2018.

MARIO GABRIEL

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Itaiópolis

PREFEITURA

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2012

Publicação Nº 1788508

Nº ADITIVO: 10º

Nº CONTRATO: 113/2012

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Serrana Engenharia Ltda.

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 31/12/2018, a contar de 1º/11/2018.

Itaiópolis, 29/10/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2018

Publicação Nº 1788512

Convite nº 06/2018 – Objeto: Contratação de empresa especializada para Revisão do Plano Diretor Municipal, Revisão e Atualização dos Planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Contrato nº 65/2018. Contratada: Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. EPP. Valor Total: R\$ 319.700,00. Prazo: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 29 de outubro de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2018

Publicação Nº 1788519

Dispensa de Licitação nº 15/2018 – Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnica no preenchimento das informações a serem enviadas através do Sistema E-sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Contrato nº 66/2018. Contratada: Pública Tecnologia Ltda. Valor Total: R\$ 9.600,00. Prazo: até 31/12/2018. Itaiópolis, 29 de outubro de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO 04.118.2018

Publicação Nº 1788621

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.118.2018
Objeto: Aquisição de veículo para atender as necessidades da Diretoria de Fiscalização Fazendária de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.118.2018.
Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 14(quatorze) de novembro de 2018.
Abertura do Pregão: 14(quatorze) de novembro de 2018, às 15:01(quinze horas e um minuto).
Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.118.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.
Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.
Itapema, 30 de outubro de 2018.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 078/2018

Publicação Nº 1788692

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE CONTRATO
078/2018

PROCESSO: 131/2018
DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária da Rua 816 A (ETAPA 1 e ETAPA 2), Bairro Casa Branca, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) meses;
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 29/10/2018 à 28/02/2019
VALOR ETAPA 1: R\$ 401.682,23 (quatrocentos e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos)
VALOR ETAPA 2: R\$ 267.888,23 (duzentos e sessenta e sete mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos)
DO VALOR TOTAL: R\$ 669.570,46 (seiscentos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta reais e quarenta e seis centavos)
DATA DA ASSINATURA: 29/10/2018

Itapema, 29 de outubro de 2018.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.119.2018. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.119.2018.

Publicação Nº 1788067

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO
COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.119.2018.
Objeto: Registro de Preços – Aquisição de fraldas geriátricas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.119.2018.
Entrega dos envelopes: até as 14:00(quatorze) horas do dia 13(treze) de novembro de 2018.
Abertura do Pregão: 13(treze) de novembro de 2018, às 14:01(quatorze horas e um minuto).
Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.119.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.
Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.
Itapema, 30 de outubro de 2018.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 177.2018 - PREGÃO 04.112.2018

Publicação Nº 1788686

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 177/2018
PREGÃO – 04.112.2018
OBJETO: Aquisição de cadeiras, para atender as necessidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.112.2018.
EMPRESAS:
EKOMOB COMERCIO LTDA EPP
Valor: R\$ 2.016,00 (dois mil e dezesseis reais)
Item 2
FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA EPP
Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Item 1
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2018
PRAZO: até 12 (doze) meses.
Itapema, 30 de outubro de 2018.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 178.2018 - PREGÃO 04.113.2018

Publicação Nº 1788687

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 178/2018

PREGÃO – 04.113.2018

OBJETO: Aquisição de móveis sob medida, para atender as necessidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS II), do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.113.2018.

Empresa:

EKOMOB COMERCIO LTDA EPP

Valor: R\$ 5.468,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta e oito reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2018

PRAZO: até 12 (doze) meses.

Itapema, 30 de outubro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

LEI Nº 3.794, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.486-2007 - COMED

Publicação Nº 1788162

Lei nº 3.794, de 26 de outubro de 2018.

Altera a Lei Municipal nº 2.486/2007, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação – COMED.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º A Lei nº 2.486, de 12 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º

§ 1º

I - Conselho Pleno:

- a) (1/1) Representante do Poder Executivo Municipal;
- b) (1/1) Representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação ou Órgão educacional equivalente;
- c) (2/2) Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas;
- d) (1/1) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública;
- e) (1/1) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas;
- f) (2/2) Representantes dos Pais de Alunos da educação Básica Pública;
- g) (5/5) Representantes dos Professores da Educação Básica Pública, sendo (2) dois para a Educação Infantil e 3(três) para o Ensino Fundamental;
- h) (1/1) Representante de Professor da Educação Básica Pública, Modalidade EJA;
- i) (1/1) Representante de Professor da Educação Básica Pública, Modalidade de Educação Inclusiva;
- j) (1/1) Representante das Escolas Privadas do Município;
- k) (1/1) Representante das Escolas Privadas do Município na Educação Infantil;

l) (1/1) Representante dos Servidores técnico-administrativo das Escolas Básicas Públicas;

m) (2/2) representantes dos (as) especialistas (Orientadoras (es), Supervisoras (es) e/ou articuladoras (es) e Coordenadoras (es) pedagógicas (os) das Escolas Básicas Públicas.

II - Câmara do FUNDEB:

- a) (1/1) Conselho Municipal de Educação;
- b) (1/1) Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas;
- c) (1/1) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública;
- d) (1/1) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas;
- e) (2/2) Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública;
- f) (1/1) Representante do Poder Executivo Municipal;
- g) (1/1) Representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação ou Órgão educacional equivalente;
- h) (1/1) Representantes dos Professores da Educação Básica Pública;
- i) (1/1) Representante dos Servidores técnico-administrativo das Escolas Básicas Públicas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 26 de outubro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 207/2018

Publicação Nº 1788384

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Processo Licitatório nº 207/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 207/2018
Contratante: Município de Itapiranga
Objeto: Aquisição de 100 livros sob o título "Oitenta anos da Escola São Vicente: mais que uma escola, uma história de vida" e de 500 livros sob o título "Wetter ist Leben – dados climáticos do Oeste Catarinense – 83 anos".
Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.
Contratado: Editora Oikos Ltda ME.
Valor global: R\$ 22.360,00.
Itapiranga - SC, 29 de outubro de 2018.
Jorge Welter – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 213, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788428

DECRETO Nº 213, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2018, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e fonte de recursos 1001 – Recursos dos Impostos p/Educação 25%, no valor de R\$ 60.065,00 (sessenta mil e sessenta e cinco reais):

03.001 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos
0004.0181.0004.2006 – Convênio de Trânsito
33.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

06.02 – Ensino Fundamental
0012.0361.0012.2022 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.065,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 22 de outubro de 2018.

Itapiranga, SC., 22 de outubro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Tecla Royer Scholz
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 208/2018

Publicação Nº 1788379

Portaria nº 208 de 26 de outubro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir do dia 29 de outubro de 2018, o saldo de férias correspondente a oito dias para a servidora municipal Eliane Ames Bourscheid matrícula nº 15261/01, por ter sido convocada antecipadamente por motivo de superior interesse público, através da Portaria nº 146 de 23/7/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 26 de outubro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 209/2018

Publicação Nº 1788380

Portaria nº 209 de 30 de outubro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Roseli Inez Puhl matrícula nº 14524/01, a partir do dia 30/10/2018, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra nesta data.

Itapiranga SC, 30 de outubro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇO Nº 14/2018

Publicação Nº 1788754

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	30/10/2018	Horário início: 14:30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 14/2018 Nº 90/2018

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA: A) ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE MODELAGEM COMPUTACIONAL DE ESTABILIDADE COSTEIRA E CONTROLE DE VAZÃO JUNTAMENTE COM OS PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS DE FIXAÇÃO E PROTEÇÃO DA BARRA DO RIO SAÍ-MIRIM E B) ELABORAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (EAS) PARA DRAGAGEM E OBRAS DE FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO SAÍ-MIRIM, CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3755/2018. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 08/08/2018 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 14h:00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
30/10/2018	62	13h:25m	ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	11.194.926/0001-81
30/10/2018	63	13h26m	ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP	05.347.435/0001-20
30/10/2018	64	13h50m	ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA	22.119.158/0001-18

Iniciada a sessão, os membros da CPL e demais presentes rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os presentes. Após análise, a CPL iniciou fazendo suas considerações referentes à documentação apresentada pelas empresas licitantes, oportunizando a manifestação dos representantes credenciados na sequência. Não houve questionamentos quanto à documentação apresentada pela empresa ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP, cumpre apenas registrar, que a mesma apresentou documentação referente à qualificação técnica apenas para o item 1. Referente a documentação apresentada pela empresa ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA suscitaram dúvidas quanto o Atestado de Capacidade Técnica concernente à qualificação técnica da proponente para o item 1, ao ser questionado, o representante da referida empresa indicou o atestado fornecido pela empresa CONSTRUTORA TRIUNFO S.A., do qual surgiram dúvidas quanto a utilização da nomenclatura "quebramar" no corpo do objeto do referido documento, contudo, dada a presença do membro Rodrigo Fernandes de Souza, Engenheiro Civil responsável pela elaboração do Termo de Referência nº 1, as dúvidas puderam ser sanadas no ato, mediante a análise da descrição dos serviços executados sendo aceito o referido atestado. Quanto a documentação apresentada pela empresa ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA verificaram-se as seguintes questões: 1) a falta de Atestado de Capacidade Técnica tanto da proponente, quanto do responsável técnico para o item 1, especificamente naquilo que se refere aos estudos e projetos para a implantação de estruturas de fixação tipo guias correntes ou molhes. Ao ser consultada, a representante presente indicou o atestado fornecido pela empresa IATE CLUBE ITAJUBA, que trata da execução e projeto de molhes de gabiões/muro de contenção, ao reanalisar o referido documento, verificou-se de imediato que o mesmo refere-se apenas ao responsável técnico e não à proponente, e, além disso surgiram dúvidas quanto a compatibilidade do "molhe de gabiões" com o objeto do edital, o qual corresponde a um muro de contenção e não ao molhe objeto da licitação. 2) Não foi localizado o Atestado de Capacidade Técnica tanto da proponente, quanto do responsável técnico para o item 2. Ao ser consultada, a representante presente indicou o atestado fornecido pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU, que trata de estudos ambientais para diagnóstico da biota aquática, identificação dos impactos e elaboração dos programas de monitoramento das obras de enrocamento dos molhes de fixação da barra do rio Itapocú, como o Edital de Tomada de Preço nº 14/2018 determina atestado de execução de Estudos Ambientais Simplificados ou Estudos de Impacto Ambiental, os próprios membros da CPL divergiram quanto a sua aceitabilidade, visto a ausência na sessão pública de técnicos na referida área, tal questão não pode ser sanada no ato. 3) Declaração de disponibilidade de equipe técnica insuficiente, visto que a empresa referenciou apenas dois profissionais enquanto o edital exigiu no mínimo quatro. Os representantes presentes, ao serem consultados, não manifestaram qualquer questionamento quanto a documentação de habilitação apresentada. Tendo em vista que algumas questões não puderam ser resolvidas durante a sessão pública, ficando pendentes de parecer técnico para julgamento, convencionou a suspensão da sessão pública, para submeter o processo à análise técnica naquilo que se refere a 1) A compatibilidade do atestado apresentado pela empresa ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA para o item 1, 2) A compatibilidade do atestado apresentado pela empresa ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA para o item 2, e 3) A compatibilidade da Declaração de disponibilidade de equipe técnica apresentado pela empresa ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, para então, marcar nova data para continuação da sessão pública conforme o disposto no item 9.8 do edital. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	EZEQUIEL EMERSON VIEIRA MEMBRO
RODRIGO FERNANDES DE SOUZA MEMBRO	

Licitantes presentes:	ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP DAYSY NASS DOS SANTOS CPF: 035.266.449-50
ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA TALITA POMPEU CLAUDIO DOS SANTOS CPF: 347.843.438-65	
ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA DANIEL PEREIRA CHAGAS CPF: 075.829.379-88	

ATA: 013/2018 - CMI.

Publicação Nº 1788296

Ata: 013/2018,
Reunião: ORDINÁRIA,
Data: 26/10/2018,
Horário: 09h00
Local: Centro de Referência em Assistência Social

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2018, no prédio do CRAS, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h31 houve quórum, estando presentes os conselheiros: Carlos Antônio Zehnder (ACERAMGI), Félix de Alvarenga (ACERAMGI), Juliane Schuster (SMAS), Roseli Itner (SAF), Roseli Gonçalves Pinheiro (SAF). Justificativas de Ausência: Não houve. Ausentes os conselheiros: James Adriano M. Schmitz (Rosamar), Anita Pujak (Rosamar), Pedrolino Pires Neves (AMBRA), Vacante (AMBRA), Claudia da Silva Barboza (SMAS), Mariza A. Filla (SMS), Cíntia Colotoni (SMS), Claudio Roberson Lemonie (SMTC), Neusa Maria Gomes Lopez, Vera Lúcia Soares (SME), Ângela Maria Stocco (SME). Em função da falta de quórum será estabelecida data de reunião extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 09h32. Assinam a presente:

Carlos Antônio Zehnder (ACERAMGI)
Félix de Alvarenga (ACERAMGI)
Juliane Schuster (SMAS)
Roseli Itner (SAF)
Roseli Gonçalves Pinheiro (SAF)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2018

Publicação Nº 1788608

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: RODRIGO MARCO & CIA LTDA ME, com sede à Avenida Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 561, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.635.590/0001-05 e Inscrição Estadual nº 254.814.689, representada neste ato pela sócia administradora, a Sra. LUCIANE DOS SANTOS BATISTA MARCO, portadora do CNPF/MF nº 047.693.839-24 e do CI.RG nº 4.409.828-6-SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2018 - REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2018 - PROCESSO Nº 109/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, COM NECESSÁRIO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR R\$: 528.118,24 (quinhentos e vinte e oito mil cento e dezoito reais e vinte e quatro centavos)

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 30 de outubro de 2018.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 815, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788274

LEI MUNICIPAL Nº 815, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a Lei Municipal nº 727, de 28 de setembro de 2017, que autoriza o município de Itapoá a conceder subvenção social por meio de convênio visando firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde na unidade de Pronto Atendimento 24 Horas do município.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o §4º do artigo 1º da Lei Municipal nº 727/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

...

§4º A vigência do convenio será de 12 meses, podendo ser alterado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo, cujos valores nas possíveis renovações serão corrigidos pelo INPC.

...

Art. 1º ...

...

§4º A vigência do convenio será de 12 meses, podendo ser alterado e/ou renovado, através de Termo Aditivo, mediante aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, cujos valores nas renovações poderão ser corrigidos pelo INPC. (NR)

...

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3727/2018

Publicação Nº 1788043

PORTARIA Nº 3.727/2018.

De: 15 de outubro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 15 de outubro de 2018 à 03 de novembro de 2018, sendo 20 dias de Gozo e 10 dias de Pecúnia, ao(a) servidor(a) ALESSANDRA SILVEIRA DE OLIVEIRA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – J.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3728/2018

Publicação Nº 1788044

PORTARIA Nº 3.728/2018.

De: 16 de outubro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 16 de outubro de 2018 à 14 de dezembro de 2018, ao(a) servidor(a) ROSANGELA NUNES BARBOSA PEREIRA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – F.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3729/2018

Publicação Nº 1788045

PORTARIA Nº 3.729/2018.

De: 16 de outubro de 2018.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) MARCIO GONÇALVES VIEIRA DA CUNHA, contratado(a) na função temporária de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3732/2018

Publicação Nº 1788048

PORTARIA Nº 3.732/2018.

De: 16 de outubro de 2018.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) LUCIA MARA XAVIER AVANCO, contratado(a) na função temporária de ODONTÓLOGO 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3733/2018

Publicação Nº 1788049

PORTARIA Nº 3.733/2018
De: 16 de outubro de 2018.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 30/2017 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). INDIANARA LEONARDI AGUIAR DE AQUINO SOUTO, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, para novo vínculo, em substituição à Professora Rosangela Nunes Barbosa Pereira (Licença Prêmio), até dia 16.12.18.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 16 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3735/2018

Publicação Nº 1788050

PORTARIA Nº 3.735/2018.

De: 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 17 de outubro de 2018 à 15 de dezembro de 2018, sendo 60 dias de Gozo e 30 dias de Pecúnia, ao(a) servidor(a) LEILA IVANY BARBOSA CABRAL, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – G.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3737/2018

Publicação Nº 1788051

PORTARIA Nº 3.737/2018.

De: 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DANIELA VARGAS DA ROSA, no cargo efetivo de PSICÓLOGO I, no nível salarial VII – A, os seguintes Membros:

1º membro: Célia Maria Konell

2º membro: Alexandre Ribeiro da Silva

3º membro: Ana Luiza Valente de Oliveira

4º membro: Flavia Jordana Sanches

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.921/2017 de 29 de novembro de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3738/2018

Publicação Nº 1788052

PORTARIA Nº 3.738/2018.

De: 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LÍCELIA MARIA PEDROSO VIDA, no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV – A, os seguintes Membros:

1º membro: Célia Maria Konell

2º membro: Maristela de Souza Speck

3º membro: Flavia Jordana Sanches

4º membro: Alexandre Ribeiro da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.152/2017 de 19 de maio de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3739/2018

Publicação Nº 1788053

PORTARIA Nº 3.739/2018.

De: 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CAROLINE MICHELY DA SILVA, no cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL I, no nível salarial VII – A, os seguintes Membros:

1º membro: Célia Maria Konell
2º membro: Ana Luiza Valente de Oliveira
3º membro: Margarida Aparecida Gonçalves Haas
4º membro: Alexandre Ribeiro da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.151/2017 de 19 de maio de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2018.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3740/2018

Publicação Nº 1788054

PORTARIA Nº 3.740/2018

De: 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 01 de outubro de 2018 à 05 de outubro de 2018 (05 dias), ao (a) servidor (a) VANILDA DE SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR II, no nível salarial II - G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 01.10.18.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2018.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3741/2018

Publicação Nº 1788056

PORTARIA Nº 3.741/2018

De: 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) GILDO OLEGÁRIO ESTEVÃO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, passando do nível III – J para o nível III – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2018.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3742/2018

Publicação Nº 1788057

PORTARIA Nº 3.742/2018

De: 18 de outubro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) CAROLINE MILBRATZ OPAZO SOUZA, ocupante do cargo efetivo de ORIENTADOR ESCOLAR II, passando do nível II – A para o nível II – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3743/2018

Publicação Nº 1788058

PORTARIA Nº 3.743/2018

De: 18 de outubro de 2018.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 30/2017 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, em substituição à Professora Marcia Machado, até o final da Licença Médica da mesma.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3744/2018

Publicação Nº 1788059

PORTARIA Nº 3.744/2018

De: 19 de outubro de 2018.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 26/2017 e a C. I. nº 219/2018 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). SILVANA APARECIDA BIALESKI RUJANOWSKI, na função temporária de ENFERMEIRO 40HS, até o dia 02.04.18, em substituição as Enfermeiras Luciana Pianta da Cruz (Férias) e Priscila de Araújo Carneiro (Férias e Licença Prêmio).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 19 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3745/2018

Publicação Nº 1788060

PORTARIA Nº 3.745/2018

De: 19 de outubro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 20 de outubro de 2018 a 08 de novembro de 2018, ao (a) servidor (a) LUCAS GABRIEL TERCZANY, investido (a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos em 20.10.18.

Itapoá - SC, 19 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3746/2018

Publicação Nº 1788061

PORTARIA Nº 3.746/2018

De: 19 de outubro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 21 de outubro de 2018 a 09 de novembro de 2018, ao (a) servidor (a) ANTONIO PAULO TERCZANY, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, no nível salarial V – E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos em 21.10.18.

Itapoá - SC, 19 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3747/2018

Publicação Nº 1788062

PORTARIA Nº 3.747/2018

De: 19 de outubro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 21 de outubro de 2018 a 19 de novembro de 2018, ao (a) servidor (a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – J.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos em 21.10.18.

Itapoá - SC, 19 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3748/2018

Publicação Nº 1788063

PORTARIA Nº 3.748/2018

De: 22 de outubro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 030/2017 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ELISETE TERESINHA GABRIEL, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, vinculada ao Professor Edinei José Martini (Licença Prêmio).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 22 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3749/2018

Publicação Nº 1788064

PORTARIA Nº 3.749/2018

De: 22 de outubro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 035/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) THAIS LONGHI ADÃO, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, vinculada à Professora Patrícia Machado Pereira (Licença Prêmio).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 22 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3751/2018

Publicação Nº 1788065

PORTARIA Nº 3.751/2018.

De: 22 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme a Lei Municipal nº 44/2014, Seção VIII, Artigo nº 23, § 2º,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do(a) Servidor(a), investido(a) no cargo efetivo de FISCAL SANITÁRIO I 40HS, na Unidade Administrativa Secretaria de Saúde, no nível salarial V - A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 22 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3752/2018

Publicação Nº 1788066

PORTARIA Nº 3.752/2018

De: 22 de outubro de 2018.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 33/2018 e a C. I. nº 859 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). LUCIANA DA CRUZ MALAQUIAS, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, para novo vínculo, em substituição à Professora Leila Ivany Barbosa Cabral (Licença Prêmio), até dia 15.12.18.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.10.18.

Itapoá – SC, 22 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 043/2018 - LISTAGEM CLASSIFICATÓRIA

Publicação Nº 1788605

Listagem Classificatória

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito a comissão nomeada pela Portaria Municipal nº 1.801/2017, alterada pela portaria nº.3.734/2018, designada para julgar Processo de Transferência de Servidor, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, se reuniu para conferência documental.

Abaixo, quadro de deferimento para a única vaga disponível:

1º	VALENTIN PACHECO	OPERADOR DE MÁQUINAS	De: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Para: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
----	------------------	----------------------	--	---

Data para recurso: 01 DE NOVEMBRO DE 2018

Classificação final: até 06 DE NOVEMBRO DE 2018

Itapoá, 30 de outubro de 2018.

Célia Maria Reinert

Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa

Secretária

Sulmária Maria da Silva

Membro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 179/2018 EDITAL 30/2017

Publicação Nº 1788233

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 179/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 030/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretaria de Educação no dia 31/10/2018, para distribuição para professor que atuará nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
13	40	Matemática	Volney Sebold	06/11/2018	20/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 030/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 30 de outubro de 2018.

Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2018 PROCESSO SELETIVO Nº 010/2018 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 1788678

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2018
PROCESSO SELETIVO Nº 010/2018
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos relacionados abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE.

CANDIDATO	NÍVEL
João Victor Puchalski de Lima	Médio

Itapoá, 30 de outubro de 2018.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha
Secretária de Administração

TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 01/2018 - CONVÊNIO Nº 01/2017- VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE (2º ADITIVO)

Publicação Nº 1788721

TERMO ADITIVO Nº 01/2018 QUE VISA PRORROGAR O TERMO DE CONVÊNIO Nº01/2017. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e pela Secretária de Saúde, Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, portadora do CPF Nº 378.350.339-68, e do CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, Ordenadora do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.485.410/0001-96, e de outro lado o VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF: 13.617.301/0001-00, com sede a Rua Germano Brandes, nº690 no Município de Timbó/SC, neste ato representada pelo Diretor Presidente Sr. RICHARD DA SILVA CHOSEKI, Brasileiro, empresário, inscrito no CNPF: 893.805.259-15, residente e domiciliado a Rua Faxinal dos Guedes nº70, Bairro: Quintino, no município de Timbó/SC, CEP:89.120-000, resolvem por mútuo acordo, e em conformidade com o Art. 199 da Constituição Federal, com a Lei 8.080 e a Instrução Normativa Nº 05/2013, firmar o presente Termo aditivo ao Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Termo de Convênio nº01/2017 em 12 (doze) meses contados a partir do dia 31/10/2018 e concedendo o reajuste dos valores contratados, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições previstas em Lei, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula segunda "do preço" reajustando os valores pelo INPC conforme §4º da Lei Municipal nº727/2017, equivalente para período de 3,6415%, o montante do repasse passará a R\$2.845.249,25 (dois milhões oitocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), compreendendo liberações a partir do mês de 01 de novembro de 2018 até o dia 10 de cada mês na conta corrente nº 60364-3 do Banco Unicred, agência 1207-6, que será pago em 12 (doze) parcelas conforme cronograma contido no plano de trabalho e abaixo descrito:

DADOS DO PROJETO							
CONCEDENTE	META	NOVEMBRO 1º PARCELA	DEZEMBRO 2º PARCELA	JANEIRO 3º PARCELA	FEVEREIRO 4º PARCELA	MARÇO 5º PARCELA	ABRIL 6º PARCELA
		226.684,87	268.351,88	277.692,06	226.684,87	259.041,56	226.684,87
	META	MAIO 7º PARCELA	JUNHO 8º PARCELA	JULHO 9º PARCELA	AGOSTO 10º PARCELA	SETEMBRO 11º PARCELA	OUTUBRO 12º PARCELA
		226.684,87	226.684,87	226.684,87	226.684,87	226.684,87	226.684,87

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Convênio nº01/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Termo de Convênio nº01/2017, em

caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 30 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ marlon roberto neuber PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE RICHARD DA SILVA CHOSEKI DIRETOR PRESIDENTE
Testemunhas: NOME : CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018/FEX CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO REFERENTE À REALIZAÇÃO DA 25ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

Publicação Nº 1787923

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2018

Processo: 06/2018

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO REFERENTE À REALIZAÇÃO DA 25ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço/Menor desconto. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de novembro de 2018 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 13 de novembro 2018 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 31 de outubro de 2018
Jackson Rodrigo Cardoso dos Santos
Presidente da Fexponace

PORTARIA Nº 1.021, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787803

PORTARIA Nº 1.021, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE;

Art. 1º DESIGNAR a servidora INELZIR VARGAS ZIRBEL, para desempenhar suas funções de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO junto ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, na Secretaria da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2018.

Ituporanga, SC, 29 de outubro de 2018.
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 1.022, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787804

PORTARIA Nº 1.022, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ELSILENE BOSS VIEIRA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 16/10/2018 a 27/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 29 de outubro de 2018.
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.023, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787809

PORTARIA Nº 1.023, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MI-LEIDE MARIAN, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 03/10/2018 a 12/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 29 de outubro de 2018.
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.024, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787811

PORTARIA Nº 1.024, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS o Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 1.482/1993 e pelo artigo 46 da Lei nº 1.839/00, considerando o Contrato nº 71/2018 e Requerimento em anexo, RESOLVE:

Art. 1º Alterar carga horária da servidora JOSIANE SCHRODER, ocupante do cargo de PROFESSORA I na Secretaria da Educação, com desempenho da função no C.E.I Luciane Haverroth, com carga horária de 20 horas semanais para 40 horas semanais, no período de 01/10/2018 a 27/11/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO
Secretária da Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.025, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787812

PORTARIA Nº 1.025, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere os artigos 157 e 159 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com o requerimento nº 3887/2018 e certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio com 1/3 de abono pecuniário à servidora EDNA LUCKMANN PAZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO na Secretaria de Planejamento, no período de 29/10/2018 a 27/12/2018 referente o período aquisitivo de 19/09/2004 a 19/09/2009, concedida através da Portaria nº 7.395/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 29 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO
Secretária da Administração

ARTUR ALEXANDRE KORB
Secretário de Planejamento

PORTARIA Nº 1.026, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787813

PORTARIA Nº 1.026, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3988/2018, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor TIAGO DOLZAN, admitido em caráter temporário no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO
Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS
Secretário da Saúde

Jaborá

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018

Publicação Nº 1788434

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 13 de Novembro de 2018, às 14:30 horas, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. A presente licitação terá como critério de julgamento MENOR PREÇO e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 30 de Outubro de 2018.
Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 3095/2018

Publicação Nº 1788796

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Autorização de Fornecimento nº 3095/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Contratado: E-Commerty Tecnologias Ltda
Objeto: Aquisição de materiais para decoração natalina "Natal Encantado" do município de Jacinto Machado/SC.
Valor: R\$ 57.958,16 (Cinquenta e sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos).
Vigência: de 29/10/2018 a 31/12/2018.
Jacinto Machado/SC, 29 de outubro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2018

Publicação Nº 1788810

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 124/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Contratada: Liga Atlético Vale do Mampituba.
Objeto: contratação de serviços de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Salão Masculino e Feminino - Edição 2018.
Valor: R\$ 16.949,25 (Dezoito mil e novecentos reais).
Vigência: de 25/10/2018 a 31/12/2018.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 063/2018/PAS

Publicação Nº 1787741

Edital de Notificação 063/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ADELAIDE FREY RESTAURANTE - ME, inscrita no CNPJ 19.117.427/0001-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 013/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 304, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 550% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 064/2018/PAS

Publicação Nº 1787744

Edital de Notificação 064/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa FRIOS JARAGUÁ LTDA - ME, inscrita no CNPJ 02.999.111/0001-89, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 030/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 317, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 950% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 065/2018/PAS

Publicação Nº 1787746

Edital de Notificação 065/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa RESTAURANTE MAC DOG LTDA – ME (ALTAIR PORTES DO NASCIMENTO - ME), inscrita no CNPJ 00.370.069/0001-07, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 031/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 306, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 066/2018/PAS

Publicação Nº 1787747

Edital de Notificação 066/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Sr. JOSÉ ALBERTO MILLEO COSTA, inscrito no CPF 738.643.079-53, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 033/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 313, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 067/2018/PAS

Publicação Nº 1787748

Edital de Notificação 067/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa RK RESTAURANTE E CONFEITARIA LTDA, inscrita no CNPJ 14.080.904/0001-89, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 037/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 324, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 068/2018/PAS

Publicação Nº 1787749

Edital de Notificação 068/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ROSANGELA LEMES DA LUZ 03022302975, inscrita no CNPJ 20.588.355/0001-50, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 039/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 323, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 500% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 069/2018/PAS

Publicação Nº 1787751

Edital de Notificação 069/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa JANETE RIBEIRO TELES – ME (MERCADO QUEIZOTE), inscrita no CNPJ 02.407.956/0001-38, atualmente em

lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 039/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 325, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 550% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 070/2018/PAS

Publicação Nº 1787752

Edital de Notificação 070/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa VIEIRA PERES BAR E RESTAURANTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ 17.018.948/0001-77, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 044/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 312, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 071/2018/PAS

Publicação Nº 1787754

Edital de Notificação 071/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa SACRAMENTUM PUB LTDA - ME, inscrita no CNPJ 12.664.435/0001-10, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 046/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 32413401978/15, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 072/2018/PAS

Publicação Nº 1787757

Edital de Notificação 072/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa BIROSKA DA TAPIOCA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 15.450.577/0001-72, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 049/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 333, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 850% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 073/2018/PAS

Publicação Nº 1787759

Edital de Notificação 073/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa DON ANGELO CAFE BISTRO LTDA - ME, inscrita no CNPJ 20.140.701/0001-33, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 054/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 340, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 074/2018/PAS

Publicação Nº 1787760

Edital de Notificação 074/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa SET ADMINISTRADORA DE BENS LTDA,

inscrita no CNPJ 06.110.354/0001-75, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 055/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 335, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 500% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 075/2018/PAS

Publicação Nº 1787761

Edital de Notificação 075/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Sr. ANÉSIO GELSLEICHTER, inscrito no CPF 399.964.259-91, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 044/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 00004/SY, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 500% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

ERRATA INSTRUÇÃO Nº 001/2018 – CCO SCHÜTZENFEST

Publicação Nº 1788071

ERRATA INSTRUÇÃO Nº 001/2018 – CCO SCHÜTZENFEST

ERRATA REFERENTE A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2018 – CCO SCHÜTZENFEST, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Instrução Normativa Nº001/2018, de 26 de Novembro de 2018, onde lê-se:

Jaraguá do Sul (SC), 26 de novembro de 2018.

Leia-se:
Jaraguá do Sul (SC), 26 de outubro de 2018.
Alcides João Pavanello
Presidente da Comissão Organizadora da 30ª Schützenfest

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 407/2018

Publicação Nº 1788245

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 407/2018

DO PROCESSO – origem: Edital 174/2018

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DA PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: ERWIN WELSCH FILHO

DO OBJETO: constitui objeto do presente Contrato pela PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, a Permissão de Uso Remunerado do ponto/área discriminado no quadro abaixo, situado nas imediações do "Parque Municipal de Eventos", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial durante o período de realização da 30ª Schützenfest – Edição 2018, de acordo com as exigências e condições previstas no Edital de Concorrência nº 174/2018 e seus anexos.

Ponto de Exploração – Área "F" - Pommes Ecke (Canto da Batata Frita)

Localização: Bierplatz (Praça do Chope)

Área disponível: Frente de 5 m x 5 m prof.

Remuneração Mínima: R\$6.000,00 (seis mil reais)

Descrição do Cardápio: Batatas fritas de diferentes tipos.

-Poderá ser oferecido molhos para acompanhamento (queijo, ervas finas, bacon...).

* Não poderá comercializar batata recheada.

Bonificação SECEL: 200 (duzentos) vales sortidos

Ponto de Exploração – Área "K" - Klops und Schnitzel Ecke (Canto do pão com bolinho e do bife à milanesa alemão)

Localização: Hauptplatz (Praça Principal)

Área disponível: Frente de 5 m x 5 m prof.

Remuneração Mínima: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Descrição do Cardápio: Bolinhos de carne de no mínimo 02 (dois) sabores diferentes: Bovino, Frango.

O bolinho deverá, obrigatoriamente, ser acompanhado de pão francês.

-Poderá ser oferecido Frikadellen (porção de bolinhos alemães de carne bovina).

-Poderão ser comercializadas opções vegetarianas e veganas.

-Poderão ser servidos molhos de acompanhamento.

Bife:

Hänschenschnitzel (carne de frango)

Putenschnitzel (carne peru)

Vegetarischeschnitzel (sem carne, opção vegetariana)

Schweinsschnitzel (carne de porco)

Kalbsschnitzel (carne de vitela)

-Poderá ser oferecido adicionais como pão, saladas, chucrute, molhos e ervas.

Bonificação SECEL: 200 (duzentos) vales sortidos

Ponto de Exploração – Área "M" - Wurts Ecke (Canto da Salsicha)

Localização: Bierplatz (Praça do Chope)

Área disponível: Frente de 5 m x 5 m prof.

Remuneração Mínima: R\$10.000,00 (dez mil reais)

Descrição do Cardápio: Bratwurst, Currywurst, Krakauer

*Poderá ser servido com batata palha, purê de batata, chucrute, pão, molhos.

Bonificação SECEL: 180 (cento e oitenta) vales sortidos (60 de cada)

DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de

R\$ 46.993,00 (quarenta e seis mil e novecentos e noventa e três reais), em conformidade com o ponto/área de exploração descrito acima.

A remuneração devida pela PERMISSIONÁRIA, deverá ser paga em até 10 dias corridos após a assinatura do presente contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO

O prazo para exploração comercial do(s) ponto(s)/área(s) para o qual obteve a permissão de uso, corresponderá ao período de 08 a 18 de novembro de 2018, durante a realização da 30ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, conforme a programação a ser definida e repassada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato tem prazo determinado, vigorando a contar da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.

DA DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2018

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Erwin Welsch Filho

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 408/2018

Publicação Nº 1788246

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 408/2018

DO PROCESSO – origem: Edital 174/2018

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DA PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: KATHIA KAHT- ME

DO OBJETO: constitui objeto do presente Contrato pela PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, a Permissão de Uso Remunerado do ponto/área discriminado no quadro abaixo, situado nas imediações do "Parque Municipal de Eventos", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial durante o período de realização da 30ª Schützenfest – Edição 2018, de acordo com as exigências e condições previstas no Edital de Concorrência nº 174/2018 e seus anexos.

Ponto de Exploração – Área "O"

Kostümverleih Typischen und Souvenirs (Loja de Traje Típico e Lembranças)

Localização: Bierplatz (Praça do Chope)

Área disponível: 50 m2 (10x5)

Remuneração Mínima: R\$R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Descrição do Serviço: Exploração comercial de Trajes Típicos e Souvenir com e sem a marca

"Schützenfest"

DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 11.197,77 (onze mil cento e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), em conformidade com o ponto/área de exploração descrito acima.

A remuneração devida pela PERMISSIONÁRIA, deverá ser paga em até 10 dias corridos após a assinatura do presente contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO

O prazo para exploração comercial do(s) ponto(s)/área(s) para o qual obteve a permissão de uso, corresponderá ao período de 08 a 18 de novembro de 2018, durante a realização da 30ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, conforme a programação a ser definida e repassada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato tem prazo determinado, vigorando a contar da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de

2018.

DA DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2018

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Kathia Kaht

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 410/2018

Publicação Nº 1788248

EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 410/2018

DO PROCESSO – origem: Edital 174/2018

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DA PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: SILPEMAR EVENTOS LTDA ME.

DO OBJETO: constitui objeto do presente Contrato pela PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, a Permissão de Uso Remunerado do ponto/área discriminado no quadro abaixo, situado nas imediações do "Parque Municipal de Eventos", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial durante o período de realização da 30ª Schützenfest – Edição 2018, de acordo com as exigências e condições previstas no Edital de Concorrência nº 174/2018 e seus anexos.

Ponto/Área: Área "A" - Süßigkeiten, Früchte, Krepps und Eiscreme Ecke (Canto dos doces, das Frutas, dos Crepes e do gelado)
Localização: Hauptplatz (Praça Principal)
Área Disponível: Frente de 10 m x 5 m prof.
Descrição do Cardápio: Frutas com ou sem chocolate: As frutas poderão ser servidas em forma de espetinho, em casquinha de sorvete ou em embalagem. Crepe doce de diversos sabores: Os crepes poderão ser servidos em forma de espetinho ou em forma de envelope. Doces e gelados: Pipoca, Algodão Doce, Churros Gourmet, Picolés, Paletas, Sorvetes e Milk-shake.
Remuneração Mínima: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
Bonificação: 350 vales sortidos

Ponto/Área: Área "B" - Spätzle Ecke (Canto do Macarrão Típico Alemão)
Localização: Hauptplatz (Praça Principal)
Área Disponível: Frente de 5 m x 5 m prof.
Descrição do Cardápio: Spätzle (macarrão caseiro típico alemão), servido com diversos molhos/complementos, sendo as opções: Spätzle com molho de manteiga e ervas; Spätzle com molho 4 queijos; Spätzle com linguiça Blumenau e cebola; Spätzle com gulasch; käsespätzle (coberto com queijo e cebola frita e levado ao forno para gratinar); krautspätzle (com chucrute); apfelspätzle (maçã ralada, açúcar e canela na massa. * Poderá ser oferecido variedades de queijo, como acompanhamento.
Remuneração Mínima: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Bonificação: 150 (cento e cinquenta) vales sortidos

Ponto/Área: Área "L" - Pretzel, Waffle, Kaffee und Strudel Ecke (Canto do Pretzel, do Waffle Alemão, do café e do strudel)
Localização: Bierplatz (Praça do Chope)
Área Disponível: Frente de 5 m x 5 m prof.
Descrição do Cardápio: Pretzel: Doce; Salgado. Waffle Alemão: Doce; Salgado. O waffle poderá ser servido com sorvete. Café e strudel: Cuca – mínimo de 04 sabores; Strudel: mínimo 04 sabores; Café com leite; Café preto; Açúcar; Adoçante.
Remuneração Mínima: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Bonificação: 300 (trezentos) vales sortidos

DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 33.333,31 (trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e um centavos), em conformidade com o ponto/área de exploração descrito acima.

A remuneração devida pela PERMISSIONÁRIA, deverá ser paga em até 10 dias corridos após a assinatura do presente contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO

O prazo para exploração comercial do(s) ponto(s)/área(s) para o qual obteve a permissão de uso, corresponderá ao período de 08 a 18 de novembro de 2018, durante a realização da 30ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, conforme a programação a ser definida e repassada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato tem prazo determinado, vigorando a contar da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.

DA DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2018

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Silvio Pedro Machado

ISSEM - CONTRATO Nº 186/2018 - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015

Publicação Nº 1787935

CONTRATO Nº 186/2018

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 175/2015, Tomada de Preço nº 08/2015, de contratação de Assessoria e Consultoria Técnica Atuarial para o Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, que mantém entre si, a empresa ACTA – ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ATUARIAL LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue.

1) Prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses, com início em 01/08/2018 e término em 31/07/2019.

2) Reajustar em 3,53% (INPC) o valor mensal da prestação do serviço, conforme determina o item 4.5 do contrato original, perfazendo o valor mensal de R\$ 4.535,96 (quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos).

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em

duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Jaraguá do Sul, 01 de agosto de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Karen Tressino Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA	Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA
--	--------------------------------------

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 209/2018 - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

Publicação Nº 1787941

CONTRATO Nº 209/2018
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 190/2015, Tomada de Preço nº 04/2015, que tem como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro, que mantém entre si, a empresa SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/09/2018, conforme estabelecido no item 8.1 do contrato original.

2) O valor mensal da prestação do serviço permanecerá a quantia de R\$ 4.927,05 (quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos).

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Ricardo Giovenardi Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890
--	--

ISSEM - CONTRATO Nº 211/2018 - 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2016 - TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016

Publicação Nº 1787944

CONTRATO Nº 211/2018
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 233/2016, Tomada de Preço nº 05/2016, que tem como objeto a prestação de serviços de

assessoria e consultoria atuarial para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA do Issem, que mantém entre si, a empresa ACTA – ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ATUARIAL LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/09/2018, conforme estabelecido no item 7.1 do contrato original.

2) O valor mensal da prestação do serviço permanecerá a quantia de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Jaraguá do Sul, 27 de agosto de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Karen Tressino Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890
--------------------------------------	--

ISSEM - CONTRATO Nº 183/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 238/2016

Publicação Nº 1787932

CONTRATO Nº 183/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 238/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 238/2016, para a prestação de serviços hospitalares, que mantém entre si, a credenciada COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL – HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Incluir o item 8.5, com a seguinte redação:

“8.5. Excetuam-se à remuneração disposta no item 8.1, do presente Termo de Credenciamento, os materiais constantes nas seguintes tabelas:”

2) As alterações previstas neste aditivo tem vigência a partir do dia 01/07/2018 até 30/09/2018.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Sérgio Luis Alves Procurador CONTRATADA
--	---

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890
--	--

ISSEM - CONTRATO Nº 271/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2015

Publicação Nº 1787955

CONTRATO Nº 271/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 61/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada WW JOSELUMA SSP, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Acrescentar o item 1.3 ao contrato original:

“1.3. A Credenciada proporcionará também o seguinte serviço médico:”

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Johnny Adams Valle Vargas Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 272/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2015

Publicação Nº 1787959

CONTRATO Nº 272/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 288/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DO PULMÃO JARAGUÁ SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Felipe Benthien Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 273/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017

Publicação Nº 1787960

CONTRATO Nº 273/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 09/2017, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CENTRO OFTALMOLÓGICO SAG S/S, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 17/10/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Centro Oftalmológico SAG S/S CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 276/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/2016
Publicação Nº 1787965

CONTRATO Nº 276/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 247/2016, para a prestação de serviços de odontologia básica, que mantém entre si, a credenciada BLANK PREMIER ODONTOLÓGICA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 20/09/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Patrícia Emiko Soba Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 277/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 259/2015
Publicação Nº 1787968

CONTRATO Nº 277/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 259/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 259/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada UROCLÍNICA JARAGUÁ - ME, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 03/11/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Ricardo Vieira Ferreira Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO N° 278/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 4º ADITIVO AO CONTRATO N° 263/2015

Publicação N° 1787969

CONTRATO N° 278/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 4º ADITIVO AO CONTRATO N° 263/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato n° 263/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA MÉDICA BRAUN E BERNINI LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 04/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Juliana Raquel Braun Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO N° 279/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO N° 267/2015

Publicação N° 1787970

CONTRATO N° 279/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO N° 267/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato n° 267/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada PREST SERV SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
---------------------------------	---------------------	----------------------------------	----------------------	---------

24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios
--------------------	--	-----------------------------	----	----------

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Francisco de Carvalho Stocco Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 281/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2015
Publicação Nº 1787972

CONTRATO Nº 281/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 271/2015, para a prestação de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada DEMARCHI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Jaslyn Marcelly Demarchi Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 282/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 265/2017
Publicação Nº 1787982

CONTRATO Nº 282/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 265/2017

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 265/2017, para a prestação de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada PADDI ESPAÇO INTEGRADO DE SAÚDE LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 02/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Grasiela Santin Pimentel Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA
--	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 283/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2017
Publicação Nº 1787984

CONTRATO Nº 283/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2017

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 266/2017, para a prestação de serviços de psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, que mantém entre si, a credenciada PADDI ESPAÇO INTEGRADO DE SAÚDE LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 02/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Grasiela Santin Pimentel Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA
--	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 284/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 260/2015
Publicação Nº 1787986

CONTRATO Nº 284/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 260/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 260/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA ALBUQUERQUE SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 03/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	João Constâncio de Albuquerque Filho Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA
--	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 285/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 265/2015

Publicação Nº 1787987

CONTRATO Nº 285/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 265/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 265/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA MÉDICA ENDO-GASTRO SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Luiz Carlos Bianchi Sócio Administrador CONTRATADA
--	--

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA
--	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 286/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 262/2015

Publicação Nº 1787989

CONTRATO Nº 286/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 262/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 262/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CENTRO OFTALMOLOGICO DR. LUCIANO MAIOCHI PEREIRA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 03/11/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	09	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2018.

Ademar Possamai Diretor Presidente CONTRATANTE	Luciano Maiochi Pereira Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 205/2018 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº12/2013

Publicação Nº 1787936

EXTRATO - CONTRATO Nº 205/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: PADDI Espaço Integrado de Saúde - Me, (CNPJ nº 20.986.597/0001-00).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS A NUTRICIONISTA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 22/08/2018.

DATA DA ASSINATURA: 22/08/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Grasiela Santin Pimentel

Ademar Possamai
Diretor-Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 260/2018 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

Publicação Nº 1787948

EXTRATO - CONTRATO Nº 260/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Médica Osellamed S/S Ltda - Me, (CNPJ nº 19.205.494/0001-79).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 08/10/2018.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Carolina Richter Anacleto

Ademar Possamai
Diretor-Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 261/2018 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2013

Publicação Nº 1787951

EXTRATO - CONTRATO Nº 261/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Aleeve Clínica Especializada em Odontologia e Estética Facial e Corporal Ltda (CNPJ nº 30.912.178/0001-70).

OBJETO: Fornecimento de Odontologia Básica, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 11/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 08/10/2018.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Nadirleia Juçara Gaedtke

Ademar Possamai
Diretor-Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 274/2018 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

Publicação Nº 1787963

EXTRATO - CONTRATO Nº 274/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Corinhti Ltda (CNPJ nº 03.581.407/0001-48).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/11/2018.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e André de Almeida Corinhti

Ademar Possamai
Diretor-Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 275/2018 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

Publicação Nº 1787964

EXTRATO - CONTRATO Nº 275/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Benvenuti Ltda ME (CNPJ nº 30.319.887/0001-46).

OBJETO: Fornecimento de CONSULTAS A NUTRICIONISTA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/11/2018.

DATA DA ASSINATURA: 18/10/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Maria Júlia Voltolini

Ademar Possamai
Diretor-Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 280/2018 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

Publicação Nº 1787971

EXTRATO - CONTRATO Nº 280/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Neurológica Ictus SS Ltda (CNPJ nº 19.103.672/0001-50).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 25/10/2018.

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademar Possamai e Pedro Augusto Koneski Weiss

Ademar Possamai
Diretor-Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 266/2018

Publicação Nº 1787952

EXTRATO – CONTRATO Nº 266/2018
ISSEM

PARTES: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70) e REZEK FERREIRA INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 00.881.775/0001-13).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE INTEGRADO EM GESTÃO DE SAÚDE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE – FMA-SA DO ISSEM, BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÕES NECESSÁRIAS

VALOR TOTAL: R\$ 863.827,83.

VIGÊNCIA: até 14/10/2019.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2018.

SIGNATÁRIOS: Ademair Possamai e Daniel Chaves Rezek Ferreira.

Ademair Possamai
Diretor-Presidente
Issem

RESOLUÇÃO Nº 024/2018/CA/ISSEM

Publicação Nº 1788249

RESOLUÇÃO Nº 024/2018/CA/Issem

Dispõe sobre a aprovação da Política de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, para o exercício de 2019.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 29 de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO o Ofício 1652/2018/Issem que encaminha a Política de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, exercício de 2019, para a aprovação deste Conselho;

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se no dia 22/10/2018, às 13h30, na sala dos Conselhos no Issem, para apreciação da Política de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, para o exercício de 2019;

CONSIDERANDO que a Política de Investimento do ano de 2019 foi elaborada com foco na Resolução BACEN/CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e as alterações promovidas pela Resolução Nº 4.604/2017 do Banco Central do Brasil, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias, MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015.

CONSIDERANDO que a Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Os limites e vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do ISSEM/FMPS. Levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

CONSIDERANDO que em linha com a necessidade atuarial, a Meta de Rentabilidade para o ano de 2019 é que alcance no mínimo o desempenho equivalente a 5% acrescida da variação do INPC divulgada pelo IBGE.

CONSIDERANDO que diante disso, os limites de alocação dos Recursos da Política de Investimentos de 2019 foram definidos, estando de acordo com os limites estipulados na Resolução BACEN/CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, conforme segue:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7º - RENDA FIXA	100%		100%
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	30,0%	50%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	20,0%	100%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	5,0%	50%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0,0%	0%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	60%	5,0%	60%

ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	60%	0,0%	40%
FI RENDA FIXA – GERAL - ART. 7º, IV, A	40%	18,0%	40%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	40%	0,0%	30%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0,0%	10%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0,0%	10%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	1,0%	1%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	5%	0,2%	5%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	5%	0,5%	5%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	5%	0,0%	5%
LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	30%		30%
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	30%	1,3%	13%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	30%	2,0%	10%
FI DE AÇÕES – GERAL - ART. 8º, II, A	20%	7,0%	10%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	20%	0,0%	10%
FI MULTIMERCADO – ABERTO - ART. 8º, III	10%	9,0%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0,2%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	5%	0,8%	5%

CONSIDERANDO que a Política incluiu o limite de 1% em alocação de depósito de poupança que será utilizado apenas para valores referentes a honorários advocatícios, com base no Art. 22 e seguintes do Estatuto OAB e Art. 85, Parágrafo XIX do CPC e valores de cotas de benefícios previdenciários em discussão por meio de processo administrativo e judicial

CONSIDERANDO que o total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A ART. 7º, III, B	60%
ART. 7º, IV A ART. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 7º, VII A ART. 7º, VII B ART. 7º, VII C	5%
ART. 8º	30%

CONSIDERANDO que o controle de risco da carteira deverá ser feito de acordo com os seguintes parâmetros:

MÁXIMO	
VOL	7%
VAR	11%

CONSIDERANDO que além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência do Órgão Executivo do ISSEM/FMPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar os investimentos.

CONSIDERANDO o PARECER Nº 010/2018/CFO/CA/ISSEM/JS FAVORÁVEL à sua aprovação.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, para o exercício de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de outubro de 2018.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 152/2018

Publicação Nº 1788437

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 152/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 31/10/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 13/11/2018 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

5.251/2018

Publicação Nº 1787901

DECRETO Nº 5.251/18 DE 02/10/2018.

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, e de conformidade com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica Município, em seu Art. 71, IV, XXIV, Lei Municipal Complementar nº 041/2011 de 16/12/2011 Lei Complementar nº 046/13 de 24 de Maio de 2013 e Lei complementar nº 079/18 de 27 de Setembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Reenquadrada a servidora pública Municipal Senhora ADRIANA GOMES OSTROWSKI, portadora do CPF Nº 074.465.589-70, CI Nº 5.407.027, Matrícula nº 021.228-8/1, nomeada através do Decreto nº 3.888/13 de 18/02/2013, ocupante do cargo de Diretora de Projetos, CC-4, provida em comissão, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de 20 horas para 40 horas semanal, percebendo a remuneração fixada no nível CC-4, Anexo V, da Lei Complementar nº 079/17 de 27/09/2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.219/18 de 06/07/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC 02 de Outubro de 2018.

DORILDO PEGORINI.

Prefeito Municipal,

Registrado e publicado em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.

Chefe de Gabinete.

5.252/2018

Publicação Nº 1787903

DECRETO Nº 5.252/18 DE 08/10/2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica do Município em seu Art. 71, IV, XXIV e XXVI:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora publica Municipal senhora CLAUDIA LIANA SOBOLESKI GRANDO, portadora do CPF Nº 055.557.359-10, CI Nº 4.500.107, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II séries iniciais, nomeada através do Decreto nº 5.184/18 de 16/04/2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes 20 horas semanais, nesta data, em virtude de decisão Judicial proferida nos autos de agravo de instrumento Autos nº 40044578-65.2018.8.24.0000.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas da aplicação do presente Decreto, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC em 08 de Outubro de 2018.

DORILDO PEGORINI.

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.

Chefe de Gabinete.

5.253/2018

Publicação Nº 1787904

DECRETO Nº 5.253/18 DE 15/10/2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor em especial a Lei Orgânica do Município em seu Art. 71, IV, e XXIV e Lei Complementar Municipal nº 041/2011, de 26/12/2011, artigo 12 (Plano de Cargos e Salários):

Considerando o requerimento solicitando a gratificação por grau de instrução;

Considerando o Diploma apresentado.

Considerando o Parecer Jurídico em anexo.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos da Lei Complementar nº 041/2011, de 16/12/2011, Artigo 12, fica concedido gratificação por grau de instrução de 10% (dez por cento) por ter concluído o curso de Pós Graduação: MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais em Gestão Pública, ao servidor público municipal ESTÁCIO SKOWRONSKI, Matrícula nº 004.157-2/1, CPF Nº 947.141.189-00, CI Nº 2.854.049, ocupante do cargo provimento efetivo de Tesoureiro, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis - SC, em 15 de Outubro de 2018.

DORILDO PEGORINI.

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

5.254/2018

Publicação Nº 1787905

DECRETO Nº 5.254/18 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS A EFETUAR ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei Municipal n. 1.022/2018 de 16 de Outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Jardinópolis no valor de R\$124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais) nas dotações abaixo relacionadas:

Órgão 05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

Unidade Orçamentária 05.01 – Fundo Municipal da Saúde

Função 10 - Saúde

Sub Função 301 – Atenção Básica

Programa 0009 – SAÚDE COMUNITÁRIA

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção da Saúde Pública – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1002 com o valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais)

Art. 2º A fonte de recursos utilizada para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º é remanejamento de dotação, conforme a seguir.

Órgão 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 06.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 16 – Habitação

Sub Função 482 – Habitação Urbana

Programa 0012 – HABITAÇÃO E CIDADANIA

Projeto/Atividade 1.022 – Aquisição de Imóveis para Habitações Populares

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 16 de outubro de 2018.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

5.255/2018

Publicação Nº 1787907

DECRETO Nº 5.255/18 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2018 DO MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei Municipal n. 1.023/2018 de 16 de Outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento

do Município de Jardinópolis no valor de R\$ 533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais) nas dotações abaixo relacionadas:

Órgão 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária 03.01 – Departamento de Administração

Função 04 – Administração

Sub Função 122 – Administração Geral

Programa 0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade 2.004 – Manutenção das Atividades de Administração Geral do Município.

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)

Órgão 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária 04.01 – Departamento de Educação

Função 12 – Educação

Sub Função 361 – Ensino Fundamental

Programa 0006 – CRIANÇA NA ESCOLA

Projeto/Atividade 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1018 com o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1001 com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Unidade Orçamentária 04.01 – Departamento de Educação

Função 12 – Educação

Sub Função 365 – Educação Infantil

Programa 0006 – CRIANÇA NA ESCOLA

Projeto/Atividade 2.014 – Manutenção das atividades de Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1018 com o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1019 com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Unidade Orçamentária 04.01 – Departamento de Educação

Função 12 – Educação

Sub Função 365 – Educação Infantil

Programa 0006 – CRIANÇA NA ESCOLA

Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção da Creche Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1019 com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Unidade Orçamentária 04.02 – Departamento de Cultura

Função 13 – Cultura

Sub Função 392 – Difusão Cultural

Programa 0007 – Valorização da Cultura

Projeto/Atividade 2.016 – Manutenção das Atividades de Cultura do Município

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 2º - A fonte de recursos utilizada para cobertura do crédito adicional de que trata o Artigo 1º, é remanejamento de dotação, conforme a seguir:

Órgão 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 – Gabinete do Prefeito

Função 04 - Administração

Sub Função 122 – Administração Geral

Programa 0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

Projeto/Atividade 1.002 – Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)

Órgão 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E

PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária 03.03 – Departamento de Planejamento

Função 04 – Administração

Sub Função 121 – Planejamento e Orçamento.

Programa 0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade 2.008 – Manutenção do Planejamento Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Órgão 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária 04.01 – Departamento de Educação

Função 12 – Educação

Sub Função 364 – Ensino Superior

Programa 0006 – CRIANÇA NA ESCOLA

Projeto/Atividade 1.005 – Incentivo ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Órgão 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 06.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Sub Função 241 – Assistência ao Idoso

Programa 0010 – ATENÇÃO A FAMÍLIA

Projeto/Atividade 1.011 – Construção de Churrasqueira no Centro de Convivência

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Órgão 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 06.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Sub Função 244 – Assistência Comunitário

Programa 0010 – ATENÇÃO A FAMÍLIA

Projeto/Atividade 1.017 – Construção do Centro de Referência de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1031 com o valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

Órgão 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 06.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Sub Função 244 – Assistência Comunitário

Programa 0010 – ATENÇÃO A FAMÍLIA

Projeto/Atividade 1.018 – Aquisição de Terreno para Construção do CRAS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Órgão 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 06.03 – Fundo Municipal de Habitação

Função 16 – Habitação

Sub Função 482 – Habitação Urbana

Programa 0012 – HABITAÇÃO E CIDADANIA

Projeto/Atividade 1.022 – Aquisição de Imóveis para Habitações Populares

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1000 com o valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 16 de Outubro de 2018.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

5.256/2018

Publicação Nº 1787922

DECRETO Nº 5.256/18 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2018 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o artigo 4º, inciso VI, da lei 1003/17 de 07 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) nas dotações abaixo relacionadas:

Órgão 05.00 – SECRETARIA DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária 05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 – SAÚDE

Sub Função 301 – ATENÇÃO BÁSICA

Programa 0009 – SAÚDE COMUNITÁRIA

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção da Saúde Pública – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1438 com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 2º - A fonte de recursos utilizada para cobertura do crédito adicional de que trata o Artigo 1º, é remanejamento de dotação, conforme a seguir:

Órgão 05.00 – SECRETARIA DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária 05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 – SAÚDE

Sub Função 301 – ATENÇÃO BÁSICA

Programa 0009 – SAÚDE COMUNITÁRIA

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção da Saúde Pública – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta DR 1338 com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis em 16 de outubro de 2018.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.509 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788185

DECRETO Nº 5.509 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

"ALTERA DECRETO Nº 5.112/2017 QUE NOMEIA COMISSÃO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; art. 159, §2º Lei Complementar Nº 137/2006 – Lei de Zoneamento,

DECRETA:

Art.1º Fica substituída a representação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB na Comissão específica para revisão do Plano Diretor de que trata o DECRETO Nº 5.112/2017, passando a integrar os seguintes membros:

A- Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:

Ricardo Hack (TITULAR)

Tiago de Azevedo Lima (SUPLENTE)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 25 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.510 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788190

DECRETO Nº 5.510 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

"fixa valores dos tipos de serviço funeral no Município de Joaçaba (SC), QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores dos tipos de serviço funeral no Município de Joaçaba(SC) instituídos pela Lei nº 4.149/2011, a seguir especificados:

a) Tipo 1 - uma Urna em MDF, Alça dura, Castiçais, 02 (duas) velas, Preparação do corpo e Carro para transporte, invol: R\$ 610,86 (seiscentos e dez reais e oitenta e seis centavos);

b) Tipo 2 - uma Urna em MDF, Aplicação de fundo em verniz, Laterais lisas, 04 (quatro) alças parreira, Tampa forrada com TNT, Castiçais, Resplendor, Livro de presença, Véu, 04 (quatro) velas, Preparação do corpo e Carro para transporte, invol: R\$ 1.259,16 (mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos);

c) Tipo 3 - uma Urna em MDF com visor; Detalhes na tampa e laterais; Tampa sobre tampa fixa, (com bíblia ou crucifixo); Fundo em verniz, Alça varão, Forrada com cetim, 04 (quatro) velas, Castiçais, Resplendor e crucifixo, Livro de presença, Véu, Tapete, Desodorização, Preparação do corpo, Ornamentação artificial, Carro para transporte e 02 inserções em rádio local, invol: R\$ 1.978,06 (mil, novecentos e setenta e oito reais e seis centavos);

d) Tipo 4 - uma Urna em MDF com verniz, visor inteiro, Sobre tampa entalhada com bíblia ou crucifixo de metal dourado, Laterais

com relevo, Rodapé fixo na parte inferior, Babado inteiro de renda, sobre babado de renda, 04 (quatro) velas, Castiçais, Resplendor com crucifixo, Livro de presença, Véu, Tapete, Desodorização, Preparação do corpo, Ornamento de urna natural, Carro para transporte e 03 inserções em rádio local, invol: R\$ 3.147,56 (três mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos);

e) Tipo 5 - uma Urna em MDF com verniz, Visor inteiro, Sobre tampa com acabamento em alto relevo, Crucifixo de metal dourado, Laterais com relevo, 06 (seis) alças móveis em metal, Parte inferior de madeira maciça com acabamento lateral e rodapé em alto relevo, Forro interno de cetim, 10 (dez) chavetas douradas, Acabamento com verniz alto brilho, Castiçais, 06 (seis) velas, Tape-te, Livro de presença, Resplendor com crucifixo, Véu, Maquiagem e desodorização, Preparação do corpo, Ornamentação natural, Carro para transporte e 04 (quatro) inserções em rádio local, invol: R\$ 4.265,24 (quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 5.315/2018.

JOAÇABA(SC), em 25 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.511 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788194

DECRETO Nº 5.511 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 5.452/2018, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º Ficam alterados os artigos 2º e 3º do Decreto nº 5.452/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art.2º Deverá ser apresentada, via protocolo geral, ao Setor de Fiscalização de Tributos: quando Microempreendedor Individual MEI, a Autodeclaração constante do Anexo I deste Decreto, o cartão do CNPJ e o Certificado de Inscrição do MEI. Nos demais casos, a Autodeclaração (Anexo I), o cartão do CNPJ e o Contrato Social.

Art.3º Fica o Setor de Fiscalização de Tributos, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, ou outra que vier a substituí-la, designado como setor competente, no âmbito da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para reconhecer, mediante solicitação da parte interessada, atividades econômicas que podem ser desenvolvidas.

Art.2º O Anexo I do Decreto nº 5.452/2018 fica alterado em sua totalidade passando a vigorar com redação proposta neste Decreto.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 25 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ANEXO I DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.452 DE 25 DE JULHO DE 2018**AUTODECLARAÇÃO**

(Alvará de Atividade - Lei Complementar Municipal Nº 356/2018)

Razão Social: _____

Endereço: Rua _____, Nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____

CEP: _____ Fone: _____ CNPJ: _____

Ramo de Atividade: _____

Representante Legal: _____

Fone: _____

CPF: _____

e-mail: _____

Declaro que são VERDADEIRAS e EXATAS todas as informações prestadas, especialmente as relativas à identificação e registros de requerente, sócios, procurador e representantes; a endereço; a registros públicos de pessoas jurídicas.

Declaro que a atividade a ser exercida observará as normas estabelecidas pela Lei Complementar Municipal Nº 356/2018, de 25 de maio de 2018.

Autorizo a realização das diligências fiscais que se fizerem necessárias ao adequado exercício do poder de polícia, no endereço fiscal constante no Cadastro Mobiliário Municipal ou em outro endereço do responsável legal.

Autorizo a realização de diligências fiscais para verificação do cumprimento de obrigações tributárias principal e acessórias, no endereço fiscal constante no Cadastro Mobiliário Municipal ou em outro endereço do responsável legal.

Declaro ainda estar ciente de que a prestação de falsas informações implicará o cancelamento do Alvará, sem prejuízo de outras sanções e que, a declaração falsa no presente requerimento de Alvará de Atividades constituirá crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e estará sujeita a sanções penais, sem prejuízo de medidas administrativas e outras, inclusive por crime contra a Ordem Tributária.

Joaçaba, , de de .

(Assinatura do Representante Legal)

DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2018/PMJ

Publicação Nº 1788335

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2018/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2018/PMJ

1 – DO OBJETO

Locação de sala (depósito – construção mista), situada na Rua Duque de Caxias (acesso pela Travessa Franz Luck), centro, neste Município, com área útil de 210,00 m2, matrícula nº 551 no Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, para desenvolvimento da prática de judô pelos alunos da rede municipal de ensino.

2 – DA JUSTIFICATIVA

O imóvel, objeto desta contratação, mostra-se adequado para o desenvolvimento da prática de judô pelos alunos da rede municipal de ensino, haja vista que possui espaço amplo para a prática das atividades e sua localização é privilegiada, o que proporcionará fácil acesso dos alunos ao local.

O Projeto de Judô visa, com esta prática pedagógica escolar de cunho esportivo-educacional, possibilitar aos alunos conhecer, desenvolver e aprimorar conhecimentos teóricos e práticos do Judô, por meio de atividades lúdico-esportivas para o desenvolvimento dos aspectos físicos e motores, além de aspectos psicológicos, sociais e afetivos aos seus praticantes que lhes possam servir como forma educativa dentro e fora da escola, praticar uma atividade esportiva que venha a trazer ganhos educativos para sua vida, colaborando com os valores educacionais associados a um melhor modo de viver. Além disso, através o desenvolvimento em aula, transformar esta prática numa modalidade esportiva na vida dos alunos, para que possam participar de eventos que lhes tragam bons resultados quantitativos e qualitativos no processo de ensino-aprendizagem.

Se faz necessária essa locação pois os alunos devem ter a continuidade dessa atividade fora da escola, uma vez que a mesma não possui sala disponível para esta finalidade. Para o pleno atendimento dos alunos nesta atividade, faz-se necessário um espaço amplo e especial, com tatame no chão, apenas para esse caso.

Além da inexistência de outros imóveis disponíveis para locação com características apropriadas para o objeto da contratação, o imóvel atende plenamente as finalidades precípua da Administração. Os aspectos relacionados com os fatores de instalação e localização são efetivamente relevantes.

Foi juntado ao processo justificativas quanto ao valor, que conforme laudo de avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

EMPREENDEIMENTOS IMOBILIÁRIOS BRAGAGNOLO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.233.577/0001-70, com sede administrativa na Rua Roberto Trompowski, nº 309, centro, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, representado neste ato por MÁRCIA REGINA BRAGNOLO BORDIN, portadora do documento de identidade nº RG 121.387 e inscrita no CPF/MF sob o nº 818.693.989-04, residente e domiciliada em Joaçaba, SC..

5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 1.225,00 (mil duzentos e vinte e cinco reais) e a contratação pelo período de 12 (doze) meses.

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado se de interesse das partes, na forma da lei.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

Proj/Ativ. 2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
266 – 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 30 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE NOVEMBRO/2018

Publicação Nº 1788164

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA- SC
COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS- CMSF

Obedecendo ao disposto na Lei nº 4.085/2011 e suas alterações, de acordo com o art. 3º, § 2º segue a escala de plantão mensal da Central de Óbitos de Joaçaba – SC:

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE NOVEMBRO/2018

FUNERÁRIA	INÍCIO PLANTÃO	FIM DO PLANTÃO
FREI BRUNO	05/11/2018 AS 7:30H	12/11/2018 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	12/11/2018 AS 7:30H	19/11/2018 AS 7:30H
SÃO JOÃO BATISTA	19/11/2018 AS 7:30H	26/11/2018 AS 7:30H
FREI BRUNO	26/11/2018 AS 7:30H	03/12/2018 AS 7:30H

Telefone de plantão: (49) 99808-9747

Inês Maria Picoli
Presidente Comissão

EXTRATO DO CONTRATO 90/2018/PMJ

Publicação Nº 1788456

EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2018/PMJ
PROVENIENTE DO PL 131/2018/PMJ– DL 24/2018/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS BRAGAGNOLO LTDA.

OBJETO: o objeto do presente contrato é a locação de sala (depósito – construção mista), situada na Rua Duque de Caxias (acesso pela Travessa Franz Luck), centro, neste Município, com área útil de 210,00 m2, matrícula nº 551 no Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, para desenvolvimento da prática de judô pelos alunos da rede municipal de ensino, no período vespertino de segunda a sexta feira.

VALOR TOTAL CONTRATADO: o valor total ora contratado é de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 1.225,00 (mil duzentos e vinte e cinco reais), e o prazo da locação descrito na cláusula segunda deste instrumento. VIGÊNCIA: o presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado se do interesse das partes, mediante Termo Aditivo, na forma da Lei.

DOTAÇÃO: 1.037 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – EDUCAÇÃO 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL: JULIANA GASPARI MOTT COSTA

DATA DE ASSINATURA: 30/10/2018

Joaçaba – SC, 17 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

PP 81/2018/PMJ

Publicação Nº 1788193

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2018/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2018/PMJ

Objeto: a contratação de serviços de neurologia e fonoaudiologia a serem prestados aos alunos da rede municipal de ensino. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 16/11/2018. Processamento do Pregão: às 14 horas do dia 16/11/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

TERMO DE DESISTÊNCIA APOS CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1788368

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) LETICIA SERNAJOTTO URBANO DE MARAES, para o Cargo de Nutricionista, classificado em 05º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2015 - Secretaria Municipal de Saúde, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de outubro de 2018.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA APOS CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1788383

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) TAINÁ TESSARI, para o Cargo de Nutricionista, classificado em 06º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2015 - Secretaria Municipal de Saúde, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de outubro de 2018.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1788349

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) JOSELI FRANCESCHET, Cargo de Medico Generalista, classificado em 08º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 005/2018, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 16.6 do referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇÃO DL 24

Publicação Nº 1788334

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 24/2018 - DL
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 131/2018 Processo de Licitação: 131/2018 Data do Processo: 23/10/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 131/2018
b) Licitação Nr.: 24/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 30/10/2018
e) Data da Adjudicação: 30/10/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Locação de sala (depósito - construção mista), situada na Rua Duque de Caxias (acesso pela Travessa Franz Luck), centro, neste Município, com área útil de 210,00 m2, matrícula nº 551 no Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, para desenvolvimento da prática de judô pelos alunos da rede municipal de ensino.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

EMPREENHIMENTOS IMOB.BRAGAGNOLO LTDA (2615)

1 Locação de sala (depósito - construção mista), situada na Rua Duque de Caxias (acesso pela Travessa Franz Luck), centro, neste Município, com área útil de 210,00 m2, matrícula nº 551 no Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, para desenvolvimento da prática de judô pelos alunos da rede municipal de ensino.	MÊS	12,00	0,0000	1.225,00	14.700,00
--	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 14.700,00

Total Geral: 14.700,00

Joaçaba, 30 de Outubro de 2018.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 24/2018 - DL**

Processo Administrativo: 131/2018
Processo de Licitação: 131/2018
Data do Processo: 23/10/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.047.3.3.90.00.00.00.00 (266)

Joaçaba, 30 de Outubro de 2018.

Assinatura do Responsável

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

Publicação Nº 1788774

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC**

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	META DE RENTABILIDADE	2
3.	MODELO DE GESTÃO	2
4.	ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	2
5.	SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)	3
6.	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)	4
7.	VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	5
8.	LIMITES DE ALOCAÇÃO	5
9.	SELEÇÃO DE ATIVOS	7
10.	GESTÃO DE RISCOS	8
11.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	8
12.	CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS	9
13.	ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS	9
14.	DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS	9
15.	DISPOSIÇÕES GERAIS	9
16.	ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO	11
17.	ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO	14

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES** apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2019, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de outubro de 2018, Ata nº 202.
- 1.2. A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.
- 1.3. A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2019, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.
- 1.4. Ao aprovar a Política de Investimento 2019, será possível identificar principalmente que:
 - 1.4.1. O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
 - 1.4.2. Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;
 - 1.4.3. O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações;

1.4.4. O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e na Portaria MPS nº 519/2011 vigente, bem como no processo de credenciamento das instituições.

2. META DE RENTABILIDADE

- 2.1. Em linha com sua necessidade atuarial, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES** busca como meta, que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a **6% (seis por cento)** acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) divulgado pelo IBGE. Em outubro de 2018, a expectativa da meta atuarial para o final de 2019 é de 10,45%. Em relação a taxa básica de juros da economia (Selic Média) a previsão para o ano de 2019 é de 7,31%.
- 2.2. Para o cálculo da expectativa da meta atuarial, foram utilizadas as projeções de inflação para 2019, fundamentadas através das expectativas do Banco Central do Brasil, Instituição Fiscal Independente (IFI) e outras instituições financeiras.

EXPECTATIVA 2019

INPC	4,20%
------	-------

3. MODELO DE GESTÃO

- 3.1. Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES** adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

4. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

- 4.1. Embora o RPPS busque investimentos que atendam suas necessidades atuariais no longo prazo, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.
- 4.2. No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos, observadas as seguintes regras:

- 4.2.1. No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- 4.2.2. O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;
- 4.2.3. Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que 12 (doze) meses poderão receber recursos de preferência quando a rentabilidade do fundo estiver enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 (quinze) primeiros dias de andamento de cota do fundo, dado que podem ocorrer distorções em suas cotas iniciais;
- 4.2.4. As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
- A. Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
 - B. Quando se tratar de fundo sem histórico de cotas;
 - C. Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
 - D. Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;

5. SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)

5.1. TÍTULOS PÚBLICOS

- 5.1.1. As operações realizadas diretamente numa carteira própria de títulos públicos federais, deverão ser realizadas por meio de plataforma eletrônica, administrada por instituições autorizadas, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.
- 5.1.2. Os títulos públicos federais adquiridos deverão ser classificados e contabilizados separadamente, conforme a Portaria SPREV/MF nº 04 de 05 de fevereiro de 2018, por:
- A. Marcação na curva – (Títulos mantidos até o vencimento);
 - B. Marcação a mercado – (Títulos para negociação).

5.2. FUNDOS DE RENDA FIXA

- 5.2.1. No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas

operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

5.2.2. **Incisos I, b; I, c e III – Investimento:** Para novas alocações a performance em 12 (doze) meses do fundo poderá ser de no máximo **0,70 p.p.** abaixo da performance do índice de referência. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses do fundo for **0,80 p.p.** menor do que a rentabilidade do benchmark, durante **06 (seis) meses consecutivos**;

5.2.3. **Incisos IV e VII, b – Investimento:** Para novas alocações a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou **superior a 100%** deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for **inferior a 99%** do CDI, durante **06 (seis) meses consecutivos**.

6. SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)

6.1. FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL

6.1.1. **Incisos I e II –** Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, **não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável**, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento;

6.2. FUNDOS MULTIMERCADOS

6.2.1. **Inciso III – Investimento:** Para novas alocações em fundos multimercados a performance mínima em 12 (doze) meses de preferência será igual ou **superior a 100%** do benchmark. **Desinvestimento:** Os fundos multimercados cuja rentabilidade em 12 (doze) meses for abaixo do benchmark por **06 (seis) meses consecutivos** poderão ter sua posição reduzida em 100%.

6.3. FUNDOS IMOBILIÁRIOS E FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES

6.3.1. **Inciso IV, a; IV, b –** Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do

produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence*.

- A. Em relação aos FIP (Fundos de Investimentos em Participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no § 5º, do inciso IV no artigo 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.
- B. Para os FII (Fundos de Investimentos Imobiliários), será verificado o histórico em 12 (doze) meses, antes da aplicação, para apurar a participação em 60% dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

7. VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES além de seguir a todas as diretrizes, normas, definições e classificações dos produtos de investimentos impostas pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, e a Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, as aplicações a serem realizadas pelo RPPS, deverão obedecer às seguintes vedações impostas por esta Política de Investimento para:

7.2. FUNDOS RENDA FIXA E MULTIMERCADO

7.2.1. Serão efetuadas apenas aplicações em fundos que tenham na composição das suas carteiras, ativos considerados de baixo risco de crédito, preferencialmente com **classificação mínima (BBB)** por agência classificadora de risco estrangeira.

7.3. MULTIMERCADO

7.3.1. É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de **5% do patrimônio** em FIP e FII.

7.4. FIDC

7.4.1. Serão realizadas apenas aplicações em FIDC, preferencialmente, com **classificação mínima (A)** por agência classificadora de risco estrangeira.

8. LIMITES DE ALOCAÇÃO

8.1. A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7º - RENDA FIXA	100%	0%		100%
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	0%	20,0%	50%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	0%	35,0%	100%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	0%	0,0%	50%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0%	0,0%	0%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	60%	0%	5,0%	60%
ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	60%	0%	0,0%	40%
FI RENDA FIXA – GERAL - ART. 7º, IV, A	40%	0%	19,0%	40%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	40%	0%	0,0%	30%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0%	0,0%	10%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0%	0,0%	10%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	0%	0,0%	0%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	5%	0%	0,2%	5%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	5%	0%	0,5%	5%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	5%	0%	0,0%	5%
LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	30%	0%		30%
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	30%	0%	1,3%	13%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	30%	0%	2,0%	10%
FI DE AÇÕES – GERAL - ART. 8º, II, A	20%	0%	7,0%	10%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	20%	0%	0,0%	10%
FI MULTIMERCADO – ABERTO - ART. 8º, III	10%	0%	9,0%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0%	0,2%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	5%	0%	0,8%	5%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

8.2. O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A ART. 7º, III, B	60%
ART. 7º, IV A ART. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 8º	30%

9. SELEÇÃO DE ATIVOS

9.1. A seleção dos produtos para avaliação no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências principais do credenciamento de fundos, divulgado pela Secretaria da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

9.1.1. O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:

- A. Análise das medidas de risco;
- B. Análise dos índices de performance;
- C. Análise de índices de eficiência;
- D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do benchmark. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.

10. GESTÃO DE RISCOS

10.1.O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

- **IMPRES** atendendo ao previsto no inciso V, artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece em sua Política de Investimentos regras que permitam identificar, mensurar e controlar os riscos aos quais os investimentos estão expostos.

10.2.Abaixo apresentamos os critérios que serão utilizadas para a gestão de riscos da carteira do RPPS:

10.2.1. Volatilidade: é o Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio.

10.2.2. Value at Risk - VaR (95%): sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

10.3.O controle de risco da carteira deverá ser feito de acordo com os seguintes parâmetros:

MÁXIMO	
VOL	7%
VAR	11%

11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

11.1.O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

- **IMPRES** busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos métodos para o processo de credenciamento das instituições financeiras e os produtos por ela ofertados, criadas rotinas periódicas de envio das informações destas instituições e dos produtos que receberam recursos deste RPPS e normas para divulgação dos resultados.

11.2.A diretoria realizará reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, poderão ser chamados os gestores e representantes das instituições onde os recursos estão alocados e/ou a consultoria de investimentos.

12. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

12.1. Serão adotados como credenciamento, seguindo o art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011, por meio da Nota Técnica SPPS nº 17/2017, os Questionários *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima) – Seção 1.

13. ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS

13.1. As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, **no mínimo mensalmente**, onde deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, mensalmente, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS **arquivo no formato XML** para que o risco da carteira possa ser apurado.

14. DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

14.1. Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar os investimentos.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2019, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de 12 (doze) meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterados.

15.2.As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimentos, que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de outubro de 2018, Ata nº 202.

16. ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO

16.1.INTERNACIONAL

16.1.1. Estados Unidos – Durante o ano de 2018, a economia dos Estados Unidos apresentou acelerado crescimento econômico, resultado de políticas fiscais expansionistas impostas pelo presidente Donald Trump. O mercado de trabalho fortalecido fez com que os gastos dos consumidores aumentassem, ao mesmo tempo em que os cortes em impostos corporativos impulsionaram o investimento empresarial. Como consequência, o crescimento do produto americano para o ano é estimado em 3,0%. Com relação a política monetária, em 2018 os EUA iniciaram o movimento de elevação gradual dos juros. Com a inflação permanecendo ao redor da meta, como é o estimado, os juros devem terminar o ano no intervalo entre 2,25% e 2,50%. Para 2019, o crescimento deve continuar, apesar de diminuir conforme se esgotem os efeitos dos estímulos fiscais. É estimado um crescimento de 3,1%, consequência do aquecido mercado de trabalho que deve apresentar bom desempenho conforme continuem os gastos dos consumidores e a demanda das empresas, que faz com que as mesmas aumentem o investimento. O aumento em produtividade que aconteceu neste ano também estimulará o crescimento da economia. Os principais fatores de risco para a economia americana são os advindos da guerra comercial travada pelo país, cujas consequências, principalmente nas exportações, ainda não puderam ser mensuradas. A maior demanda por trabalhadores que acarreta crescimento dos salários também pode forçar a um aumento de salários que refletiria diretamente sobre a inflação. Nesse sentido, são esperados, no mínimo, mais 3 aumentos nas taxas de juros do país em 2019, sendo 2 deles apenas no 1º trimestre quando a taxa ficaria entre 2,75% e 3,00%. Com esses aumentos, a instabilidade nos países emergentes pode aumentar ainda mais.

16.1.2. Zona do Euro – Já na Zona do Euro, o movimento, assim como nos Estados Unidos, será de normalização das taxas de juros em 2019. O Banco Central Europeu manteve, durante 2018, um programa de estímulos à economia europeia. Com isso, é estimado um crescimento da economia de cerca de 2,2% em 2018 enquanto que a inflação deve permanecer ao redor da meta de 2%. Em dezembro, o programa de estímulos deve ser encerrado e, a partir de então, é esperado para o verão de 2019 o início da elevação das taxas de juros que hoje se encontram em 0%. Bem como nos EUA, esse processo diminui a liquidez mundial disponível para investimentos, impactando principalmente as economias emergentes.

16.1.3. China – Na economia chinesa, 2018 foi um ano com sinais de enfraquecimento. O governo divulgou diversos indicadores que demonstraram uma forte

desaceleração principalmente nas vendas do varejo e em investimento em ativos fixos. Os dados chamam a atenção, pois o crescimento de investimentos e a demanda do consumidor são os principais fatores de impulso da economia chinesa. Para 2019, esse enfraquecimento deve continuar. O impacto negativo dos altos preços do petróleo sobre a demanda global, o aperto do governo chinês nas condições de crédito (reduzindo a demanda e elevando o custo de capital), os desafios relativos à produtividade e à dívida externa, além das incertezas em relação a guerra comercial são apontadas como as principais causas da desaceleração do crescimento do país.

16.2. BRASIL

16.2.1. No cenário econômico brasileiro, o ano foi de grande instabilidade e, consequentemente, vasta volatilidade nos mercados. Após iniciar 2018 com projeções de crescimento de até 2,7% e com elevada confiança em uma retomada da economia, os mercados foram reduzindo as suas expectativas. Espera-se, hoje, um crescimento de apenas 1,46%, estimativa que vem constantemente sendo reduzida para baixo, segundo o relatório Focus de mercado. A paralisação dos caminhoneiros que aconteceu em maio, e a incerteza do cenário eleitoral são os principais fatores para a queda na confiança e nas expectativas econômicas. Pôde-se observar, claramente, a deterioração dos indicadores econômicos a partir do referido mês. Com a paralisação dos transportes de cargas, a fragilidade do governo foi exposta e acabou por afetar a retomada dos setores produtivos. Como consequência, o mercado de trabalho continuou enfraquecido, bem como o consumo das famílias e os investimentos. Ademais, anos eleitorais, como é o ano de 2018, já são caracterizados por altos níveis de incertezas que costumam travar, principalmente, investidores. Esse ano, em especial, a eleição apresenta extrema importância dado os desafios que o país tem pela frente, potencializando ainda mais a influência da política sobre a economia.

16.2.2. No cenário externo, por sua vez, crises nos países emergentes acabaram influenciando a economia interna. É o chamado “contágio”. Investidores consideram o grupo de países emergentes como semelhantes. Assim, quando uma crise afeta um dos países pertencentes ao grupo, eles tendem a retirar seu dinheiro de todos os outros. Foi o que aconteceu com as crises ocasionadas na Turquia e na Argentina, que acabaram por impactar negativamente as condições financeiras no Brasil, com a fuga de capital. Somado a isso, o aumento gradativo das taxas de juros nos países desenvolvidos também fez com que os investidores retirassem dinheiro do país, transferindo seus recursos para os países mais atrativos por possuírem menores níveis de risco.

Para 2019, com o término das eleições, a economia vai andar de acordo com quem estiver no poder. Os fundamentos econômicos brasileiros, principalmente relativos ao setor externo, estão bem fundamentados, mas muito ainda deve ser feito. O principal risco para a economia diz respeito ao setor fiscal. Diante disso, reformas fiscais como a reforma da previdência devem ser realizadas. Ademais, a reforma tributária, uma maior abertura comercial, medidas que visem o aumento da produtividade e que visem a concessão e privatização de estatais também devem estar na pauta.

Assim, se o próximo presidente eleito conseguir implementar parte ou totalidade das medidas necessárias a economia deve retomar o crescimento e a sua intensidade irá variar de acordo com as medidas que foram implementadas. Nesse cenário a economia deve crescer entre 2,5 e 3%, com a inflação permanecendo ao redor de 4,1%. Como consequência, a Selic deve aumentar apenas no segundo semestre de 2019, terminando o ano em 8%. Por outro lado, caso seja eleito um presidente que não esteja comprometido com as reformas necessárias, ou que não consiga fazer as reformas serem aprovadas, há risco de baixo crescimento econômico e até de recessão. A inflação deve ficar acima da meta de 4,25% enquanto a Selic pode aumentar ainda em 2018.

17. ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
Aaa.br	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
Aa	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
Baa	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
Ba	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
Caa	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
Ca	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD DD D	INADIMPLENTE DEFAULT.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO PRESENCIAL 0074/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1786454

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0083/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0074/2018
PROTOCOLO JHL 2902/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0074/2018 – Licitação 0083/2018, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA O CONJUNTO MOTO BOMBA SUBMERSO DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 14/11/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 14/11/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 31/10/2018 a 14/11/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.
Joaçaba - SC, 29 de outubro de 2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Lacerdópolis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.158.2018

Publicação Nº 1787848

LEI MUNICIPAL Nº. 2.158 DE 29 DE OUTUBRO 2018.

Dispõe sobre a criação no âmbito municipal o Centro de Educação Infantil Anjo Azul e o Centro Integrado de Educação de Lacerdópolis - CIEL, além de outras providências.

Eu, SÉRGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério da Educação, informo a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado na rede municipal de ensino o Centro de Educação Infantil Anjo Azul e o Centro Integrado de Educação de Lacerdópolis – CIEL.

Art. 2º - O Centro de Educação Infantil Anjo Azul, ora localizado na Rua 31 de Março, n. 1.508, Centro, atenderá as crianças nas modalidades creche e pré-escola.

§1º - A modalidade creche abrange crianças de 06 (seis) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses de idade.

§2º - A modalidade pré-escola abrange crianças de 03 (três) anos à 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade.

§3º - O ingresso do aluno na modalidade Pré-escola, deverá obedecer ao limite de corte, assim considerado a data de 31 (trinta) de março.

Art. 3º - A Educação Infantil faz parte da Educação Básica, sendo que a pré-escola é um ensino obrigatório e a creche é opcional para cada família.

Art. 4º - O Centro Integrado de Educação de Lacerdópolis – CIEL, ora localizado na Rua Sete de Setembro, n. 92, Centro, junto a Escola de Educação Básica Estadual Joaquim D'Agostini (conforme Termo de Empréstimo celebrado com o Estado de Santa Catarina), atenderá os estudantes do Ensino Fundamental, de 1º ao 5º ano.

Parágrafo único: É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 06 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Art. 5º - A rede municipal de ensino é vinculada a Secretaria de Educação, estando juntamente com os diretores e coordenadores destas instituições, eventualmente nomeados pelo chefe do Poder Executivo, sujeitos as normas e regulamentos editados pelo Conselho Municipal de Educação demais órgãos federais e estaduais que tenham atribuições relacionadas a educação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas, por incompatibilidade e/ou perda de objeto, a Lei Ordinária n. 1.281 de 08 de junho de 1.998, o art. 32 da Lei Ordinária n. 2.046 de 02 de maio de 2.016 e o Decreto n. 20 de 30 de abril de 2.012.

Lacerdópolis/SC, 29 de outubro de 2018.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

Lages

PREFEITURA

PP 48/2018 SMS, PP 73/2018 PML

Publicação Nº 1788136

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 48/2018 SMS

Objeto: Registro de Preços para à Aquisição de Materiais de Construção, Ferramentas e Outros para a Realização de Manutenção em todas as Unidades de Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da Secretaria Municipal da Saúde.

Abertura: 19/11/2018 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 265.884,72

Modalidade: Pregão Presencial 73/2018 PML

Objeto: Contratação de Seguradora, para Seguro Total veicular (cobertura abrangente, isto é, seguro total contra colisão, incêndio, roubo e furto), com assistência 24 horas, aos veículos pertencentes à frota da Prefeitura do Município de Lages.

Abertura: 20/11/2018 às 09h

Valor Estimado: R\$ 237.175,36

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 31 de outubro de 2018.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

CRENCIAMENTO_VERAO_01/2018

Publicação Nº 1788755

EDITAL DE TEMPORADA DE VERÃO Nº 001 - 2018/2019

EDITAL DE CRENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM PONTO FIXO (ATRAVÉS DE TRAILLERS, FOOD TRUCKS, BARRACAS OU QUIOSQUE DE SORVETE/PICOLÉ) SITUADO NA ORLA DAS PRAIAS DE LAGUNA DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2018/2019, QUE OCORRE NO PERÍODO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2018 A 31 DE MARÇO DE 2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, através da SECRETARIA DE TURISMO E LAZER, E SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, com sede na casa Pinto D'Ulysséa na Rua Júlia Nascimento s/n, Centro Histórico, Laguna – SC, e Centro Administrativo Municipal, na rua Oswaldo Cabral – Centro Histórico, Laguna - SC, respectivamente, torna público que estará credenciando os interessados em exercer a atividade de COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM PONTO FIXO NA ORLA DAS PRAIAS DE LAGUNA, de acordo e pelas especificações e condições descritas neste Edital. O credenciamento ocorrerá no período de 5 de novembro a 23 de novembro de 2018.

1. DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Credenciamento é a concessão de permissão de caráter provisório (Temporada 2018/2019) para exploração de COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM PONTO FIXO NA ORLA DAS PRAIAS DE LAGUNA, conforme abaixo;

1.1.1 – TRAILLERS, FOOD TRUCKS, BARRACAS OU QUIOSQUES DE SORVETE/PICOLÉ;

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	Idoso 3%
1. Praia do Mar Grosso	25	2	-
2. Praia do Sol	02	-	-
3. Praia do Gí	02	-	-
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	02	-	-
5. Praia de Itapirubá	02	-	-
6. TOTAL	33	2	-

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.2 – Os participantes credenciados por este Edital poderão promover o comércio de milho verde, coco verde, caldo de cana, suco, água, refrigerante, cerveja em lata, energético, coquetéis, alimentos e sorvetes/picolés.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 – O presente Credenciamento destina-se EXCLUSIVAMENTE a PESSOAS FÍSICAS, qualificadas para o exercício das atividades objeto deste Edital.

2.2 - De acordo com o Decreto Federal nº 3. 298/1999, 10% (dez por cento) das vagas previstas neste Edital de Credenciamento serão destinadas às pessoas com deficiência física, na Orla da Praia onde houver possibilidade de divisão, devidamente comprovado segundo este Edital.

2.3 – De acordo com o Decreto Federal nº 5.296/2004, 03% (três por cento) das vagas disponibilizadas por este Edital serão preenchidas preferencialmente por pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. A porcentagem de vagas previstas aos idosos por Lei estará contemplada na Orla da Praia, onde houver possibilidade de divisão.

2.4 – Para os efeitos deste Edital de Credenciamento, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como ÁREA PÚBLICA.

2.5 – A Inscrição e o Alvará de Licença concedido ao participante credenciado são PESSOAIS e INTRANSFERÍVEIS. É expressamente PROIBIDA A VENDA, A CESSÃO OU ALUGUEL DO PONTO, o que, se confirmado, culminará na cassação do Alvará de Licença, previstas no item 17 deste Edital.

2.6 – O Trailers, Food Trucks, Barracas ou Quiosques de Sorvetes/Picolés que será instalada pelo participante credenciado deverá seguir os padrões definidos através da Prefeitura Municipal de Laguna e assim descritos:

2.6.1 – OS TRAILLERS

Os Trailers deverão ter o padrão de infraestrutura e normas sanitárias descritas neste edital para atendimento aos clientes e conservação/pintura externa em bom estado. Sendo considerado Trailer todo equipamento sobre rodas com medidas superiores a 3 (três) metros de comprimento e 2,5 (dois e meio) metros de largura.

2.6.2 – OS FOOD TRUCKS

Os Food Trucks deverão ter o padrão de infraestrutura e normas sanitárias descritos neste edital para atendimento aos clientes e conservação/pintura externa em bom estado. Sendo considerado Food Truck todo equipamento com motorização própria sobre rodas com medidas superiores a 3 (três) metros de comprimento e 2,5 (dois e meio) metros de largura.

2.6.3 – AS BARRACAS

As Barracas deverão ter o padrão de infraestrutura e normas sanitárias descritas neste edital para atendimento aos clientes e conservação/pintura externa em bom estado. A Barraca deverá ter sua estrutura em material alumínio ou fibra de vidro com medidas superiores a 3 (três) metros de comprimento e 2,5 (dois e meio) metros de largura.

2.6.4 – OS QUIOSQUES DE SORVETES/PICOLÉS

Os Quiosques de Sorvetes/Picolés deverão ter o padrão de infraestrutura e normas sanitárias descritos neste edital para atendimento aos clientes e conservação/pintura externa em bom estado. Os Quiosques de Sorvetes/Picolés deverão ter sua estrutura em material alumínio ou fibra de vidro com medidas superiores a 3 (três) metros de comprimento e 2,5 (dois e meio) metros de largura.

2.7 – Os participantes deverão informar, no ato da inscrição, o nome e a documentação de até 01 (um) assistente que atuará em conjunto com o representante legal da Pessoa Física inscrita.

2.8 – É obrigatória a presença do representante legal da Pessoa Física credenciada e/ou do assistente no ponto em que foi consagrado vencedor no Edital, sob pena de cassação do Alvará de Licença.

2.9 – O Alvará de Licença concedido ao Participante credenciado irá indicar as duas pessoas físicas (Representante legal e o assistente indicado na inscrição) que deverão estar presentes, conjuntas ou individualmente, durante todo o seu período de vigência.

2.10 – É vedada a substituição do representante legal da Pessoa Física ou do assistente cadastrado no ato da inscrição, salvo por motivo justificado que deverá ser apreciado pela Comissão de Avaliação.

2.11 – Todo requerente está sujeito às condições fixadas neste instrumento convocatório, que faz Lei entre as partes.

2.12 – NÃO SERÁ CONCEDIDA À MESMA PESSOA FÍSICA MAIS DE UMA LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE (EM EQUIPAMENTO MÓVEL OU FIXO) OFERECIDOS PELOS EDITAIS 001 e 002 DE TEMPORADA DE VERÃO 2018/2019, EXCETO PARA O ÍTEM CARRINHO DE PICOLÉ. O PARTICIPANTE QUE FOR SELECIONADO EM MAIS DE UMA ATIVIDADE, AINDA QUE DE EDITAIS DIFERENTES, DEVERÁ FAZER OPÇÃO PELA ATIVIDADE QUE DESEJA DESEMPENHAR NO PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL, SOB PENA DE SER HABILITADO PARA A PRIMEIRA ATIVIDADE EM QUE FOI INSCRITO.

2.13 – OS TRAILLERS E FOOD TRUCKS TERÃO QUE APRESENTAR DOCUMENTOS DE LICENCIAMENTO ANUAL DE PORTE OBRIGATÓRIO DO VEÍCULO EM DIA E EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB, SEGUNDO A LEI nº 9.503/1997. PARA MAIS INFORMAÇÕES CONSULTAR O CIRETRAN DE SUA CIDADE.

3. DA INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO

3.1 – Os interessados em participar do presente Edital deverão inscrever-se junto ao SETOR DE PROTOCOLO da Prefeitura Municipal de Laguna, de segunda a sexta feira, das 13:00 horas às 18:00 horas, situado na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna - SC, durante o período compreendido entre os dias 07/11/2018 e 23/11/2018.

3.2 – Não haverá prorrogação do prazo de inscrição.

3.3 – O participante deverá apresentar, no ato da inscrição, os documentos de habilitação exigidos neste Edital (Item 9) e preencher o requerimento de inscrição (ANEXO I), sob pena de ser inabilitado (conforme item 17) .

3.4 – O requerimento de inscrição deverá descrever, de maneira legível, os dados do Participante (Pessoa Física), os dados pessoais do Representante Legal da Pessoa Física, os dados pessoais do Assistente que poderá atuar no ponto, a indicação da praia para qual o participante deseja concorrer. O requerimento de inscrição se dará através de abertura de Processo Físico.

3.5 – Não será permitido, sob nenhuma circunstância, o credenciamento dos participantes com documentação pendente. O Protocolo Geral está orientado para apenas receber dos candidatos que apresentarem TODOS os documentos solicitados neste Edital, não sendo possível juntar novos documentos de habilitação após a entrega. Orienta-se que o participante retorne em outra data, dentro do prazo estabelecido, com a documentação completa para efetivar o credenciamento. O credenciamento não garante a seleção do candidato.

3.6 – Os participantes poderão apresentar apenas uma única inscrição por atividade e por praia neste Edital de Credenciamento para Temporada de Verão 2018/2019.

3.7 – O participante que se inscrever mais de uma vez para a mesma praia só concorrerá com a última inscrição realizada, sendo as demais desconsideradas para qualquer fim.

3.8 – A inscrição é pessoal e intrasferível.

3.9 – A Prefeitura Municipal de Laguna, através do Protocolo Geral, receberá e tramitará os processos de inscrição para o presente Edital. O Protocolo apenas aceitará o processo do requerente com todos os documentos obrigatórios ficando o participante ciente de que, o cumprimento das obrigações previstas neste Edital/ quanto aos documentos obrigatórios é de sua exclusiva responsabilidade e que a ausência de tais documentos culminará com sua inabilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Edital de Credenciamento SOMENTE PESSOAS FÍSICAS.

5. DAS VEDAÇÕES

5.1 – É vedada a inscrição neste Edital:

a) de pessoas jurídicas.

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou linha colateral até o 4º grau de membro ou colaborador da Comissão da Temporada 2018/2019;

c) Servidor Público (Municipal, Estadual ou Federal);

d) pessoa que seja, para a prática dos atos da vida civil, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e/ou legalmente impedidos, por efeito de condenação penal e/ou por se tratar de estrangeiro irregular no Brasil.

5.1.1 – É vedada ainda a inscrição de assistente que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou em linha colateral até o 4º grau de membro ou colaborador da Comissão da Temporada 2018/2019; que seja servidor público, ou; que seja, para a prática dos atos da vida civil, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e/ou legalmente impedido, por efeito de condenação penal e/ou por se tratar de estrangeiro irregular no Brasil.

5.2 – O participante que apresentar inscrição que afronte o disposto nas cláusulas de vedação está automaticamente inabilitado.

6. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 – Toda a documentação exigida por este Edital de Credenciamento deverá ser apresentada em original com cópia perfeitamente legível. Documentação ilegível tornam o candidato inabilitado.

6.2 – O requerente que não apresentar qualquer dos documentos constantes da lista de documentação obrigatória para habilitação será automaticamente INABILITADO.

6.3 – Em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, a Comissão de Avaliação procederá ao cancelamento da inscrição e automaticamente a sua eliminação do Edital, podendo adotar medidas legais contra a pessoa, inclusive as de natureza criminal.

7. DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

7.1 DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE

☐ a) requerimento devidamente preenchido anexado ao Processo Físico; (Anexo I)

☐ b) cópia de comprovante de residência em nome do requerente;

☐ c) cópia de documento de identidade com foto (RG);

c1) SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Carteiras expedidas pelos comandos Militares, pela Secretaria de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.) Passaporte; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por Órgão Públicos, que por Lei Federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho; Carteira de Nacional de Habilitação (modelo com foto).

c2) NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Certidões de Nascimento, CPF, Título Eleitoral, Carteira de Motorista (modelo sem foto), Carteira de Estudante, Carteiras Funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

☐ d) cópia do cadastro de pessoa física (CPF);

<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>

☐ e) Prova de quitação com a Fazenda Municipal de Laguna (CND) da Pessoa Física - CPF;

<http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/sistema.php?servicoid=3551>

☐ f) Certidão de antecedentes criminais Estadual.

<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100>

☐ g) Certidão de antecedentes criminais Federal.

<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>

☐ h) Cópia do licenciamento do veículo a ser usado (Food Truck ou Trailer) dentro das conformidades do CIRETRAN.

☐ i) Fotos legíveis dos equipamentos que serão utilizados para exercer a atividade.

i1) SERÃO CONSIDERADAS FOTOS LEGÍVEIS:

Impressa em papel fotográfico e colorida (10x15). Mínimo 02 (duas) fotos recentes, de posições diferentes e próximo do equipamento.

☐ j) Atestado de Saúde para trabalhar com manipulação de alimentos, com validade de 01 (um) ano (caso o requerente desenvolva as atividades com a manipulação de alimentos).

§ 1º – Será considerada válida a certidão emitida dentro de 90 (noventa) dias da sua apresentação, desde que a mesma não descreva expressamente o seu prazo de validade e/ou se legislação específica não defina prazo diverso.

§ 2º – Os participantes, no ato da inscrição, ficam obrigados a apresentarem toda documentação exigida no Edital, ainda que apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.2 DO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE

☐ a) Documento de identidade válido com foto;

a.1) SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pela Secretaria de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por órgãos públicos, que por Lei Federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho; Carteira Nacional de Habilitação (modelo com foto).

a.2) NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Certidões de Nascimento, CPF, Título Eleitoral, Carteira de Motorista (modelo sem foto), Carteira de Estudante, Carteiras Funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

☐ b) Comprovante de Situação Cadastral do Cadastro de Pessoa Física – CPF; <http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/sistema.php?servicoid=3551>

☐ c) Certidão de Antecedentes Criminal Estadual;

<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>

☐ d) Certidão de Antecedentes Criminal Federal;

<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>

☐ e) Atestado de Saúde para trabalhar com manipulação de alimentos, com validade de 01 (um) ano (caso o representante desenvolva as atividades com a manipulação de alimentos).

7.3 DO ASSISTENTE

☐ a) Documento de identidade válido com foto;

a.1) SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pela Secretaria de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por órgãos públicos, que por Lei Federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho; Carteira Nacional de Habilitação (modelo com foto).

a.2) NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Certidões de Nascimento, CPF, Título Eleitoral, Carteira de Motorista (modelo sem foto), Carteira de Estudante, Carteiras Funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

☐ b) Comprovante de Situação Cadastral do Cadastro de Pessoa Física – CPF; <http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/sistema.php?servicoid=3551>

☐ c) Certidão de Antecedentes Criminal Estadual;

<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>

☐ d) Certidão de Antecedentes Criminal Federal;

<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>

☐ e) Atestado de Saúde para trabalhar com manipulação de alimentos, com validade de 01 (um) ano (caso o assistente desenvolva as atividades com a manipulação de alimentos).

7.4 DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS ADICIONAIS PARA REQUERENTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

☐ a) Laudo Médico legível; que deverá atestar o tipo de necessidade especial ou deficiência, bem como as condições de aptidão para o trabalho, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, nome do médico e seu registro no Conselho Regional de Medicina - CRM;

§ 1º – O Laudo Médico deverá ser legível, sob pena de não ser considerado válido, e deverá ser expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições.

§ 2º – Não serão considerados, para fins de habilitação nesta categoria, os documentos de benefícios de invalidez concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou qualquer outro órgão público ou privado.

§ 3º – O participante inscrito que declarar possuir representante legal portador de necessidades especiais ou com deficiência e solicitar concorrer às vagas poderá ser encaminhado para avaliação de médico da Prefeitura, a fim de atestar as condições mínimas necessárias para a atividade requerida, ou ter seus documentos encaminhados para avaliação de médico da Prefeitura, em caso de dúvidas da Comissão de Avaliação.

§ 4º – Somente os inscritos que possuam representante legal portador de necessidades especiais ou com deficiência poderão participar da seleção das vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais ou deficiência.

8. DOS TRIBUTOS DEVIDOS

8.1 – O exercício da atividade comercial objeto do presente Edital de Credenciamento implica o pagamento dos tributos municipais especiais para a Temporada de Verão 2018/2019 fixado por este Edital, bem como de outras taxas indicadas.

8.2 – Somente poderá exercer a atividade objeto deste Edital, o participante credenciado que tiver em seu poder o Alvará de Licença e a Autorização Sanitária concedidos pelo Poder Público Municipal, e que tiver recolhido as seguintes taxas, com os valores indicados:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	900 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	150 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	100 UFRM

8.3 – Os valores das taxas municipais deste Edital deverão ser liquidados impreterivelmente antes da retirada do Alvará de Licença, até o dia 26/11/2018 pelo credenciado.

8.4 – Não serão acolhidos pedidos de cancelamento das taxas lançadas após a emissão do Alvará de Licença, independentemente de ter o credenciado desistido de exercer a atividade para a qual foi inscrito.

9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1 – A seleção das vagas dos participantes se dará através de inscrição no PROTOCOLO GERAL e obedecendo a esta ordem de inscrição que se dará a escolha do ponto, no dia da marcação dos mesmos no dia 10/12/2018, desde que habilitado por Comissão de Avaliação.

9.2 – A Comissão designada cabe a análise dos documentos de habilitação dos participantes que foram inscritos.

9.3 – Os participantes terão sua documentação de habilitação analisadas até o dia 29/11/2018.

9.4 – Serão considerados HABILITADOS os participantes que forem credenciados e que tenham apresentado toda a documentação obrigatória indicada no item 7 deste Edital e conforme o número de vagas.

9.5 – Em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.296/2004, 3% (três por cento) da totalidade das vagas disponibilizadas serão preenchidas por pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. A porcentagem de vagas previstas aos idosos por lei está contemplada pela totalidade das vagas oferecidas por este Edital de Credenciamento.

10 DOS RECURSOS

10.1 – Os participantes que forem julgados inabilitados poderão protocolar recurso da decisão no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, nos dias 03/12/2018 e 04/12/2018, mediante apresentação de requerimento com exposição de motivos. O recurso deverá ser protocolado exclusivamente no Protocolo Geral do Município de Laguna, localizado na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna- SC.

10.2 – Caberá a Comissão de Avaliação a análise e julgamento dos recursos, que deverá ser apreciado até o dia 05/12/2018.

11 DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Uma vez elaborada a Lista dos Habilitados, o resultado será submetido a Secretária da Fazenda, Administração e Serviços Públicos para HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO no dia 07/12/2018, e a subsequente afixação em mural do Município na Prefeitura Municipal de Laguna- SC.

12. DO PERÍODO DE INSTALAÇÃO E ENTREGA DO ALVARÁ

12.1 – A entrega do Alvará de Licença será realizada em reunião com os participantes selecionados no dia 10/12/2018, em local a ser definido. Os participantes que forem habilitados no presente Edital poderão instalar-se no seu ponto a partir do dia 11/12/2018, somente após a entrega pelo Poder Público Municipal do Alvará de Licença, a fim de que possam promover a montagem do Trailers, Food Trucks, Barracas e Quiosques de Sorvetes/Picolés e a adaptação ao exercício da atividade comercial.

12.1.1 – A entrega do Alvará de Licença será dia 10/12/2018, por ordem de chegada iniciada às 14:00 horas, com apenas 15 minutos de tolerância, independentemente do número de candidatos no local. É de responsabilidade do participante em chegar no local e hora indicados. Para aqueles que não cumprirem o horário marcado, deverão aguardar até o final da ordem daqueles que chegaram no horário, para serem chamados pela Comissão de Avaliação. Não será entregue o Alvará antes do horário estipulado.

12.2 – O credenciado ficará obrigado a observar todas as exigências contidas neste Edital durante o período de instalação, que ocorre de 11/12/2018 a 14/12/2018, em especial a de cumprir com as regras sanitárias, sob pena de sofrer as sanções previstas neste instrumento (conforme item 17). Neste período não poderá haver comercialização dos produtos.

12.3 – O credenciado está obrigado a portar documento de identificação com foto, a fim de permitir a fiscalização pelos órgãos do Poder Público Municipal, no tocante às pessoas autorizadas a exercer a atividade naquele ponto.

12.4 – Para fins de fiscalização sanitária, o credenciado deverá portar ainda a cópia do comprovante do Alvará Sanitário.

12.5 – O período de adaptação e instalação encerra-se no dia 14/12/2018, ficando o credenciado obrigado a portar e expor o Alvará de Licença em seu ponto a partir de 15/12/2018, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Edital.

13. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ALVARÁ DE LICENÇA

13.1 – Este Edital de Credenciamento concederá licença para o exercício de atividade comercial com vigência para a Temporada de Verão 2018/2019.

13.2 – O prazo de vigência dos Alvarás de Licença emitidos aos participantes que se sagrarem vencedores deste Edital de Credenciamento iniciará 15/12/2018 e findará em 31/03/2019.

13.3 – Os Alvarás de Licença somente serão liberados mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

14 DAS VAGAS REMANESCENTES

14.1 – As vagas remanescentes decorrentes da inabilitação de participantes credenciados serão disponibilizadas aos participantes credenciados nas vagas de suplência, observando a ordem de inscrição.

14.2 – No caso de os suplentes não preencherem a integralidade das vagas remanescentes decorrentes da inabilitação dos participantes credenciados, as mesmas serão disponibilizadas a partir de 17/12/2018 até concluir o número total de vagas.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA O COMÉRCIO

15.1 – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES CREDENCIADOS

15.1.1 – São deveres e obrigações dos participantes credenciados:

I – acatar e respeitar as normas do presente Edital, bem como todas as diretrizes da Prefeitura Municipal de Laguna fornecendo, com veracidade, os elementos de informação e os esclarecimentos solicitados pelos funcionários municipais em missões de fiscalização ou de organização da gestão dos mesmos;

II – atender, no prazo fixado, às determinações da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos; assim como à Fiscalização dos Serviços Públicos (uso do espaço público); à Vigilância Sanitária (higiene e saúde pública); Fiscalização Tributária (taxas e tributos); à Fiscalização Ambiental (poluição e impacto ambiental); assim como compreender que cada departamento responde ao seus determinados fins.

III – portar o Alvará de Licença da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos e o Alvará Sanitário em documento original e legível durante toda a Temporada de Verão 2018/2019;

IV – respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré-determinado, qual seja, das 08:00 horas às 03:00 horas.

15.1.2 – O prazo limite para montagem do Trailers, Food Trucks, Barracas e Quiosques de Sorvete/Picolé na Orla da praia será até o dia 14/12/2018.

15.1.3 – A não ocupação do ponto até o dia 14/12/2018 implicará o cancelamento do Alvará de Licença e na vacância do ponto.

15.1.4 – O participante credenciado que optar por encerrar o exercício das suas atividades antes do prazo final de vigência do Alvará de Licença deverá formalizar o pedido, devidamente protocolado no Protocolo Geral do Município a fim de evitar a cassação do Alvará.

15.1.5 – O encerramento do exercício das atividades independente de quando seja, embasado no item anterior, não implica cancelamento do pagamento das taxas, nem devolução do valor pago.

15.1.6 – Todo participante licenciado (representante legal e/ou assistente) deverá portar, durante todo o período de trabalho, um documento de identificação pessoal com foto e estar trajado adequadamente para o exercício da atividade e utilizando o Kit Credenciado (caso houver), que será fornecido posteriormente a seleção; bem como os Trailers e Food Trucks deverão estar com suas correspondentes placas de veículos e estar em conformidade com o CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB (ver item 2.13).

15.1.7 – É vedado ao participante credenciado:

I – ocorrer desvio de finalidade ou alteração da atividade comercial na unidade por parte do credenciado, em violação à disposição do presente edital;

II – locação, sublocação, cessão, arrendamento total ou parcial ou transferência a terceiros, por qualquer que seja o meio, da área objeto da concessão;

III – prática ilegal de ligação clandestina de água e eletricidade;

IV – alteração do local de instalação dos equipamentos, ou ainda, utilizar uma tenda adicional;

V – depósito de caixas ou objetos na área externa dos Traller, Food Truck, Barraca e Quiosque de Sorvete/Picolé;

VI – utilizar reboque e/ou trailer adicionais, para armazenar alimentos, bebidas e quaisquer objetos;

VII – utilização de equipamentos de sonorização;

VIII – uso de outro tipo de equipamento, a não ser o especificado no Edital.

16 DOS RESÍDUOS (LIXO)

16.1 – Todo o comércio em ponto fixo deverá estar provido de sacos plásticos para o acondicionamento de seus resíduos (lixo).

16.2 – Toda vez que a lixeira estiver cheia, os resíduos deverão ser acondicionados, amarrados e depositados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação da Fiscalização de Serviços Públicos.

16.3 – O comércio em ponto fixo de Trailers, Food Trucks, Barracas e Quiosques de Sorvete/Picolé deverão ter pelo menos 04 (quatro) lixeiras de 40 litros, revestidas com saco plástico e de fácil acesso aos clientes, sendo 02 (duas) dessas lixeiras devem ser para lixo seco (plástico, papel, lata, etc.) e 02 (duas) para lixo orgânico (restos de comida).

16.4 – O licenciado para ponto fixo deverá manter, no raio de pelo menos 20m (vinte metros) a partir do seu ponto, a área limpa e livre de lixo acumulado.

16.5 – É proibido o despejo de águas diretamente no meio ambiente.

16.6 – Os resíduos provenientes da atividade de venda de coco deverão estar acondicionados separadamente dos demais.

16.7 – O licenciado comerciante de água de coco deverá fornecer o nome da empresa do fornecedor de coco, endereço e CNPJ, quando solicitado pelas Fiscalizações da Prefeitura de Laguna. A Comissão de Avaliação tem como sugestão a contratação de empresas que realizem o destino final dos resíduos do coco, afim de reutiliza-lo de forma sustentável, garantindo assim seu total uso.

16.8 – A empresa fornecedora de coco ficará responsável pelo recolhimento dos cocos vazios, devendo depositar em locais que a Fiscalização de Serviços Públicos designar para a coleta.

17 DAS PENALIDADES

17.1 – As irregularidades e infrações cometidas pelos habilitados estarão sujeitas às penalidades previstas pelo Código de Posturas Municipal, entre outras pertinentes.

17.2 – O não cumprimento dos critérios estabelecidos neste Edital de Credenciamento e o não cumprimento da Legislação Municipal que ampara a matéria poderão acarretar em advertência formalizada através de comunicação, suspensão da atividade, apreensão do material, cassação do Alvará de Licença e/ou multa, dependendo da gravidade da infração, após a avaliação da Comissão de Avaliação.

17.3 – Cabe a Comissão de Avaliação verificar e decidir qual grave será a infração, podendo aplicar multa equivalente a 50% do valor do Alvará de Licença e a perda do mesmo. Além da impossibilidade de o habilitado participar de novas convocações com a mesma finalidade, no prazo de 03 (três) anos.

17.4 – Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro. Será considerado reincidente todo aquele que violar novamente um mesmo preceito legal, por cuja infração já tenha sido notificado.

18 DAS REGRAS PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS

18.1 – Os manipuladores de alimentos devem apresentar rigoroso asseio pessoal, utilizar uniforme de cor clara (jaleco ou avental), ter os

cabelos completamente protegidos, unhas sem esmalte, curtas e limpas e não utilizar adornos.

18.2 – Os manipuladores de alimentos devem higienizar as mãos constantemente e sempre que tocarem em lixo, dinheiro ou outros locais ou objetos não higienizados.

18.3 – Os alimentos devem estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos) e devem ser mantidos nas condições de temperatura e armazenamento indicadas pelo fabricante.

18.4 – Somente deve ser utilizado gelo industrializado e mantendo livre de contaminações, em caso de consumo.

18.5 – As caixas térmicas utilizadas devem apresentar bom estado de conservação e limpeza e permitir completa vedação.

18.6 – Os utensílios utilizados para manipulação de alimentos devem ser de material de fácil higienização, resistentes à corrosão, lisos e impermeáveis. Fica proibido uso de utensílios de madeira.

18.7 – Somente será permitida a oferta ao consumidor de utensílios descartáveis.

18.8 – Os canudos oferecidos devem estar embalados individualmente e lacrados. É preferível que se utilize canudos de papel biodegradável para diminuir o impacto ambiental causado pelos canudos de plástico.

19 DA HIGIENE

19.1 – Deverá haver disponibilidade de água potável em todos os pontos que manipulem alimentos, em observância às regras estabelecidas pela Vigilância Sanitária, sendo admitido o uso de bombonas com torneiras e recipientes para coletar a água utilizada, o seu armazenamento temporário e o destino final deverá ser feito de acordo com a legislação sanitária e ambiental em vigor.

19.2 – Dispor de sabonete líquido, papel toalha descartável e álcool a 70% (setenta por cento) para correta higienização das mãos.

19.3 – Dispor de recipiente coletor de lixo, com tampa acionada sem uso das mãos para uso no interior dos Trailers, Food Trucks, Barracas e Quiosque de Sorvete/Picolé.

19.4 – O coco verde, antes de ser oferecido para consumo, deve ser lavado em água potável e mantido livre de contaminações. Os utensílios utilizados na sua manipulação deverão estar limpos e serem lavados logo após o uso.

19.5 – O milho verde deve ser lavado em água potável e mantido livre de contaminações, devendo ser cozido em água potável e mantido em temperatura acima de 60°C.

19.6 – É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo ou piso (utilizar estrado com altura mínima de 20 cm).

19.7 – É permitido o preparo de coquetéis, desde que servidos em copos plásticos e garantida a higienização dos utensílios de preparo com farta água corrente.

19.8 – Os produtos que necessitem ser mantidos sob refrigeração devem ser conservados em temperatura interna igual ou inferior a 7°C.

19.9 – Somente será permitida a oferta de manteiga, margarina, sal e outros acompanhamentos em porções individuais do tipo sachê, cujas sobras devem ser descartadas.

19.10 – Todos deverão portar o Atestado de Saúde de “apto para exercer atividade de manipulador de alimentos”, mantendo-o à disposição da Divisão de Vigilância Sanitária.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – São autoridades para autuar as infrações ambientais, sanitárias e de posturas, respectivamente, os Fiscais Ambientais, de Vigilância Sanitária e os Fiscais de Serviços Públicos, respeitando-se as competências de cada fiscalização, além das atribuições inerentes à fiscalização de Tributos.

20.2 – Os manipuladores de alimentos licenciados deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.

20.3 – A Prefeitura Municipal de Laguna reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

20.4 – O Alvará encontrado em poder de terceiro, por agente fiscal, será imediatamente recolhido, uma vez que o habilitado deve exercer pessoalmente ou por meio de seus assistentes a atividades para o qual foi licenciado, sendo aplicadas punições conforme Item 17 deste Edital.

20.5 – Os credenciados para todas as Orlas de praias do Município estarão sujeitos às normas de utilização ambientais, devendo se adequar às mesmas.

20.6 – A cassação do Alvará de Licença, o abandono do participante credenciado e/ou a inabilitação do credenciado por qualquer dos motivos previstos neste Edital implicará a vacância da vaga, que poderá ser preenchida por suplente habilitado, observando a ordem de suplência.

20.7 – Os credenciados que não retirarem, em reunião, o Alvará de Licença no dia 10/12/2018 para exercer a atividade para a qual foram habilitados terão seu Alvará cancelado e a sua vaga considerada vacante.

20.8 – Somente poderá iniciar a atividade, o Requerente Habilitado que tiver em seu poder o devido Alvará de Licença, e que tiver recolhido à Fazenda Municipal as taxas previstas por este Edital.

20.9 – O credenciado que não adotar o modelo padrão do Trailer, Food Truck, Barraca ou Quiosque de Praia/Picolé indicado, em suas dimensões e modelo terá seu Alvará cassado. Bem como, fica expressamente proibido a utilização de freezer, isopor, térmica e/ou demais elementos que possam guardar volumes (alimentos, bebidas, etc.) na parte externa do Trailer, Food Truck, Barraca ou Quiosque de Sorvete/Picolé sujeito a cassação do Alvará de Licença e/ou multa conforme Item 17 deste Edital.

20.10 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade comprovada, protocolando o pedido no Protocolo Geral direcionado a Comissão de Avaliação, nos moldes deste Edital, sendo o dever de o preponente comparecer no Protocolo para obtenção da resposta.

20.11 – O Município de Laguna não se responsabilizará por qualquer dano, furto ou extravio de qualquer equipamento utilizado nas Orlas das praias, cabendo ao habilitado a responsabilidade pelos referidos materiais, isentando o Município de qualquer indenização.

20.12 – Este Edital de Credenciamento estará à disposição no site da Prefeitura Municipal de Laguna-SC (www.laguna.sc.gov.br), e com cópia para consulta no Protocolo Geral (Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna-SC), e também na Secretaria de Turismo e Lazer com sede na casa Pinto D'Ulysséa na Rua Júlia Nascimento s/n, Centro Histórico, Laguna - SC a partir da data de publicação.

21 DOS CASOS OMISSOS

21.1 – Caberá a Comissão de Avaliação para a Temporada de Verão 2018/2019 da Prefeitura Municipal de Laguna, avaliar e deliberar quanto a todos os casos omissos e situações não prevista neste Edital de Credenciamento.

ANEXO I

Parte Integrante do Edital de Credenciamento Nº 001
PML - Temporada Verão 2018/2019

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Preencher com letra legível de preferência de forma ou digitada

1. NÚMERO DO EDITAL PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

() Nº 001 COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM PONTO FIXO NA ORLA DAS PRAIAS DE LAGUNA

() Nº 002 COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE LAGUNA

2. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE:

NOME COMPLETO:

APELIDO:

IDADE: ESTADO CIVIL:

NATURALIDADE: NACIONALIDADE:

ENDEREÇO:

TELEFONE: TELEFONE PARA RECADOS:

E-MAIL:

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

()SIM () NÃO () QUAL

2.1. DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA FÍSICA:

NOME COMPLETO:

IDADE: ESTADO CIVIL:

NATURALIDADE: NACIONALIDADE:

ENDEREÇO:

TELEFONE: TELEFONE PARA RECADOS:

E-MAIL:

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

()SIM () NÃO QUAL?

2.2. DADOS PESSOAIS DO ASSISTENTE

NOME COMPLETO:

IDADE: ESTADO CIVIL:

NATURALIDADE: NACIONALIDADE:

ENDEREÇO:

TELEFONE: TELEFONE PARA RECADOS:

E-MAIL:

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

()SIM () NÃO QUAL?

3. INDICAÇÃO DA PRAIA PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

()Praia de Itapirubá

()Praia do Sol

()Praia do Gi

()Praia do Mar Grosso

()Praia do Cardoso

4. EU, _____ (nome da pessoa física participante) LI E ACEITO OS TERMOS E AS
CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE TEMPORADA VERÃO 2018-2019.

Laguna, ____ de _____ de 2018

Assinatura
Pessoa Física

Assinatura
Representante

Assinatura
Legal Assistente

Parecer da Comissão da Avaliação:

Assinaturas:

CRENCIAMENTO_VERAO_02_2018

Publicação Nº 1788759

EDITAL DE TEMPORADA DE VERÃO nº 002 - 2018/2019

EDITAL DE CRENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (ARTESANATO, BEBIDAS, LATAS, EMBALAGEM PLÁSTICA E PICOLÉ) EM CARRINHO, CAIXA TÉRMICA, ARTIGOS DE PRAIA, CHAPÉUS, MANTAS/REDES E OUTROS), SITUADO NA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE LAGUNA DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2018/2019, QUE OCORRE NO PERÍODO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018 A 31 DE MARÇO DE 2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, através da SECRETARIA DE TURISMO E LAZER, E SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, com sede na casa Pinto D'Ulysséa na Rua Júlia Nascimento s/n, Centro Histórico, Laguna - SC, e Centro Administrativo Municipal, na rua Oswaldo Cabral – Centro Histórico, Laguna - SC respectivamente, torna público que estará credenciando os interessados na atividade COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (ARTESANATO, BEBIDAS (LATAS, EMBALAGEM PLÁSTICA E PICOLÉ) EM CARRINHO, CAIXA TÉRMICA, ARTIGOS DE PRAIA, CHAPÉUS, MANTAS/REDES E OUTROS), ALUGUEL DE GUARDA-SOL E CADEIRA DE PRAIA, ALUGUEL DE TRICICLOS/BICICLETAS, nas praias do Município de Laguna, para a Temporada de Verão 2018/2019, na condição de PESSOA FÍSICA, de acordo e pelas especificações e condições descritas neste Edital. O Credenciamento ocorrerá no período de 05 de novembro a 23 de novembro de 2018.

1 DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Credenciamento é a concessão de permissão de caráter provisório (Temporada de Verão 2018/2019) para a exploração de COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE LAGUNA, conforme abaixo:

§ 1º – O Alvará será de exclusividade para o local escolhido, conforme item 5.6 e casos omissos serão penalizados conforme item 17, ambos deste Edital.

1.1.1 – Carrinhos de bebidas/milho cozido/caldo de cana e coco verde:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	Idoso 3%
1. Praia do Mar Grosso	70	07	2
2. Praia do Sol	10	01	-
3. Praia do Gí	15	01	1
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	10	01	-
5. Praia de Itapirubá	5	01	-
6. TOTAL	110	11	3

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.2 – Carrinhos de Picolé:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	120	12	3
2. Praia do Sol	10	1	-
3. Praia do Gí	10	1	1
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	10	1	-
5. Praia de Itapirubá	10	1	-
6. TOTAL	160	16	4

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.3 – Caixas Térmicas de Bebidas e Sanduiches Naturais (embalados):

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	100	10	1
2. Praia do Sol	15	01	-
3. Praia do Gí	15	02	1
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	15	01	1
5. Praia de Itapirubá	15	01	-
6. TOTAL	160	16	3

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.4 – Ambulantes Artigos de Praia/Mantas/Redes/Artesanatos/Outros:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	50	05	1
2. Praia do Sol	10	01	-
3. Praia do Gi	10	01	-
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	10	01	1
5. Praia de Itapirubá	10	01	-
6. TOTAL	90	09	2

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.5 – Aluguel de Guarda-Sol e Cadeira de Praia:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	05	01	-
2. Praia do Sol	02	-	-
3. Praia do Gí	02	-	-
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	03	-	-
5. Praia de Itapirubá	02	-	-
6. TOTAL	14	1	-

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.6 – Aluguel de Triciclos/Bicicletas:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	02	-	-
6. TOTAL	02	-	-

1.2 – De acordo com a Lei 2496/86 Art. 2º “considera-se comerciante ambulante, aquele que pessoalmente, por conta própria e a seu risco, exercer atividade comercial em logradouro público ou de porta em porta”. Neste íterim, o participante habilitado deverá estar em constante circulação na faixa de areia da praia para qual será selecionado, salvo para algumas exceções (conforme item 15.1.7). A comercialização de produtos fora do perímetro estabelecido será penalizada, conforme item 17 deste Edital.

1.2.1 – Os participantes credenciados por este Edital poderão promover o comércio ambulante, através de equipamento móvel (arara, carrinhos, caixa térmica, etc.), optando por uma das seguintes atividades, no ato da inscrição:

1.2.1 artesanato;

1.2.2 bebidas em carrinho e caixa térmica;

1.2.3 carrinho de picolé;

1.2.4 artigos de praia;

1.2.5 chapéus;

1.2.6 mantas/redes;

1.2.7 outras atividades voltadas para a temática de praia e que não envolvam alimentos e óculos de sol.

§1º – É proibido o comércio de óculos de sol de forma ambulante. Esta prática estará em inconformidade com o Artigo 3º da Lei Municipal 302/2014 – que acrescentou parágrafos 1º e 2º no Artigo 240 da Lei Municipal 187/2008 - ficando o credenciado que inobservar tal norma estará sujeito às penas da Lei citada a cima e será penalizada conforme item 17 deste Edital.

1.3 – É expressamente vedada a comercialização de produtos de origem ilícita ou falsificados, ficando o credenciado que inobservar tal norma estará sujeito às penas da Lei e será penalizada conforme item 17 deste Edital.

1.3.1 – Os participantes credenciados deverão possuir a nota fiscal de todos os produtos comercializados, a fim de comprovar a sua origem e licitude, sob pena de apreensão dos mesmos (conforme item 17).

1.4 – Os participantes que indicarem a opção “outras atividades (1.2.7)” deverão descrever, de forma precisa, que atividade pretendem desenvolver a fim de permitir à Comissão de Avaliação decidir sua viabilidade.

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - O presente Credenciamento destina-se EXCLUSIVAMENTE à PESSOAS FÍSICAS.

2.2 – De acordo com o Decreto Federal nº 3. 298/1999, 10% (dez por cento) das vagas previstas neste Edital de Credenciamento serão destinadas às pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (P.N.E.), devidamente comprovadas, segundo termos deste Edital. A porcentagem de vagas previstas aos P.N.E. por Lei está contemplada pela totalidade das vagas para cada praia oferecidas por este Edital.

2.3 – De acordo com o Decreto Federal nº 5.296/2004, 3% (três por cento) das vagas disponibilizadas por este Edital serão preenchidas preferencialmente por pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. A porcentagem de vagas previstas ao idosos por Lei está contemplada pela totalidade das vagas para cada praia oferecidas por este Edital.

2.4 – Para efeitos deste Edital de Credenciamento, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como ÁREA PÚBLICA.

2.5 – A inscrição e o Alvará de Licença concedido ao participante credenciado são PESSOAIS e INTRANSFERÍVEIS. É expressamente PROIBIDA A VENDA, A CESSÃO OU ALUGUEL da Licença, o que, se confirmado, culminará na cassação do Alvará de Licença, previstas no item

17 deste Edital.

2.5.1 – Os participantes credenciados por este Edital que optarem em promover o comércio ambulante, através de equipamento móvel, único e exclusivamente Carrinho de Picolé, terá o Alvará de Licença concedido ao carrinho e não a pessoa que irá utilizá-lo. Os carrinhos receberão um número de ordem da Comissão de Avaliação para a Temporada de Verão 2018/2019, posteriormente a homologação dos resultados.

2.6 – Os equipamentos móveis (expositor, carrinho, caixa térmica, etc.) deverão seguir os padrões definidos pela Secretaria de Turismo e Lazer e descritos no presente Edital, assim descritos:

a) Carrinhos de bebidas/milho cozido/caldo de cana e coco verde:

Deverão obedecer a dimensão máxima de 1,80 metros X 1,30 metros em perfeita condição de uso e conservação.

b) Carrinhos de Picolé:

Deverão obedecer a dimensão máxima de 1,80 metros X 1,30 metros em perfeita condição de uso e conservação.

c) Caixas Térmicas de Bebidas e Sanduíches Naturais (embalados):

As Caixas Térmicas/Isopor deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação e higienizadas.

d) Ambulantes - Artigos de Praia/Mantas/Redes/Artesanatos/Outros:

Utilizar equipamentos chamados araras ou similar em perfeitas condições de uso e conservação.

e) Aluguel de Guarda-Sol e Cadeira de Praia:

Os Equipamentos utilizados para aluguel deverão estar em perfeita condição de uso e conservação.

f) Aluguel de Triciclos/Bicicletas:

Os Equipamentos utilizados para aluguel deverão estar em perfeita condição de uso e conservação.

2.7 - A atividade deverá ser desempenhada exclusivamente pela pessoa física credenciada, sob pena de cassação do Alvará de Licença.

2.8 – O Alvará de Licença concedido ao participante irá indicar o seu nome e deverá ser portado por este durante todo o período de vigência.

2.9 – É vedada a substituição da pessoa física credenciada, salvo por motivo justificado que deverá ser apreciado pela Comissão de Avaliação.

2.10 – Todo requerente está sujeito às condições fixadas neste instrumento convocatório, que faz Lei entre as partes.

2.11 – NÃO SERÁ CONCEDIDA À MESMA PESSOA FÍSICA MAIS DE UMA LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE (EM EQUIPAMENTO MÓVEL OU FIXO) OFERECIDOS PELOS EDITAIS 001 e 002 DE TEMPORADA DE VERÃO 2018/2019, EXCETO PARA O ÍTEM CARRINHO DE PICOLÉ. O PARTICIPANTE QUE FOR SELECIONADO EM MAIS DE UMA ATIVIDADE, AINDA QUE DE EDITAIS DIFERENTES, DEVERÁ FAZER OPÇÃO PELA ATIVIDADE QUE DESEJA DESEMPENHAR NO PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL, SOB PENA DE SER HABILITADO PARA A PRIMEIRA ATIVIDADE EM QUE FOI INSCRITO.

2.12 – Qualquer atividade que não esteja contemplada nos editais 001 e 002 de Temporada de Verão serão avaliadas separadamente pelo setor de serviço público e Procuradoria Geral da Prefeitura.

3 DA INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO

3.1 – Os interessados em participar do presente Edital deverão inscrever-se junto ao PROTOCOLO GERAL do Município de Laguna, de segunda-feira a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 horas, na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro, Laguna - SC, durante o período compreendido entre os dias 07/11/2018 e 23/11/2018.

3.2 – Não haverá prorrogação de inscrição.

3.3 – O participante deverá apresentar, no ato da inscrição, TODOS os documentos de habilitação exigidos neste Edital (item 9), preencher o requerimento de inscrição constante do Processo Físico (ANEXO I) e apresentar fotos do equipamento, sob pena de ser inabilitado (conforme item 17).

3.4 – O requerimento de inscrição deverá descrever, de maneira legível, os dados do participante, a indicação da atividade e da praia para qual o participante deseja concorrer, entre outras observações (ver ANEXO I). O requerimento de inscrição constante do Processo Físico é considerado documento obrigatório e a ausência de qualquer das informações supra descritas culminará com a inabilitação do participante.

3.5 – Não será permitido, sob nenhuma circunstância, o credenciamento dos participantes com documentação pendente. O Protocolo Geral está orientado para apenas receber dos candidatos que apresentarem TODOS os documentos solicitados neste Edital, não sendo possível juntar novos documentos de habilitação após a entrega. Orienta-se que o participante retorne em outra data, com a documentação completa para efetivar o credenciamento. O credenciamento não garante a seleção do candidato.

3.6 – Os participantes poderão apresentar uma única inscrição por atividade e por praia neste Edital de Credenciamento para a Temporada de Verão 2018/2019.

3.7 - O participante que se inscrever mais de uma vez para a mesma atividade em uma mesma praia só concorrerá com a última inscrição realizada, sendo as demais desconsideradas para qualquer fim.

3.8 – A inscrição é pessoal e intransferível.

3.9 – A Prefeitura Municipal de Laguna, através do Protocolo Geral, receberá e tramitará os processos de inscrição para o presente Edital. O Protocolo apenas aceitará o processo do requerente com todos os documentos obrigatórios ficando o participante ciente de que, o cumprimento das obrigações previstas neste Edital, quanto aos documentos obrigatórios é de sua exclusiva responsabilidade e que a ausência de tais documentos culminará com sua inabilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Edital de Credenciamento SOMENTE PESSOAS FÍSICAS.

5 DAS VEDAÇÕES

5.1 – É vedada a inscrição neste Edital:

5.1.1 de pessoas jurídicas;

5.1.2 de participante que seja:

a) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou linha colateral até o 4º grau de membro ou colaborador da Comissão da Temporada de Verão 2018/2019;

b) Servidor Público (Municipal, Estadual ou Federal) ou;

c) para a prática dos atos da vida civil, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e/ou legalmente impedidos, por efeito de condenação penal e/ou por se tratar de estrangeiro irregular no Brasil.

5.2 – O participante que apresentar inscrição que afronte o disposto nas cláusulas de vedação estará automaticamente inabilitado.

6 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 – Toda a documentação exigida por este Edital de Credenciamento deverá ser apresentada em original com cópia perfeitamente legível.

Documentação ilegível tornam o candidato inabilitado.

6.2 – O requerente que não apresentar qualquer dos documentos constantes da lista de documentação obrigatória para habilitação será automaticamente INABILITADO.

6.3 – Em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, a Comissão de Avaliação procederá ao cancelamento da inscrição e automaticamente a sua eliminação do Edital, podendo adotar medidas legais contra a pessoa, inclusive as de natureza criminal.

7 DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

7.1 DO PARTICIPANTE:

7.1 DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE
<input type="checkbox"/> a) requerimento devidamente preenchido anexado ao Processo Físico; (Anexo I)
<input type="checkbox"/> b) cópia de comprovante de residência em nome do requerente;
<input type="checkbox"/> c) cópia de documento de identidade com foto (RG);
c1) SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Carteiras expedidas pelos comandos Militares, pela Secretaria de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.) Passaporte; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por Órgão Públicos, que por Lei Federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho; Carteira de Nacional de Habilitação (modelo com foto).
c2) NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Certidões de Nascimento, CPF, Título Eleitoral, Carteira de Motorista (modelo sem foto), Carteira de Estudante, Carteiras Funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
<input type="checkbox"/> d) cópia do cadastro de pessoa física (CPF); https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
<input type="checkbox"/> e) Prova de quitação com a Fazenda Municipal de Laguna (CND) da Pessoa Física - CPF; http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/sistema.php?servicoid=3551
<input type="checkbox"/> f) Certidão de antecedentes criminais Estadual. https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100
<input type="checkbox"/> g) Certidão de antecedentes criminais Federal. http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais
<input type="checkbox"/> h) Fotos legíveis dos equipamentos que serão utilizados para exercer a atividade.
h1) SERÃO CONSIDERADAS FOTOS LEGÍVEIS: Impressa em papel fotográfico e colorida (10x15). Mínimo 02 (duas) fotos atuais, de posições diferentes e próximo do equipamento.

§ 1º – Será considerada válida a certidão emitida dentro de 90 (noventa) dias da sua apresentação, desde que a mesma não descreva expressamente o seu prazo de validade e/ou se legislação específica não defina prazo diverso.

§ 2º – Os participantes, no ato da inscrição, ficam obrigados a apresentarem toda documentação exigida no Edital, ainda que apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.2 DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS ADICIONAIS PARA PARTICIPANTE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:
<input type="checkbox"/> a) Laudo Médico; que deverá atestar o tipo de necessidade especial ou deficiência, bem como as condições de aptidão para o trabalho, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, nome do médico e seu registro no Conselho Regional de Medicina –CRM;

§ 1º – O Laudo Médico deverá ser legível, sob pena de não ser considerado válido, e deverá ser expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições.

§ 2º – Não serão considerados, para fins de habilitação nesta categoria, os documentos de benefícios de invalidez concedidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ou de qualquer outro Órgão Público ou Privado.

§ 3º – O participante inscrito que declarar ser portador de necessidades especiais ou com deficiência e solicitar concorrer às vagas com acessibilidade poderá ser encaminhado para avaliação de médico da Prefeitura, a fim de atestar as condições mínimas necessárias para atividade requerida, ou ter seus documentos encaminhados para avaliação de médico da Prefeitura, em caso de dúvidas da Comissão de Avaliação.

8 DOS TRIBUTOS DEVIDOS

8.1 – O exercício da atividade comercial objeto do presente Edital implica o pagamento dos tributos municipais especiais para a Temporada de Verão 2018/2019 fixados por este Edital, bem como de outras taxas indicadas.

8.2 – Somente poderá exercer a atividade objeto deste Edital, o participante credenciado que tiver em seu poder o Alvará de Licença concedido pelo Poder Público Municipal, e que tiver recolhido à Fazenda Municipal, de acordo com a atividade escolhida, as seguintes taxas, com os respectivos valores:

a) Carrinhos de bebidas/milho cozido/caldo de cana e coco verde:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	200 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	50 UFRM

c) Taxa de Coleta de Lixo	30 UFRM
---------------------------	---------

b) Carrinhos de Picolé:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L.)	50 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

c) Caixas Térmicas de Bebidas e Sanduiches Naturais (embalados):

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L.)	50 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

d) Ambulantes - Artigos de Praia/Mantas/Redes/Artesanatos/Outros:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L.)	70 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

e) Aluguel de Guarda-Sol e Cadeira de Praia:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L.)	150 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

f) Aluguel de Triciclos/Bicicletas:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L.)	150 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

8.3 – Os valores das taxas municipais deste Edital deverão ser liquidados, impreterivelmente antes da retirada do Alvará de Licença, até o dia 26/11/2018 pelo credenciado.

8.4 – Não serão acolhidos pedidos de cancelamento das taxas lançadas após a emissão do Alvará de Licença, independentemente de ter o credenciado desistido de exercer a atividade para a qual foi selecionado.

9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1 – A seleção das vagas para os participantes se dará através da ordem de inscrição.

9.2 – Os participantes portadores de necessidades especiais (P.N.E.) ou com deficiência física estarão sujeitos aos mesmos critérios de seleção e habilitação que os demais participantes e, caso não sejam classificados dentro das vagas reservadas por Lei, passam a concorrer nas vagas de ampla concorrência.

9.3 – A Comissão designada cabe a análise dos documentos de habilitação dos participantes que forem credenciados.

9.4 – Os participantes credenciados terão sua documentação de habilitação analisadas até o dia 29/11/2018.

9.5 – Serão considerados HABILITADOS os participantes que tenham apresentado toda a documentação obrigatória indicada no item 7 deste Edital e que tenha vaga correspondente a solicitação disponível.

9.6 – Será publicado e exposto em mural da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, bem como haverá material impresso na Secretaria de Turismo e Lazer a relação de todos os participantes que forem credenciados, incluindo aqueles que foram inabilitados, a fim de que possam apresentar o recurso cabível.

9.7 – Em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.296/2004, 3% (três por cento) da totalidade das vagas disponibilizadas serão preenchidas por pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. A porcentagem de vagas previstas ao idosos por Lei está contemplada pela totalidade das vagas oferecidas por este Edital de Credenciamento.

10 DOS RECURSOS

10.1 – Os participantes que forem julgados inabilitados poderão protocolar recurso da decisão no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, nos dias 03/12/2018 e 04/12/2018, mediante apresentação de requerimento com exposição de motivos. O recurso deverá ser protocolado exclusivamente no Protocolo Geral do Município de Laguna, localizado na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna -SC.

10.2 – Caberá a Comissão de Avaliação a análise e julgamento dos recursos, que deverá ser apreciado até o dia 05/12/2018.

11 DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Uma vez elaborada a Lista dos Credenciados, o resultado será submetido a Secretária da Fazenda, Administração e Serviços Públicos para HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO no dia 07/12/2018, e a subsequente afixação em mural do Município na Prefeitura Municipal de Laguna-SC.

12 DA ENTREGA DO ALVARÁ

12.1 – Os participantes que forem habilitados no presente Edital poderão iniciar o exercício da atividade para a qual foram credenciados somente após a entrega, pelo Poder Público Municipal, do Alvará de Licença, conforme item 3.2 deste Edital.

12.1.1 – A entrega do Alvará de Licença será dia 10/12/2018, por ordem de chegada iniciada às 14:00 horas, com apenas 15 minutos de tolerância, independentemente do número de candidatos no local. É de responsabilidade do participante em chegar no local e hora indicados. Para aqueles que não cumprirem o horário marcado, deverão aguardar até o final da ordem daqueles que chegaram no horário, para serem chamados pela Comissão de Avaliação.

12.2 – O credenciado está obrigado a portar documento de identificação com foto, a fim de permitir a fiscalização, pelos órgãos do Poder Público Municipal, no tocante às pessoas autorizadas a exercer a atividade naquele ponto.

13 DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ALVARÁ DE LICENÇA

13.1 – Este Edital de Credenciamento concederá licença para o exercício de atividade comercial de ambulante para a Temporada de Verão

2018/2019.

13.2 – O prazo de vigência dos Alvarás de Licença emitidos aos participantes que se sagraram vencedores deste Edital de Credenciamento iniciará em 15/12/2018 e findará em 31/03/2019.

13.3 – Os Alvarás de Licença somente serão liberados mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

14 DAS VAGAS REMANESCENTES

14.1 – As vagas remanescentes decorrentes da inabilitação de participantes serão disponibilizadas aos participantes credenciados como suplentes, observando a ordem de inscrição.

14.2 – No caso de os suplentes não preencherem a integralidade das vagas remanescentes decorrentes da inabilitação dos participantes credenciados, as mesmas serão disponibilizadas a partir de 17/12/2018 até concluir o número total de vagas.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA O COMÉRCIO

15.1 DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES CREDENCIADOS

15.1.1 – São deveres e obrigações dos participantes credenciados:

I – acatar e respeitar as normas do presente Edital, bem como todas as diretrizes da Prefeitura Municipal de Laguna fornecendo, com veracidade, os elementos de informação e os esclarecimentos solicitados pelos

Funcionários municipais em missões de fiscalização ou de organização da gestão dos mesmos;

II – atender, no prazo fixado, às determinações da Secretaria de Turismo e Lazer e da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos;

III – portar o Alvará de Licença da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos e o Alvará Sanitário em documento original e legível durante toda a Temporada de Verão 2018/2019;

IV – respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré-determinado, qual seja, das 08:00 horas às 20:00 horas.

15.1.2 – É vedado ao participante credenciado:

I – praticar desvio de finalidade ou alteração da atividade comercial;

II – locação, sublocação, cessão, arrendamento total ou parcial ou transferência a terceiros, por qualquer que seja o meio, da atividade do objeto do credenciamento;

III – utilização de equipamento de sonorização;

IV – uso de outro tipo de equipamento, a não ser o especificado neste Edital de Credenciamento.

15.1.4 – O equipamento móvel (arara, caixa térmica, etc.) a ser utilizado pelo credenciado deve apresentar-se em boas condições de uso.

15.1.5 – Os equipamentos considerados inaptos pela Comissão de Avaliação ao exercício da atividade deverão ser adequados em 04 (quatro) dias, sob pena (conforme item 17) de ser considerado inabilitado o participante credenciado.

15.1.6 – Os equipamentos móveis não poderão permanecer na faixa de areia durante o período não licenciado (20:01 horas às 07:59 horas), sob pena de sofrer as sanções previstas neste Edital (conforme item 17).

15.1.7 – O credenciado não poderá permanecer parado, salvo quando estiver prestando atendimento ao consumidor ou para o Portador de Necessidades Especiais - P.N.E. e/ou com dificuldades de locomoção, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Edital.

15.1.8 – Todo vendedor ambulante licenciado deverá portar, durante todo o período de trabalho, um documento de identificação com foto e estar trajado com o uniforme (camiseta), quando fornecido pela Prefeitura Municipal de Laguna, ou pelo patrocinador a ser definido.

16 DOS RESÍDUOS (LIXO)

16.1 – Todo o credenciado deverá estar provido de sacos plásticos para o acondicionamento dos resíduos (lixo) produzidos por si e/ou seus consumidores.

16.2 – Toda vez que os sacos plásticos estiverem cheios, os resíduos deverão ser amarrados e depositados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação da Fiscalização de Serviços Públicos.

17 DAS PENALIDADES

17.1 – As irregularidades e infrações cometidas pelos habilitados estarão sujeitas às penalidades previstas pelo Código de Posturas Municipal, entre outras pertinentes.

17.2 – O não cumprimento dos critérios estabelecidos neste Edital de Credenciamento e o não cumprimento da Legislação Municipal que ampara a matéria poderão acarretar em advertência formalizada através de comunicação, suspensão da atividade, apreensão do material, cassação do Alvará de Licença e/ou multa, dependendo da gravidade da infração, após a avaliação da Comissão de Avaliação.

17.3 – Cabe a Comissão de Avaliação verificar e decidir qual grave será a infração, podendo aplicar multa equivalente a 50% do valor do Alvará de Licença e a perda do mesmo. Além da impossibilidade de o habilitado participar de novas convocações com a mesma finalidade, no prazo de 03 (três) anos.

17.4 – Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro. Será considerado reincidente todo aquele que violar novamente um mesmo preceito legal, por cuja infração já tenha sido notificado.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – O comércio de característica sazonal, decorrente do credenciamento e sua habilitação dos requerentes, ficará sujeito à Fiscalização Municipal, Estadual e Federal.

18.2 – São autoridades para aplicar às infrações ambientais, sanitárias e de posturas, respectivamente, os Fiscais de Meio Ambiente, Fiscais de Vigilância Sanitária e os Fiscais de Serviços Públicos, respeitando-se as competências de cada fiscalização, além das atribuições inerentes às fiscalizações de Tributos e da Defesa do Consumidor.

18.3 – Os habilitados deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos de Saúde Federal, Estadual e Municipal, quando aplicáveis.

18.4 – A Prefeitura Municipal de Laguna reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência Administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18.5 – O Alvará encontrado em poder de terceiro, por agente fiscal, será imediatamente recolhido, uma vez que o habilitado deve exercer pessoalmente a atividade para a qual foi licenciado, sendo aplicadas punições conforme Item 17 deste Edital.

18.6 – A cassação do Alvará de Licença, o abandono do exercício da atividade pelo participante credenciado e/ou a inabilitação do credenciado por qualquer dos motivos previstos neste Edital implicará a vacância da vaga, que poderá ser preenchida por suplente habilitado, observando a ordem de suplência.

18.7 – Os credenciados, ou seus representantes que não retirarem o Alvará de Licença, em reunião, no dia 10/12/2018 para exercer a atividade para a qual foram habilitados terão seu Alvará cancelado e a sua vaga considerada vacante.

18.8 – Somente poderá iniciar a atividade, o Requerente Habilitado que tiver em seu poder o devido Alvará de Licença e que tiver recolhido à Fazenda Municipal as taxas previstas por este Edital de Credenciamento.

18.9 – O Município de Laguna não se responsabilizará por qualquer dano, furto ou extravio de qualquer equipamento utilizado nas praias, cabendo ao habilitado a responsabilidade pelos referidos materiais, isentando o Município de qualquer indenização.

18.10 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade comprovada, protocolando o pedido no Protocolo Geral direcionado a Comissão de Avaliação, nos moldes deste Edital, sendo o dever de o preponente comparecer no Protocolo para obtenção da resposta.

18.11 – Este Edital de Credenciamento estará à disposição no site da Prefeitura Municipal de Laguna-SC (www.laguna.sc.gov.br), e com cópia para consulta no Protocolo Geral (Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna-SC), e também na Secretaria de Turismo e Lazer com sede na casa Pinto D'Ulysséa na Rua Júlia Nascimento s/n, Centro Histórico, Laguna - SC a partir da data de publicação.

19 DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Caberá a Comissão de Avaliação para Temporada de Verão 2018/2019 da Secretaria de Turismo e Lazer avaliar e deliberar quanto a todos os casos omissos e situações não previstas neste Edital de Credenciamento.

ANEXO I

Parte Integrante do Edital de Credenciamento Nº 002

PML - Temporada Verão 2018/2019

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Preencher com letra legível de preferência de forma ou digitada

1. NÚMERO DO EDITAL PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

() Nº 001 COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM PONTO FIXO NA ORLA DAS PRAIAS DE LAGUNA

() Nº 002 COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE LAGUNA

2. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE:

NOME COMPLETO:

APELIDO:

IDADE: ESTADO CIVIL:

NATURALIDADE: NACIONALIDADE:

ENDEREÇO:

TELEFONE: TELEFONE PARA RECADOS:

E-MAIL:

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

() SIM () NÃO () QUAL

3. INDICAÇÃO DA ATIVIDADE PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

() Artesanato

() Bebidas em carrinho e caixa térmica

() Picolé

() Artigos de praia

() Chapéus

() Mantas/redes

() Outros (atividades voltadas para

4. INDICAÇÃO DA PRAIA PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

() Praia de Itapirubá

() Praia do Sol

() Praia do Gi

() Praia do Mar Grosso

() Praia do Cardoso/Prainha Farol de Santa Marta

5. EU, _____ (nome da pessoa física participante) LI E ACEITO OS TERMOS E AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE TEMPORADA VERÃO 2018-2019.

Laguna, ____ de _____ de 2018

Assinatura requerente

Parecer da Comissão da Avaliação:

Assinatura

CRENCIAMENTO_VERÃO 2018/2019

Publicação Nº 1788505

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL NA PRAIA NO VERÃO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, faz saber que encontra-se à disposição dos interessados, no Diário Oficial do Município, sítio <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br> e no portal laguna.sc.gov.br, o EDITAL DE TEMPORADA DE VERÃO Nº 001 - 2018/2019, que trata de CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM PONTO FIXO e o EDITAL DE TEMPORADA DE VERÃO nº 002 – 2018/2019, para CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS. Demais Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, pelo telefone (48) 3644.2126, na secretaria, sito à Casa Pinto D'Ulyssea, na Carioca, Av. Profa. Júlia Nascimento, 1-23 - Centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 30 de outubro de 2018.

Evandro Carneiro Flores

Secretário de Turismo e Comunicações.

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 133/2018**

Publicação Nº 1787841

DECRETO Nº 133/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º. Constitui a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar do Município de Lauro Müller.

Art.2º. Ficam designados os servidores Mariela Bagio Gomes, Camila Ruzza Geremias e Adriano Araújo, para, sob a presidência do primeiro, incumbida de apurar, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo nº 01/2018 referente à Dispensa de Licitação 25/2017 do Hospital Municipal Henrique Lage, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 134/2018

Publicação Nº 1787799

DECRETO Nº134/2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRETARIA MUNIC, DA EDUCACAO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.001 - Aquisição de área, Construção e Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.5062 Aplicação DiretaR\$ 150.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por

conta do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte 5062 – Transferência de Convênios Estado/Educação

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 135/2018

Publicação Nº 1787846

DECRETO Nº 135/2018

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA INSPEÇÕES MÉDICAS A SEREM REALIZADAS AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o princípio de eficiência deve estar presente nas ações dos agentes públicos;

Considerando a necessidade de ser normatizado o procedimento de afastamento do trabalho com pedidos fundamentados em atestados médicos ou odontológicos;

Considerando o que dispõe a legislação federal e municipal que normatiza a matéria;

RESOLVE:

Art. 1º - As atividades de inspeção médica dos servidores municipais para efeitos de admissão, demissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, readaptação funcional e afastamento do trabalho, serão realizadas pelo Médico do Trabalho, vinculado à Secretaria Municipal da Administração.

§ 1º - Não havendo no quadro o servidor descrito no caput, servirá àqueles contratados para a função.

§ 2º - Entende-se por afastamento do trabalho os casos de licença para tratamento de saúde, licença para consulta médica, licença para acompanhamento de consulta médica de pessoa da família e qualquer outra situação que implique em faltas ao trabalho.

Art. 2º - Somente serão aceitos para fins de pedido de afastamento do trabalho, atestados emitidos por médicos ou odontólogos, que posteriormente serão encaminhados ao Médico do Trabalho para proceder a respectiva avaliação, na forma que estabelece este Decreto.

§ 1º - As declarações de consultas médicas ou atestados de quaisquer outros profissionais que não os especificados no caput deste artigo, somente serão aceitos mediante avaliação do médico do trabalho e nunca deverão ultrapassar a 01 (um) turno.

§ 2º - Nos casos de licença para afastamento do trabalho em virtude de consulta médica o atestado, se homologado pelo Médico do Trabalho, somente abonará o período necessário para a consulta e o deslocamento, devendo o servidor cumprir com o restante do horário de trabalho.

§ 3º - Em casos de exames de análises clínicas e imagem somente serão abonados mediante declaração.

Art. 3º - O servidor público municipal deverá encaminhar ao Departamento de Gestão de Pessoas o respectivo atestado, em até 48 (quarenta e oito) horas a contar de sua emissão, o qual deverá preferencialmente indicar o número do CID ☐ Código Internacional de Doenças e outras informações que justifiquem o afastamento do trabalho.

Art. 4º - A não apresentação do atestado ao Departamento de Gestão de Pessoas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua emissão, importará no indeferimento do pedido de justificação e necessidade de afastamento do trabalho e no desconto do período não trabalhado.

Parágrafo único. Quando o prazo recair sobre finais de semana, pontos facultativos ou feriados, e houver a impossibilidade de se efetuar o imediato encaminhamento do atestado médico, este deverá ocorrer no dia útil imediatamente subsequente.

Art. 5º - O Departamento de Gestão de Pessoas designará o horário em que o servidor público municipal deverá se apresentar ao Médico do Trabalho para avaliação do pedido de licença.

Art. 6º - Deverão passar pelo médico do trabalho todos os atestados igual ou superior à 02 (dois) dias consecutivos e os casos de atestado recorrentes mesmo que esses sejam inferior a 02 (dois) dias.

Art. 7º - Para fins de homologação ou não do atestado, o Médico do Trabalho avaliará o servidor público municipal, e se homologado, fixará o prazo e demais critérios da licença, comunicando ao Departamento de Gestão de Pessoas.

Parágrafo único. Os atestados abonarão as faltas ao trabalho somente quando previamente homologados pelo Médico do Trabalho.

Art. 8º - O exame médico ocupacional será realizado exclusivamente pelo Médico do Trabalho, em data e horário indicado pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Art. 9º - A expedição de exame médico ocupacional de candidato a cargo do quadro funcional do Município de Lauro Muller pressupõe a exigência de exames que possibilitem a verificação da capacidade laborativa, considerando as atribuições a serem desempenhadas.

Art. 10 - Constará do laudo pericial de readaptação funcional as atribuições possíveis de serem executadas pelo servidor, o prazo inicial da readaptação ou o período necessário ao tratamento da patologia.

Art. 11 - Em qualquer modalidade de inspeção médica prevista neste Decreto, o Médico do Trabalho poderá solicitar parecer médico especializado, informações complementares a outros profissionais, documentos, exames, e o que mais entender necessário para a apreciação da situação.

Art. 12 - O Médico do Trabalho poderá solicitar nova avaliação médica do servidor, a qualquer tempo, solicitando ao Departamento de Gestão de Pessoas sua convocação para tal fim.

Art. 13 - O servidor convocado para nova avaliação médica, que injustificadamente não comparecer na data designada para a avaliação, terá a concessão do afastamento do trabalho cancelada, devendo imediatamente retornar ao trabalho, sob pena de desconto do período não trabalhado.

Art. 14 - Nos casos de retorno ao trabalho após auxílio doença, o servidor deverá passar antes por avaliação do médico do trabalho.

Art. 15 - Todos os pedidos de afastamento do trabalho ou de justificativas e abono de faltas, a partir desta data deverão obrigatoriamente ser instruídos com os seguintes documentos:

I ☐ atestado médico ou odontológico que contenha preferencialmente o diagnóstico da doença com o número legível do CID, e quando a licença for para acompanhamento de familiar, deverá conter no referido atestado médico o nome do acompanhado devidamente identificado, nome do servidor acompanhante e preferencialmente com o número do CID ;

II - Em caso de internação hospitalar, no prazo de 48 horas, o servidor deverá encaminhar ao Departamento de Gestão de Pessoas o atestado constando a data de internação; número de dias de afastamento e não sendo possível a definição de tal período, deverá constar a menção ☐ sem previsão de alta ☐; preferencialmente o número legível do CID; assinatura e carimbo do médico com CRM.

Art. 16 – Será concedido ao servidor, pelo prazo indicado no atestado ou laudo médico, licença com vencimentos integrais, para tratamento de saúde, até o limite máximo de 15 (quinze) dias, após esse período será encaminhado ao INSS.

Parágrafo Único - Serão considerados os atestados para encaminhamento ao INSS, dias consecutivos ou em casos de atestados aleatórios porém com o mesmo evento de saúde.

Art. 17 - O não cumprimento pelo servidor público municipal das condições estabelecidas neste Decreto lhe acarretará a supressão dos vencimentos correspondentes ao período de não comparecimento ao trabalho.

Art. 18 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 159/2017.

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2018.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO ÚNICO

FALTAS ABONADAS	
MOTIVO	TEMPO
Falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados ou adotados e irmãos;	07 dias (dia do falecimento + 07)
Casamento;	07 dias (dia do casamento + 07)

Nascimento do Filho;	05 dias (dia do nascimento + 05))
Falecimento de avós, sogros e cunhado(a)s	02 dias (dia da morte + 02 dias)
Acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;	02 dias (durante o período da gravidez)
Doação voluntária de sangue devidamente comprovada;	½ (meio) dia
Para o fim de se alistar eleitor;	01 dia
Licença Maternidade;	180 dias
Aborto não criminoso;	15 dias
Adoção ou guarda judicial;	180 dias
Afastamento por motivo de doença ou acidente de trabalho, mediante atestado médico e observada a legislação previdenciária;	15 dias
Comparecer à Justiça do Trabalho;	Período necessário
Cumprir as exigências do Serviço Militar;	Período necessário
Realização de provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino;	Dias de realização das provas
Comparecimento em juízo;	Período necessário
Em casos de aulas, cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional;	Período necessário

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2018.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 2.055/2018

Publicação Nº 1788308

LEI Nº 2.055/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente, no valor de R\$ 1.184.000,00 (Hum milhão, cento e oitenta e quatro mil reais), assim classificando:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.004 Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

03.02 - Departamento de Finanças

0.003 - Contribuição ao Pasep

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 80.000,00

2.006 - Manutenção do Departamento de finanças

3.1.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

05 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.015 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.1.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 600.000,00

2.016 - Manutenção dos Serviços de Iluminação pública

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal da Agricultura

2.017 - Manutenção do Departamento de Agricultura

3.1.90.00.00.00.05000 Aplicação Direta R\$ 124.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.035 - Manutenção do Fundo M. de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.05000 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 1.184.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

1.018 Aquisição de Veículo para Administração

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.001 - Aquisição de área, Construção e Ampliação de Unidade de Ensino Fundam.

4.4.90.00.00.00.05001 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

1.002 - Aquisição de Areia, Construção e Ampliação de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.05001 Aplicação Direta R\$ 390.000,00

1.007 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.05001 Aplicação Direta R\$ 104.000,00

05 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.008 - Construção e Ampliação da rede de esgoto Pluvial

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 65.000,00

06 - SECRETARIA DO TURISMO, CULTURA E DESENV. ECON

06.02 Departamento da Cultura

1.013 Investimentos em Ações de Incentivo a Cultura

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 25.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal da Agricultura

1.005 - Aquisição de Equipamentos Veículos e Maquinas

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 1.184.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2.056/2018

Publicação Nº 1788309

LEI Nº 2.056/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA VALE FEIRA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa Vale-Feira aos servidores públicos do Poder Executivo, estatutários, celetistas, empregados públicos, cargos em comissão, empregos temporários e estagiários, no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais por servidor, para serem utilizados na Feira do Produtor Rural do Município de Lauro Müller/SC.

§ 1º. O valor mensal total despendido pelo Poder Executivo Municipal com o Vale-Feira fica limitado a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) mensais, sendo o valor anual de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

§ 2º. O Vale-Feira destina-se exclusivamente para fins de aquisição de produtos junto aos feirantes credenciados, na forma do caput do artigo 1º desta Lei;

§ 3º. O Vale-Feira será devido mensalmente, ressalvados os casos previstos nesta Lei;

§ 4º. O benefício concedido no caput deste artigo não integra a remuneração dos servidores públicos municipais para qualquer fim;

Art. 2º - Não terão direito ao benefício do vale feira os funcionários referidos no "caput" do Artigo 1º desta Lei:

- I- em gozo de licença não remunerada para tratar de interesse pessoal;
- II- cedido para outro órgão, sem ônus para o Poder Público Municipal;
- III- cedido ao poder público municipal e que já receba algum auxílio alimentação ou equivalente de seu órgão de origem;
- IV- que se tenha faltado, por qualquer motivo, período ou dia ao serviço no mês anterior, ressalvado os casos previstos em Lei Municipal.

Art. 3º - Verificada a ocorrência de pagamento indevido do Vale-Feira, será descontado do funcionário no pagamento do mês subsequente.

Art. 4º - As despesas com o Vale-Feira serão pagas mensalmente aos produtores rurais mediante apresentação dos vales e da respectiva nota de produtor, relativa aos produtos comercializados no mês competente.

Parágrafo Único: Para a execução e implementação deste benefício poderá o Município conveniar com entidades locais, para a administração e controle do Vale-Feira.

Art. 5º As despesas desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 6º Este programa vigorará por prazo indeterminado.

Art. 7º A presente Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2018.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2.057/2018

Publicação Nº 1788311

LEI Nº 2.057/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018
"CRIA A FEIRA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Feira de Agricultores Familiares que se destina à venda, exclusivamente no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, pescados, produtos derivados do leite, industrialização caseira, flores, artesanato e outros produtos produzidos pelos agricultores familiares de Lauro Muller e região.

Art. 2º A Feira de Agricultores Familiares de Lauro Muller será realizada em local estabelecido pela Administração Municipal.

Art. 3º As atividades de comércio na Feira de Agricultores Familiares só poderão ser exercidas por agricultores devidamente cadastrados junto ao Município.

Art. 4º Na Feira de Agricultores Familiares poderão ser comercializados os seguintes produtos:

- I - carnes frescas, congeladas, defumadas e derivados;
- II - bebidas;
- III - doces e salgados;
- IV - leite e seus derivados;
- V - peixes vivos;
- VI - frutas, legumes e tubérculos, orgânicos ou não;
- VII - flores e artesanato;
- VIII - geleias;
- IX - conservas de produtos de origem vegetal e animal;
- X - flores naturais;
- XI - pães, bolos, bolachas e similares;
- XI - Outros produtos da agricultura familiar;

Parágrafo único. Os produtos de origem animal e vegetal só poderão ser comercializados na Feira de Agricultores Familiares se estiverem licenciados pelo Serviço de Inspeção Municipal e pela autoridade sanitária competente, devendo estar embalados e rotulados de acordo com as normas vigentes.

Art. 5º Compete ao Executivo Municipal:

- I - expedir o Alvará de Licença para funcionamento da Feira de Agricultores Familiares;
- II - realizar o credenciamento dos feirantes e cadastrá-los;
- III - a fiscalização, manutenção da ordem e da disciplina no expediente da Feira de Agricultores Familiares;
- IV - recolher o lixo acondicionado pelos feirantes.

Parágrafo único. Regulamentar, por meio de decreto, o funcionamento da feira, bem como as datas e os horários da feira.

Art. 6º Compete ao feirante:

- I - acatar instruções dos servidores municipais encarregados da fiscalização e do funcionamento da Feira de Agricultores Familiares;
- II - observar, no tratamento com o público, boas maneiras e respeito;
- III - apregoar as mercadorias sem algazarra;
- IV - manter limpos e com asseio o vestuário e os utensílios para suas atividades, e também o espaço que ocupar na feira, devendo acondicionar o lixo em embalagens adequadas e depositar em locais destinados para tal;
- V - colocar balanças e medidas em local que permita ao comprador verificar com facilidade e exatidão o peso das mercadorias;
- VI - aferir os pesos, balanças e medidas de acordo com as normas pertinentes, indispensáveis ao comércio de seus produtos;
- VII - deixar exposto o alvará e apresentar a respectiva licença e documentos quando solicitados pela fiscalização;
- VIII - observar o Regulamento da Feira de Agricultores Familiares;
- IX - observar o Código de Defesa do Consumidor e a legislação sanitária.

Art. 7º É vedado ao feirante:

- I - colocar mercadorias, embalagens, caixas e outros objetos fora do limite da barraca;
- II - vender gêneros falsificados, impróprios para consumo, deteriorados ou condenados pela fiscalização sanitária ou ainda sem pesos ou medidas;
- III - deslocar a tenda ou barraca dos pontos determinados pela administração da Feira de Agricultores Familiares;
- IV - fracionamento de produtos já embalados e ou industrializados;
- V - sonegar ou recusar a vender mercadorias;
- VI - lavar mercadorias nos recintos da feira;
- VII - usar jornais, papéis usados ou quaisquer impressos para embrulhar os gêneros alimentícios que, por contato direto, possam ser contaminados.

Art. 8º Os feirantes serão isentos de pagamento do alvará de licença para funcionamento a partir do exercício financeiro do ano de 2018.

Art. 9º Na Feira de Agricultores Familiares também poderão ser realizados shows e atrações artísticas em geral, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade e órgãos competentes.

Art. 10 O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2.058/2018

Publicação Nº 1788312

LEI Nº 2.058/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018
"DISPÕE SOBRE O USO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A presente lei dispõe sobre o uso de veículos oficiais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Lauro Muller.

Parágrafo único. Para fins e efeitos desta Lei, são considerados veículos oficiais os automotores de propriedade do Município ou objeto de contratos de locação, utilizados na Administração Direta ou Indireta para prestação de serviço público.

Art. 2º Os veículos oficiais serão conduzidos habitualmente por servidor que tenha por atribuição específica o desempenho dessa função.

§ 1º Em razão de exigências especiais de serviço poderão ser autorizados a conduzir veículos oficiais outros servidores e/ou estagiários do quadro do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, desde que devidamente habilitados.

§ 2º As permissões para dirigir serão expedidas por meio de Portaria do Chefe do Poder Executivo, mediante solicitação do titular do órgão ou Pasta de lotação do servidor.

Art. 3º Ficam expressamente vedadas, nos casos em que o servidor autorizado utilizar o veículo Oficial:

- a) a cessão da direção do respectivo veículo a terceiros;
- b) a utilização em atividades particulares ou diversa daquelas que motivarem a autorização;
- c) a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à administração pública; e,
- d) a utilização fora do horário de expediente/escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pelo Secretário autorizador.

Art. 4º Nenhum servidor deverá conduzir veículo oficial antes de publicada a Portaria de que trata o § 2º do artigo 2º.

Art. 5º Ficam expressamente vedadas quaisquer autorizações estranhas às normas desta Lei, cabendo a cada Secretário, em suas respectivas Pastas, zelar para o seu fiel cumprimento.

Parágrafo único. O condutor do veículo oficial responderá administrativamente pelas faltas que porventura venha a praticar e ficará sujeito a ressarcir o Município e terceiros pelos prejuízos causados em virtude de negligência, imperícia ou imprudência.

Art. 6º Ao término de sua circulação diária, os veículos serão recolhidos em garagem oficial, não admitida a sua guarda na residência do condutor ou de terceiros.

Parágrafo único. O veículo poderá ser guardado fora de sua garagem oficial:

I - mediante autorização expressa do titular do órgão ou entidade, devidamente justificada;

II - nos deslocamentos a serviço em que não seja possível o retorno dos agentes no mesmo dia da partida;

III – durante o período em que o servidor condutor estiver em plantão/sobreaviso e o veículo oficial for imprescindível à realização de suas atribuições legais.

Art. 7º É vedado o uso de veículos oficiais para o atendimento de interesses particulares ou para o transporte de pessoas não vinculadas ao serviço público.

Art. 8º O condutor é responsável pelo veículo, inclusive acessórios e sobressalentes, desde o momento em que receber a chave até a devolução da mesma ao responsável por sua guarda.

Art. 9º Os condutores de veículos oficiais do Município são responsáveis e sujeitam-se ao pagamento das multas eventualmente aplicadas ao veículo oficial sob sua responsabilidade por infração às regras aplicáveis à condução de veículos, previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

§ 1º Compete à Secretaria de Administração, na hipótese de recebimento de notificação de multa de trânsito imposta ao veículo oficial, identificar junto a cada secretaria o condutor responsável para proceder ao desconto em folha de pagamento, nos limites da Lei, do valor pecuniário da sanção aplicada, bem como a transferência dos pontos atribuídos pela infração, observados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2018.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

Publicação Nº 1788420

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de passagens (de ônibus) para diversas localidades, para usuários da Assistência Social do Município de Lebon Régis/SC, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Data de Homologação: 29 de outubro de 2018 – LICITANTES HOMOLOGADOS: TRANSPORTE COLETIVO TERCÍ LTDA - CNPJ: nº 07.178.545/0001-31, com o valor total de R\$ 7.736,50 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) - REUNIDAS TURISMO S/A, CNPJ: nº 04.176.082/0001-80, com o valor total de R\$ 93.379,80 (noventa e três mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). Lebon Regis, 29 de outubro de 2018. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 165/2018

Publicação Nº 1787638

DECRETO Nº 165/2018

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público Nº 001/2018, para nomeação de Professores.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 29 de outubro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2395/2018

Publicação Nº 1787657

LEI Nº 2395 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA DE RUA WILSON SCHMOLLER.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º Fica denominada de rua " WILSON SCHMOLLER", a rua sem denominação existente no bairro Praça Onze, que se inicia na Rua Afonso Raul e finaliza em área remanescente, contendo área total de 648,00m², com extensão de 108,00 (cento e oito) metros e largura de 6,00 (seis) metros.

Artigo 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 24 de outubro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

LEI Nº 2396/2018

Publicação Nº 1787673

LEI Nº 2396 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, PÚBLICOS E PRIVADOS, DO MUNICÍPIO DE LONTRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. O grêmio Estudantil é uma organização sem fins lucrativos, que representa o interesse dos estudantes e que tem por finalidade os fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais.

Art. 2º. Fica assegurada aos estudantes dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio situados município de Lontras (SC), a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis como entidades representativas dos interesses dos estudantes, na forma da presente lei.

Art. 3º. Ficam os estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos obrigados a estimular e orientar a criação do Grêmio Estudantil.

Parágrafo Único - Aos estabelecimentos de ensino da rede privada, estas poderão se valer da presente lei para também regulamentar os grêmios estudantis.

Art. 4º. A criação do grêmio estudantil se dará mediante a Assembleia Geral de Estudantes convocada, por edital, de autoria:

I - da Secretaria Municipal de Educação; ou

II - do Diretor da Escola; ou

III - dos alunos, através de abaixo-assinado que contenha assinatura de 15% dos alunos matriculados; ou

IV - da Associação de Pais e Mestres.

§ 1º. A Assembleia terá como objeto a discussão e deliberação dos seguintes assuntos:

I – Discussão sobre a criação do Grêmio Estudantil;

II - Nome do Grêmio;

III - Estatuto Interno do Grêmio Estudantil;

IV - Comissão Eleitoral;

V - Data da eleição.

§ 2º. A Assembleia Geral deve ser realizada no prazo máximo de 30 dias após a publicação do edital, a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º. A publicação do edital deverá ser ampla e irrestrita, dentro do ambiente escolar, com divulgação inclusive dentro das salas de aula e demais dependências de convívio escolar.

§ 4º. A Assembleia Geral para criação e efetivação do Grêmio Estudantil deverá ser realizada em horário escolar e dentro das dependências da instituição, devendo ser suspensas as atividades acadêmicas durante o período pré-determinado conforme o edital, sem prejuízo escolar dos alunos.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável em:

I - Divulgar ampla e irrestritamente a presente lei;

II - Fiscalizar o cumprimento da presente lei;

III - Fornecer aos alunos, professores e pais, as informações necessárias para a criação e bom desenvolvimento do Grêmio Estudantil;

IV - Conceder à instituição dotada de Grêmio Estudantil o título de "Escola Democrática", e divulgar amplamente as escolas que obtiverem tal classificação.

Art. 6º. Os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, deverão assegurar ao Grêmio Estudantil:

I - Espaço para sua instalação e divulgação de suas atividades;

II - Livre circulação de seus cartazes, panfletos, jornais e publicações, em locais pré-estabelecidos pela Direção da Escola;

III - Participação nos Conselhos deliberativos e consultivos, com direito a voz e voto;

IV - Ciência das contas do estabelecimento e à metodologia de sua elaboração;

V - Acesso pleno e irrestrito de seus representantes a todas as dependências da instituição, desde que seja respeitado a ordem e os bons costumes da entidade escolar.

Art. 7º. Os membros da diretoria do Grêmio Estudantil terão assegurada a permanência e rematrícula a partir da sua eleição até um ano após o fim de seu mandato.

Art. 8º. O Poder Executivo Municipal regulamentará o disposto nesta Lei, no prazo de noventa (90) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 29 de outubro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO Nº 87/2018 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1788402

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, E SIMILARES AOS SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Em relação ao Edital e ao seu Anexo V (Termo de Referência), no subitem 6.2, mais especificamente, onde se lê: "contemplando a disponibilidade de 02 (dois) caixas eletrônicos, e de no mínimo 03 (três) funcionários atendentes, com horário de funcionamento previamente estipulado", leia-se: "garantindo o atendimento no Município". Neste sentido, altera-se a data de abertura dos envelopes, para o dia 20 de novembro de 2018, às 13h: 30min.

Luiz Alves, 30 de outubro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2652

Publicação Nº 1788818

DECRETO Nº 2662 de 31 de outubro de 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º da Lei nº 1.547 de 14 de novembro de 2017,e,

CONSIDERANDO que o Município já arrecadou 78,88% (setenta e oito virgula oitenta e oito por cento) dos recursos ordinários previstos para o exercício até o mês de setembro;

CONSIDERANDO que se a arrecadação de outubro a dezembro for igual a média mensal de arrecadação nos 9 (nove) primeiros meses, de recursos ordinários, haverá um excesso de arrecadação superior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);

CONSIDERANDO a transferência constitucional prevista na alínea d, inc. I, art. 159º;

CONSIDERANDO que o historicamente o mês de dezembro é o mês com maior arrecadação do ano;

CONSIDERANDO que a meta estabelecida pelo Decreto 2495 de 08 de dezembro de 2017 "ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018" para o 4º bimestre foi superada em mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), considerando todos os recursos;

CONSIDERANDO que o Economista François E. J. de Bremaeker, prevê para os meses de outubro, novembro e dezembro a arrecadação de R\$ 1.308.450,00 (um milhão e trezentos e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais) do Fundo de Participação dos Municípios, já descontadas as parcelas de PASEP e FUNDEB;

CONSIDERANDO que entre 01 e 20 de outubro já foram arrecadados aproximadamente R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) de recursos ordinários;

CONSIDERANDO que se a arrecadação de outubro a dezembro for igual a média mensal de arrecadação nos 9 (nove) primeiros meses, de recursos do FUNDEB, haverá um excesso de arrecadação superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

CONSIDERANDO que se a arrecadação do exercício de 2018 comparada com o exercício de 2017, em recursos ordinários, está superior a 9,32% (nove virgula trinta e dois por cento)

CONSIDERANDO o valor já suplementado pelo provável excesso de arrecadação nos Decretos nº 2658 de 24 de outubro de 2018, e nº 2661 de 29 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), à conta dos recursos do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, proveniente de recursos ordinários:

I - Recursos Ordinários (000, 001 e 002)

Movimento	Órgão.Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Mod.	Valor
Suplementação	04.001	2.402	000	3	90	R\$ 45.000,00

Parágrafo Único - Para fins de reestimativa de receita orçamentária, o valor dessa suplementação deverá ser inserida na rubrica de arrecadação FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC),31 de outubro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CANCELAMENTO - PL 092/2018 - PP 072/2018 - MEDIÇÃO DE GLEBAS E RETIFICAÇÃO DE ÁREAS - PML

Publicação Nº 1787822

MUNICIPIO DE LUZERNA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2018

EXTRATO DE CANCELAMENTO

O Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que "CANCELAR" o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 072/2018 - PML, que tem por o Registro de Preço destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia referente a medição de glebas e retificações de áreas no Município de Luzerna/SC, visando a regularização de vias públicas na comunidade de Vila Kennedy e outras, em conformidade com as especificações e condições deste Edital e seus Anexos. O cancelamento se deu por conveniência e oportunidade, com vistas a elucidar questões variáveis referentes a quantificação e fiscalização do objeto proposto.

Informações complementares poderão ser obtidas no telefone (49) 3551 4700, e-mail: debora@luzerna.sc.gov.br.

Luzerna (SC), 30 de outubro de 2018.
JULIANO SCHNEIDER
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

PL 098/2018 - PP 078/2018 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACESSÓRIOS - PML

Publicação Nº 1788547

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 098/2018 - PML
Pregão Presencial nº 078/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção e acessórios, para realização dos serviços, reparos, conservação e manutenção diversos nos bens móveis e imóveis da Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30min do dia 13 de novembro de 2018.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 08h40min do dia 13 de novembro de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

PL 099/2018 - PP 079/2018 - MATERIAIS - FERRAGENS E FERRAMENTAS - PML

Publicação Nº 1788640

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 099/2018 - PML
Pregão Presencial nº 079/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais – ferragens e ferramentas, para realização dos serviços, reparos, conservação e manutenção diversos nos bens móveis e imóveis da Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 13 de novembro de 2018.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 13 de novembro de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2018

Publicação Nº 1787993

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC
REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO E REABERTURA DE PRAZOS
Processo Licitatório nº 0056/2018
Tomada de Preço nº 0005/2018

Objeto: Contratação de empresa para construção de passeio com acessibilidade nas Ruas Ângelo Pandini e Rodolfo Nickel no Município de Macieira, através de recursos do Convênio nº 2016TR0001452 do Fundo Social do Estado de Santa Catarina, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, com fornecimento de material e mão-de-obra. Em face a total ausência de interessados, reabre-se o prazo para realização do certame.

Abertura das Propostas: às 09h00min horas do dia 20/11/2018.

Informações: Maiores Informações, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 08h00 às 12h00, e das 13h00 às 17h00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira - SC, 29 de outubro de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

Presidente de Comissão Permanente de Licitações

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº02/2018

Publicação Nº 1788351

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal
Nº02/2018

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde atualmente não encontra-se ninguém sepultado, localizada no bloco 01, lote08, com as seguintes medidas: Frente 1,53m, fundos 1,63m, direito 2,40m, e esquerdo 2,40m, incluindo espaço para calçada.

Contrato nº: 002/2018

Contratado: Joelson Favarin

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em parcela única.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para construção de capela (jazigo), pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 25 de setembro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para construção deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 29 de outubro de 2018.

Lucila Carmen Serighelli
Auxiliar Administrativo/ Responsável

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº03/2018

Publicação Nº 1788354

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal
Nº03/2018

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde atualmente encontra-se sepultado até a presente data Clair Ognibene sepultado em 07/04/2018, localizada no bloco 01, lote 69 e 70, com as seguintes medidas: Frente 1,53m, fundos 1,63m, direito 2,40m e esquerdo 2,40m, incluindo espaço para calçada.

Contrato nº: 003/2018

Contratado: Dijor Patrick Ognibene

Valor global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), referente à locação, pagos em parcela única.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para construção de capela (jazigo), pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 17 de outubro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para construção deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 29 de outubro de 2018.

Lucila Carmen Serighelli
Auxiliar Administrativo/ Responsável

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL N°01/2018

Publicação N° 1788336

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal
N°01/2018

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se até a presente data Dorvalino Tasca, sepultado em 20/02/2017, Olga Scott Tasca, sepultada em 14/09/2013 e Maria de Lurdes Tasca, sepultada em 20/02/2009, localizada no bloco 01, lote 88 e 89, com aproximadamente 7,28m, mais espaço para calçada.

Contrato n°: 001/2018.

Contratado: JOSÉ TASCA.

Valor global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), referente à locação e R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para construção de capela (jazigo).

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 04 de junho de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para construção deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 29 de outubro de 2018.

Lucila Carmen Serighelli
Auxiliar Administrativo/ Responsável

portaria 4004

Publicação N° 1788105

PORTARIA N° 4006, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

“Concede triênios aos servidores que especifica.”

ESTHER BARICHELO TASCA, Prefeita Municipal em Exercício de Macieira, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 55 da Lei Federal n. 9.784/99,

RESOLVE:

CONCEDER triênios aos Servidores Públicos Municipais efetivos, abaixo relacionados conforme especificação do número de triênios e vigência:

NOME	Nº DE TRIÊNIOS	VIGÊNCIA
Ivete Ribeiro de Freitas	07	28/10/2018
Jairo Bernardino	03	21/10/2018

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de outubro de 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA
Prefeita Municipal em Exercício

portaria 4005

Publicação N° 1788088

PORTARIA N. ° 4005/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora que Especifica".

ESTHER BARICHELO TASCA, Prefeita Municipal em Exercício de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Elizângela de Liz Leite, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, pelo período de 10/09/2018 à 10/03/2019, conforme Laudo de Perícia Médica item VIII, emitido por junta médica (em anexo e com cópia na ficha funcional da servidora).

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 29 de outubro de 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA

Prefeita Municipal em Exercício

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2018

Publicação Nº 1788758

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças e mão de obra para os veículos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, através do Fundo Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 14/11/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018

Publicação Nº 1788812

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de pneus, câmaras de ar e colarinhos, destinados a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 21/11/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2018

Publicação Nº 1788813

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de tubos de concreto simples e armado que serão utilizados em obras de conserto, conservação e manutenção de vias públicas municipais rurais no Interior do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Esporte e Cultura, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 22/11/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da

Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2018

Publicação Nº 1788757

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição e reforma de cerca com portão eletrônico, porta de vidro, janelas, prateleiras e materiais para central telefônica, que restaram fracassados no processo anterior, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 08h30min do dia 20/11/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2018

Publicação Nº 1788760

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Empresa Registrada: Máxima Atacadista Eireli ME

CNPJ Nº 26.716.048/0001-94

Valor Registrado: R\$ 1.083,00 (mil e oitenta e três reais).

Objeto: aquisição de materiais didáticos e de expediente, para as escolas municipais e centros de educação infantil, da Secretaria Municipal de Educação, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Origem: Processo nº 322/2018, Pregão Presencial - RP nº 080/2018.

Data de Assinatura: 11 de outubro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2018

Publicação Nº 1788762

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Empresa Registrada: BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME

CNPJ Nº 85.323.392/0001-82

Valor Registrado: R\$ 11.160,00 (onze mil cento e sessenta reais).

Objeto: aquisição de materiais didáticos e de expediente, para as escolas municipais e centros de educação infantil, da Secretaria Municipal de Educação, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Origem: Processo nº 322/2018, Pregão Presencial - RP nº 080/2018.

Data de Assinatura: 11 de outubro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2018

Publicação Nº 1788763

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Empresa Registrada: ALPHA JAC COMERCIO DE LIMPEZA EIRELI-ME

CNPJ Nº 28.914.149/0001-03

Valor Registrado: R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais).

Objeto: aquisição de materiais didáticos e de expediente, para as escolas municipais e centros de educação infantil, da Secretaria Municipal de Educação, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Origem: Processo nº 322/2018, Pregão Presencial - RP nº 080/2018.

Data de Assinatura: 11 de outubro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2018

Publicação Nº 1788764

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Empresa Registrada: Agropecuária Riomafra Ltda ME

CNPJ Nº 11.991.563/0001-05

Valor Registrado: R\$ 48.001,90 (quarenta e oito mil e um real e noventa centavos).

Objeto: aquisição de ração e insumos agrícolas, destinados a Escola Agrícola "Prefeito José Schultz Filho", através da Secretaria Municipal de Educação, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Origem: Processo nº 456/2018, Pregão Presencial - RP nº 104/2018.

Data de Assinatura: 11 de outubro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 109/2017

Publicação Nº 1788756

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 109/2017

Contrato nº: 109/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: YASMIN MYKHAELE QUEGE AZEVEDO

CPF nº 090.855.989-58

Modalidade Processo Licitatório n.º 172/2017. Credenciamento nº 003/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de outubro de 2018.

Prazo: com vigência até 26 de outubro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra.

Maracajá

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 088/2017

Publicação Nº 1788476

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 088/2017, firmado em 26 de setembro de 2017, decorrente do Processo de Dispensa de Licitação nº. 053/2017, ratificado em 26/09/2017, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº1.975.650, expedida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15, ora denominado LOCATÁRIO, e de outro lado, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARACAJÁ, pessoa jurídica de direito privado, estabelecido à Rua João Carradore, nº 196 - Centro, no município de Maracajá-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.549.247/0001-26, neste ato representado por JOSÉ CARLOS CICHELLA, portador do CPF nº 375.795.849-72, residente e domiciliada à Estrada Geral Espigão da Toca, no município de Maracajá-SC, aqui denominada LOCADOR, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO do período de vigência do contrato nº 088/2017, que tem como objeto a locação de um imóvel constituído de 03 (três) salas, 01 (uma) cozinha e 01 (um) sanitário, situado à Rua João Carradore nº 196, Centro, Município de Maracajá/SC, que perfazem o total aproximado de 81,33 m2 (oitenta e um metros quadrados e trinta e três centímetros), destinadas exclusivamente para o funcionamento do Conselho Tutelar de Maracajá/SC, que prevê o término em 26/09/2018, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 26/09/2019, com base no artigo 57 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0080 (26)

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo, a Solicitação de prorrogação de vigência da Secretária de Administração, datado de 24/09/2018, Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do Município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 088/2017, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 25 de setembro de 2018.

TESTEMUNHAS	
Marluci Freitas Bitencourt Vitali CPF: 009.788.959-83	Helder Francisco Loch CPF: 288.787289-34

DECRETO 116/2018

Publicação Nº 1788374

DECRETO Nº 116 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1142 de 26 de Outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$774.310,24 (setecentos e setenta e quatro mil trezentos e dez reais e vinte e quatro centavos), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

4.6.90.00.00.00.00.0080 (30) - Aplicações DiretasR\$ 90.000,00

2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.0080 (8) - Aplicações Diretas R\$ 452.310,24

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (11) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTALR\$ 562.310,24

04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA IND. E COMÉRCIO

2.010 – ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (37) - Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

TOTALR\$ 20.000,00

07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

2.038 – MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE OBRAS, HABIT. SERVIÇOS URBANOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (132) - Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (134) - Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

TOTALR\$ 120.000,00

16.01 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO

2.040 – MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (198) - Aplicações DiretasR\$ 22.000,00

TOTALR\$ 22.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 – MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

3.3.90.00.00.00.00.00.0103 (24) - Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

TOTALR\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, ficam anuladas no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

1.002 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (1) - Aplicações DiretasR\$ 152.881,09

TOTALR\$ 152.881,09

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.003 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (6) - Aplicações DiretasR\$ 75.867,99

1.029 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (209) - Aplicações DiretasR\$ 485.561,16

TOTALR\$ 561.429,15

07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

2.051 – CONSTRUÇÃO CICLOVIAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (146) - Aplicações DiretasR\$ 8.000,00

2.052 – CONTRUÇÃO DE PÁTIO DE MAQUINAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (150) - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

TOTALR\$ 38.000,00

16.01 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO

1.023 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (202) - Aplicações DiretasR\$ 22.000,00

TOTALR\$ 22.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração em 29 de outubro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT
Secretária de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2018

Publicação Nº 1788589

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 072/2018

OBJETO: contratação do SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE, para a prestação de serviços de assessoria na elaboração de planejamento estratégico de desenvolvimento municipal para Maracajá, por meio de reuniões com os diretores e secretários para desenvolvimento de projetos.

CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE - CNPJ/MF sob o Nº. 82.515.859/0001-06.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

BASE LEGAL: Art. 24 , Inciso XIII, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes.

RECONHECIMENTO: 30/10/2018, por Marluci Freitas Bitencourt Vitali, Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2018, por Arlindo Rocha - Prefeito Municipal.

..

PORTARIA 131/2018

Publicação Nº 1788582

PORTARIA Nº. 131 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Reginaldo Antonio da Silveira, ocupante do Cargo de Operador de Tratores Agrícolas, referente ao período aquisitivo de 21/3/2017 a 20/3/2018, com gozo em 1º/11/2018 e término em 30/11/2018.

Juliana Pereira da Luz, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 21/9/2017 a 20/9/2018, com gozo em 1º/11/2018 e término em 30/11/2018.

Claudia Beatriz de Medeiros, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 8/9/2016 a 7/9/2017, com gozo em 1º/11/2018 e término em 30/11/2018.

Ana Lucia Réus da Rocha, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 1º/2/2017 a 31/1/2018, com gozo em 1º/11/2018 e término em 30/11/2018.

Camila Fernandes Mota, ocupante do Cargo de Agente de Saúde - ESF, referente ao período aquisitivo de 10/8/2017 a 9/8/2018, com gozo em 12/11/2018 e término em 11/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 29 de outubro de 2018.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de outubro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 132/2018

Publicação Nº 1788583

PORTARIA Nº 132 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CRISTINA FARIAS DE SOUZA.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo

85 da Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Cristina Farias de Souza, referente ao período de 4/3/2012 à 3/3/2017.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 21/11/2018 à 20/12/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de outubro de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 29 de outubro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretário de Administração

PORTARIA 133/2018

Publicação Nº 1788585

PORTARIA Nº. 133 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor João Carlos Machado Filho, matrícula nº 2068, referente ao período aquisitivo de 2/2/2017 à 1º/2/2018, com gozo em 11/11/2018 e término em 30/11/2018.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de outubro de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de outubro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

PORTARIA 134/2018

Publicação Nº 1788398

PORTARIA Nº 134 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA SUELIN RÉUS DA ROCHA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 29 de outubro de 2018, a servidora SUELIN RÉUS DA ROCHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, a contar de 29/10/2018 a 26/4/2019, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de outubro de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de outubro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 690/2018

Publicação Nº 1787789

DECRETO Nº 690, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Saúde,

A prorrogação do benefício do INSS concedido a servidora Marilei Piacentini,

Que está sendo elaborado novo Processo Seletivo para o cargo

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 30 de outubro de 2018 a 25 de janeiro de 2019, da servidora MARILANI MARTINI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 906.792.539-04, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 30 de outubro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 691/2018

Publicação Nº 1787795

DECRETO Nº 691, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

A exoneração em Processo Administrativo Disciplinar da servidora Eliane Débora Ballestreri,

Que a saúde é serviço essencial e a falta do profissional de técnico em enfermagem pode trazer prejuízos ao atendimento nas unidades de saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 31 de outubro de 2018 a 25 de janeiro de 2019, da servidora SUSANA APARECIDA BRAGA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 069.070.369-40, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 30 de outubro de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 172/2018

Publicação Nº 1787719

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 172/2018 – Modalidade Dispensa por inexigibilidade n. 049/2018
Chamada Pública n. 001/2018
Contrato Administrativo n. 140/2018
Contratada: Laboratório Citopreve LTDA ME.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para contratação de serviços de Exames de Análises Clínicas e Exames Laboratoriais de Anatomia Patológica e Citologia. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 07h 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 26 de outubro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 173/2018

Publicação Nº 1787722

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 173/2018 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 050/2018
Chamada Pública n. 002/2018
Contrato Administrativo n. 141/2018
Contratadas: Clínica Materno Infantil S/S LTDA.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço médicos na especialidade de obstetrícia e ginecologia, para atender a demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 26 de outubro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3735 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788541

DECRETO Nº 3735 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018
Abre crédito adicional suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais) no programa abaixo discriminado:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001.008.244.0029.2091 – Manutenção do CRAS
1001 – 344900000 – Aplicações diretas
1001 – 013505 – Bolsa Família R\$ 4.700,00

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, é oriundo da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme Artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001.008.244.0029.2091 – Manutenção do CRAS
1001 – 333900000 – Aplicações diretas
1001 – 013505 – Bolsa Família R\$ 4.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de outubro de 2018.
VALDIR ZAPPELLINI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 3739 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788531

DECRETO Nº 3739 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
Abre créditos adicionais suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1960 de 30 de outubro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nos programas abaixo discriminados:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0602 – GERÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação
0602 – 333900000 – Aplicações diretas
0602 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 70.000,00

0700 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0701 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0701.0015.0452.0013.2025 – Manutenção e conservação dos serviços e vias urbanas
0701 – 333900000 – Aplicações diretas
0701 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 20.000,00
0701.0017.0512.0034.2036 – Manutenção do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

0701 – 333900000 – Aplicações diretas
0701 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 42.000,00

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
0801.012.0367.0025.2059 – Manutenção da Educação Especial
0801 – 339000000 – Aplicações diretas
0801 – 010000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1002 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
1002.008.243.0028.2092 – Manutenção do Conselho Tutelar
1002 – 331900000 – Aplicações Diretas
1002 – 010000 – Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

1100 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
1101 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
1101.0004.0127.0018.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
1101 - 333900000 – Aplicações diretas
1101 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, é oriundo da anulação parcial ou total de dotação orçamentária, conforme Artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
0801.012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0801 - 331900000 – Aplicações diretas
0801 – 0101000 – Receita de impostos - Educação R\$ 10.000,00
0801 – 333900000 – Aplicações diretas
0801 – 0101000 – Receita de impostos - Educação R\$ 80.000,00

1200 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
1201 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
1201.020.606.0031.2078 – Assistência ao Produtor Rural
1201 – 333900000 – Aplicações diretas
1201 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de outubro de 2018.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 1960 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787768

LEI Nº 1960 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
Autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares ao Orçamento de 2018, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) conforme classificação funcional programática abaixo:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0602 – GERÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação
0602 – 333900000 – Aplicações diretas
0602 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 70.000,00

0700 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0701 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0701.0015.0452.0013.2025 – Manutenção e conservação dos serviços e vias urbanas

0701 – 333900000 – Aplicações diretas

0701 – 0100000 – Recursos ordinários R\$ 20.000,00

0701.0017.0512.0034.2036 – Manutenção do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

0701 – 333900000 – Aplicações diretas

0701 – 0100000 – Recursos ordinários R\$ 42.000,00

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

0801.012.0367.0025.2059 – Manutenção da Educação Especial

0801 – 339000000 – Aplicações diretas

0801 – 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1002 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

1002.008.243.0028.2092 – Manutenção do Conselho Tutelar

1002 – 331900000 – Aplicações Diretas

1002 – 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

1100 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

1101 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

1101.0004.0127.0018.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

1101 – 333900000 – Aplicações diretas

1101 – 0100000 – Recursos ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme Artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

0801.012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0801 – 331900000 – Aplicações diretas

0801 – 0101000 – Receita de impostos - Educação R\$ 10.000,00

0801 – 333900000 – Aplicações diretas

0801 – 0101000 – Receita de impostos - Educação R\$ 80.000,00

1200 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

1201 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

1201.020.606.0031.2078 – Assistência ao Produtor Rural

1201 – 333900000 – Aplicações diretas

1201 – 0100000 – Recursos ordinários R\$ 90.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0247/2018

Publicação Nº 1788155

DECRETO Nº 247/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

DISPOE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE MODELO SC, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SENHOR ALCINO KEHL, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Considerando o falecimento no dia 29 de outubro de 2018, o sepultamento no dia 30/10/2018, do Senhor Alcino Kehl, Cidadão Honorário do Município de Modelo SC participante do processo de colonização e emancipação, de serviços 1º cartório, de fundação da sociedade hospitalar e demais entidades, de relevante contribuição ao Município de Modelo SC, conforme relato de outorga do título de cidadão honorário pela Câmara de Vereadores de Modelo, através da Resolução 003/2007, DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial, neste dia 30 de outubro de 2018, no Município de Modelo SC, com sentimentos de pesar, em virtude do falecimento do Senhor ALCINO KEHL, no dia 29 de outubro de 2018, de relevante participação no processo de colonização, de emancipação, de apoio e acompanhamentos dos serviços de implantação e funcionamento do 1º cartório, de fundação da Sociedade hospitalar, de apoio a fundação e apoio as igrejas e demais entidades, enaltecida sua contribuição, sendo reconhecido através da Resolução nº 003/2007 de 27/08/2007 da Câmara de Vereadores de Modelo SC, outorgado o título de Cidadão honorário do Município de Modelo SC.

Parágrafo Único – As bandeiras nos órgãos municipais, deverão estar hasteadas a meio mastro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 30 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 0248/2018

Publicação Nº 1788564

DECRETO Nº 0248/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.356/2018,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, homologado pelo Decreto Municipal nº 0298/2016 de 23.12.2016, prorrogada sua validade pelo Decreto nº 0245/2017,

Considerando o afastamento do cargo da Professora titular, Daniela Frandoloso Marins, em Licença Prêmio no período conforme Portaria nº 0162/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento ao Departamento Municipal de Educação, a Sra. DERLICE TURMINA, portadora do CPF nº 036.324.529-xx, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 031/2018, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 05.11.2018 a 04.12.2018, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 05 de novembro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 30 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 031/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: DERLICE TURMINA, brasileira, portadora do CPF nº 036.324.529-xx, residente e domiciliada na Rua das Azaléias, 24, Bairro Primavera – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Turma: Pré I 101, atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude de a Professora titular do cargo, Daniela Frandoso Marins, estar em Licença Prêmio no período, conforme Portaria nº 0162/2018, e conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 2.356/2018 e em especial Processo Seletivo nº 001/2016.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 05 de novembro de 2018. Término: 04 de dezembro de 2018. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.626,36 (Um mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 30 de outubro de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DERLICE TURMINA
Contratada

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094-2018 PROCESSO SELETIVO - ALTERNATIVE CONCURSOS

Publicação Nº 1787925

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 094/2018

Processo Licitatório nº 2081/2018

Pregão SRP nº 072/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI, CNPJ nº 14.239.541/0001-81

Valor: R\$ 9.000,00

Assinado em: 30/10/2018

Vigente até: 30/10/2019



Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, A FIM DE PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO QUANDO NECESSÁRIO.

Modelo/SC, 30 de outubro de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095-2018 HORA MÁQUINA - MODELMAQ

Publicação Nº 1788407

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 095/2018

Processo Licitatório nº 2056/2018

Pregão SRP nº 071/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: MODELMAQ TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 08.968.958/0001-82

Valor: R\$ 107.775,00

Assinado em: 30/10/2018

Vigente até: 30/10/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, E CAMINHÃO BASCULANTE PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS, DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 30 de outubro de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096-2018 HORA MÁQUINA - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1788409

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 096/2018

Processo Licitatório nº 2056/2018

Pregão SRP nº 071/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 09.344.389/0001-67

Valor: R\$ 53.955,00

Assinado em: 30/10/2018

Vigente até: 30/10/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS, DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 30 de outubro de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097-2018 HORA MÁQUINA - TERRAPLENAGEM JACOBY

Publicação Nº 1788410

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 097/2018

Processo Licitatório nº 2056/2018

Pregão SRP nº 071/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.428.069/0001-90

Valor: R\$ 120.100,00

Assinado em: 30/10/2018

Vigente até: 30/10/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS, DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 30 de outubro de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0165/2018

Publicação Nº 1788227

PORTARIA Nº 0165/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO E SOBREAVISO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2018, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 971/90 e em especial as disposições da Lei Municipal 2.229/2015 e Portarias Municipais nºs 055/2017, 0127/2017 e 0110/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de Motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 127/2017 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – VE: Jornada 02

II – SMO: Jornada 01

III – CCO: Jornada 01

IV: SA: Sobreaviso – Jornada 02

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de novembro de 2018, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 30 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA TERESINHA JACOBY
Diretor Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Adm. e Fazenda

ANEXO I ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE NOVEMBRO/2018

LEGENDAS: VE: Jornada 02; SMO: Jornada 01; CCO: Jornada 01; SA: Sobreaviso – Jornada 02

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: _____ MAURICIO RAUBER: _____

GILSON HISTER: _____ GELSON SIMÃO: _____

GLEISON DONIDA: _____ MÁRCIA TERESINHA JACOBY
Diretora Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0166/2018

Publicação Nº 1788452

PORTARIA Nº 0166/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIZ VARNIER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 27.10.2018, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 14 (quatorze) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal JORGE LUIZ VARNIER, matrícula nº 0291-7,

ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado no Departamento Municipal de Agricultura.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 27.10.2018 a 09.11.2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 27 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 30 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0167/2018

Publicação Nº 1788459

PORTARIA Nº 0167/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA ANGELICA SCHULZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.356/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído a Servidora Pública Municipal ADRIANA ANGELICA SCHULZ, matr. nº 2292-6, o exercício das funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, com atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Obras e Urbanismo, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 30 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 77.2018

Publicação Nº 1788369

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 077/2018. TIPO: Menor Preço por ITEM. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para Coffee Break de eventos realizados pelas Secretarias Municipais no Município de Mondaí-SC e refeições, para período de 12 (doze) meses, com entrega parcelada, conforme solicitação, e de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 13 de Novembro de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 13 de Novembro de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 24 de Novembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 076.2018 PMM

Publicação Nº 1788280

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 076/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 076.2018. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos para manutenção do Programa Municipal de Controle da Brucelose e Tuberculose Bovina no MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 14 de Novembro de 2018.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 14 de Novembro de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 23 de Outubro de 2018.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 575/2018

Publicação Nº 1788776

PORTARIA Nº 575/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR O PRAZO DE CONTRATAÇÃO da PORTARIA 450/2018 do servidor ADÃO MARCOS CAMARGO para exercer o cargo de PROFESSOR III – BACHAREL do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL pelo período de 60(sessenta dias); nos termos da Lei Municipal nº 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e do Parecer Jurídico 42/2018 de 07 de Junho de 2018; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com remuneração correspondente ao nível salarial “128-VIII-M” e jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 13 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 16 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 591/2018

Publicação Nº 1788775

PORTARIA Nº 591/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) LARISSA CORREA DE FREITAS, investido (a) no cargo de AGENTE DE SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO, criados e aprovados pela Lei 17/2006 de 06 de março de 2006; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º- Justifica-se a presente exoneração do cargo Temporário de Saúde pelo término do Contrato de Trabalho.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 25 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 25 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 72/2018/PM

Publicação Nº 1788784

AVISO DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITAÇÃO Nº 72/2018/PM**

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação futura de PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA MICRO IVECO

CITY CLASS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 13/novembro/2018 até as 09:45 horas do dia 13/novembro/2018. Abertura da sessão no dia 13/novembro/2018 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo menor preço, julgamento por lote e valor máximo fixado, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2018 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PORTARIA 592/2018

Publicação Nº 1788778

PORTARIA Nº 592/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RETORNO DO AFASTAMENTO POR AUXÍLIO-DOENÇA, da (o) servidor (a) CLECIR APARECIDA RIBEIRO PONTES; investida na função de COZINHEIRA do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, pelo período de 33(trinta e três) dias a contar do dia 29 de Agosto de 2018 a 30 de setembro de 2018. Retorna com remuneração correspondente ao nível salarial "399-COZINHEIRO" e jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria gera efeitos retroagindo a partir da data de 01 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 26 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 593/2018

Publicação Nº 1788777

PORTARIA Nº 593/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR O PRAZO DE CONTRATAÇÃO da PORTARIA 480/2018 da servidora APARECIDA SILVANA DIAS RIBEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR III do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL por mais 60(sessenta dias); nos termos da Lei Municipal nº 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e nos termos do Parecer Jurídico 42/2018 de 07 de Junho de 2018; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, com remuneração correspondente ao nível salarial "128-VIII-M" e jornada de trabalho de 20(vinte)horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 30 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 30 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 594/2018

Publicação Nº 1788779

PORTARIA Nº 594/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR APOSENTADORIA o (a), servidor (a) MARIA SALETE DE DEUS, investido (a) no cargo de MERENDEIRA, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Justifica-se a presente exoneração do cargo Efetivo de MERENDEIRA conforme o Ofício 017/2018 da AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL com a informação da Concessão de Aposentadoria e o Processo Administrativo 023/2018 .

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 30 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em : 30 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2018

Publicação Nº 1788455

Processo Nº 062/2018

Dispensa de Licitação Nº 015/2018

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: O Município de Monte Castelo torna público que em conformidade com o artigo 24, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, e do Prejulgado de n.º 0263 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Acórdão 120/2007 Segunda Câmara (Sumário) do TCU, fica DISPENSADA de licitação a contratação do seguinte serviço de Engenharia.

OBJETO: Levantamento topográfico georreferenciados e aereo levantamento de 75 (setenta e cinco) lotes conforme definidos no contrato.

PRESTADOR: Engenorte Assessoria Agroflorestal Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.495.896/0001-43, com sede na Rua Barão do Cerro Azul, 1190, centro, município de Monte Castelo/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

FORMA DE PAGAMENTO: 50% no início do serviço e 50% após conclusão, entrega e aceite do serviço.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 75 (setenta e cinco) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39.99 - Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica.

MOTIVAÇÃO: Trata-se de serviço de inequívoca necessidade social que visa viabilizar regularização fundiária de parte do território do Município. Visa atender ainda o disposto nos artigos 19, inciso I, artigo 35, inciso I, ambos da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. (Lei de Regularização Fundiária).

Monte Castelo - SC, 28 de outubro de 2018.

João Rafael Fianco

Secretário da Fazenda e Planejamento

ATO DO PREFEITO

R.H.

Ratifico a Dispensa de Licitação, por seus próprios fundamentos nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93.

Execute-se.

Publique-se.

Monte Castelo - SC, 28 de outubro de 2018.

Jean Carlo Medeiros de Souza

Prefeito

Aprovo nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/93.

Conforme Parecer Jurídico de n.º 097/2018, anexo.

Monte Castelo - SC, 28 de outubro de 2018.

Marcelo Feliz Artilheiro

Assessor Jurídico

OAB/SC 16.493

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 90/2018

Publicação Nº 1787892

DECRETO Nº 90/2018

TRATA DE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 896/2017 de 29 de novembro de 2017 e Lei 921/2018.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada com a seguinte classificação:

Art. 1º Fica aberta a dotação orçamentária no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) conforme abaixo especificado:

06 – SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO

02 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS

1.006 – Manutenção e Obras de Infraestrutura Rodoviária

4.4.90.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas 2.200.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial do artigo anterior ocorrerá por conta da Operação de Crédito.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 29 de outubro de 2018.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 91/2018

Publicação Nº 1787908

DECRETO Nº 91/2018

TRATA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Lei Municipal nº 896 de 03 dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada com a seguinte classificação:

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.033 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA.

3.3.90.00.00.00.00.0002(8) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender o crédito adicional suplementar do artigo anterior será anulado recursos da seguinte dotação orçamentária

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.033 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA.

3.1.90.00.00.00.00.0002(6) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 30 de outubro de 2018
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA 08/2018 FMC

Publicação Nº 1788529

ATA 08/2018 FMC

ABERTO O CERTAME NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018 COM A PRESENÇA DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 1852/2018 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PREGÃO PRESENCIAL 08/2018 FMC COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES CHEGA MAIS EVENTOS E SONORIZAÇÃO E ALO EVENTOS EIRELI E TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES;

ITEM 01 EMPRESA VENCEDORA CHEGA MAIS EVENTOS E SONORIZAÇÃO COM O VALOR DE R\$ 48.400,00.

FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE PARA POSTERIOR ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

ATA DA SESSÃO 136/2018 PMN - PROPOSTA

Publicação Nº 1788632

ATA 136/2018 PMN

Aberto o certame as nove horas do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, conforme agendado anteriormente, com a presença da comissão permanente nomeada pela portaria 566/2018 para conferência dos documentos pendentes da empresa L.C Empreiteira Mão de Obra Ltda e abertura dos envelopes das propostas da Tomada de preço 136/2018 PMN, não houve empresas licitantes presentes. A documentação apresentada cumpriu com o exigido do edital. Foram abertos os envelopes das propostas. A empresa Mercolux Comercial Elétrica Ltda apresentou proposta para o lote 2 no valor de R\$ 119.788,60 (cento e dezenove mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos) e a empresa L.C Empreiteira Mão de Obra Ltda apresentou proposta para o lote 1 no valor de R\$ 162.813,15 (cento e sessenta e dois mil, oitocentos e treze reais e quinze centavos). Sagrou - se vencedora no lote 1 a empresa L.C Empreiteira Mão de Obra Ltda e sagrou - se vencedora no lote 2 a empresa Mercolux Comercial Elétrica Ltda. Momento em que encerra a sessão.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 165/2018 PMN

Publicação Nº 1788681

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 165/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de equipamentos (hidrômetros), para serem instalados nas novas unidades consumidoras e também para substituição dos equipamentos que se encontram danificados ou com defeitos, através da SESAN - Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 13/11/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 13/11/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

EDITAL 34-2018 - AUTO DE INFRAÇÃO

Publicação Nº 1788024

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – LC 006/2002 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES)

Com fundamento nos termos do Artigo 294, III da LC 06/2002, C/C Artigo 1º da Lei 2.391 de 2010, a Autoridade Fiscal, ao final identificada, notifica o(s) contribuinte(s) abaixo especificado(s), da autuação pelo cometimento da(s) infração(ões) respectivas, podendo, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa na forma do Artigo 186 e 187 da LC 006/2002.

Incidência: Artigo 101, I, II e III 104 da Lei Complementar 006/2002.

Penalidade: Art. 130, III, 'D', da Lei Complementar 006/2002 – 6 UFM.

Efetuar com atraso ou deixar de efetuar a entrega das informações ou declarações de natureza cadastral, econômica ou fiscal, previstas na legislação tributária, ou prestá-las de forma inexata ou inverídica.

NºINFRAÇÃO	CONTRIBUINTE	CNPJ
456/2018	DAINI ANTUNES DE MORAES	094.590.099-64
689/2018	ADEMAR ANTUNES	12.146.705/0001-09
693/2018	SANTOS E MACARINI FERRAGENS LTDA ME	13.441.095/0001-20
694/2018	BRASILEIRA IND. E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	13.635.531/0001-00
695/2018	ROSANGELA DA COSTA ME	12.827.625/0001-00

Transcorrido o prazo acima, sem a apresentação de defesa, ou por seu indeferimento, ficam notificados para efetuarem o pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

Os prazos acima referidos entram em vigor na data da publicação deste edital.

Navegantes, 23 de outubro de 2018.

ALEXSANDRO ADEMAR BORBA	Antônio Carlos Romão Carmona
AUX. Fiscal de Tributos	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita

ERRATA 175/2018 PMN

Publicação Nº 1788684

ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2018 – P.M.N

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REMOÇÃO DAS FIGURAS E ILUMINAÇÃO NATALINA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL 2018 E ANO NOVO 2018/2019, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO E SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

INCLUI-SE:

5.5 Da Qualificação técnica LOTE 01 E 02

5.5.1 Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitida por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação;

Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa participante do certame.

5.5.2 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento;

5.5.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação;

ONDE SE LÊ:

5.6 Da Qualificação técnica (LOTE 01 E 02):

LEIA-SE:

5.7 Da Qualificação técnica LOTE 03:

Navegantes, 30 de outubro de 2018.

Depto. de Compras e Licitações

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 15/2018 FMV

Publicação Nº 1787633

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018 FMV

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 15/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 15/2018 FMV - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E MOTOCICLETAS, DESTINADO A ATENDER A FROTA DOS VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 15/2018 FMV.

Fornecedor: CV TYRES EIRELI

CNPJ: 28.888.423/0001-09

Proprietária: Cleci Vendruscolo

R\$ 9.815,00

Vigência: 29/10/2018 a 29/10/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 29 de outubro de 2018.

PORTARIA 3632/2018 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1787635

PORTARIA Nº 3632 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de Registro de Preço 15/2018 FMV do processo licitatório Pregão Presencial 15/2018 cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E MOTOCICLETAS, DESTINADO A ATENDER A FROTA DOS VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 15/2018 FMV.

Fiscal: WILSON ANTONIO KUSTER - (titular)
EDEMIR DE SOUZA - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA -- 148/2018 PMN -- ELTON LUIZ MADEIRA ME

Publicação Nº 1788507

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018 PMN

Aos 26 dias do mês de outubro de 2018, às 10h, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria número 565 de 01 de fevereiro de 2018, com intuito de analisar e julgar o recurso de desclassificação do Pregão Presencial nº 148/2018, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA PINTURA (TINTAS ACRÍLICAS, SELADOR, PINCÊIS, ROLOS, SOLVENTES ENTRE OUTROS), PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa ELTON LUIZ MADEIRA ME - CNPJ: 27.666.061/0001-49.

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a equipe, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 18/10/2018.

Em síntese, manifesta-se a empresa, através de recurso, arguindo ser ilegal a desclassificação da empresa no processo licitatório pelos motivos a seguir expostos:

Alega a empresa que apresentou sua proposta e todos os documentos exigidos para a habilitação, porém, o certificado da ABRAFATI fora apresentado vencido em razão de impossibilidade de emissão no site da Associação. Alega ainda que a exigência deste documento é ilegal pois, viola o devido processo legal, pois inibem a participação de empresas no certame.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos conforme solicitado no edital.

É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao

instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Importante citar que este é um dos princípios que norteiam o processo licitatório, do qual, todos estão estritamente vinculados às exigências do edital, devendo ser cumpridos todos os seus itens.

Vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Conforme se pode observar, ao descumprir as exigências editalícias, o licitante deverá ser inabilitado/desclassificado, pois desrespeitou o instrumento convocatório, que é aquele que rege todo o processo licitatório.

Diante disto, a empresa foi de encontro as exigências previstas no edital, conforme previsto nos descritivos dos itens que exigiam ABRAFATI. Ao exigir que as tintas, objeto do Pregão, possuam certificação da ABRAFATI, a secretaria requisitante estabeleceu parâmetro de qualidade do produto, visando alcançar a melhor forma de atendimento as necessidades. Embora não seja entidade governamental, a ABRAFATI é a entidade setorial nacional mantenedora do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat promovido pelo Ministério das Cidades, no que diz respeito ao produto Tintas, sendo que publica periodicamente Relatório Setorial onde, ao detalhar a metodologia empregada na avaliação de produtos que realiza, apresenta a relação de empresas e marcas de produtos em conformidade e em desconformidade com o referido programa. O que demonstra que o documento é legal e garante maior qualidade no produto ofertado.

Ao participar da licitação, sem anterior impugnação, a empresa concordou com as exigências devendo apresentar os documentos de acordo com o edital.

É importante frisar, se verificado pelo licitante e entendido como ilegais ou desnecessárias tais exigências, é possibilitado tempo hábil para impugnação ao edital, conforme previsto no item: 8.1 e 8.1.1:

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Cita-se também, que foram respeitados todos os princípios basilares dos processos licitatórios, dentre eles, neste caso, destacam-se o Princípio da Publicidade e o Princípio da Isonomia, o primeiro garantiu ao licitante o direito de impugnação supracitado, e no segundo, que significa dar tratamento igual a todos os interessados na licitação, foi respeitado, visto que, outras empresas ao verificarem que o documento estava desatualizado no site, agiram com cautela e optaram por entrar em contato com a Associação para encaminhamento do certificado atualizado, estas empresas apresentaram o documento com data vigente.

Também é importante mencionar que, se houvesse dúvidas em relação às informações do edital, é garantido ao licitante o pedido de esclarecimentos conforme segue:

20.14 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro através do e-mail carla.claudino@navegantes.sc.gov.br ou inglid.dias@navegantes.sc.gov.br por escrito e protocolado junto ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100 – Centro – CEP 88370-446 – Navegantes – SC, em dias úteis, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Portanto, o recurso apresentado não merece provimento, sendo esta decisão indene de qualquer vício de legalidade, razão pela qual a decisão de desclassificação não merece ser alterada.

Diante do que foi exposto, mantém-se a desclassificação da licitante.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 26 de outubro de 2018.

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Equipe de Apoio:

Vera Lucia Luçolli da Costa

Josezite dos Santos

Pablo Romero da Costa Pereira Dias

Daniel Seibert Rocha

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA 02/2018 PMN TROCA DE MARCA -- PACHTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Publicação Nº 1788555

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA.
DEFERIMENTO

Aos 29 (vinte e nove) dias, do mês de outubro de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emílio Vieira, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº. 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº02/2018, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de troca de marca referente o item 49 (Macarrão integral 500mg) tendo em vista:

Em 25/10/2018 chegou ao departamento de Compras a solicitação encaminhada pela empresa PACHTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELE-ME - CNPJ 21.424.240/0001-93, de troca do item 49 da marca PRIMORI para ORQUÍDEA, após analisar a justificativa, visto que a fabricante encerrou as atividades, e parecer da Secretaria de Educação, datado em 26 de outubro de 2018, com parecer das Nutricionistas do Município confirmando que as especificações do produto são equivalentes, decidimos por aceitar a troca de marca.

A respeito a troca de marca cita-se o parecer de Pedro de Menezes Niebuhr consultor da FECAM:

[...] Pois então, o licitante vencedor cota suas canetas Bic a R\$ 0,30 a unidade. Em nossa perspectiva, não existe prejuízo ao interesse público que o licitante vencedor postule a alteração da marca Bic - cuja amostra havia sido aprovada pela Comissão e integrava a ata - para passar a fornecer canetas Faber Castell, desde que, frise-se, a nova marca indicada satisfaça todas as exigências editalícias.

O que se quer dizer é que, se plausível a justificativa do fornecedor para a alteração do produto consignado na ata, e não verificado no caso concreto prejuízo algum para o interesse público, a alteração pode ser legal. [...]

http://www.fecam.org.br/consultoria/consultor_detalhes.php?cod_parecer=352

Desta forma aceita-se o pedido de troca de marca, INTIMA-SE a contratada para fornecer o produto da marca ORQUÍDEA, caso já tenha sido expedido AF's com a marca antiga favor solicitar nova AF.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 219/2018 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO N° 05/2018

Publicação N° 1788101

DECRETO nº 219, de 26 de outubro de 2018.

O Prefeito Municipal Nédio Antônio Cassol de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o artigo 61 da lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo N° 05/2018, designando os seguintes membros para sua composição:

- I. Eunice Terezinha Bruschi – Presidente
- II. Solange Fiorini Cassol – Secretária
- III. Damdara Luana Schuck – Membro
- IV. Eliane Cassol Pagliarini – Membro
- V. Zilá Paula Klein Matté – Membro

Art. 2º - Os membros designados nos termos anteriores, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo N° 05/2018.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Erechim, em 26 de outubro de 2018.

Nédio Antônio Cassol

Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170-2018

Publicação Nº 1788815

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 170/2018, de 30/10/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Locação de equipamentos e sistema de monitoramento de imagens com identificador e leitura de placas de veículos. As cameras deverão estar interligadas por fibra ótica e a central de monitoramento deverá ser instalada na Delegacia de Polícia.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.760,00 (quatro mil setecentos e sessenta reais)

AMPARO LEGAL Pregão nº 149/2018, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO 211/2018

Publicação Nº 1788821

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 211/2018

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018, HOMOLOGADO EM 14/09/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 01, 05 e 07 de novembro de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 30 de outubro de 2018.

MAXILIANO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 211/2018)

CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL – 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	Nome completo
4º	MARCOS ANTONIO CAVALCANTE DA FONTOURA
5º	PLINIO HENRIQUE DE CASTRO CEZARINO

CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL – 20 HORAS

Classificação	Nome completo
2º	MICHELLE CRISTHINA DA ROSA ZEFERINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 211/2018)

Exmo. Senhor
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

PORTARIA Nº 663/2018 "E"

Publicação Nº 1787758

PORTARIA Nº 663/2018 "E"

Concede Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro ao Servidor Público Municipal, ELIO WILL, matrícula nº 1038, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2011 a 27/02/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de outubro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 698/2018

Publicação Nº 1788031

PORTARIA Nº 698, 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Retifica a nomenclatura do cargo de provimento efetivo nos assentamentos funcionais da servidora ISMÊNIA JOANA MERÍZIO, detentora da matrícula nº 224 e do cargo de Agente de Saúde Pública - 40h, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, considerando a incorreção do lançamento da nomenclatura do cargo de provimento efetivo, em atos contidos nos assentamentos funcionais, e observada a nomeação, decorrente de aprovação em concurso público, nos termos da Portaria nº 088/93,

RESOLVE:

Art.1º Fica retificada, a nomenclatura do cargo de provimento efetivo, nos atos administrativos contidos nos assentamentos funcionais da servidora ISMÊNIA JOANA MERÍZIO, detentora da matrícula nº 224, para "Agente de Saúde Pública - 40h", conforme o ato de nomeação decorrente de aprovação em concurso público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de outubro de 2018.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 699/2018

Publicação Nº 1788033

PORTARIA Nº 699, 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20021020.1.00120/17-4, aos assentamentos funcionais da servidora ISMÊNIA JOANA MERÍZIO, detentora da matrícula nº 224 e do cargo de Agente de Saúde Pública - 40h, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar a averbação aos assentamentos funcionais da servidora ISMÊNIA JOANA MERÍZIO, detentora da matrícula nº 224 e do cargo de Agente de Saúde Pública - 40h, os períodos de 24/08/1981 a 16/02/1982; 01/05/1982 a 04/01/1988; 01/06/1988 a 01/08/1988; 02/08/1988 a 31/12/1988; 01/04/1989 a 16/08/1989 e 01/11/1989 a 28/02/1991, correspondentes a 08 anos, 05 meses 13 dias (3.083 dias), constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20021020.1.00120/17-4, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de outubro de 2018.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018

Publicação Nº 1786566

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 109/2018 – Pregão Presencial nº 073/2018

Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição parcelada Produtos Enterais para os pacientes do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição – HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, para o ano de 2019, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.

Entrega dos envelopes e credenciamento: até as 08:30 horas do dia 13/11/2018; abertura dos envelopes: dia 13/11/2018 às 09:00 horas. Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48)3267.3211 – 3267.3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br – site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Publicação Nº 1788364

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATO FINANCIAMENTO

CÉDULA DE CREDITO BANCARIO
AGENTE FINANCEIRO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE
TOMADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Agente Operador: Caixa Econômica Federal - CEF
Valor Credito: R\$ 4.160.181,80
Carência: 24 meses
Amortização: 240 meses

Nova Veneza/SC, 30 de outubro de 2018.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018

Publicação Nº 1788361

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018 - FMS

OBJETO: Aquisição de combustível destinado à frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Veneza/SC, destinado ao transporte de pacientes da rede de atenção básica em saúde aos centros de referência do Sistema Único de Saúde SUS.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

ABERTURA: 09/11/2018 às 11:00h

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 30 de outubro de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.483 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788365

DECRETO Nº 2.483 de 30 de Outubro de 2018.

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO REGISTRO, CONTROLE E APURAÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS AO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 18 da Lei Complementar nº 024/2003, de 19 de março de 2003,

DECRETA:

Art. 1º - A frequência dos servidores públicos municipais que prestam serviços ao Centro Administrativo Municipal, será apurada pelo registro eletrônico de ponto digital, através da digitação de matrícula (símbolo *) e digital, ou na falta deste, através de folha ponto individual.

Art. 2º - Para efeito desta regulamentação, frequência é o comparecimento assíduo e pontual dos servidores ao trabalho, dentro do horário previsto no Decreto nº 2.339, de 03 de julho de 2017 ponto é o registro diário em relógio, Folha Individual de Ponto, pelo qual se efetivam o controle de entradas e saídas de servidores.

Art. 3º - O registro do ponto é obrigatório a todos servidores públicos lotados na Unidade da Administração Municipal.

Art. 4º - O horário de trabalho normal estabelecido para todos os servidores públicos, é o estabelecido para cada cargo de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º - Para o cumprimento do horário o servidor deverá respeitar os seguintes períodos:

I - No horário de entrada o servidor poderá registrar seu ponto 10 minutos antes e no máximo 10 minutos após o horário de trabalho.

II - No horário de saída o servidor poderá registrar seu ponto até 10 minutos depois do término do horário de trabalho.

Art. 6º - Os minutos de antecedência e atraso citados no artigo anterior serão considerados períodos de tolerância para o registro do ponto não caracterizando hora extra e nem desconto por atraso.

Parágrafo único – Horas extras ou serviços extraordinários, somente serão permitidos quando previamente e expressamente autorizados pelo chefe, imediato sendo opcional a sistemática de compensação de horas.

Art. 7º - O servidor que por qualquer motivo necessitar prolongar sua jornada de trabalho, adentrar nos estabelecimentos públicos (local de trabalho) fora do horário normal de expediente ou sair antecipadamente, deverá solicitar autorização de forma expressa e antecipada, em forma de Pre-justificativa e entregar ao departamento de Recursos Humanos conforme Anexo I deste Decreto.

§ 1º - Nos casos de atraso, o servidor deverá expor seus motivos, em forma de Justificativa, ao Departamento de Recursos Humanos, juntando documentos comprobatórios.

§ 2º - Ao receber a Pré-Justificativa ou Justificativa, o Departamento de Recursos Humanos encaminhará a solicitação à Secretaria onde o servidor exerce suas funções, bem como ao Prefeito Municipal, para deferimento ou indeferimento da mesma.

Art. 8º - Aos servidores que necessitam ausentar-se para estudos e estágios, conforme condições descritas no art. 91 da Lei Complementar 024/2003, deverão apresentar a pré-justificativa (Anexo I), de forma antecipada e posteriormente anexar documentos que comprovem a ausência, assinado e carimbado pela autoridade competente do local onde cumprir estagio/estudo, sob pena de considerar falta injustificada ao trabalho.

Art. 9º - É vedado ao servidor afastar-se do seu local de trabalho sem prévia autorização superior, constituindo a transgressão desta proibição, infração disciplinar suscetível de punição, na forma do Estatuto dos Servidores, exceto para o exercício eventual de suas atribuições externamente, devendo preencher Justificativa.

Art. 10 - O servidor que deixar de cumprir o horário normal de trabalho, chegando atrasado além do limite de tolerância de 10 minutos ou faltar sem apresentar justificativa na forma dos artigos antecedentes, terá descontado de seu vencimento o valor proporcional a sua ausência.

Art. 11 - Os servidores cujas atribuições são exercidas externamente preencherão diariamente e manualmente a folha ponto individual, por meio da qual se comprovará a pontualidade e a assiduidade do servidor.

Art. 12 - É da estrita competência da chefia imediata do servidor controlar e apurar sua frequência, bem como o cumprimento da jornada de trabalho, cabendo-lhe adotar todas as medidas necessárias para garantir o fiel cumprimento das normas disciplinadoras da matéria, sob

pena de ser responsabilizado administrativamente.

Parágrafo único. Considera-se chefia imediata, para efeito deste Decreto, o servidor responsável por unidade administrativa ou aquele a quem for delegada, formalmente, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, as funções previstas no caput deste artigo.

Art. 13 - Compete ao servidor, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o registro de sua frequência.

Art. 14 - Compete à unidade de Recursos Humanos do Poder Executivo cumprir as normas estabelecidas para o controle e apuração de frequência dos servidores, cabendo-lhe orientá-los quanto à aplicação de tais normas, zelar pela manutenção dos equipamentos e programas utilizados para o controle e apuração de frequência e tratar com transparência e segurança as informações e a base de dados do Sistema de Ponto Eletrônico.

Art. 15 - Constitui falta grave, punível na forma da lei:

- I – o uso indevido do identificador;
- II – causar dano ao Relógio Eletrônico de Ponto e à sua rede de alimentação;
- III – subtrair, rasurar ou inutilizar a Folha Individual de Ponto;
- IV – registrar a frequência de outro servidor, em qualquer modalidade de controle;
- V – saídas intermediárias injustificadas.

Art. 16 - Compete ao sistema de controle interno do Poder Executivo proceder à auditoria sistemática in loco, bem como requisitar aos órgãos e entidades informações, espelhos e folhas de Ponto, objetivando tomar conhecimento quanto ao cumprimento das normas estabelecidas para o registro, controle e apuração de frequência.

Art. 17 - Serão consideradas justificadas, para efeito de abono do Ponto, as ausências do servidor ao trabalho pelos seguintes motivos:

- I – Para doação de sangue, mediante apresentação de documento comprobatório;
- II – Participação em curso, seminário, reuniões ou treinamento previamente autorizado pela instituição, mediante apresentação de documento comprobatório;
- III – submissão a perícia médica, mediante apresentação de atestado médico e ou comprovante de marcação da perícia;
- IV – Consulta médica ou odontológica, mediante apresentação de atestado;
- V – execução de serviço externos;
- VI – viagem a serviço;
- VII – acompanhamento de filho(s), cônjuges, ou companheiro (a) ou pais, para consulta médica ou odontológica, mediante apresentação de comprovante, limitado a apresentação de no máximo de sete (07) atestados durante o ano.
- VIII – demais concessões estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 18 - A documentação necessária à comprovação de afastamentos remunerados deverá ser arquivada e disponibilizada para consulta quando solicitada.

Art. 19 - Os casos omissos serão decididos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20 – Fica revogado o Decreto 1.692/2009 de 16 de Outubro de 2009

Art. 21 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte,

Em 30 de Outubro de 2018.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se AIMAR FRANCISCO PAVELECINI

Secretario de Administração e Fazenda

(Anexo I - Modelo)

COMUNICAÇÃO INTERNA	
	Nº
DE SECRETARIA MUNICIPAL DE	DATA

PARA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE RH

Processo Nº

ASSUNTO
(OBJETIVO DA JUSTIFICATIVA)

Acuso, para que conste ou registre-se, que o servidor , matrícula nº , lotado nesta secretaria , esteve ou necessitou na data de , horário , a fim de , deixando de registrar o ponto eletrônico no horário de , conforme registro do ponto de trabalho.

Novo Horizonte/SC, em

NOME DO SERVIDOR
Matricula nº

Recebido RH em ____/ ____/____

(assinatura e carimbo)

() Defiro () Indefiro () Defiro () Indefiro

Secretário Municipal Prefeito Municipal
(assinatura e carimbo) (assinatura e carimbo)

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 059/2018

Publicação Nº 1787863

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 059/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: EPBAZI LTDA EPP

Valor : R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência : Início: 29/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Tomada de Preços Nº.: 008/2018

Recursos : 10-30.01-04.122.0003-2.003.3.3.90.00.00.00.00-109 Manutenção da Administração Geral

111-50.02-20.606.115-2.028.3.3.90.00.00.00.00-109 Manutenção Depto de Agricultura e Meio Ambiente

96-50.01-26.782.0014-2.023.3.3.90.00.00.00.00-109 Manutenção do Depto de Transportes

54-40.01-12.365.0005-2.014.3.3.90.00.00.00.00-110 Manutenção da Educação Infantil

Objeto : É objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO 20 HORAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, PROCURADOR e AGENTE ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Novo Horizonte/SC, em 29 de outubro de 2018-VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 041/2018

Publicação Nº 1787862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 26.10.2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO 20 HORAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, PROCURADOR e AGENTE ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EPBAZI LTDA EPP

DATA: 29.10.2018 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 04/2018 AO CONTRATO N. 074/2017

Publicação Nº 1788656

TERMO ADITIVO N. 04/2018 AO CONTRATO N. 074/2017

Processo de Licitação n. 0042/2017

Concorrência Pública n. 0002/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI

OBJETO: execução de pavimentação asfáltica.

ALTERAÇÃO: reequilíbrio.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 22.154,88 (vinte e dois mil cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8666/1993.

VIGÊNCIA: até 30/11/2018.

DATA DE ASSINATURA: 25/10/2018.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3118

Publicação Nº 1787832

DECRETO N.º 3118/2018

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0100, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1014/2018 de 18/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir credito Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) apurado pelo Superávit do Exercício Anterior, para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	15000	FUNDO DA CULTURA	
Unidade Orçam.	15001	FUNDO DA CULTURA	
Função	13	Cultura	
Subfunção	392	Difusão Cultural	
Programa	1301	Desenvolvimento Cultural	
Ação	2.71	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	
Fonte	0300	Recurso Ordinário - Superávit	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas	
Total	R\$	10.000,00	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculado ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 18 de Outubro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3119

Publicação Nº 1787835

DECRETO N.º 3119/2018

“PROMOVE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 1029/2018, CONFORME ESPECÍFICA”

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação da Lei Municipal n. 1029/2018, a fim de possibilitar sua aplicabilidade e operação;
CONSIDERANDO, a responsabilidade e necessidade de Gestão dos recursos públicos e estrutura administrativa;
CONSIDERANDO, as limitações financeiras e orçamentárias de todos os entes públicos, especificamente do Município;
CONSIDERANDO, o disposto na própria Lei Municipal n. 1029/2018, especialmente no art. 8º;

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º - Observados os requisitos fixados legalmente, para fazer jus aos benefícios estabelecidos pela Lei Municipal n. 1029/2018, o(s) produtor(es) deverá(ão):

- Fazer a inscrição/cadastro/requerimento junto a Secretaria da Agricultura do Município;
- Apresentar 10 notas de produtor rural relativas à comercialização de leite (uma de cada mês), consecutivas e retroativas a data do pedido;
- Apresentar, em nome do beneficiário, nota fiscal da compra do sêmen bovino utilizado na inseminação, observado o prazo máximo contado da data de emissão de 60 dias;

d) Apresentar inventário atualizado de animais fornecido pela CIDASC com a relação das fêmeas aptas a reprodução;
 Parágrafo único. Para acompanhar o desenvolvimento do programa e aferir o cumprimento dos requisitos fixados, fica designada a seguinte comissão de servidores públicos:
 Adriane Marcheto Alves de Quadra
 Alcione Selig
 Almir Balena
 Lea Cristina Cavalli Marques
 Art. 2º. O Município subsidiará, ao ano, havendo previsão orçamentária e disponibilidade financeira, o valor máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por propriedade, não excedendo 2 (duas) doses por animal.
 Parágrafo único. A responsabilidade pela realização da inseminação artificial é única e exclusiva do produtor/proprietário do rebanho.
 Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 23 de outubro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

LEI Nº 1039

Publicação Nº 1787851

LEI N. 1039/2018.

“INSTITUI AUXILIO AS FAMÍLIAS HIPOSSUFICIENTES VISANDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMÉLIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído auxílio às famílias hipossuficientes que possuam residência no município de Ouro Verde objeto de regularização fundiária decorrente de cooperação com a Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 78.486.875/0001-32.

§ 1º. Para fazer jus ao auxílio, além de a família não possuir outro imóvel, a renda familiar (marido e esposa) não pode ultrapassar 02 (dois) salários mínimo nacional.

§ 2º. Fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Ouro verde, a elaboração de estudo/laudo visando à aferição dos requisitos necessários para concessão do auxílio instituído por esta lei.

Art. 2º. O auxílio de que trata esta lei será correspondente ao valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por família beneficiada, pago depois de efetivado o registro no Ofício de Imóveis.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da Unidade Orçamentária 7001, Função 15, Subfunção 452, Programa 1502, Ação 2.66: Desenvolvimento de Projetos de Regularização Fundiária.

Art. 4º. Fica ainda o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$15.000,00 (Quinze mil reais) para reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	7001	Secretaria de Infraestrutura		
Função	15	Urbanismo		
Subfunção	452	Serviços Urbanos		
Programa	1502	Serviços de Utilidade Pública		
Ação	2.66	Desenvolv. de Projetos de Regularização Fundiária		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	58	3390 - Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
		Total da Suplementação	R\$	15.000,00

Art. 5º. Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será anulado recurso da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	17001	Fundo Mun. de Habitação
----------------	-------	-------------------------

Função	16	Habitação		
Subfunção	482	Habitação Urbana		
Programa	1602	Sistema Habitacional Urbano		
Ação	1.76	Desenvolv. de Ações e Projetos Habit. Urbanos e Rurais		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	86	4490 - Aplicação Direta	R\$	15.000,00
		Total da Anulação	R\$	15.000,00

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, 17 de Outubro de 2018.

AMÉLIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

LEI Nº1040

Publicação Nº 1787852

LEI N.º 1040/2018

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PELO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0100 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de até R\$ 261.800,00 (duzentos e sessenta e um mil e oitocentos reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçament.	20000	SECRETARIA/COORD. DE ADMINIST., PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Unidade Orçam.	20001	SECRETARIA/COORD. DE ADMINIST., PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Função	4	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	402	Administração Geral	
Ação	2.82	Manut. das Ativ. da Sec./Coord. de Adm. Planejamento e Gestão	
Fonte	0300	Recursos Ordinários – Superávit	
Valor	R\$	60.000,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas	
Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA	
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural	
Ação	2.33	Manut. das Ativ., Desenvolv. de Ações e Projetos Agropecuários	
Fonte	0300	Recursos Ordinários – Superávit	
Valor	R\$	86.500,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas	
Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA	
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	452	Serviços Urbanos	
Programa	1502	Serviços de Utilidade Pública	
Ação	2.37	Manutenção dos Serviços Urbanos	
Fonte	0300	Recursos Ordinários – Superávit	
Valor	R\$	77.500,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas	
Órgão Orçament.	8000	SECRETARIA/COORD. DE MEIO AMBIENTE	

Unidade Orçam.	8001	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Função	18	Gestão Ambiental	
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental	
Programa	1801	Preservação e Conservação Ambiental	
Ação	2.45	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	
Fonte	0300	Recursos Ordinários – Superávit	
Valor	R\$	37.800,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas	
Total	R\$	261.800,00	

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei ocorreu por conta de recursos Vinculado ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, em 23 de Outubro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0109

Publicação Nº 1787839

PORTARIA N.º 0109/2018

“NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Nomear a Comissão de Avaliação de Servidores Efetivos para Avaliação periódica de desempenho e Eficiência, composta pelos seguintes membros:

Osmar Faccio – Presidente;

Valmir Siqueira – Membro da Comissão;

Douglas Costacurta – Membro da Comissão.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde SC, 16 de outubro de 2018.

AMELIO REMOR JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0110

Publicação Nº 1787842

PORTARIA N.º 0110/2018

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 842/2013:

RESOLVE:

1 – Nomear os Membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde de Ouro Verde, que será composta pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

MARGARETE BONADIMAN LARA – Titular;

DIRLEI PASINI GUIOTTO – Suplente.

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO:

Representantes da Unidade Sanitária de Ouro Verde:

ANDRESSA FACCO FROSI – Titular;

JULIANE TEDESCO GOULART – Suplente.

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

Representantes dos Trabalhadores profissionais de Saúde:

CLEVI FROSI – Titular;

MARILETE ALVES DE QUADRA – Suplente;

NADIA MARIA BARRETTA CANDIDO – Titular;

ELIZABETE DE FATIMA ALVES PAZ MORO – Suplente.

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

Representantes da Associação de Veteranos de Ouro Verde:

GELSON CONTE – Titular;

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS – Suplente.

Representantes da APAE:

PEDRO ALVES DE QUADRA – Titular;

ONEI BORDIN – Suplente.

Representantes do Clube de Mães:

CLEIDE RODRIGUES DOS SANTOS – Titular;

JOSIANE RODRIGUES QUICHINI – Suplente.

Representantes da Associação de Des. Comunitário de Ouro Verde:

JEANA CRISTINA BARRETTA – Titular;

SALETE CARMEM BASSO RAMOS – Suplente.

Representantes do Grupo de Idosos:

DULIR RODRIGUES DOS SANTOS – Titular;

CLAIRES BASSOTTI – Suplente.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de Outubro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0111

Publicação Nº 1787847

PORTARIA N.º 0111/2018

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal Sr. GILSO LUIZ CONTE, por período de 30 (trinta) dias, a partir de 22 de outubro de 2018, conforme atestados médicos.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de outubro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Paial**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 43/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2018**

Publicação Nº 1787929

EXTRATO CONTRATOS

Contrato Nº: 43/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE PAIAL.

Contratada...: EPBAZI LTDA ME

Valor : : R\$ 10.200,00 (DEZ E DUZENTOS REAIS)

Vigência : Início: 29/10/2018 Término:30/06/2019.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DO PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO COM PROVAS OBJETIVAS, DE TÍTULOS E PRÁTICAS, CONFORME O CASO.

NEVIO ANTONIO MORTARI

PREFEITO MUNICIPAL

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 146/2018

Publicação Nº 1788259

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de novembro de 2018, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - SRP, que consiste na Contratação de operadora ou empresa especializada em locação de sistema completo de radiocomunicação digital, serviço limitado privado e aprovado de forma que o sistema atenda as exigências da legislação, assim determinadas pela Anatel, dentro da Frequência VHF ou UHF, para suprir as necessidades dos Agentes de Transito e o CIRETRAN do Município de Palhoça, conforme disposições a seguir e descritivos técnicos, constantes dos Anexos I Termo de Referência deste Edital incluindo a instalação, implantação, treinamento, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e os demais insumos. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 30 de outubro de 2018. PREGOEIRO.

CHAMADA CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015 E 004/2015

Publicação Nº 1788232

Solicito comparecimento no dia 09 de novembro de 2018, às 14:00 horas, no Auditório no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Palhoça, Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani I, Palhoça/SC, - CEP 88132-256. Informo ainda que será feito a escolha de vagas de acordo com a classificação de cada candidato.

PALHOÇA 17/10/2018	COMPAREC.09/11/2018	EDITAL	CLASS
LUCIA ERONDINA SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	87
GRAZIELA BAUER VERMOHLER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	88
GABRIELA VIEIRA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	89
ROSILENE POSSATO KALESKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	90
SANDRA APARECIDA FERRAZ DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	91
FRANCISCA ANGELICA MENDEZ	ASSISTENTE SOCIAL	001/2015	24
GIUCELLI LUCIMARA FURTADO	MONITOR	001/2015	30

Michelle Silveira Volpato Ribeiro
DIRETORA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

DELIBERAÇÃO Nº 011, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788751

DELIBERAÇÃO Nº 011, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

REGULAMENTA. Institui regras e regulamenta a apresentação e aceitação de atestados e declarações médicas ou odontológicas e dá outras providências.

O COMITÊ GESTOR DE GOVERNO, do Município de Palhoça,
No uso de suas atribuições, considerando o teor do art. 1º do Decreto 2.340/2018 suas alterações posteriores, e

Considerando a necessidade de regulamentar o § 3º do art. 83 e § 1º do art. 161, ambos da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010;

Considerando a necessidade de regulamentar o art. 176, § 2º e art. 107, ambos da
Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010;

Considerando que há na grande divergência sobre a aplicabilidade e aceitação de declarações médicas para fins de justificar ausência ao expediente;

Considerando que a declaração de comparecimento não pode ser equiparada ao atestado médico, que por sua vez possui regras específicas para expedição, nos termos da Resolução nº 1.658, de 13 de dezembro de 2002 do Conselho Federal de Medicina - CFM;

Considerando que a declaração de comparecimento é um documento elaborado pelo médico ou funcionário administrativo, a pedido do paciente, que serve para justificar apenas as horas não trabalhadas, em razão de atendimento, exame ou acompanhamento,

Considerando a necessidade de estabelecer regras e normas internas para entrega e aceitação de atestados médicos ou odontológicos e/ou declarações de comparecimento, resolve

D E L I B E R A R:

Art. 1º Esta deliberação regulamenta a aceitação de atestados e/ou declarações médicas e odontológicas por parte do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Os atestados e/ou declarações médicas ou odontológicas deverão ser apresentados à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, ressalvados as Secretarias que possuam RH próprio, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º O prazo de 48 (quarenta e oito) horas começa a contar a partir da data de emissão do atestado e/ou declaração;

§ 2º Para o prazo descrito neste artigo não são computados os feriados, ponto facultativos, sábado e domingo;

§ 3º Todos os atestados e/ou declarações deverão ser apresentados em via original, assinado pela chefia imediata, ou na sua ausência pelo titular da pasta.

Art. 3º A responsabilidade pela apresentação do atestado e/ou declaração, dentro do prazo estipulado no artigo anterior, é exclusiva do servidor público efetivo.

Art. 4º As declarações e/ou atestados de comparecimento ou acompanhamento médico ou odontológico, apresentadas ao Poder Executivo Municipal, pelo servidor público efetivo, servirão para justificar a ausência de 03 (três) horas ao expediente diário, quando da realização de consultas, exames ou acompanhamentos.

§ 1º As declarações poderão abonar período superior a 03 (três) horas desde que conste no documento os horários específicos de atendimento, de chegada e saída;

§ 2º Aplica-se a regra do caput para as declarações ou atestados de comparecimentos que não contiverem horário específico de atendimento em seu conteúdo.

§ 3º O servidor deverá, obrigatoriamente, registrar sua entrada e saída no ponto biométrico, seja anterior ou posteriormente à consulta ou ao exame, desde que ocorra durante o horário de expediente.

Art. 5º As declarações/atestados de acompanhamento de consultas médicas ou odontológicas, previstas no artigo anterior, deverão conter as seguintes informações:

I - nome completo do paciente atendido pelo médico ou dentista;

II - nome completo do acompanhante;

III - grau de parentesco entre o paciente e o acompanhante;

IV - horário de atendimento;

V - assinatura do médico ou odontologista;

VI- data de emissão

§ 1º O grau de parentesco previsto no inciso III do § 5º deste artigo será considerado o previsto no art. 164 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e 179 da Lei Complementar 097, de 15 de dezembro de 2010;

§ 2º Os servidores públicos efetivos apenas poderão apresentar 02 (duas) declarações de acompanhamento médico ou odontológico, por mês, nos termos do art. 4º desta Deliberação.

Art. 6º As declarações de comparecimento à consultas médicas ou odontológicas, deverão conter as seguintes informações:

I - nome completo do paciente;

II - horário de atendimento;

III - assinatura do médico ou dentista.

IV- data de emissão

Parágrafo Único. Os servidores públicos efetivos, contratados ou provimento em comissão apenas poderão apresentar 02 (duas) declarações de comparecimento à consulta médica ou odontológica, por mês, nos termos do art. 4º desta Deliberação.

Art. 7º As declarações de comparecimento para realização de exames médicos ou odontológicos deverão conter as seguintes informações:

I - nome completo do paciente;

II - horário de atendimento

III - assinatura do médico, dentista ou responsável pelo exame.

IV- data de emissão

Parágrafo Único. Os servidores públicos efetivos, contratados ou provimento em comissão apenas poderão apresentar 02 (duas) declarações de comparecimento à exame médico ou odontológico, por mês, nos termos do art. 4º desta Deliberação.

Art. 8º As limitações previstas no § 2º do art. 5º, Parágrafo Único do art. 6º e Parágrafo Único do art. 7º, todos desta Deliberação não são cumuláveis.

Art. 9º As declarações previstas no artigo 5º desta Deliberação não serão aplicadas aos servidores detentores de cargo de provimento em comissão e os servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 10. As declarações para doação de sangue servirão para abono do dia de trabalho, porém serão limitadas a apresentação de 04 (quatro) anuais, sendo vedada a declaração de acompanhamento para tal finalidade, devendo observar o mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação.

Art. 11. Não serão aceitos atestados de afastamento para cirurgias plásticas, vasectomia e laqueadura, bem como declarações de acompanhamento ou internação para tal finalidade.

Art. 12. Os atestados e/ou declarações apresentados em razão de cirurgias eletivas serão avaliados pela perícia médica, devendo observar o mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação.

Art. 13. Nos casos de realização de cirurgias de urgência ou emergência, bem como no caso de internações ou acompanhamento de internação, o servidor público deverá comunicar e entregar declaração de internação em 48 (quarenta e oito) horas a chefia imediata, que ficará responsável de informar imediatamente a Diretoria de Gestão de Pessoas, salvo nos casos de Secretaria que possuem RH próprio.

Parágrafo Único. Após a alta da internação o servidor deverá apresentar dentro de 48 (quarenta e oito) horas a declaração ou o atestado para providências de justificativa de ponto ou agendamento de perícia médica.

Art. 14. Não serão aceitos atestados e/ou declarações assinados por profissional alheio a atividade médica ou odontológica, ressalvados os casos de declaração para fins de realização de exame médico ou odontológico, nos termos desta Deliberação.

Parágrafo Único. Não serão aceitos atestados e/ou declarações, independentemente de sua natureza, de profissionais ligados à atividade de fisioterapia, nutricionista, psicologia, fonoaudiologia, acupuntura, massoterapia, optometria e demais atividades correlatas não consideradas médicas ou odontológicas, nos termos do art. 83, § 3º da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 15. Os assuntos relacionados a atestados e declarações médicas ou odontológicas deverão ser encaminhados por memorando eletrônico à Perícia Médica, vinculada à Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 16. Os servidores públicos deverão agendar consultas e exames, preferencialmente, em horário distinto ao do expediente diário.

Art. 17. Fica revogada a Deliberação nº 08/2017, e demais disposições contrárias.

Art. 18. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2018.

Palhoça, 24 de outubro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMITT Secreária Municipal de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PEDRO HENRIQUE DA ROSA Diretor de Controle e Transparência

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

LEI Nº 4.641, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788723

LEI Nº 4.641, de 29 de outubro de 2018.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública a Associação Amigos do Grupo Escoteiros Pedra Branca.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos do Grupo Escoteiros Pedra Branca, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 21.690.432/0001-41, com sede à Rua dos Bunganvilia, s/nº, Edifício Rochella Ionica, apto A1, Pedra Branca, Palhoça/SC, CEP 88.137-400.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de outubro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.642, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788725

LEI Nº 4.642, de 29 de outubro de 2018.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gauchas Sul Palhocense.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Tradições Gauchas Sul Palhocense, associação civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob nº 20.254.995/0001-24, com sede à Rodovia Evadio Paulo Boering, s/n, Passagem do Maciambu, Palhoça/SC, CEP 88.131-000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de outubro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4158/2018.

Publicação Nº 1788733

PORTARIA Nº. 4158/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 3784 de 06 de setembro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CLEIDE MARIA INACIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 14/08/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4159/2018.

Publicação Nº 1788735

PORTARIA Nº. 4159/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 3783 de 06 de setembro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SANDRA APARECIDA DE BEIRÃO FLORES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 16/08/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 147/2018

Publicação Nº 1788161

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº147/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 147/2018, no dia 14 de novembro de 2018, às 14h00min, na Sala de reuniões da Comissão de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 147/2018 tem como objeto a aquisição de Artefatos de Cimento; Tubos de Concreto para utilização na construção de redes pluviais, obras de sistemas de drenagens em diversas obras realizadas pelo Município, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoça.atende.net>. Palhoça, 30 de outubro de 2018. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 033, DE 06 DE JUNHO DE 2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR

Publicação Nº 1788673

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 033, DE 06 DE JUNHO DE 2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, através de seu Presidente, Sr. JOSÉ VIRGILIO DA SILVA JÚNIOR, doravante denominados simplesmente MUNICÍPIO e de outro lado a LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL, pessoa jurídica de direito privado de caráter desportivo, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, com sede a Avenida Prefeito Nelson Martins, nº 741, Centro, neste Município, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.116.747/0001-62, neste ato representada por seu presidente LAURINO JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, casado, motorista, residente a Rua Domingos de Souza Filho, nº 498, Furadinho, Palhoça/SC, portador do RG nº 161.920-9 e CPF nº 376.226.339-68, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO SOCIAL, com amparo na Lei Municipal nº 4.620, de 18 de maio de 2018 e Decreto Legislativo nº 464/2018, e na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 2.282/2017, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Fomento nº 033, de 06 de junho de 2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1 Fica aprovada a supressão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do valor do Termo de Fomento nº 033, de 06 de junho de 2018, previsto em sua cláusula segunda, em razão da não realização dos campeonatos: Campeonato Palhocense Primeira Divisão categoria adulta e juniores (sub 20), por insuficiência de inscritos.

1.2 O cronograma de desembolso, previsto no item 2.2 da cláusula segunda do Termo de Fomento nº 033, de 06 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.2 Os repasses serão realizados em 04 (quatro) parcelas, observado o seguinte cronograma:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	21/05/2018	R\$ 20.000,00
02	21/06/2018	R\$ 20.000,00
03	23/07/2018	R\$ 20.000,00
04	30/10/2018	R\$ 15.000,00"

1.3 O novo Plano de Trabalho passará a vigorar nos termos do Anexo deste instrumento.

1.4 Este instrumento é firmando com base no art. 57 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 38, inciso II, do Decreto Municipal nº 2.282/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O presente termo passa a fazer parte integrante e complementar do Termo de Fomento nº 033, de 06 de junho de 2018 e obriga as partes.

2.2. As demais cláusulas e condições ajustadas no Termo de Fomento nº 033, de 06 de junho de 2018 e não expressamente modificadas por este instrumento permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que adiante assinam.

Palhoça, 25 de outubro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JOSÉ VIRGILIO DA SILVA JÚNIOR
Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura

LAURINO JOSÉ DE SOUZA
Presidente da Liga Palhocense de Futebol

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 035, DE 18 DE JUNHO DE 2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O SEBRAE/SC.

Publicação Nº 1788726

SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 035, DE 18 DE JUNHO DE 2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O SEBRAE/SC.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, neste ato, representado por seu gestor, ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 82.515.859/0001-06, situada à Rodovia SC 401, Km 01, Lote 02, Parque Tecnológico Alfa, Bairro João Paulo, CEP 88030-000, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Superintendente, Sr. CARLOS GUILHERME ZIGUELLI, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 564.875.689-53; e pelo Diretor, Sr. ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.480.689-04, doravante denominado SEBRAE/SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Convênio nº 035, de 18 de junho de 2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 Dá nova redação à Cláusula Sétima do Convênio nº 035, de 18 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SÉTIMA – DOS VALORES

Para a consecução do objeto, previsto na Cláusula Primeira deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 40.350,00 (quarenta mil e trezentos e cinquenta reais), observando o seguinte cronograma de desembolso:

Parcela	Valor	Data
01	R\$ 15.000,00	10/11/2018
02	R\$ 15.000,00	20/12/2018
03	R\$ 10.350,00	31/01/2019"

"

1.2 Dá nova redação à primeira parte da Cláusula Segunda do Convênio nº 035, de 18 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração até 31 de janeiro de 2019.

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O presente termo passa a fazer parte integrante e complementar do Convênio nº 035, de 18 de junho de 2018 e obriga as partes.

2.2. As alterações promovida pelo presente instrumento não geram ônus adicionais ao Município.

2.3. As demais cláusulas e condições ajustadas no Convênio nº 035, de 18 de junho de 2018 e não expressamente modificadas por este instrumento permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que adiante assinam.

Palhoça, 15 de outubro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Anna Paula Heiderscheidt Adegas – Secretária Municipal

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC
Carlos Guilherme Ziguelli - Diretor Superintendente

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC
Anacleto Ângelo Ortigara - Diretor

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

Publicação Nº 1787854

**COMUNICADO
RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº18/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de conectividade IP dedicado à rede mundial de computadores, Internet, com velocidade de 50Mbps (item 1) e serviço redundante com velocidade de 50Mbps (item 2), suportando aplicações TCP/IP, com garantia de 100% da banda contratada de Download e Upload, incluindo instalação, manutenção e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da solução.

DIA: 30/10/2018

HORÁRIO DA SESSÃO: 08h00min.

ENCERRAMENTO: 09h45min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa ADM INTERNET LTDA-ME, foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 30 de outubro de 2018.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA
Pregoeira

Palma Sola

PREFEITURA

EDITAL 006.2018 PONTUAÇÃO DE TÍTULOS (ANTES DOS RECURSOS)

Publicação Nº 1788235

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 006/2018

RELAÇÃO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO (ANTES DOS RECURSOS)

A comissão municipal de auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital nº 006/2018, torna público o AFERIMENTO da pontuação da prova de títulos e tempo de serviço (antes dos recursos) dos candidatos, pela comprovação de requisitos do referido Edital, conforme abaixo:

PROFESSOR COM FORMAÇÃO DE MAGISTÉRIO			
Nº	Insc.	Candidato	Total Títulos
1	39	Adriane Terezinha Tesche	0,50
2	17	Daiane De Oliveira	0,50
3	16	Edioneia Cristina Celante	-
4	70	Elaine Appio	0,50
5	96	Jaíne Barbieri Santin	0,50
6	98	Liziane Fatima Possebon	-
7	8	Marcela Camila Peres	0,50
8	90	Mariza Da Aparecida Dalcero	1,40
9	92	Rafaela Cristina Maroli Meireles Da Silva	-
10	91	Tereza Aparecida Maroli	-
11	52	Viviane Comunello	0,50
12	95	Viviane Prigol	0,50
PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM ARTES			
Nº	Insc.	Candidato	Total Títulos
1	23	Deise Ially Ferderle Santos	1,30
PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA			
Nº	Insc.	Candidato	Total Títulos
1	94	Alexandra Paula Simon Klein De Mattos	2,00
2	26	Camila Da Silva	1,20
3	87	Cleusa Ines Spenazzato Luvison	3,00
4	99	Fábio Ernesto Dal Magro	-
5	1	Flavio Xavier	1,10
6	37	Gustavo Andrioli	1,60
7	15	Isac Matias Pies	1,20
8	22	Jorge Andre Ferderle Santos	1,70
9	97	Luis Henrique Silva De Oliveira	-
10	42	Raquel Baroni	1,90
PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS (ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)			
Nº	Insc.	Candidato	Total Títulos
1	80	Edina Francieli Bastos	-

PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ANOS INICIAIS			
Nº	Insc.	Candidato	Total Títulos
1	67	Alice Valente Da Silva	1,50
2	35	Angela Rovani Ribeiro Cirino	3,00
3	27	Carmen Lucia Da Silva	1,50
4	54	Claudia Dos Santos	1,60
5	84	Cristiani Da Costa Silva	-
6	48	Danita Lucia Comunello Krein	2,70
7	28	Debora Kuhn Da Silva	2,70
8	63	Diane Lorencetti	3,00
9	36	Elizandra De Fatima Ribeiro	1,40
10	75	Gelci Maria Holz Lorencetti	2,00
11	61	Gessica Thais Mignoni	1,60
12	62	Guilhermina Da Silva	2,70
13	10	Jeizibel Falinski	-
14	83	Josiane Lucia Ramos Pies	1,80
15	2	Juliana Miorando	2,30
16	72	Juliana Rodrigues Do Prado Wille	1,60
17	81	Luciane Cerati Borges	1,60
18	3	Mayara Regina Benetti	1,10
19	5	Monica Cristina Figueiró Zanatta	1,90
20	51	Rosana Pauletti	1,10
21	25	Rosângela Paetzold	1,70
22	40	Roselei Perotti	2,00
23	6	Simone Regina Zanatta	1,80
24	55	Zenaide Terezinha Werlang Vivian	-

PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Insc.	Candidato	Total Títulos
1	78	Adriana Filippi Ferreira	-
2	12	Ana Paola Sevald Goffi	2,20
3	7	Cilene Zeferino	1,70
4	34	Clarice Welter De Moraes	-
5	82	Claudete Maria Schein	2,10
6	38	Cledir Salete Pissaia	1,90
7	19	Cristiane Dulce Nicolao	1,00
8	50	Daiane Cristina Dahmer	-
9	79	Edinéia Da Silva Vargas	1,50
10	32	Elaine Antonietti Da Paixão	2,90
11	65	Fernanda De Oliveira	1,80
12	77	Flaviane Luza Ribeiro	-
13	88	Giceli Triches	1,90
14	49	Glecia Mara Tomazeli	2,00
15	43	Ilga Terezinha Adler	3,00
16	68	Irisan Jose De Moura	1,50
17	57	Iva Terezinha De Primo Pauletti	1,50
18	45	Jaqueline Delevatti	1,80

19	44	Joana Strapason Sotelle	1,00
20	93	Juliani De Lara Willy	1,00
21	56	Laidés De Lara	2,00
22	69	Leidiane Andressa Baginski	2,40
23	24	Lucelene Inês Schmidt Dorneles	2,10
24	86	Lucélia De Souza	-
25	47	Lucia Maria Strapasson Tartaro	2,10
26	66	Maria Janice P Holz	-
27	73	Maria Lucia Melo Dos Santos	2,50
28	71	Marieli Lawisch	2,00
29	53	Marizete Venson Sandri	1,60
30	58	Micheli Daponte	1,50
31	74	Mirlaine Capellari	2,40
32	33	Nadiesca Da Silva Lacerda	2,40
33	14	Neuza De Souza	-
34	18	Noema Galvao De Lima De Oliveira	2,30
35	31	Rafaela Carla Todescatto	2,00
36	76	Rosane Aparecida Machado Luza	-
37	59	Rosane De Souza Pereira Dalavale	2,00
38	60	Rosilde Melania Perin Frigo	2,10
39	21	Silvia Regina Balboena Lunkes	2,00
40	85	Talita Da Silva Pauletti	1,70

Antônio Carlos Berti Izabel Vissotto
Presidente Comissão Membro

Rosalina de Lara Vargas Marli Isabel Werlang
Membro Membro

Paraíso

PREFEITURA

PR 23-2018 FMS

Publicação Nº 1787947

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO - SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2018 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 14 de Novembro de 2018 no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 30 de Outubro de 2018.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

PR 56-2018

Publicação Nº 1787890

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 14 de Novembro de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTEBOL SUIÇO PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO NO MUNICIPIO DE PARAISO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 30 de Outubro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

PR 57-2018

Publicação Nº 1788237

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 19 de Novembro de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO A REFORMA E ADEQUAÇÕES DE ACES-SIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A ADUANA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270090), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 30 de Outubro de 2018

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

PR 58-2018

Publicação Nº 1788221

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 20 de Novembro de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, A SER UTILIZADA NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 87220/2018/MPA/CAIXA.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 30 de Outubro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018 FMS

Publicação Nº 1787702

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 29/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2018

No dia 30 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2018, Processo Licitatório nº. 29/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO GRUPO "B" (QUÍMICOS E MEDICAMENTOS), DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6972	T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	72.332.778/0001-09	FAUSTO JOSÉ SCHNEIDER	006.194.589-76

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO GRUPO "B" (QUÍMICOS E MEDICAMENTOS), DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6972 - T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PROVENIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE – GRUPO "B" (QUÍMICOS E MEDICAMENTOS).	KG		300,000	8,0000	2.400,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSOPágina: 6/6
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 30 de Outubro de 2018.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresas Participantes:

T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 72.332.778/0001-09

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 064/2018**

Publicação Nº 1787805

Portaria nº 064/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VALDECIR SILVEIRA MENEGAI, inscrito no CPF sob nº. 017.419.679-29, matrícula nº. 19, o qual ocupa o cargo eletivo de VEREADOR e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso 3,5 (três diárias e meia) no valor de R\$ 2.998,03 (Dois mil e novecentos e noventa e oito reais e três centavos), para atender as finalidades constantes no Roteiro de viagem em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 30 de outubro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de outubro de 2018

PORTARIA Nº 065/2018

Publicação Nº 1787806

Portaria nº 065/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. FLÁVIO IRTTHON LAMB, inscrito no CPF sob nº. 477.534.409-87, matrícula nº. 49, o qual ocupa o cargo eletivo de VEREADOR e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso 3,5 (três diárias e meia) no valor de R\$ 2.998,03 (Dois mil e novecentos e noventa e oito reais e três centavos), para atender as finalidades constantes no Roteiro de viagem em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 30 de outubro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de outubro de 2018

PORTARIA Nº 066/2018

Publicação Nº 1787807

Portaria nº 066/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. FABRICIO GARLET inscrito no CPF sob nº. 017.634.259-16, matrícula nº. 47, o qual ocupa o cargo eletivo de VEREADOR e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso 3,5 (três diárias e meia) no valor de R\$ 2.998,03 (Dois mil e novecentos e noventa e oito reais e três centavos), para atender as finalidades constantes no Roteiro de viagem em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 30 de outubro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de outubro de 2018

PORTARIA Nº 068/2018

Publicação Nº 1787808

Portaria nº 068/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. MAURILIO GUERRA inscrito no CPF sob nº. 605.114.519-20, matrícula nº. 64, o qual ocupa o cargo eletivo de VEREADOR e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso 3,5 (três diárias e meia) no valor de R\$ 2.998,03 (Dois mil e novecentos e noventa e oito reais e três centavos), para atender as finalidades constantes no Roteiro de viagem em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 30 de outubro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de outubro de 2018

PORTARIA Nº 071/2018

Publicação Nº 1787810

Portaria nº 071/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. ANTONINHO LEÃO, inscrito no CPF sob nº. 526.189.609-63, matrícula nº. 26, o qual ocupa o cargo eletivo de VEREADOR e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso 3,5 (três diárias e meia) no valor de R\$ 2.998,03 (Dois mil e novecentos e noventa e oito reais e três centavos), para atender as finalidades constantes no Roteiro de viagem em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 30 de outubro de 2018.
ANTONINHO LEÃO
Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de outubro de 2018

PORTARIA VIAGEM Nº 063/2018

Publicação Nº 1787802

Portaria nº 063/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. JOEL ANTONIO GEHLEN, inscrito no CPF sob nº. 796.751.669-91, matrícula nº. 46, o qual ocupa o cargo eletivo de VEREADOR e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso 3,5 (três diárias e meia) no valor de R\$ 2.998,03 (Dois mil e novecentos e noventa e oito reais e três centavos), para atender as finalidades constantes no Roteiro de viagem em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 30 de outubro de 2018.
ANTONINHO LEÃO
Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de outubro de 2018

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0009/2018

Publicação Nº 1788644

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0009 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA REFORMA DE TELHADO E IMPERMEABILIZAÇÃO DA MARQUISE DO PRÉDIO DA CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC.

O cidadão André Porto Silveira Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear a comissão para acompanhamento e fiscalização da Reforma de Telhado e Impermeabilização da Marquise do Prédio da Câmara Municipal de Passo de Torres/SC, os quais são: Jaci Anacleto Eziquiel, Altemir Catel Cardoso e Sálvio Bitencourt da Silva.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

ANDRÉ PORTO SILVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

ANDRÉ CARDOSO
1º Secretário

Passos Maia**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/2018 CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015**

Publicação Nº 1788324

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/2018
CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA o(a) candidato(a) a seguir relacionado(a), aprovado(a) no Concurso Público 001/2015, de 26 de Fevereiro de 2015, o(a) qual deverá comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munido(a) de seus documentos pessoais, (Cópias legíveis) do RG, CPF, Certidão de comprovação do estado civil, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se tiver), Histórico Escolar, Comprovante de residência (Conta de água, luz ou telefone), Reservista, Título de Eleitor com comprovante da última votação, Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se houver), registro no Conselho (quando exigido) e, ainda, originais da Carteira de Trabalho e Antecedentes Criminais do FORUM (protocolo), bem como, uma foto 3x4 (recentes), para depois de cumpridas as exigências legais, tomar posse e exercício, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
ADRIANO VARGAS	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS (TRATOR DE PNEUS)	2º

O candidato aprovado para o cargo de Agente de Defesa Civil será cedido ao 2º Grupo de Bombeiros Militar de Ponte Serrada, atendendo ao disposto no Convênio 2.508/2011-9, para desempenhar as atividades do referido cargo no Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Ponte Serrada-SC.

O candidato aprovado deverá, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 13.5, do Edital de Concurso Público n. 001/2015, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Concurso (itens 13.5 e 13.7 do Edital).

Passos Maia – SC, 25 de outubro de 2018.

CLEVERSON L. A. DE SANTI
Chefe de Departamento**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2018 PROCESSO SELETIVO N. 001/2017**

Publicação Nº 1788141

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2018
PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

O Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, através do Departamento Municipal de Recursos Humanos, CONVOCA o candidato a seguir relacionado, aprovado no Processo Seletivo n 001/2017, de 17 de janeiro de 2017, o qual deverá comparecer no Setor de Recursos Humanos do Município de Passos Maia – SC, munido de seus documentos pessoais, (Cópias legíveis) do RG, CPF, Certidão de comprovação do estado civil, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se tiver), Histórico Escolar, Comprovante de residência (Conta de água, luz ou telefone), Reservista, Título de Eleitor com comprovante da última votação, Comprovante de inscrição no PIS/PASEP(se houver), registro no Conselho (quando exigido) e, ainda, originais da Carteira de Trabalho e Antecedentes Criminais do FORUM (protocolo), bem como, uma foto 3x4 (recente), para depois de cumpridas as exigências legais, tomar posse e exercício, a saber:

NOME	CARGO	CLASS.
SUZANA DE CARVALHO VELOSO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	8º

O candidato aprovado deverá, no prazo de 2 (dois) dias, manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência, nos moldes do item 17.6, do Edital de Processo Seletivo n. 001/2017, sob pena de ser desclassificado e, por consectário, ser excluído do Seletivo (itens 17.6 e 17.8 do Edital).

A referida vaga será ofertada com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, a serem distribuídas de acordo com a demanda da Secretaria Municipal da Saúde.

Passos Maia – SC, 30 de outubro de 2018.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Chefe de Departamento

PORTARIA Nº 297, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788110

PORTARIA Nº 297, de 30 de outubro de 2018.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 77, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o Atestado Médico expedido pela Dra. Mara T.K.Gritti – CRM 7680 – datado de 30 de outubro de 2018, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora VIVIANE DALBIANCO, matrícula nº 9570, ocupante do Cargo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional Profissional, Símbolo PF-12, jornada de trabalho 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 30/10/2018 a 28/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de outubro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 298, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788473

PORTARIA Nº 298, de 30 de outubro de 2018.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 99, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 002, de 14 de setembro de 1998, Considerando que a servidora preenche os requisitos legais para o gozo da licença-prêmio;
Considerando o pedido formulado pela servidora e a conveniência para a administração municipal na concessão da Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio à servidora JULIANE CIZINANDE LINCK, matrícula nº 16, ocupante do Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Denominação de Cargo Professor, Símbolo PD/D-IV, jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referente ao período aquisitivo de 17/02/2010 a 16/10/2015, para ser gozada de 29/10/2018 a 26/01/2019, de conformidade com o requerimento protocolado sob nº 2211/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de outubro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****313/2018**

Publicação Nº 1788791

PORTARIA Nº 313/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no inc. II do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal e no inc. I do Art. 62 da Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EM COMISSÃO a partir de 26/10/2018 o Servidor Filipe Junqueira Carvalho Costa, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 000.541.741-47, matrícula 11537, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Secretária de Saúde, 40 horas, a disposição da Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º - O servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 31 de outubro de 2018.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 31 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº10/2018 PL Nº 45/2018

Publicação Nº 1788041

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2018

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo nº.45/2018; DL nº. 10/2018; contratado:ROMÁRIO PACHECO FERNANDES; CNPF: 05.726.805/0001-3664.626.739-15; Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Joaquim Pedro Machado, 99, penha, paulo lopes -sc, para funcionamento de uma sala de fisioterapia. Valor mensal: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Paulo Lopes, 30 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretario Municipal de Administração

DECRETO Nº 65/2018

Publicação Nº 1787906

DECRETO Nº 65/2018.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.742/2017 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado, no orçamento fiscal vigente a dotação abaixo, no limite de R\$ 507.622,00 (quinhentos e sete mil seiscentos e vinte e dois reais), de acordo com as especificações seguintes:

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 10.000,00
12.365.0004.2.015 – Manutenção da Educação Infantil R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0015.000049 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0901 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 358.385,00
26.782.0009.1.046 – Pavimentação de Ruas R\$ 385,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 385,00
26.782.0009.1.048 – Construção de Pontes R\$ 163.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 163.000,00
15.451.0009.2.044 – Manutenção de Melhoria da Iluminação Pública R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
15.451.0009.2.045 – Manutenção da Limpeza Pública R\$ 70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
15.511.0009.2.052 – Manutenção da Rede D'água R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
26.782.0009.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA R\$ 30.000,00
20.606.0010.2.057 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 109.237,00
10.301.0012.2.066 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 109.237,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0270.002000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 3.932,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0270.002000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 305,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0270.002000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 507.622,00 (quinhentos e sete mil seiscentos e vinte e dois reais):

0202 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 360,00
04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 360,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 360,00

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 309.980,00
12.361.0004.1.009 – Aquisição de Veículos Escolares R\$ 380,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 380,00
12.361.0004.1.012 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
12.365.0004.1.013 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas R\$ 22.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 22.500,00
06.367.0004.2.024 – Manutenção da Merenda Escolar R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
12.361.0004.2.020 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
12.365.0004.2.021 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0015.000049 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.366.0004.2.016 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.366.0004.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
12.366.0004.2.022 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501 – SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA E LAZER R\$ 700,00
27.812.0005.2.029 – Manutenção da Secretaria de Cultura R\$ 700,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 700,00

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 28.000,00
08.244.0007.2.033 – Manutenção do FMAS R\$ 12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
08.244.0007.2.036 – Manut. da Proteção Especial de Alta Complexidade R\$ 500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
08.244.0007.2.039 – Manutenção do Benefício Eventual R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
08.244.0007.2.041 – Manutenção do Programa BPC na Escola R\$ 500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

0901 – SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 21.500,00
15.451.0009.2.050 - Saneamento Básico R\$ 500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
15.451.0009.2.053 – Manutenção do Saneamento Básico R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
15.511.0009.2.052 – Manutenção da Rede D'água R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
26.782.0009.2.049 – Sinalização de Vias Públicas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 – OPERAÇÕES ESPECIAIS R\$ 134.845,00
04.122.0000.2.060 – Amortização de Encargos da Dívida R\$ 134.845,00
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 134.845,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 12.237,00
10.301.0012.2.066 – Manut. do Fundo Municipal de Saúde R\$ 12.237,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0080.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.00.0270.002000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0270.002000 – Aplicações Diretas R\$ 8.237,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1789/2018

Publicação Nº 1787902

LEI Nº 1789/2018

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.742/2017 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 507.622,00 (quinhentos e sete mil seiscentos e vinte e dois reais), de acordo com as especificações seguintes:

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 10.000,00
12.365.0004.2.015 – Manutenção da Educação Infantil R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0015.000049 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0901 – SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 358.385,00
26.782.0009.1.046 – Pavimentação de Ruas R\$ 385,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 385,00
26.782.0009.1.048 – Construção de Pontes R\$ 163.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 163.000,00
15.451.0009.2.044 – Manutenção de Melhoria da Iluminação Pública R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
15.451.0009.2.045 – Manutenção da Limpeza Pública R\$ 70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
15.511.0009.2.052 – Manutenção da Rede D'água R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
26.782.0009.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA R\$ 30.000,00
20.606.0010.2.057 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 109.237,00
10.301.0012.2.066 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 109.237,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0270.002000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 3.932,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0270.002000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 305,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0270.002000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 507.622,00 (quinhentos e sete mil seiscentos e vinte e dois reais):

0202 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 360,00
04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 360,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 360,00

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 309.980,00
12.361.0004.1.009 – Aquisição de Veículos Escolares R\$ 380,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 380,00
12.361.0004.1.012 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
12.365.0004.1.013 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas R\$ 22.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 22.500,00
06.367.0004.2.024 – Manutenção da Merenda Escolar R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
12.361.0004.2.020 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
12.365.0004.2.021 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0015.000049 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.366.0004.2.016 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.366.0004.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
12.366.0004.2.022 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501 – SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA E LAZER R\$ 700,00
27.812.0005.2.029 – Manutenção da Secretaria de Cultura R\$ 700,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 700,00

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 28.000,00
08.244.0007.2.033 – Manutenção do FMAS R\$ 12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
08.244.0007.2.036 – Manut. da Proteção Especial de Alta Complexidade R\$ 500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
08.244.0007.2.039 – Manutenção do Benefício Eventual R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
08.244.0007.2.041 – Manutenção do Programa BPC na Escola R\$ 500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

0901 – SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 21.500,00
15.451.0009.2.050 - Saneamento Básico R\$ 500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
15.451.0009.2.053 – Manutenção do Saneamento Básico R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
15.511.0009.2.052 – Manutenção da Rede D'água R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
26.782.0009.2.049 – Sinalização de Vias Públicas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 – OPERAÇÕES ESPECIAIS R\$ 134.845,00
04.122.0000.2.060 – Amortização de Encargos da Dívida R\$ 134.845,00
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 134.845,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 12.237,00
10.301.0012.2.066 – Manut. do Fundo Municipal de Saúde R\$ 12.237,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0080.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.00.0270.002000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0270.002000 – Aplicações Diretas R\$ 8.237,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1790/2018

Publicação Nº 1788023

LEI Nº 1790/2018

Autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos no âmbito do Município de Paulo Lopes e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 37/2018 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em cumprimento ao disposto no artigo 175 da Constituição Federal de 1988, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei Orgânica Municipal de Paulo Lopes e desta Lei, a outorgar, em regime de concessão de serviço público, a prestação dos serviços públicos no âmbito do Município de Paulo Lopes.

§ 1º O Poder Público municipal poderá, mediante licitação, sob o regime de concessão, outorgar a exploração de serviços públicos.

§2º Fica o chefe do Poder Executivo municipal, ouvida a Câmara de Vereadores, autorizado a adotar, na forma da lei, todos os procedimentos que se fizerem necessários para a efetivação da exploração de serviços públicos de que trata o caput deste artigo.

§ 3º Todos os procedimentos para a outorga da concessão de que trata este artigo, inclusive a elaboração do edital de licitação e seus anexos, serão adotados pelo Município de Paulo Lopes.

Art. 2º Constitui objeto da concessão dos serviços públicos que o Poder Público municipal estiver obrigado por lei a prestá-lo e, por oportunidade e conveniência, decidir fazê-lo na forma desta lei.

Art. 3º A concessão de serviços públicos será outorgada em caráter exclusivo, mediante licitação na modalidade de concorrência, que será promovida pelo Município de Paulo Lopes.

Art. 4º O contrato de concessão de serviços públicos será celebrado pelo Município de Paulo Lopes, na qualidade de poder concedente.

Art. 5º O contrato de concessão terá vigência de até 30 anos, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme disposto nesta lei, no edital de licitação, no contrato e nos demais instrumentos reguladores do procedimento.

Parágrafo único. A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, uma única vez, por prazo não superior a 30 anos, de acordo com o procedimento e condições a serem fixadas no edital de licitação e no contrato de concessão.

Art. 6º A concessão para exploração de serviços públicos será regida pelos preceitos da Constituição Federal; da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes e desta lei; pelas normas legais e regulamentares pertinentes; pelo edital de licitação, contrato de concessão e seus anexos; bem como pelos princípios do Direito Administrativo.

Art. 7º A concessionária ou permissionária explorará, por sua conta e risco, os serviços públicos contratados na forma desta lei e do respectivo edital de licitação e seus anexos.

Art. 8º A concessão de serviços públicos pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, bem como a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, conforme o estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato firmado entre o Poder Público e o particular.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia

na sua prestação e modicidade das tarifas, nos termos a serem definidos no edital de licitação e no contrato.

§ 2º O contrato de concessão contemplará as metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados.

§ 3º O contrato de concessão deverá contemplar a eficiência e a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços públicos concedidos ou permitidos.

Art. 9º Sem prejuízo do disposto no edital de licitação e no contrato de concessão, que regularão a outorga de serviços públicos, são direitos e deveres dos usuários aqueles previstos na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 10. Extingue-se a concessão por:

- I - advento do termo do contrato;
- II - encampação;
- III - caducidade;
- IV - rescisão;
- V - anulação;
- VI - falência ou extinção da concessionária ou permissionária.

Parágrafo único. Aplica-se à extinção da concessão, objeto desta lei, o disposto nos artigos 35 a 39 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nas normas municipais pertinentes; bem como nas disposições contidas no edital de licitação e no contrato de concessão.

Art. 11. As tarifas dos serviços públicos serão fixadas com base na proposta vencedora da licitação.

Parágrafo único. As tarifas de serviços públicos serão preservadas pelas regras de revisão e de reajuste previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; no edital de licitação; no contrato de concessão e nos atos administrativos de regulação que vierem a ser editados pela entidade reguladora, mantendo-se inalterada, durante todo o período de concessão, a equação econômico-financeira inicial do contrato.

Art. 12. A concessionária ou permissionária poderá auferir outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, nos termos do disposto no edital de licitação, no contrato e demais normas aplicáveis desde que previamente aprovadas pelos poder público concedente.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 14. A presente lei será regulamentada por Decreto do Prefeito Municipal no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

3ª CHAMADA CONVOCAÇÃO MÉDICO ESF 01º BRUNA DO VALLE DUARTE

Publicação Nº 1788594

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 3ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 09/11/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 07/2017.

Cargo: MÉDICO (ESF)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

01º. 111089 BRUNA DO VALLE DUARTE

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia do RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5;
- Fotocópia do Registro Profissional, emitido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 30 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2018.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____ Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____ / _____

e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), __, de __, de ____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2018 - FMS

Publicação Nº 1788179

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018 - FMS
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº071/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE FÓRMULA INFANTIL.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, estabelecida à Av. Santos Dumont nº_1355, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.944.371/0001-04, Telefone: (47)3345-8845, Dados Bancários: Banco do Brasil, Ag. 3429-2, C/C: 15265-x, representada, neste ato pelo Sr. José Paulo Gesser, CPF sob o nº_541.063.899-91, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 43/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de Fórmula Infantil de 0-6 meses, para a ser fornecido as crianças de mães HIV POSITIVO, do Programa DST/AIDS do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº. 834/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

0.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Previsão de Custo R\$	
					UNIT	GLOBAL
1	Fórmula Infantil. Ingredientes: Soro de leite, óleos vegetais (óleo de palma, canola, coco, girassol), lactose, leite desnatado em pó, galactooligossacarídeo, rutoooligossacarídeo, xarope de glicose, maltodextrina, carbonato de cálcio, Mortierella alpina, óleo de peixe, cloreto de potássio, vitamina C, citrato de potássio, caseinato de cálcio, carbonato de magnésio, taurina, cloreto de colina, nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina e guanosina), fosfato de potássio dibásico, sulfato de ferro, L-triptofano, vitamina E, L-carnitina, sulfato de zinco, inositol, fosfato de cálcio tribásico, niacina, gluconato cúprico, D-Pantotenato de cálcio, Vit. B1, Vit. A, Vit. B6, ácido fólico, iodato de potássio, sulfato de manganês, vitamina K, selênio, Vit. D, biotina, Vit. B12, emulsificante mono e diglicerídeos. Não contém glúten. O produto deverá atender a faixa etária de 0 a 6 meses.	NESTLÉ	LT	400	R\$ 35,00	R\$ 14.000,00
TOTAL						R\$ 14.000,00

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. o fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, em até 05 (cinco) dias após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos materiais/produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 05 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao

MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 29 de outubro de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

José Paulo Gesser

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 001/2018 PMP

Publicação Nº 1787861

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2018/PMP DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS ATIVOS PARA REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS CADASTRAIS

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA – PMP, ABAIXO NOMINADOS (ANEXO I), QUE NÃO REALIZARAM O RECADASTRAMENTO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (2018) NO PRAZO ESTIPULADO INICIALMENTE PARA REGULARIZAÇÃO ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, CONVOCA, através do presente Edital, os APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA abaixo nominados (ANEXO I), que não realizaram o Recadastramento Previdenciário Anual (2018) no prazo estipulado inicialmente, para regularização até 30 de novembro de 2018, de acordo com as disposições do presente instrumento.

O recadastramento ocorrerá na sede do RH da Prefeitura Municipal de Penha, na Av. Nereu Ramos, nº 08, bairro Centro, Penha, Santa Catarina. Entre os dias 30 de outubro a 30 de novembro de 2018, das 8h às 12h e das 13:30 às 17:30, mediante a apresentação dos documentos necessários para atualização cadastral (ANEXO II). Aos pensionistas que forneçam os documentos e aos aposentados que forneçam os documentos e façam prova de vida.

A PMP cientifica que o não comparecimento no prazo acima, ou o não envio de documentação prevista neste edital acarretará a suspensão imediata do pagamento do respectivo benefício previdenciário.

Penha, 30 de Outubro de 2018.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração

ANEXO I

ITALMAR PRAXEDES FRANCEZ
LORIVAL JOVINO FRANCISCO
LUCIETA ROSARIA KAFTA FELIPPI
MARIA DAS NEVES SOUZA GONÇALVES
MARIA DAS NEVES VICENTE SILVA
MARIA HELENA FELAU DA SILVA
MARIA PAULA MACEDO BITTENCOURT
MARTINHA DA SILVA COTA
ORLANDINA GALDINO ROSA
ROSALINA ANACLETO SANTOS
TEREZA VITORINO SANTANA

ANEXO II

DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS:

- RG
- CPF – ATUALIZADO, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Escolaridade;
- Telefone e e-mail;
- Aos pensionistas que forneçam a certidão de óbito, bem como o documento que originou o benefício;
- Aos aposentados que façam prova de vida perante este órgão.

ERRATA AO 5º TERMO ADITIVO Nº 008/2018 - FME

Publicação Nº 1787720

ERRATA REFERENTE AO 5º TERMO ADITIVO Nº 008/2018 - FME
AO TERMO DE CONTRATO Nº 20/2015 – FME

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 53/2015 – Multientidade - PMP, Pregão Presencial nº. 33/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO ONDE SE LÊ:

1 - A vigência constante do 4º Termo Aditivo nº 002/2018-FME ao Contrato Administrativo nº20/2015-FME, fica prorrogada até 31 de março de 2019, a contar de 17/09/2018, e acrescido o valor de R\$ 4.029,88 (Quatro Mil e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos) referente as parcelas dos meses subsequentes, corrigidas pelo IGPM, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes e Parecer Jurídico nº128/2018/PGM, documento anexo a este Termo

LEIA-SE:

1 - A vigência constante do 4º Termo Aditivo nº 002/2018-FME ao Contrato Administrativo nº20/2015-FME, fica prorrogada até 31 de março de 2019, a contar de 17/09/2018, e acrescido o valor de R\$7.817,44 (Sete Mil e Oitocentos e Dezessete Reais e Quarenta e Quatro Centavos) sendo as parcelas dos meses subsequentes, corrigidas pelo IGPM, referente à Locação dos "Sistemas de Contabilidade Pública", "Licitações e Compras", "Folha de Pagamento" e "Minha Folha"; conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes e Parecer Jurídico nº128/2018/PGM.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do 5º Aditivo Nº 008/2018-FME.

Publique-se.

Penha, 28 de Setembro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº 1570/2018

Publicação Nº 1787721

PORTARIA N.º 1570/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, CLAUDIO DE SOUZA LIMEIRA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1571/2018

Publicação Nº 1787723

PORTARIA N.º 1571/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, MARIZETE DA COSTA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1572/2018

Publicação Nº 1787724

PORTARIA N.º 1572/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, AGAIRTO TACHINI SCHNEIDER, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1573/2018

Publicação Nº 1787725

PORTARIA N.º 1573/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, JAISON DE OLIVEIRA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1574/2018

Publicação Nº 1787726

PORTARIA N.º 1574/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, ALEXANDRE DEOLINDO, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1575/2018

Publicação Nº 1787727

PORTARIA N.º 1575/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, OLINDA RODRIGUES DA SILVA SANTOS, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1576/2018

Publicação Nº 1787729

PORTARIA N.º 1576/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, SABRINA DE SOUZA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1577/2018

Publicação Nº 1787730

PORTARIA N.º 1577/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, LILIANE ZORZO, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1578/2018

Publicação Nº 1787731

PORTARIA N.º 1578/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, KATIA LUCIANE DOS SANTOS DUARTE, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1579/2018

Publicação Nº 1787732

PORTARIA N.º 1579/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, ALMIR ROGERIO DOS SANTOS, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1580/2018

Publicação Nº 1787734

PORTARIA N.º 1580/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, ROVENA ROSA PRESTINI, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1581/2018

Publicação Nº 1787735

PORTARIA N.º 1581/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, LEANDRO DE LIMA BORBA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1582/2018

Publicação Nº 1787736

PORTARIA N.º 1582/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, MAIKIL GILENO DOS SANTOS, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1583/2018

Publicação Nº 1787738

PORTARIA N.º 1583/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, MAURILIO ANTONIO DUARTE, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1584/2018

Publicação Nº 1787739

PORTARIA N.º 1584/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, LIERTE JOSE LAURENTINO,

correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA Nº 1585/2018

Publicação Nº 1787740

PORTARIA N.º 1585/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, ELIANE IARA SOUZA FREITAS RODRIGUES, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1586/2018

Publicação Nº 1787742

PORTARIA N.º 1586/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, ALINE CARLA DE SANT'ANNA, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1587/2018

Publicação Nº 1787743

PORTARIA N.º 1587/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão por Merecimento ao funcionário (a) estável do Quadro de Pessoal Civil, JAINE LUCI SPRICIGO, correspondente ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1588/2018

Publicação Nº 1787745

PORTARIA N.º 1588/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. SANDRA REGINA GORGISK DE SOUZA, com efeito a partir de 02/11/2018 a 14/12/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 666/2018 ao Contrato nº 485/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1589/2018

Publicação Nº 1788595

PORTARIA N.º 1589/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria nº 1376/2018 por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1061/2018, (para apuração dos fatos referentes a notificação da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, conforme

Protocolo 151/2018 da Plataforma 1DOC) a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1590/2018

Publicação Nº 1788597

PORTARIA N.º 1590/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ELAINE LUCIMAR ANACLETO, com efeito a partir de 07/11/2018 a 06/11/2019, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 145/2018 ao Contrato nº 99/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1591/2018

Publicação Nº 1788599

PORTARIA N.º 1591/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. VANESSA JURACI PINTO, com efeito a partir de 13/11/2018 a 12/11/2019, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 146/2018 ao Contrato nº 108/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1592/2018

Publicação Nº 1788600

PORTARIA N.º 1592/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ANGELITA MILANI, com efeito a partir de 09/11/2018 a 14/12/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 667/2018 ao Contrato nº 503/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1593/2018

Publicação Nº 1788601

PORTARIA N.º 1593/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Art. 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar Nº 01/2005 e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER: Progressão por Merecimento aos funcionários estáveis do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, correspondendo ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence e respectiva carga horária, de acordo com o Edital nº. 01/2018 SEDUC.

ADRIANA EDIT VERÍSSIMO	FERNANDA DE OLIVEIRA
ALESSANDRA APARECIDA HERMES DA SILVA	GABRIELA CORRADI DE PAULA
ALICE MARY BORDALO DOS SANTOS	GABRIELA GARBINI
ANA LUIZA TEODORO DOS SANTOS	GERTRUDES ROGALSKY
ANA MARIA CLAUDINO	GILDA DA GRAÇA CUSTÓDIO
ANDREIA SELMIRA BENTO	GISELE NAIR DE MELO DA COSTA
ANGELA CRISTINA WOLFF ALVES	GIULIANO MADUREIRA BARBOSA
ANTÔNIO MARCOS VICENTE	ISABELA CUSTÓDIO
APARECIDA MARIA EMMERICH BRONGEL	IZONETE BERNARDINA DA COSTA DE SOUZA
ARACI DAS NEVES SILVA	JANAINA NEIDE DE SOUZA
ARLETE FLORES	JANE MARIA LEITE TEODORO
BEATRIZ GEORG DA COSTA	JANE TEREZINHA VITORINO DE CAMPOS
BIANCA BARTEL ALEXANDRE	JAQUELINE DO NASCIMENTO DE BORBA
CAMYLLA EMANUELLY PRÍNCIPE DE MORAIS	JOELMA APARECIDA FERREIRA
CELIMAR GEREMIAS	JUCELIA APARECIDA AGOSTINHO BENTO
CLADECI MARIA KUZMA BORGES	JULIANA CRISTINA DA COSTA
CLÁUDIA ROSANE TRICHES TULIO	JULIETA SOARES

CLEIDE DAS NEVES SILVA	KARLA CRISTIANE COSTA
DANIELLA BORTOLATTO RANGUET	KLEIDI ROLING BENTO
DEISE IZONETE DE SOUZA	LÁZARA MARISTELA DE FREITAS GODOY BUENO
DJÉSSICA SIEDSCHLAG	LEDINÉIA MILITÃO
EDITE FOSSA DE SOUZA	LEIDE DAS NEVES SILVA
ÉDNA ANA GALDINO FERREIRA	LENARA SERPA
ELIANE APARECIDA DA SILVA	LIA RAMOS DA SILVA
ELISABETE SUELI VICENTE DA COSTA	LILIAN BEATRIZ PIRES MEURER CARDOSO
ELISANE ZILMAR ARAGÃO	LILIANE LACAVA DA ROSA
ELIZANE APARECIDA FRANCISCO	LIONES BRUNA CASAGRANDE VIEIRA
ELSA APARECIDA DE SOUZA AUTH	LUANDA SEVERINO
FABIANA IOLANDA FERREIRA CUSTÓDIO	LUCIENE CASAGRANDE LINHARES
MABEL ROSANE CAMPOS	ROSALVA MARIA ANHAIA NUSDA
MARCIA REGINA DOS SANTOS	ROSANE APARECIDA DE ALMEIDA DA SILVA
MARIA AMÁLIA DE ABREU DA SILVA	ROSANE DE ALMEIDA
MARIA ÂNGELA SEBASTIÃO	ROSELI HELENA ADRIANO GONÇALVES
MARIA APARECIDA BENTO	ROSEMARA DE LARA CORDEIRO
MARIA APARECIDA DA COSTA DE SOUZA	SANDRA DOS SANTOS TAVARES
MARIA APARECIDA DA SILVA	SANDRA MARIA PEREIRA
MARIA APARECIDA DE SOUZA	SELMA SEBASTIÃO CORRÊA
MARIA APARECIDA MELCHIORETTO	SELMA SIZETE AMARO
MARIA APARECIDA DOS SANTOS LACAVA	SÉRGIO ORÊNCIO VIEIRA
MARIA ELIETE DA COSTA CELESTINO	SILVANE LUCKOW BIAGINI
MARLISE HOLZ REBELO	SILVIA VINNITTS COELHO DA SILVA
MAURÍLIA CASAGRANDE	SIMONE BASTOS DE SOUZA
MIRIAN LETÍCIA DO PILLAR MELLO	SIRLEI BALBINA SILVA MARTINS
NAIR APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	SIRLENE APARECIDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
NEIDE MARIA BENTO PEREIRA	SUSANA CELISTA POLICARPO
NELSON FORTUNATO INACIO	TATIANE DE AMORIM TOMIO
NELYANA KOTTWITZ SANTANA	TERESINHA APARECIDA DA COSTA ALVES
NILDA ROSA DOS REIS CESÁRIO PEREIRA	VALDINÉIA BORTOLATO GERMANO
NILSON DILO DE SOUZA	VERONICA MARIA LEITE FRANCISCO
NÍVIA MARIA BENTO SANTANA	WAGNER LUIZ DE MENEZES
RAQUEL ENGRACIA DE SOUZA FRANCISCO	WALDIRENE REGINA VITORINO COPETTI
REGIANE APARECIDA SEVERINO	WALQUÍRIA JACINTA GERMANO GOMES
RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO	YNDIALI APARECIDA BENTO INÁCIO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Penha (SC), 29 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA Nº 1594/2018

Publicação Nº 1788602

PORTARIA N.º 1594/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a Portaria nº 1395/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1251/2017 (para apuração dos fatos referentes ao Ofício Nº 4058/2017/GEAPC/CGCC/SPPE/MTb do MINISTÉRIO DO TRABALHO) a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1595/2018

Publicação Nº 1788603

PORTARIA N.º 1595/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a Portaria nº 1396/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 120/2018(para apuração dos fatos apresentados pela Companhia de Energia - CELESC) a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1596/2018

Publicação Nº 1788606

PORTARIA N.º 1596/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a Portaria nº 1397/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1212/2018(para apuração dos fatos apresentados pela Companhia de Energia – CELESC, ocorridos na Rua Ernesto dos Santos – Bairro São Nicolau) a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA N° 1597/2018

Publicação N° 1788607

PORTARIA N.º 1597/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a Portaria nº 1398/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1214/2018 (para apuração dos fatos apresentados pela Companhia de Energia – CELESC, ocorridos na Rua José Cericio de Souza – Bairro Armação) a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA N° 1598/2018

Publicação N° 1788609

PORTARIA N.º 1598/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a Portaria nº 1399/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1216/2018 (para apuração e análise do Edital e o Contrato de Concessão nº 194/2015 – PMP, com Águas de Penha Saneamento SPE LTDA, tendo em vista supostas irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e LEANDRO DE LIMA BORBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 102/2018 DISPENSA 25/2018

Publicação N° 1788565

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 102/2018 – Dispensa de Licitação 25/2018 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para levantamento de informações compreendendo o período de 09/2013 a 12/2017, incluindo o décimo terceiro e cálculo das diferenças e retificação da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social (GFIP) das competências passíveis de reenquadramento com atualização monetária do período levantado.

Dados do Contrato: Contrato nº 152/2018 / Contratado: IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA ME - CNPJ sob o nº 82.094.319/0001-98 - Data do Contrato: 30/10/2018 - Valor do Contrato: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais) - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666, Artigo 24.

Município de Peritiba, 30 de Outubro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO DE EDITAL PL 101/2018 PE 04/2018

Publicação N° 1788557

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Processo de Licitação 101/2018 – Pregão Eletrônico 04/2018.

Fica acrescido ao item 13.5.1 – O prazo de entrega dos produtos deverá ser em até 90 (noventa) dias após o envio da Autorização de Fornecimento(AF).

Peritiba SC., 30 de Outubro de 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinhalzinho

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 005-2018 – CVP

Publicação Nº 1788590

AVISO PREGÃO PRESENCIAL

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 005-2018 – CVP

CÂMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO – SC

Objeto: VEICULO 0 KM

Modalidade: pregão presencial

Tipo: menor preço

Recebimento das propostas: até as 14:00 do dia 14/11/2018

Abertura: dia 14/11/2018, às 14:30

Informações complementares: O Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio da câmara : <http://www.camarapzo.sc.gov.br/camara/conteudo/0/licitacoes/1>, ou na Secretaria da Câmara de Vereadores de Pinhalzinho SC, situada à Av. Porto alegre, nº 2515, Pioneiro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30. Informações através do e-mail: licitacoes@camarapzo.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, 30 de outubro de 2018.

Sadi José Liston

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 086/2018

Publicação Nº 1788069

AVISO ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 086/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 086/2018, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com a seguinte alteração no item 1 e anexo IX, passando a especificar a quantidade estimada de cada item:

[...]

Item 01: quantidade estimada- 25 unidades

Item 02: quantidade estimada- 25 unidades

Item 03: quantidade estimada- 20 unidades

Item 04: quantidade estimada- 20 unidades

Item 05: quantidade estimada- 15 unidades

Item 06: quantidade estimada- 15 unidades

Item 07: quantidade estimada- 25 unidades

Item 08: quantidade estimada- 45 unidades

Item 09: quantidade estimada- 25 unidades

[...]

Altera-se a data e horário de abertura do edital para o dia 14/11/2018 até as 08:00 horas para o credenciamento e a abertura as 08:15 horas do mesmo dia, permanecendo inalterados os demais itens.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 114/2018

Publicação Nº 1788806

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 114/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 19/11/2018 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2018, visando a contratação de empresa para construção de 900 metros lineares de cerca de arame farpado com materiais e mão de obra, ferramentas e equipamentos a ser realizado no Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 19/11/2018, até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO 4885

Publicação Nº 1788015

DECRETO Nº 4.885, DE 26/10/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1.972, de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Pinheiro Preto, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$1.795.000,00(Um milhão, Setecentos e noventa e cinco mil reais), para a suplementação dos seguintes programas:

20.03.12.361.0012.1.007.4.4.90.00.00.00.00.00 - Aquisição de veículos-Educação
4490-0000 Aplicações Diretas; Fonte 0187 R\$ 895.0000,00

20.06.26.782.0023.1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 -Obras de Infraestrutura Rural
4490-0000 Aplicações Diretas; Fonte 0183 R\$ 900.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.026, de 05 de setembro de 2018.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.878 de 16 de outubro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE OUTUBRO DE 2018

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO 4886

Publicação Nº 1788007

DECRETO Nº 4.886, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 88.062,62 (Oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), na dotação orçamentária a seguir:

20.05.20.608.0020.1.013.4.4.90.00.00.00.00.00
1.013 – Aquisição Veículos Maquinas e Implementos Agrícolas
Fonte de Recurso: 0134

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o provável Excesso de Arrecadação no Município de Pinheiro Preto, de acordo com o Contrato de Repasse nº 875091/2018/MAPA/CAIXA, onde visa aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 26 DE OUTUBRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1049/2018

Publicação Nº 1788027

DECRETO Nº 1.049/2018, de 30 de outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no Valor de R\$ 22.973,94 e Por conta do Excesso Financeiro no Valor de R\$ 4.370,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 1.019 – Modernização da Atenção Básica

Modalidade: 46 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.1126 – Investimentos R\$ 22.973,94

Órgão: 13.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 3 – 3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Transf. a consórcios Públicos R\$ 4.300,00

Órgão: 13.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 8 – 3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Transf. a consórcios Públicos R\$ 70,00

TOTAL: R\$ 27.343,94

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.3.1126 – Superávit Transf. Ministério da Saúde Proposta 1140-01 R\$ 22.973,94

Fonte de Recursos – 0.1.0002 – Excesso de Arrecadação Fonte Recursos ASPS/Saúde R\$ 4.370,00

TOTAL: R\$ 27.343,94

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 30 de Outubro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 30 de outubro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 1050/2018

Publicação Nº 1788029

DECRETO Nº 1.050/2018, de 30 de outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta da Anulação de Dotações no valor de R\$ 10.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 90.00 – ENCARGOS ESPECIAIS

Unidade: 90.01 – Encargos Especiais

Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais – Precatórios e Pasep
Modalidade: 138 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Outras Despesas Correntes .. R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total de dotações do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 90.00 – ENCARGOS ESPECIAIS
Unidade: 90.01 – Encargos Especiais
Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais – Precatórios e Pasep
Modalidade: 137 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais.. R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 30 de Outubro de 2018.
OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 30 de outubro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N. 1048/2018

Publicação Nº 1788026

DECRETO Nº 1.048/2018, de 30 de outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 2.500,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação e Esportes
Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino
Projeto/Atividade: 1.007 – Modernização do Ensino Infantil
Modalidade: 38 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 – Investimentos R\$ 2.500,00

TOTAL: R\$ 2.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.1.0001 – Excesso de Arrecadação Fonte MDEF – Man. e Desenv. do Ensino R\$ 2.500,00

TOTAL: R\$ 2.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 30 de Outubro de 2018.
OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 30 de outubro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

Lei Complementar Nº LC0075/2018

Publicação Nº 1788010

LEI COMPLEMENTAR Nº LC0075/2018, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 45/2013 de forma a aprimorar a contratação de servidores temporários."

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar 045/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da Administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos já disponíveis, especialmente nas seguintes hipóteses:

I - assistência a situações de emergência ou estado de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos, pragas ou doenças;

III - nos dois primeiros anos de implantação de programa decorrente de convênios, acordos ou programas bilaterais ou de adesão com outros órgãos públicos;

IV - substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;

V - substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença por prazo superior a 30 (trinta) dias;

VI - atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatórias de concurso público anterior, até a realização de nova seleção, que deve ocorrer no prazo máximo de um ano no mês de janeiro de cada ano, a depender de qual seja o primeiro fato a ocorrer;

VII - suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos;

VIII - especificamente ao magistério público:

a) em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

b) em virtude da existência de vaga não ocupada após a realização de concurso público;

c) em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa do seu ocupante.

IX - realização de recenseamentos, coleta de dados ou pesquisas, no âmbito do Município;

X - admissão de pesquisador ou técnicos especializados nas áreas de pesquisa científica ou tecnológica, obras e serviços de engenharia;"

Art. 2º O art. 3º da Lei Complementar 045/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo público de provas ou de provas títulos, com prazo de inscrição de no mínimo 30 (trinta) dias, sujeito a ampla divulgação em órgão oficial, onde houver, e em jornal de ampla circulação local e estadual, além de publicação no sítio eletrônico do município.

§1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo, devendo ser justificadas expressamente;

§2º Igualmente prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, e não houver tempo hábil para nova seleção sem prejudicar o andamento da atividade pública nas áreas de educação, saúde e assistência social, devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de um ano depois da última seleção, sendo vedada qualquer prorrogação de contratação temporária sem prévia seleção por prova de conhecimento ou prova de conhecimento e títulos;

§3º A contratação de pessoal, no caso do inciso X do art. 2º, poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do curriculum vitae.

Art. 3º O art. 4º da Lei Complementar 045/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

I - doze meses, no caso dos incisos I, II, VI e VII e do art. 2º;

II - vinte e quatro meses, no caso do inciso III e alíneas "b" e "c" do inciso VIII do art. 2º;

III - Pelo período de afastamento do substituído, no caso dos incisos IV e V e da alínea "a" do inciso VIII do art. 2º;

Art. 4º O art. 5º da Lei Complementar 045/2013 passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com o seguinte teor:

"Parágrafo único - A justificativa para a contratação de servidor temporário, nos termos do art. 2º, deve constar expressamente do respectivo instrumento contratual."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Planalto Alegre/SC, 30 de outubro de 2018.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Lei Municipal Nº 0820/2018

Publicação Nº 1788009

LEI MUNICIPAL Nº 0820/2018, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

"AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM FESTIVIDADES ALUSIVAS A COMEMORAÇÃO DO ANIVERSARIO DO MUNICIPIO E DA OUTRAS PREVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com festividades alusivas a comemoração do 27º (vigésimo sétimo) aniversário de emancipação do município de Planalto Alegre, até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos do orçamento vigente, no Projeto Atividade: 2.013 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS – Despesa 3.3.90.0000.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Planalto Alegre/SC, em 30 de outubro de 2018.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3526/2018

Publicação Nº 1788533

DECRETO Nº 3526/2018
DE 19/10/2018

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, II da Lei nº 2.959/2017 de 08/12/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 122.000,00 (Cento e vinte e dois mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Atenção Básica	
0010.0301.0060.2100	Manutenção da Atenção Básica	
3400000000000000	Despesas de Capital	
3440000000000000	Investimentos	
3449000000000000	Aplicações Diretas	
01380201	Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	122.000,00
	TOTAL	122.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações descriminadas no Art. 1º, fica suplementado o valor de R\$ 122.000,00 (Cento e vinte e dois mil reais) as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Atenção Básica	
0010.0301.0060.2100	Manutenção da Atenção Básica	
3300000000000000	Despesas Correntes	
3310000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01380201	Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	122.000,00
	TOTAL	122.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de Outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 19 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3528/2018

Publicação Nº 1788537

DECRETO Nº 3528/2018
DE 29/10/2018

SUPLEMENTA PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, I da Lei nº 2.959/2017 de 08/12/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, através do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Município de Pomerode por destinação de recursos, na importância de R\$ 526.429,31 (Quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos), conforme especificado na tabela abaixo.

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	

0015.0451.0070.1024	Aquisição de Máquinas e Veículos	
34000000000000	Despesas de Capital	
34400000000000	Investimentos	
34490000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	136.429,31
	TOTAL	136.429,31

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
0026.0782.0070.2020	Manutenção da Secretaria de Obras	
33000000000000	Despesas Correntes	
33300000000000	Outras despesas correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	390.000,00
	TOTAL	390.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de Outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 29 de Outubro de 2018

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3529/2018

Publicação Nº 1788538

DECRETO Nº 3529/2018

DE 29/10/2018

SUPLEMENTA PELO SUPERÁVIT AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.959/2017 de 08/12/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica SUPLEMENTADO pelo SUPERÁVIT financeiro, no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$ 81.570,69 (Oitenta e um mil, quinhentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) da seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
0015.0451.0070.1024	Aquisição de Máquinas e Veículos	
34000000000000	Despesas de Capital	
34400000000000	Investimentos	
34490000000000	Aplicações Diretas	
03890000	Alienação bens destinados a outros programas	81.570,69
	TOTAL	81.570,69

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de Outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 29 de Outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA 24.418

Publicação Nº 1788256

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	--

PORTARIA Nº 24.418

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017 – CHAMADA PÚBLICA) ANGELITA ALZIRA LANZA BORGES PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, ANGELITA ALZIRA LANZA BORGES, para exercer a função de Professor Disciplina Específica – Artes, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, na EBM Olavo Bilac, e EEBM Profº Vidal Ferreira, vagas vinculadas a matrícula, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 06 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º, da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de setembro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.421

Publicação Nº 1788275

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 24.421

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017 – CHAMADA PÚBLICA) MARILIZE ZIELINSKI SCHICOVSKI PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MARILIZE ZIELINSKI SCHICOVSKI, para exercer a função de Professor Disciplina Específica (Não Habilitado) – Artes, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, vinculada a matrícula, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 02 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.438

Publicação Nº 1788287

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.438

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PROCESSANTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere a lei,

Considerando a concessão de aposentadoria à servidora Eliana Koch Schmitt, da comissão permanente de sindicância e processo administrativo disciplinar;

RESOLVE:

SUBSTITUIR, o membro da Comissão, DESIGNANDO em substituição a SRA. ELIANA KOCH SCHMITT o SR. HONÓRIO DOS SANTOS JUNIOR, ficando a composição da Comissão na ordem descrita abaixo:

VILSON DA SILVA JUNIOR – Professor Disciplina Específica

ADILSON HEIDEMANN – Tecnólogo Educacional

HONÓRIO DOS SANTOS JUNIOR – Técnico em Segurança do Trabalho

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 02 de outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 24.442

Publicação Nº 1788075

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.442

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JAIR ALBERTO SCHWEIZER.

O Secretário de Obras de Pomerode, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor JAIR ALBERTO SCHWEIZER, ocupante do cargo de Tratorista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Urbanismo, sendo 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 15/02/2009 a 14/02/2012 e 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 17/05/2012 a 16/02/2015, a partir de 18 de setembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de outubro de 2018.

WILHELM ZILZ

Secretaria de Obras

PORTARIA 24.450

Publicação Nº 1788220

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.450

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA SHEILA APARECIDA FORLIN, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA DO AFASTAMENTO, da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SHEILA APARECIDA FORLIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.451

Publicação Nº 1788216

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.451

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA SIMONE JANDRE FIDELIS, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SIMONE JANDRE FIDELIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 03 de outubro a 05 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.452

Publicação Nº 1788118

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.452

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA SORAIA LIGIA DE SOUZA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA DO AFASTAMENTO, da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SORAIA LIGIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.453

Publicação Nº 1788258

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.453

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) VANESSA SCHULTZ PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, VANESSA SCHULTZ, para exercer a função de Professor Disciplina Específica – Educação Física, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas semanais na EBM Olavo Bilac, vaga vinculada a matrícula, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 06 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educ. e Form. Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.454

Publicação N° 1788099

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.454

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) NATHALY SOUZA FARAONI STINGHEN PARA A FUNÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

O Secretário de Saúde de Pomerode, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, NATHALY SOUZA FARAONI STINGHEN, para exercer a função de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Testa Alto, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Saúde, a partir de 03 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.455

Publicação N° 1788100

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA N° 24.455

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) ROBSON VASSELAI PARA A FUNÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

O Secretário de Saúde de Pomerode, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, ROBSON VASSELAI, para exercer a função de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas semanais, no CAPS, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Saúde, a partir de 02 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.456

Publicação Nº 1788103

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.456

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO LINCON CESAR ROCHA RAIA PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO.

O Secretário de Saúde de Pomerode, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, LINCON CESAR ROCHA RAIA, para exercer a função de Médico Clínico Geral Comunitário, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Ribeirão Areia, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Saúde, a partir de 13 de agosto de 2018, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.
MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 24.457

Publicação Nº 1788305

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.457

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ELVIRA DUMKE, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ELVIRA DUMKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Shroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 02 de outubro a 15 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.460

Publicação Nº 1788282

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 24.460

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR ADILSON SEILER.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária do servidor ADILSON SEILER, ocupante da função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, alterando a carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na EEBM Profº Curt Brandes, vaga vinculada a matrícula, e 20 (vinte) horas semanais, na EM Raulino Horn, vaga vinculada a servidora Daiana Priscila Reinke de Freitas (à disposição da direção da Unidade), na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 a 23 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.462

Publicação Nº 1788288

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 24.462

NOMEIA E GRATIFICA A SERVIDORA DAIANA PRISCILA REINKE DE FREITAS PELO EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 28, da Lei Complementar 292/2016, NOMEIA E GRATIFICA pelo Exercício de Direção de Unidade de Ensino, a servidora DAIANA PRISCILA REINKE DE FREITAS, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Escola Municipal Raulino Horn, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 a 23 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.463

Publicação Nº 1788097

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 24.463

NOMEIA DEISELEIA NITZKE RESNER PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, NOMEAR DEISELEIA NITZKE RESNER, para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 08 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.464

Publicação Nº 1788254

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.464

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA DENISE ZILSE DOS SANTOS, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora DENISE ZILSE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 de outubro a 05 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.465

Publicação Nº 1788252

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.465

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA FERNANDA DE MELLO FAGUNDES, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora FERNANDA DE MELLO FAGUNDES, ocupante do cargo de

Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 de outubro a 16 de novembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.466

Publicação Nº 1788251

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.466

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA LAURECI HERBST ROMIG, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora LAURECI HERBST ROMIG, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 de outubro a 05 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.467

Publicação Nº 1788239

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.467

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MIRTES FLOHR SIEWERDT.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora MIRTES FLOHR SIEWERDT, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Raulino Horn, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05/12/10 a 04/12/13, a partir de 09 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.468

Publicação Nº 1788223

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.468

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA NAIR KOHLS ROMIG, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora NAIR KOHLS ROMIG, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 de outubro a 05 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.469

Publicação Nº 1788298

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.469

AFASTA A SERVIDORA LUCIANE BORTOLOTTI, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE ESTENDIDA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade Estendida de 60 (sessenta) dias a servidora LUCIANE BORTOLOTTI ocupante do cargo de Professor Disciplina Especifica- Ciências, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther e EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 28 de setembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.470

Publicação Nº 1788306

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.470

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSANA ROTTA SOARES, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSANA ROTTA SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 09 de outubro a 15 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.475

Publicação Nº 1788315

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.475

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSE LUCIA CAETANO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSE LUCIA CAETANO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 01 de outubro a 15 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.480

Publicação Nº 1788074

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.480
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JONATHAN DIEGO KNOFF.

O Secretário de Obras de Pomerode, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor JONATHAN DIEGO KNOFF, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 02.06.14 a 03.11.17, a partir de 15 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2018.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 24.482

Publicação Nº 1788326

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.482
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SIMONI CRISTINA DE OLIVEIRA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora SIMONI CRISTINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Pedagogo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01.03.12 a 01.03.15, a partir de 16 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.483

Publicação Nº 1788325

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.483

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA SAMANTA DOMINGUES CALERO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SAMANTA DOMINGUES CALERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Classe, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 16 de outubro a 12 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.484

Publicação Nº 1788108

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.484

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR ARI JOSE KARLING, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Desenvolvimento Rural, SÍRIO JANDRE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor ARI JOSE KARLING, ocupante do cargo de Tratorista Agrícola, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Rural, no período de 16 de outubro a 14 de novembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

SÍRIO JANDRE
Desenvolvimento Rural

PORTARIA 24.485

Publicação Nº 1788303

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.485
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA NEIDE CRISTINA EWALD DE SOUZA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto

Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora NEIDE CRISTINA EWALD DE SOUZA, ocupante do cargo de Pedagoga, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 10.06.14 a 07.08.17, a partir de 16 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.486

Publicação Nº 1788302

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.486
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MARCOS ALBERTO REITER.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor MARCOS ALBERTO REITER, ocupante do cargo de Tecnólogo Educacional, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 02.02.13 a 01.02.16, a partir de 16 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.487

Publicação Nº 1788294

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.487
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA GLAUCIA MARIA ERBS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora GLAUCIA MARIA ERBS, ocupante do cargo de Professor de Disciplina Especifica - Artes, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes e EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 09/02/2011 a 08/02/2014, a partir de 16 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.488

Publicação Nº 1788290

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.488

REGISTRA RETORNO DA SERVIDORA CLARICE WOLTER, EM FACE DA ALTA DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

REGISTRAR RETORNO, por motivos da alta de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora CLARICE WOLTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, e coloca à disposição na Escola de Educação Básica Municipal Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 16 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.489

Publicação Nº 1788292

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.489

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CLESIA PORTUGAL VILLA REAL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora CLESIA PORTUGAL VILLA REAL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profº Rudolf Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 13.07.15 a 15.10.18, a partir de 16 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.490

Publicação Nº 1788078

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.490

NOMEIA MEMBROS E HOMOLOGA OS REPRESENTANTES PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE- PROCESSO SELETIVO EDITAL 02/2018.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 74, inciso II, alínea "c" c/c artigo 2º do Decreto nº 3392, de 28 de março de 2018 e Lei Ordinária nº 2129/2009;

RESOLVE:

NOMEAR E HOMOLOGAR os representantes para compor a Comissão Especial do Programa de Estágio, conforme abaixo:

- Um Representante da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária – Mariana Blank Stortz;
- Um Representante da Procuradoria Geral do Município – Taynah Oliveira Borchardt;
- Dois Representantes do Setor de Recursos Humanos - Sabrina Siewert e Miriam Rossana Biasi Staskowian.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 16 de outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 24.495

Publicação Nº 1788313

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.495

REGISTRA ALTA DA CONCESSÃO DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSINETE BLOEMER PICKLER BUSS, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA DO AFASTAMENTO, da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSINETE BLOEMER PICKLER BUSS, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (horas) semanais na EM Raulino Horn, 12 (doze) horas semanais na EBM Hermann Guenther, e 08 (oito) horas semanais na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.496

Publicação Nº 1788317

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.496
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSINETE BLOEMER PICKLER BUSS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora ROSINETE BLOEMER PICKLER BUSS, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (horas) na Escola Municipal Raulino Horn, 12 (doze) horas semanais na Escola Básica Municipal Hermann Guenther e 08 (oito) horas semanais na Escola Básica Municipal Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.12.10 a 04.12.13, a partir de 17 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 24.513

Publicação Nº 1788107

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.513

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ADRIANA TRIBESS RAHN, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Desenvolvimento Rural, SÍRIO JANDRE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ADRIANA TRIBESS RAHN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Rural, no período de 23 de outubro a 12 de dezembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de outubro de 2018.

SÍRIO JANDRE
Desenvolvimento Rural

PORTARIA N.º 24.535, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788395

PORTARIA N.º 24.535, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, Inciso II, Alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002, e

CONSIDERANDO os documentos apresentados pela empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA ME, visando a validação da documentação exigida para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC para atualização dos dados cadastrais junto ao Município de Pomerode, onde verificou-se inconsistência quanto as Certidões Negativas apresentadas;

CONSIDERANDO a existência de fortes indícios que a empresa utilizou-se de documentos não autênticos para sua atualização cadastral;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA ME na apresentação dos documentos para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC para atualização dos dados cadastrais, cuja autenticidade não foi verificada, bem como averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

Art. 2º - Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA ME, neste município.

Art. 3º. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

- LILIANE NILZETE SILVEIRA - CPF: 040.231.999-07

- GUSTAVO CELANT ROEDEL - CPF: 048.327.969-25

- JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR - CPF: 801.584.809-10

Art. 4º - Fica designado como presidente da comissão processante o servidor JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, na forma da lei.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode/SC, 30 de outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA N.º 24.536, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788393

PORTARIA N.º 24.536, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, Inciso II, Alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002, e

CONSIDERANDO os documentos apresentados pela empresa UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, visando a validação da documentação exigida para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC para atualização dos dados cadastrais junto ao Município de Pomerode, onde verificou-se inconsistência quanto as Certidões Negativas apresentadas;

CONSIDERANDO a existência de fortes indícios que a empresa utilizou-se de documentos não autênticos para sua atualização cadastral;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME na apresentação dos documentos para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC para atualização dos dados cadastrais, cuja autenticidade não foi verificada, bem como averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

Art. 2º - Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, neste município.

Art. 3º. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

- LILIANE NILZETE SILVEIRA - CPF: 040.231.999-07

- GUSTAVO CELANT ROEDEL - CPF: 048.327.969-25

- JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR - CPF: 801.584.809-10

Art. 4º - Fica designado como presidente da comissão processante o servidor JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, na forma da lei.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode/SC, 30 de outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA N.º 24.537, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788392

PORTARIA N.º 24.537, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, Inciso II, Alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002, e
CONSIDERANDO os documentos apresentados no processo licitatório Pregão Presencial nº 017/2018, Ata de Registro de Preços nº 085/2018, firmado entre o Município de Pomerode e a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP, vencedora do respectivo certame;
CONSIDERANDO a existência de fortes indícios que a empresa utilizou-se de documentos não autênticos no certame;
CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP na apresentação dos documentos não autênticos, bem como averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

Art. 2º - Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP, neste município.

Art. 3º. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

- LILIANE NILZETE SILVEIRA - CPF: 040.231.999-07

- GUSTAVO CELANT ROEDEL - CPF: 048.327.969-25

- JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR - CPF: 801.584.809-10

Art. 4º - Fica designado como presidente da comissão processante o servidor JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, na forma da lei.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode/SC, 30 de outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA N.º 24.538, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788391

PORTARIA N.º 24.538, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, Inciso II, Alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002, e

CONSIDERANDO os documentos apresentados no processo licitatório Pregão Presencial nº 006/2018, Processo 008/2018, Ata de Registro de Preços nº 019/2018, firmado entre o Município de Pomerode e a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP, vencedora do respectivo certame;

CONSIDERANDO a existência de fortes indícios que a empresa utilizou-se de documentos não autênticos no certame;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP na apresentação dos documentos não autênticos, bem como averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

Art. 2º - Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP, neste município.

Art. 3º. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

- LILIANE NILZETE SILVEIRA - CPF: 040.231.999-07

- GUSTAVO CELANT ROEDEL - CPF: 048.327.969-25

- JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR - CPF: 801.584.809-10

Art. 4º - Fica designado como presidente da comissão processante o servidor JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, na forma da lei.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode/SC, 30 de outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA N.º 24.539, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788386

PORTARIA N.º 24.539, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, Inciso II, Alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002, e

CONSIDERANDO os documentos apresentados no processo licitatório Pregão Presencial nº 015/2018, Processo nº 023/2018, Ata de Registro de Preços nº 067/2018, firmado entre o Município de Pomerode e a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP, vencedora do respectivo certame;

CONSIDERANDO a existência de fortes indícios que a empresa utilizou-se de documentos não autênticos no certame;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP na apresentação dos documentos não autênticos, bem como averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

Art. 2º - Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP, neste município.

Art. 3º. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

- LILIANE NILZETE SILVEIRA - CPF: 040.231.999-07

- GUSTAVO CELANT ROEDEL - CPF: 048.327.969-25

- JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR - CPF: 801.584.809-10

Art. 4º - Fica designado como presidente da comissão processante o servidor JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, na forma da lei.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode/SC, 30 de outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

EDITAL 15-2018 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01-2018 - ROL DE INSCRITOS

Publicação Nº 1788568



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

EDITAL 15/2018 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

GLADYS DINAH SIEVERT, PREFEITA MUNICIPAL DE POMERODE, *em exercício*, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS do Edital 15/2018 – Concurso Público 01/2018, conforme segue:

ROL DE INSCRITOS**INSCRIÇÕES DEFERIDAS****PCD – PESSOA COM DEFICIÊNCIA****AGENTE DE TRÂNSITO**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001981	KLEBER MARIANO DA TRINDADE	1250347-9

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000899	CHEILA MATTOS OLIVEIRA KLEBBER	5 390 748
001557	VALDECIR METT	5.424.075-1

CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003105	CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO	2607860
003351	FERNANDA PINHEIRO AGUIAR	0130175367

PROCURADOR MUNICIPAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000178	ROBSON LUIZ SILVA	42.864 - A
003372	REGINALDO PIRES DE LIMA	94873313953

PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
002706	ANASTÁCIO SADZINSKI JUNIOR	5328844

AC – AMPLA CONCORRÊNCIA**AGENTE DE TRÂNSITO**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001840	ADALGISO DE PAIVA FERREIRA	2404933
001540	ADAN DYONI SILVESTRE ALDRIGUE	4876417
001449	ADEMIR BAEHR	29649560
002473	ADEMIR LANGE	4099762
002514	ADIR WETZEL	4.787.975-0
002495	ADOLAR DA SILVA	3.334.114
002548	ADRIANO DE OLIVEIRA	4649542
002365	ALAN AMARO	05782876698
003645	ALAN ESTERIO OLIVEIRA LIMA	4628535
001005	ALAN LUCIANO DOS SANTOS	7274714
003479	ALEX DIORGES TOTH	5924161

1





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003293	ALEX TEIXEIRA CARDOSO	33475512
003790	ALEXANDRE AGUILA LIMA	4880567
001114	ALEXANDRE VOGEL	03946749670
002840	ALLAN ANTUNES ALVARENGA	05945655961
003552	ANA PAULA DE SOUZA	43658911
000284	ANA PAULA SILVEIRA LEMES	2077023601
002809	ANDERSON ZANCANARO GONÇALVES	100848210
000697	ANDRÉ SCHINDLER	2024867
002907	ANDREAS FINGER DUWE	6.232.236
003829	ANDREI KAYO LAMIM	5788569
002193	ANDRÉIA MARIA FERRARI	3637336
002834	ANTONIO LOURENÇO JIMENEZ HERNANDEZ JUNIOR	5306127
002383	ARFAXADE JOAF LIMA ANDRADE DOS SANTOS	7.926.246
003496	ARIEL EMILIO COELHO	6063961
001815	ARTHUR ARISTILIANO ROSA	2890287
000798	ARTUR SAMUEL BRYCH	6240171
000317	BEATRIZ JOAZEIRO GOMES DE JESUS	5860826
003156	BETÂNIA ROLOFF	6204752
002543	BRUNA GABRIELA METZDORF DOS SANTOS	5894943
003331	BRUNO CESAR MIRANDA DE ALMEIDA	5424654
003661	CAIO CESAR NOVAES SANTOS	336153
002982	CAIO SILVEIRA DA ROCHA	6415523
002695	CAMILA DA SILVA MENESES	250545316
000949	CAROLINE DA ROCHA PINTO	5099811597
001811	CAROLINE STREESE	04103188431
003627	CELIO FREITAS	3242400
001268	CELSO RADUENZ	1847951
001666	CHARLES ALEXANDRE	4350652
001506	CHRISTIAN RICARDO WAGNER ESPINDULA	7287362
003431	CIRO RODRIGO GONZAGA	4700531
003642	CLAUDIO FABIANO BOS	04707410253
001793	CLAUDIOMIRO BIRKHEUR	83602724
000399	CLEITON ARNHOLD	4894499
002956	CLEONEI FARIAS DE CAMPOS	127413100
003538	CLEVERSON LUIZ PINHEIRO DA COSTA	85823302
001879	CLEYTON JOSÉ EISING	4835827
003213	CRISTIANO ROBERTO DE SOUZA	5849339
002897	DANIEL DA COSTA OLIVEIRA	07129534472
003518	DANIEL DEMARCHI	5358873
002145	DANIEL DIAS DE MORAES	29659272
002568	DANIEL PANOCH	4649372
003673	DANIELA ESTER VILMA SALES FLORINDO	5775442
002490	DARLES DUMKE	3925974
000708	DAVID ROGERIO MIRANDA MENGATTO	5.255.670
001765	DENIS FERNANDO BORCHARDT	51697521
001756	DIEGO DOMINGUES DA SILVA SANTOS	17652274
001366	DIEGO STRUTZ DA ROCHA	4607692
002107	DIOGO SOARES SÁ	03763141874
001888	DOUGLAS LOBO GOMES	3510001
001445	EDENILSON ZILSE	4464514
002691	EDER DE SOUZA	4314402
000811	EDERSON KICH	7.371.538
002812	EDERSON LUIZ SARAMENTO	00651126959
002696	EDERSON WARELIO JOSE CARDOSO	6512526
001593	EDI CARLOS PAGNO	3566187



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002528	EDILSON RAFAEL ODORIZZI	6032830
001717	EDSON BERNARDO DA FONSECA	6157312
003350	EDSON FLOHR	4836287
003136	EDUARDO FELIPE GONCALVES VILANT	9.929.259-8
002031	EDUARDO HENRIQUE DOS SANTOS REIS	49818910
003478	ELCIO ROGERIO GARCIA JULIATTO	01398000020
002945	ELEANDRO RIBEIRO DE CAMPOS	6306533
002394	ELMAYCON WISLEY PEREIRA BARBOSA	3.509.430-3
000401	ELTON EDUARDO COSTA	4381752
001746	ERALDO MICHELS	53254198
000748	EVAIR CAIO OECHSLER	4635556
002980	EVERTON DE SOUZA QUEIROZ	5744571
002435	EVERTON LUIZ JANKE	4087797
001587	FABIO MALUCHE	3499705
000600	FABRÍCIO FERNANDO DA ROCHA	3853322
003162	FELIPE BRUNO FRIEDEL	5206271
001590	FELIPE DE FRANÇA RODRIGUES	34774450
002280	FERNANDA HOEPERS AGUIAR	63410098
003294	FRANCIELE KICH	4685299
001747	FRANCO MARTINS	4119976
002645	FRANKLIN DE LIMA NETO	78036931
003615	GABRIEL CANAAN FORMIGARI DE ARAGÃO	6004219
001185	GABRIEL DA CUNHA RAMOS	5940477
001837	GABRIEL DOS SANTOS MOREIRA	6466199
001824	GABRIEL MARTINS CARRARA	255267381
001331	GEORGE LUIZ DO AMARAL LOPES JUNIOR	6141203
002151	GEOVANE DA ROCHA	5463760
002279	GERSON BEHLING	2.963.688
002032	GILBERTO LUIZ RODRIGUES FARIAS JUNIOR	5582286
002204	GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN	4148635
003067	GREGORY EDUARDO ORTIZ DOS SANTOS	4968950
003539	GREICY KELLY PEREIRA	45702470
000948	GUILHERME NEGRÃO SILVEIRA	97888248
001034	GUSTAVO CARDOSO DE OLIVEIRA	5667884
001227	HERIVELTON VICENTE DE ANDRADE	12695167-1
002412	IGOR DE ARAUJO MARQUES	6990543
001912	INGREDY TAVARES DE MELO	6727819
003155	ISAIAS MARTINS COSTA	2767332
001001	IVAN HILLMANN KINHIRIN	39718972
001124	IZAIR BUENO DE MORAIS	4805905
003198	JACIANE LIMA DE SULINO	0196713020022
002455	JADER LUIS FISCHER	49408089
000049	JARDEL FELIX LEITE	4830007
000529	JEAN CLAVER DE BORBA	2966188
003103	JEFERSON WILLIAM DE LIMA	5622440
003242	JEFFERSON ALBINO MEDEIROS	04454658883
000920	JEFFERSON BOEHRINGER	3946748
000579	JENIFER RIBEIRO KLUSKOVIKI	Identidade
003134	JESUS JOSÉ DE SOUZA LEOPOLDINO NETO	29555410
003423	JOÃO ANDRÉ GOLDFEDER BREMER	5231648
003618	JOÃO MARCOS ORELA	6204254
001474	JOARES AZEVEDO DA SILVA	6065252
003389	JOEL DOS SANTOS	4031702
001398	JOHNNY VIEIRA DA ROSA	4099465
001620	JONATHAN CABRAL DE OLIVEIRA	6841726



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001100	JOSÉ CARLOS CONSTANTINO	3889795
003482	JOSÉ RICARDO DOERNER NETO	4549906
003537	JOSE VICENTE FERNANDES NETO	05585783743
000473	JUDY ISABEL WEINGARTNER VOIGT	5188161
003380	JÚLIA STUMM VILANT	6288898
001981	KLEBER MARIANO DA TRINDADE	1250347-9
001467	KLEDYR SANI	3679385
002787	LAUDIR CARLOS BUSARELLO	1841227
003409	LAURISTELA OTT	3964211
000265	LEANDRO CORREIA	9915432-2
000255	LEANDRO DE PAULA	3928587
000413	LEANDRO GONZAGA	5325083
002345	LEANDRO GUTJAHR	3899592
000619	LEANDRO SOARES NESTLEHNER	1146940106
003756	LEILA HASKEL DOS SANTOS	7.411.878
003520	LEONARDO GRETTTER	6094408
000080	LEONARDO PREILIPPER	51035510
003259	LEONICE FÁTIMA DOS SANTOS	5615359
000428	LORENA OLIVEIRA MARQUES	0325920520072
003260	LUAN MIRANDA RIBEIRO	5952098
000819	LUCAS FISCHER FONTES	5377839
002653	LUCAS NICKEL	1868568
000895	LUIZ HENRIQUE BENEVENUTO	1310780
003610	LUIZ VITOR MOTA	6513243
002181	MADELINI ITAJANI BESKOW	6085564431
001030	MAICO GAVINHO MONTORIL	7847838
003451	MAICON RODRIGO COSTA	04328956700
000930	MAIKEL CARDOZO LOPES	2084124672
000570	MAILSON DANTAS DO NASCIMENTO	2603734
003408	MARCELO DA CONCEIÇÃO DOMINGOS	6944804
000418	MÁRCIO FERREIRA	3392387
002436	MARCIO JOSE FURTADO PEREIRA	4268085
003276	MARCIO PADILHA	7.157.468
000254	MARCO ANTONIO MANNCHEN	36268500
002209	MARCOS ALEXANDRE DALMARCO	3666794
000868	MARCOS ANTONIO LEMES	134498008
003604	MARCOS EWALD	2.795.596
002460	MARCOS LEANDRO FREY ALVES	10019821
001335	MARCOS VINICIO GONCALVES	5375054
003602	MARIA MADALENA MACHADO ALVES	3566578
002218	MARTIN GUSE	4907696
002570	MARTIN HEISCH	2172624-8
001127	MATHEUS ADÃO FRANCIOSI	8062813947
003330	MATHEUS CARDOZO LOPES	3092795669
002038	MATHEUS DA ROSA NAIDON	6082064
003335	MATHEUS EDUARDO ZONTA DE LIMA	2964593
000465	MAURICIO ALVES DE LIMA	744676
003469	MAURO PEDRO GONDIM	7.031.708-7
002472	MICHEL HONÓRIO DA SILVA	4.836.328
001289	MICHEL LUIZ FAGUNDES	05325755525
000585	MICHELE SCHRAMM VANSUITEN	3566044
003100	MOACIR BORBA SOARES	05114241951
003420	MOISÉS OTONIEL LEMES	3517138
000761	NELSON VOIGT	7210663
003716	NEURI CARDOSO DOS SANTOS	39986071



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000130	NICOLAS RODRIGUES CORRÊA	5988564
001983	NICOLE FERNANDES STADLER	59404997
003287	ODEMAR GOMES GODINHO	7084633
002334	PABLO JESSÉ PEDROSO DA SILVA	5263459
001791	PAMELA BONA	5428088
002430	PAMELA PAOLA GAEDTKE	5.103.478
000637	PATRÍCIA REGINA MAIA	5053155
001898	PATRICK DO NASCIMENTO AMORIM	5530977
001570	PAULA VANESSA HETTERICH	4527099
003441	PAULO LEANDRO FORMIGARI	5582283
002401	PAULO PEREIRA DE JESUS	2752223
002006	PEDRO PAULO SICHELERO	6157288
001826	RAFAEL BRASIL	4.475.170
001951	RAFAEL CORDEIRO MARTINS	3491658
003018	RAFAEL KRÜGER	5.025.302
000445	RAFAEL VENTURELLI	5.553.401
000392	RAFAELA FÁVERO	5788442
000410	RENAN AUGUSTO DEHLANO	5427961
003633	RHUAN VINICIUS INACIO	6113527
002602	RICK FONTANIVE	5.428.402
001365	ROBSON MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA	8127181
002719	ROBSON UILIAN ROCKENBACH FERNANDES	6946884
000747	RODRIGO FABIANO DOEGE	4982376
001436	RODRIGO RIBEIRO MELO	7497794
002754	RODRIGO THOMAS	3877577
000167	ROGER DANIEL PEYERL DREWS	4787617
002946	ROGÉRIO ROCCHI MORAN	23.230.400-2
001908	RONALDO DA SILVA PINTO	06288568-6
003227	ROSEMAR DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS	71538770
002880	RUDINEI MARIANO	3502674
003377	SAMARA DE OLIVEIRA LEIVAS	4651709
001306	SANDRA IARA BALDO ZIEGLER	2748710
002303	SANDRA REGINA ANDRZEJEWSKI CORREA	3679528-3
002995	SANDRA WUDTKE	3871886
001274	SANDRO ALEX NORONHA LIMA	6048850702
003109	SANDRO ROBERTO LIMOLI SILVA	195019064
002967	SANDRO RUDOLFO STRUTZ	44403313
003852	SARA REGINA ROCHA DOS SANTOS	01109910660
003763	SHELLEN ÁLYKA MACHADO	4690335
002091	SERGIO ALEXANDRE IRENO	4923224
002260	SÉRGIO MEURER	4202643
002848	SHIRLEY BARBOZA TAVARES	3991548
002957	SIDNEI HEINZEN	3915677
003197	SIRLENE SZYMURA	2.289-547-15
003800	SOLANGE CORRÊA	4864663
002126	TAINARA RAMOS PANSERA	7031283
001405	TALITA ROHWEDER ALBANI	04144863950
000853	TARCISIO LAMIM	4651873
001430	THAIS PORTO DOS SANTOS	103764661
003580	THAYLON KNOPF ELISIO	5812509
001992	THIAGO MORIAN KRUCINSKI	5078957
002269	THIAGO TESKE	5746061
003764	TIAGO DE OLIVEIRA RAMOS	105980663
003767	VALDECIR DA SILVA	16179668
000726	VALDEMIR GAULKE	3066444



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002586	VALDEMIR PADILHA	02519768213
000512	VALDIR HENRIQUE KRATZ	4020484
003795	VALMIR SILVA DE SOUZA	8690533
002943	VANILSON ISAIAS DOS SANTOS	00925278353
003599	VERA LÚCIA PRESTES	51500091
002459	VIVIAN POMMERENING CAIRES	4.408.891
002998	VOLMIRO GONÇALVES	3335759
002235	WAGNER LUIZ BEDIM SILVA	99470291
002550	WELBY NUNES PEREIRA	135560200
002813	WELLINGTON TROCHIK	05397319070
000086	WESLEY FERNANDO MELZI SOARES	4.802.484

ARQUITETO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003082	ACÁCIO PATRICK ROSA	6093747
002777	ADRIANO GUSTAVO COPPI	IDENTIDADE
001890	ALCIONIR FABIO FRANCEZ	3993804
000452	ALINE CRISTINA REBELATO	6093889
003060	ALINE FIGUEIREDO	613169
001812	ALINE GROSBELLI BRACHT	03594336128
003384	ALTEMAR SANDER DE SOUZA	2.443.926
002989	ÁLVARO JOSE SANTOS DIAS	20244266
000783	AMANDA MATTEI MADEIRA	5911371
002857	AMANDA SÜSSENBACH PEREIRA	5036888
002262	ANA PAULA	06080580411
003724	ANA PAULA BEGROW	3932684
001979	ANA PAULA STÉDILE	5479245
001658	ANAMÉLIA REGINA ZIBELL	5206576
003739	ANDERSON RODRIGUES DOMINGOS	4887713
000560	ANDRESSA MAIARA SCHUSTER DA SILVA	5685974
001611	ARGEU ALISSON STECKLING	3379976
003412	BÁRBARA ACHTERBERG	38718898
001370	BEATRIZ GONÇALVES DOS SANTOS	46684760
001391	BEATRIZ WERNER FUSINATO	4311194
002598	BRUNA SIGNORE	1111697271
001048	BRUNA ZIMERMANN	5820638
003285	CAMILA CANOVA	6068668638
002981	CAMILA SIEGEL KLUGE	4924629
003621	CAMILA STEFFEN FIGUEIREDO PADILHA	4656846
002075	CAMILA THAISE SALVADOR	4649135
001848	CAROLINA BAUMGARDT SIQUEIRA	6108746
002915	CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA	3391650-0
002212	CAROLINA SÁ FORTES REGIS	3083863
002243	CLAUDIA BARBOZA CAMILO	110506546
003636	CLÁUDIA BERNARDI	4514684
001595	CRISTIANE ROSA	3554103
001383	CRISTIANO LOURIVAL CARDOSO	2488514
002378	DANIELA TÁBATA GUMZ	6157517
002465	DANIELE DA ROCHA	5917467
001321	DARLEI JOSÉ DOS SANTOS ZIMMER	52512959
002986	DAVIS ALEXANDER CONTI	2616866
002508	DAYANE SIEWERDT	4.241.572
001120	DIEGO STEFFEN MORAIS	3268704-4
001229	EDUARDO STRINGARI DE ALBUQUERQUE	5600308
000727	EGON OTTO ZULAUF NETTO	90639161

6





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000776	ETIENE KÉTTI SCHOENFELDER	4651113
003362	FABIANO SELHORST	3559609
002872	FELIPE CASTAÑO LIMA BARBOSA	110141256
000998	FELIPE EDGAR GEHLEN	5360165
002772	FERNANDA NUERNBERG	5718871
002429	GABRIEL RICHARD VIEIRA DOS SANTOS	363847819
000993	GÉSSICA APARECIDA WEGRZYNOWSKI	6.277.353
002858	GILENO DE AZEVEDO	1723013-6
002901	GRAZIELA GREGÓRIO LIMBERGER	10444754-6
001307	GUILHERME HENRIQUE SPANNENBERG DARUI	7645299
001964	GUILHERME LUIZ PARASIUN	85451197
003305	GUSTAVO DE ABREU BARRETO	00324959896
000068	HAIANA HORNBERG RUSCH	5.631.033
000550	HARRISON WALTER BAUMGARTEN	5206298
002352	HELLEN SIANES SCHMIDT	08456584924
003072	ISADORA HILDEBRAND PICKLER	4811567
000670	JAMILE RIBEIRO	5206068
003557	JANAINÉ TREUKE	13048904-4
002171	JEAN FRANCISCO HACKBARTH	4597889
003329	JEFFERSON JOSÉ RODRIGUES	A123000_0
003563	JÉSSICA BARINGER	5589152
001766	JÉSSICA TORRI	4984895
002350	JOÃO PABLO DOS SANTOS	5.770.535
002078	JULIA ÂNDRIA LIMA CARRADORE	5821530
001607	KAIO CÉSAR MATTOS CAMARGO	5.410.269
001421	KEITY FRANCINE TRAPP	53257570
001555	LAÍS HEINZ	6255077
002041	LAURA BEATRIZ KOCHENBORGER	4065773832
002664	LILIANE PITROVSKI	9048854351
001025	LUANA MAIARA NEHRING	5842020
002905	LUANA OLIVEIRA DA SILVA	24284491
002881	LUCAS CAETANO WOJAHN	1081531772
000936	LUCAS MATIAS UHLMANN	5148793
000082	LUCIANA ZINK	5645371
000737	MANUELA WARTH	3927596
001835	MARCO AURÉLIO COSTA CARLOTTO	6656495-9
000090	MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL	4993285
002605	MARIA EDUARDA DE MELO ALTENBURG PIERRI	6.065.868
003007	MARIA LUCA BOCK	5684541
000150	MARIA LUIZA DE SOUZA PAGANI	5682116
003460	MARIANI FORMAGI	5675249
003304	MARINA BORA BACK	6109412
002130	MARIO HENRIQUE TOMITA	253323009
003755	MATHEUS GONÇALVES	4818211
002931	MAURICI IMROTH	3871078
002679	MAURICIO JOAO DA COSTA	1392906
001428	MICHELLY ROSADO PRODOCIMO PIRES	6069113
001466	MIRIAN DOS SANTOS MELIM	03910767-7
001394	NATHALIA BAMBINETTI	6.423.324
000158	NICOLI PADILHA KLOCH	5.987.916
000942	NICOLLE DONEDA RUZZA	4631072
003740	PAMELA LOUISE WULESCHEN NAGEL	5274317
000369	RAQUEL DALAZEN DOS SANTOS	3653938
000081	RAQUEL WENDT	5.750.564
002625	RENZO BIGLIA ROSNER	291414990



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000979	SANDRA HELENA LEHNEN BECKER	31.129.270-0
002868	SERGIANE CARVALHO DE ASSUNÇÃO	100079581
001556	SHEILA GONÇALVES	4607866
000832	SÍLVIA WIEDMER SCHUSTER	102532473
000767	SIMONE REGIANE RIBEIRO	4699183
003397	SUÉLLEN BARROS ALVES	392141814
002217	TACIANA LENZ	6.705.659
000541	TAILA CRISTIANE AFONSO VAZ TEIXEIRA DOS SANTOS	89633109
001472	TALITA KNOPF	5525809
002385	TAMARA ALINE CARDOSO	4394453
003321	THAIS BAJADARES DA SILVA	4938045
001455	THOMÉ GUEZ E SILVA NONATO	149832025
002239	TIAGO MEDEIROS	4651035
001239	VIRGÍNIA GAYA CABIDO	2298139
002488	WALTER NETO MÜLLER	5715530

ASSISTENTE DE FARMÁCIA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000288	ADRIANA MAUSS PROCHNOW	3403450
003214	ALEXANDRE HENRIQUE DOS SANTOS	35358327
002808	ALINE DE ABREU	5536020
003513	ANA PAULA NITSCHÉ	5901325
001828	CAMILA FERNANDA BUBLITZ	4287936
003509	CÁSSIA CAÚS DA SILVA	6032506
001253	CLAUDIOMARA FATIMA SEPP	333128
002877	CLÓVIS ALENCAR GONÇALVES JÚNIOR	1098048661
002984	DAIANA DILEIA SCHREIBER KREUTZFELD	4771431
001883	DANIELLA CARLA BONA	4835396
002208	ELISÂNGELA TAINARA MOTYCZKA FRANÇA	3040088274
003011	ELIZA RODRIGUES	4.868.806
002663	EVERTON WESLEY DA SILVA	330985577
000709	FABIO MENGARDA	06465597969
001807	FERNANDA LUIZA CHIODINI JAUER FAGUNDES	50751120-7
002144	FERNANDA PRISCILA MARQUARDT	4880727
003334	GABRIEL ARTUR TEIXEIRA	5639664
000647	GISLAINE ANDRADE CHAGAS	109466654
000472	JACQUELINE MARIA ANDREAZZA DEVIGILI	6979071
000018	JÓELLEN HENCHEL	Carteira de identidade
000800	JULIANA LINHARES LAVAL	10.407.180-5
001038	LEONI MARIA WISOCZYNSKI	7.064.091
003291	LINEIDE QUIRINO GOMES CARDOSO	7843984
000076	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	5.338.039-8
003736	MARCO ANTONIO FERREIRA	18403305-6
002248	MARIE FABIANE SILVA	4674511
000195	MORGANA SAYONARA BAHR	5894484
000925	ROBERTO QUINTANI	1638629
003711	ROSELI LOOCK DOS SANTOS	6243417
002485	SAIONARA DA SILVA	7.364.814
000483	SANDRA KRESIN	35660570
001549	SONIA ROQUE TEIXEIRA	6214794

ATENDENTE EM CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
002502	ADRIANA DE SOUZA	3334231



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000705	AURICELIA SEABRA DA SILVA	7714393
002164	CAMILA REGINA MOSER	5605021
002483	CLAUDIA R.B.GIOVANELLA	3438566
001325	CRISTIANO DA LUZ	5094007134
003794	DENISE RAFAELA SCHROEDER	6094494
003199	DIANA VISENTAINER	5639696
000848	ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE FERNANDES	4787713
002885	ELIZABETE DOS SANTOS KUSKOSKI	1001178217
000221	FABIANA REGINA DOS SANTOS BOEHRINGER	3740642
002900	GESSICA ADRIANNE GONÇALVES PEREIRA	7105617
002558	JANAINA APARECIDA GUBER PHELIPE	41290860
003297	JANAINA ZILS VISENTAINER	5639784
002281	JOCELIA DOS SANTOS LIMA DA LUZ	3704877
001249	JOCELITA PATRICIA DESSBESELL CENSI	4429449
000733	KÁTIA CRISTINA WEHRMEISTER STRUTZ	5039762
001903	KEILA DANIELE CARDOSO GOMES LEÃO	4043306
001348	MARCIA CRISTINA DE COUTO	66640159
000855	MARLI TERESINHA ZANELLA PLECZAK	3680919
000366	MIRELA CAMILA KOEPEL DE ANDRADE	4649234
001246	NATHALIA MARINA LINHARES DOS SANTOS	4981753
002492	SILVANA SCHLÜTER	3964195
000394	SILVIA KRUGER SAFFRAIDER	75407610
002296	THAIS VIEIRA BORDIN	5509813
002547	VALÉRIA PEREIRA	4634679
002590	VANESSA DO AMPARO DAMASCENO	4.116.007-0

AUXILIAR DE CLASSE

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001950	ADRIANA MORAIS DE OLIVEIRA	7.956.017
002318	ADVAN DAVID TRINDADE DE OLIVEIRA	5621667
001901	AGACTA BRUNA CAMARGO LOVERA	8.090.683
000214	ALESSANDRA DE FÁTIMA MONTEIRO	4982650
002463	ALICE ROSIM SUNDFELD DI TELLA FERREIRA	39.001.302-X
000589	AMANDA CAROLINE KLUG	5620968
001399	ANA LUIZA PAIXÃO MOREIRA	6894658
000530	ANA MARIA DE ALMEIDA	6163823
001031	ANA PAULA JESUS DE OLIVEIRA	7252477
001353	ANDREIA STENGER	4241319
000457	ÂNGELA MARIA DA SILVA	4.605.935
001982	ARIANE DA SILVA	5509713
003564	BRIVANICE PEDROSA SIMES NETA	36116793
003298	CAROLINA VIANA SOARES FERREIRA PRIMOLA	109089177
000440	CAROLINE VERGARA FUHRMANN	6080767269
001885	CÍNTIA ROCHA CORREA	7115834
000482	CLAUDIA PORTUGAL DE OLIVEIRA	6673566
002191	CRISTIANE HEIN ROTHBARTH	4772239
003458	DAIANA BERTI	4174555
002497	DANIELLE CAROLINA KANISS	6288925
000556	DENISE RODRIGUES VIDAL DE SOUZA FRONZA	366861414
001859	DOUGLAS EDUARD KLUGE	6860840
001545	EDUARDO MARTINO JUNIOR	364553649
003463	ELAINE DAS GRAÇAS LIMA PINHEIRO	19533503-X
003667	ELIANE INOCÊNCIO CAMPÊLO SALES	8.188.746
000391	ELISÂNGELA DA SILVA RICARDO	3.819.667
001924	ELISANGELA FREITAS DA LUZ	128470336

9





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003551	ELIZEIA REGINA CORREA CAMPOS	4681539
000172	EMILLY RAISSA STEUCK	102.694.049-45
003871	EZEQUIELA ADALA DE AMORIM	54307333
002458	FERNANDO PAGNO	91353130
002030	FLAVIA ELEN FERREIRA LONGO	5498938
002096	ISABELLA NÉDIA FERREIRA SILVA	6.013.040
003310	JACKELINE APARECIDA SCHIEHL	4626163
003048	JOÃO RAFAEL BALKOSKI	6157254
002293	JOSIANE KUEHL SCHWAEMMLE	4465130
002861	JOYCE ANDRADE VICENTE	6927271
003514	JULIA MARIA SAIBERT	6.094.552
002884	JULIANA SANTOS DA SILVA	2002005000895
000531	KARLA CRISTINA PICHLER	6157926
003425	KATRIEN MICHAELA GEHLEN	5589664
001148	LARISSA MAYARA HAFEMANN	6.204.774
001987	LEANDRA GOMES DOS SANTOS DA SILVA	6778362
000305	LILIAN DO SOCORRO BEZERRA DA SILVA LOZARDO	7.739.352
001146	LIZANDRA LARA FERREIRA	4.689.803
002804	LUAN ANDREY GESSNER	5251637
002215	MARA PEREIRA SEIDE	4410179
003530	MARA RUBIA JANSEN	2174895
002960	MARIA ELEONAY DUTRA ALCÂNTARA VIANNA	RG 759535
002615	MARIA HELENA PIUO	7099406
003220	MARIA JULIA DE ALMEIDA	79141809
001119	MARIANA ROCHA SILVA	7931765
003608	MICHELE CRISTINE DIERSMANN	6.288.708
000349	MICHELINE SANTOS MARTINS GOES	886.440
002424	MICHELLI RODRIGUES OLIVEIRA	4338316
000701	NATÂNI MOSSNER MENGATTO	5665730
003216	NICOLE SCHROEDER	12171414995
002694	PATRICIA ESTHER LENFERS	4102591
001022	PAULA JUNKES ANHAIA GLATZ	5079529
003689	ROSEMERI QUINTINO VOLTOLINI	2612217
000536	ROSILENE FERMO WOLICK	5.226.221
002849	SANDRA SCHWAEMMLE	5620364
002251	SANDRO JOSE RIBAS DE OLIVEIRA	71809749
000699	SARA VERÔNICA FAGUNDES	6410746
001493	SIMONE APARECIDA DA SILVA	1060328869
002195	STEFANIE BEHLING	6732811
001724	STEPHANIE SOPHIA LESSMANN	4805537
003368	SUZANA SIEWERT	48056332
002086	TAYNÁ CRISTINA SZYCHOWSKI	6163264
001057	THAISE DOS SANTOS VALERIO TSCHA	7821770
002499	VALÉRIA KRAUSE	2797258
003850	WILLIAN MOLLER	4597136

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001235	ADNALDA GONÇALVES SILVESTINI	826259
003545	ADRIANA ALVES DE ANDRADE	3279038
002432	ADRIANA BOTH VERGUTZ	3729380
000421	ADRIANA HORNBERG	46059580
001092	ADRIANA NUSS	5.825.514
001546	ADRIANE COSTA	5765209
002556	ADRYELLI PRISCILLA PAHIM	7.855.962

10





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000688	ALINE WILBERT	7.276.652
001136	ANA CAROLINE PEDRETTI	7024302
001039	ANA CRISTINA CARDOSO DE OLIVEIRA	3329022
003782	ANDRÉIA APARECIDA DOS SANTOS	5060488
001597	ANDRÉIA JANKE STRUTZ	5025202
001615	ANDRESSA CAROLINE NUNES ROCHA	7104625
002071	ANDRESSA PORTO PEREIRA	9102156214
000934	ANDRIELE CORRÊA VOLTOLINI	6306191
000315	ANNA CECILIA CAVAGNARI AIDAR	7821163
001787	ANNA PAULA TAMANINI SCHWANZ	4.649.028
002799	ARIANE WACHSMANN BLOCK CARVALHO	5.482.805
003113	BARBARA TAHIANE SCHUNKE	7160486
000230	BIANCA CAROLINE NEUMANN	6618430
002745	BIANCA SEBOLD	6944767
001905	BIANCA YASMINI ALSLEBEN	6758562
000253	BRUNA ALANA SILVA	6239032
002199	CAMILA GARBIN SANDI	4731491-5
001730	CARMEM LUIZA DE SOUZA SOARES SILVA	206852125
000899	CHEILA MATTOS OLIVEIRA KLEBBER	5 390 748
000816	CINTHIA MICHELE LAUBE	5.463.904
002389	CÍNTIA BONI	5025328
003005	CLARICE WOLTER	4.460.004
000260	CLAUCIANE DOS REIS	16035860
001923	CLAUDIA REGINA GARCIA	75448503
002909	CRISTIANE RAQUEL PEREIRA	RG:4.634.207
002855	CRISTIANE TIBES MACHADO ROLAK	4142115
003411	CRISTINA ELLI KATH	3393951
001076	DANIELA LOPES PINHEIRO	44828182X
001453	DANIELE BELCHIOR LIMA DA SILVA	7013330
000066	DANIELE DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA	7056230
001163	DANIELLE CAMPOS GARCIA FONTES	8.136.946
000247	DAYANE ANJOS AGUIAR	507653129
003428	DIANE VENTURA	4142965
001090	DULCINEIA MEDEIROS	4667864
002968	EDINA BISPO DOS SANTOS	2.031.531-7
001830	EILA CARINE SCHROEDER	4.728.874
000222	ELISA GABRIELA KREITLOW	39980022
000825	ELISA HACKBARTH LEMKE	3/R1295378
002722	ELISANDRA DOS SANTOS MARTINS	30862671
002999	ELISIANE KLEINSCHMIDT	5.025.188-0
001761	ELIZIANE HAAMANN	18925570
003332	EMILLY DE OLIVEIRA SANTOS	6277797
000061	ERICA BELCHIOR DA COSTA	7084658
002476	FABIANA BANKHARDT MATHIAS	3061227
001764	FÁTIMA DUARTE HARTECOF	6653536
003348	FERNANDA CARDOZO	3066181
001751	FERNANDA MORAES BECKER	4.268.004
000779	FERNANDA ROTERMEL MILANI	8197292
001782	FERNANDO LUIZ GIL GONÇALVES	03274493066
002707	FRANCIELE FABRICIA SCHNEIDER	5788305
000385	FRANCIELI BARBA	4406111
000772	FRANCIELI VIERGUTZ TESKE	5.675.402
003237	GABRIELA CRISTINA LESSA	7688145
003224	GABRIELA MACIENTE DIAS CAMPOS	7667433
000367	GABRIELE DA SILVA FARIAS	6640638



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000093	GABRIELI SOARES SANTANA	476346022
001959	GEISEBEL ANTUNES DE CAMARGO SPRINGER	5829418
002434	GISELE DE OLIVEIRA ARNHOLD	5861857
001818	ILDETE PAGELKOPF GUSTMANN	34384898
001178	IOLANDA FURBRINGER KIENEN	5.746.834
002042	ISABELE BEATRIZ WOIDE	09635322941
002020	IVONE DOEGE	RG 1481.399
000525	JANAÍNA ANTONINHA PINHEIRO	5553487
002237	JANAÍNA REMOWICZ DA LUZ	102894340
002361	JANE KRAHN	3871885
001880	JANETE RIBEIRO DOS SANTOS SCHOENAU	3508552
003358	JAQUILENE LIMA DE SULINO NASCIMENTO	0000824840976
001886	JEANE KRAHN OESTREICH	5.079.042
000324	JEANE PRIESTER	6760930
001488	JESSICA ALEXANDRA CORREA DE LIMA	5767918
001573	JESSICA EWALD BURGHARDT	5.103.076
001029	JESSICA GUSTMANN	5103458
001189	JESSICA MARIA CAPELETI DE JESUS	11.148.624-7
001978	JOCASSIA MARCIELE CALAUDINO	9093879824
002987	JOELMA FERREIRA DE OLIVEIRA QUEIROZ	5833175
002380	JOELMA SANTOS DE FRANÇA	55.209.534-5
000691	JOSEANE MARIA TRIBESS KONELL	4405139
001707	JOSIANE MAIA	5.453.130
001288	JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO	64769189
002518	JOSÓ LUAN BEHLING	6094149
002724	JULIA ELISABETH KLITZKE	5536515
000032	JULIANA DE ALENCAR EUZEBIO	472837151
000174	JULIANA RAMOS CORDEIRO	124191033
001631	JULIANA ROLOFF FROTSCHER	4.201.838
003817	KAMILA BELCHIOR PINTO OLIVEIRA	492098980
002604	KARINE PROVENSÍ	4758105
000821	KEYLLA BELCHIOR FISCHER FONTES	5589718
000219	LAIS RODRIGUES SABIN	5338061
003095	LARISSA THAIS RAASCH KRUEGER	6157282
002712	LEANE KAMCHEN	6255022
003175	LETÍCIA GLATZ	116.022.569-93
003678	LISANDRA SCHWAEMMLE	2.962.361-8
000631	LUCAS FERREIRA ALMEIDA	1164405896
000652	LÚCIA HELENA DIAS BOLINA	1075308773
002462	LUCIANA MARIA BAADE	5463012
001319	LUCIENE DE OLIVEIRA DA SILVA	1.316.157
000217	LUCIMARA REGINA HANNOFF DE SOUZA	6864659
001702	MAIARA REINERT	06573615930
001794	MAIARA ROBERTA WOLTER	5714414
000019	MARCELO ALVES DA SILVA	6243445
002964	MARCIA NORENBURG AMARAL	3062222
001503	MARCIANA APARECIDA FERREIRA KRUEGER	5665781
000707	MARIA APARECIDA WOJECZKO	7842807
001961	MARIA DAS DORES RIBEIRO DOS REIS	0284412220040
002372	MARIA EDUARDA DA CRUZ FRANCO	002617403
001489	MARIA JOSÉ DA SILVA	31440177
003274	MARIA JOSE NUNES FERREIRA	6965322
002504	MARIA TANIA MARTINS PEREIRA	1556957
003179	MARICESI VALCARENGHI	53370386
003302	MARIELE TEIXEIRA	5604621



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000871	MARIELI CHAVES DOS SANTOS	10.183.096-9
002059	MARLISE HARDT	1243125
002935	MARTA ALMEIDA SOARES	06824729890
000977	MICHELLE GERTRUDES VOLKMANN	6856527
002796	MIRIÁ BILIBIO	5640351
001544	MIRIAM LUCIA RAIOL DE SOUZA	MG-10.707.752
002634	MIRIAN CRISTINA PIUCO	7026708
003831	MONICA DE LIMA MIRANDA SILVA	6890982
002244	MONIQUE ROCHA DO AMARAL RABELLO	219694965
003342	NADILE ALMEIDA GUIMARÃES	417360885
003524	NEIDE SUELI ITTNER UNRUH	3626582
000087	PATRICIA ALVES OZÓRIO	5917991
002768	PAULA RUEI EN WANG	5079016
002503	PRISCILA KANIS	6157898
001629	PRISCILA VON KNOBLAUCH	09023718941
000241	RAQUEL DE MEDEIROS	9.753.153 6
000226	RAQUEL LEITZKE	6255060
002847	RAQUEL NASCIMENTO WIENEN	3899461
002274	RAQUEL SOUZA NONATO	7382626
003212	REGINA FELIPPI DA CUNHA	2.799.211
001318	RENATA DOS SANTOS SILVA MELO	7933394
000888	RENATA NAVAES DE LYRA	208362483
001230	RITA MARIA RUCHINSKI	5307422
003031	ROMILDA OENNING JUNG	2481795
000475	ROSA MARIA SILVA	04643843093
003233	ROSANA FONSECA	7471534
003388	ROSANA MARIA DE MELO SALVINO ALVES	7885593
000036	ROSANE WARPECHOWSKI MINIKEL	8147469
002000	RUTE RODRIGUES DA ROSA PASSULD	3.334.133-8
002738	SABRINA PEREIRA	4237804
002422	SANDRA DA SILVA DUARTE FABIAN	4805572
001287	SANDRA LÍGIA LEAL HARDT	3915879-9
001856	SANDRA REGINA GOMES	2289348
000267	SANDRA REGINA TOCUNDUVA	47895650
002292	SARA BEATRIZ SCHWAEMMLE	6114376
003255	SARA KLOTH CRISTOVAO DA SILVA	52315541
002923	SHAIANE FONCECA PETRI	52315720
000122	SILVANA NARA DA ROSA	6845739
001495	SIMONE APARECIDA TONELLO CAVALHEIRO	5016659
003343	SOLANGE HONORIO DO NASCIMENTO	331841526
001067	SUELEN TEREZINHA DA SILVA FONSECA MARIANO	8.099.189
003659	SUSAN FABIANA NOVACK DICKMANN	5536994
002084	SUSAN MEILIN RISTOW	5402893
003314	SUZANA LOPES HUTTER	4.772.222
000006	TAINARA KREUTZFELD	6032505
000033	TALITA SANTOS GIRARDI	7837085
002895	TANIA HACKBARTH MONTIBELLER	21784850
001285	TATIANE LUNKES DE OLIVEIRA	5.041.951
001863	TAYANE CATAFESTA	6157764
001303	THAYNARA ALMEIDA SOUZA RAMOS	36005002
002354	THUANY BATISTA MARQUES	identidade
001557	VALDECIR METT	5.424.075-1
001477	VALÉRIA FRANCIELE DE MELO VIEIRA	485235018
001860	VANESSA MOREIRA FERNANDES DA CRUZ	359105464
000126	VANESSA PROCHINSKI BORCHARDT	5685696



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000944	VANIA HORNBERG ROMIG	3.300.2533
001208	VANIRA DE JESUS DE OLIVEIRA SOARES	7452069
002056	VIVIAN PINHEIRO DOS SANTOS SÁ	7957660
002161	YNGRID TAIENE PALHARES	47280381

CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000712	ADRIANO CARVALHO DE OLIVEIRA	57188073
000264	AGEU RAUPP JUNIOR	15507
002419	ALENCAR CEZAR BENVENUTTI	4257458
001708	ALESSANDRA BEZERRA DE SOUZA	33305717X
002081	ALESSANDRA KUSKOSKI SZUPKA	5055103005
001368	ALESSANDRO SAUER	8070837508
001480	ALINE DE ANDRADE	4873568
002961	ALINE VALASKI	107649980
001524	ALLINE MYCHELLE OLIVEIRA BEZERRA CUSTÓDIO	642528
002928	ALVARO GIL PELISARI	4385250
001862	ALVARO IGNÁCIO TEIXEIRA	138896999
001881	AMANDA BRITTO DE MACEDO	26251
002930	AMANDA CRISTINA SCHOEFFEL	4341608
002127	AMANDA GRUNITZKI	4.496.530
001891	AMANDA HANS APOLINÁRIO DE SOUZA	001683011
002790	ANA CLAUDIA FONSECA DA SILVA	101767655
001195	ANA KEILA SOARES	5043552
001729	ANA KEYLA RODRIGUES DE CASTRO	12.322.440
000841	ANA LUIZA HOMEM D EL REI	1317258231
003422	ANALU SPARRENBURGER MANEA	1077055083
001779	ANDERSON COUTINHO FELÍCIO	297400733
002141	ANDERSON FRANÇA DA COSTA	33981299
002118	ANDRE AKIRA SUZUKI	62317272
002009	ANDRÉ EZÍDIO SANTOS	2153048
001427	ANDREA CRISTINA BASTARDO RODRIGUES	02063458709
000386	ANDREA RIBEIRO LIPS SOARES	12552228-4
001215	ANDRESSA GIMENES NAREZI	99504722
001262	ANDREZA HULTMANN GONÇALVES PEREIRA	77264205
001738	ANGELICA RESNIZEK DINIZ	104750150
003426	ANNA CAROLINA RESENDE MACHADO	151063837
001663	ANNA CAROLINA VITTI	5013460
003803	ANTONIO CESAR WILLE	694507
001058	ANTONNY MEDINA TSCHA	49476220
001410	ARIANE BONATO	4083437659
001095	ARIELI TOSS	8131055
003286	ARNOLDO FELIPE SOUZA GALETI	4246105
001042	BÁRBARA AMANDA BALDASSO	8084259186
001044	BARBARA BUCHLI	3984021
001511	BÁRBARA DUARTE PEREIRA	5118715
000830	BETHANIA BRANGIONI	7965869
002969	BIANCA CARLA BIANCO	4115654
000489	BIANCA ROSA DEMÉTRIO	5052738
000766	BIANCA WESTPHAL BARGEN	4886844
001097	BRENO ALVES DIAS	MG8969023
002939	BRUNA CAROLINA SOUZA E SILVA	5.627.315
000467	BRUNA FIORINI FLUCK	14149
002491	BRUNA KUNDE ARTEAGA	4647842
000045	BRUNA NILZEN DE OLIVEIRA ALVES	6239799



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000115	BRUNA SCHREIBER	4428032
001920	BRUNA THOBER PIRES	7105116565
000639	BRUNAH DE OLIVEIRA BUCHE	109640751
001664	BRUNO ALEIXO VENTURI	4.405.874
003866	BRUNO DALL AGNOL MACHADO	4078813559
003467	BRUNO LUCIANO POSSAGNOLI SIMONI	75399650
000347	CAIO BRIDI	3761342
002788	CAMILA CRISTINA LUCIANI PIE	2965707
003550	CAMILA FERREIRA SCHRAMM	4811428
002908	CAMILA GULARTE LANAU	5964930
002641	CAMILA PLETSCHE	6261628
001015	CAMILA RODRIGUES DE SOUZA	5074319
000460	CAMILA THOMAZ DOS SANTOS	4647097
001316	CAMILA WATANABE BAVARESCO	54308119
003777	CARLA LUIZA ROCHA GONÇALVES	3052064
000108	CARLOS ALBERTO MARCONDES	42208434
003508	CARLOS ALBERTO SAEZ BROWN	w004304
000643	CARLOS EDUARDO LENZ	1482331
003078	CARLOS EDUARDO MANTELATO	294653090
003473	CAROLINA DE CASTRO DA SILVA REGO VILELA	250902618
003071	CAROLINA DECHICHI DOS REIS	6850822
003146	CAROLINA DUMMEL	8077282211
002207	CAROLINA LANZZERI KILCA	RS-CD-26148
001087	CAROLINA PERUZZO PEREIRA BARRERA	3602692
003566	CAROLINE BOWENS	80662696
003141	CAROLINE CRISTINA SCHROEDER MARTINS	77965076
001297	CAROLINE CRISTINE VARELA	4481867
000077	CAROLINE DE SOUZA SOARES	1075848604
003620	CAROLINE GRAÇA DE BORBA SOUZA OLIVEIRA	5013558
000907	CAROLINE GRANATO DE SOUZA	69726038
002447	CAROLINE NAU	54302269
001921	CAROLINE STOCKER	4.769.594
002940	CAROLYNE RAFAELI	5286627
000526	CELIO AFONSO RIEG MAÇANEIRO	4912235
001722	CHARMAINE CHRISTINE BERNHARDT	755146
003477	CÍNTIA FEDERHEN BARRETO	3257898
001081	CINTHIA SCHEIDT MEINICKE	4.571.355-3
002015	CLARISSA LAÍS SCHREIBER	12188
001802	CRISTIAN ANDRE DIEMER	5042619725
001845	CRISTIANE MARIA BONIATTI MUSSATTO	5068441095
003210	CRISTIANE NAIELY DOS SANTOS	96315708
002580	CRISTIANE VELLOSO DE MORAES	45921891
003105	CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO	2607860
002660	CRISTINE NEVES BEZ	4969253
003277	DAIANA JACOBI LAZZAROTTO	6095135064
002253	DANIEL RICARDO VAZ	8736497-6
002039	DANIELA CRISTINA TIRLONI HASS	53342844
003869	DANIELE SANTOS DE CAMPOS	1098472242
001988	DANIELLE SCHREINER LUCHT	2440428
003218	DAYANA NAYARA DE BITTENCOURT	5380515
002371	DEBORA REGINA DA SILVA	484089596
001916	DEISE DO NASCIMENTO BASTOS	28467
002610	DENISE TEIXEIRA TEODORO	43786547
001509	DIEGO LEONARDO DE SOUZA	6280688
003097	DIOANA DRESSENO	4185319



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003029	DIOGO ALENCAR CE	3862075
001977	DJENANE BARBOSA DE MESQUITA NUNES	201882
000113	DNYELSON SOUZA SILVA	10064909
003785	EDUARDO CORREA NUNES	4357800
003215	EDUARDO DIB FILHO	35939342
003578	EDUARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	110136375-0
001805	EDUARDO RONCAGLIO	6097310905
000079	ELIANA LACERDA LEITE	2265890
002522	ELIZA LIMA DOS SANTOS	232847253
002266	ELIZANGELA BERRES	126124856
000987	EMANUELLY LUDWIG LEHMKUHL	5748968
000642	EMILIANO ALVES GALABRE	78149329
002040	EVALDO CHAVES DE SOUZA	3945575
002918	EVALDO MONTEIRO	5700787
000188	EVELYN TROMBELLI BUZZI	5305668
002294	EVERTON SANTOS FERREIRA	3995392
000566	FABIANA CUNHA BLEYER	3.195.169
002370	FABIANA ESTEVES FERNANDES MARTINS	7078874901
000986	FABIANA REGINA BATISTEL	5057336
001653	FABIANE SCHREINER	9031501-3
000729	FABIO ROGERIO SIMONI	82830154
001919	FABRÍCIO COSTA DA SILVA	8102936468
001096	FABRICIO GUIMARAES RODRIGUES	13706725-0
001134	FAGNER DANILO PEREIRA DE OLIVEIRA	434368039
000824	FELIPE JOST CLAVÉ	8099441548
002517	FERNANDA CORRÊA	1102539085
000842	FERNANDA COUTO MILEO	111466459
001349	FERNANDA KERPEL	2104274374
002810	FERNANDA KRUG	5348328
003065	FERNANDA MAIA MALACHIAS GONÇALVES	10754457
003351	FERNANDA PINHEIRO AGUIAR	0130175367
001789	FERNANDA RAMOS WAGNER DACOL	2534259
002990	FERNANDA VASQUES DE PAULA	9.614.113-0
002399	FERNANDO DUTRA VIANA	2734258
000794	FERNANDO MOSSI DE OLIVEIRA	3068009038
000943	FILIPPE ROCHA BARRIONI	10773805
000938	FLAIRA RITA ALBINO	128898344
003041	FLAVIA DANIELE CIPRIANI	29155614
001608	FLAVIA DAYANE SIMEONI	5053024
001669	FLÁVIA GONÇALVES KOENIG	5415604
002842	FRANCIELE CRISTINA TONET	4948434
003452	FRANCIELE DE BORBA PEREIRA	4659725
002153	FRANCINE APARECIDA FRANÇA DOS SANTOS	6097844
003253	GABRIELA FLORES DE LIMA	1109067999
003258	GABRIELA FREITAS BOLONHA	402641140
002584	GABRIELA GARCIA DE MORAES	40565
002538	GABRIELLE COLITA PLATZ	5794682
001424	GABRIELLE SLAVIERO	6099471176
003603	GEORGE HENRIQUE DOS SANTOS MAIA	148901791
001535	GEÓRGIA REIS	4940230
002896	GIANE COLOMBO	49244916
001324	GIOVANA DAL PUPO	3060325481
003112	GIOVANNA SLOGO DOS SANTOS	4743055
003541	GISLAINI APARECIDA DE SOUZA	5368569
002750	GLAUBER COSTA DE OLIVEIRA	5101303559



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003865	GUILHERME BRINCAS ALBANO	5346025
000782	GUILHERME KREIN	1075811966
001925	GUILHERME MIRANDA SAMPAIO	4137537-8
003251	GUILHERME ONEDA	5663720
003573	GUILHERME TOCHETTO PEDOTT	6.055.326
001310	GUILHERME WERNER WAMZER	5651869
003396	GUSTAVO RINALDI	5608184
003613	HAMILTON EVARISTO JUNIOR	3066104
000620	HELENA FERNANDES BONAMIGO	5.685.751
000994	HEMILE SCHULZ	8133459
001926	HENRIQUE MOREIRA SANGOI	2083623013
000316	IARA DUTRA RIBEIRO	5888428
001938	IGOR SUPTITZ VIEIRA	1081950105
002803	INDIARA WELTER HENN	4612687
002047	INGRID RICKEN BELMIRO	6521653
000568	IRAN CÉSAR PRAWUTZKI	5884213
001375	ISABELA FERREIRA SANTOS	MG-14.642.810
000654	ISABELLI CAROLINI FARIAS WARMLING	96977140
003445	IVAN SERGIO LONGO	2749865-4
001543	JACKELINE DELITSCH	4766140
000389	JACKSON DE MOURA	5382938
002285	JAINE ROMANSINI	9117869901
000745	JANAYNE KEMPER NANDI	5063427
002309	JANDERSON FREITAS LEITE	6286034
000309	JANESKA MALISKA	5107486771
001458	JAQUELINE FACHI	5038739
003288	JEFERSON SOARES CAMPOS	109542385
001252	JESSICA ANDRESSA ENGEL	5226384
003178	JÉSSICA BETHÂNIA MACHADO	5548799
002314	JESSICA BORBA FILLA	103822688
003427	JÉSSICA KUNDE ARTEAGA	4647843
003140	JOÃO JUNIOR BORGES FERREIRA	1074761782
003692	JOÃO PAULO STEFFEN RONCADA	4339437
002977	JOAQUIM GABRIEL DE ANDRADE COUTO	4955972
002596	JOEL SANDRI DO PRADO	1060472485
000601	JOEL TARNOVSKI	4651540
003433	JOHANNA KOCH SCHMITZ	5923124
000007	JOSÉ FELIPE MORAES MEZADRI	5321849
003656	JOSIELE CASSIA KALISKI	3557568
001971	JULIANA DA SILVA	5334565
002364	JULIANA DE SOUZA VIEIRA	7.323.546-4
001760	JULIANA MIARA DE ALMEIDA QUADROS	64679740
002870	JULIANO MENEGAZ FAGUNDES	4371832
000864	KAMILA LEWANDOWSKI	5328864
002789	KAREN ANDRESSA MENDES DE FREITAS	9076412825
002623	KAREN ANNE LOPES DAMACENO	344381183
001193	KARINA JOHANNA VOIGT	5305622
003772	KARINA ROBERTA SILVA BUSS	16.947.946
003549	KARINE CORREA DUARTE	16402
002652	KARINE DANIELE GIOVANELLA	SC-CD-16687
001533	KARINE FATIMA LYKO	63259276
002109	KARYSMA KALDERASH DELA TORRE	4375458
001128	KATHLEEN STRAPASSON BORDIGA	105960166
002681	KEILA CRISTIANE RUIZ MAZZON	28.126.376-0
000320	KELLY LIM AIDA	92276287



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000299	KELTY MARIZE DOS SANTOS GUEDES	5738305
001371	KEVIN HILESHEIM	4761838
000614	KEVIN LUIZ SIMON	5890509
000354	KLEICI MÜLLER	5296429
003414	LAHIS SIGNOR	1109411395
001720	LAÍS DUARTE	5.493.449
003383	LAÍSE CECOTE GARCIA	100779064
001416	LARISSA DE MEDEIROS ZATELLI	3544191
003400	LARISSA KOBARG CERCAL PATRIANOVA	5711181
003241	LARISSA RODRIGUES GASPARINI	94223776
000450	LARISSA TATIANA ALVES DA SILVA	5.531.816-9
000010	LARISSA VIVIANE LADEHOFF	46050744
002228	LEILAINÉ KARLA KNISS	4292391
001800	LEONARDO CAVALCANTI LAUREANO DOYLE	6083598067
002182	LETÍCIA DE SOUZA MORAES	001780400
001080	LETÍCIA DOS SANTOS KLEE	609038746
001882	LIANA RIVEIRO DA CUNHA	7118453872
000314	LIANNA VIEIRA KULKAMP	1558547
000653	LUANA BEBER YOSHIZUMI	93597141
002048	LUANA SANTOS DE SOUZA	4162993
000854	LUCAS SALAINI MANFRO	3112396481
001641	LUCIANA DA SILVA	5112535
002415	LUCIANA PASCUAL DOMINGUES	4920671-2
003443	LUCIANE PIERDONA	1033156314
001158	LUCIANO SERPE	80659865
002914	LUIS ALBERTO LOSEKANN	6062594574
000873	LUIS FERNANDO BEIGER DOS SANTOS	5765459
003001	LUIZ CLAUDIO VALIM	275627
002607	LUIZ FERNANDO ERDMANN	4507698
001913	LYZ BUATIM NEVES	5578470
000675	MAIARA BATISTA BORGES	5.453.528-0
001281	MAIARA MÜLLER	48637440
000491	MAÍRA TONELLI	10.265.318-1
001753	MAKIELLE TADEI FLORES	102667484
001019	MANOELA CAPISTRANO SALVADOR	4001600
002428	MANUELA NEVES ALMEIDA STRINGARI	3.423.462
000715	MARAHANE AYRES GUERIOS	1456660
003186	MARCELO GOMES DA SILVEIRA HOLTERMANN	6102330393
001612	MÁRCIA REGINA MAYUMI OKAJI	28877712-8
000125	MÁRCIO SERAFIM PEREIRA	6039791956
003061	MARCO AURÉLIO ORSSATTO FERRONATO	3.288.721
002626	MARCOS FÁVERO POLATI	68859212
003466	MARCOS FERNANDO TRONCO JÚNIOR	1081782557
001035	MARCOS PAULO DE SOUZA MACHADO	2065812998
001647	MARCUS ANTONIO BEZERRA DA SILVA	3487763
001918	MARIANA LETICIA BRUN	6089923541
002650	MARIANA MARTINS BANDEIRA	470572292
001086	MARIANA MORENA ARGUS CASAS	4335245
002457	MARIANE DA LUZ RAULINO	6.613.304
003083	MARIELE FRANÇA MIRANDA FERNANDES	106662304
001434	MARINA GAERTNER	5078408803
002569	MARINA STEINBACH	5001199
003438	MARISTELA DE BORBA SCHMIDT	4792091
001465	MARLON JACKSON TAVARES	5762824
000969	MATHEUS EDUARDO NEVES GLINSKI	97775702



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003638	MATHEUS NUNES GULARTE	7732529
003778	MAURICIO KOSMANN	5372932
002286	MAYCON DEYKSON BORGES RODRIGUES	41425
002795	MIGUEL ASSIS MARTINS DOS SANTOS	5071032121
003540	MILENA STUBER	4973449
002992	MIRELLA BITENCOURT MANTEY	2130501063
002988	MIRIAM MARTINS BUENO	98787216
002240	MIULA PORTELINHA BRAGA	8192563-1
003038	MURILO GALDINO REIS DE SOUZA	6403938
003055	MURILO REZENDE ALVES MARANGONE MANFREDINI	63535611
000795	MYRNA DOS SANTOS JORGE	5844068
001775	NATHALIA DE ALBUQUERQUE	388135566
001499	NATHALIA LIMA DOS SANTOS	1074546911
000886	NICHOLAS VISANI	4049789
002124	NORRA VICK MENDES DOS SANTOS	5064358
002392	ODILON GALVÃO LOPES NETO	92002078009
002756	ORESTES FELICIANO GOULART PEREIRA	5668864
000929	OSVALDO DA SILVA NETO	6.721.889
000684	OTÁVIO FRANCISCO GOMES DIAS	7206167
000593	PABLO ALEXANDRE ALVES SERVILHA	75800061
003245	PAMELLA MONTEIRO MENDES	47271620
000481	PAOLA KAROLINE ALMEIDA DE MOURA	390610811
001662	PATRICIA DOS SANTOS CÉ	7.510.194
002729	PATRÍCIA GOMES BARBOSA	1963502
000478	PATRICIA RAFAELLA ALMEIDA DE OLIVEIRA	197211
002507	PAULA TAÍS PEREIRA	7754320
002955	PAULO ELIPHIO QUIREZA CROZARA	16743710
003499	PEDRO ROWEDER BERNARDES	3757870
000632	PRICYLLA HAGEMANN	5094126
003295	PRISCILA ALINE LAPEZAK HOFFMANN	85097709
003236	PRISCILA BITENCOURT GARCIA	6069377718
001906	PRISCILA RAQUEL SCHIROKY	4098836309
000656	PRISCILLA SANTOS DE OLIVEIRA	4756338
002832	RAFAEL ALEXANDRE ERZINGER PROX	4044692
002822	RAFAEL BRESSANELLI	2084679717
002184	RAFAEL LOPES ALEIXO	7315999
001677	RAFAEL STARON	78082798
000856	RAFAEL STIZ	4031474
000368	RAFAELA BRUGGEMANN	9072481691
001574	RAFAELA CRISTINA KOLODZEJEZYK	110737696
002759	RAFAELA FERNANDES DA ROSA	127111596
003070	RAFAELA HADASSA ANITELLI PRODLIK	10.787.644-8
000078	RAFAELA MARIA DINIZ	7105700
001673	RAFAELA SANTOS DE SOUZA	83305401
003176	RAFAELA SILVA MOREIRA	15508609
003059	RAFAELA ZANELLA	102534913
000498	REGERSON RODRIGUES FORTES	341321291
002198	RENATA MARQUES DA SILVA	7402943
000984	RENATO AUGUSTO RIBEIRO	821944
002074	RENATO CORDEIRO SUDATI	6044468418
002079	RENATO SOARES DE CAMPOS FRAGA	25920419-5
003164	RICARDO CORREA MUNIZ	265611441
001141	RICARDO MONTEIRO MEDA	47778026
003270	ROBSON LUÍS SOARES	4197659
002675	ROBSON NOVAIS ANDRADE	3095573



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000240	ROGÉRIO HASSE JUNIOR	5456231
003553	ROGÉRIO RAMOS DE LIMA	8001241
000680	ROSAINA APARECIDA DE FÁTIMA RIBEIRO	9205345
003512	SABRINA DE OLIVEIRA BARP	5.579.038
002713	SABRINA ELYANE OLINKE	123321278
003079	SABRINA MARIANO ESCOBAR	5562825
003075	SABRINA PENZLIEN	3402338
001952	SAMY BECHTOLD BETT	5042086
002878	SANDRA TAÍS FACCO BALARIM	33249696X
002185	SANDRO MARCELO ZIEMBIKIEWICZ	5884494
001635	SINGELA MARQUES SELINGER	6485893
001855	SOLANGE MANABE PADILHA	46586717
003374	STEFANY MIRANDA DOS SANTOS	12.337.123-2
000615	STEPHANIE CAMILA LOPES DO NASCIMENTO AMARAL	102001087
002983	SUZANA HEBERLE FABRIN	3.747.912
001161	TACIANA HELENICE HOFFMANN	5828331
002375	TAIMARA RUBIA MARIANI	7102061731
003501	TAINÁ SILVA BARBOSA	93178807
003542	TATIANA ALINE PIVATTO MORAES	4741307
001338	TATIANE PEREIRA RODRIGUES MARTINO	1132233378
000327	THAIS MARTIN MARTIN	223057356
001699	THAIS ROCKENBACH GOBBI	5944649
001628	THALLES MAYCKON VIEIRA ARAUJO	485030330
002343	THAMARA BELINE	480766460
001624	THIAGO DAL SANTO NEVES	10506706-2
003252	TIRZA GIACOMET	5108877258
000613	VANESSA LEAL SORIA	1079680946
001778	VÂNIA APARECIDA DA SILVA	7295059
002117	VANUSA ESTELA WASEM SANTANA	5979309
000730	VICTOR ALEXANDRE RAIMUNDO DA SILVA	5582721
003464	VICTOR MÁRCIO DOS SANTOS	5433980
003284	VINICIUS CERON	125490409
002506	VINICIUS LARANJEIRA BARBOSA DA SILVA	226469049
002560	VINICIUS PELISARI	2062894601
002592	VINÍCIUS SPIGER	1104051766
002744	VIVIAN SAGAVE	1080022914
001238	WALDENEI DIAS	35482796
000276	WALDIR GUALBERTO DE BRITO	1024385
001869	WILLIAM CESAR ZIEMBIKIEWICZ	63082350
002743	WILLIAN MATHEUS VIEIRA BERKENBROCK	107782907
003762	WIVIANE RAITZ BORTOLI	5982257
000495	YWRY FRANCISCO SANTOS VASCONCELOS	3053828

ENFERMEIRO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001957	ADRIANA BERGAMO	6277450
001956	ALEXANDRA FERREIRA	5808268
002601	ALINE FARIAS	3871951
003395	ALINE RAMOS MOTA DA SILVEIRA	459443434
002007	ALINE STURMER	3075649099
001223	ALLAN SERRA	88123298-0
000169	ANA BEATRIZ BRUNS CAMACHO	5403112
001286	ANA PAULA BINSFELD	6789607
001234	ANA PAULA DA SILVA NUNES DE ASSUMPCÃO	5541790
003049	ANA PAULA ZANOTTO CANANI	4.246.718

20





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000056	BEATRIZ SARTOR	6087058
002994	BIANCA GONÇALVES RODRIGUES	15780956
001354	BIANCA MARIA RANGHETTI	5683207
000858	BIANCA RAFAELA HENKELS	52075664
001727	BRUNA JIMENEZ GARCIA JUNKES	5645337
002220	BRUNA RAMOS DA SILVA DROIQUE	851542
000935	CAMILA ALECSANDRA GIACOMOZZI	5767382
002002	CARLOS ALBERTO WUST	3915814
001682	CAROLINA DA SILVA DO GIORGIO SAMPAIO	6.788491
001438	CHAIANE DAL PRÁ	5423426
003279	CLAUDETE APARECIDA WOLFF	3263124
003685	CLOVIS FERNANDO DAROLT	2963715
002708	CRISTIANE BEATRIZ PIVA	3857196
002720	CRISTIANE ROSA DE ALMEIDA	6061282
000835	DAIANA BEATRICHIE SALERIO	429217067
002843	DAIANNY CARVALHO VAZ	524178811
000242	DANDARA DAUANY TRENTINI	5501173
003263	DANIEL JOSÉ FURMAN	80718314
000024	DANIELA GRACIOSA SALVADOR	3946160
002222	DANIELA ZUBKO	85606417
002225	DANIELLE ARAÚJO DANTAS	002357292
001433	DAVIDSON ROBERTO BATISTA RIBEIRO	524473316
003721	DAYANA MORAES FREIRE	31962866
001376	DEBORA MIDIAN MORAES BALOTIN	3.403.267
002359	DÊNIA DE SOUZA SENA	16310427
000763	DENISE VAN DE MEENE	3237818
000025	DIANA LUCIA BATISTEL	4023511
000171	DLENATA FERNANDES DE LIMA	909412
003760	DIONE FACCIN	1081345413
000289	DJONATAN CESAR CORREA	3533385
002268	EDILEUSA RIBEIRO SANTOS	40.446.798-2
003196	ELIANE RAQUEL KOERICH	4.618146-6
000106	ERIKA KAROLINE SOARES PINTO BRANDL	7855821
000279	FABIAN ROPKE PEREIRA	1058036491
000902	FABIANE MEDINA BISOGNIN	7544561
002298	FABRICIA MARTINS	4637991
001846	FERNANDA DE OLIVEIRA	5.842.595
001089	FERNANDA PIERI DA SILVA	001493014
001377	FRANCIELE FERMO VIERGUTZ	7181258
003663	FRANCIELLE PEREIRA DA SILVA	398028746
003454	FRANCIELLE DA ROSA DE ALMEIDA	5176732
000496	FRANCISCA VEIGA DE GOES	3625221
001565	GILBERTO DELLAI FILHO	74039170
003446	GIORGIA MAXIMIANO VIRTUOSO	4972212
003226	GISELE WISCHRAL	2929588
001864	GISLAINE ALVES DA SILVA	7311803
003560	GRACIELA KELLER	5842423
002036	HAMILTON TROMBELLI	5825948
001974	INGRIT LENZ	2119744
000635	ISABELA DOS SANTOS WOLTER	6477982
003250	IVANA URACH	2082997178
002110	JAMILE RIBEIRO PEDREIRA	1455228141
002657	JÂNIA INÊZ ULER	3393404
000774	JESSICA PEDROZO MATOS	5675073
000563	JOSIANE PATERNO	4.440.649



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001584	JULIANA VIEIRA RABELO PEREIRA	4189066
000142	JULIANE DE GODOI	5197727
003188	KARINE DE OLIVEIRA PINTO SILVA	421616787
000731	KARLA FABIANA SEIBT	3.877.254
002028	KAROLLYNE DE MOLINER MENEGON	43392040
000013	KATIA GUSTMANN	4129022
000154	KATIA PATRICIA DA SILVA	5738203
000337	KÁTIA REGINA GANZ	4813454
003495	KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA	4957149
001272	KEZIA MERCEDES OLIVEIRA DOS SANTOS	1142154998
000051	LAIDE BATISTA RODRIGUES MOREIRA	191222355
002648	LARISSA HELOINA SANTOS DE FREITAS	4514637
002223	LARISSA SAYURI SETOGUCHI	307838134
000135	LARISSA ZOBOLI	255924
002051	LEONARDO ERVIN RASSWEILER HORNBERG	5884352
003066	LETICIA CAROLINE WILD	53251423
000975	LOURENA PINOTTI	123124502
002388	LUANA RAIMUNDO	6647102
001651	LUCAS CANABARRO PARODE	24537578
003675	LUDMILA EBA DOS SANTOS BINECK	7544213
002566	LUIZ MARCOS TEIXEIRA	129005254
002347	LUZMAR TEIXEIRA CAMPOS METZNER	28652288-3
001504	MAIARA CASTELLEN SANDER ROWE	5578775
000378	MAIKO SOARES DA ROCHA	1179700
000917	MARIA JAQUELINE MUNIZ DE LIMA	7327220
003470	MARIANA DA SILVA	4629353
001530	MARIANA DA SILVA DE AGUIAR	5121901
003003	MARÍLIA MIGUEL DE CASTRO FERREIRA HUBER	344478440
003407	MARISTELA PEREIRA	3577919
002368	MARLISE WENTZ DE FREITAS	8081340
003410	MICHELI HUYER DOS SANTOS	397569
000788	MILENA CAMILA MOSER	5280652
002677	MONICA REGINA SOARES	53589459
003282	MONIQUE AFFONSO ANDREAZZA	7018960
003860	MURIEL DE SOUZA BOING	96366698
003148	NAYLA LAIS FERREIRA MAZZETTO	103175305
001718	NELSON BRANDT	5.247.430-2
003028	PÂMELA RUDIGER FORST	4.440.117
000995	PATRICIA ANDREA SULSBACH	38678500
003442	PATRÍCIA KOCH	5.038.412-0
002516	PATRICIA MARIA MARCON DOS SANTOS	144941
000446	PRISCILA MEUSBURGER	308235460
002637	RAQUEL DE FATIMA MOTA	3396466
003280	REGIANE KAMMER	4.311.900
001008	REGINA LEDO BENERI DE ALBUQUERQUE	7586131
001301	REMY CORREIA DOS SANTOS	98001084179
002685	RENATA ANTONIA FERRAZZO	3457541
002406	RENATA ARAUJO LEMES	1059338432
003204	RENATA GAMA DA SILVA FERREIRA	19758145-6
001461	ROBERTA MONTEIRO DE SA	208694
000296	ROSA HELENA LOPES DE OLIVEIRA	5931686
000365	ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA	279293781
002400	RUBIA DUWE	3508344
002835	SANDRA DE SÁ TEIXEIRA	7295230
001221	SARA FRANCIELI BRYCH BITENCOURT	5073043



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000865	SHEILA PRATIS HUSCHER	3714418
001102	SILIAN PERICLES PADILHA BRUM DE CAMARGO	2476758
001721	SILVANA BRANDT	6.686.891-5
001806	SILVIA LEONIDA FERREIRA RIBEIRO	366162068
002103	SIMONE ISABEL STEFFENS DA SILVA	6277744
000085	SINARA DAIANE HERBSTTRITH PEYERL	8078750901
003456	SUÉLEN TILGNER	5.241.319-5
002839	TALITA CRISTIANE SUTTER	1058771311
003017	TAMILLYS FERNANDA SILVA ALVÃO	7969691
003296	TATIANE DERNER DOS SANTOS GUARESCHI	201274
003020	TATIANE WEINGARTNER DA SILVA	281906877
000329	TAYLANE CECILIA DIAS DE OLIVEIRA	4595055
002965	THAIS LORRANY MONTEIRO FERNANDES	0287874320057
002526	VALQUIRIA MARILI STEILEIN	5.016.793
002916	VERA LÚCIA DÜMES LIMOLI SILVA	338066
001054	VILMA APARECIDA SOUZA LIMA BESSA	20.340.218-2
002794	VINICIUS FERNANDO MENDES	341602
001494	VIVIANE PECINI DA CUNHA	5746464
001575	YOLANDA ALTAMIRA SOUZA SANTOS	4.602.239-2

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000572	ADRIANE ROHRS	0772775
002934	ALANA TEBALDI ANNES	5053729363
002542	ALESSANDRA NATIELE MATIAS	5016889
002128	ALEXANDRE DOMINGUES	5172689
002454	ALICE CALEONE	5553265
002154	ALINE GREFFIN	4.316.381
000606	ÁLISSON KALFELS	51972018
003096	ALLAN EDUARD JUNG	5675475
001248	ANA CLAUDIA AMORIM	3557955
001945	ANDERSON DALL BELLO	4734018
001634	ANDERSON LUIZ NAHRING	6004323
001965	ANGELICA GRIS CRESTANI	4473167
003126	ARIEL PARRA MARTIN	109514128
000630	BIANCA GIANINI	5105840
002791	BRUNA LARINI DE SOUZA	5428263
000199	BRUNA MARIA MARCCHETTI	5294415
000201	BRUNA PAOLA ZICKUHR	4835303
001228	BRUNO BITTENCOURT	5299710
001958	CARLOS ANTONIO MUNIZ JUNIOR	522372
000411	CARLOS EDUARDO PSCHIEDT	5494813
002008	CARLOS EDUARDO WEHMUTH	4635911
000595	CHARLES ANDERSON PRIM	5207884
000346	CHARLES WILLIAM STELA	83891246
003611	CHRISTINE BOWENS	80654790
000319	CLAUDINEI OSCAR WISSER	4059020
002582	CLAYTON ROBERTO AMARANTE	151683-5
002072	DALILA FERNANDA DE OLIVEIRA	462108685
001638	DAVID JONATHAN VOIGT	5206907
000438	DAVID LUIS MACEDO MARQUES VALENTE	9108306714
001337	DAYANE DE OLIVEIRA ZANDONAI	6155146
000283	DAYANE LUIZA D'AROZ	50065700
003027	DIEGO ALESSANDRO NECKEL	5548870
000679	DIOGO RAFAEL TOBIAS	5274079



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000447	ELBER FILIPE PEREIRA	6114769
002023	FELIPE ARAUJO BENATO	5.298.970
002587	FELIPE CERON	127173982
003577	FELIPE DE OLIVEIRA COSTA	5681760
001609	FELIPE RAMOS DOS SANTOS	5.326.799-0
002572	FERNANDO DE SANTANA FERREIRA	7494676
002475	FERNANDO DEMARCHI WOLF	5324517
000383	FRANCIELLE KAROLINE BARBOSA FERNANDES	4622523
001630	GABRIEL GAVIÃO MENDES	8094629774
002801	GILIAN PAES ANTUNES	6473683
001904	GIORDANO NICCOLO RINCAWESKI VEGINI	05152287780
001133	GREICE MARA HANG	54825555
002287	GUILHERME AUGUSTO MEDEIROS	9746792-7
003371	GUILHERME MATEUS HINNIG	3503897
002639	GUILHERME OSVALDO LUSA	5546647
002261	GUSTAVO FORSTER ROCHA	5465657
001684	GUSTAVO HENRIQUE PEITRUKA	7009991
003115	HARIDASA FERREIRA CARVALHO	17059878
003701	HÉLIO HENRIQUE MEES	4097250
000159	HENRIQUE PEREIRA ZIMMER	6189598
003209	ISABELA FUGANTI DE SOUZA	5619455
001659	IVAN LUIZ DO NASCIMENTO	4765228
000198	JAIR DO VALLE	23117120-1
003797	JARDEU ALVES DE ANDRADE	4771311
000273	JEAN PIERRI GOTTARDI	4729884
002635	JEFERSON ROGERIO BARBOSA	5055514
000470	JESSICA REGINA CAMILO	5620568
001299	JÉSSICA TRETIN DOS SANTOS	5714127
002157	JOÃO LUIZ VOLPATO PAZIN	13192566
001655	JOÃO PEDRO BIANCHI RINALDO	1084680444
003340	JOÃO PEDRO IWASHIMA BATISTA	4605730
000064	JOÃO SANTO DE BORBA FILHO	5029770
003630	JOÃO VITOR TOZETTO DA CRUZ	99532823
002853	JOELMIR DAVI FREIBERGER	4241379
003107	JONAS DILL	4040035
000672	JONATHAN DE SOUZA NUNES	5982470
003842	JOSIEL PAQUER	5489851
003399	JULIANA ROBERTA KOCH	6081104
001360	JULIO DUTRA NIERO	3999382
003037	KAMILA MARIA BURTET HOSS	6510201
002676	KATHLEN KOSER	5582506
001907	KÉTHELYN DIEHL	4920442
002595	LEANDRO DALLA COSTA SCHMIDT	101982181
003733	LEANDRO RECH	2764504
002770	LEANDRO TENFFEN DE SOUSA GARCIA	5764866
000799	LEONARDO FELIPE WEHMUTH	4765527
001915	LUCAS ANGELO CUNHA	5804106
002612	LUCAS BOEING	Carteira de Identidade
000792	LUCAS LAIR MINELA	5482777
002461	LUCAS MACIEL DE MELLO	3078504226
002290	MARCELO FUCK	5425362
003487	MARCOS AURELIO VILELA DOS SANTOS	410882057
000765	MARCOS CABRAL E SILVA	250588759-4
001639	MARIAH SCHMIDT ROSSINI	4403302
002779	MARTA CAROLINA SCHMIDT DE SOUSA	5675800



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003099	MATHEUS MONTANHA	5784208
002481	MATHEUS VITORINO DUTRA	2112740838
000318	MAYARA KIZE KUNTZE	7193306
000298	MAYTTE FEUSER FLORES	5501200
002085	MICHAEL KIRSTEN	4176142
002658	MIGUEL DOS SANTOS JÚNIOR	445894295
002147	MONIKE LOHN	6130068
001799	NATÁLIA ERNST KIELLING CERON	5619532
000759	ODAIR MICHAEL BENDOTTI	5921660
001024	PATRÍCIA BIANCA TEWS DE MOURA	4211575
003534	PATRICIA DA COSTA FALCÃO DE ALBUQUERQUE	209120708
003360	PATRICIA DE MORAES	4379282
001685	PATRICIA KLOTZ	6.094.497
002022	PATRICIA ODOZYNSKI DA SILVA	5587210
003864	PAULO MARQUES DO LAGO JUNIOR	mg 14732254
000100	PEDRO HENRIQUE DE JESUS	04470622152
003195	POLLYANA CRISTINA BATTISTI	5767450
002513	RAFAEL KUHNEN	4699347
000592	RAFFAEL SOUZA AUGUSTO	MG16071808
003117	RAPHAEL PEREIRA JACON	96989520
000295	RAY MULLER KUENEL	55820360
001929	RENATA RABASSA MORALES	7088709097
001940	RENE ZUNINO	4931653
003369	RICARDO LUIZ WERNER	5675651
001691	RODOLFO CABRAL PIGNATON	127387637
001440	RODRIGO NASCIMENTO GOMES	99449004
002349	RONALD SOMMERFELD	4831481
001069	ROSELI LOURDES DA ROCHA	7470245
001378	SABRINA HENKELS	5829778
001984	SAMANTHA FIGUEIREDO SILVEIRA	37686771
000814	SILVIA CARLA PEREIRA SANTOS	MG-17066893
003877	SMAILY STOEBERL GASPAR	6617932
003268	TAIARA CRISTINA SCHUBERT	5288936
003361	TAIARA HOBOLD FISTAROL	5280729
001548	TAIARA MAY MEURER	6074073
002922	TALCIELE CATAPAN SFAIR PARTIKA	5241283
003723	TALITA DO AMARAL NUNES	4263606
003090	TALITHA GRAHL STORTZ	4377013
000965	TAMARA APARECIDA GAIA	6059017
002234	THALES WOLF DA SILVA	4728713
000991	THAYNARA CAROLINE LONGO DE SOUZA	5796857
003710	THIAGO FERREIRA	4516714
001487	TUHÁ SCHMITT DO EVANGELHO	4078069012
002818	VANESSA JULIANA PEREIRA	5402236
000789	VILMAR NAZARIS VIEIRA FILHO	50026752
000271	VINICIUS DE SOUZA ROSA	5326045
001117	VINICIUS MACEDO	4802350
001265	VITOR DA COSTA ALVES	55386709
000734	VITÓRIA SCHLUP	4935125
001401	VOLNEI LEITE DA SILVA	4168028
000134	WILIAN LEANDRO PAULINO AULER	107816054
001420	WILLIAM ARTHUR EGGERT	4201833
000735	WILLIAN CITELLI CONTI	93657438
001850	WILTON BERTO JUNIOR	6230602
000105	YANA WRUCK HARNISCH	5.483.045



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

FISIOTERAPEUTA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003825	AIRES MONDARDO JUNIOR	4599010
001829	ALESSANDRA TONELLO	4122359741
003517	ALEXANDRA KARINE DE MORAES DA SILVA	106152748
003393	ALINE BIROLI GONÇALVES	3557174
001899	AMANDA ALBIERO REAL	2075078275
002534	AMANDA MAGALHÃES DEMARTINO	06102505842
000922	AMANDA STEFFEN RONCADA	4339438
003306	ANAPAUOLA FRANTZ	2131938645
002178	ANDRÉ FELIPE KUHN SOUZA	4920600
002721	ANNA PAULA SILVA PEDRO	4.407.319
002057	ARIELE CRISTINA WEBER	5.471.750
000104	ARNALDO CALVIN KLEIN	10.736.039-5
003392	CAMILA BORGMANN	5596753
001553	CAMILA MICHELLE WESTPHAL	5325441
000900	CAMILA WERNER	4211145
000511	CASSIO NORONHA MARTINS	1079408298
001051	CHANA MICHELE SLOMP	5424547
001769	DANIELE NETO MANARIN BUSARELLO	47875976
001876	DIOGO DA COSTA RODRIGUES	132983438
003450	ELENE ALANA STIZ	5825916
003016	FABIANA BERTAGNOLLI FRAGOSO	365838470
000960	FAUSTO SUNG JIN BANG	404201301
000542	FERNANDA HAFEMANN	5.849.284
003801	FILIPE DE CAMPOS	5071147
000323	GIMAR ROBERTO BATISTA	3820239
003718	ISRAEL MANFREDINI DOS SANTOS	276739693
000492	JAMILLE CRISTHINY PUGAS VIEIRA	424062495
003345	JAQUELINE BUTZKE	5.226.227-8
002826	JAQUELINE GUERRERO ALVES	1763728
001026	JOICE ELI DE SOUZA	5921018
003271	JORGE LUIZ CANABARRO	21628831
003670	JOSIANE DA SILVA SANTOS SANTOS	288651
002869	JUSSARA MARQUES SANSON	5594804
001852	KARINA LAVRATTI CALSING	4681764
003262	KARINE FONTANIVE	5.428.403
002410	LARISSA MICHELIZZI DOS SANTOS	5901183
002188	LUCIA MARIA DA SILVA LIBERATO	294767174
003098	MAIARA APARECIDA RIBAS	91447924
003205	MANUELA BAGATTOLI PEDRON	5148754
003406	MÁRCIA QUOOS	5092334019
001994	MARIANA HELENA DOS SANTOS	4143395
001896	MARILENE DUARTE	108259132
001713	MARLISE UBER	5326781
000517	MAYCON GOMES TOLEDO	92219348
002019	MORGANA ANTUNES METTE	6647066
002384	NADJA KERTISCHKA	2.487.405
003758	NAIANE MACHADO FONTOURA	1111144455
003579	NOELI APARECIDA TREUKE	8.019.322.0
000281	PALOMA CRISTIANE GARCIA	5263977
003077	PAMELA RIBEIRO DA SILVA	5888763
002599	PATRICIA SCHUETZE	4982723
001972	RAISSA OLIVEIRA TRENTINO	2337701
001513	RENATA RAFAELA VILLELA RANGEL	099856601



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003025	RUBIA GISSELE ANTUNES CAILLAVA	9056924682
001715	SARA REGINA STEIN SOBOTTKA	5.326.729
003481	SHIRLEI SIMONE KUČEK	6363452
002311	SIMONÍ PAULI BOOS	4465971
003012	TAINARA TOLVES	6111662604
003556	TÁTILA DE SOUZA BARCALA	6010520
002129	YOLA FLORES ISFER	6456517

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003753	ADRIANA DALLACORTE	11612150
000359	ADRIANO REINALDO TIMM	54245079
000677	ALESSANDRA VEIGA CAMPOS	3096152
002952	ALEXANDRE KRACKER IMTHON	4728603
003562	ANA JULIA SCHIROKY BRENNEISEN	6776571
003453	ANA LUIZA COELHO STEHLING BONESI	MG13675994
000882	ANDERSON WEBER BOCCA	1063260309
002591	ANDRÉ LUIZ PARREIRA GOMES	10823515
003662	ANDREA AUGSBURGER DE MOURA	407300
002417	ANDREIA LUIZ	4428616
001481	ANDRESSA ANKLAM	8099652631
002736	ANDRESSA KARINE BOEHRINGER	5620745
002947	ANTONIO SILVIO DA COSTA JUNIOR	57.803.940-0
003813	BARBARA KLEIN	49142771
002179	BRUNA LOURENÇO SANTOS	0206818965
002773	CALEB GOMES ANDRADE	8735651
002985	CAMILA CAROLINA LENZ WELTER	10258906-8
002971	CARLA GOMES ANDRADE DURSO	mg 8735655
000185	CARLOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR	13501
003737	DARLENE REZENDE CUNHA	33501330-2
002532	EDUARDO FERNANDES LEITE	10646940-7
003228	EVELIN CRISTINA BET	4.725.619
003033	FRANCIELLE TIEMY EIMORI	106934096
002925	GABRIEL FREIRE AMADO DE OLIVEIRA	4133130
001671	GUILHERME PAES RAMOS	4989652
003308	GUSTAVO DE SOUZA CUSTÓDIO	5118519
001356	GUSTAVO RODIO BIZINELLA	46469710
002168	GUSTAVO VASCONCELOS GABRIEL RIBEIRO	130405574
002609	IARA MAYUMI HOSHINO	39399
002576	ISABELLE CANAL NASCIMENTO LANDGRAF MESSA	105884308
001149	JACSON ANDREOLLI	6220151
003170	JANAÍNA LESSMANN REIS	3835874
002016	JESSICA FONTENELE CALIXTO	903419
003500	JORGE BRENNEISEN JUNIOR	3824275
002421	JOSÉ HENRIQUE SANDOVAL GONÇALVES	2141643
001164	JULIA LETICIA GORSKI CORA GASTAO DE OLIVEIRA	2383134
002710	JULIANE SANTOS KUBASKI	97877343
003275	LEONARDO DE ASSIS GOBETTI	04365349687
002356	LUANA ANDRESSA VOGEL	5627570
000822	LUANA MARIA ANTONIOLI	5894514
003614	LUCAS SELISTRE LERSCH	1091129401
002363	LUCIANO DE ABREU	3088793
002270	LUIZ FELIPE BORBA VIEIRA	5020911102
001032	LUIZA FERREIRA DA SILVA	5988995
001397	LUIZA GONCALVES MARTINS	3524919

27





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003522	MÁRCIA FIGUEIREDO PEIXOTO	057692329
002688	MARCIO LUIZ LAWISCH	1073983072
003853	MARCOS FERRANTI SMANIOTTO	88714636
001600	MARIA ELIZA MULLER SCHARF	43754880
002443	MARINA GUBERT	85630245
000845	MARINA PIQUET SARMENTO	6184342
001259	MATHEUS NOGUEIRA SANTOS ARAÚJO	33110026
002731	MATHEUS ROCHA DE SOUSA	001626217
002852	NATÁLIA TOZZI MARQUES	108515945
002275	NATHALIA MILANEZ SUZIGAN	4930298
002143	OÁDIA ADELINA NOCETI SERMAN	60309701
003770	PAOLA LOISE OSIECKI VOITOVICZ	25526
000484	PAULA DIERSCHNABEL WEIS	5.714.319
001469	RAFAEL THOMÉ DA SILVA DE SOUSA	117366039
003447	REINALDO DOS SANTOS DUARTE	4794795
001260	SIDARTA SEVERINO GONÇALVES DE CASTRO	36842036
003476	TALITHA WALESKA TSCHÖKE	98262253
002014	THAIZE REGINA SCRAMOCIN	5520882
000505	TIAGO HORAGUCHI RODRIGUES	104612199
002537	VANESSA FREITAS	23529
002784	VANESSA PEREZ	4873922
000671	WAGNER ANTONIO PÖTTER	9079919503

MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
002050	ABEL BEIGER	4577705
003848	ADMIR JOAO BASSO JUNIOR	51988771
000102	ALINE STELA TINOCO	4975570
003832	ALINE YURI TOMA	445694257
001392	AMANDA CALIXTO E SILVA	4512310
003307	ANA CARINA PERES FERREIRA DOS SANTOS	4871911
000263	ANA CAROLINA ALBERS	4996814
002699	ANA CAROLINA DE LINHARES	8098540209
002055	ANA CAROLINA GOMES LEITE	2287272
002093	ANA FLAVIA DOS SANTOS BOA SORTE	21638306
003386	ANDERSON JUVINO DE ASSIS	000811456
003677	ANDRESSA BUBA	4793231
003715	ANGELA MACHADO	M5879849
003319	ANTONY HENDI DOS SANTOS	86937859
000665	BEATRIZ STROBEL	6092340
001155	BENEDITO WENCESLAU DE SOUSA FILHO	7757505
003318	BERTHIER ALVES PEREIRA DE MATOS	0782748341
001150	BIANCA CAROLINA CHICARELLI DUARTE	12.747.330-7
003837	BRUNA CHAGAS DE AZEVEDO	223705054
001745	BRUNA MARIAH MARTINS BATISTA	132837791
003483	CAMILA DEFENDI DA CUNHA	5459253
001059	CAMILA FERREIRA GOMEZ	596781
003084	CAMILA NOGUEIRA CARDIN	1351952
003703	CARLA CARMINATI TOPANOTE	5015109
000362	CAROLINNE FARIAS AMORIM	5201107232
000678	CASSIUS RAMIRO FERNANDES LANDIM	2004029198503
003203	CHARLES MORGAN FERNANDES CARDOSO	67019334
003704	DANIELE TOMAZINI TIROLI	984906
003722	DANILO DE NORONHA NUNES	1138630
000192	DAVID KISTENMACHER DE BEM	5818344

28





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002238	DÉBORA FEY	5087991
001171	DEBORA NATALIE ROPELATO	4981086
001645	DEIVIDSON BRUSCATO DE FARIAS	40537960
002049	DEMIAN CAMPOS LEITE	19989628
000364	DIEGO GONÇALVES NOGUEIRA	5201102753
002659	DIEGO NUNES RATO DA CONCEIÇÃO	116972902
000456	EDUARDA FELSKY	5829257
003101	ELOISA MIYASHIRO	401822588
000844	EMELIE OTILIA FISCHER	50180967
001125	ERICK TAKAHASHI	58173843
000422	ETEVALDO NOGUEIRA LIMA SOBRINHO	2577984
001322	EVELISE SCHREINER	55116221
002054	FÁBIO OLIVEIRA GOMES	1262145066
002487	FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA	484168745
000163	FELLIPE CODERNIZ VALENTE REIS	116054065
000736	FERNANDA LUCIA CARDOSO SILVA	8613784
003720	FERNANDO CEZAR TIEPO FILHO	4890262
001174	FERNANDO HENRIQUE MOMM	103476763
003484	FILIPE PRESSUTO	108584971
003013	FLAVIANO SAAD VALADARES SANTOS	11105892
000047	FRANCISCO MÁRCIO CASARIM JÚNIOR	93775392
003821	GISELI ALBACH LENZ	97194211
002046	GLAICON HANCKE	67542959
003316	GUILHERME ALBERTO GERMANO SILVA	334894993
001296	GUILHERME DA SILVA GARCIA	4969859
003750	GUILHERME OLIVEIRA PLACCO	484770469
001021	HARRISON GUSTAVO PECH CORRÊA	4263319
002190	HENRIQUE LUIS PETREK BONDE	8076784
003050	HUGO LEMBECK JUNIOR	3638964
002783	IASMIN SANT ANNA MACHADO	19455291
002411	IGOR GONÇALVES SCHINKAREW	277595518
002440	IGOR WISCHNESKI	92930122
003432	JALINI PAVÃO	5426442
003333	JÉSSICA JACQUES	5091682
003144	JOANA WEISHEIMER ROHDE	1082590322
001179	JOÃO ALFREDO AUSEM	3594050
003647	JOAO LENZ NETO	1075910644
002099	JOÃO MARCELO VALLIM BERTOZZI	4074 AM
001976	JOSE CARLOS BORGES NUNES	187708
001003	JOSÉ VANIR MACHADO PEREIRA JÚNIOR	6702182
001736	JÚLIA VOLPATO	5063730
001479	JULIANA JAQUES DO AMARAL	4987037
002529	KAREN TATIELE IDZI	22617
001576	KATHIUCIA DANIELLE YAMASHITA	78200502
002426	LAÍS CRISTINE KRASNAK	5485095
001457	LARISSA CRISTIANE VAZ GOMES	72391764
000334	LEA CATARINA COSTA	5288235
000227	LEE JAMES DE SOUZA RAMOS	5106352
001849	LINCON CESAR ROCHA RAIA	CARTEIRA IDENTIDADE
002827	LUCAS BITTENCOURT FERNANDES	4162829
001532	LUCIANA CRISTINA LAGO CHAVES	860071987
003240	LUÍSA ROCHA ROEDEL	5352893
000406	LUÍSA STÜLP VIEIRA	5078973
002976	LUÍZ DIEGO GRUBE	38.216.685-1



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001165	MARCELO NOGUEIRA VIANA	62939087
000629	MARINA FRANÇA DE ABREU	4061779
003472	MATEUS OLIVEIRA VIEIRA	MG 17.061.976
001126	MICHELE DORNELES DE SOUSA	5078059523
002966	MONICA FLÁVIA IMROTH	4340772
003787	NASARENO COSTA DA SILVA FILHO	4332001
002189	NATHASHA BRUNO PIRES	4400476
003128	NAYARA PAZ DE HORA SCHINDLER	12360449-0
003157	NELSON EDUARDO MOURA	3977462
001759	NEUDY JULIANO QUADROS	62587520
001166	PAULO HENRIQUE GASTAO DE OLIVEIRA	4047625
003160	PEDRO AUGUSTO BALARIM CEIGOL	93308565
000393	PLINIO HENRIQUE DE CASTRO CEZARINO	12226622
003398	RAFAEL DE SOUZA LEONARDO	5688290
003851	RAFAEL EITI HAYASHI	69390560
002865	RAÍZA TRAVAIN NASCIMENTO	1717158
003489	RICARDO NUNES BUENO	6089497-3
003465	ROBERTO DE OLIVEIRA BOCCARDI	44477872
003546	RODOLFO AGIBERT SILVA	10.283.943/9
002563	RODRIGO ALEX RIGO	7108077624
001240	RODRIGO OLIVEIRA CHAHINI	22668
001361	RONALDO KIVIATCOSKI KOZLOWSKI	99578149
003525	SALIM RESK CARONI	461592
003799	SAMANDA PRISCILA SPHINX MAIA	1176868
001412	SASCKIA KADISHARI MEDEIROS DUARTE	5840220
001861	SERLAINE ADRIANA LEDUR	4562379
002158	TATIANA VETTER	5901385
002402	TEÓFILO COSTA DOS SANTOS	MG16515968
000048	THAIS BATISTA RODRIGUES BARBOSA	7200273
001418	THAÍS PAIVA DE REZENDE	478719279
001017	THAÍSE LYRA	4538582
002760	THOMMAZ ANTONIO LISBOA BARBOSA SAMAHA CARDOSO MACHADO	5201056883
001831	VANDERLEI STEDILE	33592543
000162	VANESSA GIRARDI DE LIMA	53246152
000983	VANESSA MACHADO GOMES	126086214
003315	VIVIANE DE ALENCAR ARRAIS DURAN	0841870268
002087	WAGNER DOS SANTOS MOREIRA	320217358

MÉDICO DO TRABALHO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001014	CARLOS GUSTAVO ARTONI DE CARVALHO	251985593
002786	GIORDANA BATISTA DA SILVA	3543483
001670	HUGO LEONARDO MADEIRA MORENO	93719441
001975	LUCIANO ANDRADE COUTINHO	11888788
003219	LUIZ HENRIQUE ARAUJO MONTEIRO D'ALMEIDA	621311-17
002668	MARCELA MENDONÇA SILVA	5440418
003605	MARCELO HENRIQUE LIMA DA COSTA	4978361
002045	MARCELO MURILO DA ROSA	4.924.383
003257	MOZART TEIXEIRA CABRAL	27512045-4
001558	PAULA MARCIA GOMES PIMENTA	22813
003002	ROBERTO DENIS HUBER	156633759



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003137	ALINE MACEDO LA RUINA DOERING	7852807
003230	BRUNA DRIESSEN PIDLUZNYJ	8.307.383-7
003475	EDUARDO JONSON SERMAN	47349125
001144	FERNANDO MARCELO VIEGAS MARQUES	8081454781
003269	FLAVIA BARBIZAN ALBINO	88409990
002814	FLÁVIA SOARES SIQUEIRA FORMOLO	13060884
003102	IZABELLA ALBERTO RIOS	9001861
000703	LÍVIA FERRAZ DOS SANTOS	89844150

MÉDICO INFECTOLOGISTA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000889	DANIELLE SILVA DE MELO	257376975
000371	HUGO VLADIMIR NOAL DA SILVA	6492928
000426	JOSE AMARAL ELIAS	103383001
001732	SABRINA SABINO DA SILVA	2083627832
002670	TULIO VIEIRA MENDES	7595193

MÉDICO PEDIATRA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003654	AMANDA AMORIM SANT'ANA	18397
000764	ANA CANDIDA CAVALCANTI PINTO FERREIRA	4059389736
003046	BIANCA COMANDOLLI	3580583
002755	FABIANO COSTA PEREIRA	6637714
000940	FÁBIO AUGUSTO GESSER CARDOSO	3964475
001254	FABRÍCIO INACIO BRANDÃO	6512039
002166	FERNANDA HOSTIM RABELLO OHIRA	2223001
003683	FLAVIA MAYRA RODRIGUES	4969464
000741	JULIANA HENRIQUE SOARES	4107005
003341	KAROLINE BIGOLIN STIEGEMAIER	2949518
000357	LUCIANO MAXIMO DA SILVA	25310
003676	MÔNICA NAYARA FRANCHETTI	101354989
003493	REGINA MARIS LEMOS FERREIRA BARBOSA	M3818992

MÉDICO PSIQUIATRA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001643	ÁLVARO PRIETTO JUNIOR	1036582144
001678	ANTONIO REGIS JESUS DE CARVALHO	1021374127
003773	FELIPE DE LUCA MEDEIROS	3856001
001767	FELIPE RAMON GESSER CARDOSO	3891517
002344	FERNANDO SIQUEIRA KEL	3378139
002767	GABRIEL DE MAGALHÃES TRINDADE	7059602388
000810	GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES	40120
002938	GLEISY EINHARDT VERGARA DE CARVALHO	1036716114
002025	IAN ARANTES PEREIRA	79129968
003626	MÁRCIO DE CASTRO FRANK	2050954847
001537	MARCOS VINÍCIUS CIPRIANO	1618472
003798	MÁRIO AFONSO FILHO E MALUF	7823976
002173	TÁBITA JULIANA TOMELIN	3688334



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

PEDREIRO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000796	AECIO ANDERSON ALVES SILVA	6391568
002494	CLAUDIO SCHULTZ	3.264.809
002113	CLAUDSON BENTO FERREIRA DE AGUIAR BEZERRA	3.221.435-9
000607	EDERSON LUIS DA SILVA FUHRMANN	1113617953
002512	IVO ANTONIO SICHELERO	14/R-2.131.975
003130	JESSÉ CABRAL DE OLIVEIRA	7966708
001202	ROBSON FABIANO ZANELLA	3714031
001592	SÉRGIO WOLICK	2.616.379

PROCURADOR MUNICIPAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000313	ADILSON CARLOS DE OLIVEIRA	45097806
001203	ADRIANA DOS SANTOS SOUZA	5669432
001083	ADRIANA SZMULIK ACCIOLI DE BARROS	75124538
003303	ADYSTON MASSAO TAMASHIRO	224638
002229	AFFONSO CAVALHEIRO	5152546
000890	ALESSANDRO CAMILO BEWIAHN DE FARIAS	14677969
002341	ALESSANDRO DE ASSIS MATOS	61508295
003023	ALETHÉIA GISELLE LEONEL DE ALMEIDA SCHNITZER SIMÕES FALCI	1127184
001693	ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE LOUREIRO	09954249
003385	ALEXANDRE MIRANDA DEMANTOVA	88324501
002346	ALEXANDRE OTANI	73299470
002735	ALEXANDRE WANKA	5767745
001369	ALINE CRISTIANE MARTINS DA SILVA	4923491
000156	ALINE DE SOUZA ZIMMERMANN	4118770
002230	ALINE DELAGNOLLI	1090015635
000872	ALINE FERNANDA KESTRING	5.926.776
000286	ALINE SCHMECKEL	4218250
001393	ALINE WOLFF WERNER	5088572
001071	ALISON DO ROSÁRIO	5.876.883
003649	ALISON ISRAEL LISOVSKI	104115403
003744	AMÁBILÉ ERBS SCHOEPING	5802699
002630	AMÁBILLE DA SILVA MENDONÇA	5.884.228
000170	AMANDA BEATRIZ GUIMARÃES BUENO	106885354
002942	AMANDA CRISTINA TEJERO BORGES	66258
000404	AMANDA MOLLERI SASSO	4628256
003591	ANA CARLA DA SILVA	5360763
002433	ANA CARLA DREILICH DA SILVA	6110649099
001219	ANA CAROLINA BARRETO FONTES	34319549
002793	ANA CATARINA SOARES DA SILVA DE SOUZA	3.905.940
001122	ANA CLARA BITTENCOURT NUNES	4.318.235
002456	ANA FLAVIA ROSA	5884463
000724	ANA JÉSSICA MEDINA	54301866
002330	ANA LAURA ELTZ DA SILVA	4083892391
001292	ANA LUIZA SCHWEITZER	5666175
000877	ANA PAULA BOEIRA MENDES	77681531
000277	ANA PAULA COSTA CORREA	5240234
001074	ANA PAULA DIAS	4459493
001667	ANA PAULA SILVA DOS SANTOS	4987586
000453	ANALÚ CHRISTINA DA SILVA DE ALMEIDA	55425135
003191	ANDERSON MICHEL HORNBERG	5.294.605



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000176	ANDRÉ ALOISIO HINTERHOLZ	4767640
000343	ANDRÉ COSTA DOIN	5638023
002617	ANDRÉ FELIPE DE MEDEIROS	6058325
000527	ANDRÉ FELIPE STRÄTZ BAMPI	5097883507
000634	ANDRÉ FILIPE DE MOURA FERRO	46979590
002588	ANDRÉ LUIZ PACHECO	4952741
003588	ANDREIA PFEIFER NEVES	3480188
002115	ANDRIELLI DE PAULA CORDEIRO	97595682
002021	ANGELA MARIA BERTOLDLI	5424454
001942	ANGELITA DETOFOL DUARTE TIVES	7055419
001047	ANGELO GALLI ZANDAVALLI	4.920.478
002027	ANTONIO ROZEMIR DUTRA PEREIRA	8187468
000551	ARI DE ARAUJO MARQUES	5132991
002315	ARTHUR MARCOS LUIZ GERMER NETO	7327158
003616	AUGUSTO GEORG	4.930.703
000543	AURÉLIO ADRIANO EGER	6073684
001103	AYRON DA CONCEIÇÃO BACH	94838312
002111	BÁRBARA KNOPP	5348848
001108	BÁRBARA PROCHASKA LEMOS	50207733
002425	BEATRIZ BARBOSA KACHIYAMA	1777551-5
001784	BIANCA PURIM	4793625
002536	BIANKA FLORIANI	3262296
000773	BRENO FAGUNDES RAMOS	3.962.892-9
003413	BRUNA DOS SANTOS	5525345
001780	BRUNA MEDEIROS DAS NEVES	5474006
000628	BRUNA RAULINO POMMERENING	5715462
000490	BRUNA TALITA REIS BARRETO	91426897
002800	BRUNO HENRIQUE BALARIM CEIGOL	93308590
002638	BRUNO HENRIQUE MATTE	9079186608
003665	BRUNO PETERSSON PACHECO	4895629
003507	CAMILA CERBARO MESQUITA	66844
000885	CAMILA GHIZZI	6051422
002684	CAMILA KOHN DE CRISTO	6162150
002903	CAMILA MOREIRA WENDT	4301048
000141	CAMILA ROSSI	5328845
003405	CAMILA WALDRICH FISCHER	50788299
001147	CAREN TUANNI GEMELLI KRISKEVICZ	4.418.451
000758	CARLA VANESSA DOS SANTOS	5088236673
002906	CARLA ALINE DOLZAN	50399799
002120	CARLA BIANCA ALVES OMELLI	001766159
000508	CARLOS AUGUSTO HECLKER	9080004824
002369	CARLOS FELIPE FISCHER	5432530
000918	CARLOS HENRIQUE HANCKE	68992290
001771	CARLOS HENRIQUE THEISS	3.334.005
002060	CARLOS RENATO DOS SANTOS	3699025
003448	CAROLINA CLAUDIA GALFRASCOLI	49869
002102	CAROLINA MARIN	5203653
000952	CAROLINE MRYGLOD	5366218
001113	CECILIA ANDREA PESCE	5968573
003365	CÉLIA CAROLINE RAITZ DE LIMA	4231128
001788	CINTIA SANGLARD EMMERICK	132179334
003045	CLARA DANTAS MENDES	852611
002381	CLAUDIA DINIZ DE CARVALHO E SOUZA	34030
000390	CLÁUDIO LUÍS BITTELBRUN	5775745
001716	CLAUS HENRIQUE BIANCO DE CASTRO	52587



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003529	CRISTIANA VANNINI	5964285
003244	DAIANE CRISTINE BUENO DA CRUZ	05914859293
000291	DAIANE FREITAG	5005207
000717	DANIEL HOPF PINHEIRO	26310946X
000436	DANIELA FERNANDA DA SILVA	50694
003311	DANIELA VIGARANI	47635304
000520	DANIELA ZINI DA SILVEIRA	4111822294
000618	DANIELE PINTO AFFONSO	1424998
003862	DANIELLE ALVES RIBEIRO	4166835
003527	DANILO ANTONIO DUTRA	8638234
003206	DANILO DA CONCEIÇÃO SANTOS	439688668
001944	DARIU MARTINS	4834381
003845	DAVID DE MORAES MEDEIROS	3103975094
002521	DAVID JUNQUEIRA DE CARVALHO KUNZE	6.469.967-9
000597	DAYANE CRISTINA PONTES	6038525
002203	DAYSE CARLOTTO	346842
003806	DÉBORA FUHRMANN	4699289
002037	DEBORAH EDUARDA BRANDT	5654498
002774	DENIS RIBAMAR RESENDE JÚNIOR	4646154
001690	DÉVON CORRÊA DOS SANTOS	5.054.231-1
002216	DEYVID INÁCIO ESPINDOLA LUZ	3281610
003516	DIEGO MESSALA FERREIRA SOARES	10890122
000427	DIEGO RALPH CARDOZO	5080444
000173	DIOGO ALVES DOS SANTOS	4981548
003600	DIOGO SANTOS PENHA	36379883
000869	DIOMARZI PALHANO FILHO	4740581
003403	DIONATHAN CESAR MACHADO	5061707
001560	DOUGLAS FONTANA SIRTOLI	4574375
000412	DYLVANNE ALVES DOS SANTOS	0361204720082
000474	EDJAYR BARBOSA DOS SANTOS JÚNIOR	7124402
002578	EDNELZA DA SILVA KAMIJO	3297696
000504	EDUARDO FERRAZ DOS SANTOS SONTAG	940528
002527	EDUARDO HENRIQUE NUNES	5016131
000518	EDUARDO JOSÉ FREITAS RODRIGUES	7831412
003391	EDUARDO LUAN FLOHR MADALENA	5.428.512
001006	EDUARDO RAFAEL PADARATZ	4880317
003653	EGON OERTEL	84342688
001596	ELAINE CRISTINA FREITAS LOUREIRO	11859438
003587	ELENITA SOARES SILVESTRE	5865638
000567	ELIANE VARELLA DOMINGUES	6768560
002176	ELIEL BATISTA MIRANDA JÚNIOR	101468364
001214	ELISA LUCIANI	5132980
002921	ELIZABETH VILELA DE MORAES	1919179
000552	ELLEN CRISSIANE DE OLIVEIRA CILIÃO	10866313-8
001547	ELLEN DAYANE EISING DE SOUZA	4835804
000040	ELUZA HELENA SPERANDIO GIACOMOSSI	5323701
002762	ERIC TEIXEIRA ARAUJO	204692
000196	ERIK ARIEL SIMPLÍCIO	5311274
000028	ÉRIKA LANA LAFIN DE LACERDA	7717564
000662	ERNANI GROSSKLAGS	1079015622
003163	ERWINO ALMIR SAFANELLI MENEGOTTI ROCHA	4826920
000358	ESTER KNEUBUEHLER	2922291
001167	ESTHEVAM LERMEN EIDT	5069848694
001450	EVELIN EMANUELI KARGER STAHNKE	5589682
001052	EVERTON FRANCIS PEREIRA MADRUGA	7094537193



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001473	EVILYN BEPLER	5122812
002342	EWILIN APARECIDA FERREIRA	124950031
001552	FABIANA LEITE NASCIMENTO	4111675
001737	FABIOLA DE LEVRERO E BORBA	79423866
000016	FABRICIO ESPERANDIO LOZ	4802269
001586	FELIPE ALMEIDA SANT'ANNA	33.816-A
001687	FELIPE BITTENCOURT BUSS	RG 4719808
001183	FELIPE DA SILVA CLAUDINO	1080401977
000522	FELIPE DOS SANTOS	5589825
003183	FELIPE GAN	5731574
002003	FELIPE HOELLER	4818461
000414	FERNANDA ANDRADE SIMAS	52421724
002255	FERNANDA BUTZKE GARCIA	4903159
000879	FERNANDA LAVINAS MACEDO DE ANDRADE	7618539
002838	FERNANDA SARITA TRIBESS	5263631
002830	FERNANDA TESSAROLO ESPINDOLA	4273355
001280	FERNANDA VARGAS WEIS	4634908
001928	FERNANDO BEIRÃO SCHMITZ	3617690
003835	FERNANDO PEREIRA DA SILVA	3891796
003504	FERNANDO VINICIUS MATTEUSSI	4.792.176
000502	FLÁVIA LUDIMILA KAVALEC	57722762
003555	FLAVIANO MAICON MENDES	4903091
001290	FLÁVIO JOSÉ LINHARES	51774
000251	FRANCIELI SCHEFFER HAHN	7073271
000706	FRANCIELLI ARAUJO VEIGA	93978498
000302	FRANCISCO ANTÔNIO HEINZEN	521.797-0
002739	FRANCISCO RODRIGO DOS SANTOS	13795437
002299	FRANZ AUGUST RAMLOW	5453153
002449	FREDERICO THEOTONIO	34.291.487-X
000533	GABRIEL HELMUTH SPRUNG SASSE	5390648
000695	GABRIEL PEDROZA BEZERRA RIBEIRO	7462800
000812	GABRIEL PEREIRA SARAIVA NUNES CARVALHO	21.192.815-5
000627	GABRIELA LAIS KNAESEL	3853431
002919	GABRIELA SIMÃO TAVARES	4741996
002953	GABRIELLE ALEXANDRA CANDÉO	6113238
001640	GABRIELLE PADUA PIRES	5239706
002879	GALENO ACIR NUNES DE SOUSA JUNIOR	4.101.340
003021	GEISY MERENLY MACIENTE DIAS	MG- 12418349
001160	GEOVANI COELHO DE OLIVEIRA	MG 17766190
002949	GERMANO DA COSTA JALOTO DA SILVA	217572031
003582	GERSON OSCAR DE MENEZES JUNIOR	102568
003854	GIANNA THALITA GIRARDI	5921669
002326	GILBERTO STREMEL JÚNIOR	3154073-9
000109	GILBERTO WIMMER	5318378
003281	GIOVANA LANZMASTER CAJUEIRO	4900256
001577	GIOVANE GETÚLIO MENEGAZ	9103473436
002136	GIOVANE GLESIAS FELDHAUS	43479197
002958	GISLAINE MOHR	3.379.467
002673	GIULIA ZANETTI	89839904
000923	GIZELLY DE ANDRADE ARAUJO VEIGA	111521140
001261	GLADIS REGINA DE OLIVEIRA ARAGÃO	3742033
003171	GLAUCO BARROZO TOLENTINO	3080083
002324	GRAZIELA CATTONI BUZZI	3915258
002409	GUILHERME CHISNER	5.231.622
000293	GUILHERME NICKEL	4916134



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003480	GUILHERME PRESTES	8098791397
001819	GUILHERME SOUZA REGIS	03506748029
000990	GUSTAVO ADRIANO GOMES	40897
002672	GUSTAVO FERREIRA DE CASTRO	133258
001358	GUSTAVO LAGRANHA VIEIRA DA COSTA	102618
000420	GUSTAVO STOLLMEIER MATIOLA	5463491
002782	GUSTAVO VOLTOLINI	5016195
000576	GUTEMBERG SANTOS SOUZA	5078524-9
001007	HAILLYN MOSER	6338615
001583	HELOISA FERNANDA PEDRI	4.660.620
002718	HELOÍSA SCHLÖGL	5377807
002963	HELOISA SUZANA SANTOS TOMELIN COEL	MG6508554
003490	HENRIQUE BENÊ DA SILVA FARIAS	4199561
000611	HENRIQUE FELICIANO MELO PEREIRA	4117602
001705	HIDEKAZO TAKAYAMA BATISTA DE SOUZA	4895865
000687	IAGO LUÍS CESCONETTO	6414241
001020	ICARO STUELP	6002792
001341	IGOR RAFAEL AUGUSTO	451946935
001456	INGRID EMMERICH HOTT	16.010.104
000753	IONARA MISULA ZÖLLNER	05874295509
003177	ISABELA CRISTINA HADLICH	4011367
001142	ISABELLE AMORIM BEZERRA CAMIOTTI	6455425
000292	ISADORA KRUGUER MARQUES	5673119
002146	ITALO ROBERTO CÂMARA RIBEIRO	111513503
003547	JANETE VIEIRA	51210061
001258	JANICE ANA PIENIAK	4.363.249-3
003747	JANICE MARTIGNAGO WEEGE	41776
002092	JAQUELINE BAUER KRAUSPENHAR	4273159
002636	JAQUELINE LEHMKUHL	5820321
001585	JAQUELINE NUSS DE SOUZA	5377673
000202	JEAN CARLOS GLÜCK	00797014060
000168	JEAN LUCAS KONKOL	5.596.342
001143	JEAN OLIVER PLINTA	59269496
003063	JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA	3253133
001496	JEAN WERNER	42344956
003173	JEFERSON BACK	6248068
000718	JENNIFER LUIZA LEHMANN	6118882
001224	JÉSSICA DA ROSA GOULART	2088352881
000721	JÉSSICA DA SILVA	5767594
001894	JÉSSICA PULGA	13459854
001990	JÉSSICA REIS NUNES	34.535.001-7
002135	JESSICA SENA DA SILVA	17864380
003868	JESSICA VOLTOLINI PEREIRA	05534731862
003346	JESSYCA VIEIRA LORENCETTI	5993320
003116	JOANA FORMICA	1097503716
003823	JOANA MARIA DALMOLIN	4109365091
000633	JOANNA BÜRGER ZIMMERMANN	5440968
002974	JOÃO CARLOS DA SILVA ZABALA	39198
002295	JOÃO LUÍS DE MEDEIROS	4996297
001948	JOÃO OTÁVIO CAMINHA	6552627
000937	JOCIANE KUBICHEN	5620233
000002	JOLIVETE NANTES FONTOURA	001277698
000558	JONAS JACINTO	45473
001733	JONATAN BRAGA RIBEIRO	4100546615
002616	JONATHAN WONSIEWSKI	4723220



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003590	JORGE MATEUS MARCHETTI JUNIOR	4649895
002714	JOSE ANTONIO DA SILVA NETO	71769356
003019	JOSE ANTONIO DE MELO	5.817.930
001936	JOSÉ EDUARDO IZZO JÚNIOR	437266102
000243	JOSÉ LUCAS STEINMETZ DA SILVEIRA	5145235
001177	JOSÉ VICTOR HENRIQUE PESSOA	3298201
000021	JOSÉ VITOR ALVES DE ALMEIDA	97028346
001996	JOSIANE ANDRADE DE MATOS	9.122.842-4
003404	JOSIANE LEITOLD	3551065
003728	JUAN SEBASTIAN LOITEY FERREIRA	4334914
003586	JÚLIA DE OLIVEIRA	5259576
001463	JÚLIA RAMALHO PEREIRA TASCA	5752876
003584	JULIANA ARGUELES CEZAR HELENE	7867253
000876	JULIANA CARDOSO DO VALLE	0798780401
003073	JULIANA RODRIGUES CIOCCARI DE ÁVILA	83186348
001559	JULIANA STALOGH	6094300
002073	JULIANE CRISTINA SANTOS DA SILVA	4655237-5
000186	JULIANE MELINE SALDANHA MUNIZ STAFIN	96225342
002728	JULIANO CONTE	87044742
001644	JULIANO SPIECKER	4.709.104
000335	JULIEL BAIXO MATEUS	43073-B
001245	JÚLIO CÉSAR COUTINHO FERNANDES	157161
003693	JULIO CESAR MARTINS	41542802
002912	JULIO CESAR MICHELMANN	5348776
003064	KAREN APARECIDA DE ALMEIDA BINCOLETTI	7935028
003488	KARINA ADAMI	4536005
002063	KARLA REGINA LOCKS DO NASCIMENTO ROSA	4265308
002902	KARLA ROBERTA KESSIN VERCKA	5196563
001188	KAROLINA VITORINO	5291940
001443	KAROLINY JANE FREITAS	6449605
002613	KATIUCHA KARINA DELAI MARZALL	4659417
000037	LARISSA ALINE MAAHS	5871496
000059	LARISSA FURTADO BARBOSA	2002010091030
001404	LARISSA KAMCHEN ANUNZIATO	5424087
001390	LARISSA ZEMCZAK	4673391
000860	LAURA ELIZANDRA MACHADO CARNEIRO	523657213
002671	LAURA FERNANDA KOHLRAUSCH	8100192965
002333	LEANDRO SOUZA GÖTER	2976469-6
000959	LEANDRO SUTO MILANEZ	34.970.642-6
001649	LEONARDO ULISSES MORAES	8081635
003554	LETICIA ALVES TROTTA	94069700
001866	LETÍCIA DE ÁVILA CARVALHO FERREIRA	MG13463829
000513	LETÍCIA HELENA ZENDRON RANGE	5398618
001854	LETICIA MAYARA DA SILVA REIS OLIVEIRA	6653636
001969	LETÍCIA MEDINA RIBAS	1064038449
001893	LIANE FOPPA	5110134516
001451	LIGIA CAVAGNARI	4755967
003370	LIGIA FUHRMANN GONÇALVES DE OLIVEIRA	4556918
001471	LINDOMAR DE SOUZA FERREIRA	MG 6592697
002466	LISIANE PERINI FIEBES	4.729.175
000649	LOINARA SCOPPEL	35986
003838	LUAN FERNANDO DIAS	32118
001314	LUAN TOMAZ VAGNER	5858831
002264	LUANA ESPÍNDOLA CORREA	5788366
002941	LUCAS BENDER	03693727511



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000698	LUCAS LEONARDO SOUZA SANTOS	78126132
000887	LUCIANA APARECIDA ISIDORO THIVES	3478371
003535	LUCIANA GARROZZI	4410191
002761	LUCIANA GUATIMOSIM COUTINHO KERPEL COSTA	3731563
003612	LUCIANO NOBRE DE FARIA	3283033
002929	LUCILENE DE SOUZA FURCHI	33730/SC
000008	LUIG ALMEIDA MOTA	0882387685
000182	LUIS FERNANDO PAULO	11016704
003182	LUIS FERNANDO PEREIRA ALVES CARNEIRO	45676
002611	LUIZ FERNANDO BIASI STASKOWIAN	4204848
002866	LUIZ FLÁVIO BARBIERI	4283183
000968	LUIZ GUILHERME BUCHMANN FIGUEIREDO	6832903
001075	LUIZ NABOR DE SOUZA NETO	6114674
000388	LUIZ ROBERTO FREITAS	2308948
003498	LUIZA FISCHER VIERO	92852
002683	LUIZA HELENA VIEIRA VIRGILIO	4761382
002701	LUIZA ROBERTA SCHNEIDER	54057752
001498	MAICON LUIS DE OLIVEIRA	4227745
003745	MAIK WILLAMS PACHECO	8066763536
000909	MAISA MERIZIO	4995380
001413	MANOELA BUENO CONINCK	5181317
003161	MANOELA SILVA SANTIAGO	44699
002775	MANUELA BOLICO SALLES	7049485951
002322	MANUELA LAÍS KLÖPPEL	5169050
000989	MARCELL BARCELLOS	1081360412
002140	MARCELLE COSTA DE OLIVEIRA RIBEIRO	209353192
002194	MARCELO D SILVA MELLO	118252
002557	MARCELO DE SOUZA	7083722
002780	MARCELO HENRIQUE LOPES	102820398
003283	MARCELO JUNGER DE FREITAS	04327750999
001726	MARCIA ANDREA DE SOUZA MORAES	12640
001606	MARCIA LUZIA LUPEPSA	5463871
003110	MÁRCIO CAUDURO STEINSTRASSER	2081387538
002439	MARCO AURÉLIO MACEDO NEVES	7448679
002001	MARIA ALICE SILVERIO	18451788
000725	MARIA CAROLINA HANK	5039969
002864	MARIA EDUARDA BERGAMO HOFFMANN	7258043
003457	MARIA EDUARDA HILLESHEIM	05627020703
002546	MARIA MICHELY CLELY BATISTA SIQUEIRA	5.141.180
000626	MARIA ROSA ANDRADE DRAEGER	5043572
003364	MARIANA DO NASCIMENTO MIGUEL	5.321.838
001346	MARIANA DOERING FRANZOI	5105836
003637	MARIANA SANTOS BOTELHO	14447299
003827	MARIANA SEVERIANO PEREIRA	4387289
000345	MARIÉLE RAMOS PÉRES	4880617
000896	MARILCI CIANI KLMAT	13704
001998	MARINA BEUTER	4.270.345
000790	MARINA MICHELS OURIQUES MACHADO	3885795
001734	MARINA NOGARA LOSS	5.912.652
003699	MATEUS BORDIN	03662340596
001871	MATEUS STALLIVIERI DA COSTA	5380042
003104	MATHEUS GOMES PIRES	7191281
001960	MATHEUS PASSARINHO SMITH DA SILVA	110979517
000557	MATHEUS RUFINO DOS SANTOS	39283
003217	MAYCON CANTÓIA BONI	9771103-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000826	MAYCSON TREVISAN	107173544
001431	MAYLA FERNANDA MAAS	5.103.477
000307	MICAELE LAÍS BOOS HABECK	4981678
000992	MICHELE KAROLINE BENVENUTTI	4606337
000209	MIGUEL ANTONIO NERY SINNOTT	1010970695
001817	MIGUEL ARMANDO PEREIRA JUNIOR	4743500
002524	MILTON FON BAN RUY JUNIOR	66132129
001665	MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES	5218650
002256	MONALISE ANTUNES MORGADO	3951366
000088	MONIQUE BEPLER DO AMARANTE	5155465
001441	MORGANA CRISTINA ZWICKER	4681784
001243	MORGANA LEITE BORCHERS	5105833
000636	MORGANA MACHADO	4129866
000847	MOZART DE PAULA BATISTA FILHO	7101
002844	NADINEL AGLADES AVI CECHIM	4432286
003462	NATALIA PEREIRA	5109654
000321	NATÁLIA REIBNITZ RAMOS	39726673
000781	NATANA PADOVA CHIAMULERA	51291231
000846	NATHÁLIA CAFIEIRO DRUZINI	91418665
002889	NAZIL BENTO NETO	5756340
002991	NEY GABRIEL BRÜHMÜLLER	5.377.442
002686	NICHOLAS DELITSCH	6740685
001402	NICOLE PELANDA RZNISKI OERTEL	72675
002224	NOLCI DA ROCHA JUNIOR	5289835
003290	NORONHA MARIANA	52352129
003717	ODAIR VIDAL	7575633
001676	OMAR DARWICHE MOUSSA	59261789
001796	ORIVAL SCHUMACHER BATISTA NETO	50163
001525	PABLO EDUARDO ORTIZ	2862665
003185	PÂMELA RODRIGUES FRANÇA	6624023
003211	PAOLA BROCARD	4212229
003594	PAOLA MARCELA MARCHETTI	5.767.042
000034	PAOLA NICOLETTO	5338017
002312	PATRÍCIA ANDRIOLA DE OLIVEIRA	9112204566
000997	PATRICIA BARBARESCO	5536733
001415	PATRÍCIA CASTILHO DA SILVA CIOCCARI	3.986.903
003643	PATRICIA DA SILVA MORAIS	5562509
002643	PAULO CÉSAR DOS SANTOS	39833
002167	PAULO GEOVANNY DA SILVA	69161081
003149	PAULO HENRIQUE SETTI	4938311
000644	PAULO HENRIQUE TEIXEIRA GARBES	5917811
002748	PAULO SERGIO VAZ MARTINS CECHIM	44549B
001105	PAULO VINICIUS MOSTASSO ROCHA	6630227-0
002850	PEDRO HENRIQUE KERPEL COSTA	2078379704
000762	PEDRO MALACARNE FILHO	8124894
002152	POLYANA DILL FAGUNDES	7.973.936
002564	PRISCILA CALIFE COLLARES MELLO	223823568
000351	PRISCILA LEIRIA	3230781
002469	PRISCILA LESSMANN REIS	26037
002089	RAFAEL ALBERTO DA SILVA	4811311
002331	RAFAEL ALT SANTOS DE CHAVES	4947862
000863	RAFAEL BASTOS CORRÊA	49031
000828	RAFAEL DA SILVA	49210
002088	RAFAEL DA SILVA MAIA	12157132
001632	RAFAEL EVANDRO FACHINELLO	4295964



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003619	RAFAEL FAGUNDES CARVALHO PINTO	145069831
000908	RAFAEL GIACOMINI	4691780
003322	RAFAEL PETRY	5399827
002647	RAFAEL THEODORO KUYAVSKI RANGNI	4120296
003468	RAFAELA SCHNEIDER DA SILVA	5203711
003265	RAHIF SANTIAGO FERNANDES DE MEDEIROS	4610558
003194	RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS	42584
003354	RAPHAELLA RIZENTAL RODRIGUES CARVALHO	109691941
001333	RAQUEL MILBRATZ	5299602
003261	RAY ARECIO REIS	09680378
003372	REGINALDO PIRES DE LIMA	94873313953
000564	RENAN PEREIRA FREITAS	4677723
003167	RENATA KAROLINE MEDEIROS	5871203
000057	RENATO BARCELLOS DE SOUZA	197265
002288	RENATO BEIRÃO SCHMITZ	3936389
001688	RENATO OTÁVIO ZANGIROLAMI	362781242
002700	RHIANN BRIGIDO PEREIRA	3577297
003543	RICARDO DEBASTIANI	3676251
002160	RICARDO JOAQUIM DE OLIVEIRA	13837999
000657	RICARDO JOSÉ ANDRIETTI	47.551
000405	RICARDO PEREIRA	29555647
001362	RICARDO RIBEIRO FUKUCHIMA	2072471069
003058	RICARDO WINTER	4.920.972
000624	RICHARD CLAUDIO JULIANI	4661137
000280	ROBERTO MÁRIO SALVINO ALVES	6632681
002805	ROBSON DA SILVA GOMES	48699-A
000178	ROBSON LUIZ SILVA	42.864 - A
002951	RODRIGO CORDEIRO	23639480
000402	RODRIGO DE PAULA STADLER	37098969
003424	RODRIGO DE PRETTO	349812822
002501	RODRIGO DOS SANTOS CESAR	27030
003367	RODRIGO DOS SANTOS MATHIAS	6110774657
000561	RODRIGO FERRI PONTES	4842688
003725	RODRIGO FLORINDO DA SILVA	8125820
001689	RODRIGO TAGLIARI HELBLING	6079533-9
003026	RODRIGO THOMAZ	4670077
002133	ROGIE BAADE	4.690.331
001970	ROMANA REINERT CENSI	4327894
000272	ROMANTI EZER BARBOSA	96830920
000704	ROSE KATIA FLORÊNCIO BELEGANTE	29609437
002061	ROSEMERI GAULKE	RG 20280980
002917	ROSEMERI LUCILENE JAGER CHIODINI	4.532.433
001016	ROSIVETE MIRI	95000
001309	RUAN CARLO ALMEIDA SILVA	110753217
003861	RÚBIA FERRONATO	3100881378
001085	SABRINA BANKHARDT	549164443
002080	SAMARA CRISTINA CORRÊA	4.821.716
000177	SANDRA MARIA LUIZAO MARQUES	215281767
001241	SANDRA REGINA DOS SANTOS SOUZA	71642534
000966	SARA ROHLING VIEIRA	4848052
001308	SASKIA TEREEN SCHUHMACHER	33802
001282	SCHANA PEDRASSANI	3644044
000967	SÉRGIO LUIS MÜLLER JUNIOR	4461139
003771	SERGIO ROBERTO MARCON	33056
000514	SIDNEI CARDOSO	4515715



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003565	SILMARA FRUET	32023973
001939	SILVANA JUDEIKIS	37063
000035	SILVIO VEIGA DA LUZ	5415657
002067	STÉPHANIE LUÍSE PAGEL SCHARF	4526494
002219	SUELEN LUANA MORETTI	5501766
002554	SUELLEN ZOZ	5016677
003323	SUZANE DE OLIVEIRA LIMA RAMOS	5590366
000004	TACIANO CAMPOS RODRIGUES	36962
002125	TALITA GOMES	5127006
003127	TAMIRES KUSKOWSKI	5430177
001425	TANARA CRISTIANE NOGUEIRA	7060573248
003719	TANNYLIA MACHADO CORREIA	24088-B
001878	TASSIANE ALVES DA SILVA	6276673
001409	TATIANE MAGALHÃES BARRETO FONTES LERMEN EIDT	9133469041
001955	TATYANE SANI PRESTES BORGES	3252987
003122	TAYNAH DE OLIVEIRA BORCHARDT	6063667
003567	TELÊMACO MARRACE DE OLIVEIRA	44109598
001232	TERENICE MARIA SIEBAUER	5239800
003666	THAISE FERNANDA FABER PEREIRA KURTH	4429544
003145	THAISE VARIANI DE SOUZA	86627728
002654	THAYSA CRISTINA BARBOZA FERREIRA	5661566
002070	THAYSE DOS SANTOS DA SILVA	4.996.951
003086	THAYSE LEANDRO DE SOUZA	5452234
002841	THIAGO ALEXANDRE PEREIRA	4687813
001884	THIAGO BIZ	3784927
003657	THIAGO FRODE MACHADO VIEIRA	4265130
001531	THIAGO GRETTTER	4201872
003680	THIAGO JOAQUIM PETRIS NUNES	32059
000852	THIAGO MOURA FURTADO	4741170
002573	THIERRY HINSCHING WOLFF	5746211
000190	THIAGO DA SILVA FALCÃO	127469164
001564	TONY ALEXANDRE ROSÁRIO	94793033
001115	VALDECI APARECIDO DA SILVA	544052985
001339	VALFREDO HALLA JUNIOR	4166370
002661	VANESSA GRAZIELLE MAAS	4465828
003459	VICTOR CERBARO MESQUITA	82161
002766	VICTOR HUGO QUEIROZ E SILVA	6124427
000751	VILMAR FRARAO JUNIOR	53933958
002948	VINICIUS ALMEIDA BERTAIA	106801924
000578	VITOR CASAGRANDE JUNIOR	3860911
001604	VITOR ZANELLA JUNIOR	5207978
003121	VIVIAN HARDT	3204689-8
001460	VIVIANI DE OLIVEIRA LOSS	3931052
001792	WELLINGTON LUIZ FERREIRA DE MELO	4166771
001344	WESLEY DOS SANTOS	M-7.471.723
002758	WILLIAN GERALDO AZEVEDO	43409
002863	WILLIAN KOERICH DE SOUZA WESCHENFELDER	5121448
001980	WILLIAN VAILATE	5496381
003202	WILMA PINTO DA SILVA BRANDAO	1204267
001538	WILSON ACCIOLI DE BARROS FILHO	89894590
001510	WILSON SERAFIM DOS REIS JUNIOR	109056
002874	YURI MAFRA ARAKAKI	4841247
002690	YVI ALINE WUERGES	51499193
002139	ZEYAD REDA SAFADI	11571905



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
002477	ADRIANA APARECIDA CARNEIRO LOBO	20157572002-6
003455	ADRIANO AMARAL	4381425
001989	ANA AMÉLIA BORBA PAIM JUNG	7600213
001562	ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA SOARES DE FREITAS	8054811503
002851	ANA PAULA STOEBERL	5479049
001529	ANDREA FERNANDA LEITÃO DA SILVA	6185310
000043	ANGELITA ALZIRA LANZA BORGES	5936337
003032	ARIANA APARECIDA DE LIZ.	4923930
001210	BEATRIS ZOBOLI CAMPREGHER	4.211.504
000336	CALEBE DOS SANTOS PRADO	4620454
002213	CARLA SÜSSENBACH	1452893
000836	CLEUCIO POLATO ZAVORNE	126677880
003190	DANIEL CASTRO OLTRAMARI	2952994
002619	DANIELA CIPRIANI	4528746
002329	DÉBORA KELINE DA SILVA AMORIM	8108487
000407	EDSON REIS	4.314.522
000906	ELIZANGELA TAVARES KUCHINSKI	100653621
000815	EMERSON ROEPKE	4314112
003788	EVERSON BERTUCCI	377259226
003223	FABIULA CAROLINE STURM	103987091
000017	JANAINA APARECIDA WALDRICH	4606679
002705	JENIFER FERNANDA EHRHARDT	5767906
003129	JOANDRA APARECIDA PILAR RIBEIRO	5827228
001621	JOCINEI LANGA	4.327.534
002574	JONAS SERPA	3297227
002944	KATE REGINA BRUNCH RADUENZ	27489426
001049	KEITY NAIRA GIRARDI	3798968
000587	LEDINEI AVI	4129112
000023	LETÍCIA BIANCA KRUEGER	5553683
001875	LILIANE APARECIDA GOLDACHA	84014265
002114	LUIS FERNANDO CARDOSO MARTINS	5301886
000901	MARA RÚBIA MAAS HOPF	4129007
001073	MARCIA COSTA CHAVES LIMA	5424118
000663	MARIA AUGUSTA DRECHSEL	5324873
000218	MARIANA FREITAS	4771150
002478	MAX MATHEUS PALHETA CARDOSO	6602113
002540	MONIKA SEIBEL CARDOZO MIRANDA	3204034
001700	NAYARA LAPORTE PEREIRA DE ALMEIDA	5366079
003248	NILDASIA SANTOS DE OLIVEIRA MASKE	6973206
002979	PATRICIA DO NASCIMENTO AMORIM KLEINHEMPEL	4527486
003047	RAQUEL DE LIMA RODRIGUES	5633147
000285	RONAN ALTHOFF DE OLIVEIRA	4020416
002236	SÉRGIO DUARTE	2024525
002734	SORAYA JURGENSEN	4.245.527
001329	VANDERLÉIA APARECIDA ANACLETO	4.705.719
002656	WILSON XAVIER BARBOSA	8472590
001836	YASMIM PRESTES BATISTA GARCIA	28650816

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ENSINO RELIGIOSO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
002552	ANDREI ROBERTO DA SILVA	5308000
001037	FLAVIO FORTUNATO CARDOSO	3.785.242



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000610	GENI ALVES CANOFFR FROTSCHER	4166343
001902	JOSÉ APARECIDO FÉLIX	7062644
000046	JOSE JURANDIR PEREIRA JUNIOR	001752859
001986	RENAN VILELA	5172431
001680	SEBASTIÃO SILVEIRA	18966276
000985	WILLIAM HENRIQUE PASOLD	6065334

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003486	ARICLÉA CRISTINA KLITZKE KOEPEL	3853352
002954	ASTRID IDEKER	1.044.812
000621	CARMEN MARCIA GEISLER VASEL	24492280
001002	CLAIDES MARIA SCHAEFER	4710631
003088	DANIELA AMARAL SILVA	5453149
001300	DANIELA CRISTINA GRAUPNER BRANDÃO	3612395
001752	DENIS TELES RODRIGUES	4965630
003568	DORACI JENICHEN RESNER	224.256-7
002836	FRANCIELLE HORNBERG BOLDUANN	5.103.030
001968	LIANE MARIA KLAMT	4513104
000574	LUCIANA LISBOA DE SOUZA	7415320
000487	MONIKA HAERTEL	4287705
000054	RAFAEL SCHROEDER	5829153
001897	TATIANA MUELLER BARCELLOS	8092926982

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA INGLESA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
002854	ALDO PIRES FIGUEIREDO	3715787
002471	CHRISTINA DO NASCIMENTO SILVA	305971712
001233	EDY MARLON SANTOS DA SILVA	24659410
003014	ELIZABETE CRISTINA CAVALHEIRO DA LUZ	6239628
000060	EURIDES SCHMELZER JUNIOR	5.079.065
001973	FABIANE GUSE	35512326
003655	FRANCIELE BARATTO	9086090991
001966	JAQUELINE CLETER SANTANA WRUBLEWSKI	2050696455
000451	JULIANA APARECIDA BIZO	7459322
001935	JULIANA DE FÁTIMA PADILHA TORQUATO	3533761
001389	MÁRCIO SCHROEDER DA COSTA	5081003
000020	MARCUS ALEXANDRE EHRESMANN	2924302
001242	MARINA BERNARDES COELHO RIOS	7836646
002335	MARINA NEUFELDT	3.211.128
003519	MÔNICA GONÇALVES KITAGAWA	200915221
000661	PHILIPPE MACEDO PEREIRA	00389924938
000813	RAQUEL SCHMIDT	26148846
002187	RENITA HOFFMANN	1636656
002398	ROSANE SKERKE JUNG	4830317

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000099	ANDRESSA BEATRIZ GÖTZINGER	5358101
001887	ANDRESSA KAROLINA BRUSKE	5788000
001672	ANGÉLICA DE FREITAS FAVERO	1042754951
002442	ANGELINA MUNIZ SCHNEIDER	4.342.969
002709	CAMILA GABRIELA POLLNOW	53380185
001790	CAMILA SANTOS AVELAR COSTA	7.715.084



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000149	CRISTINA APARECIDA MARTINS MAGGIONI	4340326
001400	DALVANA BIANEK CHAGAS DOS SANTOS	4872499
002082	DANIANI CRISTINA BACK	3658185
001061	ELIEL MORAES DOS SANTOS FILHO	8134597
001226	EMILIA MARIA COSTA SERRA	89880698-4
000769	EZIEL BELAPARTE PERCINO	214717082
003437	FABIANA PEREIRA MACHADO	2061174451
000326	JEFERSON LUÍS PACHER	2286406
001468	JOAO PAULO VICENTE PRILLA	6832886
000801	JOCASTA PAZ BARCELLOS DE OLIVIERA	520634767
001237	JUSIMARA RAQUEL NARDELLI	4787140
000208	LUANA OLIVEIRA SILVA	9107471584
002162	LUCAS SCHLUETER	5632262
001382	LUCIANA OTT MICHELS	3063947
003818	MÁILICA SILVA COSTA RAMOS	7074651
002970	MICHELLI MARCHI OSS-EMER	4460824
002373	MIRIAN MORAES ALCÂNTARA DE SOUZA	55.083.712-7
002247	PRISCILA CRISTIANE REITER TRIBESS	4273476
001168	PRISCILA DA CUNHA	5582241
002241	RAIMUNDO NONATO DE ALMADA FILHO	1951547
003352	RODRIGO ULIANO	3.700.063
003706	ROSEMERI BERNARDO DE ALBUQUERQUE	1039423676
003585	ROSIMEIRE DE SOUZA ALVES VITAL	6.869.507
000946	SIMONE ARAUJO DE OLIVEIRA LOPES	349089279
001668	TALITA NAZARIO BRISTOT SILVA	4586455
001744	TAMARA SPINOLA PEREIRA PAIÃO BARBOSA	59485865
001622	THAYSE ADRIANA SEIDE	4485862
000880	TIAGO ERIC DE ABREU	10095138
003325	TISSIANA CINTIA ROVEDA DE PAULA	6866334
001567	VANESSA VERONEZ DELLAI	90897152
003273	VIVIAN PEREIRA RODRIGUES	30999135-3
001056	VIVIANE PACHECO BRABO	6727478

PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003510	ADÃO DE SOUZA MORAES	101910783
002065	ADRIANA CARDOZO MUEGGE	6451163
000591	ALAIS OLSKA	52945146
003300	ALESSANDRA PARISI	44565003
002300	ALINE BOER	7077151368
001777	ALINE INÊS HENDGES	5103732
003232	ALINE LUISA MAFRA	5493654
002890	ALINE STRINGARI	52948641
002273	AMANDA INTHURN DE SOUZA	5031797
003506	AMANDA MARILIA SEABRA PEREIRA LEITE	127108277
000668	ANA CAROLINE BLOEDORN DA SILVA	5251174
003819	ANA CLAUDIA KUCHLER	5886099
002792	ANA LUIZA DOS REIS BRUCH	5489324
002470	ANA TALITA COSTA RIBAS	109012238
002706	ANASTÁCIO SADZINSKI JUNIOR	5328844
000777	ANDRESSA MARIA HUBNER	6279820
003231	ANGELA ADRIANA VANSUIT	5860066
002307	ANGELA LUIZA FORMIGARI	5620109
000193	ARIELA CRISTINE DIAS FRIEDRICH	90188240
001334	BARBARA BUZZI FLORIANI	4875843



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003435	BIBIANA PURIM	4.793.626
001423	BRUNA CAROLINE DE SOUZA HORONGOSO	6239785
001448	BRUNA FERNANDA KLEINE	5377797
002265	BRUNA TAINA RODRIGUES	5442040
002666	BRUNA TROCATTI DE QUEIROZ	6.082.545
000588	CALIANDRA NAIARA MAIOCHI CABRAL	5767823
001991	CAMILA SUELEN DOS SANTOS	4875253
000950	CAMILE HASLINGER	48915335
001963	CARLA BEATRIZ DE CASTILHOS	2745514
000976	CAROLINE DOLZAN DAROLT	3870300
002321	CHRISTINE FETTER	4263378
001068	CLEIDI MARA DOS SANTOS	4834188
000075	CRISTIANE LUMI NAKAZAWA	460002818
003596	CRISTIANI LUZIA BADALOTTI	5824096
002112	CRYSTIAN BEBER GOEDE	07465460921
001770	DAIANA DOS PASSOS REINHOLD	3566296
000714	DAIANE ANTUNES SOUZA	4398848
001352	DAIANE LINZ DA SILVA DE JESUS DAIANE LINZ	4859457
001251	DAIANE TABTA SAMPAIO NOGUEIRA ALVES DE SA	525523819
003336	DANIELLE FRANCINY DA CUNHA	5905539
003153	DEISY MANTOANELLI	4690184
002327	DENISE FERREIRA ABREU STREMEL	4285163-9
002403	DIOGO BATISTA PEREIRA DA SILVA	4370851
003266	DOUGLAS SCHADE	5917832
002802	DRIELLE CARDOSO FAGUNDES	5489396
002936	EDUARDO KROPLIN	6.297.790
002740	ELIVELTO TRAIN	12.320.852-8
000645	ELOISA DE LACERDA	100072459
001156	ELOISA ROMIG	5025335
000809	EMANUELLA MATOS DA SILVA	1395628343
002837	ETIENNE ALESSANDRA HAFEMANN	5726097
002305	FABIANA DALLAGNOLO	CRP - 12/17213
000239	FELIPE GABRIEL PEREIRA	5726522
002717	FERNANDA ARAUJO DE SOUZA FRANCEZ	6882739
001093	FERNANDA SOARES BORGES CAVALHO	49965632
003571	FLAVIANE PIRES DOS SANTOS	103444160
002618	FRANSCIELLE MELIN FIAMONCINI	5632122
001500	GABRIEL DIEGO MEDEIROS	6113623
003668	GABRIEL PEREIRA	4001748
000459	GABRIELA BETONI OLIVEIRA LUZ	06196688499
003247	GENAINE APARECIDA SANTOS	4464688
000274	GISELE CRISTINE MENEGHELLI	6.180.938
002148	GIZELE RODRIGUES ARAUJO	42818929822
002259	GREICE CAROLINE FISCHER PADILHA	5453676
002004	GREICE GRETTTER LUCHTENBERG	46062220
003359	GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA	6093508
000685	HELENA MEDINA MENEZES	7081338415
002577	HUMBERTO DOUGLAS ALVES	4114546
002749	IGOR MACHADO DE CASTRO	5.602.569
002860	ISABELA GOMES MEIRINHO	6084589
002362	IZOLINA MARIA DA SILVA KREUTZFELD	2814476
002276	JEFERSON ULLER	7171251
003436	JESSICA ALVES DA COSTA	5306828
000044	JÉSSICA CRISTINA DUMES	4403398
001521	JÉSSICA DOS SANTOS	5428571



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001196	JOICE CONSTANTINO	5631929
003629	JULIANA PISSETTA ADRIANO	2.616.940
000074	JUSSARA DALCASTAGNE MIOZZO	5325468
001660	KAMILA DE AZEVEDO	4729656
000778	KARINA MARTINS MORENO	5231150
003536	KARINE CRISTINA SANTANA	3166528
001832	KAROLINE BIZATTO	5685712
003569	KATHLEEN ALVES RODRIGUES WEISS	5542552
001501	KENYA OLIVEIRA DE LIMA	4.691.833
001712	KETILLYN CRISTINA KOHLER	5.136.698
000916	KETLYN DE LIZ KRUGER	5605022
001172	KEZIA BELCHIOR DE LIMA	6094122
003030	KILIANE HAMES	4.062.025
002011	LEOPOLDO GRANZA FILHO	4777269
000914	LETÍCIA CABRAL LELES	5139240
002252	LETÍCIA DA CUNHA	5982428
000655	LUCIANA ANTUNES BRUM BOLINA	7081457637
002272	LUCINEI VELOSO DE SOUZA	6410094
001470	LUDMILA RABELO MARTINS	3099784
000771	LUISA CRISTINE DIAS	CRP 12/14917
003485	LUIZA CAROLINA FELIPPI	5.917.659
000480	LUIZA WILLE AUGUSTIN	4281274
003651	LUVYANE RAITZ BORTOLI	5.054.252
000970	MAIRA TARTARE BUTKE	12/13648
002797	MARCIA REGINA MARCELINO	1425509
000573	MARCIO CORREA DOS SANTOS	108726660
001098	MARGARETH FERNANDA MADEL	3798774
002937	MARIA SUELY DE MELO DE MIRANDA	2051073
002319	MARIANE BITTENCOURT	4981095-2
003068	MAYARA BILCK VIGARANI	6.527.678
002257	MAYARA LUEDERS DOS ANJOS	3489735
003357	MÔNICA INAJARA OLIVEIRA	1049360314
000961	MONICA SIMON VIECILI	5.730.631
001613	MORGANA MAIOCHI	5390636
000419	NATALIA ROCHA SOARES	5650098
002567	NÁTALY SCHROEDER BRUNNQUELL	4245841
002467	NATASHA MARTINI	5553537
003069	NATHÁLIA DOURADO FRAZÃO COSTA	4855559
001206	NATIELE SILVA	649525
001694	OSMAR CAXOEIRA	944454
000250	PÂMELA FARIAS	5.447.495
001191	PAOLA CAROLINE DA SILVA	4.836.843
000118	PATRICIA BORTOLO SCHUTZ	91507048
001225	PEDRO HENRIQUE SILVA FERREIRA	5.921.626
000752	RAFAEL ALMEIDA FERREIRA	4089956
002211	RAQUEL ANA PADILHA RAUTENBERG	5931246
001617	RAUL MIRANDA	4699517
001582	RENATA BEATRIZ PRETO	4.232.317-7
002824	RENATA FRANCISCA ALVES SANTOS	5261163
000143	ROBIANA TEREZA LOCH PASQUALI	05979574956
001157	SARA BORGES	93556836
003687	SAULO ROVERES KNOBLAUCH DA SILVA	3792687
001159	SIMEI SOARES DOS SANTOS	1778718-1
002823	SOLANGE BOTELHO DE SOUSA	7456315
002104	STEFFANY TEIKOWSKI SCHMITZ SOSTER	4465061



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001834	STEFFI KIRSTEN DOMINGOS	6163151
000123	SUELEN TATIANA SEIBT	4.907.146
002095	SUELLEN THAÍS BORCHARDT	5926517
002871	TALITA CRISTINE KRAISCH	5076114
001270	TALITA PERINE PRETO	5924718
002437	TANIA MARISA JANSEN DE CORDOVA	1.634.186
000713	TAYSE DA SILVA SOUZA	4.300.417
003356	THAÍS GOMES DE LUNA	8035279
000996	THAIS KUHNEM	4756657
002959	THAÍS SHAIANE CHEREDA	12735070-1
003093	THIAGO WANDERWEGER	4813442
001719	TUANI TAISA FAUSTO	5654643
000921	VALDINELE BATISTA SCHULZE	6.214.231
001417	VANESSA COSTA RODRIGUES	36319501871
001326	VANESSA LÉA PAINI	6607672
002828	VENERANDA SENES DO CARMO	5181977

TÉCNICO EM AGRIMESSURA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001523	FERNANDO FURINI	4354680
000757	JOSIMAR PINTO	4056600
003559	LUIZ MIGUEL OLIVENIK	4.633.008-9
003256	OLEDIR ERICH HASS	5.253.255
002431	PAULO ROBERTO LOPES	3.891.889
002418	RAFAEL BUDNIK	93473019
002932	RICHARD VIEIRA CORDEIRO	3962984
002927	RONI SCHEUER	60102619
000780	SIDNEI KRENKE	3679264
002655	THIAGO AVANCINI	4464502
000803	VINICIUS ANDRÉ BOESE	97127760

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001937	ALTAIR HARDT JUNIOR	5660208
003381	CARLOS FERNANDO PLASTER JÚNIOR	6204553
001312	CLAISON BURIGO FRAGA	2733195
002886	CRISTIANO LEOPOLDO SCHROEDER	6063644
002094	DANIEL REIS PEDROSO DE ALBUQUERQUE	1066403914
001454	DENER THIAGO ANCINI	4934897
001795	FERNANDO ALFONSO MANSO BOLO	3899434
001478	FERNANDO SIEVERDT	6094115
001072	GILSON JUARÍ WUDTKE	33668663
003111	HÉLIO SANTOS DE ALENCAR	064156201
000962	HUELTON APARECIDO DA SILVA	05000921295
003879	JEFERSON SCHUARCZ	5561628008
000124	JOHANNES MILCHERT	4527853
003339	JOHN LENZI	4103441
000820	JOHNNY NATANAEL WEBER	4651194
002581	JONATAN RAFAEL RESSEL	8149124
001060	LEANDRO FELIX DA SILVA	001054208
000136	LUIZ DA SILVEIRA JUNIOR	03967710353
002165	MAICON EGER	4273168
002703	MAIKON RODRIGO WILL	5103526
001302	MARISELMA SANTOS DE MEDEIROS FRAGA	2537131



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003254	MATEUS FERNANDES PAULO	5474238
000409	RAITAN BIZ RIGON	5746023
002416	REMILTON MONTEIRO DA SILVA	5403496
000927	RODRIGO SILVA SOARES	9073531163
002715	RUTINEIA LUCIENE BELL	07348870945
001041	SANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA	1/R2046922
003187	SIDNEI JOSÉ VEREDIANA	4407859
000831	THIAGO SCHUMANN BAMFI	5675758
002210	UERIKIN LEICIANO LUVISA	104672183

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
003741	ANGÉLICA MARIA TAMBOSI DALMOLIM	5287330
002163	CAMILA ANDRIELE NUNES MARTINS LOPES	7101945884
001446	CAMILA MARTINS DA CRUZ DO NASCIMENTO	6087083652
003761	CASSIA ELOISA CARVALHO	5490234
002339	CIBELE APARECIDA DA SILVA	107378804
002177	DAIANE HELENA MARQUARDT DEMARCHI	05091596992
001084	DANIELE LIMA GARCIA	55417132
003702	DEIVISSON DOS SANTOS SOARES	131829027
003174	GRACIELI QUILIN SILVEIRA	5454186
003151	INEZ HELLMANN	819.673
001330	JAQUELINE GOMES SILVA DE OLIVEIRA	102160568
003312	JÉSSICA KRISTINA CIDRAL DE MELLO	6666317
000586	JOSIANE MARINA ORNAGHI	84595330
000625	JOSIANE MARTINS REINHARDT	4103907947
003057	LILIAN CRISTINA DOS SANTOS	9227465-9
000466	MAIQUEL ADRIANO KULLMANN	9099171739
001949	MARIANE DE FÁTIMA MELO	107736581
001218	PATRICIA MAYUMI HISS YOSHIDA	358586045
002765	STELA MICHALAK	3925958



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

AGENTE DE TRÂNSITO

Inscrição	Candidato
003730	ALEANDRE EMANUEL ARCADIUM CARLINI
000924	ALEKSANDER BARSUKOV TAVARES
000669	ALESSANDRA MOREIRA COSTA
000311	ALEXANDRE FELIPE BÄHR
002358	ALISSON NASCIMENTO DA SILVA
000424	ALLAN CARLOS DA SILVA DOS SANTOS
002892	AMERSON MAURICIO CARDOSO
000101	ANDERSON PAIVA DA SILVA
002150	ANDRÉ TEODORO DE MELO
000859	ANDRESSA DERINGER
001130	ANEILTON BRAGA SOUSA
001943	ANTÔNIO MARCOS COSTA
003738	BRENO GONCALVES VERCOSA
002733	CARLA DENISE LADEWIG
001033	CARLOS ANTONIO CAPITA
001505	CARLOS TADEU GODOI FILHO
003669	CASSIANO SOUZA DOS SANTOS
003062	CELESTINO JOÃO DE BORBA
003402	CINEIO LÚCIO FERREIRA DE BEM
002379	CIRO JOSÉ CHAGAS COSTA
001900	CLAUDENIR POLLIZER CAMACHO
001581	CLEBER JONES DOS SANTOS BARROSO
002474	CLEIDEMAR DOS SANTOS
001522	CLEIDIMAR GOLDHARDT
001485	CLEIVESON ANTONIO DE NAZARÉ NUNES
000784	CRISLAINE LECTÍCIA DADA
001476	DAIANE JAQUELINE SIMAO
002377	DALBERTO SOARES JUNIOR
001626	DANIEL KLUGE
002704	DAVI CONSTANTINO VASCONCELOS SOARES
003092	DAVID TAMANINI
000545	DEBORA CRISTINA DA SILVA
000507	DEIVIDI NATAL PEREIRA
001121	DEOCLÉCIO MORETTI
003712	DIENE ELLEN AMORIM RAIOL
003660	DIONE DA FONSECA AMANCIO
003814	DOUGLAS DERINGER TESCH
000857	EDILAYNE MORAES PENTEADO
003225	EDNEY MAXIMIANO PEREIRA
001515	EDUARDO MENEZES MARQUES
000322	EDUARDO MENEZES RIBEIRO
002450	ELIZAMA GOMES SOARES DOS SANTOS
001267	ELIZANGELA AGOSTINI VOLANI
000189	EMANUELE SPEZIA FISCHER
003158	ERICKSON AUGUSTO VOLPATO RAMOS
001065	ESTEVÃO ZUCHI NETO
001175	EVALDO AUGUSTO VICENTE FILHO
000532	EVANDRO DA LUZ AMARAL
001284	EVERTON RAFAEL GODOY
003863	EXPEDITO GUIMARÃES BRITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002423	EZEQUIEL SOARES DE OLIVEIRA
000278	FABIANO CÉSAR VIANA
002231	FELIPE SILVA ROSA
000031	FELIPE WILLIAN BEHLING
003691	FERNANDA FATIMA DE CAMPOS
001508	FERNANDA MOREIRA DE CASTRO PEREIRA
001750	FERNANDO ANTÔNIO SANTOS DA SILVA
002170	FERNANDO CESAR BONFIM
002317	FILIPE MACIEL MACHADO
000067	FRANCISCO MARCOS CÂNDIDO DA SILVA
000515	GABRIEL DAROS
000638	GABRIEL GANDHI DOS SANTOS ARAUJO
003094	GABRIEL MAURICI PONCIANO
001040	GEDERSON ALVES DA SILVA
000823	GENESIO SCHWARZ
001725	GEOVANI FERNANDES DA SILVA
002894	GILBRAM ZADI DOS SANTOS
000432	GILSON AUGUSTO DA SILVA
001151	GILSON FAVACHO DE SOUSA
003632	GISLAINE DA ROSA NAIDON
000110	GUIDO JONATHAN KRUGER
002357	GUILHERME DE AVILA NASPOLINI
002306	HELENA DE SOUZA
002169	HENRIQUE FERRETTI DOS SANTOS
001568	HENRIQUE LUIS NOVELLETO
001345	HERVERSON BASSI PEREIRA
001704	HEVERLY COSTA DO MONTE
001602	HUMBERTO ABDO
003815	IDILSON PERICH
001408	IVAN DIEGO DE MORAES BORGES
001723	IVANDENNIS LUIZ
003036	JANAINA CIDRAL PEREIRA
001381	JANNEILTON BRAGA SOUSA
000728	JAY EDSON BLEIL
001781	JEAN CARLOS ARNDT
001619	JEAN PIERRE DA COSTA
002360	JEREMIAS DOMINGUES DOS SANTOS
001374	JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA GOIS
001180	JOAO AUGUSTO POSSAMAI
003106	JOÃO BATISTA CAMARGO
000808	JOÃO FLÁVIO JOLY BROLINI
000569	JOHNNY BORGOGNO
000380	JONAS ARLAN FRITZKE
003222	JONATAS WYLLIAN DE SOUZA DE QUADROS
002245	JONATHAN EBERT
001492	JOSÉ OTÁVIO SOARES TEIXEIRA
002597	JOSÉ RENATO CALIXTO DE SOUZA
003249	JOSEFA ELIZANGELA DE JESUS SANTOS NASCIMENTO
001932	JOSUÉ ROBERTO TORQUATO
003355	JOVANE GONÇALVES PEIXOTO
000282	JUANAH OLIVEIRA DEBETIO
000200	KLEBER MARCEL SCHAEFER DE ANDRADE
003503	LARISSA DE OLIVEIRA PRADO
002583	LAWRENCE LENIN VICENTE
003781	LEANDRO COSTA DA SILVA SOUZA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001627	LEANDRO NEVES DA SILVA
001934	LEONARDO BORCHARDT
002726	LEONARDO CRISTIANO NICOLETTO
003592	LORIVAN DE MELLO
001843	LOUISE CARDOSO
003309	LUANA DA SILVA NERY
002806	LUCAS CESAR VASCONCELLOS
003731	LUCAS DE ALMEIDA JARDIM
000658	LUCAS MATHEUS WEIDNER
003881	LUCAS ZEN
001140	LUCÉLIA CROSSA CORDEIRO
002920	LUCIANA TURINELLI
002628	LUCIANA WITTIG JACQUES
002553	LUCIANO COSTA PINTO
000689	LUCKY WILK FEITOSA
001623	LUÍS HENRIQUE KOERICH
000971	LUIZ CARLOS FERRETO JUNIOR
003006	LUIZ FELIPE PEREIRA PINHEIRO
000197	LUIZ FERNANDES CORREIA DA SILVA
003234	MAICO GASPARETTO
001605	MAICON JACKSON HAVERROTH
000919	MAICON RODRIGO DA SILVA
002196	MARCELO ANTONIO FERRARI
000430	MARCELO ENGEL
001536	MARCELO FLORES
001681	MARCIA REGINA DE AMORIM
002867	MARCIO DE SOUZA
000739	MARCOS VINICIUS BARROS E SILVA
001946	MARILEI DA SILVA
003401	MARWIN SILVA DOS SANTOS
002589	MATEUS DE ALMEIDA TAVARES
001139	MATHEUS KJELLIM GARZO
001372	MATHEUS MARCONDES ROMEIRO SOBRINHO
002452	MATHEUS PEIXOTO BELTRAN
001351	MAYARA FURTADO
002882	MAYCON RAMOS FRANCESCHETTI
003123	MONALIZE SURDI DA SILVA
001594	NATALINO SILVA ARAUJO
001257	NESTOR ALBERTO DICKMANN
000211	ODENILSON JOSE DE SOUZA
002052	PAMELA VOLLES PETRY
001527	PATRICK FURST
002555	PEDRO LEITE DE MEIRA NETTO
002678	PEDRO RODRIGUES FRANCO
001743	PERICLES EMMANOEL MACEDO E SILVA
000338	PRISCILA DE CASSIA BIEGING
001931	RAFAEL TAVARES SOUTO
000926	RAIMUNDO ERENALDO DA SILVA
001701	RAQUEL PADILHA
001106	RAQUEL RUFINO
002438	REMILTON PASSOS DA SILVA
000458	RENAN HACKBARTH DE SOUZA NEVES
002283	RENAN NUNES ALEIXO
001182	ROBSON RUARO
000165	ROBSON VIEIRA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002382	RODRIGO RESENDE ALCÂNTARA DE SOUZA
000423	SABRINA RODRIGUES DE SOUZA
000416	SAMARITANO ULLER
003338	SANDRO LUIS ECKS COSTA
001709	SEDENIR RIBEIRO DA ROSA
000384	SERGIO JOAO KUSTNER
001112	SILMARA NASCIMENTO DE CARVALHO
002353	TAYARA CRISTIANE FERREIRA NUNES
003646	THAIRAN SILVA DE CARVALHO
002232	TUANE DAIANE FRANCO
000301	VALCIONEI BADJAK
002575	VALDECI RODRIGUES DOS SANTOS
000180	VALDOCIR MELLO DOS SANTOS
000205	VANESSA MARTINS GUIMARÃES
000666	VINÍCIUS RODRIGO BERNARDES
003378	WALCIONE DIAS GOES
002414	WANDERLEY DOS SANTOS BORIN
000147	WILLIAN CLAUDINO
001821	WILLIAN JOSIAS PUREY
001748	WILLIAN SPINDOLA DE ATAIDES

ARQUITETO

Inscrição	Candidato
002200	AGATHA CARYNA LAMIN SAVIGNANO
002614	ALEXANDRE SHINJI SAKATA
003774	AMANDA AMÁBIL BAGNARA
001598	AMANDA CANALI CRISPIM
003581	AMANDA SILVA BARBOSA
003494	ANDREI DE MORAIS DE SOUZA
001380	ANDRESSA MAYARA SANTOS DE AGUIAR
003727	ANGELA ANDREA ZIMMERMANN
003684	ANNA CAROLINY SILVEIRA
002561	BRENDA HEMIELEWSKI DOMÍNGUEZ
002156	BRUNA GIACOMELLI
001930	BRUNA PEGORARO SILVEIRA ZANARDI
001625	CAMILA PALUCH MENINI
002500	CAMILA PICOLI BAKONYI
002132	CAROLINE DALPRÁ
003326	CIBELE UEBEL COELHO
002386	CLAUDIONOR DA SILVA NATARIO NETO
000207	CRISTHINE BEPPLER
003120	DANIELA KOBALL
000355	DANIELI LEMES MARQUES BAGGIO
002667	DANNIEL BENHUR BONOMINI
001250	DEYSE DOS SANTOS MARCHELLI
003056	ELKYANNE TAVARES DA SILVA
003278	ELTON MONTAGNA
003705	GABRIELLE LENZI VICENTE
001094	HARRISON VICTOR JULIANI
001813	ISABELLA OLIVEIRA COSTA
003108	ISABELLE BARCELOS MALAQUIAS
002541	JHENIFER DOS SANTOS ALDUAN
002137	JULIANA APARECIDA FEMININO FERREIRA
001914	KARINE LOUISE SEIDE
000464	KELVIN WAYNE ROCHA DE FREITAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001199	LARISSA PADILHA AMARAL
001776	LAURA SYLVINE ZAMPROGNA
003791	LEANDRO NUNES
001340	LESY DUARTE DE ANDRADE
001395	LETICIA LUIZA LANGE
000723	LETÍCIA MAZZUCO PERITO
002404	LETICIA T A GOMES
002291	LUANA PAULA FURTADO
001162	LUDIERRY BELO CLEMENTE
000696	MARCEL CASSEMIRO SANTOS
000693	MARCUS VINICIUS MACHADO
000894	MARIA EDUARDA CANTON
001993	MARIA EDUARDA PEIXER
002752	MARINA GABRIELA BARBOSA RODRIGUES MERCADANTE
001244	MARINA LUIZA ROSA PIVA
003415	MARISTELA RENATA DA SILVEIRA
002149	MICHELE HOFMANN ODELI
002533	MURILO MAURÍCIO DA SILVA
000659	NADINE MARCHINI THOMAZ
001927	NAIARA CARMINATI FANTINATTI
002105	PÉRICLES AUGUSTO DE LIMA MENEZES
000622	RAFAELA RÚBIA POSSAMAI
003561	RAIANDRA VICTÓRIA WERLANG DE OLIVEIRA
003844	RAPHAEL FRANCO DO AMARAL TAFNER
000065	SHEILA DE MEDEIROS
002644	SOFIA BEERLI ZAPATA MONTAÑO
000861	STEFANIA MEDEIROS STAKONSKI
000266	TAÍNARA CRISTINA VIDAL
003870	THAIS FERNANDES OTTO
000360	THAIS GOBBI
000352	VALDINEI DE SOUZA CASTRO
000145	VANESSA MATZNER SCATENA VALÉRIO
002629	VANESSA RAQUEL POODER
002250	VICTOR HUGO MARINHO EVANGELISTA
003855	VÍVIAN REICHEL

ASSISTENTE DE FARMÁCIA

Inscrição	Candidato
001062	ADRIANE LUIZA SEABRA DA SILVA
002479	ALICE CRISTINA SIEVERS
000062	AMÁLIA CHAVES DE JESUS
000261	ANA PAULA VOLPI
002123	ANDREIA STEGEMANN
003444	ANGELA FERNANDES
001858	DANIELE DINIZ ALVES
002763	ELVIS PAULO FRANÇA
002856	EMANUELLE FERNANDES SOBRINHO
000506	EMERSON YAGO LIMA GUIMARAES
001519	FRANCIELLE DA SILVA
000690	GUACIRA RÉGIO LOPES
002741	HAIMITHERES SANTOS DE LIMA
001838	IRENILDE DOS SANTOS
001475	JABES SALEMA RODRIGUES DE SOUSA
003492	JANICE TERESINHA FRITSCH
000387	KATIANE DENIZE HEIN



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000236	KELLY CRISTINA SCHULZE
000058	LUCIANA HENNING
001839	MARCIA MACHADO DE SOUZA LIMA
001231	PAULO EDUARDO DA SILVA
002883	PENELOPE BUTTEI
001406	RAQUEL RODRIGUES DOS SANTOS
002180	RENATA RIBEIRO FERREIRA
003634	ROBISON REGIS MACHADO NAIDON
002017	RUAN JOSÉ LANA
002155	TATIANE GLEYCE ROCHA DOS SANTOS
003419	VANE MARIA MARTINS
002116	VANESSA ZIMMERMANN TONIÊTO

ATENDENTE EM CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Inscrição	Candidato
000306	ALESSANDRA VILMA PAES AMORIM
001895	AMANDA LUIZA DIAS ALEXANDRE
000153	ANA CAROLINA CECHLAR BITENCOURT
000787	ANA CAROLINE NICOCELLI
002351	CRISTINE PENA DE OLIVEIRA
002325	DANIELA MASSANEIRO
000183	DILVANI HAERCHEN
000892	ELEN CRISTINA SANTOS RAMTHUN
001184	ELIANE DE OLIVEIRA
002068	FABIANA FLAUZINO MARQUES CARDIM
001444	FERNANDA CRISTINA LUKASZEWSKI
001814	JULIA GABRIELA THUROW
001050	JULIANA BATISTA
001291	LARISSA GOMES DA SILVA
001997	LORENA SANTOS BUENO MARIANO
002757	LOUISE APARECIDA DOS SANTOS DE SOUZA
000468	LUANA GABRIELA BASTOS LOPES
001579	MAGDA CRISTIANE PEREIRA
000022	MARIA EDUARDA GOMES DE LIRA
001618	NICOLLY DE MOURA BELAUS
001364	PRISCILA THAISA SCHLEI
000469	RENEE BUATIM
001000	RUTH SILVA CAMPOS
000070	TEREZINHA ALVES
000235	THAYNA DA SILVA AMORIM
002622	VANESSA FISCHER

AUXILIAR DE CLASSE

Inscrição	Candidato
003184	ALESSANDRA MURIEL DO NASCIMENTO
000372	ANA CAMILA MATIAS ALVES
000249	ANA CLAUDIA MENGARDA EHRESMANN
000084	ANDREA MARIA MOSER
003449	BARBARA CAROLINE FERNANDES
002662	BRUNA BACELLAR DE OLIVEIRA
003793	BRUNA TAINARA FISCHER
003054	CARLA FERNANDES RODRIGUES
001841	CARLA TATIANE NUNES CORREA.
000817	CRISTIANE APARECIDA BARBOSA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001145	CRISTINA MARIA ESTEVAM DA SILVEIRA
001036	DEISE DOS SANTOS SILVA
000072	EDUARDA MUELLER BITTENCOURT
001294	ELEANDRA WESTPHAL
000137	ELIZANGELA GONÇALVES RODRIGUES
000793	ESTHER CRISTIANE PENHA LEAL
000055	FERNANDA CAROLINA MELGAÇO CUNHA
002585	FRANCIELE DA SILVA FUHRMANN
000840	FRANCIELE MARIA SCHILIPACKE
002716	GABRIELA MARIANA MORAES VIDAL DOS SANTOS
002254	GISELLA ANDRIELLE DE OLIVEIRA PASSOS
000881	GUILHERME HENRIQUE GONÇALVES UMBELINO
000834	IRENIZA DE MORAES KREUSCH
003766	ISRAEL PEREIRA DE JESUS
002559	IZAURA APARECIDA DA SILVEIRA
003840	JANECLEIDE BARROS DA SILVA
001118	JAQUELINE JANETE BOHRER MARQUARDT
003841	JAQUELINE PATRÍCIA DREGER
001601	JOÃO PAULO INTIMA
003131	JOÃO PEDRO DOS SANTOS SAAD
003010	JOSÉ SIZINO SANTOS NETO
002313	JOSELIA RODRIGUES FERRARI
002464	JOUBERTH PASSOS RAMOS
001009	LUCY SOARES DE MORAES
002689	LUIZ FELIPE BRAGA DA FONSECA
003674	MÁRCIA REGINA DA SILVA SCHOT
000245	MARCUS EUGÊNIO MARQUES DE JESUS
000229	MARIA CRISTIANE GADOTTI WEILER
003133	MARIA LUISA SANTOS SILVA ALCÂNTARA
002227	MARIA QUITERIA DOS SANTOS MARINHO
001305	MARIANA CAROL MONTEIRO CARVALHO
003229	MARIELE AGOSTINHO SCHULZ
002631	MARIZETE HELENA SOSTER
000269	MILTON DO SANTOS CAETANO
002012	PRISCILA DIRCE SAVI LANZARINI
001954	ROSANA DA ROCHA SOUZA
002308	SHIRLEI SARITA DOS SANTOS
000746	STEFANI TYSKI
002297	TALIA TERRES SZOSTAK
000743	TAMARA SAMPAIO VIEIRA FERNANDES
002727	TATIANA MAASS
000870	TATIANA WETZEL DOEGE
000617	VÂNIA GRAZIELA ARDINO

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato
000140	ALANA FRUHAUF
003631	ALINE ADRIANA DE MELO DA SILVA
001675	AMANDA DA SILVEIRA
000775	ANA CAROLINA LINO
001757	ANA CLAUDIA THEODORO RIBEIRO DE OLIVEIRA
000129	ANA PAULA LEMOS LOURENÇO
000692	ANA PAULA MEDEIROS
003713	ANDERSON RODRIGO VIVIANI
000011	ANDRESSA SUELEN BORCHARDT

55





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000223	ANDRIELY APARECIDA DA COSTA GOETTEN
002771	ANGELA CRISTINA TRETTIN SCHWEIZER
003497	BARBARA MAURER CURI
002913	BIANCA SILVEIRA MACHADO
000083	BIANCA SUELLEN DA SILVA
001566	CALIANDRA ALINE ZOBOLI
002348	CAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA DA ROCHA
000884	CAMILA FERNANDA FERREIRA SILVA
001616	CAMILA TOBIA
000257	CAROLINE ROSA DOS SANTOS
002496	CATIA CRISTINA DE OLIVEIRA FAVERO
002859	CINTIA ZIMERMON
001754	CLEMILDE SOUSA NUNES
003732	CRISTIANE TEREZINHA PADILHA
003353	DAIANA RODRIGUES PORTELA
002523	DAIANE COSTA SANTOS
003143	DAIANE PAULINE MOLLMANN
000616	DANIELLA PAGNONCELLI
001332	DANÚBIA HELENA PINOTTI DAS NEVES
002493	DANYELLA SAMPAIO GALDINO
000503	DAUANA PAES AMORIM
002829	DAWELIN BASTOS BANDEIRA
001758	DÉBORA APARECIDA DA SILVA
003376	DEBORA DE PAULA TISANO
000203	DIONE BARBOSA DE SOUZA
002367	EDILAINE FERREIRA SANTOS DE LIMA
003272	ELIANE LAGUNA
000212	ELIECY SILVASANTIAGO VOGELBACHER
002933	ELISE MARY SANTOS DA SILVA
000770	ELY VIEIRA
000818	ERICA GESSNER
002539	EVANDRO LUIZ SCHWEIGHOFER
000839	FABIANA RIBEIRO MENDES MACEDO
002043	FABIANNY CRISTINA DO NASCIMENTO ALVES
001572	FABRIZE CRISTINY DO NASCIMENTO ALVES
002486	FERNANDA BESTER SCHMITT
003394	FLAVIA FIDLEIS DE MELO TOLARDO
002192	GILCIONE VEIBER DE ALMEIDA LIMA
000256	GILMARA BETTONI
000071	GIOVANA CRISTINA SOARES
000768	GLACIANE GONÇALVES FERREIRA
001999	GLAUCE CORDEIRO SIMM
002122	IRENE DE FATIMA GONSALVES PEREIRA
001355	JAMILLE LIMA DOS REIS
000623	JAMILLE TAMARA DE SOUZA
000050	JAQUELINE LOPES PEREIRA
002627	JEICE ESTEFANI BONATTI
003700	JESSICA PATRICIA MILCHERT
000951	JÉSSICA VITÓRIA SODRÉ CUNHA
002950	JOELMA PADILHA
003686	JOICE FABIANA SCHOENFELDER KRÜGER
002911	JOSÉ SILVESTRE SCHOMA
002693	JULIANA KNOPF NICLODELLI
003576	KARINE BATISTA
001711	KARINE DA SILVA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000268	KARINY SANTANA SIEWERDT
003836	LAIS REGINA AMORIM LIMA
002249	LAISA DE AGUIAR DOMINGUES
001773	LAISA PIRES DE LIMA
002420	LETÍCIA DE OLIVEIRA
000027	LETICIA OLIVEIRA MAIA
001803	LIAMARA PAULA BRANCHER
000700	LILIANE ILIDIA DO NASCIMENTO SILVA
002682	LIVIA FIALHO DE SOUZA
002263	LUANA KARINA BLOEDORN
002887	LUCIA DRYGLA MENDES
001486	LUCIANA CRISTINA NIEHUES SELHORST
002515	LUCIANA RODRIGUES CARVALHO
000397	LUCIANE COYADO PXE
000363	MAISA CASSETTARI GAMBA
001204	MARIA DE LOURDES VAILATTI
000120	MARIA EDUARDA HARNISCH
002391	MARIA GOMES DUARTE
003826	MARIANA BERTOLDI
001213	MARTA LOPES NASCIMENTO
001336	MAYARA PEREIRA DE SOUZA
000760	MICHAELA FORTES
002062	MICHELE DE FÁTIMA ROCHA
003784	MILENA BORCHARDT NOGUEIRA
003390	MYRELLE CRISTINA FERREIRA PINTO
000294	NARA RAQUEL PEREIRA LIMA
001101	ORCILENE GUEDES FERNANDES
002310	PÂMELA BEATRIZ PEREIRA OLIVEIRA
002962	PAMELA OLIVEIRA DE SOUZA
000429	PATRICIA VENTURA
003641	PAULA FRANCIELLE BÄR
000604	PAULO HENRIQUE RAULINO
001816	PERLY NOBILE MESTRE
003792	PRISCILA ALVES DE SOUZA
000238	PRISCILA RADATZ STEUCK
002183	PRISCILA WITHS DA COSTA
003811	RAFAELA BECKER ROSA
000262	RAFAELA HELENA FORMONTE
003695	ROSEMERI VIEIRA DE SOUZA
003080	ROSICLEIDE DOS SANTOS
002926	ROSIÉLI APARECIDA CARNEIRO
002687	RUBIA MARA KRAMER
002206	SABRINA FERREIRA
003679	SARA AMANDA RONCHI
000026	SILVANA NADIR ZIMMERMANN REIS
002390	SIMONE DO BELÉM DE SOUZA PADILHA
001755	SOIANE IARA CORREA DE SOUZA
000862	STEPHANNY RIBEIRO DE ANDRADE LEITE
002725	SUZEMAR HASCKEL BALDINI
000224	TANIA CRISTINA BAGATTOLI ZUMACH
001610	THAÍS ALVARENGA DA COSTA BENINI
001347	THAMIRES FELIX DA SILVA
000843	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BARBOZA
003822	VIVIANY DE JESUS RIBEIRO PAQUER
000660	ZULEIDE RAQUEL ARAUJO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO

Inscrição	Candidato
000441	ADIENE CRUZ SANTANA
003320	ADRIAN CAMARGO AMARAL JORGE ARAÚJO
001674	ALEX BANDEIRA DA FONSECA
000015	ALINE CAPPOANI
002904	ALINE LORETA DIANI NONATO
003052	AMANDA VASCONCELOS LUIZ
003043	AMANDA VEIGA GRAMA
001763	ANA CAROLINA CORREIA DOS SANTOS
001728	ANA PAULA PEREIRA DA SILVA
002482	ANA PAULA SCHLICKMANN
002776	ANDERSON FAGUNDES
001517	ANDREIA REGINA RUZZA
001328	ANDRESSA CAROLINE SCHMIDT
001534	ANDRESSA ESSER KOHUT
001135	ÂNGELO RICARDO DE ANDRADE
001646	BIANCA PIRES CORRÊA
003337	BRENDHA GONDIM SILVA
000431	BRUNO DE CARVALHO RAMOS
003839	BRUNO DUTRA MARQUES
002355	CAÍQUE ALVARES BEZERRA
003440	CAMILA FERRONATO
003820	CAMILA VILELA PEREIRA GOMES
003523	CARLA REGINA CENI
000702	CARMEN LUCIA PINTO DE LIMA MELLE
001200	CAROLINA BRUNS KRUGER
001277	CAROLINA DO AMARAL PRESTES
003531	CAROLINE CENI
002172	CAROLINE HARMATIUK
001283	CAROLINE MARTINS MEDEIROS FLEXA DE OLIVEIRA
000581	CAROLINE STEDILLE
000850	CASSIANA GUIMARAES DE LINHARES
002807	CHRISTIANE LUIZA SANTOS
002798	CHRISTINA THOMAZ GOMES BESPALAZ
000903	CLARISSA PEREIRA DA COSTA VIANNA
003858	CONRADO SOUZA MILANESI
002819	CRISTINA DA SILVA
003872	DALVA ISABEL DE ARAÚJO PACHECO
002138	DANIELA MARIN GARANHANI
002077	DEBORAH CRISTOFOLI CARMINATI
000534	DESIREE DA SILVA BAPTISTA
003327	DIELLE SILVA DE ALMEIDA MARTINS
000448	EDUARDA SCHRAMM
002484	ELIANE DOS SANTOS SAAD
003239	ELISABETH KAROLINE DOS SANTOS
002221	EVELIN BIALESKI
001447	FÁBIO A JANDRE DULTRA
000596	FELIPE MIRANDA
001491	FERNANDA DE MATTIA PASSOS
003238	FERNANDA NATACHA GUEDES BARBOSA
000599	FERNANDA PEREIRA DA SILVA
002448	FERNANDO VIEIRA LOPES
001731	FRANCIELE TAMI TERAJIMA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002579	FRANCIELLE ROCHA
002593	FRANCINE DRANKA BONETE
003830	FRANCIS TENTARDINI SILVEIRA
001853	GABRIELA ADIMA DE CAMARGO ÁVILA
002445	GABRIELA DA CONCEIÇÃO CRUZ TÓRTORA
000161	GABRIELA FARAH ZIMMERMANN
000462	GIORDANO VICTOR DE OLIVEIRA COPINI
001129	GIOVANA KARINA ALVES
003004	GIOVANNA CILIÃO ADAMCZIK
002376	GISSELE VIEIRA ENNES RODRIGUES
000373	GLEICE TÂNIA DE LIMA
000891	GREICE CRISTINE FERNANDES
002395	GUERETH ALEXSANDERSON OLIVEIRA CARVALHO
002747	IHAN VITOR CARDOSO
000582	INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO
001823	IRANILDA ALVES MENDONÇA
003264	ISABELA DE TOFFOL
002489	JAKSON CARLOS ISOTON
000605	JEAN IVAN DOS SANTOS
000381	JEISEMAR SIDNEY RAMPAZZO JUNIOR
002366	JENIFFER FIGUEIRA BATISTA
003697	JÉSSICA BERTOZZO
000955	JOSIANE BODNARCZK DOS ANJOS SIMONI
002665	JÚLIA MICHELS
003597	JULIANA BORGES MÜLLER
002202	JULIANE KRAMER
003672	JULIANI RAFAELI
003876	JULIANO BARBOSA DA COSTA
000374	JUNIOR DA SILVA
001520	KAREN ANDRESSA BATISTA PINTO
001363	KARÊNIA CHRISTINA OSS-EMER
003688	KARINE PANTOJA DE ARAUJO
003375	KERSTIN DUMS
001825	LAÍS SANTOS PERES
001313	LARISSA RADEL BORTOLI
000958	LAURO IYDA IMAI
001554	LEILA BEATRIZ AUED
001995	LETÍCIA MENDES
001437	LILIANE ALVES
001844	LILIANE HILDA FROELICH
002924	LINCOLN TADEU NUNES
001870	LUANA PAULA ALBERTON
001588	LUCIANO DE OLIVEIRA MAI PORZKY
003373	LUCIELE BOIASKI DA SILVA
002742	LUIZA CHAGAS PIRES
001211	MAIARA BETINA HOSTERT
001785	MARCELA CAROLINE LUCAS CORRÊA
002205	MARCELO ALVARENGA REZENDE
000348	MARCOS ASAEL SILVA
001810	MARIANA BONVINI JUSTA
001077	MARIANA OMIZZOLO BORSSATTO
002271	MARIELI BONATTO DE OLIVEIRA
001442	MARIELLE DO CARMO ABREU
002509	MARINA LAZARINI DE BARROS
002821	MARISOL CANI DE ALMEIDA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002972	MARLA KATIELLY BARBOSA DE OLIVEIRA THOMAZ
000521	MATEUS OLLE DAVILA
002817	MATHEUS POMPEO CALDAS SILVEIRA
002711	MELISA FERREZIN HENLLEMBART
001578	MELISSA CALDEIRA ALKMIM
002134	MICHELLE CRISTINA ERCKMANN
001714	MOISES ZILLIG DOMINGUES
002267	MONICA CAPELLARI
001490	NAIARA GIULIA ALLES
001462	NATHALIE EGUES MORAES
003682	NATHIELEN REGINA PRESOTTO JARDIM
003757	NERILAINE LASCH PRATES
002010	NICOLLE GUEDES HERDT
002846	PATRICIA ZELLA AQUINO DE PAULA
001275	PAULO ROBERTO BONALDO REZENDE
001516	RAFAEL AKIRA MATSUNAGA
001735	RAFAEL LODI
003172	RAFAELA PEREIRA TREML
003789	RAPHAEL NUNES BUENO
001207	RAPHAELA ALVES TEIXEIRA
000111	REBECA BARROS FREITAS
003299	RENATA COMPAROTTO DE MENEZES
003769	RHUDSON JOSIMAR SOARES DE SOUZA
002815	RICARDO BIGARELLA
001255	RICARDO EDUARDO OTAVIANO
000009	RODRIGO AP TOCUNDUVA CELIN
000107	RODRIGO RIBEIRO
003347	ROSA MARIA PINTO ESCOBAR
001088	SABRINA DE MATTOS MAURENTE
000838	SABRINA EHMKE
000053	SARAH CRISTINA VIEIRA COELHO
000415	SERGIO CUNHA DO NASCIMENTO
003085	SERGIO MAURICIO REDKVA
002651	SILVIA MARIA REIS DO AMARAL
001637	SUELEM LEMOS DA SILVA
002053	TAÍS CAMARGO DE MOURA
001422	TATIANA LARA MARIANN
001768	TATIANE TRAVESSOLO
000377	TAYSE CAROLINE CUNHA DE MEDEIROS
001910	THAINA ABADIA SILVA ALMEIDA
003044	TIAGO VELHO DA SILVA
003000	TIRZA DE OLIVEIRA CRUZ
000584	VALMIR MIORELLI
000827	VANESSA DE CESERO
003154	VINICIUS LUIZ CONTE SANTOS
002427	VITOR CARLOS CASTANHEIRA ANDRADE
003658	WESLEY DOS SANTOS CONRADO

ENFERMEIRO

Inscrição	Candidato
001514	ADRIANA BECKER RUZINSKI
000096	ADRIANA REGINA PBIF
003192	ÁGUILA CAETANO DA SILVA
003875	ALESSANDRO DE OLIVEIRA
003118	AMANDA KETLUIN DE CONTO FRANCISCO

60





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000499	ANA RITA OBREGON MARTINS
000444	BARBARA ADRIANE CANDELLA
000501	CAMILA LEMOS SILVA BRITTO
001359	CÁSSIA COSTA KOHLS
003169	CLAUDINARA LÚCIA SEPP TONET
000400	DANIELA NOTARI DE OLIVEIRA
003313	DARIANE KELLY FRANCO DE LIMA AGOSTINI
002845	DAYAN DA SILVA FABRICIO
001053	DAYANA ANACLETO SATAKE
003856	DEISE GRUNITZKY
001528	ELISABETH FREITAS FIGUEREDO
002374	ELIZABETH MARIA DOS SANTOS CORREA
003366	ELIZANDRA DE FÁTIMA MOSERLE ESTEVES
000915	ERNESTO FERREIRA DE BRITO
003532	EVELYN TABEA FRIESEN LOPPNOW
002975	FÁBIA LUIZA SESTREM
000973	FERNANDA HASSE SILVA
001388	FRANCIELI KRUEGER
002316	FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA
000867	GABRIELA ROMÃO DOS REIS SILVA
000479	GABRIELLA DANGELA BRAZ
000681	GERALDO ALVES JUNIOR
001695	GIORDANA ROCHA
002764	GISLAINE GAIO
000220	GUILHERME MARCAL FREITAG
000547	HELEN CECILIA DO AMARAL ESTEVES
000732	HERCILIO ROBERTO GOETTEN
003609	HÚNDRA PRESTES DE GODOI
001808	ISABELLE BITTENCOURT PEREIRA
002174	JANAINA LIMA
003878	JEAN CARLA GROSSKLAUS
000494	JEANINE DA SILVA
000437	JESSICA JOANA PEREIRA GERENTE
002680	JULIANA BARTH
002480	JULIANA CHAVES COSTA
000932	KACIMERE LETICIA DA SILVA COMPASSI
000442	KARIN SANTOS
003193	KARINA PASSERO
000443	KATERINE DE FREITAS
000964	KATIA CRISTINA CANDIDO DE OLIVEIRA SANTOS
000258	LEILA DIAS
000980	LUANDA RAIRA DE CARVALHO
001137	LUCIANA MENGARDA
003849	LUCIMARA CAMARGO DE OLIVEIRA
001222	LUCIMARA GOMES FERREIRA
000449	LUZIA DA SILVA TEIXEIRA
000829	MARCELO DA SILVA DE OLIVEIRA
003742	MARGARETE MARIA BORTOLATTO
001697	MICHAEL PEREIRA MARQUES
003292	MONIQUE ARIADNE DE OLIVEIRA
000439	NARA CORREA
002106	NATHALY HELENA BUTZKE GROSCH
003593	PAULA VIEIRA DIAS
002098	PAULO NADER
001064	RAFAEL MEYER



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001153	REJANE CERES MICHIELIN
000837	RENATO DE OLIVEIRA SILVA
000471	RODRIGO THALLIS ALVES PUDELL
000509	ROSANE ANESI
002304	ROSANGELA MACHADO ALVES COSTA
003834	SANDRA ROSA NICOLINI
001027	SENDIE BARBOSA DE LIMA
000575	SILVIA CRISTINA FERRAREZI ESPELHO
002320	SOFIA ELIANE DOS SANTOS
003168	SUÉLEN BORECK
000510	TAINARA DOS PRAZERES LOPES
000248	TALYTA DE ABREU PONTELO
000866	THAIS CRISTINA SIGNORI DOMBROWSKI
002332	TIAGO CELESTINO DE SOUSA
002405	VALDIR THOMAZ DA SILVA
001357	VANESA PATRICIA DO NASCIMENTO
001138	WASHINGTON LUIZ GOMES BOTELHO

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato
001154	ADAIRTON PETRI JUNIOR
003474	ADRIAN DOUGLAS BARANHUK
001018	ALAN CRISTIAN ANDRE
003707	ANA CAROLINA PRESOTTO
002669	ANDRE LUIS SABI
002544	ANTONY DO NASCIMENTO FERNANDES
003521	ARIEL POLETTI STRICKER
000806	ARTUR PAGOTTO TONUSSI
001889	BARBARA LUCIANE MARTINS DE SOUZA
001419	BIANCA BOLGENHAGEN BERGMANN BELISKI
000339	BIANCA LAÍS QUADROS
003802	CALINE REGINA CORREA
003595	DAIANA BUTZKE
000972	DANILO PANETTA DE FARIA
003040	DEOMAR FRANCISCO DOS SANTOSANCIS
001379	DIONEY ANDRÉ NONES
000434	DOROTÉIA MISSIO LOPES
002097	DOUGLAS DE LIZ
002816	EVERTON MIGUEL SARTORI
000562	EVERTON PRADO
000151	EZEQUIAS RODRIGUES
001652	FELIPE RUSCHEL HORN
003804	FERNANDO ANDRÉ DOS SANTOS
002785	FLAVIA PIMENTA DE SOUSA
002781	FRANSLEI NUNES DA ROSA
002101	GABRIEL CIELO ZANATTA DA CRUZ
002338	GABRIEL CORREA BUBOLZ
001197	GABRYEL EUGENIO SMEK
001967	GUILHERME FERNANDO BILK BERK
002730	HALAN JONAS MORES
001220	HIRANN NEON BECKER GHIDINI
000686	HOBERDAN HAUPT DE CASTILHOS
000270	HUMBERTO RESENDE DOURADO FILHO
003857	IGOR PANDOLFO
001648	ISMAR GALHARDO DO NASCIMENTO NETO

62





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001833	JAISON ALEXANDRE ESSER
001217	JESSICA LILL HUBNER
001004	JOÃO HENRIQUE GONÇALVES SANTOS
002066	JOÃO PEDRO RIZZOTTO
002702	JOAO VICTOR TODESCHINI RIPPEL
002549	JOELSOM ARNOLDO
002242	JOSÉ VICENTE MARINO
003009	JULIA HECHT COSTA
001541	JULIANE GELBCKE
001851	KAROLINE LEAL
000160	LETÍCIA GABRIELA ELI
000910	LUCAS PEREIRA DE CAMPOS
002197	LUIZ ALEXANDRE DANTAS DE ALMEIDA
002121	LUIZ FELIPE MANCUSI DE HOLANDA BEZERRA
000904	LUIZ MARCONE FUSÃO
000676	MAICON GARCIA EWALD
003235	MARCOS KOOKI JOUTI
000152	MARCOS ROBERTO DALMASO
002289	MARIAH CIOATO VANZ
001070	MARIANE BARBOSA DE SOUSA
003008	MARINA LIZ PEREIRA
003816	MILENE MENEZES RAMPINELLI
001315	NATHAN RICARDO STROBEL
003639	PATRICIA KUCHENBECKER LEU
001657	PATRICIA LOCH
001192	PEDRO AIRTO BECHTOLD JÚNIOR
003208	PEDRO HENRIQUE ZIMMER MATTOS
001066	RAFAEL ADILSO PEDRINI
000237	RAFAEL KRUEGER
001571	RAISSA DA SILVA PORTELA
003874	ROBERTA PICANÇO CASARIN
000740	RODRIGO BUDKE RODRIGUES
001550	SAMIRA MARCELINO
002769	SAMUEL LUIZ MACHADO
002633	SANDRA ADAM
003246	SANDRO RADDATZ
000455	SARA BORGES CORREIA SANTOS
000982	SCHEILA PRISCILA BARG
000408	SUZY EVELYN DOS SANTOS
002076	THOMAS LUCAS BARROSO REZENDE
003812	TULIO AUGUSTO DEICHMANN
001198	VINÍCIUS CLASEN VOGEL
002888	WILLIAN MICHELIN

FISIOTERAPEUTA

Inscrição	Candidato
000127	ANDERSON RAFAEL ANTULINI
003024	ANDREIA GLITZ BORGES
001187	ANGELA BORGES DE OLIVERA
003289	BARBARA FEMININO BARBAROTO
000722	BIBIANA FERRARI BARROSO
000164	CAROLINA BATISTA DA SILVA
000710	CAROLINE BUSE
000497	ELIANA CRISTINA GONÇALVES
002407	FLÁVIA PIVA VATANABE

63





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000720	GLEICE KELLY APARECIDA JUSTINO TURATTO
000673	HALINE LOUISE UHLMANN MAAS
000244	JANAINA SANTOS PENHA
003181	JEFERSON LUIZ DE MIRANDA
003421	JÉSSICA CRISTINE SELONKE
001152	JESSICA DO ROCIO KAPPEL
000308	JÉSSIE ANNI MATHIAS MARTINS
000073	JOANA HELENA PERON
001452	JORDAN GOMES DE ALMEIDA
003696	KAYANE CRISTINE DOS SANTOS CHAGAS
000290	KEZIÉLY CARLA LEITE
000797	LARISSA DE SOUZA
000664	MARIA NATÁLIA DE FARIAS NOCÊRA
001741	MARINA LANDOWSKY COLMAN SCHROEBER
002620	MELANIE KÜHL GARCIA
000194	MILAINÉ VOIGT
001917	PATRICIA ROSANE KLOCH
000304	PRISCILA CARDOSO JANUARIO
000097	ROBERSON BERNEIRA DA SILVA
002034	ROBERTO SPAZZINI DA SILVA
003511	RODRIGO ABILHÔA
000897	SABRINA OLIVEIRA GOULART
001209	TALES RONÂ CERUTTI
003735	VIVIANE MARIA LUCKMANN BARON

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Candidato
001484	AMANDA STEIL
000893	ANA ISADORA PIANOWSKI SALUSSOGLIA
000325	CAIMI TIBIRIÇA DE CARVALHO
003243	EDUARDO SAMID MAGNANI RIBEIRO
003147	GABRIHEL WEISE ALVES
000341	GEORGE LUIZ WELTER CORREA
000555	GEOVANA PENTEADO SARTORI
003867	GIOVANI DAMIANI FRANCO
003328	INGRID REUWSAAT PAUL
000477	JULIANA GUIMARÃES ABREU
003139	LARISSA EMI TOYONAGA SOUZA
000947	LAURA LUIZA BRISOLLA
002175	LIA REGINA DE SAMPAIO
001953	LOUISE HEIL ZENDRON
003317	MARCELO RENATO VIEIRA
003833	MARGARETH FERREIRA DE AVELINO
001023	MATEUS LESZCZYNSKI GUERRA
000184	PATRICIA HELENA MACHADO
003749	SAMUEL ROCHA SOUZA
003548	SARA DE SIQUEIRA BEZERRA
003640	TAIS RODRIGUES GASPARINI

MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO

Inscrição	Candidato
000425	ADRIANO COSTA ALVES GAMA
000117	ALESSANDRA PINTO BARBOSA
003714	ALESSANDRA SANTOS DOS REIS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

001429	ANA CAROLINA RODRIGUES DUARTE
003652	CAMILA PAULA DE SIQUEIRA MAUÉS
002246	CARMEM LUIZA LUCHT DE PAULA
001173	DANILLO DOS SANTOS FRANCISCO
003859	DEBORA REGINA MACHADO KAKITANI
000340	DENNY LIMA CAVALCANTE
000988	EMINA SENA GONCALEZ
001867	EMMANUELLE SILVEIRA MACIEL
000344	FRANCILENE RUFINO MENDONÇA
003783	FRANKLIN ZALDIR HÜBNER
003776	GIOVANA GOMES NOLL
002571	GUILHERME KIRJNER TOSCANI
000749	GUSTAVO LUÍS ZANOTTO
001892	JESSIKA VICTORIA CANHADA ALVES
001276	JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA FROIS RABIBOVITCH
002058	JOSIEL FERREIRA MASARUT
003810	LEANDRO SEIJI ACUTU
002444	LUCIANO VANOLLI
003628	LUIZ FERNANDO DE MATOS XAVIER
001010	MARIA CAROLINA ALBINO PATINO
000234	MAURICIO TORQUATO DOS SANTOS
000191	MAXWELL JULIO DOS SANTOS
002893	MIKAEL ANDREY SANTANA
000849	RAFAELA DE PAULA PERES
001822	SANDRO DE CARVALHO OLIVEIRA
002277	SILVANA FERREIRA MASARUT
003809	SILVÉRIO RODRIGUES
003039	SIMONE YAE ABE
003873	STEFANY IGNEZ PASTORE

MÉDICO DO TRABALHO

Inscrição	Candidato
002753	JOIRA BARRETO MARINHO MONTE PIGNATON

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Inscrição	Candidato
001279	CARLOS CHRISTIAN BARUA BALBUENA
003805	DULIO ALEJANDRO LA ROSA JIMENEZ
000786	PATRICIA KARIN WILLE

MÉDICO INFECTOLOGISTA

Inscrição	Candidato
002530	IVAN LEAL DE MOURA JUNIOR
002337	JULIANE NUNES VIANNA

MÉDICO PEDIATRA

Inscrição	Candidato
003042	ADRIANA VANESSA SCHONWALD
003015	DANIELA DE MOURA COSTA GODOY
002441	KARINA FRITEGOTTO GUAITA HERNANDES
003752	THIAGO ROSENTAL SILVA

MÉDICO PSIQUIATRA

65





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

Inscrição	Candidato
000342	CLARISSA SANTOS DA SILVEIRA LIMA

PEDREIRO

Inscrição	Candidato
001683	ALEFF CRISTIAN TOMIOTTO
002453	ANTONIO DE PAULA OLIVEIRA JUNIOR
001028	DANIEL DE JESUS DE OLIVEIRA
001563	DILCEU CAMPOS DA ROSA
000608	DORVAL VALTAIR GESSNER
001342	DOUGLAS FELIPE DA SILVA BERNARDINO
003349	GERALDO PEREIRA JUNIOR
001367	JOSUEL CORREIA CARNEIRO
001739	KLAUS VENSKE
002397	LUCIANO MOREIRA RISSO
003087	LUIZ AUGUSTO MUNIZ DE ANDRADE
002446	LUIZ SILVEIRA FILHO
001343	RIVALDO FERNANDES CABRAL
002698	WILLIAN PAULO DE FREITAS

PROCURADOR MUNICIPAL

Inscrição	Candidato
000041	ABEL PEREIRA KAHWAGE
002875	ADEMAR SOUSA VELOSO
001762	ADRIANA GRAHL RAMOS
001679	ALBERTO ROBERGE CAUSS
002090	ALESSANDRA STANGE FARACO
001526	ALEXANDRA GEHLEN PAIVA CÉSAR DE ALBUQUERQUE
002674	ALEXANDRE DA SILVA GARCIA
002825	ALEXANDRE LEICHT
001483	ALICE CRISTINA MACHADO PALANDRANI
002083	ALINE ATAIDE
002697	ALINE FRANCIELE GARCIA
000232	ALVACIR ADRIANE DA SILVA BEMPCH
000063	AMABILLE MARINA ABREU PONTELO
001176	AMANDA CAROLINE SBORZ
000461	AMANDA MARTINS PEREIRA
003034	ANA CAROLINA PEREIRA
000094	ANA CAROLINA ROSSATO ATHERINO
003847	ANA CAROLINA VILELA SAKKIS TOLEDO
000905	ANA CLAUDIA FARIAS
000417	ANA MARIA BARBOSA BICHARA
002640	ANA PAULA DAVEDOVICZ
001636	ANA PAULA DE SOUZA BRITO
000246	ANA PAULA FERNANDES DOS SANTOS
003142	ANA PAULA JUSTEN
001327	ANDERSON BARCELOS AMARAL
001749	ANDERSON VINÍCIOS BRANCO LUTZER
001236	ANDRÉ LUIS DA COSTA ARAUJO
003119	ANDREA DA SILVA FRUET
003623	ANDRESSA LUIZA REBLIN ZONTA
002024	ANGELA CARLA ZANDONÀ UBIALLI
003114	ANGELICA REIS
002624	APARECIDA SPERANDIO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002044	ARIANE SILVA DE ARAUJO
001518	ARTHUR PAIVA CÉSAR DE ALBUQUERQUE
001464	BARBARA GONÇALVES FIGUEIREDO
003779	BEATRIZ ADRIANO DA SILVA
000719	BEATRIZ SAYURI SAKAMOTO
000583	BELKISS BRANDAO
001642	BIANCA TESTONI
001435	BRUNA DEORACKI
002323	BRUNA WANROWSKY PAMPLONA
003748	BRUNO ARTHUR DE MATTOS
000206	BRUNO ASSUNÇÃO DOS SANTOS
000650	BRUNO CARNEIRO DOS SANTOS
001589	BRUNO CERQUEIRA RIBEIRO
001874	BRUNO CORTEZ TORRES CASTELO BRANCO
002119	BRUNO MOREIRA SECAF
003765	CALIAN PEREIRA BRANCO
000851	CAMILA CORREA DE REZENDE
003200	CAMILA CRISTINA KALEF
001551	CAMILA NAOMY UETI
002594	CAMILA TRAPP SAMPAIO
003491	CANDICE LAUTH
000454	CARLOS ALBERTO MARTINI MOLINARI
001512	CAROLINA KOCH SCHWAB
001820	CASSIANO DA SILVA KARSTEN
003743	CELSO ROGERIO GRIMM FILHO
001256	CEZAR VILICHINSKI
001801	CHRISTIANO ARODY SCHLEMPER
002013	CLAUDEMIR ALVES CORRÊA
001580	CLÁUDIA LAZZAROTTO RIQUINHO
001873	CLAYTON SILVEIRA FERNANDES
003189	CRISTIAN FERRAS BOLICO RODRIGUES DA SILVA
000038	CRISTIANE RACHADEL
002820	CRISTINA ZEFERINO DA ROCHA
000954	DANIEL FRANCISCO CARDOSO
003074	DANIELA CRISTINA KASSNER
000089	DANIELY BECKER PROBST ROSAR
003035	DAVI URIEL INÁCIO MARCELINO
000785	DEBORA CHRISTINA MATHIONI
002510	DIONATAN GABRIEL FELTEN
002284	DJALMA PEREIRA JÚNIOR
002520	DOUGLAS PRETTO
000651	DYANDRA PAOLA DE SOUSA AGUIAR
000941	EDIZZA STRATMANN AZZI
001686	EDMAR RENATO KALNIN
000039	EDSON DO CARMO ESTUMANO
000210	EDUARDO KRÜGER
000300	EDUARDO ZAKRZEWSKI
000646	EKATERINE VALENTE KARAGEORGIADIS
001654	ELISABETE BERTOLI
000476	ELIZANDRÉIA LUZIA
003267	ELLORA PATRICIO ARANTES
001295	ERICA PAULINO LOUGON
000095	ERICK DE OLIVEIRA
001317	EVANDERSON ROBERTO PINA MONTENEGRO
002642	EVELYN CRISTINE MORAES SEVERO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000580	FABRICIO DA SILVEIRA
001063	FELIPE CAVICHOLI
003796	FELIPE KAUÊ LIMA MOREIRA
003515	FELIPE KOELLN SOETHE
001459	FERDINAND ALVES RODRIGUES
001320	FERNANDA DA SILVA ARTUZO RODRIGUES
001273	FERNANDA DOS SANTOS CATTONI
002258	FERNANDO NUNES DA CUNHA
001011	FERNANDO PADILHA KUHNEN
000999	FERNANDO SHÉRISTON ORMELEZ
003698	FRANCELYNE PENTEADO DO PRADO
001386	FRANCIELE PACKER JACOBSEN
002551	FRANCIELY BATISTA DA SILVA
000119	GABRIEL DEBASTIANI
003301	GABRIEL PACHECO DE OLIVEIRA
001740	GABRIELA PENZLIN
000912	GEISIBEL CHIM GOUVEIA
003159	GENTIL BARBOSA DA SILVA
000554	GEOLAINÉ BAUMGARTEN AVILA
000539	GEORGE DE MENEZES HILDEBRANDO
003607	GIOVAN AGOSTINHODE ANDRADE BEZERRA
002862	GIOVANA MION TAUCHMANN
003180	GIOVANI CURIOLLETTI PEREIRA
003201	GUSTAVO KNAESEL HOFFMANN
003726	GUSTAVO NADOLNY
000744	GUSTAVO PIPPA CARDOSO
000121	GUTEMBERG OLIVEIRA MATOS
000275	HELENA TREGNAGO PANICHI
000216	HELOISA SCHMIDT BURG
000356	IDA LUIZE ERBS LOPES
001407	ISADORA RENNÓ EVELIN
003135	ISAQUE ANDRADE DE OLIVEIRA
003544	IVAN PORTO REIS
000540	JAÍNE UMBELINO MACHADO
003729	JAÍRO DOS REIS SANT'ANA
003751	JANAINA ALVES DE ARAUJO
000516	JANSON DE OLIVEIRA MATOS FILHO
001264	JAQUELINE KOEPEL
002545	JASCIARA MAYRA MAÇANEIRO
000913	JEAN CARLO COLASIO
003775	JEFERSON ANTONIO ZAMPIER
003780	JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA
000012	JEFFERSON LUIZ OSTROWSKI
000738	JESSICA ANITA PACHECO DE MIRANDA LIMA
001216	JÉSSICA FERNANDA BRAGA
001055	JESSICA VIEIRA DOS SANTOS
001201	JESSIÉ MARTINS MACHADO
003379	JOANA SCHMIDT ALQUINI
000396	JOÃO FRANCISCO MENDES DE SOUZA
001482	JOÃO MANOEL WESSLING DE SOUZA
001194	JOCILEI INACIO CORREIA
000331	JONES CARDOSO DE NOVAES
001947	JOSIANE FERNANDA DA SILVA
001387	JULIANA MANECHINI CALZA GARRIDO
001661	JULIANA MOREIRA BUCHEN



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003363	JULIANA PEREIRA DA SILVA
001432	JULIANA QUINTINO
001012	JULIANE GERMER
000602	KATIA MACARLE SOSTER
001170	KATIANE FOLLE CASAL
003505	LARISSA MAKIAK
001298	LARISSA OHANA GOMES LOURO DE PAULA
002899	LECI GOMES MARTINS MARTINS
001263	LEILA CÁSSIA DA SILVA NASCIMENTO
000594	LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA
002535	LEO MUZEL MORAIS DONHA
003461	LEONARDO JACQUES DE OLIVEIRA FILHO
003533	LETÍCIA BLOS ORSI
002778	LILIANI RODE SCHULTER
003439	LORRANE CRUZ RODRIGUES
003589	LUANA BOEIRA PEREIRA
001384	LUANA CRISTINA TAMANINI
000139	LUANA PEREIRA
001107	LUCAS FACHI
003132	LUCAS SINHORIN
000052	LUCAS TANAKA REKSIEDLER
000353	LUIZ ERNANDES WESCHE
001985	LUIZ FERNANDO ARRUDA
003824	LUIZ FERNANDO OLIVEIRA
003746	LUIZA BURGER DA SILVA
000179	LUIZE FERNANDA BUEGER
000312	MAICON JEFERSON DA SILVA
003808	MAICON TELES DO AMARAL
002396	MARCELA DE MELLO KALEF
001111	MARCELO ALVES AMORIM
000029	MARCELO BITTENCOURT
002732	MARCELO DE SOUZA BRICK
001099	MARCIA GUIMARÃES VIANA
002692	MARCIO ADRIANNO PEREIRA DE ALMEIDA
000132	MARCIO AUGUSTO VASQUES DA SILVA
001774	MARCIUS PIERCE DA SILVA FILHO
002451	MARCOS DA ROCHA
000098	MARIA EDUARDA MAMEDE CAVALCANTI QUEIROZ PERCÍNIO
001698	MARIA EDUARDA PIRES
000559	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FRANÇA
003734	MARIANA MACHADO ARANTES
000370	MARIANA PELISSARI DE SOUZA
002064	MARIANE SILVA DE SOUZA
000003	MARILIA DE MIRANDA CHIAPPETTA DOS SANTOS
002519	MARINA ARAÚJO DE CARVALHO
001110	MARINA FUXREITER DE MENEZES
001561	MARINA MENDES FABRE
003076	MARWAN GLOCK MALTACA
003583	MATEUS DOZZA SUBTIL
003644	MATEUS SANT ANA
002159	MAURICIO FARIAS COUTO
003671	MAURICIO MIOT SANTOS
001269	MELISSA RENATA PASINI
001350	MESSIAS VINICIUS DA SILVA FERREIRA
001131	MICHAEL AIRES WILGES



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

003694	MICHELLE LEBARBENCHON MASSIGNAN
000535	MIRIAM CRISTINA DA SILVA BUENO NEPOMOCENO
003429	MORGANA CECILIA ANTUNES DE ALMEIDA
000609	MUNDICO RAIMUNDO RODRIGUES BARBOSA NETO
000376	NATHANE CRISTINE MAIA DOS REIS BRASIL
002282	NEIBALI BIER DA SILVA
000641	OSCAR MENDES PEREIRA
001772	OSNEI BRÁS DALCANARI
003709	PALMA ALCÂNTARA SÁ GOMES
003606	PAMELA QUEREN DA ROCHA
000146	PÂMELA RAISSA PEREIRA
000382	PAOLA KRUGER BATTISTI
003570	PATRICIA RIBEIRO DMENJON
001116	PAULA NASCIMENTO CORDEIRO
003664	PAULA VERONICA PEREIRA DA COSTA
002562	PAULO ADOLFO DE MEDEIROS OENNING
000092	PEDRO ALBERTO VAZ DE MACEDO SOARES
001742	PEDRO AUGUSTO LEMANSKI DOS SANTOS
001847	PENÉLOPE BITENCOURT BARG
002302	PRISCILA MORRESI
002026	PRISCILA PANDOLFO
000157	PRISCILA SILVA GOMES PAVARIN
001507	RAFAEL GONÇALVES DA SILVA MARTINS CHAGAS
000974	RAFAEL HAGEMANN
000683	RAFAEL HAMILTON FERNANDES DE LIMA
003754	RAFAEL NAGEL
000537	RAFAELA BERGER DE SOUZA BATSCHAUER
003081	REGGINA NOGUEIRA DE FRANÇA
000571	REGIANE MITIE TEZUKA YAMAZAKI
000577	RENAN PLINIO LINHARES
001271	RENAN BICCA MARONEZE
002328	RENATA
003690	RENNAN JORGE OLIVEIRA MIRA
002621	REVIE ANTONIO CAERAN BOSSONI
003843	RHOYTER ANDREY SCHAFACHECK
003418	RICCELLY MARIA ALBUQUERQUE DONHA
003344	ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK
001591	ROBERTO LEU
003768	ROBSON LUIZ DIERSMANN
003759	RODRIGO MARCOS FATUCH
000742	RODRIGO MOTTA DE MORAES
000112	RONALDO MUNIZ DO CARMO
002737	RONY EDER BARBOSA
003572	ROSANE CAMPOS ALBUQUERQUE
001797	ROXELE APARECIDA GALAN SUDOSKI
001079	RUBIA SCHATZ BAESSO
002751	SERGIO HENRIQUE RITTER BIESEK
003416	SILVIA DE SOUZA DE OLIVEIRA
002993	SILVIA LÁ PORTA SOARES DE OLIVEIRA
001922	SIMONE FABIANE CARVALHO GREJANIN
003846	SUSANA SOUZA OLIVEIRA DA SILVA
001614	SUZAN KATIA LIMA DA SILVA
001109	TAIANY REGINA FERRAZ RUBO
002898	TAMIRES MARTINS SILVA
003624	TASSO JARDEL VILANDE



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

000175	TATIANA CONCEIÇÃO DOS REIS FILAGRANA
002214	TATIANA PATRÍCIA DE ASSIS
001633	TATIANI CRISTINA ZACARIAS
002606	THAÍS DE ÁVILA MARQUEZ
002108	THAIS RUFINO
003786	THIAGO CAMPOS DESTRO
000524	THIAGO FELIPE PICCININI
000225	VANESSA EYERKAUFER
001205	VANESSA FRIEDRICH CASSALI
002336	VERA LUCIA COSTA NEVES IANNUZZI
000138	VERIDIANA ZIELINSKI SALVADOR
001809	VINICIUS DE MELO SILVA
000538	WALTER BUENO RIBEIRO JÚNIOR
000435	WENDER DOMINGOS BATISTA
001169	WILLIAN BATISTA CASAL
000128	WILLIAN RENAN GOZAVA

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES

Inscrição	Candidato
003166	ALAINÉ LUIZ MACHADO MARTINS
000310	CLEBER MOACIR DOS SANTOS
003387	DIORD LUID BORGES
002831	ELAINE AMARAL DA LUZ SEVIGNANI
001692	ELENICE PIAOTQUEWICZ TOMIO
000667	EVANDRO AFONSO RODRIGUES
000546	FABRICIO BALDO
001857	FLÁVIA REGINA MACHADO BOEIRA
000433	FRANCIELLE TALITA PEGORETTI
003207	FRANCINE MARTA BIANQUINI FERRARI
002413	GERSON NAZARENO CAVALCANTE NETO
000233	JOÃO VÍCTOR TEIKOSKI
000548	JOEL FAGUNDES
000486	KARINA DE OLIVEIRA ROSSI
003681	KATLIN MARIE PEREIRA
001827	LETÍCIA BRITTO
000042	LILIAN VERONICA SOUZA
002498	MARILIZE ZIELINSKI SCHICOVSKI
000297	SAMANTHA GAEDKE
001411	YANA BATISTA BERTOLDI

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ENSINO RELIGIOSO

Inscrição	Candidato
000030	ANNA ELISABETH BERTSCH ORSI
003601	DJANILDO AMORIM DE MOURA
000791	LETICIA STEPHANY VIEIRA
001247	MAURÍCIO EDUARDO BERNZ
002029	VERA LUCIA VANELLI

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ

Inscrição	Candidato
002505	JOSIETE C. S. QUEROZ
000259	MARCOLF RAHN
001043	WILLIAN PASCOUTTO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA INGLESA

Inscrição	Candidato
003625	ADRIANA LUCIANE AMARO TONET
001703	CARLOS CURT KLITZKE
002746	EMERSON JUNIOR ALVES
000228	FABIANA BRITO SILVA POCKOCK
000350	LUCAS OLIVEIRA SILVA

PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA

Inscrição	Candidato
002833	AMANDA LUIZA VIZOTO DE OLIVEIRA
003430	ANA CARLA PASSOS COSTA
000603	CELIO ANTONIO SARDAGNA
000213	CRISTIANE CARRILLO DA SILVEIRA KRETZSCHMAR
000500	CRISTINA MARIA COSTA WECKER
001502	DAGMA DE ARAUJO SANTOS
000114	ELSON PEREIRA DA SILVA NETO
003091	HERIBERTO FRANCISCO XAVIER
002632	JANICE CUNHA DOS SANTOS BORBA
000252	JULIANA DOERLITZ
002873	KELI CRISTINE GARCIA
000395	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SPINELLI
001396	MELISSA SIRTOLI MÜLLER
000878	NAYRA DANIELLI MONTEIRO DE CARVALHO
000874	NÉLIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR
001311	NEUZA GORETE STANGELIN
003807	REGIANA CAETANO AYRES DE ARAUJO
002811	ROSELI TREVISAN MARQUES DE SOUZA
000711	UELITON SILVA RIBEIRO
001013	WILSON JUNIOR RODRIGUES LEAL

PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato
000463	ALAN FRANCHESCO PREVILEY CONTESINI
000898	ALINE CRISTINA FERRACIOLI
001804	ALINE ROHLING
000612	ÁLVARO CAMARGO SANT' ANA
003575	ANA LUIZA DA ROCHA CAVALHEIRO
001278	BRUNA DE MELO CUNHA
003165	BRUNO HERWIG
000493	CAMILA DE OLIVEIRA REIS
001909	CARLA LAVARDA CONCENTINO CAETANO
000069	DAIANE QUINTINO SILVA
003574	DANIELA FERNANDES DOS SANTOS
003598	DANIELA NASCIMENTO
001962	DANIELA PRISCILA LINS
001304	DANIELA TAMANINI BENATTI
000939	DANIELLE CRISTINA ZARPELLON
002142	DHIEINE CAMINSKI
000187	EDINARA DA COSTA MITTMANN
001212	EDUARDA BILESKI
002233	ELENIR CARDOSO
002511	FABIOLA LETÍCIA SOMMER
001323	FERNANDA AMANDIO

72





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002131	FERNANDA FONSECA D'ACAMPORA
001868	FERNANDA RAFAELA MARTINS DE MELO
002393	GABRIELA RAZINI
000716	GABRIELLA KUSZ
000833	GEISE JAQUELINE DE SIQUEIRA LINHARES DA SILVA
000091	GUSTAVO ASSI
003708	IGOR MOLINA CARVALHO
002387	JADE JENSEN DA ROCHA
002468	JANISE CRISTIANE FREES
000640	JAQUELINE NEHRING
003221	JHONNY LANCASTER RODRIGUES
001123	JOSÉ EANES LIMA DA CONCEIÇÃO
000682	JOSIANE MORESCO
000754	KAREN KRISTINA KAZMIERCZAK HARBS
001710	KARINE GRACIELE SCOZ
002100	KAROLINY CAMPOS
001045	KRISCIA JAMILLE BAUMANN
003089	LAURA VASCONCELLOS TORRES
001706	LEIDIANE PEIXOTO DA SILVA
001941	LEILA PATRICIA CIPRIANI
002565	LILIANE PEREIRA DA PAIXÃO
002226	LIVIA CASTRO BERRO
000488	LORIDANE MEOTTI
001181	LUIZ CARLOS KLEMEZ
000911	MARCIA TOMELIN
000805	MARIANE DE SOUZA CARDOSO
001539	MORGANA APARECIDA GUSATTO
001872	MURILO TAVARES TEIXEIRA
000523	NAIARA DA SILVA FLORIANO
000519	NATALIA VARGAS FILOMENO
001104	PAULA KARINA ROSA LUZ
002646	REBECA DE OLIVEIRA LOPES
000802	RENATA BAUER
003125	ROGÉRIO EUGÊNIO DA SILVA
003528	ROMAICON BORDINI DOS SANTOS
002973	SUSANA OLISKOVICZ
001190	TERRY KELLY LEITE TADOKORO
000287	THAYNA GABRIELA DOS SANTOS LONGEN
000755	VALÉRIA PEREIRA MARTINS
003502	VICTÓRIA GARCIA FREITAS

TÉCNICO EM AGRIMESSURA

Inscrição	Candidato
000978	EDSON MARQUES
002069	GEÚLIA ESPINDOLA AREIAS
003150	GIORGIO GUARNERI DOS SANTOS
000103	GIOVANE HENRIQUE WEIDMANN
002408	JOSÉ PAULO MATOS DE CARVALHO
002531	JÚLIA CORREIA
001373	RODRIGO DEODATO ALVES

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato
001542	ALAN CESAR CORREA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

002723	ALEXANDRE ALFONSO SCHOENFELDER
000945	ANDERSON CRUZ
000807	ARON BRUNO LIVO
001091	CESAR AUGUSTO MICHELI
001650	DAIANA ROSA GOULARTE
002278	DAMIAO FERREIRA DE OLIVEIRA
003471	DOUGLAS DIEGO DOS SANTOS
003828	EDUARDO HONÓRIO DA SILVA
001865	EDUARDO VICTOR MORAES DE LIMA
001696	ERNANI CRISTIANO SIEBERT
003558	EUCLIDES PEREIRA JUNIOR
000598	FÁBIO SCHUMACHER
003138	FABRIZIO FARIAS MONTANES
000133	FELIPE DE ANDRADE ALVES
002649	FELIPE THOMAZ DE SOUZA DOS SANTOS
001132	GRACIELLE PEREIRA DA SILVA
003124	HELICIO JULIO MATIAS JUNIOR
003648	JEAN CARLOS SCOZ
001911	JULIAN PEIXER
000963	LILIANE LOPES LIMA
002186	MAICO TADEU BECKHAUSER
000875	MARCO ANTONIO SENS
001569	MATEUS NICKEL
003622	MATHEUS EDUARDO PISETTA GORIGOITIA
003635	ORBISON MACHADO DA SILVA
003880	SAMANTHA SABINE BUSE PINHEIRO
000144	VALERIA HELENA POLITI GERBELLI
000804	YUJI FARUK MURAKAMI FELES

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Inscrição	Candidato
000131	CAMILA DE OLIVEIRA BECKER
000931	DARA JANAINA HALMENSCHLAGER
001656	JESSICA FERNANDA ZOI BOLOMINI
003417	LETÍCIA OLIVEIRA DE ABREU
000528	MELISSA CAMARGO DE CARVALHO
001877	NIUZETH VIANA DE CAMPOS
002340	RAFAELA BLENDA PIRES

Município de Pomerode, 30 de Outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT
 PREFEITA MUNICIPAL, *em exercício*

EDITAL 15/2018 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 - LOCAL E HORÁRIO DA PROVA

Publicação Nº 1788772

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE POMERODE**EDITAL 15/2018 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018**

GLADYS DINAH SIEVERT, PREFEITA MUNICIPAL DE POMERODE, *em exercício*, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA do Edital 15/2018 – Concurso Público 01/2018, conforme segue:

LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA

POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCAM-SE TODOS OS CANDIDATOS DEFERIDOS PARA REALIZAR A PROVA OBJETIVA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2018, É RECOMENDADO AO CANDIDATO QUE COMPAREÇA AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA DE 30min, PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA AZUL OU PRETA COM TUBO TRANSPARENTE;

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	08h00
Fechamento dos portões	08h50
Início da prova Objetiva.	09h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	09h30
Término Prova Objetiva	12h00

Será vedado o acesso ao local de prova dos candidatos que se apresentarem após as 8h50min. sob qualquer alegação.

ATENÇÃO

DEVIDO AO NÚMERO DE CANDIDATOS A PROVA SERÁ REALIZADA EM MAIS DE 01 (UM) LOCAL DE AVALIAÇÃO, DISTRIBUIDO CONFORME SEGUE:

E.E.B. PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAIS, LOCALIZADA A RUA PROFESSOR TANCREDO TASCA, 257 - TESTO REGA – POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **ENGENHEIRO CIVIL**
- **PSICÓLOGO**
- **TERAPEUTA OCUPACIONAL**

E.E.B. JOSÉ BONIFÁCIO, LOCALIZADA A RUA FREDERICO WEEGE, 146 – CENTRO – POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **ASSISTENTE DE FARMÁCIA**
- **FISIOTERAPEUTA**
- **PROCURADOR MUNICIPAL**

E.E.B.M. PROFESSOR CURT BRANDES, LOCALIZADA A RUA HERMANN WEEGE, 1222 – CENTRO - POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **AGENTE DE TRÂNSITO**
- **ARQUITETO**





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

COLÉGIO SINODAL DR. BLUMENAU, LOCALIZADO A AVENIDA 21 DE JANEIRO, 1180 - CENTRO – POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **MÉDICO CLÍNICO GERAL**
- **MÉDICO CLÍNICO GERAL COMUNITÁRIO**
- **MÉDICO DO TRABALHO**
- **MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA**
- **MÉDICO INFECTOLOGISTA**
- **MÉDICO PEDIATRA**
- **MÉDICO PSIQUIATRA**
- **PEDREIRO**
- **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

E.B.M. DR. AMADEU DA LUZ, LOCALIZADA A RUA HILDA A.G. VOLKMANN, 400 - TESTO ALTO – POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**
- **PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES**
- **PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA INGLESA**
- **PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA**
- **PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ**
- **PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ENSINO RELIGIOSO**

E.B.M. HERMANN GUENTHER, LOCALIZADA A RUA HERMANN GUENTHER, 700 – RIBEIRÃO CLARA – POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **ATENDENTE EM CONSULTÓRIO DENTÁRIO**
- **ENFERMEIRO**
- **TÉCNICO EM AGRIMESSURA**

E.B.M. OLAVO BILAC, LOCALIZADA A RUA 15 DE NOVEMBRO, 10.405 - TESTO CENTRAL – POMERODE – PARA OS CARGOS DE:

- **AUXILIAR DE CLASSE**
- **CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO**

Município de Pomerode, 30 de Outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT
PREFEITA MUNICIPAL, *em exercício*



EDITAL 16/2018 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01-2018 - ROL DE INSCRITOS

Publicação Nº 1788575

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE POMERODE**EDITAL 16/2018**
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2018

GLADYS DINAH SIEVERT, PREFEITA MUNICIPAL DE POMERODE, *em exercício*, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS do Edital 16/2018 – Processo Seletivo Público 02/2018, conforme segue:

ROL DE INSCRITOS**INSCRIÇÕES DEFERIDAS****PCD – PESSOA COM DEFICIÊNCIA****TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000047	TATIANA PEREIRA DE MELO DE SOUZA	7276269

AC – AMPLA CONCORRÊNCIA**TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000037	CLEBER RIBEIRO GOMES	001250802
000017	CLÉIA DOS SANTOS ALVES	5029631552
000034	DENISE DALCIN	6070232721
000045	DGEOVANA EDUARDA KRUGER	06366131
000033	FABIANA DA SILVA ZABALA	1143112
000007	FABIO PADILHA	106365253
000010	FERNANDO CARLOS BORINELLI	3068256
000046	IVONETE LOOS LUCAS	0303476451
000049	JULIET PASTA	5325940
000020	KARIN IVONE SCHUMANN BAMFI	1396476
000024	KATHIA CRISTINA CORREIA DALLABONA	4835277
000003	LUCIANA BRIDAROLLI	4426811
000002	MAIKON DA SILVA	4267394
000035	MARLEI MACHADO ZAVALHIA	4381388
000031	ODIRLEI BORBA	34832483
000048	ROBINSON KISTNER	36372056
000041	RUBIA DUWE	3508344
000021	SIDNEI FOSSA	3205705
000047	TATIANA PEREIRA DE MELO DE SOUZA	7276269
000028	VALÉRIA FRANCIELE DE MELO VIEIRA	485235018
000015	VIVIANE KOWALCZUK	5516402

1





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU

Inscrição	Candidato
000030	AGNALDO MORAES
000026	CARLA ROSANE DE SOUSA SCHINDLER
000016	DAIANE CRISTINA CORRÊA
000014	DAIANE SARA DOS SANTOS
000039	DENIZE CRISTINA DO NASCIMENTO ALVES
000032	DILMARA APARECIDA DE OLIVEIRA
000027	FABIANA GIOVANNA SCHMITZ
000018	JENNIFER JUCIANE STIEHLER NICOLETTI
000029	JOÃO CARLOS DOS SANTOS
000025	JOSÉ EANES LIMA DA CONCEIÇÃO
000009	KAROLINA FRANCISCA LENFERS
000013	LUZIA GERUZA FERREIRA
000052	MAICON LUIZ BONA
000004	MAISA PRUBE VIEIRA
000019	MARCELO DA SILVA DE OLIVEIRA
000005	MARISTELA PRUBE VIEIRA
000044	MARLI LOPES LINZMEYER
000022	MARLI TERESINHA ZANELLA PLECZAK
000008	MIRIAN AMARAL
000006	MIRIANE MONTIBBELER WAGENKNECHT
000011	MONICA KRISANSKI HAUSMANN
000036	RAFAELA FÁVERO
000042	REBECA DE OLIVEIRA LOPES
000038	RODOLFO DE JESUS DAMBROSIO
000043	RONEY CICERO DE MENDONÇA
000023	SAMARA CRISTINA DOS SANTOS
000050	SANDRO LUIS ECKS COSTA
000051	SIMONE AMERICO DE MORAIS
000040	WALÉRIA MORAIS BENITES

Município de Pomerode, 30 de Outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT
PREFEITA MUNICIPAL, *em exercício*

2



EDITAL 16/2018 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2018 - LOCAL E HORÁRIO DA PROVA

Publicação Nº 1788773

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE POMERODE**EDITAL 16/2018 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2018**

GLADYS DINAH SIEVERT, PREFEITA MUNICIPAL DE POMERODE, *em exercício*, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA do Edital 16/2018 – Processo Seletivo Público 01/2018, conforme segue:

LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA

POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCAM-SE TODOS OS CANDIDATOS DEFERIDOS PARA REALIZAR A PROVA OBJETIVA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2018, É RECOMENDADO AO CANDIDATO QUE COMPAREÇA AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA DE 30min, PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA AZUL OU PRETA COM TUBO TRANSPARENTE;

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	08h00
Fechamento dos portões	08h50
Início da prova Objetiva.	09h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	09h30
Término Prova Objetiva	12h00

Será vedado o acesso ao local de prova dos candidatos que se apresentarem após as 8h50min. sob qualquer alegação.

A PROVA PARA TODOS OS CANDIDATOS SERÁ REALIZADA NA E.B.M. OLAVO BILAC, LOCALIZADA A RUA 15 DE NOVEMBRO, 10.405 - TESTO CENTRAL – POMERODE.

Município de Pomerode, 30 de Outubro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT
PREFEITA MUNICIPAL, *em exercício*



Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 50/2018

Publicação Nº 1788809

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 143/2018 de 20 de Julho de 2018, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 14/11/2018, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS NÃO PROFISSIONAIS DE FUTSAL.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site www.pmpan.sc.gov.br ou através do e-mail: licitacoes@pmpan.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte - SC, 31/10/2018.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA 2345/2018

Publicação Nº 1788454

LEI Nº 2.345/2018 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU ALBERTO WRUBEL - Prefeito do Município de PONTE SERRADA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais e;
- VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
- IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programas às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);
- Fundo Municipal da cultura (centralizado);
- Fundo de Desenvolvimento econômico (centralizado);
- Fundo Municipal do Idoso (centralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2015 a 2017, fixada para 2018 e projetada para 2019 a 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2017 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2019 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2015 a 2017;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015 a 2018, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2019, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2019 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2019.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2017/2018 e funcionamento regular exercício de 2019, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2019, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º - O Executivo Municipal, mediante celebração de convênio, poderá ceder servidor efetivo para ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, dos Municípios, em organizações sociais e pessoas jurídicas de direito privado, se tiver interesse público.

§ 2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2018, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA (SC) EM 23 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

LO 2346/2018

Publicação Nº 1788462

LEI Nº 2.346/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO EM VIA DE MÃO ÚNICA TRECHO DA RUA TRÊS DE MAIO COMPREENDENDO DA ESQUINA DA RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO ATÉ A ESQUINA DA RUA MADRE MARIA THEODORA, DEFRONTE A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOM VITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica transformada em via de mão única trecho da Rua Três de Maio compreendendo da esquina da Rua Marechal Floriano Peixoto até a esquina da Rua Madre Maria Theodora, defronte a Escola de Educação Básica Dom Vital, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada (SC),

em 30 de outubro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1965, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788431

DECRETO Nº 1965, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Altera os itens que especifica do Decreto Municipal nº 1954/2018.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 1954, de 17 de outubro de 2018, com suas alterações posteriores, passará a vigorar com a seguinte redação:

4 – DA INSCRIÇÃO

4.1 – As inscrições dos delegados com direito a voto para participação da eleição dos membros do CGPMLP – Conselho Gestor do Parque Municipal da Lagoa do Perequê serão efetuadas até o dia 14 de novembro do exercício em que venha a ser realizado o fórum, até às 18:00 horas, na sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo.

5 – DO PROCESSO ELEITORAL

5.1 – Na data: 21 de novembro do exercício em que venha a ser realizado o fórum, a partir das 19:00 até as 21:00 horas, no plenário da Câmara de Vereadores de Porto Belo, sito na Rua Capitão Gualberto Leal, n.: 330, centro, Porto Belo, será realizada a sessão que terá início pela apresentação dos respectivos candidatos e em seguida terá início a eleição dos membros do Comitê Gestor.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

PORTARIA 260/2018

Publicação Nº 1786769

PORTARIA Nº: 260/2018

“Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente a Servidora Pública Municipal Senhora Vânia Regina Zakrzewski”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e ainda em conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 16/2018,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR INVALIDEZ PERMANENTE, a Senhora Vânia Regina Zakrzewski, ocupante do cargo efetivo de Professora de Inclusão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com Proventos Integrais – MOLÉSTIA PROFISSIONAL OU DOENÇA GRAVE, CONTAGIOSA OU INCURÁVEL, NA FORMA DA LEI - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações, de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de Novembro do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 29 dias do mês de Outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 580/2018

Publicação Nº 1788146

DECRETO Nº 580, de 29 de outubro de 2018.

Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2019", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2019 é o seguinte:

JANEIRO – 2019

Dia 1º (Terça-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

MARÇO – 2019

Dia 05 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo

Dia 06 (Quarta-feira) Cinzas - Ponto Facultativo até às 12 horas

ABRIL – 2019

Dia 19 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal

Dia 21 (Domingo) Tiradentes - Feriado Nacional

MAIO – 2019

Dia 1º (Quarta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

JUNHO – 2019

Dia 20 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

SETEMBRO – 2019

Dia 05 (Quinta-feira) Emancipação do Município - Feriado Municipal

Dia 07 (Sábado) Independência do Brasil - Feriado Nacional

OUTUBRO – 2019

Dia 07 (Segunda-feira) Nossa Senhora das Vitórias - Ponto Facultativo
Padroeira do Município

Dia 12 (Sábado) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional

Dia 28 (Segunda-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

NOVEMBRO – 2019

Dia 02 (Sábado) Finados - Feriado Nacional

Dia 15 (Sexta-feira) Proclamação da República - Feriado Nacional

DEZEMBRO – 2019

Dia 25 (Quarta-feira) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EDITAL 002/2018 - PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1787995

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE
PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA
DECRETO Nº 295 de 28/09/17 EDITAL 002/2018

A comissão responsável pelo processo de Progressão por Formação Continuada e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22

de junho de 2011, no uso de suas atribuições legais torna público as inscrições DEFERIDAS E INDEFERIDAS e abre PRAZO RECURSAL, conforme abaixo relacionado:

INSCRIÇÕES DEFERIDAS - EDUCAÇÃO INFANTIL

ORDEM	NOME
01	ANA LÚCIA MARTINS DE FREITAS ANDREKOWICZ
02	ANA ROSA MARIA DE AGOSTINHO
03	ANDREIA APARECIDA CLAUS COSTEK
04	EMANUELLA MACIEL SCHWARTZ
05	FERNANDA LORENA PETTERS
06	FRANCIELE GALVÃO
07	FERNANDA PAULA FRONCHETTI AZEREDO
08	JOSIANE PAULA CORDEIRO
09	MARA CLEI MARSCHALK PUFF
10	MICHELE ALESSANDRA PATTENE
11	PATRICIA DE FÁTIMA REISDORFER
12	SILVANA REBONATO DA ROSA
13	SANDRA CRUZ RODRIGUES
14	YARA PINTO FERREIRA KURUTZ
15	ZENAIDE MARIA LARSEN ZIMMERMANN

INSCRIÇÕES DEFERIDAS - ENSINO FUNDAMENTAL

ORDEM	NOME
01	ANA PAULA COELHO TESTI
02	CIANE GIANINI DROSDOSKI MOHR
03	CÍNTIA MARQUES DE MORAES
04	EDER HOMCZINSKI
05	EMÍLIA DA CONCEIÇÃO BANASZESKI
06	GISELE CASAGRANDE
07	GISELE GAJDECZKA
08	JOSIANE GROSSL FROELICH
09	LINDALVA MONTEIRO
10	LUCIA PAOLYCK
11	MARCIA ISABEL LUDKE BRIXNER
12	MARIA DE LOURDES FURKIM DOS SANTOS
13	MOIRA DE CASSIA FERREIRA
14	SIMONE DA SILVA ALVES
15	VERÔNICA MAÍNA A SILVA HOMCZINSKI
16	ZILDA LEONI FARBER

INSCRIÇÕES DEFERIDAS – PROFESSOR PEDAGOGO

ORDEM	NOME
01	ANDREZA KERLI CORRÊA DALGALLO

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

ORDEM	NOME	MOTIVO
01	AGNES MARGARETE MULLER	JÁ PROGREDIU NO ANO DE 2017.
02	CAROLINE MOYSES DE SOUZA	JÁ PROGREDIU NO ANO DE 2017.
03	BERENICE APARECIDA GUERELUS GONÇALVES	NÃO COMPLETOU TRÊS ANOS A CONTAR DE 2017, QUANDO RETORNOU À ESCOLA.
04	MARCIA APARECIDA SIMPLÍCIO DE SOUZA	JÁ PROGREDIU NO ANO DE 2017.
05	CARMEN CRISTINE SCHERAMP	JÁ PROGREDIU NO ANO DE 2017.
06	SALETE TEREZINHA HUPALO BUDNIAK	JÁ PROGREDIU NO ANO DE 2017.
07	SONIA VIERO STACECHEN	JÁ PROGREDIU NO ANO DE 2017.
08	VILMA TEREZINHA BULEK	REQUERIMENTO PROTOCOLADO FORA DO PRAZO CONFORME EDITAL 001/2018. CERTIFICADO APRESENTADO JÁ UTILIZADO PARA PROGRESSÃO DE 2015/2016.

DO PRAZO RECURSAL

Em conformidade com o previsto no item IV, letra E, do Edital Nº001/2018, de 16 de outubro de 2018, o docente ou pedagogo que sentir-se

prejudicado com o resultado, desde que haja argumentos cabíveis, deverá manifestar-se por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de divulgação do resultado do presente edital.

Esgotado o PRAZO RECURSAL, será homologado por Ato da Comissão o resultado FINAL DA PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA, que terá seus efeitos a partir de janeiro do ano seguinte.

Porto União (SC), em 30 de outubro de 2018.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI

Presidente da Comissão

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO Nº D/4.245/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788206

DECRETO Nº D/4.245/2018, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e dá outras providências.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, na forma do artigo 111, X da Lei Orgânica Municipal, bem como, a necessidade de regulamentar a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Capítulo I

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º. A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, que se necessário poderá ser precedido de investigação preliminar com caráter sigiloso e não punitivo.

Parágrafo único. Os atos previstos como infrações administrativas e às normas de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, aplicando-se o rito procedimental previsto neste Decreto, desde que ainda não tenha havido a devida responsabilização da pessoa jurídica.

Art. 3º. A competência para a instauração e para o julgamento do PAR ou do procedimento de investigação preliminar é do Prefeito Municipal.

§ 1º Será necessário informar à Unidade Central de Controle Interno acerca dos processos que vierem a se instaurar com base neste Decreto.

§ 2º O controlador interno poderá em caso de omissão da autoridade competente, avocar processos por ela já instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigir o andamento, tendo poderes para a aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º A competência de que trata o caput será exercida de ofício ou mediante provocação.

Art. 4º. As autoridades competentes para instauração do PAR, nos termos do artigo anterior, ao tomarem ciência da possível ocorrência do ato lesivo, em sede de juízo de admissibilidade e mediante despacho fundamentado, decidirão:

I - pela abertura de investigação preliminar;

II - pela instauração direta de PAR; ou

III - pelo arquivamento da matéria.

Seção II

Da Investigação Preliminar

Art. 5º. A investigação preliminar se destina a identificar indícios de autoria e materialidade de fato que possa acarretar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Parágrafo único. Sempre que tomar conhecimento de fato que possa ser objeto de responsabilização administrativa por qualquer dos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 2013, qualquer órgão da Administração e/ou Secretário Municipais deverá encaminhar comunicação formal ao Prefeito Municipal, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativa, nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 6º. A investigação preliminar será conduzida por um ou mais servidores efetivos e deverá ser concluída no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo admitidas prorrogações por igual período, mediante solicitação devidamente justificada à autoridade instauradora.

Art. 7º. O servidor ou comissão responsável pela investigação preliminar poderá utilizar-se de todos os meios probatórios admitidos em lei para a elucidação dos fatos.

Art. 8º. Ao final da investigação preliminar, o servidor ou comissão responsável pela investigação enviará à autoridade competente as peças de informações obtidas, acompanhadas de relatório conclusivo acerca da existência de indícios, de autoria e da materialidade de atos lesivos à Administração Pública Municipal.

Art. 9º. Recebidos os autos da investigação preliminar com o relatório conclusivo, a autoridade competente poderá determinar a realização de novas diligências, o arquivamento da matéria ou a instauração de PAR.

Seção III

Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art. 10. A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa - PAR dar-se-á mediante portaria que deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios e deverá conter:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a comissão;

III - o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e

IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 11. O PAR será conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores públicos estáveis que exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º Os atos processuais poderão ser realizados por meio de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

Art. 12. O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por meio de solicitação do presidente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de forma fundamentada.

Art. 13. A comissão, para o devido e regular exercício de suas funções, poderá:

I - propor à autoridade instauradora a suspensão cautelar dos efeitos do ato ou do processo objeto da investigação;

II - solicitar a atuação de especialistas com notório conhecimento, de órgãos e entidades públicos ou de outras organizações, para auxiliar na análise da matéria sob exame;

III - solicitar ao órgão de representação judicial que requeira as medidas judiciais necessárias para o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

Parágrafo único. Em caso de deferimento da suspensão cautelar prevista no inciso I, o interessado poderá interpor recurso à autoridade instauradora no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da intimação da decisão.

Art. 14. Instaurado o PAR, a comissão notificará a pessoa jurídica de sua abertura para acompanhar todos os atos instrutórios e para que no prazo de 10 (dez) dias possa especificar as provas que pretende produzir. Encerrada a fase instrutória a pessoa jurídica será intimada para no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita.

§ 1º Na notificação a comissão informará à pessoa jurídica os supostos fatos ilícitos apurados.

§ 2º Do instrumento de intimação constará:

I - a identificação da pessoa jurídica e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

II - a identificação do órgão ou da entidade envolvida na ocorrência e o número do processo administrativo instaurado;

III - a descrição sucinta dos atos lesivos supostamente praticados contra a Administração Pública Municipal e as sanções cabíveis;

IV - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa escrita;

V - a indicação precisa do local onde a defesa poderá ser protocolizada;

VI - a informação de que o curso do PAR prosseguirá independentemente de a pessoa jurídica se manifestar nos autos

Art. 15. As notificações e intimações poderão ser feitas por meio eletrônico, via postal com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio que assegure a certeza de ciência por parte da pessoa jurídica mencionada no PAR, cujo prazo será contado a partir da data da cientificação oficial, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Serão válidas as comunicações feitas para o endereço postal ou eletrônico da pessoa jurídica informado à administração pública, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica manter atualizado o seu cadastro nos órgãos e entidades públicas.

§ 2º Será feita nova intimação por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios, contando-se o prazo para apresentação da defesa a partir da última data, quando:

I - a pessoa jurídica não possua sede, filial ou representação no Brasil e seja desconhecida a sua representação no exterior;

II - a pessoa jurídica esteja estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível; ou

III - não tenha êxito a intimação na forma do "caput" deste artigo.

Art. 16. A pessoa jurídica poderá acompanhar o PAR por meio de seus representantes legais, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por procuradores devidamente constituídos, sendo-lhes assegurado amplo acesso aos autos.

Art. 17. É vedada a retirada dos autos do local onde a comissão se encontra instalada, sendo garantida sua vista à pessoa jurídica, bem como, mediante requerimento, a obtenção de cópias, resguardadas as situações de sigilo.

Art. 18. Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas em sua defesa, a comissão processante apreciará o requerimento por meio de decisão fundamentada e fixará prazo razoável para a produção das que forem deferidas.

Parágrafo único. Serão motivadamente recusadas pela comissão as provas que se mostrem ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 19. Se, após a conclusão da instrução, forem juntadas aos autos provas novas, a pessoa jurídica será intimada para, querendo, apresentar alegações acerca do que foi juntado, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 20. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, que deverá abranger os seguintes aspectos:

I - descrição dos fatos apurados;

II - exame das provas produzidas;

III - apreciação dos argumentos apresentados na defesa escrita, caso esta tenha sido apresentada;

IV - manifestação conclusiva quanto à responsabilização da pessoa jurídica ou ao arquivamento do processo;

V - proposição das sanções a serem aplicadas e descrição da forma de dosimetria empregada; e

VI - indicação de eventual prática de infrações administrativas por parte de agente público, com a sugestão de encaminhamento aos órgãos competentes para apuração.

Art. 21. Após a conclusão do relatório final, a comissão deverá encaminhá-lo à autoridade instauradora.

§ 1º Após o relatório final, a comissão deverá intimar a pessoa jurídica para que, querendo, apresente alegações finais à autoridade julgadora no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 22. Adotadas as providências indicadas no art. 21, a autoridade julgadora competente deverá proferir sua decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A decisão da autoridade julgadora deverá ser precedida de manifestação jurídica elaborada pela Assessoria Jurídica do Município.

§ 2º Na hipótese de discordar do relatório final da comissão, a autoridade julgadora deverá fundamentar sua decisão.

§ 3º A decisão proferida pela autoridade julgadora será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico do órgão ou entidade pública responsável pela instauração do PAR.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, a pessoa jurídica deverá ser intimada da decisão proferida pela autoridade julgadora, nos termos do art. 14.

Seção IV

Do Pedido de Reconsideração

Art. 23. Da decisão administrativa sancionadora cabe pedido de reconsideração com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação da decisão.

§ 1º A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não apresentar pedido de reconsideração deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

§ 2º A autoridade julgadora terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir sobre a matéria alegada no pedido de reconsideração e publicar nova decisão.

§ 3º Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica novo prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contados da data de publicação da nova decisão.

Capítulo II

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 24. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013: I - multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e II – publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I do caput, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Seção II

Da Multa

Art. 25. A multa será fixada levando-se em consideração a gravidade do ato lesivo, a repercussão social da infração e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, jamais podendo ser inferior à vantagem auferida pela pessoa jurídica, quando for possível sua estimação.

Art. 28. O valor final calculado para a multa corresponderá, no mínimo, a:

I - 0,1% (um décimo por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos; ou

II - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na hipótese do parágrafo único do art. 24.

Art. 29. Em qualquer hipótese, o valor final da multa terá como limite:

I - mínimo, o maior valor entre o da vantagem auferida e o previsto no art. 28; e

II - máximo 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos.

Art. 30. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 23.

§ 1º Feito o recolhimento, a pessoa jurídica sancionada apresentará ao órgão ou entidade que aplicou a multa documento que ateste o pagamento integral do valor da sanção imposta.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no caput sem que a multa tenha sido recolhida ou não tendo ocorrido a comprovação de seu pagamento integral, o órgão que aplicou a sanção encaminhará o débito para inscrição em Dívida Ativa do Município.

Seção III

Da Publicação Extraordinária da Decisão Administrativa Sancionadora

Art. 31. A pessoa jurídica sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, publicará às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

I - em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

II - em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

III - em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

Seção IV

Dos Encaminhamentos Judiciais

Art. 32. As medidas judiciais relativas à cobrança da multa administrativa aplicada no PAR, à promoção da publicação extraordinária da decisão sancionadora, à persecução das sanções referidas nos incisos I a IV do caput do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, à reparação integral dos danos e prejuízos, além de eventual atuação judicial para a finalidade de instrução ou garantia do processo judicial ou preservação do acordo de leniência, serão solicitadas à Procuradoria Municipal ou ao órgão de representação judicial ou equivalente das entidades lesadas.

Capítulo III

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 33. O Município poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, que colaborem efetivamente com as investigações e com o processo administrativo, de forma que dessa colaboração resulte:

I - a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber;

II - a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.

Parágrafo único. O Município também poderá celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos em normas de licitações e contratos da administração pública, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas ali estabelecidas.

Art. 34. Compete à Unidade Central de Controle Interno do Município celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º O acordo observará os termos estabelecidos no Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 2º Fica assegurada a participação do Ministério Público no acordo de leniência, que poderá se dar em decorrência de sua própria iniciativa, de solicitação da pessoa jurídica proponente ou de convite por parte da Unidade Central de Controle Interno do Município.

Art. 35. A pessoa jurídica que pretenda celebrar acordo de leniência deverá:

I - ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

II - ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo a partir da data da propositura do acordo;

III - cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo e comparecer, sob suas expensas e sempre que solicitada, aos atos processuais, até o seu encerramento;

IV - fornecer informações, documentos e elementos que comprovem a infração administrativa; e

V - comprometer-se quanto à implementação ou à melhoria de mecanismos internos de integridade.

§ 1º Em todas as fases do acordo de leniência, a pessoa jurídica atuará por meio dos seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 2º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§ 3º A proposta de acordo de leniência poderá ser apresentada até a conclusão do relatório final a ser elaborado no PAR.

§ 4º O acesso ao conteúdo da proposta do acordo de leniência será restrito à autoridade competente para sua celebração e à comissão por ela designada, ressalvada a possibilidade de a pessoa jurídica proponente autorizar a divulgação ou compartilhamento da existência da proposta ou do seu conteúdo, desde que haja anuência daquela autoridade.

Art. 36. A proposta de acordo de leniência será escrita, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e conterá, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§ 1º A proposta de acordo de leniência será protocolada junto à Unidade Central de Controle Interno do Município, em envelope lacrado, identificado com os dizeres "Proposta de Acordo de Leniência nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013" e "Confidencial".

Art. 37. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por, no mínimo, dois servidores estáveis para conduzir a negociação do acordo.

§ 1º Compete à comissão prevista no caput:

I - comunicar imediatamente à autoridade que a designou acerca do eventual risco de prescrição de processos administrativos que estejam em curso no âmbito do Poder Executivo Municipal e que envolvam os fatos objetos do acordo;

II - esclarecer a pessoa jurídica proponente acerca dos requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

III - examinar se a pessoa jurídica proponente cumpriu os requisitos elencados do art. 35 deste Decreto;

IV - propor a assinatura de memorando;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) o comprometimento da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

VI - a elaboração de relatório conclusivo acerca da negociação, devendo sugerir, de forma motivada, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 39 deste Decreto, quando for o caso.

§ 2º O memorando de entendimentos previsto no inciso IV do § 1º destina-se a formalizar a proposta apresentada pela pessoa jurídica e a definir os parâmetros do acordo de leniência.

§ 3º O relatório conclusivo será submetido à autoridade competente para celebrar o acordo de leniência.

Art. 38. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por uma única vez, caso presentes as circunstâncias que o exijam.

§ 1º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência, haverá registro dos temas tratados, em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

§ 2º A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação poderá rejeitá-la.

§ 3º A desistência da proposta de acordo de leniência ou a sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado;

II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a Administração Pública tiver conhecimento deles por outros meios; e

III - não será divulgada, ressalvado o disposto no § 4º do art. 35.

§ 4º Durante a fase de negociação, o não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente ou da comissão designada importará na desistência da proposta.

Art. 39. Os benefícios que poderão decorrer do cumprimento do acordo de leniência pela pessoa jurídica são:

I - isentar a pessoa jurídica da publicação extraordinária da decisão condenatória;

II - isentar da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

III - redução em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

§ 1º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 2º Os benefícios previstos ficam condicionados ao cumprimento integral do acordo e serão concedidos na forma e na proporção em que forem pactuados entre as partes celebrantes.

§ 3º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de

direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 40. Do acordo de leniência constará obrigatoriamente:

I - a identificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes legais, acompanhada da documentação pertinente;

II - a descrição da prática denunciada, incluindo a identificação dos participantes de que a pessoa jurídica tenha conhecimento e o relato de suas respectivas participações no suposto ilícito, com a individualização das condutas;

III - a confissão da participação da pessoa jurídica no suposto ilícito, com a individualização dos seus atos;

IV - a declaração da pessoa jurídica no sentido de ter cessado completamente o seu envolvimento no suposto ilícito, antes ou a partir da data da propositura do acordo;

V - a lista com os documentos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com a definição do prazo para a sua disponibilização;

VI - o compromisso da pessoa jurídica em cooperar plena e permanentemente com as investigações e com o processo administrativo, comparando, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;

VII - o percentual em que será reduzida a multa, bem como a indicação, quando for o caso, das demais sanções que serão afastadas ou atenuadas e o grau de atenuação, caso a pessoa jurídica cumpra suas obrigações no acordo;

VIII - a previsão de que o não cumprimento, pela pessoa jurídica, das obrigações previstas no acordo de leniência resultará na perda dos benefícios previstos;

IX - a natureza de título executivo extrajudicial do instrumento do acordo, nos termos do Código de Processo Civil;

X - o prazo e a forma de acompanhamento, pelo órgão competente nos termos do art. 34 deste Decreto, do cumprimento das condições nele estabelecidas; e

XI - as demais condições que a autoridade competente considere necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 1º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 2º O órgão competente para celebrar o acordo de leniência manterá restrito o acesso aos documentos e informações comercialmente sensíveis da pessoa jurídica signatária do acordo.

§ 3º O acompanhamento de que trata o inciso XI é de competência da Unidade Central de Controle Interno.

Art. 41. Concluído o acompanhamento de que trata inciso XI do art. 40, o acordo de leniência será considerado definitivamente cumprido por meio de ato da autoridade competente nos termos do art. 34 deste Decreto, que declarará a isenção ou cumprimento das respectivas sanções, conforme disposto no art. 39.

Art. 42. No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios ali pactuados;

II - a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

III - o PAR referente aos atos e fatos objetos do acordo será retomado; e

IV - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, em 29 de outubro de 2.018.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 29/10/2.018, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella

Secretária Municipal de Administração,

Planejamento e Finanças

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL PREGÃO RP 127/2018

Publicação Nº 1788629

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2018.

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados alteração promovidas no Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 127/2018, nos seguintes termos:

1. Fica excluído o documento abaixo, constante do item 5, subitem 5.1 do Edital de Pregão Presencial para registro de Preços nº 127/2018:
"

f) CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA EMITIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, que também comprove vínculo do profissional que confere responsabilidade técnica à empresa;

..... "

Fica alterada a data e horário para entrega e abertura dos envelopes do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 127/2018, ficando marcada para a entrega às 9:00 horas do dia 13 de novembro de 2018 e abertura para às 9:10 horas do dia 13 de novembro de 2018, no mesmo local.

Quilombo, 30 de outubro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0054/2018 - PMRA

Publicação Nº 1788404

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2018 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0076/2018 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0054/2018 – PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de materiais para a revitalização da cancha de bocha do Ginásio Municipal Nelson Lenardt. Conforme Edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 14/11/2018, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 30 de outubro de 2018 /Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 161/2018

Publicação Nº 1787967

1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH, 0KM, ANO 2018/2019, COR BRANCA, MOTOR 1.0 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROCON MUNICIPAL DE RIO DO SUL, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu à seguinte alteração no Edital nº 161/2018:

Fica alterado o TERMO DE REFERÊNCIA do referido edital, no item 2.1, passando a ter a seguinte redação:

2.1 ITEM 01 – VEÍCULO HATCH COMPACTO, COR BRANCA, MOTOR 1.0L, NO MÍNIMO 70CV, AIRBAG DUPLO COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS:

(...)

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7584, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787834

DECRETO Nº 7584, de 30 de outubro de 2018.

"NOMEIA EDSON DOS SANTOS WESSLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeada, a partir de 09/10/2018, EDSON DOS SANTOS WESSLER, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Frotas e Manutenção, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 401 de 22/08/2018 e Art. 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7586, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787899

DECRETO Nº 7586, de 30 de outubro de 2018.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 28.833,02 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

80.00		SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		
80.01	DIRETORIA EXECUTIVA DE GOVERNO			
2.007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil			
3.0.00.00	Despesas Correntes			
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			
3.3.90.00	Aplicações Diretas			
01348000	Transferências de Convênios – União – Gestão de Governo] R\$	28.833,02	
	TOTAL	R\$	28.833,02	

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 28.833,02 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

80.00		SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		
80.01		DIRETORIA EXECUTIVA DE GOVERNO		
2.007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil			
4.0.00.00		Despesas de Capital		
4.4.00.00		Investimentos		
4.4.90.00		Aplicações Diretas		
01348000	Transferências de Convênios – União – Gestão de Governo	R\$	28.833,02	
	TOTAL	R\$	28.833,02	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO
30 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7582, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788814

DECRETO Nº 7582, de 29 de outubro de 2018.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 5.638/15.

DECRETA:

Art.1º - Fica substituído o membro abaixo relacionado para compor o Conselho Municipal de Educação, como representante da respectiva entidade:

XIII – 02 (dois) representantes das Associações de Pais e Professores ou dos Conselhos Escolares do Sistema Municipal de Ensino;
- Guilherme Hugo Payerl (suplente), substituindo Degorá Claude Dolzan.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7585, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1787865

DECRETO Nº 7585, de 30 de outubro de 2018.

"ESTABELECE RECOMPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, José Eduardo Rothbarth Thomé, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto nos arts. 1º e 9º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, e o Art. 13 da Lei n. 5.872 de 01 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º – Em razão do restabelecimento de receita prevista, fica recomposto o valor de R\$ 78.833,02 (setenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e dois centavos), limitado através do Decreto n. 7.353 de 03 de agosto de 2018.

Art. 2º – As dotações orçamentárias recompostas são as seguintes:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Órgão: 80 – SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO

Unidade: 01 – Diretoria Executiva de Governo

Projeto/Atividade: 2.007 – Manutenção do Fundo de Defesa Civil

Elemento de Despesa: 106 – 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.34.8000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Elemento de Despesa: 38 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.8000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 28.833,02

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

30 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Publicação Nº 1788167

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
ILSA MORATELLI	XXX.582.869-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 029/2018 – SECRETARIA DA FAZENDA
DIANA BARCELOS	XXX.217.949-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 038/2018 – SECRETARIA DA FAZENDA

Rio do Sul, 30 de Outubro de 2018.

RONALDO DA ROCHA

MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/18

Publicação Nº 1788415

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS

NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Wilson Mauerwerk	Xxx.399.089-xx	160904
Domitília Machado	Xxx.822.519-xx	139216
Erison Deucher	Xxx.287.939-xx	171310
Izídio Cavalcante da Silva Júnio	Xxx.508.984-xx	171276
Neuzi Aparecida de Andrade Oliveira	Xxx.631.469-xx	172529

Rio do Sul, 30 de Outubro de 2018

LEONICE WITTE
Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Portaria nº1174/DGP

Publicação Nº 1787656

PORTARIA Nº.1174/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Claudia Salm, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n.002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Dcb

PORTARIA Nº1182/DGP

Publicação Nº 1787866

PORTARIA Nº. 1182/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a PATRICIA ZIMMERMANN, nomeado pela Portaria nº 1042/DGP de 25 de setembro de 2018, publicada em 03 de outubro de 2018 no Diário Oficial dos Municípios – DOM, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
DCB

PORTARIA Nº 1189/DGP

Publicação Nº 1788418

PORTARIA N. 1189/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º - Retificar a publicação da Portaria n.1036/DGP, de 25 de setembro de 2018, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 05 de outubro de 2018, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

“23/08/2018 até 11/09/2018”.

Leia-se:

“16/09/2018 até 30/10/2018”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1190/DGP

Publicação Nº 1788421

PORTARIA Nº1190/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 29/10/2018 a 25/02/2019 a servidora ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

TERMO DE CONVOCAÇÃO CLAUDIA SALM

Publicação Nº 1787793

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CLAUDIA SALM é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1174/DGP de 25/10/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 31/10/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão

de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1.008, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788713

RESOLUÇÃO Nº 1.008, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Reconhece débito de exercícios anteriores, período de 9/2013 a 13/2017, e autoriza a Câmara Municipal de Rio do Sul a efetuar o pagamento de valores ao INSS, para autorregularização das inconsistências apuradas pela Receita Federal do Brasil referente às contribuições previdenciárias.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, conforme o inciso XXI do art. 37 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

CONSIDERANDO o apontamento de inconsistências apuradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil relacionadas no Demonstrativo de Revisão de GFIP – apuração do GILRAT, referente ao período financeiro de 9/2013 a 13/2017, de recolhimentos de contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que a autorregularização dos débitos, recolhimento dos valores das diferenças existentes, com os devidos acréscimos legais, deverão ser realizados até dia 31 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO que para sanear as divergências apontadas a Câmara Municipal de Rio do Sul deverá encaminhar GFIP retificadora para a Receita Federal;

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara Municipal de Rio do Sul reconhece débitos de exercícios anteriores, período de 9/2013 a 13/2017, relativo à diferença de valores de recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS, com seus devidos acréscimos legais, no valor total de R\$ 37.465,74 (trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), conforme a tabela do Anexo Único.

Art. 2º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul a efetuar a quitação dos débitos referente à diferença de valores de recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS, com seus devidos acréscimos legais, no valor total de R\$ 37.465,74 (trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), conforme a tabela do Anexo Único, à Receita Federal do Brasil.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta de dotação própria, sem prejuízos de futura apuração de responsabilidades.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA
Presidente da Mesa

FERNANDO CESAR SOUZA
Vice-Presidente

MAICON COELHO
1º Secretário

ZELI DA SILVA
2ª Secretária

ANEXO ÚNICO
(Resolução nº 1.008, de 30 de outubro de 2018)

Competência	Valor original (R\$)	Valor corrigido (R\$)
set/13	307,33	531,36
out/13	319,48	550,07
nov/13	320,33	549,00
dez/13	359,37	612,86
13º/13	297,66	510,15
jan/14	341,63	579,91
fev/14	337,38	570,09
mar/14	341,74	574,66
abr/14	338,31	565,95
mai/14	344,03	572,70
jun/14	337,85	559,20
jul/14	338,31	557,02
ago/14	338,31	553,94
set/14	322,71	525,33
out/14	338,31	547,89
nov/14	338,31	544,64
dez/14	372,04	595,44
13º/14	329,30	530,14
jan/15	359,81	572,92
fev/15	370,55	586,17
mar/15	391,55	615,67
abr/15	393,73	615,19
mai/15	393,01	609,87
jun/15	393,01	605,23
jul/15	412,82	631,15
ago/15	505,46	767,18
set/15	492,58	742,16
out/15	517,47	774,18
nov/15	491,61	729,79
dez/15	524,20	772,61
13º/15	417,16	619,27
jan/16	545,56	798,64
fev/16	549,69	798,30
mar/16	563,41	812,26
abr/16	541,15	774,16
mai/16	550,17	780,68
jun/16	554,66	780,90
jul/16	546,56	762,83
ago/16	546,56	756,76
set/16	546,56	751,02
out/16	546,56	745,34
nov/16	546,56	739,22
dez/16	502,63	674,32
13º/16	525,10	710,19
jan/17	481,84	642,23
fev/17	566,66	749,34
mar/17	586,38	770,79

Competência	Valor original (R\$)	Valor corrigido (R\$)
abr/17	603,20	787,29
mai/17	592,76	768,86
jun/17	589,27	759,62
jul/17	- 80,06	-
ago/17	586,96	748,19
set/17	586,96	744,43
out/17	592,75	748,40
nov/17	569,56	716,04
dez/17	613,63	767,89
13º/17	561,81	706,30
TOTAL	25.682,31	37.465,74

RESOLUÇÃO N° 1006, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação N° 1788696

RESOLUÇÃO N° 1.006, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Constitui Comissão Especial de Licitação do Edifício Sede das entidades cooperadas Câmara Municipal de Rio do Sul, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e União das Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme o inciso XVI do art. 40 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação nº 01, de 16 de outubro de 2018, firmado entre a Câmara Municipal de Rio do Sul, a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, com objetivo de construir edificação sede para as entidades;

CONSIDERANDO a nominata indicada pela UCAVI, através da Resolução nº 19, de 18 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO a nominata indicada pela AMAVI, através da Resolução DIR nº 509, de 16 de outubro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Licitação do Edifício Sede da Câmara Municipal de Rio do Sul, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e União das Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, com objetivo de desempenhar atividades de cooperação à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º A Comissão Especial de Licitação deverá acompanhar todos os procedimentos licitatórios pertinentes à construção do edifício sede das entidades.

Art. 3º Ficam nomeados para fazer parte da Comissão:

I – Roberto Andrade Bastos, ocupante do cargo de Procurador Jurídico, representando a Câmara Municipal de Rio do Sul;

II – Gilmar Matias, representando a UCAVI;

III – Walcy Mees da Rosa, representando a AMAVI.

Parágrafo único. Caso um dos componentes da Comissão venha a se afastar, deverá ser designado suplente, que assumirá todos os direitos e obrigações atribuídos ao titular.

Art. 4º A Comissão Especial de Licitação funcionará até o encerramento de todos os procedimentos licitatórios pertinentes à construção do edifício sede das entidades.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul.

RESOLUÇÃO Nº 1007, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788697

RESOLUÇÃO Nº 1.007, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Constitui Comissão Especial de Fiscalização do Edifício Sede das entidades cooperadas Câmara Municipal de Rio do Sul, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e União das Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme o inciso XVI do art. 40 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação nº 01, de 16 de outubro de 2018, firmado entre a Câmara Municipal de Rio do Sul, a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, com objetivo de construir edificação sede para as entidades;

CONSIDERANDO a nominata indicada pela UCAVI, através da Resolução nº 11, de 17 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO a nominata indicada pela AMAVI, através da Resolução DIR nº 509, de 16 de outubro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Fiscalização de Obra, do Edifício Sede da Câmara Municipal de Rio do Sul, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e União das Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, com objetivo de desempenhar atividades de fiscalização da execução da obra e do contrato firmado entre as entidades e as contratadas.

Art. 2º A Comissão Especial de Licitação deverá acompanhar a execução da obra do edifício sede das entidades, com livre acesso, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta e indiretamente à execução.

Art. 3º Ficam nomeados para fazer parte da Comissão:

I – representando a Câmara Municipal de Rio do Sul:

- a) Fernando Cesar Souza;
- b) Francisco Goetten de Lima;
- c) Mário Sérgio Stramosk;
- d) Marcos Sávio Zanella.

II – representando a UCAVI;

- a) Elcio Luiz Bonacolsi;
- b) Judite Moser Pisetta;
- c) Maicon Coelho;
- d) Samuel Francisco da Rocha.

III – representando a AMAVI:

- a) César Luiz Cunha;
- b) Luciano Kruger;
- c) Marli Goretti Kammers;
- d) Walter Dalpiaz Junior.

Parágrafo único. Caso um dos componentes da Comissão venha a se afastar, deverá ser designado suplente, que assumirá todos os direitos e obrigações atribuídos ao titular.

Art. 4º A Comissão Especial de Fiscalização funcionará até a conclusão da execução da obra do edifício sede das entidades.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Rio dos Cedros

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº003, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1787671

RESOLUÇÃO Nº003, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA A REDAÇÃO DO § 1º, DO ARTIGO 76 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS – RESOLUÇÃO n. 005/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMARILDO VICENZI, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou, e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O § 1º, do artigo 76 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Rio dos Cedros – Resolução n. 005/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, deste artigo, receberá o valor do subsídio a que faria jus se estivesse no efetivo exercício do cargo.

Art. 2º - Todas as licenças remuneradas anteriores a esta data, tornam-se validadas com a presente resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2018.

AMARILDO VICENZI

Presidente da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros/SC

Rio Rufino

PREFEITURA

LEILÃO 02/2018

Publicação Nº 1788001

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2018

O Município de Rio Rufino -SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito(a) no CNPJ sob CNPJ: 95.991.071/0001-00, com sede na Rua José Oselame, 209, Centro, RIO RUFINO – SC, CEP 88.658 000, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC- 309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, à Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações - CEP 88.338-215, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, para alienação de bens móveis inservíveis ao município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital. O Leilão realizar-se-á: DATA: 29 de novembro de 2018. HORÁRIO: 10:00H LOCAL: Salão Nobre da Prefeitura de Rio Rufino, Rua José Oselame, 209 - Centro –RIO RUFINO – SC, CEP 88.658 000

Rio Rufino – SC, 30 de Outubro de 2018.

Thiago Costa

Prefeito Municipal de Rio Rufino/SC

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9056/2018

Publicação Nº 1787718

PORTARIA Nº 9056/2018

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender FÉRIAS, a partir da data de 29 de outubro de 2018, do Servidor Público Municipal, Sr. JAIR ZIMMER, cargo de carreira de TECNICO ADMINISTRATIVO III, 40 horas semanais, concedida pela Portaria n.º 9038/2018, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

Art. 2º - O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 29 de outubro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N° 331/2018

Publicação N° 1788350

PORTARIA N. 331, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º- Nomear o servidor ALESSANDRO FAVERO, como responsável pelo ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRANSITO DE SALTO VELOSO - ORTS-VEL, sendo que para todos efeitos a autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º- As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 13, de 16 de setembro de 2015.

Salto Veloso, 30 de outubro de 2018.

Ana Rosa Zanela

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios

Edivar Antonio Donadel

Secretário de Administração

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 081/2018 PR - RETIFICADO

Publicação Nº 1788089

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 081/2018- PR 081/2018 - Retificado

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresas para fornecimento de 01 (uma) retroescavadeira nova, tração 4x4, potência mínima 92HP, caixa de câmbio com no mínimo 4 marchas a frente e 4 a ré, a diesel, e 01(um) caminhão novo equipado com caçamba capacidade mínima de 12m³, potência mínima de 277CV, tração 6x4, a diesel, com no mínimo 09 marchas a frente e 1 a ré. Credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 12 de Novembro de 2018, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 30 de Outubro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PR 081/2018

Publicação Nº 1788086

Assunto: Resposta à impugnação interposta relativa ao Processo Licitatório nº 081/2018- Pregão Presencial, para a contratação de empresas para fornecimento de 01 (uma) retroescavadeira nova, tração 4x4, potência mínima 92HP, caixa de câmbio com no mínimo 4 marchas a frente e 4 a ré, a diesel, e 01(um) caminhão novo equipado com caçamba capacidade mínima de 12m³, potência mínima de 277CV, tração 6x4, a diesel, com no mínimo 09 marchas a frente e 1 a ré.

DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital do Processo Licitatório nº 081/2018- Pregão Presencial, formulada pela empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, alegando, numa breve síntese, sobre a possível exigência feita em extrapolação que pode ocorrer possível direcionamento ou restrição do caráter competitivo, solicitando a alteração da característica do item 01, alterando de motor diesel aspirado para motor diesel turbinado e a vazão hidráulica de 143lts/min para 129 lts/min.

TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para o dia 31 de Outubro de 2018, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 2 (dois) dias úteis, previsto no artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93. Diante disso, a impugnação protocolada pela empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA no dia 29 de Outubro de 2018, é tempestiva.

DA DECISÃO:

Certifica-se que a recorrente protocolou seu pedido de impugnação ao edital no prazo concedido, sendo assim a Pregoeira decide por conhecer as impugnações e acolhe-las. A Pregoeira determina a republicação do edital com as alterações.

Santa Rosa do Sul, 29 de Outubro de 2018.

Luana de Souza Pereira

Pregoeira

Fabio de Souza Machado

Membro

Monica Farias da Silva

Membro

EXTRATO DE CONTRATO 153 AO 157/2018

Publicação N° 1788464

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/4

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 11.258.607/0001-92**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 153/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE WEB DE DIÁRIO ONLINE DO PROFESSOR.**Data da Assinatura:** 03/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.840,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TEAM WORK TREINAMENTOS LTDA**CNPJ:** 08.732.460/0001-16**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 154/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA DE PARTE DA ÁREA OBJETO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5003747-20.2012.404.7204/SC E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 50005374-482018.4.04.7204/SC, OS QUAIS TRAMITAM NA JUSTIÇA FEDERAL/SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA/4ª VARA FEDERAL DE CRICIÚMA, SENDO O MUNICÍPIO OBRIGADO A RECUPERAR ¼ (UM QUARTO) DA ÁREA GLOBAL.**Data da Assinatura:** 03/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 03/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 2/4

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME**CNPJ:** 13.442.044/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 26/2018**Número do Processo:** 26/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 154A/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA VILA MARIA, ÁREA TOTAL DE 183,55M².**Data da Assinatura:** 04/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 04/09/2018 a 01/03/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MATIS & MATIS LTDA**CNPJ:** 01.647.461/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 78/2018**Número do Processo:** 78/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 155/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VIDROS TEMPERADOS E INCOLOR, BARRAS E ASSESSÓRIOS, COM SERVIÇO DE COLOCAÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DAS CRECHES E DE MAIS SECRETARIAS.**Data da Assinatura:** 06/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 06/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 51.290,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 3/4

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME**CNPJ:** 14.009.437/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 79/2018**Número do Processo:** 79/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 156/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO PARA COZINHA DA ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR PEDRO IVO CAMPOS E PARA A COZINHA DA ESCOLA MUNICIPAL WILSON V. PEREIRA.**Data da Assinatura:** 06/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 06/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 40.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI**CNPJ:** 05.528.870/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 45/2018**Número do Processo:** 45/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 156A/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E URBANIZAÇÃO DA RUA GERONCIO TEIXEIRA DA ROSA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC, COM EXTENSÃO DE 310,00MT.**Data da Assinatura:** 13/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 13/09/2018 a 12/11/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 4/4

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETROLE**CNPJ:** 11.496.657/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 120/2017**Número do Processo:** 120/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 157/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E S10), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO 2018.**Data da Assinatura:** 24/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 24/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 41.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista

EXTRATO DE CONTRATO 158 AO 176/2018

Publicação Nº 1788465

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**CNPJ:** 01.387.686/0008-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 21/2018**Número do Processo:** 21/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 158/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E NOS VEÍCULOS DO SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO 2018.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.012,09**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GETULIO DE COSTA FILHO - EPP**CNPJ:** 81.626.327/0003-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2018**Número do Processo:** 20/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 159/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE GÁS GLP DE PETRÓLEO PARA SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE DURANTE O EXERCÍCIO 2018, PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS REPARTIÇÕES PÚBLICAS.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 988,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 2/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AGASERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI**CNPJ:** 77.853.083/0001-96**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 160/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DE MAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.890,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** DOUGLAS CARDOSO DE LIMA**CNPJ:** 28.259.633/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 161/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DE MAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/12/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 21.997,70**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 3/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP**CNPJ:** 02.537.692/0001-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 162/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 51.375,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** HAYA INFORMÁTICA LTDA - ME**CNPJ:** 03.928.935/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 163/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 27.601,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 4/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MV ELETRONICOS EIRELI**CNPJ:** 27.895.281/0001-44**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 164/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.390,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAGNAN INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 04.640.581/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 165/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.048,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 5/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI**CNPJ:** 27.821.705/0001-26**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2018**Número do Processo:** 69/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 166/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E AR CONDICIONADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.815,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** RAFAEL PEREIRA DA SILVA**C.P.F.:** 072.775.819-54**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 167/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: ESTE CONTRATO TEM COMO OBJETIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE TREINAMENTO DE ATLETAS DE FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 09 A 17 ANOS PARA SETOR DE ESPORTES.**Data da Assinatura:** 01/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.195,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 6/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ALUFINIT INDUSTRIA DE ESQUADRIAS LTDA - EPP**CNPJ:** 17.645.348/0001-39**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 80/2018**Número do Processo:** 80/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 168/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 07 (SETE) PORTA DE GIRO DUAS FOLHAS, COM ESTRUTURA EM TUBO DE METALON GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E REVESTIMENTO EM ACM, PARA O PAVILHÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.**Data da Assinatura:** 05/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/12/2018**Vigência:** 05/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 25.053,93**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TELEFONICA BRASIL S.A.**CNPJ:** 02.558.157/0001-62**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 51/2018**Número do Processo:** 51/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 169/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL, PARA USO EM LIGAÇÕES LOCAIS PARA TELEFONES FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA E SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO ON-LINE (CONTROLE DE LIMITES DOS ACESSOS, CONSULTA DE RESUMOS DE MINUTOS E DETALHAMENTO DE FATURAS DE CADA ACESSO) POR MEIO DA INTERNET.**Data da Assinatura:** 18/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 01/11/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.405,86**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 7/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FABIANO PEREIRA DA SILVA 01699673950**CNPJ:** 14.233.822/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2018**Número do Processo:** 31/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 170/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARAAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.**Data da Assinatura:** 23/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 23/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 648,78**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA - ME**CNPJ:** 01.466.870/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2018**Número do Processo:** 31/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 171/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARAAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.**Data da Assinatura:** 23/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 23/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 652,75**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 8/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**CNPJ:** 01.387.686/0008-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 21/2018**Número do Processo:** 21/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 172/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E NOS VEÍCULOS DO SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO 2018.**Data da Assinatura:** 24/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 24/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.345,33**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TALENTO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**CNPJ:** 02.568.438/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2018**Número do Processo:** 22/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 173/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, PROTEÇÃO E SEGURANÇA E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, QUE SERÁ ENTREGUE PARCELADAMENTE ATÉ 31/12/2018.**Data da Assinatura:** 25/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 25/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.965,15**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 9/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** RAMON ESPINDOLA FARIAS ME**CNPJ:** 13.287.770/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2018**Número do Processo:** 22/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 174/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, PROTEÇÃO E SEGURANÇA E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, QUE SERÁ ENTREGUE PARCELADAMENTE ATÉ 31/12/2018.**Data da Assinatura:** 25/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 25/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.625,21**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PEPE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - ME**CNPJ:** 06.190.699/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2018**Número do Processo:** 22/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 175/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, PROTEÇÃO E SEGURANÇA E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, QUE SERÁ ENTREGUE PARCELADAMENTE ATÉ 31/12/2018.**Data da Assinatura:** 25/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 25/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.577,69**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 10/10

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** F.R.A. EIRELI**CNPJ:** 08.777.946/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2018**Número do Processo:** 62/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 176/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.:FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, MEIO- FIO E TAMPAS PARA BOCA DE LOBO, PARA MANUTENÇÃO DO SETOR DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, DURANTE O EXERCÍCIO 2018.**Data da Assinatura:** 30/10/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2018**Vigência:** 30/10/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.375,00**Forma de Pagamento:** À Vista

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 196/2018

Publicação Nº 1788662

DECRETO Nº 196/2018

Dispõe sobre regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1394/2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 147.100,00 (cento e quarenta e sete mil cem reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.00300 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
159	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.100,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
52	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
53	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
02.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
76	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
31	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 147.100,00 (cento e quarenta e sete mil cem reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.017000 Reforma e manutenção dos núcleos escolares				
56	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123650018.2.018000 Reforma e manutenção do pré-escolar Criança Feliz				
62	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.1.015000 Aquisição de Veículo				
166	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.100,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.1.011000 Construção de sede para CRAS				
97	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205110048.2.041000 Programa de incentivo ao reflorestamento e aquisição de sementes				

122	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103020025.2.045000 Manutenção das atividades de média e alta complexidade				
28	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 30 de Outubro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 1394/2018

Publicação Nº 1788653

LEI Nº 1394 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 147.100,00 (cento e quarenta e sete mil cem reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.00300 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
159	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.100,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
52	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
53	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
02.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
76	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
31	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 147.100,00 (cento e quarenta e sete mil cem reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.017000 Reforma e manutenção dos núcleos escolares				
56	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123650018.2.018000 Reforma e manutenção do pré-escolar Criança Feliz				
62	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				

267820040.1.015000 Aquisição de Veículo				
166	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.100,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.1.011000 Construção de sede para CRAS				
97	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205110048.2.041000 Programa de incentivo ao reflorestamento e aquisição de sementes				
122	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103020025.2.045000 Manutenção das atividades de média e alta complexidade				
28	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 30 de Outubro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA MUNICIPAL N 142/2018

Publicação Nº 1788550

PORTARIA Nº142/2018

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor público municipal Sr. Levi dos Santos, matrícula nº 10545/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, no percentual de 20% (vinte por cento) a ser aplicado sobre o salário mínimo vigente, conforme decisão prolatada nos Autos do Processo nº 0300112-52.2016.8.24.0013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 26 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 97/2018 PP 75/2018

Publicação Nº 1787680

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>PREGÃO PRE-SENCIAL</p> <p>Nr.: 75/2018 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 97/2018 Data do Processo: 03/10/2018</p> <p>Folha: 1/1</p>
---	--

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Data da Adjudicação: f) Objeto da Licitação
97/2018

75/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 26/10/2018

Sequência: 0

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PROCESSAMENTO DE DADOS E DEMAIS ITENS AFINS PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO AO EDITAL

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 000635 - ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	2	0,0000	28.500,00
- 000562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	5	0,0000	5.527,00
- 001149 - MARCIANE TIBOLA HAACK	4	0,0000	19.232,00
- 000634 - MB CATARINENSE LTDA - ME	8	0,0000	21.544,00
- 000251 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME	7	0,0000	10.255,00
- 000159 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	23	0,0000	18.095,50
	49		103.153,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 97/2018 PP 75/2018

Publicação Nº 1787679

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL</p> <p>Nr.: 75/2018 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 97/2018 Data do Processo: 03/10/2018</p> <p>Folha: 1/1</p>
---	---

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

97/2018

75/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 26/10/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PROCESSAMENTO DE DADOS E DEMAIS ITENS AFINS PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO AO EDITAL

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$) Total dos Itens

- 000635 - ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	2	0,0000	28.500,00
- 000562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	5	0,0000	5.527,00
- 001149 - MARCIANE TIBOLA HAACK	4	0,0000	19.232,00
- 000634 - MB CATARINENSE LTDA - ME	8	0,0000	21.544,00
- 000251 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME	7	0,0000	10.255,00
- 000159 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	23	0,0000	18.095,50
	49		103.153,50

Santa Terezinha do Progresso, 26 de Outubro de 2018.

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 73-2018 LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS

Publicação Nº 1788217

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.98/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.73/2018.
Objeto: Locação de brinquedos infláveis para realização de atividades relacionados ao Natal 2018. Os brinquedos serão instalados dia 09 e 23 de dezembro na praça municipal, com atividades previstas a serem iniciadas as 18:00 horas. É de responsabilidade da litante a disponibilização de no mínimo 02 (dois) monitores por evento. Gastos autorizados pela Lei Municipal nº 921/2018.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 19 de Novembro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 19 de Novembro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de Outubro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 74-2018 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1788215

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.99/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.74/2018.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual Prestação de serviços de mão de obra de instalação elétrica, reparos hidráulicos, pequenos reparos em prédios públicos, pinturas, limpezas e conserto de telhados e demais serviços para os prédios públicos das Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 22 de Novembro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 22 de Novembro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de Outubro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 75-2018 AQUISIÇÃO DE CAMARAS E PNEUS

Publicação Nº 1788399

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.100/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.75/2018.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus e câmaras para reposição nos veículos/máquinas e equipamentos da frota municipal das Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 23 de Novembro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 23 de Novembro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 30 de Outubro de 2018.

JULCIMAR LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 76-2018 FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Publicação Nº 1788497

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 76/2018

Processo Administrativo Nº 101/2018

Pregão Presencial Nº. 76/2018

EXCLUSIVA PARA ME's E EPP's

1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 101/2018, na modalidade Pregão Presencial nº. 76/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 22/11/2018 às 10:30 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 22/11/2018 às 10:30 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Registro de preços para futura e eventual fornecimento de refeições tipo almoço e para os servidores e/ou agentes políticos do município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste edital, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I – Lista de Itens, do presente Edital.

2.1. As empresas não enquadradas como ME's ou EPP's, poderão ofertar propostas para os itens deste edital, sendo que as propostas serão consideradas apenas no caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME's ou EPP's.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01
DA: (EMPRESA)
AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2018
ABERTURA: às 10:30 horas do dia 22/11/2018.
ENVELOPE “PROPOSTA”

- 4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.
- 4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 01 ano, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.
- 4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
- 4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.
- 4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.
- 4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.
- 4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

- 5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CARTÃO CNPJ

ALVARA SANITÁRIO MUNICIPAL VIGENTE

- 5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02
DA: (EMPRESA)
AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2018.
ABERTURA: às 10:30 horas do dia 22/11/2018
ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

- 5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos “sites” dos quais foram expedidos.

- 5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

- 6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

- 6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

- 6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

- 6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro

classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem seqüencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

- I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
- II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
- III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação para assinatura do contrato, o licitante deverá contratar com o Município de SANTIAGO DO SUL o objeto licitado.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços/entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada 01 ano, condicionado-se à assinatura de contrato cfe.estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com término previsto para o dia 01 ano, sendo que os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término do fornecimento, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de utilização dos serviços, serão anuladas, não cabendo ao licitante vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município de adquirir os serviços ainda não efetuados.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo Até 07 dias após a entrega da nota fiscal após a entrega do objeto licitado/serviços prestados, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I – Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 30 de Outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul ____/____/ ____ .
ANEXO I

LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2018.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à Registro de preços para futura e eventual fornecimento de refeições tipo almoço e para os servidores e/ou agentes políticos do município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste edital., modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 76/2018, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Registro de preços para futura e eventual fornecimento de refeições tipo almoço e para os servidores e/ou agentes políticos do município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste edital.

Os valores deverão ser cotados por preços unitários

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	100,00	un		Fornecimento de refeição em restaurante, localizado na cidade de Santiago do Sul/SC, sendo cardápio do dia com no mínimo 01 tipo de carne: carne bovina, suína e/ou frango. No mínimo 02 tipos de Acompanhamentos: arroz, massa/macarrão, pão, farofa de legumes, batata palha, feijão, lasanha, mandioca, ervilha e no mínimo 02 tipos de Saladas (alface, tomate, cenoura, beterraba, maionese de batata, couve, etc), acompanhado de 01 (uma) água mineral de 500ml ou 01 (um) refrigerante lata 350ml.	18,00	1800,00
2	500,00	un		Fornecimento Marmitta tamanho médio peso mínimo de 1kg, localizado na cidade de Santiago do Sul/SC, sendo cardápio do dia com no mínimo 01 tipo de carne: carne bovina, suína e/ou frango. No mínimo 02 tipos de Acompanhamentos: arroz, massa/macarrão, pão, farofa de legumes, batata palha, feijão, lasanha, mandioca, ervilha e no mínimo 02 tipos de Saladas (alface, tomate, cenoura, beterraba, maionese de batata, couve, etc), acompanhado de 01 (uma) água mineral de 500ml ou 01 (um) refrigerante lata 350ml.	15,00	7500,00
Total						9.300,00

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 01 ano.

PRAZO DE ENTREGA: 01 ano.

Local e Data

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2018

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual fornecimento de refeições tipo almoço e para os servidores e/ou agentes políticos do município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste edital.

ABERTURA: 22/11/2018 - 10:30 h.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, Telefone _____, E-mail _____ credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação), CPF Nº _____ e CI Nº _____ para em seu nome participar do certame

em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro)

_____, em ____ de _____ 2018.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2018

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual fornecimento de refeições tipo almoço e para os servidores e/ou agentes políticos do município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul/SC, especificadas na forma descrita no Anexo I deste edital.

A _____(nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, _____ na cidade de _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

_____, em ____ de _____ 2018.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2018

Publicação Nº 1787909

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de novembro de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ PADRÃO C, PARA CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS, PASSAGENS ELEVADAS DE PEDESTRES E USO NO CONSERTO E MANUTENÇÃO EM VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2018.

PAULO ZWIEFKA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2018

Publicação Nº 1787937

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2018

MENOR PREÇO POR ITEM.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 14 de novembro de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS DIVERSOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 21ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

Secretária de Finanças

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

GIANCARLO GROSSI

Procurador

ALISSON ANTONIO HASTREITER

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

Secretária de Educação

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

PAULO ZWIEFKA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 - FMS

Publicação Nº 1788106

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 FMS
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 20 de novembro de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 193/2018

Publicação Nº 1788406

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 193/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, vem a público RETIFICAR O EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 193/2018:

Onde se Lê:

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 08/11/2018

HORÁRIO LIMITE: até 08h30min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 08/11/2018

HORÁRIO: às 09h00min.

Leia-se:

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 14/11/2018

HORÁRIO LIMITE: até 08h30min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 14/11/2018

HORÁRIO: às 09h00min.

Onde se Lê:

13	BOBINA TÉRMICA: CAIXA DE BOBINA TÉRMICA COM UMA (01) VIA PERSONALIZADA, COM IMPRESSO NO VERSO 80MM X 20MTS. CAIXA COM 30 UNIDADES. PARA SER UTILIZADA EM IMPRESSORA PORTÁTIL LEOPARDO A7, BLUETOOTH.	CAIXA	1.500	R\$4,16	R\$6.240,00
----	--	-------	-------	---------	-------------

Leia-se:

13	BOBINA TÉRMICA: CAIXA DE BOBINA TÉRMICA COM UMA (01) VIA PERSONALIZADA, COM IMPRESSO NO VERSO 80MM X 20MTS. CAIXA COM 30 UNIDADES. PARA SER UTILIZADA EM IMPRESSORA PORTÁTIL LEOPARDO A7, BLUETOOTH.	CAIXA	50	R\$124,80	R\$6.240,00
----	--	-------	----	-----------	-------------

AS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS. ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, PERMANECE A DATA DE ABERTURA NO DIA 14 DE NOVEMBRO 2.018 ÀS 09:00 HORAS.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

PAULO ZWIEFKA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

MARGARETH BAYERL KEISER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ALISSON ANTONIO HASTREITER
SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018 - FMS

Publicação Nº 1787914

I RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018 FMS

NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÃO RELACIONADA AO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA.

NO ANEXO I, ONDE SE LÊ:
ITEM 02 – (...) DUAS GAVETAS DESLIZANTES (...)

LEIA-SE:
ITEM 02 – (...) DOZE PRATELEIRAS AJUSTÁVEIS E REMOVÍVEIS (...)

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERANDO A ABERTURA DAS PROPOSTAS REFERENTES AO PREGÃO Nº 51/2018, PARA O DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS, SENDO QUE O RECEBIMENTO DE PROPOSTA SERA ATÉ AS 08:30 HORAS.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DECRETO Nº 1091/2018

Publicação Nº 1788204

DECRETO Nº 1091, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
AUTORIZA HORÁRIO NATALINO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 742/1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, conforme Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 celebrado entre o Sindicato do Comércio Varejista de São Bento do Sul e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Bento do Sul, o seguinte Horário Natalino para os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019:

		Lojas em geral	Supermercados	Lojas no Shopping
DIA	SEMANA	HORÁRIO	HORÁRIO	HORÁRIO
01	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
02	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal	Normal
03	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
04	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
05	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
06	Quinta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
07	Sexta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
08	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
09	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Até às 20:00 horas	Normal
10	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal	Normal
11	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal	Normal
12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal	Normal
13	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal	Normal
14	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal	Normal
15	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
16	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Até às 20:00 horas	Normal
17	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
18	Terça-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
19	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
20	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
21	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
22	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
23	Domingo	09:00 às 20:00	Até às 20:00 horas	Normal
24	Segunda-feira	Até às 13:00 horas	Até às 19:00 horas	Até às 15:00 horas
25	Terça-feira NATAL	FECHADO	FECHADO	FECHADO
26	Quarta-feira	Normal	Normal	Normal
27	Quinta-feira	Normal	Normal	Normal
28	Sexta-feira	Normal	Normal	Normal
29	Sábado	Normal	Normal	Normal
30	Domingo	FECHADO	Normal	Normal
31	Segunda-feira	FECHADO	Até às 18:00 horas	Até às 15:00 horas
Janeiro 2019				
01	Terça-feira ANO NOVO	FECHADO	FECHADO	FECHADO
02	Quarta-feira	Normal	Normal	Normal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1092/2018

Publicação Nº 1788209

DECRETO Nº 1092, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;



Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 002 - Serviços da Dívida Pública

Atividade: 0047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

4690710000 - Principal dívida contratual resgatado (01000100) R\$ 125.000,00

3291210000 - Juros sobre a Dívida por Contrato (01000100) R\$ 9.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 002 - Serviços da Dívida Pública

Atividade: 0047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

3290220000 - Outros encargos sobre a dívida por contrato (01000100) R\$ 10.000,00

4691710000 - Principal da dívida contratual resgatado (01000100) R\$ 69.500,00

3191920000 - Despesas de exercícios anteriores (01000100) R\$ 55.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1093/2018

Publicação Nº 1788211

DECRETO Nº 1093, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3390370000 - Locação de mão-de-obra (01000100) R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3390460000 - Auxílio-alimentação (01000100) R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1094/2018

Publicação Nº 1788222

DECRETO Nº 1094, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390300000 - Material de consumo (01000105) R\$ 48.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01000105) R\$ 37.300,00

4490520000 - Equip. e material permanente (01000105) R\$ 8.700,00

3390360000 - Outros serviços terceiros - PF (01000105) R\$ 1.000,00

3390320000 - Material de distribuição gratuita (01000105) R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1095/2018

Publicação Nº 1788225

DECRETO Nº 1095, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390300000 - Material de consumo (01000105) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390400000 – Serv. de Tec. da Inf. e Comun. (TIC) - PJ (01000105) R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1096/2018

Publicação Nº 1788228

DECRETO Nº 1096, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390300000 - Material de consumo (01000105) R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390370000 - Locação de mão-de-obra (01000105) R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1097/2018

Publicação Nº 1788234

DECRETO Nº 1097, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 002 - Encargos Especiais

Atividade: 0050 - Contribuição ao PASEP

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01390145) R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente de excesso de arrecadação na fonte de recursos: 01390145 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

EDITAL CMI Nº 03/2018

Publicação Nº 1788244

EDITAL CMI Nº 03/2018

Dispõe sobre a retificação do Art. 6º do Edital CMI nº 01/2018 sobre o Fórum para a Escolha das Entidades Não-Governamentais do Conselho Municipal do Idoso – CMI de São Bento do Sul.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Fórum de eleição para a escolha das Entidades não governamentais do Conselho Municipal do Idoso de São Bento do Sul, torna público a retificação no Edital CMI nº 01/2018 sobre o Fórum para a Escolha das Entidades Não-Governamentais do Conselho Municipal do Idoso – CMI de São Bento do Sul.

O Art. 6º do Edital CMI nº 01/2018, passar a ter a seguinte redação:

Art. 6º O Fórum será realizado no dia 14 de novembro de 2018, às 9h na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua João Mühlbauer, n. 169, Bairro Serra Alta.

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018

Marcio Brosowsky

Presidente da Comissão Eleitoral

ERRATA Nº 5491/2018

Publicação Nº 1788242

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 5491, de 24 de outubro de 2018, no Diário Oficial Edição nº 2664, página 825/826, de 26 de outubro de 2018, no local que se lê "Processo nº 9883/2018" leia-se "Processo nº 9883/2017".

PORTARIAS Nº 5503/2018 A 5528/2018

Publicação Nº 1788240

PORTARIA Nº 5503, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as servidoras CRISTINA MIEKO AKAMATSU, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e LUIZA WILLE AUGUSTIN, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placas MMK 1823, do Centro de Vigilância à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5504, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal RUTHE MARIA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Auxiliar de Berçário, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00018/17-0, de 01 mês e 16 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 16980/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5505, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 16 de outubro de 2018, PATRICIA MACIEL CHICOUSKI DA CRUZ, do cargo de Professor Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5506, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 19 de outubro de 2018, SABRINA DAVID, do cargo de Atendente Educativo na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5507, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 22 de outubro de 2018, JOELE KOLLROSS WISCHRAL, do cargo de Professor Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5508, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 22 de outubro de 2018, ROSANGELA OSZIKA, do cargo de Professor Anos Iniciais na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5509, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 16 de outubro de 2018, GABRIEL HASTREITER, do cargo de Secretario de Escola, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5510, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 24 de outubro de 2018, TATIANE BUENO DE OLIVEIRA, do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5511, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 14 de outubro de 2018, ADEOLINDA DIAS GRETTTER, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5512, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 12 de outubro de 2018, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora MARCIA OSMARINA NEUMANN SEIFFERT.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5513, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, além do disposto nos artigos 144, 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 15677/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar o cometimento de supostas infrações disciplinares, atribuídas em princípio à servidora pública municipal A. L. P., ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Oftalmologista, com registro funcional sob nº 1867, matrícula nº 23100-01, a qual supostamente acumula cargo público sem que haja a devida compatibilidade entre os horários de trabalho, com vínculo laboral de 40 horas na Administração Pública Direta, no cargo de Médica Oftalmologista na Secretaria Municipal de Saúde, com horário das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, de segunda-feira a sexta-feira, tendo ingressado no serviço público em 08/07/1996, e outro vínculo laboral de 10 (dez) horas na Administração Pública Indireta, na condição de Médico Perito Previdenciário junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, com horário das 07h30min às 12h30min nas quintas-feiras e sextas-feiras, tendo ingressado na data de 01 de agosto de 2011, ambos com regime jurídico único, o que supostamente afronta o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, inciso IX do art. 61 da Lei Orgânica Municipal e art. 128 da Lei Municipal nº 228/2001, o que, em tese, pode caracterizar infração disciplinar por descumprimento das disposições do inciso XII do art. 143 da Lei Municipal nº 228/2001, e se comprovado poderá acarretar a penalidade de demissão, sem prejuízo do disposto no artigo 145 da Lei Municipal nº 1718/2006.

Art. 3º A condução do competente Processo Administrativo Disciplinar ficará a cargo da Comissão Processante Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 860, de 28 de Fevereiro de 2018, ou Decreto que o substitua, que deverá proceder a devida instrução, ficando autorizada a apurar as demais infrações conexas que emergirem no decorrer da instrução e suas respectivas penalidades, além de se constatar eventuais prejuízos causados aos cofres públicos e eventual ressarcimento.

Art. 4º Nos termos da legislação vigente, deve ser garantido à servidora acusada o irrestrito direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 5º Consoante o § 7º do artigo 144 da Lei 228/2001, os trabalhos da Comissão não excederão 30 (trinta) dias, admitida a sua prorrogação por até 15 (quinze) dias quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5514, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2307/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2307, de 13 de setembro de 2017, que concedeu pensão por morte a MIGUEL ALESSANDRO SOUZA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº PPA – 17/00744043, através da Decisão Singular GAC/AMF – 518/2018, de 1º de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5515, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 12172/2016

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 12172, de 04 de julho de 2016, que concedeu pensão por morte à ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº PPA – 16/00470995, através da Decisão Singular GAC/AMF – 421/2018, de 1º de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 1985/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 1985, de 14 de julho de 2017, que concedeu pensão por morte a IVAN GIOVANELLA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº PPA – 17/00673359, através da Decisão Singular GAC/WWO – 941/2018, de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5517, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 0327/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 0327, de 02 de fevereiro de 2017, que concedeu aposentadoria à REILLI GUETTKY WABERSICH, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00215130, através da Decisão Singular GAC/AMF – 531/2018, de 1º de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5518, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 0302/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 0302, de 30 de janeiro de 2017, que concedeu aposentadoria à MARTA MADALENA SEIDEL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00107914, através da Decisão Singular COE/CMG – 813/2018, de 09 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5519, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2274/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2274, de 1º de setembro de 2017, que concedeu aposentadoria à APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00789497, através da Decisão Singular COE/CMG – 812/2018, de 09 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5520, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 1984/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 1984, de 14 de julho de 2017, que concedeu aposentadoria à DORLI SCHWALBE, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00602419, através da Decisão Singular COE/GSS – 827/2018, de 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5521, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 10972/2016

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 10972, de 17 de fevereiro de 2016, que concedeu aposentadoria a ANTONIO ARNALDO SEIDEL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 16/00276757, através da Decisão Singular GAC/AMF – 464/2018, de 1º de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5522, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 1558/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 1558, de 18 de maio de 2017, que concedeu aposentadoria à ILDA SMYTKA ALKA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00286746, através da Decisão Singular GAC/CFF – 727/2018, de 19 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5523, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 12843/2016

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 12843, de 03 de novembro de 2016, que concedeu aposentadoria a ALIRIO MORAES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00005402, através da Decisão Singular GAC/CFF – 718/2018, de 19 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5524, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 12838/2016

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 12838, de 1º de novembro de 2016, que concedeu aposentadoria a CLAUDIO JORGE GIEBEL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00005321, através da Decisão Singular GAC/JNA – 764/2018, de 24 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5525, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2108/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2108, de 02 de agosto de 2017, que concedeu aposentadoria à ROSILENE RIBEIRO CONSUL DE OLIVEIRA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00727114, através da Decisão Singular GAC/HJN – 918/2018, de 09 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5526, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2306/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2306, de 13 de setembro de 2017, que concedeu aposentadoria à ILSE MARIA SCHROEDER HEIDEN, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00830470, através da Decisão Singular COE/CMG – 821/2018, de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Determinar ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS que acompanhe os desdobramentos do processo nº 030277329.2017.8.24.0058 e comunique ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, após o trânsito em julgado, se a decisão for contrária ao registro ora analisado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5527, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal MARCIA CRISTIANE GARAY FIGUEIREDO RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 16/09/2015 a 28/10/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5528, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal VILMAR ANTONIO DE SOUZA FREITAS, ocupante do cargo de Motorista II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00128/15-3, de 10 anos, 11 meses e 01 dia, conforme documentação anexa ao Processo nº 17002/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº02/2018 - CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Publicação Nº 1788253

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 02/2018

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de classificação preliminar do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 02/2018, que consta no Anexo I deste Edital.

Torna público, da mesma forma, a lista de inscrições indeferidas, que consta no Anexo II deste edital.

Informa ainda que conforme dispõe o edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Cargo: Médico Cardiologista: Não houve inscritos

Cargo: Médico Clínico Geral

Número do protocolo de inscrição	Nome do candidato	CPF	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento	Classificação
16682	JOSELY MARLENE GUESSER	356.450.089-87	7,5	0	07/10/1953	1
15748	CINTIA SIMONE FETT	912.679.270-20	5	1	30/09/1977	2
15773	KATHIUCIA DANIELLE YAMASHITA	039.974.369-32	2,5	0	13/09/1982	3
16062	MARILIA MEDEIROS ALAMINO	058.310.099-63	2,5	0	28/11/1985	4
15480	EMILIE OTILIA FISCHER	010.487.219.57	2,5	0	23/10/1987	5
16256	GABRIELA CORDEIRO DA COSTA LIMA	066.345.119-18	2,5	0	02/04/1989	6

15943	MICHELLE SOUZA DOS SANTOS MOREIRA	030.999.240-08	2,5	0	15/06/1993	7
-------	-----------------------------------	----------------	-----	---	------------	---

Cargo: Médico Dermatologista: Não houve inscrição deferida

Cargo: Médico Ginecologista/Obstetra: Não houve inscritos

Cargo: Médico Ortopedista

Número do protocolo de inscrição	Nome do candidato	CPF	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento	Classificação
16022	GREICE CIPRIANI DE ALMEIDA	059.954.329-90	2,5	0	20/08/1985	1

Cargo: Médico Psiquiatra: Não houve inscritos

Cargo: Fonoaudiólogo

Número do protocolo de inscrição	Nome do candidato	CPF	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento	Classificação
15790	NAGDILA THALITA DOS SANTOS	075.210.259-11	0	0	07/12/1989	1

Cargo: Médico Neurologista: Não houve inscritos

Cargo: Médico Oftalmologista: Não houve inscritos

ANEXO II – Inscrições Indeferidas

Número do protocolo de inscrição	Nome do candidato	CPF	CARGO PREENCHIDO PELO CANDIDATO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
16307	MARIA EDUARDA CARVALHO WAGNES STOFER	055.828.809-09	MÉDICO DERMATOLOGISTA	Item 3.11 do Edital, letra B combinado com 3.2.2 letra E (Não anexou comprovante de residência) E Item 3.11 letra g (Não anexou comprovante de escolaridade compatível com o cargo – Especialização em dermatologia)
15983	GUILHERME ALBERTO GERMANO SILVA	351.733.288-78	MÉDICO CLÍNICO GERAL	Item 3.11 letra g (Não anexou comprovante de escolaridade compatível com o cargo – Graduação em Medicina)

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 75/2018

Publicação Nº 1788494

Pregão Presencial nº 75/2018
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 75/2018
MENOR PREÇO GLOBAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 13 de novembro de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A contratação de empresa para prestar serviço de telefonia fixa comutado, STFC para atender as necessidades do SAMAE, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente do SAMAE

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 185/2018

Publicação Nº 1787648

CONTRATO Nº 185/2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa VALDEREZ ANTUNES FERREIRA - MEI, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA JOSÉ SCHEID, 894, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 18662873000125, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. VALDEREZ ANTUNES FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 044.693.789-41, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 7/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 7/2018.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 1.311,00 (um mil trezentos e onze reais).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 29/10/2018 ate o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 7/2018, fica rescindido o valor de R\$ 1.311,00 (um mil trezentos e onze reais), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
2	25,00	Und	CONCERTO DE CÂMARA DE AR DE CAMINHÃO	VAF	31,00	775,00
4	14,00	Und	CONCERTO DE CAMARA PNEU 750x16	VAF	16,00	224,00
5	12,00	SER	DESMONTAGEM, CONCERTO E MONTAGEM PNEU ARO 13/14/15/16/17/18	VAF	16,00	192,00
19	4,00	Und	MONTAGEM PNEU 1000x20	VAF	30,00	120,00
Total						1.311,00

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 1.311,00 (um mil trezentos e onze reais), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 29 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

VALDEREZ ANTUNES FERREIRA
Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 186/2018

Publicação Nº 1787651

CONTRATO Nº 186/2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP inscrita no CNPJ nº 24018340000108, localizada na RUA ALCEBIADES TONIN, 100, na Cidade de Erechim - RS, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo Sr. ALEXANDRO ANTONIO LUFT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na RUA ALCEBIADES TONIN, 100, na Cidade de Erechim - RS, inscrito no CPF sob nº 019.775.100-86, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 30/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 30/2018.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 29/10/2018 ate o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 30/2018, fica rescindido o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
31	5,00	SER	RECAPAGEM PNEU 750X16 COMUM BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 12mm.	RUZI	240,00	1.200,00
Total						1.200,00

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 29 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

ALEXANDRO ANTONIO LUFT
Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 187/2018

Publicação Nº 1787652

CONTRATO Nº 187/2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa A. A. ALBERT - ME, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA SAO BERNARDINO, na Cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 06200290000101, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ARI ALBERTO ALBERT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 022.803.569-45 doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 23/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 23/2018.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 3.997,00 (três mil novecentos e noventa e sete reais).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 29/10/2018 ate o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 23/2018, fica rescindido o valor de R\$ 3.997,00 (três mil novecentos e noventa e sete reais), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
48	50,00	HR	SERVIÇO MECÂNICO PARA ONIBUS E MICRO ONIBUS	A ALBERT	79,94	3.997,00
Total						3.997,00

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 3.997,00 (três mil novecentos e noventa e sete reais), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da educação Cultura e Esportes.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 29 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

ARI ALBERTO ALBERT
Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 188/2018

Publicação Nº 1787653

CONTRATO Nº 188/2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa, AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 5/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 5/2018.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 2.660,00 (dois mil seiscentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 29/10/2018 ate o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 5/2018, fica rescindido o valor de R\$ 2.660,00 (dois mil seiscentos e sessenta reais), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
21	707,45	Lt	OLEO DIESEL S-10	RODOIL	3,76	2.660,00
Total						2.660,00

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 2.660,00 (dois mil seiscentos e sessenta reais), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes, AF nº 53.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 29 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL

GUSTAVO PESAVENTO

Prefeito Municipal

Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 189/2018

Publicação Nº 1787654

CONTRATO Nº 189/2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa COMERCIO DE AUTO PEÇAS E SERVIÇOS SÃO BERNARDINO L, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA SÃO BERNARDINO, 791, na cidade de São Bernardino, inscrita no CNPJ sob nº 24527922000110, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ROMOALDO LUIZ SCHEID, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardino, inscrito no CPF nº 060.497.259-85 doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 24/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 24/2018.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 1.019,15 (um mil e dezenove reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 29/10/2018 ate o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 24/2018, fica rescindido o valor de R\$ 1.019,15 (um mil e dezenove reais e quinze centavos), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
49	17,00	HR	SERVIÇO MECÂNICO PARA VEICULOS LEVE VEICULOS DE PASSEIO E MASTER.	AUTO CENTER PONTUAL	59,95	1.019,15
Total						1.019,15

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 1.019,15 (um mil e dezenove reais e quinze centavos), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes, AF nº 413.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 29 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

ROMOALDO LUIZ SCHEID
Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 190/2018

Publicação Nº 1787917

CONTRATO Nº 190/2018

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 147/2013, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA SIDINEI DE SOUZA MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado CONCEDENTE; e, do outro lado, SIDINEI DE SOUZA MACHADO, brasileiro, portador do CPF nº 068.257.919-07, auxiliar de serviços gerais, em situação de relação estável com a Sr. NOELI FERNANDES, brasileira, do lar, portadora do CPF: nº 055.648.779-69, respectivamente, residentes e domiciliados na Rua da Praia, Bairro Scheid, doravante designados CONCESSIONÁRIOS, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Termo aditivo ao Contrato nº 147/2013, que tem por objeto a concessão de direito de uso, com fundamento na Lei Municipal 1.002/2013, de imóvel composto por parte do lote urbano nº 5 (cinco) da quadra nº 4 (quatro) medindo 363,47 (trezentos e sessenta e tres virgula quarenta e sete metros quadrados), localizada na Rua da Praia, Bairro Scheid, na cidade de São Bernardino, consoante inscrição no Cartório de Registro de Imóveis de Campo Erê sob a matrícula nº 7.636.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Lei Municipal 1.002/2013 Contrato nº 147/2013.

VIGÊNCIA – A vigência do Contrato nº 147/2013 passa a ser até o dia 03/11/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Contrato nº 147/2013 prorrogam a vigência do mesmo mantendo a cessão de uso de habitação de interesse social, através do "Programa Minha Casa Minha Vida", desenvolvido através da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC.

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam a vigência do objeto do Contrato nº 147/2013.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designada a Sra. Leidiane Riffel, Secretária da Desenvolvimento Social, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 147/2013.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 30 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Concedente

SIDINEI DE SOUZA MACHADO
Concessionário

NOELI FERNANDES
Concessionário
OAB-SC 17.151

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

DECRETO Nº 219/2018

Publicação Nº 1787737

DECRETO Nº 219/2018 DE 22/10/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA RECEBIMENTO E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018, MODALIDADE DE LEILÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei o artigo 57 inciso VII da Lei Orgânica do Município de São Bernardino-SC;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados (as) para comporem a Comissão Especial que irá receber a documentação e propostas dos interessados, bem como efetuar o julgamento referente o Processo Licitatório nº 62/2018 – Modalidade de Leilão, marcada para as 10h00m do dia 13 de novembro de 2018, na sala de reuniões do Departamento de Licitações, junto a Prefeitura Municipal.

PRESIDENTE – EDILAINE GOMES WERNER

CPF: 087.324.759-00

MEMBRO - JAIR DE ALMEIDA

CPF: 001.108.609-26

MEMBRO – DIEILA ZANETTI

CPF: 072.677.599-12

MEMBRO – ROZILEI TEREZINHA FRITZEN

CPF: 021.826.479-88

Art. 2º - Os Cidadãos (ãs) que se refere o artigo anterior não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, em 22 de Outubro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 223/2018

Publicação Nº 1787655

DECRETO Nº 223/2018 DE 29/10/2018

	DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO PARCIAL DE EMPENHO EMITIDO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 57 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO:

- A aproximação do encerramento do exercício financeiro e previsão de não haver a necessidade do fornecimento do material/serviço contratados pela compra direta nº 479/2018 e Compra Direta nº 480/2018;
- A necessidade de cumprir com o pagamento somente de despesa liquidada;
- Cumprir com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Não houve e nem haverá dano ao erário público.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, autorizado a anular saldo do empenho abaixo relacionado, perfazendo o valor

total de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), assim composto:

Nº DO EMPENHO	AF	DATA	VALOR EM R\$
1163/2018	479/2018	06/04/2018	2.800,00
1164/2018	480/2018	06/04/2018	1.800,00
		TOTAL GERAL	4.600,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 29 de Outubro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1.250/2018

Publicação Nº 1787666

LEI Nº 1.250/2018 DE 30/10/2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O POVO DE SÃO BERNARDINO-SC, POR SEUS REPRESENTANTES APROVAM E EU, ADELI JOSE RIFFEL, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO-SC, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de São Bernardino – SC, para o exercício de 2019, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual 2018/2021;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2019 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- V – Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa
- IV – Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Resultados Obtidos com a Alienação de Ativos
- VI - Demonstrativo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- VII - Demonstrativo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VIII – Relação de Despesas Planejadas;

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal, para o exercício financeiro de 2019, são aquelas definidas e demonstradas nos demonstrativos de que trata o artigo 2º desta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos demonstrativos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

II - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/ 2021.

§ 5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício financeiro de 2019, compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (f), da seguridade social (s), ou de investimento das empresas estatais (i).

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;
II - juros e encargos da dívida - 2;
III - outras despesas correntes - 3;
IV - investimentos - 4;
V - inversões financeiras - 5; e
VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º - Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

- a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
- b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º - O orçamento fiscal da seguridade social e de investimentos, discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º - É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação

Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º - A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, nos termos do Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64 conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

III - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Recursos Ordinários do Orçamento fiscal e corresponderá pelo menos 0,50% da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2019 e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART.1º, § 1º, art. 4º, I, "a" e art. 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras Centrais, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas nesta lei.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão Gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira, das contas dos Fundos Municipais, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando, a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art.12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 13 - Se a receita para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades, vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de

crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para materiais de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da unidade gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 30%, tomando-se por base as Despesas obrigatórias de caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2018, conforme demonstrado no Anexo desta Lei (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo VII desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, ou a critério do Executivo Municipal, encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2019, destinarão recursos para a Reserva de Contingência, limitados em 8% (oito por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo VII. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso este não se concretize até o dia 10 de dezembro de 2019, poderão, excepcionalmente, ser utilizado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art.18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecera até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária 2019 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Os recursos de convênios e operações de crédito não previstos nos orçamentos de receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

§ 3º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 da LRF).

Art. 21 - Para o exercício financeiro de 2019, não haverá renúncia de receita e nem será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 180 (Cento e oitenta) dias, contados do recebimento do recurso na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal, ou no prazo em que a lei específica determinar. (Art. 70, parágrafo único da CF)

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa, de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em execução e a Executar de que trata o artigo 3º da IN TCE/SC nº 02/2001 (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá dentro de cada Projeto, Atividade ou operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos detalhamento de elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, (Art. 167, VI da CF e Art. 42 da Lei 4320/64).

Art 28 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019. (Art. 167, I da CF).

Art 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (Art. 4º, I "e" da LRF).

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I "e" da LRF).

Art 30 - Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei orçamentária de 2019, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I "e" da LRF).

Art 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art 32 - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de operações de Crédito para atendimento das Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Art. 30,31 e 32 da LRF).

Art 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta lei. (Art 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art 35 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens. Poderão realizar concurso público e admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, e/ou ainda havendo necessidade poderá realizar a compra de

serviços, observados os limites e as regras da Lei de responsabilidade Fiscal. (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art 36 - Ressalvada a hipótese do início X do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2019, Executivo e Legislativo, não excedera em percentual da Receita Carente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (Art. 71 da LRF).

Art 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22 § único, V da LRF).

Art 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF).

I – Eliminação ou redução das despesas com horas extras;

II – Exoneração de servidores ocupantes do cargo em comissão;

III – Eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra, cujas atividades ou funções, guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da administração Municipal de São Bernardino, ou ainda, atividades próprias da administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "33903401" - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributaria com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF).

Art 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributaria ou financeira constante do orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual, não for devolvido para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após à sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit Financeiro do exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art 44 - serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênio com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração

direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do município ou não, durante o exercício de 2019.

Art 47 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bernardino-SC, aos 30 de Outubro de 2018.

ADELI JOSE RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1.251/2018

Publicação Nº 1787669

LEI Nº 1.251/2018 DE 30/10/2018

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, EM COMPLEMENTO À POLÍTICA MUNICIPAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, O INCENTIVO ECONÔMICO DENOMINADO "BÔNUS DO LEITE" E "BÔNUS SERVIÇO" AOS PRODUTORES RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I

DO PROGRAMA DE INCENTIVO

Art. 1º. Esta Lei estabelece incentivo econômico, em complemento à política municipal de apoio ao desenvolvimento da agricultura, com as finalidades de fortalecer e estimular a atividade do setor primário, regulada pela expedição de Nota de Produtor Rural, aos produtores rurais do Município de São Bernardino – SC.

Art. 2º. Os incentivos, previstos nesta Lei, se darão mediante a classificação dos produtores rurais em:

- a) Produtores de leite;
- b) Produtores de outras atividades agrícolas.

CAPÍTULO I

DOS INCENTIVOS A PRODUÇÃO DE LEITE

Art. 3º. Fica instituído o Programa Municipal de Estímulo à Atividade Leiteira, ficando o Município autorizado a conceder aos produtores de leite cadastrados, incentivo econômico denominado "BÔNUS DO LEITE", calculado de acordo com o previsto na presente lei.

Art. 4º. O Poder Executivo determinará em cada exercício, por meio de Decreto:

I – O período para cadastramento ou atualização dos dados de produtor rural;

II – O período para que o produtor rural efetue seu requerimento, junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, para obtenção do Bônus do Leite;

III - O valor a ser utilizado para base de cálculo do Bônus do Leite;

IV - O valor máximo a ser distribuído em espécie a título de "Bônus do Leite".

§ 1º. O produtor rural, que deixar de requerer o Bônus do Leite no prazo estabelecido, poderá se beneficiar com serviços de máquinas para confecção da silagem de pasto previsto no art. 15, ou através do Bônus Serviço, previsto no art. 16 desta Lei, ou então perderá o direito ao benefício.

§ 2º. Em ano de eleições municipais, o valor a ser utilizado para base de cálculo, não poderá ser superior ao valor do ano imediatamente anterior.

Art. 5º. O incentivo, referido no artigo 3º, será calculado com base no "índice de participação" do agricultor no "valor adicionado agropecuário", referente a comercialização de leite do penúltimo ano da apuração, representado pela seguinte fórmula de cálculo:

$$V.A.A.L.I. / M.A.L.M. \times 100 = I.I.P.$$

a) V.A.A.L.I.: Valor Adicionado Agropecuário de Leite Individual

b) M.A.L.M.: Movimento Agropecuário de Leite do Município

c) I.I.P.: Índice Individual de Participação

Art. 6º. Para fins do artigo anterior, considera-se:

I - Como valor total do movimento econômico agropecuário de leite do município, o montante equivalente à totalidade da produção leiteira registrada em notas fiscais de produtor rural no período, devidamente acompanhado das respectivas contranotas;

II - Como valor total do movimento econômico agropecuário de leite individual, o montante equivalente à totalidade da produção leiteira registrada em notas fiscais de cada produtor rural no período, devidamente acompanhado das respectivas contranotas;

III – Como índice de participação, o índice (percentual) apurado mediante aplicação da fórmula prevista no art. anterior.

IV - Como propriedade, a unidade produtora destinada à pecuária leiteira, composta por um ou mais imóveis ou áreas de terras, contíguos ou não, levando em conta a totalidade do registro da produção dos produtores que nela exerçam suas atividades, com base nos dados informados nos respectivos blocos de produtor rural;

V - Como ano base, o período correspondente ao penúltimo exercício financeiro ao da concessão do incentivo.

SESSÃO I**DO ESTÍMULO AO PEQUENO PRODUTOR**

Art. 7º. Depois da aplicação do índice de participação sobre a base de cálculo, os produtores rurais poderão receber um adicional sobre o valor alcançado do Bônus do Leite, sem prejuízo ao adicional previsto no art. 8º, conforme tabela a baixo:

Até R\$ 29.999,99 (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) anuais	90% (noventa por cento)
De R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 59.999,99 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) anuais	60% (sessenta por cento)
De R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) até R\$ 99.999,99 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) anuais	30% (trinta por cento)
Acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais	0,00 (zero por cento)

Art. 8º. Sem prejuízo ao adicional previsto no art. anterior, no caso de circulação intramunicipal da produção leiteira, com destino as indústrias e agroindústrias de transformação do leite estabelecida no Município de São Bernardino – SC, os produtores rurais poderão receber um adicional de até 20% (vinte por cento) sobre o valor alcançado do Bônus do Leite, depois da aplicação do índice de participação sobre a base de cálculo.

Art. 9º. As indústrias e as agroindústrias de transformação da produção leiteira, estabelecidas no Município de São Bernardino, deverão firmar termo de adesão junto ao Município, possibilitando assim a concessão do adicional previsto no art. anterior.

Parágrafo único. As empresas que realizarem a adesão, deverão anualmente encaminhar ao Município a Declaração de Informações Econômico-Fiscais – DIEF, além de, nos limites da Lei, contribuir ao Fundo da Infância e do Adolescente - FIA, durante o preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

Art. 10. A Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, através do respectivo setor, realizará o somatório das notas fiscais de cada produtor rural e realizará o enquadramento do mesmo, no período de 02 a 31 de janeiro, de cada ano.

Art. 11. O movimento econômico agropecuário anual, será obtido através da soma do valor de venda de todos os produtos comercializados individualmente, através da emissão de nota fiscal de produtor rural.

Art. 12. A comprovação do movimento econômico anual dar-se-á mediante apresentação pelos produtores rurais das respectivas notas fiscais de produtor rural, acompanhadas das contranotas emitidas, junto ao setor de blocos de produtor, que emitirá resumo do movimento econômico resultante das atividades agrícolas, classificando-as em atividade leiteira e demais atividades para fins de classificação prevista no art. 2º desta Lei.

§ 1º A apresentação deverá ser realizada junto à Secretaria Municipal de Agricultura até o dia 31 de março de cada ano.

§ 2º. A não apresentação tempestiva das notas fiscais importará na perda do direito ao incentivo.

§ 3º. Será necessário para aderir o adicional de incentivo ao "Bônus Leite" a apresentação de 10 notas fiscais do ano de 2017, sendo que no ano de 2018 em diante será necessário apresentação das 12 notas fiscais anuais.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, emitirá relatório anual sobre o benefício, individualizado por produtor, onde constarão obrigatoriamente os dados do beneficiário, a produção leiteira registrada no ano base, a alíquota aplicável e o valor do bônus fiscal.

Parágrafo único. Após a emissão do relatório de que trata o caput, o bônus fiscal será deferido por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 14. O pagamento será realizado em datas a serem fixadas por decreto do chefe do Poder Executivo, de acordo com o interesse público, não podendo ultrapassar o último dia útil do exercício financeiro em curso.

Parágrafo único. O pagamento fica condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, e será realizado preferencialmente mediante crédito em conta corrente do beneficiário.

Art. 15. O produtor rural, que não desejar receber o Bônus do Leite, nem o Bônus Serviço, poderá ser beneficiado com até 03 (três) horas de serviços de máquinas para confecção da silagem de pasto, com uma tolerância a mais de até 30 (trinta) minutos, mediante pagamento de preço público.

CAPÍTULO II**DOS INCENTIVOS A OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS**

Art. 16. Fica criado no âmbito Municipal o "BÔNUS SERVIÇO", que para os efeitos desta Lei é o documento que será emitido pelo Município, vinculado ao programa Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, expedido com base no movimento econômico agropecuário, a partir da emissão da Nota Fiscal de Produtor Rural, que possa ser convertido em serviços, nos termos desta Lei.

Art. 17. O "Bônus Serviço" é o documento expedido pelo Município, que permite a troca do mesmo, por serviços com máquinas e equipamentos prestados pelo Município, junto às propriedades rurais, sendo para tal, necessário que o produtor rural atenda os seguintes requisitos:

- a) Estar inscrito como produtor rural neste Município (bloco de produtor rural).
- b) Ter prestado contas das notas de produtor rural, emitidas no ano base, das quais poderá se beneficiar.

Art. 18. O Bônus Serviço de que trata o art. 16, obedecerá aos critérios estabelecidos no Anexo Único desta Lei, tendo como base, o valor de contranotas apresentadas no período de 01 de janeiro até 31 de dezembro, do penúltimo ano ao da concessão do incentivo.

§ 1º. Todos os Bônus Serviço corresponderão a 01 (uma) hora de serviço com máquina.

§ 2º. O Bônus Serviço, não será concedido em espécie (moeda corrente nacional).

§ 3º. Concedido, o Bônus Serviço, não terá prazo de vencimento, podendo a qualquer momento o proprietário rural beneficiado, solicitar a prestação de serviços do Município, mesmo que em exercícios diferentes.

§ 4º. O Bônus Serviço será exclusivo do proprietário do talão de produtor, não podendo ser trocado, vendido ou emprestado, sob pena de exclusão do produtor rural do programa.

Art. 19. O cronograma de atendimento aos produtores rurais que possuem direito ao Bônus Serviço, deverá observar os princípios da economicidade e do planejamento, de modo a não tornar o atendimento mais oneroso.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Não poderão ser concedidos os benefícios da presente Lei, nem efetuados serviços aos produtores que estiverem em débito com a Fazenda Pública Municipal, ou que forem omissos quanto ao cumprimento da obrigação fiscal de manter seu cadastro atualizado como produtor do município, ou quanto à entrega de talões de produtor rural.

§ 1º. Verificada a existência de débito do produtor rural junto ao Município, o requerimento para obtenção do Bônus do Leite e/ou do Bônus Serviços, fica suspenso até que se verifique o total adimplemento das obrigações pendentes.

§ 2º. Não ocorrendo a regularização fiscal junto ao Município no prazo estabelecido para retirada do Bônus, o produtor rural perderá o direito ao benefício.

Art. 21. Ficam excluídos do cálculo do movimento econômico agropecuário individual, para efeitos de obtenção do Bônus do Leite, os valores relativos a venda de outros produtos agrícolas, por fazer parte de incentivo, previsto no art. 16 desta Lei.

Art. 22. Ficam excluídos do cálculo do movimento econômico agropecuário individual, para efeitos de obtenção do Bônus Serviço, os valores relativos a venda de leite, por fazer parte de incentivo econômico, previsto no art. 3º desta Lei.

Art. 23. Os benefícios previstos na presente Lei poderão ser cumulativos, obedecido ao previsto no art. 20 e art. 21 desta Lei.

Art. 24. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura a coordenação, implementação, operacionalização e fiscalização das ações previstas na presente Lei.

Art. 25. As despesas decorrentes da aplicação presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento em cada exercício, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 26. Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, no que couber.

Art. 27. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a corrigir anualmente, sempre no mês de fevereiro, os valores constantes no Anexo Único, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado no ano imediatamente anterior.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 756/2009 de 10/12/2009 e Lei 1.196/2017 de 27/06/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC,
aos 30 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

VALOR DE CONTRANOTAS APRESENTADAS NO SETOR DE BLOCO DE PRODUTOR RURAL – PERÍODO 01 DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DO PENÚLTIMO ANO AO DA CONCESSÃO DO INCENTIVO.	BÔNUS SERVIÇO
Até 7.999,00	0,5 (zero vírgula cinco)
8.000,00 à 31.999,99	01 (um)
32.000,00 à 127.999,99	02 (dois)
128.000,00 à 191.999,99	03 (três)
192.000,00 à 499.999,99	05 (cinco)
Superior à 500.000,00	08 (oito)

PORTARIA Nº 201/2018

Publicação Nº 1787919

PORTARIA Nº 201/2018 de 30/10/2018

	PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGA licença para tratamento de saúde do Servidor Público Municipal, Sr. URBANO HAUBENTHAL, ocupante do cargo de Operador I, matrícula nº 451/01 - 40hs semanais, para até 01 de Janeiro de 2019, conforme Comunicado de Decisão do INSS de 29 de Outubro de 2018, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 30 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da ADM e Fazenda

PORTARIA Nº 202/2018

Publicação Nº 1787920

PORTARIA Nº 202/2018 de 30/10/2018

	PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGA licença para tratamento de saúde do Servidor Público Municipal, Sr. CLAUDEMIRO JOSÉ RIFFEL, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 442/01 - 40hs semanais, para até 18 de Dezembro de 2018, conforme Comunicado de Decisão do INSS de 17 de Outubro de 2018, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 30 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da ADM e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 54/2018

Publicação Nº 1788579

Decreto CTB Nº 54/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do excesso arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.035-3.3.90.00.00.00.00.667 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 55/2018

Publicação Nº 1788584

Decreto CTB Nº 55/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do excesso arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 100.000,00 (dez mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.365.0002.2.007-3.1.90.00.00.00.00.015 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 56/2018

Publicação Nº 1788586

Decreto CTB Nº 56/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01-SECRETARIAMUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01.27.695.0007.2.020-3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de outubro de 2018

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 488/2018

Publicação Nº 1788114

Portaria n º 488/2018

Cessa os Efeitos da Portaria n º 450/2018.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 450/2018 de 30 de agosto de 2018 (Concede Licença para Tratamento de Saúde a Alcione Exterkoetter Doerner), a partir do dia 31 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 29 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 489/2018

Publicação Nº 1788116

Portaria n º 489/2018

Cessa os Efeitos da Portaria n º 451/2018.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 451/2018 de 30 de agosto de 2018 (Concede Licença para Tratamento de Saúde a Alcione Exterkoetter Doerner), a partir do dia 31 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 29 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 490/2018

Publicação Nº 1788117

Portaria n º 490/2018

Exonera Professor Nível II.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR PRISCILLA SCHAUFFER KRATZ, brasileira, casada, ocupante do cargo de Professor nível II-A, contados a partir do dia 31 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 29 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 491/2018

Publicação Nº 1788120

Portaria n º 491/2018

Exonera Professor Nível II.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR RAQUEL MOENSTER HILLESHEIM, brasileira, casada, ocupante do cargo de Professor nível II-A, contados a partir do dia 31 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 29 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 125/2018

Publicação Nº 1788314

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 125/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 047/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 15:00 horas do dia 12 novembro de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados visando eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUIÇO E FUTSAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 29 de outubro de 2018.

Alyne Nayara Lammel - Pregoeira Oficial.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECISÃO PROC. BLUNAC

Publicação Nº 1788196

PROCESSO Nº 16501/2018

DECISÃO

Vistos etc.

Tendo como fundamento a orientação jurídica para cumprimento do contrato, acerca da falta da manifestação da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME, de acordo com a Notificação enviada por esta Secretaria, e recebida pela empresa em 12/09/2018, aguardado o prazo de 05 (cinco) dias úteis concedidos, esta Secretaria publicou no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 19/10/2018, ainda sem qualquer manifestação da referida empresa.

Diante do descumprimento do contrato acerca do Pregão nº 061, de 17/04/2018, pela contratada Blunac Distribuidora Eireli ME, cujo contrato tem por objeto, a “aquisição de carimbos, borrachas e refil para a Secretaria Municipal de Educação,” referente a inexecução do contrato, pela falta de entrega dos materiais, DETERMINO que sejam aplicadas as Sanções Administrativas, em função de irregularidades no cumprimento das obrigações, previstas na Cláusula 4ª do contrato, 4.1, alínea d), Cláusula 5ª do contrato - 5.1 e Cláusula 9ª do contrato - 9.1, alínea b), em função da inexecução total do contrato:

“4.1 d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos”.

5.1 O presente contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.”

9.1 b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;”

Determino que seja formalizado à empresa Blunac Distribuidora Eireli ME, para que tome conhecimento da presente decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Francisco do Sul, 29 de outubro de 2018.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.960/2018

Publicação Nº 1787928

DECRETO Nº 2.960, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

DESAFETA O BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.067, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.067, de 13 de setembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetado, da destinação originária, traspassando para a categoria dominial, o imóvel sob a inscrição imobiliária 02.01.068.0046 e sob cadastro nº 7941749, situado no Estado de Santa Catarina, Município de São Francisco do Sul, Bairro Ubatuba, fazendo frente à Rua Nova Veneza, tendo sua origem no vértice V1A, localizado em reta do alinhamento da Rua Nova Veneza até o vértice V2, distante 99,85 metros da esquina mais próxima formada com a Rua Pomerode; deste vértice V1A segue com a distância de 7,15 metros até o vértice V2, fazendo confrontação com a Rua Nova Veneza; do vértice V2 segue com a distância de 23,45 metros até o vértice V3, confrontando com a Rua Ponte Alta; do vértice V3 segue a distância de 8,41 metros até o vértice V3A, confrontando com a Rua Ponte Alta; do vértice V3A segue com a distância de 1,63 metros até o vértice V3B, confrontando com o Lote nº 14; do vértice V3B, segue com a distância de 12,00 metros até o vértice V3C, confrontando com o Lote nº 15, fechando a poligonal do Vértice V3C, segue com a distância de 8,58 metros até o vértice V1A, confrontando com o Lote nº 16, perfazendo a área total de 169 m², com um perímetro linear total de 61,22 metros, edificado com uma residência de alvenaria com área de 52,00 m².

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo foi avaliado em R\$ 24.981,18 (vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e um Reais e dezoito centavos), considerando laudo técnico de avaliação elaborado pela Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 26 de outubro de 2018.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

DANIELE TIRONI
Secretária Municipal de Infraestrutura,
Urbanismo e Integração

NOTIFICAÇÃO EXPURGO LAR

Publicação N° 1788201

São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2018

Sr.
Leandro Jorge Buehring
Expurgo Lar Prestadora de Serviços Ltda - Epp

NOTIFICAÇÃO
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos que tomamos conhecimento, da inexecução contratual, referente ao processo licitatório nº 033/2014 cujo objeto "prestação de serviço de limpeza de fossa sépticas e caixas de gordura com caminhão a vácuo, para Escolas e Cmeis", por parte da empresa contratada, garante ao Município de São Francisco do Sul a aplicação das sanções previstas no contrato, inclusive a rescisão contratual e o impedimento de contratar com o Município por prazo determinado.

Considerando que os pedidos anteriores foram atendidos, temos a situação das notas fiscais canceladas as quais pedimos revisão devido a metragem cubica realizada do serviços, e também que a partir de setembro tentamos contato por e-mail e por telefone e não obtives resposta e/ou retorno , sendo assim o serviço não foi atendido em prazo aceitável , bem como não houve qualquer justificativa por parte da contratada.

Assim, notificamos vossa senhoria de Processo Administrativo para averiguar a regular execução do contrato, bem como, para que sejam tomadas as medidas necessárias para assegurar a continuidade contratual, sendo material utilizados diariamente na Secretaria Municipal de Educação, concedendo-lhe prazo de defesa de forma escrita de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

Atenciosamente,
Aldair Nascimento Carvalho
Secretário Municipal de Educação

Expurgo Lar Prestadora de Serviços Ltda - Epp
Av. Atlântica, nº 1021 – Jardim Atlântico
889095-701 - Florianópolis

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/FMS/2017

Publicação Nº 1788238

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 033/FMS/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista – SC – CNPJ nº 08.361.788/0001-73; Contratada: Construtora WDD LTDA – CNPJ nº. 07.256.305/0001-08; Processo Licitatório 042/FMS/2017 – Tomada de Preços nº 003/FMS/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 033/FMS/2018, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais e serviços no valor R\$ 11.683,68 (onze mil seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos), que passa a ter a seguinte redação: “4.1 O valor deste contrato é de R\$ 169.063,20 (cento e sessenta e nove mil sessenta e três reais e vinte centavos)”; Dotação orçamentária: (106) 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 30/10/2018.

DECRETO FUNCIONAL Nº 74/2018

Publicação Nº 1788636

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 74/2018

Retifica o Decreto Funcional nº 73/2018 e Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 03/2017, homologado em 06 de março de 2018, Decreta:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para o seguinte cargo:

Cargo: Atendente de Consultório Odontológico – PSF

Classificação	Candidato:
001	SILVIA DE SOUZA GUEDES BENACHIO
002	ELIZANGELA GAMBETA
003	BRUNA ROBERTA PIRES RODRIGUES SALVADOR
004	KELEN FERNANDA ZULIAN
005	SUELI CRISTINA DA SILVA
006	SHAIANE DAROSSO DE OLIVEIRA

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 29/11/2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - O aprovado deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- Comprovante do Nível de Escolaridade;
- Documento Oficial de identificação com foto;
- Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- Comprovante de residência Atualizado;
- Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- Cópia da CTPS
- Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- Uma foto 3x4 recente;
- Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- Declaração de Acúmulos de cargos;
- Declaração de Bens;

- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 30 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/IPRESJB/2018

Publicação Nº 1787700

Extrato do Contrato nº 002/IPRESJB/2018

Contratante: Instituto de Previdência Social de São João Batista – IPRESJB; Contratada: SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA – CNPJ nº 11.882.190/0001-34; Processo Licitatório 002/IPRESJB/2018 – Pregão Presencial nº 002/IPRESJB/2018; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIFICAMENTE VOLTADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E CONTROLADORIA NECESSÁRIA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES CMV Nº 3.922/10, Nº 4.392/14, Nº 4.604/17 E AS PORTARIAS Nº 519/11, Nº 440/2013 E Nº 300/15; Valor global: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo 12 parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais); Item orçamentário / Projeto: (7) 3.3.90.35.01.00.00.00.00; Data da assinatura: 30/10/2018; Vigência: 12 meses.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/PMSJB/2018

Publicação Nº 1787895

Extrato do Contrato nº 075/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratado: Paulo Pizzollatti Neto – CPF nº 485.723.659-15; Processo Licitatório 172/PMSJB/2017 – Credenciamento nº 003/PMSJB/2017; Objeto: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS PARA REALIZAREM, MEDIANTE CONTRATOS ESPECÍFICOS, LEILÕES DE SEUS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS EM DESUSO (VEÍCULOS E OUTROS), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/SC; Valor global: O valor global do presente Contrato, para efeito das cobranças de penalidades, constantes na cláusula 10, será o valor mínimo de avaliação dos bens constantes no anexo deste instrumento, ou seja, R\$ 165.850,00 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais); Data da assinatura: 30/10/2018; Vigência contratual: 06 meses

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/FMS/2017

Publicação Nº 1788272

Extrato do quarto termo aditivo ao Contrato nº 033/FMS/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista – SC – CNPJ nº 08.361.788/0001-73; Contratada: Construtora WDD LTDA – CNPJ nº. 07.256.305/0001-08; Processo Licitatório 042/FMS/2017 – Tomada de Preços nº 003/FMS/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 033/FMS/2017, que passa a ter a seguinte redação: “6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias, contados a partir de 06/11/2018 a 26/11/2018”; Data da assinatura: 30/10/2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/FMS/2017

Publicação Nº 1788151

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 033/FMS/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista – SC – CNPJ nº 08.361.788/0001-73; Contratada: Construtora WDD LTDA – CNPJ nº. 07.256.305/0001-08; Processo Licitatório 042/FMS/2017 – Tomada de Preços nº 003/FMS/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 033/FMS/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de supressão de materiais/serviços no valor R\$ 17.937,55 (dezessete mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), que passa a ter a seguinte redação: “4.1 O valor deste contrato é de R\$ 157.379,52 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)”; Data da assinatura: 30/10/2018.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS - EDUCAÇÃO - 04-2018

Publicação Nº 1788022

São João Batista, 26 de outubro de 2018

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 73.977.480/0001-19
COMERCIAL STORINNY LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
10527	R\$ 4.021,76
10569	R\$ 1.970,01
10646	R\$ 34,72
10647	R\$ 6.464,22
10655	R\$ 1.440,80
10750	R\$ 193,80
10751	R\$ 19,96
10752	R\$ 243,46
10753	R\$ 4,90
TOTAL	R\$14.393,63

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA NOTAS FISCAIS Nº: 10527 – 10569 – 10646 – 10647 – 10655 – 10750 – 10751 – 10752 – 10753 NO VALOR TOTAL DE R\$14.393,63, DA EMPRESA SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS, REFERENTE ALIMENTAÇÃO DAS CRECHES, NÚCLEOS INFANTIS, E ESCOLAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Educação, considerando que a merenda/alimentação é de extrema importância ao bom desenvolvimento das crianças, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

ROSELI PEIXER TOMASINI
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 006/2018/CMDCA

Publicação Nº 1787631

RESOLUÇÃO Nº 006/2018/CMDCA

Dispõe sobre aprovação final dos projetos inscritos no Edital 001/2018 da Chamada Pública para captação de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SÃO JOÃO BATISTA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.200 de 25 de agosto de 2009 e após período de recurso disposto no Edital 001/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Que os projetos avaliados e selecionados pela Comissão de Avaliação, Comissão de Seleção e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São João Batista para captação de recursos do FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência e aprovados após período de recurso, conforme disposto no Edital 001/2018, pertencem as seguintes entidades:

- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO JOÃO BATISTA – CNPJ 79.006.144/0001-05;
- GRUPO ESCOTEIRO SÃO JOÃO BATISTA – 98 GE/SC – CNPJ 06.320.264/0001-09;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação e revoga as disposições contrárias.

São João Batista, 29 de Outubro de 2018.

Jardel Corrêa
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente de São João Batista.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 111/2018

Publicação Nº 1788147

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO 111/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria de Esquadrias Feilfer Ltda ME

ORIGEM: Tomada de preços 13/2018

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo e execução de obras e serviços, com fornecimento de material e mão-de-obra, visando o alargamento de passarela e colocação de guarda corpos junto a ponte sobre o arroio Fortaleza, na Rua Medianeira, Centro de São João do Oeste, conforme especificações e demais informações constantes do termo de referência e no memorial descritivo".

VALOR: R\$ 89.000,00

PRAZO: 30.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 29 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 175/2018

Publicação Nº 1788295

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e D&G Consultoria Comércio e Serviços Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial 105/2018

OBJETO: "Aquisição de materiais para decoração natalina da cidade de São João do Oeste e itens para Polícia Militar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.499,00

PRAZO: 31.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –30 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Lumear Instalações Elétricas Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial 105/2018

OBJETO: "Aquisição de materiais para decoração natalina da cidade de São João do Oeste e itens para Polícia Militar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 350,00

PRAZO: 31.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –30 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 176/2018 E DO CONTRATO 112/2018

Publicação Nº 1788496

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2018 E DO CONTRATO 112/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria de Esquadrias Feilfer Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 106//2018

OBJETO: "Aquisição de tronco casqueador com reboque para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 16.133,00

PRAZO: 31.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –30 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 48_2018_PREF

Publicação Nº 1787820

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 46/2018/PREF

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2018/PREF

OBJETO: Fica aditado em 3,29 % (três inteiros e vinte e nove centésimos por cento) os quantitativos do item 2 do contrato original.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR ADITIVO: R\$ 2.981,49

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e respectivas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

09.01 – 2.042 – 3.3.90.30.01.00.0102 (136).

São João do Sul/SC, 29 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

CONT. 060_2018_PREF

Publicação Nº 1788330

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento e realização de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Sul, incluindo profissionais na área de saúde.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

VIGÊNCIA: 30/10/2018 À 31/03/2019

VALOR DO OBJETO: R\$ 67.938,75.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Prefeitura: 03.01 – 2.003 – 3.3.90.39.48.00.0080 (7) – R\$ 15.938,75 e 05.01 – 2.028 – 3.3.90.39.48.00.0101 (34) – R\$ 35.000,00.

Saúde: 03.01 – 2.003 – 3.3.90.39.48.00.0085 (16) – R\$ 17.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XIII, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

São João do Sul- SC, em 30 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

DECRETO 104_2018

Publicação Nº 1788534

DECRETO Nº 104 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 761.000,00 (setecentos e sessenta e um mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0017.1026 – PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA PARA RUAS E RODOVIAS MUNICIPAIS

4.4.90.00.00.00.00.0024 – Aplicações Diretas R\$ 761.000,00

TOTAL R\$ 761.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado recurso vinculado do Ministério da Integração Nacional, Secretaria

Nacional de Proteção e Defesa Civil, processo nº 59502.000273/2018-83, objeto: elevação de Greide na Rodovia SC 290 – São João do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de outubro de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

DIEGO DE MELO HERR
Secretário Municipal de Administração em Substituição

PUBLICAÇÃO PROCESSO 051-2018

Publicação Nº 1788327

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento e realização de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Sul, incluindo profissionais na área de saúde.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

VIGÊNCIA: 30/10/2018 À 31/03/2019

VALOR DO OBJETO: R\$ 67.938,75.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Prefeitura: 03.01 – 2.003 – 3.3.90.39.48.00.0080 (7) – R\$ 15.938,75 e 05.01 – 2.028 – 3.3.90.39.48.00.0101 (34) – R\$ 35.000,00.

Saúde: 03.01 – 2.003 – 3.3.90.39.48.00.0085 (16) – R\$ 17.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XIII, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

São João do Sul- SC, em 30 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 356/2018

Publicação Nº 1788112

DECRET O Nº 356/2018

“QUE REMANEJA DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.524/2017, ART. 4º, DE 12/12/2017”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Créditos para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(6) 4.4.90.00.00.00.00.2.032-5000 Recursos Ordinários 90.880,75

TOTAL DO REMANEJAMENTO 90.880,75

Art. 2º - Para atendimento dos Créditos que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de saldo da seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(5) 3.3.90.00.00.00.00.2.032-5000 Recursos Ordinários 90.880,75

TOTAL DO REMANEJAMENTO 90.880,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de outubro de 2018
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 357/2018

Publicação Nº 1788113

DECRET O Nº 357/2018

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.524/2017, DE 12/12/2017”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(12)3.3.90.00.00.00.00.2.006-5000 Recursos Ordinários 120.000,00

02 – PODER EXECUTIVO

02.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(30)3.3.90.00.00.00.00.2.011-5000 Recursos Ordinários 200.000,00

02 – PODER EXECUTIVO

02.07 – SECRETARIA DE TURISMO, IND, COM E SERVIÇOS

(47)3.3.90.00.00.00.00.2.018-5000 Recursos Ordinários 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 360.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação

na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de outubro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 358/2018

Publicação Nº 1788115

DECRET O Nº 358/2018

“QUE ABRE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 100 e seguintes da Lei Nº 4.323/2015, de 15/05/15 “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, e de acordo com o Decreto Nº 139/2018, de 10/04/18 “Que Nomeia Membros para Comporem a Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Inquérito Administrativo”; fica aberto Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncias feitas contra a professora JOSCEMARA FRANZOI.

Parágrafo Único – A Comissão nomeada através do Decreto Nº 139/2018, deverá concluir seus trabalhos em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, não tendo ônus para o município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de outubro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 359/2018

Publicação Nº 1788119

DECRET O Nº 359/2018

“QUE EXONERA A PEDIDO CARGO COMISSIONADO
SENHOR ANDRÉ MORAIS DA ROSA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido ao senhor ANDRÉ MORAIS DA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo do DEMTRAN, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 017/2018, de 09/01/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de outubro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 360/2018

Publicação Nº 1788123

DECRET O Nº 360/2018

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO
ANDRÉ MORAIS DA ROSA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido ao senhor ANDRÉ MORAIS DA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 309/2014, de 04/12/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de outubro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 540/2018

Publicação Nº 1788111

PORTARIANº 540/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários:
– LARISSA RAMOS FLORES, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/10/2018. – ANGELA PADILHA SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 23/10/2018 e o retorno de acordo com o INSS. – ROSEMIRA DE SOUZA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, a contar do dia 24/10/2018 e o retorno de acordo com o INSS. – MARIA BEATRIZ DA SILVA AMARAL MCIEL, ocupante da Função de Agente Comunitária de Saúde, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 24/10/2018. – GISELI PAUL, ocupante do Cargo de Técnica em Informática, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 25/10/2018. – JOSIANE NUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Psicóloga, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2018. – MARILU FERNANDES GOULART, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2018. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/10/2018. – IVANDINA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Agente Comunitária de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/10/2018, para tratamento de saúde de sua filha. – MARIA ISABEL BORGES, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/10/2018. – RINARA SILVA TEODORO, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/10/2018. – JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 26/10/2018. – SIMONE DE FATIMA PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Professor – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de outubro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PP 58/2018

Publicação Nº 1788463

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº111/2018
Pregão Presencial 58/2018

OBJETO: Aquisição de Óleo Diesel S-10, referente ao projeto Manutenção das Estradas do Interior de São Joaquim SC, recurso financeiro Estadual sob convênio Nº 2017TR1225

Tipo: Maior Desconto

Abertura: 19/11/2018 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 30 de outubro 2018
Raquel Moreira Henrique Fernandes
Diretora de Compras

PROCESSO 23/2018 FMAS

Publicação Nº 1788260

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 23/2018

Dispensa de Licitação Nº 07/2018

Objeto: Contratação de Facilitadores para atuarem nas oficinas ofertadas pelo CRAS.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 13/11/2018 – 09h30min

Valor estimado: R\$ 136.823,90

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 30 de outubro de 2018

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2018 – CMSJ

Publicação Nº 1788435

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2018

CONTRATO Nº 15/2018

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 12/2018 para a Celebração de Contrato com NATHIELE APARECIDA ZAPAROLLI FLORES, engenheira elétrica, inscrita no CREA/SC sob nº 150.975-2, CPF nº 073.982.869-02, com endereço à Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº 25, apto 204, Residencial Itália, Bairro Universitário, Lages – SC, no valor total de R\$ 3.420,00 (três mil quatrocentos e vinte reais), para elaboração de Projeto Elétrico da Sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Manoel Joaquim Pinto, nº 53, centro, São Joaquim- SC, com duração de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por uma vez em igual período.

São Joaquim, 02 de outubro de 2018.

Sérgio Oliveira de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

TERMO DE RETIFICAÇÃO REFERENTE AO EDITAL Nº 010/2018

Publicação Nº 1788720

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 010/2018/SME

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, as seguintes retificações do Edital 010/2018, na forma abaixo:

1º - O subitem 2.1.2.2 – CARGA HORÁRIA, referente ao cargo de SUPERVISOR ESCOLAR, passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1.2 CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR

1.0.1.2 CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

2º - Nos subitens 1.10.2, 3.23 e 4.18 onde se lê: ...sítio do Processo Seletivo: <http://concursosaojoseduc.fepese.org.br>, LEIA-SE sítio do Concurso Público: <http://concursosaojoseduc.fepese.org.br>.

3º – O ANEXO 6 passa a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO 6

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS JUNTO AO SETOR DE PESSOAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01 (uma) cópia da Carteira de identidade;

01 (uma) cópia do título de Eleitor;

01 (uma) cópia do comprovante de votação da última eleição;

01 (uma) cópia do certificado de reservista (sexo masculino);

01 (uma) cópia do certificado que comprove habilitação (escolaridade exigida pelo cargo);

01 (uma) cópia do PIS-PASEP;

01 (uma) cópia do CPF;

01 (uma) cópia da Certidão de Casamento, se casado(a) for;

01 (uma) cópia da Certidão de Filhos até a idade de 18 anos;

01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho da página da fotografia (frente e verso), onde consta a data da emissão. Carteira expedida pela Delegacia Regional do Trabalho;

01 (uma) fotografia 3x4, iguais e recentes;

01 (uma) cópia do número da Conta Bancária junto à Agência da Caixa Econômica: nº da Conta – Agência – Operação 037;

Declaração de não ter sofrido, no exercício de cargo público, as penalidades previstas no artigo 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na Legislação correspondente dos Estados e Municípios (Fórum);

01 (uma) Cópia do Comprovante de Residência recente: (água, luz ou telefone).

São José, 24 de outubro de 2018.

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 001/2018

Publicação Nº 1788127

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 001/2018 - Processo nº 618/2018 – Proc. Adm. 7829/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO E DRENAGEM NO CEI SÃO LUIZ EM SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 09 de novembro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 09 de novembro de 2018, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 009/2018

Publicação Nº 1788717

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 009/2018 - Processo nº 695/2018 – Proc. Adm. 8836/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO, CAMPO DE FUTEBOL, QUADRA DE FUTEBOL SINTÉTICO, QUADRA DE VÔLEI DE PRAIA E QUADRA DE TÊNIS DE SAIBRO DO COMPLEXO ESPORTIVO DO FORQUILHÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 03 de dezembro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 03 de dezembro de 2018, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100.

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2018

Publicação Nº 1788121

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2018 - Processo nº 659/2018 – Proc. Adm. 8213/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BENJAMIM GERLACH, BAIRRO FAZENDA SANTO ANTONIO, EM SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 19 de novembro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 19 de novembro de 2018, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810178.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2018

Publicação Nº 1788096

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$13.021,60 (treze mil, vinte e um reais e sessenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2018

Publicação Nº 1788095

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: ZITYS DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$2.790,00 (dois mil e setecentos e noventa reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2018

Publicação Nº 1788094

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA

SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$486.787,55 (quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2018

Publicação Nº 1788092

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: GIZELE REGINA DA SILVA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$9.900,00 (nove mil e novecentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2018

Publicação Nº 1788090

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$95.213,80 (noventa e cinco mil e duzentos e treze reais e oitenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2018

Publicação Nº 1788087

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: MAYCON WILL EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$21.519,80 (vinte e um mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2018

Publicação Nº 1788084

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$75.998,00 (setenta e cinco mil e novecentos e noventa e oito reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2018

Publicação Nº 1788098

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2018 – PE 011/2018 – Processo 082/2018 – Proc. Adm. 11495/2017 – Fornecedor: BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE ESPECIALIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$49.952,00 (quarenta e nove mil e novecentos e cinquenta e dois reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de setembro de 2018

AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2017

Publicação Nº 1788658

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6.501/2017

PROCESSO DE COMPRAS Nº 445/2017

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2017

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO DESTINADOS A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO E A POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo nº 6.501/2017, Compras nº 445/2017 – Pregão Eletrônico nº 086/2017, por razão de READEQUAÇÃO das informações contidas no Edital e Termo de Referência.

São José (SC), 30 de outubro de 2018.

Vera Suely de Andrade
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 10845/2018

Publicação Nº 1788699

DECRETO Nº 10845/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.538 – Ações do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

4.4.90.52.00.00.0149 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos do SUS –Estruturação da Saúde Bucal R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

Total do Órgão R\$ 50.000,00

Total do Crédito Adicional Especial R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos do SUS – Estruturação da Saúde Bucal, a serem consignados no orçamento vigente com o código 149.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO 10863/2018

Publicação Nº 1788712

DECRETO Nº 10863/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 – Construção, Reforma de Ginásios, Quadras e Equipamentos Esportivos

1045 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 306.000,00

Total desta Atividade R\$ 306.000,00

Total do Órgão R\$ 306.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 306.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

01.00– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.01.031.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal

1489 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 200.000,00

1486 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio – Alimentação

Recursos Próprios R\$ 106.000,00

Total desta Atividade R\$ 306.000,00

Total do Órgão R\$ 306.000,00

Total da Anulação R\$ 306.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/18

Publicação Nº 1788715

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 056/2018
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO PEDRO OLIVEIRA VIANNA	Médico da Família	88º
LUCAS FELICIO MORESCO	Médico Psiquiatra	22º
VICENTE MARCON CARDOSO	Médico Cirurgião Geral	3º

São José, 30 de outubro de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1788047

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. PRAZO DO EDITAL 30 DIAS, expedido nos autos do Procedimento Administrativo nº 9324/2017. A Excelentíssima Senhora Adeliara dal Pont, Prefeita Municipal de São José/SC, do Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ MANOEL GIL E JOÃO OTÁVIO FURTADO, que Amaro José da Cunha e outros, protocolaram pedido de Legitimação Fundiária, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Luiz Carlos Habkost, Bairro Potecas, São José/SC, com área de 10.033,00 m², inserida na matrícula imobiliária nº 32.215 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC. Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM na forma da lei.

PARECER 001/2018 CSJ

Publicação Nº 1788722

PARECER Nº 001/2018/CSJ

Abertura de envelopes da documentação referente aos Editais de Chamamento Público: 01/2018/SAS, 02/2018/SAS, 03/2018/SAS, 04/2018/SAS e 05/2018/SAS.

Informamos que no dia 06/11/2018, às 14h, na Secretaria de Assistência Social, será a realizada a abertura da documentação enviada pelas entidades que estiverem participando do Chamamento Público conforme os editais: 01/2018/SAS, 02/2018/SAS, 03/2018/SAS, 04/2018/SAS.

Ademais, informamos que no dia 12/11/2018, às 14h, na Secretaria de Assistência Social, será realizada a abertura da documentação enviada pelas entidades que estiverem participando do Chamamento Público conforme o edital 05/2018/SAS.

Estarão presentes em ambos os eventos os membros da Comissão de Avaliação de Seleção, conforme a Portaria nº 22 de 22 de novembro de 2017 c/c Portaria nº 09 de 24 de outubro de 2018 c/c Portaria nº 11 de 29 de outubro de 2018, assim como os representantes de Organizações Sociais da Sociedade Civil que tiverem interesse em acompanhar o processo.

Mais informações podem ser obtidas nos respectivos editais, publicados no Diário Oficial do Município de São José, assim como no site da Prefeitura Municipal de São José.

Daniel Teixeira de Vasconcelos
Presidente da Comissão Permanente de Seleção

São José, 30 de Outubro de 2018.

PREGÃO PRESENCIAL 080/2018

Publicação Nº 1788277

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 080/2018 – Processo nº 499/2018 – Proc. Adm. 5903/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA ATENDER A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 19/11/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/11/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 114/2018

Publicação Nº 1788338

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 114/2018 – Processo nº 615/2018 – Proc. Adm. 7633/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS UNIDADES DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 20/11/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/11/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

RESOLUÇÃO 35/2018/CMAS

Publicação Nº 1788719

RESOLUÇÃO Nº 35/2018/CMAS

APROVA PISO PARA PACTUAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS - 2018 ÀS ENTIDADES PARCEIRAS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José- CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 11 de outubro de 2018:

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 05/2018/CIB/SC que prevê os valores a serem repassados aos municípios, pactuado pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB;

CONSIDERANDO a Resolução 06/2018/CIB/SC que altera os valores a serem repassados aos municípios, pactuado pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB;

CONSIDERANDO a Resolução 13/2018/CEAS que aprova valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais no exercício de 2018.

CONSIDERANDO a Resolução 16/2018/CEAS que retifica a Resolução 13/2018/CEAS que aprova valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais no exercício de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar piso para pactuação de recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social FEAS - 2018 às entidades parceiras da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua aprovação.

São José (SC), 11 de outubro de 2018.

LUIZ ANDRÉ CERCAL
Presidente do CMAS/SJ

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º PP 18/2018 – LOTE I**

Publicação Nº 1788765

Ata do Pregão Presencial n.º PP 18/2018 – Lote I

Reuniram-se no dia 30/10/2018, às 14:01, no PLENÁRIO DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias n.º 142/2018, para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do julgamento do Edital de Pregão PP 18/2018 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços CONTRATAÇÃO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

Na última sessão realizada dia 25 de outubro passado a Pregoeira ao maior interesse da Administração Pública entendeu por aplicar a previsão do art. 48, 3º, da Lei 8.666.1993, para que licitante entregasse a declaração do Anexo IV faltante, em 8 dias, a licitante assim o fez, antes mesmo do prazo se encerrar.

Foi dispensada a apresentação de amostras.

Concedida a palavra não houve interesse em manifestar motivos para recursos contra os atos da Pregoeira.

Ato contínuo foi declarada vencedora do Lote I a empresa SCLUCAS COMERCIAL LTDA, com o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil), re-presentando uma redução de 18,37% ao valor referenciado no edital.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
JOAO FERREIRA LUCAS JUNIOR SCLUCAS COMERCIAL LTDA	KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeira
	GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI Equipe de Apoio
	Acompanhou a sessão:
	CLÁUDIA MARQUES DE ANDRADE Presidente da CPL

RESOLUÇÃO Nº. 521, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788769

RESOLUÇÃO Nº. 521, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

DENOMINA "CARLOS ACELINO PEREIRA", O MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº. 493, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º O Memorial da Câmara Municipal de São José, instituído pela Resolução nº. 493 de outubro de 2017, passa a ser denominado de "Carlos Acelino Pereira".

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 3º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 25 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 161/2018/SF

Publicação Nº 1787874

DECRETO Nº 161/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$62.000,00 (sessenta e dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO

"55"3.3.90.00.00.1.0058 Aplicações Diretas R62.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ R\$62.000,00 (sessenta e dois mil reais), Recursos Salário Educação, Fonte 1.0058, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO

"56"4.4.90.00.00.1.0058 Aplicações Diretas R\$62.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 162/2018/SF

Publicação Nº 1787875

DECRETO Nº 162/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 68.199,00 (sessenta e oito mil cento e noventa e nove reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.011 CONSTRUIR AMPLIAR OU REFORMAR UM ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"68"4.4.90.00.00.1.0001 Aplicações Diretas R\$68.199,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 68.199,00 (sessenta e oito mil cento e noventa e nove reais), Recursos Receita Impostos Educação, Fonte 1.0001.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 163/2018/SF

Publicação Nº 1787876

DECRETO Nº 163/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$24.711,40 (vinte e quatro mil setecentos e onze reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1.016 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIP AGRÍCOLAS
"243"4.4.90.00.00.1.0701 Aplicações Diretas R\$24.711,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 24.711,40 (vinte e quatro mil setecentos e onze reais e quarenta centavos), Recursos do Convênio com o Estado nº 2017TR001925, Fonte 1.0701.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 164/2018/SF

Publicação Nº 1787877

DECRETO Nº 164/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2.129 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES A ENDEMIAS – ACE
"46"3.3.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2.129 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES A ENDEMIAS – ACE
"44"3.1.90.00.00.1.0002(0002) Aplicações Diretas R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 165/2018/SF

Publicação Nº 1787879

DECRETO Nº 165/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA
2.133 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIDOS PELAS EQUIPES DE ESF
"17"3.1.90.00.00.1.0002(002) Aplicações Diretas R\$70.000,00

2.124 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - SB
"21"3.1.90.00.00.1.0002(002) Aplicações Diretas R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos – saúde, Fonte 1.0002.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 166/2018/SF

Publicação Nº 1787880

DECRETO Nº 166/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 28.000,00

(vinte e oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA

2.125 NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA

"67"3.1.90.00.00.1.0721(0038) Aplicações Diretas R\$28.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), Recursos NASF - União, Fonte 1.0721.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 167/2018/SF

Publicação Nº 1787882

DECRETO Nº 167/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"82"3.3.90.00.00.1.0001 Aplicações Diretas R\$8.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), Recursos Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"80"3.1.90.00.00.1.0001 Aplicações Diretas R\$8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 168/2018/SF

Publicação Nº 1787884

DECRETO Nº 168/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, e Art. 11 da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"81"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas R\$230.000,00

"83"3.3.90.00.00.1.0019 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), Recursos Fundeb 40%, Fonte 1.0019.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 169/2018/SF

Publicação Nº 1787885

DECRETO Nº 169/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.057 MAN. DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"49"3.3.90.00.00.00.1.0066 Aplicações Diretas R\$8.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ R\$8.000,00 (oito mil reais), Recursos Vigilância em Saúde Fonte 1.0066, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.057 MAN. DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"50"4.4.90.00.00.00.1.0066 Aplicações Diretas R\$8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 170/2018/SF

Publicação Nº 1787887

DECRETO Nº 170/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GAB DO PREFEITO

“2”3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ R\$10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GAB DO PREFEITO

“1”3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6359/2018

Publicação Nº 1787867

DECRETO Nº 6.359, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal de Direção e Assessoramento, Código DAI, Nível 04, a Servidora Pública Municipal, MAIARA ONGARATTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Financeiro, Grupo ATM, Nível 16, Matrícula nº 3.179, pela responsabilidade de acompanhamento de todos os Contratos Administrativos do Município, nos termos do Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6360/2018

Publicação Nº 1787869

DECRETO Nº 6.360, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de PARTE DA CHÁCARA NÚMERO 15 (quinze), com a área de 0,76m² (setenta e seis decímetros quadrados); PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), com a área de 296,25m² (duzentos e noventa e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados) e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 04 (quatro), com a área de 302,34m² (trezentos e dois metros e trinta e quatro decímetros quadrados), perfazendo um total de 599,35m² (quinhentos e noventa e nove metros e trinta e cinco decímetros quadrados), sem construções, localizado na Rua José João Grando, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matriculado no ORI da Comarca de São José do Cedro/SC sob nº12.271, de propriedade de Marlene Bohnenberger, CPF nº 589.646.909-82, para que seja desmembrada a área de 29,38m² (vinte e nove metros e trinta e oito decímetros quadrados), ficando a área remanescente de 272,96m² (-duzentos e setenta e dois metros e noventa e seis decímetros quadrados), e que a área desmembrada seja unida com PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 4(quatro), com área de 362,50m² (trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no Bairro Santa Terezinha, nesta cidade de São José do Cedro – SC, matriculado no CRI da Comarca de São José do Cedro/SC sob nº6.251, de propriedade de Beatriz Terezinha Bertolini Casagrande, CPF nº 296.940.009-04, formando uma nova área, conforme as dimensões e confrontações a seguir demonstradas:

IMÓVEL PRIMITIVO:

PARTE DA CHÁCARA NÚMERO 15 (quinze), com a área de 0,76m² (setenta e seis decímetros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 3 (três), com a área de 296,25m² (duzentos e noventa e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 4 (quatro), com a área de 302,34m² (trezentos e dois metros e trinta e quatro decímetros quadrados), perfazendo um total de 599,35m² (quinhentos e noventa e nove metros e trinta e cinco decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua José João Grando, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas: ao NORTE, com parte dos mesmos lotes urbanos n. 3 e 4, por linha seca, medindo 25,00 metros, de propriedade de Olivino Trevisol e Teresinha Trevisol, matrícula n. 2.354; ao OESTE, com os lotes urbanos n. 6 e 5, por linha seca, medindo 15,80 metros, de propriedade de Eduardo Natal Trentin e Marli Salete Trentin, matrícula n. 5.987, e de Adriano Fávero, matrícula 3.760; ao SUL, com parte do mesmo lote urbano n. 3, por linha seca, medindo 15,67 metros, de propriedade de Rodomatte Transporte Rodoviário de Cargas Ltda - ME, matrícula n. 4.022; daí segue por linha seca, em sentido Noroeste - Sudeste, confrontando ao Sudoeste, com parte dos mesmos lotes urbanos n. 3 e 4, e parte da chácara n. 15, numa extensão de 21,23 metros, de propriedade de Rodomatte Transporte Rodoviário de Cargas Ltda - ME, matrícula n. 4.022, até encontrar a Rua José João Grando; ao SUDESTE, com a Rua José João Grando, numa extensão de 15,70 metros, daí segue por linha seca em sentido Sul - Norte, confrontando ao LESTE, com parte do lote urbano n. 1, medindo 1,62 metros, de propriedade de Sergio Casagrande e Beatriz Terezinha Bertolini Casagrande, matrícula n. 4.552, daí segue por linha seca em sentido Leste - Oeste, confrontando ao NORTE, numa extensão de 12,50 metros, com parte do mesmo lote urbano n. 4, de propriedade de Sergio Casagrande e Beatriz Terezinha Bertolini Casagrande, matrícula n. 6.251; e ao LESTE, com parte do mesmo lote urbano n. 4, medindo 19,00 metros, de propriedade de Sergio Casagrande e Beatriz Terezinha Bertolini Casagrande, matrícula n. 6.251.

ÁREA DESMEMBRADA:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 04-B (quatro B), com a área de 29,38m² (vinte e nove metros e trinta e oito decímetros quadrados), sem acessões, localizado na Rua José João Grando, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as dimensões e confrontações a seguir:

ao NORTE, numa extensão de 12,50 metros, com parte do mesmo lote urbano nº04, de propriedade de Sergio Casagrande e Beatriz Terezinha Bertolini Casagrande, matrícula nº6.251; ao SUDOESTE, com parte do lote urbano nº04-A, medindo 11,04 metros, de propriedade de Marlene Bohnenberger, matrícula nº12.271; SUDESTE, com a Rua José João Grando, numa extensão de 3,70 metros; e ao LESTE, com parte do lote urbano nº01, medindo 1,62 metros, de propriedade de Sergio Casagrande e Beatriz Terezinha Bertolini Casagrande, matrícula nº4.552.

ÁREA REMANESCENTE:

PARTE DA CHÁCARA NÚMERO 15 (quinze), com a área de 0,76m² (setenta e seis decímetros quadrados); PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), com a área de 296,25m² (duzentos e noventa e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados) e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 04-A (quatro A), com a área de 272,96m² (duzentos e setenta e dois metros e noventa e seis decímetros quadrados), perfazendo

um total de 569,97m² (quinhentos e sessenta e nove metros e noventa e sete décimos quadrados), sem construções, localizado na Rua José João Grando, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as dimensões e confrontações a seguir: ao NORTE, com parte dos mesmos lotes urbanos nºs 03 e 04, por linha seca, medindo 25,00 metros, de propriedade de Olivino Trevisol e Teresinha Trevisol, matrícula nº 2.354; ao OESTE, com os lotes urbanos nºs 6 e 5, por linha seca, medindo 15,80 metros, de propriedade de Eduardo Natal Trentin e Marli Salete Trentin(matrícula 5.987), e de Adriano Fávero(matrícula 3.760); ao SUL, com parte do mesmo lote urbano nº03, por linha seca, medindo 15,67 metros, de propriedade de RODOMATTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA - ME, matrícula nº4.022; daí segue por linha seca, em sentido Noroeste - Sudeste, confrontando ao Sudoeste, com parte dos mesmos lotes urbanos nºs 03 e 04, e parte da chácara nº15, numa extensão de 21,23 metros, de propriedade de RODOMATTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA - ME, matrícula nº4.022, até encontrar a Rua José João Grando; ao SUDESTE, com a Rua José João Grando, numa extensão de 12,00 metros, daí segue por linha seca em sentido Sudeste – Noroeste, confrontando ao NORDESTE, com parte do lote urbano nº04-A, medindo 11,04 metros, de propriedade de Marlene Bohnenberger, matrícula nº12.271; e ao LESTE, com parte do mesmo lote urbano nº04, medindo 19,00 metros, de propriedade de Sergio Casagrande e Beatriz Terezinha Casagrande, matrícula nº6.251.

IMÓVEL PRIMITIVO:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 4(quatro), com área de 362,50m²(trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), sem benfeitorias, situado no Bairro Santa Terezinha, nesta cidade de São José do Cedro – SC, com as dimensões e confrontações a seguir:

ao NORTE, com o lote urbano número 11, medindo 12,50 metros; ao OESTE, com parte do mesmo lote urbano nº04, medindo 29,00 metros; ao SUL, com a parte do mesmo lote urbano número 4, medindo 12,50 metros; e ao LESTE com o lote urbano número 1, da Quadra nº 1, medindo 29,00 metros.

ÁREA FUSÃO:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 4(quatro), com área de 362,50m²(trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 4-B(quatro B), com área de 29,38m²(vinte e nove metros e trinta e oito décimos quadrados), perfazendo um total de 391,88m²(trezentos e noventa e um metros e oitenta e oito décimos quadrados), sem acessões, situado na Rua José João Grando, nesta cidade de São José do Cedro – SC, com as dimensões e confrontações a seguir:

ao NORTE, com o lote urbano número 11, medindo 12,50 metros; ao OESTE, com parte do mesmo lote urbano nº04, medindo 29,00 metros; ao SUDOESTE, com parte do lote urbano nº04-A, medindo 11,04 metros, de propriedade de Marlene Bohnenberger, matrícula nº12.271; ao SUDESTE, com a Rua José João Grando, medindo 3,70 metros; e ao LESTE com parte do lote urbano número 1, da Quadra nº 1, medindo 30,62 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.349, de 27 de setembro de 2018.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6361/2018

Publicação Nº 1787870

DECRETO Nº 6.361, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE O REMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o REMEMBRAMENTO dos LOTES URBANOS Nº 09, da Quadra Número 165, com a área de 149,75m² (cento e quarenta e nove metros e setenta e cinco décimos quadrados), e LOTE URBANO Nº 75, da Quadra Número 07, com a área de 248,65m² (duzentos e quarenta e oito metros e sessenta e cinco décimos quadrados), de propriedade do MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, CNPJ nº 83.026.781/0001-10, totalizando uma área de 398,40m² (trezentos e noventa e oito metros e quarenta décimos quadrados), sem acessões, pertencentes às matrículas nº 11.678 e 10.256, respectivamente, registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro. Após a fusão resultará um único lote com as dimensões e confrontações a seguir descritas:
LOTE PRIMITIVO 01 – MATRÍCULA Nº 11.678

LOTE URBANO Nº 09, da Quadra Número 165, com a área de 149,75m² (cento e quarenta e nove metros e setenta e cinco décimos

quadrados), situado na Rua Antônio Adriano Cadó, sem acessões, a uma distância de 28,14 metros da esquina da Rua Visconde de Mauá, do Loteamento José Alberto Kasper, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, (Obs. LOTE INSTITUCIONAL), com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com a Rua Antônio Adriano Cadó, numa extensão de 11,98 metros;

SUDOESTE: com os Lotes Urbanos nº 07 e nº 08, numa extensão de 25,00 metros;

NORDESTE: com o Lote Urbano nº 75 do Loteamento São Domingos, numa extensão de 27,72 metros.

LOTE PRIMITIVO 02 – MATRICULA Nº 10.256

LOTE URBANO Nº 75, da Quadra Número 07, com a área de 248,65m² (duzentos e quarenta e oito metros e sessenta e cinco décimos quadrados), situado na Rua Antônio Adriano Cadó, sem acessões, a uma distância de 53,00 metros da esquina da Rua João Busato, do Loteamento Habitacional São Domingos, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

SUDESTE: com os Lotes Urbanos nº 70 e nº 71, numa extensão de 15,94 metros;

NOROESTE: com a Rua Antônio Adriano Cadó, numa extensão de 3,96 metros;

OESTE: atualmente com o Lote Urbano nº 09 (anteriormente com antiga estrada de São José do Cedro a Guarujá do Sul), numa extensão de 27,72 metros;

NORDESTE: com o Lote Urbano nº 76, numa extensão de 25,00 metros.

ÁREA REMEMBRADA: DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS A FUSÃO:

LOTE URBANO Nº 09, da Quadra Número 165, com a área de 149,75m² (cento e quarenta e nove metros e setenta e cinco décimos quadrados), Loteamento José Alberto Kasper (Lote Institucional) e LOTE URBANO Nº 75, da Quadra Número 07, com a área de 248,65m² (duzentos e quarenta e oito metros e sessenta e cinco décimos quadrados) Loteamento Habitacional São Domingos, perfazendo uma ÁREA TOTAL DE 398,40m² (trezentos e noventa e oito metros e quarenta décimos quadrados), sem acessões, a uma distância de 28,14 metros da esquina da Rua Visconde de Mauá, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

SUDESTE: com os Lotes urbanos nº 070 e nº 71, numa extensão de 15,94 metros;

NOROESTE: com a Rua Antônio Adriano Cadó, numa extensão de 15,94 metros;

SUDOESTE: com os Lotes urbanos nº 07 e nº 08, numa extensão de 25,00 metros;

NORDESTE: com o Lote Urbano nº 76, numa extensão de 25,00 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 26 de outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6362/2018

Publicação Nº 1787871

DECRETO Nº 6.362, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 053/2016, Lei nº 3265/2006, LC nº 005/2003, Lei nº 1062/86, Lei nº 2020/93 e suas atualizações e suas atualizações:

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2018 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

ASSISTENTE SOCIAL			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	78	Beloni Salete Do Prado Bergamo	Homologada
2	67	Fabio Fernando Gava	Homologada
3	20	Jaqueline Regina Schott	Homologada
4	24	Jussamara Cristina Goncalves	Homologada
5	15	Luana Leocádia Dos Santos	Homologada

6	46	Marilia Munerolli	Homologada
FISCAL DE TRIBUTOS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	63	Alcione Both	Homologada
2	48	Anderson Francisco Musa	Homologada
3	22	Catiane Tonsak	Homologada
4	65	Djonatan Luiz Bonamigo	Homologada
5	79	Ernani Augusto Bonfante	Homologada
6	71	Ghiovana Christini Paliano Guardini	Homologada
7	43	Graciene Moreira Viana De Melo	Homologada
8	74	Joel Cavazzola	Homologada
9	26	Josiane Vasques Dos Santos	Homologada
10	31	Kalinka Suelyn Casanova	Homologada
11	34	Luiz Henrique Marin	Homologada
12	5	Marcos Cesar Candido	Homologada
13	72	Rafael Esteves De Carvalho Silva	Homologada
14	42	Ricardo Luiz Uliana	Homologada
15	28	Rodolfo Dutra De Campos Mazutti	Homologada
16	75	Rodrigo Da Costa Moraes	Homologada
17	76	Ronaldo Backes	Homologada
18	53	Rosélia Gralow	Homologada
19	60	Tatiane Bueno	Homologada
20	37	Tiago Rodrigo Zanatta	Homologada
21	13	Vinícius De Oliveira Andrade	Homologada
FISIOTERAPEUTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	9	Andrelisse Paulus	Homologada
2	57	Carine Corso	Homologada
3	38	Caroline Reimann	Homologada
4	25	Daniele Santos Oliveira	Homologada
5	68	Elisangela Lourdes Artifon Zanatta	Homologada
6	41	Genaina Karine Santin	Homologada
7	59	Joice Fernandes Finger	Homologada
8	36	Luana Patel	Homologada
9	73	Monique Martins Francisconi Silva	Homologada
10	69	Raquel Camila Nesi Carniel	Homologada
11	7	Stefani Basei	Homologada
12	70	Thaine Cristina Garlet	Homologada
13	55	Vanessa Benetti	Homologada
14	17	Vanessa Sippert Costa	Homologada

Art. 2º. Por este decreto permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2018 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

ASSISTENTE SOCIAL			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição

1	10	Adriane Da Silva Peixoto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	44	Jaquelina Fatima Lolato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
FISCAL DE TRIBUTOS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	2	Alexandra Sehn Heck	Cancelada pelo candidato (a).
2	52	Amanda Remus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	62	Bruna Thalia Dos Santos Rohssler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	33	Carolina Gass	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	1	Dauana Rodrigues Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	27	Edson Troiani	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	16	Elenice Cristiane Isotton Zorzi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	6	Elizandra Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	12	Emanuele Karlinski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	19	Giovane Cesar Pereira Pasquali	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	47	Giovane Devicari	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	30	Giziele Klaus	Cancelada pelo candidato (a).
13	66	Julio Cezar De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	64	Jurandir Fortes Vieira	Cancelada pelo candidato (a).
15	4	Kewin Raua Geske De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	23	Laís Kasper	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	21	Larissa Cieplak Lunkes	Cancelada pelo candidato (a).
18	45	Maristela Keithi Maldaner	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	3	Mauro Marcelo Santore	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	32	Meridiana Fatima Colle	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	58	Natalia Kirst	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	8	Nathalia Labres Pompermayer	Cancelada pelo candidato (a).
23	50	Pablo Diego Fernandes Da Cruz Vilhalba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	14	Patricia Schneider Sperotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	40	Rafael Thalheimer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	39	Raquel Justino Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	61	Salete Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	51	Valdemir Piroca	Cancelada pelo candidato (a).
29	77	Vanessa Karine Menegassi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
FISIOTERAPEUTA			

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	29	Cheila Aparecida Bertó	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	18	Flávia Piva Vatanabe	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	35	Janaina Santos Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	49	Pablo Diego Fernandes Da Cruz Vilhalba	Cancelada pelo candidato (a).
5	11	Rúbia Mara Kummer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	54	Sabrina Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	56	Tatiane Boastik	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º. Foram Homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2018 do Município de São José do Cedro – SC.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de Outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6363/2018

Publicação Nº 1787872

DECRETO Nº 6.363, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 053/2016, Lei nº 3265/2006, LC nº 005/2003, Lei nº 1062/86, Lei nº 2020/93 e suas atualizações e suas atualizações:

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Concurso Público nº 001/2018 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 01 - MICRO ÁREA 19 (ABRANGÊNCIA: CENTRO)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	849	Clarinez Barilli Bottini	Homologada
2	797	Edinara Paula Kaufmann	Homologada
3	838	Jenifer Keli Lazzarotto Benetti	Homologada
4	84	Joseane Alves De Siqueira Beber	Homologada
5	468	Karine Zanatta	Homologada
6	827	Maria Azanete Lopes	Homologada
7	253	Marines Lenz Bonatto	Homologada
8	1031	Salete Klaus	Homologada
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 02 - MICRO ÁREA 29 (ABRANGÊNCIA: LINHA MIOLA E PARTE DO DISTRITO DE MARIFLOR)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	585	Bruna Petry	Homologada
2	722	Daiana Degasperi	Homologada
3	969	Márcia Ana Lazzari	Homologada
4	537	Marta Vaz	Homologada
5	124	Tamara Tonezer Albonico	Homologada

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 04 - MICRO ÁREA 04 (ABRANGÊNCIA: LINHAS SÃO JACÓ, SANTO INÁCIO, GOMES, SÃO JOÃO, INDEPENDÊNCIA E SÃO PEDRO)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	583	Adriano Jardel Cervinski	Homologada
2	46	Flávia Da Silva Dos Santos	Homologada
3	453	Josiane Pacini	Homologada
4	59	Priscila Roman	Homologada

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 04 - MICRO ÁREA 08 (ABRANGÊNCIA: PARTE DA LINHA SÃO ROQUE; PARTE DA LINHA SÃO DOMINGOS; PARTE DE LINHA ESQUINA DERRUBADA; LINHA CHALEIRA E LINHA MONTE CASTELO)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	551	Cleonice De Mello	Homologada
2	610	Eliaana Franciele Franco	Homologada
3	178	Eliaana Hart Trevisol	Homologada
4	903	Fernanda Da Silva	Homologada
5	56	Jaqueline Carossi	Homologada
6	655	Juliana Wartha	Homologada
7	820	Laura Gabriela Muller	Homologada
8	315	Marciele Da Silva	Homologada
9	617	Suzi Sinara Zambenedetti De Oliveira	Homologada

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 05 - MICRO ÁREA 01 (ABRANGÊNCIA: BAIRRO PRÓ-MORAR).

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	317	Altair Ribeiro Da Luz	Homologada
2	688	Ângela Christani	Homologada
3	932	Djonatan Alex Da Silva	Homologada
4	695	Neusa Teixeira	Homologada

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 05 - MICRO ÁREA 21 (ABRANGÊNCIA: BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO E CENTRO)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	374	Diana Kerkhoven	Homologada
2	757	Eniomir Muller	Homologada
3	891	Fernanda Machry	Homologada
4	564	Ivanir Ines Wuttke Reolon	Homologada
5	925	Layne Rodrigues Moreti	Homologada
6	3	Leticia Da Silveira Reolão	Homologada
7	344	Paula Corassa	Homologada
8	637	Senir Terezinha Wuttke	Homologada
9	422	Sidinei Pacini	Homologada
10	859	Thais Thatiane De Moura	Homologada
11	258	Vanessa Nicola	Homologada

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	227	Adriana Pereira Da Silva Webler	Homologada
2	12	Agatha Bertolini	Homologada
3	701	Alcione Both	Homologada
4	467	Alessandra Cristina Dos Santos	Homologada
5	122	Aline Cristina Beckenkamp	Homologada

6	689	Aline Hefle De Oliveira	Homologada
7	536	Ana Flávia Dos Santos	Homologada
8	440	Ana Maria Von Dentz	Homologada
9	730	Ana Paula De Souza	Homologada
10	386	Ana Regina Rodrigues	Homologada
11	802	Anabel Maldaner Tamankievies	Homologada
12	596	Anderson Franciel Thalheimer	Homologada
13	555	Anderson Kieling	Homologada
14	707	Anderson Vanderlei Steffler	Homologada
15	962	André Carlos Andreolla	Homologada
16	147	Andréia Salete Mayer Eberhardt	Homologada
17	950	Antonia Neiva Charão	Homologada
18	571	Antônio Carlos Guerini Deliberal	Homologada
19	832	Camila Casagrande	Homologada
20	500	Camila De Oliveira	Homologada
21	378	Camila Orth	Homologada
22	871	Carisa Kunzler	Homologada
23	636	Carla Cristina Soldá	Homologada
24	803	Carla Maria Mayer	Homologada
25	1009	Caroline Neuhaus	Homologada
26	384	Carolini Tengaten	Homologada
27	447	Cleiciane Valgoi	Homologada
28	569	Crisliane Vasques Dos Santos	Homologada
29	245	Cristina Schaefer Dos Santos	Homologada
30	712	Daiani Regina Graetzler	Homologada
31	316	Daniel Schabbach Cavalheiro	Homologada
32	6	Daniela Alves Righi	Homologada
33	27	Daniela Belloli	Homologada
34	481	Daniela Carla Scain	Homologada
35	432	Daniela Ines Sasso	Homologada
36	776	Daniela Kummer	Homologada
37	329	Daniela Spezia	Homologada
38	574	Danieli Schneider	Homologada
39	229	Deise Mara Rech	Homologada
40	563	Diane Cláudia Turani	Homologada
41	116	Dimitry Ricardo Ruckhaber Da Rosa	Homologada
42	8	Dionara Decarli	Homologada
43	71	Diully Da Silva	Homologada
44	663	Edacir Luiz Dorigon	Homologada
45	930	Ediana Alberti Ferrari	Homologada
46	519	Eduardo Vergutz Bottini	Homologada
47	1036	Eduardo Vinicius Vargas	Homologada
48	14	Eliane Maria Sartori	Homologada
49	970	Elivelton Zambiasi Dos Santos	Homologada
50	127	Emanuele Fernanda Fantinelli	Homologada
51	562	Érica Vanessa Pecin	Homologada
52	642	Estefani De Bona	Homologada
53	399	Evelyn Gnoatto Machado	Homologada

54	506	Everton Luis Simon Engel	Homologada
55	24	Évilin Rodrigues Frutuoso	Homologada
56	630	Fabiana Gusen Muller	Homologada
57	837	Fabiane Mantelli	Homologada
58	72	Fabricio Del Sant	Homologada
59	64	Fagner Vinicius Salvi	Homologada
60	907	Fernanda Balbinot	Homologada
61	954	Fernanda Konflanz	Homologada
62	77	Fernanda Perondi Trecco	Homologada
63	43	Fernanda Turani	Homologada
64	1021	Fernando Debortolli Martini	Homologada
65	733	Gabriela Luiza Berger	Homologada
66	382	Geverton Paulo Kerber	Homologada
67	765	Gilson André Dalmagro	Homologada
68	934	Gilson Loga Lisboa	Homologada
69	121	Graciela Neumann	Homologada
70	685	Greici Bratz	Homologada
71	929	Guilherme Luiz Ferrari	Homologada
72	9	Hellison Jean Santos	Homologada
73	69	Hévila Maira Palhares De Almeida	Homologada
74	572	Isabel Cristina De Jesus Oliveira	Homologada
75	324	Ismael Das Chagas	Homologada
76	62	Jaíne Devicari	Homologada
77	239	Janete De Farias Dallo	Homologada
78	268	Jesse Vanderlei Seffrin	Homologada
79	933	Jessica Luana Lima De Lima	Homologada
80	175	Jhenyffer Vitoria Pecin	Homologada
81	790	João Carlos Mantovani Testolin	Homologada
82	358	Joice De Moura	Homologada
83	1011	José Ricardo Doerner Neto	Homologada
84	503	Joseani Amabile Faggion	Homologada
85	153	Josiele Heloisa Kroetz	Homologada
86	120	Juliana Salete Colle	Homologada
87	270	Juliana Terezinha Bergmann	Homologada
88	652	Junior Felicete	Homologada
89	795	Jurandir Fortes Vieira	Homologada
90	165	Laís Kasper	Homologada
91	185	Larissa Cieplak Lunkes	Homologada
92	99	Larissa Spironello	Homologada
93	63	Leticia Santin Da Silva	Homologada
94	982	Lilian De Ré	Homologada
95	964	Liliane Fontanari	Homologada
96	522	Lisiane Gass	Homologada
97	287	Liziane Fátima Pellenz	Homologada
98	696	Luan Guilherme Schmidt	Homologada
99	45	Luana Bruder	Homologada
100	486	Luana Carla Mattiello	Homologada
101	758	Luana Carla Pesente	Homologada

102	49	Luana Kuhn	Homologada
103	986	Luana Maciel Padichello	Homologada
104	491	Lucas Lazari	Homologada
105	395	Lucas Pellegrini Rodrigues	Homologada
106	237	Lúcia Alves Da Silva	Homologada
107	542	Maicon Joel Conte	Homologada
108	725	Manuela Lorenzetti Balzan	Homologada
109	407	Marcela Perondi	Homologada
110	222	Marciane Bitsch	Homologada
111	581	Marceli Revers	Homologada
112	823	Marcos Alberto Fruscalso	Homologada
113	641	Marilice Salete Baséggio Valandro	Homologada
114	231	Marisa Fátima Faller De Oliveira	Homologada
115	966	Marisa Pereira	Homologada
116	560	Marlizete Aparecida Rauber	Homologada
117	992	Matheus Balbinot Spironello	Homologada
118	548	Matheus Kuhn	Homologada
119	627	Maurivan Soldi	Homologada
120	296	Mauro Roberto Spohr	Homologada
121	279	Meridiana Fatima Colle	Homologada
122	798	Micheli Santos Soares	Homologada
123	699	Nelsi Kamer	Homologada
124	541	Paloma Schuerz	Homologada
125	922	Pamela Scholl Duarte	Homologada
126	256	Poliana Venturini Della Flora	Homologada
127	1028	Priscila Pisoni	Homologada
128	613	Rafael Kichileski	Homologada
129	100	Raphael Moraes Prado	Homologada
130	943	Rayane Faustino Faria	Homologada
131	391	Renata Schein	Homologada
132	139	Reneci Luiza Eberhardt	Homologada
133	396	Roberta Raquel Bruder	Homologada
134	1	Roberto Ligorio Reichert	Homologada
135	513	Rodrigo Carlos Uliana	Homologada
136	910	Rodrigo Da Costa Morais	Homologada
137	21	Rodrigo Moraes	Homologada
138	651	Rosana De Castro	Homologada
139	833	Rosane Vichiatti Pinheiro	Homologada
140	472	Rosinha Schein	Homologada
141	606	Sabrina De Oliveira Sena	Homologada
142	365	Salette Andretta	Homologada
143	749	Sergio David Teodoro	Homologada
144	643	Silvana Ester Delevatti	Homologada
145	1015	Simone Reichert	Homologada
146	250	Soeli Sirlei Lenhardt	Homologada
147	892	Stefani D Avila Leal	Homologada
148	990	Suely Decarli	Homologada
149	15	Susana Balbinot	Homologada

150	561	Susana De Moura	Homologada
151	944	Tamara Justen	Homologada
152	760	Thaís Jaline Sippert Costa	Homologada
153	232	Thalia Cristiane Do Amaral	Homologada
154	746	Tharly Lucas Machado	Homologada
155	671	Thayná Sevald	Homologada
156	421	Vagner Pereira Da Luz	Homologada
157	806	Valdemir Piroca	Homologada
158	752	Vanderléia Terezinha Leigtweis Colle	Homologada
159	117	Vinícius De Oliveira Andrade	Homologada
160	951	Vinicius José Vivian	Homologada
161	987	Volnei Gelson Mann Becker	Homologada
162	995	Wesley Renan Putrick	Homologada
163	647	William Luft Kalb	Homologada
164	485	Zenaide Bervian	Homologada

DENTISTA ESF

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	727	Adriana Naue Stuelp	Homologada
2	356	Adrieli Karine Kunzler Da Silva	Homologada
3	886	Alencar Cezar Benvenutti	Homologada
4	1008	Ana Luiza Da Silva Ribeiro	Homologada
5	4	Ana Paula Rodrigues Da Silva	Homologada
6	743	Andra Eduarda Sassett Donati	Homologada
7	334	Andreia Sutil Da Trindade	Homologada
8	557	Andressa Caroline Schmidt	Homologada
9	218	Andressa Pederssetti	Homologada
10	448	Anna Cristina Da Silva Nascimento	Homologada
11	634	Antonio Cesar Wille	Homologada
12	635	Bernardo Netz Passoelo	Homologada
13	383	Betina Marchioro	Homologada
14	1019	Bianca Paulino Fideli	Homologada
15	492	Bruna Carolina Reichert	Homologada
16	923	Bruna Cristina Longo	Homologada
17	465	Bruna Crusaro	Homologada
18	693	Bruna Fernanda Demartini Royer	Homologada
19	461	Bruna Martinazzo Bortolini	Homologada
20	883	Bruna Zanardi	Homologada
21	455	Camila Dalla Costa Da Silva	Homologada
22	673	Carolina Carlesso	Homologada
23	597	Cezar Augusto Bragato Filho	Homologada
24	578	Cristiano Pessoa Borges	Homologada
25	534	Cristine Pitt	Homologada
26	370	Daiane Bruna Forgiarini	Homologada
27	999	Dejoane Muraro Pommer	Homologada
28	73	Diandra Dal Pai	Homologada
29	345	Diego Antunes Gottardi	Homologada
30	694	Eduardo Roncaglio	Homologada

31	123	Elen Cristina Bertuzzi	Homologada
32	915	Elisa Usanovich Maschio	Homologada
33	168	Eloisa Cláudia Nicolli	Homologada
34	170	Eloise Royer	Homologada
35	194	Emanuelly Meoti	Homologada
36	394	Emmanuelle Cristine Zanella Capra	Homologada
37	952	Fabício Costa Da Silva	Homologada
38	918	Fernanda Regina Lotti	Homologada
39	961	Franciele De Borba Pereira	Homologada
40	668	Franciele Roberta Luchese	Homologada
41	271	Gabriela Bataglin	Homologada
42	963	Geovana Rossetti Lavall	Homologada
43	829	Gilmar Antônio Sbardelotto Júnior	Homologada
44	977	Glaziella Wisoski Dal Santo	Homologada
45	955	Glorialine Gomes Griebeler	Homologada
46	645	Gracieli Solony Rabel Do Prado Slanski	Homologada
47	629	Harysonn Rafael Zago Favero	Homologada
48	359	Helen Patricia Fernandes	Homologada
49	82	Helena Roth	Homologada
50	916	Heloisa Maria Basso	Homologada
51	162	Ianca Melo De Oliveira	Homologada
52	1029	Isabella Pratto	Homologada
53	792	Joana Salvi	Homologada
54	470	Joanna Luísa Poletto	Homologada
55	588	Joao Aldo Kaminski	Homologada
56	988	João Pedro Melz Duarte	Homologada
57	766	Joice Andrichi	Homologada
58	50	Juciane Hoff	Homologada
59	262	Junior Da Silva	Homologada
60	425	Júnior José Goettems	Homologada
61	373	Karim Diane Vanin	Homologada
62	777	Karina Das Chagas	Homologada
63	778	Kelly Aquino Dametto Lodi	Homologada
64	379	Larissa Angelica Aparecida Zuse	Homologada
65	672	Larissa Ferronatto	Homologada
66	247	Larissa Luane Soder Hentz	Homologada
67	959	Leticia Maria Pagnoncelli	Homologada
68	346	Letícia Sartor	Homologada
69	161	Letieli Magda Figueiro	Homologada
70	865	Liege De Rezende Moreira	Homologada
71	482	Lucas Alessandro Bullmann	Homologada
72	335	Maiara Leticia Bertolini	Homologada
73	721	Maiara Muller	Homologada
74	146	Marceli Claudia Sartori	Homologada
75	598	Mariana Kopstein	Homologada
76	876	Mariane Da Luz Raulino	Homologada
77	547	Marina Gonsales	Homologada
78	351	Marine Ferro	Homologada

79	134	Mayara Buratti	Homologada
80	104	Mônica Akemi Piano	Homologada
81	517	Monica Capellari	Homologada
82	299	Nathalia Nitsche	Homologada
83	186	Nathaly Black	Homologada
84	767	Nathanael Vinícius Mallmann Perius	Homologada
85	295	Otávio Henrique Kley Vazzi	Homologada
86	897	Paola Bertoncello	Homologada
87	863	Petrus Zanon Irineu	Homologada
88	639	Rafaela Backes	Homologada
89	687	Rayssa Pedroso Marchesan	Homologada
90	773	Renato Cordeiro Sudati	Homologada
91	2	Renato Magalhães Vargas	Homologada
92	814	Robson Henrique Marquetti	Homologada
93	436	Rúbia Alexandra Barão	Homologada
94	989	Silvano Tomé Rigo	Homologada
95	499	Suellen Fantin	Homologada
96	272	Tainá Aparecida Di Domenico	Homologada
97	402	Tais Fernanda Soster	Homologada
98	498	Taline Izabela Benini De Lima	Homologada
99	744	Tarlei Renk	Homologada
100	179	Tayná Eliz Bortoluzzi	Homologada
101	332	Thaís Azzolini	Homologada
102	318	Thais Gallon	Homologada
103	298	Thais Maiely Barichello	Homologada
104	380	Valmir Miorelli	Homologada
105	788	Vandreia Angela Zen	Homologada
106	873	Willian Matheus Vieira Berkenbrock	Homologada
107	369	Wilson Moretti	Homologada

MÉDICO ESF

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	87	Adriano De Oliveira	Homologada
2	621	Alan Julhano Schuh Marschall	Homologada
3	843	Almir José Miguel Junior	Homologada
4	931	Amantina A. M. Vais	Homologada
5	515	Ana Carolina Gomes Leite	Homologada
6	666	Anderson Alba Alievi	Homologada
7	1034	Angélica Thainara Rohr	Homologada
8	998	Antonio Carlos Goncalves Braga	Homologada
9	1000	Antony Hendi Dos Santos	Homologada
10	909	Bárbara Samara Silva Ferreira De Freitas	Homologada
11	101	Bibiana Policena De Oliveira	Homologada
12	376	Bruna Batistone Bertachi	Homologada
13	815	Bruna Lourenço Santos	Homologada
14	1016	Bruno Ali Salah	Homologada
15	501	Camila Rech	Homologada
16	847	Carlos Abel Tarqui Espinoza	Homologada

17	791	Carlos Leonidas Escobar Guevara	Homologada
18	401	Danillo Dos Santos Francisco	Homologada
19	297	David Dlugovit	Homologada
20	794	Débora Rosa Lima	Homologada
21	206	Debora Rosalen Rissi	Homologada
22	420	Douglas Nunes Da Rosa	Homologada
23	854	Elisa Bohnert	Homologada
24	768	Emilio Aires Carvalho De Castro	Homologada
25	75	Fabiano Dos Santos Neto	Homologada
26	202	Fabio Silva Romani	Homologada
27	516	Felipe Pininga Pessoa De Asevedo	Homologada
28	255	Gabriel Calixto Barbosa Alves	Homologada
29	76	Geisla Medeiros	Homologada
30	309	Glauce Yumi Nozaki	Homologada
31	65	Guilherme Bortolini	Homologada
32	716	Guilherme Rohden Schlickmann	Homologada
33	941	Ivan Ricardo Degasperri	Homologada
34	953	Janaina Ely Muller	Homologada
35	495	Jefferson Silveira	Homologada
36	878	João Paulo Moreira Do Prado	Homologada
37	822	Jonathan Gusen	Homologada
38	866	José Leandro Dos Santos	Homologada
39	890	Jucelia Candido	Homologada
40	308	Kauan Formentão	Homologada
41	556	Leandro Roberto Bender	Homologada
42	207	Luan Lucas Bernardi	Homologada
43	830	Luiz Henrique Budant	Homologada
44	937	Luiza Goncalves Martins	Homologada
45	816	Luiza Marin	Homologada
46	347	Magalys Cuza Puig	Homologada
47	920	Marcelo De Souza Arita	Homologada
48	965	Marcia Figueiredo Peixoto	Homologada
49	93	Marcos Antonio Dynkoski	Homologada
50	896	Marcos Vinícius Chaves	Homologada
51	902	Marília Simon Ecco	Homologada
52	1001	Martim Kalicki Castilho	Homologada
53	852	Maurilio Oliveira	Homologada
54	494	Nadia Bertechini Soler Lopes	Homologada
55	940	Pâmela Rossetto	Homologada
56	294	Rafael Balestreri Trevisol	Homologada
57	261	Rafael Vitor Pereira	Homologada
58	996	Renan Eduardo Valduga	Homologada
59	277	Renan Lucas De Aquino	Homologada
60	914	Renata Soares Bastos Caille	Homologada
61	763	Roberto Silvio Guedes Ribeiro	Homologada
62	475	Rodrigo Emygdio Do Nascimento	Homologada
63	1014	Rogério De Lima Rogério	Homologada
64	650	Sabrina Maria Lemes Da Silva	Homologada

65	473	Thaíse Lyra	Homologada
66	908	Vagner Borges De Aquino	Homologada
67	779	Wagner Dos Santos Moreira	Homologada
68	282	Yuri Guazzelli Vidal	Homologada

MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	741	Adreana Weber Salvati	Homologada
2	653	Adriana Franceschini Cristofoli	Homologada
3	511	Adrielli Alexandre De Lima	Homologada
4	958	Alana Sala	Homologada
5	488	Alexandra Hoffmann Lima	Homologada
6	337	Alexandra Sehn Heck	Homologada
7	620	Alexsandra Kraemer	Homologada
8	143	Alice Mayer Bohnenberger	Homologada
9	302	Aline Lorenzon Brixner	Homologada
10	158	Ana Carolina Righi	Homologada
11	107	Ana Claudia De Oliveira	Homologada
12	711	Ana Paula Borssatti	Homologada
13	251	Ana Paula Bussolaro	Homologada
14	424	Ana Paula Schroder	Homologada
15	83	Ana Paula Webler Lauermann	Homologada
16	860	Anderleia Primaz	Homologada
17	714	Andréia Tatiane Baldus	Homologada
18	360	Andrieli Bonavigo Schmitz	Homologada
19	975	Andrieli Juliane Nielsson	Homologada
20	747	Ariele Cristina Berté Dalsolio	Homologada
21	835	Beatriz De Mello Martini	Homologada
22	566	Beatriz Graetzler	Homologada
23	81	Bruna De Siqueira	Homologada
24	280	Caciane Marcela Madalozzo Arend	Homologada
25	807	Camila Regina Kummer Brum	Homologada
26	22	Carina Aparecida Lemes De Souza	Homologada
27	29	Carine Helena Mayer	Homologada
28	831	Carla Grendene De Oliveira	Homologada
29	839	Catiane Piccoli	Homologada
30	919	Cesar Junio Alves Do Nascimento	Homologada
31	592	Cíndia Carolina Dalmagro.	Homologada
32	173	Cláudia Bragagnolo	Homologada
33	273	Claudia De Freitas	Homologada
34	416	Claudiane Pauli	Homologada
35	339	Cleide Luzia Gabriel	Homologada
36	213	Cleonilde Fortes De Oliveira	Homologada
37	458	Cloe Spada Amarante	Homologada
38	646	Cristiane Aparecida Poncio De Oliveira Muhl	Homologada
39	900	Cristiane Maria Bolgenhagen	Homologada
40	477	Cristiane Regina Consalter	Homologada
41	570	Daiana Paula Wisniewski Baseggio	Homologada

42	479	Daiane Froza Britz	Homologada
43	471	Daiane Carla Ames	Homologada
44	257	Daiani Foretti	Homologada
45	443	Danielajohner Fogiato	Homologada
46	361	Dayse Carla Justen	Homologada
47	37	Deise Aline Pozza	Homologada
48	510	Denise Tonial	Homologada
49	314	Diana Marchese Cavalheiro	Homologada
50	292	Diva Ferraz Dos Santos	Homologada
51	411	Edimara Perin	Homologada
52	31	Edinara Aparecida Spezia	Homologada
53	288	Edione Girardi	Homologada
54	737	Eduarda Banhara Bortolotto	Homologada
55	869	Eliane Ana Spironello Foppa	Homologada
56	92	Eliane Da Silva Alexandre	Homologada
57	368	Eliane Da Silva Sertório	Homologada
58	857	Eliane Marcia Pinto Johner	Homologada
59	821	Elis Cristina Ammon Kraemer	Homologada
60	406	Elisabete Fatima Klaus Geller	Homologada
61	39	Elisandra De Vargas	Homologada
62	496	Elisandra Dos Reis	Homologada
63	225	Elisangela Bremm	Homologada
64	38	Elizandra Daponte	Homologada
65	10	Elizandra Fontana	Homologada
66	973	Emanuele Hoesel	Homologada
67	723	Emanuelle Thaís Boniatti	Homologada
68	445	Estefani Araceli Zanini	Homologada
69	669	Estefani Biazus	Homologada
70	927	Evelin Camila Zibetti	Homologada
71	840	Fabiana Da Cruz Alves De Oliveira	Homologada
72	735	Fabiana Fátima Pellenz	Homologada
73	911	Fabiane Cristina Ferari	Homologada
74	67	Fernanda Bosa Hart	Homologada
75	559	Fernanda Cristiane Chervinski	Homologada
76	408	Fernanda Regina Tonini	Homologada
77	624	Franciane Maria Mantovani	Homologada
78	774	Franciela Triches Blasi	Homologada
79	169	Gabriela Postai	Homologada
80	118	Glades Eloá Conterno	Homologada
81	527	Graciane Beatris Mantovani	Homologada
82	718	Helena Cristine Pacheco	Homologada
83	678	Hellen Andreza Wagner	Homologada
84	248	Hérica Todescatto Wagner	Homologada
85	198	Ingridi Ioná Martins	Homologada
86	884	Irene Regina Parmegiani	Homologada
87	263	Ivanete Da Silva	Homologada
88	810	Ivanete Zimmer	Homologada
89	783	Janete Arraujo De Siqueira	Homologada

90	603	Janete Bernardy	Homologada
91	880	Janete Terezinha Schoffen	Homologada
92	456	Jaqueline Adriani Dumke	Homologada
93	607	Jeferson Camargo De Freitas	Homologada
94	682	Jessica Benedetti Dal Moro	Homologada
95	18	Jessica Carolina Lemes De Souza	Homologada
96	756	Jessica Fogiato	Homologada
97	632	Jéssica Francisco	Homologada
98	628	Jéssica Julia Meazza Jackosvki	Homologada
99	25	Jieza Carla Rauber Rosa	Homologada
100	88	Joanice Andreia Busanello	Homologada
101	36	Joceli Zanetti	Homologada
102	135	Jocelia Aozani	Homologada
103	284	Josi Trevisol	Homologada
104	203	Josiane Maiara Guth	Homologada
105	811	Jovana De Mello	Homologada
106	70	Jucimiriam Costa Welter	Homologada
107	623	Julia Tais De Pellegrin	Homologada
108	469	Juliana Da Silva Vogt	Homologada
109	690	Jussara Silva De Oliveira Borsatti	Homologada
110	740	Kálita Lopes Strapasson	Homologada
111	895	Karina Aparecida Kieling	Homologada
112	414	Karline Elizabete Back	Homologada
113	684	Kátia Berté	Homologada
114	129	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	Homologada
115	441	Larissa Dalbosco	Homologada
116	307	Larissa Maria Klain	Homologada
117	844	Larissa Pesente	Homologada
118	320	Leila Britsche	Homologada
119	220	Leila Perboni	Homologada
120	96	Leticia Adriana Roesler	Homologada
121	140	Loiva De Moraes	Homologada
122	539	Loiva Madalena Baumgartner	Homologada
123	535	Luana Ely Rangel	Homologada
124	217	Luana Schneider	Homologada
125	567	Luciane Graetzler Toigo	Homologada
126	331	Luciane Lemes Pereira	Homologada
127	856	Lucilei Rosa Vendruscolo Da Silveira	Homologada
128	53	Luiza Helena Kuhn	Homologada
129	726	Maiara Maria Markus	Homologada
130	736	Maikeli Cantú	Homologada
131	483	Maiqueli Emanueli Bervian	Homologada
132	238	Maíra Regiane Rodrigues Troian	Homologada
133	208	Maira Regina Toigo	Homologada
134	577	Mara Regina Budtinger	Homologada
135	375	Marceli Mayer	Homologada
136	550	Márcia Maria De Oliveira	Homologada
137	928	Margarete Lemes Da Silva Escher	Homologada

138	979	Maria Baldissarelli	Homologada
139	1018	Maria Carolina Araujo Johner	Homologada
140	543	Marilei Ruhoff Lunkes	Homologada
141	582	Marinez Salete Justen	Homologada
142	291	Marlene Lúcia Bourscheidt	Homologada
143	997	Marli Mayer	Homologada
144	431	Marlise Lauermann	Homologada
145	638	Marlise Terezinha Limberger Pagno	Homologada
146	602	Marta Elena Bernaedy Apio	Homologada
147	212	Mayara Christina Toigo	Homologada
148	58	Meuri Francisca De Moura	Homologada
149	353	Michele Graziele Garcias	Homologada
150	13	Micheli Rubin Delazeri	Homologada
151	888	Michelli Rodrigues Oliveira	Homologada
152	648	Mirte Montagna	Homologada
153	111	Monica Vargas	Homologada
154	281	Nadir Salete Schultz	Homologada
155	454	Natália Adams	Homologada
156	761	Natalia Eloise Martins Siqueira	Homologada
157	464	Neiva De Oliveira	Homologada
158	434	Neiva Maria Becker Bossa	Homologada
159	451	Neiva Toigo	Homologada
160	221	Patricia Carolina Mantovani	Homologada
161	509	Paula Cristina Selzler	Homologada
162	385	Paula Patricia Bruder	Homologada
163	700	Paula Teresinha Bozzetto	Homologada
164	28	Priscila Maia Donadelli	Homologada
165	657	Rafaela Fatima Parmegiani Becker	Homologada
166	1025	Raquel Iazzari	Homologada
167	677	Renata Catarina Grendene Dos Santos	Homologada
168	662	Reni Dalmoro Alessio	Homologada
169	181	Roberta Braitenbach De Oliveira	Homologada
170	112	Roberta Schein	Homologada
171	600	Rosamar Mazzoneto	Homologada
172	719	Roseli Manfroi	Homologada
173	670	Rosicler Aparecida Lazzarotto	Homologada
174	957	Rosilei Alves Siqueira	Homologada
175	172	Rozeli Pinheiro Wronski	Homologada
176	303	Rubiamara Cassel	Homologada
177	738	Salete Ana Wagner Junges	Homologada
178	579	Sandra Morsch	Homologada
179	79	Sandra Zanotelli Martinelli	Homologada
180	565	Silvana Pellegrini	Homologada
181	595	Silvane Consalter Tente	Homologada
182	594	Simone Boff	Homologada
183	430	Simone Lauermann	Homologada
184	948	Simoni Soldi	Homologada
185	935	Sirlei Brusamarello Pedroso	Homologada

186	974	Solange Sandri	Homologada
187	136	Stéfhani Lunkes Zanardi	Homologada
188	754	Sueli Conceição Da Silva	Homologada
189	587	Sueli Maria Welter	Homologada
190	141	Sueli Vieira De Moraes	Homologada
191	249	Taila Avila Baladore	Homologada
192	151	Tainá Luft	Homologada
193	131	Tainara Zacarias	Homologada
194	200	Tais Alessandra Hagge	Homologada
195	142	Talita De Assis Fernandes	Homologada
196	805	Tânia Teresinha Rodrigues Da Silva	Homologada
197	526	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	Homologada
198	86	Tatiane Dos Santos	Homologada
199	818	Tays Freo	Homologada
200	171	Vanderleia Albano Broilo	Homologada
201	163	Veronice Fanton Pereira	Homologada
202	512	Vinícius José Mergen	Homologada
203	584	Viviane Smaniotto	Homologada
204	400	Yeligel Laris Delevatti	Homologada

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	219	Ademir Carlos Gonçalves	Homologada
2	793	Airto De Bona	Homologada
3	529	Alessandro Regis Da Silveira Pigozzo	Homologada
4	106	Anderson Belletz	Homologada
5	44	André Santilio Dos Santos	Homologada
6	533	Ariel Rodrigo Dal Magro	Homologada
7	789	Carlinhos Testolin	Homologada
8	540	Catarina De Lima Zanetti	Homologada
9	785	Claudecir Antonio Schein	Homologada
10	1013	Claudenir Bortolini	Homologada
11	167	Diogo Christani	Homologada
12	879	Edson Luis Bardelotti	Homologada
13	858	Evandro Márcio Cristofoli	Homologada
14	683	Francisco Edinardo Martins	Homologada
15	201	Genair Cavalheiro Martins	Homologada
16	108	Gian Liberalesso	Homologada
17	437	Gilnei Ville	Homologada
18	91	Giovani Banfi	Homologada
19	984	Gustavo Arnaldo Schreiner	Homologada
20	199	Jaison Bonatto	Homologada
21	755	Jenuir Fortes Vieira	Homologada
22	745	João Odacir De Mello	Homologada
23	528	Jonata Becker	Homologada
24	824	Juarez Fortes Vieira	Homologada
25	906	Juliano Marchese	Homologada
26	149	Jurandir Bianchetto	Homologada

27	502	Leoni Luciane Bervanger Schwab	Homologada
28	1017	Leonir Rigo	Homologada
29	616	Lucas Eduardo Schragle	Homologada
30	926	Maicon Joel Mosená	Homologada
31	809	Maria Eduarda Da Silva Ribeiro	Homologada
32	949	Maurivan Cantu	Homologada
33	404	Michel Odenir Strack	Homologada
34	615	Ozeias Da Silva Cavalheiro	Homologada
35	742	Rafael Luvizon	Homologada
36	947	Sidnei Luiz Wolfart	Homologada
37	731	Valter Troian	Homologada
38	267	Vanderlei Nicolau Seffrin	Homologada
39	846	Vanio Paulo Lermen	Homologada
40	686	Vendelino Baumgartner	Homologada
41	804	Venicius Dalmagro	Homologada
42	912	Vilson Ferreira Gomes	Homologada

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D) (PARA VAGA NO DISTRITO DE PADRE RÉUS)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	150	Adriano Antunes Maciel	Homologada
2	366	Airton Maciel	Homologada
3	626	Alcemar Marcos Justen	Homologada
4	633	Cedemir Carlos Lenhardt	Homologada
5	845	Felipe Rodrigo Muhl	Homologada
6	972	Gilson Hoffmann	Homologada
7	265	Jadir Antonio Tonett	Homologada
8	780	Leomir Thums	Homologada
9	709	Marcos Muller	Homologada
10	692	Paulo Roberto Dos Santos	Homologada
11	300	Valtazar Lucas Stoll	Homologada

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D) (PARA VAGA NO DISTRITO DE SÃO VENDELINO)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	275	Antônio Corezolla	Homologada
2	851	Edelo Fabio Da Silva	Homologada
3	538	Edilmar Ribeiro	Homologada
4	705	Eloir Schneider	Homologada
5	604	Gilmar Schmidt	Homologada
6	191	João Nelso De Oliveira	Homologada
7	377	Lucas Ferreira Gomes	Homologada
8	913	Nevio Schneider	Homologada
9	702	Sandro Carlos Blasi	Homologada
10	285	Vilson José Lombardi	Homologada

NUTRICIONISTA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	826	Amanda Cadoná	Homologada
2	956	Andréia Kellen Francisquini Mota	Homologada

3	157	Cristina Inês Schmitz	Homologada
4	182	Dalila Élen Schneider	Homologada
5	905	Eliaki Marcelli Zanini	Homologada
6	371	Evandro Wilk	Homologada
7	980	Fernanda Semanski	Homologada
8	389	Francieli Winck	Homologada
9	387	Gabriela Bagio Luz	Homologada
10	936	Gisele Regina De Toledo	Homologada
11	991	Graciela Aparecida Von Dentz	Homologada
12	619	Jéssica Revers	Homologada
13	813	Liziane Maria Paetzold	Homologada
14	605	Marcia Andreia Fernandes	Homologada
15	881	Marilia Cremonini	Homologada
16	1024	Pamela Capelari	Homologada
17	154	Raíza Fávero	Homologada
18	7	Sandra Regina Heming	Homologada
19	938	Tamara Cristina Melz	Homologada
20	55	Tauani Lardini Tonietto	Homologada
21	748	Viviane Neusa Scheid	Homologada
22	325	Viviane Silveira Olbach	Homologada
23	640	Zelma Silveira Lima	Homologada

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (CNH CATEGORIA C)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	110	Claudir Alves De Oliveira	Homologada
2	867	Clayton Triaca	Homologada
3	703	Diogo Luiz Zamboni	Homologada
4	836	Djonathan Cris Andrighi	Homologada
5	921	Éderson Collett	Homologada
6	246	Fabiano Felski	Homologada
7	855	Gilmar Dickel Banfi	Homologada
8	327	Gilmar Toigo	Homologada
9	444	Jean Rodrigo Fogiato	Homologada
10	968	Julio Cesar De Mello	Homologada
11	490	Juniomar Antunes De Oliveira	Homologada
12	608	Junior Cristiano Furtim	Homologada
13	704	Kelvi Alan Dalbosco	Homologada
14	530	Leandro Gomes De Lima	Homologada
15	340	Leandro Inacio Specht	Homologada
16	861	Leandro Schein	Homologada
17	622	Marcelino Fernando Schneider	Homologada
18	724	Marcio Luiz Foppa	Homologada
19	462	Neuri Balen	Homologada
20	568	Nilto Toigo	Homologada
21	313	Oziel Da Silva Cavalheiro	Homologada
22	841	Renato De Moura	Homologada
23	680	Rodrigo Carlos Schultz	Homologada
24	734	Rodrigo Debona	Homologada

25	618	Rodrigo Zambiasi	Homologada
26	489	Valmir Scholl	Homologada
27	764	Valmor Jonas Argenta	Homologada
28	759	Vander Spironelo	Homologada

Art. 2º. Por este decreto permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2018 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 01 - MICRO ÁREA 19 (ABRANGÊNCIA: CENTRO)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	573	Camila Ciconeti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	901	Gustavo Antunes Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	612	Joseane Santana Alexandre	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 02 - MICRO ÁREA 29 (ABRANGÊNCIA: LINHA MIOLA E PARTE DO DISTRITO DE MARIFLOR)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	103	Cleidir Simone Leite	Cancelada pelo candidato (a).
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 04 - MICRO ÁREA 04 (ABRANGÊNCIA: LINHAS SÃO JACÓ, SANTO INÁCIO, GOMES, SÃO JOÃO, INDEPENDÊNCIA E SÃO PEDRO)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	552	Cleomara Toigo	Cancelada pelo candidato (a).
2	553	Cleomara Toigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	133	Leila Britsche	Cancelada pelo candidato (a).
4	842	Stefani D Avila Leal	Cancelada pelo candidato (a).
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 04 - MICRO ÁREA 08 (ABRANGÊNCIA: PARTE DA LINHA SÃO ROQUE; parte da Linha São Domingos; parte de Linha Esquina Derrubada; Linha Chaleira e Linha Monte Castelo)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	450	Lucas Fraide	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	74	Olivia Lunkes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 05 - MICRO ÁREA 01 (ABRANGÊNCIA: BAIRRO PRÓ-MORAR).			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	796	Edinara Paula Kaufmann	Cancelada pelo candidato (a).
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 05 - MICRO ÁREA 21 (ABRANGÊNCIA: BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO E CENTRO)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	128	Deisi Cristina Severo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	19	Fabieli Lima Minks	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	609	Lucimar Araújo Esbercie	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	301	Mirian De Cássia Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	164	Mirlane Maria De Sousa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição

1	192	Abigail Ruedell Vaz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	333	Adriana Cristina Pezzuol	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	94	Alecsandra Serafini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	466	Alessandra Campos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	276	Alexandra Hoffmann Lima	Cancelada pelo candidato (a).
6	40	Alexandra Sehn Heck	Cancelada pelo candidato (a).
7	433	Alyne Elayne Sanches Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	439	Ana Maria Von Dentz	Cancelada pelo candidato (a).
9	148	Andressa Pozzebon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	713	Andressa Tahyana Baldus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	544	Angélica Cristina Ghilardi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	109	Ataides Daniel Marin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	507	Bruna Machado Dos Santos Andrioli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	241	Carine Fatima Massmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	89	Caroline Mortari	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	242	Cassiane Trevisan	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	338	Cleide Luzia Gabriel	Cancelada pelo candidato (a).
18	236	Cleomir Kaufmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	799	Cristiano Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	446	Daiane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	132	Damise De Moraes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	720	Daniel Camillo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	138	Daniela Corezolla Sewald	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	35	Dariane Villa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	487	Débora Agostini Balbinot	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	260	Deivane Damasceno Barth	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	976	Deizy Haag Pedrassani	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	215	Eduarda Caroline Cerioli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	343	Eliezer Lúcia Lunkes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	415	Emilia Carla Fonseca Duleba Vazzi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	126	Fabiane Lago	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	228	Fabiano Graetzler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	681	Gabriela Oliveira De Mercedes Ascoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	459	Gabriela Siqueira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

35	243	Gabrieli Halana Reolon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	753	Gessica Fernada Colle	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	193	Giovana Sotilli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	155	Giovane Cesar Pereira Pasquali	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	160	Giziele Klaus	Cancelada pelo candidato (a).
40	983	Graciele Soldá	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	769	Guilherme Stefanello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
42	904	Gustavo Marques Battisti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	698	Helena Cecilia Grimm	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
44	266	Janete Rupolo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	601	Jeferson Camargo De Freitas	Cancelada pelo candidato (a).
46	197	Jéssica Cadore Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
47	278	Jessica Ely	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
48	575	Jéssica Gehlen	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	174	Jhenyffer Vitoria Pecin	Cancelada pelo candidato (a).
50	233	Joice Kauane Guth	Cancelada pelo candidato (a).
51	290	Jose Rodrigo Gonçalves	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
52	85	Joseane Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	211	Josiane Canof Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
54	210	Josiane Vasques Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
55	715	Jossemar Pinheiro	Cancelada pelo candidato (a).
56	144	Juliana Both	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
57	864	Juliana Dill	Cancelada pelo candidato (a).
58	882	Juliana Dill	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
59	894	Karine Blau Flores	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
60	80	Karoline Paula Baldo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
61	180	Keila Dornel Prestes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
62	868	Keli Ana Menezes De Mello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
63	1005	Laudemir Linke	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
64	66	Ledeleine Nunes Fortunato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
65	939	Lizandra Garmus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
66	216	Luan Carlos Dresch	Cancelada pelo candidato (a).
67	872	Lúcia Collmam Tortora	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
68	354	Luiz Marcelo Ramalho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
69	205	Luíza Paula Aretz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

70	16	Maiara Mossmann Correia	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
71	691	Márcia Schnorr Eich	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
72	397	Marciele Dreyer Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
73	269	Marcos Vinícius Alves De Moura	Cancelada pelo candidato (a).
74	190	Natalia Santin Da Silva	Cancelada pelo candidato (a).
75	52	Nelma Maria Modesto Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
76	710	Nelson Mendes Da Silva Andrade	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
77	782	Nycolas Ayala Maciel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
78	971	Rafael Martin Vicente Ludwig	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
79	286	Regina Maria Eckert Boff	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
80	862	Rosimeri Colle	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
81	586	Sabrina Prado Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
82	362	Samara Rodrigues De Freitas	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
83	787	Sibeli Vettorazzi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
84	554	Simone Fagundes Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
85	322	Stefany Barichello Lucchetta	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
86	264	Suzete Silva Do Nascimento	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
87	54	Tainá Elesbão	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
88	23	Thaís Regina Nascimento Canhete	Cancelada pelo candidato (a).
89	664	Thaís Regina Nascimento Canhete	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
90	658	Thayná Sevald	Cancelada pelo candidato (a).
91	484	Zaqueu Lemes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

DENTISTA ESF

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	478	Aicha Manara Yasin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	834	Alessandra Aparecida Da Silva Schiavo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	159	Alexandre Lazzari Konflanz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	770	Aline Bech	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	274	Ana Júlia Rodighero De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	412	Beatriz Dettoni Longo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	323	Caio Bridi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	409	Camila Franzon Chini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	51	Camila Pohlmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	252	Caroline Cristine Varela	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

11	393	Caroline José Luiz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	1030	Eduardo Bresolin De Almeida	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	875	Elizangela Berres	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	729	Felipe Tailan Strapazzon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	350	Fernanda Pereira Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	156	Francielly Soethe Jung	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	924	Gabriela Basso Farias	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	438	Gustavo Do Prado Schoenhals	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	177	Igor Tiago Martins	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	1003	Jakson Carlos Isoton	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	57	Jefferson Giovani Da Veiga	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	419	Jessica Farías De Cristo Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	209	Josiane Vasques Dos Santos	Cancelada pelo candidato (a).
24	899	Júlia De Oliveira Borghezan	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	808	Juliana Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	392	Kalisley Nicóli Ferranti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	591	Karine Teodora	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	476	Karoline Markoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	348	Kathleen Strapasson Bordiga	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	772	Kelty Marize Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	388	Kevin Luiz Simon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	877	Laiane Carla Pawlak	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	187	Larissa Ketlin Boscato Canani	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	428	Laura Caroline Fribel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	504	Letícia K. Marquesan	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	304	Lucas Correa Bello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	102	Luísa Lapenta Da Cunha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	417	Maire Christine Rambo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	887	Marcela De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	463	Mariana Lemos Santana	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	188	Marlon Bruno Peruzzo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
42	311	Maryane Diniz De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	558	Maryanne B Neres	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

44	405	Matheus Carbonari	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	1032	Matheus Gabardo Yokota	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
46	240	Michele Marciano De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
47	1002	Monica Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
48	429	Natalia Bruna Zanellato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	825	Natalia Kusmenkovsky	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
50	1027	Orestes Feliciano Goulart Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
51	917	Paula Elandia Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
52	364	Rodrigo De Oliveira Caetano	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	355	Rodrigo Réus Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
54	418	Rosangela M. De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
55	390	Sabrina Cavalheiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
56	413	Sabrina Maciel Do Amaral	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
57	889	Stephan Schwartz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
58	349	Syandra Aparecida Varela	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
59	363	Tayna Lais Marcon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
60	659	Valeria Campagnolo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
61	1026	Whitney Cristine Costa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MÉDICO ESF

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	661	Alano Aleixo Goncalves Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	130	Alexandre Kazuo Nakano	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	426	Amantina A. M. Vais	Cancelada pelo candidato (a).
4	732	Ana Carolina Rodrigues Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	17	Antônia Célia Moura Martins	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	204	Bruna Claudia Cruz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	524	Bruna Da Fonseca	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	505	Bruna Rossato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	460	Carolina Schmidt Sousa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	305	Carolinne Farias Amorim	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	545	Coline Sares De Meireles	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	967	Daniele Tomazini Tirolli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	493	Denny Lima Cavalcante	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

14	326	Diego Gonçalves Nogueira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	398	Eduardo Dimas Vidigal	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	898	Erasto Felipe Correa Roos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	319	Francelli Sperandio Gravina	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	674	Franklin Da Costa Sampaio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	945	Geisson Toseto Zanotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	145	Giscard Porto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	97	Guilherme Ducatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	474	Guilherme Roman Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	11	Gustavo Luís Zanotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	993	Hudson Peres Dorigão Belisário De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	717	Humberto Francisco Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	593	Igor Pereira Olympio.	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	1033	Ivy Mendes Bueno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	1023	Janaina Marques	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	403	Janio F. Muniz De Almeida	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	114	Jean Carlos Broetto Besinella	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	226	Joao Luiz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	762	Jonatha Da Conceição Silva Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	214	Jorge Kleber Neiva Brito Filho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	1012	Jose Aparecido Sobral Alves	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	115	Jose Henrique De Oliveira Frois Rabinovitch	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	310	Juan Carlos Leon Rios	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	1022	Jucemara Lorencetti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	1004	Lia Regina De Sampaio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	660	Lucas Simas De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	113	Luiza Goncalves Martins	Cancelada pelo candidato (a).
41	189	Magno Muniz Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
42	78	Marcelo Oliveira Falcão	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	223	Marcia Barbosa De Matos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
44	817	Maria Julia Souza Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	381	Marina França De Abreu	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
46	644	Mario Henrique Ribeiro Reis	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

47	283	Nadia Helena De Castro Quadros	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
48	994	Noemia Moreira Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	885	Patrick Cezar Andrade	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
50	330	Paula Marcia Gomes Pimenta	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
51	230	Paulo Roberto Toebe	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
52	423	Pedro Antonio Borges De Melo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	611	Priscila Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
54	775	Priscilla Gomes Rocha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
55	649	Rafael Barros Alves De Carvalho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
56	1020	Rafael Rio Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
57	532	Rafaela De Souza Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
58	874	Rayane Pereira Garcia	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
59	457	Renato Antonio Da Silva Silveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
60	946	Ricardo Farias	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
61	1007	Rogério De Lima Rogério	Cancelada pelo candidato (a).
62	427	Ronan Vieira Costa Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
63	708	Roselene Da Cruz Baseggio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
64	520	Rúbia Tabata Rigatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
65	812	Sandra Cristina Haas	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
66	312	Sandro Da Silva Montano	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
67	41	Sandro De Carvalho Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
68	819	Thaís Giumbelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
69	631	Valterlan Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
70	442	Vera Lucia Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
71	781	Yara Monique Caires Franco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
72	32	Yuri Carminatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	599	Adriana Campos Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	452	Alessandra Carol Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	525	Andreia Carina De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	531	Andressa Carniel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	34	Andressa Graf	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

6	665	Angelica Camargo Da Rosa Do Nascimento	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	828	Bernadete Selvina Mantelli Morandi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	870	Bruna Thalia Dos Santos Rohssler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	981	Camila Pereira Nascimento	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	848	Caroline Barbosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	580	Clara Diva Anzolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	985	Clarice Pereira Bueno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	1006	Claudia Maria Linke	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	152	Cleci Maria Polla	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	61	Cleonara De Lima Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	336	Daiane Cristina Giehl	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	853	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	224	Daisi Teresinha Potrick	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	26	Daniela Belloli	Cancelada pelo candidato (a).
20	259	Deivane Damasceno Barth	Cancelada pelo candidato (a).
21	352	Diana Kerkhoven	Cancelada pelo candidato (a).
22	751	Diane Roseli Sprandel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	523	Dilvane Koslowski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	546	Edilaine Girardi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	739	Eliane P. R. Cobalchini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	119	Gabriela Antônia De Freitas	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	706	Genaina Cristofoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	367	Giovana Cristina Breier Miola	Cancelada pelo candidato (a).
29	771	Giovana Cristina Breier Miola	Cancelada pelo candidato (a).
30	521	Gizeli Da Silva Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	254	Giziele Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	654	Idiane Perosso Schmiddel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	625	Indaia Dossiati	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	176	Janesca Martinelli Rocha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	244	Jessica Luiza Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	576	Jiane Cristiane Garcia	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	235	Joice Kauane Guth	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	342	Josiane Salete Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	183	Júlia Cristina Trevisol	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

40	306	Juliana Cichelero	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	590	Juliana Maria Ferreira	Cancelada pelo candidato (a).
42	893	Karine Blau Flores	Cancelada pelo candidato (a).
43	289	Keli Cristina Muller Meazza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
44	42	Lidiane Siqueira Weppo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	328	Luciane Lemes Pereira	Cancelada pelo candidato (a).
46	589	Magda Fernanda Budtinger	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
47	137	Maikeli Cantú	Cancelada pelo candidato (a).
48	105	Márcia Fátima Hefle	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	435	Marlene Alves Garcia Gomercindo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
50	800	Marlice Terezinha Hendges	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
51	614	Mirte Montagna	Cancelada pelo candidato (a).
52	98	Nathalia Labres Pompermayer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	357	Patricia Zwirtes	Cancelada pelo candidato (a).
54	196	Rafaela Fatima Parmegiani Becker	Cancelada pelo candidato (a).
55	480	Raquel Gonzatto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
56	675	Renata Catarina Grendene Dos Santos	Cancelada pelo candidato (a).
57	676	Renata Catarina Grendene Dos Santos	Cancelada pelo candidato (a).
58	60	Sthefany Aparecida Muhl	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
59	960	Tailini Beatriz Lenhardt Jagnow	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
60	33	Taisa Degasperri	Cancelada pelo candidato (a).
61	1010	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
62	321	Thelma Soares De Oliveira Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
63	697	Vanessa Fátima Parizotto Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	978	Adilson Jose Kerkhoven	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	784	Alexandre Herlein Dalla Vecchia	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	184	Ari Martinelli	Cancelada pelo candidato (a).
4	750	Diane Roseli Sprandel	Cancelada pelo candidato (a).
5	234	Diego Corso	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	30	Edson Luiz Dorigon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	372	Jandir Flores Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	68	Maicon Jacoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	728	Marcos Vinícius Alves De Moura	Cancelada pelo candidato (a).
10	1035	Pedro Lemes Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

11	497	Vilson De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D) (PARA VAGA NO DISTRITO DE PADRE RÉUS)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	195	Adriano Jose Rabuski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	786	Alcione Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	850	Edelo Fabio Da Silva	Cancelada pelo candidato (a).
4	667	Elias Bueno De Moura	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	20	Franklin Soares	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	166	José Nilson Roos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	508	Paula Cristina Selzler	Cancelada pelo candidato (a).
8	293	Paulo Sergio Araujo	Cancelada pelo candidato (a).

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D) (PARA VAGA NO DISTRITO DE SÃO VENDELINO)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	449	Juliano Luiz Mallmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

NUTRICIONISTA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	942	Aline Gentilini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	47	Ana Jaqueline Moura Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	90	Angela Paula Pies	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	48	Dainá Melz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	549	Jaqueline Piat	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	410	Mariza A. K. Viola	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	341	Nehate Jesus Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	514	Tainá Maróstica	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (CNH CATEGORIA C)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	679	Alexandre Herlein Dalla Vecchia	Cancelada pelo candidato (a).
2	125	Fabiano Felski	Cancelada pelo candidato (a).
3	801	Juarez Fortes Vieira	Cancelada pelo candidato (a).
4	656	Lucas Schmiddel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	95	Meike Nicolas Ludwig	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	5	Pablo Diego Fernandes Da Cruz Vilhalba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	518	Paulo Sergio Alberici	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º. Foram Homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2018 do Município de São José do Cedro – SC

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de Outubro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.161/2018

Publicação Nº 1787945

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº161/2018

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº161/2018, Edital de Pregão Nº161/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO NOS AUTOMÓVEIS DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/11/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2018 - SRP - PR Nº 113/2018

Publicação Nº 1788811

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/11/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO 162/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMOÇÃO, HIGIENIZAÇÃO EVAPORADA (PARTE INTERNA) E CONDENSADOR (PARTE EXTERNA) E REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 31 de Outubro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.101, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788013

DECRETO Nº 6.101, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Municipal 2.418, de 03 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução nº 042, de 09 de julho de 2018, do CNDPI (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa), que dispõe sobre a convocação da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e Resolução 002, de 18 de outubro de 2018, do CMDPI - Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso, na perspectiva de sua efetivação no âmbito municipal e regional;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a realizar-se no dia 08 de novembro de 2018, com início as 13h e término as 18h, no Auditório da AM Noroeste, situado na rua Jarbas Mendes, nº 270, sala 09- Galeria Martini, bairro Brasília, nesta cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º Em consonância com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal terá como tema central "OS DESAFIOS DE ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS".

Art. 3º A IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como objetivo avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações, consoante com a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão por conta das dotações específicas do orçamento do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de outubro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.102, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788055

DECRETO Nº 6.102, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 16 de novembro de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o feriado nacional e oficial da Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 2018, quinta-feira, previsto no artigo 1º da Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 16 de novembro de 2018, sexta-feira.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Conselho Tutelar e o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas, bem como os Plantões dos Motoristas da Policlínica Municipal de Saúde, considerados serviços essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 925, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788020

PORTARIA Nº 925, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.418, de 03 de outubro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como Gestora do Fundo Municipal de Direitos dos Idosos - FMDI - a Sra. Adriane Gorete de Jesus, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, matrícula nº 3312/01, em conformidade com o disposto no art. 21, § 2º, da Lei Municipal nº 2.418, de 03 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

07/2018 FMAS PROCESSO LICITATORIO

Publicação Nº 1787698

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018 FMAS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preços

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, o presente Registro de Preços tem por finalidade EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE E MATERIAIS DIDÁTICOS, nas quantidades requeridas e estimadas para o Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Convivência, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 19/11/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 29 de outubro 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

14/2018 FMS CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA - AQUISIÇÃO VEICULO-

Publicação Nº 1787695

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2018 FMS

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa DE MARCO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 84.584.556/0012-15, com sede na Rua Cristóvão Colombo, nº. 65E, Bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. LILIAN ISABEL GUNTZEL, brasileira, responsável pelo departamento comercial/vendas, portador do CPF sob nº. 030.487.839.11 e RG sob nº. 3408318, residente na cidade de Chapecó – SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital de Pregão Presencial n.º 07/2018 FMS, pelo regime de preços unitários, pelas seguintes cláusulas que seguem:

DO OBJETO CLAUSULA PRIMEIRA

Aquisição de VEICULO DE PASSEIO 0 KM, para manutenção das atividades da Unidade Básica de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista/SC. Conforme especificações contidas abaixo:

Item	Descrição Técnica	Quant.	Unidade	Valor Unitário
01	VEICULO DE PASSEIO 0KM – MARCA RENAULT, MODELO KWID ZEN 1.0, capacidade para 05 lugares, freios ABS e airbag duplo, câmbio manual, bicomcombustível, 04 portas, motorização 1.0, direção elétrica, distância entre eixos de 2.423 mm, com ar condicionado e trio elétrico (trava, vidro, alarme).	01	Und	R\$ 39.500,00

Parágrafo primeiro: O veículo constantes neste termo contratual estará condicionado a uma garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses contra defeito de fabricação.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS

DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados para empresa é de R\$ 39.500,00 (Trinta e nove mil e quinhentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal, até o 5º dia útil após a liquidação, em moeda corrente nacional, através de Depósito Bancário, após a entrega do(s) objeto(s) licitado(s), apresentação do Certificado de Garantia, Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo Fiscal do Contrato.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

DO REAJUSTAMENTO OU REDUÇÃO DE PREÇO

Não há previsão de reajuste ou reequilíbrio.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentarias:

Proj. Atividade:	Modalidade de aplicação	Descrição
1.037 – aquisição de veículo	44900000000000	Recursos da União

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste Instrumento é a partir de sua assinatura até 31/12/2018 sendo que prazo máximo para entrega do objeto será de 30 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além das condições incluídas neste Edital e seus Anexos:

- I- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital 07/2018 FMS, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- II- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital 07/2018 FMS e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e termo de garantia, na qual constarão as indicações referentes as especificações contidas neste edital.
- III- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- IV- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no processo licitatório, o objeto com avarias ou defeitos;
- V- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- VI- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- VIII- Prestar assistência técnica, gratuita, durante o período da garantia, iniciando o atendimento em, no máximo, 24hs após a solicitação de servidor da Administração Municipal, sob pena de incorrer nas penalidades/sanções listadas neste termo.
- IX- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Edital de Pregão Presencial nº. 07/2018 FMS.
- X- Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Edital.
- XI- Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o objeto licitado.
- XII- Formar o quadro de pessoal necessário para a entrega do objeto contratado, pagando os salários as suas exclusivas expensas.
- XIII - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;
- XIV - fornecer o veículo novo (0 KM), sem uso anterior.
- XV - transportar o veículo em condições adequadas, conforme legislação pertinente, sendo que o descarregamento será por conta da Contratada.
- XVI - Entregar o veículo com cada documentação regularizada.
- XVII - O veículo deverá atender às exigências Código Brasileiro de Transito, bem como possuir todos os itens de segurança obrigatórios.
- XIII - Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de Garantir a boa qualidade do veículo fornecido e dos serviços prestados.
- XIV – Entregar o Termo de Garantia junto com o veículo.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

São obrigações da Contratante:

- I- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital 07/2018 FMS e seus anexos;
- II- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital 07/2018 FMS e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV- Fiscalizar e acompanhar através dos Secretários Municipais conforme decreto 31/2017, ora nominado fiscal do contrato, entrega efetiva do objeto licitado, qualidade dos produtos, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a efetiva fiscalização, fazendo cumprir todas as normas deste edital e aplicando as sanções cabíveis em caso de necessidade;
- V- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VI- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SEXTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- I - O veículo deverá ser entregue em, no máximo, 30 dias, contados do (a) emissão da autorização de fornecimento, no pátio da Secretaria Municipal de Saúde do Município.
- II – Se o veículo for rejeitado por estar em desacordo com as especificações constantes na proposta, a Contratada deverá substituí-lo no prazo, máximo, de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

I - advertência:

II - multa:

II.I - Multa de 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega do(s) veículo(s), limitando-se o prazo em 15 dias, quando o contrato será rescindido por culpa da Contratada.

II.II - Multa de 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, por dia de atraso para substituir o(s) veículo(s) e, também, multa no mesmo percentual, por dia de atraso, na prestação de assistência técnica.

II.III - Multa de 60% (sessenta por cento), calculada sobre o valor do contrato, pela rescisão do contrato por culpa da Contratada.

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLAUSULA OITAVA - CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLAUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às cláusulas fixadas no Edital do Processo Licitatório nº.07/2018 FMS.

CAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 29 de outubro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	DE MARCO LTDA CNPJ sob nº. 84.584.556/0012-15 Representante Legal
--	---

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS:

FERNANDA L. D. FASSBINDER

CPF: 06781096990 CPF:

MARISTELA SCHMAEDECKE

CPF: 045.783.749-71

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2018 FMS

Contrato de Compra

53/2018 PROCESSO LICITATÓRIO

Publicação Nº 1788592

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, o presente Registro de Preços tem por finalidade AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR NOVO para manutenção das atividades do SMER, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 14/11/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 30 de outubro 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 64/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1788231

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual de fórmulas alimentícias, destinadas ao atendimento de demandas judiciais, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 14 de novembro de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 30 de outubro de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

REVOGAR

Publicação Nº 1788631

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 199/2018

Edital Tomada de Preço nº 25/2018

ALFREDO SPIER, no uso de sua competência e, tendo como prerrogativa os regramentos estatuídos pela Lei nº 8.666/93, e, Considerando o Memorando encaminhado pela Engenharia Civil do Município, AMANDA BRANDENBURG PIVATTO, em 30 de outubro de 2018;

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93;

DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, REVOGAR o Processo Licitatório nº 199/2018, Tomada de Preços nº 25/2018, determinando ao Setor solicitante que diligencie no sentido de ser realizada abertura de novo procedimento licitatório.

São Miguel do Oeste- SC, 30 de outubro de 2018.

Alfredo Spier

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 19/2018 - WAGHNER ILIAS TRINDADE ME**

Publicação Nº 1788329

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2018

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:
Contrato 19/2018, Processo Licitatório 27/2018, Pregão 27/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE QUATRO COMPUTADORES ALL IN ONE PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO 27/2018, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2018.

EMPRESA: WAGHNER ILIAS TRINDADE ME

São Miguel do Oeste/SC, 29 outubro de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO CONTRATO 20/2018 - FUNILARIA SÃO MIGUEL LTDA ME

Publicação Nº 1788332

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2018

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:
Contrato 19/2018, Processo Licitatório 28/2018, Pregão 28/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE CALHAS, TELHAS, ALGEROSAS E CORREÇÃO DE INFILTRAÇÕES NO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO 28/2018, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

VALOR: R\$ 1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2018.

EMPRESA: FUNILARIA SÃO MIGUEL LTDA ME

São Miguel do Oeste/SC, 29 outubro de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 142/2018

Publicação Nº 1788787

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 142/2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 202.411,85 (Duzentos e dois mil quatrocentos e onze reais e oitenta e cinco centavos) por conta do Excesso de Arrecadação - ROYALTIES LEI 7990/89 E 12.858/13 na dotação abaixo identificada:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004-1.012- Ampliação e Reforma de Escolas –
Ensino Fundamental R\$ 29.411,85

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0791 – Aplicações Diretas R\$ 29.411,85

04.01.12.365.0004-1.011- Ampliação e Reforma de Escolas –
Creches – Ensino Infantil R\$ 173.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0791 – Aplicações Diretas R\$ 173.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 141/2018

Publicação Nº 1788785

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 141/2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.138 de 05 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 338.470,00 (Trezentos e trinta e oito mil quatrocentos e setenta reais) por conta do Superávit Financeiro dos ROYALTIES LEI 7990/89 E 12.858/13 nas dotações abaixo identificadas:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004-1.012- Ampliação e Reforma de Escolas –
Ensino Fundamental R\$ 338.470,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0797 – Aplicações Diretas R\$ 338.470,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO N°144/2018

Publicação N° 1788788

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°144/2018

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 –Func. e Manutenção do Ensino
Fundamental R\$ 1.500,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA NO 01/2018-FMS

Publicação Nº 1788145

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA No 01/2018-FMS

PROCESSO Nº. 64/2018-FMS

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, Centro, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Osvaldo Jurck, torna público, para conhecimento dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, previsto no Caput do art. 25 da Lei 8.666/93 por inviabilidade de concorrência torna público que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA.

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico de Coletas e acondicionamento de amostras biológicas - sangue, urina, fezes, nasofaringe, orofaringe, conjuntiva, swab retal e fecal, raspados intradérmicos - incluindo mão de obra e material necessário para diagnóstico de doenças diversas.

Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 29 de novembro de 2018.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Entrega do envelope até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA NO 03/2018-PMS

Publicação Nº 1788125

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA No 03/2018-PMS

PROCESSO Nº. 210/2018-PMS

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, Centro, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Osvaldo Jurck, torna público, para conhecimento dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, previsto no Caput do art. 25 da Lei 8.666/93 por inviabilidade de concorrência torna público que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA.

Objeto: credenciamento de empresa especializada para Cessão do Direito de Uso da Plataforma para Democracia em Rede Orientada pela Comunidade para Governança Urbana Inteligente, para uso não exclusivo, intrasferível e não oneroso, para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC.

Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 28 de novembro de 2018.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Entrega do envelope até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2018-FAS

Publicação Nº 1788131

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2018-FAS

PROCESSO Nº. 19/2018-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistente Social que são atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2018-SANEAMENTO

Publicação Nº 1788152

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2018-SANEAMENTO

PROCESSO Nº. 16/2018-SANEAMENTO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de conjunto moto-bomba para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto

ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 94/2018-PMS

Publicação Nº 1788012

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 94/2018-PMS
PROCESSO Nº. 204/2018-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de CBUQ – Cimento Betuminoso Usinado a Quente para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de novembro de 2018 às 14h.
Abertura do Processo: 26 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 95/2018-PMS

Publicação Nº 1787921

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 95/2018-PMS
PROCESSO Nº. 205/2018-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais pedagógicos para atender a necessidade das unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de novembro de 2018 às 08h45min.
Abertura do Processo: 26 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2018-PMS

Publicação Nº 1788093

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2018-PMS

PROCESSO Nº. 206/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de material e serviço para elaboração e impressão de adesivo, banner em lona, placas de sinalização em PS para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 27 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 97/2018-PMS

Publicação Nº 1788102

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 97/2018-PMS

PROCESSO Nº. 207/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisas esportivas para suprir as necessidade da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de novembro de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 27 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2018-PMS

Publicação Nº 1788109

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2018-PMS

PROCESSO Nº. 208/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição troféus e medalhas para suprir as necessidade da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 27 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018 – FMS

Publicação Nº 1788218

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018 – FMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2018-FMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de dezembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de dezembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018 – SANEAMENTO

Publicação Nº 1788172

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018 – SANEAMENTO

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2018-SANEAMENTO-TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Engenharia Sanitária para Assessoria e Consultoria na Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Esgotamento Sanitário (SES) e Controle de Perdas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de novembro de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 31 de outubro de 2018.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 002/2017-SMS/PMS

Publicação N° 1788801

Convocação Processo Seletivo n°. 002/2017-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KESIA JONER, inscrita no CPF sob n°. 097.698.459-81, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo n°. 002/2017-SMS/PMS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16:30h do dia 01 de novembro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.4.

Schroeder, 30 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal**DECRETO N° 4.617/2018, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação N° 1788160

DECRETO N° 4.617/2018, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.255,59 (cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.200,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.03.15.451.0004.1.013 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações R\$ 55,59

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de Outubro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**LEI N° 2.379/2018**

Publicação N° 1788157

LEI N°. 2.379/2018

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$78.700,00 (SETENTA E OITO MIL E SETECENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2018, no valor de até R\$78.700,00 (setenta e oito mil e setecentos reais), como segue:

05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
12.361.0003.2.015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	22.000,00
3.3.91.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	6.000,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	8.000,00

05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.365.0003.2.026 - MANUTENÇÃO JARDINS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	6.100,00
3.3.91.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	2.000,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	5.000,00

05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.365.0003.2.016 - MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	15.100,00
3.3.91.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	4.500,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.365.0003.1.004 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CEIM			
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	78.700,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 2.325/2017 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 30 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.587/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788158

PORTARIA Nº 7.587/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 001/2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 150 (cento e cinquenta) dias, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2018, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo de Sindicância nº 001/2018, instaurado através da Portaria nº 7.393/2018, de 28 de fevereiro de 2018, de acordo com o Ofício nº 014/2018-PS 001/2018, de 2 de outubro de 2018, devido à complexidade dos autos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 30 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 08/2018-SANEAMENTO

Publicação Nº 1787918

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 30/10/2018 Válido até: 30/10/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagentes químicos, vidrarias, turbidímetro portátil, medidor de cor e analisadores de cloro livre e fluoreto para realização de ensaios em água bruta e água tratada. Solução padrão para calib

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Solução tampão de pH 6,86 à 25°C; A solução deverá ser preparada conforme o Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; O padrão deverá ser acondicionado em frasco com volume de 250 ml; Possuir Laore de Segurança; Tem a validade de 12 (doze) meses. - Certificado de calibração.	UN	HEXIS CIENTIFICA LTDA (10262)		0	28,0000	1
3	Solução tampão de pH 4,01 à 25°C; A solução é preparada conforme o Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; O padrão deverá ser acondicionado em frasco com volume de 250 ml; Possuir Laore de Segurança; Tem a validade de 12 (doze) meses. - Certificado de calibração.	UN	HEXIS CIENTIFICA LTDA (10262)		0	28,0000	1
6	Flúor - Reagente líquido para análise de flúor conforme descrição no termo de referência em anexo.	UN	HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (14030)	QUIMAFLEX	0	65,0000	1
7	Cloro livre - Reagente em pó para análise de cloro livre conforme descrição no termo de referência em anexo.	UN	HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (14030)	QUIMAFLEX	0	395,0000	1
8	Turbidímetro portátil, com display em português, para realizar leituras de turbidez em água tratada e água bruta segundo princípio nefelométrico conforme descrição no termo de referência	UN	HEXIS CIENTIFICA LTDA (10262)		0	7.270,0000	1
10	Medidor de cor conforme descrição em termo de referência.	UN	LINECONTROL COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA (12320)	PoliControl	0	5.826,0000	1
11	Analisador portátil para Cloro livre e total em água conforme descrição em termo de referência.	UN	LINECONTROL COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA (12320)	PoliControl	0	2.335,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 30/10/2018		Válido até: 30/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagentes químicos, vidrarias, turbidímetro portátil, medidor de cor e analisadores de cloro livre e fluoreto para realização de ensaios em água bruta e água tratada. Solução padrão para cálib					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HEXIS CIENTIFICA LTDA (10262)		0	2.443,3500	2
12	Analisador portátil para fluoreto em água conforme descrição em termo de referência.	UN	LINECONTROL COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA (12320)	PoliControl	0	2.787,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 30/10/2018		Válido até: 30/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagentes químicos, vidrarias, turbidímetro portátil, medidor de cor e analisadores de cloro livre e fluoreto para realização de ensaios em água bruta e água tratada. Solução padrão para calib					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HEXIS CIENTIFICA LTDA (10282)		0	2.916,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 30/10/2018		Válido até: 30/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagentes químicos, vidrarias, turbidímetro portátil, medidor de cor e analisadores de cloro livre e flúoreto para realização de ensaios em água bruta e água tratada. Solução padrão para cálio					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2018

PROCESSO Nº 11/2018

(10262) - HEXIS CIENTIFICA LTDA

(12320) - LINECONTROL COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA

(14030) - HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Schroeder, 30 de Outubro de 2018.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 78/2018-PMS

Publicação Nº 1787753

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2018

Número do Registro de Preços: 74/2018 Data do Registro: 30/10/2018 Válido até: 30/10/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de equipe de Arbitragem, por intermédio de empresa especializada, para atuar em Eventos/Campeonatos/Torneios Esportivos e de Lazer do Calendário Esportivo de Schroeder, a serem realizados pela

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofér.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Equipe de Arbitragem para o Jogos de Futebol de Campo - Campeonato Municipal. Modalidade de Futebol de Campo. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários, árbitros e bandeiras que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros e bandeiras diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados/vinculados a uma liga/associação/empresa, obrigatoriamente ainda dentro os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	330,0000	1
2	Equipe de Arbitragem para Jogos de Futsal Adulto Masculino - Nível Técnico Elevado - Campeonatos / Torneios Abertos - Modalidade de Futsal. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados/vinculados a uma liga/associação/empresa, obrigatoriamente ainda dentro os mesmos, apresentar 50% de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	500,0000	1
3	Equipe de Arbitragem para Jogos de Futsal Super Master (acima de 45 anos) - Sênior/Veterano (acima de 35 anos), Feminino e Categorias Menores (até 18 anos) - Campeonatos Municipais / Regionais - Modalidade de Futsal. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 08 a 12 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados/vinculados a uma liga/associação/empresa, obrigatoriamente ainda dentro os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	250,0000	1
4	Equipe de Arbitragem para Jogos de Futebol Adulto Masc. e Fem. - Campeonatos Municipais Semi-Aberto. Modalidade de Futebol. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/ associados/vinculados a uma liga/associação/empresa, obrigatoriamente ainda dentro os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	262,5000	1
5	Equipe de Arbitragem para Jogos de Futebol Suíço Adulto e Veterano. Campeonato Municipal - Modalidade de Futebol Suíço. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados/vinculados a uma liga/associação/ empresa, obrigatoriamente ainda dentro os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	220,0000	1

Página: 2/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2018

Número do Registro de Preços: 74/2018 Data do Registro: 30/10/2018 Válido até: 30/10/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de equipe de Arbitragem, por intermédio de empresa especializada, para atuar em Eventos/Campeonatos/Torneios Esportivos e de Lazer do Calendário Esportivo de Schroeder, a serem realizados pela

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Equipe de Arbitragem para Jogos de Bocha Adulto Masc., Bocha para Casais e Feminina. Campeonato Municipal - Modalidade Bocha. Quando da realização do campeonato, além da apresentação do(s) nome(s) do(s) mesário(s) e árbitro(s) que poderão atuar no evento, é necessária que a arbitragem tenha pleno conhecimento do regulamento da competição, bem como as regras oficiais da modalidade. Em especial a arbitragem deverá comprovar experiência no ramo e no(s) evento(s) desta modalidade em Schroeder.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	70.0000	1
7	Equipe de Arbitragem para Jogos de Voleibol Masculino e Feminino - Campeonatos Municipais e Abertos. Modalidade de Voleibol. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 05 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados/vinculados a uma ligação/associação/ empresa, obrigatoriamente ainda dentre os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	180.0000	1
8	Equipe de Arbitragem para Jogos de Voleibol de Areia Masculino e Feminino - Campeonatos Municipais e Abertos. Modalidade de Volei de Areia. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 04 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados/vinculados a uma ligação/ associação/ empresa, obrigatoriamente ainda dentre os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	60.0000	1
9	Equipe de Arbitragem para Jogos de Futebol do Campeonato Municipal Moleque Bom de Bola. Modalidade de Futebol de Campo. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de 04 árbitros diferentes em cada data, podendo os mesmos, atuarem em datas seguidas, desde que revezando entre apito e bandeira. Os árbitros deverão estar filiados/associados/ vinculados a uma ligação/associação/empresa especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade, preferencialmente profissionais de Educação Física.	UN	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	275.0000	1
10	Equipe de Arbitragem para os Jogos Escolares Municipais de Schroeder 12 a 14 e 15 a 17 anos - Modalidades Coletivas e Individuais (Futsal, Voleibol, Handebol, Basquete, Tênis de Mesa, Xadrez e Atletismo). Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com modalidade realizada, especificada na tabela. Os árbitros deverão estar filiados/ associados/vinculados a uma ligação/associação/empresa especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade, preferencialmente profissionais de Educação Física. O setor responsável solicitará de acordo com a necessidade o nº de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorrendo uma quantidade exata de jogos, somente o período de atuação.	H	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12565)		0	85.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2018

Número do Registro de Preços: 74/2018			Data do Registro: 30/10/2018		Válido até: 30/10/2019		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de equipe de Arbitragem, por intermédio de empresa especializada, para atuar em Eventos/Campeonatos/Torneios Esportivos e de Lazer do Calendário Esportivo de Schroeder, a serem realizados pela							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Equipe de Arbitragem para o Festival Escolar Categorias 12 anos / 10 anos. Modalidades Coletivas e Individuais (Futsal, Voleibol, Handebol, Basquete, Tênis de Mesa, Xadrez, Atletismo e Maltá Solidão). Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com modalidade realizada, especificada na tabela.s árbitros deverão estar filiados/ associados/vinculados a uma Igl/associação/empresa especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade, preferencialmente profissionais de Educação Física. O setor responsável solicitará de acordo com a necessidade o nº de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorrendo um uma quantidade exata de jogos, somente o período de atuação.	H	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12566)		0	80,0000	1
12	Equipe de Arbitragem para eventos com as Categorias de Base . Projetos Amistosos e Festivais. Modalidades em especial Futsal, Voleibol e Basquete, assim como demais modalidades reconhecidas. Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com modalidade realizada, especificada na tabela.s árbitros deverão estar filiados/ associados/vinculados a uma Igl/associação/empresa especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade, preferencialmente profissionais de Educação Física. O setor responsável solicitará de acordo com a necessidade o nº de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorrendo um uma quantidade exata de jogos, somente o período de atuação.	H	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12566)		0	90,0000	1
13	Equipe de Arbitragem para Amistosos, Jogos Festivos, Festivais e outros eventos que por ventura a Diretoria de Esportes realizar. Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos mesários e árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com modalidade realizada, especificada na tabela.s árbitros deverão estar filiados/ associados/vinculados a uma Igl/associação/empresa especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade, preferencialmente profissionais de Educação Física. O setor responsável solicitará de acordo com a necessidade o nº de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorrendo um uma quantidade exata de jogos, somente o período de atuação.	H	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12566)		0	90,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 74/2018

Número do Registro de Preços: 74/2018		Data do Registro: 30/10/2018		Válido até: 30/10/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de equipe de Arbitragem, por intermédio de empresa especializada, para atuar em Eventos/Campeonatos/Torneios Esportivos e de Lazer do Calendário Esportivo de Schroeder, a serem realizados pela							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Monitores / Staff para Eventos Escolares e Comunitários. Atuar junto aos coordenadores dos eventos no preparo e/ou condução dos trabalhos. Acompanhar efetivamente as atividades as quais lhe forem atribuídas durante o evento. Auxiliar em atividades práticas dos eventos, inclusive preparação, seleção de material, montagem e desmontagem das estruturas, execução e aplicação do evento.	H	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (12566)		0	90,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2018

Número do Registro de Preços: 74/2018		Data do Registro: 30/10/2018		Válido até: 30/10/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de equipe de Arbitragem, por intermédio de empresa especializada, para atuar em Eventos/Campeonatos/Torneios Esportivos e de Lazer do Calendário Esportivo de Schroeder, a serem realizados pela							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2018
PROCESSO Nº 182/2018
(12565) - JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA

Schroeder, 30 de Outubro de 2018.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1531

Publicação Nº 1787629

DECRETO Nº 1531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 145.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1951, de 13 de dezembro de 2017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1954 de 27 de dezembro de 2017, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2018 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 2.220 – Ações de Modernização e Otimização e Controle das Finanças

Modalidade: 307 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 2.251 – Operacionalização das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 302 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações DiretasR\$ 60.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 2 Departamento De Turismo e Eventos

Projeto Atividade: 2.259 – Ações para o Desenvolvimento e Realizações de Eventos e Exposições

Modalidade: 306 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações DiretasR\$ 65.000,00

TOTALR\$ 145.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior por Fonte de Recursos:

Fonte: 0.3.0000 – Recursos Ordinários R\$ 145.000,00

TOTALR\$ 145.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 26 de outubro de 2018

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 26 de outubro de 2018

Neri Cosmann

Secretário da Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 10/2018

Publicação Nº 1787630

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2018 ANEXO I DECRETO 39/2009

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009, que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA, pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que o Município de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período/Data da Liberação dos Recursos:

01 até 30 de Setembro de 2018.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO
	TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	516.673,97
Programa	Piso de Atenção Basica Fixo (PAB Fixo)	37.879,83
Programa	Agentes de Combate as Endemas	4.570,53
Programa	Agentes Comunitarios de Saúde	7.098,00
Programa	Piso de Atenção Basica Variavel (PAB Fixo)	143.814,00
Programa	Prog.Melhorias Acesso Qualidade (PMAQ)	7.500,00
Programa	Nucleos de Apoio Saúde da Família (NASF)	3.000,00
Programa	Incentivos Financ.Vigilância em Saúde Desp.Diversas	
Programa	Fundo Ações Estrat.Compensações - Exerc.Anterior	
Programa	Teto Munic. Media e Alta Complex. Amb.Hosp. MAC	251.003,05
Programa	Teto Munic. Rede Saude Mental (RSME) (CAPS)	
Programa	SAMU - UNIÃO	21.919,00
Programa	Teto Munic. Rede Brasil Sem Miséria (BSOR-SM)	
Programa	FAEC - Mamografia Rastreamento (RCA-RCAN PO)	
Programa	Piso Fixo de Vigilancia em Saúde (PFVS)	
Programa	Assistencia Farmaceutica e Insumos Estrategicos	8.289,56
Programa	Fortalec.Pol.Afetos Atuação Estrat.ACS 5%	
Programa	Incentivos Pontuais Ações Serv.Vig. Em Saúde	12.000,00
Programa	Piso fixo de Vigilancia Sanitaria - Parte FNS	
Programa	Piso fixo de Vigilancia Sanitaria - Parte ANVISA	
Programa	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
Programa	Transf SUS/Estado - Co-Financiamento	19.600,00
Programa	Transf SUS/Estado - Incentivo Hospitalar	-
Programa	Transf. SUS/Estado Cirurgias Eletivas	
Programa	Transf. SUS/Estado - Proteses Dentarias	
Programa	Transf. SUS/Estado - Prog. Oxigenação Domiciliar	
Programa	Transf. Recursos SUS - Media e Alta complexidade	
Programa	Transf. SUS/Estado - Farmacia Basica	-
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	1.430,00
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBFi	
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Invetimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	1.430,00
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	
Programa	• Transferencia FNAS - BL PSEMC	
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FMAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Beneficios Eventuais	-
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	

Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	-
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGD-SUAS	-
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	129.035,09
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	18.227,60
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	7.709,54
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	51.919,17
Programa	• Alimentação Escolar Creche	
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	51.178,78
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	-
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	Estruturação Rede Serv.Atenção Basica de Saúde	
Convenio	Min. Cidade/Caixa contrato nº 834522/2016	
Convenio	Contrato nº 832866/2016 Vila Nova	
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		647.139,06

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC, em 10 de Outubro de 2018

Edemilson Canale Prefeito Municipal

Claudia Regina Nardi
Consultora de Controle Interno

Registra-se e Publica-se,
Em 10 de outubro de 2018

Neri Cosmann
Secretário da Administração

PORTARIAS 485/2018 A 487/2018

Publicação Nº 1788257

Portaria nº. 485/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Mariluci Maria Favretto Franceschini, matrícula 241501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 28 de outubro a 11 de novembro de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 12 de novembro de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 30 de outubro de 2018.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 30 de outubro de 2018.
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 486/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências,

resolve,
Conceder, A servidora Diva Bordignon Steffen, matrícula 241501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 31 de outubro a 14 de novembro de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 15 de novembro de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 30 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 487/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara e dá outras providências, resolve,

Conceder, Aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, com gozo nos seguintes períodos:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Angela M. de Prá Mezzaroba	01/07/2016 a 30/06/2017	05/11/2018 a 04/12/2018
Claudya Leczy Fleck Zuchi	10/01/2017 a 09/01/2018	05/11/2018 a 04/12/2018
Cristiane Scursel	08/04/2017 a 07/04/2018	12/11/2018 a 11/12/2018
Diogo Lorenzetti	03/07/2017 a 02/07/2018	05/11/2018 a 04/12/2018
Enio Santo Balbinot	02/02/2017 a 01/02/2018	05/11/2018 a 04/12/2018
Gilmar de Melo Cabral	09/02/2016 a 08/02/2017	05/11/2018 a 04/12/2018
Ionara B. Deitos Reimers	01/12/2016 a 30/11/2017	05/11/2018 a 04/12/2018
Nivia Schneider Krause	17/11/2017 a 16/11/2018	01/11/2018 a 30/11/2018
Roque José Alfien	01/11/2017 a 31/10/2018	05/11/2018 a 04/12/2018

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 30 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 176/2018

Publicação Nº 1787996

DECRETO Nº. 176 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONFIRMA FERIADO NACIONAL DE FINADOS E DECRETA PONTO FACULTATIVO QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando que a Portaria nº. 468, de 22 de dezembro de 2017, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que “Considera feriado Nacional o dia 02 de novembro de 2018, data comemorativa ao Finados:

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado de “Finados” no Município de Sombrio, o dia 02 de novembro (sexta feira).

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo, vigilância e SAMAE, na data mencionada no Artigo 1º do presente Decreto, deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal, por intermédio de escalas de serviços ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 16 de outubro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 177/2018

Publicação Nº 1787997

DECRETO Nº. 177, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990, e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar 039, de 30 de junho de 2015, “Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de Sombrio-SC” e suas alterações, e

Considerando: O art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário especial para o funcionamento das repartições públicas do Município de Sombrio da Administração Direta e Indireta, fixando turno único de trabalho.

§ 1º. O horário de trabalho nas repartições públicas do Município, (Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Finanças e Administração; Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente; Departamento de Esportes; Diretoria de Direitos Sociais e Cidadania), funcionaram das 07h00 as 13h00, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 05 de novembro de 2018, até o dia 28 de fevereiro de 2019.

§ 2º. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, funcionará das 07h00 as 13h00, de acordo com o § 1º, com escala de plantão no período vespertino.

§ 3º. As unidades Escolares e CEIs vinculadas a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde e os servidores a disposição de outros órgãos públicos, ficam excluídos do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 16 de outubro de 2018.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 178/2018

Publicação Nº 1787998

DECRETO Nº. 178, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE E ESTRATÉGIA SAÚDE DAS FAMÍLIAS - ESFs (POSTOS DE SAÚDE) DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990, e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar 039, de 30 de junho de 2015, "Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de Sombrio-SC" e suas alterações, e

Considerando o art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário especial para o funcionamento nas Unidades de Saúde e Estratégia Saúde das Famílias - Esfs (Postos de Saúde) do Município de Sombrio – SC, fixando turno único de trabalho.

§ 1º. O horário de trabalho nas Unidades de Saúde e Estratégia Saúde das Famílias - Esfs (Postos de Saúde) do Município de Sombrio – SC, funcionaram das 07h00 as 13h00, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 05 de novembro de 2018, até o dia 28 de fevereiro de 2019.

§ 2º. A Unidade Básica de Saúde Central (Posto de Saúde), estabelecida junto ao Hospital Dom Joaquim funcionará das 07h00 as 19h00, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 05 de novembro de 2018, até o dia 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 16 de outubro de 2018.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 180/2018

Publicação Nº 1788446

DECRETO Nº 180, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2346 de 05 de dezembro de 2017, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura M. de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 17.362,58 (dezessete mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 – GERENCIA DE FINANÇAS

0.002 – Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.3024(297) – Aplicações Diretas R\$ 350,77

3.3.90.00.00.00.00.00.3606(299) – Aplicações Diretas R\$ 13.098,51

3.3.90.00.00.00.00.00.3612(300) – Aplicações Diretas R\$ 3.685,50

3.3.90.00.00.00.00.00.3618(298) – Aplicações Diretas R\$ 227,80

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da seguinte fonte de recursos: 3024, 3606, 3612 e 3618.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 17 de outubro de 2018.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.219/2018

Publicação Nº 1788783

DECRETO Nº. 0219, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

FICA PRORROGADO O DECRETO 175/2018 DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº s. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Processo Seletivo em caráter de urgência 001/2018.

Considerando, o Decreto nº.0174/2018, de 30 de agosto de 2018, onde concede licença para tratamento de saúde da servidora municipal Maria Cleci de Moura Dal Santo.

Considerando, que a perícia da servidora Maria Cleci de Moura Dal Santo, foi agendado para o dia 06 de outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada o Decreto da Servidora Maiara Fuchs ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 28.10.2018 a 06/11/2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 25 de outubro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº.1176/2018

Publicação Nº 1788780

LEI MUNICIPAL N.º.1176, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR GASTOS COM AQUISIÇÃO DE LEMBRANÇA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PELA PASSAGEM DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, autorizado a realizar gastos no montante de até R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), com aquisição de lembranças aos Servidores Públicos Municipais, pela passagem do dia do Servidor Público (28/10/2018).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada à publicação no DOM/SC, conforme Lei Municipal nº.1027/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 26 de outubro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL Nº.1177/2018

Publicação Nº 1788781

LEI COMPLEMENTAR nº.1177 de 30 de outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA TABELA II DA LEI MUNICIPAL Nº.277/98, DE 10/12/1998, TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA, PARA ATIVIDADES EVENTUAIS OU AMBULANTES.”

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado a tabela II da Lei Municipal nº.277/98 de 10 de dezembro de 1998, (Código Tributário Municipal), e revoga-se a Lei Complementar nº.368/2000, de 12 de dezembro de 2000, onde dispõe sobre a taxa de licença para localização, funcionamento e permanência, para a atividade eventual ou ambulante, passando a vigorar com a seguinte redação:

	Tipo de Comércio	Valor / Dia
1	Comércio de ambulantes sem a utilização de veículos automotores (para 1 pessoa comercializar)	R\$145,80
2	Comércio de ambulantes com utilização de veículo automotor, com capacidade de carga de até duas toneladas (para até 2 pessoas comercializar)	R\$307,80
3	Comércio Ambulante com utilização de veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas (para até 3 pessoas comercializar)	R\$469,80
4	Comércio Ambulante que exercem a atividade mensal ou anual.	R\$300,00 (mês/ano)

§ 1º. Fica estabelecido o acréscimo do valor de R\$51,50 para cada pessoa a mais que praticar o comercio ambulantes nas situações de que trata a tabela do caput deste artigo.

§ 2º Os valores da taxa constantes do presente artigo serão reajustados anualmente pelo índice de aumento do IGPM.

§ 3º Os valores das taxas especificadas no presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto a presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM lei 1.207/2015.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Complementar nº.368/2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 30 de outubro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL Nº.1178/2018

Publicação Nº 1788782

LEI MUNICIPAL nº.1178 de 30 de outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA FINS DE COBRANÇA DO IPTU, ITBI, TAXA DE COLETA DE LIXO, TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor venal do metro quadrado dos terrenos edificações do perímetro urbano do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, fica estabelecido na Planta Genérica de Valores da presente Lei, fixada em moeda corrente nacional.

Art. 2º. A Planta Genérica de Valores dos imóveis do perímetro urbano, para fins de cobrança do IPTU e ITBI, no exercício de 2019, será composta de 05 (cinco) setores.

Parágrafo 1º - Os valores venais dos terrenos estabelecidos na Planta Genérica de Valores são para terreno ideal; ou seja, retangular, plano, seco e de meio de quadra.

Parágrafo 2º - Os valores dos imóveis do perímetro urbano ficam assim constituídos:

- I - Setor 1- R\$ 20,26 por metro quadrado;
- II - Setor 2- R\$ 13,30 por metro quadrado;
- III - Setor 3- R\$ 10,75 por metro quadrado;
- IV - Setor 4- R\$ 6,22 por metro quadrado;
- V - Setor 5- R\$ 4,05 por metro quadrado.

Parágrafo 3º - Os valores da Taxa de coleta de lixo ficam assim constituídos.

- I - Setor 1- R\$ 155,00
- II - Setor 2- R\$ 145,00
- III - Setor 3- R\$ 140,00
- IV - Setor 4- R\$ 130,00
- V - Setor 5- R\$ 120,00

Art. 4º. Os valores venais do metro quadrado das edificações no Município de Sul Brasil-SC, fica estabelecido conforme segue:

- I - Construção em alvenaria - R\$ 344,60 por metro quadrado;
- II - Construção mista - R\$ 301,58 por metro quadrado;
- III - Construção em madeira - R\$ 171,60 por metro quadrado.

Art. 5º. As edificações do tipo "barracão", destinadas à indústria, comércio ou prestação de serviços, terão 30% (trinta por cento) de redução e os galpões agrícolas terão redução de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado no artigo 3º desta Lei.

Art. 6º. O valor do hectare das áreas rurais para fins de cobrança do ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter - Vivos e de Direitos, será fixado conforme segue:

ÁREA RURAL

- I - Classe I (toda mecanizada) - R\$20.012,00
- II - Classe II (área mista) - R\$12.919,00
- III - Classe III (não mecanizada) - R\$ 10.013,00
- IV - Classe IV (declive forte) - R\$ 6.918,55

CHÁCARAS

- I - Toda mecanizada - R\$ 20.742,10
- II - Área mista/dobrada - R\$ 10.226,50

Parágrafo único - para cobrança do ITBI, dos imóveis das áreas urbanas, será utilizada a planta genérica de valores do IPTU.

Art. 7º. Os valores em relação as tarifas de serviços de abastecimentos de Água e Coleta, Tratamento e Disposições Finais de Esgoto Sanitário será fixado conforme segue:

Faixa inicial	Faixa Final	Preço	Excedente
0	6	27,19	0,00
6	9	27,19	5,10
10	12	42,49	5,27
13	15	58,30	5,50
16	18	74,80	5,94
19	21	92,62	6,50
22	24	112,12	7,03
25	27	133,21	7,54
28	30	155,83	8,16
31	99999999	180,31	8,16

Art. 8º. Será utilizado o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, acumulado dos 12 (doze) meses anteriores e readequação, para correção

monetária dos tributos municipais de que dispõe a presente lei.

Art. 9º. Faz parte integrante da presente Lei o Anexo I, mapa com a divisão dos setores de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM lei 1.207/2015.

Art. 11º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei 1.147/2017 e Decreto nº.09/2018 .

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 30 de outubro de 2018.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

DECRETO N.º 142, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018 "DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1788521

DECRETO N.º 142, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

"DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 74 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o feriado da Proclamação da República na data de 15.11.18;

DECRETA:

Art. 1º. Fica considerado facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 16 de novembro de 2018.

Parágrafo único. Em razão da natureza e essencialidade dos serviços, o disposto neste Decreto não se aplica aos servidores que laboram nas Creches Municipais, no Abrigo Institucional "Casa Lar" e aos servidores que laboram no SAMU.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 23 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 501, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018. NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE CADASTRO, CONTROLE, ATUALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E SUAS AUTARQUIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1788516

PORTARIA N.º 501, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE CADASTRO, CONTROLE, ATUALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E SUAS AUTARQUIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa n.º 001/2016 do Sistema de Controle Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores para compor a Comissão de Patrimônio Público, com a finalidade de efetuar o cadastro, controle atualização e distribuição de bens patrimoniais do Município e suas Autarquias:

I – Responsável pelo Patrimônio:

a) Willian José Zen;

II – Membros da Comissão:

a) Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito:

Presidente: Alan Paulo dos Santos

Supervisão: Helinton Rodrigo Paiva de Sá

b) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

Presidente: Jurandir Pedro Cherubini;

Supervisão: Valcir Geraldo Cazarin;

c) Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação:

Presidente: Juliana Cecatto Samistraro;

Supervisão do Patrimônio do Fundo Municipal de Saúde, UBS Centro, UBS Bela Vista, Postinho de Saúde do Marari, Postinho de Saúde

Irakitan e Postinho de Saúde do Passo da Felicidade: Ivonete Lisboa Meneguzzi, Caroline Menoncin, Ivor Fossatti, Ildecléia Rodrigues.

Supervisão do Patrimônio do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e do Fundo Municipal de Assistência Social: Vandrea Rampon, Taís Matté e Luci Aparecida da Silva Lazzari.

d) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer:

Presidente: Marlene Valezan;

Supervisão: Vanice Terezinha Uberti Schizzi; Luciana Santos; Valdir Dal Pizzol; Marco Antonio Fernandes dos Santos; Talita Rampon; Regilene Carlesso;

e) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Presidente: Aldair Biasiolo

Supervisão: Tadeu Cendron;

f) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo:

Presidente: Mauri da Costa;

Supervisão: Fábio Eduardo Simionatto da Silva;

g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Presidente: Mariangela Chiesa Fontana;

Supervisão: Yuri Simionatto Pasqual;

h) Hospital Municipal Frei Rogério:

Presidente: Juliana Cecatto Samistraro;

Supervisão: Vanessa Perosa Bazzen; Andreia Rambo Thomé; Lidiane Caroline Zenaro Guerreiro;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 536, de 13 de outubro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 499, DE 24 DE OUTUBRO DE 2.018. DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788513

PORTARIA Nº. 499, DE 24 DE OUTUBRO DE 2.018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII e IX do art.74 e art. 158 da Lei Orgânica do Município, c/c com art.39 da Lei Complementar 060/2012,

Considerando O ofício da Secretaria de Educação, designando a Professora Fabiane Jardim para auxiliar no NAES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo);

Considerando que a Professora contratada anteriormente para auxiliar no NAES solicitou exoneração do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora FABIANE JARDIM, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - CLASSE A, de 40 (quarenta) horas para 60 (sessenta) horas semanais, a partir de 22/10/2018.

Parágrafo único. A alteração de carga horária perdurará enquanto houver a necessidade durante o ano letivo de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 22/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 24 DE OUTUBRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Tijucas

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO REUNIÃO CONSELHO DO IDOSO

Publicação Nº 1788021

Edi C.M.I CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE TIJUCAS
Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro: Universitário
Telefone: (48) 3263-0150
Tijucas – SC

CONVOCAÇÃO

Vimos por meio deste, convidar a comunidade em geral e convocar os Conselheiros, de acordo com sua nomeação e representação, conforme Decreto Municipal nº 1330, de 25 de junho de 2018, emitido pelo Prefeito Municipal Sr. Elói Mariano Rocha, para a Reunião do Conselho Municipal do Idoso, que realizar-se á:

Data: 13/11/2018 - Terça-feira

Às: 13:30

Local: Centro Municipal de Promoção à Saúde - CEMPS

Rua: Coronel Galloti, s/n – Bairro Praça - Tijucas

Na impossibilidade de comparecer, solicitamos que o conselheiro titular comunique, seu suplente.

Pauta:

- ☐ Leitura da ata anterior;
- ☐ Leitura das correspondências recebidas
- ☐ Planos Semestrais Comissões CMI
- ☐ Conferência Municipal Idoso

Sua presença é muito importante!

Luiz Cleberson de Moraes
Presidente

DECRETO Nº 1366-2018

Publicação Nº 1788014

DECRETO Nº 1366, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Anula e Suplementa Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas, Fundo Municipal de Saúde e do SAMAE.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei nº 2731, de 29 de outubro de 2018, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular em R\$ 1.710.000,00 (Um Milhão Setecentos e Dez Mil Reais) as dotações que seguem:

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

03 - Divisão de Transporte e Serviços públicos

154510040 - 1.005 - Macro-Drenagem, Desas., Construção dos Molhes e Urbanização

4.4.90.00 (50) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

267820069 - 1.011 - Renovação da Patrulha Mecanizada

4.4.90.00 - (61) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

103010026-2.046 - Constr. E Adap. Das Unidades de Saúde e Modernização das Unidades de Saúde

4.4.90.00 - (29) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

4.4.90.00 - (32) - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

103010026 -1.021 - Constr. E Reforma das Unidades Sanitárias de Saúde

4.4.90.00 - (03) - Aplicações DiretasR\$ 60.000,00

15 - SAMAE

01 - SAMAE

175120056- 1.026 - Construção da Rede de Esgoto Sanitário Munic. e Aquisição de aparelhos de Laboratório

4.4.90.00 - (7) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 2º Por conta das anulações referidas no artigo anterior ficam suplementadas as dotações que seguem:

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 - Divisão de Transporte e Serviços públicos
267820084 - 2.015 - Manutenção e Funcionamento da S.O.T.S.P.
3.3.90.00 - (65) Aplicações DiretasR\$ 450.000,00
11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - Fundo Municipal de Saúde
103010026-2.045 - Atendimento no Centro e Unidades de Saúde e Apoio ao Hospital
3.1.90.00 - (08) - Aplicações Diretas R\$ 660.000,00
3.1.90.00 - (05) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
15 - SAMAE
01 - SAMAE
175120055-2.055 - Manut. e Funcionamento da Rede de Abast. de Água
3.3.90.00 - (5) Aplicações DiretasR\$ 400.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 30 de outubro de 2018.
ELÓI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/FMAS/2018 PREGÃO RPESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 012/FMAS/2018

Publicação Nº 1787755

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 016/FMAS/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/FMAS/2018

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas de som, para os eventos da Secretaria, como CRAS, CREAS, Bolsa Família, SCFV e o Grupo da Melhor Idade, do Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Tijucas/SC.
Empresa Vencedora do Processo: EZEQUIEL ROSA 09021730901, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 141/PMT/2018

Publicação Nº 1787868

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 210/PMT/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 141/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa Prestadora de Serviços na Confecção de Materiais Gráficos como Flyers e Cartazes, para Eventos a Serem Realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: GRAFICA TELLES LTDA, foi vencedora dos itens: 01, 02 e 03, no valor de R\$ 12.450,00 (Doze mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

LEI ORDINÁRIA Nº 2731-2018

Publicação Nº 1787762

LEI Nº 2731, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Anula e Suplementa Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas, Fundo Municipal de Saúde e do SAMAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular em R\$ 1.710.000,00 (Um Milhão Setecentos e Dez Mil Reais) as dotações que seguem:

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

03 - Divisão de Transporte e Serviços públicos

154510040 - 1.005 - Macro-Drenagem, Desas., Construção dos Molhes e Urbanização

4.4.90.00 (50) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

267820069 - 1.011 - Renovação da Patrulha Mecanizada

4.4.90.00 - (61) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

103010026-2.046 - Constr. E Adap. Das Unidades de Saúde e Modernização das Unidades de Saúde

4.4.90.00 - (29) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

4.4.90.00 - (32) - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

103010026 -1.021 - Constr. E Reforma das Unidades Sanitárias de Saúde

4.4.90.00 - (03) - Aplicações DiretasR\$ 60.000,00

15 - SAMAE

01 - SAMAE

175120056- 1.026 - Construção da Rede de Esgoto Sanitário Munic. e Aquisição de aparelhos de Laboratório

4.4.90.00 - (7) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 2º Por conta das anulações referidas no artigo anterior ficam suplementadas as dotações que seguem:

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

03 - Divisão de Transporte e Serviços públicos

267820084 - 2.015 - Manutenção e Funcionamento da S.O.T.S.P.

3.3.90.00 - (65) Aplicações DiretasR\$ 450.000,00

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

103010026-2.045 - Atendimento no Centro e Unidades de Saúde e Apoio ao Hospital

3.1.90.00 - (08) - Aplicações Diretas R\$ 660.000,00

3.1.90.00 - (05) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

15 - SAMAE

01 - SAMAE

175120055-2.055 - Manut. e Funcionamento da Rede de Abast. de Água

3.3.90.00 - (5) Aplicações DiretasR\$ 400.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 29 de Outubro de 2018.

Elói Mariano Rocha

Prefeito do Município

PORTARIA 1503/2018

Publicação Nº 1787992

PORTARIA Nº 1503, 01 DE AGOSTO DE 2018.

ROSENILDO DE AMORIM, Secretário Municipal de Administração do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, de acordo com o § 1º do artigo 14-A da Lei Orgânica do Município c/c o Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005 e Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 039/PMT/2017, celebrado entre o município de Tijucas e o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º RATIFICAR a contratação como Estagiário(a), na Secretaria Municipal de Administração, das seguintes pessoas:

NOME	CPF	DATA DE ADMISSÃO
Caroline Machado	105.808.749-58	01/06/2017
Gabriella da Silva Baixo	047.448.849-70	01/06/2017
Alencar Manoel Martins	087.781.719-70	01/06/2017

Matheus Laus Philipps Heredia	101.724.509-69	01/06/2017
Thiago Cassaniga Furtado	069.897.619-38	14/08/2017
Diennifer da Silveira Santiago	108.514.209-40	10/01/2018
Giovani Santos Abreu	090.609.389-92	23/01/2018
Larissa Schimitt Reis	066.501.089-36	14/02/2018
Tiago Manenti Martins	053.656.579-18	23/04/2018
Natália Albuquerque Gil	078.957.309-16	24/04/2018
Susan Souza dos Santos	005.573.019-12	01/06/2018
Caio Ricardo Machado	101.536.439-00	11/06/2018
Ana Marta Fernandes	103.396.359-32	18/06/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data de admissão.

ROSENILDO DE AMORIM
Secretário de Administração

PORTARIA 1504/2018

Publicação Nº 1787994

PORTARIA Nº 1504, 01 DE AGOSTO DE 2018.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, de acordo com o § 1º do artigo 14-A da Lei Orgânica do Município c/c o Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005 e Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 039/PMT/2017, celebrado entre o município de Tijucas e o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º RATIFICAR a contratação como Estagiário(a), na Secretaria Municipal de Educação, das seguintes pessoas:

NOME	CPF	DATA DE ADMISSÃO
Luciana Margarete Rocha	112.139.599-69	12/03/2018
Danielle Roselindo	105.165.769,50	12/03/2018
Djeniffer Alvarenga Calasans	110.518.059-02	12/03/2018
Ananda Carla Moreira Vanderlei	101.320.139-67	12/03/2018
Vanusa Inez Cardoso	047.393.209-16	12/03/2018
Juliana Flor da Silva	040.499.749-08	12/03/2018
Claudia Regina Reis Laurindo	039.654.429-02	12/03/2018
Kathry Bach Saturnino	048.129.289-66	12/03/2018
Dara Natalia Melo da Fonseca	087.422.629-50	12/03/2018
Jeisiane Fausto Peixer	101.831.569-19	12/03/2018
Jonathan Hendges Cardoso	085.134.959-56	12/03/2018
Ernane Luan Batista da Luz	083.228.089-50	12/03/2018
Geraldini Cardoso do Livramento	066.413.159-08	12/03/2018
Rejane Amélia Vieira	004.969.939-33	12/03/2018
Natiele Souza Diniz da Rosa	100.384.749-80	12/03/2018
Alliny Francieli Hissi Santana	078.440.199-30	12/03/2018
Amanda de Pinho	094.056.609-50	12/03/2018
Leticia Eliane de Maria de Jesus	010.548.539-08	12/03/2018
Elizangela Soares	098.940.869-85	12/03/2018
Fabiola Felisberto	061.409.539-52	12/03/2018
Juliane Feliciano Juski	106.399.409-86	12/03/2018
Gabriela Vargas Gomes Craesmeier	007.447.469-29	12/03/2018
Deisy Carla Lamb	069.521.579-56	12/03/2018
Deyse Cristina Duarte Brando	060.332.149-60	12/03/2018
Cleonice Venancio	040.912.749-35	12/03/2018
Tania Regina Rodrigues da Silva	596.967.610-15	12/03/2018
Eliane Camargo	003.371.649-83	12/03/2018
Jessica da Silva Pereira Rodrigues	091.283.159-60	12/03/2018
Lays Coelho Rocha	115.089.999-96	12/03/2018
Luana Gabriela de Souza	101.495.069-45	12/03/2018
Natalia Ranieri	065.372.479-93	12/03/2018
Rafaela Serafim	066.039.959-80	12/03/2018
Tayna Veiga	111.948.979-24	12/03/2018
Thiala Pacheco	090.704.619-35	12/03/2018
Edneia Sousa Vargas	072.736.049-33	12/03/2018

Adriely Bianhezzi Bianchessi	093.874.239-64	12/03/2018
Debora Hommers Regis	089.916.439-06	12/03/2018
Marlene Faial	033.947.049-44	12/03/2018
Tatiane de Souza	110.879.029-16	12/03/2018
Vanessa da Silva	082.231.719-29	12/03/2018
Maria Eduarda Coelho	123.649.779-16	12/03/2018
Pedro Henrique Izak da Silva	126.389.759-23	12/03/2018
Maria Eduarda da Costa	111.258.279-71	12/03/2018
Ana Clara dos Santos Lopes	063.879.639-31	12/03/2018
Joana Paula Soares Fontes	623.600.033-64	12/03/2018
Elaine Cristina Tenfen	091.812.679-75	26/03/2018
Rayane da Apresentação Silva dos Santos	066.080.019-59	26/03/2018
Stela Di Bernardi	344.015.989-20	26/04/2018
Cassiane de Melo	029.600.599-13	02/05/2018
Hemilin Samagaia	108.498.689-20	02/05/2018
Morgana Reis	078.212.239-64	03/05/2018
Priscila Chinaldir Tessaro	075.664.529-83	09/05/2018
Gabriela Carvalho Bittencourt	075.299.159-08	11/05/2018
Juselia Manoel	066.644.109-07	14/05/2018
Salette Aparecida do Prado	771.677.599-53	16/05/2018
Paula Porto	016.828.789-70	21/05/2018
Karla Amorim Cota	004.755.429-08	04/06/2018
Viviane de Fatima Machado	055.693.659-07	05/06/2018
Robson Assunção	105.949.209-14	02/07/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data de admissão.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1537/2018

Publicação Nº 1787977

PORTARIA Nº 1537, 07 DE AGOSTO DE 2018.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a) MARCIA REGINA REIS MAFEÇOLI, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 10826, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento 24 Horas da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 07/08/2018 a 06/08/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1540/2018

Publicação Nº 1787983

PORTARIA Nº 1540, 08 DE AGOSTO DE 2018

NEIDEMARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, JULIANA DE SIMAS DA COSTA, Monitor de Creche, matrícula nº 9993, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), no período de 08/08/2018 a 06/12/2018

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 221/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/PMT/2018

Publicação Nº 1787883

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 221/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução de serviço para revitalização de calçadas e pisos e pequenas instalações hidráulicas e elétricas no Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito, conforme especificações em anexo, projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico- financeiro, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço global;

Data de Abertura: 13 de novembro de 2018, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 193/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 1788542

DECRETO Nº 193, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.929/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do SAMAE de Timbé do Sul, no valor de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

2.032 –Manutenção Do Samae

5- 3.1.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 22.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação das dotações que especificamos abaixo:

1.017 –Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede e Comunidades

1- 4.4.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

1.018 –Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Sede

2- 4.4.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.019 –Aquisição De Veículos E Equipamentos Para Samae

3- 4.4.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto, nesta secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo

Matrícula 844

DECRETO 194/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FMS DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 1788543

DECRETO Nº 194, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

ASBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.931/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

08.01 – Secretaria de Saúde / Fundo Municipal de Saúde

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

15-4.4.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

08.01 – Secretaria de Saúde / Fundo Municipal de Saúde

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

10-3.3.90.00.00.00.00.00.0048 ; Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.
Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo
Matrícula 844

LEI COMPLEMENTAR 01/2018 ALTERA LEI COMPLEMENTAR 01/2011 QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 1788517

LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA LEI COMPLEMENTAR 01/2011 QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a alterar o Anexo II - Tabela de Salários, dos cargos comissionados descritos no Anexo I da Lei Complementar nº 01/2011 passando a vigorar com os seguintes valores:

**ANEXO II
TABELA DE SALÁRIOS**

Nível	Valor R\$
CC – I	R\$ 3.606,13(*)
CC – II	R\$ 2.849,66
CC – III	R\$ 2.120,00
CC – IV	R\$ 2.025,00
CC – V	R\$ 1.873,85
CC – VI	R\$ 1.213,45

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.
Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei Complementar, nesta secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo
Matrícula 844

**ANEXO I
CARGOS COMISSIONADOS**

CARGO	Nível – CC
-------	------------

Um (1) Secretário de Administração e Finanças.	CC – 1
Um (1) Secretário de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo	CC – 1
Um (1) Secretário de Obras e Transportes	CC – 1
Um (1) Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	CC – 1
Um (1) Secretário de Educação, Cultura e Esportes.	CC – 1
Um (1) Secretário de Saúde.	CC – 1
Um (1) Secretário de Assistência Social e Habitação.	CC – 2
Um (1) Chefe de Gabinete do Prefeito	CC - 3
Um (1) Controlador Interno	CC – 4
Um (1) Assessor de Imprensa e Comunicação Social	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento da Indústria, Comércio e Serviços.	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Compras e Licitações	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Receitas	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Contabilidade	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Tesouraria	CC - 5
Um (1) Diretor do Departamento de Turismo	CC - 5
Um (1) Diretor do Departamento de Obras	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Projetos, Controle e Fiscalização de Obras.	CC - 5
Um (1) Diretor do Departamento de Trânsito	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Educação	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Cultura	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Esportes	CC - 5
Um (1) Diretor do Departamento de Atenção à Saúde e Odontologia	CC - 5
Um (1) Diretor do Departamento de Assistência Social e Habitação	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Agricultura	CC – 5
Um (1) Diretor do Departamento de Meio Ambiente	CC – 5
Um (1) Secretário da Junta de Serviço Militar	CC – 5
Um (1) Coordenador da Defesa Civil.	CC - 5
Um (1) Chefe do Serviço de Expediente, Protocolo e Arquivo Geral	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Controle Arquitetônico e Urbanístico	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Patrimônio e Almoxarifado	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Empenho e Execução Orçamentária	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Análise e licenciamento ambiental	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Oficina e Garagem	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Limpeza Pública	CC – 6
Um (1) Chefe de Serviço de Inspeção Municipal	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Vigilância em Saúde	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço da Criança, do Adolescente e do Idoso	CC – 6
Um (1) Chefe do Serviço de Ações Sociais, Cadastro e Projetos Habitacionais	CC – 6
Um (1) Chefe de Serviço de Esportes	CC – 6

(*) O Subsídio de Secretário (CC-1), é fixado pelo Poder Legislativo Municipal, através de Lei de iniciativa deste, na forma do que dispõe o Art. 29 Inciso V da Constituição Federal.

LEI Nº 1.926/2018 RETIFICA TRECHO DE ESTRADA NO PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788526

LEI Nº 1.926, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Retifica Trecho de Estrada no Plano Rodoviário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica retificado trecho de estrada no Plano Rodoviário do Município de Timbé do Sul, constituído pela Lei Municipal Nº 1212 de 06 de abril de 2004, passando a vigorar como segue.

TBS – 403 : ligando a TBS – 130 de CG (28°45'30.80"S / 49°49'59.23"O) até propriedade de Tiago Zilli de CG (28°45'20.75"S / 49°49'35.03"O) na localidade de Rio do Norte, numa extensão aproximada de 760 metros, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo

Matrícula 844

LEI Nº 1.927/2018 INCLUI TRECHO DE ESTRADA NO PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788527

LEI Nº 1.927 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Inclui Trecho de Estrada no Plano Rodoviário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica incluído no Plano Rodoviário do Município de Timbé do Sul, o seguinte trecho de rodovia:

TBS – 411 : ligando a TBS – 242 , iniciando no ponto de coordenadas Latitude Sul 28°48'32.25" e Longitude Oeste 49°50'54.72" , passando por propriedades de Antonio Martinho Manenti, Jaime Pezente e outros até o ponto final de coordenadas Latitude Sul 28°48'32.25" e Longitude Oeste 49°50'54.72" , numa extensão aproximada de 550 metros, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo

Matrícula 844

ANEXO I

LEI Nº 1.927 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Fotograma da localidade em relação a sede do município

O referido trecho compreende uma distância de 550,00 (quinhentos e cinquenta) metros, iniciando no ponto "A" no entroncamento com a Estrada Municipal TBS 242, nas imediações da antiga Escola da localidade nas Coordenadas Geográficas Latitude Sul 28°48'32.25" e Longitude Oeste 49°50'54.72" e finalizando no ponto "B" nas Coordenadas Geográficas Latitude Sul 28°48'32.25" e Longitude Oeste 49°50'54.72".

LEI Nº 1.928/2018 INCLUI TRECHO DE ESTRADA NO PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1788530

LEI Nº 1.928, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Inclui Trecho de Estrada no Plano Rodoviário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica incluído no Plano Rodoviário do Município de Timbé do Sul, o seguinte trecho de rodovia:

TBS – 412 : ligando a TBS – 255 de CG (28°50'29.21"S e 49°51'45.48"O) até propriedade de Joãozinho Aléssio de CG (28°50.25'94"S e 49°51'46.79"O) , numa extensão aproximada de 150 metros, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo

Matrícula 844

LEI Nº 1.929/2018 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1788532

LEI Nº 1.929 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado à abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do SAMAE de Timbé do Sul, no valor de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

2.032 –Manutenção Do Samae

5- 3.1.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 22.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação das dotações que especificamos abaixo:

1.017 –Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede e Comunidades

1- 4.4.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

1.018 –Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Sede

2- 4.4.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.019 –Aquisição De Veículos E Equipamentos Para Samae

3- 4.4.90.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo

Matrícula 844

LEI Nº 1.930/2018 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ

Publicação Nº 1788536

LEI Nº 1.930, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais), nos termos da Resolução CMN nº. 2.827/2001 e posteriores alterações e observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação. Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados em Despesa de Capital no Município de Timbé do Sul, no âmbito da linha de crédito do FINISA.

Art. 2.º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1.º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2.º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3.º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4.º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Ag Administrativo

Matrícula 844

LEI Nº 1.931 AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO FMS DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 1788539

LEI Nº 1.931, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado à abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

08.01 – Secretaria de Saúde / Fundo Municipal de Saúde

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

15-4.4.90.00.00.00.00.00.0101 ; Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

08.01 – Secretaria de Saúde / Fundo Municipal de Saúde

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

10-3.3.90.00.00.00.00.00.0048 ; Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Agente Administrativo

Matrícula 844

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 95 2018 PMT

Publicação Nº 1788545

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 95/2018 - PMT

Às catorze horas e trinta minutos, do trigésimo dia, do mês de outubro de dois mil e dezoito (30/10/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria nº 891, de 10 de agosto de 2018, além do Sr. Renan Caique Andrade Correa representando a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Protocolou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ nº. 14.770.128/0001-49.

Dando início à sessão, o Presidente solicitou aos membros da Comissão de Licitação e ao representante presente que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura do envelope nº "01 - Habilitação", colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos neles contidos.

Da análise dos documentos verificou-se que a empresa participante do certame atendeu aos requisitos do Edital, e então na sequência, como não houve nenhum questionamento ou manifestação, o Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Engenharia (item 7.1.6) para parecer de Qualificação Técnica e ao setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer da Qualificação Econômico-Financeira (item 7.1.4) do Edital.

O envelope da proposta deverá permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura.

O representante presente retirou-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

EDESIO MARCOS SLOMP
Presidente
LOURDES MOSER
Membro
ANGELA PREUSS
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 99 2018 PMT - PINTURA QUADRA ESPORTIVA

Publicação Nº 1788481

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2018 PMT

OBJETO: serviço de pintura da quadra a ser executada no ginásio de esportes da Escola Municipal Padre Martinho Stein, constituindo-se na retirada dos tacos, lixagem do piso e regularização do mesmo para posterior pintura com demarcação da quadra. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 13 de novembro de 2018. ABERTURA: dia 13 de novembro de 2018 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

TIMBO (SC), 30/11/2018
ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2018 FME - AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA E ARGILA OLESC 2018

Publicação Nº 1788482

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 FME

OBJETO: aquisição de pó de brita e mistura de argila com macadame para manutenção da pista de atletismo do Complexo Esportivo de Timbó, onde será realizada a Olimpíada Estudantil de Santa Catarina (OLESC) entre os dias 30 de novembro a 08 de dezembro nos municípios de Timbó e Indaial, relacionada ao Programa de Transferência OLESC 2018, n.º 2018007257, firmado com o governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte, objetivando a realização da OLESC (Olimpíadas Estudantil de Santa

Catarina), 2018. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 14 de novembro de 2018. ABERTURA: dia 14 de novembro de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 30 de outubro de 2018
MÁRCIO ELÍSIO
Diretor Presidente Fundação Municipal de Esportes

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2018 FME - PINTURA E POLIMENTO QUADRA COMPLEXO ESPORTIVO

Publicação Nº 1788604

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 FME

OBJETO: execução de pintura epóxi e polimento da quadra do Complexo Esportivo de Timbó. Área total de 1.350 m², relacionada ao Programa de Transferência OLESC 2018, n.º 2018007257, firmado com o governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte, objetivando a realização da OLESC (Olimpíadas Estudantil de Santa Catarina), 2018. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 10h30min do dia 13 de novembro de 2018. ABERTURA: dia 13 de novembro de 2018 às 10h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

TIMBO (SC), 30/11/2018
MARCIO ELISIO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 65 2018 PMT

Publicação Nº 1788484

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2018 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 80.413.479/0001-27 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 08/11/2018.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 30 de outubro de 2018.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 169.2018 PMT

Publicação Nº 1788485

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2018 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ nº. 10.866.529/0001-46, o Sr. Alisson Lin Ramalho dos Santos a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/11/2018.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de outubro de 2018.
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2010.203 FMAS

Publicação Nº 1788488

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2010/203

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2010 FMAS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante EDUARDO ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE, CPF nº. 100.986.738-58, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 08/11/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2016.184 PMT

Publicação Nº 1788490

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/184

INEXIGIBILIDADE Nº 104/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, CNPJ nº. 03.725.725/0001-35, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 08/11/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016.52 FUMTRAN

Publicação Nº 1788491

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016/52

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - FUMTRAN

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº. 83.066.118/0001-40, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 08/11/2018

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

DECISÃO SEGUNDA SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 52-2018

Publicação Nº 1788492

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 01/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 52/2018
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA), DE IMPLANTAÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS RUAS GENERAL OSÓRIO, GERMANO BRANDES SENIOR E HONDURAS, QUE COMPREENDE OS PROJETOS RELACIONADOS AO CONTRATO DE REPASSE Nº 844518, PROCESSO 2622.1037476-73/2017, PROGRAMA MCIDADES/PLANEJAMENTO URBANO (OGU), CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, (localizada na Rua Sibéria, n.º 70, Centro), por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES A EXECUÇÃO DO OBJETO tendo em vista o atraso nos serviços por conta de "longos períodos de chuva no mês de outubro, apenas falta a conclusão da sinalização e para a aplicação da pintura é necessário tempo bom e seco por pelo menos três dias", por 30 dias, a contar de 03/10/2018.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

DECISÃO SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 121 2017

Publicação Nº 1788495

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 39/2017 PMT – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 121/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA), DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO INTERTRAVADO DAS RUAS DONA CLARA E REINHOLD SCHLEI, QUE COMPREENDE OS PROJETOS RELACIONADOS AO CONTRATO DE REPASSE Nº 829023, PROCESSO 2622.1029845-19/2016, PROGRAMA CIDADES/PLANEJAMENTO URBANO (OGU), CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, (localizada na Rua Sibéria, n.º 70, Centro), por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES A EXECUÇÃO DO OBJETO tendo em vista o atraso nos serviços por conta de "longos períodos de chuva no mês de outubro, apenas falta a conclusão da sinalização e para a aplicação da pintura é necessário tempo bom e seco por pelo menos três dias", por 30 dias, a contar de 08/10/2018.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

DECRETO Nº 4964 DE 19 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1788426

DECRETO Nº 4964 DE 19 DE OUTUBRO DE 2018.

Homologa a Resolução nº. 002, de 18 de outubro de 2018, da Secretaria de Educação do Município de Timbó.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f", "g", "k" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 002, de 18 de outubro de 2018, da Secretaria de Educação, na forma do texto anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de outubro de 2018; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

RESOLUÇÃO SEMED N. 002/2018

Estabelece critérios e procedimentos para a realização de pré-matrícula, rematrícula e transferência de alunos da rede pública municipal de ensino para o ano letivo de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 8º da Lei Complementar n. 196, de 29 de Dezembro de 2000,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece critérios e procedimentos para a realização de pré-matrículas, rematrículas e transferência de alunos na Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede pública municipal.

Art. 2º As pré-matrículas novas serão realizadas, exclusivamente, pela internet, no endereço eletrônico <https://inscricao-matricula.cloud.betha.com.br/#/z9vMhkwe> no período de 03 à 06 de novembro de 2018, sendo que será emitido número de protocolo como comprovante

do ato de cadastro/inscrição.

Art. 3º Para cadastrar-se, o responsável deverá realizar os seguintes procedimentos:

I – ler na íntegra e estar de acordo com as regras da presente resolução;

II – preencher, total e corretamente, a ficha de cadastro disponibilizada no endereço eletrônico previsto no artigo 2º desta Resolução;

III – ao concluir o cadastro, imprimir o comprovante.

Art. 4º É de responsabilidade dos gestores dos estabelecimentos de ensino realizar o acompanhamento de todos os processos de pré-matrícula, rematrícula e transferência nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal.

CAPÍTULO II DA REMATRÍCULA

Art.5º. Art.5º A rematrícula dos alunos para o ano letivo de 2019 será automática pelo sistema de Gestão Escolar, devendo os pais ou responsáveis, comparecer a Unidade Escolar para confirmar a rematrícula, nos dias 12 ,13, 14 e 16 de Novembro de 2018.

CAPÍTULO III DA PRÉ-MATRÍCULA ONLINE

Art.6º A pré-matrícula online para o ingresso de candidatos à turma de Jardim (04 anos) da Educação Infantil e ao 1º ano do Ensino Fundamental serão realizadas no período de 03 a 06 de novembro de 2018, mediante o preenchimento da ficha de inscrição disponível no endereço eletrônico: <https://inscricao-matricula.cloud.betha.com.br/#/z9vMhkwe> o qual será disponibilizado no site da Prefeitura de Timbó: www.timbo.sc.gov.br. Para realizar a pré-matrícula basta clicar nas opções EDUCAÇÃO INFANTIL ou ENSINO FUNDAMENTAL.

Art. 7º. Os candidatos que completarem 04 anos até 31 de março de 2019 poderão ser inscritos e matriculados na turma de Jardim da Educação Infantil e os candidatos que completarem 06 (seis) anos até o dia 31 de março de 2019 poderão ser inscritos e matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental, conforme estabelecido na legislação vigente.

Art.8º Na inscrição de candidatos, bem como nas demais situações desta Resolução será observado o critério de zoneamento previsto pela Lei Federal n. 9394/96.

Art.9º Nas situações em que ficar comprovado o preenchimento de mais de uma ficha de inscrição pelo candidato ou quem o represente, será considerada válida a primeira recebida pelo sistema informatizado de pré-matrículas.

Art.10. Na existência de maior número de candidatos inscritos do que o nº de vagas ofertadas pelo Estabelecimento de Ensino pretendido, a classificação para a matrícula ocorrerá de acordo com o critério de prioridade para os candidatos residentes no zoneamento da escola.

Art.11. O candidato que declarar deficiência locomotora, no momento da inscrição, nos termos do disposto no art. 35 da Lei Estadual nº 13.320/09, terá preferência para vaga no estabelecimento de ensino mais próximo de sua residência.

Art.12. As classificações ocorrerão de forma eletrônica pelo Sistema de Gestão Escolar Online, respeitando a capacidade máxima de atendimento das turmas de cada Unidade Escolar e o critério por ordem de prioridade definido nesta Resolução.

Art.13. Após o prazo previsto no art. 2º desta Resolução, o Sistema de Gestão Escolar Online organizará, automaticamente, um relatório de divulgação dos resultados de classificação dos candidatos que será fixado no mural de cada unidade, bem como divulgado junto ao endereço eletrônico da Prefeitura de Timbó: www.timbo.sc.gov.br nos dias 08 e 09 de novembro de 2018.

CAPÍTULO IV DA MATRÍCULA PRESENCIAL

Art.14. A matrícula do candidato pré-classificado é considerada concluída, quando ocorrer a entrega de documentos originais na Unidade de ensino para o qual o candidato foi designado, no dia 19 de novembro de 2018, no horário de funcionamento das unidades escolares.

§ 1º Os endereços das unidades de ensino encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura de Timbó: www.timbo.sc.gov.br

§2º A não entrega de documentos originais junto à Unidade de Ensino no período estabelecido ou a ausência de comprovação das informações prestadas no momento da pré-matrícula online, caracterizará a desistência da vaga.

§3º No ato da matrícula presencial, deverá ser observada a fidedignidade das informações prestadas no ato da inscrição online com a documentação entregue.

§4º Será de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pelo candidato as informações prestadas, como também, o correto preenchimento e atualização do cadastro.

§5º Não serão aceitas matrículas cujo cadastro online não tenha sido preenchido de forma completa e correta ou fornecerem dados inverídicos ou falsos.

Art.15. No ato da matrícula deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I- Comprovante de cadastro (protocolo) da pré-matrícula online;
- II - Comprovante de residência em nome dos pais (conta de água, conta de energia elétrica ou contrato de locação de imóvel registrado em cartório);
- III - Certidão de nascimento do aluno (fotocópia);
- IV - CPF e identidade do aluno;
- V - Declaração de vacinas;
- VI - Cartão do SUS;
- VII - CPF e identidade dos pais ou responsáveis;
- VIII - Documento de guarda legal (caso necessário);
- IX - Avaliação do Pré (alunos do 1º ano).

CAPÍTULO V DAS TRANSFERÊNCIAS

Art.16. As solicitações de transferências entre unidades deverão ser requeridas diretamente na unidade escolar pretendida, mediante emissão de atestado de vaga. Esse processo deverá ser realizado de forma presencial pelo responsável do aluno.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

Art. 17. A abertura de novas turmas na Educação Infantil, e em todos os anos do Ensino Fundamental, dependerá da análise da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O candidato que não possuir acesso à internet poderá realizar o cadastro da pré-matrícula online junto ao Telecentro Comunitário de Timbó, localizado na Rua 7 de Setembro n. 314, Centro, Timbó-SC.

Art. 19. O descumprimento do disposto nesta Resolução enseja na aplicação de penalidades previstas na Lei Complementar n. 01/93 – Estatuto do Servidor Público Municipal de Timbó.

Art. 20. O período de pré-matrícula, matrícula, rematrícula e transferências que trata esta Resolução deverá ser amplamente divulgado junto à Comunidade Escolar e encaminhado por escrito aos responsáveis com as devidas orientações.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Timbó, 18 de outubro de 2018.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 160.2018 PMT

Publicação Nº 1788498

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 160/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS.

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios (iogurte) destinados à alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 02/2018, anexos e Dispensa de Licitação n.º 92/2018, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria n.º 25 de 04 de julho de 2012, Resolução FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013.

VALOR TOTAL: R\$ 20.423,20 (vinte mil quatrocentos e vinte e três reais e vinte centavos)

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2018.

ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.004 - PMT

Publicação Nº 1788499

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/004
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Postmix Soluções Gráficas.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2018.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretaria da Fazenda e Administração

EXTRATO VIGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO - PREGÃO Nº 28.2015 PMT

Publicação Nº 1788501

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO TERMO DE ADITIVO DE ACRÉSCIMO

VIGÉSIMO SEGUNDO TERMO DE ACRÉSCIMO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADA: Gente Seguradora S/A

OBJETO: O objeto do Pregão Presencial nº. 28/2015 - PMT fica acrescido de seguro contra terceiro, consoante observação 1 do termo de referência do edital de pregão presencial nº 28/2015, para o veículo MÁQUINA BOB CAT S570, sem placas, ano/modelo 2018/2018, Chassi: AZNB12131, conforme Memorando do SAMAE e demais anexos. O objeto do Edital de Pregão Presencial nº. 28/2015 PMT, considerando os valores e demais condições do referido ofício e anexos fica acrescido em R\$ 777,32 (setecentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO 951, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1788408

PORTARIA No 951, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a data de término do período da ampliação da carga horária semanal, de Servidoras ocupantes do cargo de Professor, de que trata a Portaria nº 839, de 06 de julho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR, para 20 de dezembro de 2018, a data de término do período da ampliação da carga horária semanal, para o ano letivo de 2018, das Servidoras ocupantes do cargo de provimento efetivo e temporário de Professor, respectivamente: Claudia Teresinha Fontana de Almeida e Alessandra Severina Theilacker Wolter, de que trata a Portaria nº 839, de 06 de julho do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 957, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1788524

PORTARIA No 957, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a data de término da ampliação de carga horária semanal da Servidora Fernanda Carlini Rattis da Silveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, de que trata a Portaria nº 604, de 08 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, e,

Considerando, que a Constituição Federal garante, em seu art. 7º, inciso XVIII a licença à gestante sem prejuízo do emprego e do salário;

Considerando, que a Portaria nº 604, de 08 de fevereiro do corrente, ampliou a carga horária da servidora Fernanda Carlini Rattis da Silveira para 40h/a semanais, de 01/02/2018 até 20/12/2018;

Considerando, que a servidora Fernanda Carlini Rattis da Silveira encontra-se em licença maternidade desde 04/09/2018 e optou pela prorrogação prevista pela Lei nº 2559 de 09/03/2012;

Considerando que o §1º do art. 2º da Lei n. 2559 de 09/03/2012 prevê que durante o período de prorrogação da licença-maternidade a servidora terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade, o que, no caso em apreço, condiz com remuneração atinente a carga horária de 40h/s,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR, para 02 de março de 2019, a data de término da ampliação de carga horária semanal, da Servidora Fernanda Carlini Rattis da Silveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, de que trata a Portaria nº 604, de 08 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 992, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788422

PORTARIA No 992, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Portaria nº 682, de 21 de março de 2018, que nomeia membros do Conselho do FUNDEB.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com a Lei no 2347, de 17 de maio de 2007 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 682, de 21 de março de 2018, que nomeia membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS-CONSELHO DO FUNDEB, com mandato até março de 2020, como segue:

	
III -	REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:	
	Titular :	LUIZ HENRIQUE KOEPEL
	Suplente :	CLEIDE MARIA UBER BORTH
	
VIII-	REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:	
	Titular :	ELLAINE VIEIRA DA SILVA MENGARDA
	Suplente :

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2018; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 63 2018 PMT

Publicação Nº 1764126

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus, câmaras e afins destinados à Administração Direta e Indireta do Município de Timbó.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Modelo Pneus Ltda; CP Comercial S/A; GF Pneus Comercial e Distribuidora Ltda; Comercio de Pneus Oenning Ltda Epp; Nacional Pneus Eireli Epp e BBW do Brasil Comércio de Pneumáticos Eireli.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 631.893,00 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/07/2019

Timbó, 30/07/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDO TERMO DE ACORDO CONTRATO ADMINISTRATIVO 2010 261 - REMOÇÃO E ESTADIA VEÍCULOS

Publicação Nº 1788502

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº 2010/261 - CONTRATO DE CONCESSÃO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, no. 700, Centro, através da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, representado pelo Senhor Secretário MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR, abaixo denominado MUNICÍPIO e RENATO SCHUMANN EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 81.304.313/0001-35, com endereço à Rua Pomeranos nº. 2266, bairro Pomeranos, Timbó/SC, representado por RENATO SCHUMANN, brasileiro, divorciado, CPF nº. 581.974.949-91 e RG nº. 2.020468-0, abaixo denominado CONCESSIONÁRIA e considerando que:

- a municipalidade lançou o Edital de Concorrência nº 0009/2010 - FUNTRAN, cujo objeto versa acerca "concessão para exploração do serviço de remoção (GUINCHO) e do serviço de estadia/guarda/depósito (PÁTIO) de veículos apreendidos, retidos ou removidos em decorrência de fiscalização de Trânsito efetuada na Cidade de Timbó", do qual restou vencedora a CONCESSIONÁRIA, firmando com a municipalidade o Contrato Administrativo nº 2010/261 - Contrato de Concessão que, dentre outros aspectos, definiu a vigência de 5 anos, com início em 23/11/10 e término em 23/11/15;

- mesmo não tendo sido tempestivamente lançado ato/aditivo para a prorrogação do prazo do Contrato Administrativo nº 2010/261 (que a época decorreu de problemas de ordem administrativa), para solucionar a questão de conformidade com a legislação pertinente, foi formalizado Termo de Acordo em 22/06/16, que em sua Cláusula Segunda definiu que "O objeto e demais condições do Contrato Administrativo nº. 2010/261 serão integralmente mantidos pela CONCESSIONÁRIA até 23/11/16 ou, a critério do MUNICÍPIO, até no momento da finalização da nova licitação para a concessão, sem prejuízo do respectivo pagamento, nos termos previstos pelo Contrato Administrativo n. 2010/261."(grifo nosso)

- mesmo diante de diversas medidas, por questões técnicas (definição da tipologia e formato do serviço - execução direta pelo ente público ou sua concessão/permissão; apuração de custos/estrutura necessária/contingente de atendimento) e procedimentais (principalmente as decorrentes da Instrução Normativa 22 do TCE-SC, que atribuiu ao ente público a partir de 01/03/16 obrigações a serem cumpridas antes do lançamento de certame relacionados a concessão de serviço público), aliado na ocasião a prejudicada conjuntura econômico-financeira enfrentada pela municipalidade, até novembro/2016 não foi possível estabelecer/definir solução definitiva ao serviço de remoção/guincho e estadia/guarda/depósito de veículos, o que em conjunto com os demais fundamentos fáticos-jurídicos motivou a expedição, em 23/11/2016, de um novo Termo de Prorrogação do Contrato Administrativo nº 2010/261 - Contrato De Concessão, estendendo o prazo deste último até 23/11/2017.

- após inúmeras deliberações (especial de ordem técnica no âmbito interno e externo), pesquisas (não apenas de mercado mas principalmente perante outros municípios onde são desenvolvidas as atividades/serviços que constituem o objeto deste instrumento, dos quais se destaca Indaial, Jaraguá do Sul, entre outros), tudo aliado ao entendimento a FECAM em seus pareceres nº 2429 e nº 3184 (onde restou em suma definido que possível a terceirização dos serviços de meio (guincho e depósito de veículos) desde que a função estatal (apreensão e remoção) seja executada por autoridade ou agentes de trânsito devidamente investidos na função pública), a municipalidade definiu que a condução de tal atividade/serviço dar-se-ia por terceirização;

- Ademais o entendimento atual supra exposto encontra-se calcado em consulta prévia ao TCE, é pela pertinência do instituto da delegação por permissão para o serviço de guincho e remoção de veículos e a inaplicabilidade da instrução normativa nº TC-0022/2015. Isto porque o Município de Timbó, representado por seus advogados, esteve presente no I Encontro Catarinense sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) que foi realizado em 04/12/2017 em Florianópolis. Naquele evento, apresentou-se case que teria como viés a aplicação do instituto da permissão para o serviço de guincho e remoção de veículos e a inaplicabilidade da instrução normativa nº TC-0022/2015. Portanto, considerando os ditames do case apresentado, bem como a Lei nº 2.321 de 29/11/06 do Município de Timbó questionou-se aos auditores do TCE (Palestrantes do Evento - Dr. Azor e Dr. Rogério) se seria possível aplicar o instituto da permissão para o caso e se esta licitação estaria adstrita a instrução normativa nº TC-0022/2015. Em resposta o Dr. Azor El Achkar, apontou o instituto da permissão para o

serviço de guincho e remoção de veículos e a inaplicabilidade da instrução normativa nº TC-0022/2015, com o envio do processo licitatório após publicação, em conformidade a IN 21/2015;

- Durante o período necessário a elaboração e publicação do competente instrumento convocatório, fora publicado em 23/11/2017, novo termo de prorrogação do prazo do contrato administrativo 2010/261, com vigência até 30/06/2018, com posterior prorrogação para 30/09/2018.

- neste tempo, o Município elaborou os estudos para lançamento do competente edital, conforme Termo de Referência e Edital de Concorrência Pública Nº 04/2018 FUMTRAN processo licitatório para contratação/concessão do serviço público de remoção e estadia, na modalidade de Permissão, amparado nas planilhas com os cálculos estimativos dos custos e receita anexos, ainda em curso, vez que houveram recursos tempestivamente apresentados quando da decisão de inabilitação/habilitação, conforme ata e documentos anexos;

- Insta esclarecer que o ente público apurou as questões afetas a efetiva gestão da atividade, que compreende custos, estrutura e demais condições necessárias a definitiva implantação e funcionamento, o que compõe o competente certame licitatório;

- a modificação do formato de contratação ora apresentada, face as peculiaridades, especificidades e principalmente dificuldades que a questão requer, impôs a municipalidade a constante e intensa adoção de medidas internas no sentido de melhor conduzir a sua correta conclusão.

- contudo, diante das necessidades de ordem técnicas supra relacionadas, em especial os recursos apresentados quando da decisão de inabilitação/habilitação das empresas concorrentes, bem como o ajuizamento do Mandado de Segurança (Com Pedido de Liminar Inaudita Altera Pars) nº 0302961-40.2018.8.24.0073 em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó/SC – Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, que determinou a suspensão do ato de inabilitação da impetrante para determinar que possa participar dos atos seguintes da Licitação n. 4/2018, tendo a decisão sido objeto de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ainda pendentes de julgamento.

- Desta forma, por decisão do Ilmo Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, suspendeu-se o Processo Licitação licitatório até julgamento da demanda, não sendo possível finalizar o processo licitatório ao modo e tempo.

- Portanto, perante a todos os fatos e fundamentos, no intuito de zelar pelo interesse público, em especial no que tange a manutenção dos serviços que integram este instrumento, evitando assim prejuízos de ordem administrativa, em caráter excepcional e transitória, a manutenção do Contrato Administrativo nº 2010/261 até 30/11/18, o que poderá a qualquer ser antecipado pelo MUNICÍPIO, a seu exclusivo critério, mediante simples comunicação, o que desde já a CONCESSIONÁRIA aceita e concorda plenamente;

- diante de tal realidade e tendo em vista que a própria Lei nº 8.987/95 (§2º do art. 42) em momento pretérito já reconheceu a regularidade na manutenção excepcional e precária de serviço público concedido, a municipalidade, no intuito de zelar pelo interesse público, não prejudicar o andamento das atividades e a partir do que estabelecem os próprios acordos anteriormente firmados acerca do prazo, entende como período mínimo e adequado a regular adoção das posturas será até 30/11/18;

- o inciso V do art. 24 da Lei nº. 8.666/93 define que “É dispensável a licitação: V - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE PRORROGAÇÃO relativo ao Contrato Administrativo nº. 2010/261, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E RESCISÃO

O objeto e demais condições do Contrato Administrativo nº. 2010/261 serão integralmente mantidos pela CONCESSIONÁRIA até 30/11/18, sem prejuízo dos respectivos pagamentos, nos termos do referido instrumento contratual.

Face o caráter excepcional e precário desta prorrogação, a municipalidade poderá unilateralmente e a qualquer tempo rescindir este Termo de Acordo e o Contrato Administrativo nº. 2010/261, mediante comunicação escrita, não comportando qualquer tipologia/espécie de reparação e/ou indenização a CONCESSIONÁRIA, seja a que título/natureza for, o que este último reconhece e aceita para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

Ficam mantidos e ratificadas todas as cláusulas e condições Contrato Administrativo nº. 2010/261, Edital de Concorrência nº 0009/2010 – FUNTRAN, Termos e demais atos.

Por estarem totalmente de acordo e sem quaisquer ressalvas as partes assinam este Termo de Acordo em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Timbó, 25 de outubro de 2018.

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR
MUNICÍPIO

RENATO SCHUMANN
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHA
Nome:
CPF n°.

TESTEMUNHA
Nome:
CPF n°.

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ANULAÇÃO PREGÃO 04/2018

Publicação Nº 1788363

Processo Licitatório n.007/2018

Pregão Presencial n.004/2018

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS BARRAS/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a manifestação da Divisão 4-DLC/CAJU/DIV4, do Tribunal de Contas do Estado, nos autos do Processo n.REP18/00996125.

CONSIDERANDO que nas especificações do edital para Locação de Sistema Legislativo, mesmo que involuntariamente, não foi estabelecido critério objetivo de aferição e/ou avaliação do produto/material e da ausência de prazo para apresentação do objeto, o que poderá ferir o princípio da isonomia entre os licitantes;

CONSIDERANDO a análise levada a efeito pela Diretoria de Controle de licitações e Contratos-DLC, os precedentes e recomendações da Corte de Contas.

RESOLVE:|

ANULAR em todos os seus termos, por interesse da administração, o Processo licitatório sob. nº 007/2018, e conseqüentemente a licitação por pregão presencial nº004/2018.

Três Barras (SC), em 30 de outubro de 2018.

CERIVAL DA CRUZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 85/2018

Publicação N° 1787801

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 85/2018 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de grades de ferro bocas de lobo, para obras de escoamento pluvial em diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constantes do anexo do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 13/11/2018, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

EDITAL 013/2018

Publicação Nº 1788483

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 013/2018

O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.731/0001-75, torna público que se encontram abertas no período de 30.10.2018 à 25.11.2018, as inscrições para o Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2018, o qual reger-se-á, pelas normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, formação/escolaridade/ qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço, telefone e e-mail atualizado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 30.10.2018 à 25.11.2018, via internet, pelo sítio click.listaeditais.com.br.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 26.11.2018, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato sem acesso à internet poderá buscar auxílio na Secretaria da Educação de Trombudo Central, durante todo o período de inscrição, respeitando o horário e dias de funcionamento da mesma.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Enviar por Sedex para a Empresa Click Soluções, Rua Tenente Costa, 123, Centro - Ituporanga - SC, CEP 88400-000:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID, e a provável causa da mesma.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

- declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;
- declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;
- as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4 A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite a compensação.

3.7.1. O Município não efetuará a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e, também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.8. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, pagamento não creditado por boleto alterado por vírus no computador gerador do mesmo, ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. O candidato poderá realizar até 2 (duas) inscrições, sendo gerado uma taxa para cada inscrição realizada.

3.12. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 28.11.2018 o presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 12.1 deste Edital.

3.13. No dia 03.12.2018, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pela Prefeita Municipal.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. O valor por inscrição para inscrição no presente Processo Seletivo será:

R\$ 50,00 para os cargos de professor

R\$ 30,00 para o cargo de auxiliar de sala e merendeira/faxineira.

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas - Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, de acordo com o Anexo III, parte integrante desse Edital.

5.3. Prova de Títulos (PT), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos que se inscreverem para vaga de professor e auxiliar de sala, conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.4. Tempo de Serviço (TS), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos que se inscreverem para vaga de professor, auxiliar de sala e merendeira será computado conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.5. A Nota Final (NF) será composta pela seguinte forma:

5.5.1. Professores e Auxiliar de Sala: $NF = (PE \times 0,7) + (PT \times 0,2) + (TS \times 0,1)$;

5.5.2. Merendeira/Faxineira:

$NF = (PE \times 0,8) + (TS \times 0,2)$

5.5.3. Sendo PE = Prova Escrita, PT = Prova de Títulos, e TS = Tempo de Serviço.

5.6. A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usado a lista dos HABILITADOS, esgotadas todas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

5.7. O candidato que se inscrever para Professor de Educação Infantil passará automaticamente a figurar em duas listagens:

5.7.1. Uma exclusivamente para o atendimento na creche no período das férias;

5.7.2. Outra para todo o ano letivo de 2019.

5.7.3. Se recusada uma vaga para a lista do período de férias não acarretará em danos para o candidato na listagem de todo o ano letivo de 2019.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 09.12.2018, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 1 (uma) hora, com início às 9 h na Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau situada a Rua Blumenau, 138 Bairro Vila Nova.

6.2. O envio dos títulos deverão ser feitos durante os dias 30.10.2018 e 26.11.2018 via Sedex para Click Soluções no Endereço Rua Tenente Costa, n 123, Centro, Ituporanga - SC / CEP 88400-000 em ENVELOPE INDIVIDUAL.

6.2.1. Os documentos da prova de títulos servirão também para comprovação da habilitação mínima exigida pelo edital;

6.2.2. O candidato à vaga de professor, auxiliar de sala e merendeira que não entregar documentos comprovando a habilitação mínima, na forma descrita acima, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado no momento da publicação das notas.

6.3. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.4. A classificação dos títulos estará em consonância como o descrito no Anexo IV deste Edital.

6.5. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio click.listaeditais.com.br, e nos locais previstos no item 12.1 deste Edital, no dia 09.12.2018 após as 18h.

6.6. No dia 17.12.2018, a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o gabarito definitivo e a classificação provisória.

6.7. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.8. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.8.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto

no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

6.8.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.8.3. Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.8.4. Que obtiver melhor nota na prova de Raciocínio Lógico (Matemática);

6.8.5. Que possuir maior número de dependentes.

6.8.6. Que tiver maior idade

6.9. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 12.1 deste Edital.

6.10. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

6.11. A nota da prova escrita e nota da prova de títulos e tempo de serviço, com a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 12.1 deste Edital, no dia 17.12.2018.

6.12. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia 20.12.2018, nos locais previstos no item 12.1 deste Edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. Do presente Edital;

7.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. Da nota da prova escrita;

7.1.5. Da nota da prova de títulos;

7.1.6. Do cômputo do tempo de serviço;

7.1.7. Da classificação provisória.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado a Secretaria Municipal de Educação de Trombudo Central, situada a Praça Arthur Siewerdt, 01 - Centro.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através da área do candidato, disponível no sítio click.listaeditais.com.br.

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme Anexo VI, parte integrante deste Edital.

8. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

8.1.1. Ser brasileiro nato;

8.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

8.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata o ANEXO V deste Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

8.1.4. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

a) Certidão de Casamento ou Nascimento;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão relativa à quitação eleitoral;

f) Certidão relativa ao gozo dos direitos políticos;

g) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

h) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

i) Certidão de Nascimento dos filhos;

j) Carteira de Trabalho - da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

k) PIS/PASEP (frente e verso);

l) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

m) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;

n) Número da conta-corrente, no Banco do Brasil;

o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

p) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Processo Seletivo terá validade durante todo o ano letivo de 2019.

9.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

9.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como os parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau dos responsáveis pela elaboração das provas.

9.4 Não poderão participar deste Processo Seletivo Simplificado os candidatos que responderam processo administrativo ou disciplinar em até 03 (três) anos.

10. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O PERÍODO DE FÉRIAS

10.1 As vagas para professor de Educação Infantil para o período de férias, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da nota da prova escrita somada a de títulos e tempo de serviço por área/disciplina.

10.2 A classificação dos candidatos aos cargos de professores de Educação Infantil será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

10.4 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

10.5 O primeiro processo de escolha de vagas para o período de férias para professores, merendeira/faxineira e auxiliares de sala dar-se-á no dia 20.12.2018 às 13h30min no auditório da Prefeitura Municipal (antiga Câmara de Vereadores).

10.6 O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vaga irá automaticamente para o final da listagem. Na ocorrência de um segundo não comparecimento, será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo.

10.7 O candidato presente no dia e horário determinado para a escolha de vagas, que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

10.8 Após a primeira chamada, a escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação de vaga é responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação, caso contrário será excluído desse processo seletivo.

10.9. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo estabelecido, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.10 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

10.11 A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O ANO LETIVO DE 2019

11.1 As vagas para professor e auxiliar de sala para o ano letivo de 2019, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da nota da prova escrita somada a de títulos e tempo de serviço por área/disciplina.

11.2 As vagas para merendeira/faxineira para o ano letivo de 2019, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará

através da nota da prova escrita somada a tempo de serviço.

11.3 A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

11.4 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

11.5 O primeiro processo de escolha de vagas para o ano letivo de 2018 para o cargo de professor dar-se-á no dia 30.01.2019 às 13h30min no auditório da Prefeitura Municipal (antiga Câmara de Vereadores).

11.6 O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vaga irá automaticamente para o final da listagem. Na ocorrência de um segundo não comparecimento, será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo.

11.7 O candidato presente no dia e horário determinado para a escolha de vagas, que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

11.8 Após a primeira chamada, a escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação de vaga é responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação, caso contrário será excluído desse processo seletivo.

11.9. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias contado da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

11.10 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

11.11 A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11.12 Desde que respeitada a ordem de classificação, os candidatos para os cargos de auxiliar de sala e merendeira/faxineira poderão ser convocados para trabalhar no mês de janeiro de 2019.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria de Educação e na internet, nos seguintes sítios: www.trombudocentral.sc.gov.br e click.listaeditais.com.br.

12.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

12.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.4.1. Anexo I - Quadro de cargos e habilitação mínima exigida

12.4.2. Anexo II - Conteúdo Programático da Prova Escrita;

12.4.3. Anexo III - Normas para realização da Prova Escrita;

12.4.4. Anexo IV - Normas para Prova de Títulos, Tempo de Serviço;

12.4.5. Anexo V - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais.

12.4.6 Anexo VI - Cronograma.

Trombudo Central, 30 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	FORMAÇÃO/MÍNIMA
Professor Educação Infantil	HABILITADO: Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil NÃO HABILITADO: Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais Cursando Pedagogia a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso.
Professor Anos Iniciais	HABILITADO: Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais NÃO HABILITADO: Pedagogia Educação Infantil Cursando Pedagogia a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso.
Professor Disciplinas específicas (1º ao 9º ano) Artes Educação Física Ensino Religioso Geografia História Ciências Língua Portuguesa Língua Inglesa Matemática	HABILITADO: Licenciatura na disciplina específica para a qual se inscreveu. NÃO HABILITADO: Cursando Licenciatura específica a partir da 1ª fase Ensino Médio Magistério Concluso Licenciatura diferente da área para a qual se inscreveu. Ensino Médio
Auxiliar de sala	Curso Superior na área de Educação Ensino Médio com habilitação em Magistério Ensino Médio
Merendeira/Faxineira	Ensino Fundamental /Anos Iniciais.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

1 – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos–Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura –A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

2 – RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA):

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

3 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

3.1. Professor Educação Infantil:

Base Nacional Comum Curricular BNCC - Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB, Constituição Federal referente a Educação, ECA, Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, obrigatoriedade da matrícula na educação infantil.

3.2. Professor Anos Iniciais:

Base Nacional Comum Curricular BNCC - Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da

Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

3.3 Professor Anos Finais:

Base Nacional Comum Curricular BNCC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget.

3.4 Auxiliar de Sala:

ECA, Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, obrigatoriedade da matrícula na educação infantil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget.

3.5. Merendeira/ Faxineira

Cuidados e limpeza na cozinha. Manipulação de alimentos. Estocagem de alimentos. Cardápios variados. Classificação dos alimentos. Preparo de alimentos. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Lei Orgânica do Município. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

ANEXO III

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. Comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2. A prova terá duração mínima de 1 (uma) hora e será composta por 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, na forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,4
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,4
Conhecimentos Específicos	15	0,4

3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

3.3. Usar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

7. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

8. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido;

10. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência e rubrica dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

11. Os envelopes contendo os cadernos das provas e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

ANEXO IV

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO

1. O cômputo da PROVA DE TÍTULOS será feito na forma abaixo:

1.1. Para professores de Educação Infantil e Anos Iniciais:

1.1.1. 0,2 pontos por fase cursada no curso de Pedagogia, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar originais datados em 30.10.2018 ou posteriormente. O candidato que não enviar o histórico escolar da graduação junto com o atestado de frequência será considerado apenas uma fase.

1.1.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério.

1.1.3. 2 pontos para o candidato que apresentar certificado ou declaração de conclusão em Pedagogia com habilitação diferente da área em que se inscreveu.

1.1.4. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de Pedagogia com habilitação na área específica para qual se inscreveu;

1.1.5. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós na área da educação ou certidão de conclusão.

1.1.6. 8 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.1.7. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.1.8. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2016.

1.2. Para professores de Educação Física:

1.2.1. 0,2 pontos por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar originais datados em 30.10.2018 ou posteriormente. O candidato que não enviar o histórico escolar da graduação junto com o atestado de frequência será considerado apenas uma fase.

1.2.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério ou certificado ou declaração de conclusão de licenciatura com habilitação diferente do cargo em que se inscreveu.

1.2.3. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de licenciatura para o cargo para qual se inscreveu;

1.2.4. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós na área da educação ou certidão de conclusão.

1.2.5. 7 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.2.6. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.2.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2016.

1.2.8. Será acrescido a nota de prova de títulos 1 ponto, exclusivamente para o cargo de professor de Educação Física, ao candidato que apresentar registro no CREF (Conselho Regional de Educação Física).

1.3. Para demais Professores:

1.3.1. 0,2 pontos por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar originais datados em 30.10.2018 ou posteriormente. O candidato que não enviar o histórico escolar da graduação junto com o atestado de frequência será considerado apenas uma fase.

1.3.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério ou certificado ou declaração de conclusão de licenciatura com habilitação diferente do cargo em que se inscreveu.

1.3.3. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de licenciatura para o cargo para qual se inscreveu;

1.3.4. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós na área da educação ou certidão de conclusão.

1.3.5. 8 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.3.6. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.3.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2016.

1.4. Para Auxiliar de Sala:

1.4.1. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado de Ensino Médio.

1.4.2. 4 pontos para o candidato que apresentar certificado de Ensino Médio com habilitação em Magistério ou curso superior na área da Educação.

1.4.3. 8 pontos para o candidato que apresentar certificado ou declaração de conclusão de curso superior em Pedagogia.

1.4.4. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.4.5. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2016.

2. O cômputo do TEMPO DE SERVIÇO (para todos os cargos) será feito na forma abaixo:

2.1. 0,5 ponto por ano comprovado função para qual se inscreveu em declaração de órgão público ou privado expressa em anos, dias e meses,

2.2. Para fim de arredondamento, 6 meses ou mais, será considerado como 1 ano.

2.3. O candidato poderá acumular no máximo 10 pontos.

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo Público nº 013/2018, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

CRONOGRAMA

DATA	ATO
30.10.2018	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
31.10 à 01.11.2018	Prazo para impugnações do Edital de Abertura de Inscrições
05.11.2018	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições
30.10 à 25.11.2018	Período de Inscrições
30.10 à 26.11.2018	Período para envio dos documentos por SEDEX
26.11.2018	Último dia para pagamento do boleto

28.11.2018	Publicação do rol de inscritos
29 e 30.11.2018	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
03.12.2018	Homologação das Inscrições
09.12.2018	Realização da Prova Escrita
09.12.2018 após as 18h	Divulgação do Gabarito da Prova Escrita
10 e 11.12.2018	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita
17.12.2018	Publicação do Gabarito Definitivo, Notas da prova escrita, prova de títulos, tempo de serviço e a respectiva classificação.
18 e 19.12.2018	Prazo para recursos da nota da prova escrita, prova de títulos, tempo de serviço e nota final
20.12.2018	Homologação do resultado final

EDITAL 014/2018

Publicação N° 1788486

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

EDITAL DE MATRÍCULA N° 014/2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2019.

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS, Secretária Municipal de Educação e Esporte de Trombudo Central, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal, torna público as diretrizes referente à matrícula para o ano letivo de 2019, na Educação Infantil (Creche e Pré-escola), no Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano de acordo com a legislação em vigor e o previsto neste Edital.)

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB N° 9.394/96; Leis Federais N° 11.114/05 e N° 11.274/06 que dispõe sobre a duração do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade; Lei n° 1221 de 10 de dezembro de 1999 do Sistema Municipal de Ensino; Resolução da Educação Infantil número 299, Resolução CNE/CEB N° 01/2010, que define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; Resolução do CME número 001/2013 que dispõe sobre o número de alunos por turmas no ensino fundamental e infantil, Lei N° 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em seu artigo 53 parágrafo V e outras legislações correlatas ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula no ensino fundamental/ano letivo 2019

2. APRESENTAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Educação e Esportes estabelecem através deste Edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2019, nas unidades escolares que oferecem Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental.

2.2. O acesso à educação infantil, a partir dos 4 anos de idade e ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.

2.3. No ensino fundamental de nove anos de duração/EF a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 6, 7 e 8 anos de idade são consideradas turmas de alfabetização. (Ciclo)

3. DOS OBJETIVOS**3.1. DO OBJETIVO GERAL**

3.1.1. Assegurar a matrícula para as crianças, na educação infantil, ensino fundamental, oferecido em unidades escolares da rede municipal de ensino.

3.2. Dos Objetivos Específicos

3.2.1. Assegurar matrícula na Educação Infantil às crianças na faixa etária a partir de 04 meses, 1(um), 2 (dois) e 3 (três) anos de idade completos no ato da matrícula, mediante existência de vaga;

3.2.2. Assegurar matrícula na Educação Infantil (pré escola) a todas às crianças na faixa etária de 4(quatro) a 5 (cinco) anos de idade completos

3.2.3. Assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2019 no ingresso ao ensino fundamental;

3.2.4. Renovar a matrícula dos alunos e crianças que estudam nos Centros de Educação, respeitando sempre que possível o critério do zoneamento (estudar na escola mais perto de casa);

3.2.5. Realizar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste edital;

3.2.6. Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais.

3.2.7. Reconduzir à escola o aluno evadido;

3.2.8. Organizar a distribuição de vagas disponíveis nas escolas, de acordo com o número de alunos que preconiza a resolução 01/2013.

4. DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA:

Garante-se a matrícula em Centros de Educação e Centros de Educação Infantil de acordo com os seguintes requisitos:

4.1. ENSINO FUNDAMENTAL (REGULAR):

a) 1º Ano: Serão matriculadas, obrigatoriamente, crianças com seis (6) anos completos ou a completar até dia 31 de março de 2019. Preenchendo todos os dados solicitados no sistema EDUCACIM e apresentando uma declaração de vacinação assinada pelo vacinador do posto de saúde ou profissional de saúde.

b) 2º a 9º Ano

Serão matriculadas, ou rematriculadas, as demais

crianças/alunos conforme as legislações correlatas, em vigor e preenchendo todos os dados solicitados no sistema EDUCACIM

4.2 A Educação Infantil

Creche período integral 4 meses a três anos: havendo a existência de vaga :

- Pré -escolar Nível I - 4 anos integral no CEI Arthur Kroenke e CEI Pinguinho de Gente , parciais nas demais unidades.

- Pré Escolar nível II - 5anos - atendimento parcial.- Turno Matutino ou Vespertino

A transferência de crianças para do CEI Gente Miúda para o CEI Cinderela, a criança deverá ter três anos completos ou completar três anos até a data de 31/07/2019. Do CEI Cinderela para o CEI Arthur Kroenke deverá ter quatro anos completos ou completar até a data de 31/07/2019.

A mudança de instituições será realizada no mês de fevereiro de 2019, havendo necessidade e existência de vagas em julho/2019

O ensino Fundamental será oferecido nas unidades de Ensino Fundamental:

CEB Alberto Balduino Barchfeld em regime de colaboração com a rede estadual - 1º 2º e 5º ano no período vespertino e 3º e 4º matutino

CEB Arthur Bruno Jandt- 1º, 2º e 3º matutino e 4º e 5º no vespertino

CEB Eginolf Bell - 3º 4º e 5º matutino e 1º , 2º vespertino

CEB Erica Hasse - 1º ao 3º ano vespertino 4º e 5º ao 9º ano matutino.

O ensino Fundamental será oferecido nas Unidades de Educação Infantil:

CEI Gente Miúda- integral

CEI Cinderela- integral

CEI Arthur Kroenke- integral exceto Pré II - crianças de 5 anos

CEI Pinguinho de Gente- integral exceto Pré II - crianças de 5 anos

CEI Charlotte Ilse Schindler- parcial 4h

CEI Menino Jesus- parcial 6 horas

CEI Johanne Schutte parcial 6h

5. DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

5.1. A composição de números de alunos por turmas atenderá como parâmetro, o disposto na Resolução do CME nº001/2013

6. DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA**6.1. Renovação de Matrícula -**

Neste caso, haverá apenas a atualização de dados em ficha própria havendo necessidade, preenchidas nas unidades educacionais por pai/mãe ou responsável legal, ou em casa sob pena de perder a vaga existente. Indispensável a apresentação de a declaração de atualização vacinal devidamente assinada.

6.1. Matrícula Nova -a matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, por meio de apresentação dos documentos necessários e do preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal

6.2 Matrícula por Transferência

Será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência para próximo de uma das unidades escolares da rede municipal de ensino de Trombudo Central.

6.3. Desistência de Matrícula na Educação Infantil

Ocorre na situação em que a criança apresentar 10 dias de faltas Consecutivas e sem justificativa, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração envolvendo família/escola/Conselho Tutelar, caracterizando abandono e cancelamento de matrícula.

7. DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 O diretor, coordenador pedagógico e o secretário da unidade escolar são responsáveis pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

7.2. Toda documentação deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada para realizar a matrícula . Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

7.3. Em toda a documentação escolar do aluno, deverá ser registrado o nome completo do mesmo, sem abreviações e, a série/ano, em curso ou cursada deverá ser escrita por extenso, bem como para efeito de autenticidade colocar o carimbo com a assinatura do secretário,

ou do diretor.

7.4. Será nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

7.5 Da documentação necessária:

Todos os documentos pessoais e dos responsáveis e da criança ou aluno conforme ficha constante no anexo I deste edital

Renovação de Matrícula

- Preenchimento de formulário para renovação de matrícula e atualização dos dados cadastrais, encaminhado pela escola no dia 05/11/2018 e respondido em casa, devolvido ao Centro de Educação até o dia 13/11/2018.

Conforme anexo I deste edital.

8. PERÍODO, LOCAL E HORÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS

As matrículas serão realizadas em cada um dos Centros de Educação e Centros de Educação infantil, conforme o horário em que o gestor estiver atendendo na secretaria da Unidade.

Matrículas dos dias 19/11/18 á 23/11/2018

CEI Menino Jesus - segunda e sexta -feira das 12h ás 18h

CEI Johanne Schutte - segunda e sexta -feira das 12h ás 18h

CEI Cinderela - Todas as manhãs das 8h ás 12h

CEI Arthur Kroenke - Todas as Manhãs das 8h ás 12h

As matrículas do CEI Charlotte Ilse Schindler serão efetuadas na Prefeitura

Horário: Das 8h às 12h

9. DIVULGAÇÃO

Os responsáveis legítimos da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e das unidades escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula através de bilhetes informativos nas agendas dos alunos e crianças, na página da Secretaria de Educação e Esporte no facebook, no blog www.educatc.blogspot.com e na página da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto neste Edital.

10. DA OFERTA DE VAGAS

10.1.É de competência do Poder Público ofertar a vaga, sendo que o turno será definido de acordo com as possibilidades e realidade de cada unidade Escolar.

10.2. Serão oferecidas vagas de acordo com as possibilidades da estrutura municipal adequadas para a oferta de educação de qualidade. E em cinco turmas no CEB Alberto Baduino Barchfeld em regime compartilhado com o Estado de Santa Catarina .

10.3 O limite de crianças por vagas respeitará a Resolução nº001/2013 do Conselho Municipal de Educação

10.4 As matrículas deverão ser realizadas respeitando o quadro abaixo das comunidades, para que o aluno possa estudar no Centro de Educação e na Escola mais próxima de sua casa e também para utilização do transporte.

Zoneamento preferencialmente por comunidades, mediante existência de vaga, para matrículas Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

HERMANN BLUMENAU	COMUNIDADES
	Ribeirão Café Sabugueiro Palhocinha Vila Nova Bairro Satão Parte do Bairro estação Parte do bairro Liberdade
CEB EGINOLF BELL	Parte do bairro Liberdade Km 05 Km10 Ribeirão Kindell Loteamento Lorenal Pouso da Caixa Tifa Basch Vila Teodoro Parte da cidade Alta
CEB ARTHUR BRUNO JANDT	Centro Bairro Jalisco Bairro Almeida Bairro Estação Parte da Cidade Alta Botafogo

CEB ERICA HASSE	Bracatinga I Bracatinga II Fruteira BR 470 Tifa Prada
-----------------	---

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CEB ERICA HASSE	Bracatinga I Bracatinga II Fruteira BR 470 Tifa Prada Travessa Schweder Pouso da Caixa Vila Teodoro KM 10
-----------------	---

Na Educação Infantil, mantemos os critérios de cada criança que mora mais próxima do CEI conforme a oferta de vaga e a necessidade da família.

11. DO TRANSPORTE ESCOLAR

11.1. O transporte escolar para as diferentes modalidades de ensino da rede municipal (educação Infantil e ensino fundamental) serão oferecidas conforme determinações das legislações Municipais correspondentes em vigor. Cada aluno será transportado para a escola mais próxima de sua casa conforme especificação de comunidades deste edital e também por adequações necessárias de quantidade de alunos compatível com a estrutura física das unidades educacionais.

11.2 - Será oferecido transporte escolar para o ensino obrigatório de 4 a 17 anos.

12. SOLICITAÇÃO DE VAGAS PARA CEIS EM PERÍODO INTEGRAL

12.1 No decorrer do ano de 2019 a solicitação de vagas para CEIs em período integral será feita na Secretaria de Educação e do Esporte, onde cada família será encaminhada mediante existência de vaga preferencialmente para o CEI mais próximo de sua casa que atenda a solicitação de turno.

12.2 Não havendo vaga a família ficará em uma lista de espera e será contatada tão logo tenha vaga para proceder matrículas na unidade escolar.

12.3 Para solicitar vaga é necessário trazer certidão de nascimento, porém não garante que no período solicitado haverá a vaga, pois optaremos pela ordem de solicitação.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A matrícula e a frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições relativas à material escolar, uniforme, ou equivalentes.

13.2. É responsabilidade do secretário da escola e na inexistência deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, armazenar e manter atualizados os dados no sistema Educacim

13.3. A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância das mesmas serem expedidas o mais breve possível, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

13.4. A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais do aluno ou responsável legal, sob parecer da direção e da coordenação pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.

13.5 Para efetuar o processo de transferência e oferecer o atestado de vaga é indispensável que os pais ou responsáveis apresentem atestado ou declaração de frequência da escola de origem.

13.6 Caso o aluno venha transferido e não tem ou não possa comprovar sua vida escolar anterior, deverá a Unidade Escolar proceder com a matrícula, e cumprir as exigências previstas na alínea "c" do artigo 24 da Lei nº 9.394/96, que possibilita a escola mediante avaliação, definir o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e sua regulamentação no sistema de ensino.

13.7 Os casos omissos que não estão neste Edital, serão resolvidos pelo responsável da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

13.8 Este edital entra em vigor a partir de sua publicação.

Trombudo Central, 30 de outubro de 2018

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

ANEXO I
FICHA DE REMATRÍCULA PARA O ANO DE 2019

Nome: _____

Data de nasc: ____/____/____ Sexo F () M ()

Telefone (contato): _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro: _____ Município: _____ CEP: _____

A casa se localiza no espaço () Urbano () Rural Distância entre a residência e a unidade : _____

Usa transporte escolar? () Sim () Não. Qual? _____

Apresentei atualização vacinal de meu filho _____

Autorizo a saída de meu (minha) filho (a) do CEB para eventuais passeios: a pé, pelo bairro e com transporte escolar pelo município, sempre acompanhado pelos professores e mediante bilhetes de informativo assinados a cada saída.

() Sim () Não

Autorizo o uso de imagem para fins de divulgação pedagógica, voz e produção.

() Sim () Não

Em caso de emergência, não sendo localizados os pais ou responsáveis, quem deverá ser avisado?

Nome: _____ Parentesco: _____ Fone: _____

Trombudo Central, ____ de _____ de _____

ASSINATURA DA MÃE, PAI OU RESPONSÁVEL

ASSINATURA RESPONSÁVEL PELA REMATRÍCULA

PREGÃO PRESENCIAL 56/2018

Publicação Nº 1788685

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 e do decreto regulamentar nº 7.892/2013, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO UNITÁRIO, objeto A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL/SC, NAS MODALIDADES CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 22 de novembro de 2018, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 31 de Outubro de 2018.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 208/2018 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº: 15/2018 CONTRATO Nº 147/2018

Publicação Nº 1787637

Processo de Compra Nº.: 208/2018
Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engenharia nº: 15/2018
CONTRATO nº 147/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.777/0001-24, sito na BR 282, KM608,5 Linha Primavera, no Município de Maravilha/SC, neste ato devidamente representado pelo Procurador o Sr. Renato Adriano Seibt, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo referente de REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE BALDUINO RAMBO, CENTRO DESTE MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 15/2018, e em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

Considerando a necessidade aditamento de prazo ao contrato para que seja possível a finalização dos trâmites relacionados ao definitivo recebimento da obra, sendo que o prazo estipulado no contrato não se revelou suficiente, uma vez que as variações climáticas (muita chuva) atrapalharam da execução da obra.

Considerando que houve solicitação formal da empresa GAIA RODOVIAS LTDA, e o Engenheiro do Município responsável, Sr. Leonardo I. Massing Moreira concorda com o aditivo;

Considerando que o Secretário Municipal Sr. Volmir Pedro Lawisch, Fiscal do Contrato é favorável a adição de prazo por mais (21 vinte e um) dias para conclusão e entrega definitiva da obra;

Resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 208/2018 e Tomada de Preço nº 15/2018, e Contrato nº 147/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I- CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato n.º 147/2018 a prorrogação do prazo contratual por mais 21(vinte e um dias), a contar do dia 06/11/2018 até o dia 26/11/2018, com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 30 de outubro de 2018.
RENATO PAULATA GAIA RODOVIAS LTDA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA
CONTRATANTE

ALCIDES LUIS HOFER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.683

Volmir Pedro Lawisch
Secretário da Indústria e Comércio
Fiscal do Contrato

Leonardo I. Massing Moreira
Eng. Civil do Município de Tunápolis

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 242/2018 TOMADA DE PREÇO COMPRAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 19/2018

Publicação Nº 1788510

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 242/2018
Tomada de Preço Compras Serviços de Engenharia nº 19/2018

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a execução em regime de empreitada global (mão de obra, materiais e equipamentos) para edificações (estrutura pré moldada, tesouras metálicas, telhado de aluzinco) a serem executadas NO CENTRO ESPORTIVO II.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 9h do dia 16/11/2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 30/10/2018
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADM. N. 013/2018 - FMS

Publicação N° 1787771

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N°. 13/2018 – FMS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA EPP, CNPJ N° 02.756.441/0001-43.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Gestor do FMS, Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 02.756.441/0001-43, com sede na Rua Uruguai, n. 1123E, sala 01, Bairro Maria Goretti, Chapecó - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Sócio Administrador, Senhor(a) JANDIR LUIZ TRES, inscrito(a) no CPF sob nº 324.986.400-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 15/2018 e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC. CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N°4218851712210846280, conforme especificações abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------	----------------	-------------

2	<p>ULTRASSOM COM JATO DE BICARBONATO. AMPLA VARIAÇÃO DO FLUXO DE ÁGUA OU DO LÍQUIDO IRRIGANTE PROPORCIONANDO UMA REGULAGEM PRECISA. PERMITE TRABALHOS SEM REFRIGERAÇÃO. ILUMINAÇÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO, TRANSDUTOR DO ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO ATRAVÉS DE PASTILHAS CERÂMICAS COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 32.000HZ ESTABILIZADO ELETRONICAMENTE. CANETA DE ULTRASSOM COM LUZ DE LED. CAPA DA CANETA DE ULTRASSOM EM SILICONE, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL, A CANETA DE ULTRASSOM POSSUI SOMENTE A SUA CAPA REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL. SELETOR AUTOMÁTICO DO MODO DE OPERAÇÃO (ULTRASSOM OU JATO DE BICARBONATO) AO RETIRAR UMA DAS CANETAS DO SUPORTE, FACILITANDO O MANUSEIO OPERACIONAL. EQUIPAMENTO ACOMPANHA DUAS CAPAS DA CANETA. SISTEMA DE AQUECIMENTO DO AMBIENTE INTERNO DO RESERVATÓRIO, EXECUTA PROCEDIMENTOS SEM O USO DE REFRIGERAÇÃO COMO CONDENSAÇÃO DE AMÁLGAMA, CIMENTAÇÃO DE ONLAYS/INLAYS. ALTA FREQUÊNCIA NA PONTA ATIVA, FORMANDO UMA FINA NÉVOA DE ÁGUA, SEM QUE HAJA GOTEJAMENTO. MÍNIMO 5 NÍVEIS DE POTÊNCIA DO ULTRASSOM (BAIXA, BAIXA/MÉDIA, MÉDIA, MÉDIA/ALTA E ALTA). PONTAS COM VÁRIOS MODELOS: PERIODONTIA, ENDODONTIA, DENTISTICA E PRÓTESE, PREPARAÇÃO CAVITÁRIA. ACOMPANHAM O EQUIPAMENTO: PONTAS T1, T2 E T3. PEÇA DE MÃO METÁLICA, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL. CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO ANODIZADO, -FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA. -TAMPA DO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO COM VISUALIZADOR. RESERVATÓRIO DE ÁGUA/LÍQUIDOS IRRIGANTES REMOVÍVEL. ENTRADA DE AR E ÁGUA COM BITOLAS DESIGUAIS, EVITANDO UMA POSSÍVEL LIGAÇÃO INVERTIDA. PEDAL DE ACIONAMENTO ÚNICO. ALTURA COM RESERVATÓRIO DA BOMBA PERISTÁLTICA: 13,5CM. -DIMENSÕES: LARGURA: 21,8CM COMPRIMENTO: 24CM. VOLUME DO RESERVATÓRIO DA BOMBA PERISTÁLTICA MÍNIMO DE: 500ML. -FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM MÍNIMO DE: 32.000 HZ. PRESSÃO DE ENTRADA DE AR MÍNIMO DE: 60 PSI A 80 PSI. BIVOLT. FREQUÊNCIA: 50/60 HZ. POTÊNCIA MÍNIMA: 60 VA</p>	UN	1,00	SCHUSTER	3.300,00	3.300,00
---	---	----	------	----------	----------	----------

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 15/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 Os equipamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Unidade Básica de Saúde do Município no prazo máximo de 15 dias após a emissão da ordem de compra.

2.2 Imediatamente após a entrega do bem, objeto desta licitação, o mesmo será devidamente inspecionado por servidor da Prefeitura Municipal de União do Oeste. No caso de constatar-se qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou dos serviços prestados em relação a proposta da contratada ou em relação às condições do expressas no contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no contrato.

2.3 A entrega será realizada Unidade Básica de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento e prestação dos serviços do objeto do presente contrato correrão por conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUTENÇÃO ATIV. DA SAUDE
Elemento de Despesa: 14 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 57 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato, à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega e apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.

c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993 e na lei 10.520/2002, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos descritos no item 2.1., independentemente de notificação prévia.

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não

cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste – SC.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Vitorio Gubert, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

11.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste 30 de Outubro de 2018.

VITORIO GUBERT
Gestor do FMS

CASA CIIRURGICA CHAPECO LTDA EPP
JANDIR LUIZ TRES
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF 090.534.369-79

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

CONTRATO ADM. N. 014/2018 - FMS

Publicação Nº 1787773

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 14/2018 – FMS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, CNPJ Nº 07.208.730/0001-21.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ -MF sob o nº 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Gestor do FMS, Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.208.730/0001-21, com sede na Rua Achilles Tomazelli, 180E, Centro, Chapecó - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Sócio Administrador, Senhor(a) NELSON JOSE DE LIMA, inscrito(a) no CPF sob nº 612.638.349-49, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 15/2018 e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC. CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº4218851712210846280, conforme especificações abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	AUTOCLAVE 21 LITROS INDICADO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO. COM SISTEMA DE RASTREABILIDADE QUE CUMPRE A NORMA NBR ISO 13485- PROGRAMA ÚNICO DE ESTERILIZAÇÃO. DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA. -TAMPA E CÂMARA EM AÇO INOX. MÍNIMO 03 BANDEJAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO. SECAGEM EFICIENTE COM PORTA ENTREABERTA. COM NO MÍNIMO 21 SISTEMAS DE SEGURANÇA ENTRE OS QUAIS CHAVE E TRAVA DA PORTA, - SISTEMA ELETRÔNICO DE CRUZAMENTO DE DADOS E SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA. CONSUMO DE ENERGIA 485 WATTS/HORA -COR BRANCA. CÂMARA AÇO INOX. -POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.600 WATTS. VOLTAGEM 220VOLTS FREQUÊNCIA 50/60 HZ. -DIMENSÕES MÍNIMAS : 38 X 38 X 55 CM (L X A X P) / CÂMARA: 25 X 43 CM (D X P) - GARANTIA MÍNIMA DE 2 ANOS.	UN	1,00	CRISTOFOLI	4.800,00	4.800,00

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 15/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 Os equipamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Unidade Básica de Saúde do Município no prazo máximo de 15 dias após a emissão da ordem de compra.

2.2 Imediatamente após a entrega do bem, objeto desta licitação, o mesmo será devidamente inspecionado por servidor da Prefeitura Municipal de União do Oeste. No caso de constatar-se qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou dos serviços prestados em relação a proposta da contratada ou em relação às condições do expressas no contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no contrato.

2.3 A entrega será realizada Unidade Básica de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor

total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento e prestação dos serviços do objeto do presente contrato correrão por conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUTENÇÃO ATIV. DA SAUDE
Elemento de Despesa: 14 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 57 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato, à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega e apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.

c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propositos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993 e na lei 10.520/2002, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos descritos no item 2.1., independentemente de notificação prévia.

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste – SC.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Vitorio Gubert, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

11.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste 30 de Outubro de 2018.

VITORIO GUBERT
Gestor do FMS

LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP
NELSON JOSE DE LIMA
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF 090.534.369-79

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

CONTRATO ADM. N. 015/2018 - FMS

Publicação Nº 1787774

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 15/2018 – FMS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME, CNPJ Nº 21.536.580/0001-06.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ -MF sob o nº 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Gestor do FMS, Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº 21.536.580/0001-06, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 814, Bairro Jardim Itália, Chapecó – SC. representada neste ato, pelo seu(ua) Sócio Administrador, Senhor(a) GABRIELI MOHR DUTRA, inscrito(a) no CPF sob nº 098.292.329-56, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 15/2018 e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC. CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº4218851712210846280, conforme especificações abaixo:

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. COM PINTURA ELETROSTÁTICA ANTIOXIDANTE INTERNO E EXTERNO. POSSUI ABERTURAS LATERAIS. COM MÍNIMO DE 2,0 HP E DOIS CABEÇOTES. POSSUI COMPONENTES INTERNOS CONFECCIONADOS EM CERÂMICA. PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA. VÁLVULA DE SEGURANÇA. DISPOSITIVO DE ALÍVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO. RELE TÉRMICO (PROTETOR DE SOBRECARGA DE TENSÃO). PROTEGE O MOTOR CONTRA QUEDAS OU PICOS DE TENSÃO DESLIGANDO-O AUTOMATICAMENTE EM CASOS DE TEMPERATURA EXCESSIVA. DOIS MANÔMETROS: UM PARA VERIFICAR A PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO PARA A PRESSÃO DE SAÍDA DE AR. FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA (RETÉM A UMIDADE DO AR NO INTERIOR DO RESERVATÓRIO) E REGULADOR DE PRESSÃO DE SAÍDA DO AR. REGISTRO PARA DRENAGEM DA UMIDADE CONDENSADA NO RESERVATÓRIO DE FÁCIL ACESSO. VENTONHA DE REFRIGERAÇÃO NO MOTOR. FILTRO DE ASPIRAÇÃO (ENTRADA DE AR NO RESERVATÓRIO). MANGUEIRA DO MOTOR METÁLICA E FLEXÍVEL. DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA: 36CM ALTURA: 68,5CM COMPRIMENTO: 57CM ALIMENTAÇÃO: 220V CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO MÍNIMO: 50 LITROS PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 120 PSI (0,83 MPA) POTÊNCIA DO MOTOR MÍNIMO DE: 2,0 CV. FREQUÊNCIA DO MOTOR MÍNIMO: 60 HZ.	UN	1,00	SCHUSTER S50II	3.341,00	3.341,00

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 15/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 Os equipamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues na Unidade Básica de Saúde do Município no prazo máximo de 15 dias após a emissão da ordem de compra.

2.2 Imediatamente após a entrega do bem, objeto desta licitação, o mesmo será devidamente inspecionado por servidor da Prefeitura Municipal de União do Oeste. No caso de constatar-se qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou dos serviços prestados em relação a proposta da contratada ou em relação às condições do expressas no contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no contrato.

2.3 A entrega será realizada Unidade Básica de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31/12/2018, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor total de R\$ 3.341,00 (três mil, trezentos e quarenta e um reais).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento e prestação dos serviços do objeto do presente contrato correrão por conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUTENÇÃO ATIV. DA SAUDE
Elemento de Despesa: 14 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 57 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato, à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega e apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.

c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993 e na lei 10.520/2002, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos descritos no item 2.1., independentemente de notificação prévia.

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste – SC.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Vitorio Gubert, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

11.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste 30 de Outubro de 2018.

VITORIO GUBERT
Gestor do FMS

SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME
GABRIELLI MOHR DUTRA
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF 090.534.369-79

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

EDITAL 050/2018

Publicação Nº 1788207

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal Antônio Zilli, torna público o Edital de Pregão Presencial, destinado à aquisição de 01 (um) Veículo Utilitário equipado com cesto aéreo, para atender as demandas de manutenção da iluminação pública municipal de acordo com termo de referencia, conforme anexo 01 que fica fazendo parte integrante deste Edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 14/11/2018 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 14/11/2018 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA 033-034-035/2018

Publicação Nº 1788394

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

Objeto: Aquisição de materiais para construção, elétricos, hidráulico e ferramentas para manutenção das escolas, creches e ginásio de esporte municipal, conforme anexo 01 que fica fazendo parte integrante deste Edital, para Ata de Registro de Preço. Extrato da Ata 033/2018. Fornecedor: Center Luz Comércio de Materiais Elétricos ME. CNPJ: 10.844.977/0001-49. Valor estimado: R\$ 31.682,75 (trinta e um mil seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Extrato da Ata 034/2018. Fornecedor: Elton Luiz Madeira ME. CNPJ: 27.666.061/0001-49. Valor estimado: R\$ 8.170,00 (oito mil cento e setenta reais). Extrato da Ata 035/2018. Fornecedor: Soma Comércio de Tintas Ltda ME. CNPJ: 26.044.069/0001-00. Valor estimado: R\$ 23.515,87 (vinte e três mil quinhentos e quinze reais e oitenta e sete centavos). Validade: 12 (doze) meses. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EXTRATO RESULTADO DO PP 028/2018

Publicação Nº 1788387

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, conforme anexo I do edital. DECLARADO FRACASSADO. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli - Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 01/166/2018

Publicação N° 1787886

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO: 01/166/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 34/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 30/2018

DATA DE ASSINATURA: 30/10/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: HIDRAMIX COMÉRCIO E RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 09.594.382/0001-01

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS

VALOR GLOBAL ADITIVO: R\$ 41.860,34

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2018

Publicação Nº 1788540

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2018 - FMS

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES PARA PROCEDIMENTOS E A MANUTENÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 08/2018, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 11h30min horas do dia 14/11/2018.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 9:00 horas do dia 19/11/2018 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 30 de outubro de 2018.

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 15.770/18

Publicação Nº 1788378

DECRETO Nº 15.770/18, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.518/17 de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 405.000,00 (Quatrocentos e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Sec Desenv Econômico, Habitação e Projetos		
01 – Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos		
2.024 – Manutenção da Sec Desenv Econ, Hab. e Projetos		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	405.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	405.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos próprios do exercício de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.771/18

Publicação Nº 1788377

DECRETO Nº 15.771/18, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 14.684/17,

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas áreas administrativas e operacionais das Repartições Públicas Municipais, no dia 16 de novembro de 2018, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais nos seguintes locais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – Serviço de Urgência e Emergência: Plantão e SAMU;

II – Secretaria Municipal de Educação – Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.776/18

Publicação Nº 1788376

DECRETO Nº 15.776/18, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Membros para a Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 2.879/13 e a vista do que constam no Processo Administrativo nº e 24052/18,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes da Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudos, os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: TANIA REGINA CESCO

Suplente: CAMILA REGINA ROSTIROLLA

II - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Videira:

Titular: IVONETE PAGLIARINI ZANI

Suplente: LARISSA SEEMANN PERONDI

III - Representantes do da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira:

Titular: CRISTIANE CORSO

Suplente: ANA PAULA BORTOLOSO

IV - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira:

Titular: CELSO FRANCISCO TESTOLIN

Suplente: EDILEUZA FELCHILCHER DUTRA

V – Assistente Social representante da Secretaria de Saúde e Ação Social:

Titular: FRANCIELE VIZOLI DE SOUZA

Suplente: ADRIANA APARECIDA FELICETTI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.781/18

Publicação Nº 1788373

DECRETO Nº 15.781/18, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 14.684/17,

Considerando as tradicionais festividades de final de ano em comemoração ao Natal e o Ano Novo;

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas áreas administrativas e operacionais das repartições públicas Municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional, no período de 26 de dezembro (período vespertino) até 28 de dezembro de 2018, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais nos seguintes locais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – Serviço de Urgência e Emergência: Plantão e SAMU;

II – Secretaria Municipal de Educação – Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Nas datas previstas no art. 1º deste Decreto, deverão funcionar em regime de plantão o Departamento de Serviços Urbanos e a Defesa Civil do Município, em escalas a serem definidas pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2018

Publicação Nº 1788649

ATA Nº.: ATA 180/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Valor : 15.495,60
Vigência : Início: 16/10/2018 Término: 29/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2018-PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO DE SOJA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2018

Publicação Nº 1788651

ATA Nº.: ATA 181/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: RODINEI JOSE PANDOLFO - ME
Valor : 84.480,00
Vigência : Início: 16/10/2018 Término: 29/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2018 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MAMÃO FORMOSA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2018

Publicação Nº 1788652

ATA Nº.: ATA 182/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
Contratada.: IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.
Valor : 13.984,00 (treze mil novecentos e oitenta e quatro reais)
Vigência : Início: 19/10/2018 Término: 19/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018 - FMS
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2018

Publicação Nº 1788654

ATA Nº.: ATA 183/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA
Valor : 215.340,00
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2018 -PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NAS AMBULÂNCIAS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO, AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2018

Publicação Nº 1788655

ATA Nº.: ATA 184/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: MECANICA ZAGO SB LTDA.
Valor : 263.450,00
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2018-PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO, AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS E FMS).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2018

Publicação Nº 1788657

ATA Nº.: ATA 185/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
Valor : 122.450,00
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2018 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS VEÍCULOS LEVES (PASSEIO/UTILITÁRIO) DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO, AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS E FMS).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2018

Publicação Nº 1788659

ATA Nº.: ATA 186/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: MECÂNICA RUBINI LTDA-ME
Valor : 115.482,00
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2018-PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS VEÍCULOS LEVES (PASSEIO/UTILITÁRIO) DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO, AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS E FMS).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2018

Publicação Nº 1788660

ATA Nº.: ATA 187/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: XTREME MECANICA AUTOMOTIVA EIRELI
Valor : 123.852,00
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2018 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS VEÍCULOS LEVES (PASSEIO/UTILITÁRIO) E MOTOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO, AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS E FMS).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2018

Publicação Nº 1788661

ATA Nº.: ATA 188/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada.: TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA.
Valor : 152.353,00
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2018-PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS VEÍCULOS LEVES (PASSEIO/UTILITÁRIO), MOTOS, AMBULÂNCIAS E VANS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO,

AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS E FMS).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2018

Publicação Nº 1788663

ATA Nº.: ATA 189/2018

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Contratada.: AVESSO LAVANDERIA E TRANSPORTE LTDA - ME

Valor : 17.908,80 (dezesete mil novecentos e oito reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 25/10/2018 Término: 25/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - FME

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2018

Publicação Nº 1788664

ATA Nº.: ATA 190/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada.: OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E PROD. P/ SAÚDE.

Valor : 15.207,00 (quinze mil duzentos e sete reais)

Vigência : Início: 25/10/2018 Término: 25/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA (CARGAS DE GASES) DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DEPARTAMENTO DE OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2018

Publicação Nº 1788665

ATA Nº.: ATA 191/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA

Contratada.: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

Valor : 1.399,20 (um mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2018

Publicação Nº 1788666

ATA Nº.: ATA 192/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA

Contratada.: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA.

Valor : 87.900,00 (oitenta e sete mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2018

Publicação Nº 1788667

ATA Nº.: ATA 193/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA

Contratada.: J R EHLKE E CIA LTDA

Valor : 73.304,50 (setenta e três mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2018

Publicação Nº 1788669

ATA Nº.: ATA 194/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: LABORSYS PRODUTOS DIAGNOSTICOS E HOSPITALARES LTDA.

Valor : 80.000,00 (oitenta mil reais)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2018

Publicação Nº 1788670

ATA Nº.: ATA 195/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO

Valor : 49.116,64 (quarenta e nove mil cento e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2018

Publicação Nº 1788672

ATA Nº.: ATA 196/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA.

Valor : 20.918,90 (vinte mil novecentos e dezoito reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 30/10/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

EXTRATO CONTRATO Nº 166/2018

Publicação Nº 1788641

Contrato Nº.: CT 166/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI

Valor : 26.850,24 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos)

Vigência : Início: 18/10/2018 Término: 18/10/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 16/2018 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA RUA JOÃO NELSON ANTUNES LOCALIZADA NO BAIRRO RIO DAS PEDRAS - ETAPA PONTE - , COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 330,06M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 167/2018

Publicação Nº 1788642

Contrato Nº.: CT 167/2018

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

Contratada...: GABRIEL FARY

Valor : 14.940,00 (quatorze mil novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 19/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 07/2018 - FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR OFICINAS DE CULINÁRIA PARA OS GRUPOS REFERENCIADOS NO CRAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 168/2018

Publicação Nº 1788643

Contrato Nº.: CT 168/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: RETIFICA E AUTO PECAS DOCA EIRELI

Valor : 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2018 - PMV
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA CONserto e RETÍFICA DO MOTOR DA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, ANO 2013 (LOTE 01), DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO CONTRATO Nº 169/2018

Publicação Nº 1788645

Contrato Nº.: CT 169/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: SOMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA
Valor : 8.421,57 (oito mil quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos)
Vigência : Início: 22/10/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2018 - PMV
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, ANO 2013 (LOTE 02) DA FROTA Nº 240 DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO CONTRATO Nº 170/2018

Publicação Nº 1788646

Contrato Nº.: CT 170/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI
Valor : 693.432,89 (seiscentos e noventa e três mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos)
Vigência : Início: 23/10/2018 Término: 23/10/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 31/2018 - PMV
Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI PARA EXECUÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q DO PÁTIO DE MANOBRAS E ESTACIONAMENTO DA NOVA RODOVIÁRIA E DO ACESSO SO C.E.M.E.I WELLESLEY ANTÔNIO GAIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 171/2018

Publicação Nº 1788647

Contrato Nº.: CT 171/2018
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Contratada...: METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIALEINDUSTRIAL LTDA.
Valor : 8.000,00 (oito mil reais)
Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 24/10/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 08/2018 - FMAS
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO PARA OS ABRIGOS INSTITUCIONAIS LAR MENINO JESUS I E II E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA NO BAIRRO VILA VERDE DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 172/2018

Publicação Nº 1788648

Contrato Nº.: CT 172/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: AGN FRIOS LTDA.
Valor : 108.000,00 (cento e oito mil reais)
Vigência : Início: 26/10/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2018 - PMV
Objeto : AQUISIÇÃO DE KITS NATALINOS, CONTENDO UMA AVE E UM CORTE SUINO ACONDICIONADOS EM BOLSA TÉRMICA PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VIDEIRA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3.507/17.

HOMOLOGAÇÕES FMAS MES 10/2018

Publicação Nº 1788693

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 10/2018, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018 - FMAS
PROCESSO Nº 18/2018 HOMOLOGAÇÃO: 19/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR OFICINAS DE CULINÁRIA PARA OS GRUPOS REFERENCIADOS NO CRAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: GABRIEL FARY
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.940,00 (quatorze mil novecentos e quarenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018 - FMAS
PROCESSO Nº 19/2018 HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO PARA OS ABRIGOS INSTITUCIONAIS LAR MENINO JESUS I E II E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA NO BAIRRO VILA VERDE DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.
CONTRATADO: METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIALEINDUSTRIAL LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Videira, 30/10/2018
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES FMEV MES 10/2018

Publicação Nº 1788691

O Município de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, no mês 10/2018, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018 - FME
PROCESSO Nº 14/2018 HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA USO DOS ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, EM COMPETIÇÕES A NÍVEL REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.
CONTRATADO: F. S INDUSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 34.980,00 (trinta e quatro mil novecentos e oitenta reais)
CONTRATADO: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 - FME
PROCESSO Nº 15/2018 HOMOLOGAÇÃO: 25/10/2018
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA.
CONTRATADO: AVESSO LAVANDERIA E TRANSPORTE LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.908,80 (dezessete mil novecentos e oito reais e oitenta centavos)

Videira, 30/10/2018
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES FMS MES 10/2018

Publicação Nº 1788694

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 10/2018, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2018 - FMS
PROCESSO Nº 26/2018 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: COMPRA DO MEDICAMENTO DIACOMIT (STIRIPETOL) 500 MG COM 60 COMPRIMIDOS, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PROCESSO Nº 0300997-28.2017.8.24.0079, QUE SERÁ ENTREGUA AO PACIENTE K.C.
CONTRATADO: RAJA FARMA ASSESSORIA EM SAUDE LTDA. - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.634,59 (cinco mil seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2018- FMS
PROCESSO Nº 29/2018 HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MAJ LAB - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA - EPP, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO EQUIPAMENTO BS 300 E NO EQUIPAMENTO BC5300, AMBOS DA MARCA MIN-DRAY, INSTALADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONTRATADO: MAJ LAB - COM. E MANUT. DE EQUIPAMENTOS P/ LABORATORIO
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.750,45 (oito mil setecentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2018 - FMS
PROCESSO Nº 30/2018 HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA THYSSENKRUPP ELEVADORES SA, PARA TROCA DE PEÇAS DO ELEVADOR DO PAME 24 HORAS, CONFORME JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONTRATADO: THYSSENKRUPP ELEVADORES SA
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.107,56 (seis mil cento e sete reais e cinquenta e seis centavos)
FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018- FMS
PROCESSO Nº 32/2018 HOMOLOGAÇÃO: 19/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CARBONI VEÍCULOS LTDA, PARA REALIZAR A REVISÃO DOS 50.000 KM DO VEÍCULO FIAT PALIO ESSENCE 1.6, PLACA QIR 1648 DA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONTRATADO: CARBONI VEICULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 459,22 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018- FMS
PROCESSO Nº 25/2018 HOMOLOGAÇÃO: 19/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONTRATADO: IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.984,00 (treze mil novecentos e oitenta e quatro reais)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2018- FMS
PROCESSO Nº 34/2018 HOMOLOGAÇÃO: 26/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA M.G. REFRIGERAÇÃO PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA NAS CÂMARAS DE ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS, VACINAS E TESTES RÁPIDOS, INSTALADAS NO PMA, FARMÁCIA BÁSICA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.
CONTRATADO: M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.664,00 (cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018- FMS
PROCESSO Nº 27/2018 HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2018
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.
CONTRATADO: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.399,20 (um mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos)
CONTRATADO: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 87.900,00 (oitenta e sete mil e novecentos reais)
CONTRATADO: J R EHLKE E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 73.304,50 (setenta e três mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos)
CONTRATADO: LABORSYS PRODUTOS DIAGNOSTICOS E HOSPITALARES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
CONTRATADO: A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABO
VALOR DA DESPESA: R\$ 49.116,64 (quarenta e nove mil cento e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)
CONTRATADO: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.918,90 (vinte mil novecentos e dezoito reais e noventa centavos)

Videira, 30/10/2018
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PMV - MÊS 10/2018

Publicação Nº 1788698

O Município de Videira no mês 10/2018, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/18
HOMOLOGAÇÃO: 01/10/18

CONTRATADO: MARCOS ANDRE REICHERT & CIA LTDA - EPP

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA

ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

VALOR DA DESPESA: R\$ 56.200,00 (cinquenta e seis mil e duzentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2018

PROCESSO Nº 160/2018

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA DE VAGAS TEMPORÁRIAS DO QUADRO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA E DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: LEGALLE CONCURSOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2018

PROCESSO Nº 175/2018

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PALANQUES DE CONCRETO ARMADO, TELAS DE ARAME GALVANIZADO E CATRACA DE FERRO E ZINCO PARA MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: DELCIR BOESING

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.836,15 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e seis reais e quinze centavos)

CONTRATADO: MACO INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.144,00 (quarenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais)

CONTRATADO: TELAS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.620,00 (trinta e sete mil seiscentos e vinte reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2018

PROCESSO Nº 177/2018

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CABO ALMA DE AÇO E CERDAS (AÇO E NYLON) PARA AS VARREDEIRAS BOBCAT DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.729,60 (vinte e quatro mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: CAPINADEIRA GAUCHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.208,00 (dezenove mil duzentos e oito reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2018

PROCESSO Nº 178/2018

HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSFORMAÇÃO DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1933, ANO 2018, EM CAMINHÃO DE COMBATE A INCÊNDIO, TIPO AUTO BOMBA TANQUE - ABT, PARA USO EM OCORRÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VIDEIRA.

CONTRATADO: MITREN - SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2018

PROCESSO Nº 180/2018

HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ADO AUTO PEÇAS LTDA.

PERCENTUAL DE DESCONTO ITEM 03: 38,50%

CONTRATADO: TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA

PERCENTUAL DE DESCONTO: ITEM 01: 36,82% ITEM 02: 35,80% ITEM 04: 31%

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNO, PARA VEÍCULOS LEVES PASSEIO/UTILITÁRIO, MOTOS, AMBULÂNCIA, VAN, MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS E CAMINHÕES DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GABINETE, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).,

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018

PROCESSO Nº 181/2018

HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS VEÍCULOS LEVES (PASSEIO/UTILITÁRIO), MOTOS, AMBULÂNCIAS, VANS, MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS, E CAMINHÕES DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CULTURA, EDUCAÇÃO, DES. URBANO, AGRI. MEIO AMBIENTE, DES. ECON. HAB. PROJETOS, GABINETE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS E FMS).

CONTRATADO: MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 215.340,00 (duzentos e quinze mil trezentos e quarenta reais)

CONTRATADO: MECANICA ZAGO SB LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 263.450,00 (duzentos e sessenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 122.450,00 (cento e vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: MECÂNICA RUBINI LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 115.482,00 (cento e quinze mil quatrocentos e oitenta e dois reais)

CONTRATADO: XTREME MECANICA AUTOMOTIVA EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 123.852,00 (cento e vinte e três mil oitocentos e cinquenta e dois reais)

CONTRATADO: TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 152.353,00 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e três reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2018

PROCESSO Nº 186/2018

HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO DE SOJA E MAMÃO FORMOSA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.495,60 (quinze mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: RODINEI JOSE PANDOLFO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 84.480,00 (oitenta e quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2018

PROCESSO Nº 192/2018

HOMOLOGAÇÃO: 22/10/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA CONserto e RETÍFICA DO MOTOR DA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, ANO 2013 (LOTE 01), E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, ANO 2013 (LOTE 02) DA FROTA Nº 240 DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: RETIFICA E AUTO PECAS DOCA EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: SOMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.421,57 (oito mil quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018

PROCESSO Nº 196/2018

HOMOLOGAÇÃO: 26/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS NATALINOS, CONTENDO UMA AVE E UM CORTE SUINO ACONDICIONADOS EM BOLSA TÉRMICA PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VIDEIRA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3.507/17.

CONTRATADO: AGN FRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2018

PROCESSO Nº 202/2018

HOMOLOGAÇÃO: 25/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA (CARGAS DE GASES) DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DEPARTAMENTO DE OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.207,00 (quinze mil duzentos e sete reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2018

PROCESSO Nº 168/2018

HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DOS PASSEIOS E IMPLANTAÇÃO DE BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO EM PARTE DA RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO E PARTE DA RUA RICARDO BRANDALISE, LOCALIZADAS NO BAIRRO CIBRAZEM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: CONSTRUTORA E ENGENHARIA JR EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 199.999,99 (cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

TOMADA DE PREÇO Nº 16/2018

PROCESSO Nº 185/2018

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA RUA JOÃO NELSON ANTUNES LOCALIZADA NO BAIRRO RIO DAS PEDRAS - ETAPA PONTE - , COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 330,06M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.850,24 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos)

Videira, 30/10/2018

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.615/18

Publicação Nº 1788224

LEI Nº 3.615/18, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	
01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira	
2.070 Gestão da FMEV	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0378.0 Aplicações Diretas	9.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	9.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	
--	--

01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira	
1.042 Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros - FMEV	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0378.0 Aplicações Diretas	9.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	9.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1343/18

Publicação Nº 1788247

PORTARIA nº 1343/18

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 20022080.1.00034/13-6 e de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Município de Chapecó, nos assentos funcionais da servidora MIRIAN ESTER WUNSCH ROSTIROLLA, detentora da matrícula funcional nº 10809, e do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6517/2014,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MIRIAN ESTER WUNSCH ROSTIROLLA, Enfermeira, detentora da matrícula funcional nº 10809, do período de 14 (quatorze) anos, 2 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 20022080.1.00034/13-6 e do período de 5 (cinco) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias, constante da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Município de Chapecó, totalizando 19 (dezenove) anos, 10 (dez) meses e 11 (onze) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 0725/14.

Videira, 26 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1344/18

Publicação Nº 1788371

PORTARIA nº 1344/18

Nomeia Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo referente aos Editais nº 003/2018 e 004/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Comissão de Fiscalização dos Processos Seletivos nº 003/2018 e 004/2018, ficando assim constituída:

I – MARIA GÔNGORA – servidora indicada pelo SISMUVI;

II – GISELI MEZAROBIA ASCARI – servidora indicada pelo Presidente do INPREVID;

III – AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI – servidora indicada pelo Chefe do Poder Executivo;
IV – MARIA ALICE VANZ – servidora indicada pelo Chefe do Poder Executivo;
V – EDVANS PASQUAL – servidor indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 1345/18

Publicação N° 1788370

PORTARIA nº 1345/18

Nomeia Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo referente ao Edital nº 002/2018 - FME

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo nº 002/2018 - FME, ficando assim constituída:

I – MARIA GÔNGORA – servidora indicada pelo SISMUVI;

II – GISELI MEZARROBA ASCARI – servidora indicada pelo Presidente do INPREVID;

III – SUSANA DANIELEWIZ ZARDO – servidora indicada pelo Chefe do Poder Executivo;

IV – LEONARDO ELOI ALTENHOFEN – servidor indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

V – CARLA SANTIN MANENTI – servidora indicada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PREGÃO PRESENCIAL N° 116/2018 - PMV

Publicação N° 1788679

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 116/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 116/2018 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 2018TR000409 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, E AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS NOVOS (TIPO PASSEIO E TIPO FURGÃO) POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia

14/11/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 30 de Outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 110/2018 - PMV

Publicação Nº 1787797

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2018 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam ALTERADAS as especificações técnicas dos equipamentos, constantes no termo de referencia em anexo ao edital referente ao Pregão Presencial nº 110/2018 - PMV, o qual tem como objeto LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA UTILIZAÇÃO, EXCETO PAPEL, E TREINAMENTO DOS OPERADORES DO EQUIPAMENTO, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENV. ECON. HABITAÇÃO E PROJETOS, DESENV. URB. AGRI. MEIO AMBIENTE, GABINETE E JURÍDICO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS, FMS E FME). Além disso, tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 31 de outubro do corrente ano às 14:15:00h, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 21 de novembro de 2018 às 14:15:00h, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. A entrega/protocolo dos envelopes deverá ser até as 14:00:00h do dia 21 de novembro de 2018. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Compras/Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações por meio do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 124/2018 - PMV

Publicação Nº 1788598

Termo Aditivo nº 124/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 119/2018

Processo: CC nº 02/2018 - PMV

Contratado: TALASKA ENERGIA EIRELI – ME

Objeto: Prorrogação do prazo de execução do contrato de prestação de serviço nº 119/2018 – PMV, com efeitos a partir de 27/10/2018 até 26/11/2018.

Data: 30/10/2018.

PUBLICAÇÕES AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO 10/2018 FMAS

Publicação Nº 1788562

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
34/2018	05/10/2018		6/2018	12/2018					46/2018	1.200,00	GAZZI PAPELARIA E AVIAMENTOS LTDA		795 - 05/10/2018	
35/2018	10/10/2018	9/2017			10		1897		33/2018	9.054,01	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD		799 - 10/10/2018	
36/2018	19/10/2018	18/2018		10/2018	1		1995		40/2018	13.944,21	GABRIEL FARY		827 - 19/10/2018	
37/2018	19/10/2018	18/2018		10/2018	1		1995		46/2018	995,79	GABRIEL FARY		828 - 19/10/2018	
38/2018	24/10/2018	19/2018			1		1999		33/2018	888,88	METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIAL E INDUSTRIAL LT		830 - 24/10/2018	
39/2018	24/10/2018	19/2018			1		1999		46/2018	444,44	METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIAL E INDUSTRIAL LT		831 - 24/10/2018	

PUBLICAÇÕES AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO 10/2018 FMEV

Publicação Nº 1788566

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 1/1

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
46/2018	05/10/2018		19/2018	1/2018					5/2018	5.220,00	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE KARATÊ		215 - 05/10/2018	

PUBLICAÇÕES AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO 10/2018 FMS

Publicação Nº 1788560

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 1/1

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
77/2018	01/10/2018		13/2018						106/2018	568,00	MECANICA ZAGO SB LTDA	17/10/2018	1825 - 01/10/2018	
78/2018	01/10/2018		13/2018						106/2018	570,00	MECANICA ZAGO SB LTDA	17/10/2018	1826 - 01/10/2018	
79/2018	02/10/2018	26/2018			1				45/2018	5.634,59	RAJA FARMA ASSESSORIA EM SAUDE LTDA. - EPP		1853 - 02/10/2018	
80/2018	03/10/2018		14/2018	9/2018					102/2018	1.300,00	TAPECHAMA LTDA		1857 - 03/10/2018	
81/2018	03/10/2018	28/2018		9/2018	1				106/2018	368,12	CARBONI VEICULOS LTDA	17/10/2018	1855 - 03/10/2018	
82/2018	03/10/2018	28/2018		9/2018	2				106/2018	244,00	CARBONI VEICULOS LTDA	18/10/2018	1856 - 03/10/2018	
83/2018	08/10/2018	29/2018		9/2018	1				106/2018	3.922,79	MAJ LAB - COM. E MANUT. DE EQUIPAMENTOS P/ LABORAT		1948 - 08/10/2018	
84/2018	08/10/2018	29/2018		9/2018	2				106/2018	4.827,66	MAJ LAB - COM. E MANUT. DE EQUIPAMENTOS P/ LABORAT		1949 - 08/10/2018	
85/2018	15/10/2018	30/2018			1				106/2018	6.107,56	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA		1977 - 18/10/2018	
86/2018	19/10/2018	32/2018		9/2018	1				106/2018	288,42	CARBONI VEICULOS LTDA		2004 - 22/10/2018	
87/2018	19/10/2018	32/2018		9/2018	2				106/2018	170,80	CARBONI VEICULOS LTDA		2005 - 22/10/2018	
88/2018	22/10/2018		15/2018	9/2018					106/2018	585,00	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTD		1992 - 22/10/2018	
89/2018	22/10/2018		16/2018	9/2018					106/2018	980,00	HORA H HOSPITALAR LTDA - EPP		1993 - 22/10/2018	
90/2018	23/10/2018		17/2018	9/2018					106/2018	2.950,00	CIRURGICA SAO BENTO LTDA		2006 - 23/10/2018	
91/2018	23/10/2018	50/2017			17				3536	1.302,09	A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABO		2007 - 23/10/2018	
92/2018	26/10/2018	34/2018		9/2018	1				55/2018	1.434,00	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		2012 - 26/10/2018	
93/2018	26/10/2018	34/2018		9/2018	2				55/2018	2.230,00	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		2013 - 26/10/2018	
94/2018	26/10/2018	34/2018		9/2018	3				90/2018	1.000,00	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		2014 - 26/10/2018	
95/2018	26/10/2018	34/2018		9/2018	4				102/2018	1.000,00	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		2015 - 26/10/2018	

PUBLICAÇÕES AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO 10/2018 PMV

Publicação Nº 1788551

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
3362/2018	04/10/2018	50/2018			16		8363	245/2018	7.612,50	MARCO ESCAVACOES LTDA		
3363/2018	04/10/2018	50/2018			17		8361	245/2018	4.998,00	DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUCOES EIRELI		
3365/2018	04/10/2018	235/2017			25		8234	245/2018	3.135,33	BRITAGEM GASPAR LTDA		
3367/2018	04/10/2018	235/2017			27		8236	245/2018	7.183,98	BRITAGEM VANZ LTDA		
3378/2018	04/10/2018	203/2018			22/2018	1		89/2018	17.553,45	COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERE		
3415/2018	10/10/2018	140/2018			58/2018	124	8527	230/2018	429,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		
3424/2018	10/10/2018	178/2018			74/2018	1	8612	200/2018	155.100,00	MITREN - SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA.		
3508/2018	01/10/2018	175/2018				1	8601		22.836,15	DELICIR BOESING		
3509/2018	01/10/2018	175/2018				1	8602		48.144,00	MACO INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA		
3510/2018	01/10/2018	175/2018				1	8603		37.620,00	TELAS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA		
3544/2018	30/10/2018		73/2018	22/2018				126/2018	4.890,00	JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
3274/2018	01/10/2018	140/2018		8/2018	97		8527	28/2018	1.716,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7035 - 01/10/2018	
3275/2018	02/10/2018	42/2018			10		8344	28/2018	22.772,27	SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP	26/10/2018	7040 - 02/10/2018	
3276/2018	02/10/2018	155/2018		1/2018	8		8564	211/2018	340,00	EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME	05/10/2018	7036 - 02/10/2018	
3277/2018	02/10/2018	155/2018		1/2018	8		8565	211/2018	390,00	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD		7037 - 02/10/2018	
3278/2018	02/10/2018	87/2018		42/2018	143		8417	222/2018	356,65	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME	15/10/2018	7038 - 02/10/2018	
3279/2018	02/10/2018	140/2018		42/2018	98		8527	148/2018	1.287,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7039 - 02/10/2018	
3280/2018	02/10/2018	140/2018		12/2018	99		1960	48/2018	858,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		778 - 02/10/2018	
3281/2018	02/10/2018	140/2018		12/2018	100		1960	33/2018	858,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		779 - 02/10/2018	
3282/2018	02/10/2018	140/2018		12/2018	101		1960	33/2018	1.287,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		780 - 02/10/2018	
3283/2018	02/10/2018	140/2018		12/2018	102		1960	33/2018	1.287,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		781 - 02/10/2018	
3284/2018	02/10/2018	115/2018		12/2018	16		1941	11/2018	594,00	RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME	10/10/2018	786 - 02/10/2018	
3285/2018	02/10/2018	115/2018		12/2018	17		1941	11/2018	297,00	RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME		787 - 02/10/2018	
3286/2018	02/10/2018	159/2018		12/2018	5		1983	46/2018	2.094,00	FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP		784 - 02/10/2018	
3287/2018	02/10/2018	159/2018		12/2018	5		1984	46/2018	1.423,50	FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT		785 - 02/10/2018	
3288/2018	02/10/2018	140/2018		17/2018	103		8527	236/2018	2.145,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7041 - 02/10/2018	
3289/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	104		3637	79/2018	1.287,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1827 - 02/10/2018	
3290/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	105		3637	79/2018	1.287,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1828 - 02/10/2018	
3291/2018	02/10/2018	87/2018		9/2018	144		3588	87/2018	468,00	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	30/10/2018	1837 - 02/10/2018	
3292/2018	02/10/2018	87/2018		9/2018	144		3593	102/2018	612,50	VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI	23/10/2018	1838 - 02/10/2018	
3293/2018	02/10/2018	87/2018		9/2018	144		3587	106/2018	2.785,39	AGN FRIOS LTDA	23/10/2018	1839 - 02/10/2018	
3294/2018	02/10/2018	87/2018		9/2018	144		3592	106/2018	322,90	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	23/10/2018	1840 - 02/10/2018	
3295/2018	02/10/2018	87/2018		9/2018	144		3595	106/2018	326,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	30/10/2018	1841 - 02/10/2018	
3296/2018	02/10/2018	87/2018		9/2018	144		3597	106/2018	193,50	MARCIO JOSE DECKER - ME		1842 - 02/10/2018	
3297/2018	02/10/2018	189/2017		9/2017	36		3516	106/2018	378,00	COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME	22/10/2018	1843 - 02/10/2018	
3298/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3640	102/2018	1.959,70	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	30/10/2018	1844 - 02/10/2018	
3299/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3641	102/2018	1.263,00	COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME		1845 - 02/10/2018	
3300/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3642	102/2018	551,25	SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	23/10/2018	1846 - 02/10/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
3301/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3644	102/2018	1.832,00	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	23/10/2018	1847 - 02/10/2018	
3302/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3645	102/2018	629,60	VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI		1848 - 02/10/2018	
3303/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3647	102/2018	1.456,90	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	30/10/2018	1849 - 02/10/2018	
3304/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3648	102/2018	2.257,50	GUAPEL INDUSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA - EPP	30/10/2018	1850 - 02/10/2018	
3305/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3649	102/2018	2.265,00	BOM SUCESSO INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PLAS	23/10/2018	1851 - 02/10/2018	
3306/2018	02/10/2018	97/2018		9/2018	57		3650	102/2018	268,90	LENOIR POMPEO 02840845903	17/10/2018	1852 - 02/10/2018	
3307/2018	02/10/2018	140/2018		58/2018	106		8527	230/2018	429,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7042 - 02/10/2018	
3308/2018	02/10/2018	97/2018		58/2018	58		8531	230/2018	114,50	COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME		7043 - 02/10/2018	
3309/2018	02/10/2018	97/2018		58/2018	58		8541	230/2018	107,50	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	17/10/2018	7044 - 02/10/2018	
3310/2018	02/10/2018	95/2018		58/2018	22		8443	210/2018	795,00	MARCELO ZANON ME		7045 - 02/10/2018	
3311/2018	02/10/2018	95/2018		58/2018	23		8443	210/2018	615,00	MARCELO ZANON ME	29/10/2018	7046 - 02/10/2018	
3312/2018	02/10/2018	140/2018		73/2018	107		8526	245/2018	33.600,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA	23/10/2018	7047 - 02/10/2018	
3313/2018	02/10/2018	140/2018		73/2018	107		8527	245/2018	28.080,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7048 - 02/10/2018	
3314/2018	02/10/2018	140/2018		73/2018	108		8527	245/2018	5.148,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME	29/10/2018	7049 - 02/10/2018	
3315/2018	02/10/2018	246/2017			2		8306	261/2018	15.932,06	STRONGFER INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI		7050 - 02/10/2018	
3316/2018	02/10/2018	240/2017			24		8259	245/2018	2.172,50	AUTO ELETRICA VANDESIL LTDA - ME	16/10/2018	7051 - 02/10/2018	
3317/2018	02/10/2018	240/2017			25		8259	245/2018	633,44	AUTO ELETRICA VANDESIL LTDA - ME	16/10/2018	7052 - 02/10/2018	
3318/2018	02/10/2018	126/2018			5		8494	245/2018	4.313,46	VIDEMANG COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	17/10/2018	7053 - 02/10/2018	
3319/2018	02/10/2018	101/2018			12		8464	245/2018	5.430,19	JULIO SILVESTRI FILHO	24/10/2018	7054 - 02/10/2018	
3320/2018	02/10/2018	243/2017		73/2017	20		8296	245/2018	1.223,50	VAESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	16/10/2018	7055 - 02/10/2018	
3321/2018	02/10/2018	195/2017		73/2017	118		8167	245/2018	1.153,12	VAESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	16/10/2018	7056 - 02/10/2018	
3322/2018	02/10/2018	198/2017		73/2017	66		8185	245/2018	1.644,55	VAESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	16/10/2018	7057 - 02/10/2018	
3323/2018	02/10/2018	50/2018			15		8361	245/2018	17.339,70	DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUCOES EIRELI	11/10/2018	7064 - 02/10/2018	
3324/2018	02/10/2018	213/2017			607		8270	89/2018	9.078,00	L. B. D. C. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE - EIRELI -		7058 - 02/10/2018	
3325/2018	02/10/2018	213/2017			607		8265	109/2018	7.458,00	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME	26/10/2018	7059 - 02/10/2018	
3326/2018	02/10/2018	213/2017			608		8270	109/2018	12.816,00	L. B. D. C. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE - EIRELI -	17/10/2018	7060 - 02/10/2018	
3327/2018	02/10/2018	213/2017			608		8265	89/2018	4.972,00	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME	11/10/2018	7061 - 02/10/2018	
											26/10/2018		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 3/9

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO	
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C. Direta	C. Custo	Adjud. Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
3328/2018	02/10/2018	213/2017			609	8270	109/2018	10,978,00	L. B. D. C. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE - EIRELI -		7062 - 02/10/2018
3329/2018	02/10/2018	213/2017			610	8270	89/2018	5,988,00	L. B. D. C. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE - EIRELI -	26/10/2018	7063 - 02/10/2018
3330/2018	02/10/2018	164/2018		22/2018	3	8583	143/2018	1,300,00	AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI		7065 - 02/10/2018
3331/2018	02/10/2018	194/2017		22/2017	18	8163	108/2018	6,681,30	NT SERVICOS E TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	15/10/2018	7066 - 02/10/2018
3332/2018	02/10/2018	140/2018		22/2018	109	8527	108/2018	2,808,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7067 - 02/10/2018
3333/2018	02/10/2018	140/2018		22/2018	109	8526	126/2018	2,688,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA	29/10/2018	7068 - 02/10/2018
3334/2018	02/10/2018	140/2018		22/2018	110	8527	126/2018	4,290,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7069 - 02/10/2018
3335/2018	02/10/2018	140/2018		74/2018	111	8527	201/2018	1,287,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7070 - 02/10/2018
3336/2018	02/10/2018	95/2018		58/2018	24	8443	210/2018	5,180,00	MARCELO ZANON ME	17/10/2018	7071 - 02/10/2018
3337/2018	02/10/2018	155/2018		58/2018	9	8564	230/2018	340,00	EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME		7072 - 02/10/2018
3338/2018	02/10/2018	140/2018		12/2018	112	1960	46/2018	858,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		782 - 02/10/2018
3339/2018	02/10/2018	140/2018		12/2018	113	1960	46/2018	1,072,50	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		783 - 02/10/2018
3340/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	114	3637	89/2018	429,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1829 - 02/10/2018
3341/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	115	3637	89/2018	429,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1830 - 02/10/2018
3342/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	116	3637	84/2018	3,432,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1831 - 02/10/2018
3343/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	117	3637	84/2018	3,432,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1832 - 02/10/2018
3344/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	118	3636	106/2018	6,048,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA	30/10/2018	1833 - 02/10/2018
3345/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	119	3636	106/2018	6,048,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		1834 - 02/10/2018
3346/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	120	3637	106/2018	8,580,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1835 - 02/10/2018
3347/2018	02/10/2018	140/2018		9/2018	121	3637	106/2018	8,580,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1836 - 02/10/2018
3348/2018	03/10/2018	200/2018		52/2018	1		210/2018	5,000,00	ALEXANDRE SILVA BRITO 26484340030	29/10/2018	7078 - 03/10/2018
3349/2018	03/10/2018	140/2018		1/2018	122	8527	211/2018	643,50	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7075 - 03/10/2018
3350/2018	03/10/2018	140/2018		11/2018	123	8527	76/2018	171,60	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7076 - 03/10/2018
3351/2018	03/10/2018	90/2018			15	8410	126/2018	332,00	VW COMERCIO ATACADISTA EIRELI		7077 - 03/10/2018
3352/2018	04/10/2018	103/2018			7	8463	246/2018	2,699,26	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		7082 - 04/10/2018
3353/2018	04/10/2018	157/2018			4	8575	210/2018	1,250,00	CLARISSE GELINSKI RICCI DECORAÇÕES		7083 - 04/10/2018
3354/2018	04/10/2018	88/2018			4	8407	245/2018	13,125,00	BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE IDAL LTDA - ME		7085 - 04/10/2018
3355/2018	04/10/2018	117/2018			9	8469	245/2018	1,423,80	MIL PLANTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	29/10/2018	7084 - 04/10/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
3356/2018	04/10/2018	195/2017		73/2017	119			8165	245/2018	2.375,00 FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	23/10/2018	7086 - 04/10/2018	
3357/2018	04/10/2018	236/2017			25			8252	245/2018	726,75 FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	23/10/2018	7087 - 04/10/2018	
3358/2018	04/10/2018	236/2017			26			8252	245/2018	4.445,05 FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	23/10/2018	7088 - 04/10/2018	
3359/2018	04/10/2018	195/2017		73/2017	120			8167	245/2018	497,50 VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)	23/10/2018	7089 - 04/10/2018	
3360/2018	04/10/2018	195/2017		73/2017	121			8168	245/2018	541,00 PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	16/10/2018	7090 - 04/10/2018	
3361/2018	04/10/2018	23/2018			8			8327	188/2018	1.800,00 NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	24/10/2018	7091 - 04/10/2018	
3364/2018	04/10/2018	235/2017			24			8234	245/2018	738,32 BRITAGEM GASPAR LTDA	11/10/2018	7092 - 04/10/2018	
3366/2018	04/10/2018	235/2017			26			8236	245/2018	1.778,26 BRITAGEM VANZ LTDA	11/10/2018	7115 - 04/10/2018	
3368/2018	04/10/2018	152/2018			3			8556	245/2018	1.171,37 BRITAGEM VANZ LTDA	11/10/2018	7093 - 04/10/2018	
3369/2018	04/10/2018	127/2018		73/2018	40			8490	245/2018	3.154,52 SL LAVACAO LTDA		7116 - 04/10/2018	
3370/2018	04/10/2018	87/2018		12/2018	145			1922	33/2018	742,46 AGN FRIOS LTDA	15/10/2018	788 - 04/10/2018	
3371/2018	04/10/2018	87/2018		42/2018	146			8423	222/2018	27,09 MARCIO JOSE DECKER - ME	15/10/2018	7094 - 04/10/2018	
3372/2018	04/10/2018	129/2018		12/2018	23			1959	33/2018	341,20 RODINEI JOSE PANDOLFO - ME		789 - 04/10/2018	
3373/2018	04/10/2018	159/2018		12/2018	6			1983	46/2018	3.280,60 FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP		790 - 04/10/2018	
3374/2018	04/10/2018	159/2018		12/2018	7			1984	46/2018	1.043,90 FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT		792 - 04/10/2018	
3375/2018	04/10/2018	95/2018		12/2018	25			1939	46/2018	945,00 MARCELO ZANON ME		793 - 04/10/2018	
3376/2018	04/10/2018	195/2017		12/2017	122			1876	33/2018	106,00 PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	17/10/2018	791 - 04/10/2018	
3377/2018	04/10/2018	164/2018		12/2018	4			1987	46/2018	1.689,00 WAYLON DA SILVA		794 - 04/10/2018	
3379/2018	05/10/2018	195/2017		73/2017	123			8168	64/2018	4.740,00 PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	17/10/2018	7130 - 05/10/2018	
3380/2018	05/10/2018	95/2018		58/2018	26			8443	210/2018	6.270,00 MARCELO ZANON ME		7117 - 05/10/2018	
3381/2018	05/10/2018	95/2018		58/2018	27			8443	210/2018	3.780,00 MARCELO ZANON ME		7118 - 05/10/2018	
3382/2018	05/10/2018	83/2018		52/2018	15			8428	210/2018	4.108,50 TRANSVAN LTDA - ME		7119 - 05/10/2018	
3383/2018	05/10/2018	97/2018		22/2018	59			8534	126/2018	16.309,00 NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	25/10/2018	7120 - 05/10/2018	
3384/2018	05/10/2018	97/2018		22/2018	60			8529	108/2018	247,50 PREVEMAX CONFECCOES PLASTICAS LTDA	26/10/2018		
3385/2018	05/10/2018	97/2018		22/2018	61			8532	126/2018	1.810,00 SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	19/10/2018	7121 - 05/10/2018	
3386/2018	05/10/2018	97/2018		22/2018	62			8541	108/2018	7.878,90 PARANA FOODS COMÉRCIO EIRELI	17/10/2018	7122 - 05/10/2018	
3387/2018	05/10/2018	97/2018		22/2018	63			8539	126/2018	11.187,60 BOM SUCESSO INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PLAS	25/10/2018	7123 - 05/10/2018	
3388/2018	05/10/2018	97/2018		22/2018	64			8538	108/2018	6.334,50 GUAPEL INDUSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA - EPP		7124 - 05/10/2018	
3389/2018	05/10/2018	21/2018		22/2018	63			8325	126/2018	14.945,00 GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		7125 - 05/10/2018	
3390/2018	05/10/2018	21/2018		22/2018	64			8325	108/2018	11.100,00 GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		7126 - 05/10/2018	
3391/2018	05/10/2018		65/2018	9/2018					56/2018	800,17 INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA		7127 - 05/10/2018	
												7128 - 05/10/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
3392/2018	05/10/2018		66/2018	22/2018				108/2018	1.349,93	VIDE BOX LTDA	19/10/2018	7129 - 05/10/2018	
3393/2018	08/10/2018	205/2018		17/2018	1			81/2018	900,00	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	15/10/2018	7159 - 09/10/2018	
3394/2018	09/10/2018	160/2018			1			8609	27.600,00	LEGALLE CONCURSOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - EPP		7160 - 09/10/2018	
3395/2018	10/10/2018	42/2018			11			8344	27.210,53	SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP		7238 - 10/10/2018	
3396/2018	10/10/2018	127/2018		9/2018	41			8490	475,00	SL LAVACAO LTDA		7239 - 10/10/2018	
3397/2018	10/10/2018	87/2018		12/2018	147			1926	210,00	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME		800 - 10/10/2018	
3398/2018	10/10/2018	87/2018		12/2018	148			1927	662,25	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22/10/2018	801 - 10/10/2018	
											30/10/2018		
3399/2018	10/10/2018	194/2017		73/2017	19			8163	12.262,41	NT SERVICOS E TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	23/10/2018	7240 - 10/10/2018	
3400/2018	10/10/2018	117/2018			10			8469	6.265,10	MIL PLANTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME		7241 - 10/10/2018	
3401/2018	10/10/2018	117/2018			11			8469	2.334,90	MIL PLANTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME		7242 - 10/10/2018	
3402/2018	10/10/2018	103/2018			8			8463	2.923,74	COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		7243 - 10/10/2018	
3403/2018	10/10/2018	87/2018		74/2018	149			8413	795,75	AGN FRIOS LTDA		7244 - 10/10/2018	
3404/2018	10/10/2018	87/2018		74/2018	150			8413	1.360,06	AGN FRIOS LTDA		7245 - 10/10/2018	
3405/2018	10/10/2018	13/2018			31			3560	8.013,37	LIDER COSMETICOS E MEDICAMENTOS LTDA - EPP	29/10/2018	1955 - 10/10/2018	
3406/2018	10/10/2018	237/2017		9/2017	18			3559	249,00	DANIEL ROGERIO DA ROCHA ME		1956 - 10/10/2018	
3407/2018	10/10/2018	131/2018		9/2018	21			3629	5.600,00	ELI APARECIDA DE OLIVEIRA 68291523991		1958 - 10/10/2018	
3408/2018	10/10/2018	237/2017		9/2017	19			3559	24,90	DANIEL ROGERIO DA ROCHA ME		1957 - 10/10/2018	
3409/2018	10/10/2018	87/2018		74/2018	151			8414	224,00	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD		7246 - 10/10/2018	
3410/2018	10/10/2018	87/2018		74/2018	152			8414	249,60	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD		7247 - 10/10/2018	
3411/2018	10/10/2018	87/2018		74/2018	153			8418	734,20	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	26/10/2018	7248 - 10/10/2018	
3412/2018	10/10/2018	129/2018		12/2018	24			1957	600,00	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		803 - 10/10/2018	
3413/2018	10/10/2018	87/2018		42/2018	154			8418	67,50	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		7249 - 10/10/2018	
3414/2018	10/10/2018	87/2018		12/2018	155			1927	67,50	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		802 - 10/10/2018	
3416/2018	10/10/2018	115/2018		12/2018	18			1941	297,00	RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME		804 - 10/10/2018	
3417/2018	11/10/2018	207/2018		14/2018	1				1.000,00	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	15/10/2018	7254 - 11/10/2018	
3418/2018	11/10/2018	155/2018		9/2018	10			3660	1.600,00	EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME		1959 - 11/10/2018	
3419/2018	11/10/2018	140/2018		73/2018	125			8527	5.148,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7251 - 11/10/2018	
3420/2018	11/10/2018	183/2017			45			8146	394,88	COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME	23/10/2018	7252 - 11/10/2018	
3421/2018	11/10/2018	208/2018		2/2018	1				250,00	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	15/10/2018	7255 - 11/10/2018	
3422/2018	11/10/2018	208/2018		14/2018	2				250,00	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM	15/10/2018	7256 - 11/10/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
3423/2018	11/10/2018	208/2018		17/2018	3				236/2018	250,00	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGE	15/10/2018	7257 - 11/10/2018	
3425/2018	10/10/2018	178/2018		74/2018	1			8612	226/2018	119.900,00	MITREN - SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA.		7250 - 10/10/2018	
3426/2018	11/10/2018	168/2018			1			8613	223/2018	199.999,99	CONSTRUTORA E ENGENHARIA JR EIRELI		7253 - 11/10/2018	
3427/2018	11/10/2018	162/2018			5			8580	222/2018	723.33	FRAYSUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	25/10/2018	7294 - 11/10/2018	
3428/2018	11/10/2018	162/2018			6			8580	222/2018	723.33	FRAYSUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI		7295 - 11/10/2018	
3429/2018	11/10/2018	115/2018		12/2018	19			1941	11/2018	297,00	RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME		808 - 11/10/2018	
3430/2018	15/10/2018	198/2017		22/2017	69			8187	126/2018	3.030,00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		7296 - 15/10/2018	
3431/2018	15/10/2018	243/2017		22/2017	21			8299	108/2018	28,00	MATIC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP		7297 - 15/10/2018	
3432/2018	15/10/2018	232/2017		22/2017	24			8231	126/2018	438,00	VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)		7298 - 15/10/2018	
3433/2018	15/10/2018	243/2017		22/2017	22			8297	108/2018	376,50	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		7299 - 15/10/2018	
3434/2018	15/10/2018	195/2017		22/2017	124			8168	108/2018	1.203,10	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		7300 - 15/10/2018	
3435/2018	15/10/2018	243/2017		22/2017	23			8296	108/2018	122,20	VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)		7301 - 15/10/2018	
3436/2018	15/10/2018	97/2018		22/2018	65			8537	108/2018	6.923,30	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	26/10/2018	7302 - 15/10/2018	
3437/2018	15/10/2018	237/2017		22/2017	20			8281	133/2018	47,50	DANIEL ROGERIO DA ROCHA ME		7303 - 15/10/2018	
3438/2018	15/10/2018	87/2018		22/2018	156			8417	253/2018	210,00	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME		7304 - 15/10/2018	
3439/2018	15/10/2018	87/2018		22/2018	157			8417	133/2018	350,00	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME	30/10/2018	7305 - 15/10/2018	
3440/2018	15/10/2018	140/2018		9/2018	126			8527	56/2018	10.725,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7306 - 15/10/2018	
3441/2018	15/10/2018	140/2018		9/2018	127			8526	56/2018	3.360,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		7307 - 15/10/2018	
3442/2018	15/10/2018	21/2018		8/2018	65			8325	28/2018	165,00	GUZZI GÁS DISTRIBUIDORA LTDA ME		7308 - 15/10/2018	
3443/2018	15/10/2018	210/2018		52/2018	1				230/2018	12.000,00	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC		7397 - 18/10/2018	
3444/2018	16/10/2018		67/2018	9/2018					56/2018	250,00	GEFERSON BASSANI EIRELI		7309 - 16/10/2018	
3445/2018	16/10/2018		68/2018	42/2018					222/2018	1.100,00	ALISSON GOMES - O FREITEIRO	25/10/2018	7310 - 16/10/2018	
3446/2018	16/10/2018		69/2018	9/2018					237/2018	2.598,00	FENIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA - ME	30/10/2018	7311 - 16/10/2018	
3447/2018	17/10/2018	183/2017			46			3497	102/2018	1.579,51	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME	30/10/2018	1970 - 17/10/2018	
3448/2018	17/10/2018	110/2018		1/2018	8			2411	5/2018	1.678,40	TOTAL SPORTS LTDA		219 - 17/10/2018	
3449/2018	17/10/2018	214/2018		52/2018	1				230/2018	306,04	AUTO MECANICA GERAL LTDA	25/10/2018	7398 - 18/10/2018	
3450/2018	17/10/2018	140/2018		9/2018	128			3637	106/2018	2.808,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1972 - 17/10/2018	
3451/2018	18/10/2018	140/2018		73/2018	129			8526	245/2018	16.464,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		7405 - 18/10/2018	
3452/2018	18/10/2018	140/2018		1/2018	130			8527	211/2018	858,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7406 - 18/10/2018	
3453/2018	18/10/2018	140/2018		8/2018	131			8527	28/2018	1.716,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7407 - 18/10/2018	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO	
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C. Direta	C. Custo	Adjud. Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
3454/2018	18/10/2018	195/2017		1/2017	125	2370	5/2018	911,41	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	26/10/2018	222 - 18/10/2018
3455/2018	18/10/2018	131/2018		12/2018	22	1953	37/2018	248,00	VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA		822 - 18/10/2018
3456/2018	18/10/2018	131/2018		12/2018	23	1953	40/2018	372,00	VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA		823 - 18/10/2018
3457/2018	18/10/2018	237/2017		14/2017	21	1904	46/2018	24,90	DANIEL ROGERIO DA ROCHA ME		816 - 18/10/2018
3458/2018	18/10/2018	87/2018		12/2018	158	1930	25/2018	124,00	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		817 - 18/10/2018
3459/2018	18/10/2018	87/2018		12/2018	159	1931	25/2018	951,70	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI	30/10/2018	818 - 18/10/2018
3460/2018	18/10/2018	87/2018		12/2018	160	1931	40/2018	441,20	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI	30/10/2018	819 - 18/10/2018
3461/2018	18/10/2018	87/2018		42/2018	161	8422	222/2018	264,00	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI	30/10/2018	7400 - 18/10/2018
3462/2018	18/10/2018	97/2018		14/2018	66	1973	25/2018	284,40	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI		820 - 18/10/2018
3463/2018	18/10/2018	97/2018		14/2018	67	1962	25/2018	1.088,06	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP		821 - 18/10/2018
3464/2018	18/10/2018	140/2018		22/2018	132	8526	126/2018	2.744,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		7408 - 18/10/2018
3465/2018	18/10/2018	140/2018		9/2018	133	3637	106/2018	12.285,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1978 - 18/10/2018
3466/2018	18/10/2018	140/2018		9/2018	134	3637	106/2018	12.285,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		1979 - 18/10/2018
3467/2018	18/10/2018	140/2018		9/2018	135	3636	106/2018	6.174,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		1980 - 18/10/2018
3468/2018	18/10/2018	140/2018		9/2018	136	3636	106/2018	6.174,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		1981 - 18/10/2018
3469/2018	18/10/2018	153/2018		9/2018	6	3663	102/2018	1.966,28	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA		1982 - 18/10/2018
3470/2018	18/10/2018	115/2018		1/2018	20	2419	5/2018	23.800,00	TRANSPORTES PBRANDT LTDA		221 - 18/10/2018
3471/2018	18/10/2018	131/2018		52/2018	24	8513	210/2018	145,00	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA		7404 - 18/10/2018
3472/2018	18/10/2018	90/2018			16	8408	108/2018	2.475,00	VIDE BOX LTDA	30/10/2018	7401 - 18/10/2018
3473/2018	18/10/2018	90/2018			17	8408	108/2018	375,00	VIDE BOX LTDA	30/10/2018	7402 - 18/10/2018
3474/2018	18/10/2018	140/2018		58/2018	137	8527	230/2018	429,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7409 - 18/10/2018
3475/2018	18/10/2018	95/2018		58/2018	28	8443	210/2018	1.895,00	MARCELO ZANON ME		7403 - 18/10/2018
3477/2018	22/10/2018	87/2018		9/2018	163	3591	102/2018	1.844,50	PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME	30/10/2018	1994 - 22/10/2018
3478/2018	18/10/2018	185/2018			1	8619	157/2018	26.850,24	NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI		7399 - 18/10/2018
3479/2018	22/10/2018	140/2018		73/2018	138	8526	173/2018	34.300,00	POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA		7412 - 22/10/2018
3480/2018	23/10/2018	87/2018		74/2018	164	8421	201/2018	164,40	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		7443 - 23/10/2018
3481/2018	23/10/2018	92/2018		74/2018	6	8434	201/2018	210,00	ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA		7444 - 23/10/2018
3482/2018	23/10/2018	87/2018		74/2018	165	8427	201/2018	94,00	PIZZA.COM EIRELI		7445 - 23/10/2018
3483/2018	23/10/2018	143/2018		74/2018	10	8550	201/2018	233,68	FM PNEUS LTDA - FILIAL		7446 - 23/10/2018
3484/2018	23/10/2018	183/2017			47	8146	230/2018	991,06	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		7447 - 23/10/2018
3485/2018	23/10/2018	183/2017			48	3497	102/2018	1.192,37	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		2008 - 23/10/2018
3486/2018	23/10/2018	220/2018			1		21/2018	1.222,42	BTS INFORMA FEIRAS, EVENTOS E EDITORA LTDA		7431 - 23/10/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
3487/2018	24/10/2018	83/2018		22/2018	16		8428	108/2018	3.019,50	TRANSVAN LTDA - ME		7457 - 24/10/2018	
3488/2018	24/10/2018	153/2018		9/2018	7		3664	102/2018	23,39	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME		2011 - 24/10/2018	
3489/2018	24/10/2018	180/2018			4		8607	188/2018	679,65	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		7463 - 24/10/2018	
3490/2018	24/10/2018	180/2018			5		8607	188/2018	414,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		7464 - 24/10/2018	
3491/2018	24/10/2018	180/2018			6		8607	188/2018	2.097,88	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		7465 - 24/10/2018	
3492/2018	24/10/2018	180/2018			7		8607	188/2018	778,14	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		7466 - 24/10/2018	
3493/2018	24/10/2018	180/2018			8		8607	188/2018	1.726,02	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		7467 - 24/10/2018	
3494/2018	22/10/2018	192/2018			1		8623	245/2018	3.645,19	RETIFICA E AUTO PECAS DOCA EIRELI		7439 - 23/10/2018	
3495/2018	22/10/2018	192/2018			1		8623	245/2018	11.304,81	RETIFICA E AUTO PECAS DOCA EIRELI		7440 - 23/10/2018	
3496/2018	22/10/2018	192/2018			1		8624	245/2018	8.421,57	SOMASQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA		7441 - 23/10/2018	
3497/2018	24/10/2018	195/2017		60/2017	127		8168	188/2018	1.850,00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		7456 - 24/10/2018	
3498/2018	23/10/2018	218/2018			1		8626	160/2018	693.432,89	KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI		7442 - 23/10/2018	
3499/2018	24/10/2018	180/2018			10		8607	201/2018	136,81	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		7468 - 24/10/2018	
3500/2018	24/10/2018	140/2018		58/2018	139		8527	230/2018	858,00	AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7458 - 24/10/2018	
3501/2018	24/10/2018	153/2018		52/2018	9		8572	230/2018	105,26	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME		7459 - 24/10/2018	
3502/2018	24/10/2018	153/2018		52/2018	10		8572	230/2018	52,63	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME		7460 - 24/10/2018	
3503/2018	24/10/2018	153/2018		52/2018	11		8571	230/2018	734,55	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA		7461 - 24/10/2018	
3504/2018	24/10/2018	153/2018		52/2018	12		8571	230/2018	88,87	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA		7462 - 24/10/2018	
3505/2018	26/10/2018	241/2017			13		8336	91/2018	17.400,00	MOVESCO IND.COM.DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA		7524 - 26/10/2018	
3506/2018	26/10/2018		70/2018	10/2018				246/2018	2.570,00	ELETRO CONTATO LTDA-ME		7520 - 26/10/2018	
3507/2018	26/10/2018		71/2018	10/2018				246/2018	466,00	VIDEMANG COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA		7521 - 26/10/2018	
3511/2018	26/10/2018	183/2017			49		8146	28/2018	449,08	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		7522 - 26/10/2018	
3512/2018	26/10/2018	183/2017			50		8146	108/2018	2.431,20	COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME		7523 - 26/10/2018	
3513/2018	29/10/2018	97/2018		8/2018	70		8534	28/2018	68,30	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		7525 - 29/10/2018	
3514/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	4		3675	106/2018	3.600,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA		2041 - 29/10/2018	
3515/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	5		3675	106/2018	3.000,00	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA		2048 - 29/10/2018	
3516/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	7		3676	102/2018	1.800,00	RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		2049 - 29/10/2018	
3517/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	8		3676	106/2018	2.200,00	RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		2042 - 29/10/2018	
3518/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	9		3678	106/2018	2.200,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		2043 - 29/10/2018	
3519/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	10		3678	106/2018	2.450,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		2044 - 29/10/2018	
3520/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	11		3678	102/2018	2.120,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		2045 - 29/10/2018	
3521/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	12		3677	102/2018	1.760,00	XTREME MECANICA AUTOMOTIVA EIRELI		2046 - 29/10/2018	
3522/2018	29/10/2018	131/2018		9/2018	27		3629	90/2018	1.500,00	ELI APARECIDA DE OLIVEIRA 68291523991		2050 - 29/10/2018	
3523/2018	29/10/2018	155/2018		9/2018	11		3660	106/2018	800,00	EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME		2051 - 29/10/2018	
3524/2018	29/10/2018	23/2018			9		8327	188/2018	1.556,40	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA		7526 - 29/10/2018	
3525/2018	29/10/2018	97/2018		8/2018	69		8541	28/2018	369,30	PARANA FOODS COMÉRCIO EIRELI		7527 - 29/10/2018	

Página: 9/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
3526/2018	29/10/2018	194/2017		22/2017	20			8163	108/2018	9.150,46 NT SERVICOS E TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME		7528 - 29/10/2018
3527/2018	29/10/2018	143/2018		74/2018	11			8551	201/2018	70,53 RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		7529 - 29/10/2018
3528/2018	26/10/2018	196/2018			1			8638	28/2018	108.000,00 AGN FRIOS LTDA		7471 - 26/10/2018
3529/2018	29/10/2018	213/2017			611			8266	89/2018	448,80 TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		7530 - 29/10/2018
3530/2018	29/10/2018	213/2017			612			8266	89/2018	448,80 TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		7531 - 29/10/2018
3531/2018	29/10/2018	181/2018		9/2018	13			3677	55/2018	566,60 XTREME MECANICA AUTOMOTIVA EIRELI		2047 - 29/10/2018
3532/2018	29/10/2018	140/2018		12/2018	140			1960	25/2018	1.287,00 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		840 - 29/10/2018
3533/2018	29/10/2018	140/2018		12/2018	141			1960	11/2018	858,00 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		841 - 29/10/2018
3534/2018	29/10/2018	140/2018		12/2018	142			1960	33/2018	858,00 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		842 - 29/10/2018
3535/2018	29/10/2018	140/2018		12/2018	143			1960	11/2018	1.072,50 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		843 - 29/10/2018
3536/2018	29/10/2018	140/2018		12/2018	144			1960	33/2018	1.287,00 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		844 - 29/10/2018
3537/2018	29/10/2018	140/2018		12/2018	145			1960	48/2018	858,00 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		845 - 29/10/2018
3538/2018	29/10/2018	140/2018		42/2018	146			8527	148/2018	1.287,00 AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME		7532 - 29/10/2018
3539/2018	29/10/2018	87/2018		12/2018	166			1930	40/2018	580,00 CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		846 - 29/10/2018
3540/2018	29/10/2018	87/2018		12/2018	167			1931	40/2018	110,95 COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI		847 - 29/10/2018
3541/2018	29/10/2018	87/2018		12/2018	168			1927	40/2018	429,35 NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		848 - 29/10/2018
3542/2018	29/10/2018	87/2018		12/2018	169			1922	40/2018	426,00 AGN FRIOS LTDA		849 - 29/10/2018
3543/2018	29/10/2018		72/2018	8/2018					28/2018	1.400,00 RAFAEL BITENCOURT OLINGER		7533 - 29/10/2018

CÂMARA MUNICIPAL**CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO**

Publicação Nº 1787429

Câmara de Vereadores de Videira convida para audiência pública

Câmara de Vereadores de Videira, por meio da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, convida toda a população para participar da audiência pública, que tem por objetivo discutir o Projeto de Lei número 096/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019. A audiência pública será realizada no dia 6 de novembro de 2018, terça-feira, às 14:00 horas, no auditório da Câmara de Vereadores.

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - VISAN**

Publicação Nº 1787770

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - Visan

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - Visan

HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOESTÁGIO NORMALIZADA PARA INSTALAÇÃO NA ERAT 5 (CORRESPONDENTE AOS BAIROS SANTA TEREZA, PORTAL, MORADA DO SOL, VINHEDO, ALTO DA BOA VISTA E DOIS PINHEIROS), PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

FORNECEDOR: AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELÉTRICOS LTDA

VIGÊNCIA: 29 de outubro a 31 de dezembro de 2018.

VALOR: R\$ 14.056,00 (quatorze mil e cinquenta e seis reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 29 de outubro de 2018.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - VISAN

Publicação Nº 1787798

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - Visan

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - Visan

HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DE PAINEL DE COMANDO COM INVERSOS DE FREQUÊNCIA COM START-UP, PARA INSTALAÇÃO NA ERAT 5 (CORRESPONDENTE AOS BAIROS SANTA TEREZA, PORTAL, MORADA DO SOL, VINHEDO, ALTO DA BOA VISTA E DOIS PINHEIROS), PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

FORNECEDOR: CWTEC ELETRECIDADE E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA

VIGÊNCIA: 29 de outubro a 31 de dezembro de 2018.

VALOR: R\$ 20.252,00 (vinte mil duzentos e cinquenta e dois reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 29 de outubro de 2018.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

PUBLICAÇÕES AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO 10/2018 -VISAN

Publicação Nº 1788572

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Munic
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
7/2018	29/10/2018	7/2018			1				17/2018	14.056,00	AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA		
8/2018	29/10/2018	8/2018			1				17/2018	20.252,00	CWTEC ELETRICIDADE E AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA		

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
VISAN - Serviço Autonomo de Agua E Esgoto do Munic
Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
6/2018	16/10/2018	4/2018			1			5/2018	15.840,00	RADIO VIDEIRA LTDA		62 - 16/10/2018

Vitor Meireles**PREFEITURA****AJUIZAMENTO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA 01/2018**

Publicação Nº 1788002

EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AJUIZAMENTO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA 01/2018

Com amparo no artigo 174, inciso II combinado com seu parágrafo único da Lei nº 5.172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional), notificamos V.S.^a (as) da constituição definitiva da dívida ativa.

Nº Certidão	Nome/Razão
12	ANA MARIA DA SILVA MOTTA HARTMANN
11	ANA MARIA DA SILVA MOTTA HARTMANN
10	WALDEMAR MOHR
9	JOICE ALEXANDRE BERTOTTI
8	ALVINO BRANGER-ME
7	CELSO DE SOUZA
6	MARCIO MACHADO ANTUNES
5	ELIANE ALVES MARTINS
4	FISIOTERAPIA VITOR MEIRELES LTDA ME
3	ELISEU JOSUÉ SEVERINO
2	MTE BAR E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA ME
1	L.A. VIDEO LOCADORA LTDA ME

A correção monetária, a multa e os juros foram calculados a partir da data de vencimento original do débito, de acordo com o que estipulam a Lei Municipal Nº. 135/1991 e as Complementares nº 32/2007 e 51/2009.

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias.

Formas de Pagamento: À Vista ou Parcelado em até 24 (vinte e quatro) e a primeira parcela vencerá no ato da concessão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com prestação mínima de 35 (trinta e cinco) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa física ou 50 (cinquenta) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Dúvidas, retirada de guias para pagamento e protocolo para interposição de recursos, deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Setor Tributário, situada na Rua Santa Catarina, 2266, centro, nesta cidade.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Caso o débito tenha sido quitado desconsiderar a notificação.

Vitor Meireles, 30 de outubro de 2018.

JOICE B.S. WATRAS Fiscal de Tributos	
---	--

MINUTA EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 CÂMARA

Publicação Nº 1788322

MINUTA DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

AIRTON ARI ZONTA, Presidente da Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO, para preenchimento de vaga legal e formação de Cadastro Reserva do quadro geral de Cargos Públicos da Câmara Municipal de Vitor Meireles, sob égide do Regime Jurídico do Direito Administrativo, vinculados ao Regime Disciplinar do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e ao Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipal, conforme estabelecido a cada Cargo, com a execução técnico-administrativa da empresa Atena Assessoria Educacional, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas no Edital 01/2018 que abre Inscrições para o Concurso Público 01/2018, no período de 05/11/2018 à 04/12/2018.

O Edital na íntegra com relação dos cargos e demais informações podem ser acessadas no Mural Oficial da Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC e nos Sites www.camaravitormeireles.sc.gov.br e atena.listaeditais.com.br.

Vitor Meireles, em 30 de outubro de 2018.

AIRTON ARI ZONTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 237/2018

Publicação Nº 1787891

PORTARIANº 237/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: REJANI SCHMITT CLAUDINO DOS SANTOS

Cargo: TELEFONISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Ensino Médio, na E.E.B. Victor Meirelles, passando do Nível IV-2 para IV-3, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2018, dentro da Secretaria de Esporte e Cultura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 238/2018

Publicação Nº 1788028

PORTARIANº. 238/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TEILOR PETERSEN

Cargo: SECRETÁRIO DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Comissionado, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 30/10/2018 a 08/11/2018, referentes ao período aquisitivo de 13/10/2017 a 12/10/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Witmarsum

PREFEITURA

DECRETO Nº 169/18, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1788182

DECRETO N.º 169/18, de 30 de outubro de 2018.

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE WITMARSUM, PARA OS OPERADORES DE EQUIPAMENTOS QUE EXERCEM SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMB., IND. E COM., COMO MEDIDA PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para a redução de despesas gerais, sendo dever do administrador a defesa e zelo pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da municipalidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar situações à realidade econômico-financeira do Município de Witmarsum, sem prejuízo da prestação de serviços perante seus munícipes;

CONSIDERANDO, ser imprescindível assegurar a continuidade dos atendimentos em suas necessidades essenciais, sem perda de qualidade; e

CONSIDERANDO, a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do com o equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, em caráter excepcional e com prazo até 31 de dezembro de 2018, o horário especial de expediente de segunda à quinta-feira, para os Operadores de Equipamentos que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ind. e Com., com exceção dos serviços que vierem a ser necessários em caráter excepcional.

Parágrafo Único – Nas quintas-feiras serão realizados unicamente serviços internos de abastecimento, manutenção e limpeza de equipamentos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2018, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, 30 de outubro de 2018.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0036/2018

Publicação Nº 1788025

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0193/2018 – Dispensa de Licitação nº 0036/2018

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para a Contratação da empresa Willian Pablo Lamperti ME, inscrita no CNPJ 25.203.392/0001-17 para execução de obra de sinalização viária vertical e horizontal em ruas centrais do município de Xanxerê, em conformidade ao projeto anexo ao termo, através de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 24, inciso V da Lei 8.666/93.

Xanxerê/SC, 30 de outubro de 2018. Avelino Menegolla – Pref. Municipal.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 0076/2018

Publicação Nº 1787763

Extrato 5º Aditivo ao Processo nº 0076/2018

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: DENTAL- XAN COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Fica aditado o valor de R\$ 31.067,23 (trinta e um mil e sessenta e sete reais e vinte e três centavos) que corresponde em até 25% nas quantidades dos itens do aditivo, de acordo com o requerimento da Secretaria Municipal de Educação e Parecer do Comitê Gestor nº 449/2018, anexos ao Processo.

Xanxerê-SC, 30 de outubro de 2018. Claudia Siviane Favero – Secretaria Municipal de Educação.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 0076/2018

Publicação Nº 1787816

Extrato 6º Aditivo ao Processo nº 0076/2018

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: MARCELO CANELLO ME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Fica aditado o valor de R\$ 18.881,17 (dezoito mil e oitocentos e oitenta e um reais e dezessete centavos) que corresponde em até 25% nas quantidades dos itens do aditivo, de acordo com o requerimento da Secretaria Municipal de Educação e Parecer do Comitê Gestor nº 449/2018, anexos ao Processo.

Xanxerê-SC, 30 de outubro de 2018. Claudia Siviane Favero – Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA RH-AM 503/2018

Publicação Nº 1787704

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 503/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto Nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 25.10.2018 a 23.11.2018 a Servidora Pública Municipal Sra. CATIANE APARECIDA POLLI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 5.162.965 e CPF nº 064.263.239-18, nomeada conforme Decreto nº AJG 181/2015, no cargo de PSICÓLOGA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
01.09.2016 a 31.08.2017 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de Outubro de 2018.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 504/2018

Publicação Nº 1787705

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 504/2018
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 01.11.2018 a 30.11.2018 ao Servidor Público Municipal o Sr. ELIS FRANCISCO VEDDOY, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador da CI nº 1.594.813 e CPF nº 479.587.749-15, nomeado conforme Decreto nº AM 191/2002 no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40(quarenta) horas semanais, lotado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
04.06.2017 a 03.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de Outubro de 2018.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 505/2018

Publicação Nº 1787706

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 505/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 01.11.2018 a 20.11.2018 a Servidora Pública Municipal Sra. NILSE BRESAN, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG nº 2.132.130 e CPF nº 015.853.699-18, nomeada conforme Decreto nº JB 244/1995, exercendo atualmente o cargo comissionado de DIRETORA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO, conforme Decreto nº AM 091/2018, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
01.09.2017 a 31.08.2018 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 25 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 506/2018

Publicação Nº 1787707

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 506/2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 21.11.2018 a 20.12.2018 a Servidora Pública Municipal, Sra. MICHELE BIGOLIN, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 3.407.681-6 e CPF nº 025.703.049-21, nomeada conforme Decreto nº AM 165/2002, no cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003993/2018 datado de 26.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 507/2018

Publicação Nº 1787708

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 507/2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 30.10.2018 a 28.11.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SONIA GEMA TESSARO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.781.976 e CPF nº 538.296.899-34, nomeada conforme Decreto nº AJG 159/2013 no Cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004008/2018 datado de 29.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

01.04.2013 a 31.03.2016 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 508/2018

Publicação Nº 1787709

PORTARIA Nº RH-AM 508/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. MARLETE DE ALMEIDA BASI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.450.746-9 e inscrita no CPF sob o nº 019.658.949-50, nomeada conforme Decreto nº BLB 057/2012 no cargo de PROFESSOR ESPECIAL 1, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 03.11.2018 até 02.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0004016/2018, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 03.11.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 509/2018

Publicação Nº 1787710

PORTARIA Nº RH-AM 509/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. JOANA ERMINIA TREVISAN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 1.279.616 e inscrita no CPF sob o nº 550.940.409-44, nomeada conforme Decreto nº JB 67/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 032/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 11.11.2018 até 10.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0004015/2018, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 11.11.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 510/2018

Publicação Nº 1787713

PORTARIA Nº RH-AM 510/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA SARTORI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.209.307 e inscrita no CPF sob o nº 023.809.179-14, nomeada conforme Decreto nº BLB 009/09 no cargo de ARQUITETO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Determinar que esta redução vigore no período de 10.11.2018 até 09.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0004019/2018, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 10.11.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 511/2018

Publicação Nº 1787714

PORTARIA Nº RH-AM 511/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. GELCIRA PICCOLLI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 17/R-2.429.757 e inscrita no CPF sob o nº 736.400.699-00, nomeada conforme Decreto nº JB 463/94 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta redução vigore no período de 22.11.2018 até 21.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0004020/2018, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 22.11.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 512/2018

Publicação Nº 1787715

PORTARIA Nº RH-AM 512/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. GIULIANE CASANOVA SCHURHAUS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 2.076.982-2 e inscrita no CPF sob o nº 745.710.019-91, nomeada conforme Decreto nº AM 106/2002 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta redução vigore no período de 22.11.2018 até 21.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0004018/2018, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 22.11.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 513/2018

Publicação Nº 1788803

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 513/2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 90 (noventa) dias a partir de 05.11.2018 a 02.02.2019 ao Servidor Público Municipal o Sr. CLACIR JOSE DO PRADO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1.594.412-3 e CPF nº 529.617.539-53, nomeado conforme Decreto nº AM 037/04, no cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, cedido ao Corpo de Bombeiros Militar 3º Companhia.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004041/2018 datado de 30.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

09.06.2015 a 09.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 05.11.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 30 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AM 514/2018

Publicação Nº 1788805

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 514/2018
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 05.11.2018 a 04.12.2018 ao Servidor Público Municipal o Sr. JOSÉ ALTEMIR DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador da CI nº 2.871.607-8 e CPF nº 803.715.579-15, nomeado conforme Decreto nº JB 236/94 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
11.07.2017 a 10.07.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 30 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 005/2018

Publicação Nº 1787800

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 005/2018

Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação. O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 002, de 09 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências e considerando o inciso I do art. 2º da Lei nº 782/2002, que dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender necessidade de excepcional interesse público e dá outras providências, e art. 51 da Lei nº 1647, de 17 de maio de 2018 que dispõe o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, revoga Leis e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o presente Processo Seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Administração Pública Municipal,

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVAS E TÍTULOS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes, sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC, Telefone (49) 3482 3500, endereço eletrônico: recepcao@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 31 de outubro à de 12 de novembro de 2018, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Xavantina www.xavantina.sc.gov.br.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste edital:

1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.xavantina.sc.gov.br e localizar o "banner": PROCESSO SELETIVO 01/2018;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso. Caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, podendo optar por até 02 (duas) áreas na forma estabelecida no subitem 1.3.3 deste Edital, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar por duas áreas de ensino para o cargo de professor desde que permitidas por este edital para tanto, o candidato deverá ser habilitado para as áreas pretendidas, apresentar documentação para as duas opções.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

1.3.5. Imprimir uma cópia do (s) Requerimento (s) de Inscrição (ões) e do (s) Boleto (s), efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 13 de novembro de 2018.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 14 de novembro de 2018 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.xavantina.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da homologação para entrar em contato com a AMAUC pelo telefone (49) 3482 3500 e comunicar o ocorrido;

1.6.1. As inscrições serão homologadas no dia 20 de novembro de 2018.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal da Educação, estabelecida na Praça Rio Branco, 410 – Centro, Xavantina/SC, disponibilizará um computador com acesso à internet para que os candidatos que necessitarem possam realizar suas inscrições durante o período estabelecido no subitem 1.2 deste Edital para a realização das mesmas, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira;

1.9. É de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a inscrição e o pagamento respectivo. Em caso de inscrição ou pagamento errado o candidato não será ressarcido.

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.12. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2019. O vencimento do pessoal contratado em caráter temporário na forma do presente edital será o valor vigente constante na Classe Inicial do Nível de Graduação do Cargo de Professores, constante no Anexo IV da Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, da Lei nº 1647, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina.

1.13. São condições para a inscrição:

1.13.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal;

1.13.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.13.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.13.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado;

2. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

2.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 60,00 (sessenta reais).

2.1.1. Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição:

2.1.1.1. O candidato que optar por mais de uma área na forma estabelecida no subitem 1.3.3 deste Edital, relativo a segunda inscrição.

2.1.1.2. Os doadores de sangue;

2.1.2. Os candidatos previstos nos subitens 2.1.1.1 e 2.1.1.2 deste Edital, isentos do pagamento das taxas de inscrição deverão encaminhar a documentação de isenção até a data de 06 de novembro de 2018, no seguinte endereço eletrônico: site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Xavantina www.xavantina.sc.gov.br

2.3. São documentos necessários para receber a isenção:

2.3.1. Comprovante de duas áreas de ensino com pagamento de uma inscrição.

2.2.2. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo;

2.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 16 de outubro de 2017 sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais amparadas na legislação vigente (Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e Decreto Estadual nº 2874, de 15 de dezembro de 2009), em especial o art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei 7.853/89, em especial o § 2º do art. 5º da Lei Complementar 02, de 9 de outubro de 2000 ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Edital.

3.2. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. O candidato portador de necessidade especial física que desejar concorrer às vagas definidas no ANEXO IV deverá realizar sua inscrição solicitando a condição de portador de necessidades especiais, preencher requerimento ANEXO II, que deverá ser anexado junto a inscrição, onde declara-se portador de necessidades especiais e anexar também laudo médico emitido nos últimos 06 (seis) meses, atestando

a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da. Se aprovado no Concurso Público, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de Seara (SC), que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial (deficiência) de que é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).

3.5.1. Para cumprimento do exigido no item 3.5, não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes dos descritos neste item.

3.6. O candidato que for considerado portador de limitação ou deficiência, após ou concomitante a perícia contida no item 3.5, será submetido à mesma junta médica, podendo essa se servir de parecer de outros profissionais e especialidades, para avaliação e certificação da real condição de adaptabilidade do candidato ao exercício das funções do cargo, considerando os critérios legais de segurança no trabalho, eficiência do serviço público e mínima oneração do Município para adaptar equipamentos e meios de comunicação. Concluindo a perícia que a deficiência impede o candidato ao exercício do cargo, o mesmo será desclassificado.

3.7. O Candidato portador de necessidades especiais que no ato da realização da inscrição não apresentar os documentos exigidos no item 3.5 (laudo médico e anexo II), ou apresentar documento com dados insuficientes terá sua inscrição indeferida como concorrente inscrito nessa condição.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que tiver sua inscrição indeferida nos termos do item 3.5 não será excluído do Concurso Público, passando, automaticamente, a figurar como candidato não portador de necessidades especiais.

3.9. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.10. O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte.

3.11. As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.12. O candidato portador de necessidades especiais, respeitadas as condições dispostas em lei, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo da prova escrita, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.13. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.14. Após o ingresso do candidato com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após realizar a inscrição on-line, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos subitens 7.2 a 7.4 deste edital, na Secretaria Municipal da Educação, estabelecida Praça Rio Branco. 410 - Centro, Xavantina/SC até as 17h00min do dia 12 de novembro de 2018, em um envelope com a seguinte identificação:

MUNICIPIO DE XAVANTINA PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

CARGO:

NOME DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO Nº CPF

FONES

4.2. Este envelope deverá estar lacrado e assinado pelo candidato e pelo funcionário que irá receber os envelopes.

4.3. O envelope com os documentos deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Educação, Praça Rio Branco. 410 - Centro, Xavantina/SC, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00 min.

4.4. O candidato deverá trazer o comprovante de inscrição para receber a autenticação de entrega dos títulos.

4.5. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos subitens 7.2 a 7.4 deste Edital pontuará apenas com a nota da prova escrita.

4.6. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.7. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal da Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino;

4.8. Quando da inscrição em duas áreas, o candidato deverá entregar a documentação completa nas duas inscrições.

4.9. O candidato que optar pela inscrição para duas áreas, estabelecidos nos subitens 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3 deste Edital, no momento da escolha de vaga, deverá obrigatoriamente optar por apenas uma delas e, conseqüentemente, abrir mão da vaga remanescente. Podendo assumir apenas na falta de outros candidatos àquela vaga e ter compatibilidade de horário.

4.10. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar até prazo estipulado;

4.11. Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, exceto os constantes nas alíneas "a", "b" e "c" dos subitens 7.2 e 7.3 deste Edital que serão arquivados nos registros pessoais do Departamento de Recursos Humanos.

4.12. Para fins de contratação o profissional habilitado, será contratado conforme a documentação entregue no ato da inscrição.

4.13. Documentos obrigatórios para inscrição de professor habilitado:

4.13.1 Cópia Habilitação para o cargo, (diploma com registro no MEC, ou declaração de conclusão do curso pela instituição do ensino acompanhado do histórico escolar – observando que até a data da contratação deverá ser apresentado o referido diploma item 4.14);

4.13.2. Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de agosto de 2018, expedida por órgão competente, em papel timbrado do setor, constando função exercida, períodos de contrato e totalização do tempo em anos, meses e dias, com data e assinado pelo responsável da emissão.

4.13.3. Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação.

4.14. O profissional que concluiu o curso e não recebeu o certificado ainda, poderá entregar uma declaração de conclusão de curso devidamente assinada e validada pela entidade na qual cursou, acompanhado do histórico das disciplinas cursadas;

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 25 de novembro de 2018 com início às 13h30min e término às 15h30min para os candidatos que efetuaram inscrição para 01 (uma) área ou 02 (duas) áreas, tendo como local Escola do Ensino Fundamental Pinhal Preto, situada na Rua Pedro Bernardi, 92 - Centro, Xavantina/SC. Os portões serão fechados às 13h20min.

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares na escola acima mencionada, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data ou local, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.xavantina.sc.gov.br e www.amauc.org.br;

5.3. A duração da prova escrita será de até 2h00min (duas horas e trinta minutos) para 01(uma) ou 02 (duas) áreas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

5.4.1. Cédula de Identidade - RG;

5.4.2. Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

5.4.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

5.4.4. Certificado Militar;

5.4.5. Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

5.4.6. Passaporte.

5.5. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.6. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.7. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a,

b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.7.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.7.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como respostas corretas.

5.8. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

5.8.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.8.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.9. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.10. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.11. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.12. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.13. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.15. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.15. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.16. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova escrita terá 20 questões de múltipla escolha, conforme abaixo e terá peso 7 (sete – 70%).

6.2. O candidato que não obter no mínimo a nota 3 (três) na prova escrita será desclassificado do presente.

6.3. Para os Cargos:

6.3.1. Professor de Educação Infantil e Professor Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano).

6.3.2. Educação Especial: Segundo Professor, AEE, SAA.

6.3.3. Professor ensino fundamental I – Não Habilitado (disciplina).

Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Segundo Professor, AEE, SAA
(Professores habilitados e não habilitados)

Conteúdo	Nº de Questões	Valor por Questão	Total de Pontos
Língua Portuguesa	04 (quatro)	0,50	2,00
Raciocínio Lógico (matemática)	03 (três)	0,50	1,50
Conhecimentos Gerais/Atualidades	03 (três)	0,50	1,50
Conhecimentos na Área de Educação	05 (cinco)	0,50	2,50
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)	0,50	2,50
Total de Questões	20 (vinte)	0,50	10,00

6.4 O candidato que se inscrever para duas áreas, estabelecidos nos subitem 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3 e 6.3.4 deste Edital fará as provas conforme o conteúdo programático, sendo que as questões comuns serão computadas para ambas as provas.

6.5 A classificação final obedecerá à ordem decrescente de notas ou média.

6.6. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo I deste Edital.

6.8. A prova escrita do candidato que se inscrever para duas áreas estabelecidos nos subitens

6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3 do presente Edital contará com cinco questões específicas para cada cargo. As questões comuns serão computadas para ambas as provas.

6.9. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Mestrado na área da Educação.	1,0 pontos - máximo um título
b) Especialização e ou pós-graduação lato sensu na área específica, ou da educação	1,0 ponto - máximo um título -
c) Graduação	0,5 pontos - na área específica
d) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/08/2018 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
e) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos.	0,05 pontos – para cada 40 horas limitado a 1 (um) ponto.

7.2.1. Para as alíneas “a” “b” e “c” será considerada a de maior pontuação vedado o acúmulo de graduações acrescentar

7.3. Para o Ensino Especial: Segundo, AEE SAA habilitados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Especialização lato sensu em Educação Especial	0,5 pontos - máximo um título
b) Graduação Pedagogia em Educação Especial	1,0 ponto - máximo um título -
c) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/08/2018 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - por mês efetivo no exercício, Sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
d) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos.	0,05 pontos – para cada 40 horas Limitado a 1 (um) ponto.

7.3.1. Para as alíneas “a” e “b” será considerada a de maior pontuação vedado o acúmulo de graduações acrescentar

7.4. Para professores não habilitados: Filosofia, Artes, Educação Física, Música.

7.4.1. Para os professores não habilitados poderão se inscrever os que estejam cursando no mínimo a 6ª fase em licenciatura Plena.

7.4.2. Para Prova de Títulos são considerados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a). Para cada fase concluída do curso superior (em Licenciatura Plena), para quem está concluindo a 6ª fase.	0,33 (um) pontos para cada fase (6ª fase, 7ª e 8ª), totalizando um ponto.
b) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/08/2018 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - Por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
c) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos.	0,05 pontos – para cada 40 horas limitado a 1 (um) ponto.

7.5. Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por pós: mestrado, especialização e graduação NÃO serão cumulativos. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado;

7.6. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.7. Serão pontuados como títulos, certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.7.1. Os cursos e certificados a que se refere o subitem 7.2, 7.3, e 7.4 deste Edital só serão considerados se forem emitidos por:

7.7.1.1 Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;

7.7.1.2. Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação;

7.7.1.3. Secretarias Municipais de Educação;

7.8. Os professores não habilitados serão classificados em listas separadas dos habilitados.

7.8.1 Haverá também classificação em listas separadas para o Ensino Especial Educação Especial (2º Professor, SAA e AEE), sendo uma lista para os professores com Licenciatura em Pedagogia com habilitação em ensino especial e outra para os demais professores com licenciatura em Pedagogia e especialização em Educação Especial.

8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no subitem 1.2 deste Edital, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases da classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

9.1.1. Melhor nota na prova escrita;

9.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;

9.1.3. Idade mais elevada.

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBEJTIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com peso 70 % (setenta por cento) e terá caráter classificatório.

10.1.1. Fica desclassificado o candidato que não tirar nota mínima de 03 (três) pontos na prova escrita.

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

NPE =	10	X NAP X 0,70
	TQP	

Onde:

10 = Total de Pontos (subitens 6.3.4 e 6.4.2 deste Edital)

NPE = Nota da prova escrita

TQP = Total de questões da prova

NAP = Número de acertos na prova

0,70 = Peso 70 % (subitens 10.1 deste Edital)

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita e dos títulos mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$NTC = (NAPE) + NPT$

Onde:

NTC = Nota Total do Candidato

NPE = Nota da prova escrita (subitem 10.2 deste Edital)

NPT = Nota da prova de Títulos (subitens 7.2 e 7.3. 7.4 deste Edital)

12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, da data de sua publicação excluindo-se o dia da publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.xavantina.sc.gov.br.

12.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via presencial através de requerimento escrito, interpostos até 2 (dois) dias úteis contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo e relativos:

12.2.1. Da homologação das inscrições;

12.2.2. Os gabaritos divulgados nos site previstos no subitem 12.1 deste edital;

12.2.3. Do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.3. Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos (site);

12.4. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.5. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.6. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

12.7. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.8. Caberá à Comissão do Processo seletivo decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.9. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.10. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.11. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT's ficarão vinculadas aos professores efetivos e lotados, em atribuição de exercício diversa e outros ocupantes de cargos comissionados, licenças legais, bem como aquelas não ocupadas no último concurso público, e em função da demanda de matrículas.

13.1.1 O número de vagas e a data de escolha será publicado em até 15 (quinze) dias que antecede a mesma. A escolha de vagas será realizada tendo como local a Secretaria Municipal da Educação, situada na Praça Rio Branco, 410 – Centro, Xavantina/SC, no turno Matutino das 8h30min às 11h30min, para todas as áreas.

13.2. O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga em qualquer área, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado:

13.2.1. Após a escolha das vagas de ano todo, surgindo novas vagas no decorrer do ano letivo, a escolha se dará pela ordem de classificação dos candidatos, à partir do primeiro da lista de reserva técnica. (1º após o último que escolheu).

13.2.2. O candidato que se inscrever para duas áreas, estabelecidos nos subitem 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3 e 6.3.4 deste Edital, após de escolha de uma vaga para o ano todo, será excluído da segunda lista (segunda vaga).

13.2.3. O candidato que vier escolher uma vaga durante o ano, com prazo contratual igual ou menor de 30 (trinta) dias, e, se nesse prazo vier ocorrer nova vaga será consultado do interesse da nova vaga aberta.

13.2.3.1 O número de escolha estabelecido no item 13.2.3 se limitará a duas escolhas sequenciais.

13.2.3.1. Se durante o prazo estabelecido no subitem 13.2.3 acima não surgir nova vaga o mesmo manterá sua posição de escolha de novas vagas que surgirem.

13.3. Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais nenhum professor habilitado a ser chamado.

13.3.1 Os professores em Ensino Especial Educação Especial (2º Professor, SAA e AEE), com licenciatura em Pedagogia somente serão chamados se não houver mais nenhum professor com Licenciatura em Pedagogia com habilitação em ensino especial.

13.4. Os candidatos classificados para o cargo estabelecido no subitem 6.3.2. Educação Especial: Segundo Professor, AEE, SAA, no exercício de suas atividades deverão permanecer em sala de aula durante todo o período das mesmas.

13.5. O levantamento de vagas a serem oferecidas aos classificados será efetuado pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas e/ou turmas disponíveis aos professores efetivos do quadro do magistério público municipal, nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2019.

13.6. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada sendo que será respeitada a ordem de chamada da reserva técnica do item 13.2.1.

13.7. Os candidatos que preencherem vagas na forma estabelecida no item 13 – Preenchimento das Vagas, obrigatoriamente deverão participar dos cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

13.7.1. A não participação dos cursos estabelecidos no subitem 13.7 acima poderá caracterizar falta funcional, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

13.8. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e serão resolvidos em comum pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e AMAUC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

14.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

14.4. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da AMAUC e do Município a partir das 10 (dez) horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

14.5. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

14.6. O candidato obriga-se a manter atualizado: telefone, e-mail e seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

14.7. A Prefeitura Municipal de Xavantina e a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas será seguida a listagem classificatória.

14.8. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2019.

14.9. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, constantes do Anexo III.

14.10. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos da trabalho e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

14.11. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargos, individualmente, ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.12. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para acompanhamento do Processo Seletivo designada por ato do Executivo Municipal até a data do término das inscrições.

14.13. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da Secretaria Municipal da Educação de Xavantina.

14.14. O candidato que já tiver cargo público como ativo ou inativo, somente poderá escolher carga horária até o limite máximo entre inatividade e atividade de 60 horas semanais, sendo de inteira responsabilidade do candidato a veracidade desta informação.

14.15. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e com o Projeto Político-Pedagógico das Escolas, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2019.

14.16. O contrato do professor substituto poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.

14.17. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

14.18. Os candidatos classificados no teste seletivos serão admitidos sob o regime Estatutário estabelecido pela Lei Complementar nº 02, de 09 de outubro de 2000, Lei nº 1647, de 17 de maio de 2018 e Lei nº 782, 29 de janeiro de 2002.

14.19. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

14.20. Os professores poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

14.21. Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:

14.21.1. Anexo I – Conteúdos Programáticos;

14.21.2. Anexo II – Requerimento para Candidato Portador de Necessidades Especiais;

14.21.3. Anexo III – Documentos Necessários para Admissão.

14.21.4. Anexo IV – Quadro com Habilitação Mínima Exigida para Inscrição nos Cargos de

Professor.

14.22. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, conforme o número de vagas, carga horária e dia de escolha estabelecidas no subitem 13.1.1 deste Edital a ser publicado sites www.xavantina.sc.gov.br e www.amauc.org.br;

14.23. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

14.24. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, Secretaria Municipal da Educação do Município de Xavantina/SC, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

14.25. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Educação através do telefone (49) 3454 31.24 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br ou pelo telefone (49) 3482.3500 (AMAUC).

Xavantina/SC, 26 de novembro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Em 00 de de 2018

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ANEXO I

Conteúdo comum para todos os cargos de PROFESSOR

LÍNGUA PORTUGUESA – Compreensão e interpretação de textos. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Figuras de linguagem. Ortografia. Acentuação. Pontuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas, frações

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES – Dados históricos, geopolíticos e socioeconômicos, do município, do estado, do país e do mundo. Fatos relevantes da atualidade no Brasil e no Mundo e suas vinculações históricas. Informações atuais sobre artes, esportes e cultura, no Brasil e Mundo. Meio Ambiente. Política e cidadania no Brasil. História do Município. Fatos relevantes do Município.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Plano Municipal de Educação. Concepções Pedagógicas. Planejamento na prática educativa. Avaliação. Currículo. O lúdico como instrumento de aprendizagem. Desenvolvimento da criança e do adolescente. Educação Inclusiva. Psicologia da aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS:

Professor Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano): Desenvolvimento Infantil. Alfabetização e letramento. Avaliação. Planejamento na Prática Educativa. Currículo. O lúdico como instrumento de aprendizagem. Educação Inclusiva. Parâmetros Curriculares Nacionais. Psicologia da aprendizagem. Projetos Pedagógicos e sequências didáticas. Mediação da aprendizagem.

Professor de Educação Infantil: Desenvolvimento infantil. Organização do trabalho pedagógico na educação infantil. A organização do espaço na Educação Infantil. Rotinas na educação infantil. Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil. Avaliação na educação infantil. Teorias educacionais. Concepções Pedagógicas. O desenho infantil. Limites. O lúdico como instrumento de aprendizagem. O jogo e o brincar. Sexualidade. Família. Educação Inclusiva. Mídia e Educação. Referencial Curricular Nacional para educação infantil. Linguagens e linguagens geradoras. Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. Concepção de Educação, de Aprendizagem, de Professor e de Criança.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ÁREAS:

INGLÊS - Compreensão e Interpretação de Textos. Vocabulários. Estruturas gramaticais. Listening, Speaking, Reading and Writing. Wh-questions. Prática pedagógica de inglês como segunda língua. Teorias de aquisição da linguagem. Parâmetros Curriculares Nacionais.

FILOSOFIA: Saber mítico; Saber filosófico; Relação Mito e Filosofia; O que é Filosofia; Possibilidade do conhecimento; As formas de conhecimento; O problema da verdade; A questão do método; Conhecimento e lógica; Ética e moral; Pluralidade ética; Ética e violência; Razão, desejo e vontade; Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas;

EDUCAÇÃO FÍSICA – Parâmetros Curriculares Nacionais. Didática da Educação Física. Aprendizagem e desempenho motor. Jogos e brincadeiras populares: jogos sensoriais, recreação, jogos pré-desportivos, jogos cooperativos. Danças e atividades rítmicas –expressivas. Esportes (coletivos, individuais). Ginásticas. Atividade Física, Saúde e Qualidade de vida. Planejamento, Educação Inclusiva

ARTES – História da Arte. Ensino da arte e novas tecnologias da comunicação e informação. Didática e Tendências do Ensino de Artes. A linguagem artística. Produção de Artes. Aprendizagem Artística. Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. O ensino de Artes e o cotidiano escolar contemporâneo. Arte e Sociedade. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEGUNDO PROFESSOR, SAA E AEE): Papel do professor frente aos alunos com necessidades educacionais especiais. Metodologias de ensino e aprendizagem. Educação inclusiva e práticas pedagógicas. A inserção escolar - relações entre família e escola. Inclusão e escolarização. Fundamentos da Educação Inclusiva. Organização do tempo e espaço físico na escola. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Deficiência Mental, Deficiência Visual, Transtornos Globais do Desenvolvimento. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Desenvolvimento global da criança. Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Educação e Diversidade. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR MÚSICA - Artes musicais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Músicos Brasileiros; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's, RECNEI.; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Nome:

Nº de Inscrição:

(a) para o Cargo de,
RG: __, CPF: __, inscrito

Residente: __, nº __,

Bairro:

especial

__, Fone: (__)

__, portador da necessidade

__, requer a Vossa Senhoria condições

especiais (*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município/SC, conforme Edital nº 34/2017, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

/SC, de de 2018.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência.

ANEXO III CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Documentos que deverão ser entregues na Secretaria da Educação, cópias juntamente com os originais para contrato:

- Carteira de Identidade

- CPF

- Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição (1º e 2º turno)

- Certificado de Reservista (quitação com as obrigações militares, somente para homem.)

- Cartão de PIS/PASEP
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Certidão de nascimento dos Filhos (Menores)
- 01 foto 3X4 recente
- Conta Bancária para depósito dos vencimentos.
- Comprovante de escolaridade, conforme exigência para o cargo.
- Declaração de Bens e fontes de renda, com a data de Admissão
- Atestado de Admissão – ASO (com a data de Admissão)
- Atestado de boa Conduta. (Antecedentes Criminais) – Fórum ou www.tjsc.jus.br
- Declaração de não acumulo de cargos, empregos ou funções públicas
- Comprovação de experiência e/ou capacitação para o cargo quando exigido
- Inscrição no conselho competente, quando for o caso.

ANEXO IV

HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA INSCRIÇÃO NOS CARGOS DE: PROFESSOR

Item	Área/Disciplina	Habilitação Mínima
01	Professor	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia- Educação Infantil; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia-Series Iniciais
02	Educação Especial (2º Professor, SAA e AEE	Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura em Pedagogia com especialização em Educação Especial.
03	Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras-Inglês. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 6ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês
04	Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística, de Licenciatura Plena em Artes ou de Licenciatura em quaisquer linguagens específicas, Artes Visuais e Plásticas, Artes Cênicas ou Teatro, Música e Dança. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística, em Artes ou de Licenciatura em quaisquer linguagens específicas, Artes Visuais e Plásticas, Artes Cênicas ou Teatro, Música e Dança.
05	Música	Habilitado - Licenciatura Plena em Artes com habilitação em Música. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Artes
06	Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 6ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.
07	Filosofia	Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Filosofia; Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 6ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Filosofia ou do Curso de Licenciatura Plena em História.

ANEXO V CRONOGRAMA

Cronograma do Certame	Data
Publicação do Edital	26/10/2018
Prazo para impugnação das disposições editalícias	29 a 30/10/2018
Período das Inscrições	31/10 à 12/11/2018

Encerramento das Inscrições com isenção de taxa	06/11/2018
Divulgação inscritos com solicitação de isenção de taxa	07/11/2018
Recurso inscrições com solicitação de isenção de taxa	08 e 09/11/2018
Publicação lista de inscrições isentas	12/11/2018
Ultimo Prazo de Pagamento do Boleto	13/11/2018
Divulgação das inscrições Deferidas e Indeferidas	14/11/2018
Prazo para recurso contra o resultado da divulgação das inscrições	16 e 19/11/2018
Homologação das inscrições	20/11/2018
Aplicação da Prova Escrita Objetiva	25/11/2018
Divulgação do gabarito preliminar	26/11/2018
Prazo para recurso contra as questões e o gabarito preliminar	27 e 28/11/2018
Publicação gabarito definitivo	30/11/2018
Divulgação da classificação Preliminar (Prova Escrita e Títulos)	03/12/2018
Prazo para recurso contra a classificação preliminar	04 e 05/12/2018
Homologação da Classificação Final	07/12/2017

DECRETO 253/2018

Publicação Nº 1787778

DECRETO Nº 253, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a homologação da Resolução nº 003/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 003/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), que dispõe sobre a aprovação de projeto do Fundo da Infância e Adolescência para Aquisição de Veículo para transporte de crianças e adolescentes que participam das oficinas promovidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 30 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a Aprovação de projeto do Fundo de Infância e Adolescência (FIA) de Xavantina e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 1326/2013 e de acordo com a Ata nº 009/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o projeto do Fundo da Infância e Adolescência para aquisição de um veículo para transporte de crianças e adolescentes que participam das oficinas promovidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no valor de R\$ 213.555,99 (duzentos e treze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 29 de Outubro de 2018.

Leonora Brandelero Kipper

Presidente

DECRETO 254/2018

Publicação Nº 1787781

DECRETO Nº 254, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a criação da Comissão de Operações de Emergência em Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que ano a ano a necessidade de integrar as ações e serviços de saúde para a atuação em situações de emergência e estado de calamidade pública;

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações de prevenção, preparação, alerta, respostas e reconstrução de cenários, afetados por eventos adversos que provocam danos à infraestrutura pública e/ou privada e ao meio ambiente, assim como agravos à saúde da população;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas de vigilância em saúde ambiental, relacionadas aos riscos decorrentes de desastres ambientais;

CONSIDERANDO a Portaria MS N.º1378/2013;

CONSIDERANDO os riscos relacionados aos desastres tecnológicos, acidentes com produtos perigosos;

DECRETA:

Art.1º Fica criada a Comissão responsável pela elaboração do "Plano Municipal de Vigilância para Emergências em Saúde".

§1º. Serão integrantes da Comissão:

- a) Secretaria Municipal de Saúde (Administração);
- b) Atenção Básica;
- c) SAMU;
- d) Corpo de Bombeiros;
- e) Vigilância Sanitária;
- f) Vigilância Epidemiológica;
- g) Assistência Farmacêutica;
- h) Defesa Civil Municipal;
- i) Poder Legislativo;
- j) Secretaria da Agricultura;
- k) CASAN;
- l) CIDASC;
- m) Polícia Militar/SC;
- n) outras entidades civis;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 30 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 255/2018

Publicação Nº 1788580

DECRETO Nº 255 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Nomeia leiloeiro administrativo para alienação de bens móveis constantes no Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis através do Decreto nº 236 de 24 de Setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, conforme disposto nos Arts. 11 e 12, II, ambos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) Servidor(a) Municipal JOSELINO LUIZ NAISSINGER, como Leiloeiro(a) Administrativo, e como equipe de Apoio, os (as) Servidores(as): VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI, VANIA SALETE MIRANDOLLI e MAIRA LUCIA ALTENHOFEN, para conduzir o processo de alienação de bens, sob a assessoria da empresa MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA, devidamente contratada com base no Processo Licitatório nº 052/2017, modalidade Tomada de Preços nº 003/2017, para proceder ao Leilão Administrativo de Bens do Patrimônio Público Municipal de forma Presencial e on-line, declarados inservíveis pelo Decreto nº 236 de 24 de Setembro de 2018, cuja alienação é autorizada pelo Art. 11, combinado com o Art. 12, II, ambos da Lei Orgânica Municipal e Ata de Avaliação realizada pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 237 de 24 de Setembro de 2018.

Art. 2º A atividade de condução do leilão é atribuída a Servidor(a) Público(a) Municipal, a qual se caracteriza como de interesse público, sem ônus de remuneração pelos serviços prestados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 30 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1788273

Contrato Administrativo nº 004/2018

Contrato: Nº 004/CMV/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: TIAGO CASAROTTO – ME

Objeto:

01 – 91,85 m² - PISO LAMINADO ALTO TRÁFEGO / COMERCIAL, 7MM DE ESPESSURA, 292 MM DE LARGURA, SISTEMA DE ENCAIXE CLI-CK- MARCA: EUCAFLOR

02 – 91,85 m² - MANTA 2 MM

03 – 64,8 m² - RODAPÉ 70 MM - MARCA: EUCAFLOR

04 – 01 - FRONTAL DE ESCADA 210MM

05 – Serviço de instalação de lamina e de rodapés

Data da Assinatura: 01/10/2018

Valor: R\$ 7.845,60,00 (sete mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

NATALINO MOSCON

Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATO Nº 005/2018

Publicação Nº 1788283

Contrato Administrativo nº 005/2018

Contrato: Nº 005/CMV/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: CASAROTTO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Objeto: AMBIENTE DA SALA DE SESSÕES, EM MDF, CONTENDO: SEIS ESCRIVANINHAS LATERAIS CONTENDO UMA GAVETA COM CHAVE, DE DIMENSÕES: L: 0,93m; A: 0,8m; P: 0,6 m; TRÊS ESCRIVANINHAS FRONTAIS CONTENDO UMA GAVETA COM CHAVE, DE DIMENSÕES: L: 1,03m; A:0,85m; P: 0,6 m; UMA ESCRIVANINHA PARA SECRETÁRIA; UMA TRIBUNA; E UM BALCÃO PARA MESA DE SOM.

Data da Assinatura: 08/10/2018

Valor: R\$ R\$ 8.900,00 (Oito mil e novecentos reais)

NATALINO MOSCON

Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATO Nº 006/2018

Publicação Nº 1788293

Contrato Administrativo nº 006/2018

Contrato: Nº 006/CMV/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: C.C.CAON MÓVEIS LTDA

Objeto: ESCRIVANINHA PARA SALA DE CONTABILIDADE, COM 01 PORTA E SUPORTE PARA CPU E ESTABILIZADOR, NAS DIMENSÕES: L: 1,5m; A:0,80m; P:06m

Data da Assinatura: 08/10/2018

Valor: R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)

NATALINO MOSCON

Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATO Nº 007/2018

Publicação Nº 1788293

Contrato Administrativo nº 007/2018

Contrato: Nº 007/CMV/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: C.C.CAON MÓVEIS LTDA

Objeto: ESCRIVANINHA PARA ESCRITÓRIO, COM TRÊS GAVETAS, DUAS PORTAS E SUPORTE PARA CPU, NAS DIMENSÕES: L: 3,5m; A:0,80m; P:0,55m

Data da Assinatura: 08/10/2018

Valor: R\$ 1.625,00 (Hum mil e seiscentos e vinte e cinco reais)

NATALINO MOSCON
Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

RESOLUÇÃO MD 009/2018

Publicação Nº 1788297

RESOLUÇÃO MD 009/2018, de 22 de outubro de 2018

“DESAFETA BENS MÓVEIS, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, TRANSFERE AO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NATALINO MOSCON, ilustríssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, III, 'a', do Regimento Interno;
Considerando, que existem bens que não estão sendo utilizados pela Câmara Municipal de Vereadores, faz saber que os Vereadores aprovaram e ele promulga o seguinte:

RESOLUÇÃO:**Art. 1º - Desafetar os bens abaixo arrolados em razão de serem considerados inservíveis ao Poder Legislativo Municipal:**

Nº	Bens	Valor Contábil	Situação
007	MESA PARA ESCRITORIO EM MDF BEGE COM 3 GAVETAS FORMATO EM `` L ``	167,10	Regular
018	MESA PARA ESCRITORIO EM MDF BRANCO COM GAVETA	177,05	Regular
048	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
049	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
050	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
051	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
052	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
053	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
054	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
055	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
056	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO CROMADO E MDF MOGNO COM 3 GAVETAS	125,10	Regular
061	MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	97,25	Regular
066	PULPITO EM MDF BEGE COM VERDE	487,60	Regular

Art. 2º - Providenciar a devolução e transferência do bem desafetado e considerado inservível ao Poder Executivo.**Art. 3º - O servidor responsável pelo patrimônio providenciará a baixa no sistema patrimonial e encaminhará ao setor contábil para os registros pertinentes.****Art. 4º - Esta resolução entra em vigor em 01 de novembro de 2018.**

Xavantina, 22 de outubro de 2018.

Natalino Moscon Presidente	Irineu Mariani Vice Presidente
Givanildo de Biasi 2º Secretário	

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 291

Publicação Nº 1787716

DECRETO Nº. 291/2018.

Exonera Médico contratado em caráter emergencial a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2018, a servidora municipal ELIANE BOACHETTI ASSONALIO, ocupante da função de MÉDICO, portadora da matrícula 8144, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de outubro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Decreto 292

Publicação Nº 1787717

DECRETO Nº. 292/2018.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2018, a servidora municipal ADIANE BRUNETTO CASAGRANDA, ocupante do cargo de comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, portadora da matrícula 8383, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de outubro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Associações

AMUREL

EDITAL DE AGO - OUTUBRO (RETIFICAÇÃO) 10/2018

Publicação Nº 1787855

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, RETIFICA o Edital de Convocação da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 01 de novembro de 2018, às 9 horas, para incluir na pauta dos assuntos principais o seguinte: Pedágio BR-101, mantidos os demais assuntos da pauta do dia, quórum de presença e votação previstos no edital retificado.

Tubarão/SC, 30 de outubro de 2018.

Robson Jean Back

Presidente da AMUREL

Prefeito de São Martinho

Consórcios

CIDEMA

EXTRATO DE TOMADA DE PREÇO

Publicação Nº 1788506

Estado de Santa Catarina

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE – CIDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 01/2018

Edital: Tomada de Preços Nº 01/2018

Tipo: Técnica e Preço/Menor Preço Global

Objeto: Prestação de serviços de diagnóstico quali-quantitativo das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação nos municípios regulados pela ARIS, fundamentalmente nas soluções individuais dos municípios consorciados ao CIDEMA.

Entrega dos Envelopes: 30/11/2018 até às 08h00min.

Abertura dos Envelopes: às 08h15min do 30/11/2018 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Avenida Getúlio Vargas, 571, Centro, Chapecó – SC, junto à sede da AMOSC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min ou pelo telefone nº (49) 3319-3232 e ainda no site: <http://cidema.sc.gov.br/> .

Chapecó, SC, 30 de outubro de 2018.

GLAUBER BURTET

Presidente do CIDEMA

Prefeito de Caxambu do Sul/SC

CIGA

Extrato de Contrato n. 278 - Prefeitura Municipal de Abdon Batista

Publicação Nº 1788263

EXTRATO DE CONTRATO Nº 278/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.825,00 (seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 10 de outubro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 279 - Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul

Publicação Nº 1788271

EXTRATO DE CONTRATO Nº 279/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul
CNPJ: 95.991.261/0001-27
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.039,52 (oito mil, trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 25 de outubro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1788740

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0001/2018
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração o contido no artigo 20 e seus parágrafos, tanto do Protocolo de Intenções quanto do Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCA os Chefes dos Poderes Executivos dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na Câmara de Vereadores de Fraiburgo, sito na Avenida Lebon Régis, S/N, Bairro São José, Fraiburgo, SC em data de 12 de novembro de 2018, em primeira convocação às 10:00 horas, e as 10:30 horas em segunda convocação, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

- I. Prestação de Contas do CIMCATARINA;
- II. Ratificação e Homologação de resoluções da Presidência;
- III. Aprovação das metodologias e dos Rateios dos Contratos de Programas para o exercício de 2019;
- IV. Aprovação da tabela de valores para prestação dos serviços para o exercício de 2019;
- V. Aprovação do Orçamento anual do Consórcio para o exercício de 2019;
- VI. Aprovação do ingresso automático de novos municípios;
- VII. Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio;
- VIII. Outros assuntos diversos de interesse do CIMCATARINA e dos municípios consorciados.

Florianópolis, 30 de outubro de 2018.
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA
Prefeito de Abdon Batista
Presidente do CIMCATARINA

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0002_2018

Publicação Nº 1787769

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA**EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2226****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES****FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA****ATA: AT18CIM2049****PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA****EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA****REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA****OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:****Item-Quant: 718-200****DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2018****Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2227****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES****FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA****ATA: AT18CIM1958****PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA****EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA****REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA****OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:****Item-Quant: 59-200****DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2018****Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2228****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA****FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA****ATA: AT18CIM1978****PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA****EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA****REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA****OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:****Item-Quant: 59-200****DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2018****Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2229****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE****FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA****ATA: AT18CIM1330****PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA**

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 949-19
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2239
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
ATA: AT18CIM6127
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 881-800
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2240
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM1871
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 863-2500
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2241
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM1976
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 5-70; 59-200; 759-1950
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2242
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM2289
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 59-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2243

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM1325

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 132-1500; 240-4800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2244

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM1384

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 232-2800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2245

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM1476

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-2500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2246

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM1462

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-2500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2247

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT18CIM1508

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 396-4000; 999-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2248

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT18CIM1577

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 294-1000; 315-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2249

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

ATA: AT18CIM1755

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 285-1850

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2250

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM2132

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando

adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 397-60; 456-1750

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2251

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM2206

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 917-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2252

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM2225

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 917-1200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2253

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM2036

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 656-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2254

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM2028

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 656-5
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2255
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM1482
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-4000
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2256
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM1485
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-4000
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2258
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
ATA: AT18CIM2292
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 954-100
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2260
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FORNECEDOR: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME
ATA: AT18CIM2239
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 955-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2262
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE
FORNECEDOR: VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT18CIM2218
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 568-30
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2263
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
ATA: AT18CIM2068
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 35-3500
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2269
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: AG KIENEN & CIA LTDA
ATA: AT18CIM1226
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 710-2950
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2270
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT18CIM1445
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 858-1000
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2271

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

ATA: AT18CIM1755

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 873-1490

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2272

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM1810

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 781-12000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2273

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM1976

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 149-800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2274

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT18CIM2100

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 795-840

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2276
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
ATA: AT18CIM1572
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 626-185
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2277
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
ATA: AT18CIM2276
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 626-550
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2278
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM
FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
ATA: AT18CIM1680
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 80-6984
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2288
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM1320
PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 457-22
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2292

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM2179

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 337-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2294

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM1971

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 580-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2295

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT18CIM2095

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 994-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2296

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM1471

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 155-240

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2322

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

ATA: AT18CIM4277

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 641-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2323

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

ATA: AT18CIM4276

PAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0002/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0002/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 641-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0003_2018

Publicação Nº 1787772

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2259

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

ATA: AT18CIM6507

PAL: 0003/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0003/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0003/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0004_2018

Publicação Nº 1787776

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2232

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

ATA: AT18CIM2668

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 200-10; 201-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2233

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5898

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 259-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2234

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2866

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 291-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2236

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2593

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-9

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2237

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2605

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-9

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2238

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2866

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 230-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2264

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

ATA: AT18CIM5239

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 327-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2268

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM3625

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 106-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2279

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM3021

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando

adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 302-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2280

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM3037

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 302-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2289

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5363

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 380-1000; 383-330; 384-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2298

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM7803

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 82-16

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2301

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2594

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 47-200
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2302
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM7745
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 387-300
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2303
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM7767
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 387-35
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2304
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM7796
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 387-50
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2305
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM2881
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 266-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2306
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM2866
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 266-2
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2308
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM2593
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 367-55
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2315
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM7755
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 3-5
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2316
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM2600
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 135-20
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2318

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM3019

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 118-25

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2330

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5898

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 366-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2331

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2872

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 366-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2332

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA

ATA: AT18CIM2655

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 60-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2333
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL
FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT18CIM4661
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 4-700; 141-70
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2337
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI
FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT18CIM3021
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 368-3
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2343
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
FORNECEDOR: BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA
ATA: AT18CIM2650
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 364-1000
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2344
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM5235
PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 454-1
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2346

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA

ATA: AT18CIM2648

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 90-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2347

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM2905

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 418-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2350

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM4184

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2351

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM3025

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2352

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2889

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 444-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM7790

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 76-36

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 19/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2359

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

ATA: AT18CIM3003

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 268-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 19/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2364

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2596

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 432-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2386

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM2904

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 418-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2389

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM3034

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 155-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2390

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM2608

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 113-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM3027

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 211-120

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM7842

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 64-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM7498

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 301-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 25/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2408

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA

ATA: AT18CIM2639

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 173-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2409

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5375

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 271-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2410

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM4661

PAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0004/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0004/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0006_2018

Publicação Nº 1787777

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2261

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.

ATA: AT18CIM3198

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 141-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2324

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELLI

ATA: AT18CIM3396

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 138-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2325

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELLI

ATA: AT18CIM3376

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 138-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2334

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.

ATA: AT18CIM3208

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 179-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2335

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.

ATA: AT18CIM3202

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 155-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2336

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.

ATA: AT18CIM3195

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 155-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2339

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI

ATA: AT18CIM3482

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 301-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI EPP

ATA: AT18CIM3250

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 327-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2388

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELLI ME

ATA: AT18CIM3166

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 164-50; 165-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

ATA: AT18CIM3359

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 21-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 25/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2412

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELLI

ATA: AT18CIM3367

PAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0006/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0006/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 7-6

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0008_2018

Publicação Nº 1787779

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2353

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5136

PAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-300; 3-370; 4-350

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2354

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5169

PAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-310

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2370

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5136

PAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-300; 3-300; 4-350

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2411

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM5140

PAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0008/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0009_2018

Publicação Nº 1787780

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2338

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

ATA: AT18CIM4740

PAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0009/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 7-45

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2340

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT18CIM4706

PAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0009/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2341

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT18CIM4705

PAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0009/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-20; 6-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2355

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

ATA: AT18CIM4740

PAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0009/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-35

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2357

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT18CIM4702

PAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0009/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0013_2018

Publicação Nº 1787782

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2235

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

ATA: AT18CIM6241

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2275

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

ATA: AT18CIM6271

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2281

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

ATA: AT18CIM6282

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 26-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2282

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

ATA: AT18CIM6280

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 26-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 05/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2360

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT18CIM6364

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 13-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 19/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2362

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: KCRS COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

ATA: AT18CIM6597

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2363

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: KCRS COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

ATA: AT18CIM6356

PAL: 0013/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0012/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0012/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0016_2018

Publicação Nº 1787783

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2266
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
FORNECEDOR: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM6818
PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 9-5
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2267
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
FORNECEDOR: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM6818
PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 31-5
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2286
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FORNECEDOR: DIRCEU LONGO & CIA LTDA
ATA: AT18CIM5610
PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 361-2
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2287
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
FORNECEDOR: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM6818
PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-6; 31-17

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2297

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT18CIM5507

PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 101-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2300

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT18CIM5713

PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 109-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2307

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT18CIM5750

PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 87-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2314

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM5452

PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 96-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2319

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT18CIM5714

PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 108-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2320

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT18CIM5756

PAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0014/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0014/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 132-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0018_2018

Publicação Nº 1787784

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2381

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

ATA: AT18CIM6975

PAL: 0018/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0016/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0016/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-4; 6-3; 9-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2382

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

ATA: AT18CIM5407
PAL: 0018/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0016/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 17-2
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2407
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
FORNECEDOR: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA
ATA: AT18CIM5429
PAL: 0018/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0016/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 16-3
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2416
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS
FORNECEDOR: JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
ATA: AT18CIM6975
PAL: 0018/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0016/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0016/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 3-3
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0020_2018

Publicação Nº 1787785

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2365
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
FORNECEDOR: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA
ATA: AT18CIM5932
PAL: 0020/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0018/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0018/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 7-11; 8-11; 9-16; 11-16; 12-16
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2366

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: RP COMERCIAL LTDA

ATA: AT18CIM5942

PAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0018/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0018/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 13-25

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2367

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

ATA: AT18CIM5932

PAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0018/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0018/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-16

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2368

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

ATA: AT18CIM5936

PAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0018/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0018/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-6

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0022_2018

Publicação Nº 1787786

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2257

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT18CIM7391

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 119-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2265

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT18CIM7234

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2313

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIM7349

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2387

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIM7348

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 127-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: GIANELLO INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT18CIM7403

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 152-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 25/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2413

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT18CIM7381

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 119-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT18CIM7391

PAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0020/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0020/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 119-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0023_2018

Publicação Nº 1787791

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2348

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ATA: AT18CIM8997

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 32-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2349

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM8447

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-8000
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2356
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A
ATA: AT18CIM8302
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 302-700
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2369
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
FORNECEDOR: VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT18CIM8751
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 965-30
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2371
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM8226
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 381-30
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2372
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A
ATA: AT18CIM8316
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 302-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2373
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA: AT18CIM9210
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 281-10; 434-40
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2374
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
ATA: AT18CIM8361
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 426-10
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2375
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT18CIM8228
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 359-10
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018
Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2376
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
ATA: AT18CIM8724
PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA
EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 347-5
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2377

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM8453

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 405-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2378

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT18CIM8183

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 400-5; 515-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2379

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT18CIM8363

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 357-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2380

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT18CIM8580

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 468-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2385

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT18CIM8296

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 230-90

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2391

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT18CIM8443

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 521-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM7954

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 562-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT18CIM7954

PAL: 0023/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0021/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0021/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 553-140

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0024_2018

Publicação Nº 1787787

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP

ATA: AT18CIM9516

PAL: 0024/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0022/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0022/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 7-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0026_2018

Publicação Nº 1787788

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

ATA: AT18CIM7642

PAL: 0026/2018 - CIMCATARINA

EDITAL: 0024/2018 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0024/2018 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 171-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 26/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO_2018 - PAL 0036_2017

Publicação Nº 1787790

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2326

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT17CIM7137

PAL: 0036/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0029/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0028/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2327

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT17CIM7135

PAL: 0036/2017 - CIMCATARINA
EDITAL: 0029/2017 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇO: 0028/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-60

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2342

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT18CIM2584

PAL: 0036/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0029/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0028/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR18CIM2345

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT18CIM2584

PAL: 0036/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0029/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0028/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2018

Florianópolis (SC), terça-feira, 30 de outubro de 2018

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 022/2018 - ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - SEGUNDA COLOCADA - LOTE 04

Publicação Nº 1787934

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Às nove horas, do trigésimo dia, do mês de outubro de dois mil e dezoito, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, situado na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó, reuniu-se a Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio, designados pela Resolução 224-18, para andamento do Pregão Presencial nº 022/2018 – Sistema de Registro de Preços.

Apresentadas as amostras pelas empresas convocadas, as mesmas foram devidamente analisadas pelo Consórcio Público, resultando nos pareceres juntados aos autos.

Conforme se verifica dos pareceres, as amostras dos lotes 01, 02 e 03 foram aprovadas sem ressalvas pelo Consórcio Público e a amostra do lote 04 foi reprovada pelo Consórcio Público.

Diante da reprovação da amostra apresentada no lote 04, nos termos do item 5.4 do Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 022/2018, a Pregoeira decide pela desclassificação da empresa EKOMOB COMERCIO LTDA EPP do Lote 04, determinando-se a abertura dos documentos de habilitação do licitante classificado na segunda colocação no Lote 04, qual seja, a empresa RICHESSE MÓVEIS EIRELI. Em razão disso, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002, a Pregoeira convoca as licitantes para abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da empresa RICHESSE MÓVEIS EIRELI, em sessão a ser realizada na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio

Vale do Itajaí – CIMVI, na data de 31 de outubro de 2018, às 09 horas, com participação aberta às licitantes e público em geral. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PATRICIA BARBARESCO Pregoeira	ANDRE MORO DA SILVA Equipe de Apoio	JAMES SCHMITT Equipe de Apoio
----------------------------------	--	----------------------------------

LICITAÇÃO Nº 022/2018 - PARECER DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS - LOTE 03

Publicação Nº 1787931

PARECER - ANÁLISE DE AMOSTRA

Processo Licitatório: 022/2018 – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços

Objeto: Aquisição de mobílias destinadas ao Centro Administrativo do CIMVI

Empresa convocada a apresentar a(s) amostra(s): SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP

Em referência a amostra do Lote 03 do Pregão Presencial nº 022/2018, a qual foi apresentada pelo fornecedor acima citado, o Departamento Administrativo do CIMVI realizou análise conforme se verá a seguir:

LOTE 03 – CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE			
Subitem	Descrição	Marca	Resultado Análise
3.1	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE contendo espuma injetada de alta densidade e anatômica, reclinção do encosto junto com o assento, braços cromados com revestimento em couro, base toda cromada com pés em alumínio, regulagens ergonômicas, regulagem de altura do assento. Rodízios em PU (Anti-risco). Assento, encosto e revestimento dos braços em couro na cor verde, marrom ou preta. Escolha de cor de acordo com a conveniência do CIMVI no momento do pedido.	Akon	APROVADA

Resultado: APROVADO SEM RESSALVAS.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Timbó/SC, 30 de Outubro de 2018.

Patricia Barbaresco

Agente Administrativo

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

James Schmitt

Agente Administrativo

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

LICITAÇÃO Nº 022/2018 - PARECER DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS - LOTES 02 E 04

Publicação Nº 1787930

PARECER - ANÁLISE DE AMOSTRA

Processo Licitatório: 022/2018 – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços

Objeto: Aquisição de mobílias destinadas ao Centro Administrativo do CIMVI

Empresa convocada a apresentar a(s) amostra(s): EKOMOB COMERCIO LTDA EPP

Em referência as amostras do Lote 02 e 04 do Pregão Presencial nº 022/2018, as quais foram apresentadas pelo fornecedor acima citado, o Departamento Administrativo do CIMVI realizou análise conforme se verá a seguir:

LOTE 02 – CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA

Subitem	Descrição	Marca	Resultado Análise
2.1	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA EXECUTIVA com braços reguláveis em sentido vertical e horizontal na cor preta, encosto em tela 100% poliéster preto, tecido space, sistema back system (regulagem de altura e inclinação do encosto com travamento), assento em tecido poliéster, regulagem de altura do assento com travamento, base a gás, espuma injetada, estrutura de ferro, cor preta com base aranha de nylon na cor preta. Estruturas e rodas PU na cor preta. Conforme desenho abaixo:	Frisokar AGILE	APROVADA

Resultado – Lote 02: APROVADO SEM RESSALVAS.

LOTE 04 – CADEIRAS FIXAS			
Subitem	Descrição	Marca	Resultado Análise
4.1	CADEIRA FIXA – aproximação fixa coletiva contendo espuma expandida, estrutura cromada, empilhável, encosto e assento com curvaturas anatômicas e com revestimento em couro na cor verde, marrom ou preta. Escolha de cor de acordo com a conveniência do CIMVI no momento do pedido.	ROAL WE	REPROVADA. A AMOSTRA APRESENTADA ENCONTRA-SE COM: - O ENCOSTO COM 230MM A 250MM (EDITAL EXIGE 200MM); - ALTURA TOTAL DA CADEIRA COM 790MM A 800MM (EDITAL EXIGE 750MM); - LARGURA TOTAL DA CADEIRA ABAIXO DO ASSENTO COM 440MM (EDITAL EXIGE 410MM) - ALTURA DA CADEIRA ATÉ NO ASSENTO COM 430MM A 440MM (EDITAL EXIGE 490MM)

Resultado – Lote 04: REPROVADO.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Timbó/SC, 30 de Outubro de 2018.

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

James Schmitt
Agente Administrativo
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

CIS/AMARP**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 02 2018**

Publicação Nº 1788414

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 08/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Douglas Fernando de Mello, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para aquisição de equipamentos de informática. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Consórcio – no endereço Avenida Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, Videira - SC, até o horário previsto para o credenciamento. O Credenciamento será realizado até às 08:45min do dia 19 de novembro de 2018 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão será no mesmo dia às 09 h. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto a aquisição de equipamentos para informática, conforme descrição abaixo:

LOTE 01

Item	Qtd	Unid.	Descrição
1	2	Unid	<p>Computador All in one</p> <p>Informações técnicas mínimas:</p> <p>Processador: 7ª Geração (referência Intel® Core™ i3-7130 "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade"). 3M Cache, até 2.70 GHz...</p> <p>Capacidade de memória: 8 GB.</p> <p>Capacidade do HD: 1 TB</p> <p>Tipo de tela: LCD Tela Infinita LED Full HD IPS (1920X1080) com antirreflexo.</p> <p>Tamanho da tela: 21.5".</p> <p>Sistema Operacional: Windows 10 Home Single Language 64 bit – em Português (Brasil).</p> <p>Processador: Velocidade: 2,7 GHz, Barramento (FSB): 4 GT/s OPI., Memória Cache: 3M.</p> <p>Tela: Resolução: 1920 x 1080.</p> <p>Memória Expansível: Sim: 16GB.</p> <p>Barramento da memória: DDR4.</p> <p>Clock da memória: 2400MHz. (Velocidade máxima de 2133MHz devido ao barramento do processador).</p> <p>HDD: Velocidade de rotação HD: 5400 RPM.</p> <p>Conexão HDMI: saída de HDMI</p> <p>Bluetooth: 4.1</p> <p>Webcam: Webcam HD 720p com microfone.</p> <p>Leitor de cartão: Leitor de cartão de mídia 3 em 1. devendo suportar cartões dos tipos SD/MMC/MS/MS Pro</p> <p>Placa de rede: Sim RJ-45 10/100/1000.</p> <p>Placa wireless: Sim 802.11ac + Bluetooth 4.1, Dual Band 2.4&5Ghz, 1x1.</p> <p>Placa de vídeo Integrada Modelo referência: Intel® HD Graphics 620.</p> <p>Som: autofalantes embutidos.</p> <p>Placa mãe: Chipset, Integrado ao processador.</p> <p>Conexões: 1x USB 2.0, 3x USB 3.1 de 1ª geração</p> <p>Saída de HDMI</p> <p>Conector para fones de ouvido e microfone (UAJ)</p> <p>Conector para cabo de alimentação:</p> <p>Teclado: Multimídia Com fio.</p> <p>Mouse: Óptico sem fio.</p> <p>Adaptador AC fonte de alimentação Bivolt.</p> <p>Cabo de força</p> <p>Manuais</p> <p>Cor: Preta</p> <p>Garantia:</p> <p>Prazo de Garantia: 01 ano (3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante ou vendedor).</p>

2	03	Unid.	<p>Nobreak 700VA</p> <p>Informações técnicas mínimas:</p> <p>Tipos de proteção: Contra curto-circuito, Contra surtos de tensão, Contra sobrecarga, Descarga total da bateria.</p> <p>Função Filtro de Linha: Garante uma energia "limpa" para os equipamentos, minimizando os harmônicos da rede elétrica</p> <p>Função True RMS: Garante maior estabilidade a energia fornecida na saída do Nobreak</p> <p>Função Battery Saver: Evita a descarga desnecessária, em caso de falta de energia, preservando a carga e a vida útil da bateria</p> <p>Potência: 700 VA</p> <p>Tomada: 4 Tomadas Elétricas</p> <p>Comprimento do cabo: 1,2m</p> <p>Botão Multifunção Luminoso: Função Liga/desliga temporizada (Evita desligamentos acidentais), Função MUTE (inibe o aviso sonoro em modo bateria), Indicador luminoso com leds alto-brilho (Mostram as condições de operações do Nobreak e facilitam a sua localização)</p> <p>Modelo bivolt: Automático de entrada 115-127/220V~ com saída 115V~.</p> <p>Nível de Ruído Emitido a 1m Distância: Até 60Db</p> <p>Tempo de Recarga das Baterias: ** 3 horas (Fast Charger) **</p> <p>Garantia: Prazo: 01 ano (3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante ou vendedor).</p>
Valor Máximo a ser pago:			R\$ 3.843,00

1.2 – Os itens acima devem ser entregues no endereço sede do CISAMARP, sito a Avenida Manoel Roque, 99, 1º Andar, bairro Alvorada, município de Videira, SC, sem custos adicionais, no prazo de até 20 dias após a data da ordem de fornecimento.

1.3 – Todos os produtos devem ser novos, não recuperados e/ou reformados, atendendo todas as características exigidas no objeto deste edital.

2 – DO CREDENCIAMENTO

2.1 – Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

2.2 – Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 2.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação e conhecimento do edital, conforme modelo (ANEXO III).

2.4 – Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2 e 2.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 2.1 e 2.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

2.5.1 – A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 2.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

2.6 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio.

2.7 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

2.7.1 – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal;

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO IV).

2.8 – Os documentos relacionados nos subitens 2.7.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007, emitida no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes da data de abertura da documentação.

Parágrafo único. Esta Certidão deverá ter data de emissão a menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para a abertura da presente.

3 – DA PROPOSTA

3.1 – A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CISAMARP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

3.2 – A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO I ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificações mínimas do objeto cotado, segundo às exigências apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, transportes e seguros.

3.3 – Todas as características do equipamento devem ser standard do fabricante, devendo quando couber ser comprovado através de prospecto fornecido pelo fabricante.

3.4 – Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

3.5 – Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

4 – DA HABILITAÇÃO

4.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CISAMARP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTAÇÃO”

4.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

4.2.1 – Quanto à Habilitação Jurídica:

4.2.1.1 - Registro Comercial no caso de empresa individual, ou

4.2.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou

4.2.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.2.1.4 - Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, (conforme modelo constante do ANEXO V);

4.2.2 – Quanto a Regularidade Fiscal

4.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.2.2.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005);

4.2.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

4.2.2.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

4.2.2.5 - Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

4.2.2.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.2.2.7 - Alvará de funcionamento da proponente.

OBS.: Todas as Certidões e Provas devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas.

4.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

4.2.3.1 - Não poderão participar empresas em processo de falência ou concordata, apresentando para isso:

4.2.3.1.1 – Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial, expedida até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação das propostas.

4.2.3.2 - Todas as folhas deverão ser rubricadas e paginadas (Exemplo: 1/5, 2/5, 3/5 ...).

4.2.3.3 - Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 3 (três) meses após a sua expedição.

4.2.3.4 - Os documentos apresentados poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por qualquer membro da Comissão. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Todos os anexos deverão ser obrigatoriamente preenchidos por processo mecânico ou eletrônico, não sendo aceito preenchimento manual.

4.3 – Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal apresentada por microempresas ou empresas de pequeno porte, estas poderão apresentá-las regularizadas no prazo de até 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.3.1 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.4 – Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, “protocolo” de documento necessário à habilitação.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) entregar o objeto licitado na forma e prazo estipulado nos itens 1.1 até 1.3;

b) arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o CISAMARP isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;

c) cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;

d) isentar o CISAMARP de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança, ou de terceiros, até a efetiva entrega do objeto;

e) cumprir outras obrigações decorrentes do processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6 – DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 – No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a comissão de licitações juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de Credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 – Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a comissão solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a

proposta e os documentos exigidos para habilitação.

6.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis, a posterior se dará a análise do preço.

6.5 – No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes não inferiores à R\$ 100,00 (cem reais).

6.6 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, com valores não inferiores à R\$ 100,00 (cem reais).

6.7 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.7.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.8 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.8.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.9 - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.10 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 6.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.12 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.13 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por LOTE, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.14 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.15 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.16 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.17 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

6.18 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por LOTE, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.19 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.20 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.21 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por LOTE.

6.21.1 - Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

6.22 - O pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 8.1 deste Edital.

6.23 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

6.24 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

6.25 – Iniciada a fase de lances, o proponente licitante que desejar impugnar outro participante, devesse fazê-lo no momento em que detectar qualquer obstáculo que impeça a continuidade na disputa, comunicando o fato ao pregoeiro imediatamente, que tomara as providências cabíveis e decidirá acerca da questão arguida.

7 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

8 – DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no dia imediatamente posterior ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2 – Não sendo interpostos recursos, a comissão adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao Presidente do Consórcio CISAMARP para homologação.

8.3 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), deverão vir em formato de petição, devidamente fundamentados e comprovados os fatos alegados, não terá(ão) efeito(s) suspensivo(s) e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Presidente do CISAMARP, por intermédio da comissão de

licitações, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISAMARP, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

8.4 – Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Presidente do CISAMARP para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, por item do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

8.5 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do previsto neste edital enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.5.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao vencedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do bem licitado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.6 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do bem licitado, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

9 – DA DOTAÇÃO

9.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018.

10 – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega e aceitação do objeto e recebimento da Nota Fiscal por parte do CISAMARP.

10.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

10.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decairá do direito de impugnar o Edital aquele que não fizer em até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão Presencial, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

11.2 – O memorial da Impugnação somente será recebido na forma escrita, tipo petição, contendo as razões de impugnação e, sendo o caso, acompanhado das respectivas provas daquilo que pretende impugnar, mediante protocolo, o qual deverá ser feito junto ao Setor de Licitações do CISAMARP até o prazo previsto no item 11.1.

11.3 – Caberá ao pregoeiro e sua equipe de apoio encaminhá-las à autoridade competente, para decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

11.4 – Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

2 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

12.2 – O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sede do CISAMARP, logo após sua homologação.

12.3 – Detalhes não citados, referente a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

12.4 – O Presidente do CISAMARP poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

12.5 – O pregoeiro decidirá acerca de questões que não tenham ficado esclarecidas, de forma a não prejudicar nenhum dos participantes do certame.

12.6 – Informações sobre o Edital poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações, de segunda a sexta-feira, das 08h00m às 11h30m, e das 13h00m às 17h00m através do telefone (49) 3566-0255, ou pelo site: www.cisamarp.sc.gov.br

12.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

a) ANEXO I – Proposta de Preços;

b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação e Conhecimento do Edital;

d) ANEXO IV – Declaração de Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte e Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

e) ANEXO V – Modelo de declaração de que não emprega menores;

VIDEIRA, SC, 30 de novembro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Presidente do CISAMARP

HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL

OAB/SC 15588

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: ____ dias. (mínimo de 60 dias).

LOTE 01

Item	Qtd	Unid.	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	2	Unid			
2	3	Unid			
Valor Total:					

Data: / / .

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, transportes e seguros.

Local de de

Assinatura do representante

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO INTEIRO TEOR DO EDITAL

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº. _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório e tomou conhecimento das cláusulas do presente Edital do inteiro teor do mesmo.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO (Decreto nº 4.358, de 05.09.2002)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*).
--

_____, ____ de _____ de _____.

(representante legal)

*(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

RESOLUÇÃO 55/2018 NOMEIA PREGOEIRO

Publicação Nº 1788008

Resolução nº 55/2018

Douglas Fernando de Mello, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Lebon Régis, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Pregoeiro e compor equipe de apoio para atuar no Pregão Presencial 02/2018, deste consórcio.

Art. 2º Designa Josnei Bavaresco CPF 023.001.309-04, ocupante de cargo efetivo no município de Iomerê para atuar como Pregoeiro no Pregão Presencial 02/2018, para que desempenhe as competências regulamentares de Pregoeiro.

Art. 3º Designar a servidora do CISAMARP Monalisa Giazsoni ocupante do cargo de Gerente Administrativo II e Viviam Fiabane Rissardi ocupante do cargo de Gerente Administrativo I, como apoio.

Art. 4º O pregoeiro fica autorizado a convocar outros servidores, para auxiliar no referido pregão caso seja necessário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 30 de novembro de 2018.

Douglas Fernando de Mello
Presidente CISAMARP

CIS/AMMVI**ATA DE ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO - EDITAL DE LICITAÇÃO 042/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO**

Publicação Nº 1788469

ATA DA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI (Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, Blumenau/SC), reuniram-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Resolução nº 242, de 05/10/2018, e a Assessora Jurídica Maria de Fátima Martins, OAB/SC nº 35.127, nomeada através da Resolução nº 113, de 11/03/2016, para análise e decisão quanto aos Pedidos de Esclarecimentos referente ao Edital de Licitação nº 42/2018 - Pregão Eletrônico, cujo objeto é Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgonetas e Furgões – para simples remoção, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Seguindo a forma exigida no item 4 – “DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO” do instrumento convocatório, foi solicitado por DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ 61.591.459/0001-00) esclarecimentos quanto ao prazo de 30 (trinta) dias para entrega do objeto, constante dos subitens 21.1 do Edital e 7.1 do Termo de Referência, visto que entende ser o prazo inexequível, motivo pelo qual solicitou a revisão a fim de que o prazo para entrega do objeto seja de 90 (noventa) dias.

ADAPTCAR (endereço eletrônico vendas@adaptcar.com.br) encaminhou pedido de esclarecimentos sem a correta identificação da parte interessada, conforme estabelece o subitem 4.2 do Instrumento Convocatório. Contudo, não ignorando eventuais falhas que possam constar do instrumento convocatório, Pregoeiro e Equipe de Apoio passaram à análise dos pedidos:

- revisão do prazo de entrega do objeto para 90 (noventa dias), visto que entende ser o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido nos subitens 21.1 do Edital e 7.1 do Termo de Referência inexequível;
- inclusão, nos itens 5 a 5.3 do instrumento convocatório, de outras comprovações do(s) licitante(s) vencedor(es) no momento da habilitação, quais sejam: apresentação do C.A.T. (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) específico da marca e modelo do veículo ofertado, juntamente com o projeto técnico da adaptação com firma reconhecida pelo responsável técnico; Certificado Técnico Operacional firmado pelo adaptador e fabricante dos sinalizadores, a fim de comprovar capacidade técnica para manutenção dos itens implementados no veículo; e comprovação de que possui experiência comercial no fornecimento do objeto do edital (natureza e vulto similar).

Primeiramente, quanto à solicitação de inclusão de novos documentos para habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es), destaca-se que o item 5 do Edital trata das condições para participação no certame, constando do item 12 a listagem dos documentos necessários para habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es).

De outra parte, considerando que o Edital de Licitação nº 42/2018 exige no subitem 12.1.11 a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a licitante realizado ou estar realizando fornecimento pertinente e compatível em características, natureza, volume, quantidade, prazos e outros dados característicos com o objeto do Termo de Referência, de forma satisfatória; no item 13 o envio, juntamente com os documentos para habilitação, de protótipo virtual do item vencido para verificação do layout interno e externo; e que as demais solicitações são compreendidas por este Pregoeiro e Equipe de Apoio como excessivas, as sugestões de inclusão de novos documentos necessários para habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es) não são acatadas.

Por fim, quanto à revisão do prazo para entrega do objeto, considerando as razões expostas, tanto por DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. quanto por ADAPTCAR, o Pregoeiro acompanhado da Equipe de Apoio entenderam ser necessária a revisão do prazo para entrega do objeto para 90 (noventa) dias

Isto posto, demonstrada a imperiosa necessidade de revisão do Instrumento Convocatório, uma vez que a revisão do prazo de entrega do objeto implicará em maior competitividade com vistas a obtenção da proposta mais vantajosa por este Consórcio Público e, por conseguinte, aos municípios consorciados, Pregoeiro e Equipe de Apoio decidem por republicar o Edital de Licitação nº 42/2018 – Pregão Eletrônico, em atendimento ao artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Marcos da Rocha
Pregoeiro

Aglahê Danielle M. Brandt
Equipe de Apoio

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Equipe de Apoio

Daniella Martins Tarouco
Equipe de Apoio

Maria de Fátima Martins
Assessoria Jurídica - OAB/SC 35.127

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1788447

Republicação do Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 042/2018, publicado na Edição nº 2660 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 22 de outubro, página 1277.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2018

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI

CNPJ nº 03.269.695/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgonetas e Furgões – para simples remoção, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, no site <https://www.portaldecompras-publicas.com.br> (acesso identificado), com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS das 10hs00min do dia 01/11/2018 até 08hs00min do dia 14/11/2018, ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 08hs30min do dia 14/11/2018 e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 09hs30min do mesmo dia (horário de Brasília-DF), podendo estender-se para os dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional.

O Edital encontra-se disponível em www.cisamvi.sc.gov.br. Informações complementares serão prestadas na sede do CISAMVI, Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro Velha, em Blumenau/SC, ou fone (47) 3331-5812 das 08hs00min às 12hs00min e das 13hs00min às 17hs00min, nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira.

Blumenau (SC), 30/10/2018.

Mathias Kohler - Presidente do CISAMVI | Cleones Hostins – Diretor Executivo

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018 - UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA

Publicação Nº 1787819

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018**

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ 222.720,00 (Duzentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte reais).

FORNECEDOR: UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA, CNPJ nº 97.466.387/0001-08

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: “Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]”.

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regendo suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.

2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:

2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.

2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.

a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.

2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.

a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;

b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.

3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:

3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;

3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.

4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 8ª Alteração/Contrato Social Consolidado;

2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;

4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9. Alvará Sanitário Municipal;

10. Alvará de Localização e Funcionamento;

11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;

12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;

13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;

14. RQEs registrados no CREMESC.

15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;

16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;

17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES . Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 29 de outubro de 2018.
Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Presidente

Marcos da Rocha
Membro

Cleones Hostins
Membro

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018 - CENTRO OFTALMOLÓGICO VALE EUROPEU LTDA.

Publicação Nº 1787845

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E CENTRO OFTALMOLÓGICO VALE EUROPEU LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, CENTRO OFTALMOLÓGICO VALE EUROPEU LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua 15 de Novembro , 579 – CEP 89107-000, na cidade de Pomerode/SC, inscrita no CNPJ nº 07.047.847/0001-70, neste ato representado pelo seu sócio Nelson Nogueira Louzada, inscrito no CPF nº 026.252.497-06, portador da Carteira de Identidade RG nº 05479129-8 DGPC/DPT/Instituto de Identificação Felix Pacheco-RJ, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código	Procedimento - Especialidade	Quantidade Proposta para Atendimento ao CISAMVI	Valor Pago pelo Procedimento
90.01.01.069	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA	100	50,00
02.11.06.015	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL (Binocular)	50	3,37
02.11.06.012	MAPEAMENTO DE RETINA (Monocular)	50	24,24
02.11.06.010	FUNDOSCOPIA (Binocular)	50	3,37
02.11.06.001	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	50	24,24

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões):

Centro Oftalmológico Pomerode – Matriz: Rua 15 de Novembro, 579, Centro – Pomerode/SC. Centro Oftalmológico Timbó LTDA – Filial: Rua Venezuela, 177, sala 201 Centro – Timbó/SC

0.3 – Este contrato possui um teto financeiro de R\$ 93.132,00 (Noventa e três mil, cento e trinta e dois reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência" – Anexo –I do Edital;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.
- e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao Credenciado:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços

prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;

o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referência, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o credenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessar as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.

7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 29 de outubro de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Nelson Nogueira Louzada

CPF nº 026.252.497-06

Centro Oftalmológico Vale Europeu LTDA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 42/2018 - AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO A/ FURGONETAS E FURGÕES - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1788448

Republicação do Edital de Licitação nº 042/2018 – Pregão Eletrônico, publicado na Edição nº 2660 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 22 de outubro de 2018, páginas 1277-1294.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, consórcio público com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, CEP 89036-200, em Blumenau/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO” visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras do objeto indicado neste Edital, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – internet, na data, horário e local abaixo indicados, em obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos Decretos Federais nº 3.555/00, nº 5.450/05 e nº 7.892/13; na Resolução nº 120, expedida por este consórcio público em 15/08/2016; e, subsidiariamente, às Leis Federais nº 8.078/90 (CDC), nº 8.666/93, nº 9.784/99 e suas alterações, além das demais legislações complementares, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

TIPO: Menor preço por item

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Início às 10hs00min do dia 01/11/2018 até 08hs00min do dia 14/11/2018

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA/ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08hs30min do dia 14/11/2018

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09hs30min do dia 14/11/2018

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF)

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC – Telefone (47) 3331-5806 - licitacao@cisamvi.sc.gov.br

OBTENÇÃO DO EDITAL NA ÍNTEGRA: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.cisamvi.sc.gov.br

A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes, se necessário.

1 OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação/aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgonetas e Furgões – para transporte e remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida, conforme especificações constantes do ANEXO I (Termo de Referência), para uso dos municípios adquirentes, consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI.

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro não superará 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

2 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 O Órgão Gerenciador do presente certame será o CISAMVI.

2.2 São órgãos participantes do presente certame os municípios consorciados junto ao CISAMVI, quais sejam, Municípios de Ascurra, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Pomerode, Rio dos Cedros e Rodeio.

3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

3.2 Os trabalhos serão conduzidos pelos colaboradores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, através de seu Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante do sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

3.3 A abertura da sessão pública será às 08hs30min e início da sessão de disputa de lances será às 09hs30min do dia 14/11/2018. A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes, se necessário.

3.4 Todas as referências de tempo constantes deste Edital e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao Pregoeiro até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do Edital.

4.2 Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail licitacao@cisamvi.sc.gov.br e, nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

4.3 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro ou qualquer membro da Equipe de Apoio, por escrito, por meio do endereço de e-mail informado quando do pedido de esclarecimento.

4.4 Qualquer cidadão, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização da Sessão Pública, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.5 O interessado deverá apresentar o instrumento de Impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado fisicamente junto ao CISAMVI – Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC, em dias úteis, no horário de 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min, observado o prazo previsto no item 3.4 deste ato convocatório, ou registrá-lo no campo específico do sítio eletrônico [https://](https://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

www.portaldecompraspublicas.com.br, não sendo admitidas/ conhecidas impugnações encaminhadas por e-mail.

4.6 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento/impugnações apresentados fora dos prazos estabelecidos nos itens 4.1 e 4.4, respectivamente, assim como não serão conhecidas as impugnações que não observarem a forma prescrita no item 4.5.

4.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

4.8 A não impugnação do Edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

5 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no país, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos, bem como legislação aplicável.

5.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

5.2.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

5.2.2 Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração direta de um dos entes consorciados motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;

5.2.3 Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

5.2.4 Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

5.2.5 As hipóteses previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;

5.2.6 Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS;

5.2.7 Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo CISAMVI em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.

5.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, bem como declaração constante no ANEXO II, que deverá ser entregue juntamente com a documentação.

5.4 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

5.5 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega do objeto nas quantidades, locais e prazos definidos, sob pena de aplicação de multa diária pelo inadimplemento da obrigação assumida.

6 OBRIGAÇÕES DO PREGOEIRO

6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, e terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.0.1 Acompanhar os trabalhos da Equipe de Apoio;

6.0.2 Responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;

6.0.3 Abrir as propostas de preços;

6.0.4 Analisar a aceitabilidade das propostas;

6.0.5 Desclassificar propostas, indicando os motivos;

6.0.6 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

6.0.7 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.0.8 Declarar o vencedor;

6.0.9 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;

6.0.10 Elaborar a ata da sessão;

6.0.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;

6.0.12 Encaminhar o processo à autoridade superior para instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

7 CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DO CERTAME

7.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

7.3 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8 ESTIMATIVA DE CONSUMO

8.1 O Consórcio e seus municípios consorciados não se obrigam a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, nem as quantidades indicadas no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, notificado pelo CISAMVI, o beneficiário do Registro de Preços vigente terá preferência em readequar seu preço ao novo lance de preço inferior ao seu, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.2 Não serão efetuados acréscimos nos quantitativos indicados no Anexo I, que restarão indicados na Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 As propostas dos licitantes deverão ser registradas no sítio eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e deverão conter FABRICANTE, MARCA E MODELO do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.
- 9.2 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o acolhimento das propostas, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa no sítio eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 9.3 As propostas dos licitantes poderão ser substituídas e excluídas até a data e hora definidas neste edital.
- 9.3.1 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.
- 9.4 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.
- 9.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos artigos 44 e 45 da mesma lei.
- 9.6 Os valores de referência constituem valores máximos para registro, sendo que propostas e lances superiores aos valores indicados serão desclassificados.

10 ABERTURA DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES E DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1 A partir do horário previsto neste Edital e no sistema operacional do certame – 08hs30min do dia 14/11/2018 – terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 10.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 10.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 10.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 10.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.6 Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.
- 10.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 10.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 10.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo “extra”. O período de tempo “extra” ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 10.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 10.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 10.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 10.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 10.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.
- 10.15 Posteriormente, os documentos de habilitação e protótipo virtual do(s) item(s) da empresa vencedora (itens 12 e 13 deste Edital), deverão ser encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data final da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida conforme seu último lance, para o seguinte endereço:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI

A/C COMISSÃO DE LICITAÇÕES

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2018

Endereço: Rua Alberto Stein, nº 466 – 3º andar, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC

- 10.16 A sessão pública ficará suspensa, ou seja, permanecerá em fase de classificação/habilitação, até a análise da documentação original.
- 10.17 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e protótipo virtual dentro do prazo acima estabelecido acarretará na desclassificação da empresa, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente, ou cancelar os itens que foram vencidos pela empresa que deixou de encaminhar a documentação e protótipo virtual dentro do prazo estabelecido.
- 10.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor não atender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 10.19 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 10.20 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da sessão pública do Pregão Eletrônico, permanecendo este prazo em caso de omissão, e permanecendo os proponentes obrigados aos seus termos durante o período, só sendo liberados dos compromissos decorrentes deste edital se não forem convocados para a firmar Ata de Registro de Preços neste período.

10.21 Declarado(s) o(s) licitante(s) vencedor(es), o Pregoeiro questionará aos licitantes através de mensagem eletrônica (ferramenta "chat" disponível na plataforma do Pregão Eletrônico) quanto a possibilidade de fornecimento dos itens nas mesmas condições do licitante vencedor, com vistas à composição do Cadastro Reserva, nos termos permissivos do artigo 11, inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

10.22 Ao fim, constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o item/lote do objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 PROPOSTA ESCRITA

11.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao Consórcio, no prazo estipulado no item 10.15, a Proposta de Preços escrita (seguindo no ANEXO III modelo sugerido), com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

11.2 Da proposta escrita deverá igualmente constar FABRICANTE, MARCA E MODELO, além da descrição completa do objeto ofertado, não sendo admitida a mera transcrição das características constantes do Termo de Referência.

11.3 Juntamente com a proposta escrita, deverá ser encaminhado catálogo, prospecto ou ficha técnica do veículo em português, a fim de possibilitar a avaliação pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

11.3.1 No caso de catálogo, prospecto ou ficha técnica com diversos modelos, a licitante deverá identificar qual a marca/modelo do item vencido e, para o caso de o catálogo ser omissivo na descrição de alguma especificidade, será aceita Declaração do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação ausente no catálogo e firmando o compromisso de entrega do objeto na forma declarada.

11.4 As propostas deverão conter valor unitário e total arrematado de cada item, em moeda corrente, já inclusas quaisquer outras despesas, tais como impostos, entrega no local estabelecido no ANEXO I, etc.

11.5 Para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 03 (três) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula.

11.6 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o menor preço unitário por item.

11.7 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

12 HABILITAÇÃO

12.1 A(s) empresa(s) licitantes vencedora(s) da disputa de lances deverá(ão) apresentar juntamente com a proposta de preços, os documentos abaixo discriminados, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após o encerramento da disputa do Pregão Eletrônico:

12.1.1 Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ;

12.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

12.1.3 Caso a licitante vencedora seja representada por procurador(es), deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do(s) Outorgante(s); além de cópia do RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, de Outorgante(s) e Outorgado(s);

12.1.4 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;

12.1.5 Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da empresa;

12.1.6 Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;

12.1.7 Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF;

12.1.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

12.1.9 Certidão Negativa de falência e concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;

12.1.10 Declaração assinada por representante legal da proponente, conforme modelo constante do ANEXO IV, de que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- Concorde com os termos do Edital e dará pleno cumprimento ao contrato, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;
- Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos;

12.1.11 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a licitante realizado ou estar realizando fornecimento pertinente e compatível em características, natureza, volume, quantidade, prazos e outros dados característicos com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória.

12.1.11.1 Para comprovação do(s) atestado(s) de capacidade técnica, deverá constar como anexo do referido atestado a nota fiscal correspondente.

12.1.12 Certificado de garantia comprovando que a transformação do veículo é devidamente homologada pela Engenharia da Montadora, não alterando a garantia do veículo solicitada no descritivo conforme ANEXO I.

12.2 Os documentos deverão estar organizados na ordem das alíneas acima.

12.3 O licitante que optar pela remessa dos documentos pela via postal deverá comunicar tal fato pelo e-mail licitacao@cisamvi.sc.gov.br até o final do prazo que estabelece o item 10.15, registrando-se que a postagem dos documentos da habilitação pode se dar até o último dia deste.

12.4 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para prévia autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

12.4.1 Não serão admitidas cópias simples (sem autenticação por Tabela) daqueles documentos cuja conferência da autenticidade pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio não seja possível através de consulta via internet.

12.5 Quando o prazo de validade não constar no documento, somente será considerado válido aqueles emitidos em data de até 60 (sessenta) dias da sessão de abertura das propostas.

12.6 Ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados.

12.7 Para todos os comprovantes de regularidade fiscal com restrição, em caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, amparadas pela LC nº 123/06, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para sua regularização, sob pena de inabilitação/desclassificação e/ou decadência do direito de contratação.

12.8 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

12.8.1 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

12.8.2 Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz.

13 DO PROTÓTIPO VIRTUAL

13.1 Deverá ser encaminhado pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, juntamente com a proposta escrita, catálogo, prospecto ou ficha técnica e os documentos de habilitação, protótipo virtual do item vencido para verificação do layout interno e externo, em mídia CD-R.

13.2 A não apresentação do protótipo virtual implicará na desclassificação da proposta.

13.3 A avaliação do protótipo será realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, constando seu resultado da Ata de análise dos documentos enviados para habilitação na forma de relatório circunstanciado.

13.4 As adequações eventualmente indicadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio deverão ser corrigidas em até 10 (dez) dias corridos, contados da publicação do resultado da análise, devendo ser encaminhado neste prazo nova mídia com novo protótipo virtual para o endereço constante do subitem 10.15.

13.5 Protótipos que evidenciem que o produto ofertado está em total desacordo com as exigências deste Edital, tornando as adequações necessárias manifestamente excessivas, serão reprovados.

14 RECURSOS

14.1 Ao final da Sessão Pública, declarado o vencedor ou fracassado o lote, o participante do certame terá até 15 (quinze) minutos para manifestar, imediata e motivadamente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer.

14.1.1 A falta de manifestação imediata da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.

14.2 Admitido o recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões, através do sistema eletrônico.

14.3 O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

14.3.1 Todos os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente por meio da plataforma do pregão eletrônico.

14.3.2 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

14.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

14.5 Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

14.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7 O licitante desclassificado, antes da fase de disputa, também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso, naquele momento.

14.8 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.

14.8.1 O Pregoeiro poderá, dentro do prazo para resposta, encaminhar os autos para o Presidente do CISAMVI.

14.8.2 Os recursos não conhecidos não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISAMVI.

14.9 A decisão do recurso será divulgada no sítio eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no sítio eletrônico do CISAMVI – www.cisamvi.sc.gov.br, bem como comunicada via e-mail ao licitante.

14.10 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo do CISAMVI para homologação.

14.11 Ao final da sessão, o licitante que desejar vistas ao processo deverá motivar imediatamente através do sistema eletrônico. O Pregoeiro agendará uma data e horário para tal diligência, de modo a não prejudicar o andamento da licitação e a etapa de análise de documentação.

15 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

15.2 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16 OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

16.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

16.1.1 Firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do artigo 81 da Lei nº 8.666/93;

16.1.2 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.1.3 Indicar preposto para representá-la durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

16.1.4 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de garantia;

16.1.5 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com versão em português e relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90;

16.1.7 Substituir, reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.8 Comunicar por escrito, ao CISAMVI, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.9 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

na licitação;

16.1.10 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

16.1.11 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

16.1.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da presente licitação;

16.1.13 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI, aos municípios consorciados ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

16.1.14 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos;

16.1.15 Prestar assistência técnica e observar as condições de garantia do objeto descrita no ANEXO I – Termo de Referência, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 As obrigações decorrentes das eventuais futuras aquisições do objeto serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 1 (um) ano contado da sua publicação.

17.0.16 Será publicada Ata Geral, cuja minuta consta do ANEXO V, onde constarão todos os itens objeto deste Edital e licitantes vencedores/fornecedores, assim como serão formalizadas atas entre o CISAMVI e os fornecedores, cuja minuta consta do ANEXO VI.

17.1 Constará da Ata de Registro de Preços Geral, na forma de anexo, o Cadastro Reserva dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.2.1 Constarão igualmente do Cadastro Reserva as propostas dos licitantes que não manifestarem a possibilidade de fornecimento nas mesmas condições do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

17.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar a Ata de Registro de Preço correspondente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo CISAMVI, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

17.2.1 Será utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

17.3 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do envio do documento, implicará na aplicação da penalidade de suspensão temporária, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

17.4 A Ata de Registro de Preços será encaminhada para o endereço eletrônico informado pelo licitante em sua proposta.

17.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, o CISAMVI poderá firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

17.6 A existência de preços registrados não obriga o CISAMVI ou os municípios consorciados a adquirir os itens e quantidades indicados no ANEXO I, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.7 O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.8 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os Órgãos Participantes poderão adquirir os itens registrados, sendo a solicitação/Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitida por cada município adquirente.

18 REAJUSTE DOS PREÇOS

18.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os valores registrados não serão reajustados.

19 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

19.1 O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

19.0.1 Recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

19.0.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;

19.0.3 Tiver presentes razões de interesse público;

19.0.4 For declarado inidôneo, impedido de licitar ou contratar com o CISAMVI ou com qualquer um dos municípios consorciados, antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigo 28 do Decreto Federal nº 5.450/05;

19.1 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador, ou por comissão delegada.

19.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não sendo aplicadas, então, quaisquer penalidades.

20 DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA/FORNECIMENTO

20.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o CISAMVI emitirá e publicará a Ata de Registro de Preços no sítio eletrônico do consórcio público e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

20.2 Formalizada a Ata de Registro de Preços e assinada a Ata, os licitantes vencedores se sujeitam a acatar o fornecimento regular pelo prazo de sua validade, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas neste Edital e/ou nas disposições legais pertinentes.

20.3 A ordem de compra/solicitação de fornecimento do(s) item(s), será formalizada diretamente pelos municípios consorciados, conforme a sua necessidade, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

21 ENTREGAS/EXECUÇÃO

21.1 Os fornecedores terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da solicitação do município consorciado, para proceder a entrega do objeto no local indicado no ANEXO I, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc., ressalvado a ocorrência de motivos que comprovadamente impossibilitem a entrega no prazo indicado conforme estabelecido no subitem 16.1.8 deste Edital.

21.2 Todas as despesas relacionadas com a entrega correrão por conta do fornecedor.

21.3 Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os objetos a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

21.4 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega do(s) objeto, a Nota Fiscal Eletrônica correspondente acompanhada de manual do usuário, com versão em português e relação da rede de assistência técnica autorizada.

21.5 Ainda que seja efetuada a entrega de vários itens de uma única vez, deverá ser emitida uma nota fiscal por veículo.

21.6 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação, e em nome do município/fundo municipal de saúde adquirente.

21.6.1 As Notas Fiscais Eletrônicas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao fornecedor para as devidas correções.

21.7 As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, observado o horário compreendido entre 8hs00min às 12hs00min e 13hs00min às 17hs00min, no local determinado no ANEXO I.

21.8 O objeto será recebido na forma prevista no artigo 73, inciso II, da Lei nº 8.666/93: provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, pela Diretoria Executiva do CISAMVI; e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, pelo (s) servidor(es) designado(s) pelo município consorciado adquirente.

21.9 Em caso de necessidade de recolhimento do objeto, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas do fornecedor, e substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

21.10 A empresa deverá entregar o produto com a marca e modelo cotados na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste Edital.

22 TRANSPORTE DO OBJETO

22.1 Para efetuar a entrega do objeto, o licitante vencedor deverá providenciar que o(s) veículo(s), quando solicitados, sejam transportados através de transporte específico tipo "cegonha", correndo por suas expensas todos os custos inerentes.

23 DO PAGAMENTO

23.1 As despesas relativas à adesão a presente Ata de Registro de Preços/contratação correrão por dotação própria de cada parte contratante, conforme vaticinado no artigo 7º, § 2º do Decreto nº 7.892/13.

23.2 O pagamento do(s) veículo(s) solicitados serão feitos em parcela única, em até 15 (quinze) dias corridos após exarado o Termo de Aceite, diretamente pelo município consorciado adquirente, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor em sua proposta escrita, ou através de boleto bancário.

23.2.1 O Termo de Aceite poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada pelo(s) servidor(es) responsável(is) pelo recebimento definitivo, indicado pelo município consorciado.

23.3 Como condição para o recebimento do pagamento, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.4 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

24 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 A recusa injustificada da(s) adjudicatária(s) em assinar, aceitar ou retirar o Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do endereço eletrônico informado nos documentos para habilitação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

24.2 Os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente as Atas de Registro de Preço firmadas com o CISAMVI, bem como os instrumentos contratuais eventualmente firmados com os municípios adquirentes, ficam sujeitos à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, quais sejam:

24.2.1 Advertência por escrito;

24.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

24.2.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

24.2.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Ata;

24.2.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser cancelado o registro do fornecedor e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do inadimplido;

24.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

24.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações do licitante vencedor/fornecedor:

24.3.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

24.3.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;

24.3.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CISAMVI;

24.3.4 Não observância das condições de garantia e assistência técnica previstas no Termo de Referência;

24.3.5 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com as referências técnicas vigentes, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

24.4 A multa moratória prevista no item 24.2.3 do Edital é inacumulável com as multas sancionatórias previstas no Edital, se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

24.5 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não firmar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

24.7 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

24.8 Ficarà suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

24.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

25 EQUIPE DE TRABALHO

25.1 Para acompanhamento do presente Edital, ficam designados os agentes de que trata a Resolução nº 242, de 05/10/2018.

26 DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Caberá ao CISAMVI a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

26.2 A quantidade relacionada no ANEXO I serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

26.3 O Consórcio poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

26.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

26.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

26.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do CISAMVI.

26.7 O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.8 Os fornecimentos a serem realizados em decorrência da licitação serão efetuados após regular assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, reconhecendo desde já o licitante que as requisições de entrega representam compromisso entre as partes, assim como a Ata de Registro de Preços.

26.9 Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

26.10 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

26.11 O CISAMVI se reserva no direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento aos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas vigentes que não estejam descritos neste Edital ou em seus anexos.

26.12 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

26.13 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.14 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.15 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no modo e prazo determinados pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

26.16 As normas constantes deste Edital e que regem esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.17 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades ressalvadas neste Instrumento Convocatório.

26.18 A detecção pelo CISAMVI, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

26.19 É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do artigo 57, §4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

26.20 Cabe aos licitantes acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico do CISAMVI (<https://www.cisamvi.sc.gov.br>).

26.21 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

26.22 O CISAMVI não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

26.23 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

26.24 Fica eleito o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer conflitos que possam decorrer deste Edital.

27 ANEXOS

27.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 27.1.1 ANEXO I – Termo de Referência;
26.1.2 ANEXO II – Declaração de Microempresas e Empresas De Pequeno Porte;
26.1.3 ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial
26.1.4 ANEXO IV – Declaração de idoneidade, concordância com os termos do Edital e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
25.0.5 ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços – Geral;
26.1.6 ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços – por Fornecedor.

Blumenau/SC, 30 de outubro de 2018.

CLEONES HOSTINS – Diretor Executivo CISAMVI

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 O objeto consiste na seleção de propostas para futura e eventual aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgonetas e Furgões – para simples remoção, através do Sistema de Registro de Preços, com entregas nos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, conforme requisitos, critérios e condições estipuladas no presente Termo de Referência:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor de Referência
01	09	unidade	Ambulância Tipo A/FURGONETA – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida	R\$ 80.000,00/unidade
02	04	unidade	Ambulância Tipo A/FURGÃO – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida	R\$ 170.000,00/unidade

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 A grande extensão territorial do País, que impõe distâncias significativas entre municípios de pequeno e médio porte e seus respectivos municípios de referência, faz necessário o transporte qualificado dos pacientes, seja para deslocamento programado no próprio município de residência ou para outros municípios nas regiões de saúde de referência, conforme pactuação e articulação com as estruturas de regulação de acesso, seja para atendimento dos casos de alta ou internação hospitalares, atendimentos domiciliares e para realização de procedimentos ambulatoriais na Rede de Atenção à Saúde.

2.2 Partindo-se então do pressuposto que a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde, reafirma os princípios e diretrizes a exemplo de universalidade de acesso aos serviços de saúde, em todos os níveis de assistência, e tendo em vista a necessidade continuada em melhorar o atendimento e acesso à saúde da população brasileira, faz-se premente a aquisição de veículos adaptados para compor unidades de transporte para simples remoção – Ambulâncias Tipo A – Furgonetas e Furgões.

2.3 Considerando, então, os fatos destacados nos subitens anteriores, e partindo da premissa que o principal objetivo do CISAMVI é fomentar a integração dos serviços de saúde dos seus municípios consorciados, gerando celeridade e economicidade nos processos administrativos das administrações municipais, os Secretários Municipais de Saúde dos Municípios consorciados – Comissão de Intergestores Regional – CIR, por intermédio do seu Coordenador, solicitou a este consórcio público a verificação da proposta mais vantajosa para aquisição de unidades de transporte para simples remoção – Ambulâncias Tipo A – Furgonetas e Furgões (Deliberação nº 23/2018).

3 DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

3.1 Os valores de referência apresentados na tabela do subitem 1.1 são os valores constantes dos Termos de Referência nºs 3932 e 3933 e seus apêndices do Ministério da Saúde, datados, respectivamente, de 21 de fevereiro de 2018 e 28 de fevereiro de 2018.

3.2 Os valores de referência constituem valores máximos para registro, sendo que propostas e lances superiores aos valores indicados serão desclassificados.

4 DA PREVISÃO DE DESPESA

4.1 O valor total para aquisição dos itens relacionados neste Termo de Referência, se considerados os valores referenciais indicados, corresponde a R\$ 1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta e mil reais), entretanto, cabe destacar que trata-se de Registro de Preços no qual o CISAMVI e seus municípios consorciados não se obrigam a adquirir do(s) licitante(s) vencedor(es) os itens/quantidades relacionados.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas relativas à aquisição dos itens constantes da Ata de Registro de Preços a ser firmada correrão por dotação própria de cada município consorciado adquirente, conforme vaticinado no artigo 7º, § 2º do Decreto nº 7.892/13.

6 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/CARACTERÍSTICAS

6.1 A proponente vencedora da licitação para o item 01 – Ambulância Tipo A/FURGONETA – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida – deverá entregar objeto que atenda às seguintes especificações:

6.1.1 Características gerais

- Veículo tipo furgoneta com carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica
- Zero KM
- Com equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN; e
- Cabine/Carroceria devem apresentar portas em chapa, com isolamento térmico em poliuretano, interno em poliestireno, com fechos

interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento.

6.1.2 Dimensões

- Comprimento total mínimo = 4.000 mm
- Distância mínima entre eixos = 2.600 mm
- Capacidade mínima de carga = 650 kg
- Comprimento mínimo do salão de atendimento = 1.600 mm
- Altura interna mínima do salão de atendimento = 1.200 mm
- Largura interna mínima = 1.000 mm
- Largura externa máxima = 2.000 mm

6.1.3 Motor

- Dianteiro 4 cilindros
- Combustível = Flexível (Gasolina e/ou Etanol em qualquer proporção) ou Diesel
- Potência de pelo menos 85 CV
- Torque de pelo menos 12,0 kgfm³
- Cilindrada mínima = 1.300 CC
- Sistema de Alimentação = Injeção eletrônica

6.1.4 Abastecimento de Combustível

- Capacidade mínima = 48 litros

6.1.5 Freios e Suspensão

- Freio com Sistema Anti-Bloqueio (A.B.S.) nas quatro rodas
- Freio a disco nas rodas dianteiras e a disco ou tambor nas rodas traseiras
- Suspensão dianteira independente, com barra estabilizadora
- Suspensão traseira: o veículo deverá estar equipado com conjuntos compatíveis de molas, barras de torção ou suspensão pneumática ou hidráulica. Os componentes deverão possuir um dimensionamento que exceda a carga imposta em cada membro. Para a melhor qualidade de dirigibilidade, as molas do veículo deverão ser as de menor deflexão. Somente serão permitidas correções aprovadas pelo fabricante de chassi ou monobloco, para compensar deflexões indevidas além das tolerâncias permitidas. Não serão permitidas correções devido ao desbalanceamento.
- O veículo deverá ser entregue balanceado.
- O conjunto das suspensões dianteira e traseira deverá possuir eficácia/eficiência satisfatórias quanto à redução das vibrações/trepidações originadas da irregularidade da via de circulação e/ou carroceria, reduzindo adequadamente, as injúrias que por ventura viriam a acometer o paciente transportado.

6.1.6 Direção

- Direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, original de fábrica.

6.1.7 Transmissão

- Mínimo de 5 marchas à frente.
- 1 marcha à ré.

6.1.8 Sistema Elétrico

- Original do veículo, com montagem de bateria de no mínimo 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts.
- Sistema elétrico dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores.

6.1.9 Conjunto sinalizador eletrônico acústico visual

- Interna: natural e artificial, tanto para a cabine, quanto para o compartimento de atendimento.
- Sinalizador visual em barra com 04 cúpulas de policarbonato translúcido com tratamento UV em LED de alta potência na cor vermelho.

6.1.10 Sinalizador Acústico

- Amplificador de no mínimo 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vcc e 04 tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 metro de no mínimo 100 dB @ 13,8 Vcc.
- Deverá ser apresentado laudo que comprove o atendimento à norma SAE J1849, no que se refere a requisitos e diretrizes nos sistemas de sirenes eletrônicas com um único autofalante.

6.1.11 Adaptação do compartimento traseiro

- Vidro(s) fixo(s) traseiro(s) com película opaca e faixas transparentes.
- Janela lateral corredeira com película opaca, e faixas transparentes.
- Divisão entre a cabine e o compartimento do paciente em aço, ABS Acrilonitrila Butadieno Estireno auto-estinguível, com desenho que permita no lado da maca se ter no mínimo 1,8 m de comprimento dotada de janela de comunicação entre a cabine e o compartimento traseiro.
- Nivelamento do piso em compensado naval, se necessário.
- Revestimento do piso em ABS Acrilonitrila Butadieno em peça única revestindo também as laterais.
- Suporte para oxigênio na esquerda ao lado do banco.
- Banco para 2 pessoas, estrutura tubular, com assento estofado em courvin cinza claro e cintos de segurança na esquerda do veículo.
- 1 luminária fluorescente 15 w 12vcc ou em Led.
- Suporte de soro e sangue sobre a cabeceira da maca.
- Ar Condicionado mínimo de 12.000 BTU's no compartimento traseiro/paciente, original do fabricante do chassi ou homologado pela

fábrica, contando com um sistema de Ar Condicionado quente/frio e ventilação nos termos do item 5.12 da ABNT NBR 14.561.

- Ventilador/exaustor.
- Maca retrátil totalmente confeccionada em duralumínio; instalada longitudinalmente no salão de atendimento; com no mínimo 1.800 mm de comprimento, com a cabeceira voltada para frente do veículo; com pés dobráveis, sistema escamoteável; provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, com pneus de borracha maciça e sistema de freios; com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa. Deve dispor de 3 cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e suportar neste item peso mínimo de 100 kg.
- Suporte para soro.
- Oxigênio medicinal com 1 cilindro de 7 lts, válvula com 2 saídas, fluxômetro com umidificador, chicote e máscara.

6.1.11.1 A distribuição dos móveis e equipamentos no salão de atendimento deve prever as paredes internas, piso e a divisória deverão ser em plástico reforçado com fibra de vidro laminadas ou Acrilonitrila Butadieno Estireno auto-estinguível, ambos com espessura mínima de 3mm, moldados conforme geometria do veículo, com a proteção antimicrobiana, tornando a superfície bacteriostática.

6.2 A proponente vencedora da licitação para o item 02 – Ambulância Tipo A/FURGÃO – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida – deverá entregar objeto que atenda às seguintes especificações:

6.2.1 Características gerais

- Veículo tipo furgão com carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica com capacidade volumétrica não inferior a 7 metros cúbicos no total.
- Zero KM
- Com equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.
- Cabine/Carroceria devem apresentar portas em chapa, com revestimento interno em poliestireno, com fechos interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento.
- O pneu estepe não deve ser acondicionado no salão de atendimento.

6.2.2 Dimensões

- Comprimento total mínimo = 4.740 mm
- Distância mínima entre eixos = 3.000 mm
- Capacidade mínima de carga = 1.000 kg
- Comprimento mínimo do salão de atendimento = 2.500 mm
- Altura interna mínima do salão de atendimento = 1.600 mm

6.2.3 Equipamentos obrigatórios e acessórios básicos

- Isolamento termo acústico do compartimento do motor.
- Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo os da cabine obrigatoriamente de 03 pontos e os do compartimento traseiro sub-abdominais, conforme a normatização vigente.
- Película de proteção solar (insulfilm) conforme legislação para os vidros laterais da cabine.
- Protetor de cárter e câmbio de aço.
- Ar condicionado original na cabine.
- Acendedor de 12v no painel para recarga de bateria do celular ou outro equipamento compatível com a voltagem.
- Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, Código de Trânsito Brasileiro e em conformidade com o PROCONVE.

6.2.4 Motor

- Dianteiro 4 cilindros; turbo com Inter Cooler.
- Combustível = Diesel
- Potência mínima = 127 CV
- Torque de pelo menos 24 kgfm³
- Cilindrada mínima = 2.000 CC
- Sistema de Alimentação = Injeção eletrônica

6.2.5 Abastecimento de Combustível

- Capacidade mínima = 70 litros

6.2.6 Freios e Suspensão

- Freio com Sistema Anti-Bloqueio (A.B.S.) nas quatro rodas.
- Freio a disco nas rodas dianteiras e a disco ou tambor nas rodas traseiras.
- Suspensão dianteira independente, com barra estabilizadora.
- Suspensão traseira: o veículo deverá estar equipado com conjuntos compatíveis de molas, barras de torção ou suspensão pneumática ou hidráulica. Os componentes deverão possuir um dimensionamento que exceda a carga imposta em cada membro. Para a melhor qualidade de dirigibilidade, as molas do veículo deverão ser as de menor deflexão. Somente serão permitidas correções aprovadas pelo fabricante de chassi ou monobloco, para compensar deflexões indevidas além das tolerâncias permitidas. Não serão permitidas correções devido ao desbalanceamento.
- O veículo deverá ser entregue balanceado.
- O conjunto das suspensões dianteira e traseira deverá possuir eficácia/eficiência satisfatórias quanto à redução das vibrações/trepidações originadas da irregularidade da via de circulação e/ou carroceria, reduzindo adequadamente, as injúrias que por ventura viriam a acometer o paciente transportado.

6.2.7 Direção

- Direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, original de fábrica.

6.2.8 Transmissão

- Mínimo de 5 marchas à frente.
- 1 marcha à ré.

6.2.9 Sistema Elétrico

- Original do veículo, com montagem de bateria de no mínimo 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts.
- Sistema elétrico dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores.
- Painel elétrico interno, com interruptores para iluminação interna e deverá possuir 2 tomadas para 12 v (DC). As tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 31 cm de qualquer toma de oxigênio.
- Com sistema de proteção para a bateria original do veículo.

6.2.10 Conjunto sinalizador eletrônico acústico visual

- Sinalizador visual: Barra sinalizadora em formato tipo barra linear ou em formato linear, de arco ou similar, com módulo único e lente inteira ou múltiplas lentes, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 55 mm e 110 mm; instalada pelo licitante vencedor no teto do veículo (barra dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado) ou perfil de alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV).
- O sistema luminoso deverá ser composto por módulos com no mínimo 03 leds próprios para iluminação (categoria alto brilho), com potência não inferior de 0,5W cada led, na cor Rubi, com garantia de 5 anos; dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade; alimentados nominalmente com 12 vcc; com no mínimo 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o design do veículo permita.
- Sinalização dianteira e traseira: sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 02 sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com frequência de 90 flashes por minuto, quando acionado com lente injetada em policarbonato; podendo utilizar um dos conceitos em led. Cor predominante vermelho. Intensidade luminosa de cada led de no mínimo 40 lumens. Farol de embarque instalado na porta traseira.
- Sinalizador acústico: amplificador de no mínimo 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vcc e 04 tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 metro de no mínimo 100 dB @ 13,8 Vcc.
- Deverá ser apresentado laudo que comprove o atendimento à norma SAE J1849, no que se refere a requisitos e diretrizes nos sistemas de sirenes eletrônicas com um único autofalante.

6.2.11 Adaptação do compartimento traseiro

- Vidro(s) fixo(s) traseiro(s) com película opaca e faixas transparentes.
- Janela lateral corrediça com película opaca, e faixas transparentes.
- Divisão entre a cabina e o compartimento do paciente em aço com janela de comunicação.
- Revestimento interno em ABS (Acrilonitrila Butadieno) Estireno auto-extinguível.
- Nivelamento do piso em compensado naval, se necessário.
- Revestimento do piso em manta vinílica, de alta resistência.
- Banco tipo baú para no mínimo 02 pessoas, com assento estofado em courvin cinza claro e cintos de segurança na esquerda do veículo.
- Banco giratório com estrutura tubular, instalada na cabeceira da maca, voltada para a traseira do veículo, com encosto e apoio de cabeça estofada em courvin na cor cinza e cinto de segurança retrátil.
- Armário no lado esquerdo; as portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. Deverá possuir um armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal para apoio de equipamentos e medicamentos com aproximadamente 1 mts de comprimento por 0,40 mts de profundidade, com uma altura de 0,70 mts. Armário para cilindro de oxigênio.
- 04 Luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 150 mm, em base estampada em alumínio ou injetada em plástico em modelo LED.
- Ventilador/exaustor.
- Ar Condicionado mínimo de 26.000 BTU 's no compartimento dianteiro e traseiro com unidade condensadora no teto, original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica, contando com um sistema de Ar Condicionado quente/frio e ventilação nos termos do item 5.12 da ABNT NBR 14.561.
- Maca retrátil totalmente confeccionada em duralumínio; instalada longitudinalmente no salão de atendimento; com no mínimo 1.900 mm de comprimento, com a cabeceira voltada para frente do veículo; com pés dobráveis, sistema escamoteável; provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, com pneus de borracha maciça e sistema de freios; com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa. Deve dispor de 3 cintos de segurança fixos à mesma, equipados com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima. Deve ser provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e suportar neste item peso mínimo de 100 kg.
- Oxigênio medicinal com 1 cilindro de 16 lts, com suporte para cilindro individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e /ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidades diferentes, equipado com válvula pré-regulada para 3,5 a 4,0 kgf/cm².
- Régua tripla com fluxômetro, umidificador para O₂ e aspirador tipo venturi, com roscas padrão ABNT.
- 02 Pega-mão no teto do salão de atendimento; confeccionado em alumínio de no mínimo 02 polegadas.

- 02 Suportes de soro/plasma deslizável, devendo possuir 02 ganchos para frascos de soro.
- As paredes internas, a divisória, deverá ser em plástico reforçado com fibra de vidro laminadas ou Acrilonitrila Butadieno Estireno auto-estinguível, ambos com espessura mínima de 3mm, moldados conforme geometria do veículo, com proteção antimicrobiana, tornando a superfície bacteriostática.
- Revestimento do piso em compensado e revestido em manta vinílica.

6.3 Características comuns dos veículos furgão/furgoneta:

6.3.1 Os veículos deverão possuir travas elétricas e alarme com acionamento a distância com controle na chave;

6.3.2 Os veículos deverão possuir vidros retrovisores externos elétricos com controle de fácil acesso ao motorista, devendo os veículos serem fornecidos com vidros elétricos nas portas dianteiras, com acionamento no painel ou console das portas e controle único dos dois vidros para o motorista;

6.3.3 Os veículos deverão ser fornecidos com faróis de neblina originais de fábrica;

6.3.4 Os veículos deverão possuir sensor de estacionamento traseiro;

6.3.5 Os veículos deverão ser entregues na cor branca;

6.3.6 Os veículos deverão ser entregues com adesivos externos frontais, laterais e traseiros, com os logos do município adquirente e da secretaria municipal de saúde correspondente, sendo o layout fornecido pela secretaria municipal de saúde correspondente. Os adesivos deverão ter garantia mínima de 5 (cinco) anos.

6.4 Para a transformação dos veículos deverá ser observada a ABNT NBR 14561, que trata das normas técnicas para a montagem de veículos para atendimento de emergências médicas e resgate.

6.5 Nos termos do Decreto nº 2.783/98 e da Resolução CONAMA nº 267/00, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e Tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783/98, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267/00.

6.6 Será admitida somente a oferta de:

6.6.1 Veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1/93 e nº 272/00 e legislação correlata.

6.6.2 Veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18/86 e nº 315/02, e legislação correlata.

7 DO PRAZO DE ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO, E PAGAMENTO

7.1 O prazo de entrega, contado a partir da solicitação do município consorciado, será de até 90 (noventa) dias corridos.

7.2 Os veículos solicitados deverão ser entregues no endereço do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, situado à Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, Blumenau/SC, através de transporte específico tipo “cegonha”.

7.3 A entrega do objeto deverá ser previamente agendada, devendo ser em dia útil, no horário das 8hs00min às 12hs00min ou das 13hs00min às 17hs00min.

7.4 O objeto será recebido na forma prevista no artigo 73, inciso II, da Lei nº 8.666/93: provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, pela Diretoria Executiva do CISAMVI; e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, pelo (s) servidor(es) designado(s) pelo município consorciado adquirente.

7.5 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constante neste Termo de Referência e proposta apresentada, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do licitante vencedor/fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.6 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta guarda e execução do objeto.

7.7 Verificada a conformidade do objeto com as especificações contidas neste Termo de Referência, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada pelo(s) responsável(is) pelo recebimento.

7.8 O pagamento do(s) veículo(s) solicitados serão feitos em parcela única, em até 15 (quinze) dias corridos após exarado o Termo de Aceite pelo município consorciado contratante.

8 DA GARANTIA

8.1 O período de garantia dos itens será de no mínimo de 01 (um) ano, a contar da sua efetiva entrega.

8.2 Deverá ser fornecida assistência técnica gratuita localizada em pelo menos 01 (um) município na área de abrangência do CISAMVI, devendo o fornecedor realizar às suas expensas todos os consertos necessários ao perfeito funcionamento do objeto dentro do prazo de garantia.

8.2.1 Correrá igualmente às expensas do fornecedor as despesas decorrentes do transporte do objeto sempre que se fizer necessária à realização de consertos fora das dependências, dentro do prazo da garantia.

8.3 Durante o período de garantia, o fornecedor deverá manter assistência autorizada pelo fabricante do veículo em pelo menos 01 (um) município localizado na área de abrangência do CISAMVI, com possibilidade de efetuar todos os serviços de manutenção do veículo e fornecimento de peças de reposição originais.

8.4 Todas as despesas para realização da 1ª (primeira) revisão de cada veículo correrão por conta do fornecedor registrado, incluindo-se inclusive a troca de óleo.

8.4.1 A 1ª (primeira) revisão é obrigatória e não poderá ser cobrada do Município.

8.5 Nos casos em que a previsão para entrega do veículo avariado, quando levado para conserto de problemas cobertos pela garantia for superior a 07 (sete) dias corridos, caberá ao fornecedor providenciar a sua substituição temporária, sem qualquer ônus para o município.

8.6 A empresa responsável pela assistência técnica terá um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para atender ao chamado técnico.

8.7 O fornecedor deverá substituir, em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, o veículo que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas nas concessionárias do fabricante, durante a vigência da garantia.

9 DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O CISAMVI, através de quem seu Diretor Executivo designar, e os municípios consorciados adquirentes, por intermédio de servidor designado, terão amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações assumidas pelo(s) fornecedor(es).

Blumenau, 02 de outubro de 2018.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara, ainda, que não há nenhum dos impedimentos previstos no §4º, artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 042/2018

NOME DA EMPRESA/CNPJ:

ENDEREÇO:

Responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

E-mail para envio da Ata de Registro de Preços/comunicados:

Dados bancários para pagamento:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 042/2018, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus Anexos.

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	Fabricante	Modelo	Valor Unitário	Valor Total

• No preço cotado já estão inclusas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas de transporte e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO A SER ENTREGUE: (conforme item 10.2 do Edital de Licitação nº 42/2018)

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias consecutivos contados da sessão pública do Pregão Eletrônico.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: conforme item 8 do Anexo I do Edital de Licitação – Termo de Referência.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, tampouco pelo CISAMVI, e que não existem fatos impeditivos para sua habilitação nesta licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Concorde com os termos do Edital e dará pleno cumprimento às obrigações constantes da Ata de Registro de Preços, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;

- Em atendimento ao artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

(Local e data)

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO V

[MINUTA] ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO 42 / 2018

(Vigência de XX/XX/2018 até XX/XX/2019)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018, registrar os preços das empresas indicadas nesta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgões e Furgonetas – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018.

1.2 Os produtos deverão ser entregues no endereço do CISAMVI, conforme indicado no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018.

1.3 A ordem de compra/solicitação de fornecimento do(s) item(s), será formalizada diretamente pelos municípios consorciados, conforme a sua necessidade, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

FORNECEDOR					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
XX	XX	XX	XX	XX	XX

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até XX/XX/2019 (XX/XX/2018 até XX/XX/2019).

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os valores registrados não serão reajustados.

3.2 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

3.3 O CISAMVI e os municípios consorciados não se obrigam a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

3.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2018 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

3.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau/SC, xx de xx de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo do CISAMVI

CADASTRO RESERVA

Item	Especificação	Fornecedor	Marca	Valor Unitário	Classificação
xx	xx	xx	xx	xx	xx

ANEXO VI

[MINUTA] ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -
POR FORNECEDOR
PREGÃO ELETRÔNICO 42 / 2018
(Vigência de XX/XX/2018 até XX/XX/2019)

Aos XX dias do mês de XX do ano de dois mil e XX, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018, registrar o(s) preço(s) correspondentes ao(s) item(s) vencido(s) por _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada à _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Anexo III da Resolução nº 120, de 15/08/2016 do CISAMVI e no Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgões e Furgonetas – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018.

1.2 Os produtos deverão ser entregues no endereço do CISAMVI, conforme indicado no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018.

1.3 A ordem de compra/solicitação de fornecimento do(s) item(s), será formalizada diretamente pelos municípios consorciados, conforme a sua necessidade, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

FORNECEDOR					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
XX	XX	XX	XX	XX	XX

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até XX/XX/2019 (XX/XX/2018 até XX/XX/2019).

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.7 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os valores registrados não serão reajustados.

3.8 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

3.9 O CISAMVI e os municípios consorciados não se obrigam a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

3.10 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

3.11 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2018 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

3.12 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau/SC, xx de xx de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo do CISAMVI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA

Publicação Nº 1787831

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

1.1 O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa , UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Cuiabá, nº 212, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 222.720,00 (Duzentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 29 de outubro de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA

Publicação Nº 1787836

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 29 de outubro de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

CIS/AMURC**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 043/2017**

Publicação Nº 1788269

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 043/2017, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e UNIDADE DE DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM KIRCHOFF, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente ADELMO ALBERTI, e, de outro lado UNIDADE DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM KIRCHOFF, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 78.735.289/0001-84 situada na rua Dr. Getulio Vargas, 760, CENTRO, Bairro Centro, município de Rio Negro, PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr^a. EMILIO FÉLIX DE SOUZA KIRCHOFF, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 1.436.635-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 585.806.208-30, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 22 de março de 2017 nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 21 de março de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 21 de março de 2018

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC	UNIDADE DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM KIRCHOFF
ADELMO ALBERTI	. EMILIO FÉLIX DE SOUZA KIRCHOFF
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 14/2016

Publicação Nº 1788265

SEGUNDO ADITIVO CONTRATO Nº 014/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e GABRIEL TREML MURARA E MEDICOS ASSOCIADOS SS, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Adelmo Alberti, e, de outro lado GABRIEL TREML MURARA E MÉDICOS ASSOCIADOS SS, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 24.194.137/0001-92, situada na Rua Caetano Costa, 665, sala 7, Bairro Centro, município de Canoinhas, SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Gabriel Tremi Murara, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MÉDICO, portador do RG nº 4455840 SESP-SC e inscrito no CPF sob nº 009.388.629-28, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de junho de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 31 de maio de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 01 de junho de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CI-SAMURC	Gabriel Tremi Murara e Médicos Associados SS
Adelmo Alberti	Gabriel Tremi Murara
Contratante	
Testemunhas:	Contratado

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 18/2016

Publicação Nº 1788264

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 018/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e RAUEN & FERREIRA FONOAUDIOLOGIA LTDA, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Juliano Pozzi Pereira, e, de outro lado RAUEN & FERREIRA FONOAUDIOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 07164327/0001-48, situada na Marechal Floriano Peixoto, 475, Bairro Centro, município de Mafra, SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr^a. Nadia Luiza Rauen Simette, Brasileira, Casada, Fonoaudióloga, portador do RG nº 6578764-4 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 039.583.249-75, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de junho de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 31 de maio de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 31 de maio de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CI-SAMURC	Rauen & Ferreira Fonoaudiologia Ltda
Juliano Pozzi Pereira	Nadia Luiza Rauen Simette
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 31/2016

Publicação Nº 1788261

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 031/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL REGIONAL, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Adelmo Alberti, e, de outro lado SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL REGIONAL, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 60.975.737/0062-73, situada na BR 476 KM 03, Bairro SAO JOAQUIM, município de União da Vitória, PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Claudemir Andrighi, brasileiro, união estável, administrador, portador do RG nº 1.877.204 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 563.578.269-87, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 24 de agosto de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 23 de agosto de 2019 podendo ser renovado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 24 de agosto de 2018

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CISAMURC	Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional
Adelmo Alberti	Claudemir Andrighi
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 40/2016

Publicação Nº 1788262

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 040/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e LITOCENTRO CANOINHAS SS LTDA, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Adelmo Alberti, e, de outro lado LITOCENTRO CANOINHAS SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 10.403.443/0001-87, situada na Rua Benjamin Constant nº 1127, Bairro Centro, município de Canoinhas, SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Wagner Haroldo Pelagio, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 874485 PARANÁ e inscrito no CPF sob nº 275.595.569-49, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de novembro de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 31 de outubro de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 31 de outubro de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CI-SAMURC	Litocentro Canoinhas Ss Ltda
Adelmo Alberti	Wagner Haroldo Pelagio
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CIS/AMURES

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 02 / 2018 CIS/AMURES

Publicação Nº 1787933

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 02/2018

Extrato de Compra Direta nº 02/2018. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratada: UEEK AGENCIA DIGITAL. CNPJ: 15.426.923/0001-87 Objeto: Desenvolvimento De Website. Data: 23/10/2018. Valor: R\$ 1.980,00 (Um mil, novecentos e oitenta reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Fernanda de Souza Cordova, Presidente CIS/AMURES.

CONSÓRCIO CISAMA**CONTRATO 006/2018 - CISAMA/MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP**

Publicação Nº 1788006

CONTRATO Nº 006/2018

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/20018 - CISAMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2018 - CISAMA

Aos Vinte e Quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e oito, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua Otacílio Vieira da Costa , nº 112, CEP 88.501-050, Centro, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, LUIZ CARLOS XAVIER, doravante denominado CONTRATANTE, e MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Professor Max Humpl, nº 1139 , na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 15.275.465/0001-22, neste ato representada pelo Sócio Administrador Sr. LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, justos e contratados a prestação do serviço descrito no objeto, sujeitando-se as partes às determinações da com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico de nº 01/20018-CISAMA e seus Anexos, nas seguintes condições

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Central de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Central Sudoeste, Município de Campo Belo do Sul, de acordo com os quantitativos estimados na tabela abaixo e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/20018-CISAMA, do edital de licitação que originou este contrato:

Nº do Lote	Nome do item	Especificação Técnica	Quant	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	BALANÇA ELETRÔNICA INDUSTRIAL DE PISO, CAPACIDADE 1000 KG	BALANÇA ELETRÔNICA INDUSTRIAL DE PISO, CAPACIDADE 1000 KG, PRECISÃO 200G, PLATAFORMA 1000MMX1000MM.	01	4.910,00	4.910,00
06	COMPUTADOR COMPLETO, TECLADO, MONITOR E ESTABILIZADOR	COMPUTADOR COM PROCESSADOR, MEMÓRIA 4 GB, 1TB DE HD , GRAVADOR CD/DVD KIT MOUSE, TECLADO E CAIXA DE SOM, - MONITOR LED 19,5", ESTABILIZADOR 300VA.	01	2.110,00	2.110,00
08	FOGÃO INDUSTRIAL , 06 QUEIMADORES COM FORNO.	FOGÃO INDUSTRIAL, 06 QUEIMADORES, CHAMA DUPLA, GRELHAS 30MMX30MM, EM FERRO FUNDIDO COM BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS, COM FORNO.	01	1.480,00	1.480,00
09	GELADEIRA INDUSTRIAL 04 PORTAS.	GELADEIRA INDUSTRIAL, 04 PORTAS, AÇO INOX, TENSÃO 220 V, REVESTIMENTO EXTERNO EM INOX, REVESTIMENTO INTERNO EM GALVANIZADO, CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL, PÊS REGULÁVEIS, LITRAGEM MÍNIMA DE 1044 LITROS.	01	4.610,00	4.610,00
TOTAL					13.110,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

0.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição do material e ou equipamento, conforme definido no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/20018-CISAMA a parcela única no valor de R\$ 13.110,00 (Treze mil cento e dez reais) de acordo com a proposta comercial homologada.

2.2. No valor dos materiais e ou equipamentos, já estão incluídos todos os custos e despesas com encargos fiscais, sociais e trabalhistas, inclusive transporte, deslocamentos que sejam necessários, taxas, impostos, seguros, licenças, suporte técnico, instalação e outros custos relacionados ao serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 O Fornecimento dos materiais e ou equipamentos deverá ser iniciada após a assinatura e autorização de fornecimento pelo CISAMA.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento do objeto do presente contrato, será feito pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário.

4.2. Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao fornecimento, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.

4.3 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.

4.4. No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 4.2 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.

4.5. Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CONTRATANTE, o pagamento será prorrogado para o

primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

4.6. Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.

4.7. É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Os valores ora ajustados não serão passíveis de reajustes durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, ressalvando-se o direito à revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento fundamentado e comprovado, conforme previsão do art. 65, alínea d da Lei nº 8.666/93.

5.2. Havendo prorrogação da vigência contratual, mediante aditivo ao presente contrato, após doze meses, o valor do fornecimento, serão reajustados mediante a aplicação do INPC acumulado no período.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Compete ao CONTRATANTE:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato;
- b) Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta
- e) Fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – É responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- b) Responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do presente Contrato;
- c) Facilitar a fiscalização do presente Contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pela CONTRATANTE, sem criar-lhe qualquer tipo de embaraço;
- d) Manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- e) Cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- f) Orientar ao CONTRATANTE e seus empregados acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto contratado;
- g) Enviar o documento fiscal ao e-mail contabil@cisama.sc.gov.br, acompanhado do arquivo XML oriundo da emissão da Nota Fiscal de fornecimento e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 e incisos da Lei nº 8.666/93.
- h) Manter a proposta que originou a presente contratação, conforme apresentada no certame, nas condições estabelecidas e dentro do prazo de validade da proposta
- i) Fornecer o objeto deste contrato, no prazo definido e de acordo com as especificações exigidas;
- j) Ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- k) Entregar integralmente o objeto, no prazo estabelecido na Cláusula Terceira, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- l) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- m) Prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários licenciados durante toda a vigência contratual;
- n) Corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CONTRATANTE acerca de falhas ocorridas

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE e após decorrido o prazo da penalidade aplicada conforme a alínea b;
- d) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- e) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;
- f) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o CONTRATANTE por aplicar a multa prevista na alínea d, mantendo-se o contrato, será considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;

8.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c poderão ser cumuladas com a penalidade de multa.

8.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com aviso de

Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.

8.4. Será considerado o valor global do Contrato, levando em conta a vigência estabelecida à Cláusula Décima Terceira, para cálculo das multas previstas nas alíneas d, e e f do item 8.1.

8.5 A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

8.6. Se o descumprimento do Contrato gerar consequências gravosas ao CONTRATANTE, poderá este rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A rescisão do presente poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação;
- d) Em decorrência da prática de infração contratual, considerando-se os mesmos critérios definidos no item 8.4 e, ainda, facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa, nos termos do item 8.3;

9.2. Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

9.3. No caso da alínea a do item 9.1, aplicar-se-á o art. 80 da Lei nº 8.666/93;

9.4 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

9.5 Havendo rescisão contratual, independentemente do motivo, a CONTRATADA fica obrigada a não dificultar o procedimento da migração da base de dados mantida pelo CONTRATANTE, ressaltando-se que os procedimentos licitatórios eventualmente em curso, a critério do CONTRATANTE, deverão ser concluídos antes do encerramento da vigência contratual, garantida a contraprestação proporcional ao tempo de utilização dos serviços.

9.6 Rescindir-se-á o presente contrato, independentemente da aplicação de sanções, no caso de não aprovação do software no teste de conformidade referido no item 10.2 do Termo de Referência – Anexo I ao Edital de Pregão Eletrônico nº 01/20018 – CISAMA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressaltados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A rubrica orçamentária a ser utilizada será conforme segue:

ÓRGÃO: CISAMA

UNIDADE: CISAMA

Projeto Atividade: 1.011 – Construção de Unidades de Recicláveis para Resíduos Sólidos

Dotação: (10) 4.4.90.52.00.00.00.02.0006 – Equipamentos e Material Permanente

Dotação: (10) 4.4.90.52.00.00.00.02.0064 – Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 06/2018 – CISAMA, Pregão Eletrônico nº 01/20018, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13.1 O contrato a ser celebrado terá vigência será da data da assinatura até 31 de dezembro do exercício fiscal, podendo ser prorrogado, a critério do CISAMA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com o CONTRATANTE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.2. Durante a fornecimento dos materiais e ou equipamentos, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste Contrato.

14.3 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.4 O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

14.5 O Fornecimento não poderá ser subcontrata, seja total ou parcialmente.

14.6. Aplica-se subsidiariamente ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Lages, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Pregão Eletrônico 01/2018.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Lages (SC), 24 de outubro de 2018.

LUIZ CARLOS XAVIER MM COMÉRIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Presidente do CISAMA LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____